

3/4
2007/8

BOLETIMCULTURAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

BOLETIMCULTURAL

B



3/4 III SÉRIE 2007/8

BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Boletim Cultural

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



III série | nº 3/4

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

DIRECTOR

Armando Costa
Presidente da Câmara Municipal

DIRECTOR ADJUNTO

Leonel Rocha

COORDENADOR

Artur Sá da Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Artur Sá da Costa, Becerra Costa, José Agostinho Pereira, Norberto F. Cunha, Sérgio Paulo Guimarães Sousa

COLABORAM NESTE NÚMERO

Amadeu Gonçalves, António Freitas (fotografia), António Joaquim Pinto da Silva, António Martins, António Martins Vieira, Artur Sá da Costa, Cláudia Sousa Dias, Emília Nóvoa Faria, Filipe Oliveira, Filomena Fonseca, Isaura Costa, Ivo Machado, João Afonso Machado, Jorge Fernandes Alves, Jorge Reis-Sá, José de Oliveira Bente, Luís Paulo Rodrigues, Luis Serguilha, Manuel Cunha, Manuel Sá Marques, Maria Adília Fonseca, Maria de Fátima Castro, Norberto Ferreira da Cunha, Odete Paiva, Salvador Coutinho, Vasco Moreira

SECRETARIADO

Alexandrina Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito – Maia

TIRAGEM

250 exemplares

ISSN

0871-3308

DEPÓSITO LEGAL

22605/90

Índice

Saudação 9

Armindo Costa

Apresentação 11

Artur Sá da Costa

Memória

A Capela e a romaria do Senhor dos Aflitos em S. Tiago da Cruz
(Apontamentos para a sua história) 17

João Afonso Machado

Pontes romanas e pontes românicas – o que as caracteriza 23

António Martins Vieira

Agostinho M. da Silva, Escrivão de Direito 41

Maria de Fátima Castro

Do Porto a Braga de Carroção, em 1856
– “Apontamentos de Viagem”, de Rodrigues de Freitas 47

Jorge Fernandes Alves

S. Salvador de Ruivães
(subsídios para a sua Monografia) 81

José de Oliveira Bente

Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas,
de Vila Nova de Famalicão 87

Maria Adília Fernandes

Impacto de actividades experimentais na motivação e
aquisição de conhecimentos em contextos informais 97

Azevedo M.-M, Fonseca F., Andrade RP, Palmeirim I

Evocações

Manuel da Silva Mendes com Vila Nova de Famalicão e em Macau:
entre o anarquismo e a filosofia oriental 103

Amadeu Gonçalves

Júlio Brandão (1869-1947)
– 60º Aniversário da morte

O Poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras
Teias de um Nascimento 131
Odete Paiva

A minha homenagem a Júlio Brandão (1869-1947)
Kronos: uma cronologia (viva) 139
Amadeu Gonçalves

Homenagem a
Armando Soares Coelho

Soares Coelho, o engenheiro poeta 230
Armando Costa

Armando Soares Coelho (1924-2006)
Biografia, Bibliografia 231

Armando Soares Coelho, e o tempo em que viveu em Riba de Ave 233
Manuel Cunha

Armando Soares Coelho 235
Luis Serguilha

Armando Soares Coelho
Um livro 237
Ivo Machado

Armando Soares Coelho
Virá a morte e terá os meus olhos 238
Jorge Reis-Sá

Armando Soares Coelho
Senhor Engenheiro 239
Manuela Monteiro

Armando Soares Coelho
Poema Inédito: Sonho 240

Ao Armando Soares Coelho todos devemos muito 241
Salvador Coutinho

Ao Engenheiro Armando Soares Coelho 242
Vasco Moreira

Armando Soares Coelho
Ao escritor em jeito de homenagem 243
Filomena Fonseca

Armando Soares Coelho: cidadão, escritor 244
Artur Sá da Costa

Armando Soares Coelho – Estudos 247
Cláudia de Sousa Dias

Álvaro Folhadela Marques (1893-1957)
– 50º Aniversário da morte

Álvaro Folhadela Marques (1893-1957) – O edil 253
Filipe Oliveira

Biblioteca Municipal Fundo Local

Da história como memória e simbolismo funerário 259
Amadeu Gonçalves/ Artur Sá da Costa

Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira
– correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira 271
Amadeu Gonçalves/ Artur Sá da Costa

Museu Bernardino Machado

A revolta Académica de 1907
– comemorações de um centenário 315

A revolta Estudantil de 1907 317
Norberto Ferreira da Cunha

A Greve académica de 1907
– Sua relação com a constituição da Família Machado Sá Marques 319
Manuel Machado Sá Marques

Documentos
Revolta Académica de 1907 325

Arquivo histórico

Os Códigos de posturas municipais
de Vila Nova de Famalicão no século XIX 341
António Joaquim Pinto da Silva

Centenário da morte de Alberto Sampaio (1841-1908)

Comemorações do Centenário da morte de Alberto Sampaio (1841-1908)

Proposta do Vereador Leonel Rocha aprovada pela Câmara Municipal 411

Alberto Sampaio: O Grande Historiador do Minho 413
Armindo Costa

Alberto Sampaio, Precursor da História do Presente 415
José Amado Mendes

Lavouras e lavradores (Norte de Portugal)
As Vilas do Norte de Portugal um resumo de Alberto Sampaio 427
Emília Nóvoa Faria e António Martins

A Tertúlia do Ave
(Camilo, Martins Sarmiento, Alberto Sampaio,
Bernardino Machado e amigos) 441
Artur Sá da Costa

Documentação

[8,18] =11 B.Cs. = 10 volumes 495
Artur Sá da Costa

Índices Boletim Cultural (II série) 527
Amadeu Gonçalves

Livraria Municipal

I – Livro municipal, o mal-amado das políticas culturais 555
Artur Sá da Costa

II – Publicações Municipais.
Publicações Patrocinadas 571
catalogação de Amadeu Gonçalves

Informação cultural

Informação Cultural 605
Seleccção e textos: *Luís Paulo Rodrigues e Isaura Costa*
Fotografias: *António Freitas*

Persistência e renovação

A persistência e a renovação são dos traços mais importantes e decisivos para a eficácia e o sucesso de uma política cultural.

Organizar esporadicamente um grande evento cultural, pode arrastar multidões, encher páginas de jornais e dar-nos satisfação pessoal e colectiva. Porém, se não tiver, por detrás, um projecto mobilizador, com objectivos bem precisos, e um plano de sustentabilidade, que o faça perdurar no tempo, deixará o vazio e a insatisfação, logo que sejam apagados os holofotes.

Uma iniciativa cultural tem que deixar marcas, quer no território municipal, quer nas pessoas, criando hábitos de consumo, ou captando o interesse de novos públicos.

Um olhar, breve que seja, para os últimos anos do governo municipal de Vila Nova de Famalicão no sector da Cultura, detecta com facilidade esta linha estratégica de continuidade e renovação das políticas culturais, tendo como preocupação dominante prosseguir o que de bom está no terreno, corrigindo o errado, inovando e ampliando onde se justifique ou seja necessário.

Um dos exemplos, que espelha de forma eloquente esta orientação programática, é o próprio BOLETIM CULTURAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. Nascido na década de 1980, permanece como um dos veículos do vasto, plural e dinâmico plano cultural do nosso Município, reunindo os mais qualificados estudos sobre a história e a sociedade Famalicense. Eis, um contributo inestimável para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

São estes projectos estruturantes, que têm no horizonte o futuro e como destinatários o desenvolvimento e o bem-estar das populações, que são determinantes e, como tal, devem ser estimulados e prosseguidos.

.....
¹ Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Boletins culturais, rosto e instrumento das políticas culturais

I

A publicação de “Boletins Culturais” e “Revistas”, pelos municípios portugueses, é uma prática, que tem vindo a impor-se de forma crescente nas suas políticas culturais. Em todo o caso, estamos perante uma tendência recente e restrita a um número reduzido de câmara municipais. A confirmação é feita por Isabel Braga, na revista “Brigantia (2006, vol. XXVI)”, no texto *Poder Local e Historiografia Universitária sobre Temáticas Regionais: 1974-2000*: “Não obstante, a prática de se publicar, revistas regionais, remontar ao século XIX, uma boa parte das que actualmente se publicam são títulos recentes, aparecidos pós 1974, num contexto de valorização da cultura por parte das autarquias.”

No seu estudo, a Professora da Universidade de Lisboa inventariou 57 títulos, todos nascidos após a revolução de Abril de 1974 e o final do milénio. Não sendo um levantamento exaustivo (por exemplo, falta o “Boletim Cultural” de V. N. de Famalicão, criado em 1980), nem se limitando a identificar, exclusivamente, as publicações periódicas municipais, agregando também as revistas/boletins de outras instituições públicas e de associações privadas (por sinal, um número restrito), dizia, este trabalho tem o mérito, entre outros, de captar e expressar um movimento editorial e cultural, portador de um significado inovador, com amplas repercussões nas funções culturais autárquicas. Um movimento que espelha e reflecte uma mudança na acção política municipal, abrindo um novo ciclo de políticas culturais: que valorizam o estudo, incentivam a investigação, promovem o debate e estimulam a criatividade.

Creio poder afirmar, que esta é uma fase – embora ancorada na corrente de pensamento oitocentista, que se projectou na promoção e na investigação da história local e regional –, que evidencia e transporta traços distintivos e objectivos mais amplos, que o daqueles pioneiros e dos que, nos séculos seguintes, como Alexandre Herculano, lhes seguiram os passos. Acima de tudo, alargaram-se os horizontes culturais, deu-se um sentido e um papel mais intervencionista ao poder local no sector cultural, descobrindo-lhe dimensões e potencialidades, inclusivé de ordem económica, até então desconhecidas e/ou desvalorizadas; abriu-se a história local às novas correntes e metodologias, alargando-a a outras temáticas e, sobretudo, retirou-se-lhe o exclusivo das preocupações culturais. Anote-se que, apesar disso e tomando como bom exemplo a experiência do município de V. N. de Famalicão, a história local mantém um peso maioritário nos temas e nos conteúdos publicados no “Boletim Cultural” (ver à frente os índices da 2.ª série e o capítulo Livraria Municipal). Porém, acentue-se, a perspectiva é outra, os conceitos renovaram-se e os objectivos ampliaram-se. É a hora das “Jornadas de História Local” (as primeiras em Famalicão datam de 1989), dos “Seminários”, “Colóquios” e “Encontros de Outono” e outras iniciativas similares, que convocam à investigação e ao debate, juntando aos investigadores locais os académicos. Deve-se salientar como é facilmente perceptível, que este crescente interesse dos municípios, do início da década de oitenta do século passado, em torno da publicação de “Boletins Culturais”, não é um fenómeno isolado, nem nasce de geração espontânea. Como já tem sido salientado, noutros momentos e circunstâncias, anda associado à fase em que o poder local (ou parte dele) opta por uma forte intervenção na área cultural, assumindo novas funções e competências, supostamente

.....
¹ Coordenador

da Administração Central, e realizando investimentos retirados dos seus orçamentos, não esperando por transferências de competências (sempre adiadas) do poder central.

É caso para proclamar: se existem momentos e expressões de afirmação de autonomia local, esta inscreve-se nos anais da história do municipalismo.

Será, porém, enganador, pensar que este movimento editorial se restringiu à publicação de “Boletins Culturais”. Não só, não é um fenómeno isolado no contexto das políticas culturais municipais, como foi uma resposta às carências e anseios das populações locais, correspondendo à vontade e premência de descentralização e democratização dos bens culturais.

Com efeito, ele estende-se e amplia-se ao livro municipal (monografias, brochuras, catálogos, etc.), o qual adquire, também a partir do início da referida década, uma importância cultural e um peso económico ímpares na história do municipalismo português. O tema está na ordem do dia e ainda recentemente foi tratado no I Encontro do Livro Municipal, organizado pelo município de Mafra em 2008. A experiência do município de V. N. de Famalicão foi relatada numa comunicação que vai à frente reproduzida.

É um assunto em aberto, a exigir reflexão e tomadas de decisão de todas as instâncias governamentais (municipais e centrais) e empresariais ligadas ao sector. Direi apenas que, se nunca se editaram tantos livros no âmbito das autarquias, não menos verdade é que nunca se acumularam nesta área tantas questões e dificuldades em tão pouco tempo. Todas a aguardar soluções. Convém, contudo, não esquecer que, tal não invalida, que esta política editorial cumpre uma função cultural insubstituível com benefícios para os criadores, com repercussões no estudo e conhecimento da história local e da sociedade, e no contributo para a afirmação e valorização das terras, assim como para o fortalecimento dos sentimentos de identidade das suas populações.

II

Este volume do “Boletim Cultural” assemelha-se aos seus antecessores: é diversificado nos temas e plural nas autorias; como o é, uma vez mais, desigual nas metodologias adoptadas na abordagem das matérias estudadas. Desde sempre, o “Boletim” foi um território livre, deixando a cada um a responsabilidade de seleccionar o que quer editar. De igual modo, aparecem investigações históricas sobre temáticas diversificadas, ao lado de artigos com missão divulgatória, quer de textos (caso dos *Apontamentos de Viagem* de Rodrigues de Freitas), quer de documentos, como *Os Códigos de Posturas Municipais de V. N. de Famalicão no Século XIX*, aos quais se poderão associar a documentação publicada sobre *A Revolta Académica de 1907*, na qual o ex-Presidente da República Bernardino Machado teve um papel destacado e, ainda a correspondência trocada entre Vasco de Carvalho e o sobrinho do Barão de Trovisqueira, Leopoldo Trovisqueira.

A enunciação destes últimos trabalhos permitem-nos identificar e sublinhar outro traço distintivo, que se mantém neste número: a participação das várias unidades culturais integrantes do pelouro da cultura.

Porém, nem só de contributos oriundos das instituições culturais do município, se faz o “Boletim”. A maioria dos colaboradores é mesmo exterior à autarquia. São contributos inestimáveis, de grande qualidade e, sempre sedimentados na generosidade, que apenas cumprem o dever de intervenção cívico-cultural.

À parte disto, observa-se que este volume acentua outra das suas facetas: a evocação de personalidades locais e de acontecimentos históricos que marcaram a nossa terra. Uns promovidos em 2007, outros em 2008. O capítulo dedicado à informação cultural, também alarga o seu horizonte a estes dois anos. Acontece que, parte destas matérias estiveram para serem publicadas no primeiro daqueles anos, o que não tendo ocorrido, juntaram-se-lhes outras entretanto preparadas. A solução foi fazer um volume duplo e aceitar os imponderáveis desta opção.

Em 2008 ocorreram os aniversários de duas das maiores personalidades famalicenses: o centenário da morte de Alberto Sampaio e o tri-centenário da morte de Tomás Pereira. Era impossível ignorá-los, assim como indesculpável seria não recordar as suas vidas e obras. O programa comemorativo do centenário do historiador de Boamense, uma organização conjunta dos municípios de Guimarães e de Famalicão e da Sociedade Martins Sarmento, foi amplamente divulgado e participado, envolvendo múltiplas iniciativas ao longo do ano. O “Boletim” apenas lhe faz uma pequena referência, enfatizando a sessão de encerramento, onde, a par da conferência *Alberto Sampaio, Precursor da História do Presente*, proferida pelo Prof. Dr. José Amado Mendes, plena de novidade, se lançaram as bases do futuro Arquivo Histórico Alberto Sampaio, com a apresentação do respectivo projecto arquitectónico. Um equipamento à altura do seu patrono, que fecha (e abre) com chave de ouro esta celebração.

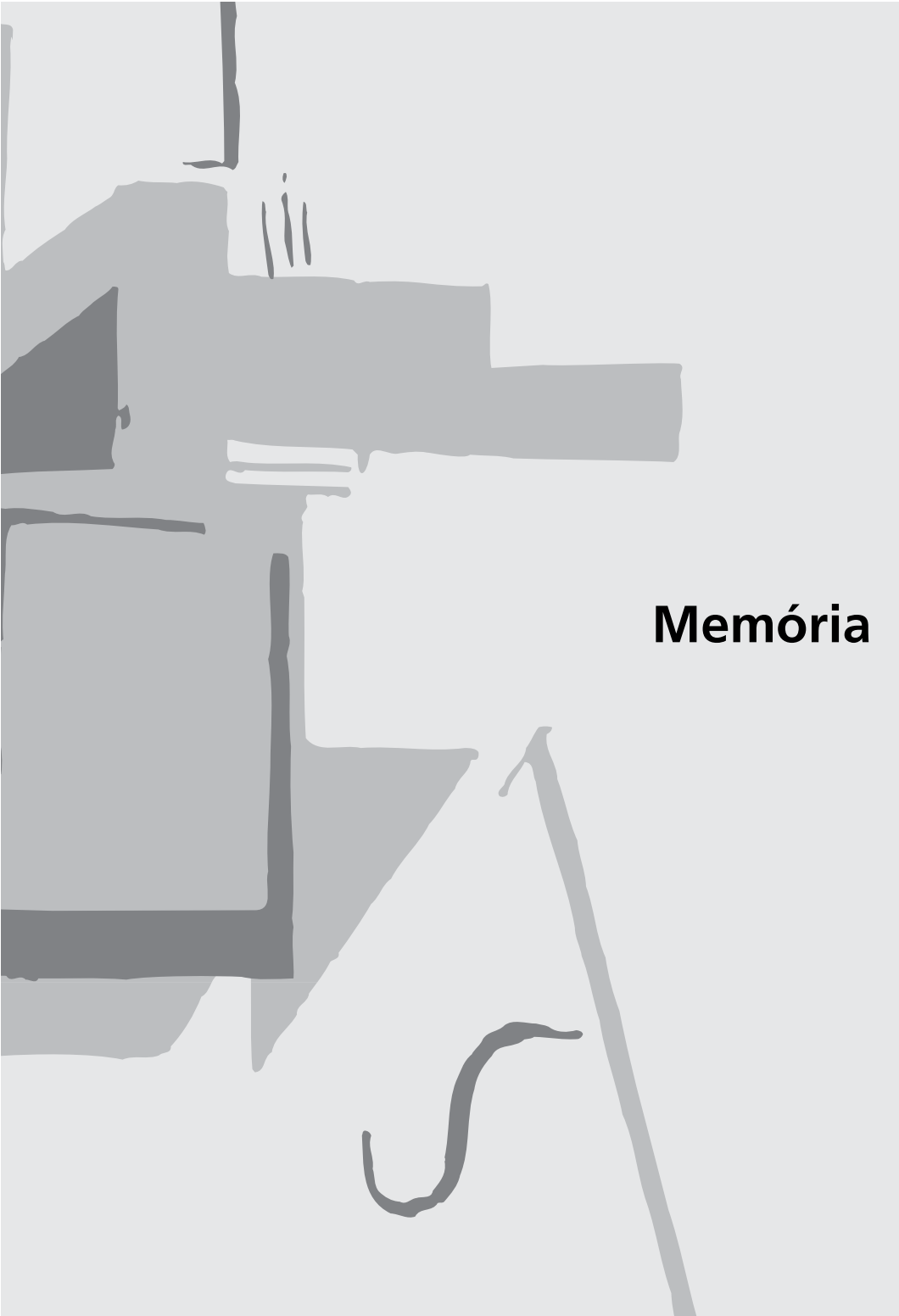
O programa sobre Tomás Pereira, por seu turno, teve, entre nós, dois momentos: o descerramento de uma lápide, na sua terra natal, Vale de S. Martinho, junto ao busto erigido em sua memória em 2000 e a conferência proferida pelo Prof. Dr. Luís Miguel Carolino, que infelizmente não conseguimos publicar neste número. Em todo o caso, ter-se-á de realçar que as celebrações do aniversário de Tomás Pereira tiveram dimensão intercontinental. A sua personalidade tem uma riqueza e projecção, que ultrapassam as fronteiras de Portugal, estendendo-se ao continente europeu, América do Norte e Ásia. Em todos estes sítios, a sua figura, o seu exemplo, foram saudados, tendo sido a sua multifacetada obra (em grande parte desconhecida) debatida em colóquios (por exemplo, o “Colóquio Internacional Tomás Pereira, S. J. (1645-1708), Vida, Obra, Época”, organizado pelo Centro Científico e Cultural de Macau), em simpósios (“Simpósio Internacional Comemorativo da Morte do P. Tomás Pereira, S.J.: na Luz e na Sombra de um Imperador” promovido pelo Museu do Oriente). É impressionante saber, trezentos anos após a sua morte, que a sua obra é estudada por investigadores e académicos europeus, americanos e chineses, enquanto se traduzem e publicam textos e correspondência inédita, retirados dos arquivos dos dois mundos!

Evocam-se ainda neste número as figuras de Júlio Brandão e do político Álvaro Marques, duas personalidades que marcaram o seu tempo, em áreas tão distintas.

O poeta e contista Armando Soares Coelho desapareceu sem nos avisar. Poucos se deram conta desse fatídico acontecimento. A própria imprensa se alheou, ignorando-o. Os seus amigos recordam-no aqui.

O “Boletim Cultural” fará trinta anos em 2010. Ainda de acordo com a Prof.^a Isabel Braga, só o Boletim de Espinho nasceu antes (1979), e apenas outros três têm a certidão de nascimento do mesmo ano do de V. N. de Famalicão.

Razões de sobra para prepararmos o seu aniversário.



Memória

A Capela e a romaria do Senhor dos Aflitos em S. Tiago da Cruz (Apontamentos para a sua história)

por João Afonso Machado*

Consultando as *Memórias Paroquiais de 1758* (através da edição da Câmara Municipal, com estudo introdutório, leitura e fixação do texto de José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva, págs. 146-148), rapidamente se nos impõe a conclusão de que, à época, eram três os espaços de culto na freguesia de S. Tiago da Cruz: a igreja paroquial, «*fora do povoado, proxima à estrada pública que vem da cidade do Porto para a cidade de Braga*», «*humra ermida dentro na aldeia de Pouzada, da invocação de S. Antonio*», pertencente «*a esta mesma igreja e nella está erecta humra confraria de Santo António que hé muita antiga*» e «*outra ermida, na quinta chamada de Pindella da invocação de Nossa Senhora da Conceição e pertencente ao senhor da Quinta*».

Vale dizer, inexistia, então, a Capela do Senhor dos Aflitos. O templo, precisamente, no presente o mais afamado e de maior popularidade na freguesia. O que a anima e enche de forasteiros, ao menos uma vez por ano, em Julho, na incontornável romaria do *Santiago*.

De quando, a capela e os festejos em seu redor?

Acima ficou referida a «*quinta chamada de Pindella*».

Ou, mais rigorosamente, a Casa de Pindela, de que era Senhor e Morgado – nesses anos seguintes ao terramoto

causador de tantas mortes e destruição no Sul – Vicente Pinheiro da Figueira Lobo da Guerra, um homem que cumprira longa caminhada de vida militar, vindo a falecer em 1765, pai de sete filhos, todos menores ainda. E destes há a nomear dois, pela sua ligação à história do Senhor dos Aflitos: o primogénito, João Machado de Melo Pinheiro e Figueira, sucessor, e o 10º Morgado de Pindela; e José Maria de Melo, cônego da Sé Primaz de Braga, onde possuía excelente moradia no Campo da Vinha. Ambos detinham o foro de Fidalgos da Casa Real, e o clérigo o grau de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Pindela era uma propriedade de generoso tamanho e amplamente florestada. A antiga estrada que fazia a ligação entre o Porto e a cidade dos Arcebispos embrenhava-se nas suas bouças, por entre montes de tristíssima fama, valhacouto de gatunagem e pouco escrupulosa gente. Um pesadelo para os viajantes, sobretudo os de bolsa bem abonada. Mantem-se intacto, na Mata de Pindela, o penedo com uma cavidade cúbica onde se erguia uma cruz, local de paragem e prece, ia-se no coração da caminhada, assim Nosso Senhor dos Aflitos da Estrada (esta a sua designação completa) velasse pela sua chegada sãos e salvos.

A lenda encontrou por ali matéria prolifera em que campeasse. Eram temidas, fabulosas, as maltas de bandoleiros que infestavam tais paragens. Ai dos feirantes, almocreves, ai de quem jornadeasse transportando consigo qualquer bocadito de riqueza!

E, no entanto, roubavam esses meliantes, quase sempre, – para que não lhes roubasse a Fome os seus filhos, os familiares a seu cargo... Na Casa de Pindela, invariavelmente, encontravam uma malga de caldo, um naco de pão, qualquer recado de alimentos com destino para os seus tugúrios. Era para eles intocável, a gente de Pindela. Benfeitores.

.....
* Advogado. Escritor.



Um dia aconteceu uma senhora vir em viagem, na sua carruagem, para Pindela, onde casara recentemente. Desconheciam-na, por isso, os assaltantes. E que preciosa oportunidade se lhes deparava ! Dinheiro, jóias, vestidos... Foi uma monda completa. Souberam mais tarde, contudo, a quem pertencia a dita senhora. E logo os seus haveres vieram ter a Pindela, restituídos, engalanados em pedidos de desculpa, soubessem eles que Sua Senhoria era da Casa...

Histórias que chegaram aos nossos dias, com todo o rigor possível da tradição oral no correr das gerações...

Mas o Arquivo Particular da Casa de Pindela, por via da documentação que conserva, permite algumas certezas mais poderosas. Como, por exemplo, a circunstância de o Cónego José Maria de Melo, em Braga, ao Campo da Vinha, onde residia, trazer ao seu serviço um tal Manuel José da Costa Fortunato. O seu escudeiro, assim se dizia. Rapaz novo, possivelmente, que um dia, com a anuência do amo, se fez à vida. E, neste ponto, novamente se abre no tempo um espaço que é o das histórias contadas, reproduzidas, ampliadas, campo livre do engenho e da imaginação. Para onde rumou o Fortunato? Que brasis não terá desbravado? Quantos anos mineirou a sua riqueza? Porque – sempre se contou – regressou um dia o Fortunato ao Minho, possuidor de uma grande fortuna. Ouro, sacadas dele. E a lembrança temível da arriscada travessia que aguardava o seu amado ouro, por essas antigas estradas debruadas a arvoredos e malandrins.

Teriam sido muitos invernos de sacrifício, tardes, serões e madrugadas de labuta sem parança, sempre a arrecadar. Fortunato não deixaria escapar a sua reluzente, colossal, maquia por entre os dedos armados de pistolões ou navalhas desses parasitas da berma do caminho. Mas como evitá-lo? Quem lhe valeria? Só Deus Pai, garantidamente. Ou o seu Filho, Nosso Senhor dos Aflitos da Estrada.

Daí a promessa de uma capela invocativa, a erger ali perto do breu das matas, sendo bem sucedida a viagem e atingindo o ouro de Fortunato o seu ansiado destino.

O Senhor dos Aflitos assim o quis e a obra nasceu. Construiu-se a capela. Em quarteis da Casa de Pindela.

Ocorreria ao Manuel Fortunato pedir ao seu antigo amo que intercedesse junto do irmão, o Morgado de Pindela, por um *pedaço de terra* e um assento no Céu. Plausivelmente. Como se infere do seguinte *título* de 15 de Outubro de 1823, extraído dos *autos e patrimonio da fabrica da Capella do Senhor dos Aflitos*, que ora se reproduz em toda a sua rudez ortográfica:

“Digo eu João Machado de Mello Senhor e administrador da Casa de Pindela sita na freguesia de Santiago da Cruz que por ter muita devoção com a Imagem de Nosso Senhor dos Aflitos da estrada, lhe dou de muinta boa vontade hum pedaço de terra junto ao sitio onde foi algum dia a caza do Galego chamada a Casa da Boavista, a qual fica tambem dentro da mesma medição cujo pedaço de terra entesta pela parte do sul na Bouça que pessoei Manuel Joaquim da Costa foreira a meu Morgado, e principiando a medição deste pedaço de terra tem de comprido pela parte do Sul a Nascente sessenta varas, e de Nascente a Norte tem de largura trinta varas, e de Norte a Poente sessenta e do Poente a Sul trinta e cinco; e este pedaço de terra para que todo o seu rendimento que possa preduzir seja para ajuda do patrimonio da mesma Capela de Nosso Senhor dos Aflitos da estrada desta mesma freguesia de Santiago da Cruz este terreno o dou fazendosse a dita capela mas caso os Devotos do mesmo Senhor não cheguem a fazer a dita capella em tal caso não a lhe dou. Hoje, Pindela quinze de Outubro de mil oito centos e vinte e tres annos = João Machado de Mello»

Era o 10º Morgado de Pindela, benditamente, um devoto também da *Imagem de Nosso Senhor dos Aflitos da estrada*. Por isso, *de muinta boa vontade*, fez doação, pelo sobremencionado instrumento, do terreno posicionado *junto ao sitio onde foi algum dia a caza do Galego* (outra história, decerto gostosa, que permanece obscura), mais exactamente no Lugar da Boavista de agora. Com as dimensões referidas no texto, que serão as do espaço compreendido entre a ermida e a actual sede da Junta da freguesia. Mas a dádiva era condicionada: não se construindo a capela, *em tal caso* a fatia disponibilizada tornaria à procedencia, ou seja, reintegrar-se-ia no património da Casa de Pindela.

A capela, não obstante, em 1826 era já uma realidade palpável.

Edificaram-na as esmolas dos fieis, que de todas as partes concorrem a prestar culto à mesma Imagem do Senhor dos Aflitos. Assim resulta do documento datado de 20 de Outubro de 1826, e denominado “Declaração e obrigação do Secretário do Senhor dos Aflitos resp.t.e a huma Barraca q. fes em terreno desta Quinta de Pindella”:

«Senhor

Diz João Machado de Mello, Administrador do Vinculo, e Morgado da Casa e Quinta de Pindela na freg.ª de S. Thiago de Cruz termo da V.ª de Bar.los Arcebispado Primaz, que pela devoção que tem e consagra a Imagem de Nosso Senhor Jesus Christo debaixo da invocação de Senhor dos Aflitos, se resolveo a dar-lhe a porção de terreno bravio, pertença do d.º vinculo, que consta do documento junto, afim de se edificar ahi, como edificou huma Capella para o que forão suficientes as esmolas dos fieis, que de todas as partes concorrem a prestar culto à mesma Imagem. E porque tal dação de terreno por ser vincular, não valle sem confirmação de Vossa Magestade, e com a arbitração do foro competente, e com clauzula de que nunca os devotos, ou Admenistradores da d.ª Capella poderão tapar aquelle terreno, fazer, consentir se fassão cazas no mesmo, excepto para Capellão, e barracas de taboa p.ª a romagem, ficando da privativa atribuição do Sopp.e a nomeação dos Administradores e Mezarios no caso de que estes contravenhão a alguma das clauzulas referidas, e sempre livre e izempta de todos e quaisquer direitos a d.ª romagem nos dias 24, 25 e 26 de Julho athe mesmo de Siza, excepto as barracas de taboado, e vendas que pagarão ao Supp.e o que elle lhe arbitrar pelo terreno que ocuparem e por tanto

P. a V. Magestade se digne precedendo as diligencias do Estillo, mandar expedir-lhe Provisão

Como Procurador

Domingos Joze de Carv.º»

Serão pertinentes algumas explicações suplementares. Desde logo, porque se tratava de um terreno pertencente ao Morgadio, apenas mediante licença régia poderia ser desvinculado do mesmo. Era o que João Machado de Melo almejava com o transcrito requerimento.

Mas, sobretudo, a forma com este vem redigido parece inculcar a ideia de que, antes da capela, existiria já o culto da *Imagem*. O que limpidamente se coaduna com outro pormenor da lenda – a de que a cruz posta no penedo, junto à estrada, teria sido trazida para o altar-mor do nóvel templo. Tudo permitindo aquilatar o fervor com que os *fieis* ajoelhariam aos seus pés, antes mesmo de ao Senhor dos Aflitos ser ofertado um tecto telhado. A travessia das matas de Pindela seria, efectivamente, perigosa, e generalizado o recurso às preces e à protecção de Nosso Senhor dos Aflitos da Estrada.

Evidentemente – todos o sabem – de uma ermida a uma romaria vai, no Minho, um passo de anão. Em 1826, os festejos tinham já data certa – 24, 25 e 26 de Julho – e manifestavam mesmo uma organização que podia incluir a casa para o *Capellão* e dava conta das inevitáveis *barracas de taboado e vendas*. A existência, consumada ou em vias disso, de uma confraria é indubitável, quando se aflora a *nomeação dos Administradores e Mezarios*.

A extracção destes é ainda visível do seguinte requerimento, encaminhado para a Câmara Eclesiástica do Arcebispado de Braga em 1830:

«*Ill.mo e R.mo Senhor*

Dizem os Officiaes Zeladores da Capella do Snr. dos Aflitos, sendo hum d'elles o Rv.º Abb.e da freg.ª de S. Thiago de Cruz, onde a dita Capella he fundada, e o Ill.mo João Machado de Mello Senhor, e Administrador da Caza, e Vinculo de Pindella, que para certos requerimt.os, e designaçõens, que todos entre si tem a fazer, necessitão que o Secretario da Camara Eccleziastica lhe passe por certidão a copia do titulo, em que o d.º Ill.mo João Machado de Mello deo hum pedaço de terreno p.ª patrimonio da dita Capella, e esta copia seja bem e inteiramt.e passada como no original, por isso

*P. a V.ª S.ª R.ma se digne mandar passar por certidão copia = de verbo ad verbum = do dito titulo em módo q. faça fé.
E. R. M.ce»*

O Morgado de Pindela e o Abade de Cruz acompanhavam de perto a evolução institucional do Senhor dos Aflitos. Decerto cada vez mais esquecido como amparo dos viajantes, e mais procurado enquanto alma – e corpo – da romaria e dos negócios em sua órbita. E quando assim é, recomenda a prudência se ponham por escrito os tratos, as obrigações assumidas e os direitos reclamados. Manuel Fortunato, o precursor, guardou consigo o cargo de *Secretario*. Investido nele, prodigalizou-se em reconhecimentos públicos incidentes sobre as garantias que a Casa de Pindela não queria, nem podia, prescindir em relação às suas bouças vizinhas da capela:

«Digo eu Manoel Joze da Costa Fortunato Secretario do Snr. dos Aflitos que he verdade que eu pedi ao Ill.mo Snr. João Machado de Mello Snr. da Casa e q.ta de pindella, Liçença p.ª o d.º Snr. me deixar fazer a varraca p.ª os mordomos emcostada a bouça dele i o d.º Snr. me deu Lisença mas que não queria q. a d.ª barraca ganhace posse; portanto eu confeço que a terra he delle i qd.º ou ele ou Seu Suçeçor mandar que a tire dali ou eu ou o Secretario que servir o Snr. dos Aflitos a tirara logo que por eles for avizados pois so o Secretarios he que são Senhores dela i não os mais ofeçiais porque a fis eu a minha custa com o meu tavoado i portanto so Secretario q. servir sera s.nor da Chave dela = i tamvem o mesmo Snr. deu p.ª ajuda do patrimonio da Capela o terreno do penedo q. se escvou i pela p.te devaixo do outão da Capela a largura do adro dahi athe la diente aos Sobreiros i athe a parede da bouça este deuo de esmola p.ª o Snr. por hum papel cuio se acha nos rrezidos junto o patrimonio da Capela como foi o seu destino hoie vinte de outubro de 1826. o Secretario Manoel Joze da Costa Fortunato».

O Morgado acedera em que a varraca dos mordomos ficasse na extrema das terras de Pindela. Mas a título precário, sem que daí adviesse a posse das mesmas. Assim o confessava Manuel Fortunato. Todavia, ampliara o logradouro da capela, na parte voltada a sul, *athe la diente aos Sobreiros*. Onde há poucos anos se viam ainda os fornos de assar cabritos.

E quanto a edificações:

«Por este por mim mandado fazer e por mim assignado digo eu Manuel Joze da Costa Fortunato desta frg.ª de S. Tiago da Cruz servindo de tizoureiro da ademenistração do Senhor dos Aflitos da m.ma frg.ª que eu pedi licença ao Ademenistrador da Casa de Pindella o Ill.mo Snr. João Machado de Mello para me deixar fazer hua Casa de pedra e madeira e tilhada no seu monte ao pé da Capella do m.mo Senhor para servir tam somente na ocasião da romaria e não viver ninguem nella pelos anos adiente só se ouver Capellão do m.mo Senhor e isto por ser montado da sua Quinta e Vinculo della e por elle me conceder a dita licença com a declaração dos futuros officiaes não entender de outro modo se não como assim fica dito e se quizerem os ditos officiaes futuros hir contra este contrato sera elle ademenistrador ou seus herdeiros obrigado tam somente a pagar a despeza da dita q. for louvada e dipois ficara a Casa sendo sua a qual caza tem de comprido nove varas e de largo sinco.

E mais pedi ao m.mo Snr. João Machado de Mello licença para me deixar fazer alem desta caza em direitura huas Barracas de madeira de pinho para alugar nos dias da romaria e o rendimento ser para o Senhor mas com a declaração q. se o dito Senhor João Machado de Mello ou seus herdeiros as mandar tirar logo os officiaes q. então servirem as tirarão e se o não fizerem dentro do tempo q. lhe determinarem elle dito Senhor ou seus herdeiros o poderão fazer; as ditas Barracas tem de comprido dezassete varas e meia e de largo duas varas. E mais lhe pedi licença para fazer hua barraca ao pe de hum sobreiro q. he p.ª servir de asougue nos dias da romaria e o rendimento para o Senhor com as mesmas condiçoins e obrigaçoins asima declaradas; esta barraca tem de comprido quatro varas e hum palmo e de largo tres varas e quatro palmos e por tudo isto ser verdade pedi ao P.e António Jacome da Costa da frg.ª de Jezufrei q. este me fize-se e como testemunha assina-se na prezença das testemunhas Manoel Joaq.m da Costa e Bernardo Joze da Costa ambos desta freg.ª de S. Tiago da Cruz hoje vinte de Dezembro de mil oito centos e trinta e tres. O Tizoureiro Manoel Joze da Costa Fortunato.

Eu q. este fis e como testemunha assigno o P.e Antonio Jacome da Costa. Testemunha Manoel Joaq.m da Costa. Testemunha Bernardo Joze da Costa».

O tizoureiro Manuel Fortunato fornece, assim, um quadro legível da panorâmica no Lugar da Boavista em 1833: a Casa de pedra e madeira e tilhada (seria aquele onde está sediada a Junta de Freguesia?); e as

Barracas de madeira de pinho para alugar nos dias de romaria e a barraca ao pe de hum sobreiro para servir de asougue nas mesmas ocorrências festivas.

O aroma do cabrito assado já então andaria no ar. Não faltava quem acolhesse os romeiros e os satisfizesse na bebida e nas vidualhas. Acabadas de preparar, fresquíssimas, vindas do açougue junto aos sobreiros...

Enfim, as demarcações e delimitações do terreiro do Senhor dos Aflitos foram sendo, ao longo dos tempos, matéria que demandava algum cuidado documental. Em 1841, Vicente Machado de Melo Pinheiro, o 11º Morgado de Pindela (filho e sucessor de João Machado de Melo), reunia testemunhas e outorgava, no Cartório de Vila Nova de Famalicão, um *publico Instrumento de Escriptura de Documento lançado na Notta*, acto que este a visar o reforço da autenticidade da acima transcrita confissão do Fortunato.

A romaria, essa foi sempre crescendo em entusiasmo e variedade de diversões. Levantou-se bem acima dos eucaliptos da Mata de Pindela, até à ponta daquele arco descomunal – o mais alto da Península... – que a força braçal dos fregueses punha na vertical, madrugada fora, a ver o dia nascer. Agora já não é assim.

Em 1938, após a morte do 3º Visconde de Pindela, João Afonso Pinheiro, foi necessário proceder a um amplo corte dos sobreiros. E um outro se verificou há poucos anos, quando de determinou alargar o cemitério paroquial. Entretanto, no início da década de 70 do século passado, o 4º Visconde de Pindela, Vicente Pinheiro Machado, e a sua irmã, D. Maria Amália Pinheiro Machado, fizeram doação à freguesia do restante do terreiro, até onde recentemente foi colocada a estátua homenageando os combatentes do Ultramar.

Pontes romanas e pontes românicas – o que as caracteriza

por António Martins Vieira*

Introdução

Os manuais de História, relativamente ao Império Romano do Ocidente, têm uma unidade de ensino designada “Romanização”, cujo termo compreende a cultura imposta pelos romanos aos povos da Península Ibérica, desde o último quartel do séc. III A.C. até ao V século D.C. Tratou-se de um processo nada fácil e de longo prazo, traduzido nos seguintes domínios:

- Maneira de viver dos romanos;
- Exploração mais racional e intensa das potencialidades económicas, como mineração, pedreiras, introdução de novas culturas, desenvolvimento da indústria das salgas, cerâmica, etc;
- Intensificação do comércio interno e externo através do alargamento da rede viária, navegação fluvial e marítima para encaminhar os resultados das explorações para Roma;
- Organização administrativa e judicial do território;
- Uso de uma língua oficial, o latim, imposto às populações;
- Arquitectura, arte de grande prestígio aproveitada da civilização etrusca e helenística.

A nota dominante do presente estudo são as pontes romanas. Como não são bem conhecidas, começamos por dar primazia à ponte de Chaves, visto ser o protótipo da arquitectura romana nesta área e em Portugal. Porém, não deve ser o único exemplar existente no País.

Mas, além do desconhecimento que existe relativamente às pontes romanas construídas durante a primeira metade da ocupação romana, outras pontes mais novas, talvez 900 anos, encontram-se mais ignoradas – Pontes Românicas.

1. Pontes romanas e pontes românicas – O que as caracteriza?

1.1. Pontes romanas

Como toda a gente sabe, uma ponte é uma obra de arquitectura necessária para ligar as margens de um rio, dando seguimento a uma estrada.

Sem estradas e pontes não é possível conseguir-se os meios necessários para o desenvolvimento de qualquer país. E os romanos foram cuidadosos e peritos nesta matéria, dando-lhes uma fisionomia própria. No presente trabalho não vamos tratar de estradas romanas porque esse estudo já foi contemplado por várias individualidades de reconhecido valor. No entanto, desconhecemos se já está tudo dito ou não. Compete-nos, pois, escrever apenas sobre pontes, visto este assunto ser ainda confuso para muitas pessoas. É de referir que em 1995 foi publicado um trabalho sob a responsabilidade da antiga JAE com o título “Estradas e Pontes

* Professor Aposentado. Investigador

Romanas” em dois volumes. As estradas foram contempladas com cerca de 90% do espaço e a restante percentagem foi aplicada a imagens de pontes, tanto romanas como românicas cujas legendas revelam indefinição quanto à sua identidade. Melhor dizendo, as pontes romanas foram colocadas na mesma posição das pontes românicas.

Por isso, fomos colher à ponte de Chaves todos os dados existentes na sua anatomia descritiva para os confrontar com os de outras pontes.

1.1.1. Ponte romana de Chaves

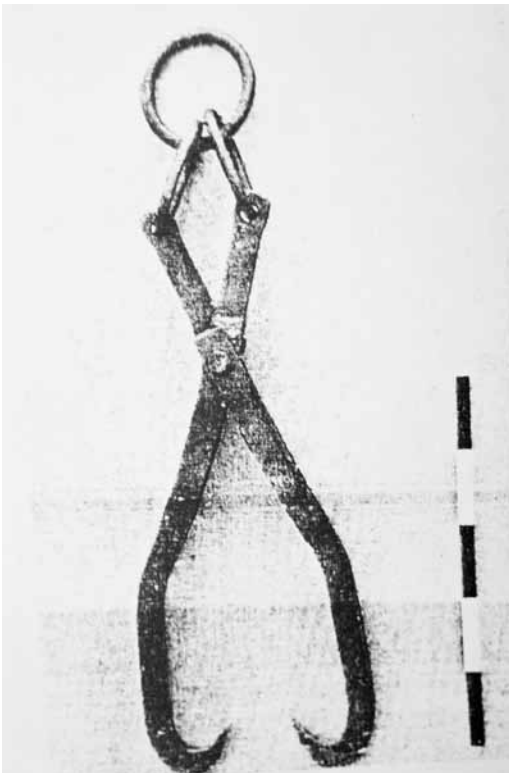


▲ Fig. 1 Ponte de Chaves com dois marcos miliários sobre o tabuleiro.



▲ Fig. 2 Parcela da ponte de Chaves cujos dois arcos apresentam as aduelas almofadadas com vincos e o pegão com a imposta.

Localização: Rio Tâmega, Chaves



▲ Fig. 3 Fórfex

Está classificada como Monumento Nacional.

Tem um tabuleiro com cerca de 150 metros de comprimento, duas faixas de rodagem que permitem ultrapassagens, perfil rectilíneo e guardas em gradeamento de ferro, que inicialmente eram em silhares de granito.

São doze os vãos para escoamento das águas, mas já houve mais. Porém, estão soterrados. Os arcos que os decoram são semicirculares, visto a flecha ser igual à metade da largura do vão de um saimel ao outro saimel. Os tímpanos não têm olhais para descargas, nem eles são característicos das pontes romanas.

Os pegões possuem impostas boleadas antes do arranque dos arcos.

Quanto a apoios auxiliares apenas existem os quebra-mares a montante e na forma triangular para diminuir a força transversal da corrente das águas.

O aparelho é constituído por perpianho e cada elemento está equipado com bossagem e vincos para a aplicação do fórfex (fig. 3) na acção do sarilho encarregado de guindar as peças para a construção da ponte.

Relativamente ao pavimento do tabuleiro e silhares das guardas, o processo de transporte da matéria-prima deve ter sido por intermédio de zorras arrastadas por animais de jugo ou de sela.

Sobre a natureza das fundações nada podemos referir.

Por último, resta-nos aludir à existência das duas colunas no tabuleiro, uma do lado montante e outra do lado jusante, cada uma com a sua inscrição. São documentos que testam a identidade da ponte e até mesmo o tempo que levou à sua construção.

A primeira coluna diz:

“César Nerva Trajano Augusto Germânico Dacico, pontífice máximo, com poder tribunicio, cônsul a 5º vez, pae da pátria, os aquilavienses trataram de fazer a sua custa esta ponte de pedra”.

A segunda coluna diz que *“imperando César Vespasiano Augusto, pontífice máximo, com poder tribunicio e decima vez, imperador a vigésimo, pae da pátria, cônsul a nona vez, imperando também Tito Vespasiano César, filho de Augusto, pontífice, com poder tribunicio a oitava vez, imperador a decima quarta, cônsul a sétima (...) sendo legado do Augusto o propetor caio Calpetano Rancio Querinal Valério Festo e sendo legado do Augusto na legião sétimo, Decio Cornelio Meciano e procurador do mesmo Augusto, Lúcio Arruncio Máximo, a Legião Sétimo Gemina Feliz e dez cidades, a saber: os aquilavienses, os aobrigenenses, os bibalos, os coelerenses, os equesos, os interamnicos, os limicos, os nebisocos, os querquemos e os tamaganos (...)”.*

Após o estudo da ponte de Chaves, arrancámos à procura de pontes idênticas, fazendo uso da pesquisa de campo.

E, depois de percorrermos centenas e centenas de quilómetros equipados com uma pequena panóplia constituída por duas máquinas fotográficas, fita métrica, fio-de-prumo, nível, esferográfica e papel, apenas encontrámos quatro pontes romanas, sendo três portuguesas e uma espanhola. No entanto, informamos que a pesquisa não se estendeu ao sul do país. Por isso, para essa zona, pode haver mais pontes romanas.

1.1.2. Ponte romana de Ribeira de Seda



▲ Fig. 4 Ponte da Ribeira de Seda (perspectiva).



▲ Fig. 5 Ponte de Ribeira de Seda com olhal no tímpano, imposta no pegão e vincos nas aduelas.

Localização: Estrada Nacional 245, na fronteira de Alter do Chão e Crato, distrito de Portalegre.

- Monumento Nacional;
- Tabuleiro rectilíneo com mais de 100 metros de comprimento e duas faixas de rodagem, permitindo ultrapassagens. As guardas são em silhares e o tipo de pavimento enquadra-se no de uma estrada nacional;
- Seis vãos para escoamento das águas, com olhais de descarga. Os arcos são semicirculares porque a flecha é igual à metade do vão. Os pegões também apresentam as impostas antes dos arranques;
- Aparelho constituído por perpianho com bossagem e vincos.

1.1.3. Ponte romana de Idanha-a-Velha

Localização: Idanha-a-Velha, rio Pônsul

- Monumento Nacional;
- Está sobre o rio Pônsul e pertence ao distrito de Castelo Branco;
- Tabuleiro de perfil rectilíneo com duas faixas de rodagem e guardas na forma de silhares;
- Seis vãos para escoamento das águas, sem olhais para descarga. Os arcos são semicirculares;
- Recebeu acrescentos ao longo dos tempos, segundo informação escrita colocada na própria ponte pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

1.1.4. Ponte romana de Torre de Dona Chama



▲ Fig. 6 Ponte de Torre de Dona Chama.
Tabuleiro incorporado na E.N.315



▲ Fig. 7 Ponte de Torre de D. Chama. Vincos nas aduelas do vão.

Localização: Torre de D. Chama, E.N.315, rio Tuela, Mirandela, Bragança.

- Monumento Nacional;
- Tabuleiro rectilíneo, duas faixas de rodagem e guardas em silhares;
- Seis vãos com arcos semicirculares;
- Aparelho em perpianho com bossagem e vincos;
- Quebra-mares a montante, na forma triangular e contrafortes a jusante adossados aos pegões, fruto de acrescentos posteriores, porque as pontes romanas não têm contrafortes.

1.1.5. Ponte romana de Salamanca

Localização: Rio Tormes, afluente do rio Douro, Espanha.

- Tem as mesmas características das pontes já mencionadas. Não se encontra aberta ao trânsito rodoviário. Serve apenas os peões, porque a jusante há a alternativa de uma outra ponte em betão pré-esforçado.

São estas as pontes nossas conhecidas. Outras poderão existir e ainda outras existiram, mas foram apeadas porque o tempo não as respeitou.

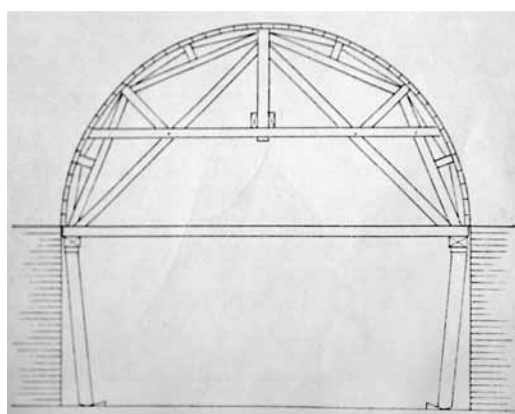
Como observaram nas imagens, as características das pontes romanas são todas semelhantes e a identidade que se encontra nos arcos é a mesma em edifícios diferentes. Temos como exemplos o Aqueduto de Segóvia, Espanha (fig. 9) e o arco de Abobadela, Oliveira do Hospital, Coimbra, (fig. 10) nomeadamente quanto às impostas, vincos, almofadas das aduelas e forma dos arcos.



▲ Fig. 8 Ponte romana de Salamanca sobre o rio Tormes.



▲ Fig. 9 Aqueduto romano de Segóvia.



▲ Fig. 11 Cimbra com estrutura para aguentar com as aduelas na formação do arco.



▲ Fig. 10 Arco romano do Fórum de Abobadela.

É ainda de assinalar, neste ponto, a técnica aplicada pelos romanos na feitura dos arcos para que tivessem a forma semicircular, não só por causa da estética, número par de aduelas e ímpar do fecho, bem como e sobretudo, oposição eficaz à compressão exercida pela carga do material sobrejacente.

Nesse sentido e para que nada faltasse, faziam cimbres (fig. 11) com as medidas adequadas aos tamanhos e forma que pretendiam colocar nos arcos.

1.2. Pontes românicas

Por comparação com o estilo existente na arquitectura religiosa do séc. XII e parte do XIII, surge a mesma designação de românico para as pontes construídas na mesma data. Mas esclarece-se que a característica está só e unicamente nos arcos. Também há quem apelide esse estilo de medieval. Embora não seja erro, porque a data encontra-se dentro do período medieval (séc. V – XV), todavia não é correcto, não é exacto, porque, nesse caso, o gótico também é medieval, mas não é românico. Além disso, a História da Arte trata esse estilo por românico e os povos peninsulares desde o séc. VI ao séc. XI não tiveram tempo de pensar em construir pontes, porque estiveram constantemente em guerras.

Recordemos a História:

- Lutas no séc. VI entre suevos e visigodos;
- Invasão dos árabes em 711;
- Reconquista cristã de 718 / 1249, embora no séc. XI os cristãos visigodos fossem senhores do espaço geográfico até ao Mondego.

Como o norte da parte ocidental da Península esteve em paz e se tornou imperiosa a necessidade de operar o repovoamento, construíram-se muitas pontes, bem como igrejas que hoje chamamos românicas. São poucas as igrejas visigóticas existentes, ou porque não houve mais construções ou então foram destruídas durante a ocupação árabe. Actualmente e no país apenas restam três exemplares que ainda conservam vestígios desse tipo de arte. É a igreja de Montélios em S. Jerónimo, Braga, Balsemão, próximo de Lamego e junto à margem direita do rio com o mesmo nome e ainda outra para os lados da Nazaré.

Terminado este preâmbulo, passemos ao estudo das pontes românicas, pontes essas construídas em qualquer sítio, tanto para ligar estradas importantes como secundárias, mesmo que se encontrassem em cota baixa em relação ao leito do rio.

Eis, pois, as características:

- Tabuleiro em forma de cavalete, não rectilíneo, com uma largura que não permite o cruzamento de duas viaturas ligeiras. Os responsáveis pela sua construção pensavam que o mundo não evoluía e, por isso, as viaturas seriam sempre de tracção animal. O facto de o tabuleiro apresentar essa forma não é para que as águas das chuvas corram para as extremidades, como alguém refere, mas tão somente para que os vãos de escoamento das águas, nas cheias, tenham abertura e altura suficientes e as águas não passem por cima da ponte. Isto seria a sua destruição.²

Ainda sobre o tabuleiro há a considerar o pavimento que é constituído por lajes ciclópicas e amorfas de granito e as guardas por silhares que estão interligados por sistema de macheação; (fig. 12 e 13)

² Alves, Francisco M. Arqueologia, Etnologia e Arte, Tomo IX, Museu do Baçal, 1982



▲ Fig. 12 Encaixe entre dois silhares das guardas de um tabuleiro de ponte românica.



▲ Fig. 13 Pavimento de um tabuleiro de uma ponte românica, com corcova e guardas.

- Os vãos são decorados por arcos construídos por aduelas de granito, no norte de Portugal, porque é uma zona de natureza granítica e nos locais onde abunda a argila, por material dessa natureza;
- Os arcos das pontes do séc. XII são arredondados, mas não semicirculares, porque essa característica é atributo das pontes romanas. Os arcos das pontes do séc. XIII são apontados, integrando-se num românico de transição para o gótico;
- No intradorso do vão, se não houve intervenção, há os agulheiros para apoio das cambotas; (fig. 14)
- Siglas e sinais apotropaicos nas pontes dos meados do século XIII; (fig. 15)
- Apoios auxiliares através de quebra – mares a montante e contrafortes a jusante;
- Pode acontecer aparecerem em algumas pontes românicas os chamadas olhais nos tímpanos para complementarem as funções dos vãos.



▲ Fig. 14 Agulheiros num vão de uma ponte românica.



▲ Fig. 15 Siglas e sinais apotropaicos numa ponte dos meados do séc. XIII.

Quadro 1 – Pontes Românicas na rede hidrográfica de Vila Nova de Famalicão

RIOS	PONTES	LOCALIDADES
Ave	Serves	Liga Pedome, Famalicão a Gondar, Guimarães
Ave	Lagoncinha	Lousado
Este	Coura	Nine
Este	S. Veríssimo	Cavalões
Este	Gravateira	Gondifelos
Pelhe	Campo da Feira	Antas
Pelhe	Pedrinha	Esmeriz
Pele	Passelada	Landim
Ervosa	Ervosa	Lousado

Das nove pontes românicas implantadas no concelho de V.N. de Famalicão, apenas são referidas três.



▲ Fig. 16 Ponte românica de Coura vista de montante.

de natureza amorfa. Consta de dois vãos com arcos idênticos, tendo de largura 6.50m e de flecha 3.00m, obviamente arredondados, mas não semicirculares. No intradorso há os agulheiros.

Quanto a apoios auxiliares há a considerar um quebra-mar a montante, de forma triangular, e a jusante um contraforte de forma prismática.

Material: Granito de tipo perpianho e alvenaria. As juntas são secas e sem grande verticalidade. As guardas são de granito, mas fraco, cujas juntas possuem argamassas muito mal aplicadas.

Época de construção: séc. XII.

Tipologia: Estilo românico.

Utilização: Foi construída para prestar serviços diferentes dos actuais – passagem de viaturas de tracção animal, gado e peões. Actualmente, embora possam transitar viaturas ligeiras, todavia os veículos de carga não podem, quer pela faixa de rodagem não permitir, quer por falta de condições estruturais. É de referir ainda, neste ponto, a prestação de serviços indirectos, devido a dois acessos em rampa e calçada, paralelos à ponte e do lado montante, destinados à entrada de gado para lavagem das patas e até, a conselho dos alveitares, como

1.2.1. Ponte românica de Coura

Localização: Nine, Vila Nova de Famalicão, Braga

Acesso: Rio Este, rua de Palhares ou lugares de Coura e Palhares.

Protecção: Aguarda-se a classificação, a curto prazo, de Imóvel de Interesse Público

Descrição: Tabuleiro em corcova com o comprimento de 30m e 3.15m de largura. O lajeado é muito irregular, pois é constituído por elementos ciclópicos

remédio para doenças do aparelho urinário, mulheres no verão lavarem roupas; levantamento de areias para aplicação nas argamassas e mesmo para mergulharem os linhos numa das fases da preparação das fibras.

Estado de conservação: Fraco

Fotografia: A. Martins Vieira

Intervenções: No dia 21 de Abril de 1781 houve uma autorização de finta aos habitantes de Nine para arranjo da ponte do rio Este, chamada de Coura, na estrada que vai para a maior parte do julgado de Vermoim e Vila de Guimarães e outras partes.³

Em 1810 houve uma outra intervenção nas guardas do tabuleiro, porque num dos seus elementos encontram-se inscritos os seguintes dizeres: “O. P. 1810”.

Houve outra intervenção em 1873 na ponte e nas calçadas laterais.⁴

Nos anos 90 do séc. XX houve um alargamento do tabuleiro da margem esquerda para facilitar a circulação de um carro cisterna da empresa Agros, mas por erro do responsável de vias e obras da Câmara Municipal não obteve o resultado pretendido, porque a alteração devia ter sido feita do lado montante.

Em Fevereiro de 1993, os Escuteiros de V.N. de Famalicão, com o apoio da Câmara Municipal, levaram a efeito a limpeza da referida ponte, eliminando arbustos infiltrados nas juntas que, a longo prazo, iriam desviar do seu prumo as peças e, obviamente, causar a queda da ponte.⁵

1.2.2. Ponte românica de S. Veríssimo

Localização: Cavalões, V.N. de Famalicão, Braga.

Acesso: E.N. 206, Rua de S. Veríssimo, Rio Este

Protecção: Não está classificada, mas aguarda-se, a todo o momento, a classificação como Imóvel de Interesse Público.

IPA: Está inscrita com o nº PT 010312110022

Características: Tabuleiro de perfil em corcova, com o comprimento de 40m tendo de largura 3.20m. O pavimento consta de lajeado de granito irregular e em estado amorfo, argamassado nas juntas com cimento. Há uma só fiada de guardas cujos silhares têm as seguintes medidas: 0.255m X 1.57m X 0.53m. Já teve duas fiadas, porém desapareceu uma.

Há dois vãos a considerar cujos arcos apresentam medidas diferentes, tendo o mais pequeno 5.30m de largura e 2.87m de flecha e o maior 6.90m e 3.05m.

O intradorso mantém ainda os agulheiros.

Os apoios auxiliares são constituídos pelo quebra-mar em forma circular, o que contraria as leis da física e um contraforte adossado ao pegão na mesma forma.

Época de construção: séc. XII

Material: Perpianho e alvenaria

Estado de conservação: Bom



▲ Fig. 17 Ponte românica de S. Veríssimo

³ Arquivo M. Barcelos, in livro de capitulo de Correição, 1750/1830, fl.360 v.

⁴ Livro de Editais, Famalicão, 9 de Abril de 1873, a fl. 70,v.

⁵ In jornal “Opinião Pública, Fevereiro de 1993.

Tipologia: Estilo românico

Fotografia: A. Martins Vieira

Intervenções:

- Em 1713 foi aplicada uma derrama aos moradores para restauro da ponte;⁶
- Em 1993 o Grupo de Escuteiros de V. N. de Famalicão, supervisionado por um técnico da Câmara Municipal, procedeu à limpeza de toda a vegetação existente nas juntas do aparelho, para evitar uma eventual erosão mecânica;⁷
- Em 2000 a Junta de Freguesia de Cavalões, apoiada pela Câmara Municipal, levou a efeito uma intervenção, betumando as juntas e colocando grampos em ferro para interligar os silhares dos parapeitos. É de referir que a intervenção foi executada conforme os requisitos determinados.

O topónimo “S. Veríssimo” advém de ter existido uma freguesia com a designação de S. Veríssimo de Outiz, cuja igreja esteve implantada bem próximo da ponte. Porém a referida freguesia foi incorporada na de Cavalões nos meados do séc. XVI.⁸

1.2.3. *Ponte românica da Lagoncinha*



▲ Fig. 18 Ponte românica da Lagoncinha

Localização: Lousado, V.N. de Famalicão, Braga

Acesso: E.N. 204, E.M. 508, Garrida, Rio Ave

Protecção: Monumento Nacional – Decreto 32.973 de 18 de Agosto de 1943

IPA: Inscrição com o nº 0312240003

Características: Tabuleiro em corcova, com o comprimento de 115m e 3 de largura. Seis vãos, sendo cinco de arco apontado e o arco da margem esquerda arredondado, mas não semicircular pelas medidas que

foram efectuadas. Sobre este mesmo arco há quem afirme que se trata de um vestígio da ponte romana. As guardas são constituídas por silhares em duas fiadas e interligadas pelo sistema de macheação.

Os apoios auxiliares da ponte são os tradicionais das pontes românicas: quebra-mares a montante, em forma triangular, e os contrafortes a jusante, mas de forma prismática e com a parte superior chanfrada.

Material: Perpianho com alguns elementos siglados, embora poucos.

Época de construção: Decurso do séc. XIII

Tipologia: Românico de transição.

Fotografia: A. Martins Vieira

Dados históricos: As tropas napoleónicas comandadas por Soult, em 1809, após alguns dias de descanso, avançam de Braga para o Porto em três colunas, passando a do centro pela ponte da Lagoncinha.⁹

⁶ Arquivo Municipal de Barcelos

⁷ In Semanário “Opinião Pública”, V.N. de Famalicão, Fevereiro de 1993

⁸ Inquirições de D. Afonso II, Portugaliae Monumenta Historica

⁹ In Boletim nº87 da DGEMN, 1957

Intervenções: A ponte da Lagoncinha, pelos dados colhidos, pode concluir-se que frequentemente se encontrava em estado degradado.

Há referências de que foi recolocado o arco da margem esquerda em 1502 devido a queda.¹⁰

Em 1533 houve novas reparações.

No Séc. XVIII, como a ponte não oferecia segurança, os seus serviços foram substituídos por uma barca que, na Trofa fazia a travessia para a outra margem do lado de Ribeirão e vice-versa. Mas só a partir de ter sido feita uma barragem para que a água do rio tivesse altura suficiente para o barco poder navegar.

Em 1858 foi arrumada a célebre barca da Trofa porque foi construída uma ponte pênsil, com o comprimento de 85.3m, tendo funcionado até 1935. Foi responsável pela construção a Companhia de Viação Portuense. (fig. 19 e 20)

E a ponte da Lagoncinha? Essa continuava fora de actividade porque não estava segura. E como não podia estar eternamente na situação de um montão de peças de granito e já estar classificada como Monumento Nacional, a D.G.E.M.N. não teve outra alternativa senão dar-lhe um restauro de raiz. Foi o que aconteceu desde 1952 até algum tempo do ano de 1954, tendo entrado ao serviço em 12 de Setembro de 1954.



▲ Fig. 19 Ponte Pênsil vista na posição horizontal



▲ Fig. 20 Ponte Pênsil vista na posição transversal

Quanto à intervenção efectuada, merece que se diga que só faltou intervir nas fundações. Eis, pois o que foi efectuado:

- Levantamento das guardas e lajeado do pavimento;
- Remoção de todo o terço de enchimento dos tímpanos;
- Construção de cimbrês para sustentação dos três arcos sul; (fig.21)
- Apeamento dos contrafortes e corta – rios dos três arcos sul;
- Limpeza do intradorso dos três arcos sul e respectiva consolidação das aduelas;
- Consolidação da nascença destes arcos e construção dos novos encontros;
- Construção de uma nova cinta de betão no intradorso dos mesmos arcos para a sua consolidação e reforço;
- Reposição dos contrafortes e quebra – rios, incluindo o seu enchimento com betão ciclópico;
- Reposição dos tímpanos desmontados, incluindo o enchimento dos vãos com betão ciclópico;
- Consolidação com betão liquefeito dos contrafortes e quebra – rios não desmontados na ala Norte;
- Consolidação com betão liquefeito dos tímpanos e do respectivo enchimento na parte correspondente ao arco central;
- do último arco Norte com betão armado pelo intradorso;

.....
¹⁰ Idem

- Execução de uma placa de betão armado em toda a extensão da ponte para assentamento do lajeado do pavimento e distribuição das cargas; (fig.22)
- Reposição e restauro do pavimento e guardas;
- Tomada geral de juntas em profundidade;
- Arranjo e rebaixamento do pavimento da estrada junto das entradas da ponte.¹¹



▲ Fig. 21 Ponte da Lagoncinha numa das fases do seu apeamento para restauro



▲ Fig. 22 Ponte da Lagoncinha. Intervenção no tabuleiro para aplicação de uma cinta em betão armado, mas que vai ficar sob o lajeado.

Estado de conservação: Aparentemente é bom. Todos os elementos que a integram estão alinhados. Apenas há a registar uma desarticulação em alguns elementos do contraforte da margem direita e algumas aduelas partidas do arco da margem esquerda.

Relativamente à segurança das fundações, desconhece-se. Mas há um pormenor que dá alguma confiança. É o facto da existência de xisto na localidade, encontrando-se à vista sob a ponte. No entanto foi construída para desempenhar funções para essa época e não da actualidade. Por isso, foi uma medida acertada a colocação nas entradas de uma estrutura metálica que permite a passagem só a viaturas até 2.5m de eixo e 2.5m de altura.

Fotografia: A. Martins Vieira

1.3. Pontes românica vulgarmente designadas romanas

Para muitas pessoas, as pontes com características antigas são romanas. Para outras, embora muito menos, foram construídas pelos mouros. E todos pensam assim, porque o termo românico não consta no seu vocabulário.

Já a propósito, o historiador Pe. F. Alves Pereira escrevia na revista *Portucal*, Vol I, 1928 o seguinte: *“Seria desejável que a tantas pontes antigas portuguesas, às quais corógrafos e monógrafos nacionais guiados por um generoso, mas erróneo sentimento, têm apostado a tabuleta de romanas, se modificasse a atribuição e se inscrevesse a de pontes medievais”*.¹²

A seguir vão ser apresentados três exemplares de pontes românicas que, em trabalhos publicados, se apresentam como sendo romanas. Muitas outras se poderiam referir!

¹¹ Ibid.

¹² Ibid

1.3.1. Ponte românica do carro

Localização: Santa Cruz do Bispo, Gatões, Matosinhos, Porto

Protecção: Imóvel de Interesse Público

Orientação: Nascente – Poente

Características: Tabuleiro em corcova, com um desnível de 10,2%, 43.40m de comprimento e 3.20m X 2.90m X 3.20m de largura. O pavimento é formado por lajeado ciclópico amorfo, cujas juntas encontram-se preenchidas por terriços. As guardas, em silhares, constam de uma só fiada, mas não estão macheadas nem grampadas. Há ainda a assinalar que o tabuleiro não é rectilíneo em toda a extensão, porque a partir da meia laranja para a margem direita apresenta uma leve curva para montante.

Consta a ponte de um só vão, mas é de grande amplitude. O arco que o circunscreve tem de largura 14.18m entre os dois saiméis e de flecha 6.15m. Por isso, não é de volta perfeita, mas arredondada, como se pode provar através das medidas efectuadas. O material dos tímpanos e pegões é constituído por alvenaria e rachas. Não há almofadados, nem vincos nem ainda o arco é semicircular. Logo não pode ser ponte romana.

Época de construção: Finais do séc. XII e princípios do séc. – XIII

Tipologia: Românico

Estado de conservação: Aparentemente bom

Utilidade: Passagem a viaturas ligeiras e não a pesadas, porque o seu eixo e a configuração da ponte não permitem.

Intervenções: Teve há poucos anos um arranjo superficial e no espaço envolvente, lado jusante, um alindamento com relvas e colocação de mesas de granito e ainda a implantação de uma ponte de madeira para os visitantes não necessitarem de recorrer à ponte de granito.

Feição estética: Pobre

Fotografia: A. Martins Vieira



▲ Fig. 23 Ponte românica do Carro

1.3.2. Ponte românica da Vila do Prado

Localização: Vila do Prado, Vila Verde, Braga

Protecção: Monumento Nacional desde 1910

Acesso: E.N. 201 que liga Braga a Ponte de Lima, rio Cavado

Características: Tabuleiro em corcova com 120.4m de comprimento, por 4.80m de largura, medidas destinadas à utilidade rodoviária e 0.50m para cada lado para passagem de peões.

O tabuleiro não é rectilíneo em toda a sua extensão, visto ter curva e contracurva. As guardas são constituídas por gradeamento de ferro o qual se encontra em estado avançado de degradação. O material dos passeios é formado por silhares que aparentam estar a desempenhar uma segunda função, pois, a primeira



▲ Fig. 24 Ponte românica da Vila do Prado

seria servir de parapeitos. Quanto ao pavimento não é constituído por lajeado irregular e amorfo de granito, mas por paralelepípedos, visto fazer parte de uma via nacional.

Há nove vãos para escoamento com arcos diferentes, quer nas aberturas, quer nas flechas. A forma nuns é arredondada, noutros apontada.

No intradorso não há agulheiros, mas siglas e sinais apotropaicos. Quanto à falta dos agulheiros destinados ao apoio das cambotas para a formação dos andaimes, explica-se devido à betumação das juntas por argamassa. Acontece sempre este facto quando houver intervenção desta natureza. Quanto a apoios auxiliares da ponte, consta de oito quebra-mares bem constituídos e de oito contrafortes a jusante também volumosos.

Datação: Não há unanimidade sobre esta matéria. Para uns, é romana. Para outros, é uma ponte romana reconstruída. E, ainda para alguns, é do séc. XII. Mas nós temos outra opinião que se encontra alicerçada no seguinte:

É dos meados do séc. XIII, quer pelas características dos arcos, quer pelas siglas e sinais apotropaicos. Estes são indicadores que só aparecem nas pontes, bem como nas aduelas dos arcos das igrejas no decorrer do séc. XIII.

Relativamente a ser romana ou romana reconstruída nada há que documente tais afirmações.

Tipologia: Românico de transição.

Estado de conservação: Fraco, pois não permite passagem para viaturas pesadas, embora já tivesse sido permitido.

Intervenção: Houve uma recentemente, mas não de raiz.

No séc. XVII houve uma intervenção muito grande a qual está assinalada na meia laranja e do lado jusante por meio de um contraforte mais alto e mais largo que permitiu a formação de um recanto destinado a homenagear as entidades que foram responsáveis por essa intervenção, tendo compreendido, entre outros, a colocação de uma cachorrada de cada lado do tabuleiro a nível do pavimento para que as mesmas aguentassem o peso dos elementos que constituem os referidos passeios. Esse recanto consta de dois bancos de granito e assentamento de dois brasões, cada um acolitado por um conjunto de letras, as quais, colocadas no seu lugar, formaram palavras e estas um pequeno texto na forma de poesia.

O brasão do lado sul é esquartelado, tendo no **I** e **IV** cinco escudetes em cruz e no **II** e no **III** um leão. Estas armas são dos Sousas de Prado, mais propriamente dos Conde do Prado.

Numa posição oblíqua e no mesmo suporte do brasão há as seguintes letras: E M Q O A N / T O T I / V E R / E S D I A / S M I R A / P O R T I S / E P R V D E / N T E A S / I C O M O / P A G A / L A P O / N T E S E P A / G A L A V I D A B E V E M E / N T E, as quais formam palavras em linguagem luso-galaica do seguinte teor:

*“Emquanto tiveres dias, mira
Por ti. Sê prudente.
Assim como paga la ponte
Se paga a vida b(r)evemente”.*

O outro brasão colocado do lado norte é de forma peninsular, com cartela lisa e armas de Portugal – Antigo encimado por coroa real.

Tem cinco escudetes rectangulares postos em cruz. Os besantes não se identificam. Tem também um pequeno texto que diz o seguinte:

“ ESTA OBAFES ANTONI/O D CRASTO DA VILADE VIAN/A – 16 /17”

A frase existente refere o nome do mestre-de-obras, a sua terra e a data do restauro.
Pelo exposto se pode deduzir que esta intervenção foi executada no tempo do governo dos Filipes.

Fotografia: A. Martins Vieira

1.3.3. Ponte românica de Vila da Ponte

Localização: Vila da Ponte, Montalegre

Acesso: E.N. 103 que liga Braga a Chaves, km 111 a 112 – rio Rabagão

Características: Tabuleiro em corcova, cujo pavimento tem duas larguras, 2.80m e 3.40m com 32m de comprimento. O pavimento é formado por elementos ciclópicos em estado amorfo e envolvidos por betão colocado na ocasião da barragem dos Pisões com a de Vendas Novas. As guardas têm uma só fiada, estando um silhar com a data de 1787.



▲ Fig. 25 Ponte românica de Vila da Ponte

Tem três vãos diferentes cujos arcos também são diferentes, sendo um apontado, com pedalada apressada para o gótico e os outros dois, embora arredondados, são muito mais recentes.

Data da construção: Não há unanimidade. Para uns, trata-se de uma ponte romana, pois, na legenda de uma fotografia, componente de uma publicação lê-se: “*Arranque para a ponte romana em Vila da Ponte*” Para o IPA é medieval.

E nós o que dizemos?

Não está classificada nem pela DGEMN, nem pelo IPPAR. Está apenas inscrita no IPA com o nº PT 011706350011;

Não pomos em dúvida a existência de uma estrada romana sobre o rio Rabagão nessas paragens, mas podia ser mais a montante ou a jusante, como refere o estudo feito em 1987 sobre a estrada romana passar por Vilarinho dos Padrões, Codeçoso do Arco, Porto dos Carros, Lima do Carvalhal, Subila, Breia, Pedreira, Gea, VILA DA PONTE, Cruz do Leirança Penedones, São Vocente, Peireses, Portela da Urzeira, Casais, Viduelo, Castelões, Ervedelo e finalmente Chaves;¹³

Que não é romana, porque não tem nenhuma característica;

Que o vão maior poder-se-á colocar nos finais do séc. XIII ou princípios do séc. XIV e os dois restantes, no séc. XVIII, mas fruto de uma reconstrução.

Estado de conservação: Fraco

Fotografia: A. Martins Vieira

Conclusão

Ao pretendermos fazer o trabalho sobre pontes Romanas e Pontes Românicas, não tínhamos em vista fazer um levantamento de todas as pontes existentes no País ou em qualquer zona. Não era o nosso objetivo, além disso, seria desnecessário.

¹³ Costa, João Gonçalves da, Montalegre e Terras do Barroso, I vol. Câmara de Montalegre, 1987, pág. 52.

A finalidade era outra, a qual compreendia os seguintes pontos:

- I. Estudar uma matéria que está por fazer;
- II. Informar que as pontes romanas, embora tivessem sido construídas cerca de mil anos antes das românicas, eram todavia, muito superiores na feição estética e rigor técnico;
Na estética porque há uniformidade no alinhamento do tabuleiro e paralelismo com a largura da estrada que lhe dá acesso.
Rigor técnico na base de sustentação para resistir ao impacto transversal imposto pelas correntes da água e mesmo ainda, pela forma dos arcos, cujas aduelas com os chanfros bem alinhados em toda a sua superfície, oporem-se à compressão movida pela carga do material sobrejacente. Nesse sentido e para que tudo correspondesse a esse rigor, os técnicos faziam uso de cimbres e escantilhões para nada faltar relativamente às medidas;
- III. Que umas e outras têm características tão evidentes que se torna fácil identificá-las;
- IV. Ter a oportunidade de referir uma actividade que é pouco conhecida, mas que foi a primeira praticada pelo homem – a profissão de pedreiro. Basta citar o fabrico da pedra lascada e pedra polida na Pré-História, obrigando o homem a fazer as vezes de máquina para conseguir melhores condições para a sua subsistência.

E, perante Pontes Romanas e Pontes Românicas, ao olharmos para elas, mais especificamente para os seus elementos, forma, origem e grandeza do edifício arquitectónico, a ideia que aflora ao espírito é, efectivamente, de que o pedreiro foi um condenado voluntário a trabalhos pesados durante muitos anos. Mas ele não gastava só energias no accionamento das ferramentas. Não era só a força muscular a aplicar. Pior ainda e muito mais perigoso para as pessoas, eram as poeiras resultantes da acção directa das ferramentas sobre o granito, poeiras essas carregadas de sílica que entravam para os pulmões e em poucos anos de trabalho, o pedreiro deixava de exercer a profissão por falta de saúde, porque adquiriu a chamada silicose. Felizmente já há máquinas bastante diversificadas para o exercício desse trabalho, tendo o pedreiro apenas o cuidado de lhe dar ordens para o exercício da actividade.

Também outra inovação importante consiste no acoplamento existente entre a máquina e as poeiras devido ao envolvimento da água para evitar o esvoaçar das ditas poeiras.

- V. Quando observarmos uma ponte antiga não esqueçamos os pedreiros, aqueles que se imolaram lentamente para o seu levantamento.

Por isso, é nosso dever preservar, defender e valorizar esses monumentos, como todos os outros, visto serem de relevante valor para a cultura de um povo, como também um acto de justiça e manifestação de respeito para com aqueles que os construíram.

Glossário

ADOSSADA – Elemento arquitectónico encostado a uma parede.

ADUELA – Peça granítica talhada em forma de cunha, servindo de elemento do arco.

AGULHEIRO – Cavidade no intradorso do arco destinado a dar apoio à cambota.

ALMOFADADO – A face vista da aduela estar grosseiramente afoiçada, formando uma coroa rectangular, donde se destaca uma almofada contra um enquadramento mais liso e cuidado.

ALVEITAR – Pessoa que trata de doenças dos animais, baseado em conhecimentos adquiridos pela experiência.

ALVENARIA – Elementos pequenos de granito aplicado nas construções e normalmente ligados por argamassas.

ALVÉOLOS – Unidade morfológica na fisiologia pulmonar – hematose pulmonares

AMORFO – Sem forma definida.

ANATOMIA – Fisionomia. Cadeira que estuda a descrição quer interna quer externa dos seres vivos.

APARELHO – Material aplicado na construção.

APOTROPAICOS – Pequenas peças ou sinais, como cruzeiros, que, segundo a crença popular, têm poder mágico.

ARGILA – Rocha sedimentar pouco dura, com várias espécies, sendo a mais conhecida, aquela que forma pasta com a água e deixa-se facilmente moldar.

ARMAS – Peças integrantes de um brasão, as quais identificam a família.

BESANTE – Peça circular em número de cinco, componente do escudete ou quina.

BOSSAGEM – O mesmo que almofada.

BRASÃO – Pequena peça que aparece nas frontarias das quintas para mostrar que o dono ou donos da casa ou antepassados pertenceram a família nobre.

CAMBOTA – Peça que constitui o suporte de um andaime; caibro.

CAVALETE – Armação triangular para aguentar objectos a certa altura.

CHANFRO – Recorte em meia – cana.

CICLÓPICO – Muito grande; palavra derivada do gigante da mitologia grega, Ciclope que tinha um olho na testa.

CIMBRE – Armação de madeira ou metálica para suportar os materiais dos arcos durante a sua execução.

CONTRAFORTES – São maciços de granito de forma indeterminada que se encontram a jusante e adossados aos pegões para lhes aumentar a resistência à corrente da água. Esta é uma inovação para as pontes românicas, porque os romanos não os aplicavam.

CORCOVA – Arqueamento; corcunda.

DERRAMA – Imposto aplicado aos habitantes de uma povoação.

ESCANTILHÃO – Ferramenta que serve de molde na confecção dos chanfros.

ESCUDETE – Escudo pequeno, quinas (brasão).

FELDSPATOS – Mineral componente do granito constituído por silicatos de alumínio. Este material é aplicado no fabrico de porcelana, faiança e vidro.

FINTA – Contribuição municipal lançada quando os recursos do concelho não eram suficientes para intervenções em obras públicas.

FLECHA – Distância na vertical entre a base do vão e a aduela do fecho do arco.

FÓRFEX – Peça em ferro, com cerca de um metro de comprimento constituída por dois braços articulados entre si como uma pinça, para prender elementos graníticos e levá-los, mediante um sarilho, ao local que se pretende na construção.

GÓTICO – Estilo artístico do séc. XIV e XV.

GRAMPADO – De grampo. Peça de ferro usada também nas guardas dos tabuleiros para os prender entre si.

GUARDAS – Parapeito ou parapeitos que impedem a queda ao rio.

HEMATOSE – Fenómeno fisiológico que consiste na troca gasosa de dióxido de carbono por oxigénio.

IMPOSTA – Parte do pé direito em que repousa o arco.

INTRADORSO – Área interior do vão.

JUSANTE – Lado da ponte voltado para a foz do rio.

MACHEAÇÃO – Ligação entre dois silhares, mediante um encaixe.

MEDIEVAL – Da Idade Média; período que compreende o espaço de tempo desde o séc. V d.C. até ao séc. XV.

MONTANTE – Lado de onde vem a água do rio.

OLHAIS – Pequenos vãos nos tímpanos das pontes destinados a complementar a acção dos grandes vãos.

PANÓPLIA – Conjunto de ferramentas usadas pelos pedreiros e outras profissões.

PEGÃO – São os suportes e fundações das pontes que se encontram entre os vãos.

PONTE P NSIL – Ponte de madeira suspensa por dois conjuntos de cabos de ferro presos nas extremidades a dois torreões de granito e com ligação à ponte pelo lado montante e pelo lado jusante.

PERPIANHO – Pedra de granito de forma rectangular usada na formação de paredes.

QUARTZO – Mineral à base de silicatos, mas diferente dos feldspatos, na dureza, sistema de cristalização, mais variedades e aplicações.

QUEBRA-MARES – Maciço de granito em forma triangular que se colocam do lado montante entre os vãos e encostados aos pegões para diminuir o impacto da corrente da água.

ROMÂNICO – Estilo artístico de carácter monástico difundido em Portugal pelas Ordens Religiosas de São Bento, de Cluny, de Cister e Cónegos de Santo Agostinho.

ROMÂNICO DE TRANSIÇÃO – Parte final do românico e princípios do Gótico.

SAIMEL – Primeira aduela a entrar na formação do arco, a partir da imposta.

- SARILHO** – Estrutura de madeira ou ferro aplicada em arquitectura para guindar peças de granito na formação de paredes. Tem como complementos o fôrfix, cabo de ferro e roldana.
- SIGLA** – Símbolo, normalmente em forma de Sigma ou S, cujo significado ainda não é conhecido. Tanto pode referir-se ao pedreiro, como ao mestre da obra.
- SILHAR** – Peça granítica em forma de prisma rectangular e de tamanho grande.
- SÍLICA** – Dióxido de silício, componente de alguns minerais como quartzo e feldspato.
- SILICOSE** – Doença provocada pela sílica que bloqueia os alvéolos pulmonares não os deixando fazer a hematose.
- SUEVOS** – Povos chamados bárbaros que no séc. V invadiram a Península Ibérica e, juntamente com os visigodos, expulsaram os romanos.
- TABULEIRO** – Estrutura superior da ponte destinada a dar continuidade a uma via.
- TÍMPANO** – Superfície da ponte compreendida pelo espaço entre os arcos e o tabuleiro.
- VÃOS** – Aberturas nas pontes por onde passa a água.
- VÍNCOS** – Cavidades existentes nos elementos graníticos cavados em forma de cunha ou secção quadrangular que vai adelgacando para o interior, onde o fôrfix introduz as unhas.
- VISIGODOS** – Povos chamados bárbaros que no séc. V, expulsaram os romanos da Península Ibérica, ficando eles como senhores da Península.
- XISTO** – Rocha sedimentar estratificada oriunda da argila.
- ZORRA** – Estrutura de madeira destinada a transportar peças muito pesadas por meio de arrasto. Consiste nuns troncos colocados paralelamente, cerca de três, interligados por travessas. O accionamento é feito por animais de jugo ou cavalos. Também é conhecida por carro de bois sem rodas.

Agostinho M. da Silva, Escrivão de Direito

por Maria de Fátima Castro*

1. Sabia, havia muito por conversas em família, que Agostinho Monteiro da Silva vivera em Braga e que nessa cidade fora escrivão e tabelião. Soube mais tarde que residira no nº 9 da Rua D. Frei Caetano Brandão e que nessa sua casa falecera. Através de pesquisas nos assentos paroquiais da freguesia da Sé tive notícia de actos de vida de alguns dos seus descendentes. Por eles vim a saber que também em Vila Nova de Famalicão vivera algum tempo, já que indicavam que uma sua filha – Balbina Amélia – que casou na freguesia da Sé, havia nascido nos finais da década de 1830 em S. Julião de Calendário.

Esses registos apontavam, pois, para que não só em Braga mas também em Vila Nova de Famalicão haveria de ter deixado sinal da sua presença. E fui estando atenta. Mas tive que aguardar. Contudo, por aquela última informação, eu fiquei logo a saber que, decorrido um pouco mais de cem anos, uma outra sua descendente haveria de continuar a marcar a ligação de Agostinho Monteiro da Silva a terras famalicenses, já que foi numa das freguesias do concelho de Famalicão que ocorreu o seu nascimento - exactamente o meu. Aqui tinha chegado minha mãe por circunstâncias relacionadas com a industrialização do Vale do Ave. E aqui conhecera meu pai, já famalicense por nascimento e por laços familiares. O nascimento de meus irmãos vieram consolidar aquela ligação.

Mas tive que aguardar, dizia acima, para dar notícias de questões fora do âmbito familiar e que revelassem aspectos da ligação de Agostinho Monteiro da Silva a esta vila que ascendera a concelho em 1835, data bem próxima da sua chegada a Famalicão. E aguardei. Agora já estou em condições de revelar mais um escrivão judicial nos primórdios do julgado de Vila Nova de Famalicão: o nome de Agostinho Monteiro da Silva deve ser acrescentado à lista dos escrivães do concelho de Famalicão que exerceram o ofício num momento chave da constituição do mesmo. Fica, assim, acrescida a lista dos primeiros escrivães judiciais arrolados como titulares desse cargo pelo ilustre famalicense Vasco César de Carvalho em *Aspectos de Vila Nova - A Justiça* - pp. 216 a 227, reeditada em 2005 pelas edições Quasi, como 2º volume da Coleção Oito séculos, publicada no âmbito das Comemorações dos 800 anos da outorga de foral a esta localidade.

Como cheguei a essa informação? É o que irei revelando de seguida.

2. Da permanência de Agostinho Monteiro da Silva em Braga, na freguesia da Sé, fui ficando mais cedo razoavelmente documentada no que toca à sua vida familiar, social e profissional. Tanto pelos assentos paroquiais e livros de tabeliães como pelas pesquisas e informações que obtive na consulta da documentação da Santa Casa da Misericórdia de Braga, a cuja história me tenho dedicado, como ainda pela informação contida na imprensa que a Biblioteca Pública de Braga guarda, para além das informações que por via familiar me tinham chegado ao conhecimento nos tempos da juventude, já que sou sua tetraneta e dele ouvia minha avó falar, fui recolhendo pistas que me permitiram traçar o trajecto de vida percorrido nesta cidade.

À medida que ia conhecendo a vida de Agostinho Monteiro da Silva na cidade de Braga, ia descobrindo também sinais da sua passagem por Vila Nova de Famalicão, o que me levou a tentar a investigação na documentação do Arquivo Municipal e em jornais locais desta outra cidade. De facto, em diversos momentos efectuei diligências de pesquisa em fontes disponibilizadas por esses meios. Todavia, até hoje, ainda nada consegui obter por essas vias.

No decurso da pesquisa realizada em Braga também encontrei indicações que me levaram a avançar para buscas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Aí obtive alguma informação esclarecedora de aspectos da sua vida, não só enquanto residente em Famalicão e em Braga como também das opções ideológicas a que aderiu enquanto ainda era o Porto a cidade que o acolhia e a guerra civil entre realistas e liberais dividia o país.

* Investigadora.

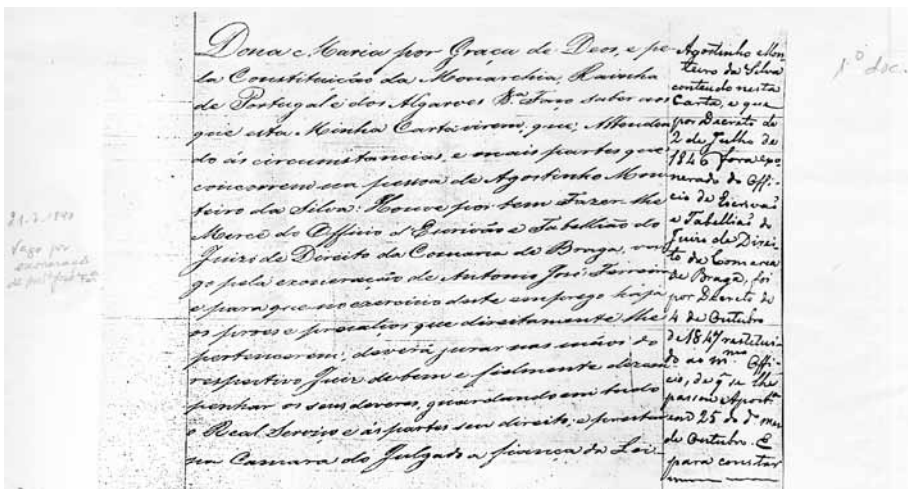
3. Se em Famalicão a investigação não produziu resultados, a realizada nos assentos paroquiais da freguesia da Sé, no Arquivo Distrital e na Biblioteca Pública de Braga fora-se revelando proveitosa, como fica dito. Na documentação consultada naquela biblioteca e no referido arquivo onde se guarda o Fundo Documental da Misericórdia, fui obtendo elementos de muito interesse para conhecer aspectos do percurso de vida deste esforçado cidadão nascido numa freguesia do concelho de Santo Tirso e que fora estudar para a cidade do Porto onde obtivera ou desenvolvera a formação que lhe permitiu exercer as profissões de escrivão e de tabelião e ter, além da destacada actuação profissional, meritória intervenção cívica e social. Avancemos então.

Passados menos de três anos após se ter fixado em Braga, o que ocorreu certamente no Verão de 1840, entrou para a Irmandade da Misericórdia. Foi nela admitido em Março de 1843 como irmão do segundo foro. Anos depois, por deliberação de Mesa de 16 de Junho de 1858, passou a integrar o primeiro foro. Justificava-se essa ascensão social “por ter sido condecorado com o hábito da muito nobre e antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito”, como em documento anexo se verá. É o que nos revela também o Fundo Documental daquela centenária instituição em cuja igreja ficou sepultado.

Nos assentos paroquiais da Sé, freguesia da cidade dos Arcebispos da área da sua residência, obtive dados biográficos de Agostinho Monteiro da Silva através do registo do seu óbito e do de sua mulher, para outros além do casamento da filha Balbina Amélia e do nascimento de Ana Isabel, filha desta e minha bisavó. Agora aqui, em Braga, também estou a dar, de algum modo, continuidade às “raízes bracarenses” que Agostinho Monteiro da Silva igualmente criou, já que é nessa cidade que presentemente tenho a minha residência.

A leitura de jornais da época na Biblioteca Pública de Braga conduziu-me a um conhecimento mais detalhado da sua eficiência profissional, projecção social e das suas convicções e intervenções de natureza política que complementavam ou enriqueciam as informações que minha avó materna me transmitira acerca deste seu bisavô. Por esses jornais soube da sua intervenção na descoberta e no desmantelamento de uma fábrica de moeda falsa existente no distrito de Braga, da sua condecoração pelo papel que tivera nesse caso e pelos serviços militares que prestara no período das lutas liberais. Por eles, além do assento no livro paroquial da freguesia da Sé, tive também notícia do seu óbito ocorrido em 1864 com 64 anos de vida.

Com os materiais assim obtidos fui construindo e seguindo caminhos que me levaram à Torre do Tombo. E foi na documentação do Arquivo Nacional que encontrei informação mais detalhada sobre aspectos da vida de Agostinho Monteiro da Silva que desconhecia ou que apenas conhecia vagamente, talvez por se me ter escapado parte da informação que minha avó me transmitira. Assim foi com o ofício de Escrivão do Juízo de Direito do Julgado de Vila Nova de Famalicão.



4. Com a consulta de documentação da Torre do Tombo cheguei, finalmente, ao conhecimento do desempenho do ofício de escrivão no julgado de Vila Nova de Famalicão.

Uma Carta da Rainha Dona Maria, passada por Decreto de 5 de Junho de 1840, diz que “Atendendo às circunstâncias e mais partes que concorrem na pessoa de Agostinho Monteiro da Silva: Houve por bem fazer-lhe Mercê do Offício d’Escrivão e Tabellião do Juízo de Direito da Comarca de Braga” que vagara por exoneração do anterior titular. “Pagou pelos Direitos de Mercê a quantia de cento e cinquenta quatro mil e sessenta oito réis, tendo-se-lhe abonado a de quarenta cinco mil novecentos trinta e dois réis que havia pago pelo Provimento que teve para servir por hum anno o Offício de Escrivão do Juízo de Direito do Julgado de Villa Nova de Famalicão, como tudo consta d’um conhecimento em forma expedido pelo Contador da Fazenda do Districto de Lisboa”.

Esta Carta de Mercê informa-nos, pois, sobre aquela que, provavelmente, teria sido a última etapa do seu desempenho no cargo de escrivão do julgado da então vila de Famalicão. Termina dizendo: “E por firmeza de tudo o referido lhe Mandei passar a presente por Mim assignada, e sellada com o Sello pendente das Armas Reaes. Dada no Paço de Cintra aos vinte um de Julho de mil oitocentos e quarenta – A Rainha com Guarda = António Bernardo da Costa Cabral”.

Em 21 de Julho de 1840 ficou registada na Secretaria de Estado dos Negócios Ecclesiasticos e foi condecorada em 14 de Agosto de 1840.

Em 2 de Julho de 1846 foi exonerado desse cargo e por Decreto de 4 de Outubro de 1847 foi “restituído ao mesmo Offício”.

Vemos por aquela Carta de Mercê que Agostinho Monteiro da Silva tinha começado a servir o ofício de Escrivão do Juízo de Direito do Julgado de Vila Nova de Famalicão antes de 5 de Junho de 1840. Exactamente quando teve início, não nos revela este documento. Mas mostra que foi no decurso do primeiro lustro da existência do Julgado de Vila Nova de Famalicão. O provimento que lhe havia concedido o cargo de escrivão por um ano, terminando em meados de 1840, podia ter-lhe sido concedido já como recondução no referido ofício ou como uma mudança na categoria profissional: poderia ter começado como ajudante ou coadjutor, enquanto não teve vaga para uma nomeação como titular. E, visto que por volta de 1837 na freguesia do Calendário, do concelho de Vila Nova de Famalicão, já nasceu uma sua filha, parece certo que, quer fosse como adjunto do escrivão quer fosse como titular, ele exerceu funções no julgado de Vila Nova de Famalicão logo nos primórdios da constituição do Juízo de Direito deste julgado. De qualquer modo, não há dúvida que foi um dos mais antigos Escrivães do Juízo de Direito deste julgado juntando-se, assim, aos “três primeiros proprietários” que Vasco César de Carvalho identifica em *Aspectos de Vila Nova - A Justiça*.

E podia tê-lo sido tanto na qualidade de único escrivão como em parceria com outro. Não é de excluir a possibilidade de ter partilhado o cargo com José António Pereira da Silva que neste livro aparece como tendo sido “Escrivão e Tabelaio” entre 1835 e 1838.

Com esta informação ficará mais completa a lista dos agentes judiciais que serviram a Justiça nos tempos que precederam a constituição oficial do concelho de Vila Nova de Famalicão. Foi por carta de lei da rainha D. Maria II, datada de 22 de Junho de 1841, que foi deferido o pedido de Famalicão passar a vila.

Também pela mesma via de informação que me deu a conhecer estas notas sobre o escrivão e tabelaio Agostinho Monteiro da Silva – o Arquivo Nacional - se conhece o quanto foram depois apreciados por Dom Pedro os seus serviços, quer no desempenho profissional quer como combatente. O Rei, como Grão Mestre, Governador e Perpétuo Administrador de todas as Ordens Militares do Reino, nomeou-o Cavaleiro da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, como atrás disse e se atesta pelo documento anexo.

44

Carta para
esta Vila.
Livro 3 de
Novembro de
1847/
Original

Pago por Pedro, Direitos de Moeda a quarenta
do conto e cem e sessenta e quatro mil e setenta
e oito reis, sendo-se lhe abonado no de quarenta
e cinco mil e nove centos e trinta e dois reis
que havia pago pela Paragem que teve
para servir por hum anno o Officio de
Escrivão do Juizo do Direito da Freguesia de
Vila Nova de Fimelães, como se vella con-
ta d'um contracto com formula se ju-
dicial pelo Contador da Fazenda da Distric-
to de Lez. Pelo que se manda ao Autho-
ridade se queira cumprir, que deora pome-
lente Officio no d'elo Agente Moçoiro
da Vila, e lhe deixem servir a delle ora, e
a todas as outras freguesias, Officias e fu-
seus, e queira esta Honra Carta for a
percentual, e o conhecimento delle por
qualquer modo pertencente, e cumprido
e guardado toa inteiramente como
la se conta. E por firmada de seu
e referido M. Moçoiro p. para a pre-
sente por M. Moçoiro Agente, e Sello
do com o Sello pendente das Armas
Reaes. Dada na Vila de Coimbra
ante mim de Juiz de mil e oitenta
e quarenta e seis e com Guarda
Antonio Bernardo da Costa Cabral
Carta por que V. Magestade
por seu Fazer M. Moçoiro Agente Moçoiro
da Vila do Officio de Escrivão e Tabel-
lão do Juizo do Direito da Comarca de
Braga, sua formula acimo declarada
para V. Magestade de Paragem
por Direito de cinco de f. e mil
e oitenta e quarenta e seis e com
Christiano de Cavalho a f. e
T. e mil e oitenta e seis e
três e com o Sello pendente das Armas
Reaes. Dada na Vila de Coimbra
ante mim de Juiz de mil e oitenta
e quarenta e seis e com Guarda
Antonio Bernardo da Costa Cabral
Carta por que V. Magestade
por seu Fazer M. Moçoiro Agente Moçoiro
da Vila do Officio de Escrivão e Tabel-
lão do Juizo do Direito da Comarca de
Braga, sua formula acimo declarada
para V. Magestade de Paragem
por Direito de cinco de f. e mil
e oitenta e quarenta e seis e com
Christiano de Cavalho a f. e
T. e mil e oitenta e seis e
três e com o Sello pendente das Armas
Reaes.

31-7-1840

2.ª doc.

35-840

3.ª doc (N.º 117)
30-7-1840
(este doc. faz-se no
de 1840)
ver livro 3.º

Carta de Petão dos Negocios Anteriores,
e de Justica em virtude de f. e mil e oitenta
e seis e com o Sello pendente das Armas
Reaes. Dada na Vila de Coimbra
ante mim de Juiz de mil e oitenta
e quarenta e seis e com Guarda
Antonio Bernardo da Costa Cabral
Carta por que V. Magestade
por seu Fazer M. Moçoiro Agente Moçoiro
da Vila do Officio de Escrivão e Tabel-
lão do Juizo do Direito da Comarca de
Braga, sua formula acimo declarada
para V. Magestade de Paragem
por Direito de cinco de f. e mil
e oitenta e quarenta e seis e com
Christiano de Cavalho a f. e
T. e mil e oitenta e seis e
três e com o Sello pendente das Armas
Reaes.

48
Carta
17-11

Donn Pedro, por Graca de Deus Rei
de Portugal e das Algarves, etc., como Grao
Governador e Insuper Administrador
de todas as Ordenes Militares do
Reino, Faço saber aos que esta Real
Carta virem, que, Atendendo, aos va-
lhosos servicos que o Escrivão de Juizo
de Direito da Camara de Braga
Agostinho Monteiro da Silva, ultima-
mente fez, no processo judicial instau-
rado por motivo do descobrimento
e apprehensão de urna fabrica de
moeda falsa existente no Districto
de Braga, e bem assim aos que ha-
via prestado na lucta civil para o
restabelecimento do Throno Consti-
tucional, sendo soldado do Batalhão
de Voluntarios de Donna Maria de
quinta. Foi por bem, annuindo
à recommendação do Governador Ci-
vil daquelle Districto, Faço Mercê
ao mencionado Agostinho Monteiro
da Silva, de o nomear Cavalleiro da
Antiga e Muito Nobre Ordem da

7

Torre e Espada do Valor, Lealdade e
Mérito = Fidei qui, Mandando-se
passar ao agraciado a presente Carta
de fidei qui, e poder, na conformi-
dade das Leis e Regulamentas, usar
das insignias correspondentes de re-
ferida concessão, com as honras
prerogativas, e obrigações, que deves-
tamente se acharem estabelecidas,
Ordens das Authoridades, e mais
pessoas, a quem o conhecimento
desta mesma Carta pertencer, que
nello assignada por Merito, e referen-
çada pelo Ministro e Secretario de
Estado das Negocias do Reino, e cum-
pram e guardem como nella se
contem, depois de autenticada
como o Sello das Armas Reaes e
da Causa Publica, e com o verso
do Registo nas Cortes das Reparti-
ções competentes. Não pagou Dini-
tas de Merito por lhe ser applicavel
o Disposto na Carta de Lei de no-
ve de Abril de mil setecentas trin-
ta e sete. Dada no Paço das Alca-
zades em vinte e seis de Outubro
de mil setecentas e cinquenta e sete.
El Rei com Guarda = Marquez
de Loulé = Carta, pela qual Vossa
Majestade Voa por bem fazer Mer-
cês as Escrivas do Juize de Direito da
Comarca de Braga, Agostinho
Monteiro da Silva, de o nomear
Cavalleiro da Antiga e Real Orde-
m de Torre e Espada do Valor,
Lealdade e Merito, pela fór-
ma acima declarada = Para Voa-
sa Magestade Voa = Por Decreto de
dez de Outubro de mil setecentas e
cinquenta e sete = Antonio Maximino
Cabeira de Azevedo Quintal a feu = Lugar
do Sello das Armas Reaes = Reg. de 1818
do P.º de Cartas, Alvarais e Patentes,
Meritos Honorificas = Secretaria de
Estado das Negocias do Reino, em 3
de Novembro de 1857 = Sebastião Lon-
ges Barros.
Comp.º em 7 de Novembro de 1857
Basto

Do Porto a Braga de Carroção, em 1856 – “Apontamentos de Viagem”, de Rodrigues de Freitas

por Jorge Fernandes Alves*

Nota de apresentação

O texto que se segue, com título original de “Apontamentos de Viagem”, é um folhetim juvenil da autoria de José Joaquim Rodrigues de Freitas Jr, que viria a ser conhecido posteriormente como jornalista, economista e político. Publicado no jornal *O Eco Popular*, entre 24.9.1856 e 8.11.1856, o texto, para lá da sua valia intrínseca, enquanto representação literária de uma época com interesse directo para a história dos transportes e da vida social portuguesa, apresenta-se ainda como relevante para o conhecimento da biografia do autor e, naturalmente, para os estudos locais, na medida em que nele há referências a várias localidades do itinerário, nomeadamente Ponte da Pedra, Castelo da Maia, Carriça, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Braga, embora com mais incidência no lugar de destino. Daí a oportunidade da sua reedição, cerca de 150 anos depois, neste tipo de publicação.

Em si mesmo, o texto, da autoria de um jovem então com 16 anos, revela uma personalidade já intelectualmente estruturada, amante da nova literatura de viagens que despontava em Portugal, na pegada das *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett. Este breve folhetim, aproveitando a oportunidade que o jornal diário então fornecia para o contacto com o público, apresenta-nos uma narrativa cujo modelo é essencialmente o da novela de costumes em que se fazem sobressair os tipos sociais. A escrita é produzida com descontração, assumidamente como uma brincadeira literária que resulta de uma aposta entre jovens amigos que fazem uma viagem de Porto a Braga e que, nessa andança, decidem escrever o folhetim, com essa responsabilidade a ser tirada à sorte, tal como o autor descreve.

Coube, pois, o papel de narrar a viagem a Rodrigues de Freitas, que já então era colaborador assíduo do jornal *O Eco Popular*, um periódico de feição setembrista, publicado na cidade do Porto. E o jovem autor não fugiu ao desafio: é com ironia e um registo cáustico que descreve a viagem, uma autêntica crónica de mal-dizer, quer em relação à tecnologia do transporte então em uso – o carroção puxado por bois, em relação aos serviços de apoio (as estalagens), em relação aos usos e práticas sociais (particularmente impiedoso para com a religiosidade bracarense), deixando-nos algumas anotações deliciosas, ainda que recorrendo, talvez em excesso, ao estereótipo, sobretudo no que se refere a Braga.

O texto (que curiosamente antecipa um escrito do mesmo género redigido por Ramalho Ortigão) revela já a apetência clara de Rodrigues de Freitas pelas questões da economia política, área do conhecimento que viria a abraçar com profundidade, deixando de lado esta vertente literária, para a qual revelava contudo algumas qualidades.

Assim, importa assinalar que José Joaquim Rodrigues de Freitas Júnior nasceu no Porto em 24 de Janeiro de 1840, falecendo em 27 de Julho de 1896. Aos 22 anos, concluiu o curso de engenheiro civil de pontes e estradas na Academia Politécnica do Porto, onde, desde os 27 anos, foi lente de Comércio e Economia Política. Tornou-se uma personalidade de referência no ambiente cultural e político da sua época, um verdadeiro produtor de opinião, com profundas preocupações de modernidade, incontornável ao nível dos mais importantes espaços da sociabilidade portuense oitocentista – a Academia Politécnica, a Associação Comercial do Porto, o diário *O Comércio do Porto* (onde escreveria regularmente durante mais de trinta anos), bem como do movimento republicano então emergente.

.....
* Universidade do Porto.

Desde as suas primeiras intervenções públicas, nomeadamente no discurso de abertura da Academia Politécnica (1867), que se configurava como um homem de princípios, apontando aos seus alunos e leitores biografias de “modelos de bem viver, de ciência e de consciência”. Intelectual imerso no culto positivista e evolucionista da sua época, glosava, porém, a necessidade de articular ciência e virtude, como forma de responsabilização do homem, vendo na imprensa a grande arma para criar e esclarecer a opinião pública e, consequentemente, democratizar a sociedade.

Estas posições deram-lhe lugar no espaço político então à esquerda na monarquia constitucional, mas evoluiu rapidamente para o campo dos ideais republicanos, diluído o sentido do setembrismo inicial em que se educara, na órbita dos irmãos Passos. José Joaquim Rodrigues de Freitas foi deputado em várias legislaturas, desde 1870, mas foram as eleições de 1878 as que lhe conferiram maior relevo, dado ser eleito como candidato do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto, surgindo assim como o primeiro deputado republicano eleito em Portugal, sendo depois reeleito várias vezes, ajudando, de uma forma determinante, a dar consistência ao movimento.

Autor de vários livros relacionados com temas económicos, a sua escrita desenvolveu-se essencialmente nos jornais, de cujos artigos se podem consultar hoje diversas antologias, com introduções biográficas (*Páginas Avulsas*, 1906; *Novas Páginas Avulsas*, 1996, Fundação Eng. António de Almeida; *Intervenções Parlamentares, 1870-1893*, Edições Afrontamento, 1999).

Neste contexto, os “Apontamentos” que agora se publicam constituem mais um registo para o balanço da bibliografia do autor. Na transcrição, actualizou-se a ortografia, mas mantiveram-se alguns vocábulos originais, ainda que caídos em desuso.

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Apontamentos de viagem – I

Neste primeiro capítulo dizem-se algumas coisas cuja infusão se pode denominar prólogo. Viajantes antigos e modernos. Antigas e modernas bagagens. Fala-se em Anacharsis, Laporte, Xavier de Maistre, Garrett, Humboldt. O autor diz o seu rumo de viagem. Protestação desnecessária. F. X. de Oliveira. Excelência do segundo capítulo.

As narrações dos viajantes de hoje são, nos felizes tempos em que nos achamos, um dos ramos da literatura.

Quando vem ao mercado literário alguma obra ou bugiaria concernente a viagens, ninguém espera outra coisa que não seja a narração dos martírios sofridos, dos prazeres que se gozaram, das impressões que se sentiram, a descrição do veículo em que se transita, a análise das pessoas com quem se viaja, etc. etc.

O viajante de hoje é um egoísta rematado; pecha de *nositismo* [sic] não a tem ele; senti isto, subi aquele monte, atravessei esta povoação, desci esta encosta: são as palavras de que usa.

O viajante dos tempos que há muito foram tinha marca de bom maçador; a história antiga era o seu elemento: a amabilidade e majestade da natureza nem sequer lhe lembrava; o sublime era residência da arqueologia; o belo consistia na história.

Evocava do túmulo os heróis do país que trilhava; arrancava à antiguidade todos os seus ornamentos, trasladava-os para o papel, e com isto nos dava uma larga *estopada*, que, por via da história, vinha por muitas vezes mesclada de mentiras e patranhas.

Um miliário fazia as suas delícias: uma coluna derrocada; uma cruz mutilada; uma ermida já ruínas; um leteiro ainda não explicado, e já muito ininteligível pela acção dos tempos – eram coisas por qualquer das quais passava noites inteiras curvado sobre os livros que lhe poderiam sugerir luzes a tal respeito. Assim como cada terra tem seu uso, também cada época tem suas fases.

Para o viajante de hoje não é de grande momento a história. Seis páginas que lhe dedique, entre cem já sobejam ou superabundam; são como os juros que se tornam em usura quando passam de cinco ou seis por cento.

As raparigas da aldeia, ou a coquete da cidade, substituíram as colunas e os miliários; a contemplação das nuvens pousando nas serranias ou obscurecendo os céus, da torre que atravessa as nuvens, do regato que murmura, substituiu a ermida arruinada.

E quem aí tão desassisado que diga presentemente que a primeira substituição não foi boa e *confortable*, e que a segunda é preferível sobremodo à substituída neste tempo, em que quase todos os monumentos estão descritos e analisados, em que os edifícios mais ou menos notáveis estão esquadrinhados?

É necessário que toque a sua vez à natureza; que essas cenas majestosas passem do grande livro em que se acham escritas, para outro que as desenhe, ainda que sejam arremadas mal, porque é quanto se pode esperar dos homens.

Anacharsis ou ainda Laporte desagradam hoje como viajantes; são respeitados como historiadores; mas Humboldt e Xavier de Maistre elevam e extasiam com a sua leitura, bem como Stael e Garrett, quer viagem na Alemanha ou no seu quarto, na Itália ou na sua terra.

Esta larga e longa tirada veio a pêlo para se dizer que ninguém espere deste opúsculo dissertações arqueológicas ou históricas. O nosso programa já foi dito por Garrett nas = *Viagens da minha terra* = em aquelas palavras: – «Protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir, se há-de fazer crónica.»

Assim como o fim das viagens do tempo que foi há muito são dissimulantes das modernas, assim como os viajantes têm um gosto diverso, do mesmo modo e com razão mudaram as bagagens.

O viajante de outrora, quer fosse para longe, quer para perto, levava um teodolito ou grafómetro, uma tábua de logaritmos e um estojo para a medição dos terrenos e das elevações; um alto pé de milho, uma cabana tosca faziam-no desbiforcar-se do bucéfalo, tirar de entre o pesado baú todos os instrumentos necessários e evidenciar a altura ou a área daquelas ninharias.

Os livros científicos, de envolta com a roupa, ocupavam não pequeno espaço na caixa de viagem.

Hoje não acontece identicamente. Quem se desse ao trabalho de fazer o inventário da bagagem de um viandante (o mais dourado em seus trajares ainda), obteria em resultado:

Uma ou duas camisas.

Um par de peúgas.

Um par de calças.

Uns óculos de teatro.

Papel, tinteiro, etc.

Algumas obras de Lamartine, ou Victor Hugo, de Garrett ou Mendes Leal, de Soares Passos ou de outro qualquer literato estrangeiro ou nacional.

Exceptuam-se os seguintes:

Um ou dois historiadores.

Um ou dois arqueólogos.

O título desta obra é incontrastavelmente muito medíocre, mas grado e pretensioso quiçá para meia dúzia de folhetins, que não passam das costumadas sensaborias, apesar de serem a mais estimável obra

de seu autor; a pedra mais radiante da sua coroa de literato, o mais elevado monumento à sua ainda anfíbia reputação.

E nisto obrou ele com aviso; ninguém aguarde que lhe erijam monumentos; se os quer levante-os por sua própria mão. Sirva-lhe de espelho o de Garrett, o de Camões, o de D. Pedro, etc. etc.; no meu julgar os dois primeiros não precisam deles, porque já têm superabundantes; o último necessita dele e bem elevado e maravilhoso.

O ilustrado público, o amabilíssimo leitor (estilo dos prólogos rançosos da era de 1500), a cara leitora (indispensável no tempo de hoje) não hão-de estar contentes porque ainda lhes não dissemos qual foi o nosso rumo, qual a terra que pôde jactar-se ufana de recolher dentro em si este físico, impregnado em ciências e literatura, como a roupa tinta em campeche; qual foi o estalajadeiro que contou no rol dos seus hóspedes ao autor desta coisa, e que teve um leito para albergar meu corpo.

Mas para que algum vagado ou síncope não venha atormentar o leitor com a inopinada alegria daquela tripla novidade, dir-lhe-emos somente qual foi o nosso rumo. Foi Braga.

É necessário declarar, que pela leitura desta obrasita, haverá o público grandes conhecimentos com os terços da augusta cidade, com os seus cafés, e com muita coisa mais, que, para não agradarmos à prolixidade, deixamos de enumerar.

É agora um corolário assaz lógico e indestrutível, que o leitor há-de chorar por a continuação desta composição, arquétipo das viagens, quando vir = fim = em algum folhetim, como criança de peito que pede o leite materno. Console-se, porém, com a lembrança de que tudo que existe é finito, e que estas linhas são uma realidade, sujeitas portanto à lei geral.

Escrever é a monomania de hoje; eu já li em letra redonda, que todos queriam apresentar obra sua, em que não fosse mais que um prospecto; ora então não maravilha que a moléstia me combalisse e fizesse que sarrabiscássemos estes apontamentos.

Façamos aqui ponto a este capítulo, que muito bem pode servir de prólogo, e passemos ao segundo, que não há-de desagradar pelas variedades que contém, pela erudição que o autor ostenta nele, pelos lindos ramalhetes que o ornam, que fariam inveja ao mais pintado literato, e... mau, não predisponhamos o leitor; queremos súbito mostrar-lhe o belo e o agradável combinado com o útil. Olhe que tem bocadinhos bons o tal segundo capítulo e é completamente original.

Apontamentos de viagem – II

O autor declara que ia acompanhado por sete pessoas ou por oito. Pejo que o domina para dizer o nome do veículo que o conduzia; perífrase necessária e que mostra o que é um carroção. Catilinária contra ele. Fala-se a favor e contra os que o aprovam. Estado da abóbada aparente. Descrição do veículo. Dois criados e uma jumenta. Arca de Noé.

Faça o favor de nos acompanhar até ao largo da Batalha, Sr. leitor; não tenha medo, apesar de ser meia-noite, que assim o indica uma buzina que se faz ouvir neste largo. É a diligência que parte para Braga.

Foi neste mesmo largo que eu saía de uma casa, situada ali, com a dupla tenção de passar vida regalada e folgazã, e de ir para Braga por espaço de 8 dias.

Vejamos se este projecto passou a lei.

Saibam quantos este público instrumento de viagem virem que o autor desta acreditadíssima obra ia na companhia de uma família composta de sete pessoas; se a criada se deve meter no rol da família, façam o favor de mudar o sete para oito, do que não resultará inconveniente algum.

Corro-me de pejo para deixar ao leitor o nome do veículo que carregava comigo.

Faça-se uma perífrase para que adivinhe antes que lho digamos expressamente.

O meu veículo é o verbo da anti-civilização; meus sétimos avós viram-no já velho, e as antiguidades, como diz Bocage a respeito de um velho canapé, pediram-lhe benção de avô.

Manuel José de Oliveira é o potentado ilustre, que nesta cidade tem conservado tal espécie de veículos. A civilização horroriza-se vendo que a estupidez ainda tem prosélitos; o século dezanove, o século das luzes por essência, o século da civilização, o século do progresso, do gaz-light da economia, recua aterrado, quando depois de ter lutado acremente por espaço de 56 anos contra a hidra das antiquilhas, mais terrível que a de Lerna, vê diante de si uma protelação tão enérgica a desfavor das suas luzes de sebo, gás, estearina, etc., como é a tal passarola, querida dos amantes de física e empachamentos.

Não há tribuno das turbas que não tenha declamado contra ela, não há economista que a não tenha fulminado; não há janota que não tenha pedido com todas as suas possantes forças a exautoração dela; não há literato que a não tenha confundido com os ditos mais picantes, que a não tenha vilipendiado com os nomes mais rasteiros que faziam corar de vergonha, esconder a face para este mundo à regateira mais debochada das praças de peixe.

A indecência autoriza-lhe a existência; o mau gosto adopta-a; a idade média requer o seu uso.

Mas ai! P'ró pudor! Malditas sejam as orações das velhas, se é por elas que nos tem vindo a conservação deste indecente transporte!

Nesta renhida, ainda que incruenta luta da idade média com o século dezanove, ficaram encantonados os bons desejos de todo o *incrível*, de todo que sabe as conveniências do século, de toda a gente sensata, de todo o rapaz que sabe retorcer o bigode, fumar meio charuto e deitar fora a outra metade.

O labroste alcançou triunfo, ou pelo menos corre parelhas com o lacaio; os socos rivalizam com a bota engraxada e luzidia; a jaqueta de borel ainda se julga com forças para quebrar lanças com a farda de pano azul; a vara com o agulhão faz visagens ao chicote de correia e pita; o boi diz zumbaias ao cavalo, ousa tirar como ele as carroças e colher *polverem Olympicum*; as estradas de Portugal ainda são vincadas pelas rodas do carroção, que tremilhica sobre as correias; o pesado andar dos bois acha alguém que lhe dê mais aprovação do que ao nobre galopar dos Pégasos sem asas; o urro do boi vale mais que o relinchar do cavalo; os chifres daquele têm mais elegância que a elevação do pescoço e a flutuação das crinas deste.

Almas sem alma, vida sem energia, nem gosto, homens de mil e quinhentos e Vade retro! Mas vão lá dizer isto a um pai de família! excomungam o literato, anatematizam o civilizador; menosprezam a nossa missão. Dão-nos na cara com a conta da despesa, confrontam o gasto que fazem com os bois e moços, com a dos lacaios, cavalos, etc. etc.; vêem o excesso desta sobre aquela; queixam-se da pequenez de uma carruagem e das poucas comodidades que oferece!

Avaros! que não quereis concorrer com um punhado de dinheiro para tornar menos espinhosa a senda que trilhamos!

Ora aqui para nós, meus colegas, na aniquilação dos carroções, os tais senhores têm mais razão do que lhes demos; se nos viramos como eles metidos em camisas de onze varas, tendo às costas todas as despesas que exige uma família, talvez que os julgássemos mais, senão muito, razoáveis nos seus raciocínios.

Mas é necessário não desanimar; fala-se-lhes em Smith, Say e Bentham, em civilizações e gosto moderno; trocamos uma ou duas palavras obsoletas, e eles ficarão perplexos: mais outro ataque, a perplexidade converter-se-á em convicções.

Audácia! e a vitória nos coroará. *Audaces fortuna juvat.*

.....
Ora é claro que o veículo para que subi era um carroção tirado por dois *dandys* do género bovino.

Cada qual ocupou o lugar que o seu corpo requeria, atendendo à grandeza do carroção, encostou depois a cabeça a um dos lados do veículo e cuidou em passar para o domínio de Morpheu.

Eu, porém, não passei para lá senão depois de feita uma hora.

A razão é muito simples; diz-se em oito palavras; tinha dormido 3 horas na tarde do dia antecedente.

O firmamento estava carregado de nuvens negras, e um listão avermelhado, cheio de electricidade, tirando para fulo, orlava o horizonte; o vento não sibilava, nem soprava; um calor ainda intenso a tais horas advertia da próxima trovoada: algumas tiras azuis, em que brilhavam estrelas, figurando diversamente, entremeavam com a negridão; de pouco em pouco via-se a lua, que era quase cheia, brilhar com todo o seu esplendor e dourar efemeramente a cabeça dos montes e a copa das árvores.

O tempo em que viajávamos era o em que os campos se acham cobertos de messes; se algum brando zéfiro soprava, e a lua era então visível, os seus raios pareciam oscilar como se as searas fossem um rio plácido.

Este espectáculo, verdadeiramente majestoso, e que me tem arrebatado a alma por algumas vezes, era-me agora insípido, e não sei que outra causa ponha a isso que não sejam os incómodos que ia sofrendo encarcerado no limitado carroção.

O brilho da lua importava-me menos que a impressão que o pé da minha vizinha fazia sobre os meus calos; não duvido, porém, que tivesse grande préstimo para dois amantéticos que, com os lábios colados, e com as mãos presas, a invocariam como testemunha do seu acendrado amor; para o cidadão portuense que transita de noite as ruas e anfractos da cidade do Porto e que em cada rua acha um precipício, que continuamente se expõe à supressão do nariz por coisa dos tubos do gás; para o astrónomo que deseja alongar as regiões celestes e tornar célebre o seu nome pela descoberta de algum planeta; para o aluno da escola popular de canto que vem de cantar os dez solfejos intermináveis, e medroso se dirige a casa, e finalmente para quejandos desgraçados.

.....
Imagine-se um paralelogramo posto sobre duas correias bem seguras por quatro ferros; ponha-se por baixo e em sentido horizontal dois grossos paus paralelos atravessados por outros dois em cujas extremidades se acham colocadas rodas de pau com vários diâmetros de 4 palmos; pinte-se de azul e ter-se-á o exterior do veículo em que íamos.

Adiante dos bois de que já falei vai um homem de campo, vestido de preto, que visto de noite dá uma ideia, confusa, do *black knight* de Walter Scott; ora ao lado esquerdo, ora ao direito com uma vara na mão encostada ao ombro, vai outro homem. Uma carapuça vermelha como as dos marujos, uma jaqueta branca e os pés nus são os seus trajes; de quando em quando, dá outra direcção à vara, como de lança em riste, a fim de mimosear os bois com uma aguilhoada acompanhada de um enérgico = Eh lá, boi, eh, que agradecem levantando a perna ou sacudindo a cauda.

Para complemento deste primoroso quadro, digno do pincel de Guerin, ou Vuici, saiba-se que vai na saga do carroção e presa a um dos ferros que servem de mainel, uma jumenta de pêlo bastante anafado, que cobre gordas carnes, carregadas com andilhas. Na frente do carroção eleva-se uma caixa tal que se o carpinteiro ou ensamblador lhe desse mais um palmo de altura, encobriria parte das janelinhas dianteiras do carroção; esta arca de Noé serve de mala geral e supria, ainda que com laivos de indecência, o lugar para dois jockeys.

Eis aqui a esplêndida caravaneta de que eu fazia parte, e que causou pasmo aos Bracarenses, como depois se verá.

Apontamentos de viagem – III

Analisa-se os colegas da viagem do autor. Fala-se em muito sábio nascido de entre o povo. O autor crê que este capítulo há-de desagradar aos nobres. Bacharéis de hoje. A coquete.

Muito repreensível fora o nosso comportamento, se previamente de entrarmos em pormenores de subido mérito, deixássemos de apresentar ao leitor a pintura dos personagens com quem temos a honra de viajar.

A fidelidade da cópia, tal que se confunda com o original, que sempre se exigiu e ainda se exige, será reverenciada e acatada no nosso desenho.

Avulte em primeiro lugar o Sr. C., que é o *scheik* da nossa caravana; é um cidadão portuense, bastante largo no corpo e minguado na altura; quando ergue os seus grandes olhos e os fixa em alguém, penetra-o interiormente até ao coração; um olhar audaz abate-se ao vê-los, e quando os abre muito parecem ameaçar e confundir.

Muito sabedor de filosofia prática, acerta de ordinário com o fito das acções dos homens; engana-se algumas vezes e o sumo desejo de querer acertar condu-lo ao erro e à desconfiança infundada.

Mede as suas falas, que costumam não ser em demasia, principalmente quando está sentado a uma mesa, cuja toalha encobre as iguarias: é um óptimo gastrónomo e os *beefs* acham um envoltório no bojudo ventre, capaz de fazer raivar por ele Lucullo.

A. L. é um dos meus companheiros de viagem e o de mais recordação para mim. Os seus passeios eram os meus; para onde eu ia, caminhava ele também; éramos a sombra mútua; admirava-me e inquiria por ele quando o não via junto de mim.

A. L. tem 18 anos; sua testa diz talento, e as palavras que os lábios soltam mostram que ela não mente; os cabelos pretos e curtos caem-lhe sobre um rosto comprido, e cuja mandíbula inferior o torna quase oval; sua tez morena harmoniza com as faces descoradas.

Uns olhos bem rasgados e com muita vivacidade, tornam o seu parecer muito fisionómico.

E, na verdade, há caracteres que são impossíveis de pertencer a um homem destituído de talento e inteligência. Não há pessoa alguma que não esteja, por experiência mesma, convencida da verdade da proposição directa e da falsidade ocasional da recíproca.

Dos olhos já disse um clássico nosso, D. Francisco Xavier de Oliveira, nas suas cartas críticas, jocosas e satíricas, que é coisa rara quando a vivacidade deles se não encontra com um bom entendimento.¹

É bastante falador, mas acerta quase sempre, moraliza qualquer acto, e julgo-o capaz de fazer dissertações sobre *lana caprina*.

A ciência parece aborrecer os *nobres*, e o certo é que raro aparece entre eles.

Das classes que sem nenhuma justeza são denominadas baixas, têm saído toda a sorte de científicos e literatos, que foram embalados em berços do povo e amamentados por mães que com uma das mãos faziam girar o fuso e com a outra sustinham os filhos.

O sangue azul e os pergaminhos tornaram-se muito desprezíveis e ninguém faz hoje caso da aristocracia; do dinheiro sim; mas se aparecer aí um nobre carregado com pergaminhos que tragam data de 900, mirrados de dinheiro, ninguém os olha com respeito se não houverem factos próprios que o tornem venerável.

A plebe tem ao seu alcance um meio de se elevar muito além desses loucos.

Digam-no Shakespeare e Alembert, que viram, ao nascer, o braço do carinhoso pai, que alimentava um com o lucro do seu trabalho, e o rosto do vidraceiro que tomou conta do pobre enjeitado.

.....
¹ Carta que diz respeito à Astrologia, etc., que é a 44.^a do 4.^o Tomo. – Edição de Lisboa.

O grande matemático e o sublime tragediografo não tinham brasões nem coroas de grandeza para apresentarem ao mundo, para lhe ordenarem a sua afeição; mas à mingua disto tudo deu-lhes Deus um imaginação abundante, um talento fecundo, um génio feliz que os elevaram além do pergaminho e do granito. A *Enciclopédia* e o *Macbeth*, os opúsculos e *Zaida* ganharam-lhe mais glória que muitas gerações fidalgas não poderão granjear. Os pobres plebeusitas, nus e crus como a natureza os deu, ainda hoje são respeitados com recente memória; os feitos desses aristocratas já atascados em proezas e heroicidades dos avoengos lá foram dar consigo no abismo do esquecimento. Pois se até os nomes deslembram à mais feliz memória pelo comprimento que têm e por exóticos que são!

Permitam-nos que *nostradamemos*: A. L., nascido dentre populares, há-de seguir a senda desses grandes homens. Não menos amante da glória do que Byron, há-de transpor todos os obstáculos e empecos que tem de encontrar na sua carreira. Os seus pequenos trabalhos críticos que ainda não viram a luz do mundo literário são muito estimáveis e mostram bem o que tem de ser aquele que os escreveu. Agouramos-lhe um bom futuro se a moléstia dos literatos portuenses, a preguiça, o não contagiar. Oxalá.

Seja-nos permitido tributar-lhe homenagem pública e sincera de respeito e de amizade.

Com todo o fogo da mocidade aos dezoito anos, partilha das ideias republicanas; mas tais mudanças temos visto que não podemos dizer com afoiteza se as conservará dilatadamente. Não costuma acontecer assim a quem tem ideias exaltadas como A. L.

O seu génio está entre o folgazão e o misantropo.

J. L., irmão de A. L., é quase diametralmente diferente do seu irmão. Já recebeu o *gradum baccalauri*, mas não é como grande número desses bacharéis que por aí se apresentam inçando as cidades, as aldeias, como tortulho em dias chuvosos, que por serem bacharéis (de *tibiquoque*) se julgam aptos para dizer toda as asneiras que lhes vierem ao toutiço arrogante.

São estas as melhores personagens para um Molière, um Nicolau Tolentino e que somente servem para descrédito dos que têm mérito e modéstia.

J. L. é muito pouco amigo de folgares; está encerrado quase sempre no seu gabinete, e sai de casa nas sóas ocasiões em que é obrigado a isso.

Pedimos vénia ao leitor para não falarmos de outras pessoas, que acompanhávamos.

A época em que nos achamos tacha de insípido o quadro em que se desenhavam as virtudes de uma boa senhora, sabedora dos deveres de mãe e de esposa e cuidadosa dos afazeres domésticos.

Não caio nessa, não; se tal fizera vinha logo o século dezanove aniquilar-me com os seus palavões capazes de horrorizarem um Gascão, por haver elogiado uma pessoa como aquela a que nos referimos; passavam-me sem apelação nem agravo para o quinhentismo, e eu não estou determinado a retroceder um tão grande número de anos.

Estamos no tempo dos tipos, arquétipos e protótipos, etc.: *coquetes* são o pasto da imaginação moderna. Quando se fala de mulheres, quer-se uma jovem, que acaba de sair da infância, cheia de inocência (Hum... hum...) que lhe adeje por de sobre os lábios carminados e risonhos, mais bela que Cleopatra e tão atractiva como Vénus, mas sempre inocente, que dance, que tenha camarote no teatro e que fale francês.

Vão dizer diante de uma roda de *coquetes*: Fulana talha muito bem vestidos, sabe guisar carne como a melhor pasteleira.

Santo Breve da Marca! Riam-se logo. Astroso de um tal aventureiro! Se quisermos vestidos, respondem as tais senhoras, temos a Guichard, ou a Andrilhac, e os nossos criados sabem optimamente dos afazeres culinários.

Pedimos a todo o bom vivente que não caia na maldita esparrela; ser-lhe-ia mais útil ler o quarto capítulo que vamos começar.

Apontamentos de viagem – IV

O céu serenado. A ponte de Leça, antiga e moderna. Imprecação contra os que marcam as léguas. Frederico Soulié. A descida de um carroção ou de outra qualquer espécie de transportes. Estalagem da Carriça. O autor faz um verdadeiro e circunstanciado juízo crítico de uma mesa que se acha na sala de jantar. Comodidades da estalagem. Boa nova. Fala-se em ópio, chá, café, pastéis, fiambre, e outras coisas que fazem criar água na boca.

Estamos no dia 14 de Agosto. São 2 horas da manhã.

Era nesta ocasião que eu saía do mundo de Morpheu para o mundo real, tendo-me demorado ali por uma hora sem que visse alguma coisa ou ouvisse alguma voz celeste, dessas que se devem ouvir no trono dos deuses.

Quando acordei já o céu estava menos carregado de vulcões e a lua mostrava-se toda sem que fosse obscurecida pelas nuvens.

Esfreguei os olhos depois de ter tirado a custo os braços, que iam presos pelas costas dos que me ficavam dos lados. Que belas e interessantes visagens não faria eu durante o sono!

Em que altura vamos, perguntei a A. L.?

Perto da Ponte de Leça; acabo também de acordar, e sempre sonhei umas coisas.... quer que lhas conte?

Muito obrigado, respondi eu temendo o cataclismo das dissertações: que horas são?

Duas da manhã.

Que me diz? Ora isto... e fiquei desapontado inteiramente. Ter de estar encarcerado num carroção por espaço de duas léguas, antes que o meu corpo descanse! Apague que é muito! A ideia do futuro horrorizava-me, fazia-me tremer como um pinheiral açoutado pelo vento: roguei a Deus pela aproximação da Carriça; pedi para os bois a força de quatro cavalos e....

Estava mergulhado nestas injucundas reflexões, quando o coração parou; era por termos chegado à Ponte de Leça, onde se acha colocada uma guarda de não sei quantos soldados e um empregado da Companhia Viação Portuense, para perceber os direitos que todo o viandante e todo o veículo é forçado a pagar.

Para comodidade dos viajantes, diz-se que se pagam oito vinténs, por um carroção, bois, moços e tudo o mais que ele contém ainda que seja carga mefítica.

Íamos já ao meio da ponte, quando um = psiu, psiu, ó do carroção = fez parar as forças da locomotiva.

E a jumenta, senhor? a jumenta não pagou.

Mas pago eu por ela, respondeu o scheick, mal sustendo o riso; quanto é?

Dez reis.

O *arame* correu para as mãos do empregado e a locomotiva continuou a sua carreira.

Inspirado pelos *raios económicos* comunguei comigo:

– Para que se haviam de pagar dez reis pela jumenta? Não vai aqui, bem presente para lembrar, esta arca de Noé, que me impede os raios visuais? Não era melhor que se metesse nela este quadrúpede? Mas quem sabe se a caixa irá cheia de roupa? Mas não, é impossível; pois se ela tem idoneidade para conter o completo fardamento de uma companhia de cem soldados e nós somos 8 pessoas...

Uma acotoveladela de A. L. fez com que a nação perdesse um compêndio de economia política e doméstica, que eu projectava para inveja das outras nações; amaldiçoada cotoveladela!

«Ali está a ponte, disse-me ele, e lá em baixo o rio Leça, que vai serpeando as fraldas dos montes até ir pagar o seu óbolo ao Oceano, dar o tributo ao grande rei dos mares.»

A antiga ponte, que é da alvenaria, está desprezada e coberta de pequenos arbustos e musgo, que a tornam afeitada.

A nova ponte contrasta sublimemente com a antiga; mais guindada que esta, parece sustentar-se por si só no ar, revendo-se vaidosa na água e olhando-a com desdém, porque oferece ao viandante um trânsito seguro a despeito da corrente que lhe estorva a passagem; a outra, pobrezita, é de um gosto pesado como são para hoje todas as pontes da alvenaria e não tem graças para o mostrar; é uma pesada matrona de 60 anos que escusa a face aos que a viram outrora tão prazenteira, agradável e estimada de todos, que a olham hoje tão deslustrada e abatida; a ponte pênsil é uma jovem de 15 anos com todo o verdor da mocidade e com todas as galas da primavera da vida.

Aquela é toda de pedra, e precisa de mergulhar os sustentáculos do arco nas arcas do rio; esta compõe-se de umas poucas de tábuas seguras por arames que, se elevam até aos pequenos pilares que, a sustentam, e que nos passam com toda a segurança para a parte oposta do rio.

.....
Carriça fica a três léguas do Porto na estrada de Braga; a uma légua distante de Leça há uma pequena povoação, que denominam Castelo; vêem-se ali umas poucas de casas, uma cadeia, e, como é uso nas aldeias, a câmara tem as suas secções na sala que fica superior àquela em que criminosos lamentam as suas culpas ou procuram meios para se porem em polvorosa.

E. W. na sua interessante obra, cuja é título: – *Hints to travellers in Portugal*, diz falando da demarcação das léguas portuguesas:

«Há distâncias a que chamam uma légua, somente por não perfazerem duas».

E esta verdade sente-se bem nas duas léguas que vão de Leça à Carriça, e que os antigos demarcadores partiram ao meio no Castelo; a primeira o dobro da segunda; o viajante que partindo da Carriça anda a pé em uma hora a primeira légua, amofina-se quando, passante de uma hora e meia de caminho, com a mesma velocidade, não tem acabado a segunda.

Quando cheguei à Carriça já era sol nado; tinham dado cinco horas. O céu já não tinha a cor negra que lhe vimos há pouco; à aglomeração de nuvens negras sucedeu um véu esbranquiçado, como de nevoeiro, que encobria os raios do sol bem pouco agradáveis para quem viaja por terra no meado de Agosto.

O exterior aspecto da estalagem parece de uma casa de sobejas comodidades para umas poucas de famílias; mas não é assim; provém isto da pouca largura que deram à casa.

Frederico Soulié, nas Memórias do Diabo, acha muito grotesca a descida dos viajantes da diligência; a meu julgar não era propósito daquele romancista excluir com a palavra – diligência – outro qualquer veículo.

E, na verdade, não deixa de ter graça.

Um viajero sacode com o lenço a poeira que o vento depositou nos engraçados botins, depois de a introduzir pelas janelinhas do carrão, sege, coche, char-a-bancs, trem, etc.; outro procura endireitar os colarinhos engelhados, porque o sono o obrigou a vergar a cabeça sobre os ombros; aquele olha desgostoso para a camisa empoirada e manchada pelo suor; as lágrimas quase que lhe marejam nos olhos ao ver o peitilho em condição tal que já não pode figurar na terra para onde vai; este outro sentado sobre uma pedra compõe o *toilette* em desordem com as escovinhas e cosméticos que trouxe na mala; aquele outro, o de melhor discernimento, não faz cabedal dessas ninharias, e entra imediatamente na cozinha, se é rés ao chão, pergunta pelo *que há para comer*, devora com o gosto as comidas que o estalajadeiro lhe vai enumerando, salva as escadas que dirigem à sala pública e pede as melhores iguarias que compõem a nomenclatura culinária.

Os viajantes na locomotiva que apresentamos ao leitor desceram dela, subiram à sala e apossaram-se da mesa que se achava nua de comida e de fregueses.

Eu subi a passo as escadas, porque as pernas, vindas de estarem em formas opressoras, contrariavam os desejos que eu tinha de ver devorar presto os melhores bocados, que as baixelas da estalagem pudessem trazer naquele dia.

Como fosse quinta-feira, temi que não houvesse na estalagem mais que um pouco de molho para o dia seguinte, que era de abstinência de carne; mas graças à providência do Sr. C., que tinha prevenido o estalajadeiro da sua vinda, havia muito em que atacássemos nossos apetites.

Se nos conformarmos com a aparência da mesa a que nos sentamos, temos de dizer que é do tempo de D. Pedro I ou de D. Fernando, ou de D. João I. Gostei da sua singeleza; é uma tábua quadrilonga, sustida por quatro paus a prumo, ligados por outros quatro horizontais, que oferecem descanso às pernas fatigadas dos caminheiros. É muito provável que um antiquário, um viajante de tempos antigos, acreditando ter diante de si um objecto de longas despertações, causticasse o pobre do estalajadeiro; eu cá não sou assim; aquela mesa não era mais nem menos que o mais pulverulento cronicão da Torre do Tombo encadernada em linho que encobria a imensa carcoma.

Um relógio de sala é um dos novos adornos que o dono da estalagem deu à sua casa; mais uma mesa, mana da primeira, o mais pequerruchinho que serve de bacalhau de aparador, algumas cadeiras de palhinha e de pinho formam a mobília desta sala.

Por dois degraus vai-se para uma quadra que tem uma mesa ao serviço dos viajantes, uma longa, larga e profunda cómoda nova e uma mesa, que se assemelha com um piano.

As janelas da estalagem dão vista para os campos, que são o único recreio do amator de panoramas. Defronte da casa está um ferrador pouco amável e que torna desastroso o melhor sono com o barulho infernal que faz batendo com o martelo sobre a bigorna, ainda mesmo quando não tem que fazer.

Mais dois quartos muito pequenos dão fim às comodidades, que pode achar na estalagem uma família; há também camas, segundo nos disse a «tia de Melgaço»² que só têm serventia para gente pouco estimada.

A despeito de tudo isto, pode dizer-se, sem receio de hipérbole, que a estalagem é muito boa para uma estrada simplesmente, e que não pertence a povoações ou vilas, que lhe proporcione fregueses.

A baixela é bastante decente, e os talheres, de prata, são no meu parecer, um dos luxos da casa, e que seria de notar se os não apresentasse.

Bom gastrónomo é aquele que desprezando luxuriosas iguarias, e que não sacrificando a moda, enche o ventre daquilo que mais lhe agrada; ora todos os meus *covi-andantes* são bons gastrónomos, e com especialidade C., que é capaz de jantar unicamente sardinhas, com tanto que estejam bem salmonadas.

C. mandou vir chá e café; desemalou um bom presunto de fiambre, e depois, partido, cada qual o devorou com furor, e mostrando-se com forças para dar cabo dele inteiro.

Um inglês não me tira a palma a tomar chá; o chin não me deve disputar a gloriação, sob pena de derrota.

Bem esteja Schedeli, que nos ensinou as virtudes do café; deste sublime decoeto dizia um poeta árabe:

«Ó café! tu dissipas todos os cuidados, a ti os votos do homem dado ao estudo! O sábio que saboreia a taça onde borbulha a sua esperança é o único que conhece a verdade.»

Bebo duas chávenas de café, uma de chá, comi quatro tostas com manteiga, devorei um pastel.

Para proveito do estalajadeiro, homem de largas dimensões, e para alegria dos futuros candidatos a viagens em Braga, declaramos que a estalagem vai ser aumentada com novas comodidades e que há ali uma *senhora*, que sempre risonha, sempre espirituosa, serve à mesa aos gastrónomos e aos que o não são. É por

.....
² Vide a Peregrinação sobre a face do globo.

isto e por o bem cozinhado que se observa que damos preferência a esta estalagem sobre a de Vila Nova; lá, é um rapaz, cujo retrato havemos de dar ao leitor, que nos consome com as suas pieguices e pretendidas *chalaças* de bom gosto; aqui a «tia de Melgaço», benévola por costume, afável por carácter e risonha por necessidade. Muda os pratos, põe diante de nós guardanapo e talher com toda a amabilidade que possui; desperta deste modo o apetite mais obtuso e concorre poderosamente para uma boa digestão.

Tinham dado sete horas quando descemos a estalagem. O *género humano* subiu o carroção; a jumenta carregada com o corpo da criada, que *enjoava*; os moços tomaram a posição necessária, a locomotiva principiou a mover-se para Vila Nova de Famalicão.

Apontamentos de viagem – V

Suplícios e martírios do viajante em carroção. Penosa situação do autor. Loucura de uma proposição tida por axiomática. Excelência dos barcos das padeiras de Avintes. João de Barros e o Clarimundo. Um autor moderno. A realidade vale mais que a esperança. A caravana aporta com feliz sucesso à estalagem de Vila Nova.

Apesar de sairmos da Carriça pelas 7 horas da manhã, ainda os meus circunstantes se entregavam ao sono; tanto pode Morpheu, ainda sobre as propriedades do café e do chá!

A minha condição naquela actualidade não era para invejar; antes pelo contrário, enfadava e indispunha. A. L. deitava a cabeça sobre o meu ombro, que, magoado pelos sofrimentos da noite antecedente, mal podia com tal carga, que gratuitamente sopezava; os meus pés faziam concorrência aos de J. L. a um pedaço de carrão; os deste pareciam dar-me homenagem como se fazia aos reis portugueses com as mãos; eu era rei: porém, contudo estimava apeara-me desta grandeza ideal e quiçá imaginaria. Mas como levar a efeito esta vontade muito justa, este desejo de supliciado? J. L. fazia momices que o sono exigia; outra pessoa afligia-me com um ombro, junto de tal modo ao meu, que quem assim nos visse julgaria que tinha diante de si os dois gémeos Chang e Eng, que tanta admiração causaram a todo o mundo; alguns chapéus pendurados do tecto do carroção serviam-me de véu. Mas como sair deste caixilho vivo?

Compreendi então o suplício de Tântalo; queria fruir um prazer, que tão vizinho estava, e os meus companheiros serviam-me de estorvo! Mas como gozá-lo se C. atrancava a portinhola com toda a sua bojuidez?

Se a inquisição ainda existisse (*quod a nobis Deus avertat*) e algum malvado inquisidor me acompanhasse havia certamente de inventar um novo género de suplício, não menor que qualquer dos que temos notícia.

Pardiez! Até que a final o meu amigo J. L. abriu um pouco as pernas e pude embetesgar os meus pequeninos pés até ao outro lado do carroção; mas com o desenvolvimento da perna o ombro abateu-se: a cabeça da A. L. desceu um pouco até ir dar no meu joelho, e fiquei com estes movimentos desagradáveis numa posição bastante irmã e com o mesmo carácter de terrível que a antecedente!

Tenho ouvido dizer como doutrina corrente e quase axiomática, que as situações violentas são pouco duradouras; protesto com a solenidade própria de um deputado contra tal proposição, que tão louca e infundada é! Saibam pois esses fazedores de amencias, que o autor desta mui lida obra os vai desmentir com um facto frisante, contra o qual não valem nada as mais enramalhadas razões.

A situação violenta em que o autor se achou foi constante por todo o tempo que é necessário para que dois bois puxem um carroção desde a Carriça até às imediações da Barca da Trofa; e sabem porque não durou ainda mais tempo? Não, senhor.

– Pois vão-no saber sem detença. Antes de partirmos da Carriça havia o Sr. C. destinado que havíamos de descansar na Ponte da Trofa e vogar um pouco no rio que atravessa. Ora eu ia muito incomodado, muito inquieto por a instabilidade de condição; por isso, logo que julguei ser passado o tempo necessário para que os bois tivessem tirado a carga até 18 léguas de distância (um tal suplício faz novemplicar as distâncias segundo um cálculo assaz exacto), alonguei os pés, movi todo o corpo, e então J. L. entreabri os olhos com o movimento, que o impressionou todo; eis chegado o momento necessário, pensei eu com as minhas pernas = Estamos perto da Barca = exclamei com voz estridente; A. L. acordou, bem como C.; repeti o brado com igual diapasão, e daí a pouco via-se a ponte; por intimação de C. todos desceram do carroção.

Embracei-me com A. L. e lesto caminhei ao longo da ponte a demandar com os olhos um pequeno barco ou escaler que nos conduzisse pelo rio abaixo; mas, ó dor! nem um só barco, nem uma só jangada, nem esperanças deles. Eu, que digo mal, que faço verrinas contra os barcos das padeiras de Avintes, porque não têm comodidades suficientes, almejava agora por um singelo batel, por uma mal segura canoa com dois remos para descansar das fadigas e sofreres passados! Castigo do Diabo, que aflige continuamente os homens, não de Deus que se compadece e perdoa!

Fiz verrinas, apontei catilinárias, amontoei tudo isto contra o mau gosto de todos os viandantes; se os caminheiros viessem vexados como eu, saberiam quanto é agradável vogar um pouco num manso pego, espriar a imaginação obtuzificada, pelo oscilar do carroção, na árvore, que assombra o rio, no rio que serpeia os montes; nos montes, que desenham o barco e a barqueira; na barqueira que nos sorri quando a miramos, que abate os olhos quando a fixamos.

Desta semi-poesia não curam os viandantes; encher o ventre com iguarias, isso sim; pois se os homens de hoje não lêem as poesias, que falam no ciciar da brisa, no correr do plácido regato, etc. etc.

Deixemos recordações misantrópicas, que me atagantam excessivamente, e enfiem a agulha que cose este livro.

Fiquei desapontado! passados cinco minutos na distensão das pernas e na passagem da ponte, tomamos a atafulhar o carroção com os nossos corpos.

Nesta pequena viagem de duas léguas tiveram os outros senhores a bondade de irem acordados e colocados de modo, que não apoquentassem os parceiros. Senti um enjoamento; tentei saltar para sobre a jumenta, mas vi a criada, que toda alegre e concha zurzia a minha esperança com uma varinha de carvalho.

Lembrei-me então de João de Barros que diz no Clarimundo (é num dos primeiros capítulos porque não li além do quinto): esperança, companheira enganosa de todos os humanos, sem nunca lhes dar o bem descansado.

E este antigo romancista achou em mim mais aprovação que um célebre historiador nosso quando disse que a esperança vale mais que a realidade; ou a expressão é muito poética ou eu, afeito à comezinha prosa, não a entendo; na teoria será uma proposição divinal, na prática não passa de um ouropel; antes quero ter muita sabedoria, que esperança de a haver; antes muito dinheiro, que esperança dele; durante ela sou um estúpido e passo necessidades. A esperança é muito para os poetas e a realidade é muito para os prosaicos.

Aquela jumenta corroborou as minhas ideias; tive de caminhar a pé encostado a um varapau de cana do Brasil se não queria *lançar carga ao mar*; ora na tábua, como, um lacaio, ora assentado como um garoto com a cabeça encostada para que o não vejam, ou indo na pista do carroção andei aquelas duas amargas léguas, que sempre me hão-de lembrar.

Acolá está Vila Nova, gritei eu, vendo os cumes das casas; meia hora depois achava-me na estalagem de Vila Nova de Famalicão, a única da terra a não contarmos outra que se encontra no alcance de um quilometro daquela, pouco mais ou menos.

A estalagem da vila denomina-se Real ou seja para não pôr medo de incômoda, como o Cabo da Boa Esperança, ou para estar em harmonia com as estradas reais, que conduziam para ali, antes da organização das diligências; tem vista para o largo em que têm lugar as feiras; faz ângulo para a rua Nova de Santo António, que é comparativamente tão comercial como a do Porto; lamenta-se e registra-se com desprazer que não hajam luveiras naquele vulcão de chitas, arroz, bacalhau etc. etc.

Apontamentos de viagem – VI

Continuam os martírios do viajante em carroção. O autor feito em pó. O que são 20 minutos para um viajante. Dissertação de A. L., que atagantou imensamente o autor. Uma pouca de louça vencendo Santo António. Um ilustre servo, que faz rir os homens e chorar a natureza. O autor propõe-se a batalhar, julgando revolução uma garrafa de cerveja. Inconveniências nascidas do desferramento de um boi. O autor declara-se candidato a deputado. Principais artigos do seu nobre programa. S. Tiago da Cruz, etc. Lichnowki.

O sol estava quase tocando o seu zénite: achava-me todo empoeirado por dentro e por fora; tirava a custo a respiração pelo esófago coberto de poeira, que invadia os brônquios e penetrava os pulmões; as botas, tão engraxadas ao sair do Porto, que, à mingua de outro, podiam servir de espelho, estavam completamente conspurcadas; os vestidos, que envergava eram uma nuvem de pó; urgia sair deste miserável estado.

Entre na cozinha, pedi ao primeiro moço que encontrei uma escova de fato e outra de botas; imediatamente a recebê-las bati o casaco e achei-me rodeado por nuvens esbranquiçadas; como tenho a formosura de Juno transformei mentalmente a escova em ceptro, o *bonnet-noir* em coroa, o casaco em fuso e maçaroca; mas a voz de A. L. repercutiu nos meus ouvidos; lembrei-me então de que a realidade pintava-me pobre viajante em carroção, que podia exclamar com entono dramático, à guisa de Procida: «*Quels tourmens j'ai soufferts dans ces longs voyages.*»

Depois de socorrer-me a bochechos de água para lançar fora a poeira invasora, e de concertar o meu *toilette*, entrei a sala do jantar em que os outros estavam, mergulhados em queixumes e lastimosos da sua sorte, porque o jantar devia tardar 20 minutos.

E sabe o leitor o que são vinte minutos para um viajante empoeirado, esfaimado, antípoda dos consolados?

São vinte anos de vida regular, dez milhões quinhentos e doze milhares de minutos!

Acompanhe a tardança do jantar da trupida dos carros, das chiadeiras dos eixos, das conversas do povo da aldeia com vozes candidatas a basso e a tenor; verá então que os 20 anos a que elevei os 20 minutos não é conta muito desarrazoada, mas própria de quem estudou Bezout e Francoeur, de quem se martirizou desde a adição e subtração até às elevadas teorias das raízes imaginárias e expoentes negativos.

A brisa que corria pela janela pouco agradava; o sol, que batia de chapa nas ruas da vila, tornava um passeio em loucura; a estalagem não tinha que ver; livros não havia outros além do das contas do estalajadeiro, que era todo uma dissertação bem acabada contra o Madureira; que havia de fazer? Dei figas aquela estalagem, discursi ex abrupto contra os criados; dirigi-me intencionalmente para a janela; a sorte estava lançada; corri fado de abismo em abismo, como se fora um lobisomem.

A. L. estava na varanda: depois de trocarmos algumas frases destituídas de interesse para autor e leitor, entrou na vila um renque de carros tirados por bois; chiavam infernalmente: eram o reino de Sumano posto ao sol!

Então A. L. travou-me do braço e fez uma dissertação sobre os búfalos e as vantagens que proviriam da sua introdução em Portugal; falou do actual governo; maçou-me com um trecho da história de Napoleão; item com o novo artigo de receita, que resultaria do comércio daqueles animais.

Eu estava disposto a oferecer dois rosários a Santo António para libertar-me destas angústias, quando o *tim tim* da louça para o jantar fez o milagre, roubou ao taumaturgo português a oferta de um piíssimo devoto, e cortou o fio do discurso ao incomparável economista agrícola; fiquei tão contente como o garoto sorrindo para o pião que gira admiravelmente.

Colocados a postos, cada qual cuidou de si e o moço de todos. Os pratos corriam mano-a-mano; num abrir de olhos esvaziavam-se os copos de cristal, continentes de portwine falsificado; o criado cuidava em não quebrar a baixela, melhoria da casa.

Este ilustre personagem é um rapaz de estatura menos que mediana, encafuado em uma quinzena de cotim, que lhe desce dos estreitos ombros até pouco abaixo da cintura, com privilégio de carvalho secular; as pernas, que não são mais de dois troços de couve, cambaleiam dentro de uns cilindros também de cotim, que bem aproveitados chegariam para dois pares de calças mouriscas. A fisionomia deste jovem foi certamente copiada de um quadro de Hogarth; o nariz tem semelhanças com um tubérculo de beterraba; os olhos quase sempre esgazeados vão atravessados esconder-se debaixo das polpas caídas da testa pouco mais alta que meia polegada; os cabelos pretos adornam-lhe a minguada cabeça, e quem os vê assim indomáveis pela escova e pelo pente, crê-los-á tão duros como crinas de onagro.

Embirrei completamente com este rapaz que se mete de gorra em todas questiúnculas, dizendo sempre necedades com pretensões a graças; mete as mãos nos bolsos da quinzena e empertiga-se todo perante a menor ordem; não lhe falece cuidado de dizer quatro asneiras quando traz a conta das despesas como quem quer conquistar uma de seis ou de doze; imagine-se que de pragas não rogará o bichinho se os hóspedes não lhe aumentam as finanças.

Este Sr. Manel Zé não pode escapar ao escarpelo crítico de um coleccionador de tipos, porque o é da fatuidade e do pedantismo; servia muito bem para entrar como ínfima personagem numa comédia togada ou tabernaria, ou para cantar a ária de D. Bucéfalo com aplauso de ferraduras; fala com toda a sem-cerimónia e incivildade. Já me esquecia que visto pela parte posterior dá ideias de quem deixou a tripeça e a sovela.

A estalagem de Vila Nova fornece aos hóspedes umas virtualhas sem sal nem adubo, que troca por bem erguido preço.

Ora o Sr. C., em matérias de bom gosto e culinária, ninguém lhe deita água às mãos, e por isso não se calou diante do mau paladar dos cozinheiros; estava o criado de mesa discursando com grandes aplausos dos judiciosos ouvintes, quando C. o apostrofou do seguinte modo:

– Qual é a causa porque não há na estalagem um criado ciente dos seus deveres?

– Olhe, meu senhor; saiba V. S.a que a falar-lhe a verdade nem por isso há cá agora grande coisa; o melhor moço que cá havia saiu porque não tinha bom paladar, mas cozinhava bem.

C. ruminou por muito tempo este enigma, e ainda hoje o não decifra.

– V. S.a que tal acha essas costeletas?

– Não presta, responde C.

– Pois são da melhor costela que o carnicheiro tinha, asneou o inclassificável animal batendo palmadas nos bolsos.

Findo o jantar J. L., A. L. e eu houvemos por bem descansar em moles colchões, que lombrigamos ao través das vidraças de uma alcova: adormeci na paz do Senhor, ou melhor, dormitei, e mais dormitaria se me não despertasse um estrondo como de vidros ao cair; descí da cama num pulo, empuxei os 2 irmãos, abri as portas, e tencionava mostrar o meu esforçado valor na mais violenta luta que se travasse; mas ao ver sair a espuma de uma taça de vidro, logo previ que o estampido fora causado por uma rolha expelida pela fermentação da cerveja até quebrar um copo de cristal supertino: assim o indicavam as relíquias daquele

excelente artefacto espargidas pelo soalho. J. L. e A. L. vieram sobressaltados após mim. Cada um de nós sorveu aquele excelente refrigerante, colaborador da digestão.

Já nos propúnhamos a sair, quando o *black knight* inteiramente açodado veio dizer-nos que um boi estava manco, e era necessário deitar-lhe um canelo!!

Passados 15 minutos, segundo os melhores cronómetros deixamos, a vila e continuamos a nossa viagem.

Estou trabalhando acremente para sair deputado nas próximas eleições; juro desde já que o primeiro e principal artigo do meu programa é: lançar fora os bofes até que Vila Nova de Famalicão mude o nome em Vila Nova dos Famelicos em comemoração da hedionda magneza do Sr. Manel Zé e dos bois que ali se matam; outrosim farei um projecto para a introdução dos búfalos em Portugal em atenção ao meu caro amigo A. L.

Saímos de Vila Nova pelas três horas da tarde debaixo de um sol ainda abrasador.

Ou fosse pelo desuso, ou porque jantara ainda há pouco, o balouçar do carroção revolvía-me o estômago e bons desejos tive de me bifurcar na jumenta; mas assim que olhei por sobre a arca de Noé e a vi já carregada desapareceu forçadamente a vontade; tirei das bolsas do carrão um número a esmo da *Revolução de Setembro*, mas logo o depus porque não sei de economia política; remexi outra vez e sucedeu o mesmo.

O último recurso era caminhar a pé; pedi a A. L. que saísse a tomar um pouco de ar livre, assaz rarefeito dentro do carrão; abrimos a grande porta desta casa movediça e pusemo-nos a caminho.

Esperam certamente os leitores que lhes fale e descreva S. Tiago da Cruz, as suas colinas, a igreja de Nossa Senhora dos Aflitos e os fornos; pois enganam-se, mas é necessário dar-lhes satisfação condigna.

S. Tiago da Cruz não fica em a nova estrada; apenas se vê por entre as tranças das árvores, e parece estar num local enterrado em montes.

Pelo que toca à igreja de Nossa Senhora dos Aflitos, não vi fornos alguns, mas somente uma capela e, junto, uma casa, habitação provável de algum padre e da infalível ama.

– E porque não foi V. S^a, diz o leitor, através os pinheirais para nos expor como em painel de boa pintura os costumes dessa gente?

– Tem razão, Sr. leitor; tem razão, senhora leitora: peccavi nimis: truz, truz, truz; mas para que me não julguem de pecadoraço tomo a liberdade e ousadia de lhes dizer que não havia de mandar fazer alto a carroção alheio, nem embrenhar-me por aqueles matos, por onde as cobras passeiam em todos os sentidos; porém «si tantus amor cognoscere» aqueles sítios remeto-os para as – Recordações do ano de 1842 – pelo príncipe Lichnowski, verdadeiro copista dos apontamentos fornecidos por amigos e chapado cortesão de Costa Cabral.

Apontamentos de viagem – VII

A estrada. Casaca e chapéu dos morgados da aldeia. As bodegas. Feliz chegada à preclara cidade de Braga. Romantismo da hora das Ave-Marias. Cantar de galegos convertido em terços. Rótulos das casas de Braga. A estalagem do Transmontano. Xavier de Maistre. Os sinos. O autor faz as vezes de sapateiro.

As estradas na aldeia oferecem um espectáculo não menos elegante, senão mais, que as ruas do Porto; julguei assim, ou porque prestei mais atenção àquelas, ou porque o hábito de ver estas as tem tornado para mim destituídas de sal.

Caminho de Braga, vai um pobre viandante com um cesto de pêras enfiado num pau e nele as chinelas; outro curva-se debaixo do peso de uma canastra de fruta e ovos e pende-lhe da mão um taleigo continente da

refeição neste dia; dirige-se para o Porto, onde é esperado com saudades pelos parentes, se não são ricos, ou repellido por eles e mandado acantonar junto aos cavalos, se são taberneiros de outrora, crismados hoje em viscondes ou rapazes do Minho, que, depois de viajarem pelo Brasil, vêm para a amada pátria alardear riquezas e nobrezas, querendo meter num chinelo os que os viram de coeiros rotos e repletos de fome.

Um rico lavrador dirige-se para os seus solares cavalgando numa égua bem pensada, e que arremeda as horsas; uns coleirinhos pontiagudos vão trepando pelas faces acima, até se debaterem com as minguadas abas do chapéu e incomodar-lhe a vista; este último adorno é um tronco de pirâmide cônica, debruçado para as ancas do cavalo e olhando para a casaca, verdadeira jaqueta curta, de cujas costas pende um trapézio de pano rasgado ao meio; o colete, de cetim de cor, semeado de flores, é um indispensável para esta gente, bem como um lenço de seda preta contraindo-lhe o gasnete de maneira que a comida faz estrondo ao passar aquele estreito canal.

Ao lado deste morgado da aldeia vai a esposa amável, saltando vaidosa sobre a cavalgadura congenial com a do marido; orlando a saia de chita com flores estampadas, vê-se a aba do saiote vermelho avivada de verde; o esposo ri-se para a *companheira*; mostra-lhe um pequeno rolo, que desembrilhado deixava ver 4 côvados de chita para o baptizado de uma afilhadinha muito rechonchuda, e lá se introduzem por esses atalhos e trânsitos denominados certamente por irrisão, estradas reais.

Estas vias de comunicação provam exuberantemente, que os antigos reis se entregavam pouco ao gozo de viajarem no seu país: de contrário, mandá-las-iam consertar com intuito de que os cavalos não os lançassem por terra; muito bem, disse Garrett nas suas Viagens: – «eu hei-de propor, que cada ministro seja obrigado a viajar por este seu reino ao menos uma vez cada ano, como a desobriga». Seja-me lícito acrescentar: e se não provirem às necessidades reclamadas pelos povos, sejam obrigados a servir por um ano em casa de um agricultor como moço de lavrada.

Viam-se ao longe nos bosques alguns jericos desajuizados e infrenes, que apesar disso serviam muito bem para me conduzirem a Braga.

Aqui e ali vê-se uma cabana isolada, em que habitam ordinariamente os senhorios dos campos vizinhos, ou os pobres, que vivem do cultivo de uma pequena jeira de terra, e da receita das esmolos dos lavradores comparoquianos; estas cabanas são cobertas de colmo ou de telhas mal juntas e cheias de taliscas, por as quais sai o fumo, que, depois de fazer espirais, vá perder-se nas nuvens ou introduzir-se pelos campos; em continuação do telhado, vê-se uma ramada muito densa que encobre os raios solares.

Pela estrada há algumas bodegas em que se vendem chanfanas, aguardente, etc., que, em lugar de apagarem a sede ou saciarem a vontade, provocam a indigestão.

Alguns homens carvoejavam com pequenos montes de lenha, cobertos de terra, e os rapazes que os cercam, saltam para a estrada logo que vêem caminheiros, e perseguem-nos muito tempo até receberem a esmola ou alguma bordoadá assente nas costas pelo fatigado viante, em troco de foro de fidalgo ou morgado, que eles verbalmente lhe dão.

Os passarinhos pipilavam nos densos bosques, casando o seu cantar com a melodia e variedade deliciosas, arrobadoras da alma nestes lugares isolados; ao pé do canto alegre do pintassilgo gemia a rola saudosa; nem o uivo do lobo nem o sibilo da cobra amedrontava estes cantores, como a nós homens, apesar dos dotes com que a natureza nos enriqueceu; o estampido do tiro apenas os fazia descansar por um pouco, e recomeçam alegres saudando o cair da noite.

.....
Hão-de-se lembrar que eu e A. L. caminhávamos pela estrada; logo que descemos o zig-zag julgamos que já era tempo de descansarmos; mas afim de não acordarmos os cinco dormentes viajantes em carroção, fizemos assento na tábua traseira do veículo; depois de passada uma longa estrada, começamos a ver algu-

mas casas juntas, indício certo das vizinhanças de Braga; daí a meia hora entrávamos a Augusta e Invicta Primaz das Hespánhas.

Chegamos a Braga com o toque das Ave-Marias.

Esta hora é muito romântica, muito poética, principalmente para os feridos por Cupido; depois de se vestirem com os melhores adornos, saem de casa e dirigem-se para as ruas por onde as grisettes costumam passar; introduzem-se nos portais, e assim que as ouvem falar sorvem o charuto e inopinadamente lançam um bochecho de odorífero vapor à cara das pobres raparigas, e assim principiam os amores. No Porto acontece isto frequentes vezes; em Braga são três os fins que as grisettes miram com a deposição da agulha e do trabalho: murmurar, namorar, rezar o terço.

Ora as janelas desta antiga cidade, rival de Toledo na propagação da Fé, não têm vidraças, mas sim rótulos levadiços; quando assomam à rua algum cavaleiro ou veículo, toda a rua se põe às janelas para verem se lhes são estranhos; se afirmativamente procuram logo saber em que estalagem pararam, e aí vão inquisidores acobertados com o infinito capote haver conhecimento da qualidade dessas pessoas.

Ora não é de espanto que as *grisettes* ou outras quaisquer mulheres usem do seu dom ingénito, a curiosidade; maravilha, porém, que os homens, donos de lojas, ou passeantes, ou artistas, se assemelhem às mulheres; o lojista pára no seu mester de fazer sacas de papel e de pesar arroz para conhecer os novos habitantes temporários; o taberneiro dá à torneira, e suspende o fio do vinho que corre, para alaiar a estalagem em que pernoitam os recém chegados!

Aquela gente de Braga deve de ser oriunda dos Tupinambas ou de outros povos, que se horrorizavam e tremiam como vimes com o aspecto elevado de um Europeu, com o estrondo de um tiro etc. etc. Ainda há-de vir ao mundo algum historiador que atravessando os séculos vá achar o primeiro elo da genealogia dos Bracarense entre os indígenas do Brasil ou de Lilliput; não sei como têm nascido de pessoas assim morigeradas mancebos de talento esperançoso, velhos sábios e donzelas civilizadas, que hoje se notam na antiga capital dos Suevos.

Por entre fileiras de murmuradores e de vistas perspicazes, ao través dos rótulos, protectores da hipocrisia, fomos caminhando até à rua do Souto; apenas entrei nela ouvi um ram, ram, como de cantar de galegos em fontes do Porto; se não passara por tais desarmonias ficaria naquela firme persuasão.

Teria dado trinta passos quando os galegos se transformaram em caixeiros e donos de lojas, que sentados em bancos ou encostados às padieiras entoavam.... cantavam..... fungavam aquilo, que chamam terços! São desnecessárias mais explicações; todo o Portugal tem notícia desta melopeia fanhosa, tão indecente e anti-civilizadora como a missa do galo.

Depois, passamos várias ruas cobertas e apinhadas por homens de capote; à primeira vista julga-se que Braga é a terra das conspirações, mas sabe-se deste erro logo que se vêem janotas, padres, artistas, etc., encapados todos em longos e abundantes capotes; é um vestido tão usual como as calças; nem o próprio verão afugenta as capas do costado dos Bracarense.

Chegamos a uma casa modesta na aparência, de que pendia uma tabuleta, avelhentada e conspurcada de lama, rezando assim: = Estalagem do Transmontano. = Subimos as íngremes e mal seguras escadas, entramos num quarto de módica aparência, que comunicava com outro; o cheiro de raposinho sentia-se bem, mas o Sr. C. tinha destinado este quarto para A. L., J. L. e para mim.

Pousei a pequena bagagem na primeira cadeira, que encontrei, e saudei o leito com as palavras de Xavier de Maistre:

Ó leito, móvel delicioso em que esquecemos durante metade da vida os pesares da outra metade, que nos vêes nascer e morrer, teatro variado em que o homem representa dramas interessantes, farsas grotescas

e tragédias espantosas, berço guarnecido de flores, trono de amor e sepulcro, dá-me o descanso apetecido que há dezassete horas não fruo!

Despi-vos vestidos, descobre-te colchão de penas, deita-te corpo lacerado!

E a acção acompanhava as palavras; tão magoado estava com a longa viagem, que, sem galicismo, se pode denominar jornada!

O colchão era de penas. O leito de pau do Brasil tinha nos vértices dos ângulos quatro colunas, que subiam a cinco palmos do colchão e suspendiam um cortinado de casa branca com flores de seda; tinha esculpidas e douradas as armas da Inquisição, indício de que já pertencera àquela instituição; defronte deste havia um outro leito de iguais dimensões, mas de magras comodidades: um espelho sustido numa comodazinha serve de toucador: uma mesa coberta de encerado quatro cadeiras, um lavatório completavam a mobiliação deste quarto aonde repousava A. L., J. L. e R. de F.

Os sinos de todas as torres acardumadas na cidade ouviam-se na estalagem, badalando mais desarmonicamente que os alunos da aula de canto. Braga parecia uma só torre.

Verdi compôs *Átila e Macbeth*; Donizetti é o autor de *Lucrecia Borgia* e de *Torquato Tasso*; Thalberg, Paganini são incontestavelmente dois grandes génios musicais; Gasparini toca bandurria como os anjinhos; os sinos de Braga, porém, estão acima disto tudo e quase rivalizam com a gaita galega; para se imaginar o barulho que fazem, ouvidos a trezentos passos da cidade, é necessário reunir todos os ferreiros do mundo e concentrar as fúrias de todos os mares.

Quando me levantei já o dia raiava há muito; cuidei primeiramente de escovar o fato, e ia para chamar o criado quando uma cara de fuinha abriu a porta e depôs no soalho as botas de A. L., espelhando de luzidias; mandei ao rapaz que levasse as minhas e as engraxasse nitidamente; mas ou o tratante não mentia, ou mirava mais altos interesses servindo outros hóspedes; o certo é que me disse com voz adocicada à força: «Acabou-se a graxa.» (!!)

Dei-lhe com a porta na cara e fiquei desorientado com a ideia de mal figurar nas ruas de Braga como se fora algum parvalheira; nem sequer me lembrei de as mandar a um sapateiro! Tão alucinado estava!

Tirei um lenço velho de entre a minha bagagem, deitei água numa bacia, molhei a improvisada escova e dentro em pouco dei às botas um lustro pouco inferior às de A. L.

Depois de ter almoçado a parte da caravana, alojada debaixo dos tectos da estalagem do Transmontano, cada qual tomou rumo que lhe aprouve. A. L. e eu, depois de nos vestirmos com as galas mais douradas, que encontramos nas bagagens, descemos a estalagem, atravessamos o fim da rua de S. João, ganhamos a de S. Marcos e assim fomos andando até colocarmos estes embrulhos animados no Campo de Sant'Ana.

Apontamentos de viagem – VIII

Pensamento grandiloquo. O autor e A. L. são dois grandes homens. Em que se diz que um rótulo pode salvar de uma violenta crise. Discrição dos cafés de Braga. Teoria e prática das vantagens resultantes de um café. Garrett e Francisco Gomes de Amorim. Falta de chocolate nos botequins de Braga. Fim do oitavo capítulo desta obra mui digna das honras do cedro e do carvalho.

Os grandes homens têm na sua vida momentos cheios de perplexidade e irresolução.

– Belo e original pensamento capaz de me granjear subida fama! (mais batido que os rochedos pelas ondas).

Ora que eu e A. L. somos dois homens de elevado mérito, dois protagonistas de um grande drama, não é necessário que o digamos ao leitor, ciente e convicto desta verdade, por nos ter visto atravessar (em papel)

os mais inacessíveis trabalhos com a valentia de um lusitano como Viriato; sair das mais enredadas dificuldades em que nos temos emaranhado para chegar ao fim destinado, à terra da promessa, com a vivacidade e firmeza do grande homem Corso, e fazer coisas do arco da velha; como, por exemplo, sacudir a poeira dos botins, engolir de um trago um copo de cerveja, etc., etc.; coisas estas, que não seriam condignamente recompensadas com uma comenda da Conceição, neste tempo em que está tão divulgada e vulgarizada essa mercê, que talvez ainda se veja (se hoje se não vê) em peito de compradores de escravos brancos por tirarem à fome três dúzias de vítimas (!!)

Foi por aquela razão que depois de sairmos de casa e de nos acharmos no campo de Sant'Ana ficamos perplexos não sabendo qual o rumo que devíamos seguir; fizemos reciprocamente esta pergunta «Para onde vamos?»

Esta apóstrofe é muito superior às questões parlamentares mais intrincadas e mais emaralhadas, porque em Braga não há mais que dois passeios públicos (até mesmo do gado suíno) que já tínhamos visitado há dois anos, e a cidade tem pouco que ver para quem não gosta da arquitectura gótica ou de ouvir = Dominus vobiscum. =

Eis aqui dois homens mudos, e quedos debaixo dos arcos de Nossa Senhora da Lapa, sem terem uma distracção, que lhes amanse a atrabilis.

Um singelo mastro de navio tem salvado muita gente do tridente de Neptuno; a presença desejada de uma rapariga tem tirado do duelo são e salvos dois rivais, que disputam a glória de um dia e a amargura de 50 anos; pequenos reforços têm salvado grandes exércitos e pleiteado a defesa de grandes cidades; um só homem tem salvo seus concidadãos, etc.; tudo isto são páginas deste ou daquele romance e esplêndidos traços no painel da vida humana; mas o que é original e ofuscador de todos esses brilhos é que uma tabuleta nos viesse livrar de tão medonha crise!

Estávamos olhando ao redor, procurando lombrigar desvio desta situação, mas era busca da agulha em palheiro; farejamos, farejamos até que a final vimos um rótulo que dizia = café e bilhar: = correr para lá e entrar naquele mar magnum de poeira foi obra de um momento.

O café é situado no primeiro andar, o único do edifício, se bem me lembro; entramos para um sala mobiliada com um bilhar enodado e com três canapés indecentes; 4 decímetros excedem-lhe a largura, mas em compensação deram-lhe 8 de altura; o dono do estabelecimento prevendo que os seus fregueses podiam ter as cadeiras largas e estatura mediana, colocou travessas para descanso dos pés; mas quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita; guindaram-nas tão alto, que os joelhos de quem se assenta vêm dar-lhe no peito. As paredes não viram de há muito o pincel da cal, e os tacos manuseados pelas mãos dos ordenandos e *leões* bracarenses, têm-nas esboroado inteiramente.

Já leram a Casa-Branca por Paulo de Kock? Pois saibam que aparece naquele romance um personagem, Robineau, que entrando numa hospedeira, diz para o criado = Traz o que quiseres, = é que se jacta de ir a um baile a casa do barão de Mercy para que todos o respeitem e acatem; talvez que alguém me tache de ridículo e de haver imitado aquele personagem no facto que vou narrar: enganam-se, porém. Robineau tinha muito mau gosto em requerer cortesias; julgava exaltar-se e apoucava-se: eu queria ver as curvas quase circulares que o servo, único do café, me fazia, e o grande respeito que me tributava por lhe dizer imperiosamente = Venha licor marrasquino e doces. = Pedi gazetas do Porto ou de Braga; passado um quarto de hora vieram os jornais..... digo veio o *Nacional* unicamente!! Finda a leitura de todas as novidades, que por sinal não eram muitas, nem de momento, pedi ao servente que me mostrasse o *estabelecimento*: lesto e prompto, conduziu-nos por um corredor a uma saleta ou cela, indigna de receber hóspedes.

As cadeiras, que deviam correr ao longo do soalho, estavam colocadas sobre as bancas; não esperavam fregueses: as mesas davam assento a uma alta crusta de pó; o aposento recebia luz por uma estreita

janela, que deitava para um pátio, imundo passeio público de ratos e insectos; aos lados do balcão em que se preparam as bebidas, encostam-se armários envidraçados, que guardam um enorme cardume de *bichinhas*, *roscas* e *melindres*; as cadeiras têm assentos de pau, cheios de buracos circulares; foi a única originalidade que achei naquela massa informe e indigesta, mascarada com o nome de café!

Depois de recebermos os atenciosos cumprimentos do Sr. João Fernandes, insigne guarda-mor do café janota de Braga, saímos daquela casa, protestando não entrar nela mais uma só vez ainda que estívéssemos três meses em Braga; quisemos saber bem o génio dos cafés bracarenses; entramos em mais dois situados no campo de Sant'Ana e ficamos cientes de que orçavam uns pelos outros.

É necessário que Braga proporcione aos viajantes um café com todas as comodidades; uma terra que o não tenha é moça nova descabelada.

No café parece alimentar-se a imaginação com espirais de vapor que saem da chávena de chá; um atento espectador esquece-se ali de tudo para ouvir a vida, que lá se vive, para analisar esses caracteres tão bem desenhados, que lá se apresentam.

O café é hoje uma necessidade como a das hospedarias; o que é uma terra muito encantadora onde o viajante martirizado corre todas as ruas, e não vê um rótulo que diga – «Casa de comer e de dormir, – uma tabuleta, bem à *la moda*, que indique em letras garrafais um – Hotel, casa de pasto e hospedaria –; onde se não acha um leito ainda mesmo por dinheiro? É um barco sem remos, que não nos oferece os prazeres do rio; é um monte escaldado e proclive inçado de rochedos pontiagudos, de onde se não podem gozar majestosos quadros da natureza; é a lua, que esperamos ver brilhante por toda a noite e repentinamente se eclipsa; é chuva em dia de romaria; é desordem em dia de noivado; é Camões sem os Lusíadas; é António Ferreira sem D. Inês; é Wellington sem a lusa tropa.

Um café é o primeiro passo na carreira da civilização, é a vanguarda de todos os melhoramentos; neste utilíssimo estabelecimento sabem-se as necessidades do país; discutem-se as mais elevadas questões teóricas e práticas, que ocupam os melhores engenhos do reino; lêem-se as gazetas; comentam-se os artigos; põe-se em pratos limpos a crónica escandalosa de toda a cidade.

Se os ministros de estado, se as autoridades e funcionários públicos entrassem nestas casas e atendessem às conversas que ali se travam, às medidas económicas que lá se apontam, achariam métodos para proverem às necessidades do país.

Mas não falamos do café luxurioso como o Guichard ou Portuense; quem entra neles sai com a mesma ciência que tinha e muitas vezes deixa ficar lá princípios são em troca de imoralidades; abastadas heranças em troco dos vícios; porque ali entram somente literatos dandys e janotas, e ter-se-iam por mui dessizudos se viessem à praça aventar ideias diferentes das dos mais conhecidos e populares economistas; ou vadios que vivem somente do jogo.

Não é aí. É ao café, onde só entram artistas e aldeões, muito democratas por natureza, para que tenham pejo de expender as suas ideias em prosa chá como a natura lhas deu.

E não se julgue que aquelas frases destituídas de gosto retórico não tenham um fundo muito para aproveitar. Um artista sabe melhor dos seus mesteres que o ministro com todas as suas teorias; quem tem somente princípios teóricos há-de necessariamente achar neles alguns erros crassos quando descer à prática.

«O café é uma das feições mais características da terra. O viajante experimentado entra no café, observa-o, examina-o, estuda-o, e tem conhecido o país em que está, o seu governo, as suas leis, os seus costumes, a sua religião.»

E sabeis de quem são estas palavras finais? São de uma autoridade insuspeita, do génio mais brilhante da primeira metade do século dezanove, do homem, que consubstanciou em si uma época nova para a literatura,

uma página assaz gloriosa da história literária de Portugal; certamente já sabeis quem é, porque esse homem, depois destas palavras, não se confunde com outro, porque ninguém o igualou: É Garrett.

E um seu discípulo, que bons frutos tirou das doutrinas do mestre, já disse do café o mesmo que o seu preceptor; refiro-me a Francisco Gomes de Amorim, na sua linda obra = Uma Viagem ao Minho. =

É pois um café o meio e o princípio da civilização; quando ela deixar de existir desaparecerão com ela os botequins.

.....
Depois de passearmos um pouco pelas ruas diminutamente extensas da cidade, dirigimo-nos para a hospedaria; estavam aguardando por nós para darem começo ao lauto jantar, que nos estava preparado.

la-me esquecendo dizer ao leitor que não há chocolate nos botequins de Braga, senão para muitos fregueses na mesma ocasião.

No café da Pipineira, o primeiro em que entrei, responderam-me com a pergunta: V. S.a quer grande porção? Respondi pouco decentemente e segundo a exaltação da bília; ora, em verdade, aquela resposta era muito digna da cachimónia de um bracarense! Nos outros cafés que visitei deram-me uma resposta quase idêntica.

O jantar foi lauto e mostrou-nos o talento culinário dos moços da estalagem; perús, roasts beefs, puddings, etc., etc., formaram a melhor parte das iguarias. A tarde daquele dia passou-se muda de novidades próprias de folhetim: no dia seguinte, muito de manhã, partimos para o Bom Jesus do Monte.

Apontamentos de viagem – IX

Partida para o Bom Jesus; dotes de dois bucéfalos, mais soberbos que o de Alexandre. O autor mostra o seu grande talento para traçar planos de viagem. Bom Jesus do Monte. Conta-se que a anarquia fugiu de Sebastopol para a Estalagem Real. Aventura séria. Os parvalheiras. Particularidades do jantar, em que se vê que as ideias da pacificação da Europa são partilhadas por galos e gansos. Narra-se muita coisa mais, que aqui se não diz, afim de que o sumário não se converta em capítulo.

O dia seguinte amanheceu belo e agradável como um dia de primavera; apenas a aurora tinha metido as unhas no quarto onde habitava o autor desta obra, levantei-me ligeiro, por ser o dia destinado para irmos até ao Bom Jesus. O medo que tive de me ver outra vez dentro do carroção, obrigou-me a mandar alugar um cavalo, A. L. seguindo o meu exemplo, comportou-se identicamente.

Depois de almoçarmos, descemos a estalagem e montamos os bucéfalos, magna comitante caterva de descendentes dos Tupinambas, espantados por verem dois estrangeiros; os sinos tocavam com todo o furor, desejosos de afugentarem de Braga os habitantes sossegados; mas não fogem, não: dão-se muito bem com aquele berreiro; cada terra com seu uso.

São 6 horas da manhã, e o chouto horripilante de dois cavalos faz-se ouvir nas lageas das ruas de Braga; o tigre que eu montava, se não era fantil, tinha ao menos uns respeitáveis ossos que lhe perfuravam as pelhancas, inveja dos mais cadavéricos pareceres; a cabeça batia de quando em quando no meu peito, e besuntava-me o raglan; mas apesar destas tricas levava-se pujante e orgulhoso com a minha carga, como o de La Fontaine; os povos bracarenses olhavam-me com espanto pregado no arção, deslembados de que um literato acabado já leu a = Arte de cavalgar em toda a sela, pelo Sr. Rei D. Duarte; depois de atravessarmos as ruas que cortam a cidade, chegamos à estrada ensombrada por inumeráveis árvores.

A estrada é péssima: não falamos na incúria da câmara municipal de Braga, consentidora de que os habitantes daqueles sítios estorvem a prompta passagem com grandes troncos de árvores atravessados

no caminho: isto é muito vulgar, e um dos caracteres das câmaras municipais para se fazer cabedal de tais ninharias.

É porém de notar que a mesa do Bom Jesus não tenha provido às comodidades dos romeiros e visitantes, mandando consertar à sua custa, ou juntamente com a câmara, os sítios mais escabrosos que oferecem precipício a qualquer sorte de veículos. Deixemos, porém, esta parte da economia para os redactores dos jornais Bracarenses.

Passados poucos minutos, demos de frente com o alto e admirável monumento erguido ao Bom Jesus do Monte,

«Por mãos duras de avós em monumento
«De uma herança de fé, que nos legaram
«A nós seus netos, homens de alto esforço
«Que nos rimos da herança e que insultamos
«A cruz e o templo, e a crença de outras eras³.

Apeamo-nos e passamos as rédeas dos dois bonifrates sédicos do género cavalariço para a mão do arreiro que nos acompanhara; sentamo-nos numa pedra esperando pelo resto da caravana; então pus a imaginativa em acção; abri todas as fontes da sabedoria de que sou mãe d'água; tracei artilharias e magníficas viagens terrestres; fiz parte dos meus elevados projectos a A. L., e a aprovação deste ilustre economista ostentou, patenteou na minha cabeça um grande talento para traçar planos de viagens.

Ufanei-me e julguei simpleses pigmeus todos esses guerreiros, desenhadores de plantas para atacarem o inimigo.

Apenas assomou o carroção ao fundo da estrada, cuidamos em subir o Monte Sagrado, outrora chamado = *Espino* = e que hoje denominam = do Bom Jesus = « em razão de umas ermidas e casas de devoção mui vistosas, que ali se conservam, e agora se reedificou, tudo de sorte que é um dos sítios mais devotos e de recreação que há neste reino»⁴.

Este soberbo monumento tem desafiado a admiração de todos os visitantes quer nacionais, quer estrangeiros; e, em verdade, a elegância e majestade de obra não é para menos. Ao lado da fonte acham-se as árvores para amenizarem aqueles sítios e correrem com os devotos o caminho da via-sacra, despertando-lhes e aguçando-lhes o apetite da devoção e a energia do culto. Ali o coração dilata-se e a mente eleva-se, e os movimentos íntimos sentem-se palmares, e a religião filtra-se no espírito do próprio ateu ao ver o fervor dos peregrinos, que vêm de longes terras cumprir as promessas e votos, sagrados ao Bom Jesus pela sua saúde, pela vida de um carinhoso pai, ou de um extremoso irmão, ao olharem a religião erguida ao mais culminante ponto, brilhante com todo o resplandimento, estreme de todas as paixões.

Consintam-me tirar da harpa tangida por Herculano a cópia daqueles seus maviosos sons:

«Oh! Que viesse, o que não crê, comigo

«E se assentasse aqui sobre estas fragas
«Escutando o sussurro incerto e triste
«De santidade e de amor nocturna brisa!

.....; ele chorava,

³ Herculano, *Harpa do Crente*.

⁴ Contador Argote nas suas *Memórias Ecclesiásticas do Arcebispado de Braga*

«Qual eu chorei, as lágrimas do gozo.

«De uma ciência vã seu vão orgulho.»

Alguns jardins situados junto às capelas espalham agradável odor, que, por aqueles sítios, se vai casar com a fragrância das elevadas árvores, dos redondos choupos, dos esguios pinheiros e dos seculares carvalhos; a húmida e verdejante relva cresce com os robustos olmos, e a santa água serpeando o santo monte, anima as galas da natureza, mais louças aqui, do que em outra qualquer parte. Braga olha de longe e sorrindo para este padrão glorioso, que lhe acarreta riquezas e a torna menos feia e menos desprezível.

O poeta e o filósofo acham ali objectos do seu estudo; em cada fonte há uma Castalia, em cada árvore uma inspiração, em cada capela um estudo sobre as paixões humanas.

O teólogo vê diante de si as mais brilhantes páginas do Novo Testamento, e acompanha Jesus Cristo em passagens, as admirabilíssimas da sua vida: ali está vivo o Calvário e o Thabor.

O estatuário, que teve a seu cargo as figuras dos Judeus, era um homem bem avesso às ideias de formosura nas faces dos que retratava: quis provar que Polifemo e Minotauro nasceram na Judeia: mas não pintou a coisa muito ao vivo: aqueles dois heróis da fábula tinham de certo menos hediondez que os Judeus do Bom Jesus; uma cabeça bovina espetada num corpo humano, ou um olho em meio da testa, contém menos torpeza de feições; os tais judeus atiraram a luva ao monstro de Horácio e venceram a luta; ao bico da cegonha transformado em nariz, juntai uma boca de meia vara, olhos de mocho, barbas de chibarro e tereis um semblante dos crucificadores do Grande Justo, tal qual se acha nos do Bom Jesus do Monte.

Fomos subindo, subindo, até que demos com a estalagem denominada = Real; este título é certamente muito fácil de adquirir, porque se encontra em qualquer estalagem: a da Vila Nova é real; a de Braga é real; a do Bom Jesus é real! Como viéssemos bastante fatigados de subir tão alta eminência, entramos na estalagem; havia grande jantar no *palácio*; 6 brasileiros tinham destinado aquele dia para cumprirem uma promessa, e juntamente para comerem bem e apetitosamente. Na cozinha andava a rodos a desordem: uns limpavam com o estropalho a louça gordurenta; outros conduziam bandejas cheias de doce para o interior da casa; aquele desaparecia pela escada, que conduz para o subterrâneo, carregado de travessas de beefs e pratos de arroz com costarda; uma moça, bem pouco para desprezar, enchia de vinho os copos apresentados pelos romeiros. Vinho, gritava um, cujo esófago se achava entupido de carne; e os meus beefs, encomendados há um século? berrava outro. Lá vai, lá vai, respondia a moça. Os criados encontravam-se, cruzavam-se, iam e vinham; a anarquia fugida de Sebastopol, veio assentar-se na cozinha da estalagem Real; mais de um covilhete havia espargido o chão com chuva de fragmentos. Esta barafunda não deixava de ter graça e de preparar o estômago para um pomposo jantar.

Pedimos um quarto com 3 camas, e fomos prontamente conduzidos para uma sala bastante espaçosa e esclarecida pelos raios solares penetrando os vidros da única, mas alta, janela.

O primeiro cuidado de um viajante habilidoso é inspeccionar o terreno que ocupa; enquanto A. L. tomava conhecimento do quarto, fui ver o andar subterrâneo.

Passados minutos achava-me junto a A. L.

– Então que viu? perguntou-me ele.

– Cá por baixo há bonitas vistas; fique sabendo que somos antípodas de inúmeros quartos, pequenos como uma cela e ocupados por famílias inteiras, que aproveitando a beleza do dia, vieram encher a barriga e admirar o sumptuosíssimo quadro da natureza; já se sabe que olham para ele como o criado da estalagem para o Grandet – do Balzac.

– Abundam por lá os parvalheiras ou são todos bracarenses?

– Meu caro, há muitos parvalheiras, e é sobre este animal ou planta, que esqueceu a Lineu e a Brotero, que tenciono fazer grandes estudos e escrever num próximo folhetim a anatomia deste bicho; mas não me

hei-de limitar ao estudo dos de cá de baixo: hei-de estudá-los em Braga, que não haver lá muitos. E que me diz do quarto?

– É ótimo: esta janela olha para a igreja e para o pátio; a porta é dificultosa de abrir, mas assim mesmo tem bastante utilidade para fazermos correrias a toda a hora; o que noto é a mingua das cadeiras e a antiguidade da mesa.

– Formidável, exclamei eu, encontrando vários números do Panorama, o Grandet de Balzac, as viagens de Lichnowski e o Fr. Luiz de Sousa, de Garrett, dentro da gaveta da mesa; *my friend* juro-lhe que os leva direitinhos para o Porto, sem mesmo dar parte do achado ao dono da casa, atendendo a que pode cobrir com estas belezas literárias alguns guisados ou metamorfoseá-las em carqueja, e.....

– Está enganado: trouxe isso do Porto para recreio.

– E eu que julgava perfazer com eles 3,000 volumes para a minha livraria?!

Saimos da estalagem para vermos as belezas do Monte, que são em abundância e bem variadas; os campos cobertos de relva, separados por simples bardos, contrastavam com as devesas apinhadas de árvores e o sol que raiava esmaltava a água límpida dos regatos correndo pelas campinas, ajudando a vegetação e a gradez dos armentos; a grácil roseira fornecia às pastoras galas domingueiras, que sobredouravam os seus trajares.

Aqui ouviam-se as folias dos romeiros e do povo da aldeia; os campesinos acardumavam-se ao redor de um tangedor de rústica viola; as raparigas ora dançavam, ora se miravam tez morena, crestada pelo sol, nas fontes que guarnecem a Jerusalém Santa; as mulheres velhas rezam padre-nossos e a conta das camândulas, escoando-se das mãos, anuncia a Gloria-Patri. Os mocetões conversam as aldeãs, e dizem-lhes que têm um coração mais dócil que o de um carneiro, uns olhos mais brilhantes que o pirilampo, os pés mais pequenos que a cabra da campinha, e que o coração lhes arde como fogueira em dia de magustos: depois de todas estas lérias trocam-se os anéis de ferro, e dizem-se os adeuses cheios de juras de fidelidade, etc.

Entramos na igreja; o sacerdote elevava a Deus as suas preces misturada do vapor de incenso, que subia do turíbulo; os nossos joelhos pousaram no soalho impelidos por essa força oculta que nos domina em ocasiões solenes e inocula nos corações a firme crença dos mistérios da nossa religião; mas entre as pias orações dos bons fiéis, lá se divisa um cardo entre as flores que murmura preces.....

«De lábios de impostor, que engana os homens

«Com seu maneio hipócrita calando

«Na alma lodosa da blasfémia o grito.

Quereis saber o que sentimos nas elevações do Monte?

Foi o que disse Cousin:

«L’homme veut savoir, et savoir sans fin. L’homme veut connaître tout l’univers et cette question immense ne suffit même pas encore à l’infatigable activité de son intelligence il veut encore savoir d’où vient cet univers et où il va.»⁵

O que disse Humboldt:

«O carácter individual da paisagem, a configuração da superfície do globo em uma região determinada produz também em nós mais uma espécie de prazer. O que estas impressões de que falamos têm de grave e solene devem-no ao contraste dos limites estreitos do nosso ser com a imagem do infinito, que por toda a parte se revela.»

⁵ Introdução à Filosofia do 18.º século.

O que disse Quita:

«Caminhante se queres resistência

«Fazer às ímpias forças do pecado

«Entra aqui, que este bosque é consagrado

«À Imagem da escarnada Penitência.»

Subimos para casa a horas de jantar a fim de espancarmos a fome que desde há pouco nos estava acometendo. Neste banquete houve uma coisa a notar: Os gansos não estorvaram aos galos a passagem da goela, como fizeram outrora na do Capitólio; mas pelo contrário anuindo às pacíficas ideias que hoje dominam os governos houveram por bem viverem juntos no vasto cavername do estômago.

Apontamentos de viagem – X

Coisas célebres que aconteceram na ida para casa de M. M. como: beber cerveja e cognac. O autor e seus companheiros continuam a mostrar-se bons gastrónomos. Virgílio reformado. Passagens admiráveis em que o autor se mostra completamente poético. Origem destes apontamentos e grande talento do autor. J. L. é um advogado coisa rara. A chuva estorvando grandes planos. Teoria vantajosa para o bigode. A chuva continua a mostrar-se hostil.

Como a tarde serena convidava ao passeio, transferimos para ela a ida a casa de M. e M., honrado proprietário das vizinhanças do Bom Jesus: descemos o monte e atravessamos os atalhos que dividem aqueles sítios. A. L. ia perguntando à gente do campo qual era o caminho que devíamos seguir para casa de M.; entre as mulheres campesinas apareceu-nos uma que nos maçou com dissertações intrincadas sobre aqueles lugares, cujo conhecimento se lhe havia coado na alma, como água por coador de brócolos; era nova ainda; nos seus ademanos divisava-se o não sei que distingue as pessoas de esmerada educação; se o tempo fora de sobra e a tarde pouco adiantada, talvez que esta rapariga, George Sand daqueles lugares, fornecesse assuntos para romances longos, e transformasse o andar térreo do *Eco Popular* em páginas agradáveis para as coquetes portuenses; pelo menos o nome da *donzela* era capaz de tudo: chamava-se Elisa.

E que tem o nome?..... Ora, muito obrigado; pois julgam que uma Antónia ou Anastácia, um João ou um Manoel, possa encobrir no peito coisa romântica? enganam-se completamente; procurem e vejam se acham nos romances e novelas alguns daqueles nomes.

Entramos a quinta, batemos à porta da casa e a voz do cão misturada com um = Quem está aí = foi a resposta que obtivemos; disse o meu nome e as portas giraram sobre os quícios.

Depois de cumprimentarmos o nosso estimável amigo, foram-nos servidos alguns refrescos, como cidra, cognac e soda. Meia hora depois subimos as primeiras escadas do Bom Jesus.

Virgílio disse numa parte = labor omnia vincit = e noutra = amor omnia vincit; = estes dois pensamentos reduzidos a equação davam em resultado, amor igual ao trabalho: ora é claro que o primeiro épico latino não era capaz de dizer tal necedade, e por isso julgo melhor fundir num só os dois apotegmas: = amor et labor omnia vincunt. =

Mas a que vem isso? Vem para uma coisa. Lá em cima na estalagem estavam certamente os nossos companheiros saboreando cerveja; o monte é muito proclive e portanto custoso de subir; o céu tinha-se toldado e a chuva caía já copiosa batendo-nos com força: a actualidade era bem pouco agradável.

Ora o amor à cerveja, e o trabalho que tivemos subindo ligeiros o monte, fizeram que vencêssemos tão árdua empresa; se não fora a lida e o sentimento, ver-nos-íamos ensopados em água; uma constipação perigosa deixar-nos-ia doentes por todo o tempo que estivéssemos em Braga; estes apontamentos ficariam por

escrever; a minha glória ia-se com eles; a cerveja ficava derrancando-se nos copos ou ia passar pelo esôfago mal gostoso do moço da estalagem. Viva, portanto, Virgílio reformado e o reformador.

Chegamos muito a ponto: o moço lançava a cerveja nos copos; daí a pouco foi-nos servido o chá (já vêm que somos exímios gastrónomos). A noite estava bela e o brilho da lua ofuscava as outras estrelas; o rocío da noite poisava nos rostos, tão agradável em noites cálidas; uma leve brisa soprando por entre as árvores, imitava nelas o zunido da abelha; grande parte dos romeiros procuravam deitar-se no chão, abrigando-se do vento com algumas roupas que traziam, e da frigidez da terra com ramos das árvores; os folgares ainda se ouviam.

Esta gente era então mais feliz que muitos ricos do mundo, que nem sabem em que hão-de empregar o dinheiro; não pude deixar de dizer a A. L.:

– Digo-lhe que invejo a sorte destes aldeões, que folgam toda a noite, e com isto saciam seus prazeres; olhe a cidade: o homem de lá, envolvido nos falsos gozos que o cercam, ou mergulhado nas desgraças que o atormentam, é incapaz para desfrutar este espectáculo da natureza que alegra insensivelmente os habitantes das aldeias...

– Admiro-lhe o sentimentalismo; está mais poético que nunca; agora percebo bem os cantos de Petrarca acerca de Vancluse; os de Pope sobre Windsor e até os de Metastasio a respeito do chocolate. Isto dizia A. L. com voz essencialmente irónica.

– Não é sentimentalismo: será apenas poesia para quem ainda não viu esta majestade com que a noite nos saúda, este brilho da lua, que, dourando os vidros da igreja e prateando a terra ainda alagadiça com a água de há pouco, parece fazer de este monte o fantasiado El Dorado do XVI século: mas para mim e para si não é poesia nem sentimentalismo da moda: é poesia verdadeira, é realidade.

– Bravo, cada vez melhor; o termómetro da poesia sobe considerável e rapidamente; quer um conselho, compre umas geiritas de terra aqui perto, e venha viver nelas.

– Ah, ah, ah; não caio em tal; as asneiras que faço nunca excedem o quadrado, e essa está elevada à quadragésima potência: retirar-me-ia logo daqui; este espectáculo é belo, mas não afirmo que visto todos os dias possa enfastiar, porque ainda não experimentei.

Detivemo-nos por mais um pouco na janela, impelidos pela voz harmoniosa que uma rapariga soltava ao som de uma rebecca e de uma flauta.

Aquele cântico vindo de entre os bosques alimentava a alma de um extasis, e as mãos do músico pareciam tocar também na alma; é que a música conversa connosco, e desperta-nos da letargia mais profunda; se houvessem remédios para revocar os mortos da sepultura, eu afirmava que a música seria o mais eficaz, ou que pelo menos teria as virtudes da pilha galvanica para tirar aos cadáveres os últimos restos vitais. E a música é, em verdade, uma espécie de taumaturga; quantas vezes o toque de instrumentos guerreiros tem levado à batalha milhares de soldados e a vitória vem depois coroa-los? A donzela desvanece as saudades do que partilhava da sua alma cantando cânticos de amor; é que a música eleva os pensamentos; dá-lhes em cada nota uma inspiração, e em cada canção resume-lhes um poema; é que a música é a tradução mais chegada, não do que sentimos, mas do que quiséramos sentir.

O vento não soprava; as árvores estavam quietas; só a voz da camponesa, entremeada com o som dos instrumentos, fendia o silêncio.

Muito bem, disse Stael: que a música redobra a ideia que temos das nossas faculdades, pois quando a ouvimos nos sentimos capazes dos mais nobres esforços. Na linguagem da música a própria desgraça perde o que tem de amargo, quanto atormenta e quanto irrita⁶.

.....
⁶ Corina, Liv. 9, cap.2º - O autor declara que tudo o que diz respeito da música não se entende com os solfejos da aula de canto; porque não quis falar de sons desarmoniosos que servem tão somente para fazer estanques as sensações agradáveis.

Não é possível existir coração imóvel perante os sons da música; juro que o nome mais bem inventado na mitologia foi Orpheu; quem tinha lira sendo Deus, devia de arrebatá-lo os montes empós de si e enternecer Platão e Prosérpina.

Depois de lermos, eu os números do *Panorama* e A. L. o fim do Eugénio Grandet, estendemos os corpos ao longo dos lençóis de fino linho, lançamos sobre nós as cobertas e a colcha; depois disto somente o sono sabe o que fizemos até às 8 horas da manhã.

A estas horas ergui-me, vesti as ceroulas e as meias e, assim de ponto em branco, dirigi-me para a janela, abri as portas; mas Deus do céu, o firmamento estava coberto de nuvens negras como carvão, prestes a gol-farem chuva e a desenrolarem-se sobre as cabeças dos que patinhavam lá fora sobre o terreno alagadiço.

Ai, meus caros, vœ nobis! o homem põe e Deus dispõe, exclamei para A. L. e J. L.

E na verdade era bem triste para um viajante ver frustrados os seus gigantescos e famigerados projectos, primícias de um longo estudo.... mas a resignação era então a *suprema lex* e a única medida a que socorrer-me; continuei pois a vestir-me ligeiramente, pensando na falência dos projectos humanos que uma dúzia de nuvens acabava de destruir! A chuva era a espada de Damocles, pendente sobre nós e fazendo-nos renunciar os prazeres; era o espectro de Banquo estorvando-nos os gozos pensados.

– Então não vamos a Guimarães ?, disse J. L.

– Quem fala nisso? Respondi, alternando as meditações com sentidos, agudos e tristíssimos ais Jesus; mas apesar disto não perdi a vontade de comer; dirigimo-nos para a sala onde costumava ser servido o almoço; comemos bem como de costume: desta vez não foi o moço que nos serviu; mas sim uma criada por nome Anastácia, que vai ocupar umas poucas de linhas nestes – Apontamentos.

Esta nova personagem podia ter sido uma Vénus ou uma Diana; não afirmamos que o filho daquela senhora não lhe ferisse o coração por uma ou mais vezes; o certo é que hoje está hedionda; as faces sumiram-se-lhe na boca, o luzir do rosto converteu-se em sulcos bastante fundos, que fizeram da sua cara uma castanha seca; os dentes foram-se-lhes, e ainda que os tivesse não lhes viam porque o mento quase que se juntou com o nariz, agudo como punhal de Albacete.

Por informações dadas pela Sr.^a Anastácia veio o autor ao conhecimento de que a sua heroína tinha sido a drenagem [sic] do amor nos corações de todos os padeiros fashionables d'Avintes, de onde é natural a ilustríssima burguesa; a Sr.^a Anastácia alimenta no íntimo da alma sentimentos favoráveis à pátria e assim o mostram seus hábitos de fazenda nacional, talhados à moda da sua terra; enquanto a instrução é coisa acabada; sabe ler como um padre (palavras da pessoa em questão) e na sua meninice leu em menos de um ano a história de Theodora, e por um triz que acabava o último *volume* do Carlos Magno; mas a pessoa que lho emprestara fez ablativo de viagem para o Brasil e deixou a Sr.^a Anastácia no melhor da história!

– Mas para que vem aqui essa enfadonha mulher?

– Para quê? Não lhe chamem enfadonha; a coitada não tinha culpa em ser feia e instruída; enquanto ao lugar que ela ocupa nestes apontamentos é muito elevado. A. L., vendo o carácter ainda não daguerriotipado daquela mulher, sugeriu-me a ideia de a pintar em letra redonda; objectei-lhe que era uma coisa muito sensabórica.

– Mete-se no meio de uns apontamentos em que se descreva a nossa viagem.

– Lá isso sim; mas qual de nós os há-de escrever? Eu não ergo....

– Sou eu, não é assim? Pois tiremos sortes; a preta é de condenação; a branca é de perdão; a pena imposta é escrever uns – Apontamentos.-

Dito e feito; sarrabiscamos dois papeluchos, deitamo-los na copa de um bonet-rouge e eu fui..... o condenado!!

Uma maçã fez de Newton um grande matemático; uma mulher de Avintes fez de mim um literato consumado. Digam-no estes apontamentos. Eis aqui dois pontos luminosos, que marcam os dois maiores luzeiros das matemáticas e da literatura!

A chuva tornava-nos demasiado prosaicos: C. fungava uma enorme pitada e queixava-se de dores de dentes. J. L. consultava o Pegas à Ordenação para dar o seu parecer a respeito de uma célebre causa: mas não julguem que este advogado recebe causas mirando unicamente ao dinheiro: nada; os seus clientes têm sempre justiça, porque se lembra muito bem das palavras de Greg. sobre Ezequiel: «Justus advocatus a nullo injustas causas accipit;» eu lia as viagens de Lichnowski; A. L. cuidava em alisar os cabelos (em que presumo assaz) e em cortar as unhas, visando talvez a alguma futura conquista de deidade bracarense; mas como havia de levar a efeito essa conquista se não tem bigode? Pois o tal rabicho não é para desprezar; um bigode abundante e não retorcido dá à cara mais meta um ar marcial e defende o possuidor da ira dos adversários; o bigode comprido, direito e afunilado faz do maior hipocondríaco na aparência, um rematado M...[?]; o bigode é o símbolo do janotismo, é o sinal de bom tom; quando a *pêra* acompanha o *irmão* sobem de ponto as vantagens do bigode; e de feito dandy sem cabelo sobre o beijo superior é casa sem telhado, biblioteca sem bibliotecário e soldado sem armas.

Somente os velhos fazem injusta guerra aos bigodes, porque já não podem mudar de fisionomia e algum barbeiro acompanha-os nas invectivas porque os seus fregueses não precisam de quem os barbeie desde que o cabelo cobriu a parte mais dificultosa para os cortes da navalha; de mais as coquetes raro se agradam de rapaz desbigodado e quando assim vêem mandam-lhe imperiosamente que o deixe crescer; que o traga um pouco mais comprido para que *ela* ao ver o seu cãozinho felpudo se lembre do seu amante e, finalmente, que rape as próprias suíças porque o papá não gosta de quem encobre a cara; e tudo isto sob pena de lhe retirarem o seu importante amor.

Daqui se deduz correntemente a importância do bigode; mas contudo as fases e eclipses da barba trazem consigo alguns inconvenientes, o que não admira se nos lembramos que antes da teoria dos bigodes já nossos avós diziam – Nada há perfeito.

Quando cortam a barba sujeitam-se a que os amigos não os reconheçam, a que os parentes se quezijem com eles, e a que os velhos digam (não afirmo se com razão) que são pedaços d'asnos com dois pés e de forma humana.

A tarde estive lúgubre como um *dies irae* e chuvosa como um banho de choque; as árvores, tão troncosas, pareciam ciprestes de cemitério; quis dar começo aos = Apontamentos = mas não tinha tinta, como Moisés para escrever o Pentateuco, segundo a opinião de Voltaire; quis fazer versos, mas as musas não me fadarão; à força de trabalho cheguei a rimar 5 sextilhas, pouco agradáveis para os bracarenses: reli-as e achei que a mor parte dos versos eram hipercatalecticos! Era melhor sofrer a chuva. A. L. foi da minha opinião depois da sua usual caturrice e saltamos pelo pátio da igreja abaixo; como a chuva apertasse, recolhemo-nos debaixo da primeira capela que encontramos.

As lufadas do vento corriam pelas árvores fora e impeliavam umas contra as outras, até que a última, sem achar apoio a que arrimar-se, deixava cair suas franças até quase ao chão. De quando em quando o vento sossegava, e apenas se ouvia o bater da chuva e da saraiva contra os vidros das portas da capela e sobre as lageas dos escadórios; um nevoeiro muito denso avançava para nós e parecia cobrir-nos e envolver-nos naquele véu esbranquiçado, que fizera desaparecer a cidade como por encanto: aqueles sítios ermados, já não contemplavam as folhas de ontem; só de quando em quando se ouvia o chapinhar de alguns romeiros, de péssimo gosto, sobre o terreno coberto d'água, que, fendido pela chuva até grande profundidade, parecia faltar debaixo dos pés.

A água da chuva corria precipite como pequenas catadupas sobre os escadórios, e fornavam-se ribeirinhos nos lugares onde somente haviam caminhos proclives lajeados de pedras mal unidas e cheias de fendas de que saltava a água com força como de uma nascente; a erva, que o vento açotava, ou ia junta com a água ou corria como um regato. Se levantávamos os olhos, a saraiva impelia as pálpebras a cerrarem-se; o guarda-chuva mal cumpria as suas obrigações empurrado pelo vento; havíamos saído na pior ocasião; afinal aventuramo-nos com dobrado peso, graças à água celeste. Depois de envergarmos outros trajes, voltamos ao antigo estado de apatia e prosaicismo.

E o juízo daquele abalizado jurisconsulto não vai muito fora da verdade, apesar de ter sido escrito na segunda década do presente século.

Braga é na verdade um enorme gigante, medida pelo estalão da hipocrisia; quando há poucos anos, pelo tempo de S. João, houveram três dias santos seguidos, e a afluência de gente de toda a parte a visitar a capital do Minho foi excessiva, todos os lojistas venderam publicamente e com porta aberta, apesar de ser de uso naquela terra encerrarem-se as lojas em dias santos ainda dispensados! Desta gente que deixa a *santidade* a troco de dinheiro, arreda....

Braga, porém, não é solo pousio de talentos, nem há terra que o seja; mas o desenvolvimento deles, que é a sabedoria, só pode ter lugar quando a civilização vá entrando os umbrais da terra e animando os génios; causava espanto que Braga fiel não tomasse partitura no vultoso drama dado à luz e posto em cena pela revolução, eminentemente liberal, de 1820 (um, um; cheira a artigo de fundo), e que se deixasse estar no marasmo, sem ouvir o eco do estrondo da tripeça = Liberdade, Igualdade e Fraternidade = caída sobre a minha terra, sobre o Porto; mas a raça de hoje ergue-se viçosa, despertando-se o amor à glória e fazendo verdadeira parte do Portugal civilizado; a literatura e as ciências têm muito respeitáveis adeptos em Pereira Caldas, autor enciclopédico; Pacheco Pereira, autor da *Escrava de Sigismundo*; Torres e Almeida, bem conhecido como redactor do *Farol do Minho*, e pela sua obra = *Origem da Língua Portuguesa*; = Fernando Castiço, poeta, etc., etc.; modernamente têm-se publicado várias obras, que bem mostram a verdade do que levamos dito.

Do que Braga se pode ufanar é de ser terra clássica dos terços, hipocrisia e péssimos cafés; este triângulo deve ser desfeito quanto antes para que se diga com franqueza = Braga é civilizada; por ora, consintam-me dize-lo, é muito teocrática e hipócrita.

Os terços é o primeiro lado a destruir. Dizer que essas cantilenas são louvor para Deus, é tecer encómios a Gregório 13.º por saudar a morte do almirante Coligny. Haverá dois anos, vínhamos, eu e A. C., de Tibães a cavalo em pobres jericos; entramos na rua do Alcaide, quando *um terço* vinha *caminhando* muito adornado por lanternas; o cavalo empinou-se quizilado com o ram ram fanhoso; deu três galopes e pôs tudo em debandada; é muito provável que o padre me excomungasse; pelo menos ouvi as vozes dos pseudo beatos gritando = Ah seu tratante, forte herege, não sabe aprear-se! e correram após mim; as esporas salvaram-me deste conflito.

Aqueles rezares são dignos de mofa. Quando se eleva o pensamento a Deus é para haver galardão no outro mundo, ou neste, mas vindo do céu, ou para não entrarmos o reino de Satanás, ou para abreviarmos o tempo da purgação das almas; mas para nada disto aproveitam tais rezas públicas, que somente servem para gerar a hipocrisia, para aguçarem a falta de respeito ao que tão santo é.

Sancta sancte tractantur é um axioma bem pouco conhecido dos bracarenses, que de envolta com os cânticos divinos murmuram de quem passa, namoram as vizinhas e desacreditam os seus concidadãos.

É impossível que estas rezas agradem a Deus; é impossível que Deus as meta em linha de conta do há-de-haver dos pecados dos homens, porque as reprovou pela boca do seu dilecto filho, que no sermão do Monte exclamou:

«E quando orares, não sejas como os hipócritas, porque *folgam de orar em pé* nas Sinagogas e nos *cantos das ruas*, para dos homens serem vistos. Em verdade vos digo que já têm seu galardão.»^{7/8}

Ora os bracarenses (entendem-se os hipócritas; isto é, quase todos) louvam a Deus indo de encontro aos seus preceitos, e são tão imprudentes que requerem e exigem reverência para tais rezas!...

Não se pode aduzir texto mais frisante e mais a propósito; senhores impostores, o vosso estigma é bem conhecido; Deus e os homens sensatos reprovam por necessidade os vossos embaimentos; mas continuai, continuai; estais no vosso elemento, a hipocrisia: enquanto não a depuzeres não sereis mais que míseros embusteiros; outra coisa vos recomenda; envergai os capotes desde pela manhã até à noite, no inverno e no verão, no tempo quente e no frio; essa cobertura casa-se óptima e sublimadamente com o vosso génio avesso à sinceridade.

Tudo o que acabamos de dizer é verdade crua; digam-no os mesmos bracarenses civilizados, que se riem das loucuras dos seus concidadãos.

Apontamentos de viagem – XI

Mostra-se o talento publicista de A. L. Conta-se que a mesa do Bom-Jesus despediu o estalajadeiro. O Moderado. Literatos bracarenses. Terços de Braga. Fogo preso. Diz-se que o pirotécnico não sabe nada de regras de civilidade. Até que afinal o autor descobre chocolate!!!! Desejos do autor. Fim da obra. Carta do autor ao seu amigo A. L. S. de Carvalho.

A noite do dia em que se passavam os factos que acabamos de narrar no precedente capítulo foi tenebrosa como a tarde e o nosso estado apático não mudou com a fugida do dia. A. L. escrevia um panfleto acerca do jornalismo no Porto e devorava as páginas que tinha escrito com furor do bicho da traça; pude aproximar-me dele sem ser sentido e li à fraca luz de uma torcida alimentada por um marroxo:

«A parte principal de um jornal é, sem dúvida a parte política, importante pela sua dificuldade e importantíssima pelo fim. É nesta parte que o escritor público desempenha o seu papel no variado drama da sociedade. É ali que, graças à lei das leis, garantia da nossa liberdade, se discutem as questões administrativas e se resolvem os problemas económicos: é ali que o povo aprende a conhecer a bondade dos diferentes corrilhos e fracções políticas e a ver de que parte está o embuste; é ali enfim que se estigmatizam os erros e os crimes dos governos. Quantos abu...»

A. L. tinha virado folha e fiquei semibrutificado no meio da leitura, que, mercê ao meu saber taquigráfico, ia trasladando para o papel.

Depois de cearmos entregamo-nos ao descanso corpóreo e espiritual; o sino do relógio do Bom-Jesus dava 9 horas quando descíamos da cama depois de termos dormido 10 horas. Neste dia devíamos partir para Braga, estar lá no dia seguinte e partir no imediato a este último, para o Porto; a chuva transtornou os planos e somente no dia seguinte partimos para Braga; antes de dizermos adeus à estalagem veio o Sr. Domingos Dias com as contas numa mão e o livro de receita e despesa na outra. C. desencantou do *porte-monnaies* algumas libras, recebidas depois pelo estalajadeiro alegre; não sei quanta foi a despesa mas verdade é que C. queixou-se acremente do dono da estalagem e não foi sem razão porque num número do *Moderado* do mês de Agosto lia-se o seguinte:

.....

⁷ Corina, Liv. 9, cap. 2.º - O autor declara que tudo o que diz respeito da música não se entende com os solfejos da aula de canto; porque não quis falar de sons desarmoniosos que servem tão somente para fazer estanques as sensações agradáveis.

⁸ S. Mateus, cap. 6.

«A mesa do Bom-Jesus sabendo que o Sr. Domingos Dias, que há anos fora nomeado para dirigir a hospedaria, denominada = Estalagem Real = não cumpria os deveres.... etc. não só por falta de limpeza e por ministrar muito má comida (oh, que petta: tratou-nos excelentemente!); mas também porque levava um excessivo preço (muito bem; apoiado) pela hospedagem, deliberou despedi-lo e nomear para o substituir o Sr. António José de Azevedo Silva Guimarães.»

Isto é que é local interessante.

Entrei para o carroção..... e tive ocasião de experimentar o estado do caminho para o Bom-Jesus. Oh! que sofrimento não padeci! Os joelhos saltavam para ambos os lados, e as cabeças davam umas nas outras com estrepito terrível; os vidros tintilavam infernalmente; o veículo parava a cada instante ao descer aquelas proclividades, e ora corria desabridamente, ora ia muito de vagar! O que sofri não se pode contar; só quem viajou por aquelas plagas sabe sentir o que escrevo. Não muito depois tornamos a entrar em Braga causando sempre espanto, e... talvez medo; quem pode dizer ao certo o que são os bracarenses? Querem saber o que disse um literato português a respeito desta gente, o Sr. Nunes e Carvalho? Leiam as palavras que abaixo se seguem, metidas entre aspas:

«Será difícil encontrar uma povoação considerável onde a gente seja menos civil, mais velhaca e tão fanática e grosseira. É para lamentar que uma casa asseada esteja habitada por uma família torpe. Fica um viajante atônito, quando ao passar pela rua principal da cidade, vê-se espectáculo da gente ociosa que entulha as lojas de negociações; e quando depois de mirarem e remirarem ao passageiro, curam logo de indagar quem é, que qualidade de pessoa, a que vai, e quantos vestidos trás.»

Na noite do dia em que nos achamos no discurso dos Apontamentos, houve fogo preso no sítio denominado – Carvalheiras; a noite estava pouco bonançosa, mas não estorvou que os habitantes da cidade atulhassem o campo das Hortas. Uma inúmera porção de foguetes de *bomba real* e de *lágrimas* fendia as nuvens e caía entre o povo, que espavorido fugia diante daquele perigo continuado. Se conseguir levar a efeito a minha candidatura para deputado hei-de fazer quanto em mim caiba para que sejam proibidos estes fogos de artifícios, que somente causam desordem e desgraças; um pobre soldado teve a cabeça aberta; um rapaz lamentava o seu chapéu novo furado pela cana de um foguete; os gritos amiudavam-se; os garotos acompanhavam os hurrahs de encontrões diabólicos, a fim de apanharem os foguetes. Quando principiou o fogo preso tudo se calou e voltou as atenções para a primeira *árvore*; era uma coisa, assim a modo de girassol grande; nos últimos giros ergueu-se aos ares um berro unísono em aplauso ao pirotécnico, delícias da cidade Augusta; nas seguintes três *árvores* o berro recrudesciu; parecia um grunhido prolongado; a quinta peça foi o suprasumum da arte; para provocar os aplausos do povo tinha o sábio artista colocado a figura de fogo em acção, que não se diz em folhetim, quando não trata de latrinas.

Eu e A. L. vimos aquele espectáculo com suma curiosidade; era talvez o último divertimento que fruíamos naquela terra clássica. Antes de irmos para o campo das Hortas, passeamos a cidade em todas as direcções, e apenas ouvimos algumas rezas por entre as adufas; terços *ambulantes* não andavam naquela noite; era que os devotos tinham ido para o campo das Hortas; preferem os divertimentos à religião. Qual seria o Papa que autorizou os estatutos da *ordem dos terços*? Seria Gregório XIII?.....

Ora eu não queria sair de Braga antes de tentar os cafés que ainda não tinha visitado, e procurar neles chocolate, esse decoto de baunilha, cacau, açúcar e canela, trazido do México em 1520, e cantado por Dellile; portanto levantei-me muito de manhã no dia seguinte, e dirigi-me para um café situado atrás de Catedral, esse augusto monumento, cuja fundação é somente sabida ao certo pelas remotíssimas antiguidades; a aparência do estabelecimento não era disforme; animei-me com isto, e entrei portas dentro; mas os calafrios

assaltaram-me, porque me havia enganado; a casa era uma bodega com duas mesas de pinho e dois canapés do mesmo pau: o balcão de pau do Brasil dava vasta morada a plêiades de moscas, que pousavam também nas deliciosas iguarias guardadas em lotes desenvidraçados! Eu não me devia assustar, porque estava em Braga; mas a minha construção débil não suporta impressões violentas; se não fora um dos canapés em que presto me assentei, talvez que esta cabeça fosse matar alguma mosca no soalho.

– Há chocolate?

– Não há feito, mas faz-se.

Arquimedes deu um grande grito = Eureka = (se a história não mente) ao achar que um corpo mergulhado na água perdia do seu peso uma quantidade igual ao peso do volume da água que desloca, e correu pelas ruas da cidade, que habitava, ébrio de contentamento; eu perfilei-me, dei três pulos sobre o banco, e exclamei = Tragam-mo quanto antes, = ouvindo dizer que havia chocolate.

Não há gosto sem desgosto: o chocolate veio, mas fervente a ponto que me esfarrapou o paladar, e deixou-me com a boca aberta por 3 minutos; bufei, bufei, mas nada: eram as ondas do mar, cuja fúria cresce com o vento; tive de esperar um pouco, e entretentes li o *Periódico dos Pobres*, todo besuntado por café e pingos de simonte: finda a leitura tomei a sublime bebida, paguei e saí para casa, onde almocei pela segunda vez e com bom apetite.

Os nossos = Apontamentos = estão a findar; o leitor deve certamente ter-nos em subida consideração, depois da leitura desta obra, monstro pelas novidades que refere, estimável, pelas originalidades que apresenta, de saudosa memória pela sua efemeridade, preciosíssima pela linguagem de que usa, engraçada pelo salero que por ela disseminámos, amante da verdade, pelo que diz dos bracarenses, imbróglgio de crítica, de tipos nacionais, de brilhantes painéis da natureza, etc., etc. *Dicant lectores*.

A tarde deste dia foi muito prosaica; passou-se em emalar roupa suja, arranjos de viagem, restos de virtualhas, alguns livros, e os autos inseparáveis de J. L., aumentados pelo judicioso parecer deste ilustre advogado. À noite saímos para nos despedirmos de algumas famílias conhecidas e amigos nossos.

Às 3 horas da manhã do dia seguinte, depois de uma parca refeição, dissemos adeus ao estalajadeiro e entramos no.... no carroção!!! A pesadíssima locomotiva pôs-se em andamento: A. L., ao passar pelo campo das Hortas, deslizou-se-lhe uma lágrima pelo olho esquerdo fora, queixoso por não haver completado uma conquista principiada na noite do fogo preso; J. L. levava um volume do Pegas debaixo do braço para ler ao raiar da aurora; eu aventurava a cabeça fora do carroção para observar se ainda se ouviam alguns terços; mas nada me feriu os ouvidos: então disse a Braga um adeus sentido e magoado. C. fazia, por miúdo, as contas do que tinha gasto, e amaldiçoava a ladroeira dos estalajadeiros.

Oxalá que a companhia da iluminação a gás adiante os seus trabalhos; que o dono da Pipineira reforme os canapés; que os terços acabem; que os pirotécnicos leiam o manual da civilidade; que os estalajadeiros não levem dinheiro em demasia a troco de má comida; que os bracarenses deixem as anomalias notadas no discurso desta obra, e que sigam os seus concidadãos civilizados; que, finalmente, os fiéis e augustos habitantes da cidade, em questão, não atormentem o autor com as suas pragas costumadas: se tudo isto for a efeito, é de crer que o Porto não será superior a Braga: *ceci tuerá celá*. Pela nossa parte protestamos dar-lhe apoio, com quanto que haja chocolate em todos os seus cafés.

Como era de esperar, chegamos a esta cidade algum tanto magoados pelo balouço do carroção, depois de passarmos na volta não menos incomodados que na ida. Em Vila Nova de Famalicão havia a mesma trupida de carros e a mesma falta de cortesia no moço da estalagem. Na Carriça não passamos nada que valha a pena de ser narrado.

Na noite em que chegamos sonhei que ouvia terços berrando-me aos ouvidos, e isto fez-me lembrar que tinha de escrever os = Apontamentos = que acabam hoje, e principiei-os logo, não levantando a mão de eles antes de lhes dar o fim que o leitor acaba de ver.

Ao meu amigo Augusto L. Simões de Carvalho dedico estes = apontamentos

R. de F.

Meu caro Augusto de Carvalho.

Certamente já sabe as causas porque lhe dedico esses doze folhetins com o título de *Apontamentos*; mas consinta-me que as enuncie.

Primeira. Não havia pessoa alguma que melhor entendesse as minhas palavras. Não tem convicção de que é isto uma verdade? E, demais, não há outra coisa a esperar de quem correu com o autor as contadas aventuras, de quem o acompanhou em todos os passeios e em quase todos os pensamentos.

Segunda. A amizade, que nos une, exigia que lhe dedicasse as primícias de pequeno estudo, os frutos primitivos de apoucado talento, ainda que destituídos de mérito e cobertos de erros (?).

Há-de haver provavelmente quem se ria por lhe dedicar uma obra tosca; mas para esse riso de escárnio há um riso de desprezo: a amizade sincera, como a nossa, aceita de bom grado quaisquer ofertas, vindas de outro, que lhe retribua não menos crescida e alentada. Antigamente ofereciam-se as composições literárias a quem com seu nome pudesse encobrir os defeitos da obra e era de ordinário algum aristocrata; mas a aristocracia, vendo que não tem forças para com o seu simples nome desvanecer erros, cedeu forçosamente o lugar à amizade; hoje dedicam-se as obras a quem segure ao autor um voto de estima do que se escreveu, um sentimento verdadeiro do que se sentiu.

Tenha pois este oferecimento como nascido da amizade que lhe une,

J. J. Rodrigues de Freitas, Júnior.

Outubro, 16 de 1856

S. Salvador de Ruivães (subsídios para a sua Monografia)

por José de Oliveira Bente*

I. Figuras Ilustres

1. Domingos Monteiro (1866-1926)



Domingos Custódio Fernandes Monteiro nasceu em Ruivães a 25 de Outubro de 1866, sendo seus pais Joaquim de Araújo Monteiro e D. Rosa Machado. Ainda muito jovem, emigrou para o Brasil onde, a exemplo de muitos compatriotas, amealhou uma grande fortuna.

Regressado à terra em 1921, logo iniciou a realização do seu sonho: a constituição duma grande quinta, toda murada, no lugar do Monte, a poente da Capela de Santa Rita. Nela fez levantar uma construção, tipo palacete ou chalet, com altaneiro torreão e que baptizou com perfume brasileiro de “Quinta Belo Horizonte”. Os interiores eram ricamente decorados com variadas pinturas. O escadório, monumental, em cantaria azul, não chegou a ser concluído, devido à morte prematura do ilustre ruivanense em 25 de Janeiro de 1926.

Descrito o Homem e a sua acção após o regresso à terra que o viu nascer, é altura de se justificar a sua qualidade de ilustre figura ruivanense.

As benemerências que praticou em prol da freguesia foram enormes.

Logo que chegou, mandou rasgar à sua custa a estrada que liga a via Castelões - Ruivães - Bente desde o lugar da Vinha ao Senhor dos Milagres.

Depois, no seu testamento deixou bem patente todo o seu amor a Ruivães, como se constata pelos legados:

- 50.000\$00, em apólices à irmã Joaquina, os quais passarão, à sua morte, para a Santa Casa da Misericórdia de Famalicão a fim de custear uma maternidade com o nome de sua mãe
- 60.000\$00 para um novo cemitério de Ruivães.
- 50.000\$00 para o seu jazigo.
- Diversos legados à irmã Joaquina e sobrinhos José e António (Brasil) e Domingos, Benício e Ernesto (Ruivães).
- Ainda: “Fica a mesma Misericórdia obrigada a instituir dois prémios anuais de 100\$00 cada um para os alunos das escolas da sede do concelho.”

Legados cumpridos pelo testamenteiro, Júlio Gonçalves de Araújo: Cemitério amplo no lugar da Vinha, substituindo o que existia à volta da igreja, proporcionando ao mesmo tempo desafogo ao adro. Jazigo construído no centro do cemitério, tipo capela, revestido a mármore branco. Maternidade criada na Misericórdia que, ao que parece, passou a Asilo de acamados. Prémios escolares instituídos que ainda se mantêm.

O seu funeral foi muito concorrido e amplamente noticiado pelas gazetas da época. A “Estrela do Minho”, de 31 de Janeiro de 1926, escrevia:

.....
* Escritor.

“O saudoso cidadão era a bondade e a modéstia personificadas.

De modestíssimo viver, era contudo de uma grande magnanimidade no auxílio aos desgraçados, para os quais a sua bolsa estava sempre aberta.

Ao nosso Hospital, a cada passo estava a contemplar com avultadas esmolas. Todos os infelizes que a ele recorriam eram atendidos generosamente. Nas datas comemorativas da República, nas festas do Natal, festejava-as sempre aquele generoso coração com abundante bodo aos doentes da Santa Casa, presos da cadeia e pobres em grande número. Contribuiu largamente para vestir crianças pobres, para a creche de “O Comércio do Porto” e até para as escolas oficiais desta vila ele deu, há semanas ainda, o dinheiro necessário para a compra de um cinema, em que se ministre a instrução e o recreio aos alunos.

Prestes a morrer, no seu testamento patenteia, mais uma vez, a sua grande alma, legando algumas centenas de milhares de escudos para os pobres socorridos pela nossa Santa Casa da Misericórdia, que tão carecida está de recursos para atender todos os seus doentes.

Lega ainda, por morte da legatária, sua irmã, a importância de 50 acções do empréstimo brasileiro, hoje mais de 100 contos de reis, para início de uma Maternidade na nossa terra, refugio de tantas mães infelizes e onde muitos pequeninos seres serão arrancados à morte.”

Como era primo direito do então Presidente da República, Dr. Bernardino Machado, este fez-se representar no funeral pelo seu filho Dr. Miguel Machado. Houve cinco turnos, estando o poeta Álvaro de Castelões (visconde de Castelões) no segundo.

E um dos turnos era constituído exclusivamente por ruivanenses: João Dias Alves Pimenta, presidente da junta de Freguesia, Manuel de Paiva Macedo, armador, José da Silva Nunes, da casa do Eido, e Manuel Artur Ferreira, comerciante.

Ainda sobre o testamento: este foi realizado no Cartório Notarial de S. Mateus de Oliveira, de Jerónimo Pereira Gonçalves Júnior, em 22 de Janeiro de 1926, três dias antes da sua morte.

Foram testemunhas o Padre Luís Maria de Oliveira Nascimento, da Casa do Arieiro, e Padre Dr. José Marques Pinto, pároco da freguesia.

As doações à Santa Casa da Misericórdia de Famalicão continuaram a dar os seus frutos, a realizar os seus objectivos.

Assim, no tocante à Maternidade, o jornal “Cidade Hoje”, de Famalicão, noticiava em 29 de Outubro de 1998:

“Domingos Monteiro foi um benemérito... Ele sempre procurou fazer o bem - afirma o Provedor, Mário Mesquita diz que a primeira maternidade que existiu no velho Hospital S. João de Deus foi amplamente com participada por ele, a que deu o nome de Rosa Monteiro (nome da mãe). Mas também a terceira idade justificou atitudes generosas por parte deste homem.”

Mas em 2 de Dezembro de 2005, o jornal “Opinião Pública”, de Famalicão, relatava o seguinte:

“Entretanto, em 16 de Maio de 1964, foi inaugurado o novo hospital. Em edifício anexo, ficou a funcionar o asilo Domingos Monteiro, com capacidade para vinte camas, dando resposta ao acolhimento dos mais necessitados.”

Vejamos, então, a situação actual.

No que respeita aos prémios para os melhores alunos das escolas da sede do concelho, é de realçar que se têm mantido ao longo de todos estes anos.

O jornal “Cidade Hoje” de 29.10.1998, noticiava:

Este prémio Domingos Monteiro foi criado há 50 anos para premiar um menino e uma menina que tivessem obtido os melhores resultados no final da 4.ª classe. Na altura entregavam 100\$00, um valor considerável segundo o nível de vida da altura como explicou o Provedor. Passados uns anos, a Santa Casa resolveu designar o prémio de “Domingos Monteiro | Santa Casa da Misericórdia” alterando o montante do dinheiro e atribuindo também um diploma e um livro.

Por notícias recolhidas nos anos de 2002 e 2003 verifica-se que os prémios continuam a ser concedidos, agora com o valor de 50 euros cada um. E é sempre lembrada e honrada a memória do seu doador: o ruivanense Domingos Monteiro.

Já no que à Maternidade Rosa Monteiro diz respeito, o caso apresenta-se nebuloso e inexplicável. É que, ao verificar que a Maternidade, lembrada e enaltecida pelo Provedor em 1998, já não aparecia na notícia de 2005, mas sim um Asilo Domingos Monteiro, dei-me ao trabalho de inquirir o que realmente existia, fruto do legado de há oitenta anos do benemérito ruivanense.

E, espanto dos espantos, o Provedor, que ainda é o mesmo, deu-me a seguinte resposta:

desconhecemos se ainda existe a Maternidade com o nome de Rosa Monteiro, como tal, quando teria sido extinta e porquê.

E do Hospital S. João de Deus chegou-me a seguinte informação:

vimos por este meio informar que não existe no Hospital S. João de Deus, EPE uma maternidade com o nome de Rosa Monteiro nem um Asilo de Inválidos com o nome de Domingos Monteiro. Relativamente ao facto de vir a ter existido, os eventuais documentos que comprovem essa existência são parte da História da Santa Casa de Misericórdia uma vez que, nessa altura, este Hospital ainda não havia sido nacionalizado.

De pasmar! De pasmar duplamente.

Cabe à Junta de Freguesia de Ruivães procurar esclarecer tão importante assunto, isto na justíssima defesa dos altos valores da sua comunidade



2. Júlio de Araújo (1876-1936)

Júlio Gonçalves de Araújo nasceu em 1876, em Ruivães, e faleceu em 3 de Agosto de 1936.

Foi casado com D. Olívia Paiva de Araújo e pai de cinco filhos: Orlando, Júlio, Olívia Paula, Dulce Paula e Lúcia Paula.¹

Sem dados da sua ida para o Brasil, está registado o seu regresso por volta de 1916, com avultada fortuna. Fixou-se na sua terra natal de Ruivães e aqui construiu uma esplêndida vivenda, rodeada de extensas propriedades agrícolas, como a Quinta do Paço e a Quinta das Portas.

Atraído pela política, que fervilhava no concelho e também no país, inscreve-se no Partido Republicano Português - e já em 1920 o encontramos como Presidente da Câmara Municipal de Famalicão. Da sua obra fala quem com ele conviveu, o director do jornal "Estrela do Minho", José Casimiro da Silva, que escreveu:

Famalicão tinha sede de progresso.

Havia um programa de realizações imediatas e a ofensiva principiou sob o comando geral de Júlio de Araújo. E Famalicão reformou-se inteiramente em meia dúzia de dias!

A cerca do Tribunal deu lugar ao lindo jardim da Praça da República!

A Praça da Mota, o Beco das Laranjeiras e o Terreiro desapareceram como que por encanto, para nascer seguidamente o lindo jardim da Praça 9 de Abril e o formoso monumento aos Mortos da Grande Guerra!

A capela de Santo António é retirada do Campo Mousinho para a rua Alves Roçadas! E levantada a planta geral da vila e iniciada a Avenida da República.²

As instalações do Matadouro são ampliadas e a água municipal é explorada.

Ao sul do Campo Mousinho são demolidos velhos pardieiros que muito alindaram a entrada do Porto.

Nivelam-se as casas da antiga Praça da Mota com a margem esquerda da avenida Barão da Trovisqueira!

No campo da assistência é fundado e inaugurado o asilo dos velhos!

¹ Júlio formou-se em medicina tendo exercido em Ruivães. As filhas casaram, respectivamente, com Ernesto de Araújo Monteiro, proprietário, Fernando Rodrigues Cardoso, contabilista, e Joaquim Rodrigues Azevedo, industrial têxtil.

² Há tempos, lemos num jornal de Famalicão, uma história da construção desta avenida que, incrivelmente, omitia o nome de Júlio de Araújo. Pelo depoimento de inofensível veracidade de José Casimiro da Silva, testemunha da vida famalicense desses tempos, foi efectivamente Júlio de Araújo o obreiro da 1ª fase desta importante obra municipal.

Cansado e desiludido, abandona a política para se dedicar ao comércio e à indústria. Assim, vemo-lo a constituir a sociedade “J. d’Araújo & C^a” - exportação de vinhos, destilação, tanoaria, comissões, consignação e conta própria, por escritura de 11 de Maio de 1924. Como sócios Júlio Gonçalves de Araújo, Carlos Alberto de Sousa Marques e Orlando Araújo.

Em 1929, funda a Empresa Fabril de Vermoim - Cancela & C^a - dedicada aos têxteis.

No mesmo ano, inaugura no Porto, na Avenida dos Aliados, os cafés Sport e Guarany. O jornal “Estrela do Minho” de 17 de Novembro de 1929 inseria o seguinte anúncio:

Júlio de Araújo e Orlando de Araújo convidam para a inauguração em 23 de Novembro de 1929 do seu “Café Sport”, do Porto.

O Café Sport passou para Banco, há anos. O café Guarany, que marcou a sua época, inclusive com orquestra própria, mantém o seu esplendor, sobretudo depois de recente restauro.

Ao noticiar o seu falecimento, José Casimiro da Silva faz-lhe um apaixonado panegírico no seu jornal “Estrela do Minho”, de 9 de Agosto de 1936:

É tempo de dizer certas verdades.

Júlio de Araújo é hoje - e proclamamo-lo agora porque já não pertence ao número dos vivos - a maior figura histórica do concelho de Famalicão.

Porque Júlio de Araújo não foi simplesmente o iniciador de uma época de renovação; foi também o audacioso reformador de Famalicão contemporâneo, arejando-a, aformoseando-a, integrando-a no ritmo do progresso.

Júlio de Araújo foi terça-feira a enterrar. Lá estavam aquelas duas dúzias de amigos de sempre, de amigos dedicados, de amigos verdadeiros.

Quando, dez anos depois, os seus restos mortais foram trasladados, noticiou o jornal “Estrela do Minho”, de 25 de Agosto de 1946:

Júlio de Araújo.

Os restos mortais do grande reformador desta terra vão ser trasladados para Famalicão.

Vêm aí os restos mortais de Júlio de Araújo, trazidos piedosamente pela família para o pequenino cemitério da sua freguesia de Ruivães.

E ao noticiar, a 3 de Julho de 1966, a morte da viúva, D. Olívia Paula de Araújo, José Casimiro da Silva escreve na sua “Estrela do Minho”:

... viúva dessa grande figura que foi Júlio Gonçalves de Araújo, antigo Presidente da Câmara e dinâmico reformador da urbe famalicense, política que apaixonadamente seguimos e junto do qual formaram todos os valores do Concelho, independentemente da sua cor partidária. Foi uma verdadeira união sagrada aquela que a terra soube fazer em volta do homem iluminado e de vontade forte que haveria de iniciar aquela revolução pacífica que haveria de transformar a fisionomia da urbe famalicense...

Finalmente, demonstrando uma admiração que o decorrer do tempo nunca lhe fez esquecer, José Casimiro aproveita o relato da posse de novo elenco camarário para escrever no seu jornal em Abril de 1973:

O significado da brilhantíssima tomada de posse dos novos magistrados do Concelho foi em tudo semelhante ao da memorável posse do Presidente Júlio Gonçalves de Araújo, precisamente há meio século, em que todo o Concelho, abatidas as bandeiras partidárias, formou decisivamente em volta daquele grande Presidente.

3. Pe. Dr. José Marques Pinto (1878-1941)



Foi o pároco mais carismático e mais querido do último século. Exerceu a sua missão durante mais de trinta anos.

Nasceu em Águeda em 07 de Junho de 1878.

Culto e muito inteligente, conhecia os segredos do púlpito, tendo sido um orador sacro de superior craveira.

Escreveu teatro infantil que também ensaiava. Títulos: “O auto de Ruivães”, fantasia; “O Nascimento do Menino Jesus” e “A Samaritana”, quadros líricos; e “Livro das Sinas”, assinado por João Ruivano e prefaciado por João de Além, pseudónimos do ilustre Abade.

O último é um livrinho de 0,14x0,10 em cuja capa se lê: LIVRO DAS SINAS *a que o povo, na sua linguagem simples, chama “cinicas” - segundo os dados da psicologia experimental e da astrologia dinâmica*. E indica que o produto da venda seria para ajuda da restauração da igreja. São 365 quadras, uma para cada dia do ano, todas com muita graça, como esta:

Mês de Junho tu és garboso
Tu és garboso e és gentil,
Quem a catorze já é airoso
Toca trompa num funil.

Durante muitos anos foi capelão dos Bombeiros Voluntários de Famalicão.

Nos últimos anos de sua vida também fez parte da vereação da Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, exercendo o cargo de vice-presidente com apurmo e rectidão. No elenco camarário de 1935, do Dr. Francisco Alves e Joaquim Ferreira, figura como elemento n.º3.

Após vários meses de sofrimento, faleceu no Hospital de Barcelos em 06 de Fevereiro de 1941.

Está sepultado no cemitério de Ruivães, em campa rasa perpétua, com o seguinte epitáfio:

À memória do
nosso saudoso
Abade, Doutor
JOSÉ MARQUES PINTO

Homenagem
da Freguesia de
Ruivães
N. 7.6.1878
F. 6.2.1941

4. Pe. Avelino Pereira da Costa (1913-1991)



Nasceu em Ruivães, em 8 de Junho de 1913, filho de Bernardino Francisco Pereira e de Ana Pereira Nunes.

Tendo começado a estudar no seminário secular de Braga, transferiu-se para o seminário da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, também em Braga (Fraião).

Aí se ordenou aos 28 anos. Na Missa Nova celebrada em Ruivães em 5 de Outubro de 1941, foram acólitos os seus conterrâneos Pe. Luiz de Oliveira Nascimento e Filipe de Paiva Macedo. Como cerimoniário teve o Pe. José Pedro Rodrigues, também natural da freguesia, e como presbítero assistente o Pe. Henrique Alves, do seminário do Espírito Santo.

O seu percurso missionário foi muito variado.

Em pagela editada a quando da grande festa que os seus conterrâneos lhe promoveram em 5 de Outubro de 1991, para comemorarem as suas Bodas de Ouro sacerdotais, assim foi relatado:

“Professo de Votos Perpétuos da Congregação Missionária

Internacional do Espírito Santo em 08-09-36

Ordenado Sacerdote em 28-09-41, em Viana do Castelo

Missa Nova em Ruivães em 05-10-41

Pároco do Arciprestado e Concelho de Monforte - Alentejo

7 meses em 1941-1942

Ecónomo e Professor do Seminário Espiritano de Fraião

- Braga - 1942-1943

Ecónomo da Província Portuguesa da Congregação do Espírito

Santo e representante das Missões Espiritanas de Angola

junto do Governo Português 1943-1948

Missionário da Missão e Professor do Liceu de Biê-(Silva Porto)

1948-1959

Superior Principal das Missões Espiritanas das Dioceses de Nova Lisboa, Sá da Bandeira e Biê-Silva Porto -1959-1961

Conselheiro Gerar da Congregação do Espírito Santo com residência em Paris 4 anos e Roma 5 anos - 1961-1970

Administrador da Arquidiocese de Luanda e do Jornal

“Apostolado” Órgão da Conferência Episcopal de Angola

1970-1975

Professor, Colaborador, nos Seminários e Noviciado da

Congregação, residindo em Braga desde 1976”

A sua última vivência passou-a entre o Seminário de Braga e Ruivães, no lugar da Boucinha. Muito querido de toda a população, auxiliava o pároco de sua freguesia e ainda prestava assistência na vizinha freguesia de S. Simão de Novais.

Talvez que as homenagens de que foi alvo fossem demasiado emotivas para os seus 78 anos tão vividos. Adoeceu logo de seguida e veio a falecer em 10 do mesmo mês de Outubro.

Repousa no cemitério de Ruivães, em jazigo de família, onde a gratidão das gentes de S. Simão de Novais colocou a seguinte lápide:

“Sentida homenagem do povo de Novais.

Bendizemos o teu nome imortal dos imortais

vincado no coração das pessoas de Novais.”

Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, de Vila Nova de Famalicão

por Maria Adília Fernandes*

1. Les filles Soumises**

No carácter feminino não há meio termo; ele tem que existir em imaculada inocência ou então no vício irremediável.

Nathaniel W. Chittenden, séc. XIX

A segunda metade do século XIX assiste a um profundo interesse pela sexualidade. Este fenómeno resulta, essencialmente, dos contributos trazidos por Freud a este terreno, ao declarar que ela é a dimensão da pessoa no seu todo, factor de amadurecimento e de socialização. Assim reconhecida, torna-se o pretexto de uma radical evolução e uma das expressões mais marcantes do desenvolvimento das ciências sociais do início do século XX. Os debates à sua volta, nomeadamente, quanto à diferença entre os sexos, o desejo e os comportamentos sexuais, abalam as mais profundas convicções trazidas, até então, por moralistas e pensadores. O seu sentido passa a ser apreendido para além da reprodução e das suas implicações e, no seio de outras dimensões orgânicas e simbólicas, surge como fonte de perturbações individuais e sociais. Constata-se, neste momento, que é desordem e doença o que antes é tido como pecado, exigindo-se uma especificação dos *insólitos sexuais*¹, no dizer de Foucault, isto é, dos actos e das pessoas que os cometem. Entre estas, as mulheres são, particularmente, visadas porque, em consonância com o modelo de degeneração em voga, a desgraça vem da sua natureza *potencialmente patológica*. Especialistas em medicina e direito, incumbidos de reformar os dispositivos de refreamento sexual e de definir e estabelecer novas regras de convivência, entram, agora, em cena.

As ideias sobre a sexualidade feminina sofrem, também, uma profunda alteração. Admite-se que a mulher é sexualmente passiva, complacente, difusa, mas, ao contrário do que a moral vitoriana faz crer, não é *anes-tésica* ou isenta de impulsos sexuais². A sua análise passa a estruturar-se em torno do que se aceita ser um acto disciplinado para a reprodução, natural e irrenunciável, ou num quadro em que a actuação sexual das mulheres é proscrita como um campo de delitos. Prevalece, aqui, o desejo, o instinto, a imponderabilidade do corpo, o domínio deste sobre a mente, verdadeiros contornos do *carácter diabólico* da manifestação sexual da mulher que tem, na prostituição, a sua representação máxima. Esta, afigura-se como a esfera da sexualidade condenada, explícita, estéril e transgressora do sistema normativo e das virtudes religiosas, factor da dissolução e do crime.

Com efeito, o *amor mercenário* é, para médicos e higienistas, uma fonte de *doenças suspeitas*, um risco para a herança biológica e uma deterioração genética para as gerações futuras. Por tal, e ao lado da ameaça moral que representa, instala-se como um problema social e um assunto do Estado, sob cuja supervisão e tutela fica a subordinar-se. Implementa-se, então, a partir do final do século, e como resultado do conhecimento dos

.....
* Universidade do Minho.

** Texto adaptado do artigo "Eros no Feminino", in *Homens e Mulheres, um Projecto Comum*, coord. e ed. da APIHM (Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres), Porto, 2006, pp. 181-188.

¹ Cf. Michel Foucault, *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*, Ed. Relógio D'Água, Lisboa, 1994.

² Cf. Sigmund Freud, *A Teoria da sexualidade*, Publicações Europa - América, Mem Martins, s/d.

mecanismos de contágio venéreo, iniciado com as descobertas de Pasteur, uma reforçada política higiênica que estabelece a fiscalização sanitária das prostitutas, a profilaxia e a regulamentação das casas de sexo.

Guardadas e cuidadosamente vigiadas num espaço fechado, embora pertencendo ao mundo público e aberto dos homens, as *filles soumises* ficam conotadas com um estatuto que as confina e estigmatiza perante a sociedade. São, ao mesmo tempo, afastadas das *boas mulheres* e do *bom sexo*, que é monogâmico e limitado à procriação e ao âmbito privado³.



▲ Tamara de Lempicka, 1925

As doenças venéreas são tidas como consequência da anarquia sexual, gerando a reflexão sobre a liberalização dos comportamentos sexuais e sobre o colapso dos seus limites. Anunciadoras do fim dos tempos, estas moléstias, principalmente, a sífilis, revestem-se de grande simbolismo e são mote recorrente da literatura de *fin-de-siècle*. Também a mulher prostituta dela faz, incessantemente, parte. Encarna e simboliza o atractivo sexual, a mulher má, concebida, simultânea e paradoxalmente, como útil. Útil, por assegurar a fidelidade, a monogamia e

a castidade das outras mulheres, logo, o matrimónio, que não admite desvios nem excessos, má por ser voluptuosa – exclusivamente voluptuosa – e porque partilha com os homens o que emana dessa volúpia: o exterior, a rua, a noite, o interdito, a transgressão, a sedução, o prazer. Estes elementos conferem um conteúdo mágico ou trágico ao seu mundo, onde protagoniza, glorificada ou amaldiçoada no seu erotismo, o papel de heroína ou de personagem satanizada.

A preocupação pela higiene pública, atendendo à gravidade do contexto em que a mulher se configura, legítima, em torno dela, as rígidas disposições sanitárias que assentam, segundo Alain Corbin, numa *total repressão da sexualidade*⁴. Mostram-se arbitrárias, subordinadas a *grandes e preponderantes interesses*, a uma *ânsia explorativa* e a uma *usurpação* que contribui para forçar as mulheres a exercerem, em maior escala, *tão humilhante modo de vida* aumentando a sua *miséria*.⁵

Perseguidas, enclausuradas, extorquidas, violentadas nas revisões médicas, elas são o alvo dessa repressão, mais que a prostituição como sistema. Este, desde logo, não interessa erradicar. As propostas vão, não no sentido de pôr fim ao que está estabelecido, mas de introduzir mudanças: *É preciso demolir, arrasar, destruir a organização policial das meretrizes, e substituir este sistema por um outro mais racional, mais equitativo e mais justiceiro*⁶.

Apontadas como agentes de corrupção e de contaminação, são olhadas, ao mesmo tempo, como vítimas das iniquidades sociais, sob as quais escravizam a *dignidade e a consciência*. Condena-se, assim, no discurso da imprensa das primeiras décadas do século XX, em registos *brandamente intitulados de «Crimes graves»*⁷, a falta de atenção às marcas da pobreza, da fome e das precárias condições de vida das mulheres prostitutas: *Os senhores legistas, que a canto bradam a necessidade inadiável de cicatrizar esta pústula fétida*

³ Cf. Alain Corbin, *Women for Fire: Prostitution and Sexuality in France after 1850*, Harvard University Press, Cambridge, 1990.

⁴ Alain Corbin, *op. cit.*, p.16.

⁵ João Maria D'Almeida, "Tribuna da Mocidade – Edificante", *República Social*, 6 de Novembro de 1926, p. 3.

⁶ Arnaldo Brazão, "Página Abolicionista", *República Social*, 28 de Setembro de 1929, p. 3.

⁷ Alex. Miranda, "Quadros Negros", *República Social*, 14 de Setembro de 1929, p. 4.

que roe a sociedade, nunca procuraram saber quaes as causas que levam essas mulheres que eles castigam a negociar os seus encantos. E é desse mal precisamente que enfermam todas as leis que publicam sobre este assunto⁸.

A prostituição desenvolve-se, fundamentalmente, na cidade. O meio urbano que tem, a partir dos finais do século XIX, uma posição primordial nos debates sobre a modernidade, é descrito como brutal e subvertido, causador de intranquilidade e de instabilidade por acolher a prostituição, a delinquência e a mendicidade, faceta que alenta a opinião que a cidade atrai e reúne o *lado escuro da vida*. O lugar da mulher nela é foco de uma profunda atenção histórica. A cidade oferece-lhe, de forma pronta, um conjunto de novas ocupações sociais e económicas e, longe do estreito olhar da família ou da comunidade, a liberdade. Advoga-se, para muitas, idêntica facilidade de movimentos e o anonimato do *flâneur*, personagem masculino citado pela primeira vez por Baudelaire, passeante urbano e livre. Embora não acedendo aos mesmos prazeres de que este desfruta, podem experimentar uma vida social da sua eleição e, mesmo, a possibilidade de quebrar algumas normas sexuais burguesas. Por estas razões, a cidade pode ser corruptora, convidando-a à devassidão.

A urbanização traz consigo a industrialização e a incorporação da mulher na indústria, é, desde meados do século XIX, crescente. A estreita identificação do trabalho com o homem e com o ideal de um salário ganho por este, com o qual possa sustentar a sua família, convertem a mulher trabalhadora em algo excêntrico e perturbador. A grande preocupação com a ida das mulheres para a fábrica, ambiente hostil onde *passam vida miserável*⁹, reside no que se julga ser a inversão da ordem familiar. Universo masculino, a sua presença fomenta a promiscuidade sexual, sendo, mesmo, *consideradas como carne para o prazer, sujeitas sempre à concupiscência e à lubricidade de industriais, gerentes e mestres*¹⁰. Ironicamente, a prostituição serve como recurso na luta pela sobrevivência, como consequência do baixo salário ou da falta absoluta dele quando o desemprego as atinge.

Para além da miséria, o motivo mais frequente de todos os invocados, também o abandono do amante, a ambição, a *sedução do luxo* a lançam *como um farrapo ao atoleiro... frivolamente, indolentemente... vendendo o corpo em bacanais de orgias, enquanto a alma se esfacela no mais atroz sofrimento, enquanto o corpo contrai os miasmas das mais fatais doenças*¹¹. Ou, ainda, *por exigências mórbidas do seu organismo, por se sentir melhor naquela vida feita de mentira e eivada de todo o escol de vícios e podridões, embora sabendo que o seu fim é num catre dum hospital, abandonada por todos, onde uma pertinaz doença a arrasta para o túmulo na mais cruciante dor*¹². A deficitaríssima educação da mulher que a *não prepara para a compreensão nítida da vida* justifica, do mesmo modo, a prostituição. E, sem uma preparação baseada em *princípios novos, modernos, sem preconceitos*, a sociedade continua a ter *mulheres cheias de fome, mulheres lançadas à rua*¹³.

Constata-se, pois, que as medidas oficiais impostas visam, apenas, em nome da boa ordem e da saúde pública, submetê-las a uma vigilância sanitária e policial, segregando-as em locais determinados. Não se tem em vista superar a sua degradada situação social, aspecto que traz uma crescente contestação feminina, alicerçada, ainda, na impunidade dos homens. Estes estão ausentes das regulamentações que condenam apenas as mulheres e pelas repercussões que o amor venal tem neles, os seus clientes. Na realidade, a prostituição é identificada, unicamente, com as prostitutas, mecanismo que oculta que os homens são o seu outro elemento integrante. Este procedimento liberta-os da fatalidade desta conduta e exonera-os de sanções.

⁸ João Maria D'Almeida, "Tribuna da Mocidade – Edificante", *República Social*, 27 de Novembro de 1926, p. 3.

⁹ Luís de Figueiredo, "Aspectos Sociais", *O Protesto*, 19 de Dezembro de 1926, p. 2.

¹⁰ J. Fernandes Alves, "Salvem as Raparigas", *O Protesto*, 3 de Outubro de 1926, p. 3.

¹¹ Alfredo David, "Misérias Sociais – Escravatura Branca", *República Social*, 8 de Novembro de 1930, p. 2.

¹² W. A., "A prostituição", *O Protesto*, 18 de Agosto de 1928, p. 2.

¹³ Alfredo David, "Misérias Sociais - Escravatura Branca", *República Social*, 8 de Novembro de 1930, p. 2.

Contudo, as organizações feministas encaram a sexualidade masculina como desprovida de qualquer pulsão que eles não dominam e com uma expressão semelhante à da feminina, pelo que se lhes deve impor a mesma responsabilidade e idênticas restrições. Na sequência desta posição é criada, por Josephine Butler, em 1869, uma organização *que pretendia abolir as leis que instituíram em Inglaterra os princípios da tolerância e a revista obrigatória das meretrizes*¹⁴. Inspira *todos os visionários, todas as instituições femininas, e as classes trabalhadoras clamando sempre por justiça e piedade*¹⁵, a lutarem pelas mesmas finalidades.

A Liga Abolicionista Portuguesa conta com a colaboração do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas na realização dos dois congressos que promove. No decurso destes, respectivamente, em 1926 e 1929, acentua-se que o regulamento das meretrizes é a legalização da prostituição e que deve ser abolido, porque *é uma ignominia, uma vergonha do século. É fonte do mal, origem de muita violência, esteio de muita cobardia. É uma ameaça permanente contra a honra da mulher*¹⁶. O encerramento das casas de tolerância é outra medida de defesa moral e de higiene social que as *razões de civilização* plenamente sustentam. Um e outras, pelo apoio que do Estado lhes advém, são os *mais poderosos inimigos de uma sociedade moderna, progressiva, e essencialmente humana*¹⁷. Incide-se, do mesmo modo, contra o *tráfico de brancas ou escravatura branca*, títulos que designam *a exportação infame de mulheres para o estrangeiro, iludidas pelas promessas de ventura sem limites, quando é certo que os interessados em tão vergonhoso tráfico apenas têm em vista entregá-las à prostituição*¹⁸.

O Primeiro Congresso Feminista e de Educação, organizado em Lisboa, em 1924, com a presença do Presidente da República, Bernardino Machado, bem como o Segundo, realizado em 1928, confluem em idênticas preocupações e orientações.

O movimento abolicionista é uma iniciativa de cariz político. Pela primeira vez, milhares de mulheres contestam os privilégios dos homens e, pela primeira vez, também, debatem, publicamente, o tema da sexualidade e dos seus direitos neste campo. Supera as fronteiras de classe ao mobilizar mulheres feministas da classe média em defesa das prostitutas de origem operária, sob o princípio de que todas as mulheres são irmãs e que a afronta à integridade de qualquer uma delas, as atinge a todas. Pedem leis, disposições e regulamentos relativos à moral, à ordem e à saúde que sejam, indistintamente, aplicados a homens e a mulheres. Aprovam o reformismo social que o neomalthusianismo empreende, por concluírem que a eugenia e a difusão de novas técnicas anticonceptivas e de planificação familiar garantem a saúde e reduzem a alta mortalidade maternal e infantil. Denunciam, no entanto, receio perante o controlo da natalidade, pela possibilidade de trazer mais prerrogativas aos homens. Confessam-se surpreendidas com a ignorância e a imprecisão reveladas, sobre muitos traços básicos da sua fisiologia, por aqueles com maior responsabilidade na matéria, como médicos e cientistas; citam Freud quando referem que o seu lado sexual, está, ainda, mergulhado num impenetrável obscurantismo e chamam a atenção para a alienação, que, em resultado de estereótipos de masculinidade, os homens têm sobre a sua própria sexualidade.

Estas questões são, nas suas intenções, o apelo à construção de uma sociedade *morigerada* que honre a mulher, *até agora desprezada pelas leis que não fez e enobreça o homem, até agora aviltado pelas vantagens que não mereceu*¹⁹.

.....
¹⁴ Arnaldo Brazão, "A campanha contra a prostituição", *República Social*, 28 de Setembro de 1929, p. 5.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ Alfredo David, "Misérias Sociais - Escravatura Branca", *República Social*, 8 de Novembro de 1930, p. 2.

¹⁹ Eduardo Moreira, "Moral única", "Página Abolicionista", *República Social*, 23 de Fevereiro de 1929, p. 5.

2. O regulamentarismo

*O infeliz ser ... é afinal a mais eficiente guardiã da virtude.
Nessa forma degradada e ignóbil estão concentradas
as paixões que poderiam encher o mundo de vergonha.*
William Lecky, séc. XIX

Parent Duchâtelet é considerado o teorizador dos princípios fundamentais do regulamentarismo, concebido para organizar o exercício da prostituição em França, país transformado num autêntico lupanar, especialmente após a Revolução do século XVIII. A influência da sua obra²⁰ na literatura prostitucional francesa é imediata e permanece por mais de cinquenta anos. Sublinha a depravação inerente ao carácter da prostituta, mulher autónoma, liberta da influência da moral sexual, e a premência em obstar aos efeitos da sua actividade sobre o resto da população. A linha metodológica que adopta - identificar e isolar para melhor controlar - como a solução preferida para tal, é seguida por toda a Europa. Impõe-se em Portugal pela mão de Francisco Ignácio dos Santos Cruz, médico, vice-presidente do Conselho de Saúde Pública e autor da obra, *Da prostituição na cidade de Lisboa*, de 1841, o primeiro trabalho entre nós a incidir na sua análise. O regulamentarismo, também designado por sistema francês, assenta no princípio de tolerância que ressalta do pensamento de Santo Agostinho: *que mais sórdido, ignóbil e vergonhoso se pode descrever do que as prostitutas...? Entretanto, suprimi-as dentre os homens e a sociedade se turbará na libertinagem*²¹. As proposições aportadas pelos poderes políticos e eclesiásticos, classificam, então, a prostituição como benéfica para a conservação da ordem e da saúde públicas, apesar de ser olhada como um vício. Um vício que deve ser mantido para que outras instituições não derrubem, sendo ela própria *uma instituição social necessária, como o é a polícia, o exército permanente, a igreja*²². Requerida, pois, cultural e socialmente, como um mal necessário, a sua prática não é aceite nem proibida, antes tolerada, pelo que se tenta minimizar a deterioração moral, social e sanitária que representa, remetendo-a para um *meio fechado, separado, disciplinado, transparente* para os que o vigiam embora *invisível* para os outros.

Santos Cruz elabora, em 1837, um projecto de regulamento policial e sanitário para as prostitutas e casa de toleradas, base dos que vão, posteriormente, aparecer. Nele propõe: autorização, sob licença da administração pública, do exercício da prostituição e estabelecimento das casas de toleradas; controlo policial e sanitária das prostitutas; prescrição da idade mínima. Os regulamentos, emanados dos governos civis e extensivos aos concelhos rurais, vêm a ter, com algumas variantes, uma estrutura semelhante tanto nos assuntos que abordam como nas medidas que determinam. Antecedidos de uma introdução que começa por esclarecer que se destinam a acautelar os riscos que advêm da acção *dessa classe miserável*, passam à definição de meretrizes como as mulheres que *se entregam a uns e a outros por dinheiro*. Dividem-nas em dois grupos: as que vivem em comum e debaixo da direcção da dona da casa, e as que vivem, isoladamente, em casa própria.

São, todas, obrigadas a matricular-se num livro de registo, existente na repartição de polícia ou de administração local. É-lhes entregue, no momento da inscrição, um livrete contendo os seus dados pessoais e que têm de exhibir sempre que a polícia ou a inspecção sanitária o solicite. A idade mínima obrigatória para se poderem inscrever varia de regulamento para regulamento (pode oscilar entre os dezasseis e os vinte e

²⁰ A. J. B. Parent-Duchâtelet, *De la prostitution dans la ville de Paris considérée sous la rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration*, J. B. Ballière Ed., Paris, 1837.

²¹ Sto. Agostinho, *De ordine, dictum* a que os reformadores, sociais e morais, incansavelmente, recorrem.

²² August Bebel, *La mujer*, Ed. Fontamara, Barcelona, 1891, p. 120

um anos) e, por não ser necessária a certidão de nascimento, facilmente se ultrapassa este requisito com falsos depoimentos. A inscrição é, também, negada àquelas que são reclamadas pelos pais, marido ou tutor, a não ser que se comprove que já se prostituem.

Matriculadas, as meretrizes (sinónimo de prostitutas ou mulheres públicas), deixam de ser clandestinas e passam a designar-se por toleradas. Ficam, então, submetidas a rígidas prescrições e apertada vigilância e, na sequência de infracções ao que se lhe é determinado, a punições com *todo o rigor das leis*. Assim, não podem arrendar casa sem prévia licença policial, igualmente necessária para mudança de habitação ou ausência superior a cinco dias. Tal habitação não pode localizar-se junto de templos, escolas, botequins, hospedarias, tabernas e jardins. Não se lhes permite fazerem-se acompanhar de filhos maiores de três anos, divagarem de noite pelas ruas, passeios e praças, provocarem os transeuntes por palavras ou por acções... São obrigadas, com a criação de dispensários próprios junto das subdelegações de saúde, para revisão sanitária, a uma visita semanal para este fim, que pode ser substituída por consulta domiciliária paga. As toleradas *infeccionadas de moléstias contagiosas são hospitalizadas*.

A matrícula é, pois, o ponto de partida do sistema regulamentarista. Consiste na inscrição do nome da mulher no livro para esse fim destinado, onde se regista, ainda, as datas das inspecções, a filiação, idade, estado, profissão, naturalidade, morada, *épochas em que deram á prostituição*, casos que a levam a esta, *signaes* característicos e particulares e *observações*. É reservado um espaço para *inspecções syphiliticas soffridas*, por ser a sífilis, entre as *enfermidades indecorosas* ou *morbus indecens*, a doença venérea mais preocupante. Já em 1902, na segunda conferência internacional de Bruxelas (a primeira tem lugar em 1899) sobre o perigo venéreo, se declara que os médicos devem estar tão familiarizados com o estudo da sífilis que, a propósito de não importa que doença, a ideia dela deve estar presente no seu espirito. Reconhece-se, *comtudo*, face ao *receio de uma syphilisação geral, quão illusorias e inefficazes são as medidas adoptadas (...)* porque, por exemplo, *Se toda a prostituta syphilitica deve ser enclausurada, porque não usar do mesmo processo para com os homens?*²³

As mulheres podem inscrever-se voluntariamente ou impelidas a tal pela administração. A primeira situação implica um breve interrogatório e um exame médico, feito por um facultativo nomeado pelo governo. Verifica-se a segunda quando a mulher não matriculada é apanhada em delito de aliciamento, facto que pode levá-la à prisão.



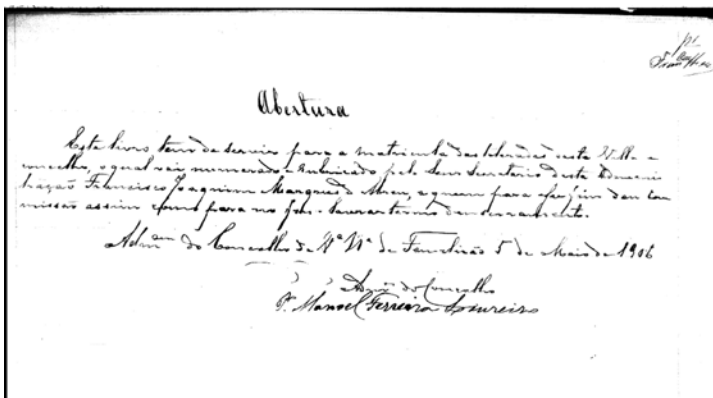
▲ Livro de Matrículas das Toleradas

O Livro de Matrículas das Toleradas, existente no Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, tem a data, na página da sua abertura, assinada pelo administrador do concelho, de 5 de Maio de 1906. Lê-se, também nesta data, em *O Regenerador*: *O snr. Administrador do concelho, que está empenhado no saneamento moral da Villa, vae obrigar a matrícula todas as infelizes que se entreguem à prostituição, sujeitando-as a rigorosas inspecções. É mais uma medida acertadíssima da digna autoridade (...)*.²⁴

²³ Ângelo Vaz, *Neo-Malthusianismo*, Typ. Da Empreza Litteraria e Typographica, Porto, 1902, p. 36.

²⁴ "Pela Administração", *O Regenerador*, 5 de Maio de 1906, p. 3.

Explica-se, na mesma página de abertura, que *este livro tem de servir para a matrícula das toleradas desta Villa e concelho*. Daqui são oriundas cinquenta e três mulheres das cinquenta e sete registadas (uma é do concelho de Braga e duas do de Barcelos). Destacam-se Gavião, Nine e S. Martinho do Vale como as freguesias a que pertence um maior número delas. Distribuem-se pelos anos de 1908 a 1924, com maior incidência no



▲ Página de abertura

primeiro. A sua idade está compreendida entre os dezassete e os quarenta e cinco anos, predominando a faixa etária dos vinte. Há quatro viúvas, duas casadas e uma separada, sendo as restantes solteiras. O período de duração do exercício da prostituição situa-se, na maior parte dos casos, abaixo dos dez anos. Encontram-se duas mulheres a praticá-la há vinte e uma há dezasseis. As profissões são variadas e correspondem, todas, a ocupações modestas, do que se infere fazerem parte de um estrato social de carência material: tecedeiras, dobadeiras, lavadeiras, jornaleiras, serviçais, costureiras. Consta, ainda, uma dona de casa, *uma meretriz* e uma sem *modo de vida*.

Apenas uma mulher reside na Rua Direita, local de *prostituição escandalosa*²⁵, *escola de desmoralização*²⁶, *estado anárquico*²⁷ que leva a constantes pedidos para que a *auctoridade competente intervenha no intuito de pôr cobro às poucas vergonhas que quasi diariamente se dão entre certas mulherzinhas (...)*²⁸.

Entre as causas que as levam à prostituição é a sedução que ocupa a primeira posição, seguida da indigência ou *necessidade de meios*. A libertinagem, a *tentação para o gozo de prazeres sexuais*, a leviandade, o abandono do marido, do namorado ou do amante, as *baidades*, a prostituição clandestina, a promessa de casamento e o amor explicam-na, da mesma forma.

Menciona-se, nas *observações*, se a mulher está *limpa* ou *suja*, se é suspeita de ter sido contagiada pela sífilis, se apresenta *vegetação siphilitica*, se fica retida para nova inspecção ou se sofre de outras moléstias como de *cancros molles*, bem como o número de vezes que é encaminhada para o hospital. Encontra-se, nesta rubrica, outro tipo de informação: duas mulheres estão matriculadas no Porto, uma desapareceu, outra está sob a alçada do juiz de direito e uma outra encontra-se grávida de dois meses.

O comportamento origina sérias cautelas: *o snr. administrador do concelho chamou à sua presença as toleradas, advertindo as mais descaradas de que não consentirá escândalos pelas ruas da Villa e sujeitando-as de futuro a inspecções sanitárias*²⁹.

Entretanto, o abolicionismo difunde-se pelo mundo e ganha foros de doutrina. Em Portugal, também este movimento denuncia a ineficácia do regulamentarismo, dado que Ângelo da Fonseca reforça, em 1902, na obra, *Da Prostituição em Portugal*. Baseado em inquéritos e inspectorias de saúde de todo o país, constata o grande aumento da prostituição, o reduzido número de matriculadas face ao das clandestinas e uma actuação

²⁵ "Auctoridade administrativa", *O Regenerador*, 21 de Julho de 1906, p.1.

²⁶ "Rua Direita", *A Gazeta de Famalicão*, 29 de Agosto de 1914, p. 2.

²⁷ "Rua Direita", *O Regenerador*, 30 de Junho de 1906, p. 1.

²⁸ "Rua Direita", *A Gazeta de Famalicão*, *idem*.

²⁹ "Providências administrativas", *O Regenerador*, 16 de Março de 1918, p. 3.

Numeros	Datas			NOMES	FILIAÇÕES	Idade	Estado	Profissão	NATURALIDADE		MORADAS	Epochas em que se do-ram a pros- tituição
	Dia	Mez	Anno						CONCELHO	FREGUEZIA		
418	16	Junho	1911	Luizinda Pereira	Paulo José Pereira e Elisa Pereira	21	solte	adv.	Evora	Evora	de Évora	2 meses
	21	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	24	Julho	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	28	Setembro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	10	Outubro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	25	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	29	Junho	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	5	Setembro	1910	"	"	"	"	"	"	"	"	"

▲ Folha de registo de dados

Casos que a levaram a prostituição	SIGNAES CARACTERISTICOS					SIGNAES PARTICULARES	Inspeções syphiliticas soffridas	Mudança de residencia	OBSERVAÇÕES
	Cabellos	Olhos	Nariz	Bocca	Altura				
Indígena	belos	castos	reg.	reg.	1,65	Ortografia na fronte - furoc atubaria	1		Misturada e in- terada p' 25 impetig no dia 20 de out. Causa e alicia - em symptomatica em cutis - 1 - anagico thym pharyngite Causas molles, limpa q. Respect a causam Bex. No misturada -
"	"	"	"	"	"	"	2		
							3		
							4		
							5		

▲ Folha de registo de dados

sanitária quase inexistente. Afirma, por fim, serem os regulamentos locais arbitrários e contraditórios. *É tempo de concluir, escreve, que o sistema até hoje seguido, degrada a mulher sem que dessa degradação possa resultar a profilaxia das doenças venéreas*³⁰.

A I República é pouco pródiga em termos de produção de leis específicas, situação porventura favorecida pela instabilidade geral vivida. Adopta, sobretudo, as práticas que pertencem à Monarquia, mantendo-se, assim, quase sem alterações, a legislação que já vem desde meados do século XIX.

O regime ditatorial, saído do 28 de Maio e cristalizado no Estado Novo, começa por reformular parte do enquadramento legal existente, o que se revela insuficiente nos seus resultados. Em 18 de Março de 1949, e na sequência da ratificação da convenção aprovada, neste ano, pela Organização das Nações Unidas, para a repressão da prostituição, é levada à Assembleia Municipal, pelo Ministério do Interior, uma proposta das normas a observar no combate às doenças contagiosas e na criação dos estabelecimentos e serviços necessários à sua aplicação. Refere-se, na base XV: *A autoridade administrativa determinará o encerramento das casas em que exerçam a prostituição menores de vinte e um anos ou quando se verifique que as mesmas funcionem em contravenção das normas de higiene por ela estabelecidas ou ainda quando, constituindo focos de infecção, representem perigo grave para a saúde pública*³¹.

Esta proposta é considerada limitada pela Câmara Corporativa, que defende que a citada base XV deve estabelecer o pronto encerramento de todas as casas de tal actividade, promover o seu despejo, abolir as matrículas das prostitutas e extinguir todos os regulamentos, alvarás e serviços em vigor. A necessidade de *salvar e melhorar esta raça*³² e a impossibilidade de um país como o nosso, que se baseia em conceitos superiores de moral³³, não poder compadecer-se com a legalização do vício, são argumentos que suplantam os propósitos dos anos 20.

Pela lei n.º 2036, aprovada por unanimidade em 9 de Agosto daquele ano, não podem realizar-se novas matrículas nem serem abertas novas casas. Neste ano, e perante dados fornecidos pela Câmara Corporativa, o total de mulheres inscritas é de 6000 em todo o país (em 1928 é de 2674), número que não é, em absoluto, representativo do conjunto da prostituição. De fora ficam as clandestinas, que vivem à *revelia* do sistema.

Em 1962, o Governo decide, por decreto-lei, impedir, finalmente, a partir do início do ano seguinte, o seu exercício, mandar encerrar as casas e confiscar os seus bens, destruir os livretes, livros de registo e documentos similares. As prostitutas, para efeitos de aplicação de medidas de segurança ficam equiparadas aos vadios, podendo, assim, conhecer a prisão. Esta legislação e outras que se lhe seguem, concretamente a dos anos setenta, com um carácter indiscriminadamente repressivo, revelam-se ineficazes na plena consecução dos seus objectivos. A prostituição continua por outros meandros.

Segundo Alain Corbin, fazer a história do *amor venal* é, antes de mais, tomar contacto com a *angústia* suscitada pela libertação sexual feminina, e, ainda, perceber os métodos utilizados para a *exorcizar*³⁴.

.....
³⁰ Ângelo da Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, 2002, p. 169.

³¹ Diário das Sessões n.º 172, de 11 de Março de 1949.

³² Diário das Sessões n.º 192, de 25 de Abril de 1949.

³³ Diário das Sessões n.º 188, de 8 de Abril de 1949.

³⁴ Cf. Alain Corbin, *Les Filles de Noce*, Ed. Flammarion, Paris, 1982, p. 484.

Impacto de actividades experimentais na motivação e aquisição de conhecimentos em contextos informais

por Azevedo M.-M.¹, Fonseca F.¹, Andrade RP.², Palmeirim I.²

A Divulgação Científica desempenha um papel crucial na sociedade actual, permitindo estreitar a enorme distância entre Ciência e Sociedade, facilitando deste modo, o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Divulgar Ciência constitui uma forma de complementar a educação de alunos e professores. No Currículo Nacional do Ensino Básico (Ministério da Educação, 2001) encontram-se definidas as competências a atingir pelos alunos, sendo dado particular relevo ao papel da Ciência e da Tecnologia no desenvolvimento das capacidades individuais.

Neste âmbito, a Escola E. B. 2,3 D. Maria II de V.N. de Famalicão teve o privilégio de ser convidada pela Escola de Ciências da Saúde (ECS) da Universidade do Minho para participar na actividade Científico/Pedagógica “*Cientistas por um dia*”, integrada na semana da Ciência e Tecnologia.

Os objectivos gerais que se pretendiam atingir com esta actividade foram os seguintes: incentivar o prazer do conhecimento; motivar os alunos para actividades experimentais; fomentar atitudes críticas e desmistificar concepções sobre o perfil dos cientistas.

Conscientes da importância crescente do valor da aprendizagem em contextos informais, docentes da Escola Secundária acima referida e da Escola de Ciências da Saúde, resolveram encetar um trabalho mais profundo como o objectivo de avaliar a importância de actividades deste tipo na motivação e formação científica dos alunos. Neste sentido, com conhecimento prévio dos objectivos gerais e específicos das actividades experimentais a desenvolver, elaborou-se um pré-teste que foi aplicado em contexto de aulas regulares a 40 alunos do 7ºano de escolaridade. Este instrumento de avaliação pré-testado em 10 alunos, foi de participação voluntária e anónima, tendo a percentagem de adesão atingido 100%.

Adicionalmente, no sentido de colher informações sobre concepções dos alunos acerca da imagem que têm sobre os cientistas foi ainda aplicado o “TEST DAST”, pedindo aos alunos que desenhassem um cientista na sua actividade diária.

Na ECS os alunos tiveram a oportunidade de realizar uma série de actividades experimentais subdivididas em 4 estações:

- Estação 1- Extracção do DNA da banana;
- Estação 2- Ácido/Base;
- Estação 3- Observação de embriões de galinha;
- Estação 4- Percepção sensorial.

Na estação 1 tiveram a oportunidade de extrair DNA da banana utilizando um protocolo experimental simples e exequível com materiais a que facilmente têm



▲ Estação 1

¹ Escola E.B. 2, 3 D. Maria II, Vila Nova de Famalicão, Portugal

² Instituto de Ciências da Vida e da Saúde (ICVS), Escola de Ciências da Saúde, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal



▲ Estação 2



▲ Estação 3



▲ Estação 4

acesso em casa. Foi importante verificarem que o DNA é visível (em grandes quantidades), aspecto que para eles era impensável até esta data.

Na estação 2, os alunos testaram vários alimentos/ produtos relativamente às suas propriedades ácidas, básicas e neutras usando como indicador ácido/base água de cozer couve roxa.

No que concerne à estação 3, observação de embriões de galinha, os alunos começaram por visualizar painéis explicativos sobre o desenvolvimento embrionário de vários vertebrados nos primeiros estádios de desenvolvimento. Posteriormente, observaram embriões de galinha ao microscópio em diferentes estádios, dando especial relevo à forma das estruturas precursoras do olho, ouvido, cérebro, coluna vertebral e membros. Foi-lhes explicado que os embriões de galinha são usados em Ciência como modelos, com o intuito de estudar o desenvolvimento embrionário humano, visto que os primeiros estádios de desenvolvimento são muito semelhantes.

Na estação 4, percepção sensorial, os alunos realizaram experiências no sentido de perceberem que os cinco sentidos trabalham em cooperação e que é possível “enganar os sentidos”.

É de realçar que a observação de embriões foi o aspecto que mais motivou os alunos. Foi visível o fascínio e a surpresa demonstrados quando observaram embriões de galinha e o respectivo bater do coração.

Com o objectivo de validar de uma forma rigorosa esta actividade, o pós-teste (semelhante ao pré-teste) foi novamente aplicado 15 dias após a visita à ECS para inferir qual o impacto destas actividades na motivação e na aquisição de conhecimentos.

É de salientar que esta actividade foi um sucesso. Foram detectadas melhorias significativas em todos os aspectos abordados, nomeadamente a nível da compreensão e da aplicação de conceitos, análise/interpretação de dados e espírito crítico. A tabela 1 traduz de uma forma clara e inequívoca o incremento no número de respostas correctas entre o pré- e o pós-teste.

Tabela 1 – Percentagem de respostas correctas no que respeita às várias actividades experimentais

Estações	Questões	% Respostas correctas		% Aumento das respostas correctas	Valor <i>p</i>
		Pré-teste (R.PRÉ)	Pós-teste (R.PÓS)	Δ (R.PÓS-R.PRÉ)	
Extracção do DNA da banana	Qual a importância do DNA?	33	71	38	<i>p</i> =0,004
	O que contém DNA?	48	91	43	<i>p</i> <0,001
	fungo	75	100	25	<i>p</i> =0,002
	mp3	75	94	19	<i>p</i> =0,026
	couve	13	56	43	<i>p</i> <0,001
	É possível visualizar o DNA?				
	Média	49	82	34	–
Ácido/Base	O conceito ácido/base é-te familiar?	28	88	60	<i>p</i> <0,001
	É possível usar couve-roxa como indicador ácido/base?	15	82	67	<i>p</i> <0,001
	Valor do pH de:				
	sumo	13	53	40	<i>p</i> <0,001
	coca-cola	35	80	45	<i>p</i> <0,001
	cáustica soda	20	62	42	<i>p</i> <0,001
	detergente	30	71	41	<i>p</i> <0,001
água	40	68	28	<i>p</i> =0,018	
	Média	26	72	46	–
Observação de embriões de galinha	Existem similaridades entre embriões de diferentes espécies?	35	91	56	<i>p</i> <0,001
	Os embriões de galinha com 3 dias têm patas?	25	68	43	<i>p</i> <0,001
	Nos embriões de galinha com 2 dias é possível ver o bater do coração?	45	94	49	<i>p</i> <0,001
	Os embriões de galinha são usados como modelos em Ciência?	38	88	50	<i>p</i> <0,001
	Já observaste embriões de galinha ao vivo?	23	92	69	<i>p</i> <0,001
		Média	33	87	53
Percepção sensorial	Existem interacções entre os órgãos dos sentidos?	10	41	31	<i>p</i> <0,002
	Podemos sentir diferentes percepções da mesma temperatura?	43	76	33	<i>p</i> = 0,010
		Média	27	59	32

Pelo atrás exposto, concluímos que o recurso a actividades inovadoras e estimuladoras do raciocínio é fundamental para o crescimento e formação dos alunos. A Educação Científica deve ter como objectivo desenvolver o pensamento crítico, ser interdisciplinar, integrada e permitir compreender e relacionar “Ciência, Tecnologia e Sociedade”. No entanto, investigações recentes têm evidenciado que as práticas lectivas dos professores de Ciências acabam por reflectir uma imagem de Ciência como um conjunto de factores, termos,

conceitos e teorias que compete aos cientistas produzir, aos professores transmitir e aos alunos memorizar de forma passível e acrítica (Reis e Galvão, 2005). **Urge mudar este paradigma!!!**

A “Declaração sobre Ciência e o uso do Conhecimento Científico” elaborada na Conferência Mundial de Budapeste, organizada pela UNESCO em 1999, reconhece que a Educação Científica é essencial para o desenvolvimento humano, para a criação de capacidade endógena e para a formação de cidadãos activos e participantes.

É nossa convicção que em diferentes contextos informais o saber se torna activo e com múltiplos e conexos sentidos. Neste contexto, se a Escola/Universidade se assumirem como organizadores desses múltiplos saberes de diferentes proveniências, terão sempre um lugar privilegiado na Educação das Sociedades.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer à Câmara Municipal de V. N. Famalicão na pessoa do Srº Vereador da Educação e da Cultura Drº Leonel Rocha e à Direcção da Escola E.B. 2,3 D. Maria II o interesse e a sensibilidade demonstradas, que se traduziu no apoio financeiro concedido para que fosse possível publicar na íntegra este trabalho numa Revista Internacional da Especialidade. Em virtude das profundas metamorfoses que a Sociedade actual sofre, torna-se essencial que a Escola encete contactos/parcerias que ajudem a preparar os jovens para essas transformações, dando-lhes ferramentas que lhes permitam actuar em novas situações, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados e críticos, capazes de responderem a desafios futuros.



Evocações:

Manuel da Silva Mendes com Vila Nova de Famalicão e em Macau: entre o anarquismo e a filosofia oriental

por Amadeu Gonçalves*

para Artur Sá da Costa
pelo quanto a cultura nos uniu na amizade e nas ideias



I

A sociedade será, portanto, livre pela associação federativa e espontânea dos homens para a vida, sobre a base da comunidade; quer dizer, a anarquia será a igualdade pela abolição da propriedade individual e a liberdade pela abolição de todos os governos.

*Do sem-forma vem a forma;
Tudo vem de Tao, da Norma.
Não é do ser que a vida vem a ser;
Vem, tudo o que tem vida, do não-ser.*
Manuel da Silva Mendes

O que pretendo realizar com esta conferência é evidenciar Manuel da Silva Mendes em duas vertentes: em e com Vila Nova de Famalicão e em Macau. Em Vila Nova de Famalicão (quando nasceu em S. Miguel das Aves – 23/10/1867¹ – esta freguesia

* Bolseiro Fundação Ciência e Tecnologia.

Semana Cultural Chinesa/Casa das Artes.

¹ Certidão de Nascimento de Manuel da Silva Mendes. Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro do ano de mil oitocentos e sessenta e sete nesta Igreja Paroquial de São Miguel das Aves, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Diocese de Braga, baptizei solenemente com imposição dos santos óleos um indivíduo do sexo masculino a quem dei o nome de Manuel, e que nasceu nesta freguesia às quatro horas da tarde do dia vinte e três do dito mês e ano, filho legítimo primeiro deste nome de José da Silva Mendes, tamanqueiro, e de Rosa da Silva Pinheiro, ele natural da freguesia de Romão, anexa a esta de São Miguel das Aves, ela da freguesia de Delães, do dito Concelho e Diocese, recebidos nesta freguesia paroquianos desta freguesia, moradores no lugar de Romão, neto paterno de José da Silva Mendes, e de Maria Rosa de Paiva, ambos naturais desta freguesia, materno de Manuel António da Silva Pinheiro e de Joaquina Maria de Azevedo, ambos naturais da freguesia de Delães. Foi padrinho eu reverendo baptizante Manuel Joaquim da Mota, Abade desta freguesia, e madrinha Joaquina Maria de Azevedo, casada, vendeira da freguesia de Delães, os quais todos sei serem os próprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os padrinhos, o padrinho assinou, e a madrinha não assinou por não saber escrever. / Casou com Helena Berta Augusta Danke, de 28 anos, natural de Gliencke, proximidades de Berlim, Alemanha, filha de Joham Varl Fredrick e de Maria Paulina Augusta Scheilge Danke, na Igreja Paroquial de Santo António dos Olivais cidade de Coimbra, no dia 6 de Abril de 1901.

A Sr.^a Helena Danke foi, de facto, perceptora dos filhos de Bernardino Machado (REGO 1994: 345), tendo vindo para Portugal para se curar da tuberculosa. Na época, os alemães vinham para Portugal e para a Madeira curar a doença. Silva Mendes e Helena Danke conheceram-se em Famalicão. Na altura, não só era a perceptora dos filhos de Bernardino Machado, como também a responsável pela Casa de Rorigo, em Calendário. A família tinha uma alta consideração por Helena Danke, nomeadamente Bernardino Machado, o qual parece não ter gostado do casamento pela personalidade fria e distante de Silva

pertencia ao seu concelho), salientar a sua vida social, na medida em que foi presidente da direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários, em 1898, política, o seu, digamos, “republicaneirismo” – aqui o destaque vai para as personalidades políticas das quais efectua apologias públicas, principalmente do Partido Regenerador, caso de Santos Viegas, de quem era amigo pessoal, e do Barão da Trovisqueira, homens fortes do mesmo partido –, e, nomeadamente, cultural e cívica, a qual implica a publicação dos seus primeiros livros com a chancela da Tipografia Minerva e a sua colaboração em jornais como *O Porvir*, *O Minho* ou em *O Regenerador*. Nesta vertente social e cívica, Silva Mendes dará, inquestionavelmente, os seus primeiros passos perante o seu projecto pessoal intelectual e cultural em direcção à Filosofia Oriental e, particularmente, ao individualismo ético e social do Taoísmo.

Finalmente, na segunda vertente, Mendes e Macau, pretendo mostrar Silva Mendes perante a Filosofia Oriental nas suas três correntes: o Budismo, o Confucionismo e, especialmente, o Taoísmo, principalmente com o livro *Lao-Tzé e a sua Doutrina Segundo o Tao-te-King* (o exemplar que existe na Biblioteca Pública Municipal do Porto contém dedicatória a Sampaio Bruno). Para além deste, haverá referências aos *Excertos da Filosofia Taoísta*, assim como a outros textos, nomeadamente *Confúcio*, *Defronte de um Buda*, *Religiões da China*, *O Budismo* e os *Pagodes em Macau*, *A Deusa Tseku e Chuang*, *O Borboleta*. Aliás, Silva Mendes foi leccionar para o Liceu de Macau em 1901, através da influência pessoal de Santos Viegas², tendo como colegas de docência na mesma instituição Camilo Pessanha e Wenceslau de Moraes. Para além da docência, tal como em Famalicão, exerceu a advocacia e, neste âmbito, foi substituto do Juiz de Direito e do Procurador da República. Para além do âmbito profissional, teve uma actividade cívico-social notável e exemplar de destaque, tendo sido presidente do Leal Senado e Administrador do Concelho (faltando, aliás, ainda um estudo do papel de Mendes no plano sócio-político e cultural da época), é conhecido como um reputado sinólogo, isto é, um estudioso e, a par disso, um coleccionador notável, da arte chinesa, sendo, aliás, o Museu Luís de Camões, em Macau, constituído com base no seu espólio, tendo sido adquirido pelo Estado português. A par destas actividades, teve uma colaboração igualmente impressionante na imprensa macaense, em jornais como

.....

Mendes. A família considerava-a, nas palavras amáveis do sr. dr. Manuel Sá Marques, neto de Bernardino Machado, “altamente revolucionária” para a época, sendo bondosa, amável e carinhosa. Estas informações foram-me não só transmitidas pelo sr. dr. Manuel Sá Marques, como também pelo seu primo, o sr. dr. Figueiredo Barros, chegando este a estar casado com uma neta de Silva Mendes e de Helena Danke, recordando-nos a sua extrema afectuosidade. Aos dois agradeço penhoradamente as informações prestadas.

² Estava eu, no princípio do ano de 1901, no meu escritório em Vila Nova de Famalicão a fazer um requerimento, quando recebi inesperadamente este telegrama: “Vagou lugar professor liceu Macau responda convém telegraficamente (ass.) Santos Viegas.” Li, reli e fui logo procurar um amigo meu, médico, que tinha consultório defronte. / – Leia isto – Parabéns – É que (atalhei) eu não pedi lugar nenhum e não sei se quero ou não. / – Como assim? / – É o que lhe digo. Certo que é, há meses, monsenhor, tendo eu ido visitá-lo a São Tiago de Antas, disse-me: o meu amigo aqui não está bem; o seu republicanismo só o prejudica; isto aqui, regenerador ou progressista; a república há-de vir para Portugal daqui a um século, se vier... Porque não vai o meu amigo para o ultramar? Podia arranjar lá colocação e dedicava-se a estudos, que para isso é que o meu amigo tem mais feito. (Mendes 1949I: 45)

Monsenhor Santos Viegas era um político gaúdo; presidente, então da câmara dos deputados (o primeiro lugar abaixo do rei em soberania, segundo a sua opinião), a abade de São Tiago de Antas, a freguesia mais rendosa do arcebispado-primaz de Braga: para cima de três contos, contos desse tempo, fortes. / Em Vila Nova de Famalicão era ele quem ganhava sempre as eleições; tinha por este círculo um deputado certo. Estava quase todo o ano em Lisboa, onde tinha casa, ou, se não, em uma quinta da Beira – que ele era Beirão. Em São Tiago de Antas aparecia no Verão por um mês ou dois a tomar o fresco; em Setembro, banhava o corpo nas amaras águas da Foz; pelo natal e pela páscoa, vinha, por uns dias, a Famalicão receber os cumprimentos dos vilanovenses. / Era meu amigo. Doía-lhe, porém, notei várias vezes, que eu andasse metido na republicance (se bem que só mui velada e polidamente me dissesse coisa que significasse querer atrair-me ao seu partido). Fulano bem podia ser um deputado regenerador (dizia ele às vezes aos amigos; mas a mim, não...) (Mendes: 1949I: 46-47)

Vida Nova, O Macaense, O Progresso, A Pátria, o Jornal de Macau, A Voz de Macau, assim como também em revistas, tais como *Oriente* e na *Revista de Macau*. Algumas destas crónicas encontram-se compiladas nos sete volumes organizados por Luís Gonzaga Gomes, dos quais os três primeiros foram incluídos nas publicações do IV Centenário de Macau (1955: 150).

Resta-me agradecer ao meu colega e amigo dr. João Marco, o responsável pela minha presença hoje aqui, e pelo seu amável convite (agradecendo igualmente a minha sugestão pela presença do Prof. Dr. Miguel Dias Costa), mas que não será responsável pelas ideias que aqui vou defender e desenvolver, as quais não pretendem ser nenhuma tese, mas, antes pelo contrário, simples reflexões impressionistas e empíricas da actividade cultural da sociedade famalicense e, neste caso, de finais do século XIX, com os seus protagonistas, elevando-os a um contexto não só local, mas também global.

II

Precisamente, um dos seus protagonistas é, nada mais nada menos, do que Manuel da Silva Mendes. Senão vejamos. Artur Sá da Costa, ao apresentar o livro *Gentes da Terra* (2006: 13-14) diz-nos a dado passo, pelo menos em termos institucionais e, julgo, igualmente, em termos pessoais, que “há muito que perseguimos o projecto de aprofundar o conhecimento deste pensador republicano/socialista, que as vicissitudes da vida atiraram para o oriente... O curioso é que Silva Mendes emigrou muito jovem para Macau, mas já tinha granjeado notoriedade nos meios científicos, ao publicar, no ano da conclusão do curso de direito em Coimbra, «Socialismo Libertário ou Anarquismo». E logo de seguida afirma que “um dia destes a oportunidade para evocarmos Silva Mendes voltará.” Hoje, aqui estamos para evocá-lo uma vez mais e, possivelmente, outras mais virão.

O mesmo Sá da Costa num artigo que escreveu para o jornal famalicense *Opinião Pública* (1999: 12), com o título *Em Busca da Figura Famalicense do Século*, começa o mesmo salientando a figura de Silva Mendes, destacando “o anarquista famalicense que se auto-exilou em Macau”, a actividade cívico-político-social em Vila Nova e, finalmente, o livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo* como uma das grandes obras da época e das “mais completa e didáctica que até então se publicara em Portugal sobre o género”³ no dizer de Victor de Sá.

Por seu turno, Silva Mendes não será esquecido em 1998 com a publicação da *Antologia de Autores Famalicenses*; e, na respectiva introdução, poderemos ler o seguinte:

.....
³ A nostalgia, avivada pelo “adeus a Macau”, pela perda do império, relembra-me e remete-nos para Manuel da Silva Mendes (1869/1938), o anarquista famalicense que se auto-exilou no início do século em Macau e hoje figura na galeria dos Presidentes do LEAL SENADO (mesmo que lhe tenham mudado a designação), e dá o seu nome (em português) a uma das ruas da actual Região Administrativa Especial de Macau. Além de professor e advogado Silva Mendes foi um estudioso da filosofia taoísta cujas reflexões deixou espalhadas pelos jornais da região, e que foram reunidas em três volumes. E ainda teve tempo para se tornar num erudito da arte chinesa que colecionou e hoje “constitui o espólio mais significativo do Museu Luís de Camões”. / O curioso é que a notoriedade de Silva Mendes deu-se antes da sua partida para o oriente. É mesmo por causa dela que foi aconselhado a abandonar, pelo seu adversário político, o Abade Santos Viegas, o seu escritório de advogado na então Vila de Famalicão. Republicano desde a juventude, conspirou desde o Liceu em Braga contra a Monarquia com Sousa Fernandes e Bernardino Machado, dos quais era amigo e se tornou discípulo. E escreveu – crime imperdoável –, o livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, onde discute com os teóricos e activistas políticos, do movimento operário e socialista da Europa de então, como Marx, brindando-nos tão só, a obra “mais completa e didáctica que até então se publicara em Portugal sobre o assunto (COSTA 1999: 12)

Já tem sido apontado, mas não é de mais insistir, que é de todo incompreensível que Famalicão tenha nas últimas décadas ignorado (repudiado?) o historiador da proto-história nacional Alberto Sampaio, ou mesmo Bernardo Pindela (o Conde de Arnoso), assim como Manuel da Silva Mendes. Não estamos a falar de figuras de segundo plano da nossa história literária, porventura discutíveis e que contam desta Antologia (1998a: XII).

O mesmo se passa com o catálogo da exposição *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses*, no qual, na parte referente à Geração Republicana, o destaque vai para Mendes, realçando-se então o pensador do anarquismo e a sua ida para Macau, interessando-se pela Filosofia Oriental (1998b: 39-40)⁴.

Há uma questão inevitável a colocar: Silva Mendes e o seu enquadramento no âmbito de uma filosofia política, isto é, republicano ou anarquista (socialismo libertário), considerando o anarquismo, nas palavras de Marcelo Caetano, como sendo uma “doutrina que, sendo socialista por preconizar a comunidade dos bens de produção e porventura até de consumo, traduz a exaltação do individualismo, visto assentar na crença da bondade natural do homem e no valor absoluto do indivíduo” (1964).

No texto antologiado na referida *Antologia*, com o título *Impressões e Recordações de Macau: de Lisboa a Macau*, Mendes (1949I: 45-65) conta-nos a sua actividade política nos seguintes termos, a qual pode ser dividida nos seguintes pontos.

i

Eu, era, de facto, republicaneiro, nesse tempo. Dizia mal da odiosa monarquia e dos monárquicos no *Porvir* de Sousa Fernandes – Sousa Fernandes vindo da Rua da Quitanda para Famalicão, donde era natural, com alguns fumos de rico e muitos de liberal-republicano. No Rio tinha feito muitos discursos vermelhos: sabia de cor Danton e Robespierre e fundou na vila *O Porvir*, que era como quem dissesse a República à porta... Eu estava com ele e com o doutor Henrique Machado, proprietário, advogado a sério e republicano amador (1949I: 47).

ii

Metiamo-nos nas eleições; propunhamos também o nosso deputado: Bernardino Machado, Manuel de Arriaga ou qualquer outro vulto grande. Votos atingimos o máximo de vinte: uns quinze do doutor Machado e os outros comprados por Sousa Fernandes. Eu, o meu papel, era queimar foguetes no *Porvir*. Bem sabíamos que a urna se ria de nós, e o doutor Machado, advogava, sem calor é certo, a abstenção (preferindo, secretamente, dar os seus votos aos progressistas); mas Sousa Fernandes impunha a luta, citando Robespierre⁵ (1949I: 47)

iii

Dos três chefes, passa eu, no público, por ser o mais vermelho. Os meus inimigos políticos iam mais longe. Para me prejudicarem casamento com menina de boa (rica) família, apontavam-me como anarquista... perigoso... e ateu! Eu ia, no entanto e apesar disso, fazendo os meus requerimentos e ameaçava-os no *Porvir* com a República à porta... (1949I: 47-48)

iv

O que aos políticos, e a muito público também, perturbava, era monsenhor Santos Viegas ser meu amigo. Os mais atilados explicavam que, por certo (não podia ser outra coisa), era medo de alguma bomba. E monsenhor Santos Viegas, conhecedor um dia da explicação, apoiando-a, comentou: não é bom estar de mal com o diabo... (1949I: 48)

Estas quatro referências memoriais de Mendes merecem, de facto, alguma reflexão e ponderação.

⁴ ... é forçoso acrescentar o pensador anarquista Manuel da Silva Mendes, que antes de emigrar em 1901 para Macau escreveu um importante estudo intitulado *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, uma obra ainda hoje marcante no pensamento do socialismo utópico e que na altura provocou um grande impacto nos meios intelectuais portugueses, Silva Mendes vai prosseguir ali os seus estudos, enquanto professor do Liceu de Macau, até ao final da sua vida em 1931, voltando-se agora para a filosofia oriental.

⁵ Aliás, Sousa Fernandes acabaria por escrever uma apologia a Maximilien de Robespierre (1758-1794), que considerava a mola real da democracia como sendo, a um tempo, o terror e a virtude. Em Junho de 1794 instaura o período do Grande Terror. Fernandes termina assim: “Para nós, que temos a mais entranhada simpatia pelos princípios liberais que a revolução abriu às relações sociais do nosso século, o perfil histórico de Maximiliano de Robespierre só nos encita à admiração e respeito que se devem aos grandes geróis da humanidade. / Levantem-se embora contra ele os preconceitos; deprimam-no os historiadores parciais; que a crítica injusta lhe desvirtue os feitos e o carácter; a verdade é que ele terá sempre um lugar distinto entre os apóstolos da liberdade, pelo triunfo da qual soube combater e morrer! (1891: 76).

A primeira, diz respeito à colaboração de Silva Mendes na imprensa famalicense, referindo-se ao jornal *Porvir*, o órgão da época do Partido Republicano local ou não fosse Sousa Fernandes um radical republicano. A colaboração de Mendes cingiu-se a quatro artigos: i) *Reformas, Aposentações, Direitos Adquiridos* (1897: 2), ii) *A Dissolução da Banda dos Bombeiros Voluntários* (1897: 2), iii) *Creta* (1897: 1), iv) *Canovas del Castillo* (1897: 2). Enquanto que o primeiro é notável pela profecia que evoca perante a reforma da Administração Pública, nomeadamente no combate aos direitos adquiridos, os quais foram uma ideia liberal e da burocracia, dos funcionários do Estado⁶, o segundo fala-nos, tal como o próprio título o indica, da decisão da direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários ter dissolvido a sua respectiva Banda, a qual fazia então parte dos estatutos da mesma instituição, Mendes defende a alteração dos mesmos; por seu turno, o terceiro evoca-nos o conflito entre a Grécia e a Turquia, pretendendo a primeira Nação a ilha de Creta na posse da segunda, e do papel das potências europeias que entretanto se envolvem no mesmo conflito. Finalmente, o último artigo é que pode ter já incidências políticas, já que assinala a confusão que a imprensa efectua entre os falsos e os verdadeiros libertários (mais à frente iremos falar de novo nesta temática).

Para além do *Porvir*, Mendes também colabora em *O Minho*, no qual publica um elogio ao *Barão da Trovisqueira* (1898: 1)⁷ e efectua uma recensão ao livro de Eduardo Carvalho com o título *Formas de Regime Matrimonial: da separação de bens e simples comunhão de adquiridos* (1897: 1).

Por último, no jornal *O Regenerador* efectua igualmente uma outra apologia, desta feita a Monsenhor Santos Viegas⁸, ao lado de nomes como Augusto Monteiro, Delfim de Carvalho, Pinto Novais, Abade de Avidos,

.....

⁶ Não vai nisto intuito de propaganda revolucionária. Simplesmente se pretende pôr em evidência uma das muitas desigualdades de que enfermam as sociedades modernas. / Entre os múltiplos centros da actividade económica destaca-se pelo odioso lado do privilégio o Estado. / Desde que se estabeleceu o regime liberal, a burocracia elevou-se concomitantemente à categoria de classe, mais ou menos subordinada à burguesia. E como a função legislativa não foi declarada incompatível com os cargos burocráticos, os parlamentos para logo se encheram de funcionários, magistrados e empregados de todas as categorias. / O resultado desta imixtão foi o assegurarem-se os burocratas das suas posições, inventando e fazendo sancionar legalmente uma teoria nova para seu proveito. / Empregado, funcionário, magistrado ou todo aquele que entrasse para o serviço do Estado, pelo facto da nomeação, adquiria o direito de ser mantido por toda a vida. Mas como quem atinge certa idade não pode regularmente já desempenhar-se do seu cargo, inventou-se a teoria das reformas e aposentações. / Mais do que isso. A teoria foi alargada e sancionada em sentido mais favorável ainda com a invenção dos direitos adquiridos. E assim ficou a burocracia prevenida contra a hipótese de ser necessário eliminar por inúteis certas funções. / Que certos serviços venham a ser dispensáveis, inúteis até, é-lhe indiferente, pois que na teoria e na lei o futuro económico do trabalhador do Estado está garantido. As leis deixam-no na inactividade com o mesmo ordenado, ou colocam-no como a dido a outra instituição. / A burocracia conseguiu isto no regime liberal. Mas, se se compara a situação dos trabalhadores do Estado com a dos que lhe não pertencem, quem pode negar o odioso do privilégio daqueles? Há entre uns e outros diferença de merecimentos? São uns mais zelosos do que os outros? São mais duros, mais perigosos ou menos remunerados os serviços do Estado? / Para haver coerência deveria o Estado obrigar todos os capitalistas, todas as companhias ou sociedades que têm trabalhadores ao seu serviço, a garantir reformas, aposentações e direitos adquiridos no mesmo pé de igualdade que ele mesmo. Estado garante. De outra sorte, é o próprio Estado que legitima o privilégio, esse anacronismo revoltante contra o qual se insurge a justiça e que o progresso tende a eliminar.

⁷ As almas grandes como a do Barão da Trovisqueira, quando se evolvem para as regiões do Desconhecido, fazem-nos falta, um vácuo nas nossas que fica, como que desamparadas, desalentadas, menos fortes para os embates da vida, mais propensas ao desânimo, mais frias, mais débeis, mais sós. / Valem os homens grandes pelo que por si mesmos produzem, e valem pelo impulso que aos outros inculcem. Valem na vida social que modelam e valem ainda na morte pela saudade que deixam, pelo exemplo que legam, e pela gratidão que recebem.

⁸ “A Monsenhor Santos Viegas” (1900) – António Ribeiro dos Santos Viegas, retirando-se para Lisboa, e não podendo pela estreiteza do tempo agradecer aos seus amigos do Concelho de Vila Nova de Famalicão as imponentes e significativas provas de estima, que lhe dispensaram no último Domingo, depois da eleição na assembleia de S. Tiago da Cruz, vem por este meio manifestar-lhes o seu vivo reconhecimento, e oferecer os seus serviços naquela cidade. / De todos se despede, e a todos protesta a sua gratidão.

A. Dias Costa, entre outros, e escreve o artigo, assinando simplesmente com as iniciais S. M., *A Questão da China* (1900: 2), possivelmente preocupado com a situação que lá se vivia, já que os chineses tinham desencadeado uma guerra com os «diabos» estrangeiros, sendo assim que designavam os europeus então lá estabelecidos. Outras preocupações Mendes nos relata nas suas *Impressões e Recordações*⁹; e nesta altura, possivelmente, Santos Viegas já lhe tinha feito a proposta da sua saída de Vila Nova para Macau, nomeadamente *Ultramar*. Aliás, o mesmo jornal viria a dar a notícia do despacho da sua colocação alguns meses depois no respectivo Liceu “na qualidade de professor de Língua e Literatura Portuguesa” (1901: 3)¹⁰, possivelmente texto de Rodrigo Terroso.

Se as suas memórias se encontram mais directamente relacionadas e objectivas com as actividades locais políticas, já que a Comissão Municipal Republicana em 1897 elege, de facto, por exemplo, Henrique Machado, habitual colaborador no jornal *O Porvir*, e Sousa Fernandes, tendo como suplentes Moreira Pinto e Sousa Veloso, para o Congresso Republicano, poderemos concluir que os artigos que então escreve para os jornais famalicenses não são propriamente ameaças assustadoras para os regeneradores locais; e com Bernardino Machado sempre manteve relações cordiais de amizade. Aliás, numa carta (a qual foi reproduzida no catálogo da exposição *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses*) que Silva Mendes escreve de Macau, com a data de 10 de Novembro de 1910, dirá a Machado que ele é a pessoa do governo mais falada no Extremo-Oriente, tecendo considerações políticas sobre a China, dizendo que “a revolução que se realizou em Portugal foi comentada com imenso interesse em toda a China. E excitou muito os ânimos dos chineses principalmente os dos revolucionários, que os há em grande número.” (1988b: 49) Esta última parte da carta, na referência aos “revolucionários” chineses, leva-nos a uma reflexão que se quer breve, nomeadamente a opinião de Bernardino Machado face ao anarquismo, revelando alguma ambiguidade interpretativa¹¹. Por um lado, Machado dir-nos-á nas *Notas dum Pai* que “o socialismo” é o “sonho risonho dos esperançosos”; por seu turno, o “anarquismo” é o “sonho sombrio dos desenganados.” (1899: 407); e face às ditaduras, no mesmo plano que mais à frente veremos em Sousa Fernandes, dirá Machado que “com que autoridade os políticos que fazem a demolição moral e jurídica da sociedade pela obstrução e pelo doesto parlamentar, legislam contra

.....
“Mr. Santos Viegas” – De entre todas as manifestações do talento tenho como a mais rara a de conduzir os homens, o talento do proselitismo. E é este, para mim, o predicado mais saliente de Mr. Santos Viegas – o impor-se sobre um fundo das melhores qualidades humanas por um não sei quê de magnético irresistível aos que se abeiram dele (MENDES 1900: 1).

⁹ Mas diga-me meu amigo: Macau, Macau é lá para a China, no inferno, pois não é?... – Olhe que eu também só sei isso... Mas vamos ver o compêndio de geografia por onde estudei, há trinta anos, sim, mas Macau deve estar ainda no mesmo sítio... Deixe lá o poderes: veja o clima, veja se há lá dinheiro... – E tal e tal, com várzeas e hortas férteis... – Mau, deixe isso: eu não vou para lá cavar nem ser jardineiro; veja o clima, o dinheiro... – Sujeita, uma vez por outra, a tufões e pestes... – Mau, lá isso mau!... – Bom clima. Próspero comércio, e tal e tal, população pacífica, embora muito dada a demandas... / – Alto, estou no meu elemento! Mas os tufões e as pestes... hesito... – parece-me que não há motivos para hesitar (atalhou o meu amigo); leva daqui quinino e pronto. – Muito bem (acrescente); telegrafo para Lisboa que talvez aceite. E redigi logo o seguinte telegrama: “Monsenhor Santos Viegas – Câmara deputados nação portuguesa Agradecido peço reserve falaremos (ass.) Silva Mendes.” (MENDES 1949I: 46)

¹⁰ Dr. Silva Mendes. Foi anteontem à assinatura de S., Majestade a Rainha Regente o despacho que coloca no Liceu de Macau na qualidade de professor de língua e literatura portuguesa o nosso amigo sr. dr. Silva Mendes, abalizado causídico nesta comarca, e um talento invulgar. / Cordialmente felicitamos o sr. dr. Silva Mendes, que tem aptidões e faculdades para desempenhar gloriosamente o lugar em que foi investido (1901: 3)

¹¹ Animava-o a convicção profunda de que o que nos divide é fruto do erro ou da ilusão e como cria que o regime republicano era o mais conforme à razão prática – que tinha na liberdade o princípio regulador da acção – só no debate de ideias e não dos constrangimentos violentos, se podia conhecer de que lado estava a razão e esperar o progresso social. / Mas o *voluntarismo* inerente ao altruísmo, não justificava o recurso à violência revolucionária? Sob certas circunstâncias, sim. Efectivamente, Bernardino Machado admite a revolta operária contra as ditaduras (CUNHA 2001: 108-109).

o anarquismo? Vale mais a vida do que a honra individual, e mais a vida individual do que a vida nacional? Eles é que são os piores anarquistas.” (1901: 95) Por outro lado, no que diz respeito à defesa da república, Bernardino Machado proclama uma república que “não é nem livre-pensadora, nem colectivista ou comunista, nem anarquista, como não é tão pouco confessional, burguesa ou autoritária.” (1909: 4) Neste sentido, e a propósito da lei de 13 de Fevereiro, comenta Machado que “nem as liberdades civis têm hoje garantia. Não só se não fala já na reforma do juízo de instrução, é na derrogação da lei de 13 de Fevereiro, mas, pior ainda, aplicam-se todos os dias essas armas odientas contra o povo republicano.” (1910: 10). O facto de Bernardino Machado não ter gostado de Silva Mendes não passou apenas pela personalidade fria e distante do autor da *bíblia* sobre o anarquismo, como acima o dissemos, mas, isso sim, pelas ideias perfilhadas por Mendes.

O que foi uma ameaça será, indiscutivelmente, a publicação em 1896 do livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, publicado após a Lei de 13 de Fevereiro do mesmo ano, a qual era contra os movimentos e as acções anárquicas, decorridas então em Lisboa. A lei assinalada ameaçava com a deportação a quem perturbasse a ordem pública e social¹². O facto de Mendes ser denominado ou declarado “ateu”, “anarquista”, “o mais vermelho” dos republicanos pelos inimigos políticos, foi, poderemos dizer, e deve-se, precisamente à publicação do livro referido; e diga-se de passagem, Silva Mendes teve um acto audaz!

Facto curioso de assinalar é que Gomes (1949: III) na introdução à *Colectânea de Artigos* omite o *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, focando a primeira obra de Mendes a tradução que este efectuara de *Guilherme Tell* de Schiller! A omissão, por si só, ou é um acto de ignorância ou de censura!

Outra situação que gostaria de chamar a atenção é a de que nos fala Pedro Silveira (1966: 101), já que evoca um possível esquecimento de Mendes, sendo fruto “da tradicional desatenção”, enquanto que Carlos Alves evoca um “relativamente desconhecido”



▲ Fotografia da capa *Socialismo*

¹² Quem nos conta a causa e as consequências da referida lei é Campos Lima, o qual, para espanto nosso, não cita Mendes: Há anos, parece que por maquinações policiais, e após o pretensão atentado contra o rei, que se reduzia ao desvairamento dum faminto que atirou uma pedra à carruagem real, foi uma bomba lançada na casa do dr. Joyce, o médico que, observando o criminoso, o tinha declarado sob uma alucinação no momento de praticar o desacato à pessoa do monarca. / Em virtude das declarações do médico, mas porque interpretadas pouco à letra, tinham recolhido ao hospital de alienados o autor da pedrada. A seguir é lançada a bomba. / Seria devido a uma má compreensão, pouco provável numa coisa que estava tão clara e em homens que procediam de boa fé, que os anarquistas tirassem do relatório do dr. Joyce que a bomba fora posta, e, desta forma, pelos próprios anarquistas! Ou, e não é muito absurdo admiti-lo, será antes um estratagema preparado para justificar uma perseguição contra a perseguição contra os libertários, e isto após o atentado contra o rei, em que se teimava em ver influência de anarquistas e que devia ter irritado as altas regiões do poder? / Dum ou doutro modo, as consequências foram as duma perseguição odiosa, em que os governantes daí em diante se empenhavam e que tão bem exprime a célebre lei de 13 de Fevereiro de 1896. /... Contra a lei de 13 de Fevereiro promoveram os anarquistas um comício de protesto no Porto, que se realizou no Monte das Antas em 14 de Abril de 1898. Nas vésperas deste comício foi apresentada uma representação de protesto para ser enviada à câmara dos deputados. Nessa representação quis a autoridade ver certas palavras desrespeitosas para o parlamento; nos dois convites para o cómico viu ainda coisas piores. E em consequência disto foram presos alguns anarquistas e remetidos ao poder judicial (“Movimento Operário em Portugal”. In *O Instituto: revista científica e litteraria*, Vol. 53, n.º 5 (Maio 1906), pp. 278-279).

(1991: 151). António Aresta, a propósito deste esquecimento é mais objectivo e concreto, esclarecendo-nos que “só a grande dispersão, de objectivos e de interesses problemáticos, dos investigadores da cultura portuguesa, particularmente em Macau e no oriente em geral, é que poderão explicar, de algum modo, o silêncio ou a indiferença a que foi votada a sua obra e o seu pensamento.” (1991: 144). Contudo, o mesmo Silveira nos diz que “visou o socialismo acrata da forma mais dura: a 13 de Fevereiro, punindo a profissão da doutrina, a sua difusão pela palavra escrita ou falada, etc. – tão rigorosa, que ia ao ponto de proibir a Imprensa de notificar os actos anarquistas, sua perseguição e julgamento. E talvez também que no facto de haver sido recentemente promulgada tal Lei se deva encontrar a explicação deste outro: o livro de Silva Mendes, embora assinado e datado, não traz a indicação de onde foi impresso.”¹³ (1996: 101) Aliás, só o facto de Silveira relatar alguns nomes que leram a obra de Mendes, não nos parece que o mesmo tenha ficado na obscuridade temporal. Até mesmo Marcelo Caetano para efectuar o artigo para a Verbo sobre o *Anarquismo* consultou o livro!

E continuo a afirmar o acto audaz¹⁴ de Silva Mendes, até porque Sousa Fernandes no editorial do seu jornal, *O Porvir* (1896: 1), com o título *Onde Vamos Nós?*, manifesta-se contra a anarquia revolucionária e activa, questionando, ao mesmo tempo, o governo ditatorial de João Franco, isto é, qual a anarquia que o mesmo combate, já que a sociedade portuguesa, na realidade, deu de caras com o verdadeiro anarquismo:

Dois ou três dias depois que um deputado do sr. João Franco afirmou que a ditadura do governo *foi necessária para salvar o país da anarquia em que se encontrava*; dois ou três dias depois que isto se disse no Solar dos Barrigas, a anarquia, a legítima e verdadeira anarquia, aquela que opera como os *thugs*, que destrói pela dinamite, mata pelo punhal e perturba as sociedades pelo terror das suas tenebrosas maquinações, essa aberração social que a miséria criou na civilização hodierna, fez a sua sinistra entrada no nosso meio evidenciando-se pelo facto o de só pela teoria tinha dado notícias suas!

O governo a proclamar por intermédio dos seus representantes que matou a anarquia pelos processos de opressiva ditadura, e essa nefanda anarquia a surgir com toda a selvageria do seu ódio de ilotas num manifesto empenho de desmentir a certidão de óbito que se lhe passava numa feroz preocupação de dizer da sua vitalidade, das suas intenções e das suas intenções e das suas armas acto contínuo à contestação da sua existência!

Mas então – perguntamos nós ingenuamente: que anarquia matou o governo, a *quoi bom* esses despóticos atentados com que teceu a sua ditadura, que vantagens lhe deve a ordem pública pela guerra que moveu às liberdades deste país?

A ordem pública... Se os detentores da ditadura falassem com menos paixão, menos interesse e menos ministerialismo; se eles quisessem ver, estudar e concluir com a insenção de juízos rectos e verdadeiros, haviam fatalmente de confessar que a ordem pública só tem tido que perder com a ditadura governamental; que à sombra das medidas repressivas, dos *ukases* autoritários, do menosprezo da legalidade e ofensa dos princípios liberais, é que a desordem, essa anarquia que se dá por morta, teve o seu máximo desenvolvimento e floriu próspera e viçosa até maturar os venenosos frutos que hoje ameaçam a sociedade portuguesa.

Francamente.

...

É precisamente pela desordem e pela anarquia que mais se tem assinalado este ominoso período da ditadura; e é por isso que nós, que antes de sermos políticos somos patriotas, vendo agora surgir no horizonte o negro espectro dos crimes a que a miséria compele os párias da sociedade, sentimo-nos inclinados a perguntar ao destino o que Buchner perguntava aos misteriosos, arcanos da ciência: onde vamos nós?

Contudo, Mendes estava consciente dos riscos que corria com a publicação do livro, até porque numa nota de rodapé, para justificar o que afirma no texto – “é intuitivo, que, sem um movimento revolucionário,

¹³ Vasco de Carvalho aponta a localidade de Coimbra, tendo sido o editor e o tipógrafo Francisco França Amado (2005: 252).

¹⁴ Mais ainda confirmo a audácia de tal acto com a possível prisão de Silva Mendes. Na opinião de João Freire, o que+al contém “uma referência bibliográfica” (qual?), Mendes “Teria sido preso em Braga em 1894, por propaganda anarquista.” (Mendes 2006:1). A confirmar tal situação, já que estou à espera do processo da hipotética prisão do ilustre famalicense solicitado à Direcção Geral dos Serviços Prisionais, duplica-se, senão mesmo triplica-se ainda mais o interesse por tal acto.

a burguesia não abdicará, e a história aí está para dizer que jamais qualquer progresso grande se realizou por simples evolução pacífica” (1896: 354) – previne o leitor nos seguintes termos, salientando, como o fará mais tarde no artigo já publicado e referido no jornal *O Porvir*, a diferença entre os verdadeiros (digamos, os teóricos) e os falsos anarquistas (os práticos):

Custa a dizer, por ser duro, que qualquer alteração social verdadeiramente grande, que haja de dar-se, tem de ser pela violência. Mas esta é que parece ser a verdade: Portugal, para mudar do sistema monárquico absoluto para o regime constitucional, sofreu uma revolução; adentro deste regime, para simples mudança de governo, várias vezes correu sangue; a tentativa de 31 de Janeiro causou bastantes vítimas: e o mesmo tem acontecido *sempre e em toda a parte*. Se a história é a mestra da vida, é isto o que nos ensina em todos os seus períodos. Verdade seja que se nota uma tendência para abreviar os períodos de luta; mas, até hoje, nenhuma alteração verdadeiramente importante se operou pacificamente. De resto, não há partido que, tendo elementos suficientes para a luta, não a aceite sob qualquer forma em último caso. A doutrina dos verdadeiros anarquistas é a mesma que a de todos os partidos, devendo até ter-se em conta que alguns ou muitos deles (não sabemos bem) *repelem* em absoluto toda a luta pelo facto. Não é a uns e a outros destes anarquistas que visa a lei de 13 de Fevereiro de 1896, mas unicamente a uns pretendidos anarquistas que, enfeitados com falsas penas, que dizem ser de águias como Spencer, Guyau, Tolstoi, Reclus, Kropotkine, estrebucham com dinamite por não puderem voar. Estes, a que a citada lei se refere (pois, se assim não fosse, seria um cúmulo de inépcia) nada têm de comum com os verdadeiros anarquistas. E, com isto, prevenimos o público contra qualquer violência que alguma autoridade ignorante ou mal intencionada sobre nós exerça, com o pretexto de que este livro de exposição «defenda, aplauda, aconselhe ou provoque actos subversivos, quer da existência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade, ou que o seu autor «professe doutrinas de anarquismo conducentes à prática desses actos», nos termos da citada lei (1896: nr354-355).

O mesmo Fernandes, republicano convicto, perante o republicaneirismo (apesar de Santos Viegas o considerar republicano e que só lhe trazia prejuízos a nível pessoal na sociedade famalicense) e o socialismo utópico e anárquico de Mendes, o “vermelho”, ao efectuar a recensão do *Socialismo Libertário ou Anarquismo* avisa o leitor da sua crónica que “tem um subtítulo este livro. Eliminámo-lo da nossa epígrafe bibliográfica, em parte para não ofender o pudor da lei de 13 de Fevereiro deste ano, e em parte porque, dada a crónica de revoltantes atentados a que tal subtítulo anda ligado, não nos agrada a nós e não agradara naturalmente a quem nos ler.” (1896: 2)

Poderemos então dizer que Fernandes não deverá ter lido o artigo de Mendes publicado no seu jornal, assim como também não leu a nota de rodapé justificativa dos dois anarquismos! O curioso, e já no século XX e em pleno Estado Novo, quem lerá o livro será Vasco de Carvalho, que deve ter suspirado de alívio com esse apontamento do autor. Carvalho (o seu exemplar existe na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, no Fundo Local, já que é do seu espólio particular) interessou-se pela teoria de valor de Marx (que leu e pode-lhe ter provocado algumas náuseas e surpresas!) a qual se encontra sublinhada pelo seu próprio punho; e no exemplar de Fernandes (existente na Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda, com a seguinte dedicatória: “Ao Exmo Sr. J. J. Souza Fernandes em testemunho de muita consideração, off. o autor”) outros sublinhados aparecem, mas não a justificação de Mendes para se saber qual o falso do verdadeiro anarquismo. Leitura interessante seria precisamente estudar os sublinhados de ambos, um republicano, outro do Estado Novo (será que a Carvalho lhe interessou o colectivismo?)

Com tanto “pudor” paradoxal, já que o mesmo Fernandes (logo de seguida pede desculpa ao autor pelo “excesso de meticulosidade, se como tal o julgar, que da lei nem esperamos nem pretendemos recompensas pelo nosso escrúpulo.”), ao publicar meses antes o artigo com o título *Lei Contra os Anarquistas*¹⁵, transcre-

.....
¹⁵ O governo, pensando que os atentados anarquistas acusam deficiência de correctivo nas nossas leis brandura nos meios de repressão até aqui empregados, achou de urgente necessidade promulgar uma nova jurisprudência quer nos processos mais sumários castigue a propaganda e delitos da anarquia. / A nova lei, que sob o simpático pretexto de acudir à ordem e

vendo o artigo 4.º e os seus respectivos § (1896: 1), comenta num artigo, antes de efectuar a recensão ao livro, a aplicação da mesma Lei com o título *Que Anarquia!*¹⁶ (1896: 1).

Apesar de tudo, mantém Fernandes com Mendes uma relação diplomática via jornalística. A 29 de Junho de 1896, ainda antes da recensão, portanto, notícia que o autor do *Socialismo* esteve na vila, declarando que “é um simpático cavalheiro que há pouco terminou a sua formatura em direito.” Em Março de 1897, depois da recensão, relata a estreia de Mendes de forma encomiástica como advogado¹⁷ e em Maio do mesmo ano informa os seus leitores do que se passou numa reunião da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários. Aqui, efectua Mendes uma proposta para a reorganização da Banda, propondo à assembleia a constituição de uma comissão (da qual foi o seu presidente) para o efeito, a qual parece ter dado os seus frutos¹⁸. Não mais falará de Manuel da Silva Mendes.

Mas atentemo-nos em Fernandes perante o livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*. Um extenso artigo que pode ser fragmentado em seis tópicos concretos, fazendo grandes referências de simpatia à personalidade do seu autor, mas, quanto ao conteúdo das ideias, mantém algumas reservas, não lhe perdendo a audácia.

i

No movimento das ideias, os livros têm umas vezes a significação de guardas avançadas que vão adiante aplanando terreno por onde as aspirações sociais enveredam depois, e exprimem outras vezes manifestações de crenças, já definidas e triunfantes na opinião pública, a explodirem no foro íntimo para o campo da crítica e do debate. Ao número dos primeiros pertencem os sistemas filosóficos pela sua característica subjectividade; ao número dos segundos, a obra dos enciclopedistas como repercussão da tendência social dos espíritos para um determinado fim.

O livro que nos vamos ocupar, na generalidade do seu ponto de vista socialista, pertence talvez à segunda espécie da nossa definição.

ii

O autor do *Socialismo Libertário* é um moço de muito talento que este ano se despediu da Universidade com uma carta de bacharel em Direito.

.....
segurança pública, vai em breve engrossar a nossa já volumosa legislação penal, aproveita a ocasião para talhar mais um rasão no esburacado pergaminho das liberdades de imprensa.

¹⁶ No julgamento dos jornais suspensos por incursos no art. 4.º da Lei de 13 de Fevereiro deste ano, tem havido a mais lastimável divergência. / É assim que, enquanto em Lisboa são condenados todos os jornais incriminados, no Porto é condenado um e são absolvidos dois! / Esta variedade na interpretação na lei, dá em resultado a seguinte beleza: O Comércio do Porto, que comentou o Caso de Barcelona, foi absolvido; O Diário Popular, que só transcreveu os comentários do Comércio, foi condenado. / Que leis e que legisladores! Que vergonhosa anarquia e em tudo e em todos! / Feche-se Rilhafoles e o Hospital do Conde de Ferreira: é uma injustiça ter ali gente encerrada quanto a maioria dos doidos anda à solta cá por fora.

¹⁷ Dr. Silva Mendes. Este ilustre advogado fez a sua estreia no nosso tribunal um destes dias defendendo aí numa polícia correcional dois réus da freguesia de Requião, absolvidos por falta de prova criminal. / A maneira porque se conduziu o novo quantodistintivo advogado, deixa-nos prever o papel brihante que lhe está reservado nas lides da tribuna forense. / O seu discurso, notabilíssimo pela profunda erudição com que se inspirou e pela correcção da forma que lhe serviu de moldura, a todos agradou e a todos deixou a mais lisonjeira impressão, deixando admirar no dr. Silva Mendes um notável advogado como os seus trabalhos literários já há muito o consagraram um erudito e um consciencioso escritor. / Ao nosso amigo, ao novel caudido dos auditórios desta comarca, muitos e sinceros parabéns (1897: 2).

Também quem nos dá a notícia da actividade forense de Silva Mendes é Rodrigo Terroso:

Dr. Silva Mendes. Parte para Resende, em serviço forense respeitante à importante causa crime do Banco de Portugal contra Carlos Ximenes o nosso amigo sr. dr. Silva Mendes, um dos mais distintos advogados da comarca (1898: 2).

¹⁸ Notícias. Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários. Reuniu-se no Domingo 23 do corrente a assembleia geral desta Associação para tomar conhecimento da dissolução da Banda. / Foi apresentada uma proposta pelo sr. dr. Silva Mendes para que sendo possível, a direcção, conjuntamente com uma comissão que a sai apressasse, envidasse todos os esforços para que a banda fosse reorganizada, proposta que foi unanimemente aprovada. / É de presumir que a banda se reorganizasse e para esse fim reúne hoje a direcção e a comissão nomeada composta do proponente, dr. Eduardo Carvalho, Francisco Correia Mesquita Guimarães e Rodrigo Terroso (FERNANDES 1897: 2).

Conhecemo-lo de há pouco, apenas desde que se veio domiciliar entre nós como advogado dos auditórios desta comarca; devemos porém dizer que da estreita convivência com que nos tem honrado, só magníficas impressões nos tem despertado da sua individualidade.

Tem a modéstia que, com raras exceções, é peculiar a todos os homens de valor.

É sóbrio de palavras: conversa pouco e raras vezes discute. Mas na conversa ou na discussão o seu espírito manifesta-se pela cultura de um estudioso e por uma dialéctica privilegiadamente lúcida, e a sua bela alma põe-se-lhe a descoberto nas generosas ideias que expende, em que o seu ego cede o passo ao mais simpático altruísmo.

Estas belíssimas qualidades morais e intelectuais ressaltam do seu livro como da sua convivência pessoal. Através destas 359 páginas em que o Dr. Silva Mendes coordenou a síntese histórica e doutrinária do socialismo desde Saint-Simon até Benoit Malon, transpira por igual muito estudo e muito talento, muita generosidade e muita dedicação pela causa da humanidade. Transpira mais ainda outra boa qualidade que não é lícito omitir: a força de vontade de um escritor para quem nem há fadigas sem dificuldades.

iii

Com efeito, subordinando-se ao programa do prólogo, o Dr. Silva Mendes faz do seu livro mais uma exposição de história e doutrina socialista do que um repositório de pensamentos, muito embora a espaços, também comente doutrinas, factos e homens à luz do seu critério individual. Mas que enorme soma de estudo lhe foi precisa, que pertinácia de investigação, que avultados embaraços teve que vencer até concluir a rude tarefa que se impôs!

iv

Tem muito mérito o Socialismo Libertário – dizemo-lo já como a mais sincera das impressões que esta leitura nos deixou.

É um livro didáctico, feito por erudito, de molde a elucidar o assunto de que se ocupa em todas as fazes históricas e doutrinárias por que tem passado. Nos onze capítulos em que está subdividido o livro, expôs o autor com muito método a notícia dos factos e a teoria dos homens, e nota-se na linguagem em que decorre, a austeridade, clareza e concisão mais de feito a trabalhos desta ordem.

Logo nas considerações preambulares diz-nos o Dr. Silva Mendes: «Na elaboração deste livro procuramos sistematicamente não omitir a nossa opinião.»

Isto dispensava-nos também de emitir a nossa opinião com referência ao texto do livro, na sua expressão doutrinária; mas se por um lado não é verdade que o autor alheasse por completo das citações à sua maneira de sentir no caso, é certo, por outro lado, que a *concatenação, num livro, dum corpo de determinadas doutrinas, pressupõe em regra uma perfilhação de mais doutrinas pelo escritor que, sob o amparo do seu nome, em linguagem sua e com comentários seus, as expõe à publicidade.*

v

E sendo assim, digamos ao autor do Socialismo Libertário que por mais generosa que seja a ideia socialista, como é, nós, por enquanto, só somos socialistas em tese.

vi

Que se regularizem pela melhor forma as relações entre o capital e o trabalho; que justa e equitativamente se harmonizem as leis sociais até se eliminarem as distâncias que separam exploradores e explorados; que a família humana transigindo, remodele o seu modo de ser com menos desigualdades do que aquelas que ao presente a dividem: isto compreende-se e tem a sua simpatia, é obra já encetada pelos economistas e pensadores, e só os obcecados não verão que será questão vencida a mais ou menos longo prazo de nós.

Como se fará isto não os abemos, porém, nem mesmo o sabem os corifeus do socialismo, cujas teorias se perdem num dédalo de escolas diferentes e antinómicas e cujos congressos não raras vezes se contradizem e combatem.

Parece-nos, todavia, que só escala graduativa se poderá conseguir isto. *Não se reforma o organismo fundamental das sociedades como quem reforma a engrenagem de uma máquina: há interesses, costumes e crenças que é preciso previamente predispor, e isto só se consegue com a lenta marcha evolutiva do espírito humano.*

Bem sabemos que este nosso socialismo não afere por nenhuma escola socialista, ainda das mais moderadas, mas creia o autor do Socialismo Libertário que menos nos afastam dessas escolas algumas das suas generosas doutrinas, do que o cunho utópico que lhes descobrimos à luz das formas que constituem o edifício social do presente.

Se com relação ao socialismo colectivista e autoritário pensamos assim, muito mais intransigentes, absolutamente intransigentes, nos sentimos pelo que respeita ao socialismo libertário ou anarquismo (1896: 2 itálicos meus).

E o que pretende Mendes? Se num primeiro momento do prólogo evidencia as razões para tal estudo, o do socialismo libertário e anarquismo e as suas falhas em Portugal, num segundo mostra-nos a sua pretensão pessoal, e podemos dizê-lo, o seu *pecado mortal*:

i

Encher uma lacuna que existe na nossa literatura, eis o fim deste livro. Nos países estrangeiros, é hoje rica em quase todos e riquíssima em alguns a literatura anarquista. Entre nós, além de um opúsculo do Sr. Conselheiro Serpa Pimentel e de algumas publicações mais ligeiras, nada há escrito sobre o assunto; por isso, somente em livros de fora têm podido os estudiosos surpreender o pensamento desta corrente socialista. Mas nas próprias literaturas estrangeiras, não conhecemos livro algum de síntese, em que possa ver-se todo o movimento histórico e doutrinário; de maneira que, para se obter um conhecimento completo das bases científicas do anarquismo, é necessária uma leitura assaz vasta não só dos escritos propriamente anarquistas, mas também do de todas as escolas socialistas e dos trabalhos dos sociologistas modernos. Porque – coisa curiosa – a doutrina anarquista, onde menos se encontra é nos livros professamente anarquistas, os quais, na maior parte, contêm mais utopias do que ciência –, se bem que se possam apontar algumas excepções muito honrosas (1896: XI-XII)

ii

Na elaboração deste livro procuramos sistematicamente não emitir a nossa opinião. Não devíamos emití-la: porque o fim que nos propusemos, foi unicamente apresentar a história e a doutrina anarquista na sua expressão mais pura. *Compenetramo-nos do seu espírito; pusemos de parte aquilo que nos pareceu não ser anarquismo; e escrevemos. Parecerá aqui e ali que perfilhamos quanto dizemos; não se faça, porém, tal juízo – que é temerário: é modo de exposição ou às vezes para a seleccionar opiniões divergentes a dentro da corrente. É este um livro que «nem defende, nem aconselha, nem aplaude, nem provoca»: expõe. E quem pretende simplesmente expor, fica bem atrás da tela. Não se pense, que receamos evidenciar-nos; não. se fazemos a advertência supra, é para frisar bem o carácter deste livro e também para que se não pense que todas as afirmações nele contidas traduzem o nosso modo de ver sobre o assunto. (1896: XII *itálicos meus*)*

Reflectindo Sampaio Bruno sobre o *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, afirmando que para “avaliarmos o grau de civilização, a prosperidade efectiva, as presunções do futuro duma sociedade determinada, cumpre saber qual seja a doutrina ali dominante nos espíritos” (1997: 21), com “abundante e excelente exposição, que fez, da história e doutrina do socialismo libertário e anarquismo” (1997: 23), não deixando igualmente de se lhe referir entusiasticamente como sendo “um livro notável” (1987: 357-358), aproxima Silva Mendes do ideal do movimento quando afirma que o “anarquismo é uma utopia formidável ou uma fatalidade social” (1896: XII). Simpatiza-se por Fourier¹⁹ e Bakounine²⁰, elogia Proudhon²¹ e com Marx mantém-se numa postura de recusa e de aproximação. De facto, ao clarificar-nos o ideal do anarquismo individualista na sua diferenciação com os colectivistas anárquicos, dir-nos-á Mendes, manifestando a génese de tais campos opostos, que “o colectivismo

¹⁹ i) Depois de Saint-Simon, veio Fourier com a sua fórmula utópica, mas original e sincera, corolário de uma doutrina metafísica, porém fecunda e apaixonada (MENDES 1896: 22); ii) Quando todos os outros pensadores atribuíam pouca importância ao indivíduo, fazendo-o absorver pelo Estado, Fourier reivindicava a autonomia individual e o direito ao bem-estar para todo o indivíduo. Não o isolava, antes pretendia tornar compatível a sua autonomia com a colectividade abandonada ao funcionamento fecundo das leis naturais: a harmonia dos interesses individuais com os interesses colectivos, ou a liberdade pela solidariedade – eis o princípio fundamental deste grande pensador (MENDES 1896: 23)

²⁰ Se o colectivismo se apoia directamente na obra de Karl Marx, o anarquismo deve o seu desenvolvimento à propaganda de Bakounine (MENDES 1896: 67).

²¹ i) Quanto a nós ele teve o grande mérito de tarzer para a luz alguns pontos do socialismo que andavam envoltos em névoas mais ou menos místicas, mais ou menos sentimentais. Teve a audácia de falar com franqueza sobre os problemas religiosos e políticos, para se declarar ateu e anarquista (MENDES 1896: 35); ii) Proudhon teve, no entanto, o grande mérito de por a descoberto as aberrações mistagógicas do socialismo que predominava no seu tempo, e de preparar deste modo o determinismo materialista que Marx assentou como princípio no seu vato sistema económico. Além disso, o seu federalismo, se bem que imperfeito, auxiliou poderosamente a compreensão da solidariedade humana, que a sociologia hodierna consagra como um princípio indiscutível (MENDES 1896: 192).

apoia-se directamente na obra de Karl Marx; o qual, se bem que não formulasse *ex professo* o futuro sistema social, traçou, pelo menos, as suas linhas essenciais. Queremos referir-nos especialmente à teoria marxista do valor, que originou a principal discordância entre o colectivismo e o anarquismo.” (1896: 279-280)

Nesta perspectiva, afastada que está a hipótese de um republicanismo em Silva Mendes, possivelmente estaria mais patente nele aquele socialismo republicano ideal de Antero de Quental²² pelo menos no campo teórico de uma filosofia política, enquanto que no campo prático a figura de base será Guilherme Tell²³. Considerando que sempre teve por “Schiller uma doce predilecção: por este poeta entusiasta, sentimental e generoso, pelo simpático admirador do génio de Goethe, pelo cantor do imortal e legendário libertador da Suíça” (1898: VII), surge-lhe a figura incomparável de Guilherme Tell, o qual representará indiscutivelmente para Mendes uma espécie de individualismo anárquico-metafísico. Eis o perfil que Mendes nos oferece de Tell e dos seus companheiros, como do próprio poema de Schiller:



▲ Guilherme Tell

... são homens simples, fortes, rectos, caçadores, pescadores e camponeses agricultores, não são caracteres heróicos, mas procedem heroicamente quando é necessário. Tell nunca ou raras vezes se guia por longas reflexões; procede livremente segundo os impulsos do seu coração. Ele e os outros personagens constituem uma grande e única família que vive em harmonia nas alturas solitárias das montanhas ou nos vales tranquilos e pacíficos. Direitos novos não aspiram a conquistá-los; mas também não toleram que estranhos cerceiem as suas regalias. E se tal acontece, levantam-se todos como um só homem dispostos a restabelecer pela força o seu antigo estado de natureza.

De resto, todo o drama é um poema de liberdade, não de liberdade revolucionária, mas de grande moderação. Respira-se nele um ar puro, a simplicidade dos antigos costumes, o amor da paz, da família, a tranquilidade do lar e da pátria, o respeito pelas tradições, o espírito da fraternidade, o desejo do bem-estar. (1898: XXIV)

Vejamos, antes de mais nada, o que nos diz a filosofia política contemporânea no âmbito do individualismo metafísico, distinguindo dois tipos de individualismo: o metafísico e o moral. O metafísico socorre-se de duas proposições distintas. Afirma, em primeiro lugar, que os agentes individuais são os primeiros impulsionadores da vida social e que a sua acção não está sujeita a qualquer regularidade ou força social. Em segundo lugar, afirma que os agentes individuais não dependem das suas inter-relações para as suas características essenciais enquanto agentes e que qualquer dependência que se estabeleça entre eles são ou menos contingentes. Por sua vez, o individualismo moral afirma que, seja qual for o seu estatuto metafísico, só os actores individuais interessam à concepção das instituições sócio-políticas e, nesta perspectiva, só os interesses dos indivíduos é que interessam. Desta forma, se os críticos do liberalismo, caso dos comunitaristas, colocam John Rawls

²² Somos republicanos porque se não compreendermos que haja República verdadeira fora do Socialismo, não compreenderemos igualmente que fora da República possa o Socialismo realizar-se completamente (QUENTAL 1982: 391).

²³ Guilherme Tell. É certo que aparece no mercado por este mês o monumental drama de Schiller, traduzido do original pelo nosso amigo dr. Manuel da Silva Mendes, escritor de tanto mérito como modesto, cujas faculdades de inteligência e de trabalho se marcaram a toda a pujança na sua notável carreira universitária, durante a qual produziu um livro sobre o socialismo avançado, trabalho de uma profunda investigação, que recebeu os mais ferventes louvores dos nossos homens cultos. / A edição de Guilherme Tell constitui um novo título de honra para a carentada e excelente Tipografia Minerva, dos nossos amigos Gaspar Pinto de Sousa & Irmão (TERROSO 1898: 2).

ou Robert Nozick no individualismo metafísico, Silva Mendes, mais do que por e com Rawls, iria optar, sem sombra de dúvida, pelo individualismo libertário de Nozick. Vejamos o que este nos diz, ao justificar o seu livro *Anarquia, Estado e Utopia*:

i

Os indivíduos têm direitos, e há coisas que nenhuma pessoa ou grupo pode fazê-las sem violar os direitos. Estes direitos são tão firmes e de tão largo alcance que surge a questão de que podem fazer o Estado e os seus funcionários. Que espaço deixam ao Estado os direitos individuais? A natureza do Estado, as suas funções legítimas e as suas justificações, se as há, constituem o tema central deste livro...

As minhas conclusões principais sobre o Estado são que um Estado mínimo limitado às estreitas funções de protecção contra a violência, o roubo e a fraude, de cumprimento de cumprimentos, etc., se justifica; que qualquer Estado mais extenso violaria o direito das pessoas de não serem obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica; que o Estado mínimo é inspirador, assim como correcto. (1974: 7)

ii

Penso que começo com uma formulação vigorosa dos direitos individuais, trato seriamente a afirmação anarquista de que o Estado no processo de manter o seu monopólio do uso da força e de proteger a todos dentro de um território, necessariamente há-de violar os direitos dos indivíduos e, portanto, é intrinsecamente imoral. Contra esta afirmação sustento que o Estado surgiria da anarquia (tal e como é representada no Estado de natureza de Locke), se bem que nada intentará isto nem tratará de provocá-la. (1974: 8)

O que temos em Nozick é a defesa vigorosa dos direitos dos indivíduos perante um Estado que, nas suas origens, antes de atingir a harmonia, surge de uma forma traumática, violenta, tal como em Silva Mendes. Nozick retoma uma ideia dos anarquistas: na guarda do monopólio do uso da força e na protecção de todos os que pertencem a um território, o Estado intromete-se desnecessariamente sobre os direitos individuais; e isto, para Nozick, é intrinsecamente imoral, o mesmo para Mendes, já que o exemplo de Tell e da sua comunidade territorial é um exemplo configurador. Mas o que Nozick promove, o Estado mínimo, distancia-se da teoria anarquista, já que acaba por ser um Estado justo, o qual comporta em si os princípios de razoabilidade e de responsabilidade (aqui Nozick aproxima-se de Rawls). Melhor explicando, se existem leis naturais, direitos naturais, na concepção de Locke, o que está em causa é que as pessoas, os agentes, não chegam a um acordo perante essas mesmas leis. As leis naturais, na concepção de Locke, tornam-se impessoais pelas leis positivas, as quais não têm nada de natural. Desta forma, não é possível a existência de um pré-Estado, digamos assim. Com o Estado mínimo, na perspectiva de Nozick, enquanto instituição dominante, o que acontece são acordos entre a instituição estatal e as instituições protectoras da cidadania. Só que para Nozick, a partir do momento em que o Estado efectua a lei positiva, ele escraviza os indivíduos, já que impõe as suas leis, e isto é que é imoral.

Resta-nos apenas chamar a atenção ao comentário duplo de Pedro Mesquita: sendo tão criticamente áspero numa fase inicial – “embora dotado de uma extensa erudição e de uma vasta, actualizada e, em regra, bem assimilada informação, a obra, antes documentada do que ilustrada, e extremamente pobre do ponto de vista filosófico, mostrando relutância nas matérias mais subtis, dificuldade nas mais complexas, confusão nas mais especulativas ou técnicas e sincera incompreensão nas restantes.”! (2002: 429) – acaba por tecer alguns elogios, nomeadamente quando nos diz que “a obra vale, no entanto, como testemunho de uma primeira tentativa *engagée* de expor claramente as doutrinas anarquistas, quando estas eram ainda apanágio de intelectuais e académicos e ainda não haviam caído na rua.” (2002: 430) Contudo, já na parte final, comenta que “o aspecto mais sugestivo do seu estudo é a completa omissão de referências ao caso nacional, sinal indesmentível da inexistência de movimentos públicos relevantes em Portugal (muito menos de movimentos de massas) até à data da publicação do livro. Pudera: voluntariamente ou não, foi a sua própria obra que contribuiu para os criar.” (2002: 430) Mas, então, e a Lei de 13 de Fevereiro? E o que Silva Mendes nos diz dela, diga-se, da situação do movimento anarquista em Portugal?

Em Portugal, o movimento anarquista não tem acompanhado o dos outros países. O socialismo, organizado primeiramente pelos estatutos da Aliança de Bakounine, tem-se desenvolvido com tendências diversas; hoje, porém, mercê da influência educadora de alguns operários espanhóis que têm vivido e vivem no meio dos revolucionários portugueses, o socialismo propende geralmente para a forma anarquista. O operariado de Lisboa, Porto, Coimbra e outros centros industriais vai pouco a pouco abandonando as tendências marxistas para se lançar no anarquismo. Convencido da impraticabilidade da tática parlamentar, repugna-lhe aceitar o socialismo autoritário. Bastantes grupos, mais ou menos secretos, existem nos principais centros, uns professando a propaganda pelo facto sem restrições, outros subordinando-a a certas regras. Os seus jornais são hoje clandestinos por via da lei de Fevereiro deste anos, provocada pelo atentado de Lisboa. Pelo mesmo motivo, é secreta a organização actual dos grupos. (1896: 169)

Finalmente, relativamente à suposta tradução do livro de Mendes para francês, atingindo assim uma certa internacionalização no meio cultural francófono, existe uma unanimidade da suposta tradução; e digo suposta na medida em que até hoje ainda não vimos nenhuma, nem conseguimos encontrar até hoje uma referência pelos catálogos consultados pela *internet* perante as bibliotecas nacionais e mesmo internacionais. Mas existem referências. É caso de Sampaio Bruno (1987: 358) e de Silveira (1966: 103), colocando este último algumas dúvidas. Mas será Rodrigo Terroso que no jornal *O Minho* nos dará mais detalhes sobre essa possível tradução.

i

Socialismo Libertário

O dr. Hamon, insigne professor da Universidade de Bruxelas e um dos mais notáveis sociólogos da actualidade, escreveu ao nosso amigo sr. dr. Silva Mendes pedindo-lhe autorização para traduzir em língua francesa o valioso trabalho sobre socialismo avançado, que o distinto advogado há meses publicou.

É uma nova afirmação dos competentes acerca do mérito da obra. (1898: 3)

ii

Dr. Silva Mendes

Após tantas apreciações honradíssimas, que temos lido a respeito do notável livro do nosso amigo sr. dr. Silva Mendes – *Socialismo Libertário* –, apraz-nos registar estas palavras, que se lêem no *Socialismo* e o Congresso de Londres do célebre professor e sociólogo professor dr. A. Hamon, o mesmo que deseja traduzir para francês o valioso trabalho do sr. dr. Silva Mendes:

«É um trabalho pujante, de muita ciência e consciência, que faz a honra à nação mais sábia e avançada.

Não se pode aspirar a mais. Nem por certo o nosso amigo aspirava a tanto. (1898: 2)

Mas será que, tal como pretende Silveira, a ida de Silva Mendes para Macau tivesse “vontade (ou necessidade...) de fazer esquecer aquele livro impresso em 1896”? (1966: 101) Parece-me que não, até porque a radicalização do individualismo ético e social do socialismo utópico vai encontrá-lo Mendes na Filosofia Oriental e, particularmente, no Taoísmo. É o que de seguida vamos ver.

III

Quando Silva Mendes no *Socialismo Libertário ou Anarquismo* procura encontrar a génese do anarquismo, socorre-se para tal de Flor O’Squarr, afirmando este que já em Lao-Tse, e antes mesmo dele, se encontra a teoria anarquista (1896: 1); mas mais à frente, o nosso autor previne o seu leitor de que “nos espíritos ingénuos ou pouco instruídos não deixa, por certo, de produzir efeito esta propaganda de descrédito; porém ao publicista, que se preza deste nome, assiste a obrigação restrita de se não dirigir à credulidade do leitor, insidiosamente (1896: 3), distinguindo, de seguida, “as ideias constituídas” perante um “acervo de pensamentos esparsos”:

Por certo que nenhuma doutrina, e principalmente no domínio da ciência social, aparece formulada sem precedentes históricos e lógicos; porém, uma coisa é um conjunto de ideias constituídas em corpo de doutrina, e outra uma cervo de pensamentos esparsos em todos os tempos e em toda a parte. (1896: 5-6).

Julga, então, Mendes “necessário repelir a opinião assaz vulgarizada por escritores de má-fé ou ignorantes de que o anarquismo não passa de uma reprodução das antigas utopias socialistas.” (1896: 7) Aliás, para o nosso conterrâneo, o anarquismo “nasceu espontaneamente das condições económicas e políticas, e do sentir e do pensar dos trabalhadores e daqueles que estabeleceram ser um dever da humanidade e de justiça propugnar pela implantação de um regime de sociedade em que todos possam mover-se livremente na coexistência social.” (1896: 7) E logo de seguida diz-nos que “não deixa, no entanto, de ter percursos a doutrina anarquista, como todas as escolas ainda as mais originais. E apontá-los é mostrar que o anarquismo não é uma produção abrupta e artificial, mas sim uma derivação lógica de passados estádios de civilização que, transformados e intensificados, por novas condições sociais, representam uma tendência social definida a que o futuro destinará plena realização.” (1896: 7)

O que aqui gostaria de salientar é, apesar de tudo, e sem querer contrariar Mendes, esta primeira referência a Lao Tze, o qual “meditava sobre os destinos do homem” (18976: 1) para atingir o nosso propósito, ainda de forma incipiente, é certo, o relacionar o anarquismo com o taoísmo, pelo menos no campo das ideias, a ponte famalicense em direcção a Macau; e o nosso propósito é salvaguardado por Aresta:

Silva Mendes era um anarquista em espírito, como bom hegeliano, aproveitando, como dirá Croce em, em 1907, a parte viva da filosofia de Hegel, a ciência do espírito objectivo, mas não ousando nunca assumir-se mediante uma praxis consequente.

E este aspecto é bastante importante porque essa noção de anarquismo individualista, o anarquismo “lui-même”, é remédio para Lao Tze, cujo espírito irracionalista escapa aos contextos da filosofia que “fala” grego. Silva Mendes, como é sabido, apreciava a poética do tauísmo, sobre tudo as virtualidades intrínsecas a essa metafísica da perplexidade. (1991: 150)

E entre o “humanismo ético confuciano e o intuitivismo contemplativo tauísta” (ALVES 1991: 154) Silva Mendes irá preferir o segundo, conforme iremos apreciar; e o seu idealismo anárquico, tal como vimos em Guilherme Tell, poderemos encontrá-lo nestas diferenças entre o pensamento de Confúcio e o de Lao-Tze:

i

... Confúcio, que proclamava as regras e os sistemas políticos rígidos. Para o Tau te King, o homem devia viver em pequenas comunidades, em paz, sem guerras ou lutas pelo poder, chefiado por filósofos – anarquia liberal.” (NEVES 2004: 96-97).

ii

O tauísmo é uma abordagem mística que, reconhecendo a racionalidade, embora limitadora, busca dosear o homem: o conhecimento intelectual e o intuitivo, a razão e a emoção. O tauísmo combate o confucianismo humanístico e ético que propugnava que os homens só poderiam viver bem se estivessem numa sociedade disciplinada e se se entregassem, exemplarmente, aos rituais, aos deveres e aos serviços públicos. O tauísmo realça, pelo contrário, que os homens teriam de evitar todo o tipo de obrigações e convívio social (o célebre princípio do «não-desejo» e da «não-acção») e dedicar-se a uma vida simples e meditativa, voltada para a natureza. (NEVES 2004: 95-96).

O taoísmo seria, assim, e será a teoria da sua predilecção. Segundo Gomes (1949: III), Silva Mendes não chegou a conhecer a obra de Lao Tze, senão através de traduções: e segundo o mesmo “não sabia o chinês escrito e o seu conhecimento do chinês falado era muito restrito e superficial”. Supomos que a fonte de Mendes tivesse sido, inquestionavelmente, Stanislas Julien e o seu livro *Le Livre de la Voie et de la Vertu*, que cita profusamente, na sua conferência proferida no Grémio Militar de Macau intitulada *Lao-Tze e a sua Doutrina segundo o Tao-te-King*, em 3 de janeiro de 1909 e publicada pela Imprensa de Macau. Mas também e, acima de tudo, com os seus amigos chineses, nomeadamente Chan Chek Yu, que foi governador da

provincia de Kuang-tung, e, como Mendes, um colecionador de arte chinesa; ou então, com os bonzos do Pagode de Mong-Há, que aí passava grande parte do seu tempo.

Ora, ao contrário do pensamento ocidental, fundacionalista por excelência, principalmente o europeu, já que o anglo-saxónico é marcadamente anti-fundacionalista, principalmente a partir do final do século XIX com os pragmatistas norte-americanos, o pensamento oriental, por seu turno, e, em particular, as correntes chinesas, o taoísmo, o budismo e o confucionismo, pretende reconciliar o ser humano com a existência e, acima de tudo, não só com a sua interioridade, como também com a sua dimensão social mais prática e finita do que com a dimensão do infinito e da transcendência.

Mas para percebermos a razão da escolha de Silva Mendes relativamente ao Taoísmo, convém efectuarmos a sua perspectiva das outras correntes, tais como o budismo e o confucionismo, para percebermos qual o motivo do afastamento das mesmas, chegando mesmo a fazer aquilo que Aresta denomina de “filosofia comparada” (1990: 329), acrescentando o autor destas linhas uma teologia comparada, nomeadamente com o Cristianismo. Desta forma, a partir do momento em que a ciência e a filosofia europeia não conseguiram dar respostas concretas ao problema do fenómeno da criação, citando Laplace, Haeckel e Darwin, já que, por um lado, a ciência ainda nos mostra mais a complexidade do fenómeno e, por outro lado, a filosofia e o pensamento europeu “ou fica em suspenso, ou, a assentar em alguma coisa, responde ainda como sempre respondeu e é ensino velho da religião: que tudo o que existe por comunicação do ser infinito de um Ente supremo, onisciente e eterno” (1949II: 138). Por seu turno, na perspectiva da filosofia oriental, considera Mendes que “o mesmo problema foi e tem sido pelo pensamento chinês compreendido e solucionado” perante a configuração taoísta entre uma cosmogonia metafísica, isto é, a configuração geral do mundo, e a ética.



▲ Lao-Tze

i

Não há Criador; o universo é um organismo vivo, vitalizado por dois princípios ou substâncias, , yang e yin, que combinados, são o Tao, isto é, o “processus” das coisas, a via, a ordem natural, a providência, e se manifesta ritmicamente no fluxo e refluxo constante das coisas pela sua actividade criadas.

O Tao não tem personalidade: existe derramado em miríades de seres: uns, puros shen; outros, puros kwei; outros mistos de shen e kwei. Shen representa luz, calor, produtividade, vida – especiais qualidades do yang; kwei representa trevas, frio, esterilidade, morte – atributos do yin. O homem, como todos os outros seres mortais, é um composto de shen e kwei; a morte é o resultado da separação destas duas substâncias.

O universo existe, como o Tao, “a se”, ou antes, apareceu; não teve fabricante; é expansão vitalizada do Tao. Não há Deus: há shens e há kweis e há mistos de shens e kweis. O yang, parte pura e fecundante do Tao, existe especialmente concentrado no Céu, a terra é da natureza do yin. A morte dos seres é o regresso dos shens ao yang e dos kweis ao yin – a sua integração ou reabsorção no Tao.

O Tao é constantemente activo e a sua actividade é rítmica; é da actividade espontânea do Tao que tudo procede. Não houve criação do nada; os entes existentes são a actividade do Tao, são uma contínua emanção ou efusão de partes do yang e do yin em shens e kweis. O universo em todas as suas partes está permeado deles; os seres animados e os seres inanimados os contém...

ii

Desta concepção geral do mundo derivou o sistema da moral chinesa e um sistema de disciplina social – o ritualismo chinês – que, iniciados milhares de anos antes da era cristã, ainda persistem e se resolvem em um vasto compêndio de

regras de conduta para a vida privada, doméstica e social, e se estendem mesmo às instituições políticas e às leis. Todos têm em mira fazer conformar as acções humanas com o procedimento ou "processus" do Tao, isto é, com a ordem natural do universo, atrair as influências benéficas da natureza e evitar as influências maléficas. (MENDES 1949II: 139-140).

Considerando que o Budismo "veio de fora, da Índia, e foi ajeitado ao modo de ser e de pensar do povo chinês"²⁴, por seu turno "o taoísmo constituiu-se com elementos da antiga doutrina religioso-filosófica do Tao e com outros que a estes foram adicionados", do confucionismo diz-nos Mendes que ele "resultou da divinização (*lato sensu*) da personalidade de Confúcio e da aglomeração seleccionada pelos literatos de antigas crenças e ritos que constituíram a primitiva religião do povo chinês." (1949I: 301) Mas não deixa de tecer e de rasgar alguns elogios a estas correntes, nomeadamente ao Budismo e a Confúcio, a partir do momento em que a primeira acaba por ser a "mais completa, se bem que menos nacional"; por seu turno, o confucionismo é a religião "mais simplista" e que "não tem nem nunca teve clero". Relativamente a Confúcio, enquanto pensador, mantém uma atitude de louvor e de repulsa. Enquanto pensador, porque ninguém como Confúcio "soube revelar como ele aos da sua geração e aos das futuras gerações os arcanos da alma chinesa, indicar-lhes os mais seguros passos da conduta, conformá-la mais intimamente com as leis da Natureza. A doutrina do Tao revolucionária como Lao Tze a ensinou, não era para o povo, que a não compreendia; mas o Tao interpretado por Confúcio era a todos acessível, porque era o bom senso, a sabedoria da experiência posta em doutrina." (MENDES 1949II 126) E Confúcio, mais do que qualquer outro pensador, sendo revelador e eterno, soube e "falou do coração humano, dos mais lídimos sentimentos da alma humana, daquilo que na Natureza não tem poder os séculos de alterar, ficou. E ficará." (MENDES 1949II: 127) A virtude de Confúcio foi, portanto, a interpretação que soube dar ao Tao e aplicá-lo ao ser humano, de uma forma clara e simples, nomeadamente com os seus *Analectos*. O que rejeita do confucionismo é o seu sistema religioso, até porque nunca encontrou nos seus textos "nada com que uma religião pude-se ser formada." E efectua uma leitura comparada, uma hermenêutica teológica entre o confucionismo textual com o Cristianismo textual do Antigo Testamento. Se nos textos confucianos não encontra nada de especial e de concreto para a fundação de uma religião, por seu turno, no "Antigo Testamento, sim; uma doutrina religiosa com teologia, com orações, com ritos, se vê facilmente. Em Confúcio, não; é tudo história, filosofia, moral – moral, porém, natural, moral que não se baseia em revelações divinas, nem em céu, nem em inferno." (1949I: 300) Em termos teóricos e práticos de uma moralidade concreta, o que Silva Mendes evidencia de Confúcio é a sua recomendação para os seres humanos, "que todos procedessem neste mundo bem." O que Mendes critica em Confúcio é a evidência de "tantas virtudes", chegando a ser por isso "fastidiosa a leitura das suas obras". (1949I: 300-301).

.....

²⁴ Existe uma tese que pretende negar o taoísmo enquanto forte produto da civilização chinesa clássica. "Forçando um pouco a cronologia, permite afirmar que o taoísmo sofreu uma influência estrangeira, nomeadamente a do budismo. Parece que aqui o desejo dita a ciência, visto que os primeiros movimentos tauistas populares são atestados no século II da nossa era, ao passo que o budismo só teve uma verdadeira influência na China a partir do século V. Longe de ser uma simples querela de historiadores, esta controvérsia, numa nação tão apaixonadamente interessada na continuidade, acha-se no centro da política de repressão que desde há séculos o Estado prossegue (os comunistas chineses nada inventaram nesta matéria) contra instituições livres do povo." (SCHIPPER 1997: 517) Numa "das maiores religiões do mundo e a menos conhecida" e "após os trinta anos de perseguições, que vão da revolução de 1949 até ao fim da Revolução Cultural, o taoísmo deixou de ser, oficialmente e sobretudo à vista dos estrangeiros, proibido. Mas o fim da repressão activa não significa de modo algum que a prática do taoísmo seja agora livre." Segundo Schipper, o taoísmo continua a não contar estatisticamente no quadro das religiões chinesas, contando com cerca de "vinte mil crentes tauistas!" devido a »superstições feudais«, continuando, contudo, vivo o taoísmo à margem da oficialidade estatal (1997: 508-509). O mesmo Schipper adianta-nos que, e acrescenta, "a incompreensão e o menosprezo de que o taoísmo continua a ser objecto no estrangeiro" facilitando, obviamente, "a tarefa dos que o combatem." Neste sentido, "o facto do taoísmo sobreviver hoje, apesar de tantas perseguições que sobre ele se abateram, é talvez um dos seus aspectos mais notáveis." (1997: 506-107).

Do Budismo rejeita ambas as coisas, isto é, o pensamento de Buda, o qual pensa em nada “e pensar em nada deve ser, com efeito, o superlativo ponto do consciente existir. Pensar em alguma coisa, é o pensar; é lutar, é ser imperfeito” (1949II: 143) e o seu sistema religioso. Se o que pode apaixonar a Mendes no Budismo é a teoria da Natureza “na sua mais elevada expressão de aperfeiçoamento, aos homens, portanto, no termo último da sua existência” (1949II: 144) e se no Budismo não existe Deus, o que há é a “natureza aperfeiçoada e em luta pelo aperfeiçoamento, há seres perfeitos consubstanciados na Natureza já perfeita, divinizada.” (1949II: 144) Estas reflexões sobre o Budismo partiram precisamente após uma contemplação de uma pintura de um Buda, terminando assim o artigo com este desabafo, de que a “arte tem este último fim: eleva-nos o pensamento, dá-nos consolação” (1949II: 145), tal como a poética de Schiller lhe configurou a personalidade de Guilherme Tell, anos antes, no idealismo utópico anárquico! Contudo, o problema do Budismo “é que requer isolamento; é uma religião de meditação, mais do que palavras” (1949I: 210); e como se implantou o Taoísmo na China? Dir-nos-á Mendes que “o budismo e o taoísmo encontraram já a alma chinesa decididamente confucionista”; e pelo simples facto do “sistema de Confúcio” não ser “completo para uma religião”, o que aconteceu foi o “curioso fenómeno de perfilharem as duas religiões, o taoísmo e o budismo, fundamentalmente a doutrina moral de Confúcio, e de a completarem, cada um diversamente, com uma espécie de código regulador da sanção dos actos humanos na vida presente e na de além túmulo. E assim foi que o budismo sobrepôs à moral confucionista a doutrina da transmigração das almas, da metempsicose, do nirvana; e que o taoísmo a aditou com a antiga concepção materialista chinesa já manifestada no Y-King, da alma humana, e com uma espécie de código de penas e recompensas de excepção nesta vida e na futura, «post-mortem» (MENDES 1908: 33-34)

Do Taoísmo e, do que atrás se fez referência, da sua complexidade, Silva Mendes mantém essa mesma atitude quando nos refere àquilo que é o *Tao-te-King*, o qual “é um pequeno tratado de cosmogonia e de moral composto de 5 mil e tantos caracteres. Pelo desconexo das suas partes, pelo seu estilo condensado, pelas tendências místicas e pelo temperamento poético do seu autor, é um livro de compreensão difícilima, obscuro, enigmático.” (1908: 9) Aresta considera Mendes como tendo sido “um dos primeiros portugueses, senão o primeiro, a estudar com profundidade a filosofia taoísta chinesa.” (1990: 325) Para além da referência titular anunciada, também publicou em verso os *Excertos de Filosofia Taoísta*, e o *Nan Hua King* de Chuang Tze – o qual, para Silva Mendes, deixou “uma obra preciosa sobre o Tao, não tanto sob o ponto de vista científico, mas principalmente sob o ponto de vista literário” (1949I: 137) –, as quais são “obras de interpretação filosófica e de recreação poética dos valores essenciais do taoísmo” (ARESTA 1990: 325). Apesar de não conhecermos estes dois últimos títulos, o que conhecemos é uma pequena antologia dos *Excertos* publicado por Loureiro Neves em 2004 e através de Aresta podemos configurar a preocupação metodológica de Mendes, numa primeira fase linguística, considerando este que “há no taoísmo expressões e formas de dizer consagradas, que todos os escritores empregam, de significado preciso e, por isso, de emprego por assim dizer obrigatório; e em grave risco de estabelecer confusão ou de se mostrar pretencioso incorrerá quem ousar substituí-las”; num segundo momento, a apresentação da corrente taoísta, dizendo-nos que “quem escrever sobre o taoísmo, tem de tomar um destes dois caminhos: ou apresentá-lo seco, como um osso esburgado à maneira de Lao-Tze, subtil até quase à incompreensão como fez Chuang Tze – em ambos os casos com a certeza de que raríssimas serão as pessoas que, começando a leitura, a levem até fim; ou então expô-lo amenizadamente, em forma mais compreensível do que se lê nestes dois autores” chegando à conclusão de que preferiu “a forma em verso..., mais própria para incitamento da leitura.” (Cf ARESTA 1990: 325-326)

Na perspectiva de Aresta, a “poética do taoísmo de Silva Mendes apresenta-se substancialmente mais enriquecida com a introdução de alguns elementos de uma peculiar metafísica da perplexidade, caldeada nas reflexões dos clássicos chineses à mistura com o conhecimento dos pré-socráticos, propondo, mesmo, identificar o “Tao” com o “Logos”. (1990: 328)

Mas o que é o Tao? Para Jaspers “o Tao é o mundo e todas as coisas, assim como a origem e a meta do pensador. O conteúdo desta filosofia consiste, em primeiro lugar, em que é o Tao; em segundo lugar, em como o que é, é a partir dele e para ele; em terceiro lugar, em como vive o homem no Tao e em como pode perdê-lo e recuperá-lo como indivíduo ou na situação do governo do Estado. / Portanto, o Tao fala-nos – segundo a classificação ocidental – de metafísica, cosmogonia, *ethos* e política. (2001: 75)

Na conferência então pronunciada no Grémio Militar, Mendes apresenta-nos Lao-Tze e o *Tao-Te-King* na seguinte forma: i) logo no início, numa espécie de introdução, refuta a tese da primordialidade da civilização ocidental e oriental, de alguns impérios (nomeadamente gregos e romanos, assírios, babilónios e egípcios) na medida em que o encontro das culturas e as relações comerciais e políticas permitiram a abertura e o conhecimento a outras civilizações, das quais salienta a indiana e a chinesa, que se mantêm vivas (1908: 1-2); ii) traça dados biográficos de Lao Tze, os lendários e os objectivos, considerando-o que entre os antigos filósofos da China, ao lado de Confúcio e Mêncio, ocupa um lugar de destaque e que “toda a doutrina de Lao Tze se encontra no *Tao-te-King*.” (1908: 5); iii) evoca os dois encontros entre Lao Tze e Confúcio; iv) faz referência à génese do *Tao-te-King*; v) entra, finalmente, no contexto da obra, salientando “duas ordens de ideias se contêm especialmente no *Tao-Te-King*: uma relativa às causas primeiras; outra relativa às regras da conduta do homem.” (1908: 10) Para além desta cosmogonia metafísica e da ética, Mendes fala-nos também da teoria política (1908: 24-26). Antes de entrar, porém, na ética (1908: 19-24), efectua uma hermenêutica teológica, questionando se o que existe no Tao é panteísmo, espiritualismo, budismo ou bramanismo ou ainda cristianismo (1908: 13-19); vi) finalmente, explora o significado do próprio Tao (1908: 26-35).

Tomando em consideração que o Tao é o caminho que dá origem ao sábio, sendo a causa última e a norma do Universo, o Tao evoca a dimensão última da Filosofia chinesa numa proposição fundamental e única: “o Homem e o Mundo formam uma unidade estreitada por laços íntimos de interinfluências” (ALVES 1991: 153); e sendo uma característica da cultura chinesa o fazer textos que dão regras para a comunidade humana, o ser humano surge assim numa dupla dimensão: a primeira, é que tais textos não só se centram na existência humana, como também, e segunda, uma procura de ir mais além, isto é, um além que compreende a sua satisfação plena, estando aqui patente a perspectiva das éticas da felicidade e, ao mesmo tempo, o seu bom desempenho, comportando em si a significação de uma ética da responsabilidade, as quais, isto é, as éticas referenciadas, podem ser relacionadas com o pensamento anglo-saxónico (caso de Alasdair MacIntyre) e com algum europeu (caso de Hans Jonas)²⁵.

Silva Mendes, após alguns fragmentos que extrai do *Tao-te-King*, diz-nos que “Lao Tze começa pela afirmação da existência de um Ser primordial, cujos atributos procura determinar. Antes da existência do céu e da terra e de todos os seres, ele é o Não-Ser, é o Inominado, é um princípio, uma virtualidade. Derramado no Universo, é a origem do Céu e da terra e de todos os seres.” (1908: 11-12) E conclui: “O seres não estão sem o *Tao*, como que expandido no universo, está neles e com eles: é a Virtude, o alimento dos seres neste modo acidental de existência, a graça que os dispõe para marcharem na via do regresso, a Via que os conduz ao Não-Ser. O *Tao* é, pois, para os seres a Via; e como o regresso dos seres a *Tao* é o regresso dos seres ao Não-Ser, *Tao* é a Via e é também o Viandante, é a causa e o efeito de tudo.” (1908: 13)

O problema que surge agora a Mendes é um questionamento, como vimos, da própria significação daquilo que poderá ser o Tao, se é um panteísmo, um espiritualismo, um budismo ou bramanismo, ou doutrina do cristianismo (1908: 13). O método será uma hermenêutica teológica comparada do *Tao-te-King* com o Antigo Testamento e com os Evangelhos, socorrendo-se para isso de alguns teólogos e sinólogos, tais como

.....
²⁵ “o tauísmo continua a ser o guardião de uma moral que tanto estimula a liberdade como a responsabilidade individual.” (SCHIPPER 1997: 508)

Prèmare, Montucci e Amiot, Abel Rèmusat, Montucci e do já falado Stanislas Julien, onde discute igualmente a possibilidade ou não da existência de um cristianismo primitivo no *Tao-te-King*.

No campo da ética, na qual se salienta a ideia da virtude, Mendes começa por evidenciar que da “mistura com as ideias cosmogónicas e metafísicas de Lao-tze” o *Tao-te-King* contém “um sistema de moral e uma exposição das regras de conduta do homem.” (1980: 19) Para Mendes, a ideia fundamental do sistema ético-filosófico de Lao-Tze é a seguinte:

Como todos os seres saem do *Tao* e ao *Tao* não-de regressar, a vida do homem sobre a terra é apenas uma fase passageira da sua existência. E como o *Tao* existe e se manifesta no universo como Virtude, o *Tao* é para o homem a *Via*, e a sua conduta deve consistir na imitação do *Tao* pela prática inconsciente ou inintencional da virtude. (MENDES 1908: 19)

E em que consiste a prática dessa virtude que Lao-Tze aconselha? Sendo o “*Tao* inerte, pratica constantemente a não-acção; o homem, portanto, deve imitá-lo, praticando o *Tao* ou a virtude por meio da não-acção. Para atingir este estado, que é o da virtude superior, o estado da santificação, deve o homem conduzir-se de maneira a libertar-se de todos os vícios, de todas as paixões, de todos os desejos, de tudo o que seja terreno, de tudo o que possa desviar da imitação e contemplação do *Tao*.” (1908: 19-20). Mendes, na interpretação do *Tao*, informa-nos que Lao-Tze “desce do *Tao* à virtude, da virtude à justiça, da equidade à urbanidade”, considerando que a “urbanidade é o ínfimo grau de moralidade, é, na frase do filósofo, apenas o verniz da rectidão e da sinceridade. Descer mais abaixo é entrar já no caminho da desordem. (1908: 21) Sendo o grau ínfimo da moralidade a urbanidade, a justiça é superior à urbanidade, mas não é a virtude superior; e o que separa a justiça da virtude é, precisamente, “o conhecimento do bem e do mal.” (1908: 22)

A questão que poderá surgir é a seguinte: será que na nossa sociedade e, em particular, na cultura ocidental, esta distinção entre a virtude e a justiça, entre o conhecimento do bem e do mal é uma realidade? Vejamos um exemplo concreto. Quando MacIntyre (2001), influenciado, aliás, pelo pensamento de Confúcio, em *After Virtue* nos exorta o protótipo da justiça evocado por Aristóteles, como sendo a primeira virtude da vida política, dir-nos-á que o que o autor da *Ética a Nicómaco* nos pretendeu dizer foi que a cidade ao carecer de um acordo prático sobre o conceito de justiça terá como consequência a carência de uma base necessária para a própria comunidade política. Ora, o que a carência de tal base suscita é uma ameaça à própria comunidade; e o resultado da história não tem sido apenas a incapacidade de um acordo acerca de um catálogo das virtudes, assim como também a falta de um acordo do conceito de virtude dentro do esquema moral. Tem sido, sobretudo, a incapacidade de um acordo acerca do conteúdo e do carácter das virtudes concretas. A partir do momento em que a virtude se entende, geralmente, como a disposição ou sentimento que produzirá no ser humano uma obediência às regras, tal será sempre uma condição prévia de um acordo sobre a natureza e o conteúdo de uma virtude concreta. Contudo, o prévio acordo acerca das regras é algo a que a nossa cultura individualista não pode assegurar. Assim sendo, a vida quotidiana está invadida por disputas básicas que não podem ser racionalmente resolvidas.

Neste sentido, o que poderá acontecer ao cidadão comum entre a moralidade e a racionalidade perante concepções rivais? Se o cidadão comum não estiver apetrechado de determinadas crenças (justiça), o que é que lhe poderá suceder? Seremos cidadão ficcionais ou reais? E se o cidadão comum estiver apetrechado dessas mesmas crenças e estas passarem a descrenças?

Tomemos, como exemplo prático e clássico, a personagem Michael Kohlhaas, figura lendária do século XVI, personagem entre a realidade e a ficção do institucionalizado, e o seu facto histórico relatado por Kleist, o qual nos diz logo no início que “o mundo decerto viria a abençoar-lhe a memória se não tivesse acontecido ele exagerar uma das suas virtudes: o sentimento inato da justiça transformou-o num saltador e num assassino.”

(2004: 7) Logo à partida deparamo-nos com a situação de um cidadão virtuoso, o qual se encontrou numa situação trágica de violar uma crença em caso de conflito.

Vejamos outro, que pode ser encontrado em Walter Scott, escritor que, aliás, MacIntyre considera como exemplo a seguir para o exercício das virtudes, isto é, as suas ficções morais, chamando-nos para a atenção para a própria aparência da virtude:

... se o carácter virtuoso e abnegado é substituído por riqueza temporal, grandeza, estatuto, ou a indulgência de uma paixão tão precipitada ou tão inconformada como a de Rebeca por Ivanhoe, o leitor estará apto a dizer que, de facto, a Virtude teve a sua recompensa. Mas *um olhar sobre o grande quadro da vida irá revelar que as obrigações da abnegação, o sacrifício da paixão pelos princípios, raramente são recompensados dessa maneira*; e que a consciência interior do seu nobre cumprimento do dever produz, nas suas reflexões uma recompensa mais adequada, na forma daquela paz que o mundo não pode dar nem tirar. (2004: 16) (itálico meu)

Scott responde assim ao problema de Kleist, melhor será dizer ao de Michael Kohlhaas; e MacIntyre? Se MacIntyre resolve o problema perante a noção de prática (estando, aliás, consciente dessa mesma aparência, já que a partir do momento em que o ser humano é virtuoso, ele pode ser social e politicamente negado), a qual nas formas de actividade humana na comunidade propõe bens e padrões de excelência interna a essa mesma prática, da filosofia da história, da tradição e da identidade narrativa, será, precisamente, com tais pressupostos epistemológicos que edificará a contextualização do bem humano. Aliás, MacIntyre irá dizer-nos em *A Short History of Ethics* que o paradoxo da ética cristã consiste precisamente no facto de ter sempre tratado a idealização de um código para toda a sociedade a partir de chamamentos dirigidos ao ser humano ou a pequenas comunidades separando-se da sociedade.

Continuando com Silva Mendes e o *Tao-te-King*, considera que “há ainda uma parte, que poderia chamar-se política, se a política para Lao-tze não fosse, como é, simplesmente um capítulo da moral aplicada ao governo das sociedades.” (1980: 24) O que aqui está em causa são modelos de conduta já que “instruir o povo no que não seja conducente à prática da virtude é, diz Lao-tze, semear germen de discórdia entre o povo.” (1908: 25-26).

Finalmente, relativamente ao significado do Tao recorre Mendes a sinólogos, tais como Lacharme, Regism Visdelon, Chalmers, ao nosso já conhecido Stanislas Julien e a Douglas, concluindo que “os sinólogos não se entendem sobre o conceito do *Tao* de Lao-tze e, portanto, sobre a escolha do termo que nas línguas europeias o traduza. O *Tao* ficará, portanto, sendo o *Tao*, enquanto se não avançar mais no conhecimento da filosofia de Lao-tze.” (1908: 29) Considerando que “o autor do *Tao-te-King* nunca pregou religião ou superstição: manteve-se sempre no terreno filosófico e moral”,²⁶ acaba por concluir que “a concepção do Tao como Via, como mecanismo das transformações sofridas pelo universo para sair da unidade primitiva e para regressar a ela; há a concepção do Tao com via simbólica pela qual os seres passam no círculo universal dos movimentos; há a concepção da liberdade humana com a correspondente responsabilidade; há a concepção do Tao inerte e indiferente perante o uso do bem e do mal; e há, ao mesmo tempo, a concepção do Tao como Virtude ou alimento do homem na via que leva à felicidade eterna.” (1908: 35)

Pensar, então, Silva Mendes com o seu idealismo anárquico em espírito e transportá-lo para o taoísmo é tarefa que não custa nada, a não ser que ele, ou outros, digam o contrário.

.....

²⁶ Schipper mantém esta mesma ideia quando nos diz que “o tauísmo, no seu início, não teria passado de uma escola filosófica (a «escola do Tau», *daoja*), antes de se transformar nos primeiros séculos da nossa era, em religião organizada (a «doutrina do Tau», *daojaio*). Mais precisamente, o tauísmo enquanto religião apenas teria aparecido com os movimentos populares político-religiosos que assinalaram o período do declínio da grande dinastia dos Han (entre 200 a. C. e 220 d. C.) (1997: 516-517). Para Silva Mendes, “foram os seus pretendidos discípulos ou sequazes que lhe adulteraram a doutrina com interpretações e desenvolvimentos absurdos.” (1908: 31).

Termino com as palavras do próprio Silva Mendes, quando exorta a civilização indiana e a chinesa, projectando sibilamente este nosso encontro de hoje e os propósitos que estão na base da realização da “Semana Cultural Chinesa”:

Imóveis desde os tempos mais recuados que a história alcança, como que esperando que os povos ocidentais não morressem sem as conhecer como suas avós, dão-lhe agora o braço, decididas a marcharem com eles à conquista do futuro. (MENDES 1908: 2)

Bibliografia activa

MENDES, Manuel da Silva

- (1896) – *Socialismo Libertario ou Anarchismo: historia e doutrina*. V. N. de Famalicão: Typographia Minerva.
- (1897) – “Reformas, Aposentações e Direitos Adquiridos”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 94 (10 Mar.), p. 2.
- (1897) – “Creta”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 97 (31 Mar.), p. 1.
- (1897) – “A Dissolução da Banda dos Bombeiros Voluntários”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 102 (5 Maio), p. 2.
- (1897) – “Canoyas del Castillo”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 116 (11 Ago.), p. 2.
- (1897) – “Dr.º Eduardo de Carvalho”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 7 (18 Nov.), p. 1.
- (1898) – “Barão da Trovisqueira”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 57 (3 Nov.), p. 1.
- (1900) – “Mgr. Santos Viegas”. In *O Regenerador*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 26 (28 Abr.), p. 1.
- (1900) – “A Questão da China”. In *O Regenerador*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 38 (21 Jul.), p. 2.
- (1908) – *Lao-Tze e a sua Doutrina segundo o Tao-te-King*. Macau: Imprensa Nacional.
- (1930) – *Excertos de Filosofia Taoísta*. Macau: Escola de Arte e Ofícios.
- (1949-1950) – *Colectânea de Artigos*. Justificação, org. Luís Gonzaga Gomes. Macau: “Notícias de Macau”.
- (1963-1964) – *Nova Colectânea de Artigos*. Compil. Luís Gonzaga Gomes. Macau: “Notícias de Macau”.
- (1979) – *Macau, Impressões e Recordações*. Pref. Graciete Batalha. Lisboa: Quinzena de Macau.
- (1983) – *Arte Chinesa: colectânea de artigos*. Macau: Edição do Leal Senado.
- (1996) – *A Instrução Pública em Macau*. Org., introd. António Aresta; Pref. Maria Edith da Silva. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- (1998) – “Impressões e Recordações de Macau”. In *Antologia de Autores Famalicenses*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, pp. 393-403.
- (s. d.) – *Sobre Filosofia*. Macau: Leal Senado.
- (2006) – *Socialismo Libertario ou Anarchismo: historia e doutrina*. Prof. João Freire. Lisboa: Letra Livre. Edição Fac-similada.
- SCHILLER, Friedrich von
- (1898) – *Guilherme Tell: drama de Schiller*. Introd., trad. e anot. por M. Silva Mendes. Famalicão: Typographia Minerva.

Bibliografia passiva

ALVES, Carlos Miguel Botão

- (1991) – “Silva Mendes e o Taoísmo: perspectivas sobre o Tau-te-Ching”. In *Revista de Cultura*. Macau, n.º 16 (Out.-Nov.-Dez.), pp. 151-162.
- (1998a) – *Antologia de Autores Famalicenses*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- (1998b) – *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses: catálogo da exposição*. Coord., introd. e textos Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves; Exp., cat. Amadeu Gonçalves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- ARESTA, António
- (1990) – *Manuel da Silva Mendes e a Poética do Taoísmo*. [s. l.: s. n.].
- (1991) – “Manuel da Silva Mendes: historiador do socialismo libertário”. In *Revista de Cultura*. Macau, n.º 16 (Ou.-Nov.-Dez.), pp. 187-195.

BRUNO, Sampaio

(1906) – *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão-Editores, 1987.

(1997) – *O Brasil Mental: esboço crítico*. Pref. António Telmo. Porto: Lello Editores.

1994 – *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses – III*. Org. IBNL; Coord. Eugénio Lisboa. Sintra: Publicações Europa-América.

BASTIEN, Carlos

(1997) – “Os Primeiros Leitores Portugueses de Marx Economista”. In *Vértice*. Lisboa, n.º 79 (Jul.-Set.), pp. 34-46.

(1998) – *Biografias: autores famalicenses*. Introd. Agostinho Fernandes; Org. Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

CAETANO, Marcelo

(1964) – “Anarquismo”. In *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – II*. Lisboa: Editorial Verbo, Cols. 108-111.

CARVALHO, Vasco César de

(2005) – *Aspectos de Vila Nova: A Justiça*. 2.ª ed.. Pref. José Viriato Capela. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.

CONFÚCIO

Os Anacletos=Lun Yú. Trad. da versão inglesa, Fátima Tomás. Sintra: Publicações Europa-América, [s. d.].

COSTA, Artur Sá

(1999) – “Em Busca da Figura Famalicense do Século”. In *Opinião Pública*. V. N. de Famalicão, Ano 9, n.º 399 (30 Dez.), p. 12.

CUNHA, Norberto Ferreira da

(2001) – “Bernardino Machado Perante o Liberalismo, o Socialismo e o Anarquismo”. In *Bernardino Machado: o homem, o cientista, o político e o pedagogo*. Coord. Norberto Ferreira da Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, pp. 83-118.

(1901) – “Dr.º Silva Mendes”. In *O Regenerador*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 66 (2 Fev.), p. 3.

FEATHERSTONE, Mike

(1997) – “Sociologia, Cultura Urbana e Globalização”. In *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Trad. Ângela Maria Moreira... [et. al.]. Oeiras: Celta Editora, 1997, pp. 83-103.

FERNANDES, Sousa

(1891) – “A Revolução e Robespierre”. In *Pequenos Estudos: história, sociologia e política*. Famalicão: Typographia Minerva, pp. 43-76.

(1896) – “Lei Contra os Anarquistas”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 88 (12 Fev.), p. 1.

(1896) – “Onde Vamos Nós?”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 88 (12 Fev.), p. 1.

(1896) – “Que Anarquia!”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 57 (24 Jun.), p. 1.

(1896) – “Dr.º Silva Mendes”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 62 (29 Jul.), p. 3.

(1896) – “Bibliografia. Silva Mendes, Socialismo Libertário: História e Doutrina, 1896”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 83 (23 Dez.), p. 2.

(1897) – “Dr. Silva Mendes”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 93 (3 Mar.), p. 2.

(1897) – “Notícias. Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários”. In *O Porvir*, Ano 2, n.º 105 (26 Maio), p. 2.

(1897) – “Comissão Municipal Republicana”. In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 114 (28 Jul.), p. 2.

FORTUNA, Carlos

(1997) – “Sociologia, Cultura Humana e Globalização”. In *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Trad. Ângela Maria Moreira... [et. al.]. Oeiras: Celta Editora, 1997, pp. 1-28.

(2005) – *Gentes da Terra*. Apresent., coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Edições Quasi.

GONÇALVES, Amadeu

(1994) – “Breviário Tirsense de Manuel da Silva Mendes”. In *Revista da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso*. Santo Tirso, n.º 8 (Mar.), pp. 53-55.

GUIDENS, Anthony

(1997) – *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. Trad. Teresa Curvelo. Oeiras: Celta Editora, 1997.

JASPERS, Karl

(2001) – *Los Grandes Maestros Espirituales de Oriente y Occidente: Buda, Confúcio, Lao-Tsé, Jesús, Nagarjuna, Agustín*. Introd. Manuel Garrido; Trad. Elisa Lucena, Pablo Somón. Madrid: Editorial Tecnos.

KALTENMARK, Max

(1972) – *A Filosofia Chinesa*. Trad. Emília Piedade. Lisboa: Edições 70, 1981.

- KLEIST, Heinrich von
(2004) – *Michael Kohlhaas, O Rebelde*. 3.ª ed. Trad. Egito Gonçalves. Lisboa: Antígona.
- LAO TSE
Tao Te King. 2.ª ed. Trad., pref. e notas António Melo. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- LIU WU-CHI
(1963) – *La Philosophie de Confucius : le courant le plus marquant de pensée chinoise*. Traduit de l'anglais Raoul Baude. Paris : Payot.
- MACHADO, Bernardino
(1899) – “Notas dum Pae”. In *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 46, n.º 7 (Jul.), pp. 400-407.
(1901) – “Notas dum Pae”. In *O Instituto: revista científica e literaria*, Vol. 48, n.º 2, pp. 92-105.
(1909) – *Orientação e Tactica Republicana*. Porto: Typ. do Porto Medico.
(1910) – *A Logica dos Acontecimentos*. Lisboa: Typographia Leiria.
- MACINTYRE, Alasdair
(1966) – *A Short History of Ethics*. 2.ª ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1968.
(1981) – *After Virtue: a study in moral theory*. 2.ª ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984.
(2001) – “Incondensurabilidad, verdad y la conversación entre Confucianos y Aristotélicos acerca de las virtudes”. In *Cultura y modernidad: perspectivas filosóficas de Oriente y Occidente*, Trad. David Sedpav. Barcelona: Editorial Kairós, pp. 110-120.
- MESQUITA, António Pedro
(2002) – “Republicanos e Socialistas”. In *História do Pensamento Filosófico Português: O Século XIX – T. II*. Dir. Pedro Calafate. Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 335-430.
- MOREIRA, Tiago
(2003) – “Mendes, Manuel da Silva”. In *Dicionário de Educadores Portugueses*. Dir. António Nóvoa. Porto: Edições Asa.
- NEVES, Loureiro
(2004) – *Mediações Orientais: Confúcio e Lao Tse*. Lisboa: Notícias Editorial.
- NOZICK, Robert
(1974) – *Anarquía, Estado y Utopía*. Trad. Roland Tamayo. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- NUNES, Isabel
(1991) – “Museu Luís de Camões: a sua criação”. In *Revista de Cultura*. Macau, n.º 16 (Out.-Nov.-Dez.), pp. 187-195.
(1955) – “O IV Centenário de Macau e os Números Comemorativos de carácter Cultural”. In *Gazeta Literária*. Porto, Vol. III, n.º 36-37 (Ago.-Set.), pp. 149-150.
- REGO, José de Carvalho e
(1994) – “Manuel da Silva Mendes”. In *Figuras e Outros Tempos*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- ROBERT, Jean-Noel
(1997) – “O Budismo”. In *As Grandes Religiões do Mundo*. Dir. Jean Delumeau; Trad. Pedro Tamen. Lisboa : Editorial Presença.
- SÁ, Victor de
(1994-1995) – “Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 13, pp. 141-144.
- SALGUEIRO, Teresa
(2000) – “Ser Cidade: novos desafios e oportunidades”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 17, pp. 143-150.
- SCHIPPER, Kristofer
(1997) – “O Tauísmo”. In *As Grandes Religiões do Mundo*. Dir. Jean Delumeau; Trad. Pedro Tamen. Lisboa : Editorial Presença.
- SCOTT, Walter
(2004) – *Ivanhoe*. Trad. Ana Paula da Silva Santos Miraldo. Lisboa: Mediasat Group.
- SILVEIRA, Pedro da
(1966) – “Silva Mendes: notícias biobibliográficas”. In *Seara Nova*. Lisboa, n.º 1446 (Abr.), pp. 101-105.
- SMART, Barry
(1993) – *A Pós-Modernidade*. Trad. Ana Paula Curado. Sintra: Publicações Europa-América.
- TERROSO, Rodrigo
(1898) – “Guilherme Tell”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 22 (3 Mar.), p. 2.
(1898) – “Socialismo Libertário”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 32 (12 Maio), p. 3.

(1898) – “Drº Silva Mendes”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, nº 38 (23 Jun.), p. 2.

(1898) – “Dr.º Silva Mendes”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 55 (20 Out.), p. 2.

VANDERMEERSCH, Léon

(1997) – “O Confucionismo”. In *As Grandes Religiões do Mundo*. Dir. Jean Delumeau; Trad. Pedro Tamen. Lisboa : Editorial Presença.

WIJAYARATNA, Môhan

(1997) – “O Budismo nos Países do Therañáda”. In *As Grandes Religiões do Mundo*. Dir. Jean Delumeau; Trad. Pedro Tamen. Lisboa : Editorial Presença.



Júlio Brandão (1869-1947)
– 60º Aniversário da morte

O Poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras Teias de um Nascimento

por Odete Paiva*

Introdução

Ao comemorarem-se os sessenta anos da morte do poeta famalicense, poderíamos centrar-nos sobre a sua produção literária, embora não a perdendo de vista, procurámos, todavia, ir por outro caminho e, com base na micro análise, seguimos a sua história entroncada nos seus ancestrais famalicenses. Para tal reconstruímos a sua genealogia, desde meados do século XVIII, altura em que aqui se estabeleceram, no lugar de Pereiras, cujo topónimo terá, assim o julgamos, derivado de ambos os cônjuges, que em Setecentos se fixaram em Famalicão, terem antepassados com esse sobrenome.

Aparecendo-nos sempre a indicação de que Júlio Brandão havia nascido em Vila Nova de Famalicão, e não encontrando o seu baptismo, pusemos a hipótese de ter sido baptizado noutra freguesia uma vez que, para a época, as fontes paroquiais tinham bastante fiabilidade. Após comparação com a data de nascimento do poeta e do casamento dos pais começámos a compreender o seu primeiro sacramento fora desta vila e analisando trabalhos empíricos feitos para o Minho, um deles sobre o concelho de Famalicão, concluímos que esta situação se enquadra na mentalidade da época e geografia da região.

1. Raízes de um poeta

Ao passarmos pela Casa de Pereiras, em Vila Nova de Famalicão, deparamos com dois dísticos colocados nos muros laterais do portão principal, que nos conduzem a épocas diferentes, a da sua construção e a do seu restauro, o ano de 1750 e o de 1991.

Apetece-nos entrar, já porque é um espaço apelativo, qual água cristalina jorrando na cidade, já porque conseguimos recuar no tempo e sentir os passos infantis de Júlio Brandão, o olhar atento deste menino que captou odores, sons e fragrâncias aqui e nunca mais os esqueceu. É ele a chamar pela avó paterna Dona Luísa Carneiro, que carinhosamente o embalava e o



▲ Casa de Pereiras

levava a dar longos passeios pelos campos que envolviam a casa. As tias Maria Amélia, Sofia Amélia, Rosa e Ana viam nessa criança uma benção, pois era sensível e afectuosa, além disso, era filho do irmão Aires, que viveu na casa paterna até ao casamento, com 34 anos de idade.

Numa família de mulheres, só com dois filhos homens, um deles solteiro, Aires seria, para além do pai, uma figura tutelar, pois estamos numa sociedade oitocentista. Paralelamente, era um homem culto e sensível. Escriturário, fazia das palavras um uso prático, mas também amava as letras, era uma alma de poeta.

.....
* Universidade do Minho.

O tio Custódio afeiçoou-se a Júlio e ao seu sorriso doce. Contava-lhe histórias, agarrava-o pela mão branca e delicada e levava-o com ele. Afinal nunca casou e os sobrinhos eram a sua ternura. A tia Sofia e os primos Carlos, Gaspar, Augusto, César, Lúcio, Maria, Lucília, Joaquina, Carlota e João brincavam com ele. Quando se juntavam era um chilrear na Casa de Pereiras. Corridas, brincadeiras, disputar de colo.

Os primos mimavam-no, como delfim. Era um rancho naquele lar. Ele esperava ansioso pelos momentos com os primos. Talvez fosse o Aires, da sua idade, o preferido, afinal até tinha o nome de seu pai, que fora seu padrinho. E quando nasceu o primo Leopoldo e a prima Beatriz, o primeiro mais novo cerca de dois anos e a segunda com menos quatro anos! Era vê-lo a olhar para o berço, a agarrar mansamente a mão dos primos, a tentar perceber o apego do sangue, da família, que o acompanharão sempre.

Ainda pequenino, poucos dias antes de fazer quatro anos, morre na sua Casa de Pereiras, sua avó paterna, Luísa Carneiro. Só tinha 68 anos e ia ter tantas saudades dela!

Ó minha doce Avó de olhos magoados,
Luzes espirituais, como duas almas,
Onde nunca roçaram os pecados!
(...)
Como eu te vejo ainda a dobar, no loiro
Cair das tardes – quando as verdes palmas
Dos Santos abrem em rosários de oiro...
(...)
Conta-me histórias desse tempo amigo,
Ó sombra abençoada e nunca ausente,
Que foi no peito que te dei jazigo!

Abre de novo o teu jardim tão lindo,
Solta as quimeras de asas irisadas
Sobre rosas magnificas zumbindo...

Via o pai muito triste e a mãe a tentar consolá-lo. Casados há pouco, sentia-se que este acontecimento vinha trazer-lhes vontade de partir. E lá foram para o Porto. Um dia, soube que tinha mais uma priminha, Elisa, que nasceu em Março de 1876. Com os pais veio vê-la, tinha ele seis anitos. Na Casa já vivia sua tia Sofia, com os filhos e marido. O avô João andava nostálgico pela falta da companheira, mas esboçava um sorriso patriarcal sobre os netos. E o Júlio estava um homenzinho, vivo e esperto, com um olhar imenso, doce como o céu, emoldurado por uns caracóis da cor das searas. João de Sousa retirou-se para um canto nessa manhã de Março, quase Abril de 1876 e abriu a alma, o Criador tinha-o abençoado. Afinal já não tinha a companheira de tantos anos, mas tinha outros amores e vivia num lar cheio de vida florida pelos netos, qual papoilas do trigal. Os filhos estavam com ele. Só Aires e Sofia tinham casado e esta era uma fada do lar. Aires visitava-o amiúde e por Pereiras passavam períodos longos, sempre que a vida o permitia.

Um dia, Júlio soube que o avô, já um ancião de 82 anos, tinha falecido. Era o princípio de Novembro de 1887, estava muito frio e as árvores despidas... sentia-se nostálgico e gelado. Entrou com os pais na Casa dos avós e nos seus dezoito anos pode ver o avô na sala, no seu leito fúnebre. Já não era a sala dos seus Natais, era a sala soturna, triste. Um desespero se apossou dele e a morte olhava a vida. Júlio derramava lágrimas sentidas. Os primos tentam retirá-lo. Vê novamente os pais muito tristes. Era uma árvore que partia, que soube construir uma casa com os pergaminhos do trabalho.

E lá foi novamente para o Porto, onde estudava, para regressar no Natal.

Famalicão era uma quimera, um local onde vinha tantas vezes! O caminho de ferro unia as terras, mas a saudade viajava sem limites.

.....
¹ Júlio Brandão, *Saudades*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1893, pp. 82-83.

E o vento à tarde vinha cheio de saúde,
Margaridas e trevo e rosmaninho e feno²...

Não conheceu os bisavós, mas o pai falhava-lhe neles. Francisco José de Sousa e Teresa Luísa Fernandes, proprietários, viviam uma vida desafogada no lugar de Pereiras, na casa construída poucos anos antes de seu bisavô nascer. E lembrava-se do pai lhe dizer que só este nascera em Famalicão, filho de Luís de Sousa, da freguesia de Moures, diocese do Porto e de Josefa Pereira, de S. João das Caldas, diocese de Braga. Os pais de Luís de Sousa chamavam-se Manuel de Sousa e Maria Pereira e os de Josefa eram Manuel Freitas e Maria Pereira. Seria daí o nome dado ao lugar?

E o pai ia puxando pelo armário das memórias e contava-lhe que não tinha conhecido seu bisavô, mas que era um homem considerado na terra famalicense, que morreu antes de esta se ter tornado sede de concelho, mas que sua avó ainda viveu para se juntar ao júbilo geral.

E ia continuando...O tio - avô, Manuel de Sousa era bacharel pela Universidade de Coimbra, tinha morrido muito novo, aqui em Famalicão, só com 36 anos, ainda solteiro.

2. O Nascimento de um poeta

Todos os filhos do Mundo, ainda mesmo os “os filhos das ervas”, têm um tronco natural; como todos os povos têm a sua tradição; e como todas as águas – ainda as mais obscuras e perdidas – tiveram sua “mãe de água”, em sítio de rocha amorável³.

Júlio interrogava-se sobre o mistério do seu nascimento. Se os pais tinham casado em 24 de Julho de 1872, como pode ele ter nascido em 9 de Agosto de 1869? Que enigma era esse? E porque o tinham ido baptizar a Requião, se os pais viviam em Famalicão? Seriam eles seus pais “naturais”, ou só de afecto?

O mistério da sua vida, o seu nascimento, teria sido desvendado por ele? Que teias o envolveram? Será que arrostou sempre consigo o enredo do seu nascimento? Que significado atribuir a estes seus versos?

Tem duas portas a Vida:
Uma chama-se Amargura
Que é sempre a mais concorrida;
Outra chama-se Ventura.

Foi por aquela que um dia
Entrei pequeno e chorando:
Nunca mais tive alegria
Que logo perdi, entrando⁴...

Júlio de Sousa Brandão foi um menino baptizado pelo então abade de Requião, José Vieira de Sousa Coutinho, nesta mesma freguesia em 10 de Agosto, de 1869. Nascido à uma hora da tarde do dia anterior, foi entregue pela madrugada, ainda com algumas horas, *por pessoa desconhecida a Carolina Rosa, solteira, moradora no lugar do Sobrado, trazendo um bilhete em que pedía lhe fosse dado o nome de Júlio.*

Porque teria ocorrido tal? Temeria a mãe o opróbio, a vergonha de ser mãe solteira? Porque demoraram tantos anos a casar, só o vindo a fazer em 24 de Julho de 1872? Que estaria aqui a fazer Dona Maria

.....
² Id. *lb.* p. 90.

³ Actualizámos a grafia. Extraído de «A Algebeira», *Ilustração Portuguesa*, n.º 221, de 16.05.1910, p. 633.

⁴ Júlio Brandão, *Saudades*, pp. 36-37.

Benedita, sua mãe, se era natural da freguesia de S. Cristóvão, Coimbra? Será que os pais já tinham falecido, não podendo exercer pressão para o casamento junto do pai de seu neto?

A mãe, ou alguém por ela, ao levá-lo para lá teve o cuidado de o fazer em freguesia próxima, mas pensava resgatá-lo, indicando como sinal para mais tarde o ir buscar, o nome que queria que fosse dado à criança, Júlio. Pena é que tal bilhete não nos tenha chegado e talvez soubéssemos mais sobre os primeiros tempos de vida do poeta amante das açucenas e do Minho luxuriante.

Se Aires Pinto de Sousa e Maria Benedita tinham já à época do nascimento de Júlio mais de 30 anos, que se passaria para não casarem antes?

É uma questão que levantamos e que nos faz lembrar Eça de Queirós, cujo nascimento também tem sido objecto de muitas reflexões. Fruto de amores não sancionados pelo matrimónio, talvez porque a avó materna não quisesse o casamento de sua filha com o juiz Queirós, pai de Eça, o escritor viveu fora do berço materno e não pode usufruir de um lar composto de pai e mãe⁵.

Como seriam os primeiros anos de Júlio Brandão? Viveriam os pais conjuntamente e só depois se casaram? Estava ele só com a mãe? Com uma ama? Com os avós?

Vasco de Carvalho, amigo de seu pai, indica como local de nascimento do poeta uma casa na Rua de Santo António. Será que era lá que a mãe vivia? Ou estaria em casa dos pais, de familiares, de amigos? Considerando-se como provado tal berço, porque seria que o redactor paroquial que faz o assento de casamento de Aires Pinto de Sousa e Maria Benedita do Couto Brandão refere como morada da mãe a Rua de Santo Adrião?

A mãe do poeta seria pessoa de prestígio, uma vez que no registo de casamento nos aparece como Dona, bem como sua mãe. Estaria ela destinada a casar com outro? Talvez alguém da aristocracia?

Se ambos eram solteiros, não havendo impedimento legal, que razões aduzir?

Há uma neblina à volta destas vidas. Teria sido “retirado” o filho a Maria Benedita, como por vezes acontecia nesta época, para que ela não sofresse as vicissitudes de ser mãe solteira?

Não se nos afigura um caso de abandono típico, pois houve o cuidado de o entregar a alguém, embora debaixo do anonimato de quem o deixou. Seria Carolina Rosa uma mulher em condições de amamentar Júlio, ou de arranjar uma ama de leite? Somos de opinião que se curou de proteger a criança para que mais tarde, alteradas as circunstâncias, ela pudesse ser resgatada. E foi-o efectivamente, embora não saibamos quando.

Por subsequente matrimónio, Júlio foi legitimado⁶. Porém, aparecem-nos dois averbamentos no livro de nascimentos de Requião referentes ao registo deste menino, um de 1882, assinado pelo abade José Vieira de Sousa Coutinho, e outro de 1889, com a chancela do Encomendado António José da Costa. O primeiro referido: *Por ordem do Excelentíssimo Arcebispo Primaz, de 13.04.1882, foi lançado novo assento rectificado, sob o n.º 11 do ano e o segundo dizendo: Não é certa a nota supra, mas por segunda autorização de 6 de Fevereiro de 1889, foi por mim rectificado o dito assento, a 7 do mesmo de Fevereiro, sobre o número 7.*

Só com dezanove anos o poeta viu o seu registo de baptismo devidamente alterado.

Recuando a meados do século XIX, encontramos alusão no registo de óbito⁷ de Francisco José de Sousa, casado com Teresa Luísa Fernandes, do lugar de Pereiras, a disposições do seu testamento em que este perfilha e deixa por herdeiro o minorista João de Sousa, *pedindo nele a Sua Majestade Fidelíssima que qui-*

⁵ Será que algum dia Eça e Júlio falaram sobre o seu passado de meninos, ou só os unia a escrita?

(Recorde-se que Júlio Brandão publicou o romance *A Farmácia Pires*, nos números 23 e 24 de Abril e Maio, da *Revista de Portugal* dirigida por Eça de Queirós).

⁶ De acordo com os artigos 119.º e 121.º do *Código Civil Português*, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867.

⁷ *Livro de Óbitos de Vila Nova de Famalicão de 20.11.1815 a 17.12.1838.*

sesse aprovar esta perfilhação. A pesquisa levou-nos a querer saber as origens de João, o que conseguimos. Sua mãe, Francisca Teresa era solteira e tinha sido exposta. Ele tinha outro irmão, Manuel, já falecido, fruto do casamento do pai com Teresa Luísa Fernandes.

Avó e neto tiveram um passado semelhante, só que enquanto Júlio foi perfilhado pelo casamento dos pais, seu avô paterno só o foi à morte do seu progenitor, embora nos pareça não lhe ter faltado a sua ajuda, pois, recebeu pelo menos ordens menores e teria, caso assim o desejasse, possibilidades de se ordenar sacerdote, uma vez que o pai assim o deixa indicado no testamento.

Conclusão

Faleceu , sim, um Poeta – e quando morre um poeta, os sinos, no seu dobre a Finados, têm uma ressonância mais plangente para demonstrar a mágoa que o Espírito sofreu, pela perda de um ser humano que fez a vida dedicada às coisas belas da Natureza⁸.

Júlio Brandão, poeta por essência, foi um cultor do belo, da elegia às suas raízes, ao amor, à família. Certamente *O Livro de Aglais*, concluído aos vinte e dois anos, e muitas das suas produções tivessem colhido temas nesta sua terra e dos seus ancestrais. Oiçamos o poeta:

Truz- truz! – Quem bate ao postigo

Parei à boca das fontes,
Onde as ninfas colhem flores:
Dormi à Lua dos montes,
Na cabana dos pastores!...⁹

A Dobadoira

Ó dobadoira dos olhos castanhos,
Em que meditas, sorrindo ao dobar?
É que já andam a lerem-se os banhos,
Que a dobadoira afinal vai casar...¹⁰

O culto da família e da sua terra esteve sempre presente no escritor de rara sensibilidade, parecendo querer agarrar aquilo que lhe terá faltado nos primeiros tempos. E, cá vinha matar saudades, tal como o pai Aires Pinto de Sousa, que nunca deixou de a amar, o que transparece nas suas crónicas de meados de Novecentos, para a *Estrela do Minho*, com o pseudónimo de Rosendo. Ao vermos Rodrigo Terroso, que escreve com a sigla de Samuel e o pai de Júlio Brandão a falarem sobre figuras famalicenses, parece que estamos a olhar para aquarelas famalicenses. A sua veia literária levou-o, segundo Vasco de Carvalho¹¹, a fazer algum jornalismo, a escrever crónicas literárias e a produzir versos, destes reproduzimos o poema *Partindo*, que lhe dedicou¹².

Da dor o gume que as almas corta,
E com ele a tristíssima lembrança
Dos beijos que te dei na face morta!...
Mas não era daqui... nos olhos tinha
A luz, o brilho de celeste encanto,

⁸ Vasco de Carvalho, *Na Morte de Júlio Brandão*, Vila Nova de Famalicão, Minerva Ed. 1947, p. 7.

⁹ *O Livro de Aglais*, Porto, Tipografia Ocidental, 1892, p. 37. Actualizámos a grafia

¹⁰ Id. *ib.* p.43. Actualizámos a grafia.

¹¹ Vasco de Carvalho, *Na Morte de Júlio Brandão*, Vila Nova de Famalicão, Minerva Ed. 1947, p. 20.

¹² *Estrela do Minho*, 16. 12. 1917, p. 1.

E passando Partiste... Mas deixaste-me criança,
Por nós, qual andorinha,
Sacudia de si o térreo manto...

É translúcida, bela, radiosa,
Já sem a forma material, impura,
Como o perfume subtil de uma rosa
Subiu ao seio da eternal ventura...

Feliz criança! Nos cidrais caminhos,
Não terá como nós, no vale tremendo,
A vereda escabrosa – só de espinhos –
Algemados à dor – sempre gemendo!

Nessa mansão de júbilos infindos
Onde há só primaveras a florir,
Nunca o pranto terá nos olhos lindos,
Nunca a dor tolherá o seu sorrir...

E se lá – nessa pátria refulgente-
Chega a voz da dor que me ficou,
Não olvides jamais pomba inocente –
O triste que as faces te beijou!...

Foi ainda amante do teatro, chegando a representar no primeiro teatro existente em Famalicão, na Rua de Santo António.

A neta de Júlio Brandão, Maria Amélia Brandão, nascida a 25 de Janeiro de 1928, em Calendário, também tocada pelas musas, revela-nos a sua primeira produção poética, de 1942, que rapresentamos.

Primavera

Já cantam os passarinhos
E o trigo vai crescendo,
Passam ledos carneirinhos
Que as ervinhas vão comendo!

Flores à beira dos caminhos
Seus aromas vão vertendo,
E por entre os ribeirinhos
Água fresca vai correndo!

Já é tudo ouro e frescura!
Tudo se envolve em ternura
Numa alegria sincera...
Todos cantam melodias,
Tocam as Avé-Marias,
Quando chega a Primavera!...¹³

Já casado¹⁴, o poeta visita a sua terra, chegando a ficar durante largos períodos, nos meses de Verão, em Santiago de Antas, em casa de Maria da Conceição Fonseca Mesquita (Conceição do Hotel), a fim de com os ares puros desta região ajudar a saúde débil de sua mulher.

.....
¹³ Poesias de Maria Amélia Brandão de Carvalho, in Espólio de Vasco de Carvalho.

¹⁴ Júlio Brandão casou no Porto, na igreja de Nevogilde, Foz do Douro, a 27 de Julho de 1899, com Dona Conceição Isabel Moreira Brandão, de Cabeceiras de Basto.

Vem a falecer em 1947 e o seu funeral sai pelas 17 horas de 10 de Abril de 1947, do prédio com o número 121, da Praça de Mousinho de Albuquerque, na cidade invicta, estando sepultado tal como sua mulher no cemitério de Agramonte, no Porto.

Dez anos mais tarde, sua neta, Amélia Brandão, dedica-lhe este seu poema:

Recordando um poeta

MOTE¹⁵

Coração que tens bondade,
Sê bendito coração.
És do tamanho do mundo,
Cabes na palma da mão.

Júlio Brandão

Tudo consegues na vida:
Não te vistas de vaidade
E conserva a fonte altiva
- Coração que tens bondade!

Se à força do teu pulsar
O Mundo colher lição,
Não te importes de te dar,
- Sê bendito coração!

Tudo em prol da humanidade
Coração sempre fecundo,
Mais vasto do que a verdade...
- És do tamanho do mundo!
E se praticares o bem
Encontras consolação:
Todos te querem também
... Cabes na palma da mão!¹⁶

Fontes e Bibliografia:

Código Civil Português, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867.

Estrela do Minho, 16. 12. 1917.

Estrela do Minho, 10.02.1957.

Ilustração Portuguesa, n.º 221, 16.05.1910, p. 633.

Livro de Baptismos de Requião, de 04.12.1858 a 03.05.1870.

Livro de Óbitos de Vila Nova de Famalicão de 20.11.1815 a 17.12.1838.

Brandão, Júlio, *O Livro de Aglais*, Porto, Tipografia Ocidental, 1892.

_____. *Saudades*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1893.

Carvalho, Vasco, *Na Morte de Júlio Brandão*, Minerva Ed. Vila Nova de Famalicão, 1947.

_____. *Poesias de Maria Amélia Brandão de Carvalho*, s.d.

Neves, António Amaro, *Filhos das ervas, A ilegitimidade no Norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, Guimarães, NEPS, 2001.

Paiva, Odete, « No Útero se joga o destino: filhos naturais e enjeitados », in *Homens e mulheres: um caminho comum*, Porto, Ed. AP.H.M., 2006.

_____. « Famílias monoparentais e abandono de crianças em Vila Nova de Famalicão nos séculos XVIII – XIX », in Capela, José Viriato e outros (Coor.), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Ed. Quasi, 2005.

.....
¹⁵ Este mote é da autoria de Júlio Brandão.

¹⁶ *Estrela do Minho*, 10.02.1957

A minha homenagem a Júlio Brandão (1869-1947) Kronos: uma cronologia (viva)

por Amadeu Gonçalves*

Numa altura em que se comemora o 60.º Aniversário do Falecimento de Júlio Brandão, tal como o fez a Escola Preparatória em nome do seu patrono radicada em Vila Nova de Famalicão, julgo que esta cronologia que se apresenta neste *Boletim Cultural* dignifica o nosso conterrâneo numa matriz não só pedagógica, como também científica. Esta é, no fundo, a minha homenagem pessoal a um escritor famalicense que chegou a desempenhar um lugar de destaque e de relevo na cultura portuguesa.

Neste sentido, o que o futuro investigador e os estudantes de Júlio Brandão têm nesta cronologia é. Acima de tudo, um instrumento de trabalho. Eis o que ela é. Um instrumento de trabalho que comporta os seguintes pontos:

- i) Descrição bibliográfica das obras, nas suas sucessivas edições, com a indicação das instituições, nomeadamente de bibliotecas, onde o livro se encontra e com a referida cota, isto é, segundo a Classificação Decimal Universal.
- ii) As referências bibliográficas que situam a imensa e vasta colaboração na imprensa (nacional e regional, e mesmo local), caso concreto, por exemplo, em *O Primeiro de Janeiro* e, no caso famalicense, *o Estrela do Minho*.
- iii) Textos seleccionados de estudiosos da cultura e da literatura portuguesa (caso de Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Raul Brandão, seus contemporâneos; Fernando Guimarães, José Carlos Seabra Pereira, João Pedro de Andrade, Óscar Lopes, Hernâni Cidade, entre outros, do nosso tempo), nomeadamente nas suas referências ao simbolismo e à sua estética literária. Desta forma, incorporamos também os textos das homenagens de 1950 e de 1969, para uma interpretação didáctica, assim como também a polémica com Teixeira de Pascoaes, em 1912, num inquérito literário promovido por Boavida Portugal, a qual continuaria no jornal *O Mundo*.
- iv) As indicações bibliográficas das antologias sobre o simbolismo, o decadentismo e mesmo sobre o naturalismo, nas quais é sempre uma referência, com a respectiva transcrição que lhe diz respeito, acentuando-se particularmente tais publicações nos anos 80 e 90 do século XX. Inclui também a referência e a transcrição de outras notícias retiradas da imprensa e das revistas de especialidade, principalmente de crítica literária, caso da *Colóquio-Letras*, para uma maior compreensão global da sua obra.

Se as suas origens de nascimento estão em volta de algum mistério (tal como o evidencia a certidão de nascimento que transcrevemos, conhecida, aliás, por Vasco de Carvalho que a não cita na sua biografia e bibliografia de Brandão que publica em 1947), assim o estudo de Odete Paiva, outro tanto não podemos dizer sobre a sua actividade literária, intensamente prolifera, pelo menos no que diz respeito à sua colaboração na imprensa portuguesa, não só na nacional, como também na regional, especialmente em *O Primeiro de Janeiro*. Podemos dizer que Brandão, ao lado de Camilo, a nível local e nacional, antologado e estudado, num outro plano estético-literário, é certo, tem sido uma constante revisitação, tal como o foi na homenagem de 1950, efectuada pela Associação de Jornalistas de Homens de Letras do Porto em colaboração com o município famalicense e com algumas pessoas gradas que admiravam o homenageado, assim como a de 1969 efectuada pelo mesmo município, no Centenário de Nascimento, ou então no recente ciclo *Gentes da Terra*, uma série de conferências sobre algumas das personalidades de Vila Nova de Famalicão, no qual não foi esquecido. Assim a própria cronologia o evidencia, manifestando a ideia clara de ser uma cronologia viva até aos nossos dias, e não aquela tradicional que se faz entre o ano de nascimento e do falecimento. Esta ultrapassa a fronteira legítima da datação, pretendendo manifestar a ideia, senão mesmo as ideias, de Brandão, num acto refundacional interpretativa e publicativo.

.....
* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

No início, a bibliografia passiva que então se conhecia para se efectuarem novos estudos e abrir novas perspectivas textuais interpretativas, eram quase nulas. Exceptuando a nível local os casos do P. Benjamim Salgado, Vasco de Carvalho e de José Casimiro da Silva, assim como o texto de Alfredo de Magalhães na homenagem de 1950, glorificada com a famosa «glorietta» (não se sabendo do respectivo *Auto de Entrega* da homenagem, cujo texto foi então elaborado em “pergaminho e iluminuras, encerrado em artístico estojo”, segundo nos noticia o nosso e famoso *Estrela do Minho*), a nível nacional, para além das antologias pedagógicas sobre o simbolismo e das edições facsimiladas do grupo portuense *Os Nefelibatas* que se efectuavam, nos anos noventa do século passado, os ensaios de José Carlos Seabra Pereira eram, pelo menos, os mais conhecidos e os mais ligados directamente a Brandão. Neste último caso, o prefácio que então efectuou à peça de teatro *A Noite de Natal*, esta escrita por Júlio e Raul Brandão (apelidos não familiares, mas de afectividade relacional literária e de amizade, chegando Raul a ser padrinho de casamento de Júlio) é deveras notável e singular, assim como também o seu livro (tese de doutoramento) *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa* (para quando uma reedição?).

Gostava de realçar as Comemorações do Centenário da Publicação do *Livro de Aglais*, promovidas e realizadas pelo Município de Vila Nova de Famalicão. Destaco, do programa das actividades, o colóquio subordinado ao tema *Júlio Brandão Poeta do Simbolismo*, uma conferência proferida por Fernando Guimarães, e a publicação realizada pelo respectivo município de uma *Gazeta de Famalicão*, sob a coordenação e a realização de Artur Sá da Costa e de Amadeu Gonçalves. Ao nível da imprensa destaco, inquestionavelmente, pelo menos no que diz respeito à bibliografia passiva, o álbum de recortes feito por Vasco de Carvalho, o qual existe no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, integrado no seu espólio. Honra aqui lhe seja feita.

Destaco, finalmente, o estudo de Xesús Alonso Montero sobre a *Revista Internacional O Soneto Neo-Latino* e publicado em 1996, noticiando e transcrevendo o filme do tempo pela imprensa.

Esta cronologia viva de Júlio Brandão se, por um lado, (confesso) falhas poderá ter, por outro lado, ela foi construída em várias etapas até chegar a alcançar a estrutura formal final que se dá a conhecer, já que teve várias estruturas internas. Inicialmente, as referências bibliográficas da colaboração de Brandão na imprensa, assim como as referências à sua obra, pertenciam a compartimentos individualizados, incorporadas num só corpo global, denominada bibliografia activa. Aparecendo, por outro, os dados biográficos separados deste respectivo corpo temático. Aqui, de salientar, numa outra fase, a ideia que surgiu foi a de incorporar a extensa colaboração de Brandão na imprensa nos respectivos dados biográficos. Não vincou.

As indicações bibliográficas que aparecem em nota de rodapé, tendo sido o texto publicado inicialmente na imprensa, fazem referência onde o artigo foi publicado em livro. É o caso, particularmente, da colaboração do *Primeiro de Janeiro*. Tais indicações bibliográficas têm a seguinte explicação: alguns textos encontram-se publicados em obras mais recentes, caso das *Obras de Júlio Brandão*, organizadas por Fernando Guimarães em três volumes: i) *Poesia*, ii) *Prosa*, iii) *Memórias e Crítica Literária*.

Uma outra ideia já tardia foi a selecção de textos a incorporar na cronologia de alguns estudiosos da cultura portuguesa, nomeadamente os estudos sobre o simbolismo, os textos das homenagens (1950, 1969), assim como algumas referências textuais da imprensa. Se, num primeiro momento, o destaque vai para a sua actividade poética e ficcional, principalmente contista, num segundo momento, a referência vai para a sua textualidade memorialística. Apenas pretendo que tais textos seleccionados sejam fontes de inspiração para novos motivos de estudo e de reflexão à volta da obra de Brandão.

Termino com uma nota final decepcionante, visando a actual Associação de Jornalistas de Homens de Letras do Porto, instituição que em 1950 tanto fez e colaborou com o município famalicense na homenagem que então prestaram a Brandão. Ora, para quando é que a referida instituição portuense se resolve a dispo-

nibilizar aos investigadores, e ao público em geral, o espólio inacessível de Brandão? Oferecido pelo próprio (ou pela família?), o espólio particular de Júlio Brandão continua, desde 1947, sem ter sido trabalhado, isto é, catalogado e inventariado, para não falar já de uma possível digitalização. Tal atitude dos tempos de outrora, e dos de hoje, revela uma falta de visão estratégica. Concluindo, imagino o quanto mais se não poderia descobrir com a abertura do espólio ao público e aos investigadores, na medida em que novos caminhos interpretativos se abriam e novos dados surgiriam para uma compreensão ainda mais viva da biografia e da actividade literária de Júlio Brandão.

Resta-me uma palavra de sincero agradecimento ao Dr. Artur Sá da Costa, o qual acarinhou e estimulou a publicação desta cronologia neste *Boletim Cultural*, incorporada como está na rubrica *Evocações*. Possivelmente, se não fosse ele, esta cronologia não veria ainda a luz do dia. Um bem haja.

Siglas

BFCM	Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda
BFF/UCP	Biblioteca da Faculdade de Filosofia/Universidade Católica Portuguesa
BMCCB/FL	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local
BMCCB/FL – NS	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Nuno Simões
BMCCB/FL – VC	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Vasco de Carvalho
BN	Biblioteca Nacional
BPB	Biblioteca Pública de Braga
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
FCGBGA	Fundação Calouste Gulbenkian Biblioteca Geral Arte

Kronos: cronologia (viva) de Júlio Brandão (1869-2007)

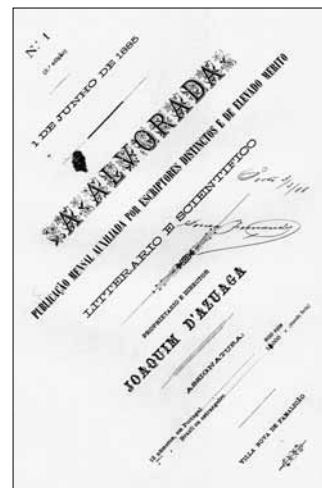
Organização, Investigação, Descrição
e Notas Bibliográficas, Textos Seleccionados
por Amadeu Gonçalves

A peregrinação é uma só – é a vida.
Nada se perde na vida, nada é inútil na vida.
Júlio Brandão

- 1869** • Nasce Júlio Brandão em Vila Nova de Famalicão na Rua de St.º António, a 9 de Agosto¹. Filho do famalicense Aires Pinto de Sousa (da Casa de Pereiras), funcionário de repartição do Caminho do Ferro do Estado, e de Maria Benedita do Couto Brandão, de Almedina (S. Cristóvão), Coimbra. Casaram em Vila Nova de Famalicão.
- Foi baptizado na Igreja de S. Silvestre de Requião a 10 de Agosto, tendo tido como madrinha Nossa Senhora das



▲ Júlio Brandão com 5 anos



▲ A Alvorada

Dores e o padrinho o Abade da Paróquia, José Vieira de Sousa Coutinho.

- 1874** • A família alterou a sua residência para o Porto, tendo então 5 anos.
- 1882** • Faz o exame da instrução primária, a 26 de Maio.
- 1886** • “Amor e vida”. In *A Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (Ago. 1886), p. 22.
- “Saudação”. In *A Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 4 (Set. 1886), p. 29.

¹ Certidão de nascimento de Júlio Brandão. P. António José Carvalho Guimarães, Coadjutor da Freguesia de Requião, Concelho de Famalicão, certifica que do livro de extractos de assentos de baptismo desta freguesia, consta o seguinte: Júlio, [exposto] e legitimado por Aires Pinto de Sousa, de Famalicão, e D. Maria Benedita do Couto Brandão, de São Cristóvão, Coimbra, recebidos na Freguesia de Famalicão, neto paterno de João de Sousa e de Luísa Maria Carneiro e materno de José Maria Brandão Couto e de Gertrudes Benedita de Sousa Prado Mascarenhas Couto, nasceu no dia nove de Agosto de mil oitocentos e sessenta e nove, e foi baptizado no dia 10 de Agosto de mil novecentos e sessenta e nove, sendo padrinhos o baptizante, o Abade José Vieira de Sousa Coutinho e Nossa Senhora das Dores. É cópia fiel. / Requião, 14 de Abril de 1947.

Contém, na folha azul que transcreve a certidão, um cartão do P. António Guimarães, manuscrito, com o seguinte conteúdo: Baptismo / Junho – 10.8.1869 – exposto por pessoa desconhecida à porta de Carolina Rosa, do lugar de Sobrado, neste mesmo dia, trazendo um bilhete em que pedia-lhe fosse dado o nome de Júlio.

Documento existente no espólio de Vasco de Carvalho na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (Fundo Local), de Vila Nova de Famalicão

[exposto] – Encontra-se por cima da frase.

- 1887 • “Soneto: a Camilo Castelo Branco”. In *A Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 10 (16 Mar. 1887), p. 4.
- 1888 • “Nem um Astro”. In *A Geração Nova*. Porto, Ano 1, n.º 3 (1888).
 • “Eduardo Coimbra”. In *A Geração Nova*. Porto, Ano 1, n.º 5 (1888).
 • “Tema Simples”. In *Revista Moderna*. Porto, Ano 1, n.º 2 (20 Mar. 1888).
 • “Rosa”. In *Revista Moderna*. Porto, Ano 1, n.º 5 (5 Maio 1888).
- 1889 • “Cega”². In *Brasil-Portugal*. Lisboa, n.º 1 (16 Fev. 1899), p. 11.
 • Nos tempos do liceu, exercita-se com outros estudantes em arremedos consentâneos de periódicos; foi director e proprietário de uma folha que se chamava jactanciosamente *A Ideia*.³
- 1890 • É publicado o número único *Um Feixe de Plumas*, com a colaboração, entre outros, de Júlio Brandão e D. João de Castro.



▲ *A Geração Nova*

i) Poetas e ficcionistas, artistas plásticos e críticos, alguns jovens formavam havia tempo uma tertúlia singular do Porto, virada de costas para as formas consagradas da arte portuguesa e alimentando, num misto de boémia e esoterismo, os germes de uma nova realidade estética, de signo iniludivelmente decadentista. Depois de, em 1890, comporem *Um Feixe de Plumas*, “número único literário” de que davam como directores Sampaio Bruno e Joaquim de Araújo, e em que subscreviam, com os nomes de João de Deus, Antero, Junqueiro, Eça, Oliveira Martins, Fialho, Gomes Leal, Teófilo, Feijó, João Penha e outros, prosas e versos em que o estilo daqueles autores era parodiado, os nefelibatas portuenses decidiram falar, provocantemente, de si mesmos e de seus companheiros de rumos poéticos, da sua estranha vida comunitária pelas noites no Barredo e das atitudes ou factos que, ao correio do comum das gentes, os atraíam.⁴

ii) Editada no Porto, tendo saído um número único. Foi publicada no dia 1 de Abril, como «um poisson d’avril delicioso» – tal como refere Júlio Brandão em *Galeria de Sombras* – apresentando uma redacção fictícia (Bruno e Joaquim de Araújo) e textos de colaboradores também fictícios. Entre estes apontavam-se nomes de consagrados (desde Guerra Junqueiro a Eça de Queirós) e dos novos de então (D. João de Castro, Alberto Bramão, Xavier de Carvalho, E. de Artayett, João de Menezes, Júlio Brandão, António Nobre). Entre os autores destes *pastiches*, estavam Júlio Brandão, D. João de Castro, Domingos Guimarães, etc.⁵

iii) No primeiro dia de Abril de 1890, apareceu ao lusco-fusco, apregoado nas ruas e cafés portuenses, um número único literário, intitulado *Um Feixe de Plumas*. Poucas horas depois entrava nas redacções e era distribuído nos teatros.

O *Feixe* era colaborado por quase todos os escritores ilustres de Portugal dessa época, e por vários rapazes que iniciavam então a carreira das letras.

O êxito foi retumbante – acentuando-se cada vez mais, durante algum tempo, com as referências que os jornais lhe consagraram e com as polémicas que suscitou.

No alto, o *Feixe de Plumas* estampava como directores *Bruno* e Joaquim de Araújo, dois nomes já então consagrados. Subscreviam versos e prosas nada menos do que João de Deus, Antero, Junqueiro, Eça, Oliveira Martins, Ramalho, Fialho, Gomes Leal, Teófilo, D. Maria Amália, Feijó, Conde de Ficalho, D. Alberto Bramão, Silva Pinto, Bento Moreno, João Penha, M. Duarte de Almeida e muitos outros. Uma corbela de flores variegadas, que a maior parte do público ia aspirando deleitosamente, um tanto surpreendido com publicação tão inesperadamente grata ao

² Cf. *Nuvem de Oiro*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1912, pp. 6-8.

³ José Carlos Seabra Pereira – “Raúl Brandão e Júlio Brandão na Renovação Literária dos Fins do Século XIX”. In *A Noite de Natal*. Raul Brandão, Júlio Brandão. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981, p. 15. Segundo indicação de Vasco de Carvalho (“Na Morte de Júlio Brandão”) colaborou neste jornal com o pseudónimo Giltónio. No mesmo ano, 1889, e segundo indicação de Carvalho, colabora no *Jornal da Manhã* e em *Mocidade*, aqui com o pseudónimo Valério de Juvenal.

⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁵ Fernando Guimarães – *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 145.

seu paladar estético, e que outra parte, em mais reduzido número, saboreava com um sorriso entre amável e céptico a brincar-lhe nos lábios...

Nos jornais aconteceu o mesmo. Alguns noticiaram o *Feixe de Plumas* como um *poisson-d'avril* delicioso, e galhardamente o saudaram. Era natural. Certos jornalistas, que também *colaboravam*, sabiam com segurança que nada haviam escrito...

Mas outros receberam e aplaudiram o número-único com todas as homenagens devidas a penas tão insignes e de tanto fulgor. Se tivessem atentado em certas epígrafes, em várias notas, que acompanhavam os trechos, não se teriam deixado iludir. Por vezes uma ou outra picada com alfinete de ouro ressaltava, graciosa. A prosa de Fialho, por exemplo, tinha o seguinte título: «Recordações duma «próxima» viagem a Espanha». Alguns dos fragmentos diziam-se de livros com títulos fantásticos, indicados em nota. E nos próprios artigos ou versos não raro zumbiam algumas vespas doiradas, num fino raio de sol. Sobretudo nos «pensamentos» havia ironias claras.

Os «redactores» andavam sinceramente intrigados. *Bruno* cuspinhava, chupava o cigarro, esboghava os olhos perscrutadores: «O diabo da *blague* tem graça e está bem feita. De quem será?» Joaquim de Araújo procurava sorteiramente encontrar o fio da meada – mas os dias passavam, e tudo era silêncio e mistério! Acontecia que os próprios «directores» colaboravam: José Sampaio com um arrazoado em prosa complicada e abstrusa, em que a *charge*, aliás inofensiva, era evidente; Joaquim de Araújo, que já trabalhava nas suas versões do *Intermezzo* de Heine, figurava também com um dos números desse incomparável, desse eterno poema de amor:

Foi isto em Maio. A minha amada
Sorria às minhas confissões.
Cantava no ar a passurada,
Tudo era cheio de canções.

E como a vida então sorria
No azul dos céus, no prado em flor,
Todo este amor que me enebria
Eu confessei ao meu amor...

Anunciavam-se ao tempo vários dramas históricos, em verso, sobre D. Sebastião. O *Feixe de Plumas* publicava um excerto inédito – tudo ali era inédito, fulgurantemente inédito – assinado por D. João da Câmara, que preparava o seu *Alcácer-Kibir*. Uma das personagens que aparecia no fragmento apócrifo chamava-se *Zaira*. Aqui ardeu Tróia. Augusto de Mesquita tinha igualmente na forja um «D. Sebastião», e veio logo à estacada muito a sério, um pedaço azedado, atacando o homem encantador que era o dramaturgo de *Afonso VI* – porque aquela personagem era muito sua, tinha sido ele quem descobrira *Zaira*, moura loucamente enamorada do moço rei, e essa era uma das *trouvailles* da sua tragédia. E o pobre Augusto de Mesquita, por causa da sua moura encantada, atirava-se bravamente a D. João da Câmara, que suave em bica. Depois, quando reconheceram que se tratava dum *poisson-d'avril*, apertaram-se as mãos cavalheiras e leais, pusaram os ferros – como era de prever em dramaturgos tão simpáticos, então de capa e espada.

Estão a ver a balbúrdia que às vezes iria em certos cafés literários, em certas redacções do Porto e de Lisboa, para onde foram expedidos muitos *Feixes de Plumas*. Quem era o autor ou autores dos versos e das prosas – decalques algumas vezes primorosos, na verdade? Mistério insondável e profundo – como os de Eléusis. Não havia sibila que soerguesse uma ponta do véu revelador?

Nesses tempos longínquos, e que eu vejo agora esfumados em saudosas neblinas de ouro matinal, não havia revoluções anunciadas, os negócios corriam pacificamente, os abalos sísmicos eram raros, as ambições em regra legítimas, e as quadrilhas de gatunos muito reduzidas e duma generosidade tocante. O mundo, sobretudo para os rapazes, parecia quase uma renovação do primeiro Éden. A terra era doce, era amiga e florida de rosas. Nem eu, nem os meus camaradas desse tempo, dum idealismo imperturbável, escutáramos ainda as palavras tremendas, que mais tarde ouvimos, como na Bíblia, a respeito da gleba em que iam cavando: «*Spinis et tribulos germinabit tibi*»...

Sendo assim, as coisas de espírito tomavam um certo enlevo, despertavam um certo interesse – ainda as coisas ligeiras, inofensivamente graciosas, como a lembrança, um tudo nada boémia, desse *Feixe de Plumas*.

O segredo, contudo, ninguém o descobrira. E eu ainda hoje me admiro, tendo entrado tantos rapazes na *blague*, de que nenhum, por esses tempos, desse à língua numa garrulice de confidência. Aquilo é que era gente!

Os anos foram passando, e ninguém mais se lembrou da travessura. Entretanto, de quando em quando, um ou outro manuseador de gazetas velhas aproveitava das *pastiches* do *Feixe*, que tomava a sério, algum trecho que republicava.

Já duas vezes encontrei transcrito o soneto que ali era atribuído a João Penha, como se fosse do poeta de *Vinho e Fel*. Já li também algures, igualmente reproduzidas a sério, as linhas que se seguem, sob a paternidade de Eça de Queirós: «Um dia, no quarto de Fradique Mendes, num hotel de Damietta, vi sobre uma velha *console* uma rosa murcha.

Pela janela aberta a luz clara da manhã entrava; um ar fino aveludava os céus, e as coisas e o quarto ganhavam ao sol uma luz rosada, de cambiantes muito doces...

Perguntei a Fradique que recordação o ligava àquela flor. Não me respondeu – e vi rasarem-lhe os olhos de lágrimas. Depois vim a saber que naquela rosa tinham palpitado as divinas comoções dum primeiro amor correspondido...»

Há poucos anos ainda um jornalista considerava autênticos os versos que no *poisson-d'avril* de 1890 vinham assinados por António Nobre!

Na composição de *Um Feixe de Plumas* entraram vários colaboradores, quase todos com menos de vinte anos. Lembram-me de momento D. João de Castro, José Sarmento, Castro Alves, Vieira Correia, Domingos Guimarães, Eduardo Lopes – e o autor destas linhas, que vem hoje, tantos anos volvidos, quebrar o pacto formidável desse mistério agosto!

No antigo «Camanho», de tons escuros, com o seu ar discreto de cervejaria flamenga, quase todos traçamos, entre risos esplêndidos, a maior parte da colaboração do escandaloso número. Tudo foi levado – versos, prosas e risos! Estes parece que se perderam depressa, como aves migradoras que fogem aos primeiros chuveiros do Outono.

Pela minha parte, quando me lembro desse Abril tão distante, tenho a impressão de que estou sempre em pleno Inverno, embora o céu seja azul como os olhos de Desdémone, e as minhas jarras de faiança estejam cheias de flores. Agora mesmo me ponho a olhar uma reprodução da *Primavera* de Botticelli, e cuido ver essas mulheres quase divinas como que envoltas em leves gazes negras – na floresta do sonho, onde um «amor» esvoaça...

Como os olhos cansados vão melancolizando a vida, e como nos vamos todos transformando em fantasmas!⁶

- “Cantares”. In *Um Feixe de Plumas*⁷. Porto (1890), p. 3.
- “Soror Celeste”. In *O Intermezzo*. Porto, n.º 1 (22 Nov. 1890), p. 5.
- “Noite de Judá”⁸. In *O Intermezzo*. Porto, n.º 1 (22 Nov. 1890), p. 5.
- “Salmo da Noite”. In *O Intermezzo*. Porto, n.º 4 (31 Dez. 1890), p. 7.
- “Lusitânia”. In *Lusitânia*. Porto, n.º único (Jan. 1890).

1891 • Vida de Santos: Virgem Maria, Mãe de Deus e Santa Isabel, Rainha de Portugal. J. Brandão, R. Brandão. Porto: Livraria Portugal de Lopes & C^a, Editores, 1891. 160 p.: 2 est. II. BFCM SI3.

BMCCB/FL. Reg. n.º 4441. 235 BRA (Anjos. Santos).

i) Foi longa a camaradagem de Raul Brandão e Júlio Brandão – cuja comunidade de apelido não revelava nenhum parentesco. Começou nas reuniões do Cenáculo, continuou na direcção da *Revista de Hoje* (1894-1896), reafirmou-



▲ Júlio Brandão e Raul Brandão



▲ Livro *Vida de Santos*

⁶ “Um Feixe de Plumas”. In *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 44-50.

⁷ Júlio Brandão – “Um Feixe de Plumas”. In *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização, pp. 44-50.

⁸ Cf. *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 3 (1891), p. 31.

se em 1899 e em 1902 nas duas peças de teatro que assinaram juntos. Menos conhecida – e apenas a título de curiosidade merece ser lembrada – é a colaboração de ambos no volume *Vida de Santos*, publicado em 1891, o qual se propunha ser o primeiro de uma série. Sob os nomes de R. Brandão e J. Brandão, o livro insere as vidas de *A Virgem Maria* e de *Santa Isabel de Portugal*.⁹

ii) O período de gestação, nos anos oitenta, em que tanto Júlio Brandão como Raul Brandão se mostram ainda presos às tendências realistas e naturalistas. A fase de instauração, entre 1889 e 1891, em que ambos são já intervenientes, enquanto membros de tertúlias portuenses e enquanto escritores que colaboram em revistas e opúsculos colectivos (embora permitindo-se o expediente edificante de *Vida de Santos* e de alguma ficção narrativa não “novista” em 1891 e 1892). Segue-se a fase de expansão e predomínio, entre 1892 e o fim da década, em que ambos são figuras influentes pelo papel que têm em revistas e pelos volumes que publicam, aparecendo Júlio Brandão em plano de maior evidência, com produção mais intensa e valiosa, enquanto Raul Brandão se faz notar por uma produção mais esparsa que lhe prolonga o estatuto de promessa literária a confirmar; no fundo, Júlio Brandão, já meritório autor menor, identificava-se mais facilmente com as tendências generalizadas (as suas obras dando expressão pessoal à vertente do Decadentismo mais próximo da mera reelaboração agónica da tradição romântica nacional e, além disso, abrindo-se logo à compensação neo-romântica), ao passo que Raúl Brandão, virtual autor maior, ilustra então aspectos mais específicos e universais do Decadentismo e aproxima-se de vectores simbolistas, de ambos os modos encaminhando-se para um sistema de valores estético-ideológicos então desconhecido. Finalmente, o Decadentismo e o Simbolismo conhecem nos princípios do século XX uma fase de refluxo perante os Neo-Romantismos vitalista, saudosista e lusitanista – para esta última corrente evoluindo Júlio Brandão, enquanto Raul Brandão ia afirmando a sua singularidade expressionista.¹⁰

- É publicado o opúsculo *Os Nefelibatas*, escrito por Júlio Brandão, Justino de Montalvão e Raul Brandão, os quais aparecem retratados uns pelos outros.

BORJA, Luís de

Os Nephelibatas. Luíz de Borja. [Porto?: s. n., 1891].

BN F. 1422

BPMP P-A-3050

i) Os nefelibatas eram positivamente macabros – com satanismos de por os cabelos em pé.

Júlio Brandão

ii) Um dos incessantes frequentadores do Cenáculo era Júlio Brandão, perfil caprino e trovadoresco, em que dois olhos largos e sombrios como almas, tem relâmpagos de febre que se facetam num monóculo, névoas infinitas de infinita nostalgia doente, e às vezes grandes centelhas de hilaridade que blagueia, entre o ruivo ondeamento da cabeleira frígida e a barba ruiva, uma barbicha em sarça de Mefisto-fauno.

O poeta da claridade e das magias do luar. O pavilhão da sua galera que palpita às vibrações do mar e alvamente vai tremulindo sobre a formilhante Realidade, e de seda branca e prata, e tem esta legenda: Simplicidade. Nuna língua calma e idílica, como a dos velhos profetas da Bíblia poética, o seu sonho e lança-se para os ideais horizontes da Pureza e da Suavidade, numa revoada polvilhada de asas de arminhos, sob a luissância das estreladas e luarentas noites, e errante na Diamantina floração dos Astros a sua Alma entoa os cânticos da Noite, salmos místicos rogando a Graça e o Livramento. O Misticismo invocante de Verlaine, o Poeta Santo, tem nos seus versos resignados e onde chora já serenizada uma grande saudade e uma aspiração de brancuras, a espaços relâmpagos de Heine, o humorista lírico.

Mas o poeta da “Bíblia do Amor”, o Poeta da Simplicidade, certos dias, parecia outro, transformado num ser acabrunhado e misantropo, sonâmbulizando a um canto, mudo, pesadelos de nevrose-negra, como reflexo turvava as suas pupilas e as fazia cruéis.

Nesses dias de tristeza, o Poeta estranho aparecia no terror petrificante dum homem que luta com um espectro: gestos dum pavor de agonia revolviam-no, e na crise alucinante, da sua garganta rouquejante brotavam como novelos vivos vivoras, palavras de crime, interjeições satânicas: O Poeta debatia-se com o Mal.

Luís de Borja

⁹ João Pedro de Andrade – *Raul Brandão*. Lisboa: Editora Arcádia, [s. d.], pp. 78-79.

¹⁰ José Carlos Seabra Pereira – “Raul Brandão e Júlio Brandão na Renovação Literária dos Fins do Século XIX”, *Ibidem*, pp. 14-15.

iii) "Nefelibatas" não significa, como título da criação colectiva, que se confessassem sem outros caracteres ou ambições que o vogar, fantasiosamente, fora das realidades quotidianas. Se tomam a designação é como prova de coragem face aos detractores alvares, e para redimensionar o seu significado – como tinham feito os artistas franceses com o epíteto "décadente".¹¹

iv) É de inteira fantasia o ambiente descrito no folheto *Os Nefelibatas*. Em vez das escadas sem fim do pai ferrageiro de Igo de Pinho, era no bairro da Sé (no Porto), onde «as casas tinham contrições, dir-se-iam mendigas rezando, ajoelhadas nas trevas», que se efectuavam as «reuniões cheias de mistério e de simpatia». O folheto tem como nome de autor um «Luís de Borja» inexistente, de resto «um dos últimos a aparecer no cenáculo, e um dos primeiros a abandoná-lo». Entre os nomes dos frequentadores figuram uns inventados, outros reais. A evocação abre com um soneto dedicado a Luís de Borja e assinado R. Maria, num estilo todo simbolista, em alexandrinos sem cesura, incorrectos e magníficos, lembrando estranhamente nas imagens e no ritmo, certos poemas de Sá-Carneiro do primeiro número de *Orpheu*.

O soneto é provavelmente de Júlio Brandão, outro dos influentes do grupo (e possível co-autor do opúsculo).

[...]

Por entre o vocabulário exotérico, abrem-se algumas clareiras de bom senso. São esclarecedores estes períodos: «O que os novos querem é a Arte livre. A literatura dos outros, quase sempre não sentida as mais das vezes sem probidade, arrastava-se. Os parnasianos desconsolavam-se cocando adjectivos bonitos; o naturalismo, que em Portugal se sustentara pelo *humor* de Eça de Queirós e pelo seu génio de fantasia – só encontrara seguidores mediócrs. Depois, como J.-K Huysmans o reconhecia, a banalidade do naturalismo feito por um escritor, a banalidade do naturalismo feito por um escritor probo assustava. Foi então que os novos fizeram a Arte livre.» Esses novos, alguns frequentadores do cenáculo, outros apenas evocados, eram Alberto de Oliveira, D. João de Castro, Júlio Brandão, Justino de Montalvão, Raul Brandão, António Nobre, os plásticos Igo de Pinho e Celso Hermínio, e ainda, entre alguns nomes esquecidos, Alberto osóriod e Castro, João Barreira, Camilo Pessanha, Oliveira Soares e Eugénio de Castro. Ao passo que se fala longamente de Alberto de Oliveira, D. João de Castro e Júlio Brandão, os mais chegados ao grupo, Camilo Pessanha merece apenas referência apressada: «... craionando bem alguns aspectos do Exterior». Eugénio de Castro tinha a estima dos membros do cenáculo, que, no entanto, não deixavam de o considerar «afastado da nossa intuição de Arte», apontando-lhe «um procurado *inérito*... adulterando um pouco a Arte pelo Cartaz», mas reconhecendo-lhe «um fino talento» que «cintila em preciosas joalharias de vitrais.

v) A designação de *Nefelibatas*, aplicada aos nossos simbolistas de 1890, nasceu das *Horas*, de Eugénio de Castro, em cujo prólogo o eminente poeta empregou aquele termo, que logo caiu no goto dos leitores aturdidos com os processos para eles arrevesados da nova poética.

Eugénio de Castro escrevia: «Tal a obra que o poeta concebeu longe dos bárbaros, cujos inscientes apupos – aí não é de esperar –, não lograrão desviá-lo do seu nobre e altivo desdém de nefelibata».

Pouco a pouco a palavra degenerou em alcunha. *Nefelibatas* não eram apenas os que andavam nas nuvens, seu primeiro significado – daí os sonhadores, os independentes, os individualistas em arte, os corifeus e prosélitos do grupo que sucedia ao dos parnasianos: eram todos os lunáticos, os que se arredavam das normas habituais, os rebeldes e iconoclastas, que o público sisudo e conspícuo considerava mais ou menos destrambelhados.

Não venho agora referir-me miudamente à estética do Simbolismo, em contraste firsante com certas teorias naturalistas, contrapondo o sonho, o mistério e os voos fantasiosos à observação rigorosa e aos cânones do realismo, que fizera o seu tempo. É com razão que Faguet afirma que a um período de observação sucede outro de imaginação e sentimento.

Remy de Gourmont. Esse malogrado e grande espírito, combatendo as opiniões mesquinhas de Nordau, escrevia: *La seule excuse qu'un homme ait d'écrire, c'est de s'écrire lui-même, de dévoiler aux autres la sorte de monde qui se mire en son miroir individuel; sa seule excuse ed'être original; il doit dire de choses non encore dites et les dire en une forme non encore formulée. Il doit se créer sa propre esthétique – et nous devons admettre autant d'esthétiques qu'il y a d'esprits originaux, et les juger d'après ce qu'elles sont et non d'après ce qu'elles ne sont pas.*

Nos nossos simbolistas, como nos estranhos, havia pelo menos duas correntes caracterizadas, uma evidentemente mais verbalista e decorativa, outra mais nacionalista e «verlainiana».

Afinal de contas, depurados os excessos inerentes a todas as novas formas, o Simbolismo deu às letras de Portugal uma geração notável, hoje em grande parte consagrada, em que a originalidade de cada temperamento se moldou nas formas mais idóneas e maleáveis à sua emoção bem pessoal e ao seu sentido de beleza. Sob o ponto de

¹¹ *Ibidem*, p. 26.

vista técnico, deve-se-lhe uma incontestável riqueza de processos, desarticulando versos demasiado hirtos e retumbantes, um tanto de *zabumba e caixa*, como Camilo dizia dos sonetos bocagianos; ressurgindo metros obliterados, musicalizando a estrofe, dando-nos em nuances e meias-tintas sugestões e efeitos subtilíssimos.

Verlaine declarava que queria o verso «plus vague et plus soluble dand l'air». Atacava os artificios da rima e as formas declamatórias:

De la musique encore et toujours!
Car nous voulons la Nuance encore,
Pus la Couleur, rien que la Nuance!

Naturalmente, surgia a variedade de ritmos, usando-se paralelamente com as formas simétricas o *verslibrisme*, que entre nós não foi muito aproveitado, mas que lá fora encontrou cultores deveras ilustres, bastando citar Verhaeren, H. de Régnier, Vielé-Griffin...

Não há negar também que o vocabulário foi arejado e enriquecido – como abundantemente acontecera com o Romantismo e com os parnasianos. Dir-se-ia que alguns destes o puliam como lapidários, procurando a raridade, o exotismo, o fulgor de metais tauxiados, de esmaltes, de pedras preciosas, afirmando Herédia, um dos seus mestres mais característicos, e que foi eleito para representar o grupo na Academia Francesa – «que a leitura do dicionário de João Nicot lhe causava uma emoção muito mais viva do que a dos *Três Mosqueteiros*...

Richepin perguntava: «Comment est né exactement le Parnasse? Chez Mme. De Ricard? Chez Iemerre? Chez Mendes?»

Ocorre também inquirir como aparecera o Simbolismo. Pergunta ociosas. Terá de responder-se com o mestre de «Thais»: «Chaque génération coule se pensée dans le moule qui lui plait le mieux. Il faut comprendre les manifestations de l'art les plus diverses: si le naturalisme est venu, c'est qu'il devait venir, et le critique n'a plus qu'à l'expliquer».

Isto posto, à guisa clássica de argumento, contarei uma anedota.

Aí por 1893, em casa de Inácio de Pinho, que iniciava esplendidamente a sua carreira artística, juntavam-se quase todos os *nefelibatas* que então viviam no norte. Na vasta sala, que lhe servia de *atelier*, esgrimiam-se teorias e faziam-se paradoxos. Nas paredes, em panóplias, havia espadagões, cimitarras fúlgidas. Um tapete maravilhoso de Arraiolos. Pratos hispano-árabes, que a certa luz da tarde ardiam como ouro e sangue... Nos contadores abriam flores em boiões de faiança. Quadros antigos, bronzes, *pochades*, caricaturas, gravuras. Um divan atraía os mais contemplativos, outros preferiam as velhas cadeiras de sola.

Na saleta contigua, um piano, envolto numa sumptuosa colcha oriental, com grandes pássaros. O pintor blagueava e ria no seu gibão de veludo negro – e acompanhava-nos às vezes no coro dos punhais, dos *Huguenotes*, que punha um justificado pânico na vizinhança. Outras vezes, em horas taciturnas, quando alguns já sentiam o primeiro desfolhar de esperanças, ouviam-se as notas doloridas da *Marcha Fúnebre* de Chopin...

Andavam muito em voga as discussões literárias, suscitadas pelos novos livros simbolistas. No *Camanho* e no *Suíço* travavam-se rijas polémicas. Nesse tempo ainda havia no Porto vida literária.

O leitor circunspecto irritava-se – e certo dia foi resolvido em casa do Pinho imprimir um opúsculo que mais o azedasse, como é tineta sabida de rapazes.

Diversos escreviam o folheto – e creio que foi o Pinho quem o editou, sempre magnífico como Lourenço de Médicis.

O opúsculo apareceu, foi distribuído pelo correio e fez grande ruído. Hoje deve ser *avis rara*. Tinha a capa assanhadamente vermelha, e intitulava-se, em letras bem negras *Os Nefelibatas*.

Tudo isto se realizou em segredo, um segredo profundo, impenetrável, como tinha acontecido com o *Feixe de Plumas*, pisson-d'avril sensacional, a que já fiz referência. E é justo por de novo em relevo a descrição da rapaziada desse tempo, que guardava a sete chaves eses mistérios pavorosos. Parece que tais combinações eram feitas, não em plena luz e em pleno riso, com as nossas botoeiras floridas de cravos, mas num recanto de catacumbas.

O opúsculo narra coisas espantosas. Os *Nefelibatas* eram positivamente macabros – com satanismos de por os cabelos em pé.

Reuniam-se numa velha casa do Barredo – o *fúnebre* Barredo dos nichos e das vielas esconsas, onde por esse tempo ainda devia haver bruxas, preparando sortilégios como as de *Macbeth*, à luz dum luar untuoso, que escorria amareladamente pelas betesgas sujas...

Ao clarão lívido de tocheiros, uma velha nua dançava sarabandas demoníacas, como as feiticeiras de Goya, ou de águas-fortes de Rops, que evocam tragicamente o Amor e a Morte... Hoje, na maravilhosa civilização em que vivemos, haveria de ser acompanhada por um *jazz-band* de pretos. Mas nessa época os batuques da megera mal poderiam ser um vaticínio longinquo de certas danças actuais.

O leitor ingênuo benzia-se três vezes. O folheto dava, em caricaturas fantásticas, retratos de vários *nefelibatas*, contava aventuras e extravagâncias sinistras, com a mesma verdade e com o mesmo intuito com que Baudelaire contava as suas.

«Os Nefelibatas» foram, como disse, expedidos pelo correio. Diversos jornais fizeram-lhe referências receosas... Cândido de Figueiredo, por exemplo, celebrava o brilho literário das páginas satânicas – mas pungia-o deveras que moços de talento se perdessem em aventuras terríveis. Fialho, Alpoim, Abel Botelho celebravam a *blague*. Ninguém sabia, contudo, quem era ao certo o autor do que tantos tomaram a sério!

Devo dizer que, para muitas pessoas, *Os Nefelibatas* levavam dedicatórias em verso. Algumas em francês. O *envoi* do exemplar de Xavier de Carvalho tinha muita graça.

No exemplar de Eugénio de Castro escreveu uma quadra Henrique Pinto Coelho, talentoso e adorável camarada, falecido prematuramente no Brasil, parente próximo de Rodrigues de Freitas e do grande romancista de *Uma Família Inglesa*.

O folheto, destinado a uma ilustre escritora, extremamente piedosa e católica, levava a seguinte quadra.

Desculpe, Senhora minha,
Prosas malditas e audazes
(Rese uma «Salve-Rainha»
Por alma destes rapazes).

Assinava os versos – *Um dos energúmenos*. Lembro-me ainda de outra dedicatória, no exemplar oferecido a um jornalista pretensioso e medíocre, que ocultava a idade, e tinha sempre atitudes olímpicas:

Tens sempre falas prudentes,
Nunca te ris, na verdade:
É que se mostras os dentes
Todos te sabem a idade.

Dois anos depois, D. João de Castro publicava *Os Malditos*, volume incomparável de ironia, páginas de mocidade, mas já vibrantes e verdadeiramente admiráveis, em que a maior parte dos perfis de camaradas e de outras figuras da época são por vezes gravados magistralmente a água-forte.

Onde tudo isso vai! Como os anos foram descolorindo as paisagens para os olhos que envelhecem – e transfigurando tantas vezes os homens! Ao avançar do tempo, começamos a descortinar nos horizontes uma longa procissão de fantasmas. E nós próprios não somos mais do que sombras, ao entardecer da vida, nas horas que vão rolando como adeuses.

Por isso é grato, de quando em quando, arrancar do passado um pedaço de sonho, um pedaço de riso, ou até a própria dor! A própria dor – porque não? – que em momentos parece em balar-nos e afagar-nos, a distância...¹²

Júlio Brandão

- “Um Retrato”. In *Intermezzo*. Porto, n.º 5 (1 Fev. 1891), p. 5.
- “Carta”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (1 Maio 1891), p. 1.
- “Noite de Judá”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 3 (1 Jul. 1891), p. 31.
- “Pais”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 4 (1 Ago. 1891), p. 42.
- “Alma Póstuma”. In *A Província*, Ano 8, n.º 61 (17 Mar. 1891).
- “As Bodas: diário de festa”¹³. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 2, n.º 36 (30 Set. 1891), pp. 209-210.
- “O Natal: fragmento”¹⁴. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 2, n.º 41/42 (25 Dez. 1891), p. 275.



▲ *Nova Alvorada*

¹² “Os Nefelibatas”. In *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp.58-66.

¹³ Com Raul Brandão.

¹⁴ Com Raul Brandão.

1892 • O Livro de Aglais. Composto por Julio Brandão; com uma carta de Guerra Junqueiro. Porto: Typographia Occidental, 1892. XII, 100 p.: [1 fot].

BMCCB/FL. Reg. n.º 29822. 869.0-1 BRA (Literatura: poesia).

BPMP Res-XX-a-103. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.

i) [CARTA- PREFÁCIO]¹⁵

Meu prezado amigo:

Acabo de ler, encantado, o seu delicioso livrinho. Não há dúvida, revela um poeta: um cândido e amoroso elegíaco, delicado e tímido, com dotes raros de colorista harmónico e suave, e uma admirável e penetrantíssima intuição da misteriosa música do verso – corte de estrofe, magia de rima, equilíbrio de ritmo.

Alma lírica formosíssima, ingenuamente meiga e religiosa, traduzida em arte por um pintor hesitante, de tonalidades meigas e melancólicas – âmbar e opalas, pérola e lilás – e um violinista, cuja execução esmerada e límpida atinge por vezes, em detalhes felizes, como que um prenúncio de originalidade criadora.

Linda e simpática alvorecência literária. Sonhos vaporosos de poeta adolescente, para quem a vida se resume ainda em estados de alma cristalinos e simples – elegias idílicas e saudosas, ou paisagens mansas e dormentes, já aureoladas de oiro exanime dos ocasos, já como que boiando, incertas e sonâmbulas, em letargias fluídas de luar...

O mau olhar hipnotizante da eterna esfinge, noite negra e revolta povoada de enigmas, não lhe turvou ainda a ingénua candura desse espírito. Problemas sociais, problemas morais, nevroses metafísicas, ignora tudo. Verter em bonitos versos melódicos e pitorescos, de estrutura moderna, singelos sentimentos, fantasias graciosas, trechos de natureza vagamente doce e resignada, eis a sua preocupação única por enquanto. As torturas trágicas, os frémios sagrados, a aura alucinante, que em nós se manifestam com a análise do ser, com a visão indecifrável e formidável do universo, de tudo isso está livre o meu amigo.

Na sua flora literária não há nem cedros gigantes de raízes profundas e braços monstruosos de Briareu tetânico e fulminado, nem bizarras ambíguas vegetações desconhecidas, emergindo dum húmus crasso e purulento, estrelando-se de enormes pétalas sumptuosas – veludos cálidos e sombrios, raiados de oiro em brasa e púrpura sangrenta –, de onde se evolvam, fumegando, aromas atros de pesadelo, essências de vertigem, bálsamos e narcóticos de morte...

Não. O seu livro é um canteiro de flores singelas, um modesto e viçoso alegrete de cravos e margaridas, açucenas e lírios, violetas bravas e rosas de todo o ano.

Mas por isso mesmo que as características do seu talento e da sua alma são a brandura eternecida, a efusão lírica, a simplicidade afectuosa, tocadas de graça alvorecente e de incertezas de crepúsculo, eu quisera também, meu bom amigo, que a essa candura nativa e encantadora correspondesse uma expressão igualmente sincera e viva, translúcida e pessoal. Muitas vezes o alcança, mas por vezes ainda a sua autonomia literária incipiente, não lapidada e firme por enquanto, se deixa eivar e penetrar de influência estranhas, de reflexos nocivos e desarmonicos.

Páginas há em que a inspiração, duma espontaneidade argentina e luminosa, é de chofre turvada com policromias duras e de mau gosto.

Vela a bellissima poesia Aglais onde a par de voos admiráveis, dum lirismo tão alto comovente:

Como fogem depressa as aves emigradas!

Como caem depressa as rosas de tocar!

se encontram versos inferiores, poucos felizmente, tais por exemplo:

... À hora branda

Em que falávamos amigos à varanda,

Avivando o Passado, ardente como um tango

De uma guitarra, ao cair de um poente de morango,

Radioso e claro como tourada escarlate!

Isto é mau, não lhe parece?



▲ Livro de Aglais

¹⁵ Júlio Brandão – *O Livro de Aglais*. Com uma carta prefácio de Guerra Junqueiro. Porto: Typographia Occidental, 1892.

Depois para que mascarar a sua religiosidade espontânea e verdadeira, sob um catolicismo literário de convenção, estilo gótico-decadente de *brasserie*-artista, com rosacas moldadas de *carton-pâte* e vitrais económicos de gelatina?

Não é a crença, não é o misticismo o que me fere. Ao contrário, sabe-o muito bem. O que me desagrada, deixe-me dizer-lho com franqueza, é toda essa liturgia cenográfica de *bric-à-brac* deliquiscente, armada com imagens gastas de *cliché*, já tantas e tantas vezes reproduzidas.

Não infira daqui a minha hostilidade à moderníssima evolução poética, movimento fecundo e criador, alimentado por um mundo novo de ideias e sentimentos, e que, apesar de não haver produzido ainda um grande génio dominante e soberano que o sintetize, se revela já por obras admiráveis e sugestivas, rasgando horizontes inéditos, sobretudo um ponto de vista da forma e da expressão.

Pretendo apenas dizer-lhe, meu amigo, que fuja às subordinações e aos contágios imitativos das igrejinhas literárias. Escolas por via de regras não são mais do que a retórica dos homens de génio, a parte exterior e decorativa do seu talento, explorada e cultivada pelos medíocres e banais.

Todo o organismo vivo se nutre e se arquitecta com elementos estranhos. O que é preciso é que esses elementos, sob o império duma força autónoma, dêem corpo e existência a individualidades independentes. Nas primeiras semanas de gestação os embriões do porco, do boi, do coelho e do homem, são inteiramente, absolutamente idênticos. Não se distinguem.

Fez-me o meu amigo a honra imerecida de mostrar-me há 2 anos os seus primeiros versos. Eram naturalmente maus: banalidades infantis. Com o seu notabilíssimo poder de assimilação e intuição, e com a leitura dos poetas contemporâneos, a datar de Verlaine, fez em meses, rapidamente, progressos enormes. Era a segunda fase: manifestava-se já uma originalidade balbuciante, mas ainda velada de reminiscências evidentes. Há páginas dessas no seu livro. Terceira fase: o poeta destaca-se – plena maioridade artística – com fisionomia própria e feitio seu. Desse último período que lindas, que maravilhosas coisas! *As Boas Fadas*, por exemplo, são uma pequenina obra prima, original e perfeita, dum encanto sem mácula.

Alegro-me de ver que o meu amigo na ânsia estudiosa e continua de dar ao seu talento uma expressão bem viva e individual, se inclina ultimamente para a poesia do povo, onde circulam ainda robustas, geradoras, assimiláveis, todas as forças e energias da velha alma portuguesa. Pão grosseiro e moreno, mas nutriente e saboroso. Moem-no azenhas, levedam-no aldeães, comem-no pastores e cavadores. Para dilihiscências de civilizados nevropatas não há nada melhor. Alenta, enrija, faz-nos homens.

Oh, a divina alma da poesia do povo!... hóstia morena de pão tremes, amassada em lágrimas, símbolo eterno do grande crucificado obscuro e anónimo, cuja agonia não tem fim. Comungar de joelhos uma partícula dessa hóstia é transfundir para o nosso espírito todo o evangelho da nossa raça, misto de fatalismo e de aventura, de epopeia heróica e de elegia resignada.

Regressar, então, à arte nacional? Conforme. A nacionalidade agoniza, e a arte que dela brota é hoje apenas ou de reminiscências ou de negação: Drama histórico ou sátira, grandezas passadas que se evocam, vergonhas presentes que se fustigam.

A arte nacional, de resto, tornou-se inferior e circunscrita. Do mundo intelectual vão desaparecendo gradualmente todas as linhas divisórias da geografia política. Na região mais alta do pensamento a humanidade unificou-se. Sejamos, pois, como ideal do nosso tempo, e, como expressão da nossa raça. Arte nacional compreendo-a assim. É nesse intuito dupla vantagem nos advirá, impregnando-nos bem da rudeza sublime a graça íntima da poesia do povo. Não só realaremos, renovando-a, a tradição da língua e do carácter, mas daremos a nossa alma de artistas, amarga e doentia, num banho lustral de piedade santa e bondade simples, pondo-a em contacto com as dores e sofrimentos seculares dos deserdados e dos humildes. Os nossos livros, além de mais portugueses, ficarão sendo mais humanos.

Mas cuidado! que é necessário ir verdadeiramente ao fundo, à raiz moral dessa poesia incomparável e não aproveitá-la apenas, como sugestão literária, para uma arte superficial de *chic* e distinção, visando a meros efeitos de ritmo e de cor, de novidade e de improvisação.

Enfim, meu amigo, a receita das belas obras de arte, robustas e duradoiras, é uma única: Ideias profundas ou sentimentos eternos, vazados, a arder, em formas originais e maravilhosas.

E todo o poeta que queira renovar o seu canto tem de renovar o cérebro. A visão do universo está menos nos olhos que na massa encefálica. Modificar pelo estudo e pela experiência e concepção da vida é abrir à sensibilidade do poeta horizontes novos. Veja os pássaros: por melhor que cantem repelem-se sempre.

Vivamos a vida a sério, que é misteriosa e sagrada, e façamos da nossa arte o espelho luzente da nossa alma. O seu talento, orientado nesta direcção, promete-nos com segurança bons e belos livros. Sinta-os com fé e escreva-os com sangue. Trabalhe.

Viana do Castelo. / Seu amigo e admirador afectuoso / Guerra Junqueiro

ii) O ano literário que em poucos meses vai fechar-se continua impassivelmente a esterilidade dos seus progenitores, e apenas cuida assinalar-se por obras minúsculas, na maior parte poéticas, e tão falhas de inspiração como de factura. O facto não surpreende, desde que se avenha na convicção de que não pode haver literatura sem público que vibre dela, e sem vida nacional que a sugestione, e desde que, relanceando o olhar pelas gerações cultivadas dos últimos tempos, se descubra nela apenas parcerias cínicas de negócios, gafas de manhas interesseiras, e rebatendo no balcão do jornalismo político, via conspirata *de arcada*, faculdades que noutro meio se deviam expender em nobres lucubrações de Belas-Letras.

Deste desvio de talento criador e das simpatias do público pagante para longe do campo estético, resulta uma estiagem de arte de que os mediocres se aproveitam para impingir gato por lebre, e uma vacuidade intelectual de que se aproveita a livraria francesa para dar voga entre nós a escritores desconhecidos quase intrabarreiras de Paris. Assim por exemplo, os poetas simbolistas, decadentistas (cada qual feito, segundo a etimologia do termo, de dez dentistas), deliquescentes, e *tutti quanti*, que como núcleo de escola não lograram ainda ser reconhecidos pelas grandes potências, e que em França não passam, mau grado, o talento do místico Verlaine, dum grupo de telhudos destinado a morrer de esgana, entre dous vinhos, estão determinando entre os nossos imberbes uma tal reflexibilidade artística, uma tal *émoi* de imitação, que não é raro ver-se nos jornais ou em pequenos volumes de tipografia exótica, ridículas trovadorias esmaltadas de epítetos, e espaçando, como eles próprios dizem «*na nevrose deste final de século, que viu tudo*».

Entre os que mais petulantemente arvoram por gonfalo de guerra a nevropatia impotente das gerações «liquidadas» de que se fazem eco, destacam os Srs. António de Oliveira Soares, Eugénio de Castro e João de Castro, procurando fazer com os livros *Oaristos*, *Horas*, *Exame de Consciência*, *Azul*, *Paraíso Perdido*, *Alma Póstuma*, etc., a bagagem duma espécie de academia de maduros – os nefelibatas, ditos – cuja proclamação de independência ainda agora está fazendo gaudiar muitos trocistas.

Paralelamente, a este se vieram esfalfando outros mocinhos, algo decadistas assim, porém cheios de desdém pela artificial reputação dos nefelibatas; e foram os Srs. Alberto de Oliveira, António Nobre, Júlio Brandão, que com os livros *Bíblia do Sonho*, *Pores do Sol*, *Só e Livro de Aglais*, se propunham divergir dos antagonistas por uma espécie de renovação lírica fundada na inocência do sentimento popular, reivindicado por Garrett, e expresso em linguagem tão simples e ingénua, quanto pudessem tê-la homens lidos em cancioneiros nacionais, mas, ao mesmo tempo intelectualizados por todos os sugestivos requintes da poesia e da prosa do seu tempo. Ora, é de saber que ninguém recusa a qualquer destes bardos, com ciúmes uns dos outros, as simpatias devidas a todas as índoles, que buscam renovações de ideal, mesmo espavorindo o senso comum.¹⁶

iii) O que é no indivíduo ou na série, a decadência? É o enfraquecimento ou a perversão vital do conjunto de forças que resistem à morte. «Uma sociedade, sendo um organismo dotado de vontade e consciência colectiva, escreve Guyau, só pode subsistir pela solidariedade e consenso dos indivíduos que são os órgãos elementares. Esta solidariedade exprime-se pelo *espírito público*, isto é, por uma subordinação das consciências particulares à vontade geral; sendo esta subordinação o que constitui a moralidade cívica.

Entanto, vê-se que quanto mais a civilização avança, mais a individualidade se desenvolve, e este desenvolvimento pode tornar-se em causa de decadência, se ao tempo em que a individualidade se nos mostra mais livre e mais rica, ela se não for subordinando voluntariamente ao agregado social. O equilíbrio, a conciliação da individualidade com a solidariedade crescentes, eis o difícil problema das sociedades modernas. Desde que esse equilíbrio se rompe a proveito do que na individualidade houver de exclusivo e de egoísta, teremos o bem-estar social e o espírito público enfraquecidos, e virá a doença, a velhice, a decadência física e a decadência moral.

Ora é sobretudo pela procura do prazer individual que o egoísmo se manifesta, assim como pela concentração da vontade sobre o eu: orgulho, inveja, luxúria, avareza, luxo, cólera, preguiça, todos os pecados capitais da moral, são também doenças da sociedade. O orgulho poussa o indivíduo no seu eu intelectual ou voluntário, em face dos outros, que assim se lhe tornam estranhos. A convicção que esse indivíduo tem do que lhe falta, produz a inveja, começo de discórdia entre os indivíduos ou entre as classes: a inveja torna-se em cólera, desde que apareça o obstáculo; a luxúria, com o luxo que quase sempre a acompanha, torna-se o alvo da vida, e para a satisfazer é necessário dinheiro – donde a cupidez e a avareza. Finalmente, a rejeição pelo indivíduo dos interesses da sociedade, a procura do bem-estar individual, conduzem à preguiça.

¹⁶ Fialho de Almeida – *Os Gatos* – V. Lisboa: Circulo de Leitores, 1992, pp. 199-200.

E o resultado de tudo é a diminuição da fecundidade na nação envelhecida.» Digam-me se não há de todos estes passos na via dolorosa do nosso tempo! A excessiva cultura mental tirando-nos a fé, aboliu o respeito; o homem não conhece mais a disciplina, e por muito humilde que seja, considera-se sempre um chefe: ele no centro do mundo, e todas as coisas girando de roda do foco solar que ele imagina ter dentro do crânio. Pobre s soberbo, com uma voracidade superior à soma de confortos que lhe é possível angariar pelo trabalho, ei-lo mirando de soslaio o quinhão dos outros, e a forjar estratagemas que lhe eliminem os rivais, e lhe deixem livre o campo de colheita. A luta então complica-se de carnagem; com as primeiras derrotas vem o descontentamento, quando já a energia do combatente forçara em subtileza de ardis o limite de tensão cérebro-espinal permitindo a corpos doentes – doentes por esbanjamento próprio, doentes por hereditariedade.¹⁷

iv) Os simbolistas e decadistas cá de casa são uns rapazinhos joviais e bem portados, coma digestão fácil, a alegria pronta, e o coração sujeito a um *tic-tac* de que nenhuma comoção violenta altera o ritmo. A sua história progressa dá-lhes um sossego de vida e uma benignidade de educação e de leituras, que de forma alguma predispõem à nevropatia seus encéfalos de adolescentes. Isto se reconhece na maneira metódica com que eles fazem já, sendo tão novos, suas edições de obras completas, no ideal de conforto burguês forrado a papel, que todos têm da vida cívica, na forma correcta de vestir e de apartar o cabelo, e até na calculada artificiosidade com que aos vinte anos (a idade das grandes fomes de Verlaine e das vagabundagens de Rimbaud através de todos os acasos da boémia mendicante das velhas cidades de França e da Alemanha) eles buscam para propalar seus nomes uma extravagância poética que os ponha em foco nas esquinas da apatia literária da sua geração.

Hereditariamente nada contém tão pouco que lhes desequilibre a função nervosa, ou neles sublinhe sequer laivos de vesânia donde tarde ou cedo venha a brotar uma arte *détraquée*. São filhos de lentes, de médicos, de proprietários, a quem os estudos profissionais não prejudicaram a saúde e a descendência, e que muito embora ocupando, ou tendo ocupado, na vida científica ou burocrática, lugares distintos, contudo evitaram sempre queimar a carcaça no auto-de-fé dos excessos de labor cerebral, que vicia a propagação, e tanta vez faz pagar aos filhos as dívidas fisiológicas dos pais. Quem os encare de face, a sangue-frio, logo neles reconhece organismos de saúde, de formato pequeno mas reto, caras simétricas, crânios de tipo tranquilizador e olhar sereno, e mãos tão cuidadas, dedos tão direitos, movimentos tão pouco desconexos, impaciências tão pouco aduncas, que não há duvidar se esteja em presença de seres íntegros, bem comidos e bem tratados, de inteligências conspícuas, não criadoras, *senão repetidoras*, de artistas enfim que, embora aptos para fruir na arte uma maneira de ser própria, jamais conseguirão sair da nobre mediania literária que o talento menstrua, mas onde raro o gênio macabro errica a sua careta hiante de hipógrifo.

Também a sociedade e o meio onde eles pairam, a geração literária onde eles se fizeram, não podiam compelir-lhes o *savoir faire* de poetas para uma corrente de inovadores nefelibatas, porquanto nem essa sociedade, nem essa geração, nem esse meio, limitados e tranquilos da vida universitária e provincial, podiam trabalhá-los por forma a desconjuntarem o justo equilíbrio de faculdades que já individualmente assinei para os Srs. Eugénio de castro, Oliveira Soares e João de Castro.

De feito, que sabem esses rapazolas aos 20 anos, com mesadas de família, cavaqueira amena nas repúblicas escolástica da *alta*, tricanas prestes, paisagens remansosas, límpidos céus. Horizontes musicais, e por toda a parte promessas de fortuna e silhuetas de salgueiros e monumentos históricos, que as baladas do rio melancolizam, as guitarras e as troças juvenescem dum evoé de vida imberbe – que sabem eles da grande vida martirizante dos que não podem voar por ter de pôr todos os dias a panela ao lume, e dos que tendo-se feito um nome, rebentam e martírio ignorado para o levarem intacto até ao frontispício dum livro original?

Ingénuos como rapazinhos, bêbedos de petulantes amanhãs como afilhados das ondinas, sem necessidades de metal, acordando às manhãs com o hálito fresco e a boca sem saburras, não sabendo se há fígado, não sabendo se há talhos, mercearia e pulhas que a gente tem de subornar para ir vivendo – ignorando por cima, os felizes, quantas humilhações custa aos trinta anos dum homem fanado, a noite de amor que uma criatura grácil *vende*, a quem lha pede, embora na divina língua dum poeta grego ou florentino! – como podiam eles, esses sadios e esses mansos, ser os portadores das perversões deste final de literatura pessimista, eroto-mística, inconfidente, epileptizada da dor de viver, como desejos de morte e terrores de sepultura, vaidosa e pusilânime, pregando o amor sem posse e violentando ao mesmo tempo a natureza, niilista e egoísta, hamlética, impulsiva, escorrendo luz e escorrendo pederastia?¹⁸

¹⁷ *Ibidem*, pp. 209-211.

¹⁸ Fialho de Almeida – *Os Gatos* – VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 47-49.

v) Os efeitos depressores da rima rica, ou substituição da ideia por aventuras contingentes do mero encontro dos sons, esmiuçar-se-ão melhor pensando no seguinte: 1.º – nos poetas e exagerada procura da rima vem a tocar com o tempo as raías da mania, e desse instante por diante não verão eles no verso mais que pretextos para jogos malabares. Consequências: a impossibilidade remota ou próxima de desbobrar rigorosa e logicamente o fio do pensamento; desordens psíquicas vedando ao artista todas as leis de associação de ideias; dispersão das faculdades criadoras, perda do sentimento da cor e da proporção, e esgotamento final por um processo mecânico ou gluglu contínuo de palavras cantantes mediante o qual a poesia acabará por se tornar numa esgalhada de extravagantes bugigangas. *Oaristos, Horas, Exame de Consciência, Alma Póstuma, Bíblia do Sonho, Só, Livro de Aglais*, etc., todos os modernos estão cheios destas apelintradas tafularias, sinais de miséria estanque com que os mendigos doidos, embrulhados na coberta da cama, julgam fazer-se passar por imperadores. 2.º – eliminada do verso, pelo escamoteio da rima rica, a expressão concisa e lapidar do ensamento, não só o poeta desaprende de pensar, como de falar; o pensamento incha, diz Guyau, e distende-se o palanfrório de verso em verso, a té deparar a rima exótica que se procura. Começam então os saltos mortais na corda da metáfora e da perífrase, os incidentes deslocando a nitidez das linhas mães de composição, o *relaypaper* do pitoreco em galopadas de extravagância através dos cérebros vazios.

Às hipertrofias de linguagem sucede o adelgaçamento da ideia e aniquilação gradual do sentimento. Poeta morto em conclusão. O próprio asiatismo da rima acaba por lhes reduzir e empobrecer o vocabulário, que é já por fim um moinho de música trazendo ao ouvido do leitor os mesmos solos. Querem exemplos? Vão aos chamados poetas tropicais, e ali encontrarão rimas de tal maneira uniformes, que notadas duas ou três, adivinham-se logo as outras, numa invariável sucessão de ziguezagues.

Desnorteados em plena charneca árida duma arte sem ideais, nem seivas, nem filosofia, nem encanto, duma arte que eles não criaram nem sentiram, esses rapazes quando a consciência os sacode num vislumbre mais lúcido, lançado-lhes em rosto a estúpida farsa a que se prestam, esses rapazes para esconder a titubação apodam-nos de bárbaros, dão-se atitudes misteriosas, chamarrados de títulos agaçantes. *Não tenteis compreender-me; não me compreendereis!* E o caso é que o público embatua e não tem coragem para lhes chamar charlatães.

Bem ao contrário, é nesse momento que a crítica portuguesa começa a acha-los revolucionários e verdadeiramente originais. Veda-lhes a paralisia psíquica lucidez verbal para um conceito? Aos alinhaves de frases insulsas dão o nome de símbolos, e está pronto! A verbosidade força-os a palavrear a esmo inarticulados gluglus de pavões vaidosos? Chamam-se então pomposamente instrumentistas, e cada uma destas incapacidades origina por seu turno um movimento poético, que segue o seu caminho e faz adeptos. Há bestas para tudo! No entretanto os chefes permanecem rígidos e mitrados nas lisonjas, onde se arrastam oleosos e policromos, com os puníceos mantos, os quincúncios e as noivas espirituais das suas almas viúvas. Têm uma coisa boa, não querem agradar, nem ser compreendidos, e só escrevem versos para os raros. Alguma vez, vendo a maneira como se esgatanham uns aos outros, como se discriminam em seitas, se disputam o báculo primaz do *movimento poético iniciado*, e a respeito de si próprios escrevem, com diferentes pseudónimos, grosas sem fim de artigos laudatórios, alguma vez poderia parecer que eles fossem gajos sabidos na vidinha, cultivando o reclame como o Fonseca das Cautelas; jamais nefelibatas isolados na nuvem, como deuses. Mas é engano; o que eles pretendem, não é chocalhar-se a aura pública, senão conseguir que as suas doutrinas vinguem, chegando ao que tornarão à obscuridade honestamente. Pois que sobre místicos são ao mesmo tempo monges do silêncio, cumpra-se o fado – não se fale mais na sua obra. Este irá para a torre do Conceito Puro, aquele para o túmulo glacial do seu desprezo altivo. *Não tentemos compreendê-los, não os compreenderíamos. Quem vai, vai, quem está, está.*¹⁹

vi) ... no *Livro de Aglais*, de Júlio Brandão, livro que me dá, entre os dos seus camaradas, a fresca, viçosa e perfumada sensação de um lírio em jarra de ouro, nesse livro que é um encanto, um mimo de simplicidade e de ternura, sentido com vivo afecto e executado com uma arte refinadíssima, aí o amor humano abre à luz do Sol, como uma grande e fresca rosa, o seu colo de veludo... num decote, devo dizê-lo, que ficaria bem a uma Virgem... Como são primorosos os «Versos à Joaninha», que parecem furtados, num sono, ao cérebro de João de Deus, como são primorosas tantas outras composições deste livro encantador, que tem nas «Boas Fadas», nos tercetos sob o n.º IX, nas quadras da «Dobadeira», no «Conde Almirante», na «Cança-», na «Rosinda», na «Oração da Manhã», no «Salmo da Noite», outros tantos documentos de um valor que o não deixará morrer, e aos quais servem de culminante remate, como fecho de soberba ametista embobadada da safira constelada, essa admirável, surpreendente elegia que tem no livro o n.º XXIV, e que é, para o meu temperamento, uma das mais belas coisas que eu conheço. Aí está, efectivamente, o

¹⁹ *Ibidem*, pp. 62-64.

poeta querido das mulheres, dentre todos os poetas agora nados. Porquê? Porque tendo sobre o misticismo dos seus camaradas uma compreensão mais humana do amor – fonte de toda a Graça, luz de toda a Poesia – o seu livro será afagado pelas mulheres, que verão nele, com os olhos do croação e do instinto, o seu poema... E amado será também do próprio povo que lerá nele, nessas pequeninas páginas inspiradas, os seus rimances, as suas canções, os seus solaus, as suas rondas e as suas xácaras.²⁰

vii) «O Livro de Aglais» por Júlio Brandão²¹

O Livro de Aglais prende-nos pelo encanto, pela graça tocante de doente com que se hamoniza, todo corre numa feição de mágoa límpida, luarisada. E tudo é comovido neste livro, na segunda maneira, mais pessoal, o poeta canta as ingénuas raparigas, de olhos garços, que esperam os noivos do Brasil, as dobadeiras que fidalgos vêm buscar em casamento; quando as avózinhas trémulas ficam num espanto, os peregrinos, que de bordão e sacola, poentos, vão batendo de porta em porta – e modernizando velhos moldes poéticos, xácaras e solaus, a que ele dá um tom novo, diz aventuras de cavaleiros e de donas... E toda esta poesia rescende um cheiro a lenda e a contos de avózinhas queridas, dobando as suas miadas, num interior solheiro, com santos sob redomas e murta, e a lamparina a arder entre jarras com cravos. É que os velhos tempos têm ainda para nós um límpido encanto. Quase todos conhecemos ainda alguma dessas velhinhas portuguesas, ralhando com os santos, festeira e quase menina; guardamos o sabor de encantadores costumes, de tantas coisas para sempre perdidas...

É assim que o Livro de Aglais me parece de entre os livros dos novos, o mais completo. Todos os outros são pessoais, belos sem dúvida, mas nenhum como este tem a emoção e o sentimento e a harmonia que Júlio Brandão, com o seu temperamento de doente e de impressionável, conseguiu fixar em quase todas as poesias.

- “Crepúsculo”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 9 (1 Jan. 1892), p. 95.
- “De longe: a uma espanhola”²². In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 5 (1 Ago. 1892), p. 148.
- “Mar Alto”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 8 (12 Out. 1892), p. 15.
- “O Baptizado: diário de festa”²³. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 50 (30 Abr. 1892), pp. 87-88.
- “Canção”. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 51 (15 Maio 1892), p. 100.
- “Os Poetas Novos”²⁴. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 51 (15 Maio 1892), p. 97.
- “As Três Prendas: velho conto”²⁵. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 53 (1892), p. 130.
- “Uma Festa”. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 56 (1892), p. 161.
- “A História de Mariana”. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 58 (1892), pp. 191-192.
- “Farmácia Pires”. In *Revista de Portugal*. Porto, Vol. IV (1892), pp. 586-616.
- “Farmácia Pires: apontados para um livro”. In *Revista de Portugal*. Porto, Vol. IV (1892), pp. 703-740.
- CASTRO, D. João de
Os Malditos: romance. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.



▲ Revista de Portugal

²⁰ Trindade Coelho – “Os Poetas Novos”. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 48 (31 Mar. 1892). Cf. Fernando Guimarães – *Poética do Simbolismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 116.

²¹ Raul Brandão. “«O Livro de Aglais» por Júlio Brandão”. In *Revista de Portugal*. Porto, Vol. IV (1892), pp. 813-814.

²² Cf. *Nuvem de Oiro*. *Ibidem*, pp. 25-28.

²³ Com Raul Brandão.

²⁴ Com Raul Brandão.

²⁵ Cf. *Figuras de Barro*. Porto: Magalhães & Moniz, 1910, pp. 117-130.

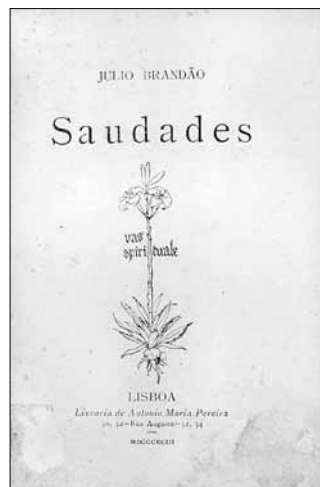
Edição de 1000 exemplares custeada pelo autor, que pagou o papel, e pelo livreiro publicista Henrique Marques. Em 1895 restando ainda alguns exemplares por vender, foi o texto primitivo aumentado com dois prólogos e lançado novamente no mercado como 2.ª edição da Livraria Moderna, então propriedade do referido Henrique Marques e outros. (Ver "Memórias" de Henrique Marques). O livro é dedicado "À Memória de Camilo Castelo Branco". Em 1894, Celso Hermínio publicou, em página inteira, uma caricatura alusiva aos "Malditos" onde, a par de um texto de Justino de Montalvão, figuram as personagens do romance que, com nomes supostos, não são mais que os escritores e artistas que faziam parte do grupo de D. João de Castro: Justino de Montalvão, Raul Brandão, Júlio Brandão, Eduardo de Artayett, Alberto de Oliveira, João Barreira, José Sarmiento, Inácio de Pinho (pintor) e o próprio caricaturista. Estas figuras voltam a aparecer nas "Jornadas do Minho" e na "Comédia de Lisboa".²⁶

- 1893** • Saudades. Julio Brandão. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893. 124 p.

BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1244. 869.0-1 BRA (Literatura: poesia). Contém autógrafo de Vasco de Carvalho.

BPMP Res-XX-9-29. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.

- Dirige a edição fac-similada de *Discours Pathétique au Sujet des Calamités Présents, arrivées au Portugal. Adressé a mes compatriotes et en particulier a Sa Majesté Très Fidèle Joseph I, Roi de Portugal*, par Chevalier d'Oliveyra, Londres.
- "Versos". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 10 (1 Jan. 1893), p. 205.
- "Balada Antiga". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 1 (1 Abr. 1893), p. 3.
- "Seis Anos". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 2 (1 Maio 1893), p. 11.
- "«Espírito gentil», versos por Luís Osório". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 7 (1 Out. 1893), pp. 51-52.
- "Cantares". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 8 (1 Nov. 1893), p. 62.
- "Carta de Viagem". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 9 (1 Dez. 1893), pp. 67-68.



▲ Saudades

- 1894** • UR PORTUGALS SAMTIDA DIKTNING.

Ur portugals samtida diktnig: poetiska ofversattningar. Af Goran Bjorkman Upsala: Lundequistska Bokhandeln, post. a 1894.

Helig natt. Julio Brandão, p. 23.

BMCCB/FL. Reg. n.º 2554. 869.0-1 (Literatura: poesia).

- "Os Grandes Boémios". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 2 (1 Maio 1894), p. 119.
- "Cartas". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 3 (1 Jun. 1894), pp. 125-126.
- "Alguém". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 3 (1 Jun. 1894), p. 127.
- "O Amigo Tadeu". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 4 (1 Jul. 1894), pp. 134-135.
- "Crónica". In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 5 (1 Ago. 1894).



▲ PORTUGALS

²⁶ In <http://www.geocities.com/trovisqueira/djc-obras.html>

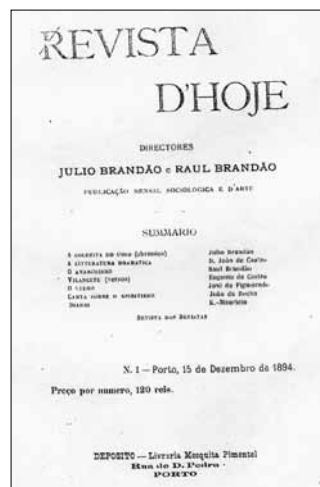
- “Maria do Céu: prólogo”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 6 (1 Set. 1894), p. 150.
- “«Bibliografia Camiliana», por Henrique Marques”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, n.º 7 (1 Out. 1894), p. 164.
- “A Colheita do Ouro”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 1 (15 Dez. 1894), pp. 1-3.
- “Corações”²⁷. In *Revista Portuguesa*. Porto/Lisboa, n.º 1 (Dez. 1894), pp. 28-31.
- É nomeado professor da Escola do Infante D. Henrique, no Porto, a 2 de Novembro.
- Director da *Revista de Hoje* (1894-1896), ao lado de Raul Brandão e depois com D. João de Castro e João da Rocha.

Editada no Porto e, depois, em Lisboa; saíram 9 números. Dirigida inicialmente por Júlio Brandão e Raúl Brandão; depois são associados os nomes de D. João de Castro e João da Rocha. Aqui colaboraram as principais figuras ligadas ao movimento decadentista e simbolista: além dos seus directores, Eugénio de Castro, Justino de Montalvão, Armando Navarro, João Barreira, Antero de Figueiredo, Ortigão Sampaio, Alberto de Oliveira. É curioso notar a inserção duma nota de leitura anónima (n.º 5-6) menos aprovativa relativamente a um nefelibata coimbrão, Henrique de Vasconcelos, a quem são criticadas as «extravagâncias fáceis» que haveria no seu livro *Harpa de Venádio* (apreciação esta que contrasta com o modo como um espírito simbolista muito atenuado, patente em obras como *Jesus* de D. João de Castro, *Livro de Sonhos* de João Grave ou *Além* de Antero de Figueiredo, é geralmente bem recebido noutras notas de leitura). A partir do n.º 7 apresenta o seguinte subtítulo «Publicação de Arte e do Sobrenatural» (com colaboração, neste último domínio, de João da Rocha, que, aliás, logo no primeiro número assina uma «Carta sobre o Espiritismo»)²⁸.

- 1895**
- “Guerra Junqueiro”. In *Ideal*. Porto, 2.ª série (3 Mar. 1895), p. 72.
 - “Das Saudades. Prólogo. Versão para Esperanto “Mi cerko estis blanka...””. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 5 (Ago. 1895), p. 34.
 - “Vida Obscura”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 5 (Ago. 1895), p. 33.
 - “Perfis Dispersos”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 8 (Nov. 1895), pp. 57-58.
 - “Das Saudades. Versão para Esperanto. “La «Lied» de la Pasa.””. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 7 (Out. 1895), p. 53.
 - “Oração da Manhã”. In *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Lisboa, n.º 45 (1895), p. 421.
 - “Literatura Dramática”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 2 (1895), pp. 41-46.
 - “Livros: «Belkiss», «Rainha de Sabá», «D’Axum e do Himiar», por Eugénio de Castro; «Alva», por Alberto Pinheiro; «Os Novos. I - Moniz Barreto», por Manuel da Silva Gaio”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 3 (1895), pp. 114-117.
 - “A Grafologia”²⁹. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 4 (1895), pp. 121-123.



▲ Os Malditos



▲ Revista de Hoje

²⁷ Cf. *Farmácia Pires: contos*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1896, pp. 231-242. Com algumas variantes.

²⁸ Fernando Guimarães – *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas, Ibidem*, p. 147.

²⁹ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 167-180. Com variantes.

- “Elegia”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 5/6 (1885), pp. 179-180.
- “D. João de Castro”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 7 (1895), pp. 217-219.
- “Canção”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 8 (1895), p. 236.
- “Corações”. In *Revista Portuguesa*. Porto/Lisboa, n.º 5 (Abr. 1895), pp. 205-208.

1896 • Pharmacia Pires: contos³⁰. Julio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1896. VII, 258 p. BFCM S13.

BMCCB/FL. Contém dedicatória do autor à Biblioteca Municipal. Reg. n.º 4388. 869.0-3 BRA (Literatura: romance, conto, novela).

BPMP Res-XX-1-a104. Contém dedicatória do autor à filha Beatriz.

Este livro, escrito há muito e fragmentariamente, não corresponde de modo nenhum às exigências críticas actuais. É antigo. O autor não ignora isso. Conhece-lhe o maior número de defeitos: más influências, o alinhavado das roupagens, certas desconexões, ressaibos de *literatura*, que hoje irritam.

O Naturalismo rompeu depressa a blusa. Nas leivas da Arte caíram sementeiras novas, que o vento do norte trazia nas fortes asas, e que vão germinando em maravilhas.. O barro da Forma amoldou-se admiravelmente às mais difíceis e esquisitas maneiras, aos baixos relevos mais raros, às composições mais inéditas – porque a mão do artista amassava-o e afagava-o com uma liberdade e uma força dominadora e ágil. Mas dentro desse barro era preciso meter uma nova essência.

Qual seria o romance a fazer? Não é sabia. Zola dava a entender que tinha ombros ainda para realizar essa obra nova. Não pareceu isso a muitos – e atacaram-no. Bourget quedou-se na «psicologia»: e Huysman, Barrès, Rosny e os outros tentaram coisas belas, mas muito formais e algum tanto *fumistes*, sem aquele fulgor que iluminava já certas almas, mas que apenas lá bruxoleava... Havia muita *secura*, muita arte e bugigangas a enublar o brilho do Sonho, o mistério dos mundos e as fecundas ardências da Fé. Isso aparecia, com lealdade e transcendente beleza, pouco e raro. E ao próprio Tolstoi veio uma criada descompor, como nós vimos – enquanto os habitantes do seu país de graça lhe fugiam aos beijos, dois a dois, numa grande *hossana* de amor.

Entretanto as raízes da nova árvore tinham-se agarrado vigorosamente a uma terra santa: e nos seus ramos já vão abrindo flores maravilhosas, de longínquos perfumes espirituais... Esperemos.

O livro que aí vai também não se destina aos graciosos *goumets* das letras nacionais. Não há nele decorações pomposas de oiro e sedas, nem as lunares magias do *magnesium*. Tem vícios velhos, correspondentes, claro, a outros vícios novos. É um cavalheiro provinciano, já além da flor dos anos, de chapéu mole e vestuário puido. Sem originalidades de figurino, enfim. Mas na essência boa pessoa, aparentado ainda com poetas, e relacionado com bastante humanidades amável e obscura.

Um crítico diria (e falava de certo muito bem) que este livro deveria ser lançado pela janela fora. Mas, se uma recordação amável ou uma simpatia pessoal nos leva a publicar coisas destas, o leitor, sempre lúcido, deve convir em que se não refundem.

Júlio Brandão

.. Júlio Brandão faz passar a novela “Farmácia Pires” dos fascículos da *Revista de Portugal* para um volume homónimo. Júlio Brandão só embrecha no texto meia dúzia de páginas; e estas revelam-se espaço suficiente para incluir uma passagem do narrador onisciente do estatuto extradiagético para o intradiagético, uma imagem decadentista traduzindo o estado de espírito do protagonista...

Entretanto, o volume de 1896 fazia jus ao subtítulo de “Contos” acrescentando à novela “Farmácia Pires” seis narrativas mais breves, já situadas noutros parâmetros estético-literários. E, desde logo, três páginas preliminares que, apesar desses seis contos, assumiam o livro como documento de fase já ultrapassada, na sua composição fragmentária, ao mesmo tempo que se punham em imprecisa equação com as alternativas finisseculares ao Naturalismo. No entanto, se em 1896 ainda precede de dois anos o aparecimento de um livro de poemas predominantemente decadentista, o preâmbulo de *Farmácia Pires* já denuncia o processo neo-romântico de distanciamento de Júlio Brandão em relação ao esteticismo simbolista e decadista: a ultrapassagem do Naturalismo aparece circunscrita ao campo formal e a alternativa é sentida como insatisfatória perante as exigências de riqueza espiritual, emotiva e evasiva da mensagem; daí – deciframos nós – a dissidência complementar das tendências neo-românticas.³¹

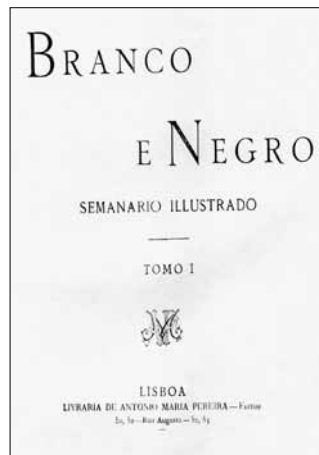
³⁰ Cf. *Revista de Portugal*. Porto, Vol. IV (1892), pp. 586-616; pp. 703-740.

³¹ José Carlos Seabra Pereira – “Raúl Brandão e Júlio Brandão na Renovação Literária dos Fins do Século XIX”, *Ibidem*, pp. 75-76.

- “O Ferreiro”³². In *Branco e Negro*. Lisboa, Ano 1, n.º 6 (1896), pp. 4-5.
- “O Ferreiro”. In *Branco e Negro*. Lisboa, Ano 1, n.º 7 (1896), pp. 5-6.
- “Corações: excerto”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 12 (Mar. 1896), pp. 90-91.
- “Tommazzo Cannizzaro”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 4 (Jul 1896), p. 121.
- “Chez Nous”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 5 (Ago. 1896), pp. 131-132.
- “Semper eadem !” In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 7 (Out. 1896), p. 146.
- “Carta a D. João de Castro: a propósito da 2ª edição de «Os Malditos»”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 9 (Dez. 1896), pp. 164-165.
- “Alberto de Oliveira”³³. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 8 (1896), pp. 233-236.
- “Luís Osório”. In *Revista de Hoje*, Porto, n.º 9 (1896), pp. 249-251.
- “Le Rameau de Notre Dame”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 9 (30 Jan. 1896), p.252. (3)
- «História Dum Palhaço», livro de Raúl Brandão”. In *Revista de Hoje*. Porto, n.º 9 (1896), pp. 259-263.

1897 • *Pharmacia Pires: contos*. Julio Brandão. 2ª ed. Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmão, Editores, 1897.

- BMCCB/FL
- “Homens. Camilo”. In *Branco e Negro*. Lisboa, Ano 1, n.º 50 (1897), pp. 374-375.
 - “Enfermeira”³⁴. In *Branco e Negro*. Lisboa, Ano 2, n.º 91 (1897), p. 202.
 - “Elegia”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 11 (Fev. 1897), p. 184.
 - “Camilo”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 7, n.º 1 (Abr. 1897), pp. 3-4.
 - “A Colheita de Ouro”³⁵. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 7, n.º 5 (Ago. 1897), pp. 35-36.
 - “Literatura Dramática”³⁶. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 7, n.º 8 (Nov. 1897), p. 59.



▲ *Branco e Negro*



▲ Júlio Brandão com 32 anos

.....

³² Cf. *Farmácia Pires: contos*, *Ibidem*, pp. 195-211.

³³ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Editora Gleba, [s. d.], pp. 183-187.

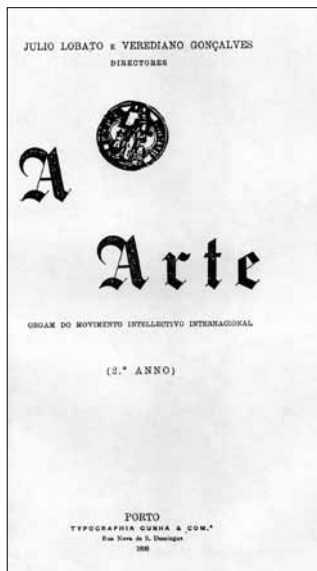
³⁴ Cf. *O Jardim da Morte*. Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmão, 1898, pp. 81-82.

³⁵ Cf. *Revista de Hoje*. Porto, n.º 1 (1894), pp. 1-3.

³⁶ Cf. *Revista de Hoje*. Porto, n.º 2 (1895), pp. 41-46.

1898 • O Jardim da Morte. Mistério da Rosa Branca. Julio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1898. 124 p. BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a Henrique Meneses. BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1246. 869.0-1 (Literatura: poesia). Contém autógrafo de Sousa Fernandes. BPMP Res-XX-a-84/85.

- “A Alma e o Vento”. In *A Arte*. Porto, n.º 2 (1898), p. 19.
- “Hino da Alvorada”³⁷. In *A Arte*. Porto, n.º 2 (1898), pp. 172-176.
- “Carnaval e Paixão”. In *Branco e Negro*. Lisboa, Ano 2, n.º 99 (20 Fev. 1898), pp. 321-322.
- “Cantando”. In *A Luta*. Porto, Ano 15, n.º 54 (Dez. 1898).



▲ *A Arte*



▲ *O Jardim da Morte*

- “Literatura Dramática”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 7, n.º 10 (1898), pp. 72-73.
- É nomeado Sócio Correspondente do Instituto de Coimbra, a 4 de Julho.
- É nomeado Sócio Correspondente da Academia Nacional das Belas-Artes.

1899 • A peça de teatro *A Noite de Natal*, escrita em colaboração com Raul Brandão, é representada no Teatro D. Maria.

O teatro, que sempre o interessara, tenta-o agora como autor. Com Júlio Brandão, seu companheiro dos tempos do cenáculo e presumível co-autor do folheto *Nefelibatas*, escreve a peça *Noite de Natal*, representada no D. Maria em 1899 [...] No mesmo ano representava-se no antigo Teatro D. Amélia nova produção de parceria Raul Brandão-Júlio Brandão *O Maior Castigo*. A peça deve ter desaparecido no incêndio do mesmo teatro, já crisimado de Teatro da República, em 1916.³⁸

• **POESIE PORTOGHESI.**

Poesie Portoghese. Tradotte da G. Cellini. Roma : Soc. Ed. Dante Alighieri, 1899. 109, [2] p. BN L.83539 P.

- Casa a 27 de Junho com Conceição Isabel Moreira Brandão, tendo como padrinhos Aires Pinto de Sousa e o escritor Raul Brandão.
- É o redactor e editor do jornal de Lisboa *Correio da Manhã*. É publicado o 1.º número em 1 de Julho.

Leitor, eis o novo jornal. Ao abrires com curiosidade as páginas do Correio, vais perguntar-te decerto: Outra folha? Para qué outra folha? A que vêm estes?

A contar todos os dias os casos risonhos ou trágicos que se passam no globo. Aí tens, leitor, a última anedota, a gargalhada do enxurro humano, o heroísmo, e dito de génio, a nova teoria filosófica que vai nascer, e a cotação dos últimos fundos...

O que é um jornal? Em quatro folhas de papel ainda humedecido, vindo agora da máquina, o resumo da existência de ontem, profecias para amanhã, a canção que se vai tornar popular não tarda. O jornal é um vício, a que tu, leitor, te habituaste: queres saber ao romper do dia, numa forma simples, clara e engenhosa, numa forma que te não perturbe os nervos nem te amargure a existência, o que se passa no teu bairro e o que vai nos antípodas; queres conhecer o

³⁷ Cf. *Portugal Artístico*. Porto, n.º 4 (1 Abr. 1904), p. 108.

³⁸ João Pedro de Andrade – *Raul Brandão, ibidem*, pp. 38-39.

resumo da obra de arte que vai publicar-se amanhã, e da mais palpitante descoberta de ciência; coisas profissionais, graves, e o comentário político que te faz sorrir.

Risos, o ouvido à escuta, fios que vêm de toda a parte da terra para te servirem, milhares de homens curvados, máquinas resfolegando a toda a hora, pois que tu tens a dura exigência de saber ao teu almoço, pelos jornais, o pensamento dos mais impenetráveis políticos, as subtis tramas da diplomacia, ou a *toilette* do artista que desde ontem o público aclama.

É por isso que vimos juntar-nos aos outros, que suam, para que rias e para que saibas – fortes do nosso trabalho e da nossa fé.

Contar-te-emos, leitor, logo de madrugada, os grandes acontecimentos, as últimas notícias, tragédia ou farça, o heroísmo dum povo ou as facécias dum *clown*, toda essa vida que refere no planeta, ao mesmo tempo luminosa e sinistra como relâmpagos; trataremos as questões nacionais duma forma elevada, pondo a pátria em foco; reuniremos opiniões esclarecidas por altas consciências – seremos portugueses, enfim.

Eis o nosso desígnio.

- “Líricas”. In *Boémios*. Porto, Ano 1, n.º 1 (1 Set. 1899), p. 2.
- “Cenas dum drama”³⁹. In *Boémios*. Porto, Ano 1, n.º 2 (Out. 1899), pp. 36-42
- “Soneto”. In *Boémios*. Porto, Ano 1, n.º 4 (Dez. 1899), p. 102.

Retomando Brandão, talvez uma figura ímpar em termos de produção literária a par de Camilo, também ele pode ser um exemplo concreto de um símbolo para a edificação de uma cultura local num plano global. Enquanto nado e criado em Vila Nova de Famalicão e depois desenvolvendo toda a sua actividade, profissional e literária, na cidade portuense, Brandão possui uma actividade prolifera e variada na imprensa portuguesa, o que revela uma anarquia estética do nosso autor. A fase de harmonia talvez seja aquela que reflecte a participação no simbolismo, melhor será dizer no nefelibatismo, na medida em que ambas as correntes estéticas se confundem. Assim sendo, revistas literárias como *A Arte*, *Boémios*, *O Intermezzo*, *A Revista de Hoje*, são exemplos concretos do que acabamos de afirmar. Por outro lado, revistas e jornais como *Branco e Negro*, *A Geração Nova*, *Geminal*, *Revista Ilustrada*, *A Águia*, *A Alvorada*, *Atlântida*, *Gazeta Ilustrada*, *Nova Alvorada*, a extensa colaboração de vinte anos no *Primeiro de Janeiro* ou a *Revista de Portugal*, esta sob a direcção de Eça, reflectem, precisamente, o ponto culminante dispersivo no questionamento estático da obra de Júlio Brandão, pelo menos na sua caminhada pela imprensa, cuja obra estética se diversifica no teatro, inicialmente em colaboração com Raul Brandão, pela poesia e pelo conto, [assim como pela literatura de memórias].

Passada a euforia nefelibata, Brandão irá cultivar uma estética romântica, sentimental e folclorizante, sendo precisamente tal característica que irá induzir o nosso autor no afastamento da literatura portuguesa, imbuindo Brandão, na sua caminhada de publicista, para um espírito lusitanista, vitalista e saudosista. Melhor explicando, Brandão ao revalorizar e ao memorializar o simbolismo e o nefelibatismo nota-se uma espécie de individualismo mítico, até porque a memorialização do seu tempo inicial de escritor / poeta revela que não está particularmente interessado com as mutações do seu momento presente histórico. É, por assim dizer, a afirmação de um tempo já ido e a sua revitalização surge na confluência da criação narrativa de mitos literários, principalmente novecentista. Quem nos irá justificar o que acabamos de dizer será Eliade: «Viver a aventura pessoal como reiteração de uma saga mítica equivale a escamotear o presente. Essa angústia perante o tempo histórico, acompanhada pelo desejo obscuro de participar num tempo glorioso, primordial, total, denuncia-se, entre os modernos, por uma tentativa por vezes desesperada para quebrar a homogeneidade do Tempo para “sair” do presente e reintegrar-se num tempo qualitativamente diferente daquele que cria, ao decorrer, a sua própria “história”.»

Será, então, a partir deste momento que se nota de facto um afastamento do nosso autor relativamente à evolução estético-literária da cultura portuguesa do nosso século, passando pela Renascença Portuguesa, apesar de ter colaborado no seu órgão oficial *A Águia*, assim como na sua antecedente *A Rajada*, pelo modernismo e *Orfeu* até ao



▲ *Boémios*

³⁹ Com Raul Brandão.

movimento dos seareiros e até mesmo pelos presencistas. Daqui o seu conflito pessoal, jamais literário, com Teixeira de Pascoaes, este de maior valia literária.

Finalmente, o que é que poderemos dizer relativamente à *Revista de Portugal*? Aliás, um passo em frente podemos dar se recorrermos a António José Saraiva, para o qual a *Revista de Portugal* pode ser considerada «o órgão dos «Vencidos». Não haverá, porventura, ou existirá aqui algum exagero da parte de Saraiva? Não duvidamos que até poderia ter sido e desempenhado o papel enquanto órgão oficial do movimento; e se encarmos algumas figuras famalicenses que na própria revista chegaram a colaborar, uma de ordem natural, caso de Júlio Brandão, outras de ordem afectiva e efectiva, caso de Bernardo Pindela, Alberto Sampaio e Álvaro de Castelões, não nos parece que a revista tenha sido um movimento estético-cultural ou mesmo ideológico. Aliás, isto mesmo poderemos ver numa carta de Eça a Bernardo: «Sabes talvez que vou dirigir uma Revista, a revista de Portugal, que a Casa Chardron edita. O meu fim, entrando nesta aventura, é fazer com que exista neste malfadado Reino, uma publicação, cujo papel não seja pardo, e cuja tinta não seja de graxa, e onde todos os meses alguns espíritos cultos se reunam, trazendo uma ideia, uma noção, uma fantasia, uma frase, qualquer coisa com que mutuamente se interessem e interessem o público.» Júlio Brandão, por exemplo, publica em dois fascículos o conto naturalista *Farmácia Pires*, o primeiro assim intitulado dando o mesmo nome ao livro que aí se avizinhava, enquanto que o segundo se chamaria *Apontoados para um Livro*. Por seu turno, Alberto Sampaio publica na revista dois trabalhos: *Ontem e Hoje*, este publicado já na *Revista de Guimarães*, e as *Vilas do Norte de Portugal*, estudo sobre a proto-história nacional que teve várias publicações em revistas científicas da época, caso da *Portugália*. Por fim, Bernardo, publica o fragmento do seu futuro livro *Jornadas pelo Mundo: Excursão «À Grande Muralha da China»* e o conto *Um Sonho*.⁴⁰

- 1900 • A propósito da publicação da obra póstuma de Eça de Queirós, é um dos revisores do livro *A Ilustre Casa de Ramires*.
- JUNQUEIRO, Guerra
 - Que é a Terra?: o verbo cantar: que é a vida? G. Junqueiro; com um estudo de Júlio Brandão sobre a vida do grande poeta. Lisboa: Livr. Editora, [ca. 1900]. BN L.82293 P.
 - “Nem um Astro”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 237 (11 Fev. 1900), p. 1.
 - “Do “Jardim da Morte”: excerto”. *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 240 (4 Mar. 1900), p. 1.
 - “Canção para Alguém”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 241 (11 Mar. 1900), p. 1.
 - “Literatura. As Três Prendas: velho conto”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 243 (25 Mar. 1900), p. 3.
 - “A Paixão”. *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 246 (15 Abr. 1900), p. 1.
 - “Soneto. A Camilo Castelo Branco”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 246 (15 Abr. 1900), p. 3.
 - “A Virgem”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 247 (22 Abr. 1900), p. 2.
 - “O Fado”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 257 (1 Jul. 1900), p. 2.
 - “Cantares”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 268 (16 Set. 1900), p. 1.
 - “Eduardo Coimbra”. In *O Rosmaninho*. Porto, Ano 1, n.º 2 (1 Maio 1900).
 - “Literatura e Belas-Artes. Saudade”. In *O Instituto: Revista científica e literária*. Coimbra, vol. 47, nº 10 (Out. 1900), pp. 615-616.

⁴⁰ Amadeu Gonçalves – “Literatura & Imprensa: do local ao global”. In *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão, 3.ª série, n.º 2 (2006), pp. 135-136.

- 1901** • “Camilo Castelo Branco”. In *Almanaque Ilustrado Diário da Tarde*. Porto, nº 1 (1901), pp. 33-34.
- “Luis Osório”. In *Almanaque Ilustrado Diário da Tarde*. Porto, nº 1 (1901), p. 80.
 - “Carta”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 1 (29 Maio 1901), p. 1.
 - “Canção das Águas”⁴¹. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 16 (14 Set. 1901), p. 123.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 21 (19 Out. 1901), pp. 166-167.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 22 (26 Out. 1901), p. 174.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 23 (2 Nov. 1901), p. 182.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 24 (9 Nov. 1901), pp. 189-190.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 25 (16 Nov. 1901), pp. 199-200.
 - “Maria do Céu: cartas póstumas de Marcelo”. In *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 26 (23 Nov. 1901), pp. 206-207.
 - “Cordélia”⁴². In *Germinal*. Porto, Ano 1, nº 6 (1901), p. 83.
 - “Cordélia”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, nº 1 (1 Ago. 1901), p. 7.
 - “Julio Dinis”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, nº 2 (1901), p. 39.
 - “No Inverno”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, nº 4 (1901), pp. 81-83.
 - “Tolstoi”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, nº 5 (1901), pp. 100-102.
 - “«Telas rústicas», por Gonçalves Dias”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 9, nº 8 (Maio 1901), p. 64.



▲ *Gazeta Ilustrada*



▲ *Ilustração Brasileira*

- 1902** • Maria do Céu: cartas de Marcello⁴³. Julio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1902. XXVIII, 178 p.
BFCM SL3. Contém dedicatória do A. a Firmino Mendes.
BMCCB/FL – NS. Reg. nº 5686. 869.0-3 BRA (Literatura: romance, conto, novela).
- “Julio Dinis”⁴⁴. In *Germinal*. Porto, Ano 1, nº 7 (1902), pp. 103-105.

⁴¹ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, pp. 51-52. Com algumas variantes.

⁴² Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, p. 113. Cf. *Ilustração Brasileira*. Paris, Ano 1, nº 1 (1901), p. 7.

⁴³ Cf. i) *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 4, nº 6 (1894), p. 150; Ano 4, nº 7 ((1894), p. 157; Ano 4, nº 8 (1894), pp. 166-167. ii) *Gazeta Ilustrada*. Coimbra, Ano 1, nº 21 (19 Out. 1901), pp. 166-167; Ano 1, nº 22 (26 Out. 1901), p. 174; Ano 1, nº 23 (2 Nov. 1901), p. 182; Ano 1, nº 24 (9 Nov. 1901), pp. 189-190; Ano 1, nº 25 (16 Nov. 1901), pp. 199-200; Ano 1, nº 26 (23 Nov. 1901), pp. 206-207.

⁴⁴ Cf. *Ilustração Brasileira*. Paris, Ano 1, nº 2 (1901), p. 39.

- “Quimeras”. In *Germinal*. Porto, Ano 1, n.º 7 (1902), p. 121.
 - “«Telas rústicas», por Gonçalves Dias”⁴⁵. In *Germinal*. Porto, Ano 1, n.º 9 (Mar. 1902), pp. 155-156.
 - “Guerra Junqueiro”. In *Germinal*. Porto, Ano 1, n.º 9 (Mar. 1902), pp. 130-133.
 - “Almeida Garrett”. In *Germinal*. Porto, Ano 1, n.º 11 (1902), pp. 171-172.
 - “Carta a um Parnasiano”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, n.º 8 (1902), pp. 174-175.
 - “Garrett e o Panteão”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, n.º 9 (1902), pp. 201-203.
 - “Eça de Queirós”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, n.º 10 (1902), pp. 223-224.
 - “O Escultor Teixeira Lopes”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, n.º 12 (1902), pp. 245-246.
 - “O Pintor António Carneiro Júnior”. In *Ilustração Brasileira*. Paris/Lisboa, Ano 1, n.º 12 (1902), pp. 274-275.
- 1903** • Perfis Suaves: contos ilustrados com desenhos especiaes de notáveis artistas... Júlio Brandão. Porto: Livraria Editora de José Figueirinhas Junior, [1903]. 190 p.: II. BFCM Ef S3– Contém dedicatória manuscrita do autor a José de Castro.
- “Gonçalves Dias”. In *A Crónica*. Lisboa, Ano 4, n.º 83 (Jan. 1903), p. 3.
 - «*Estas palavras de Camilo parecem-me dum raro valor autobiográfico...*». In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 1 (Jan. 1903), pp. 3-4.
 - “Carta”. In *A Revista*. Porto, Ano 1, n.º 4 (15 Out. 1903), p. 60.
 - “Conto de Fadas”. In *O Século*. Lisboa (1903).
- 1904** • “Hino da Alvorada”. In *Portugal Artístico*. Porto, Ano 1, n.º 4 (1 Abr. 1904), p. 108.
- “Saudade”. In *A Revista*. Porto, Ano 1, n.º 11 (15 Maio 1904), p. 165.
 - “Carta: fragmento inédito”. In *A Revista*. Porto, Ano 2, n.º 5 (15 Nov. 1904), p. 70.
- 1905** • RIBEIRO, Queirós
Caminho do Céu. Queiroz Ribeiro; introd. Julio Brandão. Lisboa: Editores Ferreira & Oliveira, 1905. Contém dedicatória do autor a Nuno Simões. BMCCB/FL-NS. Reg. n.º 1240. 869.0-1 (Literatura: poesia).
- “A Afogada”⁴⁶. In *Almanaque Ilustrado do Jornal Educação Nacional*. Porto, n.º 1 (1905), pp. 53-58.
 - “A Uma fonte”⁴⁷. In *Arte e Vida*. Coimbra, n.º 3 (Jan. 1905), pp. 113-114.
 - “Cantares”. In *O Regenerador*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 289 (18 Maio 1905), p. 1.
 - “D. Quixote: fragmento inédito”. In *A Revista*. Porto, Ano 3, n.º 1 (15 Jul. 1905), pp. 12-13.
 - “Sempre!” In *A Revista*. Porto, Ano 3, n.º 5 (15 Nov. 1905), p. 69.
 - “Balada”⁴⁸. In *Serões*. Lisboa, n.º 2 (Ago. 1905), pp. 100-105.
 - “Fonte dos Amores”. In *Serões*. Lisboa, n.º 3 (Set. 1905).
 - “Guerra Junqueiro”. In *Serões*. Lisboa, n.º 4 (Out. 1905), pp. 281-292.



▲ *Germinal*

⁴⁵ Cf. *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 9, n.º 8 (Maio 1901), p. 64.

⁴⁶ Cf. *Perfis Suaves*. Porto. Livraria Ed. José Figueirinha Júnior, 1903, pp. 183-190.

⁴⁷ Cf. *Nuvem de Oiro*, *Ibidem*, 1912, pp. 11-13.

⁴⁸ Cf. *Saudades*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1893, pp. 111-114.

- 1906** • “Cantares”. In *A Nossa Pátria*. Lisboa (1906), p. 41.
- “Fonte dos Amores”. In *O Regenerador*. Vila Nova de Famalicão, Ano 7, n.º 327 (3 Fev. 1906), p. 1.
 - “Página Antiga”. In *A Revista*. Porto, Ano 3, n.º 8 (15 Fev. 1906), p. 123.
 - “Elegia Rústica”. In *Serões*. Lisboa, n.º 11 (1906), pp. 360-365.
- CASTRO, D. João de
 Jornadas do Minho: impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionaes. João de Castro. Lisboa: Ferreira e Oliveira, 1906.
 BN L.11118P.
 BFF/UCP 869. O Castro, João 2..
 Esta obra é dedicada “Ao meu amigo Júlio Brandão”, o qual representa uma das personagens com o nome “Alexandre Coutinho”, retratando-se D. João de Castro com a personagem “Vasco de Montarroyo”⁴⁹
- 1907** • Leituras Portuguesas, Ilustradas e Anotadas: para as três primeiras classes. Julio Brandão. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1907.
 BPMP N-8-119.
- “Edgar Prestage”. In *Serões*. Lisboa, n.º 25 (Jul. 1907), pp. 117-118.
- 1908** • “Lux”. In *Ilustração Popular*. Porto, Ano 1, n.º 1 (1 Nov. 1908), p. 1.
- “Idílio”⁵⁰. In *Serões*. Lisboa, n.º 41 (Nov. 1908), pp. 429-430.
- 1909** • “Página antiga”⁵¹. In *Ilustração Popular*. Porto, Ano 1, n.º 11 (10 Jan. 1909), p. 5.
- “Mendigas”⁵². In *Ilustração Popular*. Porto, Ano 1, n.º 22 (28 Mar. 1909), p. 17.
 - “D. Quixote: fragmento”. In *Ilustração Popular*. Porto, Ano 1, n.º 32 (13 Jun. 1909), pp. 142-144.
 - É eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa
 - Um grupo de amigos, constituído por Antero de Figueiredo, Eduardo de Sousa, Ricardo Malheiro, Adriano Fontes, João Grave, Rodrigo Solano, Miguel Mota, Ernesto Maia e Guilherme Gama entregam-lhe uma mensagem de louvor por ter sido feito sócio da Academia e o respectivo colar da mesma.
 - Toma parte nos Jogos Florais Hispano-Portugueses, tendo ainda participado no júri português.
 Em princípios de Setembro de 1909, o júri português dos jogos florais, que se iam realizar em Salamanca, tinha de se encontrar na Pampilhosa, donde seguiria, de manhã, para a célebre cidade universitária. Esse jogos, que os salmantinos queriam celebrados com o maior esplendor, foram, se não estou em erro, os únicos luso-espanhóis que até hoje se efectuaram em toda a Espanha.
 Carlos Malheiro Dias e eu tivemos de pernoitar na Pampilhosa, para não perdermos o comboio matinal, que nos levaria a Vilar Formoso; Eugénio de Castro e Manuel da Silva Gaió chegavam a tempo de Coimbra; Júlio Dantas, impossibilitado de seguir por doença, ficou em Lisboa, com imensa pena de nós.
 Seguimos os quatro em compartimento reservado de primeira classe – num comboio vagaroso, que deixava à vontade apreciar, no dia claro e suave, a paisagem beirã que íamos atravessando – paisagem admirável de violências alpestres, em contraste tantas vezes com a doçura edénica das suas meias-tintas, que evocam certos fundos religiosos, com tons de ouro amortecido e azuis nostálgicos, de alguns quadros primitivos.
 Cada um de nós, judiciosamente precavido para as eventualidades da jornada, levava um farnel bem provido de frutas, doces e viandas. E o editor França Amado mandara pôr gentilmente às nossas ordens, na rede da carruagem, algumas botelhas de vinho fresco e leve, que inspiraria belos sonetos, com certeza, a Carlos Monselet ou ao nosso João Penha.
 A viagem decorreu excelente – sem elegias que viessem embaciar a claridade amável do riso, arquitectando fantasias – ou nas delícias do nosso banquete ambulante, não como os comilões e beberões da *Iliada*, mas como homens que então ainda podiam, no dizer de Camilo, «saborear um timbale de borchachos sem cólicas intestinais».

⁴⁹ In <http://www.geocities.com/trovisqueira/djc-obras.html>

⁵⁰ Cf. *Nuvem de Oiro*, *Ibidem*, 1912, pp. 56-61.

⁵¹ Cf. *A Revista*. Porto, Ano 3, n.º 8 (15 Fev. 1908), p. 123.

⁵² Cf. *Nuvem de Oiro*, *Ibidem*, 1912, pp. 23-24.

Numa estação próxima de Salamanca aguardava-nos o sr. D. José bartolomé, reitor do Colégio de Santo Ambrósio, um dos iniciadores desses Jogos Florais – e na gare da cidade ilustre esperava-nos a comissão bizarra, que nos devia conduzir às casas onde éramos recebidos. A mim coube-me a de D. Andrès Cardenal, hospedeiro gentilíssimo, companheiro encantador, que nos mostrava as maravilhas da terra, com umas pernas infatigáveis de «globe-trotter» – espírito amplamente liberal e pitoresco, que ao tempo havia publicado o volume *Oro y Barro*. [...]

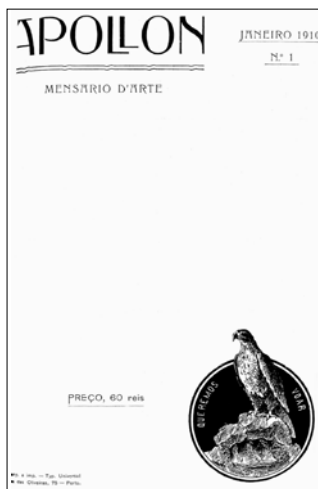
Reunidos os dois júris – português e espanhol – foram abertos os sobrescritos com o pseudónimo dos autores desconhecidos, cujas produções já hyaviam sido apreciadas. Os nomes dos premiados foram proclamados entre vivos aplausos. E os dois primeiros prémios, que, segundo o programa, eram concebidos a uma «poesia lírica de assunto e metro livres» recaíram no português António sardinha (*Lírica de Outono*) e numa Ode a Salamanca de Salvador Rueda...⁵³

Júlio Brandão

- 1910** • **Figuras de Barro**. Julio Brandão. Porto: Magalhães & Moniz, 1910. 205 p.: II.
BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a Diogo Porto.
BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1289. 869.0-3 BRA (Literatura: romance, conto, novela). Contém autógrafo de Vasco de Carvalho.
BPMP Res-XX-a-105. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.
- “Sombra”⁵⁴. In *A Águia*. Porto., Ano 1, n.º 1 (1 Dez.1910), p 2.
 - “A Um pintor”⁵⁵. In *Apollon*. Porto, n.º 1 (Jan. 1910), p. 3.
 - “Arealis em Flor”⁵⁶. In *Límia*. Viana do Castelo, Ano 1, n.º 1 (Out. 1910), p. 8.
 - “A Amendoeira”⁵⁷. In *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Lisboa, n.º 60 (1910), p. 197.
- 1911** • “A Uma romanzeira”⁵⁸. In *A Águia*. Porto, n.º 4 (15 Jan. 1911), p. 12.
- “Soneto”. In *A Águia*. Porto, n.º 8 (1 Abr. 1911), p. 10.



▲ *Figuras de Barro*



▲ *Apollon*



▲ *A Águia*

⁵³ “Jogos Florais em Salamanca”. In *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 119-123.

⁵⁴ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, pp. 34-35.

⁵⁵ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, p. 17.

⁵⁶ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, pp. 36-37.

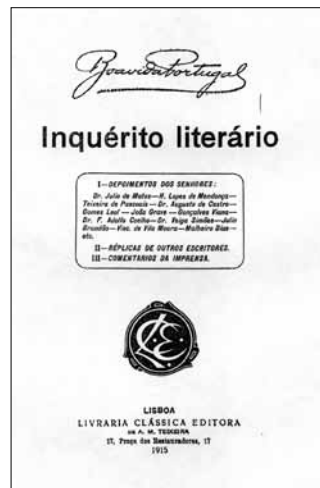
⁵⁷ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, p. 67. Cf. *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1909, p. 197.

⁵⁸ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, pp. 18-19.

- 1912 • Nuvem de Oiro. Júlio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1912. 128 p. BMCCB/FL – NS. Reg. n.º 6430. 869.0-1 BRA (Literatura: poesia). Contém dedicatória do A. à Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão.
- Livro de Leitura para a 4.^a Classe. Júlio Brandão. Porto: Lello & Irmão, 1912. BN L.29001 P.
 - Participa no *Inquérito Literário* promovido por Boavida Portugal e inicia a sua polémica com Teixeira de Pascoaes. INQUÉRITO LITERÁRIO.



▲ *Nuvem de Oiro*



▲ *Inquérito Literário*

Inquérito literário. Org. Boavida Portugal. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1915.

«O Sr Julio Brandão diz não vêr correntes literárias que não se tenham há muito observado», pp. 94-99. (1) BFCM (8-H-14).

Passa-se isto em 1912. Um redactor do jornal República promove um inquérito à vida literária portuguesa e consulta os nossos intelectuais mais representativos, desde Júlio de Matos e Gomes Leal até a jovens como Vila Moura e Augusto de Castro. Boavida Portugal, o autor da iniciativa, não lhe avaliando as consequências, desencadeia uma torrente caudalosa de réplicas e comentários de quanto escritor se achou molestado na suas obras pelos inquiridos. A lista dos esclarecimentos e queixas é imensa!⁵⁹

POLÉMICA⁶⁰

O sr. Júlio Brandão

Diz não ver correntes literárias que não se tenham há muito observado

Ao contrário do que toda a gente se tem permitido manifestar, nós não procuramos somente os críticos, nem exclusivamente os literatos, para esclarecer a situação da literatura portuguesa contemporânea.

São novos e velhos, críticos e não críticos, prosadores, poetas, dramaturgos, romancistas, etc., etc., que vêm dizer de si e do que através das suas especialidades eles vêm na república das letras.

Só assim se conseguirá esclarecer o assunto.

O sr. Júlio Brandão, que é um literato por demais conhecido no nosso meio, foi justamente chamado a depor neste inquérito.

A interessante carta que nos enviou põe-nos diante dos olhos mais uma nova fase do prisma que todos andamos a espreitar amorosamente, desde o começo da publicação deste inquérito. Ei-la:

Meu prezado colega: só hoje me é possível responder ao seu amável convite, em globo, e muito atabalhoadamente. Perdoe-me!

Parece-me que a nossa literatura continua a ser acentuadamente subjectiva e lírica; nós somos um povo de poetas, meu amigo, e de poetas amorosas. Somos capazes de todos os heroísmos – tendo uma estrela a alumiar-nos.

⁵⁹ António Manuel Couto Viana – “Júlio Brandão”. In *As (e)vocações literárias: estudos & memórias*. Lisboa: [s. n.], 1980, pp. 176-180.

⁶⁰ *Inquérito Literário*. Org. Boavida Portugal. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1915. “O sr. Júlio Brandão”, pp. 94-99

À parte certas alterações formais, na essência não vejo nada de novo, nas diversas manifestações literárias. Não observo correntes, que se não tivessem há muito observado.

A poesia moderna tem, na realidade, cultores notáveis; é variada e rica – precisamente porque cada um, dos bons, bebe pelo seu copo. Não vejo que se tenha criado nenhuma nova poesia; vejo poetas diferentes, cada um com o seu temperamento e a sua arte. E como a nossa poesia é lírica, os poetas sinceros, arrancando os seus poemas da sua mais profunda sensibilidade, têm de ser pessoais e portugueses...

E veja: os romancistas que melhor exprimiram o sentir português foram Júlio Dinis e Camilo; e as novelas que têm alcançado êxito são as que se entretecem de aventura apaixonada, ou que vibram de lirismo, de elegia, de piedade.

O nosso mais notável novelista moderna é, para mim, D. João de Castro; creio até que será o nosso único *novelista actual*; os outros, e alguns de talento, são *romancistas*.

A diferença, para mim, de novela e romance é a que existe entre os processos de Camilo e de Eça de Queirós, para não sair de Portugal.

Quer dizer de teatro? Parece-me evidentemente em decadência. Guerra Junqueiro, quando frisou a diferença entre o povo espanhol, intensamente dramático, e o português, vascularmente elegíaco, indicou naturalmente a razão porque o nosso teatro tem apenas lampejos efémeros. A última revivescência foi-lhe dada, triunfalmente, por Henrique Lopes de Mendonça. O Duque de Viseu marca época no teatro português.

Além deste escritor insigne, e não falando nos deliciosos idílios de D. João da Câmara, tão nossos Júlio Dantas, Marcelino Mesquita e Afonso Lopes Vieira hão-de continuar a enriquecer a nossa literatura dramática.

Mas, afinal, quando serão proibidos os cinematógrafos?

Deixei de propósito para último lugar o caso do renascimento literário entre nós – e quem o representa. Era o ponto burlesco.

É certo que existe uma taboleta «Renascença», com uma revista pendurada; mas tudo isso me parece uma patuscada de *vaudeville*. Não quer isto dizer que não colaborem nesse grupo homens de real talento; mas que fazem eles renascer? Não, a Renascença é uma filarmónica, ou melhor, uma cooperativa em que o sócio-gerente, o impagável Pascoaes, entrelaça na fonte de Ária e de Semita os loiros do maior génio europeu contemporâneo. Ele afirma-o, e a rapaziada mais nova acredita-o sob a palavra de honra de Pascoaes.

Um movimento dirigido por ele – «para orientar as classes mais cultas» – é uma coisa imprevista de audácia e de estupidez. As classes mais cultas! O sr. Pascoaes é uma bexiga de porco, a rebentar de vaidade – e afectando modéstia, bondade, ternura ariana. Na essência é um tartufo. É um Budasinho que usasse navalha de ponta e mola. De uma ignorância e de uma abundância poética flitiva. É ver as baboseiras que escreve, em prosa de colegial; é ver as suas notas de crítica – em que, nas entrelinhas pelo menos, ele é sempre o Supremo Génio, o mais profundo filósofo contemporâneo.

Os versos deste ária misturado de semita são de uma arte pobríssima, sem o menor equilíbrio estético – aqui e ali com trechos líricos felizes, mas que ele embrulha em longas tiradas do Rosalino Cândido. E sempre o mesmo Saudosismo – que não é o de Garrett, porque Garrett é um asno, mas é o da Raça, do ária e do semita, que deu a Virgem Maria e Vénus, o cristianismo e o paganismo. O que ele sabe de raças! Faz vertigens!

Além disso, Pascoaes, de vez em quando, diz ao orbe estupefacto o que se salvará no oceano das idades, das letras portuguesas. Quer saber? São dois sonetos de Antero; o episódio do Adamastor; uma das cartas de Soror Mariana; a oração à Luz, de Junqueiro, e pouco mais, à parte a obra dele, Pascoaes, que o digno homem está a refundir em Amarante, para lhe arrancar tudo que não seja dos árias ou dos semitas, da raça portuguesa... Que lhe parece o pândego?...

Aquela *Oração à Luz* é, de resto, uma generosidade do ária. É claro que Pascoaes, desde os tempos do franquismo, que tãoo rdenemente amou, não simpatiza com o grande Poeta; mas, desde que Pascoaes apareceu republicano... histórico, quis ser *mãos largas* com o autor da Pátria: aplaude-lhe a *Oração à Luz*: corre a salvá-la!

Mas porque é que os *Simples* se não podem integrar nos árias? Não, não! Pascoaes não permite. Mas porque é que João de Deus é sempre maltratado, o divino poeta, nas baboseiras vergonhosas que bolsa o sr. Pascoaes? Mas porque é que os poetas novos do talento de Manuel da Silva Gaio, de Eugénio de Castro, de João de Barros, de Augusto Gil, de Guedes Teixeira, não falando em mim, é claro, que sou réprobo, em muitos outros anteriores, e em vários rapazes que se têm revelado brilhantemente, não podem ser descendentes dos Árias e dos Semitas? É que o sr. Pascoaes não gostam que lhe chamem mistificador; não lhe convém que, assim como gritaram ao velho rei no conto de Andersen, «que ele ia nú», que digam também, entre um coro de aplausos ingénuos ou inconscientes, que o sr. Pascoaes é um subalterno a armar ao efeito – ou um caso de manicómio. Não quer que lhe rebentem a bexiga de porco.

Terminando: a Renascença não existe; existe a *Águia*. É claro que serão sempre belas as coisas belas que lá forem escritas – que servem para amparar no seu trono de papelão, por pouco tempo, o pateta de revista de ano que a dirige.

E sabem quem são, entre outros, os criadores da Renascença? Os srs. Carlos de Oliveira, Augusto Santa Rita, Afonso Mota Guedes.

João de Deus e Garrett nada representam na raça. Representam aqueles!

Bom, já escrevemos demais – e convém esperar um pouco, visto que o homem está a rever a sua Obra – a maior da Europa.

Porque aquilo de chamar a Junqueiro e a Gomes Leal poetas europeus, leva água no bico... Seria até um caso de psicologia que eu desfiaria gora, e que seria divertidíssimo.

Mas já tenho abusado, não é verdade?

O sr. dr. Teixeira de Pascoaes⁶¹
Diz que a poesia religiosa da Raça é
o primeiro sinal do seu renascimento

Há nomes que naturalmente ocorrem ao debater-se determinado assunto. Assim, num inquérito à vida literária portuguesa, o nome do sr. dr. Teixeira de Pascoaes, não só como poeta, mas, sobretudo, como director da revista-órgão da Renascença Portuguesa *A Águia*, impunha-se naturalmente.

Depois, como um dos quesitos do inquérito indaga, ainda, da existência e orientação da renascença literária em Portugal, devíamos, naturalmente, ouvir alguém que a representasse oficialmente e ninguém mais competente do que aquele que é considerado chefe dos renascentes.

Foi-nos impossível consultar pessoalmente, acerca deste inquérito, o sr. dr. Teixeira de Pascoaes.

O ilustre autor do *Sombras*, concordando plenamente connosco, no modo de ver a respeito da responsabilidade dos intelectuais chamados a fazer afirmações perante o seu país, escreveu-nos a seguinte carta:

Meu bom amigo: acerca das perguntas que me faz sobre o movimento literário do país, envio-lhe as seguintes ligeiras e incompletas considerações. Espero que me perdoe o seu nulo valor e falta de interesse crítico, e peço-lhe que tome estas minhas palavras apenas como um desejo de satisfazer o seu amável pedido. O assunto proposto exige demorada atenção e longo trabalho; e isso não me é possível num momento em que o meu espírito anda tão preocupado com outras coisas, entre as quais a revisão e aperfeiçoamento dos meus livros já publicados, cuja próxima segunda edição pertencerá à «Renascença Portuguesa». Direi, de passagem, que o *meu pensamento poético* desenvolveu-se em mim com tal rapidez que, para não lhe ficar atrás, tive de o exteriorizar em livros escritos à pressa. Compreende-se, portanto, a necessidade de corrigir e aperfeiçoar a minha obra, que já consta de dez volumes compostos e publicados num período de onze anos. Só peço a Deus saúde e tempo para conseguir este maior desejo da minha vida, a única razão da minha vida. O amor que dedico à minha obra não é somente um amor paterno. Amo-a, porque estou convencido de que ela deu ao espírito português alguma coisa que lhe faltava.

Eis o que lhe posso responder à pergunta que me fez acerca do meu papel na literatura contemporânea. E já disse o bastante para ofender a minha repugnância em falar de mim e esse aspecto mais simpático da Caridade – que se chama Modéstia.

Na época actual, pertence à Poesia o lugar mais alto na nossa literatura. Não digo isto por causa da minha pessoa, que pode ser posta de parte sem que se torne sensível a sua falta. Nem quero mesmo referir-me aos dois maiores poetas europeus – Guerra Junqueiro e Gomes Leal.

Basta-me falar de António Correia de Oliveira, Jaime Cortesão, Afonso Lopes Vieira, Mário Beirão, Augusto Casimiro, Afonso Duarte, e, depois destes, dos novíssimos poetas, Carlos de Oliveira, Augusto Santa Rita, Afonso Mota Guedes. Eis uma vasta seara espiritual dadivosa e prometedora dos mais belos frutos. Estes poetas criaram em Portugal uma poesia profundamente portuguesa e original. Eles bebem a sua inspiração no mais íntimo veio religioso da alma lusitana, criadora da Saudade, a *Virgem do Desejo e da Lembrança*, nascida do casamento do Paganismo com o Cristianismo.

Os seus versos são feitos de luz do sol e de lágrimas, de terra e céu, de beijos e de preces, de sombras e claridades. É a poesia religiosa da Raça o primeiro sinal do seu renascimento. Quando a alma de um Povo está para criar uma nova primavera espiritual, a Poesia é a primeira flor que aparece.

⁶¹ pp. 28-32.

Mas este *religioso sentimento lusitano* já se tornou consciência e sabedoria e filosofia nesse poderosíssimo cérebro de Leonardo Coimbra. O seu livro intitulado *O Criacionismo* demonstra isto admiravelmente. Basta lê-lo com inteligência e amor. Escusado insistir no que esta obra representa para a desejada civilização portuguesa. Outras tendências há na actual poesia portuguesa; mas eu não posso concordar com elas porque são estrangeiras para a nossa alma. Últimos vestígios do estrangeirismo que caracterizou o período da decadência.

Quanto ao Romance, conheço, pelo menos, alguns seus representantes de grande merecimento: Raúl Brandão, Antero de Figueiredo, Vila Moura, António Patrício, Malheiro Dias, Sousa Costa, Veiga Simões, João Grave e Justino de Montalvão. Os nossos prosadores são admiráveis artistas, mas precisam de criar um alto pensamento lusitano que organize e oriente a sua obra.

Quanto ao Teatro... imagino que, depois de Gil Vicente e Garrett, é coisa que não existe em Portugal. O português é muito espontâneo e sincero. A sua arte dá-se imediatamente ao leitor, sem intérpretes; e, quando tenta adaptar-se à representação e ao cenário artificial, desfalece e vulgariza-se. Além disso, o português vive pouco dentro da alma humana; a sua vida dispersa-se pela natureza, a sua dor é mais feita das lágrimas das coisas, recebe-a mais do exterior que dos íntimos sobressaltos do espírito.

A Espanha é a terra natal do Drama. Portugal a terra natal da Elegia, esse drama feito nuvem. A elegia é divina e voa para as estrelas; o drama é humano e desce aos abismos sepulcrais. A elegia é o próprio olhar da saudade, isto é, do nosso espírito que se lembra do céu de onde veio, e por isso, deseja regressar à pátria natal. A elegia é a forma divina do Lirismo Português, é a nossa alma religiosa envolta em luar de morte e crepúsculos de ante-manhãs de vida...

O drama é o olhar dos homens, afogado em lágrimas, enevado de torvos desesperos; é a vida animal contrariada pela própria dolorosa contingência.

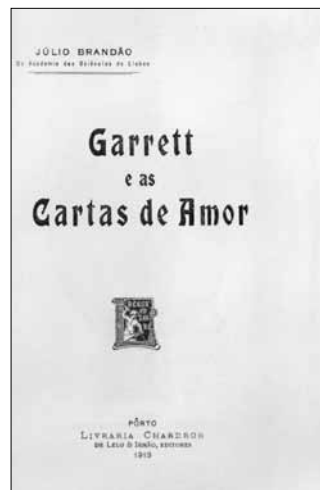
A terra de Portugal é elegiaca e divina e, portanto, eternamente hostil à terra espanhola.

- “Moinho”⁶². In *O Ave*. Santo Tirso, n.º 3 (Ago. 1912).
- “Carta”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 17, n.º 946 (19 Out. 1912), p. 1.
- “Excerto”. In *A Rajada*. Coimbra, n.º 1 (1912), p. 17.

1913 • *Perfis Suaves*: rhapsodias populares e outros contos. Júlio Brandão; contos ilustrados com desenhos especiais de notáveis artistas, Aurelia de Sousa... [et. al.]. 2ª ed. Porto: Antonio Figueirinhas, [s. d.]. 190 p.: Il. BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a José de Castro.



▲ *Perfis Suaves*



▲ *Garrett e as Cartas de Amor*

BMCCB/FL. Reg. n.º 4415. 869.0-3 BRA. Contém dedicatória do A. à Biblioteca Municipal de Famalicão.

• *Garrett e as Cartas de Amor*. Júlio Brandão. Porto: Livraria Chardron, 1913. 65 p.: 3 est. BMCCB/FL. Reg. n.º 372. 869.0-4 BRA (Literatura: ensaio). Contém dedicatória do A. a Sousa Fernandes:

«*Ao meu querido amigo o Sr. Sousa Fernandes, com a afectuosa homenagem do seu admirador / Julio Brandão.*». - Contém autógrafa de Sousa Fernandes.

BPMP Ag-3-10

• **DEZ SONETOS**

Dez Sonetos: homenagem a Gomes Leal. Lisboa: J. Rodrigues, 1913.

Contém colaboração de Júlio Brandão com poema inédito.

BN L. 14196/7 V. 869.0-1 A/Z

⁶² Cf. *Nuvem de Oiro*, *Ibidem*, 1912, p. 90.

- CÓRDOVA, ALEXANDRE
Rosas de Malherde: versos. Prof. Júlio Brandão. Porto: AC, 1913. BPB

- ATLANTIQUES.
Atlantiques: antologia de poetas portugueses. Org. Ribera I. Rovira. Barcelona: Biblioteca Popular de L'Avenc, 1913. Écloga⁶³. Julio Brandão, pp. 113-117.

- CONTISTES PORTUGUESOS.
Contistes portugueses. Org., trad. catalana de I. Ribera Y Rovira. Barcelona: Societat Catalana D'Edicions, 1913. Carta de Lluny. Julio Brandão, pp. 176-184.

- "Outro Milagre de St.º António". In *Diário de Notícias*. Lisboa. n.º de Natal (Dez. 1913).

- "Mendigos"⁶⁴. In *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, (1913), pp. 610-612.

- "Amendoeira"⁶⁵. In *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, (1913), p.146.

- "Conto de Morbiham: carta a um advogado"⁶⁶. In *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, n.º 374 (21 Abr. 1913), pp. 481-483.

- "1 de Junho". In *O Leme*. S. Miguel de Ceide, Ano 1, n.º 23 (1913), p. 3.

- "Cantares". In *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Lisboa, n.º 63 (1913), p. 296.

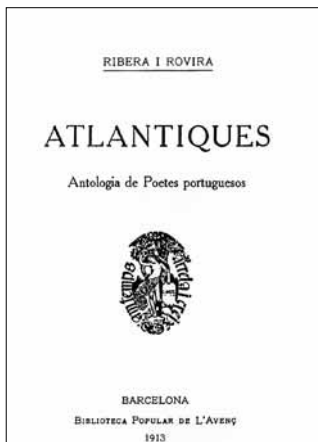
- "Linda Flor". In *O Sorriso*. Vila Nova de Famalicão, 1.ª quinzena, n.º 7 (Mar. 1913), p. 1.

1914 • MARIANA, Sórora

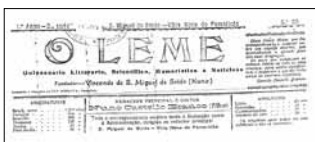
Cartas de amor ao Cavaleiro de Chamilly. Sórora Mariana; trad. de Morgado de Mateus; pról. Júlio Brandão. Carta de guia de casa-dos / D. Francisco Manuel de Melo; com um prefácio biográfico por Camilo Castelo Branco. Nova edição. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1914.

BMCCB/FL-VC. Reg. n.º 1089. 869.0-3 (Literatura: romance. Conto. Novela).

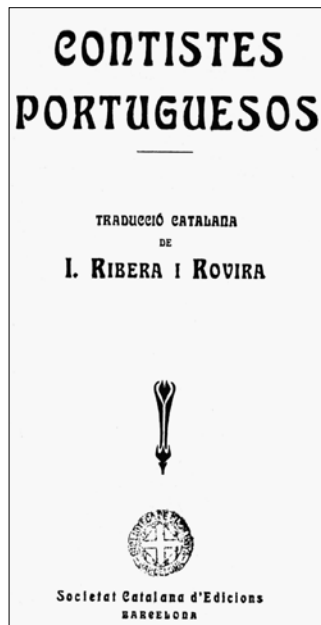
- "Lumen". In *Boémia*. Porto, 2.ª série, n.º 1 (Jul. 1914), p. 5.
- "Das "Saudades". In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 17, n.º 986 (23 Ago. 1914), p. 1.
- "Poema". In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 17, n.º 989 (13 Set. 1914), p. 1.



▲ Atlantiques



▲ O Leme



▲ Contistes



▲ A Boémia

⁶³ Cf. *O Jardim da Morte*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1898, pp. 37-42.

⁶⁴ Cf. *Contos Escolhidos*. Porto: Lello & irmão, 1980, pp. 53-62.

⁶⁵ Cf. *Nuvem de Oiro*, *Ibidem*, 1912, p. 67.

⁶⁶ Cf. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 65 (19 Mar. 19124), p. 4.

1915 • “Júlio Brandão.

Sabemos que foi convidado para fazer parte do ministério o consagrado poeta sr. Júlio Brandão, amigo muito especial do actual presidente do conselho de ministros. Embora o ilustre escritor declinasse o convite, devido a motivos familiares e ainda ao seu conhecido temperamento adverso a exhibir-se em lugares de destaque, para os quais tem sido várias vezes solicitado, pela competência que todos lhe reconhecem, nem por isso nós deixamos de o felicitar pelo honroso convite. Foi Famalicão o seu berço natal e por isso a nossa terra se ufana justamente pelas honras conquistadas pelos seus filhos.⁶⁷

- “A Casa de Camilo em S. Miguel de Ceide”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 5 (1915), pp. 377-340.
- “A Voz dos Magos”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 8 (1915), p. 763.
- “Crónica do Norte. Exposição de Rosas”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 8 (1915).
- “Soneto”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1042 (19 Set. 1915), p. 1.
- “Folhas ao Vento”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1016 (21 Mar. 1915), p. 1.
- “A Janela de Joaninha”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1024 (16 Maio 1915), p. 1.
- “Dança da Roda”⁶⁸. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1025 (23 Maio 1915), p. 1.
- “Orgulho”⁶⁹. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1026 (30 Maio 1915), p. 1.
- “A Amendoeira”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1032 (30 Maio 1915), p. 1.
- “Andorinhas”⁷⁰. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1041 (12 Set. 1915), p. 1.

1916 • “Crónica do Norte. Pintores Portuenses”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 9 (1916), pp. 879-882.

- “Crónica do Norte. Alfredo Carvalhais”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 10 (1916), pp. 972-982.
- “Crónica do Norte. Orfeões”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 1, n.º 12 (1916), pp. 1073-1075.
- “A Casa de Camilo em S. Miguel de Ceide”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 21, n.º 1065 (5 Mar. 1916), p. 2.
- “Cantares”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 21, n.º 1082 (2 Jul. 1916), p. 1.
- “Trovas a uma Viúvinha”. In *Gente Lusa*. Praia da Granja, n.º 2 (1916), pp. 60-61.
- “Fonte dos Amores”. In *O Sorriso*. Vila Nova de Famalicão, 3.ª série, n.º 11 (Jan. 1916), p. 1

1917 • Contos Escolhidos. Julio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1917. 228 p.: 2 est. (Lusitânia; 40). BPMP E6-9-49.



▲ *Atlântida*



▲ *Contos Escolhidos*

⁶⁷ In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 19, n.º 1030 (27 Jun. 1915), p. 1.

⁶⁸ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, 1912, pp. 49-50.

⁶⁹ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, p. 100.

⁷⁰ Cf. *Nuvem de Ouro*, *Ibidem*, p. 110.

- Maria do Céu: Cartas de Marcello. Júlio Brandão. 2.^a ed. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1917. XXX, 185 p.
BMCCB/FL. Bran. – 1
BMPM N3-2-338
- FOLHAS DE OURO.
Folhas de Ouro. album litterario e artístico. Collaborado por escriptores e artistas portugueses. Lisboa: [s. n.] 1917.
O Mar. Júlio Brandão, pp. 289.
BMCCB/FL. Reg.. Nº 23314. 869.0-1 (Literatura: poesia).
- “Jogos Florais Luso-Brasileiros”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 14 (1917), pp. 95-98.
- “Festa de Amor e de Arte no Atelier de Teixeira Lopes”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 16 (1917), pp. 244-248.
- “Revista do Mês. «Pela Pátria !», por Matias Lima; «Jornadas pelo mundo», pelo Conde de Arnoso. «Caminhando», por F. de Macedo Lopes”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 18 (1917), pp. 504-507
- “Revista do Mês. «Enquanto a vida passa», por Joaquim Costa; «Miren ustedes», por Leal da Câmara”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 20 (1917), pp. 695-698.
- “Revista do Mês. «Ânfora Partida», por Pina de Moraes”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 21 (1917), p. 785.
- “Mês Literário. «Sonetos», por Marques Rosa; «Poesia dos Frutos»”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 2, n.º 22 (1917), pp. 894-896.
- “Fonte dos amores”⁷¹. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 22, n.º 1112 (28 jan. 1917), p. 2.
- 1918** • “Cantares”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 3, n.º 33/34 (1918), pp. 898-899.
- “Cinco Anos”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 23, n.º 1185 (29 Jun. 1918), p. 1
- CASTRO, D. João de
A Comedia de Lisboa: aventuras, fantasias e impressões d’um forasteiro: aspectos modernos d’uma cidade antiga: figuras e figurilhas: factos e costumes”. D. João de Castro. Lisboa; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, [1918?].
UCBJP CP-LP-1431.
Contém referências a Júlio Brandão na personagem Alexandre Conceição.
- 1919** • É nomeado Director do Museu Municipal do Porto, ficando com o cargo até 1939, altura da reforma.
- Faz parte, ou pelo menos o seu nome é sugerido, ao lado de Álvaro de Castelões, entre outros, para a nomeação de uma Comissão da Junta Patriótica do Norte, no Porto⁷².
- 1920** • Cantares. Julio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1920. 100 p.
BPMP Res-XX-a-12.
- CARDOSO, Nuno Catarino
Cancioneiro da Saudade e da Morte: poetisas e poetas portugueses e brasileiros: séculos XII a XIX. Rio de Janeiro; Lisboa: H. Antunes & C.^a Livraria Editora, [1920].
Cordélia. Júlio Brandão.
BN L. 27968 P.



▲ Maria do Céu

⁷¹ Cf. Serões. Lisboa, 2.^a série, n.º 3 (Set. 1905); *Nuvem de Oiro*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1912, pp. 98-99.

⁷² Cf. *O Século*. Lisboa (19 Maio 1919).

- «Bibliografia»: *Jesus*, de D. João de Castro⁷³. In *A Águia*. Porto, n.º 99/100 (Mar.-Abr. 1920), pp. 137-138.
- “Lúmen”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1310 (21 Nov. 1920), p. 1.
- “Carta”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1276 (28 Mar. 1920), p. 1.
- “Soneto”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1298 (29 Ago. 1920), p. 1.
- “No Claustro”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1301 (19 Set. 1920), p. 1.
- “Noite de Maio”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1303 (3 Out. 1920), p. 1.
- “Os Velhos”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1305 (17 Out. 1920), p. 1.
- Começa a sua colaboração no jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*, a qual vai até ao ano do seu falecimento, 1947.

O *Primeiro de Janeiro* no empenho constante e melhorar, e de progredir, vai dedicar à crítica literária uma secção intitulada “Poetas e Prosadores – À Margem dos Livros”.

Para dirigir essa secção, cuja importância é desnecessária encarecer, convidou o eminente escritor sr.º Júlio Brandão, que, de bom grado, aceitou o convite.

Noticiando o facto, o “*Primeiro de Janeiro*” orgulha-se de poder contar, entre os seus colaboradores, tão ilustre e autorizado homem de letras.

O «*Primeiro de Janeiro*» entendeu que, para todos os povos cultos, as Letras e as Artes são a expressão suprema da sua civilização e da sua grandeza. Quis também lembrar nas suas colunas, regularmente e com o desenvolvimento possível, os que nas Letras dedicadamente trabalham, e enaltecer aqueles que distintamente as honram. Cremos que todas as pessoas de espírito culto e de fina sensibilidade lhe hão-de agradecer a ideia generosa, educativa e simpática. Pela nossa parte, lisonjeado em extremo com o convite imerecido, temos sincera pena de não poder versar, com vagar carinhoso, todos os livros que nos cheguem, ainda a rever tinta – gorgeios e canções, esperanças e elegias, resplendores matinais, céus de crepúsculo... País de heróis, de mareantes e de poetas, deve de ser longa a falange dos vates. E é curioso: em plena efervescência de mercantilismo e de baixaza, é cada vez maior (e isto consola!) o grupo de visionários da Beleza e do Amor, que vêm erguendo no ar, entre as turbas inquietas, os seus frescos molhos de rosas... O movimento da prosa portuguesa é também extraordinário⁷⁴.

- “O Movimento Literário. «Vitória de Parsifal»”⁷⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 8 (10 Jan. 1920), p. 1.
- “«De Roma e Suas Conquistas»⁷⁶; «À Beira do Mar»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 15 (18 Jan. 1920), p. 1.
- “«Conversando»; «O Templo das “Siglas”»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 20 (25 Jan. 1920), p. 1.
- “«Educação Nova: as bases»; «O Corpo da Criança»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 38 (15 Fev. 1920), p. 1.
- “«Mulheres e Borboletas»; «Raça e Nacionalidade»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 44 (24 Fev. 1920), p. 1.
- “«Na Hora Incerta»; «A Nossa Pátria»; «Almas do Purgatório»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 59 (11 Mar. 1920), p. 1.
- “«A Comédia de Lisboa»”⁷⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 61 (14 Mar. 1920), p. 1.
- “«Páginas de sangue»”⁷⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 68 (23 Mar. 1920), p. 1.
- “«Camilo e os Médicos»”⁷⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 135 (10 Jun. 1920), p. 1.

⁷³ Cf. *Poetas e Prosadores*. Braga: Livraria Cruz, 1928, pp. 160-165.

⁷⁴ “O Movimento Literário”. In *Poetas e Prosadores: às margem dos livros*. Braga: Livraria Cruz, 1928, pp. 9-10.

⁷⁵ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 13-20.

⁷⁶ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 175-204.

⁷⁷ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, 1925, pp. pp. 38-43.

⁷⁸ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 153-159.

⁷⁹ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 199-204.

- “«Viriato Lusitano»; «Cancioneiro da Saudade e da Morte»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 149 (27 Jun. 1920), p. 1.
- “História da Música”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (22 Jul. 1920), p. 1.
- “As Filhas da Babilónia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (10 Ago. 1920), p. 1.
- “«Últimos versos», do Abade de Jazente”⁸⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 238 (9 Out. 1920), p. 1.
- “«Amar, Sofrer»; «Intermezzo Lírico»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 262 (6 Nov. 1920), p. 1.
- “Antologia Portuguesa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 275 (21 Nov. 1920), p. 1.
- “Camões”⁸¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 281 (28 Nov. 1920), p. 1.
- “«Cruel Amor»; «Fogueira de Stº António»; «No Outono da Vida»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 293 (12 Dez. 1920), p. 1.
- “Tentativas Pedagógicas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 52, n.º 303 (24 Dez. 1920), p. 1.
- 1921** • Mário Carregal. “A História dos Museus que honra o Porto”. In *ABC*, Ano 2, nº 62 (15 Ser. 1921), pp. 6-7.
- “A Um Medronheiro”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1319 (23 Jan. 1921), p. 1.
- “Camilo Homenageado: o escritor da graça e da beleza”⁸². In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1333 (8 Maio 1921), pp. 1-2.
- “Exílio”. In *Húmus*. Porto, n.º 2 (Dez. 1921), p. 1.
- “«Poesias dispersas»”⁸³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 2 (2 Jan. 1921), p. 1.
- “«El Portugal»”⁸⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 10 (12 Jan. 1921), p. 1.
- “Antologia Portuguesa: Barros, primeira década da Ásia”⁸⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 34 (10 Fev. 1921), p. 1.
- “«Gente namorada»”⁸⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 47 (25 Fev. 1921), p. 1.
- “«Os Lusíadas»”⁸⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 54 (5 Mar. 1921), p. 1.
- “«Estes Sim... Venceram»; «Antologia Portuguesa: Junqueiro»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 61 (13 Mar. 1921), p. 1.
- “«Abelhas Doiradas»”⁸⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 70 (24 Mar. 1921), p. 1.
- “Poema de Amargura”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 91 (19 Abr. 1921), p. 1.



▲ *Húmus*

.....

⁸⁰ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 44-53.

⁸¹ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 145-152.

⁸² Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 126-134.

⁸³ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 61-68.

⁸⁴ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 184-190.

⁸⁵ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 28-37.

⁸⁶ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 21-27.

⁸⁷ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 167-174.

⁸⁸ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 54-60.

- «Camilo Homenageado: o escritor da graça e da beleza»⁸⁹ In *O Primeiro de Janeiro*. Porto., Ano 53, n.º 101 (30 Abr. 1921), p. 1.
- «Manual de História das Artes Plásticas»⁹⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 111 (12 Maio 1921), p. 1.
- «Paixão e Morte da Infanta». In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 124 (27 Maio 1921), p. 1.
- «Namorados»⁹¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 138 (22 Jun. 1921), p. 1.
- «Aves Migradoras»⁹². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 153 (1 Jul. 1921), p. 1.
- «O Santo Condestável»⁹³; «A Fala que Deus nos Ouve». In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 188 (11 Ago. 1921), p. 1.
- «Miss Esfinge»⁹⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 197 (21 Ago. 1921), p. 1.
- «Trancoso»; «História de Proveito e Exemplo»⁹⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 206 (1 Set. 1921), p. 1.
- «Sonetos»⁹⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 239 (11 Out. 1921), p. 1.
- «A Sombra de D. Miguel»⁹⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 250 (23 Out. 1921), p. 1.
- «Lanças n'África». In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 261 (5 Nov. 1921), p. 1.
- «Obras Póstumas»; «Lira Romântica»⁹⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 269 (15 Nov. 1921), p. 1.
- «Paladinos da Linguagem». In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 283 (1 Dez. 1921), p. 1.
- «Obras Póstumas»; «Primeiros Versos»⁹⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 53, n.º 301 (22 Dez. 1921), p. 1.

1922 • EÇA DE QUEIRÓS.

Eça de Queiroz: In Memoriam. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1922. A Obra póstuma de Eça de Queirós¹⁰⁰. Júlio Brandão, pp. 158-164. BFCM (19-M-2).



▲ Júlio Brandão com 67 anos



▲ Eça de Queiroz: In Memoriam

VIEIRA, Afonso Lopes

País Lilás, Desterro Azul. Afonso Lopes Vieira; Posf. Júlio Brandão. Lisboa: Portugal-Brasil, 1922. UNLFCSH 9390 LL. 821.134.3 VIEIRA BN L 88015 P.

⁸⁹ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 126-134.

⁹⁰ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 101-107.

⁹¹ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 214-220.

⁹² Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 69-77.

⁹³ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 94-100.

⁹⁴ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 220-227.

⁹⁵ Cf. *Poetas e Prosadores*. Braga: Livraria Cruz, 1918, pp. 118-125.

⁹⁶ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 175-183.

⁹⁷ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 84-93.

⁹⁸ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 191-198.

⁹⁹ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 108-117.

¹⁰⁰ Cf. *Poetas e Prosadores*, *Ibidem*, pp. 135-144.

- “A Propósito de Ortografia”. In *Atlântida*. Lisboa, Ano 5, n.º44/45 (1922), pp. 143-148.
- “Maria do Céu”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 26, n.º 1366 (1 Jan. 1922), p. 2.
- “Maria do Céu”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 26, n.º 1367 (8 Jan. 1922), p. 2.
- “Cantares. “Meses e meses andados”. *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 26, n.º 1383 (30 Abr. 1922), p. 2.
- “Maria”, Bernardino Machado”¹⁰¹. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 26, n.º 1384 (7 Maio 1922), p. 2.
- “«Três Mulheres»”¹⁰². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 2 (3 Jan. 1922), p. 1.
- “«O Melhor Casamento»”¹⁰³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 13 (15 Jan. 1922), p. 1.
- “Fr. Satanaz: Infanta”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 27 (31 Jan. 1922), p. 1.
- “«Em Demanda do Graal»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 36 (11 Fev. 1922), p. 1
- “«O Homem Lobo do Homem»; «Portugal em Campanha»”¹⁰⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 45 (22 Fev. 1922), p. 1.
- “«A Tentação de São Macário»”¹⁰⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 57 (9 Mar. 1922), p. 1.
- “«Pão Nosso»; «Alegre Vinho»; «Azeite de Candeia»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 71 (22 Mar. 1922), p. 1.
- “«História de Literatura Clássica¹⁰⁶»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 88 (11 Abr. 1922), p. 1.
- “«Maria»”¹⁰⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 102 (23 Abr. 1922), p. 1.
- “Domingos António Sequeira em Itália. Dois capítulos sobre Camilo Castelo Branco”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 114 (12 Maio 1922), p. 1.
- “«Capa e Espada»; «País Lilás»; «Desterro Azul»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 127 (27 Maio 1922), p. 1.
- “«Para Onde Vais Maria ?»”¹⁰⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 136 (7 Jun. 1922), p. 1.
- “«Itália Azul»”¹⁰⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 144 (15 Jun. 1922), p. 1.
- “«Ritmo de Exaltação»”¹¹⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 149 (23 Jun. 1922), p. 1.
- “O Torturado de Ceide”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 182 (1 Ago. 1922), p. 1.
- “«No Fim do Outono»; «Amor Perfeito»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 195 (17 Ago. 1922), p. 1.
- “«Eça de Queirós - In Memoriam»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 54, n.º 224 (20 Set. 1922), p. 1.
- “«O Meu Breviário»”¹¹¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 208 (1 Set. 1922), p. 1.
- “Um Opúsculo Raro de Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (7 Out. 1922), p. 1.
- “«Estrada de Santiago»”¹¹². *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 252 (24 Out. 1922), p. 1.
- “Gomes Coelho e os Médicos”¹¹³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 278 (22 Nov. 1922), p. 1

¹⁰¹ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa do Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 28-37.

¹⁰² Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 210-219.

¹⁰³ Cf. *Poetas e Prosadores*. Braga: Livraria Cruz, 1928, pp. 205-213.

¹⁰⁴ Cf. *Poetas e Prosadores, Ibidem*, pp. 221-228.

¹⁰⁵ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Ed. Gleba, [s. d.], pp. 151-156.

¹⁰⁶ Cf. *Poetas e Prosadores*. Braga: Livraria Cruz, 1928, pp. 247-256.

¹⁰⁷ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa do Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 28-37.

¹⁰⁸ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 84-92.

¹⁰⁹ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 102-111.

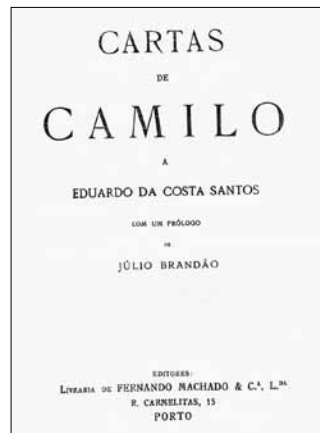
¹¹⁰ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 38-46.

¹¹¹ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 253-260.

¹¹² Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 129-135.

¹¹³ Cf. *Bustos e medalhas, Ibidem*, pp. 228-237.

- “«História de Portugal»”¹¹⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 264 (7 Nov. 1922), p. 1.
- “Prosas e Versos de Belchior da Nóbrega”¹¹⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 286 (1 Dez. 1922), p. 1.
- “Gomes Coelho e os Médicos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 285 (31 Dez. 1922), p. 1.
- 1923** • Maria do Céu: cartas de Marcelo. Júlio Brandão. 3.ª ed. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923. XXX, 183 p.
BMCCB/FL – NS, Reg. n.º 5686.
BPMP N3-2-238. Contém dedicatória do autor à filha Betariz.
BMCCB/FL-VC. Reg. N.º 1238. Contém assinatura autógrafa de Vasco de Carvalho.
- CASTELO BRANCO, Camilo
Cartas de Camilo a Eduardo da Costa Santos. Pról. Júlio Brandão. Porto: Livraria de Fernando Machado, 1923.
BFCM A (19-C-12).
- “«Arte de amar»”¹¹⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 4 (5 Jan. 1923), pp. 1-2.
- “«Cravos de Papel»”¹¹⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 15 (18 Jan. 1923), p. 1.
- “«Sátiras»”¹¹⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 29 (4 Fev. 1923), p. 1.
- “«Prosas Simples»¹¹⁹; «Amar é Sofrer»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 38 (16 Fev. 1923), p. 1.
- “Sol de Inverno”¹²⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 52 (4 Mar. 1923), p. 1-2.
- “A Propósito de Ortografia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 57 (9 Mar. 1923), p. 1.
- “Quem Escreveu os Dramas de Shakespeare ?” In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 68 (23 Mar. 1923), p. 1.
- “«Ecos Duma Voz Quase Extinta»”¹²¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 70 (25 Mar. 1923), p. 1.
- “«Romance de Amadis»”¹²². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 76 (3 Abr. 1923), p. 1.
- “Cartas Inéditas de Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 55, n.º 136 (13 Jun. 1923), p. 1.
- “«Para Além»”¹²³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 213 (11 Set. 1923), p. 1.
- “Rui Barbosa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 242 (21 Out. 1923), p. 1.
- “Santos da Casa”.¹²⁴ In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 271 (18 Nov. 1923), p. 4.
- “Sol de Meia-Noite”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 285 (5 Dez. 1923), p. 5.
- “O Retrato”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 297 (19 Dez. 1923), p. 4.
- “Lenda de Natal”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 300 (25 Dez. 1923), p. 4.



▲ Cartas de Camilo a Eduardo da Costa Santos

¹¹⁴ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 93-101.

¹¹⁵ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 261-269.

¹¹⁶ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 112-120.

¹¹⁷ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 74-83.

¹¹⁸ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 199-207.

¹¹⁹ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 57-66.

¹²⁰ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 47-56.

¹²¹ Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 121-128.

¹²² Cf. *Bustos e Medalhas*. Porto: Ed. Empresa Primeiro de Janeiro, 1925, pp. 136-144.

¹²³ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 159-166.

¹²⁴ Cf. *Bustos e Medalhas, Ibidem*, pp. 67-73.

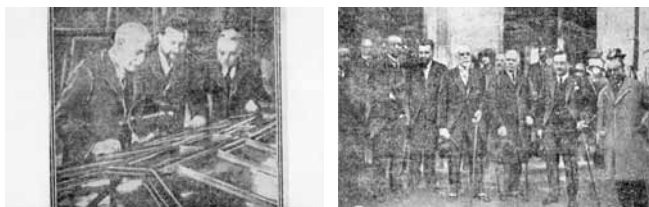
1924 • MARIANA, Sóror

Cartas de amor. Sóror Mariana; Introd. Júlio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lélo & Irmão, 1924.

- “Rosas”. In *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, n.º 6 (1924), p. 82.
- “Crepúsculo”. In *Almanaque de O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 6 (1924), p. 67.
- “Carta de Viagem”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 28, n.º 1493 (8 Jun. 1924), p. 2.
- «Palavras são cadeias de ferro, pesam e enferrujam. E o amor, que se revela numa lágrima, não se exprime num livro.» In *Lusitânia*. Porto, Ano 1, n.º 2 (1924), p. 25.
- “A Morte do Imaginário”¹²⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 11 (16 Jan. 1924), p. 4.
- “Balada”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 25 (30 Jan. 1924), p. 4.
- “Portugal Amoroso”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 30 (5 Fev. 1924), p. 4.
- “Conto de Morbihan: carta a um advogado”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 65 (19 Mar. 1924), p. 4.
- “Dois Frades”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 84 (10 Abr. 1924), p. 5.
- “O Monumento a Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 95 (23 Abr. 1924).
- “Três Cavaleiros”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 111 (14 Maio 1924), p. 4.
- “Exposição de Pintura de Inácio de Pinho”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 113 (16 Maio 1924), p. 1.
- “As Três Prendas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 129 (4 Jul. 1924), p. 1.
- “Mendigos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 134 (9 Jul. 1924), p. 4.
- “Linda Flor”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 232 (3 Out. 1924), p. 4.
- “Anatole France”¹²⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 243 (16 Out. 1924), p. 1.
- “Um Escritor”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 256 (31 Out. 1924), p. 1.
- “Três Anos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 290 (11 Dez. 1924), p. 5.
- “O Choupo e o Cedro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 56, n.º 302 (15 Dez. 1924), p. 2.
- Fernando de Macedo Lopes dedica o livro de poemas *Flama* a Júlio Brandão. O autor transcreve a recepção que Júlio Brandão efectuou ao livro *Para Além*.
- “A Visita Presidencial ao Norte”. In *Diário de Notícias* (6 Fev. 1924)



▲ Cartas de amor



▲ Visita presidencial ao Museu Portuense, do qual Júlio Brandão era director.

¹²⁵ Cf. *Bustos e Medalhas*, *Ibidem*, pp. 239-244.

¹²⁶ Cf. *Bustos e Medalhas*, *Ibidem*, pp. 270-276.

1925 • Bustos e Medalhas. Júlio Brandão. Porto: Edição da Empresa do “Primeiro de Janeiro”, 1925. 278 p.

BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a Sousa Fernandes. Contém autógrafo de Sousa Fernandes. Outro exemplar com dedicatória do A. a José de Castro.

BMCCB/FL-VC. Reg. n.º 1249. 869.0-94 BRA (Literatura: crónicas).

• **COLEÇÃO DIÁRIO DE NOTÍCIAS**

Colecção Diário de Notícias. Dir. Manoel de Sousa Pinto. Lisboa: Emp. Diário de Notícias, 1925.

“À Cata do El-Dorado”. Júlio Brandão, pp. 123-145.

BN Fg 2949.

• **VEIGA, Luís da**

Bardos e Cavaleiros. Luís da Veiga; Introd. Júlio Brandão. Porto: L.V., 1925.

BFCM (16-F-21).

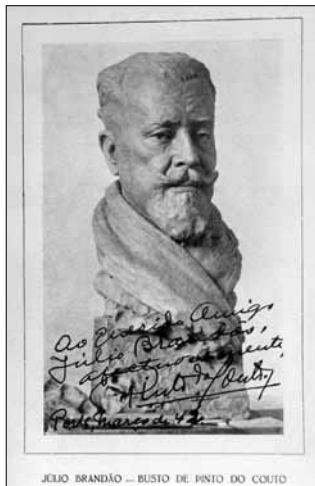
- “«O Primeiro de Janeiro»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (1 Jan. 1925), p. 3.
- “A Propósito dos Dispersos de Camilo”¹²⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (11 Jan. 1925), p. 1.
- “Cantares”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (15 Jan. 1925), p.5.
- “Uma Obra Póstuma”¹²⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (29 Jan. 1925), p. 1.
- “Canta”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (22 Fev. 1925), p. 5.
- “O Dia de Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 57, n.º 62 (15 Mar. 1925), p. 1.
- “Vida Artística: exposição de Inácio de Pinho”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (16 Mar. 1925), p. 1.
- “Exposição de Rosas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Maio 1925), p. 1.
- “Vida Artística: exposição Artur Loureiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (28 Maio 1925), pp. 1-2.
- “Alberto Pimentel e o Porto”¹²⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (18 Ago. 1925), p. 1.
- “Uma Grande Figura”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (22 Set. 1925), p. 1.
- “o de Dezembro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto 7 Dez. 1925), p. 1.
- “Novos Inéditos de Eça de Queirós: «Alves & Companhia», «Correspondência»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 296 (16 Dez. 1925), p. 1.
- “Natal”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 304 (25 Dez. 1925), p. 1.

1926 • Garrett e as Cartas de Amor. Júlio Brandão. 2.ª ed. Porto: Livraria Civilização, 1926. 77 p.: 1 Il.

BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a Sousa Fernandes.

BMCCB/FL – Contém dedicatória do autor a Aarões de Lacerda.

BPMP – Res-XX-a-a107 Contém dedicatória do autor à filha Beatriz.



▲ Busto de Júlio Brandão



▲ Colecção Diário de Notícias

¹²⁷ Cf. *Bustos e Medalhas*, *Ibidem*, pp. 145-151.

¹²⁸ Cf. *Bustos e Medalha*, *Ibidem*, pp. 152-158.

¹²⁹ Cf. *O Tripeiro*. Porto, 3.ª série, n.º 1 (1926), pp. 2-3.

- “O Pintor Roquemont”¹³⁰. In *Ilustração Moderna*. Porto, Ano 1, n.º 4 (Ago. 1926), pp.83-86.
- “Duas Palavras”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 1 (1 Jan. 1926), p. 1.
- “«O Canto da Sereia»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 9 (12 Jan. 1926), p. 1.
- “«Memórias da Vida Diplomática»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 15 (19 Jan. 1926), p. 1.
- “«A Paixão de Soror Mariana»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 44 (23 Fev. 1926), p. 1.
- “Páscoa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 79 (4 Abr. 1926), p. 1.
- “João Penha”¹³¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 85 (11 Abr. 1926), p. 1.
- “Carta a um Poeta”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (25 Abr. 1926), p. 1.
- “Eduardo Coimbra”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (9 Maio 1926), p.1.
- “Pedro Ivo”¹³². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 115 (16 Maio 1926), p. 1.
- “Gaia e a Estatuária”¹³³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 121 (23 Maio 1926), p. 1.
- “Camilo e A. Soromenho”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, (6/13 Juh. 1926).
- “Em volta de Anatole France”¹³⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 144 (20 Jun. 1926), p. 1.
- “Jogos Florais”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 155 (4 Jun. 1926), p. 1.
- “O Egipto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (18 Jun. 1926), p. 1.
- “Palácio de Cristal”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (25 Jul. 1926), p. 1.
- “O Mosteiro da Serra do Pilar”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 180 (1 Ago. 1926), p. 1.
- “Santuários de Montanha”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 204 (29 Ago. 1926), p. 1.
- “Elogio dos Poetas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 245 (17 Out. 1926), p. 1.
- “O Pintor Cândido da Cunha”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 245 (29 Out. 1926), p. 1.
- “O Museu de S. Miguel de Ceide”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 262 (7 Nov. 1926).
- “Bulhão Pato”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 274 (21 Nov. 1926), p. 1.
- “Uma Grande Figura”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (26 Dez. 1926), p. 1.
- “Alberto Pimentel e o Porto”¹³⁵. In *O Tripeiro*. Porto, n.º 1 (1926), pp. 2-3.



▲ *Ilustração Moderna*

- 1927** • Os Melhores Quadros do Museu Municipal do Porto: albuns organizados por Júlio Brandão Director do Museu. Porto: Marques Abreu, [1927].
BPMP. Res-XX-A-100(5)
- Memórias dum Amoroso: história simples. Júlio Brandão. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1927. 66 p. (Uma biblioteca para a mulher; 6)
BPMP Res-XX-a-II.
 - ARQUIVO LITERÁRIO.
Arquivo Literário. Delfim Guimarães. Lisboa: Livraria Editôra, 1927.
“Carta de amor”. Júlio Brandão.
“Cartas”¹³⁶. Júlio Brandão.

¹³⁰ Cf. *O Pintor Roquemont: subsídios para o estudo do artista: vida, épocas e obras*. Lisboa: Livraria Morais, 1929.

¹³¹ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 211-217.

¹³² Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Ed. Gleba, [s. d.], pp. 101-106.

¹³³ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 135-142.

¹³⁴ Cf. *Galeria das Sombras, Ibidem*, pp. 228-235.

¹³⁵ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Ed. Gleba, [s. d.], pp. 115-119.

¹³⁶ Cf. *Garrett e as Cartas de Amor*. Porto: Livraria Chardron, 1913.

• EM LOUVOR DE S. FRANCISCO.

Em Louvor de S. Francisco: a literatura portuguesa: 1926-1927. Braga: Tipografia do Boletim Mensal, 1927. Homo Homini Lúpus. Júlio Brandão, pp. 45-46.

- “António Feijó”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 8, n.º 8 (9 Jan. 1927), p. 1.
- “Outeiros de Abadessado”¹³⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 20 (23 Jan. 1927), p. 1.
- “Sobre a Correspondência de Homens Ilustres. Carta a D. Alberto Bramão”¹³⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 37 (13 Fev. 1927), p. 1.
- “Joaquim de Araújo”¹³⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 60 (13 Mar. 1927), p. 1.
- “O Espólio de Joaquim de Araújo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 87 (3 Abr. 1927), p. 1.
- “Literatura de Quantidade”¹⁴⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 96 (24 Abr. 1927), p. 1.
- “Rocha Peixoto”¹⁴¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 102 (1 Mar. 1927), p. 1.
- “A Primavera”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 120 (22 Maio 1927), p. 1.
- “Boémia Literária”¹⁴². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 130 (5 Jun. 1927), p. 1.
- “Monumentos”¹⁴³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 147 (26 Jun. 1927), p. 1.
- “Marques de Oliveira”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 171 (24 Jul. 1927), p. 1.
- “«Vida de Jesus», de Queirós Ribeiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 59, n.º 213 (11 Set. 1927), p. 1.
- “A Crise Intelectual do Nosso Teatro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 59, n.º 248 (23 Out. 1927), p. 1.
- “Literatura Brasileira”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 59, n.º 272 (20 Nov. 1927), p. 1.

1928 • Nuvem de Oiro. Júlio Brandão. 2ª ed. Porto: Américo Fraga Lames, 1928. 144 p.

BFCM SI3

BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1245. Contém autógrafo de Vasco de Carvalho.

BPMP Res-XX-a-115. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.

• Poetas e prosadores: à margem dos livros. Julio Brandão. Braga: Livraria Cruz, 1928. 258 p.

BFCM SI3. Contém dedicatória do A. a Sousa Fernandes. Outro exemplar com dedicatória do A. a Alberto Pimentel.

BMCCB/FL – NS. Reg. n.º 5692. 869.0-9 BRA. Contém dedicatória do A. a Nuno Simões: «A Nuno Simões - com um abraço do seu fervoroso admirador / Julio Brandão.».

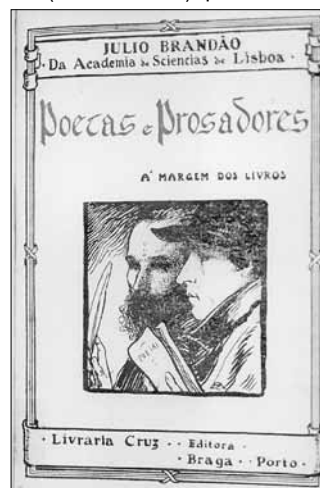
BPMP Res-XX-a-118. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.

• Livro de Leitura para as Classes I e II: ensino secundário. Julio Brandão. Braga: Livraria Cruz, 1928. 503 p.: II.

BFCM SI3

BPMP Res-XX-a-102.

• “A Propósito da Peça «O Marquês de Caniche»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 60, n.º 7 (8 Jan. 1928), p. 1.



▲ Poetas e prosadores

¹³⁷ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 20-28. Cf. *Revista Lusitânia*. Vol. 27 (1929).

¹³⁸ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 141-149.

¹³⁹ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 51-58.

¹⁴⁰ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 191-198.

¹⁴¹ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 158-164.

¹⁴² Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 36-43.

¹⁴³ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 183-189.

- “Máximas e Pensamentos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 60, n.º 36 (12 Fev. 1928), p. 1.
- “Recordações”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 60, n.º 83 (8 Abr. 1928), p. 1.

1929 • O Pintor Roquemont: subsídios para o estudo do artista: vida, época e obras. Júlio Brandão. Lisboa: Livraria Morais, 1929. 111 p.: 24 est.

BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1242. 92 BRA (Biografias). - Contém dedicatória do A. a Vasco de Carvalho: «Ao seu prezado e talentoso amigo Vasco de Carvalho, of. com um abraço / Julio Brandão.».

BPMP Res-XX-a-116. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz. RJ-1412: contém dedicatória do A. a Ricardo Jorge.

- Em colaboração com Álvaro de Castelões edita a *Revista Internacional O Soneto Neo-Latino*.

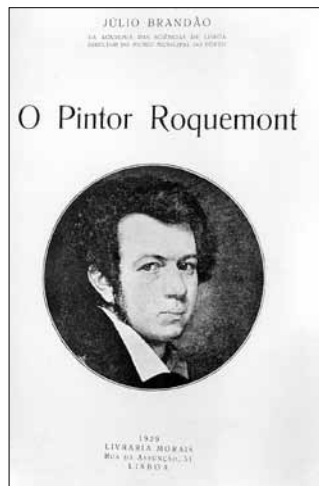
Quando Álvaro de Castelões, poeta e ilustre e um grande nome nacional, publicou comigo, aí por 1928, a Revista Internacional O Soneto Neo-Latino, não prevíamos como lá fora a publicação seria recebida. O êxito excedeu, porém, tudo o que nós ambicionávamos, ao passo que entre nós (excepto uma larga e afectuosa imprensa) parece que os leitores pouca importância deram ao facto. Era de esperar.

A revista era colaborada com inéditos de grandes poetas das línguas latinas e afins. As Academias representaram-se galhardamente. Henrique de Guérier e Carlos le Goffe colaboraram; D. Annunzio ia colaborar; Nicolai Iorga, primeiro-ministro da Roménia e Reitor da Universidade de Bucareste escrevia-nos isto: «Votre idée est féconde et l'apport que vous doit cett pan-latinité, que nous désirons ne sera pas oublié à l'heure des grandes réalisations...»

Pouco a pouco, de todas as nações latinas vamos transcrevendo inéditos de altíssimos poetas.

Júlio Brandão

- “João da Rocha, Poeta”. In *Portucale*. Porto, Ano 2, n.º 8 (Mar.-Abr. 1929), pp. 148-151.
- “Um Pintor Glorioso”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 140 (23 Jun. 1929), p. 1.
- “Uma Crítica Amarga”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 150 (7 Jul. 1929), p. 1.
- “Dois Mecenas”¹⁴⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 171 (31 Jul. 1929), p. 1.
- “A Crise Mental do séc. XVIII”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 188 (11 Ago. 1929), pp. 1-2.
- “A Decadência de Alguns Artistas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (25 Ago. 1929), p. 1.
- “O Pintor António José da Costa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 212 (8 Set. 1929), p. 1.
- “Um Artista Esquecido”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 224 (22 Set. 1929), p. 1.
- “Cesário Verde”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 242 (13 Out. 1929), p. 1.
- “Os Nefelibatas”¹⁴⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 254 (27 Out. 1929), p. 1.
- “Um Crítico”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 266 (10 Nov. 1929), p. 1.
- “«Flor Agreste»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 278 (24 Nov. 1929), p. 1.



▲ O pintor Roquemont



▲ O Soneto Neo-Latino

¹⁴⁴ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 165-173.

¹⁴⁵ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 59-66.

- “Um Retrato”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 290 (3 Dez. 1929), p. 1.
- “«Dispersos» de Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 61, n.º 302 (22 Dez. 1929), pp. 1-2.
- “Outeiros do Abadessado”. In *Revista Lusitânia*. Lisboa, Vol. 27 (1929).
- “Cartas de Amor”. In *O Soneto Neo-Latino*. Vila Nova de Famalicão, n.º 2 (1929), pp. 55.
- “Separação”. In *O Soneto Neo-Latino*. Vila Nova de Famalicão, n.º 3 (1929), p. 89.
- 1930** • “Página de Inverno”. In *Civilização*. Lisboa, n.º 6 (1930), p. 113.
- “Soneto”. In *Gente Lusa*. Porto, n.º 1 (Jun. 1930), p. 3.
- “António Carneiro”. In *Ilustração Moderna*. Porto, Ano 5, n.º 42 (Abr. 1930), pp. 85-87.
- “«Terra e Azul», de Manuel Duarte de Almeida”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto Ano 62, n.º 10 (12 Jan. 1930), pp. 1-2.
- “Grafologia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 27 (2 Fev. 1930), p. 1.
- “À Volta de Anatole France”¹⁴⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 39 (16 Fev. 1930), p. 1.
- “António Carneiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 87 (6 Abr. 1930), p. 1.
- “Dois Retratos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 121 (25 Maio 1930), pp. 1-2.
- “Movimento Literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 168 (20 Jul. 1930), p. 1.
- “Camilo e o Dom Juanismo”¹⁴⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 210 (7 Set. 1930), p. 1.
- “A Propósito da Crítica”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 258 (2 Nov. 1930), p. 1.
- “Bernardim Ribeiro: um problema literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 276 (23 Dez. 1930), p. 1.
- “A Sereia”. In *O Soneto Neo-Latino*. Vila Nova de Famalicão, n.º 6 (1930), p. 187.
- 1931** • “Um Mestre Pintor: Artur Loureiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 68 (22 Mar. 1931), p. 1.
- “Beldemónio”¹⁴⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 62, n.º 98 (26 Abr. 1931), p. 1.
- “Uma história de Amores”¹⁴⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 181 (24 Maio 1931), p. 1.
- “Teatro Heróico”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 139 (14 Ago. 1931), pp. 1-2.
- “Carta a uma Senhora”¹⁵⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 145 (20 Jul. 1931), p. 1.
- “Henrique Lopes de Mendonça”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 204 (30 Ago. 1931), p. 1.
- “M. Teixeira Gomes”¹⁵¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, n.º 196 (11 Out. 1931), pp. 1-2.
- “João Rosa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Nov. 1931), pp. 1-2.
- “Philéas Lebesgue”¹⁵². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (27 Dez. 1931), p. 1.
- 1932** • Maria do Céu. Júlio Brandão. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1932. XXX, 183 p. (Biblioteca Lello; 6) BPMP C6-5-37.
- “A Literatura Portuguesa: história e crítica”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Jan. 1932), p. 1.
- “Escritores e Linguagem”¹⁵³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Abr. 1932), p. 1.
- “Movimento Literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (15 Maio 1932), p. 1.
- “Livros Póstumos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (23 Jul. 1932), p. 1.
- “Silva Pinto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (14 Ago. 1932), p. 1.

¹⁴⁶ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 228-235.

¹⁴⁷ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 150-157.

¹⁴⁸ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 236-244.

¹⁴⁹ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 196-202.

¹⁵⁰ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 211-217.

¹⁵¹ Cf. *Galeria das Sombras*, *Ibidem*, pp. 203-210.

¹⁵² Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 251-258.

¹⁵³ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 53-60.

1933 • *Miniaturistas Portugueses*. Júlio Brandão. Porto: Litografia Nacional, 1933. 117 p.: 32 est.

BFCM SI3

BPMP Res-XX-a-117. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.. RJ- 1347: contém dedicatória do A. a Ricardo Jorge.

• **IN MEMORIAM DE HENRIQUE MARQUES.**

In Memoriam de Henrique Marques: 1859-1933. Org. pelos seus filhos. Lisboa: Livraria Central, 1933.

Um editor bibliógrafo¹⁵⁴. Júlio Brandão, pp. 57-60.

BFCM (15-H-4).

• “Dois poetas: P. Valéry, Mallarmé”¹⁵⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 63, n.º 204 (15 Jan. 1933), p. 1.

• “Página de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 65, n.º 25 (29 Jan. 1933), p. 1.

• “Arte e Cultura Portuense: o Museu Municipal do Porto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 33 (4 Fev. 1933), p. 1.

• “António Nobre e as «Despedidas»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 65, n.º 77 (2 Abr. 1933), p. 1.

• “Camilo e Arnaldo Gama”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 65, n.º 244 (15 Out. 1933), p. 1.

• “Recordando um Artista”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 65, n.º 286 (3 Dez. 1933), p. 1.

1934 • **IN MEMORIAM DE DELFIM GUIMARÃES.**

In Memoriam de Delfim Guimarães. Org. por Galino Marques. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1934.

“Delfim Guimarães”. Júlio Brandão, pp. 265-273.

BFCM (15-E-2).

• **O HOMEM DO LEME.**

O Homem do Leme. Porto: Exposição Colonial Portuguesa, 1934. BPB.

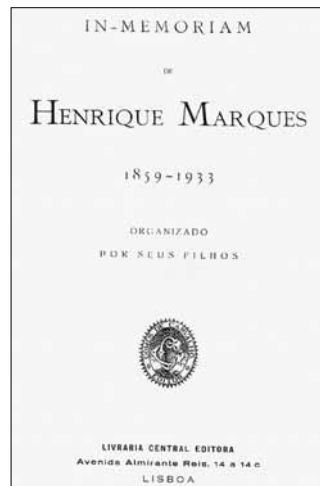
• “Um Grande Poeta Minhoto”. In *Minho*. Rio de Janeiro, n.º único (1934), p. 49.

• “«Terra e Azul», de Manuel Duarte de Almeida”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 18 (21 Jan. 1934), pp. 1-2.

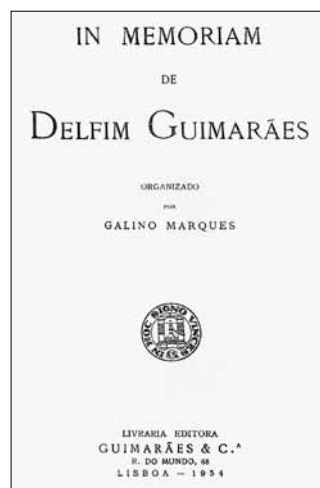
• “As Inimigas do Homem”¹⁵⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 77 (3 Abr. 1934), p. 1.

• “Um Editor Bibliógrafo”¹⁵⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 111 (13 Maio 1934), pp. 1-2.

• “Silva Porto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 127 (1 Jun. 1934), p. 1.



▲ *In memoriam de Henriques Marques*



▲ *In memoriam de Delfim Guimarães*

¹⁵⁴ Cf. *Galeria das Sombras: memórias e outras páginas*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 245-252.

¹⁵⁵ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 225-232.

¹⁵⁶ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos, Ibidem*, pp. 151-157.

¹⁵⁷ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização, 1935, pp. 245-252. Cf. *In Memoriam de Henrique Marques (1859-1933)*. Lisboa: Livraria Central Editora, 1933, pp. 57-60.

- “A Penha e o Poeta Bráulio Caldas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 171 (22 Jul. 1934), pp. 1-2.
- “Melodias na Sombra”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 183 (5 Ago. 1934), p. 1.
- “Teixeira de Queirós: Bento Moreno”¹⁵⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 243 (21 Out. 1934), pp. 1-2.
- “O Fundador de «O Primeiro de Janeiro»: Gaspar Baltar”¹⁵⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 272 (18 Nov. 1934), p. 1.
- “Página de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 66, n.º 296 (16 Dez. 1934), p. 1.

1935 • Galeria das Sombras: memórias e outras páginas. Julio Brandão. Porto: Livraria Civilização, 1935. 285 p.+recorte de imprensa BFCM S13

BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1241. 869.0-94 BRA (Literatura: crónicas). Contém autógrafa de Vasco de Carvalho e apontamentos manuscritos. Recorte de jornal colado: versos de Aires Pinto de Sousa publicados no «*Estrela do Minho*». BPMP Res-XX-a-110. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz. RJ- 422: contém dedicatória do A. a Ricardo Jorge. Cor-243: contém três recortes e apenso.

• AS MAIS LINDAS POESIAS LIRICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA. As mais lindas poesias líricas da língua portuguesa. Compil. A. Machado. Lisboa: Empresa Literária Universal, 1935.

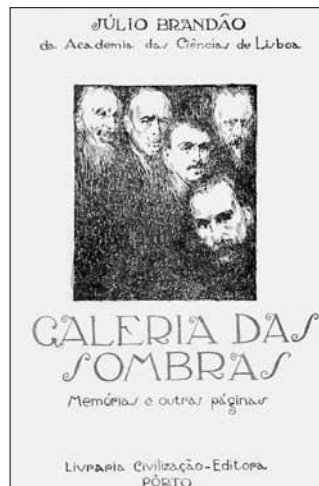
“Andorineas”, Júlio Brandão.

BN 1.41625/4 P.

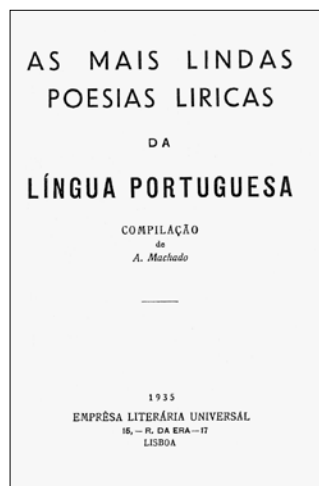
- “O Romance”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (10 Fev. 1935), p. 1.
- “Um Camilianista Benemérito”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Fev. 1935), p. 1.
- “Movimento Literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 67, n.º 69 (24 Mar. 1935), p. 1.
- “Gaspar Baltar”¹⁶⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 67, n.º 139 (4 Jun. 1935), n.º 1.
- “O Gravador Molarinho”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 67, n.º 133 (8 Jun. 1935), p. 1.
- “Regressos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 67, n.º 170 (21 Jul. 1935), p. 1.
- “Gomes Leal”¹⁶¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 67, n.º 194 (18 Ago. 1935), p. 1.
- “A Poesia Etiópica”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (10 Nov. 1935), p. 1.
- “Um Escritor”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (29 Dez. 1935), p. 1.

1936 • CARNEIRO, António

Solilóquios: sonetos póstumos. António Carneiro; [pref. Júlio Brandão]¹⁶². – [Porto: s.n.], 1936 (Tipografia Costa Carregal). XXIII, 71 p.



▲ Galeria das Sombras



▲ As mais lindas poesias líricas

¹⁵⁸ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 259-267.

¹⁵⁹ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 253-258; *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 77-84.

¹⁶⁰ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 243-249.

¹⁶¹ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 77-84.

¹⁶² Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 285-301.

Exemplar numerado e rubricado pelos filhos de António Carneiro.
BMCCB/FL-NS. Reg. n.º 1241.

- “O Centenário de Ramalho”. In *Diário Português*. Lisboa, Ano 5, n.º 1200 (13 Dez. 1936), p. 1.
- “O Pintor António Carneiro: sonetos póstumos”¹⁶³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 52 (4 Mar. 1936), p. 1.
- “«Álbum das Glórias»”¹⁶⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 65 (19 Mar. 1936), p. 1.
- “Inácio de Pinho”¹⁶⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 89 (14 Abr. 1936), p. 1.
- “Uma Despedida”¹⁶⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 101 (26 Abr. 1936), p. 1.
- “O Antigo Teatro de S. João”¹⁶⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 128 (24 Maio 1936), p. 1.
- “A Acácia do Jorge”¹⁶⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 159 (24 Jun. 1936), p. 1.
- “Soares dos Reis”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Jul. 1936), p. 1.
- “Um Romance”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (19 Jul. 1936), p. 1.
- “Lusófilos Ilustres”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 221 (26 Ago. 1936), p. 1.
- “Camões Lírico”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 233 (7 Set. 1936), p. 1.
- “Dora Lambertini”¹⁶⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 273 (18 Set. 1936), p. 1.
- “Julio Dias da Costa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 294 (8 Nov. 1936), p. 1.
- “Ramalho Ortigão”¹⁷⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 310 (24 Nov. 1936), p. 1.
- “«O Sonho do Infante», do Visconde de Castelões”¹⁷¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 68, n.º 338 (23 Dez. 1936), p. 1.

1937 • CAMILO E CIPRIANO JARDIM.

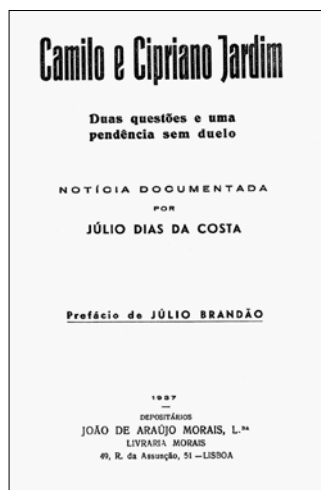
Camilo e Cipriano Jardim: duas questões e uma pendência sem duelo Notícias documentada por Júlio Dias da Costa; Pref. Júlio Brandão. Lisboa: João de Araújo Morais, 1937.

BFCM A (19-G-11).

- “Um Notável Artigo sobre o Venerável Visconde de Castelões e o seu livro «O Sonho de Infante Dom Henrique». In *Notícias de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 66 (16 Jan. 1937), p. 4.



▲ Júlio Brandão em 1936.



▲ Camilo e Cipriano Jardim

¹⁶³ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 190-195.

¹⁶⁴ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 7-13.

¹⁶⁵ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 99-105.

¹⁶⁶ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 91-98.

¹⁶⁷ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 23-31.

¹⁶⁸ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 107-113.

¹⁶⁹ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 69-76.

¹⁷⁰ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 217-224.

¹⁷¹ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 131-139.

- “Uma Festa do Liceu”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 9 (10 Jan. 1937), p. 1.
 - “Um Grande Poeta Brasileiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 52 (24 Fev. 1936), p. 1.
 - “Garrett e as Reformas Setembristas”¹⁷². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 77 (21 Mar. 1937), p. 1.
 - “Miscelâneas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 115 (28 Abr. 1937), p. 1.
 - “Moreira de Sá”¹⁷³. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 135 (19 Maio 1937), p. 1.
 - “Movimento Literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 156 (9 Jun. 1937), p. 1.
 - “Página de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 187 (11 Jul. 1937), p. 1.
 - “Sousa Costa”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 197 (21 Jul. 1937), p.1.
 - “Fontes, um Poeta Lírico”¹⁷⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 218 (11 Ago. 1937), p. 1.
 - “O «Diário da Tarde»”¹⁷⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 229 (22 Ago. 1937), p. 1.
 - “Letras Luso-Brasileiras”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 246 (8 Set. 1937), p. 1.
 - “Grandes de Portugal”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (29 Set. 1937), p. 1.
 - “Magalhães de Azevedo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 287 (20 Out. 1937), p. 1.
 - “Geraldine”¹⁷⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 308 (10 Nov. 1937), p. 1.
 - “Friso do Passado”.¹⁷⁷ In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 69, n.º 329 (1 Dez. 1937), p. 1.
 - “Culto da Paisagem”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 77 (21 Mar. 1937), p. 1.
- 1938** • Desfolhar dos Crisântemos: memórias e outras páginas. Júlio Brandão. Porto: Livraria Civilização, 1938. 301 p.+recortes de imprensa.
BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1248. 869.0-94 BRA (Literatura: crónicas).
BPMP Cor-151. Contém como material acompanhante um artigo de Julio Dantas e outro de D. João de Castro. RJ-541. Contém dedicatória do A. a Ricardo Jorge.
- LORRAINE, Fanny
– Quo Vadis Arte? Elementos de Observação Psicológica: sobre escultura, pintura-desenho, canto, música, audição. Fanny Lorraine; Trad. Adolfo Machado; Pref. Júlio Brandão. [s. l.: s. n.], 1938 (Porto: Tip. Civilização, imp. 1938).
 - “A Sereia”¹⁷⁸. In *Ocidente*. Lisboa, Ano 1, n.º 1-3 (Maio-Jul. 1938), p. 197.
 - “Soares dos Reis”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (23 Jan. 1938), p. 1.
 - “Ainda à Volta de Shakespeare”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 100 (13 Abr. 1938), p. 1.
 - “Poemas Herói-Cômicos «Sinfaniadas»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 111 (24 Abr. 1938), p. 1.
 - “Homenagens Póstumas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 182 (6 Jul. 1938), p. 1.



▲ *Desfolhar dos Crisântemos*

¹⁷² Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 61-67.

¹⁷³ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 85-90.

¹⁷⁴ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 131-139.

¹⁷⁵ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 233-242.

¹⁷⁶ Cf. *Desfolhar dos Crisântemos*, *Ibidem*, pp. 209-216.

¹⁷⁷ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Ed. Gkeba, [s. d.], pp. 13-18.

¹⁷⁸ Cf. *O Soneto Neo-Latino*. Vila Nova de Famalicão, T. VI (1929), p. 187.

- “Movimento Literário”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 220 (13 Ago. 1938), p. 1.
- “Recordando Grandes Nomes”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 255 (17 Set. 1938), p. 1.
- “Eça de Queirós”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 300 (2 Nov. 1938), p. 1.
- “Uma Figura Egrégia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 70, n.º 325 (27 Nov. 1938), p. 1.
- 1939** • Publica a sua polémica com Pedro Vitorino, numa brochura intitulada *O Sr.º Pedro Vitorino*. Esta polémica andou há volta da actividade de Júlio Brandão enquanto Director do Museu Municipal do Porto
O Sr. Pedro Vitorino. Júlio Brandão. Porto: A Portuense, 1939. 10 p.
BPMP J3-1-180 (7).
- “Poetas. Soneto”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 44, n.º 2252 (15 jan. 1939), p. 1.
- “Folhas ao Vento”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 44, n.º 2259 (5 Mar. 1939), p. 2.
- “A Casa de Camilo, Hoje Museu Camiliano, em S. Miguel de Seide”. In *Latina*. Porto, n.º 8 (Out.1939).
- “Os Nossos Barristas e Velhos Presépios”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Fev. 1939), pp. 1, 3.
- “Bacon e as Obras Atribuídas a Shakespeare”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 68 (12 Mar. 1939), p. 1.
- “Um Antigo Professor Portuense: Manuel Emílio Dantas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 100 (13 Abr. 1939), pp. 1, 3.
- “M. Teixeira Gomes”¹⁷⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 137 (21 Maio 1939), p. 1.
- “Machado de Assis: o centenário do seu nascimento”¹⁸⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 196 (20 Jul. 1939), p. 1.
- “João Penha: homenagem póstuma”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 273 (4 Out. 1939), p. 1.
- “Um Grande Nome Esquecido: Guilherme Braga”¹⁸¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 295 (27 Out. 1939), pp. 1, 3.
- “Julio Dinis: dramaturgo”¹⁸². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 313 (14 Nov. 1939), pp. 1, 3.
- “Sombras Amigas: José Sarmento”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 71, n.º 337 (9 Dez. 1939), pp. 1, 4.
- Hernâni Cidade publica “Tendências do Lirismo Contemporâneo”.
É apenas dois anos posterior ao “Nada” [António Feijó] o livro de Júlio Brandão – *O Jardim da Morte*. Todo o escurece a mesma grande sombra que arrepiava os nervos dos poetas do tempo – tal como o *Livro de Aglais* (1892), sua estreia, a cada passo trai as influências da escola dominante. Na *Nuvem de Ouro...* uma alma a um tempo voluptuosa e enterrecida se abre ao nosso convívio. A sua confiança é, em verdade, predominantemente, uma *Nuvem de emoções vividas*, portuguesissimamente românticas. Doirada, porém, por uma fantasia, que do parnasianismo conservou o que era digno de se conservar – o acabado esmero da perfeição formal.¹⁸³
- 1940** • “Teatro Radiofónico”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 21 (22 Jan. 1940), p. 1.
- “A Propósito do Centenário do Nascimento de Emílio Zola”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 91 (3 Abr. 1940), pp. 1, 3.

¹⁷⁹ Cf. *Galeria das Sombras*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1935, pp. 203-210.

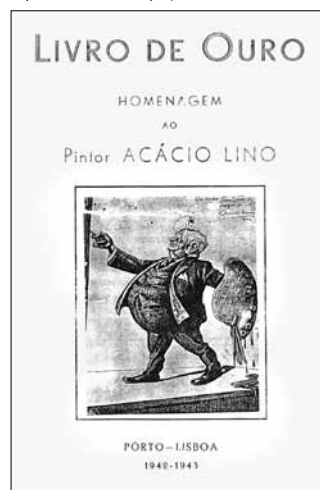
¹⁸⁰ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*. Lisboa: Ed. Gleba, [s. d.], pp. 177-181.

¹⁸¹ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 95-100.

¹⁸² Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 81-85.

¹⁸³ Hernani Cidade – *Tendências do Lirismo Contemporâneo: do «Oaristos» às «Encruzilhadas de Deus»*. 2.ª ed. Lisboa: Livraria Portugália, 1939, pp. 58-59.

- “Um Poeta Esquecido”¹⁸⁴. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 107 (19 Abr. 1940), p. 1.
- “João de Barros. Um aniversário: Camilo esquecido”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 83 (26 Mar. 1940), p. 1.
- “A Rua das Flores e Nogueira Lima”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 223 (15 Ago. 1940), p. 1.
- “A Propósito de Camilo e da sua Ironia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 235 (27 Ago. 1940), p. 1.
- “Sobre a Dificuldade de Organizar Antologias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 266 (27 Set. 1940), p. 1.
- “Sombras Amigas: Francisco Bernardo Braga”¹⁸⁵. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 290 (22 Out. 1940), p. 1.
- “«Campoamor»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 308 (9 Nov. 1940), p. 1.
- “A Propósito dos Livros”¹⁸⁶. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 72, n.º 349 (21 Dez. 1940), p. 1.
- 1941** • EXPOSIÇÃO DE PINTURA, PASTEL E DESENHO DE ALBERTO AIRES DE GOUVEIA
Exposição de Pintura, Pastel e Desenho de Alberto Ayres de Gouvêa. [textos] Júlio Brandão... [et. al.]. Porto: Salão Silva Porto, 1941. 42 p.: il.
FCGBGA P 10778
- “Artur Loureiro”¹⁸⁷. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 19 (20 Jan. 1941), p. 1.
- “Páginas de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 73 (17 Mar. 1941), p. 1.
- “Outra Página de Memórias”¹⁸⁸. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 115 (28 Abr. 1941), p. 1.
- “Uma Cura de Águas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (21 Maio 1941), p. 1.
- “Urbano de Castro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (18 Jun. 1941), p. 1.
- “A Propósito de Soares de Passos”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (31 Jul. 1941), p. 1.
- “Um Nome Glorioso: Manuel da Silva Gaio”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 249 (11 Set. 1941), p. 1.
- “As «Memórias» de Bulhão Pato”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 263 (25 Set. 1941), p. 1.
- “Sombras Amigas: Celso Hermínio”¹⁸⁹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 283 (16 Out. 1941), p. 1.
- “Dois Grandes Poetas Brasileiros”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 321 (23 Nov. 1941), p. 1.
- “Um Artista Glorioso: Alberto Aires de Gouveia”¹⁹⁰. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 73, n.º 351 (24 Dez. 1941), p. 1.
- 1942** • LIVRO DE OURO.
Livro de Ouro: homenagem ao Pintor Acácio Lino. Pôrto, Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1942-1943.
Duas palavras. Júlio Brandão, pp. 70-72.
BMCCB/FL-VC. Reg. n.º 956. 929LIV (Literatura: biografias).



▲ Livro de Ouro

.....

¹⁸⁴ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 29-32.

¹⁸⁵ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 111-114.

¹⁸⁶ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 107-110.

¹⁸⁷ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 69-73.

¹⁸⁸ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 45-49.

¹⁸⁹ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 135-137.

¹⁹⁰ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta, Ibidem*, pp. 145-150.

- “Problemas Literários”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 36 (7 Fev. 1942), p. 1.
 - “Página de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 55 (27 Fev. 1942), p. 1.
 - “A Propósito de Guerra Junqueiro e da sua «Casa-Museu»”¹⁹¹. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 177 (1 Jul. 1942), p. 1.
 - “João Grave”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 192 (16 Jul. 1942), p. 1.
 - “Página de Memórias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 213 (6 Ago. 1942), p. 1.
 - “João Penha e a «Folha»”¹⁹². In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 224 (17 Ago. 1942), p. 1.
 - “Um Escritor Ilustre: Pinto do Couto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 74, n.º 302 (4 Nov. 1942), pp. 1, 3.
- 1943** • Recordações Dum Velho Poeta: figuras literárias e artísticas. Júlio Brandão. Lisboa: Editorial Gleba, 1943. 187 p. (Estudos portugueses; 2)
BFCM SI3.
BMCCB/FL – VC. Reg. n.º 1240. 869.0-4 BRA (Literatura: ensaio). Contém autógrafo de Vasco de Carvalho.
BPMP Res-XX-a-III. Contém dedicatória do A. à filha Beatriz.
- “Grandes Figuras Brasileiras: Olavo Bilac”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 214 (6 Ago. 1943), p. 1.
 - “Evocação de Algumas Retentivas Famosas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 233 (25 Ago. 1943), pp. 1, 3.
 - “Duas Anedotas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 243 (4 Set. 1943), p. 1.
 - “A Propósito das Cartas de Camilo ao Visconde de Ouguela”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 276 (8 Out. 1943), p. 1.
 - “Recordando Fialho”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 293 (25 Out. 1943), pp. 1, 4.
 - “Eduardo de Artayett, o “Romântico”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 75, n.º 309 (10 Nov. 1943), p. 1.
- 1944** • Um Escultor Primacial: Pinto do Couto. Júlio Brandão. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. 15 p.
BMCCB/FL-VC. Reg. n.º 1251. 92 BRA (Biografias). Contém autógrafo de Vasco de Carvalho. Separata «*Brasília*», Coimbra, Vol. III.
BPMP Res-XX-a-100 (9).
- “António Fogaça e as «Orações do Amor»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 57 (29 Fev. 1944), p. 1.
 - “Recordando o Doutor José de Castro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 69 (12 Mar. 1944), p. 1.
 - “A Crise da Oratória”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 82 (25 Mar. 1944), pp. 1, 3.
 - “Uma Interpretação... Gorada”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 95 (7 Abr. 1944), pp. 1-2, 4;
 - “Os Pássaros”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 106 (18 Abr. 1944), p. 1.
 - “Um Poeta Portuense Esquecido”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 122 (5 Maio 1944), pp. 1, 4.
 - “Rodrigo Paganino”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 136 (19 Maio 1944), p. 1.
 - “Antologias”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 154 (6 Jun. 1944), pp. 1, 4.
 - “Página de «Memórias»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 176 (28 Jun. 1944), pp. 1, 4.

.....

¹⁹¹ Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*, *Ibidem*, pp. 40-44. No livro, este artigo termina com uma carta de Guerra Junqueiro a Júlio Brandão.

¹⁹² Cf. *Recordações Dum Velho Poeta*, *Ibidem*, pp. 127-131.

- “Evocando Alexandre Herculano”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 185 (7 Jul. 1944), pp. 1, 3.
 - “Página de «Memórias»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 204 (26 Jul. 1944), pp. 1, 3.
 - “Sombras Amigas: Augusto Luso”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 216 (7 Ago. 1944), p. 1.
 - “Página de «Memórias»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 232 (23 Ago. 1944), pp. 1, 4.
 - “Conversando”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 249 (9 Set. 1944), p. 1.
 - “Sobre os «Vencidos da Vida»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 256 (16 Set. 1944), pp. 1, 5.
 - “Dois Grandes Corações”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 274 (4 Out. 1944), pp. 1, 5.
 - “Coelho Lousada”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 285 (16 Out. 1944), pp. 1, 4.
 - “Estrangeiros Nossos Amigos: Tomazzo Cannizzaro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 313 (13 Nov. 1944), p. 1, 5.
 - “As Árvores”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 322 (22 Nov. 1944), pp. 1, 5.
 - “Sombras Amigas: Alberto Bramão”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 341 (12 Dez. 1944), pp. 1, 3.
 - “Dois Poetas Negros: Costa Alegre e Alves Sardinha”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 76, n.º 348 (19 Dez. 1944), pp. 1, 3.
- 1945** • Contos Escolhidos. Júlio Brandão. 2ª ed. aumentada. Lisboa: Inquérito, 1945. 257 p. (Os melhores contos dos melhores contistas). BPMP E6-9-49.
- NOBRE, António
Primeiros versos: 1882-1889. António Nobre; Pref. Júlio Brandão. 3ª ed. Braga: Oficinas Gráficas Augusto Costa, 1945.¹⁹³
Esta edição não apresenta os três primeiros parágrafos presentes na 2ª edição do prefácio efectuado por Julio Brandão, podendo ser encontrado o prefácio completo em «*Desfolhar dos Crisântemos*», Porto, Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 33-34. BFCM (18-M-18).
 - “Nas Bodas de Oiro da “Estrela do Minho”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 51, n.º 2595 (4 Ago. 1945), p. 1, 6.
 - “Duas Caricaturas... a Propósito de «Os Maias» e de «Lys Rouge»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 77, n.º 5 (6 Jan. 1945), p. 1.
 - “Um Grande Escultor a Recordar: Silva Gouveia”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 77, n.º 32 (3 Fev. 1945), pp. 1, 3.
 - “Um Natal Madrileno em 1892: excerto duma carta inédita de Ramalho Ortigão”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 77, n.º 42 (13 Fev. 1945), pp. 1, 3.
 - “Evocando Algumas Figuras Ilustres”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 77, n.º 65 (9 Mar. 1945), pp. 1, 3.
 - “A Propósito dos Nossos Contistas: Alberto Braga”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 77, n.º 76 (20 Mar. 1945), pp. 1, 3.



▲ António Nobre

¹⁹³ Cf. “António Nobre: prefácio da 2.ª ed. dos Primeiros Versos”. In *Desfolhar dos Crisântemos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938, pp. 33-52.

- “Uma Fuga do Parnaso”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (20 Abr. 1945), pp. 1, 3.
- “Um Poeta Ilustre a Recordar: Luís Osório”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (28 Abr. 1945), pp. 1, 3.
- “Recordando Antigos Professores”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (25 Maio 1945), pp. 1, 3.
- “Grandes Jornalistas a Recordar: José Caldas”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (2 Jun. 1945), pp. 1, 3.
- “A Propósito do Soneto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (9 Jun. 1945), pp. 1, 3.
- “Grandes Jornalistas a Recordar: Guilherme de Azevedo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (23 Jun. 1945), pp. 1, 3.
- “Estrangeiros Nossos Amigos: Philéas Lebesgue”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (6 Jul. 1945), pp. 1, 3.
- “Um Grande Poeta a Recordar: Queirós Ribeiro”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Jul. 1945), pp. 1, 5.
- “Camilo e os Titulares”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (20 Ago. 1945), pp. 1, 4.
- “Grandes Jornalistas Portuenses: Emídio de Oliveira”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (1 Set. 1945), pp. 1, 3.
- “Um Velho Jornalista Liberal: José de Sousa Bandeira”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (14 Set. 1945), pp. 1, 3.
- “Dois Grandes Oradores Sagrados: página de «memórias»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (3 Out. 1945), pp. 1, 4.
- “Quando Eu Era Rapaz”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (24 Out. 1945), pp. 1, 4.
- “A Quimera das Viagens”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (4 Nov. 1945), pp. 1, 3.
- “Recordações”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (20 Nov. 1945), pp. 1, 4.
- “Teófilo Braga e o Livro «Coroa de Saudades»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (5 Dez. 1945), pp. 1, 4.
- “Recordando Antero de Quental”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (23 Dez. 1945), pp. 1, 3.
- “O Mosteiro da Serra do Pilar”. *O Tripeiro*. Porto, Ano 1, n.º 5 (Set. 1945), pp. 97-99.
- 1946** • “Recordando Alfredo de Carvalhais”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (22 Jan. 1946).
- “Recordando um Sacerdote Ilustre”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Fev. 1946).
- “Páginas de «Memórias»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (2 Mar. 1946).
- “Evocações”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (3 Abr. 1946).
- “Tristes Amores”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (14 Mar. 1946).
- “Versos Talvez Inéditos de Camilo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (20 Abr. 1946), pp. 1, 3.
- “Garrett em Casa de Herculano”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (4 Maio 1946), pp. 1, 3.
- “Doutor Ricardo Jorge”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (23 Maio 1946), pp. 1, 3.
- “Arnaldo Gama”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (13 Jun. 1946), pp. 1, 3.
- “Um Encontro Inesperado”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (4 Jul. 1946), pp. 1-2.
- “O Teatro Inédito de Júlio Dinis”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (12 Jul. 1946), pp. 1, 3.
- “Numa Antiga Feira Minhota”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (2 Ago. 1944), pp. 1, 3.
- “Descansando na Província”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (13 Ago. 1946), pp. 1, 3.
- “José Augusto Vieira: 1856-1890”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (3 Set. 1946), pp. 1, 5.
- “O Carnaval de 1878: versos de Guerra Junqueiro e de Fernando Caldeira”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (12 Out. 1946), pp. 1, 3.
- “Recordando o Passado”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (26 Out. 1946), pp. 1, 3.

- “Recordando Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Nov. 1946), pp. 1, 3
- “Uma Página Antiga e Inédita”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (30 Nov. 1946), pp. 1, 3.
- “Um Grande Poeta do Brasil: Alberto de Oliveira”. In *Terra de Vera Cruz*. Porto, n.º 2 (1946), pp. 17-20.

1947 • IN MEMORIAM

In memoriam Bernardo Valentim Moreira de Sá. Porto: Livraria Martins Tavares, 1947.

Contém colaboração de Júlio Brandão

BPB

- “Camilo Castelo Branco e um Número de “Alvorada” Consagrado ao seu Aniversário Natalício (16 de Março de 1887)”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (15 Mar. 1947), pp. 1, 3.
- “A Memória de Alexandre Braga”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (13 Abr. 1947).
- “Saudades”. In *Prometeu*. Porto, Ano 1, n.º 1-2 (Fev. Abr. 1947), p. 22.
- “Um Antigo Professor Portuense.: Manuel Emílio Dantas”. In *O Tripeiro*. Porto, Ano 2, n.º 12 (Abr. 1947), pp. 270-271.
- Faleceu no Porto na Praça Mouzinho de Albuquerque no prédio com o n.º 121, pertencente ao Dr.º Couto Soares, no dia 10 de Abril.
- Na sessão ordinária do dia 25 de Abril, a Direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto propõe a proposta e que se sugerisse à Câmara Municipal do Porto em atribuir uma rua à cidade e, ao mesmo tempo, que se efectuasse um pedido à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão a construção de uma «Glorieta» em honra a Júlio Brandão.

JÚLIO BRANDÃO¹⁹⁴

Faleceu, no Porto, onde desde menino e moço vivia, o nosso conterrâneo e distinto poeta e homem de letras, Júlio Brandão.

O fúnebre acontecimento enlutou o país, pois Júlio Brandão tinha a sincera admiração dos seus pares e a consideração de todo o país intelectual, e do próprio povo que leu e decorou os seus versos.

A obra que Júlio Brandão deixou ficar, em mais de metade de um século de vida literária, demonstra bem o alto valor do Poeta, a sua rara sensibilidade, o seu talento, a sua erudição, a sua arte e a sua grande cultura.

Júlio Brandão pertenceu ao Instituto de Coimbra, sócio das Academia das Ciências e da Academia Nacional de Belas Artes, foi professor proficientíssimo da Escola Industrial Infante D. Henrique, e director do Museu Municipal do Porto, tendo uma enorme e valiosa colaboração por grande número de jornais e revistas do País, sendo a mais demorada e de grande valor, a colaboração no *Primeiro de Janeiro*.

Toda a imprensa diária do País se referiu, nos termos mais elogiosos, à grande figura das letras pátrias que a morte acaba de abater, publicando-lhe o retrato, enumerando as obras em prosa e verso que Júlio Brandão escreveu, e fazendo referência ao seu carácter íntegro de idealista republicano, consciente, tolerante, bondoso, como muitos daqueles de quem foi companheiro e que já, em grande parte, o precederam na viagem de que se não volta.

Júlio Brandão era aqui muito querido, estimado e admirado e nesta sua e nossa terra era certo nos dois meses de Verão, acompanhado de suas filhas. Infelizmente, nos últimos anos, interrompeu essas férias, com bastante pesar seu e nosso.

Conversador, agradável, cheio de bom humor, inteligente, vivo, arguto, em toda a gente encontrava amigos e de todos os amigos fazia admiradores.

Colaborou muito na *Estrela do Minho* de cujo fundador, Manuel Pinto de Sousa, foi um dedicado amigo.

1948 • IN MEMORIAM

In Memoriam: Álvaro de Castro. Lisboa: [s. n.], 1948.

Pai e filho. Júlio Brandão, pp. 69-77.

BMCCB/FL-NS. Reg. n.º 823. 929CAS (Literatura: biografias).

¹⁹⁴ In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 52, n.º 2683 (13 Abr. 1947), pp. 1, 4.

- 1949 • Glorieta a Júlio Brandão.** A Comissão de Homens de Letras que tomou a seu cargo a homenagem a este poeta famalicense, continuou os seus trabalhos iniciando-se às obras da construção da glorieta na fachada poente do Parque General Carmona ficando esta artística obra completa com o findar deste ano, tendo a Câmara despendido a verba de Esc. 20.000\$00 com o arranjo do local onde ficou situada a glorieta.



▲ Glorieta

Dificuldades de certa monta não permitiram que a inauguração oficial se fizesse ainda este ano, o que terá lugar, possivelmente, nos primeiros dias de 1950, com o brilho e relevo que tão justa e significativa homenagem exigem, como se fará referência em futuro relatório.¹⁹⁵

- 1950 •** É promovida uma homenagem pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto em Vila Nova de Famalicão, tendo sido inaugurada uma Memória e/ou Glorieta em granito e bronze no Parque Marechal Óscar Carmona, hoje Parque 1.º de Maio.

AUTO DE ENTREGA¹⁹⁶

À Exma. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, por parte da respectiva Comissão Executiva, da “Memória” em granito e bronze que no Parque do Marechal Óscar Carmona, da mesma Vila, ficará pertuando a glória literária do insigne famalicense Julio Brandão, grande Poeta e notável polígrafo.

Aos dois dias do mês de Abril de 1950 – achando-se presente Sua Ex.ª o Major de Engenharia Sr.º Nery Teixeira, meretíssimo chefe deste distrito e Presidente da Comissão de Honra da qual fazem parte o Exmo Sr. Álvaro Folhadela Marques, Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr.º Dr.º Júlio Dantas, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Dr.º Bartolomeu Severino, Presidente da Direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Prof. Américo Pires de Lima, Vice-Presidente da mesma



▲ Homenagem

Associação, profs. António de Azevedo e Joaquim Lopes, Prof. Alfredo de Magalhães, António Correia de Oliveira, Dr.º Fidelino de Figueiredo, Dr.º Gaspar Baltar, Dr.º João Barros, Dr.º João Barreira, D. João de Castro, Francisco da Rocha Martins, Eng.º Kol Alvarenga, Dr. Luís de Almeida Braga, Dr.º Manuel Monteiro, Matias Lima, Monsenhor Torres Carneiro, Dr.º Nuno Simões, Dr.º Joaquim Costa, Dr.º Eduardo de Almeida, Dr. Sousa Costa, Prof. Rebelo Gonçalves, Visconde de Castelões, e os Directores de todos os jornais de Lisboa, Porto, Braga e Famalicão – bem assim as autoridades religiosas, militares e civis, além de grande concurso de povo – procedeu-se à inauguração oficial e solene da «Memória» em granito e bronze (projecto do Prof. Carlos Ramos) no Parque do Marechal Oscar Carmona, destinada a perpetuar e consagrar a glória literária do insigne famalicense *Júlio Brandão*, grande poeta, grande escritor, grande jornalista, sócio correspondente que foi da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade Nacional das Belas Artes, do Instituto de Coimbra, da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto – filho de Aires Pinto de Sousa, igualmente famalicense, e de D. Maria Benedita do Couto Brandão, esta distinta senhora oriunda de Coimbra, nascido o nosso Poeta na rua de Santo António de Vila Nova de Famalicão a 9 de Agosto de 1869 e falecido no prédio n.º 121 da Praça Mouzinho de Albuquerque da cidade do Porto, a 9 de Abril de 1947, após longa e cruel enfermidade, em que foi assistido, com infinita solicitude, pelo ilustre clínico Dr.º Ernesto Vidal.

Partiu a iniciativa desta consagração do Prof. Alfredo de Magalhães, Presidente, ao tempo, da Direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, na sessão ordinária de 25 de Abril de 1947, sendo a sua proposta unanimemente aprovada pelos Directores presentes, Emilio Loubet, Augusto Guerra, Ataíde Perry, Dr.º Eliso de Vasconcelos, lembrando ainda, na mesma sessão, o Presidente, que se sugerisse à Câmara Municipal do Porto a ideia de ser dado o nome de Júlio Brandão a uma das ruas da cidade, se possível no Bairro dos Poetas, à Boavista, aonde ele viveu os derradeiros anos da sua vida, sugestão esta que acaba de ser adoptada pela actual vereação, ficando localizada a nova rua, e com acerto, entre as ruas de Soares de Passos e de António Feliciano de Castilho, por um feliz acaso de adivinhadas afinidades literárias; e que se pedisse ao Município de Famalicão a construção, em qualquer das suas artérias principais, de uma «glorieta» que ficasse apontando às futuras gerações aonde fora o berço do Poeta (que

¹⁹⁵ In “Quinto Ano de Gerência: 1949”. Apresent. Álvaro Folhadela Marques. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1950, p. 53.

¹⁹⁶ “Auto de Entrega”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.º 2838 (2 Abr. 1950), pp. 2-4.

durante mais de século tão altamente honrara dentro e fora de fronteiras, a língua e a literatura nacional), berço humilde de peregrina beleza aliás, que Ele tanto amava e de onde hauria, em boa parte, a inspiração do seu lirismo, essencialmente minhoto, tipicamente português, à guisa do divino Garrett, seu mestre, seu modelo e génio tutelar.

Um famalicense ilustre, o Dr.º Alcino Pinto, clínico portuense de elevada categoria, por mero espírito bairrista, admirador desinteressado de Júlio Brandão, com quem não chegara a travar relações pessoais, apaixonou-se pela exaltação do seu insigne patricio, e foi ele quem serviu de valioso traço de ligação entre a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e a Exma. Câmara da sua terra, que tanto estremece e onde goza de justificado prestígio, coincidindo a circunstância feliz de ocupar a presidência da Câmara o Exmo. Sr.º Álvaro Folhadela Marques, personalidade muito inteligente, ponderada e culta, graças ao seu invulgar espírito de compreensão acolheu com simpatia a iniciativa da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, prestando-lhe distinta solidariedade.

Numa reunião em que participaram a Direcção daquela Associação, o sr. Presidente e os dignos vereadores da Câmara, foram traçadas as directrizes da obra em projecto, e logo se iniciou uma subscrição em que a Câmara se inscreveu com a importância de vinte mil escudos, e mercê da acção do Dr.º Alcino Pinto, imediatamente afluíu um concurso animador de boas vontades, sendo de registar com relevo a generosidade de que fez prova António de Azevedo, professor e Director da Escola «Francisco da Holanda» de Guimarães, prestando-se, na qualidade a amigo e admirador de Júlio Brandão, a modelar gratuitamente o retrato do Poeta com a maestria de que só Ele é capaz. Entretanto constituía-se a Comissão Executiva, formada pelo Presidente da Câmara, pelos Presidentes da Direcção e da Assembleia Geral da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, e pelos Exmos Sr.ºs Dr. Alcino Pinto, José Casimiro da Silva, Adolfo de Paiva Macedo e Alberto de Sousa Araújo e Vasco César de Carvalho, apaixonado amador das letras e das artes, que privara de perto com Júlio Brandão, a quem o Poeta muito respeitava, o que, ao lado do engenheiro Rodrigo Terroso superintendeu na direcção técnica e administrativa da «glorieta». E por tal modo se houveram todos que, ao contrário do que, por via de regra, acontece em celebrações desta natureza, que indefinidamente se arrastam e protelam por entre alvites que muitas vezes resultam lamentavelmente frustrados, aqui, no nosso caso, em breve lapso todas as dificuldades se diluíram, sendo hoje uma elegante e consoladora realidade que temos diante de nós, o preito que a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a Câmara deste concelho, os amigos, admiradores e conterrâneos de Júlio Brandão se propuseram levar a cabo, e muito de salientar e encarecer o desinteresse com que os proprietários do terreno aonde se ergue este monumento fizeram graciosa cedência dele; a solicitude dedicadíssima com que o engenheiro Rodrigo Terroso acompanhou e dirigiu esta realização; a comparticipação também gratuita da Casa Moreira da Silva & Filhos, na decoração da bela «glorieta», no seu género tão interessante que dela bem pode ufanar-se uma das mais donairosas e progressivas vilas de Portugal.

Impõe-se à Comissão Executiva integrar no coro dos seus louvores os muito hábeis e afanosos canteiros de Osório & Coelho, no trabalho modelar. Verdaderamente artístico em que souberam transformar as duras pedras do nosso, por excelência, material nobre de construção – o granito austero e eterno.

A «glorieta» a Júlio Brandão ei-la aí está de pé. Aqui fica, em dois breves traços a sua história edificante e muito simples.

A Comissão Executiva, para rematar, tem a honra de confiá-la à guarda da Exma. Câmara, que para ela contribuiu mais do que ninguém, esperando que este belo povo de Famalicão timbre em velar pela sua religiosa conservação, e procure entender toda a transcendente espiritualidade que se encerra nas pedras e no bronze que a formam – pedras e bronze que, parecendo mudos e inertes, falam e respondem com eloquência a quem os souber interrogar.

A Comissão Executiva

Alfredo de Magalhães, Álvaro Folhadela Marques, Bartolomeu Severino, Vasco de Carvalho, Alcino Pinto, José Casimiro da Silva, Alberto de Sousa Araújo e Adolfo de Paiva Macedo.



▲ Glorieta a Júlio Brandão, na homenagem de 1950 em V. N. de Gaia

RESULTOU BRILHANTÍSSIMA A INAUGURAÇÃO DA «GLORIETA» A JÚLIO BRANDÃO¹⁹⁷

Os nossos leitores já leram, porque todos os diários de segunda-feira, especialmente os do Porto, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias* dispensaram ao acontecimento as mais amplas e completas reportagens.

Vamos assinalar apenas o facto dizendo que a memorável sessão solene foi presidida por Sua Ex.^a o Sr. Professor Dr.^o Alfredo de Magalhães, antigo ministro da República e uma das figuras queridíssimas do Porto e constituída pelas Sr.^{as} D. Maria Isabel Guerra Junqueiro, filha do glorioso poeta, D. Maria Isabel Brandão Macedo, filha do académico e poeta cuja memória era ali homenageada, e pelos escritores Dr.^{os} Sousa Costa, Bartolomeu Severino, Lopes de Oliveira e João Correia Guimarães; Prof. António de Azevedo, Eng.^o Kol Alvarenga, Dr.^o Couto Soares, António Lelo, Monsenhor Torres Carneiro e P. Joaquim Fernandes.

O Presidente da Câmara Municipal, Sr. Álvaro Folhadela Marques, que representava o Sr. Governador Civil convidou a neta do Júlio Brandão, Sr.^a D. Maria do Céu Brandão a descerrar o bronze, depois do que, num curto mas formosíssimo discurso de impecável recorte literário, saudou as ilustres individualidades ali presentes e agradeceu a iniciativa e a contribuição da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e especialmente a do prof. Sr. Dr.^o Alfredo de Magalhães para aquele monumento-glorieta acabado de inaugurar.

Congratulou-se com esse feliz acontecimento para as coisas do espírito da nossa terra e referiu-se à acção particularmente intensiva dos Sr.s Dr.^{os} Alcino Pinto e Engenheiro Rodrigo Terroso para a realização desse objectivo.

O Sr. presidente da Câmara representava também o sábio Professor Dr.^o Egas Moniz, o poeta António Correia de Oliveira e o Instituto de Cultura Brasileira da Universidade Coimbra.

Seguiu-se-lhe no uso da palavra o nosso estimada camarada, Sr.^o Vasco de Carvalho que principiou por ler um soneto do Sr. A. Garibaldi e cartas e telegramas dos escritores D. João de Castro e Dr.^o Manuel Monteiro e do director da Escola Carlos Amarante, de Braga, Sr. Eng.^o Jorge Segismundo Pereira de Lima, personalidade que ali representava. Trabalho de cuidadosa e cronológica enumeração das obras de Júlio Brandão e comentário a cada uma delas. O gráfico Sr. Alfredo Moreira, que conviveu com Júlio Brandão, vem ali trazer-lhe uma mão cheia de saudades. Finalmente o Sr. Prof. Alfredo de Magalhães, proferiu a formosíssima oração que vamos passar a transcrever na integra:

«Minhas Senhoras e Meus Senhores

Não tendo sido possível ao Exmo Sr. major Nery Teixeira, digno Governador Civil do Distrito presidir a este acto solene, é-me imposto o dever de substituir S. Ex.^a nesta função. Seja assim. Começarei então por saudar o Exmo Sr.^o Álvaro Folhadela Marques, ilustre Presidente da Câmara desta Vila e as demais autoridades locais, bem assim os órgãos do jornalismo da terra e a simpática sociedade de Vila Nova de Famalicão, que comigo abraçou de boa vontade e considerável espírito de compreensão a iniciativa desta homenagem a Júlio Brandão – o seu mais insigne homem de letras – deveras insigne a todos os títulos.

Evoco a memória venerada dos mais prestigiosos representantes da cultura famalicense – amigos e admiradores todos eles do nosso Poeta: José de Azevedo e Meneses, fidalgo de boa linhagem e raras virtudes; Dr.^o Sebastião de Carvalho, também poeta ilustre, de quem nos falamos com emoção as *Rosas da Minha Terra*; Dr.^o Manuel Dias Gonçalves Cerejeira, distinto autor de *Cinzas*, e do seu singular pintor e miniaturista José Vicente de Sales, ou Augusto de Belvedere. E peço vénia para endereçar daqui as minhas saudações mais respeitadas ao Chefe da Igreja Portuguesa, Sr. Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (egrégio filho de Famalicão e ornamento da velha Universidade de Coimbra), como poeta, escritor, jornalista, autor do seu tão discutido *Clenardo* e de numerosas e eloquentes pastorais, em vários volumes editadas, que o impõem ao respeito de todos os homens cultos, qualquer que seja a sua ideologia política ou filosófica. Muito se honram e desvanecem os de Famalicão em tê-lo por conterrâneo.

Política do Espírito! A tão falada política do Espírito! Quanto urge organizá-la na desmantelada Província Portuguesa! criando e ordenando arquivos e museus regionais, restaurando monumentos históricos de carácter religioso, civil e militar, multiplicando escolas de todos os géneros; instituindo obras de assistência e higiene, e consagrando as personalidades que excedem a craveira comum em todos os domínios da vida moral e económica! Congregando valores e imprimindo unidade consciente à vida de todos os concelhos, um minhoto assaz ilustre concebeu há 70 anos, depois de a ter percorrido em condições aspérrimas, a ideia de estudar e descrever, com amor e conhecimento, a mais bela das províncias – que é a nossa – numa série de aquarelas literárias de prosa fresca e viridense, todos os

¹⁹⁷ “Resultou Brilhantíssima a Inauguração da «Glorieta» a Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.^o 2839 (9 Abr. 1950), pp. 1-6; Luís de Magalhães – *Júlio Brandão*. [s. l.: s. n.], 1950 (Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva).

concelhos dos distritos de Viana, Braga e Porto. Quanto ele foi louvado e admirado por Camilo e por todos os eméritos escritores do seu tempo!

Em Valença (minha querida terra) de onde era natural, devem-lhe todos os concelhos do Minho um monumento implantado no Marco Branco do Monte do Faro, de onde se disfruta um vasto panorama de peregrina beleza, abarcando grande extensão do distrito de Viana e boa parte da Galiza, vizinha e amiga, mãe nossa ou irmã – como quiserem.

Vila Nova de Famalicão, um dos concelhos mais prósperos e progressivos da República, sabiamente orientado e dirigido no mais legítimo das suas aspirações, celebra hoje a memória de um dos seus filhos mais notáveis, que durante o último quartel do século XIX e a primeira metade daquele que decorre, com diuturno afã lustrou a língua e a literatura nacional, como excelso polígrafo, colaborando em numerosas publicações periódicas, portuguesas e estrangeiras, dando-nos, numa série de livros de perfeição consumada, em verso e em prosa, outras tantas obras-primas de precioso labor artístico e histórico.

Claro que se impunha, tal como tinham feito os de Lisboa, consagrando na praça pública, a par de Camões – o maior de todos, a própria personificação da Pátria –, se levantassem monumentos a Eça de Queirós, a Pinheiro Chagas, a Antero de Quental; como os de Setúbal, a Elmano; os de Faro a João de Deus; os de Braga a João Penha; os de Ponte de Lima a António Feijó; os de Guimarães a Martins Sarmento; os de Évora a Florbela Espanca; os da Guarda a Augusto Gil; os de Leça a António Nobre; os de Bragança ao Abade de Baçal; os de Leiria a Francisco Rodrigues Lobo; os de Barcelos a Dom António Barroso; os de Gaia a Soares dos Reis; os do Porto a Júlio Dinis e a Marquês de Oliveira; os de Moncorvo a Campos Monteiro; os de Freixa de Espada à Cinta a Guerra Junqueiro; os de Vila Real a Carvalho de Araújo; os de Aveiro a José Estêvão; os de Amarante a António Cândido – além dos que a projectam, no Porto, ao divino Garrett, a Aurélio de Sousa, de tão desmedido e varonil talento, a Vieira Portuense, a António Carneiro, o adorável pintor e poeta, ao grande Silva Porto; na Póvoa de Varzim a Eça de Queirós; em Aveiro a Egas Moniz, do Prémio Nobel –, a boa gente de Vila Nova de Famalicão orgulha-se, adquire novos foros de dignidade cívica, exaltando e perpetuando o nome idolatrado de Júlio Brandão – cuja obra, toda ela, se reveste de uma idealidade sublime, é uma perfeita grandeza moral, evangelizadora excelsa de Verdade, de Beleza e de Verdade. Esta é a Política do Espírito.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A vida de Júlio Brandão e a homenagem que os seus conterrâneos, os seus admiradores e amigos hoje lhe prestam neste formoso recanto da terra portuguesa, constituem, se bem cuido, o desmentido mais formal, oportuno àquela incrível barbaridade da *História de Portugal* em que Oliveira Martins – escritor insigne aliás – pretende ferrear a gente desta nossa bem amada Província, que tão justamente se orgulha de ter sido berço da Pátria, e ponto de partida das maiores glórias d'Ele. Assim se exprime o notável publicista: «O minhoto obtuso, sem distinção de carácter nem de elevação de espírito – consequência necessária... da humidade e da fertilidade. A humidade torna flácidos os temperamentos e entorpece a vivacidade intelectual. A população satisfeita, feliz e bem nutrida de vegetais e de ar húmido oferece a imagem de um exército de laboriosas formigas sem coisa alguma de alado e brilhante de um *enxame* dourado de abelhas.» Outro era o conceito de Herculano (austero mestre de Oliveira Martins) que muito andou por estas nossas terras, afirmando «que os naturais do Minho tinham (no seu tempo) a inteligência muito pouco cultivada; daí nascia a superstição de que eram acusados; ensinaí-os, porém, a ler e eles serão os *melhores cidadãos de todo o reino*». Por sua vez, um estrangeiro, não menos ilustre, Eliseu Rèclus na sua *Geografia Universal* exalta as qualidades brilhantes da nossa raça nestes termos: «Segundo o testemunho universal, *são os minhotos os melhores habitantes de Portugal*, tanto pela doçura do carácter, como pela sua alegria e cordialidade; as suas danças e cânticos fizeram já com que um autor os houvesse comparado a verdadeiros pastores de Teócrito. Tem-se observado ainda, que o êxito das revoluções nacionais dependem principalmente da atitude tomada pelas enérgicas populações do norte.»

Dir-se-ia que séculos antes, procedera o Infante Dom Henrique, por intuição genial, quando ordenou que a Ilha da Madeira, que acabava de descobrir, fosse colonizada por moços e moças do Minho e do Algarve, de onde surgiria, por esta nova descoberta e sábia selecção, um dos tipos mais robustos de colonos, sempre cada vez mais apreciados nas duas Américas...

Honremo-nos, pois, minhas Senhoras e meus Senhores, de havermos nascido neste Minho incomparável aonde teve origem «a mais linda pátria que ainda houve no mundo», berço de S. Teotónio, filho de Valença, primeiro santo português, na ordem cronológica, amigo conselheiro e bravo companheiro de armas de D. Afonso Henriques; berço também da geração dos inclitos infantes; e, segundo modernas e sólidas investigações, bem ainda de Francisco Sanches, que pelo seu *Quod nils seitur* pode ser considerado o fundador da filosofia moderna; e também de Almeida Garrett, um dos maiores portugueses de todos os tempos, renovador da prosa e do teatro, grande escritor, grande

orador, grande soldado, grande diplomata e que, para em tudo ser grande, ainda grande, grandíssimo carácter. E ao lado deste que são os maiores, quantos outros de grande envergadura enchem de justificado orgulho a nossa formosíssima provincia!

Minhas Senhoras e meus senhores:

A biografia de Júlio Brandão, poeta e prosador, esteta, historiador e crítico de arte, está feita, é perfeitamente conhecida. Nem a mim me competiria fazê-la neste lugar e conjuntiva tão solene. Tão pouca importa repetir que o início da sua formação e carreira literária coincidiu com a morte do parnasianismo e o advento entre nós do formalismo revolucionário de Verlaine, que em Coimbra teve por corifeu primordial Eugénio de Castro. Bastará afirmar e fixar, que foi Júlio Brandão figura de maior relevo entre a galharda mocidade portuense da sua geração, na qual havia rapazes de talento, sobrevivendo dois apenas, de nobre hierarquia, o Sr. D. João de Castro, amigo íntimo, fraternal amigo do autor de *Nuvem de Oiro*, que o encarnou admiravelmente numa das principais personagens de *Os Malditos*, na figura de Alexandre Coutinho, de novo incluído mais tarde no elenco romântico das Jornadas do Minho, e pela terceira vez na Comédia de Lisboa com Vasco de Montarroio, sócia literário do mesmo ilustre confrade, e o Sr. Prof. João Barreira. Tão irmanados andavam sempre pela vida fora, que seria injusto deixar hoje aqui sem referência embora ligeira, tão edificante exemplo de constância e lealdade, que por igual distingue e nobilita o coração de todos três, sendo de frisar, aliás, que uma das facetas mais interessantes e sugestivas da fisionomia moral de Júlio Brandão, foi a estima e a adorável camaradagem que Ele soube inspirar a todos, ou a quase todos, os seus confrades nas letras, e aos mais lídicos representantes da cultura literária, artística e científica, não só de Portugal, como da Espanha e do Brasil, com ligações cordiais em França, na Inglaterra, na Alemanha e na Itália.

Assim, Júlio Brandão foi amigo (mantendo com muitos deles íntimas relações epistolares, sem distinção de correntes ideológicas, que alguns simbolizavam) de Guerra Junqueiro, Teixeira Gomes, Bulhão Pato, Teófilo Braga, Gomes Leal, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis, Eugénio de Castro, Correia de Oliveira, Eça de Queirós, Oliveira Martins, António Cândido, Fialho de Almeida, Ricardo Jorge, D. António Aires (Bispo de Betsaida), António Feijó, Joaquim de Araújo, Trindade Coelho, Batalha Reis, Xavier da Cunha, Luís Osório, Teixeira de Queirós, António Nobre, Alberto de Oliveira, Lopes Vieira, José de Sousa Monteiro, Sebastião de Carvalho (seu ilustre conterrâneo, também poeta ilustre), Augusto Gil, Raul Brandão, Rocha Peixoto, Lopes de Mendonça, D. João da Câmara, António Carneiro, Marques de Oliveira, Conde de Monsaraz, Luís de Magalhães, João Saraiva, José Carlos Lopes, Agostinho de Campos, Queirós Ribeiro, Luís Xavier da Costa, Visconde de Vila Moura, Alberto Bramão, Armando Navarro e tantos outros cujos nomes não me ocorrem agora, cumprindo-me fazer menção especial a Guilherme Storck, um dos mais eminentes e eruditos lusófilos europeus, cuja personalidade de rara distinção José Leite de Vasconcelos celebrou no seu magnífico trabalho *O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa*, e de quem a inolvidável fada das nossas letras D. Carolina Michaelis traduziu para português em 1898 a *Vida e Obra de Luís de Camões*.

Coube a Júlio Brandão a honra singular de ver traduzidos em língua alemã alguns dos seus mais belos sonetos por Guilherme Storck, como já o fora para a língua italiana por Colini, de quem era grande amigo, e para língua catalã por Rovero y Rovira; e apreciado em termos comovidos pelo inglês Aubrey Bell, e vertido para francês por Philiás Lébésque – todos eles, numa palavra, seus devotados admiradores. De entre os nossos mais eméritos escritores, felizmente vivos, teve igualmente a simpatia geral, e uma particular veneração pelo escritor e pelo invulgar homem de bem que foi Júlio Brandão. Muito me apraz representá-los nas quatro prestigiosas personalidades que espiritualmente se encontram a nosso lado, além do Sr. D. João de Castro, a quem já tive a honra de aludir, os Srs. Dr.ºs Manuel Monteiro, Dr.º Luís de Almeida Braga e Dr.º Nuno Simões (este seu conterrâneo também muito ilustre) que viveram sempre na admiração e no convívio íntimo do grande Poeta.

Ah! os amigos são, no nosso conceito lapidar de um célebre moralista francês – «uma família escolhida por nós». Escolhida!... E raros homens professam como Júlio Brandão o culto puríssimo da amizade. E que prodigioso influxo os amigos verdadeiros podem exercer na vida e na obra de um escritor da sensibilidade delicadíssima de Júlio Brandão! Entre os que não são já deste mundo um houve (com cuja adorável estima me honrei também) o Dr.º João Carlos Lopes, que tendo travado estreita relação com Júlio, nos bancos do liceu do Porto, consagrou larga parte da sua vida em sereno, discreto e espiritual colóquio com o nosso Poeta, entretendo através d'Ele, uma devoção absorvente pelo cultivo das letras clássicas. Formara-se José Carlos lá por Coimbra em Direito; mas tão depressa concluiu a formatura, arremessou de si as Pandectas, e tal como seu venerando Pai (irmão de Pedro Ivo), o adorado e adorável professor de medicina de igual nome (curioso caso este de hereditariedade mental), enclausurou-se na sua preciosa biblioteca muito selecta, magistralmente organizada, por onde passaram os mais célebres escritores e eruditos da sua época, para se devotar ao estado da língua e da literatura portuguesa e dos autores gregos e latinos, que saboreava como um

sibarita no original. E durante meio século, estes nobilíssimos espíritos, ligados pela afeição mais pura e desinteressada, desde os bons tempos, já remotos, em que tinham sido discípulos do tão ilustrado como excêntrico Padre João Manuel Correia e de Manuel Emílio Dantas, mestre do grego e do latim, trocaram correspondência assídua acerca de questões e dúvidas filológicas que se entolhavam a Júlio Brandão na prática escrupulosa da língua e na interpretação dos textos clássicos.

José Carlos, que versejava com muita facilidade, respondia com frequência ao seu querido Júlio em verso ou prosa rimada, com a bonomia e a voluptuosidade de um beneditino. Esta nota curiosa que aqui me permito revelar, pois de perto a conheci, serve a documentar quanto Júlio Brandão era rigoroso no emprego e uso da palavra escrita, sempre e cada vez mais elegante e sóbrio, consultando amiúde José Leite de Vasconcelos e outros autorizados mestres da língua. Explica este invulgar escrúpulo as qualidades específicas da sua vernaculidade, de um aticismo incomparável de uma musicalidade e ritmos perfeitamente helénicos. Compreendera Ele, tal qual Anatole, que o latim é o «leite da loba romana» que faz o mais belo do nosso sangue, e que todos aqueles que no mundo latino têm pensado fortemente haviam aprofundado a língua latina, e mais (respondendo aos que julgam que o latim foi inventado pelos jesuítas) que os jesuítas nunca inventam nada, eles contentam-se em usar ou utilizar as invenções alheias. Basta abrir Erasmo ou Rabelais, para ver que o latim clássico foi instalado nas escolas pelos sábios da Renascença; e que o grego e o latim são na verdade indispensáveis à cultura geral, sabendo-se a influência feliz que as Artes de Roma e de Atenas, assim como a sua Filosofia, exerceram sobre os actos da civilização latina. Mais ainda – que o belo nome antigo de *Humanidades* nos deve esclarecer sobre a sua missão verdadeira – elas são destinadas a formar homens, e não tal ou tal espécie de homens – têm por missão essencial ensinar a pensar. Assim o entendia Júlio Brandão. Daí a nobreza, a força, a graça e esmalte fino de todas as suas produções literárias, quer em verso, quer em prosa.

Dir-se-ia que leu e meditou a sério o prefácio das *Meditações* de Lamartine: «Na minha entrada no mundo – época do Império – lembro-me de que todos estes homens geométricos que de tudo dispunham pretendendo esmagar-nos sob a insolente tirania do seu triunfo, julgavam ter estiolado na nossa juventude o que eles haviam aniquilado em si mesmo, toda a parte moral, divina e melodiosa do pensamento humano... Amor, Filosofia, Religião, Entusiasmo, Liberdade, Poesia...» Era a natural reacção contra o erro grave daqueles que consideram anti-democrático o estudo da antiguidade, ignorando que o Intelectual destinado a entrar nos quadros de uma sociedade democrática não deve ser estranho às lutas da *Ágora* e do *Fórum*, às Filípicas de Demóstenes e às Catilinárias do Cícero.

De modo, minhas Senhoras, meus Senhores, que quando a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, logo após a morte de Júlio Brandão lançou a iniciativa de o consagrar numa rua ou praça deste seu tão lindo berço, em modesto mas perdurável monumento de granito e bronze, com a aquiescência, nobremente compreensiva, do Município de Vila Nova de Famalicão, já de há muito Júlio tinha conquistado a perenidade do seu nome e da sua glória, no conceito dos nomes mais cultos do nosso País, com aristocrática projecção nos meios congéneres de além-fronteiras que o consideravam um dos mais interessantes renovadores da moderna poesia portuguesa. Ainda muito moço, aos 22 anos, fazia a sua estreia com o *Livro de Aglais*, e Guerra Junqueiro, o mais notável dos nossos poetas líricos depois de Camões, na opinião de João de Deus que eu mesmo colhi dos seus lábios em 1895, quando a mocidade das escolas da minha geração foi a Lisboa fazer-lhe aquela inolvidável apoteose nacional, e na de Uanmuno que o reputava o maior poeta de todo o mundo do nosso tempo, o imortal Junqueiro, no magnífico prefácio em que apreciava Júlio Brandão, já o retratava nestes grandiloquos termos: «Alma lírica formosíssima, ingenuamente meiga e religiosa, traduzida em arte por um pintor hesitante de tonalidade meigas e melancólicas – âmbar e opala, pérola e lílãs – e um violinista cuja execução esmerada e límpida atinge, por vezes, em detalhes felizes, como que um prenúncio de originalidade criadora.»

Em 1909 – são já decorridos mais de 40 anos – ainda Júlio não tinha dado a lume algumas das suas obras principais em verso e prosa (ou antes em verso todas elas, porque ele foi sempre essencialmente um poeta, mesmo quando escrevia prosa) ao ser eleito sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, sob parecer firmado por Teixeira de Queirós, José de Sousa Monteiro, Teófilo Braga, Bulhão Pato, Henrique Lopes de Mendonça, reportando-se à sua obra poética, então representada por três livros: *O Livro de Aglais*, *Saudades* e *Jardim da Morte* – afirma-se que «logo no primeiro o autor se revelara uma requintada alma lírica capaz de traduzir todas as cândidas melodias do elegíaco espírito nacional, o amor eivado de melancolia, o sofrimento unido à voluptuosidade, a ternura casada ao desalento.» As *Saudades* impregnadas de uma doce nostalgia, toda portuguesa, confirmaram as esperanças que o *Livro de Aglais* fizeram nascer no nosso meio literário. Mas é no *Jardim da Morte* que pela exuberância poética que revela mais e melhor parece um Jardim da Vida, que a sua individualidade poética acentua mais brilhantemente, alastrando-se por um mundo de sonho de uma melancolia crepuscular.

A alma do poeta recebe e reverbera ali as claridades dos mais fulgentes faróis do espírito humano – o Bem, a Justiça e a Verdade. Canta, em reptos de lirismo apaixonado e juvenil, a sua fé nesses ideias que enchem a vida de luz. A Beleza e o Bem são as flores desse jardim, que a fantasia do poeta pôs sob o patrocínio de um sinistro orago. Não abundam na nossa poesia contemporânea livros de versos que com este possam facilmente rivalizar pela subtileza do lirismo, pelo requinte da arte e pela elevação da ideia.

As novelas de Júlio Brandão são de variadas índoles, manifestando a notável versatilidade do seu talento. É naturalista na *Farmácia Pires* e noutros contos com ela publicados. Com comedida ironia, neles nos mostra aspectos pitorescos da vida provinciana, paisagens muito nossas e tipos colhidos em flagrante. Mas o poeta, que ele é no íntimo, surge vencedor do frio analista na novela *Maria do Céu* toda impregnada de sentimento romanesco e de poética seiva. Num interessantíssimo prólogo expõe Júlio a suas teorias estéticas, um misto de idealismo e de naturalismo, para usar da classificação consagrada pelo uso, sintetizando na simples forma: a Arte pelo Bem. Dessa teoria é como que a exemplificação prática o seu livro *Perfis Suaves*. Composto de histórias que têm o cunho da imaginação popular, e de contos rurais da lareira, esse livro tem o saudável intuito de levar a cada alma a lição de um conceito, revelando a verdade moral que existe dentro das fantásticas historietas que a tradição vai de boca em boca recontando e polindo. Casos extravagantes, lendas maravilhosas, quiméricas narrativas, à primeira vista fúteis e vazias de sentido, assumem, tratadas pela delicada pena de Júlio Brandão, uma alta significação ética e descobrem sob a sua aparente frivolidade, nobres pensamentos que para o Bem estimulam a alma humana.

É que Ele não quis ver senão o lado belo das coisas – tal como Teócrito.

A sua *Nuvem de Oiro* – seguramente a mais notável produção de Júlio Brandão, em verso, exprime a doce e rescedente melancolia dos grandes poemas da *Saudade*. Neste estranho livro revoam todos os sonhos e sangram todas as lágrimas.

É na sua «Toada de Outono» uma das mais belas elegias que o sentimento português tem produzido. A sua expressão crepuscular vem de longe, do mais profundo da graça lírica do génio nacional. É sempre a mesma imaginosa e poética inspiração do grande autor, sempre comovido do *Livro de Aglais*. Verdadeira nuvem de oiro de poesia e de espiritualíssima graça lírica. Tem estrofes adoráveis de forma, de construção e de esbelteza, campesina. Os versos a uma pobre cega são mais que líricos e castos, são angélicos e piedosamente suaves. Há neles uma quadra, que é ao mesmo tempo lírica e épica profunda. Esta:

Felizes os que choram! Disse um dia
Aquele que desceu com uma lanterna
A alumiar as sombras da caverna
Onde uma enorme lágrima dormia.

Atingiu o Poeta na *Nuvem de Oiro* a mais excelsa expressão do fundo tradicional elegíaco e amoroso do nosso génio poético. É certo; mas não é menos bela, a sua prosa menos brilhante, menos cheia de graça, de fluência, de ritmo e correcção de que os seus versos. Há períodos até a que bastaria a rima e a disposição tipográfica para com eles se formarem estrofes. O doce endecassílabo português rompe de todos os lados. A citar estes dois admiráveis, que abririam belamente uma grande elegia lírica:

Nunca mais terei flores por ti colhidas
Ó lindas mãos piedosas! Nunca mais!

Em *Garrett e as Cartas de Amor*, excepcional documento de Revelação, que representa um alto serviço à Pátria, pois ressuscita, explica e consagra definitivamente a figura colossal do cantor de Camões, dá-nos um profundo trabalho de crítica em prosa magnífica que ondeia em largos e solenes ritmos, num clássico sentido de harmonia. Fica a ressoar dentro de nós como um cântico, como uma partitura religiosa na intenção e na realização. A proficiência do crítico realçam-na, nessas páginas, o brilho do seu estilo de prosador-poeta, de perfeito artista da frase, que lhe sai da pena como uma barra de ouro da mão de um cinzelador. Júlio Dantas considera-o como um admirável folhetim escrito com a graça, a elegância e a melancólica doçura que fazem de Júlio Brandão talvez o mais perfeito representante das estirpes românticas no momento literário actual. Um verdadeiro mago da prosa. As tintas de que dispõe a sua paleta tem emoção, colorido múltiplo, sugestão poética, diafanidade, e na composição dos seus quadros há uma largueza e espontaneidade de sopro quente que nos acaricia e envolve de beleza espiritual. Tal, por exemplo, no *Desfolhar dos Crisântemos*, que pertence à luminosa série dos *Poetas e Prosadores*, *Bustos e Medalhas* e *Galeria das Sombras*, em que a par de algumas cenas de gulgidas impressões da Natureza e Arte, se recortam figuras notáveis de poetas, escritores e artistas contemporâneos, na sua grande maioria já desaparecidos da vida, tendo alguns encontrado na

pena generosa e enternecedora do grande prosador a revivescência dos altos méritos que os distinguiram e que se haviam esbatido já na sombra ingrata de um prematuro esquecimento. Ninguém entre nós tem produzido – registe-se – tão abundante e lúcido subsídio para a história da literatura contemporânea, em sínteses luminosas, vestindo-as de fulgências da sua prosa marchetada de cintilações poéticas.

No campo da crítica artística, prestou Júlio Brandão, tal como na crítica literária, os mais assinalados serviços à cultura portuguesa, comprazendo-se sempre, com infinita generosidade, em realçar e revelar os artistas menos compreendidos ou ignorados. Assim, da sua interessantíssima obra *Miniaturistas Portugueses*, disse Teixeira Gomes, com excepcional autoridade de crítico de Arte, que ela constituiu a mais valiosa contribuição para o estudo do tesouro artístico nacional, de que tinha conhecimento, saída a lume nos últimos 50 anos.

E pelo que respeita ao *Pintor Roquemont*, este livro representa uma ressurreição, à plena luz da glória, de um alto artista que por motivos de que o Destino conserva o segredo, levou para a sepultura a auréola brilhantíssima do seu renome. Prestou Júlio Brandão uma acção benemérita, restituindo à galeria dos nossos pintores notáveis o vulto forte de Roquemont, , que embora nascido na Suíça, de sangue alemão, por parte de seu pai, o príncipe Frederico de Hesse (pois veio para Portugal aos 24 anos e aqui passou o resto da sua vida até aos 48 anos) por tal forma se embebeu dos motivos pictoriais portugueses, retratos, paisagens e costumes, que bem pode ser considerado, na certidão artística, positivamente nosso. Estava em Portugal esquecido. O colapso da sua glória durou 70 anos, até que a ingratidão desapareceu em nossos dias, graças a Júlio Brandão, que não se poupou a esforços, encargos e canseiras de toda a ordem para reconstituir ante os olhos contemporâneos a figura completa de um grande artista, que fora levado no refluxo do tempo e do esquecimento. Daqui para o futuro, graças à investigação do emérito escritor, Roquemont formará na primeira fila dos nossos mestres da pintura – o que constitui um inestimável serviço à História da Arte em Portugal.

Neste muito vago esboço da obra polimorfa tão extensa como delicada – precioso rosário de autênticas obras-primas – não pode ficar esquecido *O Soneto Neo-Latino*, revista internacional de literatura, de tão formoso sentido espiritual, tendo por objecto arquivar no elegante escriptorio das suas páginas, sonetos inéditos da língua original dos melhores poetas do mundo latino – temerária e transcendente empresa de diplomacia literária a que Júlio Brandão meteu ombros, de parceria com Álvaro de Castelões, outro grande de Portugal, duplamente benemérito da Pátria e das Letras, a quem desvanecidamente de aqui saúdo. Através deste florilégio de intercâmbio poético, propuseram-se eles pôr em comunicação directa e espírito de todas as nações latinas da Europa e da América facilitando a auscultação das pulsações líricas de cada povo. Aos dois eminentes poetas portugueses caberia a honra e a missão, nesta apagada hora universal de tristezas e pesadas dúvidas, de reunir os bardos dispersos pelo mundo numa obra de tão apaziguadora doçura.

Os nomes de Henri Regnier, Philéas Lebesgue, Willemet, Guido Batelli, Canedo e outros (para citar apenas alguns estrangeiros) dão ideia desta aristocrática publicação periódica, única no seu género, que procurara, ao mesmo tempo, reabilitar o soneto, forma literária por excelência, dos estados subjectivos, tão certo sendo que o soneto, na sua perenidade clássica, é a forma poética que através de muitos séculos de cultura, foi sempre o vaso mais profundo em que se guardou a quintessência da sensibilidade do coração, aquela em que Petrarca e Camões cantavam amores e Antero verteu os seus desesposos.

Para Álvaro de Castelões, atendendo às exigências do artifício verbal, o soneto é um leão da Numídia domiando pela vontade do dominador; para o brasileiro Menotti Del Pichia, dando ao soneto o sentido da composição espontânea, devemos considerá-lo «a expressão sentimental da raça de um povo que viveu fazendo versos».

Em síntese, concluindo:

Escritor de prosa ambrosiana, na sua alta e inconfundível personalidade, cuja perpétua rescendência as compõe dos mais raros eflúvios, e lapidário de formosíssimos poemas, de graciosidade, fluidez e aticismo helenos, em linguagem virginal portuguesa, alastrando por um mundo de sonho de uma melancolia crepuscular sempre inquieta em busca da Beleza – tal foi Júlio Brandão – sem possível contestação uma das figuras mais fortes da literatura portuguesa contemporânea que deixou atrás de si um vácuo difícil de preencher.

Não é só – minhas Senhoras e meus Senhores – a imagem física do Poeta, que o talento de António de Azevedo, insigne escultor, flagrantemente surpreendeu, modelando-a carinhosamente em bronze eterno, na sua fisionomia habitual, aliciante, sereníssima, irradiando bondade, simpatia, bonomia – o que temos diante de nós a dizer-nos alguma coisa, já do lado de lá do Além. Paire também, neste momento, sobre os nossos corações saudosos a sua alma adamantina. Vamos evocá-la, recordando e meditando as palavras terminais, perfeitamente evangélicas, na sua simplicidade e eloquência bíblica, do prólogo magistral da 3.^a edição da *Maria do Céu*, em que Ele a si mesmo se

retrata, encarnando as próprias ideias e definindo a unidade espiritual de toda a sua obra, afirmando e confessando que na Vida como na Arte o Bem e o Ideal são a verdadeira e única glória do Homem. Ouçamo-lo religiosamente:

Nihil sub sole novum – ensina o *Eclesiastes*. Isto quer dizer: «Saibam vocês cantar o que é eterno. Possa a lira humana, ao ferirem-na os dedos do poeta, fazer que na gruta infinita do mundo algum cardo maldito do egoísmo se desfolhe, ou alguma flor sagrada de piedade reverdeça... Saiba ele falar de tudo que abriu no mistério da vida profunda, desde que bruxulearam as primeiras brumas da *nebulosa mater*: de tudo o que é belo, de tudo que então era tão inédito e virgem e sagrado como hoje. O eixo do mundo é o mesmo – tudo anda à roda. Resta apenas erguer os braços para o éter, ou deixar cair na terra uma fecunda lágrima.

É com um perfume de flor misteriosa que a terra ainda se inebria e sonha! Teorias, sistemas, sabedoria humana são fumo apenas que a ventania esfarpa. Farrapos de vaidade feitos nuvem de ouro...

Só o amor é eterno; o Bem pelo Bem é o moto. Montanhas de livros contraditórios e olímpicos, quem vos lerá amanhã, se não tendes a alumiar-vos um que seja dos raios da estrela moral que não e apagam! Que busco eu na indecifrável Verdade? Nada – uma ilusão, um eco. Homem! O mundo precisa da tua piedade, da tua alegria comunicativa e bela, da tua fé, da tua poesia esplêndida: Ama e sê bom. Olha que um rouxinol cantando, ali nos loureiros, é mais eloquente do que um velho sábio falando de abstrações geniais. Que dá esse sábio há minha sede e à minha fome, senão mais fome e mais sede? És coisa pouca, génio sem Bondade – és coisa efémera! Sarar um leproso é mais nobre talvez que escrever a *Ilíada*. A que vem Tróia e as suas claras armas, Helena, e os seus claros olhos, ao pé daquelas crianças que choram pela mãe que morreu? Dá do teu pão e da tua água, que és um grande poeta. O pensamento é grande; mas dá sobretudo às almas o que tiveres mais puro no teu peito. Terás o teu prémio na tua virtude. Que as formas te sirvam, artistas, para envolver e mostrar a tua beleza interior encarnada. A terra quer virtude, quer pureza, quer ideal e quer pão. Dá de tudo isso à terra, homem vagabundo – cumpre a tua vida! Que sabes tu? Concha partida no vagalhão do espaço, vens de Deus, vais para Deus, homem triste!»

No salão nobre da Câmara da *Domus Municipalis* lindamente decorado com as mais formosas espécies do Horto da Câmara procedeu-se depois à leitura e à entrega do respectivo Auto, cujo texto já arquivámos no último número do *Estrela do Minho*, em pergaminho e iluminuras, encerrado em artístico estojó.

Nesta cerimónia usaram da palavra os Srs. Álvaro Folhadela Marques, Presidente do Município, o Sr.º Prof.º Dr.º Alfredo de Magalhães; o Sr.º Dr.º Alcino Pinto e o Sr.º Prof.º António de Azevedo que agradeceu as três obras de arte com que foi presenteado pela Comissão Executiva do Monumento.

À noite, no restaurante Mesquita, foi oferecido pela Comissão um jantar ao Sr.º Prof.º Alfredo de Magalhães, a que assistiram o ilustre Presidente e Directores da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, as individualidades que vieram assistir à inauguração da glorieta e a Imprensa, durante cujo repasto discursaram os Srs.º José Casimiro da Silva, Dr.º Alcino Pinto, Dr.º João Correia Guimarães, Álvaro Folhadela Marques, Dr.º Artur Terroso e Prof.º Dr.º Alfredo de Magalhães, que a todos agradeceu as palavras amigas que lhe foram dirigidas.

Também ali foi lembrada, exaltada e louvada a colaboração prestada pelos construtores Osório & Coelho que puseram muito do seu desinteresse naquela obra de arte, sabido do considerável prejuízo material que esta lhes acarretou e deliberado editar o formoso trabalho do Prof.º Dr. Alfredo de Magalhães.º

1955 • É criado o projecto do Externato «Júlio Brandão», sendo o seu autor Abel Folhadela de Macedo.

1959 • João Gaspar Simões publica “História da Poesia Portuguesa do Século Vinte Acompanhada de uma Antologia”.

O MOVIMENTO SIMBOLISTA **OS PRINCIPAIS NEFELIBATAS: OLIVEIRA SOARES,** **D. JOÃO DE CASTRO E JÚLIO BRANDÃO**¹⁹⁸

É precisamente no Porto e no seio deste cenáculo que aparecem alguns dos autores legitimamente considerados como a geração nefelibata por excelência. De facto, se é certo que, isoladamente, e sempre a título de mistificação, já tinham aparecido algumas poesias pseudo-simbolistas à data de *Os Insubmissos* – haja vista, inclusivamente, a composição *Angelus de Outono*, de Alberto Osório de Castro, inserta na *Boémia Nova* –, não há dúvida que é depois das *Horas*, de Eugénio de Castro, que se multiplicam os imitadores e os epígonos. É supérfluo considerar Xavier de Carvalho, o autor do soneto que em Março de 1889 (5 de Março) aparece na *Ilustração*, e mariano Pina, uma

¹⁹⁸ João Gaspar Simões – “O Movimento Simbolista: os principais nefelibatas: Oliveira Soares, D. João de Castro e Júlio Brandão”. In *História da Poesia Portuguesa do Século Vinte Acompanhada de uma Antologia*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1959, pp. 197-199.

espécie de precursor do decadentismo. A sua peça nefelibata, deliberadamente concebida como pastiche, e intitulada Simbólica (oferecida a Stéphane Mallamé), não passa de uma curiosidade.

[...]

Eis aqui alguns dos «chavões da escola», postos a correr, estereotipados, nas composições nefelibatas. Mas Xavier de Carvalho (1862-1918), que era jornalista, e secretário em Paris da *Ilustração*, nada produziu além deste soneto e de uma paródia à Velhice do Padre Eterno – a a *Velhice da Madre Eterna*. O mesmo aconteceu aos dois companheiros de Eugénio de Castro nas pugnas de Os Insubmissos: Francisco Bastos, estudante brasileiro, *inventor* do alexandrino sem cesura, e João de Meneses (1868-1918), já então mais apaixonado pela propaganda republicana que propriamente pela literatura. Nenhum deles também veio a realizar obra literária.

No artigo *Poetas Novos*, publicado em 1892 na *Revista Ilustrada*, já Trindade Coelho procedia a um balanço à actividade do movimento simbolista em Portugal, inserindo a mesma revista, daí a dias, os retratos dos nefelibatas em evidência. Ora tanto nesse artigo, assaz tolerante e compreensivo, como naquele outro que Júlio Brandão por essa altura consagrara a António Nobre, sustenta-se que os iniciadores do movimento simbolista em Portugal são Eugénio de Castro, como é óbvio, Oliveira Soares, António Nobre, Alberto de Oliveira, D. João de Castro e o próprio Júlio Brandão. De facto, todos estes poetas rondaram as fronteiras do simbolismo, e são eles, efectivamente – à excepção de Alberto de Oliveira, que veio a representar um papel importante na orientação neogarrettista da literatura do tempo, e António Nobre, poeta isolado –, os nefelibatas mais representativos.

Foi o livro *Exame de Consciência*, publicado em 1890, que deu a António de Oliveira Soares foros de introdutor do simbolismo na literatura nacional. O certo é, porém, que os seus versos apenas registam, com mais gosto, mais emoção e mais subtil ouvido, os lugares-comuns nefelibatas postos a correr pelo mestre das *Horas*. Lá comparecem a «Eleita», o «Luar adamantino», as «neves invioladas», o «convivial Asilo», acompanhados dos necessários «chavões de escola», tais como as «linhas afiladas», o «perfil claro d'Infanta» e, inclusivamente, os consagrados rondós e as consagradas litánias. Depois este poeta publica ainda *O Paraíso Perdido*, livro em que mantém a posição nefelibata, e ingressa na diplomacia, desertando da carreira literária.

Entre os nefelibatas é ele, sem dúvida, o mais dotado de reais predicados poéticos. D. João de Castro, membro do cenáculo de Igo de Pinho, ao publicar em 1891 o seu livro *Alma Póstuma*, composto de três partes: *Sobre a Ara*, *Alma Póstuma* e *Litania Final*, colocava-se na vanguarda do movimento, depois de ter abandonado, conscientemente, a primeira fase da sua obra, iniciada em 1889 com *Alvoradas de Abril*, livro precedido de uma carta de Tomás Ribeiro e outra de Camilo Castelo Branco onde se apontam as ingénuas virtudes de um estro impessoal. Em *Alma Póstuma*, D. João de Castro (1871-1955) faz, realmente, um corajoso esforço para se adaptar ao estilo decadentista, o que, aliás, lhe não era difícil, visto pertencer ao grupo dos mistificadores nefelibatas portuenses. Com um vocabulário ultra-esquipático - «oirescente», «obsidiana», «ardentisa», «galipódio» –, uma imagística do mais alto rebuscamento: «hissope de Astros», «olhos ogivais de pe'rola e jacinto», «alma de opala», e uma gama de sensações traduzida com um requinte premonitório à Sá-Carreira: «afago de luz astral que palesce», a «febre que te anseia». Ei-lo que se coloca na primeira fila dos nefelibatas. É fêmeira, porém, a sua febre de ineditismo. Já no *Livro Branco* (1890) e em *O Morgadinho* (1892) o vamos encontrar reconciliado com a tradicional banalidade.

Mais delicado e mais poeta é Júlio Brandão (1869-1947), outro membro do cenáculo portuense, que se estreia em 1892 com *O Livro de Aglais*. Apesar da carta de Guerra Junqueiro que o precede, e onde se condena «essa liturgia cenográfica de brique-a-braque deliquescente», que era, para o poeta, o simbolismo, é flagrante neste livro a influência nefelibata. Conquanto, sob certos aspectos, continue a tradição pamasiana, há nos versos desta obra visíveis tendências novas. Por exemplo, na poesia *Um Retrato* denuncia Júlio Brandão as suas inclinações deliquescentes, chamando à lua «ponche salutar retimperante», usando o *enjambement* e recorrendo ao vocabulário então posto em voga: «paul ouotnal», «mar liso e mosqueado». Aliás, alguns dos seus versos denotam uma leitura apaixonada de Eugénio de Castro: «Ela que é do meu catre a irmã da caridade». É passageira, porém, esta fase da obra de Júlio Brandão, que em *Saudades* e em *O Jardim da Morte* (1898), se afasta do mau caminho, regressando à senda mais louvada por Junqueiro: a lição entre pamasiana e neogarrettista. No entanto, completamente emancipado do nefelibatismo em *Nuvem de Ouro* (1912) e em *Cantares*, o seu último livro de versos, ainda reconhece, no seu artigo sobre António Nobre, que «todos nós, que a esse tempo poetamos, fizemos o mesmo» – seguir os rumos do ineditismo decadentista que Nobre cultivou –, concordando que o «simbolismo enriqueceu e renovou largamente os ritmos, alargou horizontes de sonho e enriqueceu o lexicon».

De facto, o próprio Guerra Junqueiro, que no prefácio do *Livro de Aglais* chamava ao simbolismo «brique-a-braque», se deixara impregnar por ele e em Os Simples acusava os efeitos da irradiação desta primeira fase do importante movimento. Aliás, até na prosa o simbolismo nefelibata se faz sentir. É o caso do Raul Brandão da *História*

dum Palhaço e do João Barreira das *Gouaches*, livro aparecido em 1892, e que grande influência veio a exercer na evolução do simbolismo brasileiro.

- 1961 • “Noite de Judá”. In *Notícias de Famalicão Literário*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 22 (22 Dez. 1961), p. 1.
- 1962 • “Cantares”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 111 (20 Maio 1962), p. 7.
- 1968 • Pela Portaria 23600, de 9 de Setembro, é criada a Escola Preparatória Júlio Brandão em Vila Nova de Famalicão.
- 1969 • À Cata do Eldorado. Júlio Brandão; Introd. José Casimiro da Silva. Porto: [s. n.] 1969 (V. N. de Famalicão: Centro Gráfico). 230 p.
BMCCB/FL Reg. n.º 2613. 869.0- 3 BRA (Literatura: romance, conto, novela).
BPMP Res-XX-a-118.
- “Dois Inéditos. A Minha Filha Beatriz. A Minha Neta Maria do Céu”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), p. 2.
 - A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão promove as Comemorações do Centenário de Nascimento, denominado “Ciclo Comemorativo do 1.º Centenário do Nascimento do Escritor e Poeta Júlio Brandão”, em Agosto.

Com Dignidade e Simplicidade Abriu-se Nesta Terra o Ciclo Comemorativo do 1.º Centenário do Nascimento do Escritor e Poeta Júlio Brandão¹⁹⁹.

Sente-se este jornal satisfeito e feliz pelo modo. Embora simples, mas digno, como foi iniciado o ciclo comemorativo do 1.º Centenário do nascimento do inspirado Poeta, Esteta e Prosador que foi o famalicense Júlio Brandão.

Arrimado à carinhosa colaboração das filhas e restantes familiares do ínclito cidadão e mimoso e fulgurante Homem de Letras, *Estrela da Manhã*, herdeira das tradições e das responsabilidades da *Estrela do Minho* que sob o pulso do mesmo Director haveria de registar o período mais áureo da sua existência nas décadas de vinte e de trinta, com as famosas crónicas de «Veva de Ortigosa», «Manuela», «Salvador Mimoso», «Eremita» e «Reinaldo», teve a honra e a felicidade de repetir a memorável jornada de 2 de Abril de 1950.

Então para a inauguração da glorieta do Poeta e Prosador Júlio Brandão; agora para abrir o ciclo comemorativo do 1.º Centenário do nascimento do glorioso escritor.

Há dezoito anos, com o vigoroso concurso da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e o valeroso impulso individual do seu esforçado Presidente – o saudoso e brilhante Dr.º Alfredo de Magalhães.

Agora, na presença do ilustre representante daquela douda Associação, representação que recaiu na distinta pessoa do seu actual Presidente, o conhecido causídico portuense Sr.º Dr.º Carlos Vale.

Presentes ainda ao acto que teve por palco o poético ambiente do nosso Parque, com o fresco das suas sombras, a graça das taças, o murmúrio dos repuxos de água, o vice-presidente da Câmara, Sr. Prof.º Joaquim da Silva Marinho Pinto, em representação do Presidente, Sr. Manuel João Garcia Dias da Costa, impossibilitado de comparecer por compromissos anteriores, Provedor da Misericórdia, Sr.º Amadeu mesquita, Escultor Manuel Cunha Monteiro, Director da Escola Industrial e Comercial, acompanhado dos professores, mestres e professoras daquele importante estabelecimento de ensino, Manuel Álvaro Carneiro Bezerra, Presidente do Grémio do Comércio de Famalicão, Hilário Carvalho, Vice-Presidente da Direcção dos B. V. de Famalicão, Hilário Ferreira Castro, Presidente do Sindicato Nacional dos Operários de Metalurgia, Luís Gonçalves, Secretário do Ateneu Comercial e Industrial, Jornalista Jerónimo de Castro, António carreira, Vice-Presidente da Direcção do Futebol Clube de Famalicão, Germano Augusto rebelo, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal, Joaquim Gomes Brandão, Chefe da Estação dos Caminhos de Ferro, António Sampaio Carvalho, fundador da Fundação da Cegonha, Alexandre Azevedo, Chefe de Serviços do Grémio do Comércio, Álvaro da Costa Simões e esposa Sr.ª D. Ernestina Viana Simões, D. Carolina Garcia de Carvalho, D. Maria Beatriz Medeiros, D. Irene Sousa Araújo, D. Maria Manuela Sousa Araújo e marido Sr.º Carlos Lima Alves, Raul Tavares Basto e esposa Sr.ª D. Maria da Glória Aguiar Tavares Basto, D. Maria José Casimiro da Silva e filha D. Belmira Maria Casimiro da Silva, e mocidade representada por um friso de alunos da Escola Industrial e Comercial e do Ciclo Preparatório «Júlio Brandão», envergando com garbo a farda da Mocidade Portuguesa e briosas deputações das nossas duas grandes e

¹⁹⁹ In *Estrela da Manhã* Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 490 (16 Ago. 1969).

beneméritos Corporações de Bombeiros – Voluntários de Famalicão e Voluntários Famalicenses, postadas em redor do monumento em simpática e vistosa guarda de honra.

E procedeu-se então à cerimónia simples mas tocante da deposição dos ramos de flores por parte da ilustre família de Júlio Brandão: primeiro o das filhas, Sr.^{as} D. Maria Isabel Brandão de Macedo, D. Helena Brandão e D. Beatriz Brandão e genro Sr.^o Adolfo de Paiva Macedo.

Depois o das netas, a nossa gentil colaboradora Sr.^a D. Maria Amélia Brandão Alves de Azevedo e marido Sr.^o José Alves de Azevedo, D. Maria Adriana Brandão Macedo Marques de Abreu e marido Sr.^o Augusto Marques de Abreu, Sr.^o Álvaro Tpmás Brandão Andreia e esposa, Sr.^a D. Maria de Lurdes Andreia, Jorge Brandão de Sousa Macedo e esposa, Sr.^a D. Maria Assunção de Sousa Macedo, D. Laura Macedo Barbosa e marido, Sr.^o Félix Pereira Barbosa, Sr.^a D. Maria do Céu Brandão de Matos. Entre os familiares insinuou-se a presença do médico assistente do inspirado Poeta, Sr.^o Dr.^o Ernesto Vidal.

E também os bisnetos depuseram seu ramo de flores, o mesmo fazendo, com Formosíssima *corbeille* de cravos vermelhos, o casal Álvaro Simões-D. Ernestina Viana Simões, em nome do Dr.^o Nuno Simões que mandou ao nosso Director expressiva mensagem, o mesmo fazendo as Sr.^{as} D. Maria Isabel Guerra Junqueiro e D. Isabel Bigário.

A Oração do Padre Benjamim Salgado

Foi então a vez do Rev. Padre Benjamim Salgado, antigo Presidente da Câmara e brilhante Director de O Correio do Minho, nos deliciar com a sua formosa oração subordinada ao título «Mensagem de um Poeta», que passamos a transcrever na íntegra e que mereceu os mais entusiásticos e expressivos aplausos, sendo carinhosamente abraçado pelos familiares do insigne Poeta e Prosador.

Pareceu conveniente assinalar com algumas palavras adequadas este dia e este momento. Este dia, porque faz hoje precisamente um século que na Rua de Santo António desta Vila nasceu Júlio de Sousa Brandão, que as musas fadariam com especial predilecção e magnanimidade, ao ponto de o seu nome vir a figurar entre os mais inspirados poetas e mais operosos escritores do seu tempo, com uma obra deveras notável distribuída pela criação poética, pelo conto, pelo comentário literário e crítica artística, pelo jornalismo, etc. A Academia das Ciências de Lisboa inscreveu-o em o número dos seus sócios; e o mesmo fizeram a Academia Nacional de Belas-Artes e o Instituto de Coimbra.

Porque honrar os valores espirituais e venerar os artistas e escritores deve ser timbre das terras civilizadas e conscientes, pareceu conveniente não deixar passar este dia sem uma comemoração de efeméride tão honrosa para Famalicão.

Este dia e este momento. Viemos testemunhar, recolher e enquadrar o tocante gesto de piedade familiar a que acabamos de assistir. Bem merecedor é ele duma moldura humana a condizer com o conteúdo sentimental que o ditou e com a moldura natural que este Parque proporciona. Nem outro enquadramento ambiente poderíamos encontrar mais próprio para festejar a lembrança dum poeta.

Esta deposição de flores junto da glorieta de Júlio Brandão, à sombra destas árvores melancólicas, de que o vento arranca plangências nostálgicas, com a água saltitar nos repuxos e nas taças e o Sol a espreitar as azáleas e as rosas por entre as francas do arvoredado, auql fauno a espiar ninfas na espessura do bosque, constitui um quadro ao mesmo tempo sentimental e idílico que o próprio Poeta parece ter entrevisto, para não dizer profetizado, numa das suas inspiradas composições poéticas, que tem o título de *Rosas*:

Eis de novo a florir as roseiras. A graça
Agora dos jardins, ninguém, ninguém descreve!
O céu é azul, a vida é azul, e o vento esvoaça
Como a fruta de Pan a gorjear de leve...
Entre a paisagem, junto à bela e larga taça
Que os jorros de água clara e alegre não conteve.
Cuido ver, linda e nua, a Náiade que passa
Com rosas no cabelo e na cintura breve.
Voltou o amor antigo à terra voluptuosa:
Ela é a imagem feliz, esplêndida e formosa.
De Vénus a sorrir, toda ajogada em flores.
E aos meus ouvidos vem, na argêntea voz da fonte.
Como que uma canção vaga de Anacreonte,
Feita de Rosas, de perfume e de amores...
(*Nuvem de Oiro*)

Quer dizer: não se poderia imaginar recanto mais a gosto do Poeta para este encontro... que a saudade marcou: a saudade de filhas estremecidas, de netos afeiçoados, de familiares veneradores numa memória para todos sagrada.

Júlio Brandão nasceu poeta: a musa da inspiração osculou-o à entrada na vida e logo o destinou para eleito do Parnaso.

Por isso ele acredita na Poesia – como nobre expressão dum povo espiritualmente adulto, como forma de transmitir as emoções mais profundas e os ritmos espirituais mais significativos e como instrumento de comunicação ou de evasão para a alma dos artistas.

Ele próprio o confessa ao escrever que o verso «é a forma ancestral e predilecta do homem. Em todas as literaturas o verso precedeu a prosa (...) Desde a sua infância no globo que o homem preferiu essa forma lapidar ou musical. Durante séculos, só o verso lhes esvoaça e canta nos lábios rudes. As suas impressões, sentimentos e ditames exprime-os ele em verso. É o verso que fixa, em dizeres rítmicos, os cânones morais, as regras práticas, as tradições de glória. Os instrumentos músicos primitivos acompanham as narrativas ainda bárbaras, que se alargam mais tarde ao canto dos rapsodos. Entre os Helenos é ele a forma nacional e por assim dizer sagrada. Legisla-se em verso. Os oráculos exprimem-se em verso. A palavra guiadora ou profunda, amorosa ou heróica, refulge em versos de oiro... (*Poetas e Prosadores*).

Mas o seu apreço pela mensagem poética insere-se no apreço, quase religioso, pela arte, em geral.

Criar beleza, numa maneira genérica – escreveu ele num dos seus conceituados comentários – é arrancar de nós mesmos, aos pedaços, a vida interior e misteriosa, que se transfunde em sangue e em génio nas páginas que devam ser duradoiras (*Ibidem*).

E lembra que «desde o troglodita, gravando em dentes de mamute ou desenhando a cores nas paredes da caverna, até ao génio proteico e incomparável dum Leonardo da Vinci, o homem esforça-se por embelezar a vida, idealizar a vida, (...) rodear-se de ilusão e beleza, que lhe doire a alma dum arrebol de luz quando crê, ou que lhe faça um momento esquecer a sua fraqueza e a sua miséria quando nada mais enxerga do que inanimidade e fumo...» (*ibidem*) Júlio Brandão acredita na mensagem cultural da arte e na missão espiritualizante da poesia, a qual ora espargue revêrberos de graça ora despede dardos cáusticos da mais eficiente terapêutica moral. Apregoa-o neste pensamento lapidar: «Os poetas guardam, de tempos imemoriais, o fogo depuratório e os dardos de oiro» (*ibidem*).

E porque não há poesia sem ilusão, sem sonho, sem quimera, o Poeta exalta e encarece esse mundo fantasioso onde moram os sonhos transformados em poalha de oiro, que fascina e arrebatava e inspira as imaginações poéticas:

Filhos, sonhai! Que é a nossa vida sem quimera?
Um pátio de prisão, uma velha galera,
Perdida no alto mar, à rouca ventania:
Pobre barca de tédio e de melancolia.
(*Nuvem de Oiro*)

E no delicioso livrinho intitulado *Cantares*, deixou-nos estas saborosas quadras todas rescentes a sonho e ilusão:

*Quem tem quimeras, parece
Que não tem coisa nenhuma:
«São fumo que se esvaece,
São semelhantes a espuma...»
E eu digo: Grande riqueza
Ter quimeras! Que tesouro!
Pois nem só se vive de ouro,
Mas de Sonho e de Beleza!...*

E não se trata dum caso de nefelibatismo. O Poeta confessa que «a vida é uma oficina tremenda onde os homens vão deixando o corpo em farrapos». Mas acrescenta que «sonhar não impede que construamos e que edifiquemos. Pelo contrário. O sonho é, afinal, o maior construtor do mundo».

Quem assim pensa, tem mesmo que ser poeta. E ser poeta é cantar. Cantar alegrias e tristezas – mais estas do que aquelas:

Ó cantigas portuguesas,
Só vós sabeis espelhar
A fé, o amor, as tristezas
Dum povo que andou no mar!
(*Cantares*)

A poesia de Júlio Brandão é toda repassada do mais fluente lirismo: agora amorosa logo bucólica, ora canta a vida qual a entevê o coração ora contempla as paisagens da natureza ou das almas através do cristal da sensibilidade, tudo envolvendo numa gaze de luar místico de encantamento, de beleza.

Júlio Brandão vê poeticamente as coisas mais humildes, descobre flores onde o olhar prosaico não atina senão com pedregulho e aspira aromas capitosos nos ambientes aparentemente mais desprovidos de graça ou perfume.

A aldeia onde passa as férias (presumo) enche-lhe os olhos de cor e a alma de beleza, com seu frémito de vida estuante, seu manto de verdura campestre, sua dádiva de pão que sabe a mel. E recomenda a um pintor:

Pintor, toma a paleta e as tintas. Corre
Ver como é lindo o Agosto nesta aldeia,
Onde o sol elegíaco incendeia
De mosto e de oiro as serras, quando morre,
E as árvores! Ao vê-las, logo ocorre
Que a terra é nossa mãe. Cada uma cheia
De frutos! Como a árvore socorre
Os que têm filhos, sem ter pão p'ra ceia!
Mas se tentas pintar-me esta devesa
Tal qual ela murmura dolorida,
E onde as aves se escondem a cantar,
Mais bela ela será na natureza...
Pinta, mas duma forma comovida:
Traz comigo amor, para a pintar!
(*Nuvem de Oiro*)

O seu aprimorado sentido poético, quando incide sobre a natureza que o rodeia, toma por vezes tonalidades e cambiantes líricos que nem Bernardes nem Garrett desdenhariam.

Como em «Noite de Maio»:

E de repente – oh maravilha! – de repente,
Um rouxinol desperta a placidez do val',
E modula e suspira elegiacamente,
Como que a repetir os versos de Cristal!

...

Nos amieiros o luar põe os véus de noivado
Das que morreram cedo, e eram noivas e belas,
E acordam, para ouvir o rouxinol cantar!...

(*Idem*)

Como nas confidências «A uma fonte»:

Eu parti do meu lar!
E a fonte, desde então, começou a chorar!...

...

Ó fonte do meu horto, ensina-me a sofrer,
E a carpir docemente as minhas elegias;
E enquanto vejo voar todas as alegrias
Como um bando a emigrar e a procurar beleza,
Ensina-me a cantar, ó fonte de tristeza!...

(*idem*)

Ou como em «Canção das Águas»:

Anda um poeta escondido
No rio... Se vem à flor,
Flutua, ao luar dorido,
Dizendo endechas de amor.

Ah! Quem sabe lá se o rio
E os choupos, ao luar que esplende,
Não cantam ao desafio
Versos que só Deus entende!
(idem)

Mas, se a terra é mãe de e o Poeta a estremece com blandícias de filho, que admira que cante as árvores, que são à sua grinalda, as flores, que são o seu sorriso, e a chuva, que é o seu sangue?

A chuva.

A chuva, caindo, encerra
Uma carícia de amor.
E logo murmura a terra:
«Água amorosa, água santa,
Mãe da flor!»

...

E quando o sol vai fulgindo,
Lenta, a chuva vai caindo:
Cabelo que se desata
Em fios de oiro e de prata,
Tão lindo.

...

Cantando desce da altura
A chuva, a matar a fome:
Chuva de amor e fartura,
Bendito seja o teu nome!
(idem)

E as flores:

Há-de encher-se de rosas e violetas
A veiga, o prado e o monte
Em vindo a Primavera

...

Na Primavera a fonte
Parece uma harpa... Os pássaros parecem
Doidos, tecendo os ninhos; alvorecem
Rosas no céu; a terra é toda flores...
(idem)

E as árvores.

Romanzeira de amor! Romanzeira de glória!...
És, sempre noiva e moça, um pedaço da história
Dos que tivemos fé, de todos os que amámos,
E em anos que lá vão, claros e generosos,
Caminhámos ao sol, e a sorrir, para a Dor!
Sejam benditos, Romanzeira, esses teus ramos,
– Braços que erguem ao céu os risos amorosos,
Que em nós se chamam sonho, e em ti te chamam flor!...
(Idem)

A terra! E o seu arfar ansioso, que desperta os zéfiros, que embala as ondas, que tange as velas dos moinhos.

Ó moinhos de vento, ao luar e ao vento.
Presos à terra, ansiosos por voar,
Que sonho o vosso! Nunca o desalento
Vos quebra as asas, a bater no ar!

Júlio Brandão, herdeiro de Teócrito e de Virgílio, é um enamorado da Terra fecunda e maternal, da Natureza louça e criadora, da Vida rústica e virginal, da Beleza ingênua e pura.

Mas quem canta a vida e a graça que nela espande, também há-de cantar os valores que nela se encerram, mormente os que podem ser filtrados pela sensibilidade artística.

E à frente dos restantes, o amor. Ele é a asa mágica que, tocando os poetas, os predestina e deslumbra. Ele é a incandescência que os ofusca e empolga.

Júlio Brandão é um artista das graças do amor.

Fez Deus a lua para a treva. E agora
Deu-me este amor a mim, puro e radioso,
Luz da tua alma, bela entre as mais belas,
Como os lírios da areia, à beira-mar...
Ó minha gentil Senhora,
Como este amor é formoso:
Parece todo de estrelas
E de luar!...

É vasta, multiforme e toda inspirada, a poesia amorosa de Júlio Brandão, a maior parte das vezes vazada em moldes muito pessoais, sem os arrebiques afectados dum romantismo a descambar em pieguice nem a frieza rígida do classicismo, mais embevecido com a forma do que com a mensagem poética.

Vê tu, meu infortúnio e meu tesouro,
A singular feição do meu amor:
Quando tudo é alegria, eu tenho choro,
E em pleno Inverno via tudo em flor!...
(Idem)

É evidente que quem ama sofre. O poeta não pode fugir à regra, mas os próprios versos servem de desafogo à dor.

Choram as águas do rio,
Choram as ondas do mar,
Chora o vento, as fontes choram...
Por que não hei-de eu chorar?!

A tristeza é irmã gémea do luar e o luar é confidente dos poetas.

Quem tem olhos de amor tem horas de tristeza.
(Idem)
Ó água triste, cautela,
Vai devagar, devagar...
Que ela não pense que choras
Porque me ouviste chorar!
(Idem)

Deixei para o fim os dois temas que julgo mais embaladores, para não dizer mais impolgantes, que encontrei neste breve transcurso pela temática de Júlio Brandão.

Júlio Brandão cantou ou interpretou com inexcelsável inspiração e graça o binómio infinitamente poético mãe-filhos. Que poemas profundos nestas séries de quatro pequeninos versos:

Filhos:

Ó carne feita de rosas,
Em que batesse o luar!...
Ó beijo tomado estrela,
Que nos vens alumiar!

Quem tiver filhos pequenos
Tem os mais lindos amores:
Deve trazê-los ao peito,
Que o mesmo se não faz às flores.

Mães.

Sede benditas e amadas,
É bendito o vosso nome,
Como a luz das madrugadas,
Como o pão que mata a fome.
Ó mães, que embalais os filhos
Com olhar de amor profundo,
Devagar! Num berço às vezes
Anda o destino do Mundo!

Esta quadra deva estar gravada em todos os berços. E também em todos os corações maternos. Ela só define um Poeta: ela só ilumina uma Literatura.

Melhor do que ela, se é possível, só esse outro poema em quatro redondilhas, que tem ressonâncias bíblicas, que parece uma página do Evangelho:

Coração que tens bondade,
Sê bendito, coração!
És do tamanho do Mundo,
Cabes na palma da mão!

Quem escreveu assim – podem rolar os séculos – não morrerá jamais.

Júlio Brandão está vivo não somente na saudade dos que o amaram. Está vivo nos versos imorredouros que nos legou, nos temas que magnificamente cantou, nos ritmos e na harmonia que repassam e trespassam os seus versos de ouro – enfim, na mensagem da sua obra que é encanto para o espírito, bálsamo para o coração, beleza para a alma.

Como temos referido, a Câmara Municipal, em data a designar, possivelmente em fins de Setembro ou princípios de Outubro, tributará ao insigne Poeta as homenagens oficiais do Concelho, conjuntamente com as de outro inspirado vate famalicense – o Dr.º Sebastião de Carvalho, cujo centenário também se observa este ano.

Por essa ocasião contamos poder lançar a edição do romance inédito de Júlio Brandão *À Cata do Eldorado*, de que já transcrevemos no nosso Suplemento do Centenário as «duas palavras» com que Júlio Brandão justifica aquele seu romance.

- Em Outubro, novas comemorações do Município Famalicense, com a designação “Centenários do Nascimento de Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho e Eternizada no Bronze a Memória de Álvaro Marques”.

Assinalados Brilhantemente pelo Município Famalicense os Centenários do Nascimento de Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho e eternizada no bronze a memória de Álvaro Marques²⁰⁰

Revestiu-se de raro brilho a sessão solene que o Município da nossa Terra levou a efeito na tarde de segunda-feira para assinalar os centenários do nascimento dos poetas Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho e eternizar no bronze o dinâmico Presidente da Câmara que foi Álvaro Marques.

O Salão Nobre encheu-se de uma multidão selecta entre a qual se insinuavam os familiares dessas três altas e prestigiosas figuras famalicenses que tanto se projectaram nos mundos das musas, das letras e da política e agora tiveram a consagração que mereciam.

Nas primeiras filas viam-se as três filhas e o genro de Júlio Brandão, Sr.ªs D. Maria Isabel, D. Helena e D. Beatriz Brandão e Adolfo Paiva de Macedo, e a cunhada de Sebastião de Carvalho, Sr.ª D. Maria Carolina Garcia de Carvalho, com suas filhas e genros, Sr.ªs D. Maria José Garcia Ferreira de Carvalho Nunes de Oliveira, D. Maria Luísa Garcia Ferreira de Carvalho Machado e Prof.º Dr.º Joaquim Nunes de Oliveira e sobrinhos Sr.ª D. Virgínia Abreu Fonseca de Carvalho, Júlio Freitas e Dr.º Camilo Lopes de Freitas e os familiares de Álvaro Marques, Guilherme Marques (irmão), seus filhos Álvaro Gil e Rogério Areias Marques, esposas e netos, cunhado, Comendador António Teixeira de Melo e esposa (irmã), o grande amigo íntimo do homenageado, Comendador Manuel Gonçalves, Francisco Dias de Oliveira,

²⁰⁰ In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 497 (4 Out. 1969).

Eng.º Fernando Pimenta, João e José Mesquita de Oliveira, Joaquim Mendes da Cunha, Virgílio e Flávio Moreira e suas esposas, Amadeu mesquita, Fernando Mesquita, Jorge Pereira da Silva Reis, Manuel José Pereira e esposa, Dr.º Artur Terroso, Sub-Delegado de Saúde, Eng.º Rodrigo Terroso, Dr.º Joaquim Alves e Carlos Alves, José João Pereira Peixoto, Gerente-Geral do Banco Português do Atlântico, Dr.º António Manuel Teixeira de Melo, José Ângelo Teixeira de Melo, Eng.º Eurico Melo, Eng.º Reimão Queiroga, Germano Augusto Rebelo, Humberto Terroso e irmã e muitas outras dezenas de pessoas que não cabendo no salão se comprimiam no corredor.

O Início da Sessão

Constituída a Mesa sob a presidência do Governador Civil do Distrito Sr. Comendador António Maria dos Santos da Cunha, que tinha à sua direita o presidente da Câmara Municipal Sr.º Manuel João Garcia Dias da Costa, o Vereador Dr.º Abílio Moreira e em lugar especial o Rev. Padre Benjamim Salgado e à sua esquerda o Vice-Presidente, Sr.º Professor Joaquim da Silva Marinho Pinto, e os vereadores Sr.ºs Dr.º Eugénio mesquita, Álvaro Gil Areias Marques e Rev. Dr.º Aurélio Fernando Martins Pereira. O Sr.º Governador Civil deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que pronunciou as seguintes palavras:

Sente-se honrada a Câmara de Vila Nova de Famalicão pela amável aquiescência de Vossas Excelências ao convite para esta modesta cerimónia de comemorações.

Agradeço em meu nome e no de todos os responsáveis pela Administração Municipal o brilho que emprestam a este acto e o reconhecimento que traduzem da justiça que prestamos a três ilustres filhos da nossa Terra.

Embota Júlio Brandão tivesse ultrapassado, desde novo, as fronteiras do concelho, numa obra de vasta projecção e largamente apreciada e comentada, há sempre algo mais a dizer, descobrindo factos novos na sua obra artística. Manancial dificilmente exaurível vai mais uma vez ser explorado pelo espírito estudioso do brilhante orador Rev.º Padre Benjamim Salgado.

Tenho a certeza que foi com real agrado que aceitou o meu convite para nos dizer mais alguma coisa além do muito que já tem sido dito, e sei também que com especial carinho e dedicação se debruçou sobre documentos pouco conhecidos para os lapidar e trazer à luz.

E como a poesia inspira poesia, quis o Sr.º Dr.º Aurélio Martins Pereira, digníssimo Vereador do pelouro da Cultura, deixar correr para o papel um pouco da sua ternura pelas coisas do espírito e oferecer-nos um seu poema.

[...]

O orador de fundo é o Padre Benjamim Salgado que vai apreciar o poeta e o escritor por um ângulo diverso daquele por que o viu no dia 9 de Agosto junto da sua glorieta, naquele cenário de sonho que é o nosso Parque.

Alude ao escasso tempo de que dispôs para, sem o risco de se repetir, falar de um artista de tamanha projecção no mundo das letras portuguesas, mas é tão vasta e pluriforme a sua obra que ela oferece os mais variados ângulos para ser analisada, embora requiera tempo – aquele tempo de que não dispôs.

E entra no seu tema:

Júlio Brandão e a sua Obra

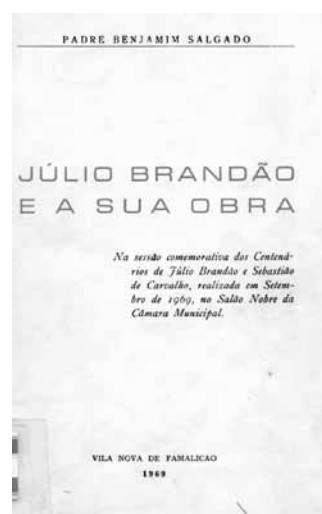
A personalidade artística de Júlio Brandão apresenta-se-nos tão opulenta, tão rica de atavios e tão facetada, que importa, antes de mais, tracejar e definir as suas virtualidades de esteta e de criador literário e relacionar os diversos compartimentos da sua actividade multiforme e da sua complexa vivência artística.

O itinerário espiritual de Júlio Brandão está definido na divisa para ele desenhada por um artista italiano, Giuseppe Cellini, a qual consta duma açucena toda branca com as raízes assentes na terra, mas a projectar-se para as alturas no seu caule enfeitado de flores e botões, todo o desenho explicado e definido pelas duas palavras latinas *vas spirituale*.

O que é a vida dum artista senão um vaso espiritual a rescender beleza e encantamento e a beber na terra, fonte da vida, o alimento que a inspiração há-de espiritualizar e transformar em ideal, em sonho, em mito, até se abrir em flores de alma, em rebentos de magia, em gemas de graça?

Júlio Brandão nasceu em V. N. de Famalicão em 9 de Agosto de 1869.

As raízes do seu sentimento haviam de ficar sempre ligadas ao chão famalicense, à seiva fecunda e lírica destas originalidades paragens, com suas leivas e seus canteiros, seus renques de árvores e suas fontes nostálgicas, seu mistério telúrico de vida exuberante e seu feitiço inebriante de lirismo enbalador.



▲ Júlio Brandão e a sua Obra

Embora a educação escolar de Júlio Brandão se haja realizado no Porto, para onde retirou com a família aos 5 anos de idade, os seus contactos com as gentes e com a terra de Famalicão continuaram pela vida fora, sendo inegável a influência desta na formação estética do futuro escritor.

Aqui veio até ao fim da vida passar as férias grandes, à busca de descanso para o espírito e de alívio para os achaques da saúde e de desafogo e prazer para o coração tão devotado aos amigos.

Desse modo entendia retribuir à terra natal em afeição o que dela recebera em sopro inspirador.

Perguntaram-lhe um dia como e quando se sentiu escritor. Respondeu que «na província do Minho tudo canta – gente, aves, paisagens. Tudo canta. A vida é dura nos trabalhos da gleba, o camponês duma sobriedade espartana – mas canta quase sempre, talvez para tornar menos pesada a sua tristeza. (...) Em pequenito, ia eu ouvindo as trovas, que voavam em plena labuta dos campos – e, sobretudo, nas espadeladas, nas esfolhadas, nas romarias cheias de sol. Havia desafios à viola, cantadeiras que se batiam galhardamente, com adversários que vinham de longe e eram repentistas de nomeada. Algumas dessas quadras, ardentes como cravos vermelhos, irónicas como picadas de ortigas, mas a maior parte falando de amores e de saudade, deixavam-me no ouvido um doce zumbido musical, para me descerem depois à alma infantil, onde instilavam o seu perfume e o seu mel... E quer saber? Surpreendi-me, de quando em quando, a compor e a rabiscar também algumas quadras, ao jeito popular, mas pobrezinhas e trôpegas, à maneira dos pássaros feridos, que tentam voar, e mal se vão arrastando» (*Magazine Bertrand* – de Agosto de 1933, pp. 20 e 21).

Eis pois a primeira fonte de inspiração e o primeiro despertador da vocação literária de Júlio Brandão: esta Terra e este Povo com todo o potencial anímico e poético que caracteriza o seu modo de ser, com toda a exuberância lírica que veste as suas campinas e anima os seus trabalhos e lazeres.

A outra determinante da sua vocação literária foram alguns autores, com quem tomou contacto em trechos isolados da selecta de instrução primária, mas que logo lhe permitiram suspeitar da existência dum reino da Beleza, onde as Musas se entretinham a engrinaldar de louros, e mirtos a cabeça dos Poetas e dos Artistas.

Esses autores foram, principalmente, Garrett, com trechos das *Viagens na Minha Terra*, de *Um Auto* de Gil Vicente e do *Romanceiro*, e Júlio Dinis, cujas novelas de gosto rural e bucólico inspiraram ao futuro Escritor o seu primeiro conto.

«Depois nos meus tempos liceais – continua no seu depoimento – foi-se desenvolvendo em mim um vivo amor das letras. Colaborei em folhazinhas de rapazes, e até fui, com outros, director e proprietário duma que se chamava jactanciosamente *A Ideia*». (E comenta: «que ideólogos!»)

Terminando o curso liceal, Júlio Brandão sentiu mais imperiosa a vocação das letras e o aceno do estro a negacear a sua inteligência, a inflamar a sua sensibilidade e a inspirar a sua pena.

E começou a distribuir por jornais e revistas, colaboração variada que, ao mesmo tempo, amadurecia a sua personalidade literária e a projectava na república das letras, como a anunciar o extraordinário estofo do futuro polígrafo.

As primícias do seu talento de escritor, ainda tímido, suponho que andam espalhadas pelo *Diário de Notícias*, *Revista Moderna*, *Luta* e *Jornal da Manhã*, tinha então o promissor estreante 19 anos (1888). Estes primeiros ensaios abriram-lhe o caminho a um género de colaboração em que viria a ser mestre laureado, género que ele honraria e sublimaria à custa de uma observação acurada, de uma sensibilidade delicadíssima, de uma erudição vasta e de um estilo muito pessoal, muito nobre e muito lírico, todo impregnado de beleza e originalidade, de doçura e vibração, de sentido crítico e alor poético.

Esse género é o comentário literário, a meia distância entre o ensaio crítico e a memória literária, menos frio, menos teórico do que aquele e mais repassado de emoção e vibração que a simples memória.

Repiso este pormenor, porque esta é indubitavelmente uma das facetas mais fortes, mais peculiares e mais ricas da personalidade literária de Júlio Brandão, podendo afirmar-se que na arte de comentar um livro, de definir um autor ou escarpelizar uma obra não apareceu ainda no nosso panorama literário quem rivalizasse com Júlio Brandão. O seu comentário, além de judicativo, é ilustrado, é engenhoso, é artístico, é pictórico, é simultaneamente filho da inteligência e da arte, produto do saber e do sentir, crítica e criação, comentário e composição, retrato e aguarela. O artista observa e pinta, fotografa e retoca, é comentador e miniaturista. As suas crónicas literárias lembram esboços de Goya, ou águas-fortes de Rembrandt: traço elegante e expressivo, gravura delineada com decisão e primor estético.

Fica assim apontada uma das mais valiosas e assinaláveis facetas de Júlio Brandão: o admirável comentador literário.

São repositório de estimáveis páginas deste género vários jornais do seu tempo, entre os quais a *Nova Alvorada*, de Famalicão, e, à frente de todos, o Primeiro de Janeiro, do Porto, onde o escritor tinha verdadeira cátedra de jornalismo literário.

Parte da sua preciosa produção de comentador foi recolhida no livro *Poetas e Prosadores (à Margem dos Livros)*, que ainda hoje se lê com o maior proveito e prazer. Num estudo introdutório sobre o Movimento Literário assim justifica Júlio Brandão a iniciativa do referido jornal e o entusiasmo com que se lhe devotou: «*O Primeiro de Janeiro* entendeu que, para todos os povos cultos, as Letras e as Artes são a expressão suprema da sua civilização e da sua grandeza. Quis também lembrar nas suas colunas, regularmente e com o desenvolvimento possível, os que nas Letras dedicadamente trabalham, e enaltecer aqueles que distintamente as honram. Cremos que todas as pessoas de espírito culto e de fina sensibilidade lhe hão-de agradecer a ideia generosa, educativa e simpática. Pela nossa parte, lisonjeado em extrema com o convite imerecido (não apoiado! – diriam quantos os viriam a ler) temos sincera pena de não poder versar, com vagar carinhoso, todos os livros que nos cheguem, ainda a rever tinta – gorjeios e canções, esperanças e elegias, resplendores matinais, céus de crepúsculo... Pais de heróis, de marcantes e de poetas, deve de ser longa a falange dos vates. E é curioso: em plena efervescência de mercantilismo e de baixaza, é cada vez maior (e isto consola!) o grupo de visionários da Beleza e do Amor, que vem erguendo no ar, entre as turbas inquietas, os seus frescos molhos de rosas...»

Para que os prezados ouvintes fiquem a fazer uma ideia da extensa gama de assuntos e autores que perpassavam pela tribuna literária de Júlio Brandão e que o seu delicadíssimo bisturi crítico dissecava e o seu sentido criador revitalizava, aponto as obras neste livro comentadas: *Vitória de Parsival*, de João Grave; *Gente Namorada*, de Henrique Lopes de Mendonça; a *Primeira Década de Barros*, apresentada por Agostinho de Campos; *A Comédia de Lisboa*, de D. João de Castro; *Últimos Versos*, de Abade de Zazente; *Abelhas Doiradas*, de Júlio Dantas; *Poesias Dispersas*, de Junqueiro; *Aves Migradoiras*, de Fialho; *D. João*, poema de João de Barros; *A Sombra de D. Miguel*, de Carlos Babo; *O Santo Condestável*, poema de Correia de Oliveira; *Manual de História das Artes Plásticas*, de Moreira de Sá; *Primeiros Versos*, de António Nobre; *Histórias de Proveito e Exemplo*, de Trancoso; *Camilo Homenageado*, do nosso conterrâneo José de Azevedo e Meneses; *A Obra Póstuma de Eça de Queirós, Camões*, de Artur Botelho; *Páginas de Sangue*, de Sousa Costa; o poema *Jesus*, de D. João de Castro; uma edição dos *Lusiadas*, de Campos Monteiro; *Sonetos*, de Marques Rosa; *El Portugal*, do Dr.º Labra Carvajal; a *Lira Romântica*, de António Molarinho; *Camilo e os Médicos*, do Dr. Maximiano de Lemos; *O Melhor Casamento*, de Alberto Pimentel; *Namorados*, de Virgínia Vitorino; *O Homem Lobo do Homem e Portugal em Campanha*, de Agostinho de Campos; *Poesias*, de Alfredo Carvalhais; *Impressões de Arte e de Tristeza*, de D. Maria de Martel Patrício; e a *História da Literatura Clássica*, de Fidelino de Figueiredo.

Como vemos, uma autêntica biblioteca, para não dizermos antes: uma enciclopédia.

Cerca de 20 anos mais tarde, lá por 1943, Júlio Brandão publicaria um outro livro bastante achegado a *Poetas e Prosadores*, no género e no interesse histórico-literário. Refiro-me a *Recordações dum Velho Poeta*. Em que são evocadas figuras literárias e artísticas de enorme interesse nacional, desde Soares de Passos e Soares dos Reis a Júlio Dinis e Guilherme Braga, a João Penha e Aquilino Ribeiro e tantos outros.

Foi a respeito deste livro que D. Alberto Bramão escreveu um dia (4/3/1944, na *Voz*): «Ninguém excede este insigne escritor (Júlio Brandão) na luminosidade poética de pensamento, na pureza de elocução, na rutilância da imagem com que reveste e amplia, como em lente de caleidoscópio, as suas concepções mentais».

Outra obra de Júlio Brandão em que se recolhem comentários literários, críticos e eruditos, é *Bustos e Medalhas*, saída em 1925 e valorizada, tal como *Poetas e Prosadores* com uma capa do insigne pintor António Carneiro, o mesmo que pintou o Escritor num óleo conservado no Museu de Soares dos Reis e numa sanguínea, cujo original se conserva no Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Pois *Bustos e Medalhas* é igualmente um livro de análise e comentário críticos, dele dizendo uma recensão literária da época: «Muitos dos (seus) artigos representam surpreendentes evocações, páginas de admirável revisão e comentário do pensamento alheio, resumindo e interpretando aspectos intelectuais da mais rara superioridade». (*Primeiro de Janeiro*, de 11/3/1926).

E o jornalista Raul Martins escrevia a seu respeito no jornal *Pátria*, do Rio de Janeiro: «*Bustos e Medalhas* mostra-me quanto é intenso o labor literário em Portugal e como ele pode, na verdade, atingir um grau tão perfeito de serenidade e de beleza, tendo a servi-lo e a guiá-lo nas perfumadas veredas da arte um espírito da envergadura de Júlio Brandão». (*Pátria*, de 4-7-1926).

A propósito ainda de *Poetas e Prosadores*, escreveu o conceituado João Grave que Júlio Brandão «é das mais ricas organizações que eu conheço: poeta de alto voo lírico; contista delicioso, possuindo o raro dom de narrar com naturalidade e elegância, virtude suprema de que, entre os argutos latinos, apenas os franceses dispõem; moralista à maneira de Maeterlinck; investigador paciente, romancista com notáveis faculdades analíticas e de observação. E é também um crítico, na vasta significação da palavra (...) Júlio Brandão tem um bom gosto superior, a ligeireza de mão, a sobriedade, a exactidão dos tons e dos valores no seu estilo vivo e colorido...» (*Jornal de Notícias* – 23/1/1923).

Acrescentemos a estes o livro *Galeria das Sombras* e teremos neste tríplice o mais notável da obra de Júlio Brandão como comentador de livros e de escritores.

Em *Galeria das Sombras* perpassa a longa teoria dos escritores desaparecidos, até àquele ano de 1935 e que foram estrelas na via-láctea do céu literário português ou, se não foram estrelas, não deixaram de iluminar com poalha de sonho e incandescências de talento a sua passagem por este vale de lágrimas.

Nele desfilam Garrett e Herculano, o tumultuoso Camilo e o aristocrata Eça, o estóico Antero e o Junqueiro dos alexandrinos pomposos e estridentes, Bulhão Pato e Fialho, João penha e Cesário, Guilherme Braga e o etnógrafo Rocha Peixoto, pintores e jornalistas e tantas figuras representativas e animadoras duma boémia literária portuense, que deixou após si um rasto luminoso.

Desta *Galeria das Sombras* escreveu D. João de Castro que «se o poeta dominou e triunfou mais uma vez, o cronista, o comentador, o crítico literário e crítico de arte encheu de materiais preciosos muitas dessas páginas – que poucos lerão sem aprender e nenhuns sem admirar». (*Primeiro de Janeiro*, de 17-5-1935).

Podemos considerar como um apêndice a este tríptico literário o livro *Desfolhar de Crisântemos*, aliás anterior às *Recordações Dum Velho Poeta* (deve ser de 1938). Livro de evocação sobre pessoas e acontecimentos, está recheado de preciosos apontamentos literários, políticos, sociais, éticos e estéticos.

Os comentadores e críticos destes livros mais de uma vez comparam o processo de crítica literária de Júlio Brandão ao de Anatole France e Júlio Lemmaitre e o confrontam com o de Sainte-Beuve com as suas *Causeries du Lundi*, para concluir que, em Portugal, sem menosprezar Moniz Barreto e Silva gaio, sem diminuir o brilhante esforço literário e didáctico de Fidelino de Figueiredo, de Teófilo Braga, Agostinho de Campos Mendes dos Remédios, a crítica literária, como a concebe e realiza Júlio Brandão, é género novo, que muito enriquece o panorama literário nacional

1971 • É criada a Livraria (e editora) Júlio Brandão em Vila Nova de Famalicão.

i) A Júlio Brandão fundada por Manuel Cunha e Macedo Varela, constituída em 1971 não chega ao 25 de Abril, sofrendo os ataques da repressão.

A Júlio Brandão editou e distribuiu alguns títulos quer de traduções de clássicos marxistas e maoístas, reunidos em duas colecções (“Cedemos Vanguarda” e “História e Filosofia”), quer inéditos de autores portugueses, como de José Pacheco Pereira (“Questões sobre o Movimento Operário Português” e a “Revolução Russa de 1917”), as “Memórias de um Operário” (2 volumes) do sindicalista José da Silva, ou a “História do Movimento Associativo dos Professores do Ensino Secundário” de Gomes de Brito. Teve uma vida efémera, à qual não são alheios os obstáculos e perseguições do aparelho repressivo do regime ditatorial. Um dos golpes mortais foi justamente a apreensão de toda a tiragem das “Memórias de um Operário” (2 volumes) a qual pôs em causa a continuidade da actividade editorial e da própria livraria.²⁰¹

ii) ... uma das mais curiosas editoras portuguesas, a Livraria Júlio Brandão, de V. N. de Famalicão.²⁰²

1973 • CONTOS ESCOLHIDOS DE AUTORES PORTUGUESES

Contos Escolhidos de Autores Portugueses. 11.^a ed. Sel., org. Júlio Martins; Il. Júlio Gil. Lisboa: Didáctica Editora, 1973.

Os Lobos²⁰³. Júlio Brandão, pp. 129-136.

Conto do Natal. Júlio Brandão, pp. 137-144.

Leandro²⁰⁴. Júlio Brandão, pp. 145-153.

1974 • Em Setembro, com a revolução do 25 de Abril, é nomeada uma Comissão Provisória de Gestão na Escola Preparatória Júlio Brandão.

1975 • José Carlos Seabra Pereira publica, na Coimbra Editora, o estudo Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa. Júlio Brandão é uma constante referência.

²⁰¹ Artur Sá da Costa – “Resistência Cultural ao Fascismo nas Décadas de 60 e 70 no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Momentos de Resistência*. Coordenação Artur Sá da Costa. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2000, pp. 24-25.

²⁰² José Manuel Lopes Cordeiro – “Origens do P.C.P. no Porto”. In *Público*. Porto (11 Mar. 2001).

²⁰³ Cf. *Contos Escolhidos*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1980, pp. 25-37; *Perfis Suaves: raposódias populares e outros contos*. Porto: Livraria Ed. José Figueirinhas Júnior, 1903, pp. 155-167.

²⁰⁴ Cf. *Perfis Suave: raposódias populares e outros contos*. Porto: Livraria Ed. José Figueirinhas Júnior, 1903, pp. 55-68; *Contos Escolhidos*. Porto: Lello & Irmão, 1980, pp. 131-145.

1976 • São publicados *Estatutos* da Associação de Pais da Escola Preparatória Júlio Brandão.

1979 • Óscar Lopes publica “História Ilustrada das Grandes Literaturas”.

Júlio Brandão é citado várias vezes. As primeiras referências estão implícitas no capítulo geral “Tendências Literárias de 1890-1910”. No sub-capítulo intitulado “Intersecção da Geração de 70 com a de 90”, cita-se a dado passo Guerra Junqueiro, o qual ridiculariza a “a liturgia como prática do bric-à-brac deliquescente” do simbolismo, citação esta que se encontra no prefácio ao *Livro de Aglais* de Júlio Brandão.²⁰⁵

Num outro sub-capítulo com o título “Alvorecer do Gosto Decadente. Simbolista: Boémia Nova, Os Insubmissos, Os Nefelibatas”, evoca-se Júlio Brandão a propósito dos escritos memorialísticos com ma boémia portuense da altura em que apareceu o opúsculo *Os Nefelibatas*²⁰⁶. Este texto será republicado no livro de 1987 “Entre Fialho e Nemésio”.

No sub-capítulo com o título “Outros Decadentistas-Simbolistas”, é referenciada a Revista de Hoje, aonde Júlio Brandão colabora [e dirige, acrescento meu], chegando a acrescentar que o decadentismo-simbolismo português «não chegou a ter uma revista privativa», apesar da tentativa da revista citada.²⁰⁷

Num sub-capítulo dedicado a Camilo Pessanha, relaciona-se o tema do *fictício ideal de um amor casto e sacramental* de Júlio Brandão com Pessanha.²⁰⁸

No capítulo “Prosadores Post-Naturalistas”, faz-se não só referência a Júlio Brandão e a Raul Brandão, pelo livro que ambos juntos escreveram com o título “Vida de Santos”, como também às peças de teatro escritas por ambas: “Noite de Natal” (1899) e “O Maior Castigo” (1902)²⁰⁹.

Finalmente, num outro sub-capítulo com o título “Alguns Memorialistas, Cronistas ou Panfletários”, salienta-se as causas do surto dos textos de memória na literatura portuguesa: “O «31 de Janeiro», o escândalo estético dos nefelibatas, os movimentos antifranquistas e suas repressões, a propaganda e implantação da República, as incursões de Couceiro e a guerra de 1914, proporcionaram um dos mais importantes conjuntos de memórias da literatura portuguesa.”²¹⁰ Júlio Brandão é colocado ao lado de Trindade Coelho, Alberto de Oliveira, Basílio Teles, Sampaio Bruno, Manuel Laranjeira, Brito Camacho, Teixeira Gomes, Carlos Malheiro Dias, Raul Brandão ou de Albino Forjaz de Sampaio.

1980 • Contos Escolhidos. Júlio Brandão. Porto: Lello & Irmão, 1980. 223 p. (Lusitânia)

BFCM SI3.

BMCCB/FL. Reg. n.º 2618. 869.0-3 BRA (Literatura: romance, conto, novela).

- Solilóquios. Sonetos póstumos. António Carneiro; prolog. Júlio Brandão. 2.ª ed. [s. l.: s. n.], 1980 (Porto: Costa Carregal).

BN RES. 2748 V. 821.134.3-1°19°

BPMP E6-10-106

1981 • A Noite de Natal. Júlio Brandão, Raúl Brandão; Leitura, introd. e notas por José Carlos Seabra Pereira, seguido de um estudo sobre Julio Brandão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981. 249 p. (Biblioteca de autores portugueses).

Introdução: «*Raúl Brandão e Julio Brandão na renovação literária dos fins do século XIX*». - Apêndice: «*A obra neo-romântica de Julio Brandão no século XX*».

BMCCB/FL. Reg. n.º 8146. 869.0-2 BRA (Literatura: teatro).

- O *Boletim Cultural* (n.º 2) da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, publica o texto “José Augusto Vieira”²¹¹.



▲ A Noite de Natal

²⁰⁵ Óscar Lopes – *História Ilustrada das Grandes Literaturas: História da Literatura Portuguesa: época contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987, p. 317.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 348.

²⁰⁷ p. 376.

²⁰⁸ P. 381.

²⁰⁹ pp. 547-548.

²¹⁰ P. 615.

²¹¹ Júlio Brandão – “José Augusto Vieira”. In *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 42-45.

1982 • Fernando Guimarães publica o estudo, na Imprensa Nacional Casa da Moeda, *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*. Contém as principais revistas e publicações literárias desde o aparecimento do Simbolismo até à actualidade (1980).

1987 • Óscar Lopes publica “Entre Fialho e Nemésio: estudos de literatura portuguesa contemporânea”.

Talvez se torne mais reconhecível o caminho que tomaram António Nobre e o neogarrettismo teórico e verificarmos num dos mais produtivos nefelibatas, Júlio Brandão (Vila Nova de Famalicão, 1869-Porto, 1947), a persistência de uma estética romântica sentimental e folclorizante a que o simbolismo vem a servir, apenas, como exercício flexibilizador do estilo. A obra em que este autor mais se ajusta ao gosto então inovador, *O Livro de Aglais*, prefaciado por Junqueiro, sai no mesmo ano de 1892 em que ele publica, na *Revista de Portugal*, a novela naturalista *Farmácia Pires*. Na verdade, o seu simbolismo reduz-se facilmente a ingredientes apontados nos primeiros imitadores portugueses e que entretanto Eugénio de Castro e António Oliveira Soares tinham assimilado melhor: ingredientes meramente sufixais (elisial, bilial, serpental, oirescente, nectarizar); ingredientes versificatórios (rimas internas, aliterações, bipartição assimétrica do alexandrino); renovação muito padronizada do adjectivo e da metáfora (alvira, pucelar, túnica beleza, fulcro e latejante amor, a aurora é um ponche salutar, retemperante); da exaltação com exuberante imaginária exótica, à maneira do *Cântico dos Cânticos*, de uma oriental mulher; mistura de invocações religiosas, sobretudo à Virgem Maria, com o lirismo amoroso. Mas, por outro lado, não só o alexandrino acusa por vezes nítida referência rítmica do seu consagrado prefaciador, como, pelo seu fundo temático, o livro está muito preso às tradições criadas. Com efeito, o tema predominante no final do livro é o da morte e enterro da amada, cujo orientalismo convencional é cada vez menos persuasivo e o estilo romântico popularizante desdobra-se com frequência através de uma rala superfície decadente, muitas composições são mesmo imitadas do romancelheiro ou inspiradas num amor de enquadramento moral, e nem nessas nem outras poesias o luxo da imaginária joalheira litúrgica, hagiológica, consegue disfarçar um interesse dominante no enredo ou situação sentimental. Até uma referência longa a Verlaine, como religioso «poeta da Sagesse» o aproxima de um certo ingénuo e velhinho António minhoto, mendigo e dizedor numa retrospectiva à infância que afina pela situação portuguesa, já achada por António Nobre, para uma estética decadente.

Não nos surpreende portanto que os subseqüentes livros de poesias de Júlio Brandão, a partir de *O Jardim da Morte*, 1898, se estabilizem entre o descritivismo pamasiiano, o drama sentimental e os motivos populares minhotos; e que os seus volumes de novelas e contos, ora regressem ao mais derrocado romantismo passional (exemplo típico: *Maria do Céu*, novela narrada em apaixonadas Cartas de Marcelo, o protagonista), ora encontrem os seus melhores assuntos em casos estéticos de cenário moral, em narrativas ao gosto do romancelheiro e em recordações (ver o volume de Contos Escolhidos pelo próprio autor). E foi decerto este pendor saudosos sentimental que lhe inspirou os dois importantes livros de memórias: *Galeria das Sombras* e *Desfolhar dos Crisântemos*.²¹²

1988 • Fernando Guimarães publica um ensaio e uma antologia intitulado *Ficção e Narrativa do Simbolismo*, publicado pela Guimarães Editores. Inclui de Júlio Brandão *Um Velho Conto*, extraído do livro *Figuras de Barro* e o manifesto *Os Nefelibatas*.

- O *Boletim Cultural* (n.º 8) da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão publica as cartas de Júlio Brandão ao Senador Sousa Fernandes, entre os anos de 1912 a 1927. Em algumas delas faz Júlio Brandão referência à polémica com Teixeira de Pascoaes²¹³.

1989 • Isabel Pires de Lima publica, na Guimarães Editores, *Trajectos: o Porto na memória naturalista*. Para além do prefácio, com um estudo da estética naturalista, o livro contém uma antologia do conto naturalista. Júlio Brandão aparece publicado com dois contos: i) *Noite de Teatro no Baquet* e ii) *Numa Noite de S. João*.



▲ *Ficção e Narrativa do Simbolismo*

²¹² Óscar Lopes – *Entre Fialho e nemésio: estudos de literatura portuguesa contemporânea* – I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987, pp. 65-66.

²¹³ Júlio Brandão – “Correspondência para o Senador Sousa Fernandes”. In *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão, n.º 8 (1988), pp. 177-182.

A antologia que se segue foi estabelecida a partir de romances de seis autores, que não podemos genérica e simplificadoramente classificar de realistas-naturalistas. Bastará constataremos que entre os textos seleccionados encontram-se alguns de autoria de Camilo e Júlio Dinis, cujas obras estão muito ligadas a uma prática estética romântica, independentemente do que ficou dito do segundo, ou de Carlos Malheiro Dias e João Grave, que podem já considerar-se epígonos do naturalismo, passando por um Júlio Brandão, cuja obra se aproxima sobretudo dos decadentistas-simbolistas, pesem embora, os ecos naturalistas presentes nalguma da sua obra em prosa.

Isabel Pires de Lima

1990 • Fernando Guimarães publica o estudo, na Imprensa Nacional Casa da Moeda, *Poética do Simbolismo em Portugal*. Contem uma antologia de textos teóricos e poéticos. Júlio Brandão aparece antologado com os poemas *Soror Celeste*, publicado em *O Intermezzo*, e um outro de *O Livro de Aglais*: “Os sinos finos a repicar”.

• É publicada uma antologia do *Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930*, coordenada por Ana Maria Costa Lopes, publicada pela Universidade Católica Portuguesa. Júlio Brandão tem dois contos seleccionados e publicados: i) *A História de Mariana* e ii) *Outro Milagre de Santo António*.

• É publicada uma antologia sobre a *Poesia Simbolista Portuguesa*, com apresentação crítica, selecção, notas e linhas de leitura de Fernando Cabral Martins. Esta antologia está incluída na colecção *Textos Literários*, fundada por Maria Alzira Seixo. Contém uma poesia de Júlio Brandão seleccionada, extraída do *Livro de Aglais* (“Venho também pedir, como um tropeiro antigo”). Está também incluído o famoso opúsculo e manifesto *Os Nefelibatas*.



▲ *Poética do simbolismo*

A importância deste poema é, com alguns outros do mesmo livro, sobretudo o intitulado *Aglais*, fazer emergir das imagens do cristianismo, sistematicamente glosadas, ou da referência muito presente ao Romantismo e ao Parnasianismo, um tom e um ambiente novos. É outra a figuração da mulher, outra a significação do amor, e outro aquele que ama. O «eu» não fica centrado em sentimentos ou focado em imagens, mas familiariza-se com o «Mistério». Guerra Junqueiro, o prefaciador deste primeiro livro de Júlio Brandão, com tecer-lhe os elogios a que a situação se presta, não evita censurar-lhe as liberdades e bizarras, por vezes com inusitada veemência.

Júlio Brandão foi um dos autores de *Os Nefelibatas*²¹⁴.

• A revista trimestral de cultura *Nova Renascença*, do Porto, publica um volume dedicado ao Simbolismo. Contém ensaios sobre o simbolismo português, brasileiro, francês, belga e espanhol, o Simbolismo na obra de Rainer Maria Rilke, W. B. Yeats e, finalmente, estuda a mitologia no simbolismo. Interessa-nos particularmente os estudos de José Carlos Seabra Pereira²¹⁵, Óscar Lopes²¹⁶ e de José Augusto Seabra²¹⁷, já que se relacionam directamente com Júlio Brandão.

• Amadeu Gonçalves. “Júlio Brandão e a Crítica”²¹⁸.

1991 • A Escola Preparatória Júlio Brandão efectua uma homenagem ao patrono com a construção de um painel em cerâmica, construído pelo Clube de Cerâmica, tendo sido inaugurado em 1 de Julho.

• É republicado a texto manifesto dos *Nefelibatas*.

²¹⁴ Cf. “Poesia Simbolista Portuguesa”. Apresentação crítica, sel. e notas e linhas de leitura Fernando Cabral Martins. Lisboa: Editorial Comunicação, 1990, pp. 122.

²¹⁵ José Carlos Seabra Pereira. “A Condição do Simbolismo em Portugal e o Litígio das Modernidades”. In *Nova Renascença*. Porto (Verão 1989-Verão 1990), pp. 143-156.

²¹⁶ Óscar Lopes. “O Simbolismo no Porto”. In *Nova Renascença*. Porto (Verão 1989-1990), pp. 163-168.

²¹⁷ José Augusto Seabra. “Entre Dois Exílios: de António Nobre a Mário de Sá-Carneiro”. In *Nova Renascença*. Porto (Verão 1989-Verão 1990), pp. 179-189.

²¹⁸ In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 10/11 (1990-1991), pp. 139-146.

O Centenário do Simbolismo em Portugal: duas curiosidades bibliográficas²¹⁹

Um Feixe de Plumas e *Os Nefelibatas* são duas publicações, hoje extremamente raras, que surgem no limiar dos anos 90 e que estão relacionadas com o movimento simbolista tal como ele se afirmou na vida literária do Porto, sendo esta sua afirmação, portanto, quase paralela à que ocorreria no ambiente coimbrão.

Um Feixe de Plumas é um jornal de quatro páginas, em que se atribui a vários autores, consagrados ou não, textos que seriam de sua autoria; trata-se, no entanto, de *pastiches* literários. Poderíamos, entre os nomes mais sonantes, referir os de Guerra Junqueiro, António Feijó, Oliveira Martins, João de Deus, Sampaio Bruno, Teófilo Braga, Gomes Leal, Eça de Queirós, Fialho, António Nobre ou João Penha. *Os Nefelibatas* é um opúsculo de 28 páginas onde se descreve, sob uma forma marcadamente fictícia, o ambiente de um círculo de escritores e artistas plásticos relacionados com o nascente movimento simbolista, tendo alguns deles – o caso de Luís de Borja, que é apresentado como autor do opúsculo, R. Maria e K. Maurício – uma existência fictícia.

Um dos confessos escritores que esteve ligado à elaboração dessas duas publicações, Júlio Brandão, dá-nos algumas indicações preciosas para, assim, devassarmos as circunstâncias em que elas apareceram. É em *Galeria das Sombras* – um livro que se aproxima do memorialismo literário – que Júlio Brandão se refere à leitura de *Um Feixe de Plumas*, o qual, trazendo a data de 1 de Abril de 1890, se apresenta como um engano que esse dia consagra.

Os seus vários colaboradores – «quase todos com menos de vinte anos», como confidencia Júlio Brandão – que concorreram para a elaboração dos *pastiches* de *Um Feixe de Plumas* foram, além do próprio Júlio Brandão, D. João de Castro, José Sarmento, Castro Alves, Vieira Correia, Domingos Guimarães e Eduardo Lopes.

Em *Galeria das Sombras* também encontramos algumas informações acerca de *Os Nefelibatas*. Este opúsculo surge a partir da tertúlia dos nefelibatas – sendo assim designados, como se sabe, os seguidores do movimento simbolista – que se formou no Porto e se reunia geralmente na casa do pintor Inácio de Pinho. Justino de Montalvão, ao publicar na revista *A Arte* (2.º ano, Porto, 1898, p. VI) um artigo sobre Raul Brandão, refere-se à colaboração que com ele manteve na confecção de *Os Nefelibatas*; num artigo escrito posteriormente e publicado em *O Primeiro de Janeiro* (18 de Dezembro de 1902) aparece o nome de Júlio Brandão como sendo também um dos autores.

Qual o significado destas duas publicações? Trata-se, sem dúvida, de dois textos marginais do nosso Simbolismo, dado que, ao surgirem num ambiente que se diria de mistificação literária, deixam apenas entrever algumas linhas inovadoras, deixam apenas entrever algumas linhas inovadoras desse movimento. O caso de *Um Feixe de Plumas* chega mesmo a ser, sob este ponto de vista, desencorajante, pois os *pastiches* dos poetas que surgirão ligados ao simbolismo – D. João de Castro, João de Meneses, Júlio Brandão, António Nobre – pouco significativos são quanto a tal aspecto. Curiosamente, as poesias melhor conseguidas estilisticamente são as que aparecem com a assinatura de Xavier de Carvalho – poema esse marcado por um tom à Baudelaire – e de António Feijó; isto é, os *pastiches* mais felizes reportam-se a autores que, não andando longe de uma certa estesia simbolista, pertencem, contudo, a um tipo de criação literária que lhe é efectivamente anterior.

No fundo, o objectivo dos *pastiches* de *Um Feixe de Plumas* é criar um conjunto de efeitos que decorrem de uma perseguida, mas nem sempre atingida, comicidade. Estes provêm do aproveitamento de estilemas próprios dos autores imitados (os quais são particularmente fortes no caso de Junqueiro, Sampaio Bruno e João Penha), de ideogramas facilmente identificáveis (o anticlericalismo de Heliodoro Salgado, o feminismo de Maria Amália Vaz de Carvalho, etc.), de pseudo-identificação através de títulos dos textos ou de personagens (é o caso do poema «Prometeu» e Guerra Junqueiro, numa altura em que o autor anunciava o *Prometeu Libertado*; de uma tradução do *Intermezzo* de Heine atribuída a Joaquim de Araújo, que preparava um conjunto dessas versões publicadas em livro em 1891; do título «D. Sebastião», numa altura em que D. João da Câmara preparava o seu *Alcácer-Quibir* (1891); da referência a Fradique Mendes num excerto assinado por Eça) ou do modo como se joga com os títulos das obras de onde proviriam os textos e que são meramente fictícios (recurso ao oxímoro no caso de «Tristeza de Alegria» ou «Noites de Sol»; recurso ao equívoco em termos de sinonímia no caso de «Bases» atribuído a António Nobre e que, como é evidente, corresponde ao título – *Alicerces* – que o poeta escolheu para uma prometida, mas gorada, publicação dos seus primeiros versos).

Mas há outros efeitos de comicidade a considerar. O texto de Fialho de Almeida é apresentado – explorando-se, aqui, um evidente valor de *nonsense* – como «recordações duma “próxima” viagem a Espanha». Por sua vez, o de

²¹⁹ Fernando Guimarães – “O Centenário do Simbolismo em Portugal: duas curiosidades bibliográficas”. In *Colóquio-Letras*. Lisboa, n.º 119 /Jan.-Mar. 1991), pp. 191-193.

Tomás Ribeiro resume-se a uma carta em que o poeta se desculpa de não ter, naquele momento, possibilidade de colaborar. Como se vê, neste último caso o *pastiche* – tomando-se em consideração a sua forma anódina – é representado, fundamentalmente, pela sua ausência enquanto tal, o que manifesta, sem dúvida, uma figuração irónica mais habilmente conseguida.

Os *Nefelibatas* trazem até nós o que poderia ser considerado como a criação cenográfica de um ambiente literário vivido pelos nossos então jovens poetas finisseculares, embora não seja difícil reconhecer que tal vivência é já produto da sua própria imaginação, a qual ia buscar à nevrose, ao satanismo o que seria a sua maneira peculiar de se exprimirem.

A sua leitura confronta-nos com a presença de alguns escritores cuja obra é, neste opúsculo, devidamente apreciada ou caracterizada. São, entre outros, alguns dos autores que se notabilizaram no desenvolvimento do nosso Simbolismo, como é o caso de Alberto de Oliveira, D. João de Castro, Júlio Brandão, Raul Brandão, António Nobre, Alberto Osório de Castro, João Barreira, Camilo Pessanha, Eugénio de Castro, António de Oliveira Soares. Há também, como já referimos, autores fictícios. Destes é bem conhecido K. Maurício, um *alter ego* de Raul Brandão; outro caso curioso é o de R. Maria, que colabora com um soneto dedicado a Luís de Borja, soneto esse que se encontra precisamente à entrada do livro cuja autoria é a este último atribuída. Estamos, pois, em face de um modo de encenar o *fingimento*...

Outro aspecto a considerar diz respeito ao vocabulário e às imagens que ocorrem neste texto; aqui, ao contrário do que acontece em *Um Feixe de Plumas*, há um significativo recurso aos raros vocábulos, aos neologismos, aos sintagmas em que se concentram insólitas associações (por exemplo: «interiores de estupro», «livro actual», a «cancro-existência», etc.).

Foi assim que, em duas obras hoje pouco conhecidas, um grupo de poetas ligados ao nascente Simbolismo mostrou o seu interesse pela paródia e pelo *pastiche*, isto é, por formas que privilegiam uma multiplicidade de aspectos que aparecem mais ou menos desfocados na superfície textual, como e, deste modo, se começasse a reivindicar para a própria literatura uma específica função de ambiguidade.

- 1992 • A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Escola Preparatória Júlio Brandão efectuem a comemoração do centenário de publicação do *Livro de Aglais*, destacando-se as seguintes actividades: i) o colóquio *Júlio Brandão Poeta do Simbolismo* pelo ensaísta Fernando Guimarães e a publicação da *Gazeta de Famalicão*, coordenada por Artur Sá da Costa e Amadeu Gonçalves.

i) A edição do jornal «Gazeta de Famalicão» é um pretexto para uma homenagem ao poeta e escritor famalicense Júlio Brandão, que vê este ano «O Livro de Aglais» comemorar o centenário da sua publicação.

Júlio Sousa Brandão, mais conhecido por Júlio Brandão, é um dos poetas mais representativos do movimento simbolista, com expressão significativa em «O Livro de Aglais», que no dizer de Trindade Coelho é «um encanto, um mimo de simplicidade e de ternura... executado com arte refinadíssima...», publicado em 1892, com prefácio de Guerra Junqueiro, revelando os traços que caracterizarão a obra posterior do poeta segundo observa Óscar Lopes.²²⁰

ii) O centenário da publicação de «O Livro de Aglais», do escritor famalicense Júlio Brandão, que este ano se celebra, foi agora objecto de um número especial do jornal «Gazeta de Famalicão», inteiramente dedicado àquela figura literária que viveu entre 1869 e 1947, tendo falecido no Porto. Júlio Brandão é também o patrono de uma escola preparatória de Famalicão, que no ano passado elaborou um painel de cerâmica evocativo do escritor e que foi inaugurado em 1 de Julho. Os alunos da Escola Preparatória Júlio Brandão entrevistaram as filhas do escritor e inseriram ainda neste número da «Gazeta» editada sob responsabilidade municipal, textos diversos (nomeadamente um conto e uma memória sobre a casa de Camilo em S. Miguel de Ceide). A evocação do que é considerado o maior poeta de Famalicão teve lugar em Abril último. Este número da «Gazeta de Famalicão» recolhe ainda uma série de depoimentos sobre a obra do escritor nomeadamente de Fernando Guimarães, Isabel Pires de Lima, Óscar Lopes, Nuno Simões, Padre Benjamin Salgado e também de Trindade Coelho que, a propósito de «O Livro de Aglais» diz tratar-se de «um



▲ *Gazeta de Famalicão*

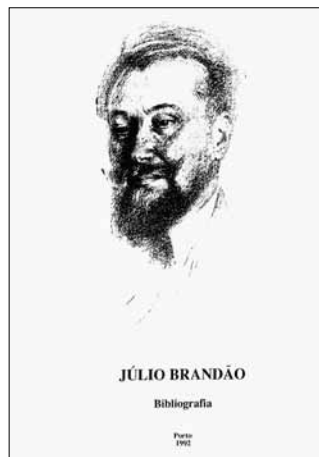
²²⁰ In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa (28 Abr. 1992), p. 2.

mimo de simplicidade e de ternura». Todos o consideram um autor próximo dos decadentistas, dizendo Óscar Lopes que a sua obra evoluiu «para o sentimentalismo e para a inspiração no romanceiro rural». Guerra Junqueiro foi, há um século, o prefaciador de «O Livro de Aglais». ²²¹

- O jornal bracarense *Diário do Minho* (12 Ago. 1992) efectua a transcrição da biografia “Júlio Brandão: um poeta e escritor famalicense”, da *Gazeta de Famalicão*.
- Paula Lamego. “Júlio Brandão: bibliografia”.



▲ Paula Lamego, 1992



▲ Paula Lamego, 1992

1993 • Amadeu Gonçalves apresenta a organização do livro *Júlio Brandão e a Nova Alvorada*, no qual publica a Bibliografia Activa e Passiva de Júlio Brandão na revista de Vila Nova de Famalicão *Nova Alvorada*.

1995 • É publicado um estudo de Xesús Alonso Montero sobre a *Revista Internacional O Soneto Neo-Latino* com o título *O Soneto Neo-Latino (Vila Nova de Famalicão, 1929-1933): estudo dunha revista poética singular, especialmente das colaboracións galegas na Revista Anuario de Estudos Literarios Galegos* ²²².

1996 • Albino Baptista. “Júlio Brandão: “À Cata do El Dorado”; uma análise circunstanciada e/ou um percurso”.

• ALONSO MONTERO, Xesús *Soneto Neo-Latino*. [Introd.] J. Santos Simões. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1996.



▲ O Soneto Neo-Latino

1997 • Em 3 de Dezembro é apresentada na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco a separata do estudo de Xesús Alonso Montero. Para o efeito, foi efectuada uma exposição das obras existentes no Fundo Local sobre Júlio Brandão e Álvaro de Castelões e um *dossier* bibliográfico sobre ambos.

No lançamento de uma brochura, do professor universitário galego Xesús Alonso Montero, foi revivida a época de ouro da poesia famalicense e da revista “Soneto Neo-Latino”, publicada de 1929 a 1933, um dos raros documentos que incluem poetas da Galiza e que foi dirigida por Júlio Brandão e Álvaro de Castelões. Ambos foram lembrados em sonetos declamados por Carmen e João Regueiras.

O docente da Universidade de S. Tiago de Compostela, num tom humorado e numa linguagem que definiu geograficamente entre a Galiza e o Minho português, lançou uma ideia algo inusitada: a de chamar a Vila Nova de Famalicão a Vila Nova do Soneto, o que provocou uma gargalhada geral mas que o autor soube justificar, colocando o soneto “ao microscópio”.

“O soneto é uma figura literária que está desafiando constantemente muitos poetas. O soneto vale por um grande poema. Os versos passam, mas os sonetos ficam. O soneto nasceu católico, latino e europeu.”

²²¹ “Edição de um Jornal do Centenário. Poeta Júlio Brandão Recordado em Famalicão”. In *Jornal de Notícias* (11 Maio 1992).

²²² Xesús Alonso Montero - “O Soneto Neo-Latino (Vila Nova de Famalicão, 1929-1933): estudo dunha revista poética singular, especialmente das colaboracións galegas”. In *Anuário de Estudos Literarios Galegos* (1995), pp. 11-37.

Pretendendo deixar pistas para investigação, o professor Alonso Montero pediu aos representantes locais que procurassem os baús das famílias de Júlio Brandão e Álvaro de Castelões, porque podem encontrar algumas novidades.

Enquadrando o soneto no século XIII em Itália, o seu desenvolvimento conduziu a esta ideia inédita dos dois literatos famalicenses, em lançarem uma revista internacional sobre o soneto neo-latino.

Simultaneamente, utilizando um humor requintado – mas sem melindre –, afirmou ter a separata (a brochura) há poucos minutos. “Creio que estão em campanha eleitoral”. Agradecendo o trabalho desenvolvido por Artur Sá da Costa (Directo da Casa da Cultura), de Amadeu Gonçalves (técnico do Fundo Local da Biblioteca) e de Santos Simões (Sociedade Martins Sarmento), o intelectual galego classificou que havia na história dos grandes sonetistas portugueses três grandes autores: Luís de Camões, Bocage e Antero de Quental.

O professor tem uma colaboração no jornal “Voz de Galicia” e prometeu que vai fazer um artigo intitulado “Vila Nova do Soneto”.²²³

- VILA NOVA DE FAMALICÃO. CÂMARA MUNICIPAL
Antologia de autores famalicenses. Apresent. Agostinho Fernandes: Introd. Comissão Org. V. N. Famalicão: Câmara Municipal, 1998.
- Biografias de autores famalicenses. Apresent. Agostinho Fernandes; Org. Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. V. N. Famalicão: Câmara Municipal, 1998.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. CÂMARA MUNICIPAL
Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Uma aproximação aos autores famalicenses: Catálogo da exposição. Coord., invent., textos Artur Sá da Costa... [et. al.]; exp. cat. Amadeu Gonçalves. V. N. Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1998.

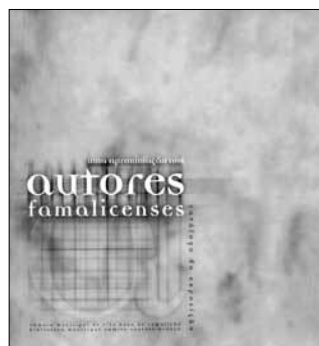
- 1999** • Fernando Guimarães reedita, na Lello Editores, efectuando paralelamente a introdução, a três volumes antológicos de Júlio Brandão, nomeadamente *Prosa*, (*Maria do Céu: Cartas de Marcelo* e *Contos Escolhidos*), *Poesia* (*O Livro de Aglais*, *Saudades*, *O Jardim da Morte* e alguns poemas de *Nuvem de Ouro* e *Cantares*) e *Memórias e Crítica Literária*, volumes incluídos na colecção *Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Século XX*.
- *Obras de Júlio Brandão: Poesia – I*. Edição Fernando Guimarães. Introd. Fernando Guimarães. Porto: Lello Editores, 1999.
 - *Obras de Júlio Brandão: Prosa – II*. Edição de Fernando Guimarães. Introd. Fernando Guimarães. Porto: Lello Editores, 1999.
 - *Obras de Júlio Brandão: Memória e Crítica Literária*. Edição Fernando Guimarães. Introd. Fernando Guimarães. Porto: Lello Editores, 1999.



▲ Antologia

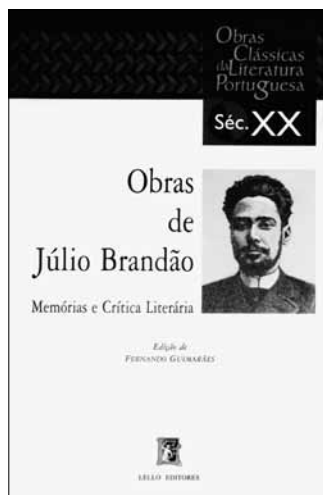


▲ Biografias



▲ Catálogo da exposição

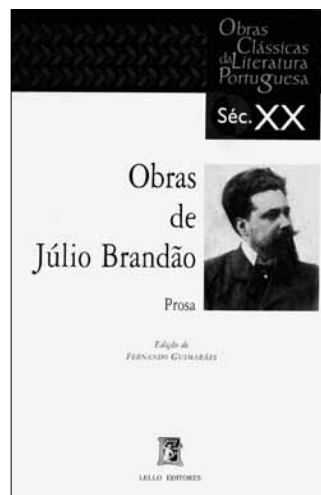
²²³ Filipe Oliveira - “Vila Nova do Soneto” no Prémio Alberto Sampaio”. In *Jornal de Notícias*. Porto (7 Dez. 1997), p. 34.



▲ Obras, Memórias



▲ Obras, Poesia



▲ Obras, Prosa

2000 • Maria Adelaide Valente. “A Harpa de Cristal: ensaio sobre Júlio Brandão”.

2001 • É publicada uma antologia de poesia portuguesa sobre o *Simbolismo, Saudosismo e Modernismo*, uma obra patrocinada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e editada pelas Edições Quasi, antologia organizada por Fernando Guimarães. De Júlio Brandão contém a poesia *Epílogo*.

Nasceu em 1869. Participa nos encontros e iniciativas do grupo simbolista do Porto, colaborando, por volta de 1890 e 1891, na publicação do número único do jornal *Um Feixe de Plumais*, onde se reúnem *pastiches* atribuídos a vários autores mais ou menos consagrados, e do opúsculo *Os Nefelibatas*, onde se retrata ficcionalmente o ambiente boémio em que os principais escritores simbolistas

aparecem. O modo como adere às novas correntes é, de certo modo, na medida em que na sua poesia defluiu uma sensibilidade tardo-romântica que acabará por predominar²²⁴.

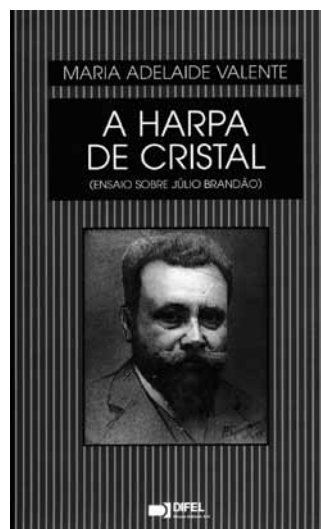
2005 • É anunciado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão a actividade cultural denominada *Gentes da Terra Famalicão 2005 Ciclo de Conferências*.

i) “Gentes da Terra” em Ciclo de Conferências. In *Opinião Pública*. V. N. de Famalicão (1 Abr. 2005), p. 9.

Dar a conhecer a vida e a obra de algumas das mais consagradas personalidades famalicenses que se distinguiram em diversas áreas e deram um contributo notável, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, para a afirmação e projecção de Famalicão. É o principal objectivo do ciclo de conferências “Gentes da Terra”, que começa hoje e



▲ *Simbolismo, Saudosismo e Modernismo*



▲ *Harpa de cristal*

²²⁴ “Antologia de Poesia Portuguesa do Século XX: Simbolismo, Saudosismo e Modernismo”. Introd., sel. Fernando Guimarães. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2001, p. 46.

termina durante o mês de Setembro, no âmbito das comemorações dos 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos de fundação do concelho e 20 anos da elevação a cidade.

O ciclo de conferências, segundo o presidente da Câmara Municipal, visa “homemear dezoito personalidades que marcaram épocas e evidenciaram actividades fundamentais para o desenvolvimento e projecção do concelho”. As conferências, que irão decorrer em vários locais do concelho, sempre que possível nas terras ou casas onde nasceram e viveram as personalidades, irão abordar vários painéis temáticos, desde os republicanos, historiadores e aristocratas, passando pelos empresários, poetas, eclesiásticos e novelistas – sempre encabeçados por uma figura com notoriedade nacional. Um moderador coordenará cada sessão. Em simultâneo com o ciclo de conferências serão promovidas diversas actividades, como recitais de poesia, música e exposições, entre outras, relacionadas com a vida e a obra das figuras abordadas.

Este projecto contempla ainda a publicação de livros de e sobre algumas das personalidades estudadas, nomeadamente “Vila Nova Entre Dois Forais”, de Benjamim Salgado, e “A Justiça”, de Vasco de carvalho, bem como investigações pioneiras e referências obrigatórias nos estudos do Foral de D. Sancho I e da criação do município de Famalicão, em 1835, respectivamente.

ii) “Ciclo “Gentes da Terra” Debateu Poetas de Famalicão”. In *Diário do Minho*. Braga (26 Jun. 2005), p. 12.

«Júlio Brandão foi, antes de mais, um grande criador da poesia lírica». Foi com base nesta premissa que José Carlos Seabra Pereira, professor da Universidade de Coimbra iniciou mais uma conferência do ciclo “Gentes da Terra”, que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Castelões e versou sobre os poetas famalicenses, Júlio Brandão e Álvaro de Castelões.

Para o académico, Júlio Brandão destacou-se também no conto, na crónica e até secundariamente na novela e no romance, mas foi «nas novas colectâneas líricas do final do século XIX, que mais se destacou. Foi nas realizações poéticas de sentido decantista e simbolista de autores como António Nobre e Camilo Pessanha, ao mesmo tempo apreciadas por Guerra Junqueiro a cuja magistratura se juntou a de Garrett e a de Camilo Castelo Branco, que a sua obra ganha nas primeiras décadas do século XX.»

Segundo o orador convidado, os traços gerais que caracterizam a «diversificada obra» de Júlio Brandão são essencialmente o de «conciliar o espírito de integração na renovação estético-literária de fim-de-século (integrando com papel de relevo a dinâmica dos nefelibatas portugueses e dirigindo a “Revista de Hoje”) com as tendências tradicionais da poesia portuguesa, tanto no aspecto temático como formal».

A conferência sobre Júlio Brandão destacou-se pela reavaliação do valor e importância, que José Carlos Seabra Pereira fez da obra poética, mais do que a ficção do poeta famalicense. O conferencista é também o académico que até hoje mais estudou e escreveu sobre Júlio Brandão.

2006 • A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em parceria com as Edições Quasi, publica o livro *Gentes da Terra* (incluído na colecção *Biblioteca de Oito Séculos*, com a direcção de Artur Sá da Costa), o qual contém as conferências do ciclo com o mesmo nome e realizado no ano transacto. Temos aqui o ensaio de José Carlos Seabra Pereira com o título *Júlio Brandão, Troveiro e Nefelibata*.

2007 • “Escola Júlio Brandão evoca... Júlio Brandão”. In *O Povo Famalicense*. V.N. Famalicão (26 Jun. 07), p. 16.

Bibliografia passiva Júlio Brandão

Artigos

AGOSTINHO, José – “Júlio Brandão”. In *Germinal*. Porto, Ano 1, n.º 5 (1901), pp. 65-67

ALMEIDA, Eduardo de – “Registo bibliográfico”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, n.º 33 (1923), p. 80.

AMORIM, Guedes – “O Escritor e o monumento”. In *O Século Ilustrado*. Lisboa. (8 Jan. 1949).

——— “Assinalados Brilhantemente pelo Município Famalicense os Centenários do nascimento de Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho e Eternizada no Bronze a Memória de Álvaro Marques”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10. n.º 497 (4 Out. 1969).

P. Benjamim Salgado. “Júlio Brandão e a sua Obra”.

- “Auto de Entrega”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.º 2838 (2 Abr. 1950), pp. 2-4.
- BALTAR, Gaspar – “Júlio Brandão”. In *O Comércio do Porto*. Porto. (7 Abr. 1948).
- BAPTISTA, Albino – “Júlio Brandão “À Cata do El Dorado”: uma análise circunstanciada e/ou um percurso”. In *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão, n.º 14 (1996), pp. 35-41.
- “Bibliografia. “Garrett e as Cartas de Amor”, por Júlio Brandão”. In *O Porvir*. Vila Nova de Famalicão, Ano 18, n.º 316 (26 Fev. 1914), p. 3.
- BOTELHO, Abel – “«A Noite de Natal»”. In *Brasil-Portugal*. Lisboa. (1 Jan. 1899).
- BRAMÃO, Alberto – “Julio Brandão: a propósito do seu recente livro «Bustos e medalhas»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto. (23 Fev. 1926).
- BRANDÃO, Raúl – “«O Livro de Aglais», por Júlio Brandão”. In *Revista de Portugal*. Porto. 4 (1892)., pp. 813-814.
- “O Nefelibata Júlio Brandão”. In *Novidades*. Lisboa. n.º 2464 (28 Abr. 1892).
- “Sextas-Feiras. Teatro e Actores”. In *Correio da Manhã*. Lisboa (17 Maio 1895).
- C., J. – “«Recordações dum velho poeta», Júlio Brandão”. In *Boletim Cultural*. Porto. (Out./Jun. 1944).
- CAMPOS, Astério de – “Um escritor da velha e nova geração”. In *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. (1 Jul. 1943).
- CARVALHO, Sebastião de – “Júlio Brandão: Farmácia Pires (contos)”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 6, n.º 3 (Jun. 1896), p. 120.
- CARVALHO, Vasco de – “Morreu um Poeta”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 52, n.º 2684 (20 Abr. 1947), pp. 1-2, 6.
- “O Poeta Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.º 2838 (2 Abr. 1950), p. 6.
- CASTRO, Alves – “Júlio Brandão”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 9, n.º 6 (Mar. 1901), p. 43.
- “Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 8, n.º 397 (22 Mar. 1903), p. 1.
- “Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 25, n.º 1118 (11 Mar. 1917), p. 1.
- CASTRO, D. João de – “Júlio Brandão”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (27 Abr. 1947), pp. 1, 5.
- “«Maria do Céu», por Julio Brandão”. In *O Dia*. Lisboa. (Jun. 1917).
- “«Miniaturistas portugueses»”. In *Diário Português*. Rio de Janeiro. (18 Nov. 1933).
- “«Saudades», por Júlio Brandão”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão. Ano 3, n.º 10 (1894), pp. 75-76.
- CELSO – “O Meu Domingo: Julio Brandão”. In *Jornal de Notícias*. Porto. (20 Fev. 1938).
- “Centenários de Dois Poetas Famalicenses”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 8, n.º 418 (23 Mar. 1968), pp. 1-2. – “O Centenário do Nascimento de Júlio Brandão Poeta e Prosador Famalicense Ocorre Hoje”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 21, n.º 1063 (9 Ago. 1969), p. 1.
- COELHO, Trindade – “«Saudades», Júlio Brandão”. In *Boletim Bibliográfico da Revista Nova*. Lisboa, n.º 2 (Dez. 1893), p. 27.
- “Os Poetas novos: Eugénio de Castro, Oliveira Soares, Alberto de Oliveira, D. João de Castro, Júlio Brandão, António Nobre”. In *Revista Ilustrada*. Lisboa, Ano 3, n.º 48 (31 Mar 1892), pp. 64-65, 68.
- “Com Dignidade e Simplicidade Abriu-se Nesta Terra o Ciclo Comemorativo do 1.º Centenário do Nascimento do Escritor e Poeta Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 490 (16 Ago. 1969).
- P. Benjamim Salgado. “Mensagem de um Poeta”.
- COSTA, Emília Sousa – “Julio Brandão: página íntima”. In *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro. (17 Maio 1936).
- COSTA, Joaquim – “O Poeta Júlio Brandão”. In *O Tripeiro*. Porto. Ano 2, n.º 12 (Abr. 1947), pp. 270-289.
- DANTAS, Júlio – “Os Isolados”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (18 Set. 1947), pp. 1, 3.
- “Quintas-Feiras: um livro de Julio Brandão”.
- «Desfolhar dos crisântemos». *O Primeiro de Janeiro*. Porto(30 Jun. 1938).
- “Quintas-Feiras: «Miniaturistas portugueses»”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (30 Nov. 1933).
- DARQUE, Sérgio – “Aperitivos. Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 8, 7.

- DIAS, Gonçalves – “«Maria do Céu», por Júlio Brandão”. In *Germinal*. Porto, n.º 9 (1902), pp.157-158.
- DINIS, Almáquio – “«Figuras de Barro», por Julio Brandão”. In *Jornal da Baía*. Rio de Janeiro, n.º137 (1910).
- “È Amanhã Inaugurado o Monumento a Júlio Brandão”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 54 (8 Abr. 1950), p. 2.
- “O Escritor Júlio Brandão”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 2, n.º 53 (1 Abr. 1950), pp. 4, 2.
- FERNANDES, Sousa – “Bibliografia. Saudades”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 3, n.º 10 (1894), pp. 83-84.
- FERNANDO, Aurélio – Terra Nossa. Berço de Poetas. Aurélio Fernando. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1969.
BN L. 20006 V.
- FERREIRA, Joaquim – “Júlio Brandão”. In *O Tripeiro*. Porto, Ano 5, n.º 11 (Mar. 1950), pp. 245-248.
- GALLIS, Alfredo – “Os Nefelibatas”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (1892), pp. 133-134.
- GONÇALVES, Amadeu – “Os Contos de Júlio Brandão”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão, n.º 17 (4 Dez. 1991), p. 16.
- “Júlio Brandão: algumas opiniões e o sentido possível de uma escrita”. In *Correio do Minho*. Braga (20 Set. 1993).
- “Júlio Brandão e a Crítica”. In *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão, n.º 10-11 (1990-1991), pp. 139-146.
- “Júlio Brandão e Raul Brandão: para uma síntese das suas mútuas colaborações”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão, n.º 23 (15 Jan. 1992), p. 14.
- “Júlio Brandão e Teixeira de Pascoaes”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão, n.º 26 (5 Fev. 1992), p. 12.
- “Para uma Estética do Sublime e da Moral em Júlio Brandão”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão, n.º 22) 8 Jan. 1991), p. 14.
- “O Simbolismo Visto por Júlio Brandão”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão, n.º 15 (20 Nov. 1991), pp. 12-13.
- “O Soneto Neo-Latino”. In *Opinião Pública*. Vila Nova de Famalicão (12 Dez. 1997), p. 13.
- GUIMARÃES, Delfim – “Maria do Céu”, Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 8, n.º 385 (4 Jan. 1903), p. 2.
- “Maria do Céu, Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 8, n.º 387 (11 Jan. 1903), p. 2.
- GUIMARÃES, Fernando – “O Centenário do Simbolismo em Portugal: duas curiosidades bibliográficas”. In *Colóquio-Letras*. Lisboa, n.º 119 (Jan.-Mar. 1991), pp. 191-193.
- “Um Livro de versos”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 5, n.º 9 (1895), pp. 65-66.
- “Homenagem Póstuma ao Poeta Júlio Brandão no Centenário do seu Nascimento”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 21, n.º 1064 (16 Ago. 1969), p. 1.
- “Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 53, n.º 2735 (11 Abr. 1948), p. 4.
- “Júlio Brandão Apreciado pelos seus Pares”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 4-7.
- “Júlio Brandão: 1.º Centenário do seu Nascimento”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 8, n.º 416 (9 Mar. 1968).
- “Júlio Brandão, Narrador da Pequena História”. In *História*. n.º 59 (Set. 2003), pp. 66-67.
- “Júlio Brandão ou as Sombras que Desfilam”. In *História*. n.º 58 (Jul.-Ago. 2003), pp. 68-69.
- LIMA, Matias – “Contos Escolhidos”, por Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 23, n.º 1184 (23 Jun. 1918), p. 1.
- MALPIQUE, Cruz – “No centenário de Júlio Brandão: um representante do simbolismo em Portugal”. In *O Tripeiro*. Porto, Ano 9, n.º 10 (Out. 1969), pp. 309-311.
- “O Poeta e o Contista”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 1-2.
- MARTINS, Raúl – “«Bustos e medalhas» de Julio Brandão”. In *Pátria*. Rio de Janeiro. (4 Jul. 1926).
- MENDONÇA, Aníbal de – “Júlio Brandão, Cavaleiro Andante da Literatura”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 495 (20 Set. 1969), pp. 1-2.
- “Monumento a Júlio Brandão”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 1, n.º 38 (17 Dez. 1949), p. 4.

- OLIVEIRA, Alberto de – “O Livro de Aglais, por Júlio Brandão”. In *Novidades*. Lisboa, n.º 2464 (28 Abr. 1892).
- “«Saudades», Júlio Brandão”. In *Boletim Bibliográfico da Revista Nova*. Lisboa, n.º 2 (Dez. 1893), p. 27.
- “O Padre Abreu Carneiro e o Poeta Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 490 (16 Ago. 1969), p. 5.
- A PAISAGEM PORTUGUESA – “A Paisagem Portuguesa: inquérito aos homens de letras e outros artistas”. In *Serões*. Lisboa, 2.ª série, vol. 9, n.º 50 (Ago. 1909), pp. 145-153.
- PEREIRA, José Carlos Seabra – “Júlio Brandão, Troveiro e Nefelibata”. In *Gentes da Terra*. Coord. Artur Sá da Costa. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi, 2006, pp. 205-211.
- REGO, Diogo Pinho dos Santos – “Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 496 (27 Set. 1969), pp. 1-2.
- “Resultou Brilhantíssima a Inauguração da «Glorieta» a Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.º 2839 (9 Abr. 1950), pp. 1-6.
- Contém texto de Alfredo de Magalhães, “Oração”.
- SALGADO, P. Benjamim – “No Centenário de Júlio Brandão”. In *Correio do Minho / Página Literária*. Braga, n.º 61 (13 Fev. 1970), p. 3.
- “No Centenário de Júlio Brandão. Mensagem dum Poeta”. In *Correio do Minho / Página Literária*. Braga, n.º 54 (30 Out. 1969), p. 3.
- “Júlio Brandão, Poeta”. In *Correio do Minho / Página Literária*. Braga, n.º 55 (12 Nov. 1969), p. 3.
- “Júlio Brandão e o Poeta António Correia de Oliveira”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 3, 7.
- “No Centenário de Júlio Brandão. Como Nasce uma Vocação Literária”. In *Correio do Minho / Página Literária*. Braga, n.º 58 (31 Dez. 1969), p. 3.
- SAMPAIO, Ortigão de – “«O Livro de Aglais», composto por J. Brandão”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 11 (1893), pp. 211-212.
- “Um Livro de Versos [Saudades]”. In *Nova Alvorada*. Vila Nova de Famalicão, Ano 5, n.º 9 (Dez. 1895), pp. 65-66.
- SARMENTO, José – “Julio Brandão”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (29 Mar. 1928).
- “«Saudades», Júlio Brandão”. *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 10 (1894), pp. 83-84.
- “Sessão de Homenagem aos Poetas Famalicenses Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho”. In *Jornal de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Ano 21, n.º 1071 (4 Out. 1969), pp. 1, 4.
- SILVA, José Casimiro da – “Comprometida a Projectada edição camarária do romance inédito de Júlio Brandão a ser lançada durante o Centenário do seu Nascimento?”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 482 (21 Jun. 1969), pp. 1, 3.
- “Júlio Brandão”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 52, n.º 2683 (13 Abr. 1947), pp. 1, 4.
- “Júlio Brandão, Criador de Beleza”. In *Estrela do Minho*. Vila Nova de Famalicão, Ano 55, n.º 2838 (2 Abr. 1950), pp. 1, 3.
- “No 1.º Centenário do Nascimento de Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 488 (2 Ago. 1969), pp. 1-2.
- “Nos Centenários de Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 496 (27 Set. 1969), pp. 1-2.
- “A Obra Literária de Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 1, 8.
- “O 1.º Centenário do Nascimento do Escritor Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 9, n.º 459 (11 Jan. 1969), pp. 1-2.
- “Tempo de Poesia: No I Centenário do Nascimento de Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), pp. 4-5.
- SIMÕES, Nuno – “Lembranças de Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 496 (27 Set. 1969), pp. 1-2.

- “Notícia Literária. “Contos Escolhidos”, Júlio Brandão”, In *Atlântida*. Lisboa, Vol. VIII, n.º 29 (1919), p. 620.
- TEIXEIRA, Ramiro – “Trajectos: o Porto na memória Naturalista”. In *Colóquio-Letras*. Lisboa, n.º 121-122 (Jul.-Dez. 1991), pp. 259-261.
- V., C. – “O Centenário de Júlio Brandão”. In *Estrela da Manhã*. Vila Nova de Famalicão, Ano 10, n.º 489 (9 Ago. 1969), p. 3.

Obras de referência

- ALMEIDA, Fialho de – *Os Gatos* – V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- *Os Gatos* – VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- “«A Noite de Natal» de Júlio e Raul Brandão”. In *Actores e Autores: impressões de teatro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 179-180.
- CARVALHO, Vasco César de – *Na morte de de Júlio Brandão*. V. N. de Famalicão, 1947.
- OS CENTENÁRIOS DE JÚLIO BRANDÃO E DE SEBASTIÃO DE CARVALHO – *Os Centenários de Júlio Brandão e de Sebastião de Carvalho*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1969.
- CIDADE, Hernâni – *Tendências do Lirismo Contemporâneo: do «Oaristos» às «Encruzilhadas de Deus»*. 2.ª ed. Lisboa: Livraria Portugal, 1939.
- O CONTO REGIONAL NA IMPRENSA PERIÓDICA DE 1875 A 1930 – *O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930: antologia – II*. Por Ana Maria Costa Lopes. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1990.
- CONTOS ESCOCHIDOS – *Contos escolhidos*. 11.ª ed. Sel. org. Júlio Martins. Lisboa: Didáctica Editora, 1973.
- FERREIRA, Joaquim – *Júlio Brandão*. Porto: [s. n.], 1950.
- GUIMARÃES, Fernando – *Ficção e narrativa do simbolismo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- *Poética do simbolismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1990.
- *Simbolismo. modernismo e vanguardas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- LIMA, Isabel Pires de – *Trajectos: o Porto na memória naturalista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.
- LOPES, Óscar – *Entre Fialho e Nemésio: estudos de literatura portuguesa contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.
- *História ilustrada das grandes literaturas: história da literatura portuguesa: época contemporânea*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1979.
- MAGALHÃES, Alfredo de – *Júlio Brandão*. [s. l.: s. n.], 1950 (Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva).
- PEREIRA, José Carlos Seabra – *Decadentismo e simbolismo na poesia portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.
- *Poesia simbolista portuguesa*. Apresent., crítica, sel., notas e linhas de leitura Fernando Cabral Martins. Lisboa: Editorial Comunicação, 1990.
- SALGADO, P. Benjamim – *Júlio Brandão e a sua obra*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1969.
- *No Centenário de Júlio Brandão: mensagem dum poeta*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1969.
- SILVA, José Casimiro da – *Júlio Brandão, criador de beleza*. V. N. de Famalicão, 1959.
- SIMÕES, João Gaspar – *História da poesia portuguesa do século vinte acompanhada de uma antologia*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1959.
- VALENTE, Maria Adelaide – *A Harpa de Cristal: ensaio sobre Júlio Brandão*. Lisboa: Difel, 2000.
- VIANA, António Manuel Couto – *As (e)vocações literárias: estudos & memórias*. Lisboa: [s. n.], 1980.



Homenagem a
Armando Soares Coelho

Soares Coelho, o engenheiro poeta

*por Armindo Costa**

Armando Soares Coelho, despediu-se da vida de forma tão discreta, que surpreendeu os próprios amigos. Igual na morte como na vida.

Enganam-se, porém, aqueles que pensam que Soares Coelho se alheou do mundo e da sociedade. Pelo contrário, as grandes questões da humanidade, o destino do homem, como as carências dos mais humildes, ou as injustiças do mundo, fizeram parte do seu quotidiano. Confundiram-se com a sua própria vida.

A obra literária, em prosa e verso, que nos deixou reflectem isso mesmo. É nosso dever conhecê-la e difundi-la. O meu desejo e apelo são esses.

A homenagem que hoje lhe prestamos, é um primeiro passo para o conseguirmos. Fico feliz por se terem lembrado dele. Do homem e do escritor. E registo com satisfação a associação do seu nome e da sua obra ao 95º aniversário da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, que também este ano evocamos.

.....
* Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Armando Soares Coelho (1924-2006)

Biografia

Armando Soares Coelho, nasceu na cidade do Porto, a 1 de Novembro de 1924. Foi quadro técnico superior em várias empresas a última das quais a Riopele. Escreveu desde sempre. Com textos dispersos (poesia e ficção) em diversos jornais e revistas famalicenses. Publicou em 1995 o seu primeiro livro de poesia "O Passante". Obra de envergadura poética, reúne textos com diferentes datações, desenvolve uma escrita carregada de emoção e ideologia que se situa na exploração de imagens do quotidiano, dos tempos presentes até ao trabalho sobre a própria palavra, numa perspectiva experimentalista da poesia concreta.

Em 1997 editou o livro "De Zero a Vinte", conto autobiográfico escrito na juventude dos seus vinte anos, recuperado de um manuscrito de 1944, dado como perdido durante muitos anos. Em 1998 publica "A Experiência", e o livro de contos "A Outra" em 2004. Deixou textos inéditos. Foi membro do júri do prémio literário Júlio Brandão do município de V.N. de Famalicão. Foi galardoado em 1998 com a medalha de mérito cultural pelo município famalicense.

Bibliografia

Activa

Obra

O Passante: poesias. Vila Nova de Famalicão: ASC, 1995.

De Zero a Vinte. Vila Nova de Famalicão: ASC, 1996.

A Experiência. Vila Nova de Famalicão: ASC, 1998 (Santa Maria da Feira: Rainho & Neves).

A Outra. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, 2004.

Artigos

"Um Poema". In Polémica: página cultural do "Estrela da Manhã". V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (8 Jun. 1968).

"O Que Entendemos Por Jornal Activo". In Polémica: página cultural do "Estrela da Manhã". V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (8 Jun. 1968).

"Vimos Saudar o Povo de Famalicão". In Polémica: página cultural do "Estrela da Manhã". V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (8 Jun. 1968).

"Desporto". In Polémica: página cultural do "Estrela da Manhã". V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 3 (3 Ago. 1968).

"Lenda, Tradição e Verdade Histórica". In Polémica: página cultural do Estrela da Manhã". V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 3 (3 Ago. 1968).

"Poema". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (17 Jan. 1970), p. 1.

"Poema: de rosca esquerda". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 2 (1 Jul. 1970), p. 5.

"História da Avozinha: o gato". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (Jan. 1971), p. 7.

"O Caminho". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (Jan. 1971), pp. 7-8.

"Neste Século". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (Jan. 1971), p. 8.

- "No Dia Mundial da Paz". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 4 (Jul. 1971), p. 8.
- "Histórias da Avozinha: o mel". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 5 (Jan. 1972), p. 8.
- "Salvemos o Rio Este"¹. In Boletim Cultural. V. N. de Famalicão, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 91-92.
- "A Escrita do Real". In Correio do Minho/Especial Natal 97. Braga (13 Dez. 1997), p. VIII.
- "Os Bárbaros". In Boletim Cultural. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 16 (1999), p. 172.
- "O Caminho". In Boletim Cultural. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 16 (1999), pp. 172-173.
- "Os Bárbaros". In Boletim Cultural. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 17 (2000), pp. 177-178.
- "[Depoimento]". In Momentos da Resistência. Coord., introd. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2000, pp. 35-37.
- Zé Ferrugento (pseudónimo)
- "Viver Mais em Menor Espaço de Tempo". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (17 Jan. 1970), p. 12.
- "O Xico Magriço... Xico Rolço". In O Metalúrgico. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 5 (Jan. 1972), p. 3.

Passiva

- "Armando Coelho, Autor do Livro de Poesias "O Passante": liberto para a escrita". In Cidade Hoje. V. N. de Famalicão (23 Nov. 1995), p. 2.
- "Novo Livro de Armando Coelho [A Experiência]". In Cidade Hoje. V. N. de Famalicão (7 Nov. 1998), p. 24.
- "A Experiência". In Jornal de Letras, Artes e Ideias. Lisboa (2 Dez. 1998), p. 26.
- Sousa, Sérgio Paulo Guimarães de
- "Tópicos Introdutórios À Leitura de O Passante (Armando Soares Coelho)". In Boletim Cultural. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 16 (1999), pp. 175-182.

.....

¹ Grupo de Intervenção Ecológica. Comunicação lida por Armando Soares Coelho no 1.º Encontro Municipal, realizado em 12 e 13 de Junho de 1980.

Armando Soares Coelho, e o tempo em que viveu em Riba de Ave

por Manuel Cunha*

A morte de Armando Soares foi um choque cruel. Da última vez que falamos, e foi pouco antes dele morrer, ainda lhe escutamos palavras de confiança para novos projectos. O Armando era um criador, sempre tentado a ir mais longe. Por isso, a sua morte empobrece-nos e dói-nos mais.

Convidados para este testemunho, temos obrigatoriamente de recorrer às prateleiras empoeiradas da memória, que já perdeu nitidez, para situarmos o tempo em que nos conhecemos. Foi há muitos anos, era Riba de Ave, então, uma terra muito diferente do que é hoje, um mundo rural em ruptura pelo pulsar das fábricas, e que ia deixando para trás a visão paroquial do início do século XX, quando as primeiras empresas foram criadas pelo dinamismo de Narciso Ferreira. Ia a meio a década de 50, em pleno período da reconstrução da Europa, destruída pela 2ª Grande Guerra Mundial. Já com os mercados europeus a agitarem-se, a indústria têxtil – com enorme peso na economia do país – viu-se obrigada ao primeiro grande esforço de modernização, que implicou a aquisição de novos maquinismos e o recrutamento de pessoal especializado, um velho problema que responsabiliza as elites dirigentes. O Armando Soares foi um desses técnicos que chegou a Riba de Ave, e esse facto originou o nosso encontro. Na Pensão do Cabo hospedavam-se, naquela altura, os que aqui aportavam, fossem técnicos têxteis ou professores primários ou meros passantes, e a todos a Dona Emília prodigalizava carinhosa hospitalidade e comeres saborosos. Gente com outros níveis de cultura, influenciou, naturalmente, a vida local e o nosso “Macondo”, tal como no mundo fantasmático do pueblo de Garcia Marquez, começou a transformar-se. O Armando Soares, técnico electricista, integrou-se rapidamente na tertúlia da Pensão do Cabo, que já, então, fora criada por parte desse grupo, muito matizado. Logo criando uma relação de grande empatia, recomendaram-no atributos apreciáveis de ironia e humor, e capacidades humanas aliadas a uma formação autodidacta, bem alicerçada. Amigo de leituras, caiu naquela tertúlia como sopa no mel, e depressa começou a caber-lhe na maior parte das vezes a iniciativa de abrir as conversas para temas sobre livros e autores. Aquilino Ribeiro, Torga, Guerra Junqueiro, Camilo, Eça de Queiroz, Zola, Victor Hugo, Tomás da Fonseca, José Duro, e muitos outros, eram amiúde abordados, em prolongadas leituras que se arrastavam noites adentro. Ao Armando tudo lhe interessava, do cinema à poesia, da crítica literária à ficção. E o seu modo quase infantil de provocar essa abordagem das questões literárias e de outras, era apelativo e cativante. Um dia, surpreendeu-nos ao afirmar-se um seguidor de Allan Kardec, um dos maiores teóricos da doutrina espírita, cujos livros se empenhou em que lêssemos – o que a maior parte fez, sem todavia, diga-se também, se deixar convencer. A discussão em torno desta doutrina foi pretexto, inúmeras vezes, para abordar outras questões. Ele próprio me confessou anos depois que se tinha servido dela para subtilmente levar a tertúlia a abordagens de outros problemas de natureza política e social, que à altura era perigoso conversar. O Armando Soares pertencia àquela categoria de pessoas totalmente incapaz de subsistir sem utopias, sempre seduzido pelo novo. A procura era um estado permanente do seu espírito. Testemunhei-o durante anos, na tertúlia da pensão do Cabo, onde eu tinha entrado pela mão do Manuel Vieira dos Santos, um velho amigo com quem, felizmente, continuo a encontrar-me. Foi aquele um tempo de sonhos, durante o qual mantivemos um animado e debate sobre os problemas da vida e do homem, debate a que nos entregávamos apaixonadamente na tentativa de partilhá-los e socializá-los. A velha Pensão e os longos serões que lá passámos, não podem dissociar-se da relação de amizade fraterna que todos mantivemos com o Armando, e marcam a sua passagem por Riba de Ave. E volto, assim, ao novelo emaranhado

* Historiador

das lembranças para recordar alguns dos amigos que foram companheiros das muitas noites lá consumidas, algumas naturalmente com alguns copos à mistura. Dizem que a memória existe para suprimirmos aquilo de que não gostamos. Poderá ser assim, mas na evocação desses amigos, e dessa época, o que nos dói são as emoções da juventude que entretanto perdemos. Tudo o resto, os pequenos e grandes episódios que vivemos juntos, continua a atrair-nos e a viver impetuosamente no interior do nosso desassossego, e é-nos gratificante recordá-los. Falo de um tempo que o Armando passou entre nós e, assim, os nomes dos amigos que surgem na minha memória são figuras com quem o Armando também conviveu, em iniciativas e lazeres os mais diversos. Entre muitos, recordo os professores Coimbra, Mourão e Nascimento, que também se juntavam à nossa equipa de futebol; o casal de professores Santos, que me deram a conhecer TAGORE, celebrado poeta indiano, numa tradução que fizeram de alguns seus poemas; o professor Palafox, sempre afoito na defesa da sua dama, a cidade de Braga, mas cáustico e amargo às vezes perante a vida; o Juncá, um “anarquista” espanhol que fritava ovos em aguardente, e que exaltava o comunismo, deixando boquiaberto o Albino Magalhães, um erudito mas conservador empregado de escritório, oriundo de Lamego e meu colega de trabalho, que escrevia poemas nas costas dos registos de um velho relógio de ponto; o José Maria Pinto, empregado farmacêutico; o Vieira de Almeida, inveterado fumador de cachimbo, contabilista e intelectual, extravagante fabulador de histórias eróticas e provocatórias, que contava a toda a gente com indisfarçável gozo; o Salgueiral, que partia a loiça toda quando o Salgueiros perdia no futebol.

Um dia, o rodopio da vida, nos seus ciclos imutáveis, empurrou-nos uns para cada lado. A tertúlia desmembrou-se. Riba de Ave cresceu e progrediu a reboque do desenvolvimento têxtil, e a velha Pensão do Cabo cedeu o lugar a novos estabelecimentos hoteleiros. O Armando transferiu-se para a RIOPELE, e daí para Moçambique, onde estive vários anos; eu fui trabalhar para o Porto, e os restantes companheiros para outras terras. Chegara um tempo de diásporas. Há alguns poucos anos, por entre as ruínas da vida e parte de coisas que nasceram no início da nossa amizade, voltei a encontrar-me com o Armando. Vivia ele em Famalicão, onde eu me deslocava frequentemente, para preencher os muitos tempos vazios desta etapa com a foz do rio da vida já à vista. Voltamos a discutir as velhas (e intermináveis) questões, debate que a morte do Armando veio interromper. Nele, era agora evidente uma interligação da cultura, da criatividade e da cidadania. Em ambos, o 25 de Abril não passara ao lado. Mas também os livros continuavam como exercício de grande prazer nas nossas conversas. O Armando tornara-se autor de uma apreciável bibliografia, com mais de uma dezena de títulos publicados. Compartilhamos vários eventos culturais e iniciativas diversas, da responsabilidade da Casa da Cultura de Famalicão, sob a proficiente direcção do comum amigo Dr. Artur Sá da Costa, e que representaram um insubstituível espaço de afirmação para jovens autores locais. Juntos, também, integramos o Júri do Prémio Literário Júlio Brandão.

Falar do Armando seria, principalmente, dar testemunho da sua personalidade, da sua intervenção criativa nas actividades a que esteve associado no período da sua vivência m Riba de Ave, e da sua obra escrita. Reconheço que me deixei conduzir por demasiada metafísica e algum saudosismo, mais preso à relação de grande empatia que ele criou entre nós, e que muitas histórias ficaram por contar, deixando apenas dele aqui um pequeno retrato, muito abaixo da sua verdadeira dimensão. Verdade é que não li todos os seus livros, de que algumas edições nem sequer conheci. O Armando fizera-me recentemente oferta de alguns deles, autografando-os com afecto. Outros terão de ser, portanto, os seus biógrafos, trabalho que o Armando merece, pelo seu empenhamento no campo da escrita, em que mantinha sempre projectos em aberto. Seja-me só permitido recordar que há muitos anos, quando o Armando batucava as primeiras experiências, me entregou um caderno dactilografado de poemas, que possuo, e do qual extrai o seguinte excerto: “...Quando a última bomba explodiu/ Uma tromba de fogo sugou o mar/ E o mar desintegrado, disperso/ Sumiu-se pelos confins do Universo/ E milénio de milénios se passaram/ Até que hidrogénio combinaram/ Formar de Homem que vai seguir os passos/ Do Homem que fabricou a bomba”.

Sem anunciar, Armando morreu. A sua companhia e amizade já nos fazem falta.

Armando Soares Coelho

por Luis Serguilha*

“há muita lenda à roda de todas as pessoas”

David Mourão Ferreira

Ao visualizar a singularidade de Armando Soares Coelho gostaria de abraçar as alterações fisiológicas dos sentimentos ou a odisseia da fisiologia das emoções (...recapitulando o axioma do cientista António Damásio “ a emoção e o sentimento são feitos da mesma série de relações”_)

A interioridade de Armando era revolucionária por natureza; procurava incessantemente a libertação interior, (_aqui expandia o seu conhecimento entre os signos da claridade e a orgânica da transformação_)

Conversávamos imenso no café “grão d’ouro” sobre a memória ascendente e o admirável enigma escultórico que persegue o homem, porque dizia ele que o caminho do engenho humano nunca está em estado neutro.

Armando Soares Coelho foi sempre muito sensível às redescobertas das afectividades humanas; à iluminação da existência quotidiana; procurava os domínios da cultura e a transmigração científica para se conhecer a si próprio; (_era um homem aberto, culto, profundo e inesgotável como a claridade da acentuação da sua “experiência”_ tinha a urgência natural de arrepanhar as impressionabilidades fulgentes do ser_) Espontaneamente a energia da sua solidão/construção/lúcida dos sentidos exemplificava a verdade e a consciencialização da rebeldia (_uma forma de explodir as reformulações dos seus silêncios até ao diálogo permanente com a humanidade; pois Armando Soares Coelho elevava a sua deslumbrante imagética/imaginação entre luzes objectualizadas num écran de diferenciações muito próprias _).

Toda a sua vida/irradiação transatlântica deixou alcançaduras meticulosas na complementaridade afectiva sempre aperfeiçoada pela simbologia do conhecimento/honestidade. Esta correnteza absoluta de sentidos despertava uma análise crítica e plasticizante em relação aos movimentos respiratórios dos seus mundos.

(_aqui lembro-me da sua trespassação com as afinidades contagiantes dos povos e com as sensorialidades das pátrias abertas à humanidade especialmente a constante mutação interrogativa do espaço Africano_).

Armando Soares Coelho sempre acolheu as interferências biológicas e arqueológicas nas suas raízes nativas onde a estilização/iluminuras das suas histórias consubstanciavam a excelência brava e inteligente ao reconstruírem as configurações íntimas e expressivas da emancipação.

Armando Soares Coelho revoltava-se continuamente contra a perseguição dos povos e da sua autodeterminação (_A marcha da indignação era sempre urgente_)

Armando Soares Coelho abraçava decididamente a contracorrente do situacionismo bolorento da mesquinhez e das alcovitarias do poder do novo-riquismo; exasperava-se quando a imbecilidade e a mediocridade predominavam (_revivendo a ironia provocatória; sarcástica e crítica de Jorge de Sena em “o reino da estupidez” e a profunda reflexão do “reino cadaveroso” de António Sérgio._)

Falávamos “tantas e tantas vezes” sobre a integração das populações oprimidas e das rupturas dos contratos sociais. Conversávamos sobre a marginalização dos mais pobres (_nauseabundo sistema da distribuição da riqueza, onde a maior parte da população do mundo apenas conhece a humilhação e a existência abominável_) Discutíamos o quadro dantesco da globalização neoliberal, selvática, o dualismo da interculturalidade/homogeneização cultural; a falta de expectativas/possibilidades; os fenómenos autoritários quer provincianos

.....
* Poeta

quer universais; enfim a realidade da condição humana, aprofundada singularmente pelo Malraux . Escutava-o atentamente... como um processo de aprendizagem e de renovação (_as suas histórias transformadoras, imprevisíveis e impulsivas projectavam a descodificação imagística e a curiosidade noutras linguagens_).

A linguagem poética surgia como uma lustração do subsolo entre as moradas das palavras (_este grito de afectividades cada vez mais urgente na cidade do sonambulismo bafiento do mercadejo que se aliena da resistência aos sistemas de bestialidades impetuosas onde a humanidade é simplesmente enclausurada na doutrina da rentabilidade (_em posição contrária os seus lances-empenhos são eliminados_)).

Armando Soares Coelho dizia-me que a vida sem cultura era uma barbárie como a devastação dos ecossistemas (_o problema é a desigualdade e a falta de “sintonia com os outros” dizia muitas vezes o Armando recordando o poeta Ramos Rosa _)

“O inferno é o outro” dizia Paul Sartre, ou “ a vida sem cultura é a barbárie” ORTEGA e Gasset (_realmente ainda “não assimilamos nada” do processo histórico porque a barbarismo, a destruição da diversidade e dos imaginários autóctones são contínuos, insistia contundentemente o Armando Soares Coelho (_o homem é realmente a efervescência da maldade terminávamos aqui muitas vezes os nossos diálogos_))

Escutava a circulação porosa do Armando Soares Coelho sobre a presença entusiasmada e enigmática dos pássaros: Armando Soares Coelho era um ornitólogo por excelência. O mundo faunístico consagrava a regeneração diária de Armando Soares Coelho: (_linguagem dos pássaros estava no seu centro poético era na essência a linguagem selvagem, brilhante e verdadeira na integridade da vida_).

Armando Soares Coelho tentava abrir uma biografia espectral do mundo; elevava os elementos abrir uma biografia espectral do mundo; elevava os elementos sensoriais; a ancestralidade/contemporaneidade; a linguagem do imaginário (_celebrando os poetas Huidobro; Olivério Girondo; Vallejo; Lezama Lima e Francis Ponge (_fortíssima relação/criadora com a fauna e a flora_)).

Armando procurava a poesia como uma configuração de catarse/depuração reconstruindo-se humanamente e erigindo a sua incorruptibilidade, a sua originalidade e diferença.

Ficamos inquestionavelmente mais pobres com o desaparecimento do Engenheiro, Poeta, Ecologista e Ornitólogo-Estudioso das Religiões_) Armando Soares Coelho, porque a sua linguagem mergulhava nos alicerces/húmus da poesia como uma espécie de sabedoria milenar, não aceitando qualquer aprisionamento ou colonização (_as suas palavras manifestavam a riqueza da criatividade _ um abalo insubstituível à vida, ao principio da liberdade fecundante/inventiva.

Os seus livros; as suas experiências e as suas conversações arquitectaram o idioma do silêncio e fez-nos comunicar com a verdadeira respiração terrestre.

Armando Soares Coelho

Um livro

por Ivo Machado*

Confesso que quando o conheci não gostei do homem. Foi no dia da apresentação do seu livro de poesia “O Passante”. Achei-o austero, distante e importante. Tudo ao contrário do que se espera de um artista.

Quando voltei a cruzar-me com ele, dias depois, longe das formalidades que as cerimónias impõem, conheci afinal um homem afável, sedutor, sensível e de um humor refinadíssimo.

Apesar de esporádicos, outros encontros aconteceram, quase sempre à mesa do café, à boa moda do Porto, cidade que nos unia por origem.

Privilegiou-me, bem como à família, diversos serões em sua casa, na presença de D. Silvina – sua esposa – senhora elegante, de porte fino, acolhedora e trato fácil. Num desses serões aconteceu algo de inesperado, que me marcou para o resto da vida. Episódio fantástico que só agora partilho, por delicado, como se perceberá.

Nas nossas conversas, por mais voltas que déssemos, os livros vinham sempre à baila. Não sei a que propósito falou-me do portuense Martins de Oliveira, jornalista, escritor e homem da ciência. Engasguei. Percebeu o meu embaraço, fez de conta e continuou a falar-me de tão ilustre figura. Afinal, Martins de Oliveira, seu amigo, era meu avô ilegítimo. Quando partilhei com ele tal situação ficou estupefacto. Não queria acreditar. Tanto que Martins de Oliveira era um homem com grande dignidade, muito apreciado e respeitado.

Reconheço que tive grande desgosto de não o ter desfrutado como avô, mas o que mais me custava – dizia eu – era não possuir qualquer dos seus livros. Como nunca reivindiquei a minha condição de neto – direito que me assistia, por lei, também nunca aspirei a qualquer herança. Mas ter-me-ia bastado apenas um livrinho seu.

Armando, sensibilizado, afastou-se discretamente e, quando regressou, estendeu-me um livro, fazendo questão de mo oferecer. Fiquei para morrer. Era de Martins de Oliveira. Fez-se silêncio. Abracei-o – ao livro – e a tertúlia continuou.

Noite dentro, já de saída, com as despedidas prontas, pediu-me que esperasse. Voltou com um segundo livro de Martins de Oliveira, dizendo: - “Tome. É seu de direito”.

Fiquei-lhe eternamente grato para sempre.

.....
* Professor

Armando Soares Coelho

Virá a morte e terá os meus olhos

*por Jorge Reis-Sá**

Cesare Pavese é um dos poetas que mais admiro. Italiano, suicidou-se nos anos 50 em Turim deixando escritas novelas, diários, reflexões e maravilhosa poesia. Um dos meus livros de sempre é o brilhante *Lavorare Stanca*, *Trabalhar Cansa*, onde reuniu os seus versos. Um título emblemático que para tanto abre. Outro dos seus títulos é o que escolhi para nomear este texto (embora mudando um dos pronomes): *Virá a Morte e Terá os Teus Olhos*. Não digo os teus. Digo os meus. A morte virá um dia e terá os meus olhos.

Porque a morte quando chega tem sempre formas nossas de olhar. Seja a nossa morte, onde cegos veremos o céu em que acreditamos, seja a dos outros, onde sentimos nas lágrimas que sustentamos que a nossa visão fica mais embaciada.

Armando Soares Coelho não era de Famalicão e era famalicense. Conheci-o mal, algo melhor o que escreveu, mas não era, serei sincero, um dos seus indefectíveis. Tinha por ele respeito e muita simpatia. Homem querido, de idade feita e crescida, sempre foi para comigo um cavalheiro. Não colaboramos em quase nada e no entanto havia entre os nossos olhos uma simpatia notória. Ou então dos meus para os dele, coisa que vale mais do que o que pudesse ele pensar de mim.

Nem só de nativos da cidade se fazem os seus cidadãos mais justos. Há famalicenses que chegaram há anos de outras paragens e fizeram desta terra a sua. Aqui depositaram os seus olhos, aqui os deram à terra. Armando Soares Coelho chegou e fez da nossa cidade o local de acolhimento. E quem faz coisa assim merece de nós toda a consideração. Porque quem escolhe a terra que amamos escolhe-nos também. E Soares Coelho escolheu os famalicenses.

Não me interessa a literatura. Nada. Sinceramente nunca interessou, e tenho a certeza que nunca vai interessar. Não falo só da dele. Falo da minha e da de todos os outros. A existência de papel que o Al Berto citou é coisa que só brilha até que uma lareira necessite de combustível. E depois brilha ainda mais. Interessam-me muito mais as pessoas, sua vida e consideração. E do Armando Soares Coelho só posso dizer uma coisa: a morte chegou e eu não soube. Só quando mo disseram, já meses tinham passado, reparei que levou com ele os olhos de respeito e simpatia que lhe tinha oferecido vezes sem conta.

A sua morte chegou e levou os meus olhos.

* Editor e Escritor

Armando Soares Coelho Senhor Engenheiro

*por Manuela Monteiro**

Sei que não gostava que eu o tratasse assim, mas, apesar de todo o afecto e de todas as cumplicidades, nunca consegui tratá-lo de outra maneira.

Estou sentada à minha mesa de trabalho e rodeei-me de todas as coisas que me falam de si. O “Song Birds” que me ofereceu quando eu procurava um pássaro de canto melodioso para uma das minhas histórias; os preciosos, lidos, relidos e muito amados poetas de Moçambique; uma belíssima, feminina e delicada gazela de marfim; os seus poemas.

Ainda há poucos dias, no café da nossa rua, onde tantas vezes nos encontrávamos, o Senhor Paulo me perguntou “lembra-se daquele livro muito especial que o Senhor Coelho lhe ofereceu?”. Claro que lembrava. E rimos ambos. Sei que gostará que o tenhamos recordado assim - com alegria e com risos. O livro, esse está nas minhas mãos “Tudo o que os Homens devem saber sobre as Mulheres” - folheio as suas páginas brancas e vazias e vejo de novo os seus olhos transparentes e travessos como olhos de menino.

Steinbeck diz-nos que enquanto um homem guarda dentro de si a infância, voa; quando a perde, rasteja. O Senhor Engenheiro sempre soube voar. E foi dos homens mais verticais que eu conheci.

Sabe sempre gostei da sua prosa e ainda hoje o reencontro menino e jovem — nas belíssimas páginas do “De Zero a Vinte”. Mas o que mais amo são os seus poemas: a música, a sensualidade e a sensibilidade dos seus poemas. Era assim que sempre acabavam as nossas conversas no Café da nossa rua ou na Biblioteca - a falar de Poesia.

Não quis despedir-me de si porque só nos despedimos de quem vai partir. E o Armando não partiu - está comigo e com todos os outros amigos, inteiro e vivo nos nossos corações.

Como inteiros e vivos nos reencontraremos, um dia, na luz de Sírio...

* Escritora

Armando Soares Coelho

Sonho

No esquisito mundo dos sonhos
surgiste despida de noiva
e juntos
ardemos vivos
na espuma das estrelas
afagando a noite nua
E
do sonho
ficou a esfingica lembrança
de te levar à boca
entrar em ti descalço
e me ensinares a morrer.

(Poema inédito, oferecido a Manuela Monteiro)

Ao Armando Soares Coelho todos devemos muito.

*por Salvador Coutinho**

Na parte que me diz respeito terei de ter tempo para, em breve, dizer do que vale a sua obra tecida aqui. Entre nós. No seu (e nosso) quotidiano. Como um poeta (dos de hoje e de amanhã).

A quando da publicação (e apresentação) do seu “O Passante” (1995) escreveu-me “este livro só foi possível com o seu empurrão. As poesias estavam entre papéis velhos, ferrugem e cacós. Juntei-as como as encontrei. O livro é isso mesmo: ferrugem e cacós cheirando a papel novo”.

Desta feita enganou-se. O livro foi possível porque o Armando Soares Coelho não só era um poeta como também era um trabalhador generoso, persistente e solidário com a que considerava a sua (a nossa) gente. O povo português. O que labuta, transporta, chora, se envergonha todos os dias, mas tem orgulho em si (o povo) na sua gente. Por isso escrevi. Mesmo contra todas as marés de circunstância.

Mais tarde, a quando da publicação do seu “De zero a vinte” (1996) tratou-me de “companheiro destas andanças”. E eu de orgulhos.

Foi há muitos anos (serão muitos?). Melhor aconchego encontro se disser alguns (e lá me vou convencido de que assim é alguns). Por 1969/1970 em que conheci o Armando Soares Coelho. Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Vila Nova de Famalicão. Ali na então Avenida Salazar, agora Avenida 25 de Abril. Independentemente do nome já naquele tempo a pardalada aos milhares pelo verão desbaratinava composições tenóricas nas ramagens fartas do arvoredado que marcava a avenida. Como agora faz (diga-se com menos entusiasmo – a passarada). O arvoredado também é mais escasso.

Tinha então eu engendrado sessões de esclarecimento sobre higiene e segurança no trabalho. E tinha semanalmente uma plateia de cerca de três dezenas de metalúrgicos que vinham ouvir. Assim se ia fazendo o caminho do esclarecimento cívico (pensava eu ainda hoje crente que me não enganei).

Pela mão de um amigo comum o Hilário Ferreira de Castro, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – Vila Nova de Famalicão, nos conhecemos então.

Um homem inteligente, perspicaz, curioso, generoso, solidário, amigo. E na altura (tempos) não era fácil encontrar. Hoje a história repete-se mas em diversas circunstâncias.

Só que Armando Soares Coelho merece bastante mais de mim. E esse compromisso aqui fica.

Em breve falaremos, eu e ele, nos seus livros.

E disso vos daremos conhecimento.

* Advogado e Escritor

Ao Engenheiro Armando Soares Coelho

por Vasco Moreira*

Falar de um amigo como o Engenheiro Armando Soares Coelho é recordar um ser humano que fez de cada dia um tempo de luta e um tempo poético de realização solidária.

Em muitas das conversas no café Grão D'Ouro, na Avenida Narciso Ferreira, aqui na nossa cidade, o Engenheiro Soares Coelho partilhava a sua experiência de vida e as “estórias” que em verso ou prosa gostava de escrever. Eram não só as pequenas narrativas que descobria no quotidiano e nos ambientes conhecidos e em que se movimentava, mas também histórias das dificuldades da infância e do esforço para delas se libertar, mostrando a importância desse tempo na construção da sua carreira profissional e literária. Muitas vezes, lembrava o manuscrito dos seus vinte anos que um dia recuperou para o conto autobiográfico “De zero a vinte”. As memórias desse tempo, as imagens da cidade e da vida da aldeia, muitas alegrias e algumas frustrações, misturam-se na sua obra e surgiam nessas conversas.

Com um delicioso e delicado senso de humor, os seus comentários combinavam sempre objectividade de análise com o prazer crítico de quem sabe olhar, quer estivesse em causa a situação social ou política do país, quer se referisse às vidas com que se cruzava ou à nostalgia de tempos marcantes do seu passado.

Apesar do seu longo percurso literário, gostava sempre de ouvir uma opinião sobre o que escrevia. Tinha a humildade suficiente do sábio que reconhece a condição humana com as suas fraquezas e limitações. Sempre que lhe sugeria um aperfeiçoamento ou uma pequena rectificação na construção sintáctica ou na semântica da frase, tentava encontrar a melhor solução. Desejava constantemente melhorar o que escrevia.

O Engenheiro Armando Soares Coelho conseguia com facilidade criar amigos. Comunicador nato, era um prazer ouvi-lo. Tinha sempre um episódio, uma pequena façanha que lhe motivava a narrativa ou o poema. E a forma como o expressava cativava qualquer pessoa. Sabia que para prender a atenção não são fundamentais grandes peripécias, mas estórias construídas com coisas simples, comuns.

.....
* Professor.

Armando Soares Coelho

Ao escritor em jeito de homenagem

*por Filomena Fonseca**

Ouvi dizer um dia que partiste. Claro que quase não acreditei. Desaparecer assim, sem que os amigos soubessem, não era de ti.

Há forças superiores que nos levam. Mas há outras forças que obrigam a ficar. E tu ficaste vincadamente gravado na memória da nossa terra.

A verdade é que sentimos a tua falta. Das tuas palavras sábias e meigas, do teu olhar firme e sereno.

No silêncio que deixaste, moram ainda os teus gestos e o sorriso sincero de amizade permanente.

As conversas de café serviam de ponto de encontro com os amigos. Adoravas partilhar as tuas experiências, os trabalhos que tinhas em mãos, os sonhos que fervilhavam ainda como fonte criadora.

Mas a noite, súbita, forçou a um sono sem mais sonhos e fez interromper um percurso onde havia ainda tanto a transmitir...

Na memória de ti, que agora nos pertence, não foste apenas “O Passante”, mas um obreiro de cultura que inexoravelmente e “Pela mão do Anjo” partiste, sendo certo que o teu nome o tempo não conseguirá nunca vitimar!

.....
* Pintora

Armando Soares Coelho: cidadão, escritor

Artur Sá da Costa*

Era das visitas mais aguardadas, de regularidade intermitente, imprevisíveis e sempre surpreendentes. Algo de inesperado havia de acontecer. Nem que fosse um breve instante para anunciar que andava ocupado e, logo que possível, aparecia. Amabilidades próprias de espíritos sensíveis, que nos deixam desarmados e reconciliados com a humanidade. Privilegiava o contacto pessoal. Fazia-se anunciar e sentava-se no hall de entrada. Vinha sem pressa, mesmo em marés de faina aprazada, como eram os momentos de pré-edições dos seus livros, altura em que os encontros se encadeavam. Boa parte das vezes aparecia simplesmente para conversar, sem agenda, com todos os problemas do mundo.

Certo dia, a espera alongou-se e quando me apressava a pedir-lhe desculpa, gentil e sorridente (como sempre) interrompeu-me: “Não sabe o prazer que tive”. “Como assim?” “Venha daí”. “Conto-lhe a história que imaginei e que guardo”. E apontou para a cabeça. E no jeito divertido que lhe conhecemos, irradiando aquela alegria juvenil, que o transfigurava e a todos contagiava, Armando Soares Coelho desfiou mais uma das suas histórias, inventadas e recriadas na sua mente encantada.

A alegria e o prazer com que o fazia transbordava, tornando-nos parceiros cúmplices das suas aventuras e companheiros do seu mundo mágico.

Guardo estes encontros de convívio e de comunhão, como hinos de celebração da amizade e monumentos ao poder da criatividade humana.

Foi um privilégio partilhar com Soares Coelho esta sua imensa capacidade de efabulação, de contador de histórias, inventadas na hora ou já escritas, e vê-las renascer outra vida, quando narradas pela sua voz suave e animadas pela sua inteligência criativa. Sempre lhe admirei esta energia espiritual, o seu poder imagético (as histórias já o eram antes de verem a letra de forma) e a vivência intelectual e emocional, com que nos envolvia. As suas fábulas (em prosa ou em poesia) contadas por ele, faziam-nos entrar no reino das imagens, povoadas de animais e de bosques, coloridas e saltitantes, e nós a sermos projectados no ecrã da fantasia.

Coelho era um sedutor nato, não do género simulado, como o Imperador Adriano, a quem *Yourcenar* deu corpo e alma nas Memórias que lhe escreveu: “ser tudo para cada um durante a breve duração de uma audiência.” Ao invés, ele vivia em permanência e em plenitude o poema de Caetano de Castro: “Sê tudo em cada coisa. Põe quanto és/No mínimo que fazes”!

Conheci-o no início dos anos 70 (do século passado), pela mão do amigo comum Salvador Coutinho, no sindicato dos metalúrgicos de Famalicão, na sede que ainda funciona na Av. 25 de Abril da cidade.

(O então jovem advogado, contratado por Hilário de Castro, Presidente do sindicato, que rompera com o paradigma reinante na advocacia, banindo patrões do escritório e patrocinando exclusivamente trabalhadores, seduziu o recém-licenciado, acabado de regressar da Coimbra “revolucionária” de 69. Passei a acompanhá-lo nas idas semanais à sede do sindicato, participando nas sessões de esclarecimento, sobre higiene e a segurança no trabalho, engendradas na nova lei sindical produzida pela denominada abertura marcelista. Obviamente, que nos movia, a par das questões técnicas, o objectivo não confessado, mas interiorizado e assumido, de consciencializar e mobilizar “a classe operária” para o seu “destino histórico”, que a vulgata marxista nos apontava).

* Câmara municipal de V. N. de Famalicão. Director do Departamento de Educação e Cultura

É neste contexto sindical distendido, mas condicionado, e num ambiente político claustrofóbico, onde pairava, sobre o exercício das liberdades públicas, a ameaça omnipresente da PIDE/GDS e o cutelo castrador da censura, e sobre os jovens a mobilização para as frentes da guerra colonial, que me encontro com o Engenheiro Armando Soares Coelho.

Ele vai dedicar-se mais à coordenação d'O Metalúrgico, o boletim do sindicato, vocacionado para divulgar o relatório e contas, que se transforma, nesta emergência, em veículo ideológico e, como vamos ver, em tribuna de combate político. Armando Soares Coelho irrompe, logo no primeiro número com a denúncia, em 1ª página, de dois flagelos que corroíam a ditadura: "Emigração – Guerra", no "Poema", que mais tarde (1995) incluirá no livro "O Passante", com o título "Na aldeia magra". Uma carta vinda de fora (França. Angola?, Guiné? Moçambique?), é soletrada pela voz de uma criança, enquanto "mão de velho" a segura. É o que resta, na aldeia magra. Todos os outros, (emigrantes e soldados) partiram. E fulminante dispara: "E nem mão de velho/ Nem voz de criança/Lavram a terra!"

Soares Coelho não fica por aqui. Nesta estreia faz a apologia da greve, (banida do regime legal, com direito a cadeia), publicando as "Histórias da Avozinha (O Mel)". Uma espécie de fábula, com as aves (mocho, gaio, melro, pardal) a assumir o estatuto de personagens e onde não falta o desfecho inesperado e moralista: "Diz ainda a história que, certo dia, as abelhas não fizeram mais mel ...", que o mocho, dono do cortiço, vendia... Mais explícito?

Acontece, como ele próprio conta (Momentos de Resistência, V.N. de Famalicão, 2000), que "o primeiro Boletim tinha saído assim sem mais, sem que perguntássemos a quem quer que fosse se podia sair assim ou não, naturalmente por entendermos não ser preciso perguntar. Mas, para surpresa de todos, logo de Braga veio o aviso de que o próximo Boletim, antes de sair, teria de passar por lá. Assim se fez ...". Mesmo assim arriscou e publicou mais dois poemas nos números seguintes: "Poema (de rosca esquerda)", tal e qual, entre parêntese, onde as fêmeas e os parafusos chiavam por falta de massa... consistente, claro! E outro intitulado "Neste Século", que também reúne em "O Passante", onde faz a exortação da paz, com este final: "Hordas Fardadas / Com botas Cardadas / Calcando flores!".

Não durou muito esta guerrilha com a censura, travestisada de "exame prévio", neste tempo de fim de regime. (Soube-se mais tarde).

O número seis do "Boletim" foi fatídico. O ano de 1972 já ia adiantado. As ordens eram para ir à censura a Lisboa. Veio todo cortado a lápis azul e vermelho. Morreu nas mãos de José Casimiro, o dono do Centro Gráfico de Famalicão, onde era impresso. Durou pouco mais de 2 anos.

Os recursos estilísticos de Armando Soares Coelho e de outros como Salvador Coutinho foram impotentes. Prevaleceu a força dos mais fracos, daqueles que usam e abusam da força bruta, os quais não perderam tempo. (Depois de nos darem a provar o fel amargo da censura, fecharam O Metalúrgico. E de imediato vieram ao sindicato, prender e intimidar. Esqueceram-se que estavam a fortalecer as nossas convicções).

No depoimento recolhido na citada brochura, Coelho assume este militantismo cívico-político, acutilante e *engagé*, (dir-se-ia de um neo-realismo tardio), ancorado num verdadeiro "estado de necessidade", em que o país vivia atolado. Discreto, mas firme. Distante e presente. Uma dualidade aparente, que ele próprio reconhece, no auto-retrato que traça (O Passante) de ser: "A ansiedade da abelha que vê a flor/E chora na barreira da vidraça / O riso do pardal que tem ninho debaixo duma telha". "E a fatalidade/De parecer pardal e ser abelha". É uma atitude que vai manter ao longo da vida.

Desconfiado do(s) poder(es), avesso a arrejimentações e confesso inimigo de dogmas, Coelho procura novos caminhos: o seu. Faz incursões na poesia experimentalista, e deleita-se com intimismos e devaneios amorosos, explorando com sucesso, nos últimos anos, os domínios do conto e da novela, espalhando-se no apelo juvenil incontento das artes plásticas (um óleo está no sindicato dos Metalúrgicos). Mas, as grandes

causas da Humanidade, de hoje e de sempre, nunca o abandonaram. A desordem do mundo e a intolerância dos Homens atormentavam-no. Conhecia-lhe as causas: a ganância, o fanatismo religioso e todos os outros, a exploração. Do Homem e da Natureza. Para os combater deitava mão do seu arsenal de armas. Da palavra e da escrita. Da inteligência. Da ironia. Por vezes do sarcasmo. Amava a sutileza e conhecia a força e o encanto da alegoria e da metáfora. Divertia-se a apontar os paradoxos e as contradições: “O Homem foi à lua / E deu um pontapé no cão” / (A Façanha, ob. cit.). Também não desconhecia a necessidade do manifesto (poema “Os ecologistas”), dando corpo a uma das grandes causas da sua vida. Uma vez mais põe a arte ao serviço do combate cívico. A barricada que escolheu e que nunca abandonou é a do povo anónimo, ao lado do qual se coloca, como no poema, (de ressonâncias *brechtianas*), “Sem História”: “Para honra de Deus-Sol / O faraó sonhou as torres / Que serão edificadas. // Na história ficará depois / O faraó o monumento / E / Sem história quem serviu / Aos abutres de alimentos”.

E quando os cépticos e os vencidos, (afinal a imensa maioria dos portugueses), abdicavam da sua capacidade para o exercício das liberdades públicas, remou contra a maré, e com coragem e lucidez proclamou, usando, uma vez mais, a metáfora: “Rio do meu país /acorda”. Não, não era rio. Era o meu país que dormia um sono letárgico, como se vivesse hipnotizado, e ia acordar em sobressalto, como mais tarde explicou.

“Já não me lembro se li/ou se alguém me contou / que um rio do meu país / adormeceu e sonhou // Sonhou ventos / sonhou velas / praia-mar na maré baixa / redes cheias / caravelas / e impérios numa faixa // Dizem que quando acordar / vai afastar os enredos /areias // e mais penedos //do seu leito de embalar // Rio do meu país / acorda / e vai fazer a dragagem / que dizem os ribeirinhos / que moram na outra margem / não esperes trovoada / chuva na serra / enxurrada”.

O poema escrito em 1972 - um dos que foi vítima da censura -, resgatado do esquecimento em 2000 (ob. cit.), tem inscrito o carácter e o perfil ético e cívico de Soares Coelho: a liberdade (não é um parêntese na vida de cada um de nós, para confiar ao tirano de serviço): é a própria vida.

A última vez que subiu as escadas centenárias da Casa da Cultura foi para me confidenciar que “já estão prontos e têm títulos”, acrescentando, já de saída, com a cabeça voltada: “Temos que falar. Volto em breve”.

Um instante. Parcas palavras. Premonitórias. Não deu para sentar. Tinha pressa. Ficou o recado, como quem diz: “Fiz o trabalho!”: Uma nova versão do conto autobiográfico “De zero a vinte”, e um livro de contos, que o ocupava nos últimos tempos.

Álvaro de Campos, por uma vez, não tem razão: serás lembrado, não nos dois primeiros anos após a morte, mas agora e sempre. Pelo exemplo, de carácter e de cidadania, que foste. Pela obra que deixaste.

Eles serão a musa inspiradora das tuas/nossas utopias; a trincheira dos teus/nossos combates, que vamos travar lado a lado: enquanto houver explorados, desumanidade, fome, discriminações, privações de liberdade teu nome será lembrado e teu legado seguido.

Armando Soares Coelho

Estudos

por Cláudia de Sousa Dias*

As circunstâncias em que conheci o escritor Armando Soares Coelho podem ser consideradas extraordinárias por ter a ver com o facto de, na altura, entre Março e Abril de 2004, eu desempenhar as funções de cronista/crítica literária no Jornal Cidade Hoje, mas apesar de tudo, incógnita. Na altura, contava apenas com um número reduzido de leitores apaixonados por literatura e que seguiam, com alguma curiosidade, os meus comentários a autores como Hermann Hesse, Gonzalo Torrente Ballester ou a Famalicense Luísa Monteiro. Entre esses leitores estava Luís Serguilha. Que, um dia, e ainda sem me conhecer, mostrou algumas das minhas crónicas a Armando Soares Coelho sugerindo o meu nome para apresentar a obra que ASC iria lançar nesse ano: “A Outra”.

Nessa mesma semana, fui contactada por Rui Lima, director do Jornal Cidade Hoje a notificar-me que tinha uma proposta para apresentar um livro. Sem conhecer a obra de nenhum dos dois autores, entrei em contacto com Luís Serguilha e marcámos uma reunião com Armando Soares Coelho.

Fiquei impressionada com a serenidade que emanava do já quase octogenário escritor que resultava de uma combinação perfeita entre inteligência – muito acima da média – cultura e sobretudo, humildade.

Falámos de livros. De Garcia Marquez, de Jorge Amado, Saramago. Agnóstico e profundamente crítico, Armando Soares Coelho lembrava um Eça de Queirós, transportado para a alvorada do século XXI.

Chamou-me a atenção o facto de sempre que criticava algum aspecto do carácter de determinada pessoa, fazia-o frontalmente e sempre com uma delicadeza que não melindrava. Profundamente sociável, ASC precisava dos seus amigos como do pão para a mesa.

Foi para mim um privilégio partilhar a sua amizade juntamente com Manuela Monteiro, Luís Serguilha, a pintora Filomena Fonseca e Bernardette Costa o Professor Ivo Machado e muitos outros.

Para mim ficou a sua obra da qual destaco as publicações que se seguem.

“De zero a vinte”

A escrita de Armando Soares Coelho, neste seu romance autobiográfico, escrito durante a sua juventude revela já o talento extraordinário para evocações precisas: neste caso, dos episódios da infância e da adolescência.

De Zero a vinte relata a autobiografia do escritor até à idade dos vinte anos. Trata-se de um livro de grande riqueza estilística e revelador de uma extraordinária lucidez, perspicácia e capacidade crítica relativamente aos métodos de ensino e respectivos conteúdos, o nível de desenvolvimento económico, o conceito de higiene e a forma como era encarada a infância pelos mais crescidos – adultos em miniatura.

Um aspecto típico da escrita de Armando Soares Coelho tem a ver com a utilização de linguagem típica das gentes do Minho (“ougar”, “rilhar”) e todo o imaginário popular que inclui um manancial de lendas, contadas à volta da fogueira para impressionar os mais pequenos (ciganos papões, bruxas...). Chega mesmo a mostrar que, por vezes, a implacabilidade do braço de Némesis se manifesta, por vezes mais, facilmente pela mão

.....
¹ Crítica literária

das crianças do que pelos tribunais. Nesta obra, é abordado e vividamente descrito o problema da pobreza, da mortalidade e trabalho infantil durante o período do Estado Novo a fazer lembrar os contos de Charles Dickens ou o, na altura, polémico “Capitães de Areia” de Jorge Amado escrito, também, durante os verdes anos do universalmente conhecido autor brasileiro e, também, durante a ditadura.

“De zero a vinte” é uma preciosidade literária cuja prosa é recheada simultaneamente de ironia e ternura, com destaque especial para a ênfase dada ao nível de ausência de consciência política que grassava no Portugal da época. Sobretudo ao mencionar que muitos conhecidos seus “apoiavam o Duce por ser vizinho do Papa” ou quando joga com a frase atribuída a Salazar à porta das escolas “Se soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer”, substituindo-a por “Se soubesses o que custa obedecer, gostarias menos de mandar” – uma frase que ilustra bem a capacidade crítica e o espírito insubmisso de Armando Soares Coelho.

A sua crítica mais ácida passa também pelas organizações da época como a Mocidade Portuguesa ou os escuteiros, cujo objectivo, na altura, seria o de moldar as consciências juvenis, ao imprimir-lhes o cunho do regime político da época.

São também abordados nesta obra temas “quentes” como a concordata e os privilégios concedidos pelo estado à Igreja Católica, a Censura e a propaganda do regime.

No entanto o maior destaque, neste romance autobiográfico, é dado à turbulência dos afectos, sobretudo quando são bruscamente interrompidos. É o caso da Tia Julinha, a fonte de afecto da infância, os animais de estimação, o melhor amigo desaparecido após uma prolongada agonia suavizada pelo ópio, a prima Edite e, principalmente, o primeiro amor, vítima dos preconceitos e apertadas convenções sociais da época e da hipocrisia.

“A Experiência”

“A Experiência” é um conto, escrito nos anos 1990, que exprime a extrema sensibilidade do autor e, ao longo do qual, são pormenorizadamente descritas as motivações e os passos que levam o protagonista - um investigador cuja personalidade é uma curiosa mistura entre o cientista contemporâneo e o mago/alquimista medieval - a descobrir o elixir da juventude.

Esta comovente personagem vai, paralelamente à condução da experiência, mostrar ao leitor o processo inverso ao envelhecimento, isto é o regresso (imaginário), de uma forma gradual, à época dourada da juventude - o sonho mais antigo da humanidade, desde a mítica expulsão do Paraíso no Génesis. Ou seja, a vitória da vida face ao avanço da morte.

Mas, apesar de tudo parecer correr da melhor maneira, existe algo que começa a deixar o leitor intrigado... as outras personagens não vêem as drásticas alterações físicas do cientista...

As páginas do livro quase que se viram por si próprias, até ao derradeiro parágrafo face à ansiedade compulsiva de compor as últimas peças do puzzle.

Quem conheceu Armando Soares Coelho, ao ler “A Experiência” tem, de facto, a sensação de estar a ouvir a voz do autor com as suas pausas características, bem como com a musicalidade do discurso e comprimento e métrica das suas frases.

A narrativa é contada na primeira pessoa o que aumenta a sensação de termos alguém ao nosso lado a relatar-nos a sua “experiência”, impressão salientada ainda pelo frequente recurso à repetição (pps 16-17 com o verbo “recordar”).

Outra grande mais-valia para o texto é a utilização da personificação: “...até os pássaros falavam baixinho...”; “...um gato a perguntar-me o que estava a acontecer...”; “... o gato continuava a conversar...(pag 17); “...daquela conversa da água com as pedras...” (pag 54) e “O raminho...olhava para mim (pag 57). O toque poético do texto adquirido pela atribuição de atitudes humanas a animais, plantas e seres inanimados, opõe-se ao racionalismo frio e à lógica relacionados com a descrição dos passos e objectivos da experiência conferindo o dinamismo necessário ao conto.

Da mesma forma, o contraste gritante entre a percepção do narrador e protagonista e a realidade à qual ele opta por fugir transformando-se num misantropo, possibilitando-lhe recuperar imagens e sensações perdidas nas areias movediças da memória, torna este conto irresistível para um público de todas as idades...

“A Outra”

Esta foi a obra da qual fui incumbida de fazer a apresentação, durante o seu lançamento em Maio de 2004.

Trata-se de uma colectânea de contos onde, mais uma vez, o estilo típico de Armando Soares Coelho se manifesta através do entrelaçar da prosa com a poesia e a ironia, presenteando, desta forma, o leitor com um texto de grande riqueza estilística.

O primeiro dos quatro contos incluídos nesta colectânea, O Presente, é uma história na qual, por entre as frases de uma candura aparente surge, ao mesmo tempo uma acutilante e implacável crítica face às máscaras, melhor dizendo, à hipocrisia, ostentada pelas gentes que tentam, em vão, sublimar as suas motivações mesquinhas, de forma a tornar as suas acções socialmente aceitáveis.

O objectivo do conto é colocar a nu o preconceito, revestido da mais nociva patologia social – a inveja – numa povoação onde toda a gente se conhece e onde existe o terrível hábito de comparar os teres e haveres de cada um com os de toda a gente.

No segundo conto, intitulado O Sultão, o Autor induz os seus leitores a pensar estarem perante uma história de elevado teor dramático, devido ao conflito vivido pelas duas personagens principais humanas: os donos do Sultão, um simpático cachorro Serra da Estrela.

Um episódio trágico que, mediante uma reviravolta impensável no último parágrafo, se transforma em comédia, e no qual a última frase provoca uma súbita e incontrolável explosão de gargalhadas, destruindo completamente o melodrama, invertendo o teor da história.

O humor corrosivo do Autor continua a manifestar-se na história seguinte, A Viagem, onde Armando Soares Coelho brinca com o leitor, começando por apresentar aquilo que parece ser um compromisso entre um episódio romântico e uma intriga policial ao estilo 007, numa autêntica paródia ao agente secreto ao serviço de Sua Majestade.

E, por fim, chegamos ao conto que dá o nome ao livro: A Outra.

Trata-se de um intriga ao estilo de Hitchcock, onde o leitor facilmente se apercebe de que é mais importante o que as personagens calam, do que propriamente aquilo que é dito.

O denominador comum, presente em todos os contos desta publicação é, precisamente, a veia humorística do Autor, a qual salienta o ridículo de alguns tipos sociais.

Para além disso, todas estas pequenas estórias apresentam um final aberto, que apela à imaginação de quem lê, num estilo simples e desprezioso, como atestam as palavras do Autor durante o lançamento do livro no dia 8 de Maio de 2004:

Escrever um livro é como fazer uma escalada. A cada passo nos deparamos com o andamento da palavra, sempre à espera de podermos descansar a mente na saliência de uma frase, frase que poderá não ser tão segura assim, o que nos leva a pensar se será melhor voltar atrás, escolher outro caminho e avançar de novo.

Também é verdade que muitas vezes nos apetece desistir, mas aquele feitiço branco e liso impele-nos a dobrar as muitas arestas que aparecem no caminho da escrita.

Finalmente chegamos ao cimo – melhor dizendo – à editora, que também é uma aresta a contornar.

Mas é graças a ela que todos podem ficar a saber por onde trepamos, e nós podemos dizer-lhes para gozarem a paisagem”.

Armando Soares Coelho escreveu também vários artigos de opinião, crónicas e, sobretudo poemas. Alguns deles estão reunidos na colectânea “O passante”. São sobretudo poemas de protesto, embora também de amor.

Belíssimos.

ASC tinha o dom de brincar, esculpir, pintar a palavra.

Por publicar, ficou a nova versão de “De Zero a vinte” e mais de cinquenta poemas numa colectânea que seria chamada de “Ella”.

Poemas de grande beleza estética estilística, a fazer lembrar a voz de Pablo Neruda.

Uma grande perda.



Álvaro Folhadela Marques (1893-1957)
– 50º Aniversário da morte

Álvaro Folhadela Marques (1893-1957) – O edil

por Filipe Oliveira*

A sociedade portuense aceitou a ascensão meteórica de uma família secular com origem em Folhadela, Vila Real, colocando o patriarca José Teixeira nos roteiros da política autárquica, emigrou dali para o Porto e veio a ter o cargo de vereador na Câmara Municipal durante o séc. XIX e os filhos Augusto e Guilherme Teixeira Folhadela patentearam uma acção importante na vida da urbe, sendo, o último, responsável pela criação dos Armazéns Guilherme Folhadela & Companhia transferidos mais tarde para Vila Nova de Famalicão, onde tudo voltou a começar e não havia filho varão para a continuidade. Foi o tempo da promoção dos representantes de províncias que acabaram por pertencer à gerência da firma após casamento com duas filhas, Joaquim da Costa Marques que casou com Elisa Folhadela (pais de Álvaro Folhadela Marques) e Higino Veloso de Macedo, a esposar Mariana (pais de Abel Macedo), tendo papel interventivo no Grupo dos 29, bairrista, ao restaurar as Festas Antoninas no concelho.

Durante o início do séc. XX, um funcionário subalterno, Álvaro Folhadela Marques, subira todos os degraus na empresa desde o abandono do ensino obrigatório, até fundar nova sociedade a partir do anterior pacto social, a Casa Folhadelas & Companhia, atingindo mais tarde o cargo de sócio-gerente da firma. herdara do pai, Joaquim da Costa Marques, o gosto para viajar e pelas relações públicas e tornou-se o maior representante das províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beiras, onde estavam sedeadas as produções de lanifícios. A mãe, Elisa Folhadela, integrando-o aos dez anos na empresa, como membro da gerência e depois da morte prematura de Joaquim da Costa Marques, preparou-o para um trajecto que veio a confirmar todos os seus dotes naturais. Lia toda a imprensa nacional e local e dominava os temas de actualidade ou de economia. Teve uma cultura de bombeiros na única colectividade da altura, a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão. Até morrer, nunca largou a Casa Folhadela, que lhe dava o pão e a notoriedade e era monárquico de princípios, mesmo antes da Revolução do 28 de Maio de 1926.

Casou com Ermelinda Areias, senhora de uma família com negócios no Brasil e muito prendada, que dava recitais de piano para uma selectiva presença de individualidades, ele frequentava os serões artísticos na casa de Abílio Areias, seu pai. Com cinco irmãos, apenas uma faleceu solteira, mas duas irmãs uniram-se a Manuel Ferreira Barbosa (industrial das zonas de Mogege, Vermoim, Pousada e Joane), e António Teixeira Melo (o criador da Somelos, em Ronfe), potentes nomes de unidades fabris da época. Havia quatro comendadores na família, incluindo o próprio Álvaro Marques. Os Folhadela tornaram-se referência em Vila Nova de Famalicão e com ele experimentaram o poder político, depois de ter optado pessoalmente por uma incursão por importantes projectos de solidariedade social, em colaboração com o industrial António Dias Costa, como a Creche-Mãe ou a notável Casa dos Pobres, e mesmo a Sopa dos Pobres, distribuindo toneladas de pão para as famílias carenciadas, com a finalidade de pretender acabar com os indigentes na localidade.

A acção social, a gerência de iniciativas votadas aos mais desfavorecidos quando se passava fome e os seus actos de benemerência saltaram para o conhecimento do público famalicense. Álvaro Marques, após uma zanga familiar, deixara cair o apelido Folhadela, dedicava-se a projectos impensáveis, transferindo a Casa dos Pobres para um edifício mais amplo na Cruz Velha. As pessoas começaram a reparar nele e a imprensa famalicense também o elogiava nesse papel dedicado e anónimo como benemérito assumido. Com o tempo, veio a integrar uma grande parte das colectividades existentes na altura, na direcção ou em assembleias-gerais.

.....
* Jornalista

Até ser nomeado vereador, na equipa de gerência do advogado José da Costa Jácome, sendo-lhe atribuídos os pelouros do Matadouro e da Cadeia, continuou a desenvolver os projectos de solidariedade, acumulando sempre com a Casa Folhadelas e já a administrando com a Sedalço, armazém de sedas, cedo criando, com Manuel Ferreira Barbosa, a Têxtil da Ribeira para colocação de familiares e amigos, como Flávio Folhadela Moreira. Dominava o comércio e a indústria famalicenses, exercia a acção social, relevou-se ao criar trabalhos fora dos pelouros que lhe tinham sido atribuídos, como um levantamento urbanístico na vila, com efeitos práticos a contar após o seu período curto na vereação porque José da Costa Jácome veio a desistir em 1944.

O familiar José Joaquim de Oliveira, advogado e notário, após terminar o mandato de governador-civil, foi decisivo na nomeação de Álvaro Marques como presidente da Câmara de Famalicão, dada a influência entre as hostes da União Nacional no distrito. Muitas pessoas reclamavam alguma autoridade na sua escola mas foi o próprio autarca a admitir a promoção a partir deste primo por afinidade casado com Cândida Folhadela, membro da gerência da firma. Tratava-se do pai do jurista Luís Folhadela de Oliveira, membro da administração da TMG – Têxtil Manuel Gonçalves. Convém salientar que Manuel Gonçalves era amigo pessoal de Álvaro Marques, como Fernando Mesquita (A Contribuinte), José Dias de Oliveira (Riopele) ou monsenhor Torres de Carneiro. Era um círculo pessoal, atento e restrito, para além de outras individualidades, seus conselheiros pela vida.

Os dois filhos do casal Álvaro e Ermelinda tiveram lugar distinto na vida famalicense. Álvaro Gil Areias Marques entregou-se ao hóquei em patins e outras novas modalidades do FAC – Famalicense Atlético Clube e acompanhou a turma de juniores que foi campeã nacional, exerceu o cargo de vereador nas equipas presidenciais de Miguel João Garcia Dias Costa e do Pe Benjamim Salgado. O descendente vivo, Rogério Marques, tirou uma licenciatura apetecida no Epinal, França, em engenharia têxtil, e percorreu importantes firmas têxteis ou de representação, tendo feito carreira como atleta do Futebol Clube de Famalicão ou na Académica. Após a zanga familiar, Álvaro Marques deixou cair, para os filhos, o apelido Folhadela. Por exemplo, o neto Paulo Marques, filho de Álvaro Gil e Adriana Guimarães Marques, mais famoso em provas de todo-o-terreno, também não é Folhadela. Dizem famílias, da área do Grande Porto, que aqui os Folhadela prosseguem com descendência e há alguns contactos com primos do Brasil colocados sobretudo em zonas como S. Paulo, Rio de Janeiro ou Manaus. Esta família burguesa, com ramificação pelo poder, estava ainda disseminada como tal.

Tomando posse no Governo-civil de Braga, Álvaro Marques fora nomeado porque já possuía experiência autárquica como vereador e tinha deixado cargos entre o Ateneu Comercial ou o Futebol Clube de Famalicão. Tinha uma intervenção cívica, não ia ficar dependente do cargo devido à gerência da Casa Folhadelas. Fez um amigo de percurso, ao tomar o comboio para Lisboa, era António Santos da Cunha, desenhador das estruturas da cidade de Braga. Muitas vezes encontraram-se e seguiam com o mesmo destino, os ministérios, o Terreiro do Paço, onde eram tomadas as grandes decisões do país governado por Salazar. As figuras da administração municipal portuguesa acabaram por confundir a sua acção neste período único conotado como Estado Novo e localmente exerciam a sua actividade pensando nos seus municípios. Álvaro Marques veio a assimilar uma outra cultura, a da situação, com todas as agremiações e corporativismo daí resultantes e foi presidente da comissão concelhia da UN, facto que hoje leva algumas correntes a intitulá-lo como fascista porque vem citado na Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista.

Pelas suas equipas passaram figuras de relevo como Abel Folhadela de Macedo, José Joaquim de Oliveira ou José Casimiro da Silva. Outro vereador, Armindo Alves Correia de Araújo, veio a substituí-lo e foi o seguinte presidente da Câmara. Cada uma das personalidades destacadas neste período tiveram ligação à UN, com todos os predicados e críticas possíveis, na altura não havia uma oposição organizada porque eram proibidos

outros partidos. Sabe-se que Álvaro Marques fazia muitas incursões pelos ministros, secretários de Estado, subsecretários de Estado, directores-gerais ou técnicos de urbanismo. Por Vila Nova de Famalicão passaram então os presidentes do Brasil e de Portugal. Mas Salazar nunca visitou oficialmente a terra.

A questão do milho, que envolveu os populares da vila, não escapou ao presidente da Câmara que, naquela altura, prestes a tomar posse como vereador, não teve interferência porque o então vice-presidente da Câmara em exercício, com a responsabilidade de substituir a figura do administrador do concelho, era Adolfo Lima e detinha a pasta da segurança, por inerência de funções, foi ele a pedir reforços policiais para controlar a manifestação que exigia um *vagon* de milho na estação, período a merecer desenvolvimentos com o desconhecimento da maior parte dos intervenientes sobre a sua data, em 1941.

O acidente em Outiz foi torneado pelas notícias dos jornalistas, também por causa da actividade da comissão de censura, não há artigos esclarecedores publicados na imprensa e aqueles que foram editados são pouco informativos. Álvaro Marques conduzia o automóvel com Álvaro Gil, encartado, no lugar de passageiro, há testemunhas do sinistro que veio a colher mortalmente uma menor nas curvas de Outiz, lugar de Barroca. O acidente ia provocar o abandono da presidência da Câmara. Como outros assuntos que mereceram uma atenção especial, esta foi a primeira obra a estudar, do ponto de vista do jornalismo de investigação em, tão importante época histórica. Daí, termos optado pelo encontro directo com algumas pessoas que fazem parte da memória do concelho durante o seu consulado. Num trabalho aturado de pesquisa, contactámos as pessoas vivas que nos deram os seus depoimentos e todos reconhecem o papel do edil como “o principal presidente da Câmara de Famalicão”. Houve um autarca a deixar obra em 1922, Júlio de Araújo – ainda por estudar -, mas, globalmente, Álvaro Marques fica para a história como tal, trabalhou a sede do concelho e as freguesias. Abusou das expropriações porque queria fazer obra no miolo da vila.

As obras do autarca são a sua marca de referência e há um soberbo edifício que constitui a sua intervenção, caracterizado em obras públicas do Estado Novo, os Paços do Concelho e Palácio da Justiça, o jornalista Rebelo de Mesquita fez a este propósito peças demolidoras quando conduziu um inquérito a favor da restauração do prédio ardido. Depois, desfilam os empreendimentos pelo meio da cidade que são identificáveis, também pelo traço comum. E há poucas freguesias a não ostentar uma Escola Primária que ele veio a construir, ao abrigo do Plano dos Centenários, lançado pelo Ministério da Educação e participado a meias pelo Estado. Em algumas destas construções, chegou mesmo a criar duas ou três salas de aula. Ainda no ensino, conseguiu a Escola Comercial e Industrial para a localidade, um processo arrastado e as primeiras aulas decorreram no Palacete Folhadela.

Desenhou ruas e colocou-as no mapa do urbanismo, desde o tempo de vereador onde teve um contacto com funcionários superiores da Câmara, como Adolfo Costa (chefe da secretaria), Rodrigo Terroso (engenheiro das obras municipais) ou José Marques (tesoureiro). Assentava nestas três figuras o funcionamento normal do município. As novas ruas fizeram de Álvaro Marques um engenheiro atento do miolo da localidade com propostas para as ligações a nós de estradas nacionais ou municipais. O início dos seus mandatos foi propagandeado por Abel Macedo, seu primo, que chamara à vereação, dando como certa a política financeira do Município de diminuir os impostos indirectos e aumentar as receitas das taxas e licenças, facto muito assumido pela gestão mas, posteriormente, a ideia foi atribuída ao secretário Adolfo Costa. A sua obra aparece descrita ao longo do nosso trabalho, (Álvaro Folhadela Marques – O Edil, no prelo) principalmente as novas artérias, cujo desenho esteve, muito concretamente, em fase de discussão pública, ele fez uma Parada Agrícola e uma Exposição Industrial para apresentação dos projectos em curso e para dar uma visibilidade maior às empresas famalicenses, não foi por acaso que Álvaro Marques se fez representar pela Sedalga, a sua outra firma localizada nos baixos do Palacete, adquirido antes por Mariana Folhadela à família do Barão da Trovisqueira.

Não adianta acrescentar muito mais, se não há a tentação de resumir a biografia de Álvaro Marques. É de salutar a ideia de que havia um opositor assumido, que era Amadeu Mesquita, o homem dos seguros e bancário que teve o condão de apressar o edifício de raiz do Hotel Garantia, era o maior representante da Associação dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, alternativo à colectividade onde crescera o autarca, havendo um trio de respeito, com Álvaro Bezerra encaminhando sucessivos mandatos como vereador, ou Clemente Lopes, fundador do entreposto comercial C. Lopes & C^a que era conselheiro municipal. Era uma oposição com tertúlia na Confeitaria Bezerra e o nome de Amadeu Mesquita era sempre sondado para presidente da Câmara. Houve mesmo uma ocasião em que este defrontou Álvaro Marques ao apresentar uma lista para o Conselho Municipal. Eram opositores, mas todos eram membros da UN. Mesmo um ano após a morte de Álvaro Marques, em 1958, a imprensa famalicense uniu-se para lançar Amadeu Mesquita à Câmara mas o candidato vencedor foi José Pinto de Oliveira, a merecer maioria no próprio partido.

Entre a Oposição Democrática instalada sabe-se, pela imprensa da época, que existiam consensos a propósito de reuniões no Salão Olímpia (de Álvaro Bezerra) e tinha uma política caracterizada pela intervenção sobre a política nacional, criticando Salazar ou os candidatos apresentados às eleições presidenciais, Norton de Matos, Professor Rui Luís Gomes ou Humberto Delgado. Nem Armando Bacelar, nem Lino Lima, ou Cleto Malvar esboçavam localmente uma crítica que fosse à edilidade ou, muito directamente, a Álvaro Marques. Não havia oposição local e, aquela que existia, era situacionista. As críticas não podiam ser mais pessimistas.

Muito ligado a Amadeu Mesquita, na terceira vereação correspondente ao terceiro mandato do empresário da Casa Folhadelas, foi recrutado um vereador com obra feita na terra do cardeal Cerejeira que conseguiu levar o abastecimento de água a Lousado, Adelino Leitão da Silva. E José Mário Machado Ruivo, advogado, reuniu todas as condições para cumprir um levantamento das carências da Casa de Camilo, posteriormente, restaurando o mobiliário como se tivesse sido da época porque o edifício tinha ardido e havia muita polémica com os escritores e jornalistas do Porto a reclamar intervenção urgente. E houve lugar para debates e conferências sobre os mais variados temas. Um nome já esquecido entre nós, Maria Manuela Araújo, dava recitais de música clássica e, ao piano, actuava em sessões emitidas directamente pela Emissora Nacional e era Prémio Viana da Mota.

Socialistas, comunistas e alguns ex-dirigentes partidários dizem todos bem de Álvaro Marques, sem clivagens, à luz de um trabalho executado com perfeição porque foi traçado para a vila e persiste na cidade, 50 anos depois. Nas comemorações do meio século do apagamento de Álvaro Marques, relembra e discutir a sua obra pode ser um ponto de partida interessante. Claro que há posições extremistas, colocando-o como fascista, mas não se encontra um único depoimento de resistentes contemporâneos a dar uma visão negativa da sua gerência.



**Biblioteca Municipal
Fundo Local**

Da história como memória e simbolismo funerário

Por Amadeu Gonçalves / Artur Sá da Costa*

I

... investigadores nem sempre atingem aquele máximo que se pretende conseguir.

Torna-se, porém, muito preciso entender todas as informações com as respectivas datas, pois de contrário dará lugar a que se adiantem factos, quando devem ser precedentes.

Vasco de Carvalho

A correspondência¹ que hoje se publica neste *Boletim Cultural* trocada entre Vasco de Carvalho e Leopoldo Trovisqueira, a propósito do projecto (e da sua concretização), dos restos mortais do Barão de Trovisqueira (José Francisco da Cruz Trovisqueira, 1824-1898), do cemitério de Calendário para o cemitério municipal da então Vila de Famalicão em Moço Morto, representa uma das características e uma das categorias da História enquanto memória, o simbolismo funerário.

Nesta perspectiva, o caso de Carvalho é paradigmático, ou melhor, senão mesmo, paradoxal: se, por um lado, encontramos neles o seu autodidactismo histórico enquanto investigador da História Local numa perspectiva positivista (no caso da História de V. N. de Famalicão e das suas personalidades), onde o documento é uma constante presença (ao lado da oralidade enquanto fonte histórica), tal como estas cartas, assim como os textos manuscritos e transcritos ao longo da correspondência o comprovam, por outro lado, algumas características da nova história estão também impregnadas no seu espírito de investigador positivista: nomeadamente, a categoria da simpatia (a qual reflecte a subjectividade do historiador) e o fenómeno de pertença a uma determinada comunidade (no nosso caso, a famalicense). Assim sendo, o sentimento de pertença a um lugar ostenta-se numa memória colectiva que depende, por sua vez, de práticas e de cerimónias ritualísticas, assim como também comemorativas. E um exemplo concreto que pode ser aplicado a Carvalho é, sem sombra de dúvidas, a prática ritual que entendeu aplicar e promover, e finalizando, relativamente à trasladação dos restos mortais do Barão de Trovisqueira, tendo sido aqui não só auxiliado, como, igualmente obteve a autorização do neto do Barão para a sua concretização². Acto que, por si só, não é um acto isolado, nem ingénuo. Não é um

* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

¹ Quem nos fala desta correspondência é, precisamente, o co-autor deste trabalho, Artur Sá da Costa. Após a identificação biográfica do barão de Trovisqueira, considerando-o e elevando-o “à categoria de um exemplar “self-made-man” que “não evitou, já no limiar da vida, que a derrapagem financeira do final do século o atingisse e derrubasse”, considera Costa que o que lhe valeu foi “ter desafiado o seu tempo, antecipando-o, deixando inscritas na roda da história as marcas de fundo.” Terá sido esta perspectiva que “explica o interesse demonstrado pelo historiador Vasco de Carvalho em traçar-lhe o perfil biográfico. / Aquele publicista famalicense cuidou ainda da sua memória no que foi ajudado pelo neto do Barão, Leopoldo Trovisqueira, residente em Lisboa, com quem durante anos se correspondeu.” (COSTA 2001: 5-6).

² Vasco de Carvalho. Texto dactilografado. Existe no dossier “Barão da Trovisqueira”, que está no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (BMCCB/FL).

José Francisco da Cruz Trovisqueira / Natural da freguesia de Gavião, faleceu na sua casa da Rua de Santo António a 1 de Novembro de 1898. / O seu cadáver, em caixão de chumbo, ficou no antigo cemitério da Avenida barão da Trovisqueira, depositado no jazigo em capela, no barão de Joane. / Pela extinção deste cemitério foi trasladado em Dezembro de 1955

acto isolado, na medida em que já tinha efectuado outras duas trasladações, a de Adriano Pinto Basto e a do famoso soldado famalicense «Liques», sito é, Domingos da Silva Carneiro, o qual foi condecorado em 1898 na presença de José de Azevedo e Menezes e de Mouzinho de Albuquerque, em Braga, com a medalha da Ordem da Torre e Espada, Valor, lealdade e Mérito, combatendo em África com Mouzinho; e não é um acto ingénua, até porque, conforme iremos ver, tal ritualidade comporta um simbolismo político-social que está impregnado na dignificação e na valorização de personalidades que, ideologicamente, estão na linha da frente da comunidade, isto é, na identificação histórica factual dessas mesmas personalidades.

O acto não isolado de Vasco de Carvalho pode ser compreendido com a seguinte transcrição textual, assim como também ao acto processual, das alegrias e das tristezas, dos restos mortais do Barão:

Quando, em 1937, conseguimos que a Câmara Municipal pelo presidente Dr. Francisco Alves Correia de Araújo erguesse no cemitério de Moço-Morto um jazigo memória (com as ossadas) a Adriano Pinto basto e igualmente ao «Liques», quisemos também o mesmo se fizesse para com o barão da Trovisqueira. / Contudo, não obstante as consumidoras investigações feitas, não nos foi possível localizar os seus restos mortais, tornou-se imprescindível remodelar o seu cemitério pelo desorganizado de covais e do registo ordinário, e, como tal, houve que fazer-se a leitura de vinte anos nos seus velhos livros, para poder tratar-se da sua remodelação. / E, então, o acaso fez surgir o lançamento daquele encargo tomado pelo notário Rodrigo Terroso, em 1915, mas não tivemos modo de descobrir onde o caixão foi colocado – pelo que, mais uma vez, ficou perdido. / Mas todavia, outro caso mais feliz, permitiu em Dezembro de 1955, que uma testemunha que assistiu ao enterramento e soubesse do nosso interesse – apareceu a falar neste caso, embora mesmo com dúvidas do lugar, pois se tinham passado quarenta anos –, e assim em fase de cuidadosas procuras, conseguiu-se, finalmente, descobrir este desaparecido caixão em chumbo. / Com ordens oficiais procedeu-se ao rigoroso exame interior e constatou-se e reconheceu-se o cadáver, ainda com sobrecasaca e outros elementos comprovadores³. / Fez-se depois a sua mudança

por Vasco de Carvalho, sendo mudado neste cemitério para a campa n.º 23 do talhão n.º 5. / Pela carta-ofício n.º 6306 de 9 de Dezembro de 1960 do Presidente da Câmara Municipal Engenheiro José Pinto de Oliveira, foi comunicado a Vasco de Carvalho dizendo que a Câmara na sua sessão de 5 de Dezembro resolveu autorizar a cedência gratuita de um terreno no cemitério municipal, para a trasladação dos restos mortais do Barão da Trovisqueira. / Autorizado Vasco de Carvalho e ainda por autorização total de Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, a residir em Lisboa na Rua dos Açores n.º 47 – 2.º E., neto do barão da Trovisqueira, fez aquele, a trasladação de Calendário, para a campa n.º 75 da 3.ª secção do cemitério municipal de Famalicão, pelas 17 horas, da 3.ª feira dia 18 de Abril de 1961.

³ Vasco de Carvalho. Texto dactilografado. (BMCCB/FL).

Barão da Trovisqueira / Cemitério de Calendário / (Caixão de chumbo com as suas ossadas). / Por minha intervenção e direcção, desenterrou-se neste cemitério o caixão de chumbo, que estava enterrado a duas funduras, neste cemitério, no Talhão n.º 2, na face caminho, por detrás da sepultura do riscado de cantoneiras António Rodrigues de Carvalho e sua mulher Guilhermina de Sá Miranda, com a data de 1932. / Desenterrado vi e os adiante nomeados, o seguinte: / 1 caixão de chumbo envelhecido e roto no fundo, pela cabeceira, 60 cm. De largo e aos pés 35 cm. E altura na cabeceira 45 cm., e 30 cm. Aos pés – levado pelo coveiro e mais três homens, abriu-se por cima e viu-se – 1 caixão de madeira a moda antiga, com o fundo apodrecido, e a cobertura em tábuas separadas, e mais, apreciando ainda veludo verde escuro com ramagens verdes e mostra de ter sido doirada; o cadáver em ossadas, separadas, a cabeça separada do tronco. Esta era calva, com cabelo nos lados dentro, alguns dentes, restos de barbas em mistura e cantos separados, de um rosário, mais barba também no queixo [...] roupa preta de sobrecasaca e calça, com botas de elástico, gáspeas e biqueira, em preto. Um pouco desenvolvido, por motivo da trasladação do cemitério da Vila, e ser mexido por vezes no lugar onde estava. Mudou-se para lugar mais acessível por estar estorvando os campos próximos. Enterrou-se assim a pouca profundidade na campa vazia n.º 23 e como penúltima ligada ao cedro e canto norte, e poente, do talhão n.º 5. Teve o levantamento e o nosso enterramento o coveiro Armando Carneiro da Silva, que juntamente com os auxiliares António Sá Pinheiro, cunhado, da aldeia do Val, e o Júlio Fernando, solteiro. Começou ele o serviço pelas 10 horas da manhã, ficando este segundo enterramento concluído pelas 17 e 30 horas. / Por mim chamado, compareceu Joaquim José Vidal, viúvo, de 77 anos, aposentado municipal, morador em Sobreceara, e por em 1915 estar neste cemitério por acaso a quando da trasladação e ouvir dizer na ocasião era o caixão e cadáver do barão da Trovisqueira. E, com diferença de palmos, lembrava-se bem do lugar onde foi enterrado e agora bateu certo. Deste facto tem lembranças o ex-criado do abade Zeferino José de Sampaio, José da Silva Alves. – Vidal viu o cadáver e pelo também conhecia, fácil foi reconhecer se tratava na verdade do cadáver deste ilustre famalicense. Os nomes aqui citados e ainda o

para coval limpo, ficando então enterrado no Talhão n.º 5 na campa vazia com o n.º 23, demarcado por uma pedra de mármore dizendo – Barão da Trovisqueira. / Tratamos seguidamente com o grande presidente da Câmara falecido Álvaro Folhadela Marques, sob a sua solução da sua mudança para o cemitério de Moço Morto e próximo de Adriano Pinto Basto, a fim de lá ficar à guarda de um jazigo. / Mas, a infelicidade da morte deste excepcional trabalhador e nobre bairrista, voltou a deixar em suspenso esta homenagem póstuma ao Barão da Trovisqueira. / Estamos, porém, esperançados que brevemente esse gesto de merecida justiça, terá a sua finalidade (CARVALHO 1960: 84-85).

Citação extensa esta, mas justificável e necessária, pela insistência constante que Carvalho imprimiu ao seu grande objectivo. Repare-se que, no final, a sua intenção não era um lugar qualquer, mas ao lado de Adriano Pinto Basto! O que não deixa de ser curioso, na medida em que Pinto Basto era regenerador, enquanto o Barão era o chefe incontestável dos progressistas em Famalicão. Tal intenção de Carvalho revela, portanto, a dignificação das personalidades ilustres famalicenses, independentemente do seu contexto ideológico, não só as que nasceram e trabalharam dentro da área geográfica, mas também aquelas que viveram e trabalharam pelo concelho famalicense, caso de Pinto Basto (1840-1894), tendo sido vereador várias vezes (destas, duas quando foi Presidente da Câmara Municipal Barão de Trovisqueira) e Vice-Presidente da Câmara, de Famalicão, como é óbvio, destacando-se da sua actividade política os arranjos urbanísticos (caso do Campo da Feira e a abertura da rua Camilo Castelo Branco), tendo sido também notável a sua acção no campo do ensino.

Nesta perspectiva, a História que o historiador famalicense tenta construir é, nas palavras de Viriato Capela, “uma História que busca no passado os bons exemplos e testemunhos de uma História com um destino comum, apresentada em figuras e acções paradigmáticas, para que a História local deve também contribuir com os agentes e as expressões locais, participante os imbuídas desse mesmo espírito e projecto. Uma História que se dirige particularmente a legitimar a ordem social e política do tempo e fundamentar a acção das forças e dos elementos então ditos do Progresso e da União Nacional... a narração histórica de Vasco de Carvalho caminhará também, como é comum a esta produção historiográfica, uma feição marcadamente monográfica, institucional e biográfica (CAPELA 2005: 12).

Neste contexto histórico-social surge-nos, então, “uma História de acentuado pendor positivista, onde o documento bem fixado é por si só elemento de ensinamento histórico” (CAPELA 2005: 12). Assim sendo, ao longo desta correspondência trocada entre Carvalho e Leopoldo, neto do Barão, apercebemo-nos que o historiador famalicense efectua uma breve biografia deste, pelas informações que aquele lhe vai então fornecendo, investiga nos arquivos da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão e vai transcrevendo as notícias referentes à família Trovisqueira, que foram aparecendo na imprensa famalicense, principalmente em *O Porvir*, caso de Abílio Trovisqueira⁴ ou de Augusto Trovisqueira⁵.

Não deixando de ser curiosa a forma como Carvalho então se apresentou a Leopoldo, considerando a sua “situação de investigador local”, e informando o destinatário da descoberta e da mudança do jazigo do avô, numa carta com a data de 12 de Dezembro de 1955, aliás, a primeira, surge, na seguinte (data de 1 de Janeiro de 1956) a intenção de Carvalho de escrever uma monografia biográfica, única e isolada, sobre

.....
do garagista, da Avenida Dr. Oliveira Salazar, António Ferreira da Costa, casado e proprietário, testemunharam com a sua presença, a minha e o meu exame, estes referidos serviços e comprovação do se passou. (hoje).

⁴ Vasco de Carvalho. Texto dactilografado (BMCCB/FL). Abílio Trovisqueira. Regresso – Regressou de Caminha onde se encontra há tempo, o sr. Abílio Trovisqueira, distinto engenheiro mecânico e filho do sr. barão da Trovisqueira, digno administrador deste concelho. “ (In *O Porvir*, V. N. de Famalicão (10 Mar. 1897). “Abílio Trovisqueira. Está em Lisboa, onde acaba de fixar residência, o sr. Abílio Trovisqueira, engenheiro mecânico pela Universidade da Bélgica e filho do sr. barão da Trovisqueira, muito digno administrador do concelho.” (In *O Porvir*, V. N. de Famalicão (21 Jul. 1897).

⁵ Augusto Trovisqueira. Consorciou-se há dias na Póvoa de Varzim, com a Exm.^a Sr.^a D. Laura da Silva marques, filha do sr. Manuel José da Silva Marques, proprietário, e capitalista da freguesia de Lemenhe, o sr. Augusto Carvalho da Cruz Trovisqueira, inteligente escriturário da repartição da fazenda deste concelho.” (In *O Porvir*, V. N. de Famalicão (25 Nov. 1896).

o barão. Contudo, tal projecto desvanecese-se. Logo na carta de 12 de Janeiro de 1956, ainda no início da correspondência, começa já a afirmar Carvalho que “a biografia a escrever desta importante Figura nossa, tem alguma demora...”, situação esta que podemos até estranhar e ficar admirados! Aliás, o projecto de uma única monografia biográfica, no desenrolar dos anos, fica sem efeito. Na carta de 23 de Maio de 1960, carvalho informa Leopoldo que “receando pelos 72 anos de idade e não tenha tempo de reunir mais nomes de elevação para com eles fazer um livro exclusivo de personalidades nossas, que resolvi incluir o nosso Barão da Trovisqueira⁶ naquele que vem de sair do prelo, como título *Factos e Nomes*.” Apesar de tudo, Leopoldo, numa carta de 27 de Maio de 1960, fica lisonjeado com a oferta e a respectiva dedicatória que carvalho estampa então na obra:

Recebi com imenso prazer carta que fez o favor de me enviar, acompanhando a sua muito gentil oferta de dois volumes do seu livro “Aspectos de Vila Nova” “IX” “Factos e Nomes”, um dos quais quis ter a amabilidade de escrever uma dedicatória, que muito apreciei, pela sua bondade. / [...] / Foi com muito prazer que fiz a leitura do seu agradável livro, onde tomei conhecimento de coisas que se referem a uma terra que tão querida foi a meus avós. Especialmente a estes e em particular a meu Avô, só tenho que lhe manifestar todo o meu reconhecimento, melhor direi, pela justiça que lhe presta, o que sempre é grato constatar, porque infelizmente, o bem que se faz depressa o esqueceu, e ele muito fez por Famalicão. / Iguamente muito de agradecer são também as suas palavras que escreveu sobre Joaquim da Costa Araújo, chegado também à nossa família⁷.

Possivelmente, a intenção de Carvalho desde o início terá sido essa mesma, a de efectuar pequenas biografias de personalidades famalicenses num só livro. Numa carta de 9 de Maio de 1961 comunica a Leopoldo Trovisqueira que “esta minha apaixonada causa teve finalmente o seu termo, a qual terminou precisamente em 1960, com a publicação da biografia do barão, e com a trasladação efectiva para o cemitério municipal em 18 de Abril de 1961.”

Relativamente à História positivista enquanto factual e documental, só um exemplo.

Num apontamento manuscrito inserido no dossier sobre o Barão da Trovisqueira, este existente na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco / Fundo Local, transcreve Carvalho o registo documental, enquanto prova, quando foi presidente da Junta da Freguesia de Calendário (1942 a 1945), tal como ele nos informa na transcrição feita mais acima, da transferência do caixão de chumbo para Calendário.

Falecimento. / Barão da Trovisqueira / Jazigo n.º do barão de Joane. / Faleceu a 1 de Novembro de 1898 – e foi sepultado neste jazigo no cemitério municipal (antigo). Com 74 anos, casado – faleceu na rua de Santo António às 11/2 horas da noite dia 1 do dito mês.

Trasladação. / Do cemitério municipal, da avenida Barão da Trovisqueira, quando este cemitério vinha sendo transferido para o de Moço-Morto. / No livro da Junat de Freguesia do Calendário designado por “Livro de Contas” como descrição de – Caixa – como Deve haver, a páginas 3 verso encontra-se o seguinte lançamento:

1915

Fevereiro 1928 – “idem recebido de Rodrigo Terroso pela trasladação do B. da Trovisqueira – 3\$00.

Desta forma, o documento será o fundamento do facto histórico, resultado da escolha e da descrição do próprio historiador no uso do respectivo documento (LE GOFF 1984: 95-96). Na expectativa de Fustel de Coulanges, a habilidade do historiador consiste simplesmente em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em lhes não acrescentar nada do que eles próprios já possuem. Para Coulanges, o melhor historiador será aquele que se mantiver o mais fiel e próximo possível do documento (Cf. LE GOFF 1984: 96).

⁶ “José Francisco Cruz Trovisqueira (Barão da Trovisqueira)”. In *Aspectos de Vila: factos e nomes – IX*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1960, pp. 73-85.

⁷ “Joaquim da Costa Araújo: bravo do Mindelo”. In *Aspectos de Vila Nova: factos e nomes – IX*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1960, pp. 87-95.

Não deixa de ser curioso, enfim, o que Miguel Machado (1884-1968)⁸, filho de Bernardino Machado e de Elzira Dantas, nos diz ao agradecer a carvalho a oferta de factos e Nomes, numa carta ainda inédita de 2 de Junho de 1960, de Rorigo, calendário (existente no álbum do referido livro, patente no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco), num contexto histórico-positivista:

Manancial de factos, nomes e eventos, tão criteriosa investigação bio-monográfica, tomando-a em grande consideração pela exactidão de informação, autorizada, e justificado empenho dado naquele domínio do saber humano e capacidade herança social, em actividade e perspectivas que, decerto, abrirão, a outros estudiosos, beneficiando-os na prossecução de seus trabalhos, em certos aspectos, deliberadamente, de *acção de influência patriótica, e estabelecimentos de acontecimentos, de relações biográficas de valor, e de valores da nossa terra.* (itálico nosso).

Neste sentido, a historiografia desenvolveu-se “como um combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova *ars memoria* exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita” (CATROGA 2001: 46). Assim sendo, a oralidade epistemológica e gnoseológica em carvalho manteve-se, existindo um traço comum e unificador em todos os comentadores, não só nos que aqui apresentamos, como também noutros cujos textos já lemos: a historiografia de Carvalho encontra-se em direcção ao futuro para a confirmação da História de Vila Nova como ponto de encontro para novos estudos. Questiona, aliás, Catroga que se a historiografia será estranha a uma função que as liturgias recordacionais (e nomeadamente o culto dos mortos) desempenham. A resposta é a seguinte:

Não foi por acaso que a expressão máxima das chamadas “sociedades-memória” coincidiu com a apoteose do historicismo, fenómeno igualmente contemporâneo da expansão de um novo culto dos mortos. Esta atitude, por sua vez, porá em acção algumas características do acto de recordar” (CATROGA 2001: 41).

Mesmo quando Marc Bloch nos define a História como a “ciência dos homens no tempo”, tinha algo subjacente a essa mesma definição, o unir o estudo dos mortos com os vivos (Cf. CATROGA 2001: 42). Nesta situação, o acto simbólico que Carvalho efectua ao caso do Barão é, simplesmente, exemplar, na medida em que o simbolismo funerário não só aposta na edificação da memória personalística, sugerindo a dimensão veritativa do ausente a partir de traços e signos, como também garantir um elemento de memória para o futuro, como exemplo pragmático a seguir para a reconstituição de uma determinada ordem social, senão mesmo para a coesão social da comunidade. Desta forma, na intenção M. de Certeau, citado por Catroga (Cf. 2001: 44), o simbolismo funerário não só permite às sociedades situarem-se no tempo simbolicamente, como também significa uma forma subliminar de indicar um sentido existencial, não só individualmente, como também colectivo. Desta forma, carvalho ao escrever a sua *História*, senão mesmo as suas histórias biográficas, não as escreve de forma ingénua, até porque, nas palavras de S. Moses “a inovação das ideias de comunidade histórica e de progresso, e o entendimento do devir através do mero relacionamento de causas e efeitos – características dominantes na historiografia oficial durante os séculos XIX e XX – adequavam-se, e adequam-se, bem à problemática dos que somente estão interessados em escrever a «história dos vencedores» e em secundarizar a «história dos vencidos” (Cf. CATROGA 2001: 49-50).

Contudo, o nosso barão da Trovisqueira inscreve-se nesta duplicidade histórica, a dos vencedores e a dos vencidos, um vencido da crise económica dos finais do século XIX, mas, ao mesmo tempo, um vencedor na eternidade pela sua capacidade de inovação e, segundo se consta, conforme iremos ver, pela sua bondade inata, contendo aquela bondade kantiana orientada para o bem comum. Estes espíritos é que são raros. Mesmo

.....
⁸ Nasceu na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, a 12 de Fevereiro de 1884. Formou-se em Engenharia Politécnica de Zurique no ano de 1908. Em 1918, sob o consulado de Sidónio pais, foi nomeado professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tendo-se jubilado em 1954. Colaborou intensamente no jornal famalicense Estrela do Minho sobre temas de educação e ensino.

Camilo, tão cáustico a barões, principalmente aos «brasileiros de torna-viagem», e, pelo sim pelo não, com o próprio Trovisqueira, confessa numa carta a António Feliciano de Castilho “que ele é um bom homem” (!), na perspectiva de perder “a consideração daquele ricoço”, até porque o tinha convidado para jantar com Vieira de Castro, não indo (CASTELO BRANCO 1985: 91).

II

Quando Kant nos evoca a boa vontade naquilo que diz respeito à interioridade do humano, como algo a “preconizar o cultivo da sua *vontade* até chegar à mais pura intenção virtuosa, onde a lei se converte, ao mesmo tempo, no móbil das acções conformes ao dever, e obedecer-lhe por dever – o que constitui a perfeição prático-moral interna; esta, por ser um sentimento do efeito que vontade, nele próprio legisladora, suscita a faculdade de actuar em conformidade com ele, chama-se o *sentimento moral*, um sentido, por assim dizer, especial (*sensus moralis*)...” (KANT 1797-1798: 22), não duvidamos que este sentimento moral especial fizesse parte das características morais do carácter do Barão de Trovisqueira. Isso mesmo, podemos verificar, por exemplo, no elogio que o então mais do que vermelho dos republicanos famalicenses da época, Manuel da Silva Mendes, fazia por altura do seu falecimento⁹:

As almas grandes como a do barão da Trovisqueira quando se evolum para as regiões do Desconhecido, fazem-nos falta, um vácuo nas nossas que ficam como que desamparadas, desalentadas, menos fortes, para os embates da vida, mais propensos ao desânimo, mais frias, mais débeis, mais sós. / Valem os homens grandes pelo que por si mesmos produzem, e valem pelo impulso que aos outros incutem. Valem na vida social que modelam e valem ainda na noite pela saudade que deixam, pelo exemplo que legam, e pela gratidão que recebem (MENDES 1898).

Este epitáfio fúnebre de Mendes é um exemplo epocal que não se coaduna com os tempos de hoje. Mais do que divergências político-ideológicas, dir-nos-á ainda mais à frente nesse mesmo elogio que “vencedor ou vencido, era sempre o mesmo homem, afável e sorridente para todos, pronto a prestar serviços até aos próprios adversários.” Melhor elogio do que este seria impossível, vindo de quem vem! E mesmo os adversários políticos, caso, por exemplo, de Bernardino Machado, ajudariam o barão de Trovisqueira nos seus projectos para o bem comum da comunidade. É o caso, como outros, do pedido de intervenção a Machado junto do respectivo ministro, estamos em 1893, para a efectivação e a constituição de uma Comissão Concelhia de Famalicão da Piscicultura.

Não deixa, contudo, de ser curioso que a historiografia biográfica, com excepção de alguns casos, contemporânea à volta do barão, tem sido flagrantemente desastrosa, numa altura em quem já muitos dados se conhecem! O exemplo mais recente é, precisamente, o do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dirigido por aria Filomena Mónica, no verbete dedicado a José Francisco Cruz Trovisqueira, feito por Aurora Teixeira, são

.....
⁹ i) O *Comércio do Porto*. Porto, Ano 11, n.º 261 (3 Nov. 1898), p. 1.

V. N. de Famalicão, 2 de Novembro. Faleceu na noite passada o sr. Barão da Trovisqueira, administrador deste concelho, cargo que exerceu por diversas vezes, bem como o de presidente da câmara e deputado em mais de uma legislatura. / Promoveu para este concelho alguns dos seus melhoramentos. Chefe do partido progressista aqui, ainda do leito, onde se encontrava há dois meses, desejava ser informado dos trabalhos de eleição na luta rija que se vai correndo. / É muito sentido o seu passamento.

ii) *Jornal de Notícias*. Porto, Ano 11, n.º 261 (5 Nov. 1898), p. 2.

Faleceu hoje, como lhes participei em telegrama, o barão da Trovisqueira, chefe do partido progressista deste concelho. O ilustre extinto era um venerando ancião, muito bondoso e estimado por todos, pelas suas excelentes qualidades de coração. / O partido progressista sofreu com o falecimento deste homem uma perda irreparável.

cometidos os mesmos erros antecedentes, nomeadamente na biografia (2006: 926-927), tal como aconteceu com Veríssimo Serrão (1997) e o mesmo sucedendo com Justino de Almeida, o qual nos diz que “são escasas as notícias que apurei sobre José Francisco da Cruz Trovisqueira, barão do último apelido!” (CASTELO BRANCO 1994: 841).

A tradição historiográfica, desde Domingos Joaquim Pereira, indica apenas as visitas reais, que então se sucederam ao seu palacete em Vila Nova de Famalicão, hoje Museu Bernardino Machado) e os títulos nobiliárquicos¹⁰, os quais revelam a participação cívica e social do barão. Estudos mais recentes, como são o caso de António Joaquim Pinto da Silva e o de Jorge Fernandes Alves, são mais abrangentes: o primeiro diz respeito às vereações de Vila Nova de Famalicão desde a fundação do Município (tendo sido o Barão de Trovisqueira várias vezes Presidente da Câmara, assim como também Administrador do Concelho), enquanto que o segundo, para além dos dados biográficos, realiza o enquadramento e a contextualização das actividades económicas da personalidade em causa. Estas são as excepções á regra, para não deixar de falar, claro, das textualidades biográficas clássicas de Vasco de carvalho, o qual já na *Justiça* (1947), em os *Nossos Quadros* (1955) e no já falado *Factos e Nomes* (1960) revelam a importância do barão no seio da comunidade famalicense. Caso à parte, é o que nos diz na obra *Os Nossos Quadros*, na qual nos fala do quadro então existente na antiga Câmara Municipal de V. N. de Famalicão. Vejamos a descrição que nos efectua do respectivo quadro do Barão:

O do Barão da Trovisqueira, da autoria de Manuel António de Moura que o pintou em 1899, além da tela maior, eleva-se por ter um melhor trato artístico. / A sua frente dá-nos pela calvície, fisionomia e barba branca, um semblante preparado com mestria, e no conjunto, a prova de um magnífico retrato. / Por outro lado o ambiente que o cerca pela aparência, apresenta-o como bondoso, linha com distinção, pensamento pelo agrado das lutas com envolvimento político, gostando de honras, um leve fundo denotando receios perante a glória atingida (CARVALHO 1955: 31).

Se os nossos contemporâneos, pelo menos alguma intelectualidade, votaram ao esquecimento, na interpretação de Mendes, a questão de ser um homem de consensos, tal não aconteceu com os contemporâneos do Barão, cujas recepções reais então por si realizadas elevou o nome de Famalicão para além das suas fronteiras. Vejamos o texto que se segue, exemplar nesse sentido, e apenas, julgamos, publicado na época, e nunca referenciado na tradição historiográfica à volta do Barão, sendo o texto do correspondente famalicense da época, na visita do Rei D. Luís, evocando o palacete e os adornos da própria Vila:

Não me tem sido possível dar-lhe uma descrição exacta e minuciosa, como desejava, da recepção que nesta vila tiveram Suas Majestades, mas para cumprir com os deveres de correspondente, não deixarei de lhe dizer que os festejos que por tal motivo se fizeram dignos dos reais hóspedes, excedendo as forças e capacidade da terra. / Desde a entrada da vila até ao palacete do sr. Comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira, achavam-se colocados dois arcos, com colunatas e obeliscos de espaço a espaço, adornados de fustões de murta, bandeiras e galhardetes, dispostos na melhor ordem. As janelas, adornadas com cobertores de damasco e guarnecidas de senhoras, apresentavam uma perspectiva festiva e encantadora. A concorrência do povo em todo o trânsito era extraordinária. / No que, porém, esta terra se excedeu foi na hospedagem, verdadeiramente real e majestosa, que aquele digníssimo comendador ofereceu aos reais viajantes. Eu não me julgo habilitado para fazer-lhe uma descrição exacta nem aproximada da riqueza, luxo e bom gosto que encerrava esta *habitação de fadas*, para isso seria mister uma pena mais hábil do que a minha, mas posso-lhe garantir que Suas Majestades e toda a real comitiva ficaram suspensos e maravilhados por encontrarem uma hospedagem com tanta magnificência e bom gosto. E assim deve ser, porque os digníssimos donos da casa não pouparam despesas e trabalho para receberem condignamente os reais viajantes, pelo que são dignos dos maiores louvores e reconhecimento. /

¹⁰ 1863-06-09. Comenda da Ordem de Cristo; 1863-12-09. “Voto de agradecimento” da Câmara Municipal pela recepção a D. Luís; 1864-01-16. Título de Barão, concedido por D. Luís; 1864-01-27. Foro de Fidalgo-Cavaleiro da Casa real; 1873.01.08. Grau de Comendador da ordem de Carlos III de Espanha, concedido por Amadeu I; 1880. Inscrição na toponímia famalicense, Avenida barão da Trovisqueira, segundo proposta do Vice-Presidente José Gonçalves Elísio.

Suas majestades chegaram no dia 25 pelas quatro horas e meia da tarde, sendo esperados à porta do palacete pela ilma. Câmara, Juiz de Direito, delegado e pelo dono da casa, que todos e outras pessoas e mais autoridades foram recebidos por Suas Majestades na sala do trono, que estava majestosamente preparada. / Para o jantar tiveram a honra de ser convidados, além da comitiva de Suas Majestades, a dona da casa, a Exma. Sr.^a D. Maria da Ascensão Mora Varona de Araújo Trovisqueira, que ficou à esquerda de El-Rei, o dono da casa o sr. Comendador Trovisqueira, que ficou à esquerda da sr.^a Duquesa da terceira, governador civil, juiz de direito, delegado, administrador, presidente da câmara, arcepreste, marquês de Saldanha, conde da azenha, visconde de Lindoso, Torres e Almeida, deputado, oficiais da força aqui estacionada e o escrivão de direito Rodrigo José de Sousa Bandeira. / No dia seguinte levantaram-se Suas majestades pelas 10 horas da manhã, e depois do almoço, para que foram convidados os donos da casa, o comendador Bernardo José Monteiro Torres, deputado Torres e Almeida, reitor de Requião, pregador régio, e António Luís machado Guimarães, juiz de direito substituto, seguiram para Braga, acompanhados de uma força de cavalaria, tudo em vestuário de grande gala, vestindo El-Rei uniforme de marechal-general. / No Domingo 29 regressaram Suas Majestades com a sua real comitiva, menos o sr. ministro da marinha, pelas 2 horas da tarde, sendo recebidos com as mesmas demonstrações de regozijo, e, depois de aceitarem o *lunch* que o sr. Comendador Trovisqueira lhes tinha oferecido e preparado, seguiram para essa cidade pelas 8 horas da tarde. / À noite o sr. Trovisqueira e sua Exm.^a Esposa receberam em seu palacete os seus muitos amigos em número de cerca de cem pessoas, entre senhoras e cavalheiros, a quem, com aquelas delicadas e briosas atenções que lhes são próprias, patentearam os aposentos reais e fizeram servir um profundo chá, refrescos e ceia, que tudo terminou pelas 2 horas da madrugada, retirando-se todos os convidados altamente penhorados e satisfeitos, e bem dizendo a fortuna que a providência depositou nas mãos de tão distintas quanto filantrópicas pessoas, como são o sr. Trovisqueira e sua esposa, que tão galhardamente fizeram sobressair esta terra, obsequiando por uma forma tão digna os simpáticos reis de Portugal¹¹.

É nesta confluência social, a par da sua actividade cívica e política, que Leopoldo Trovisqueira evoca o avô em termos tão encomiásticos, como alguém que “por quem tanto fez por ela”, entenda-se, por Vila Nova de Famalicão.

.....
¹¹ “Províncias. Vila Nova de Famalicão, 30 de Novembro”. In *O Comércio do Porto*. Porto, Ano 10, n.º 278 (1 Dez. 1863), p. 2. Já em 1861, com a visita de D. Pedro (a de 1863 é a visita régia de D. Luís) a imprensa nacional não deixou de registar os feitos na recepção da visita real por parte do Barão de Trovisqueira. Vejamos dois exemplos.

i) “Boletim de Viagem de SS. M. E A.” In *O Comércio do Porto*. Porto, Ano 8, n.º 196 (30 Ago. 1861), p. 1. Às seis horas e meia da manhã chegou S. M. a Vila Nova de Famalicão e entrou na casa do Sr. José Francisco da Cruz Trovisqueira, onde descansou, dignando-se aceitar um almoço, findo o qual S. M. tomou o caminho para Braga. Nesta casa foi felicitado pela Câmara, empregados judiciais e marquês de Saldanha.

ii) “Noticiário. Boletim da Viagem de SS. M. e A. 30 de Agosto”. In *O Comércio do Porto*. Porto, Ano 8, n.º 196 (30 Ago. 1861), p. 2.

... seguiram SS. M. a sua viagem pela freguesia do prédio concelho (Ribeirão e Calendário) até à vila cabeça dele, achando-se os povos de cada uma dessas freguesias agrupados junto de vistosos arcos de Murça e flores, levantados sobre a estrada nas suas respectivas paróquias, nos quais sobressaía em caracteres maiúsculos um letreiro indicando na frente da parte superior o augusto nome de S. M., da freguesia e a data de 29 de Agosto de 1867. / Às 6 horas e meia entraram os reais viajantes na vila, que se achava vestida de festa apresentando a perspectiva de um arruamento, no meio do qual ostentava elegância e primoros um majestoso arco semelhando pedra, decorado com os emblemas competentes e rematados na cúpula por uma grande coroa dourada. / Tremulavam aí milhares de bandeiras. A murta, as sedas, os festões e as flores, tudo acertadamente disposto produzia um efeito surpreendente. / As janelas estavam literalmente ocupadas por numerosas senhoras enfeitadas de gala, e tanto na rua do trânsito como nos arredores estacionavam milhares de pessoas, que ao som de entusiásticos vivas saudaram o Monarca português e o Augusto Infante. / Os reais viajantes dignam-se aceitar hospedagem na casa do sr. José Francisco da Cruz Trovisqueira, onde tomaram uma refeição. E aqui caberá dizer que este generoso cavalheiro e sua amabilíssima esposa. A Exm.^a Sr.^a D. Maria da Assunção, tinham aquela sua linda casa preparada com tal riqueza e apurado gosto, que podia competir sem receio com todas as mais em que os augustos hóspedes se dignaram entrar desde que saíram da capital do reino.

III

Efectivamente, quem nos fala, cortando com a tradição historiográfica famalicense, da actividade de autarca do Barão de Trovisqueira é Sá da Costa, o qual, num texto publicado no jornal famalicense *Opinião Pública* (23 Maio 2007), evoca o seguinte:

i)

O seu nome está irremediavelmente ligado à construção dos novos Paços do Concelho e do Tribunal Judicial, inaugurados no final do seu último mandato. Este novo edifício municipal, construído para substituir o imóvel da actual Casa da Cultura, que acolheu a primeira Câmara Municipal, representa, antes de mais, a capacidade empreendedora e o visionismo do homem e do político ao impor a sua construção, numa zona de expansão da vila, rompendo com a “muralha” da Rua Direita. Simboliza também a consolidação do poder municipal conquistado em 1835.

ii)

O empreendedorismo que evidenciou na construção dos novos paços do Concelho leva-o a alargar e a expandir a “cidade”, em direcção à estação dos caminhos-de-ferro, alargando a então “Estrada 9”, hoje Avenida barão da Trovisqueira, como o conduz a abrir a estrada das Lameiras, hoje Alves Roçadas, ligando o Campo da Feira a Guimarães. Interessa-se também pela ferrovia, não descansando o prolongamento da linha do Porto/Póvoa de Varzim a Famalicão. Teve o prémio de há 132 anos receber a comitiva real, na Estação de Famalicão, no dia da inauguração da linha do Minho.

De facto, a actividade municipal do Barão de Trovisqueira poderá ser dividida em quatro frentes de ocupações: i) os Paços do Concelho, ii) os caminhos-de-ferro e a ligação à Vila, iii) as ruas do centro urbano, e, finalmente, iii) os limites da Vila e as Posturas Municipais.

Desta forma, os novos Paços do Concelho revelam, efectivamente, o grande projecto que ocupou praticamente todos os seus mandatos. Podemos recordar que já em Março de 1863, o Governador Civil de Braga, Januário Correia de Almeida, propunha à autarquia famalicense a construção de uns novos Paços do Concelho, já que a infraestrutura então existente não estavam à altura do progresso que então se fazia sentir na Vila de Famalicão.

Muito embora a decisão final sobre a localização do novo edifício e o início da construção tivessem ocorrido durante a vereação de Francisco Inácio Tinoco de Sousa (1876-1877) – o qual, neste caso, como na construção do hospital mostrou uma apreciável capacidade de decisão –, o certo é que desde a primeira deliberação sobre a construção do novo edifício, em 1872, até à colocação das armas reais no seu frontão em 1881 (acto que serviu de cerimónia da inauguração), estamos, é certo, em plena época do Barão de Trovisqueira.

Relativamente à Estação de Famalicão, podemos dizer que ela correspondeu, tal como no resto do país, a um marco essencial para o desenvolvimento dos transportes e das comunicações no nosso concelho – apesar de um republicano como Sousa Fernandes, para espanto nosso, evidenciar o contrário!

Colocando Famalicão no eixo prioritário da ligação do Porto ao Minho e, sobretudo, à fronteira com Espanha, parece, contudo, que algumas dúvidas teria havido sobre a existência de uma estação na Vila, o que levou a Câmara de Famalicão na presidência do Barão de Trovisqueira a representar ao Governo em 11 de Setembro de 1872 a seguinte proposta: “Esta Câmara espera que a via férrea já em construção, que liga a cidade do Porto à de Braga, terá uma estação nesta Vila – como se acha no projecto aprovado –, pois o contrário seria o aniquilamento completo desta povoação.” Tal como hoje a conhecemos, a Estação famalicense seria impossível sem a acção cívica e as preocupações sociais e económicas do Barão de Trovisqueira, na medida em que havia um outro projecto, estando então à cabeça o Governador Civil de Braga, Visconde de Pindela, o qual seria para implantar a Estação na estrada de Guimarães. Apesar de tudo, a nova Estação de Famalicão será inaugurada a 20 de Maio de 1875. A partir daqui todo o interesse do Barão de Trovisqueira foi orientado para a resolução do problema da ligação da Vila com a Estação famalicense e com outras esta-

ções. Por um lado, a ligação directa ao centro urbano, ou seja, a Praça da Mota; por outro, na construção de uma estrada que ligasse a Estação à estrada real Famalicão-Barcelos-Viana do Castelo com o cruzamento para a Póvoa de Varzim e Vila do Conde, facilitando o acesso aos caminhos-de-ferro da população de todas as freguesias servidas por aquelas duas estradas. Tal situação levaria aos limites da Vila conforme hoje a conhecemos – como daqui a nada veremos.

Relativamente à renovação urbana, melhor, as ruas do centro urbano, compreendendo o calcetamento e a construção dos passeios, tiveram um enorme desenvolvimento nas vereações do Barão de Trovisqueira.

Primeiro, aconteceu na Praça da Mota, em 1869, em seguida na Rua de Santo António, entre 1871 e 1872, e, finalmente, na actual Rua Daniel dos Santos e a desaparecida Travessa das Laranjeiras, em 1879. Paralelamente com esta renovação de algumas ruas centrais, houve também uma preocupação com os melhoramentos realizados em três arruamentos que serviam de ligações importantes dentro da Vila: i) a Rua Alves Roçadas, ligação entre o Campo da Feira e a nova estrada de Guimarães e também (através das actuais ruas de S. João de Deus e Manuel Pinto de Sousa) à Cruz velha, ou seja, às estradas para Barcelos e a Póvoa de Varzim; ii) a Rua Álvaro de Castelões, ligando o Hospital, então em construção, à Cruz Velha; iii) e a rua, que viria a ter o seu nome, permitindo uma melhor ligação ao cemitério municipal e, através da então designada estrada municipal de 1.ª classe, n.º 9, à estação do caminho-de-ferro. A este fenómeno de renovação urbana tem que se ligar a expansão da rede da iluminação pública e a ampliação do seu horário de funcionamento, até às 03h30 da manhã, aprovado em 1879.

Finalmente, a salientar, como elemento importante para a segurança da população, hoje sob a denominação de protecção civil, principalmente a “urbana”, a criação de um serviço de bombeiros municipais em 1879, embora a Câmara já possuísse material de incêndios desde, pelo menos, 1872.

Um projecto importante levado a cabo pelas vereações do Barão da Trovisqueira foi, sem sombra de dúvidas, o da publicação de um novo *Código de Posturas Municipais*.

Alterando e renovando o código aprovado em 1853, assim adaptando-o à nova sociedade emergente da segunda metade do século XIX, este código, abandonando velhas referências e hábitos da vivência rural, procurou contribuir para uma nova mentalidade da “cultura urbana”, que em V. N. de Famalicão também se fazia sentir. Refira-se, por curiosidade, que este código foi impresso na Imprensa da Universidade de Coimbra, tendo a Câmara feito um pagamento da sua impressão a António Luís Machado Guimarães Júnior, o que podemos levar a pensar que foi por intermédio do irmão de Bernardino Machado que tal impressão se fez. Embora se possa estranhar que a publicação do novo Código de Posturas (1873) não tivesse sido aproveitada para a revisão dos limites da Vila, definidos em 1853, já completamente desactualizados, parece evidente que a construção dos caminhos-de-ferro e a inauguração da Estação, em 1875, teve um papel decisivo para a elaboração da postura municipal que, em 1880, renovaria completamente os seus limites.

Podemos dizer que a definição da Vila, hoje cidade, contida na postura de 1880, duraria, pelo menos, mais de um século, senão mesmo até aos nossos dias; e muito do que hoje conhecemos da realidade geográfica de Vila Nova de Famalicão deve-se, incontestavelmente, ao barão de Trovisqueira. E por proposta do então Vice-Presidente da Câmara Municipal (José Elísio Gonçalves Cerejeira), em 24 de Julho de 1880, o Barão de Trovisqueira foi dos únicos famalicenses que em vida (exceptuando o caso de Camilo em 1886) se inscreveu na toponímia famalicense, na designação de Avenida Barão da Trovisqueira, surgindo na então proposta camarária que “se denomine a avenida, ainda em construção, que, da praça da Mota, desta vila, dá passagem para a Estação do Caminho de Ferro=Avenida Barão de Trovisqueira” devido aos seus “tantos e tão relevantes serviços tem este distinto cavalheiro prestado à sua e nossa terra natal...” (CÂMARA MUNICIPAL 1994: 105-106).

Agradecemos ao Dr. António Joaquim Pinto da Silva muitos dos dados aqui hoje revelados.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Francisco
(2001) – “O Barão da Trovisqueira”. In *Barão da Trovisqueira: reencontro*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado.
- CÂMARA MUNICIPAL. Vila Nova de Famalicão
Roteiro Toponímico da Cidade de V. N. de Famalicão. Introd. Agostinho Fernandes; [Pref.] Comissão Municipal de Toponímia. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- CAPELA, Viriato
(2005) – “Vasco de Carvalho e a História Local”. In *Aspectos de Vila Nova: a justiça*. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Edições Quasi.
- CARVALHO, Vasco César de
(1947) – *Aspectos de Vila Nova: a justiça*. V. N. de Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas Minerva, de Gaspar Pinto de Sousa.
(1955) – *Aspectos de Vila Nova: os nossos quadros*. V. N. de Famalicão: Centro Gráfico.
(1956) – *Aspectos de Vila Nova: o Liques*. V. N. de Famalicão: Tipografia Central.
(1960) – *Aspectos de Vila Nova: factos e nomes*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
(2005) – *Aspectos de Vila Nova: a justiça*. 2.ª ed. Pref. Viriato Capela. V. N. de Famalicão: Edições Quasi.
- CASTELO BRANCO, Camilo
(1985) – *Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho – I*. Recolha, pref. e comentários Alexandre Cabral. Lisboa: Livros Horizonte.
(1994) – *Obras Completas: polémica, correspondência – I*. Dir. Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores.
- CATROGA, Fernando
(2001) – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quareto Editora.
- COSTA, Artur Sá da
(2001a) – “Barão da Trovisqueira”. In *Museu Bernardino Machado: exposição permanente*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Bernardino Machado, pp. 38-39.
(2001b) – “Reencontro(s)”. In *Barão da Trovisqueira: reencontro*. Coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado.
- FERNANDO, Aurélio
(1994) – *Riba d’Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves – II*. Riba d’Ave: Biblioteca Externato Delfim Ferreira.
- LE GOFF, Jacques
(1984) – “Documento/Monumento”. In *Enciclopédia Einaudi: Memória-História – I*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MENDES, Manuel da Silva
(1898) – “Barão da Trovisqueira”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 57 (3 Nov.), p. 1.
- PEREIRA, Domingos Joaquim
(1867) – *Memoria Historica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*. Vianna: Typographia de André J. Pereira & Filho.
- SERRÃO, Veríssimo
(1997) – “Barão da Trovisqueira”. In *Vila Nova de Famalicão*. Dir. Rui Guedes. Textos e notas Veríssimo Serrão; Fotgr. Amadeu Homem Cardoso. [Porto?]: Rui Guedes.

SILVA, António Joaquim Pinto da

(1990) – *Imagens de Famalicão Antigo*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.

(2005) – *Vereações de Vila Nova de Famalicão: 1835-2005*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Edições Quasi.

TEIXEIRA, Aurora

(2006) – “Trovisqueira, José Francisco da Cruz 1.º Barão da Trovisqueira (?-?)”. In *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1824-1910 – III*. Dir. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Assembleia da República, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 926-927.

VIEIRA, José Augusto

(1887) – *O Minho Pitoresco – II*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira-Editor.

Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira – correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira

I

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Calendário, 1955 Dez. 12, [a] Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calendário. [1 fl., 1 p.]

Texto dactilografado. Contém assinatura autografa de Vasco de Carvalho

Dada a minha situação de investigador local e em face da autorização que essa Junta me concedeu, venho informar V. Excia que no dia dez do corrente mês de Dezembro se procedeu no cemitério desta Freguesia à descoberta do caixão de chumbo com o cadáver do famalicense Barão da Trovisqueira, que nele se encontra desde a extinção do cemitério municipal de Vila Nova de Famalicão, e, pela sua trasladação feita em 28 de Janeiro de 1915¹ para o de Calendário, como se comprova no livro “Caixa” da sua Junta, perante o lançamento e registo desta data.

Assim, foi ele encontrado a duas profundidades no espaço caminho à retaguarda da sepultura vendida, onde se encontram enterrados António Rodrigues de Carvalho e sua mulher Guilhermina de Sá Miranda, que na sua pedra de cabeceira tem a data de 1932, voltada ao caminho de passagem neste talhão n.º 2.

Pensando-se, porém, na sua mudança para o cemitério municipal de Vila Nova e dado o mau lugar e grande profundidade onde estava, e permitir com facilidade o seu previsto desenterramento, foi feita a sua mudança para a campa vazia com o n.º 23, no talhão n.º 5, e como penúltima, localizada no canto Norte e Poente, ao lado do cedro ali existente.

Procedeu a estes trabalhos o coveiro Armindo Carneiro da Silva, acompanhado por mim, e as testemunhas António de Sá Pinheiro, seu filho Fernando, Joaquim José Vidal, moradores em Sobre Seara desta Freguesia.

Tratando-se, então, de trabalho e mudança responsável, e ainda desta Figura ilustre famalicense, peço a essa Junta de Freguesia que tudo registe como aqui se menciona para conceder facilidades futuras, e evitar complicações à Câmara Municipal de Vila Nova, a essa Junta, e ao meu nome como fomentador desta presente situação.

Com atenção me subscrevo

De V. Excia

At.[enciosamente] Ver.[Venerador] e Mt.º [Muito] Obgdo.]Obrigado]

Vasco de Carvalho

.....
¹ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Jornal de Famalicão / em / 1885 – Livro Junta / No Livro de contas iniciado em 1910 / a folhas 9 verso está o seguinte / Fevereiro [?] 28 de 1915 / idem, recebido de Rodrigues / Terroso pela trasladação do caixão // do B.[arão] da Trovisqueira 3.00”.

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1956 Jan. 1, [a] Exmo. Sr. Leopoldo Trovisqueira, Lisboa.
[1 fl., 2 p.]

Papel timbrado da Casa de Santa Maria, Calendário, de Vasco de Carvalho. Texto manuscrito. Contém assinatura autografa de Vasco de Carvalho.

Não tenho a satisfação de conhecer V. Excia, mas como famalicense dedicado ao estudo desta Terra, muito me aprouve saber que o nosso grande homem Barão da Trovisqueira tinha um neto² em Lisboa.

Vai para 10 anos aqui tratei de conseguir que no cemitério da Vila se levantasse uma memória para conservar as suas ossadas, e supondo-as no jazigo dos seus antepassados na freguesia de Gavião, ao decidir do assunto averigui então, que elas lá se não conservavam, e assim esta homenagem não foi prestada.

Ao momento, porém, fiz a sua descoberta no cemitério paroquial da freguesia de Calendário, em virtude do caixão de chumbo para aqui ter sido trasladado quando em 1915 se extinguiu o velho cemitério de Famalicão, pela sua mudança para o novo e actualmente existente.

Assim, aproveite a ocasião para a V. Excia lhe dar esta notícia e ainda porque estando ele por assim dizer abandonado, eu pretendo que ele tenha no cemitério de Vila Nova um pequeno monumento para honra do seu nome e para melhor ficar recordada a memória de tão considerado famalicense.

Precisando, no entanto, de informações e elementos biográficos dele, fui falar ao Porto com a Exma Senhora D. Glória de Macedo Sampaio e com o seu genro o Senhor José Manuel do Vale.

Não me souberam dar informações, apesar da falecida senhora D. Maria Leopoldina ter passado na Casa das Lameiras e o Abílio da Trovisqueira, que eu em muito novo ainda conheci.

Deram-me, porém, o nome de V. Excia e o cartão que junto, para provar a minha idoneidade e poder eu assim conseguir o que desejo, dada a minha condição moral particular e pública.

Pensei ir a Lisboa agora em Janeiro, mas como somente mais adiante o farei, resolvi escrever a V. Excia pela urgência do que preciso.

Poderá, portanto, V. Excia fornecer-me dados do barão da Trovisqueira, desde a sua idade para o Brasil, e regresso, e do seu casamento, do viver em Lisboa, e tudo quanto seja possível?

Se assim for, eu faria aqui um questionário, e V. Excia responderia às perguntas feitas.

E porque quanto mais eu obtiver, também tudo isto me serviria para escrever um livro a respeito desta considerada Figura Famalicense.

Em face da resposta que obtiver, completarei depois o assunto.

Enviando os meus respeitosos cumprimentos, subscrevo-me de V. Excia

Mt.º [Muito] At.º. [Atento] e muito obrigado
Vasco de Carvalho

² Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho.

“Barão da Trovisqueira / por D. Glória Sampaio / R. Anselmo Braancamp – 184-Porto.

O neto chama-se Leopoldo Trovisqueira na Rua dos Açores 47-1.º, Lisboa. Filhos – Joaquim – Abílio – Maria Leopoldina. Maria em Lisboa, o tio Antero pelo lado da mulher. Após o falecimento a Baronesa ficou a dirigir a fábrica sua em Riba d’Ave. Venderam depois ao Narciso Ferreira. Depois foi para Lisboa. O tio Antero morava no Campo de Santa Clara 76. O Abílio tinha o curso de Engenheiro Agrônomo e esteve na Escola Agrônoma de Coimbra, alguns anos, passando depois a Lisboa onde faleceu. O Leopoldo estaria colocado numa casa de rádios. A mãe de Leopoldo, mulher de Abílio, ainda vive.”

Num cartão separado, o seguinte apontamento manuscrito com a data de 17 de Maio de 1946: “José Manuel do Vale / R. Anselmo / Braancamp, 184, Porto / Manuel do Vale / Lameiras”.

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Jan. 4, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 2 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Acuso recebida a amável carta de V.Excia, de 1 do corrente, as suas amáveis palavras, e as informações que me dá acerca da sepultura de meu Avô. Desconhecia em absoluto, isso, pois estava convencido que minha falecida Tia Maria Leopoldina e meu pai, Abílio, me tinham dito que, quando meu Avô falecera, tinha ido para o jazigo da família Macedo. O afastamento dessa Vila de toda a nossa família, é uma das causas disso, com a agravante de que, depois desse informe desagradável, não o posso remediar porque as condições financeiras actuais não me permite fazê-lo, o que muito lamento.

Antes de mais nada, quero agradecer a V. Excia, o interesse e carinho que está demonstrando, para que seja prestada, por essa Vila, a justiça por quem tanto fez por ela. Eu fico inteiramente ao dispor de V. Excia, naquilo em que o possa servir ou ser útil, mas os elementos que possuo, recolhidos depois da morte de minha Tia, são poucos. No entanto, a seguir dou os principais.

TROVISQUEIRAS

1 – Manuel José Francisco da Cruz, casado com D. Custódia Maria da Costa. Tiveram os filhos seguintes:

2 – Custódio Francisco da Cruz, casado com D. Joana Maria da Costa, senhora da casa ou quinta da Trovisqueira, na freguesia de Gavião, concelho de Famalicão, e filha de José da Costa e de D. Ana Maria da Costa. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 – José Francisco, que segue
- 2 – António
- 3 – João
- 4 – Manuel Francisco
- 5 – D. Teresa
- 6 – Joaquim
- 7 – Francisco José
- 8 – Vicente
- 9 – Luís
- 10 – D. Ana Maria

3 – José Francisco da Cruz Trovisqueira. Nasceu em 15 de Março de 1824. Em 16 de Junho de 1863 foi-lhe concedida a mercê de Comendador da Ordem de Cristo, “em público testemunho de contemplação e apreço dos importantes serviços por eles prestados a bem da humanidade, já dispensando com a mais reconhecida abnegação e generosidade, durante o tempo em que residiu no Rio de Janeiro, valiosos socorros a muitos súbditos portugueses que por falta de meios para poderem prover à sua subsistência se viam colocados nas mais críticas circunstâncias, já promovendo subscrições em favor das famílias dos que em Lisboa pereceram vítimas da febre amarela e em benefício do Hospital do Carmo da cidade do Porto”. Em Janeiro de 1864 foi-lhe concedida a mercê de foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Em 16 do mesmo mês e ano ainda lhe foi concedido o título de Barão de Trovisqueira, depois de ter hospedado na sua casa de Vila Nova de Famalicão El-Rei D. Luís I e a Rainha D. Maria Pia. Segundo notícia publicada no jornal

“Primeiro de Janeiro” de 13 de Dezembro de 1944, hospedou El-Rei D. Pedro V e seu irmão o infante D. João, em 29 de Agosto de 1861, o que é confirmado no jornal “O Minho” de 8 de Novembro de 1898, no elogio fúnebre, quando da morte de meu Avô. Nesse mesmo jornal se diz que embarcou para o Brasil em 1834 e lá se demorou até 1851 data em que veio com pouca demora em Portugal, pois voltou ao Brasil pelo tempo necessário para liquidar os seus negócios, fixando-se então em Famalicão senhor de bons cabedais. Por alvará de 8 de Janeiro de 1873, do Rei Amadeu I de Espanha, foi nomeado comendador da Ordem de Carlos III. Casou em Lisboa, na igreja paroquial de St.^a Engrácia, em 2 de Junho de 1859, com sua prima D. Maria da Ascensão de Mora Varona de Araújo, filha de Joaquim da Costa Araújo e de sua mulher D. Inês de la Mora Varona, de Valladolid. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 – D. Maria Leopoldina
- 2 – Joaquim
- 3 – Abílio

A sua actividade na política³ é certamente do conhecimento de V. Excia, e na parte industrial, diz o já referido industrial “O Minho”: a sua actividade desenvolveu-se também na indústria de uma forma saliente, sendo dignas de menção quatro empresas de que foi iniciador e grande accionista: a linha americana de Coimbra, extinta desde a construção do ramal para a Estação Nova, a linha americana do Porto a Matosinhos, a via férrea de Arganil, e a fábrica de lanifícios de Sant’Ana sobre o rio Ave.

Do viver em Lisboa, pouco sei. Viveu na Baixa, não me recordo onde, e suponho que ainda no Campo de St.^a Clara, mas não tenho confiança nenhuma nesta última morada que foi a de minha Avó e Tia, durante muitos anos, até às suas mortes.

Dos poucos documentos que tenho, se V. Excia vier a Lisboa e lhe interessar tomar conhecimento deles, estão ao seu dispor, pedindo somente o favor de me avisar, para estar em casa e poder receber a amável visita de V. Excia.

Sempre ao dispor de V. Excia, creia-me com a maior consideração

Atentamente
LTrovisqueira

IV

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1956 Jan. 12, [a] Exmo. Sr. Leopoldo Trovisqueira. [2 fls., 4 p.]. Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, Calendário, de Vasco de Carvalho. Contém assinatura autografa de Vasco de Carvalho.

Não se perdeu a c.[arta] de 4 de Janeiro que fez o favor de me escrever a qual teve a demora desta resposta, por ter esperado a m.[inha] ida ao Porto e na Biblioteca Nacional fazer uma consulta aos jornais q.[ue] citou.

³ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Começou servindo a Câmara Municipal, se não anteriormente – mas então já como seu Presidente desde o 1.º trimestre de 1872 o que sustentou com intermitências, para vir após o seu afastamento algum tempo anterior a sua morte, na sua casa da Rua de Santo António em 1 de Novembro de 1898.”

Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Barão da Trovisqueira era chefe do Partido Progressista / Adriano Regenerador.”

Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Barão da Trovisqueira era / Administrador Interino em / Novembro de 1886 (17+10+1955)”.

E como somente o pude fazer ontem, aqui estou hoje a conseguir este meu dever.

Assim, quero pois agradecer a atenção q.[ue] me prestou, pois não havendo relações e até desconhecimento de pessoas, eu lhe mereci a confiança deste epistolar respeitador.

E vamos ao caso:

Na Biblioteca portuense apenas encontrei o “Primeiro de Janeiro”. O jornal semanário “O Minho”, como órgão do meu conhecimento, não existe na sua colecção.

Estou já dando voltas por cá na família de um seu principal redactor, q.[ue] o possuía, e o filho médico q.[ue] em tempos em casa o tinha, esta tarde deu-me o desgosto de não saber onde ele parava já.

Se não for encontrado, terá V. Excia de fazer o obséquio de me enviar uma cópia textual do original q.[ue] possuía acrescido da indicação do ano, dia, número, cargos e nomes da sua direcção, ou redacção, tipografia e local onde era impresso?

Tudo isto e o seu texto, tem de vir tal qual, ou seja, na ordem da ortografia como se imprimiu.

E assim digo para não estar a pedir este número para lhe tirar a cópia, pelo receio do seu extravio.

Dada a boa informação q.[ue] prestou, só lendo o q.[ue] se escreveu é q.[ue] verei o mais conveniente contar dela, ou até a possível – possibilidade – de o transcrever por completo.

Sob o “Primeiro de Janeiro”, quanto às singelas referências q.[ue] faz ao Barão da Trovisqueira, são elas do meu conhecimento.

A biografia⁴ a escrever desta importante Figura nossa, tem alguma demora, não só por ter entre mão dois livros, mas ainda por ser necessário fazer uma aturada e densa investigação nos livros das actas camarárias desta Vila, e como eu o não posso fazer em dias seguidos, de uma assentada, a situação necessita cuidados responsáveis.

As notas que vieram são preciosas, um grosso delas sabendo já, mas outras são bons novos elementos indispensáveis.

Torna-se, porém, muito preciso anteceder todas as informações com as respectiva datas, pois de contrário dará lugar a que se adiantem factos, quando devem ser precedentes.

Ou, por hipótese, não se deve fazer referência a um sucesso de 1940, e depois começar relatando o q.[ue] se deu em 1930.

Quero começar pelo seu nascimento, pois, lugar, escola, ida para o Brasil, comércio que lá teve, família, e vir assim subindo em ascensão por datas, até à última, para acabar no falecimento.

Direi ainda os filhos q.[ue] tiveram este grau, negócio, carreira, etc.

À data do falecimento da sua esposa, dos seus filhos, da sua simpática e bonita filha D. Maria Leopoldina q.[ue] ainda eu em muito rapaz conheci.

E tudo isto porque se assim não for ficará uma biografia a dar apenas uma dúzia de filhos, quando eu quero enriquecê-la, o mais possível.

Se houver retratos com farda, ou do casamento, ou de uma idade nova sua, também a precisava.

Temos, pois, de entabellar mais correspondência, até se acertar com o último do maior número de elementos que se possam conseguir.

.....
⁴ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Barão da Trovisqueira. / Nasceu a 15 Março 1824 / Faleceu a 1 de Novembro de 1898. / Na acta de 24 de Junho de que o nome Avenida Barão Trovisqueira 1880 / Do fim Justiça a Pág.[ina] 116 (aparece o Barão como presidente a 25 de Maio de 1872- / Será a 1.ª vez? / ainda não era Barão. Foi agraciado Barão por decreto de 14 de Janeiro 1864”.

Manuscrito de Vasco de Carvalho. Documento 3. “O Barão da Trovisqueira foi tutor do filho de Ana Plácido (Manuel Plácido) Vide A Paixão de Camilo / pág.[ina] 193 de Rocha Martins.

Diga, pois, V. Excia por favor o quanto mais poderá informar.

No meu livro “A Justiça” – Vila Nova”, escrevi um resumido biográfico seu, por não poder ir mais além.

Quando o escrevi, somente me apareceu o nome da esposa como Inês Mora, e o da sua mãe como Varaona e não Varona, como V. Excia escreveu. Contudo, será emendado no livro em vista.

Vai esta obra pelo correio, e, ainda “Os Nossos Quadros”, q.[ue] contém o seu retrato, pois ardeu nos incêndios dos Paços do Concelho.

E bastará por hoje. Bate a meia-noite.

Esperando, então, nova correspondência, e o especial obséquio de me continuar atendendo

Subscrevo-me de V. Excia
Vasco de Carvalho

P.S. Se tiver de fazer referências a estes dois livros, peço para o fazer em conta separada deste geral assunto, porquanto quero arquivar a conta no álbum que tenho de cada livro que público.

V

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Jan. 15, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de Santa Maria, Vila Nova de Famalicão. [4 fls., 8 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Aqui me tem V. Excia, em primeiro lugar, lhe agradecer muito penhorado a gentilíssima oferta dos livros de sua autoria “Aspectos de Vila Nova”, nas suas edições “A Justiça” e “Os Nossos Quadros”, e bem assim as amáveis dedicatórias que se lhes dignou a por. Com vagar terei o prazer de os ler, depois do que direi V. Excia o que se me oferecer.

Em segundo lugar cumpre-me agradecer-lhe a amável carta de 12 do corrente, e vou envidar os meus esforços, e dentro do possível, para dar satisfação aos desejos de V. Excia.

Junto encontrará uma cópia dos artigos insertos no jornal “O Minho” de que já falei. Igualmente envio cópia de um ofício – nao sei se nessa época já tinha essa designação – da Municipalidade de Famalicão; uma cópia do extracto da acta da Câmara Municipal de Famalicão de 9 de Dezembro de 1863. Envio tudo na hipótese de poder interessar-lhe.

Nos jornais “O Primeiro de Janeiro” de 8/1/1946 e 15/11/1946, vem dois artigos de meu falecido sogro, o escritor D. João de Castro, que talvez lhe interesse também conhecer, sobre mais do que um aspecto.

Igualmente junto uns apontamentos manuscritos sobre os Moras e Varonas, que agradeço mos devolva oportunamente, pois não sei se poderão interessar para os fins em vista.

A seguir dou alguns dados que consegui coligir e que V. Excia fará o obséquio de ordenar conforme as suas conveniências.

Nascimento de minha avó (Baronesa)	1838
Falecimento	21/7/920
Nascimento tia M. ^a Leopoldina	9/10/1866
Falecimento	25/1/930

Nascimento m/ pai (Abílio)	24/1/1873
Falecimento	29/11/1928
Nascimento tio Joaquim (o mais velho)	1/8/ ?
Falecimento	6/2/1910

Houve pelo menos mais um filho dos Barões que morreu em criança, mas de que não tenho dados alguns, nem me lembro do nome apesar de o ter ouvido de meu pai.

Meu tio Joaquim era funcionário da alfândega e suponho que ocupava já boa categoria quando faleceu com um cancro na língua. Deixou vários filhos, que deslustraram a família, em parte devido ao casamento que fez com uma pessoa de categoria bastante inferior à dele, e que, depois de viúva, se chegou às pessoas do seu meio de solteira, do que imenso sofreu a educação de seus filhos, que já todos morreram, mas existem alguns netos, com quem não estou em relações.

Meu Pai, Abílio, tirou o curso de Regente Agrícola, na Escola Nacional de Agricultura,⁵ (suponho que ao tempo era essa a sua designação), tendo em seguida ido para a Bélgica onde tirou o curso de Engenharia de máquinas. De regresso a Portugal casou com D. Maria da Natividade Cerqueira, de Caminha, de quem teve os seguintes filhos: Álvaro, Leopoldo, nasceu em 12/8/1899, Vasco Décio, nasceu em 6/3/1903, Jorge, já falecido, em criança, nasceu em 15/8/1907, Antero, já falecido em adolescente, nascimento em 15/8/1907, Maria Luísa, nasceu em 10/8/1909.

Meu pai era funcionário público, no Ministério da Agricultura, tendo ocupado vários cargos dentro da sua especialidade. Foi também vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Dos filhos de meu bisavô, consegui apurar mais as seguintes datas:

António – Pai do reverendo Vicente Trovisqueira, ainda vivo em 1942, em Mouquim, desse Concelho, e que me forneceu alguns dos elementos que a seguir transcrevo; faleceu no Louro.

João – Faleceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Manuel Francisco – Faleceu em Mões, subúrbios de Famalicão.

Teresa – Casou e parece que faleceu em Requião, Famalicão.

Joaquim – Nasceu em 11 de Fevereiro de 1831.

Francisco José – Nasceu em 1 de Maio de 1833

Vicente – Nasceu em 26 de Maio de 1835.

Luís e Ana Maria, nasceram em 14 de Junho de 1837.

Acerca de retratos, de momento posso informá-lo de que tenho em casa de minha Mãe, dois, com farda de Fidalgo Cavaleiro e em pé, corpo inteiro, um, e o outro sentado, vestido civilmente. Não sei se haverá mais retratos dele ou de família num álbum de retratos também em casa de minha Mãe, o que verificarei na primeira oportunidade.

E depois destas informações que agora presto a V. Excia, ficam quase que esgotados os poucos elementos que possuo.

Renovando os meus agradecimentos pela sua amabilidade, creia-me sempre ao dispor

Cr.º [Criado] e Obr.ª [Obrigado]
LTrovisqueira

⁵ A manuscrito: Coimbra.

i – O meu chefe

O rapaz amigo, que, pela distância a que eu estava, escreveu o artigo que aí se lê, fez ao meu espírito o favor de um incalculável serviço. As pessoas indiferentes, essas mesmas me comovem – quando o dia fatal as arranca para a viagem eterna. Como não fiquei eu quando, há quatro horas, no escritório de Caminha, me entrou, na participação lacônica de um telegrama, a notícia esmagadora – duplamente brutal pelos laços políticos e pessoas, que contemplo a dois passos o cadáver da grande vítima. Venham ao meu coração. Aí encontra-se imenso de mais significativo, porque o meu coração é dos que chora quando tem motivos para chorar. Eu tenho a consciência de que o barão se despediu deste inferno levando essa certeza...⁶

ii – Barão de Trovisqueira

Após uma longa, dolorosa, impertinente e tenaz enfermidade, daquelas a que só o eterno repouso pode por termo, substituindo-se aos esforços ineficazes da medicina, desapareceu ante-ontem pela meia-noite da cena dos vivos o titular mais prestigioso desta vila, sr. Barão de Trovisqueira.

Não o colheu a morte de improviso, nem lhe ceifou a existência no verdor da idade; porém a dor pela sua perda nem por isso enluta menos os corações ou obumbra menos pesadamente as almas dos seus amigos.

As almas grandes como a do Barão de Trovisqueira, quando se evolvem para as regiões do Desconhecido, fazem-nos falta, um vácuo nas nossas que ficam como que desamparadas, desalentadas menos fortes para os embates da vida, mais propensas ao desânimo, mais frias, mais débeis, mais sós.

Valem os homens grandes pelo que por si mesmos produzem, e valem pelo impulso que aos outros incutem. Valem na vida social que modelam e valem ainda na morte pela saudade que deixam, pelo exemplo que legam, e pela gratidão que recebem.

José Francisco da Cruz Trovisqueira, Barão de Trovisqueira, nasceu na freguesia de Gavião em 15 de Março de 1824, sendo seus pais Custódio José da Cruz e D. Ana da Costa Araújo, já falecidos.

Em 1834, tendo dez anos de idade, embarcou para o Brasil em busca de fortuna e lá se demorou na cidade do Rio de Janeiro até 1851, estabelecido com negócio de fazendas por atacado na rua da Quitanda.

Regressou à pátria em 1851, demorando-se alguns anos até que voltou ao Brasil, mas desta vez com pequena demora, a suficiente para liquidar o negócio que lá tinha e que era de grande importância; pelo que regressou com abundância de haveres.

Dedicou-se logo à política⁷ e a empresas industriais. Era nesse tempo chefe, e prestigioso, de um dos partidos políticos o célebre bispo de Viseu. Foi nas suas fileiras que José Francisco da Cruz Trovisqueira se alistou; e com tanta fortuna, ou antes com tanta habilidade política andou que bateu logo o candidato às cortes por este círculo de Famalicão dr. Pinheiro Torres, seu adversário político no tempo do rígido bispo.

Chefe incontestado da política local, adquiriu um nome prestigiosíssimo e entrou de mover a seu sabor os destinos políticos deste concelho, sendo pela segunda vez deputado às cortes, exercendo várias vezes o cargo de administrador e o de presidente da câmara municipal.

Neste último cargo deve-lhe esta terra serviços valiosos, o que bem patenteou uma das municipalidades subsequente dando o nome de Barão de Trovisqueira à principal avenida desta vila.

⁶ Rodrigo Terroso – “O Meu Chefe”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 57 (8 Nov. 1898).

⁷ Manuscrito de Vasco de Carvalho. Documento 4. “O Barão da Trovisqueira / Quando amigo do estadista José Dias Ferreira – recebeu dos melhores vultos políticos entre os quais Manuel Pinheiro Chagas, o Juiz do Supremo Tribunal da Justiça Ela de Queirós – pai de Eça – Jerónimo Cunha Pimental.”

A sua actividade desenvolveu-se também na indústria de uma forma saliente, sendo dignas de menção quatro empresas de que foi iniciador e grande accionista. A linha americana de Coimbra, extinta desde a construção do ramal para a Estação Nova, a linha americana do Porto a Matosinhos, a via férrea de Arganil, ainda em construção, e a fábrica de lanifícios de Sant'Ana sobre o rio Ave.

Em 1861, era já o nome do Barão⁸ de Trovisqueira tão estimado, que teve a honra de hospedar em sua casa, então um belo palacete, nesta vila, o saudoso rei D. Pedro V, e dois anos mais tarde o falecido rei D. Luís e sua augusta esposa a sr.^a D. Maria Pia.

Foram recebidos com aquela lhaneza que tanto caracterizava o finado e com uma sumptuosidade digna de reis. E a ponto que os régios viajantes entenderam dever galardoar tão grata hospedagem com a comenda da Ordem de Cristo e a distinção de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real com exercício no Paço. Era ainda o ilustre finado comendador da Ordem de Isabel II de Espanha.

Desde que fixou residência nesta vila foi sempre o chefe da política do partido progressista local, que dirigiu sempre com superior critério. Sob este ponto de vista, ninguém pode acusá-lo de uma violência ou de uma vingança, defeitos tão vulgares nos chefes políticos. Nele não cabia o sentimento baixo do ódio para com os adversários; à parte os negócios políticos, tratava-os a todos como amigos.

Adversário leal, jamais se entremeteu nessas pequenas intrigas, que tão geralmente caracterizam a política local. Vencedor ou vencido, era sempre o mesmo homem, afável e sorridente para todos, pronto a prestar serviços até aos próprios adversários. O seu nome anda gravado no coração de muitos que por gratidão sempre o acompanharam nas lutas políticas. Soube como poucos criar em volta do seu nome uma auréola tal, que ela tem sido, mais do que nenhuma outra a força principal do partido progressista local.

Não pode contestar-se que o barão de Trovisqueira foi um homem superior e por isso um ornamento desta terra que o viu nascer e à qual serviu prestantemente. A sua morte enluta a sua família e os seus amigos, os seus partidários e até os seus adversários. Quando assim acontece, é que é grande o homem que desaparece⁹.

S. M.¹⁰

iii – Nota – A filiação neste artigo está errada¹¹.

Município de Famalicão – 2.^a rep. – n.º 460

Ilmo. E Exmo Sr. – A Câmara Municipal, a que tenho a honra de presidir, me encarrega de fazer envio a V. Excia a inclusa cópia autêntica da parte da acta da sessão extraordinária de 9 do corrente, na qual apreciamos os revelantísimos serviços por V. Excia prestados a SUAS MAJESTADES, por ocasião da sua passagem por esta vila para a Capital do Distrito, julgou de seu dever consignar um voto de louvor e agradecimento, e significar, deste modo, a V. Excia que bem mereceu deste Concelho- - Deus Guarde a V. Excia – Famalicão 10 de Dezembro de 1863. – Ilmo. e Exmo. Comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira. – O Presidente Lino José de Sousa Ferreira.

⁸ O título encontra-se riscado a lápis; por cima, a manuscrito, a palavra “Comendador”.

⁹ “Barão de Trovisqueira”. In *O Minho*. V. N. de Famalicão, 2.^a série, n.º 57 (8 Nov. 1898).

Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Primeiro de Janeiro – 5.^a Feira 3 Nov.[embro] 1898 / Famalicão 2 Novembro / do nosso correspondente Barão da Trovisqueira / só isto / Faleceu esta madrugada B[arão] da Trovisqueira. / Só isto. Comércio de 5.^a Feira 3+11+98 / V. N. de Famalicão / Faleceu na noite passada o B.[arão] da T.[rovisqueira], administrador do concelho cargo que exerceu por diversas vezes, bem como o de presidente da Câmara e deputado em mais de uma Legislatura.” / ... / Ainda do leito onde se encontrava há dois meses, desejava ser informado dos resultados da eleição, na luta rija que vai correndo. (N.G.) / Biblioteca Pública Municipal Porto / 21+8+58 / O Janeiro e o Comércio nada disseram do funeral!!!”

¹⁰ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho: “Silva / S. M. deve ser do Dr. Advogado Mendes. Contudo, também parece do Rodrigo Terroso.”

¹¹ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho: “Naturalmente, porque ...

Extracto da acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal, do dia 9 de Dezembro de 1863. – Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e três, aos nove dias do mês de Dezembro, do dito ano, no paço do concelho de Vila Nova de Famalicão, há uma hora da tarde reunida a Câmara Municipal extraordinariamente, sendo presente o presidente Lino José de Sousa Ferreira e os vereadores José Lourenço da Silva Porto, José da Costa Cruz e José António de Almeida, estando assim reunida = por ele presidente foi ponderado que; como todos sabiam o senhor Comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira tinha recebido a honra de hospedar a SUAS MAJESTADES no seu trânsito para Porto; que a hospedagem fora esplêndida e grandiosa, não se poupando tão prestimoso cavalheiro a voltadíssimas despesas, nem a sacrificios para lograr esse resultado; que para a brilhante recepção de SUAS MAJESTADES nesta vila concorrera, principalmente, a sumptuosidade com que o excelentíssimo Comendador decorara o seu lindo palacete, e a grandeza com que acolhera os AUGUSTOS VIAJANTES, e sua numerosa comitiva; que os habitantes desta vila, e em geral os povos do concelho, manifestarão veementemente desejos de festejar condignamente a honrosa visita de SUAS MAJESTADES, e que portanto todos se devem confessar gratos e reconhecidos aos generosos esforços de um cavalheiro, que tanto coopera para a realização desses patrióticos desejos; que em presença do que deixava relatado era sua opinião, que a Câmara consignasse, aqui, um voto de agradecimento ao excelentíssimo comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira e a sua excelentíssima esposa pelo modo esplêndido e brilhante com que acolheram e hospedaram SUAS MAJESTADES. E sendo tomado na devida consideração, e ponderado por ele presidente, a Câmara deliberou, que ficasse consignado nesta acta, o voto de agradecimento proposto com toda a justiça por ele presidente.

E por não haver mais que deliberar declarou o presidente fechada a sessão: do que para constar mandou a Câmara lavrar esta acta, que, depois de lida, assinou. Eu Lino José de Sousa Ferreira, Presidente, José António de Almeida, José da Costa Cruz, José Lourenço da Silva Porto. Está conforme. – Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de Famalicão, 10 de Dezembro de 1863. – O escrivão da Câmara. – Silvério Ferreira de Macedo. Tem os selo branco da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

iv – Moras e Varonas.

1 – Don Simon de la Mora, de Valladolid, casou com D. Maria da Ascensão Varona de Alpanseque. Esta senhora que em 1878 ainda vivia, com 91 anos de idade, como consta do seu testamento feito em 16 de Março do mesmo ano, parece ter falecido em 1881. Havia casado em segundas núpcias com D. Mariano Losada, de quem não teve descendência. Filhos de D. Simon e sua mulher:

2 – Doña Maria de la Mora Varona, casada com D. Pantaleon Vitini, de quem teve pelo menos, a seguinte filha, que foi testamenteira de sua avó:

3 – Doña Dominica Vitini Varona.

2 – Doña Inez de la Mora Varona, abaixo.

2 – Don Andrés de la Mora Varona (já falecido em 1878), casado com Doña Isidora Martinez, de quem teve os seguintes filhos:

3 – Don Augusto de la Mora Martinez, que em 1878 contava 30 anos de idade e era solteiro.

3 – Doña Ester de la Mora Martinez, com 28 anos, e solteira em 1878.

Casou com Dom Andrés 2.^a vez com Doña Manuela Juliani, natural de Madrid, de quem teve mais os seguintes filhos:

3 – Don Adolfo de la Mora Juliani, de menor idade em 1878;

3 – Don Rogelio de la Mora Juliani, idem;

3 – Don Henrique de a Mora Juliani, idem.

2 – Don Ricardo de la Mora Varona, casado com Doña Corrêa, de quem teve uma só filha

3 – Doña Amália de la Mora Corrêa, casada com Don Rufino Bustamante.

Este D. Ricardo também era já falecido em 1878.

2 – Doña Inez de la Mora Varona, segunda filha de Don Simón, acima, casou em Portugal com Joaquim da Costa Araújo, de quem teve a filha seguinte:

3 – Dona Maria da Ascensão Mora Varona de Araújo, que segue:

3 – Doña Maria Mora varona de Araújo, nascida em Lisboa, casou em 2 de Junho de 1859 com seu primo José Francisco da Cruz Trovisqueira¹², 1.º Barão de Trovisqueira, comendador das Ordens de Cristo, de Portugal, e de Carlos III de Espanha, e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Tiveram os seguintes filhos:

4 – Joaquim, casado, com geração

4 – Dona Maria Leopoldina, solteira, já falecida

4 – Abílio da Cruz Trovisqueira, que segue

4 – Abílio da Cruz Trovisqueira, nascido a 24 de Janeiro de 1873, casou com Dona Maria da Natividade Cerqueira, natural de Caminha, de quem teve os seguintes filhos:

5 – Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, que segue;

5 – Vasco Décio da Cruz Trovisqueira

5 – Jorge, já falecido, solteiro

5 – Antero, já falecido, solteiro

5 – D. Maria Luísa, casada

5 – Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, nascido em Caminha em 12 de Agosto de 1899, casou com Dona Brites Maria de Castro e Melo, de quem teve os seguintes filhos:

6 – João Paulo

6 – Ana Maria

.....
¹² Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “José Francisco da Cruz Trovisqueira (Barão da Trovisqueira) casado com D. Maria d’Ascensão Mora Varona de Araújo Trovisqueira, Baronesa de Trovisqueira, natural da freguesia de Sacramento da cidade de Lisboa. Foi sepultado no dia 25, no cemitério Público, pelo pároco Paua de Mesquita. / C. [ampa] n.º 492 de Vila Nova de Famalicão / nos anos de 1852 a 1874 / Registo Civil de Famalicão / 29 Jun.[ho]/7”

Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Preciso a data do falecimento do José Francisco da Cruz Trovisqueira –nascido em Gavião – 15 de Março de 1824 – filho de Custódio José Francisco e Joana Maria da Costa. / Barão da Trovisqueira. / José Francisco da Cruz Trovisqueira casado com D. Maria da Ascensão Mora Varona de Araújo Trovisqueira faleceu com 76 anos, natural de Gavião filho de Custódio Francisco da Cruz Trovisqueira e de D. Joana Maria da Costa faleceu no dia 1.XCI.1898 na Rua de Santo António. Noutro documento manuscrito. “faleceu a 1 de Novembro de 1898 na Rua de St.º António – às 11h da noite.”

VI

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1956 Jan. 26, [a] Exmo. Sr. Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [3 fls, 5 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho. Contém assinatura autógrafa do autor.

Perdi a m.[inha] educada pontualidade epistolar provocada pela barafunda da papelada em q.[ue] ando envolvido e assim continuará durante algum tempo.

Peço, pois, para perdoar o irregular com q.[ue] tenho de corresponder, às atenções q.[ue] me vem prestando.

Quero também prevenir q.[ue] não farei bom estilo nas cartas q.[ue] escrever, pois elas representarão perguntas, conversas, informações.

Respondo, pois, à c.[arta] de 15 de Janeiro:

E, então, venho dizer q.[ue] a carta vindo de novo forneceu elementos de primeira ordem e porq.[ue] assim me vou assenhoreando daqueles principais indispensáveis aos começos biográficos.

O jornal “O Minho” q.[ue] existia na mão de um dos filhos do editor Rodrigo Terroso, não apareceu até agora. Vamos a ver, mas faz-me falta, pois deverá conter notícias várias do B.[arão] da Trovisqueira. O artigo q.[ue] mandou é valioso em face de alguns pormenores q.[ue] aponta, mas não são do meu conhecimento os casos da linha de Arganil. Esta linha vem indicada no livro “Caminhos de Ferro”, do engenheiro Carlos Manito Torres (1936 – pelas suas datas sabe-se do seu início, mas não dos nomes dos accionistas ou iniciadores. Deve existir aí na Biblioteca Nacional, e nada perderá em ver a página 47. Pode ser q.[ue] lá haja documentação indicando quais os nomes que formavam a companhia (ou lá, ou na secretaria geral da companhia C. P. – e isto não seria mau). Da fábrica de lanifícios, em Sant`Ana, desconheço, mas sei apenas dela era uma pequena fábrica manufactura de lã (fios) para chinelos de liga.

Tenho, pois, que procurar esclarecer este assunto – até onde for possível.

Não deve ser difícil saber qual o cemitério onde ficaram sepultados a Baronesa, Leopoldina, Abílio e Joaquim.

Também não sei onde nasceu Leopoldina, Abílio e Joaquim, pois o tenho com dúvidas.

O q.[ue] informou sob Abílio, tem um grande valor. Dele, excelente seria se houvessem datas, de Coimbra, Bélgica, de funcionário no Ministério da Agricultura, e de quando Vereador.

Pode dizer-se tudo isto, e eu o direi, mas as datas concretizam os factos, como mais autêntico ficam eles, e salientam a pessoa q.[ue] os escreveu.

Faça, pois, favor de ver até onde lhe será possível ir, quer no Barão, quer neste seu ilustre filho, de quem tenho reminiscências.

Se algumas notas houver da Leopoldina, mt.º [muito] as precisava (faz parte disto: pertenceu aquilo, frequentou, conviveu, destacou-se em, etc.).

O Joaquim apenas será mencionado como filho. Sem datas certas e grandes pormenores, será por ele se juntou a uma rapariga de cá, filha de família não perfeita, mas neste caso não se tocará.

Dos retratos hei-de precisar do fardado e possivelmente do sentado. Em todo o caso convém tê-las à mão ou em vista facial para quando eu por aí, com facilidade e rapidez verificar o q.[ue] devo aproveitar. Os retratos dos prédios, também as desejava, embora o q.[ue] vem no “Primeiro de Janeiro” de 13/12/44, já em meu poder, posso remediar.

Do Joaquim, embora só ofereça para se designar como filho, pode ser possível acertar-lhe a data de quando foi funcionário da Alfândega.

(Já havia o filho mais velho, ainda não havia a filha, morava na rua do... etc., e assim por estas recordações).

Do P. Vicente, já falecido, fácil me será colher elementos se então os precisar.

E por agora creio nada mais ser preciso.

Com agrado continuaria. No entanto, receber o favor de novas notícias e informações de V. Excia, p.[ara] auxílio do q.[ue] suponho uma boa obra em dedicação à nossa grande Figura do barão da Trovisqueira.

De V. Excia
Respeitador e Muito Agradecido
Vasco de Carvalho

VII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Fev. 1, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão.
[1 fl., 2 p.]

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Dou em meu poder a prezada carta de V. Ex.^a, que agradeço, e pedindo-lhe para, que de futuro, se não preocupe com as possíveis demoras nas suas respostas, pois bem sei que tem imensos afazeres, e que o tempo não é elástico... como por vezes se tornava necessário.

Do que até agora consegui apurar, e do que lhe interessava, passo a informar V. Ex.^a.

Abílio da Cruz Trovisqueira: concluiu o Curso de Regente Agrícola na “Escola Central de Agricultura Moraes Soares”, em Coimbra, em 2 de Agosto de 1893, conforme diploma em poder da minha Mãe. Daqui seguiu para a Bélgica, onde concluiu o curso de Engenheiro Rural, no “Institut Agricole de l’Etat”, em Gembloux, em 17 de Agosto de 1895, como consta de diploma.

Regressou a Portugal, tendo casado com D. Maria de Natividade Cerqueira, de Caminha, na igreja paroquial de S. Pedro da Torre, conforme assento no livro de casamentos a fls.[folhas] 116. Meu pai era natural da freguesia de St.^o[Santo] Adrião, de V.^a[Vila] N.^a[Nova] de Famalicão.

Depois do casamento esteve pouco mais de um ano em Paredes de Coura. Daqui foi para Coimbra, para a Escola Nacional de Agricultura com a categoria de Eng.^o[enheiro] maquinista, até 1906. Desta data até Agosto de 1913 esteve em Lisboa, mas não sei onde, pois não encontrei elementos, mas ao serviço do Estado, na sua especialidade. Em 16/8/913 foi nomeado Chefe de Oficinas do Instituto Superior de Agronomia. Em 30/12/921 foi nomeado Chefe Mecânico da Estação de Ensaio de Máquinas Agrícolas, no Instituto Superior de Agronomia.¹³

Em tempo – foi colocado como Regente Agrícola de 3.^a classe no quadro dos Regentes Agrícolas, em 8/11/914. Passou à 2.^a classe em 23/6/919, e à 1.^a classe em 31/5/921.

A Baronesa, Maria Leopoldina e Abílio estão em jazigo nosso, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. O Joaquim também lá deve estar sepultado, segundo suponho, mas não no jazigo, porque morreu aqui em Lisboa.

Meu pai foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, a começar em 1914, como consta de um bilhete de identidade em meu poder. Quando do movimento político do Gen.[eneral] Pimenta de Castro, a vereação foi toda presa, e a seguir deposta. Há uma foto com a vereação a sair da Câmara sobre prisão. Após a queda da ditadura, foi a vereação reposta no seu lugar, mas não sei quando findou o mandato.

.....

¹³ Aqui, na carta, contém apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho: “Abílio faleceu em 6+1928”.

De minha Tia Maria Leopoldina, pouco sei. Quer ela, quer minha Avó levavam uma vida modesta, pois que os recursos não eram grandes. Por morte de meu Avô ficaram com o pouco que se salvou do descalabro, e posteriormente juntaram um pouco mais, com a morte de um irmão de minha Avó. Tinham, como é natural, as suas relações, mas tinham que pensar no dia de amanhã...

Retratos – Havia em casa de minha Mãe, e tenho-os já em meu poder, dois de meu Avô, um fardado e outro de sobrecasaca, que devem ser da mesma época. Ambos de corpo inteiro e de pé.

Existe também um de minha Avó, também de pé, tendo os três as dimensões úteis 94x57m/m os do Avô, e de 87x57 o da Avó. Tenho também dois de minha Tia, mas só busto. Do prédio de Famalicão tenho só a prova fotográfica, que forneceu a matriz para a impressão do Janeiro. Esta prova está boa.

Apurei agora também que o irmão de meu Avô, o Joaquim, era Joaquim José, e que minha Avó nasceu em 26 de Julho de 1838.

Quando tiver oportunidade para tal, tentarei, no cemitério, ver se apuro as naturalidades de minha tia e tio.

E por agora nada mais posso adiantar. Continuo ao dispor de V. Ex.^a, para o que lhe possa ser útil, e entretanto creia-me com a maior consideração

Atentamente
LTrovisqueira

VIII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Fev. 24, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura do autor.

Confirmo a minha carta de 1 do corrente, e se bem que tardiamente, mas lá diz o ditado “Mais vale tarde...”, aqui me tem V. Ex.^a e dar-lhe conta das minhas impressões acerca dos livros que teve a gentileza de me oferecer, e que me proporcionaram o conhecimento de alguns factos ligados a meu Avô, e que desconhecia por completo.

Por tudo, desde a sua amabilidade, até aos ensinamentos que me proporcionou, vão os meus melhores agradecimentos.

Conforme o desejo manifestado por V. Ex.^a, junto duas cartas, cada uma referente a cada volume recebido, lamentando somente a minha pouca competência para saber exprimir o que desejaria.

Renovando os meus agradecimentos, creia-me com a maior consideração.

Atentamente
LTrovisqueira

IX

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Fev. 24, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 2 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Li com prazer o livro de V. Ex.^a “Aspectos de Vila Nova-Os Nossos Quadros” – pois que encontrei nele uma reprodução de um retrato de meu Avô, Barão de Trovisqueira, que desconhecia ter existido na Câmara dessa Vila.

Quando de uma visita minha à família Sampaio (Casa das Lameiras), há cerca de 35 anos, e onde estava hospedada, nessa altura, minha Tia Maria Leopoldina, ela levou-me à Câmara para me mostrar o retrato de meu Avô. Tinha a impressão que o que vi, era um quadro a óleo de grandes dimensões, com meu Avô, em corpo inteiro e fardado de Fidalgo Cavaleiro. Será confusão minha? É possível! Além daquele que é reproduzido no livro de V. Ex.^a, não haveria outro? Estava colocado no varandim de uma galeria, há altura de 1.^o andar, sendo em baixo, uma repartição. Ter-me-ia sugestionado com fotos que possuo?

Depois do primeiro incêndio e por intermédio do José Manuel R. Vale, o presidente de Câmara, Álvaro Folhadela, informou-se junto de mim, se tinha retratos de meu Avô por onde se pudesse fazer outra tela. Informei-o que sim, mas até à data, nada mais foi tratado.

No mesmo livro e na parte que respeita às telas do Hospital, fala V. Ex.^a no retrato de D. Ana Rosa da Cruz Trovisqueira Guimarães. Como se trata de uma parente cuja existência desconhecia, sem trabalho para V. Ex.^a, dar-me algumas indicações sobre ela?

Quando era garoto, conheci em casa de minha Avó, uma rapariga, por sinal muito interessante, que era prima, e se chamava Alberta. Morava numa casa grande que há na estrada de Braga, à direita, à saída de Famalicão, creio que mesmo no lugar de Trovisqueira. Será qualquer descendente dela? Ou esta descendente da D. Ana Rosa?

Sendo como V. Ex.^a diz no seu simpático livrinho, Famalicão uma terra com tão poucas telas, pena foi realmente que dessas poucas se perdessem nos incêndios. V. Ex.^a com o seu esforço, boa vontade e sacrifício material, alguma coisa fez, com o pouco que se lhe oferecia a favor da arte e cultura e dessa Vila.

Todas as felicitações lhe são devidas. A elas peço licença para juntar as minhas, que bem modestas são.

Confessando-me muito grato por todas as atenções, creia-me com a mais alta consideração

Atentamente
LTrovisqueira

X

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Fev. 14, Exmo Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl.; 1 p.].

Papel timbrado autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Com os meus melhores agradecimentos pela oferta do seu livro “Aspectos de Vila Nova” – A Justiça – e bem assim pela amável dedicatória que se dignou opor-lhe, venho manifestar o meu sentir, depois da sua leitura, que fiz com a necessária atenção, e se bem que nele se tratem de assuntos ligados à justiça, colhi elementos que se prendem com a vida de meu avô, Barão da Trovisqueira, alguns dos quais desconhecia, tais como o de ter sido por mais do que uma vez Presidente da Câmara de Famalicão, e 4.º Juiz substituto.

Do trabalho em si, apreciei muito o cuidado e elevado mérito com que foi planeado e executado, do bom português com que foi escrito, do trabalho – de valor indistível já à data em que foi feito – e agora muito mais valorizado pelos elementos que pode fornecer, para futuro, aos investigadores em virtude dos documentos nele transcritos, terem sido, como calculo, devorados nos incêndios que destruíram os arquivos camarários. Bem haja pois pelo seu trabalho a favor de Famalicão que tanto ficou a dever a meu avô, pois ele muito lhe quis, e muito fez por essa vila.

Com as minhas felicitações, creia-me com a maior consideração

Atentamente
L. Trovisqueira

XI

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Abr. 21, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Confirmo as minhas cartas de 1 e 24 de Fevereiro último.

Como tenciono deslocar-me a Braga, mas com tempo contado, para tratar de assuntos de família, e como tive conhecimento que V. Ex.^a por vezes se deslocava a essa cidade, visitando a Biblioteca, lembrei-me se acaso lhe interessar, de o informar que conto chegar lá na noite da próxima sexta-feira 27, passando lá todo o dia de 28 e tratar do que preciso, e não sei se o de 29, o que só farei se de todo me for impossível, sair. Se por essa data V. Ex.^a se lá deslocasse e lhe interessar compulsar os elementos que tenho sobre o meu Avô, levá-los-ia da qui.

Queira pois V. Ex.^a informar-me do que se lhe oferecer sobre esta sugestão. Se pudesse dispor de mais tempo, e com sua permissão, procurá-lo-ia aí em Vila Nova.

Sem mais creia-me com a maior consideração

Atentamente
LTrovisqueira

XII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1956 Abr. 22, [a] Exmo. Sr. Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [2 fls., 4 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho. Contém assinatura autógrafa do autor.

Chegando do meu passeio dominical às 19 horas, logo me ocupei do meu correio e vi a c.[arta] de V. Excia de 21 a propósito e referenciando a visita a Braga.

Quero, entretanto, pedir-lhe perdão por não ter acusado as c.[artas] de 1 a 24 de Fevereiro; mas eu desde Janeiro até hoje, tenho feito uma vida impessoal.

Foi a distribuição de “Os Nossos Quadros”, outro livro na tipografia, outro ainda por artigos semanais para separata, provas e mais provas, uma correspondência obrigatória quase diária, de 30 cartas semanais, tudo me tem cansado extraordinariamente.

Tenho aquelas cartas aqui na m.[inha] banca, mas fui obrigado a pô-las de parte, como duas de Roma, S. Paulo, etc, a q.[ue] não respondo ainda, apesar de me deitar às 2 h[oras] da manhã.

Eis a razão porque abri a m.[inha] gaveta.

Quero, porém, agora agradecer-lhe as informações vindas pela de 1 de Fevereiro, e mais também confessar-lhe a m.[inha] gratidão pelas duas de 24 referentes aos meus livros, q.[ue] agradavelmente arquivarei nos álbuns de cada um dos livros dizem respeito.

Não posso, por enquanto, prestar esclarecimento quanto a D. Ana Rosa da Cruz Trovisqueira Nem a D. Alberta [?] o que só farei quando começar a escrever sobre a história e a vida do barão.

A casa é realmente grande, fica na freguesia de Gavião à face da estrada Famalicão-Braga, desviada de Vila Nova uns 2 quilómetros. Foi vendida a um proprietário de uma nossa freguesia nascente.

O retrato do barão, no salão nobre da Câmara, q.[ue] eu sempre conheci, é aquele q.[ue] publiquei no meu livro, e creio nunca lá esteve com a farda.

O retrato q.[ue] ardeu, mostrava-o sentado, com as mãos sobre os joelhos. Mas o retrato feito deixou-o algures, tal qual o meu livro o mostra.

Por cá, nada mais existe, ao q.[ue] julgo. Tenho é certo num álbum de meus saudosos pais, 1 retrato em pé, de cartola no braço na mão direita, a esquerda poisada nas costas de uma cadeira de espaldar, que me parece dele. Mas só por confirmação o poderei garantir. Com a farda vestida nunca o vi.

E através destes pontos de vista, por agora, nada mais direi.

E vamos à c.[arta] hoje recebida.

Vejo que V. Excia vem a Braga de 27 a 29 do corrente mês. A rapidez da visita, complica os momentos p.[ara] uma ida minha a Braga, ou vinda a minha casa.

É quase certo q.[ue] no próximo Domingo 29, irei a S. Paio d'Antas – Esposende, para ouvir um sacerdote famalicense, ali como pároco desta Freguesia.

Se V. Excia, e pode dar a certeza desde já que no Sábado 28 depois das 13 e 30 até às 17, ou 18 horas não pode vir a minha casa, terei eu então de ir a Braga neste Sábado para falarmos desde as 10 às 12 horas da manhã. Salvo coisa urgente minha q.[ue] possa surgir.

Há, pois, q.[ue] definir-se na volta do correio esta solução, pelo lado de V. Excia.

Faça, pois, favor de me dar uma urgente resposta, pois esta carta só deve chegar a Lisboa na 4.ª Feira 25, embora saia de Famalicão no correio de amanhã às 19, não sabendo se no Porto segue no comboio correio da noite. Se for, recebe-la, já na 3.ª Feira 24.

Em todo o caso, a resposta tem de estar em meu poder até à 6.ª Feira 27, pelo correio das 13 horas.

Desde que vem, seria conveniente trazer os retratos possíveis, para eu fazer a escolha, embora V. Excia os leve novamente – e conservará até ao momento em que eu os peça.

Pois, terei de publicar primeiro o livro “Biografias” – por estar preso a outro a decorrer no prelo, e para o qual ainda tenho de escrever sob dois biografados.

Neste intervalo, ou seja, antes, dentro de 15 dias serei operado a uma hérnia, o q.[ue] me imobilizará pelo menos uns 20 dias.

Como bom, trazer quantos elementos tenha, pois eu levarei os que já possuo.

Chega por este correio o último livro meu, para comprovar as minhas afirmações.

Em carta especial, gostarei faça o favor de acusar a recepção.

E com a m.[inha] estima

Sou de V. Excia
Atte.[Atentamente] e agradecido
Vasco de Carvalho

XIII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Abr. 24, [a], Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].¹⁴

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa e cartão de visita do autor.

Acuso em meu poder a passada carta de V. Ex.^a, de ontem, e bem assim do livro, que mais uma vez e muito amavelmente, me quis ofertar. Desde já os meus melhores agradecimentos.

Ida a Braga – Salvo caso de força maior, chegarei a esta cidade na sexta-feira à noite. Irei para casa de meus Tios, na Praça Municipal 62, onde está a Biblioteca, e terei imenso prazer de o receber lá, e de o poder conhecer pessoalmente. Como dizia na minha carta anterior, somente depois de ver como decorrem os assuntos que lá me levam, é que saberei se regressarei, ou não no domingo. Esta a razão porque não posso procurar V. Ex.^a, como desejaria, para lhe evitar tão grande maçada, tanto mais que se encontra doente, o que muito lamento, fazendo votos pelas suas melhoras.

Realmente de manhã é o ideal, para mim, para falar com V. Ex.^a, visto que a reunião de família está marcada para as 14,30 horas, e não sei o tempo que demorará.

Terei muito prazer se V. Ex.^a me quiser dar a honra de almoçar comigo.

Se por qualquer motivo não pudesse partir, avisaria V. Ex.^a telegraficamente, na quinta-feira.

E por hoje, se me permite, fico por aqui, visto que tenho outros assuntos a tratar.

Renovando os meus agradecimentos, pela oferta do seu livro, creia-me com a maior admiração

Atentamente
LTrovisqueira

¹⁴ Contém apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho: “Visitei / 10 às 12 horas / 28+4/56”.

XIV

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Cartão, 1956 Maio 31?, a Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão. 1 cartão].¹⁵

Texto manuscrito. Contém assinatura autógrafa do autor.

Somente duas linhas para o não importunar. Suponho que já tenha sido operado e espero que tudo tenha corrido pelo melhor.

Este cartão tem só o fim de ele desejar um rápido restabelecimento, para o que faço os meus melhores votos.

Aproveito a oportunidade para muito lhe agradecer o insinuado que teve na deslocação a Braga, e o prazer que me deu em conhecê-lo pessoalmente.

Muito e muito obrigado.

Sempre ao seu dispor, creia o

Amigo e Muito Agradecido

LTrovisqueira

XV

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Cartão], Lisboa, 1956 Jun. 13, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, [Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão. 1 cartão].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Lamento, profundamente os males que o importunavam à data do seu cartão, e espero que eles tenham “o bom senso” de se irem embora...

Não escrevi a V. Ex.^a mais cedo para me informar do andamento dos meus incómodos, porque sei bem que quem está doente, não tem paciência para aturar maçadores. Faço-o hoje convencido de que em resposta obterei já informações mais agradáveis para mim e incomensuravelmente mais para si, não é verdade?

Que este cartão o encontre já em franca convalescença, são os meus melhores votos.

Cumprimenta-o cordialmente o

LTrovisqueira

.....
¹⁵ Contém o seguinte apontamento de Vasco de Carvalho: “Visitei em Braga a 28+4+56”.

XVI

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1956 Ago. 7, [a] Exmo. Sr Leopoldo Trovisqueira, [Lisboa]. [1 fl., 2 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria de Vasco de Carvalho. Contém assinatura autógrafa do autor.

Não ficou perdido o alusivo cartão q.[ue] me escreveu após a m.[inha] ida a Braga em 28+4, nem aquele que recebi com a data de 13 de Junho.

Respondi ao primeiro e não ao segundo, por nesta altura estar passando consumido por dores estomacais. Como escrevi, não cheguei a ser operado embora já pronto p.[ara] o corte, por ter surgido uma recaída inflamatória do meu ulteral na cárdia, o q.[ue] levou por imposição a viver deitado e alimentado a leite desde então, até a semana passada.

Começo, pois, a dar os primeiros passos, arrasado, e a pôr correspondência em dia, e com vagar, outras coisas minhas.

Vamos ver se p.[ara] o fim do corrente mês já poderei sair à vontade, p.[ara] me dedicar aos meus estudos.

Cercam-me uma série de atrasos a impedir avanços nos meus trabalhos, dois livros nas tipografias, num andamento de suspensão, dois, manuscritos, e q.[ue] só depois atingir o Barão da Trovisqueira.

Mas lá iremos se Deus quiser.

Tenho já vários apontamentos e cheguei a começar o ficheiro de velhos livros da Câmara.

Como, porém, desde o dia 1 aos fins da tarde e às noites aqui tenho uma pessoa a condicionar papelada e 2 estantes com livros, ao procurar hoje essas notas por gastos, vi uma misturada e nada encontrei.

Tudo dele aparecer, mas só depois do arranjo concluído. Só lá p.[ara] o fim do mês posso começar as m.[inhas] investigações nas actas camarárias, e quando este serviço feito, logo iniciarei o meu escrito sob o Barão da Trovisqueira.

Estou proibido de estar mto. [muito] tempo sentado vergando o estômago, mas entro nos abusos do meu esforço, o q.[ue] me leva a receios.

Deus me acompanhe.

E ficam assim dadas notícias minhas, e acusado o cartão q.[ue] me escreveu em 13 de Junho.

Com agradecimentos pelos votos sinceros, subscrevo-me com atenção

Venerador e Agradecido

Vasco de Carvalho

XVII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1956 Ago. 19, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Aqui me tem V. Ex.^a a agradecer-lhe a amabilidade das suas notícias por carta do 7 do corrente. Rejúbilo por elas serem já de franca convalescença dos seus males, que muito senti, pois que, depois de tantas atenções e amabilidades de V. Ex.^a para comigo, sinceramente lamentei os seus sofrimentos.

Agora, que realmente está melhor, não deve V. Ex.^a abusar das suas forças, e por-se já a trabalhar, tanto mais que o médico lhe aconselha prudência. É certo que quem está habituado a trabalhar, lhe cista estar inactivo. Mas daí ao abuso, a distância é grande e há que não ultrapassar a linha limite.

Conforme combinado, já em tempos tentei fotografar as fotografias da família, mas não ficou nada que preste. No entanto, logo que acabe o rolo de películas que tenho na máquina fotográfica, e que não convém para o fim em vista, farei nova tentativa. A ver vamos se sou mais feliz.

E por agora resta-me desejar-me “ab imo” o seu pronto restabelecimento, e que os seus males se afastem de vez.

Sem mais, creia-me com a maior admiração

Atentamente
LTrovisqueira

XVIII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1957 Maio 25, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão.
[3 fls., 3 p.]

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Deve V. Ex.^a estar admirado do meu silêncio, e com razão, mas aborrecimentos, contrariedades, trabalhos, etc., tem sido a sua causa. A doença e morte de minha Mãe, com os consequentes trabalhos de partilhas e desfazer a casa, para ser entregue ao senhorio, tomaram-me muito tempo. O desmanchar, com fractura, de um pé, e outras consideráveis arrelias, só agora me deixam tempo para lhe escrever, e me informar da sua saúde. Espero que neste interregno a sua doença tenha deixado de o apoquentar. São esses os meus desejos.

Retratos. Conforme tinha prometido a V. Ex.^a tentei fazer umas fotografias deles, mas não me saí bem. Ficam os originais à disposição de V. Ex.^a, para quando achar oportuno. Com a morte de minha Mãe vieram para meu poder mais alguns, na sua maioria duplicados.

Curiosidade. Num quadro que tinha uma foto, de quando eu era muito criança, fui encontrar dois sonetos, impressos, feitos no Brasil a meu Avô, e de que desconhecia completamente a existência. Em separado envio uma cópia total da folha impressa.

Pedindo me desculpe o meu silêncio, creia-me V. Ex.^a, sempre às suas ordens.

De V. Ex.^a
Cr.º[iado] e Obrg.º[igado]
LTrovisqueira

Sonetos

O.D.E.C.

Ao probo negociante matriculado desta praça
O IIUSTRÍSSIMO SENHOR
JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ TROVISQUERIRA

Desculpa, Herói de Heróis, o meu transporte!
Socrates sê p`ra quem te deu segude
Prossegue no que és; será problema
Si és homem, si és virtude...
(Do autor)

Varão sem segundo oh Trovisqueira honrado!
Jamais o valor vosso é esquecido;
Nos mármore, e bronzes esculpido
Vosso nome, há-de ser eternizado.

Vós sois da Pátria Herói, sois respeitado
Por firme Português bem conhecido
Vós tem assaz virtude distinguido
Pois da Pátria o amor, vós tem guiado.

Aclamado sereis em toda a História,
Pois de vós o valor jamais se afasta
Suplantando a servil, e infame escoria.

Não temais esse herói que os bronzes gasta:
Que para eterna ser vossa memória
Teu nome no Brasil somente basta.

Salve, salve três vezes! Que é bastante
Credor dos versos, que te sagra um vate.
(Do autor)

Manhosos charlatães destemperados
A voz trémula cansem muito embora;
Falem, mordam-se esses, que uns outrora
Hoje outros se ostentam despejados.

Tremam todos, que inimigos declarados
Do honrado TROVISQUEIRA estão fora!
Com isso seu nome bem mais vigora...
E basta, para serem castigados.

Seu crédito nome seu! Nós te saudamos?!
Ao ser, de quem saíste, e os bens nos presta,
Mais e mais incendidos nos votamos.

Defensores heróis! A Pátria mesta
Não vacilo jamais!... Antes morramos –
Das almas grandes a nobreza é esta.

Morro do Castelo em 13 de Abril de 1856
O Escritor Público
Inácio José Ferreira Maranhense

O papel é “moirée” branco, com uma cercadura impressa, e mais para fora uma cercadura em papel dourado, cortado a cunho e com ornatos.

Como V. Ex.^a vê o “poeta” era maravilhoso. Respeitei a grafia e a disposição.

XIX

CARVALHO, Vasco de

[Carta, Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão], 1956 Dez. 23, [a] Exmo. Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [1 fl., 2 p.].

Texto manuscrito. Contém assinatura autógrafa do autor.

Não se perdeu a c.[arta] de 9 de Novembro, por mim recebida no dia 11, mas não teve ela, então, uma resposta, porq.[ue] uma recaída na semana anterior me deixou novamente em sofrimento.

Manteve-se a m.[inha] aborrecida situação física, e, felizmente, ontem, um exame radiológico permitiu constar melhoras no meu cárdia.

Em todo o caso, terei três meses de grandes cuidados imposto pelo médico, a ver se se conseguirão garantias definidas.

Começo, no entanto, ao momento a pôr em dia dois livros atrasados na tipografia, mais dois aqui ao meu lado, mas tudo se fará com vagares.

Isto, portanto, p.[ara] informar q.[ue] não poderei por enquanto deslocar-me à Vila, à vontade – pois se me torna necessário passar uma série de manhãs na Secretaria da Câmara, p.[ara] folhear as actas do tempo do Barão da Trovisqueira.

Mesmo q.[ue] tenha grande interesse na minha intenção, não posso, porém, dispender agora grandes esforços nas investigações a fazer.

Estou satisfeito com as notas familiares em meu poder – mas é indispensável colher elementos no respeitante aos seus actos políticos – e um pouco mais sobre actividades trabalhadoras.

Veremos, pois.

Dos retratos, é p.[ara] mim um pouco cedo. Contudo, se os quiser mandar, eu verei o q.[ue] por cópia for assim aproveitar. Os sonetos, mesmo que sem qualidade de arte gráfica – serão aproveitados. Há, porém, q.[ue] ter em vista a causa que os provocou, perante a honestidade descritiva. Falaremos na ocasião.

Mto.[muito] lamento os desgostos sofridos, e sobretudo a perda da sua boa mãe e senhora, pois estes golpes são de arrasar os corações. Envio-lhe os meus sentimentos.

E por agora, nada mais.

Creia-me com atenção

Respeitador e mto. [muito] obrigado

Vasco de Carvalho

XX

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1957 Maio 25, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão.

[1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Deve V. Ex.^a estar bastante admirado, e com razão, com o meu silêncio após a sua carta de 23 de Dez.^o[embro] último.

Tenho que lhe pedir desculpa pela demora havida, pois que assuntos de minha vida me tem ocorrido ultimamente bastante mal, agravados com a morte, relativamente recente, de meu irmão. Enfim, quando a Vida começa a desandar não é fácil evitá-lo, e há que suportar as consequências.

V. Ex.^a como tem passado dos seus males? Na sua última carta informava-me estar em convalescença, pelo que suponho, que a boa saúde lhe tenha voltado. São esses os meus melhores votos.

Sobre a possibilidade do envio de fotografias, para V. Ex.^a as escolher, fará o obséquio de me informar quando achar útil que o faça.

Renovando as minhas desculpas pela falta de notícias minhas creia-me com a maior consideração

De V. Ex.^a

Cr.^o[iado] e Obrg.^o[igado]

LTrovisqueira

XXI

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1957 Jun. 3, [a] Exmo. Amigo [L.]leopoldo Trovisqueira,

[Lisboa]. [1 fl., 2 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão.

Hoje, amanhã, depois – e os dias vão passando a não permitir acusar a recepção da s.[ua] carta recebida em 27 de Maio.

Não tenho reparado no silêncio de V. Excia, não só porque ainda não comecei o trabalho Barão da Trovisqueira, mas sobretudo por ter andado aos trambolhões doentes.

Melhorei realmente em Janeiro do ano corrente, mas logo abatido por um ataque [forenculose] consumidor, e, quando atenuado, tinha de sujeitar-me à repartição de uma operação a uma hérnia..

Nada houve felizmente de maior, salvo a 1.^a [primeira] semana q.[ue] me deu uma tempestade tormentosa.

Passaram 50 dias os quais foram precisos em face da fraqueza dos meus interiores avelhados, e, ao presente encontro-me mt.^o [muito] bem do golpe sofrido e do meu cárdia. Vou, porém, amanhã ao Porto fazer uma radiografia, a um médico da [...] – por causa das minhas mãos, e dentro de 15 dias ao operador – e tudo exames tranquilizadores. (Não tome, pois, falta de V. Excia, mais atrasos meus.)

Para o falecido barão, penso fazer um exame aos livros de actas da Câmara, para colher elementos políticos a seu respeito. Assim, somente depois desta investigação começarei o trabalho.

Antes, tenho de concluir duas biografias entre mãos, o q.[ue] resultará em q.[ue] para investigar na Câmara terá ainda relativa demora. Em fotografias poderá fazer o favor de mandar as que entender em pacote registado, pois farei as cópias que julgar necessárias, fazendo depois a evolução das originais. Vamos assim adiantando as coisas.

Lamento o desgosto q.[ue] vem de sofrer. Estes sucessos tristes, mas como diz, e mt.^o [muito] bem, quando os acasos da Vida nos perseguem, deixam-nos sempre feridas dolorosa e moralmente.

Sentido o mal sofrido, envio-lhe cumprimentos de pesar.

Creia na atenção do q.[ue] se subscreve

De V. Excia
Respeitador Agradecido
Vasco de Carvalho

XXII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1957 Jul. 8, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor. Contém colado o registo com o n.º 18981 e carimbo dos C. T. T. De V. N. de Famalicão. Contém uma lista, colada, a manuscrito, com a relação das películas e dos retratos que Vasco de Carvalho enviou a Leopoldo Trovisqueira. Ver carta de Vasco de Carvalho de 2 de Setembro de 1957.

Em devido tempo recebi a última carta de V. Ex.^a, e conforme os desejos mais manifestados faço seguir, em separado, pelo correio, sob registo, as seguintes fotografias.

- 1 do Barão, fardado de fidalgo cavaleiro
- 1 idem de sobrecasaca
- 1 da baronesa, em nova
- 2 de Maria Leopoldina; em idades diferentes.

Igualmente junto umas películas de uma tentativa que eu fiz para fotografar os retratos, mas que suponho que não tenham utilidade.

Possuo em muito grande, cerca de um metro, na sua maior dimensão, uma fotografia dos pais do Barão, assim como um daguerreótipo (de que vai uma película) onde estão o Barão e seu irmão Manuel, este tirado no Rio de Janeiro.

Tenho ainda mais um de meu avô e outro de minha avó, sentados e emoldurados que pelo seu tamanho, cerca de 35 cms. Na maior dimensão, e por estarem na minha sala, também não é fácil o seu envio.

No entanto, e dentro das possibilidades, estão ao dispor de V. Ex.^a

Fazendo os melhores votos para que tenha agora passado bastante melhor de saúde, creia-me com a maior consideração

Att.[Atentamente] e Obrg.[igado]
LTrovisqueira

XXIII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1957 Set. 2, [a] Exmo Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [2 fls., 3 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho.

Preocupadíssimo pelo completar duas biografias q.[ue] venho escrevendo, com um ataque intestinal perante 12 dias q.[ue] quase me não deixava escrever, ainda pela demora do fotógrafo Cruz q.[ue] somente a semana passada me entregou as cópias – só afinal hoje me permite responder e bem acusar a s.[ua] c.[arta] de 8 de Julho.

E assim, no conjunto, informo:

Passei já pela Câmara a ver actas do tempo do Barão da Trovisqueira, mas como a fiz apenas durante 1 hora, representou nula a m.[inha] investigação.

Há, portanto, q.[ue] fazer várias repetições, mas não o posso fazer por enquanto, com arrelia minha.

Apanhei, contudo, a volta do 1.º exame elementar feito por seu filho Abílio¹⁶, do qual junto um apontamento p.[ara] o seu arquivo.

Ao momento estou também a devolver as películas, retratos e cópias q.[ue] fez favor de mandar, porq.[ue] os retratos copiados pelo fotógrafo ficaram melhores e mais perceptíveis.

Remeto, pois:

1 película com barão e irmão Manuel.

1 “ , do Barão, meio corpo.

1 “ , D. Leopoldina em nova.

1 “ , Baronesa em nova.

1 “ , Barão de sobrecasaca.

1 “ , Barão com farda.

1 “ , com dois circos, Barão e Baronesa na meia idade.

1 retrato, Barão com sobrecasaca.

¹⁶ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Na / pasta / Documentação Filha / está o exame do Abílio Trovisqueira / filho do Barão”.

Apontamentos manuscritos e dactilografados de Vasco de Carvalho. “Abílio – filho do Barão da Trovisqueira / Fez exame final das disciplinas do curso “Elementar” de Instrução primária, neste concelho, na data abaixo mencionada. / Abílio Trovisqueira de 13 anos, filho do Barão da Trovisqueira de Santo Adrião de Famalicão – obteve a qualificação média de seis valores, a que corresponde a bom / Presidente do Júri António Luís / Vogais Domingos de Paula Pereira Mesquita / Josefina Augusta de Oliveira Botelho / Vila Nova de Famalicão, 6 de Maio de 1886. / Do livro de “Instrução Primária dos Termos de Exames” – de 17 de Abril de 1882 (que na sua abertura assinada pelo presidente da Câmara Municipal, António da Costa Araújo) (das Casas da Torre e Barradas – Louro) diz: “que este livro se fez para obedecer ao artigo 110 do regulamento de 28 de Junho de 1882 e para nele serem registados os termos dos exames a que aquele artigo se refere.”

- 1 “ , Barão com farda.
- 2 “ , cópias das mesmas.
- 1 “ , da Baronesa em nova.
- 1 “ , cópia da Baronesa em nova.
- 1 “ , D. Leopoldina em nova.
- 1 “ , D. Leopoldina, mais velha.
- 1 “ , do Barão e irmão Manuel, sentados.
- 1 “ , pequeno, da baronesa em oval (só papel).

Fica, porém, em meu poder a cópia do barão, meio corpo, sem dúvida tirado nos seus últimos tempos. Se, contudo, a não reclamar, ficará definitivamente na minha posse.

Mandei fazer o retrato isolado, que leva o meu carimbo verde, e se tirou da pequena película que tem os minúsculos retratos do barão e da baronesa, por supor é do barão na sua meia idade.

Peço assim o favor da sua devolução, acrescido ainda do informe se realmente se trata de José Francisco da Cruz Trovisqueira, e como está muito boa, não seria mau indicar-lhe a data certa ou a possível que condiga com os seus anos quando foi tirada.

Eis por agora a dúvida a acertar.

Por agora ficam dispensados os retratos de 1 metro dos pais do barão, mas se ele, no entanto, estiver em condições de dar uma boa cópia, poderia fazer o favor de me mandar película sua, com boa luz, o daguerreótipo que fica dispensado de vez – o da Baronesa, de 35 cm, mas do qual poderia mandar uma película, para ver se estará melhor do que os que vieram e devolvo, e copiei.

Para m.[inha] tranquilidade peço especial favor de me acusar a recepção do que segue por esta carta registada, para minha tranquilidade.

E, por hoje, nada mais.

Com as m.[inhas] desculpas por esta demora, pelas consumições q.[ue] dou e faltas minhas, creia na atenção

Do respeitador e muito agradecido

Vasco de Carvalho

XXIV

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1957 Set. 4, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autografa do autor.

Apresso-me a comunicar-lhe que chegaram a meu poder os retratos e películas, que fez o favor de me remeter por sua carta registada de 2 do corrente, tudo o que muito lhe agradeço, fazendo desde já votos para que se encontre novamente restabelecido dos seus incómodos.

Retrato – Junto devolvo a prova do retrato que enviou, e, que suponho foi tirado de uma prova minha, que para aí foi por engano. Trata-se de Joaquim da Costa Araújo, irmão de minha avó, e não de meu avô, na meia idade, como supunha. Para o seu trabalho suponho que os Araújo's lhe não interessam, pois de contrário eu possuo alguns elementos, sobretudo sobre este.

Logo que seja possível procurarei fazer umas fotos dos retratos grandes. Tem urgência nelas?

Muito lhe agradeço a sua boa atenção de me enviar os dados referentes ao exame de meu pai. Muito obrigado! O presidente da Câmara, nessa altura, devia ser outro irmão da minha avó, pois o apelido Costa Araújo tudo o indica.

E por hoje me despeço, colocando-me mais uma vez ao seu inteiro dispor, para o que lhe possa ser prestável.

Creia-me amigo e obrigado
LTrovisqueira

XXV

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1957 Set. 7, [a] Exmo. Leopoldo Trovisqueira, [Lisboa]. [1 fl., 2 p.].
Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho.

Recebi ontem a sua carta do 4 do c.[orrente] acusando a recepção dos retratos enviados.

Entretanto e antes q.[ue] surjam demoras, venho enviar-lhe o retrato de Joaq.[uim] da Costa Araújo, como oferecimento, pois confirmando q.[ue] é irmão da Senhora baronesa, não tem valor p.[ara] o meu caso.

Quanto aos – “arranjos” – o indicado António da Costa Araújo, presidente da Câmara, foi casado com sua prima D. Maria da Conceição da Costa Araújo e de D. Maria Margarida Policema da Afonseca Escovar e Araújo, mas este capitão era filho de José António da Costa Araújo que foi casado com D. Maria Emília Araújo Ferreira da Costa – da Casa de Quintão, de S. Tomás de Negrelos, Santo Tirso.

Não sei se este conjunto familiar se prenda com família da sua avó.

Se o for, tem estes elementos melhor descritos no meu livro “Aspectos de Vila Nova – A Justiça”, págs. 59.

Como tem este livro em seu poder faça favor de cotejá-lo p.[ara] ver se terá algum interesse.

Estes arranjos figuram com os seus nomes na Relação dos Magistrados e mais funcionalismo, a começar na página 166.

Creia-me

Atenciosamente Agradecido
Vasco de Carvalho

XXVI

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1957 Set. 28, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão.
[1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autografa do autor.

De harmonia com o pedido de V. Ex.^a na sua carta de 2 do corrente, fotografei uns retratos que aqui tinha. Não sei se todos lhe poderão interessar, mas já que “estava com a mão na massa” aproveitei. De cada um fiz duas fotos, com exposições diferentes, para que o seu fotógrafo escolha o que mais lhe convier. Vão em embalagens separadas e devidamente identificados. Espero que com as películas enviadas consiga pro-

vas razoáveis. Para estes trabalhos são utilizadas chapas, ou películas rígidas especiais, que eu não posso utilizar na minha máquina, que é de películas, em rolo.

Se em mais alguma coisa lhe pude ser útil, fará o favor de mandar.

Aproveite a ocasião para muito lhe agradecer as informações que me enviou, pela sua carta de 7 deste mês.

Fazendo os melhores votos para que ultimamente tenha passado e continue a passar melhor de saúde, creia-me com a maior admiração

Cr.º[iado] e Obrg.º[igado]
LTrovisqueira

XXVII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1957 Out. 19, [a] Exmo Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [1 fl., 1 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho.

Nunca mais acusei a s.[ua] carta de 28 de Setembro q.[ue] atenciosamente fez favor de me escrever – mas eu faço uma vida informal com umas biografias q.[ue] venho escrevendo.

Queira, pois, perdoar.

Recebi, então, esta c.[arta] no dia 30, e só agora posso acusá-la.

Vieram ainda as 5 películas, q.[ue] ficarão p.[ara] no tempo verificar entre o total, o q.[ue] gostaria aproveitar.

Mt.º [muito] lhe agradecendo este seu desvelo atencioso, subscrevo-me com estima

Resp.[eitador], Vor. [Venerador] e mt.º [Muito] Agradecido
Vasco de Carvalho

XXVIII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1958 Ago. 17, [a] Exmo Sr. Vasco de Carvalho, Casa da St.ª Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 2 p.].

Texto manuscrito. Contém assinatura autógrafa do autor.

Por carta recebida de minha Sogra tive conhecimento de que foi a Prado, supondo encontrar-me lá, para obter um esclarecimento sobre um artigo publicado por meu sogro. Já há dois anos que por razões da minha vida particular, não vou ao Norte. No entanto, como minha sogra, devido já à sua idade baralha tudo e todas as ideias, fiquei sem saber o que pretendia. Caso lhe possa ser útil e eu tendo aqui elementos estou ao seu dispor. De Prado creio que nada se poderá obter, pelo que acima digo não posso contar com minha Sogra, e de minha cunhada tão pouco se pode esperar qualquer informação, por que, por doença, não é pessoa com quem se possa confiar quanto a qualquer informação de responsabilidade.

No entanto e como último recurso poderia tentar qualquer coisa.

Fazendo votos para que ultimamente a sua saúde seja razoável, creia-me com toda a consideração

Amigo e Obrigado
LTrovisqueira

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1958 Ago. 19, [a] Exmo Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [2 fls., 4 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho.

Por pouco com verdade o afirmo, não lhe escrevi ontem por haver sido obrigado a ir à Póvoa, tendo resolvido fazê-lo hoje.

Como curiosidade, acabo de receber a s.[ua] c.[arta] de 17 do c.[orrente]. Está, pois, tudo, certo.

A carta a dirigir-lhe é p.[ara] o seguinte:

Tenho completamente parada a intenção do livro biografando o B.[arão] da Trovisqueira.

Em face deste contingente naquele q.[ue] venho preparando e p.[ara] justificar a existência na R. Formosa o palacete q.[ue] ele construiu houve que falar nele que visão indicando casos seus e de aqui [?] com colher elementos além daqueles q.[ue] são meus conhecidos e ainda em seu sogro Joaquim da Costa Araújo, baseado no que escreveu D. João de Castro no seu artigo do “Primeiro de Janeiro de 8+1+1944.

Fazendo andanças consegui a certidão do seu nascimento e baptismo que sairá no presente livro, com as notas copiadas, a meu modo, sob o que D. João de Castro escreveu.

E apareceu uma dúvida por enquanto. D. João de Castro disse q.[ue] João C.[osta] Araújo teve 8 filhos, e o meu amigo na s.[ua] c.[arta] de 21 de Abril de 1956 na folha “Tábua” Mora e Varonas, escreveu q.[ue] Araújo (2) “de quem teve a filha seguinte”:

Ana, tanto pode depreender-se que teve apenas esta filha, como mais filhos.

E eis porq.[ue] pergunto: foi somente esta filha, ou serão na verdade 8 filhos os q.[ue] nasceram do seu casal?

Se este caso não tem honras maiores na História – nada custa, no entanto, dizer a verdade.

Poderá dar-me uma informação segura?

Outro caso:

D. João disse lhe serviu de ornamentação p.[ara] o seu artigo, um manuscrito do próprio punho de Joaquim de Araújo.

Conhece este manuscrito? Seria a m.[esma] pessoa quem lhe fez esta cedência?

Foi isto que me levou a Casa da Vila, mas sua cunhada falando-me da janela, disse q.[ue] nada existia nem sabia dar informação.

Aproveitei para lhe perguntar o dia do falecimento de D. João de Castro por ter perdido o “Primeiro de Janeiro” de 21 de Maio de 1955 q.[ue] relatou o seu falecimento (de novo em meu poder) por quer dizer quando ele faleceu.

Confirmo assim a visita q.[ue] fiz àquela Casa da Vila, o que vale como resposta à s.[ua] c.[arta] de 17+8 hoje recebida, e ainda a exposição q.[ue] acabo de fazer.

Fiz a cópia do registo de nascimento e baptismo de Joaquim – no livro de baptizados de 1777 a 1808, da freguesia de Santo Adrião – Vila Nova de Famalicão.

Deu-me um trabalho esta descoberta, pois D. João apenas refere ele nasceu em 1802.

Não havia mais livros na Conservatória do R.[egisto] Civil desta Vila, de 1800, nem na de Braga, nem no Arquivo Distrital, nem havia nada na freguesia de Gavião, pois naquela quis ver a de Vilarinho.

Recorri depois aos desta Vila que se encontram incógnitos, e, a 28 de Julho de 1802, fiz esta descoberta.

Não tenho a certeza se se trata de Joaquim da Costa Araújo, Veloso, e com Vilarinho das Cambas, conclui por me convencer se trata realmente de seu bisavô.

Leia o meu livro “A Justiça” – pág.[inas] 177 e na naturalidade do barão, estes apelidos e freguesia encontrar-se-á.

No livro q[ue] venho escrevendo, faço uma rectificação ao nome da Senhora Baronesa. Assim nele disse, por erro do “Dicionário Portugal” [...]

Queira desculpar esta mal redigido.

Peço o especial favor de me responder sem demora.

Mt.º[Muito] Agradecido
Vasco de Carvalho

XXX

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1958 Ago. 21, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.ª Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 2 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Acabo de receber a sua carta, em resposta à que lhe escrevi há dias, que muito lhe agradeço, assim como as informações sobre meu Pai.

E agora, antes de nada mais, devo pedir-lhe todas as desculpas pela bem desagradável recepção que lhe fez minha cunhada, mas como lhe dizia na minha carta anterior, ou por outra, dava entender, a cabeça dela, desde pequena, regula bastante mal. É certo que não tem culpa disso, mas é mesmo muito aborrecido, para mim, que tal tivesse sido feito. Minha sogra, além de idade, já teve dois ameaços de colapso cerebral, o último há poucos dias, pelo que sua cabeça regula bastante mal. É certo que isto são atenuantes, mas que, da atitude de minha cunhada, estou aborrecido Queira desculpar!

Quanto ao assunto em que está interessado, devo informá-lo de que, de facto, possuo um manuscrito incompleto, da “Biographia” de Joaquim da Costa Araújo – Lisboa 1840. Dele transcrevo a seguir uma parte, precisamente a inicial.

“Joaquim da Costa Araújo, filho legítimo de João da Costa Araújo e sua Mulher Ana Maria Veloso, nasceu em 28 de Julho de 1802; baptizado na freguesia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão em 2 de Agosto do mesmo Ano pelo Padre Coadjutor Manuel José Ferreira. Foram Padrinhos Joaquim Veloso Tavares e Custódia Maria (Mulher de Manuel Carvalho) ambos seus Tios Maternos.

Meu Pai, João da Costa Araújo, filho legítimo de Manuel da Costa Araújo e Sua Mulher Maria da Costa, nasceu na mesma freguesia e lugar de Mões de Cima, casa muito antiga de Lavrador. Morreu em casa de seu filho João da Costa Araújo na freguesia de Cambeses na noite de 22 para 23 de Abril de 1830: jaz na freguesia do seu nascimento, Vila Nova de Famalicão; teria os seus 60 Anos de idade.

Minha Mãe, Ana Maria Veloso, filha legítima de António Rodrigues Veloso, e sua Mulher Josefa da Costa, da freguesia de Salvador de Vilarinho das Cambas, nasceu na dita freguesia, e morreu na de Vila Nova no ano de 1809 ou 1810, havia de ter trinta e tantos anos; a sua morte proveio da paixão que tomou em abandonar sua Casa, com o marinho na Campanha, e seus filhos, todos menores, extraviados cada um para seu lado, quando as tropas francesas entraram na Cidade do Porto em 1808, para onde nos havíamos refugiado.

Tiveram seis filhos, todos nascidos e baptizados na dita freguesia de Vila Nova; a saber: 1.º Maria, 2.º Joana, 3.º Teresa, 4.º Joaquim, 5.º João, 6.º Manuel.

Maria casou em 1818 e ficou na casa de meus Pais com nomeação do Prazo, com Manuel Rodrigues Pereira, filho de outro M. R. Pereira da freguesia de Requião: tem bastantes filhos. Joana casou com Custódio Francisco da Cruz do lugar da Trovisqueira freguesia de Gavião, onde existe: tem bastante filhos. Teresa casou com Domingos Alves Correia de Araújo Veloso, natural da freguesia de Requião, onde está: tem bastante filhos. João casou com... da freguesia de Cambeses, onde existe: tem bastantes filhos. Manuel casou com... da freguesia de Lemenhe, onde existe: tem alguns filhos.

Todas estas freguesias, inclusivamente a do meu nascimento são da Província do Minho – Arcebispado de Braga.”

Segue o resto da biografia, até Setembro de 1831, onde interrompe.

O artigo do meu sogro foi publicado no “Primeiro de Janeiro” em 8-1-1946 sob o título de “Bravo de Mindelo”.

Meu sogro faleceu em 20 de Maio de 1955.

Creio que com os anteriores elementos, ficam esclarecidos todos os pontos de que tinha dúvidas.

Como sempre, continuo à sua disposição para o que lhe possa ser útil. Creia-me com a maior consideração

Am.º [Amigo] e Obrg.º [Obrigado]
L Trovisqueira

XXXI

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1959 Jan. 19, [a] Exmo. Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [1 fl., 1p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho

Mais outro apressado neste meu desequilíbrio com uma conclusão definitiva neste meu desajeitado livro à custa de consumições, p.[ara] ficar mal escrito.

Na referência q.[ue] nele faço a Joaquim da Costa Araújo, apresento o nome de D. João de Castro, mas somente por esta maneira.

Como, porém, à última hora resolvi designá-lo pelo seu nome todo, venho pedir-lhe o favor de mo indicar.

Pelo lado de V. Excia, sei se chama Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, filho de Abílio da Cruz Trovisqueira, e q.[ue] sua esposa usa e tem o de (D.) Brites Maria de Castro e Melo, como filha daquele opulento escritor.

Aguardo o obséquo de mais esta atenção, subscrevo-me

R.ºr [Respeitador], mt.º[Muito] Agradecido
Vasco de Carvalho

XXXII

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1959 Jan. 20, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Acabo de receber a sua carta, de ontem, a que me apresso a responder e a satisfazer o seu pedido.

Meu sogro, como todos os fidalgos, de vez em quando resolvia mudar de nome, ou acrescentando, ou tirando, ou substituindo apelidos a que tinha direito.

O nome que consta da certidão de baptismo de minha mulher é o de D. João de Castro e Melo de Lima Vasconcelos Ataíde e Sousa. Posteriormente, requereu oficialmente que fosse autorizado a usar o nome de D. João de Castro e Melo, o que lhe foi concedido, conforme documento que existe em Prado.

O nome oficial de minha mulher é de facto Brites Maria de Castro e Melo Trovisqueira, devido às limitações existentes, por lei, na altura do casamento, de não poderem as pessoas terem mais de 5 nomes, o que aliás foi alterado lá para seis anos. O nome dela era Brites Maria Filipa de Castro e Melo.

Creio ter dado, assim, satisfação ao pedido.

Sem mais, creia-me sempre ao v[osso] dispor

LTrovisqueira

XXXIII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1960 Maio 23, [a] Exmo. Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [1 fl., 2 p.].

Texto manuscrito. Contém carimbo da Casa de Santa Maria, de Vasco de Carvalho.

Venho comunicar q.[ue], receando pelos 72 anos de idade e não tenha tempo de reunir mais nomes de elevação p.[ara] com eles fazer um livro exclusivo de personalidades nossas, q.[ue] resolvi incluir o nosso Barão da Trovisqueira, naquele que vem de sair do prelo, com o título “Factos e Nomes”.

Assim sendo, tomo a liberdade de enviar por este correio dois volumes, pois deles constam desde a pág.^a[ina] 73, a Biografia desta excelente Figura famalicense, mas ainda a do honrado Joaquim da Costa Araújo, com começo na 87.

Se a do 2.º vai com o q.[ue] descobri, ao primeiro dei todos os elementos já investigados e em meu poder.

Permita o bom destino q.[ue] elas não tenham grandes faltas, pois estes caros investigadores nem sempre atingem aquele máximo q.[ue] se pretende conseguir.

Fica, pois, prestada a minha homenagem a esse grande vulto q.[ue] tanto resplandeceu, e ao momento se vem tornar lembrado com justiça, na nossa terra.

Com os meus cumprimentos atenciosos, creia no abraço

Mt.º [Muito] Venerador e Respeitador
Vasco de Carvalho

XXXIV

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Vila Nova de Famalicão, 1960 Nov. 29, [a] Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa de Vasco de Carvalho.

Como dedicado à História de Vila Nova, independentemente dos livros publicados, entre vários casos os levantamentos dos jazigos ornamentais a Adriano Pinto Basto¹⁷ e ao soldado Liques no nosso cemitério municipal, não abandonei até ao presente, a descoberta dos restos mortais do denodado filho famalicense, Barão da Trovisqueira.

Não se lhe deu, ou teve, então, esse mesmo destino, provocado pelo seu não aparecimento.

Após excepcionais e demoradas pesquisas, consegui finalmente descobrir que eles se encontravam no cemitério da freguesia de Calendário, e assim, hoje, ali se encontram em situação não perfeita.

Dada porém esta circunstância eu venho pedir à Exm.^a Câmara a cedência gratuita de um terreno naquele cemitério, para se proceder à devida trasladação.

Será aí próximo do seu amigo e contendedor político mas ambos grandes animadores da nossa Terra, que essa ilustre Figura deve ficar, como sempre me desejou.

Um modesto e económico elemento ornamental, depois, deveria indicar a sua última jazida.

Esperando dever a V. Ex.^a e Exm.^a Câmara o aplauso e concessão do que venho propor e pedir para honra famalicense, subscrevo-me com a melhor atenção e respeito

De V. Ex.^a

V.or[Venerador] Mt.º[Muito] Agradecido
Vasco de Carvalho

XXXV

TROVISQUEIRA, Leopoldo

[Carta], Lisboa, 1960 Dez. 6, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de St.^a Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do autor. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor.

Respondendo à sua carta de 5 do corrente, a propósito da trasladação dos restos mortais do cemitério da freguesia de Calendário, de meu avô o Barão de Trovisqueira, para o municipal de Vila Nova de Famalicão, venho informá-lo que pode fazer esta trasladação.

Sei, que eles, acolá, se encontram numa situação imprópria, e sempre foi desejo meu, após o conhecimento dessa circunstância, que fosse trasladado para o cemitério de Vila Nova, como mais próprio para o seu nome ilustre de famalicense.

Quis, em tempos, procurar saber onde ele se encontraria, mas tal me não foi possível, pelo que a sua última jazida me ficou desconhecida.

Depois do falecimento de minha avó o esquecimento ficou completo.

.....
¹⁷ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. "O Adriano já estava na R. Formosa. Gostava de genebras e quando do incêndio do Guedes em 3 de Março de 1890 – às 11 horas a estrada Rua acabou-se em 1850. Era vereador no incêndio em 5 de Março de 1890".

A si, pelo que me confesso muitíssimo grato, ficamos devendo todos os trabalhos e cuidados para a sua localização, e por tal, o autorizámos à trasladação e a tudo o mais conveniente a fazer para que este assunto se resolva condignamente.

Com os meus maiores e melhores agradecimentos, creia-me com a maior consideração

De V. Ex.^a
Cr.º[iado] e Obrg.º[igado]
Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira

XXXVI

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1960 Dez. 5, [a] Exmo Senhor Leopoldo Trovisqueira, Lisboa. [3 fls., 5 p.].

Papel timbrado de Vasco de Carvalho. Texto manuscrito.

Desde a s.[ua] atenciosa carta de 27+5 a propósito do meu livro “Factos e Nomes”, q.[ue] não teve resposta por não ser da regra corresponder perante ofertas feitas neste sentido, voto eu, hoje, ao epistolar para tratar do seguinte:

A carta q.[ue] veio como igualmente outras recebidas, ficou arquivada no álbum próprio daquela obra, a valer a consideração q.[ue] me merecem todos quantos me escreveram.

Mas, vamos, porém, ao caso concernente:

Pelo exposto pessoalmente e ainda julgo q.[ue] relatei no livro “Factos e Nomes” de pág.as[inas] 83 a 85, tem conhecimento q.[ue] o caixão de chumbo contendo as ossadas do Barão da Trovisqueira se encontrava perdido por desconhecimento do lugar onde se encontrar.

Quando provoquei, tentei e consegui em 1937, q.[ue] a Câmara Municipal levantasse no cemitério de Vila Nova (Municipal) memórias condignas a Adriano Pinto Basto e ao heróico soldado africano Liques, era para ter esta mesma honrosa situação, o Barão da Trovisqueira.

Contudo, por mais voltas q.[ue] desse, não houve possibilidade de se descobrir o seu paradeiro, e ficou ele, portanto, sem essa memória reparada.

Sem contar o restante havido, descobriu-se afinal, em 1955, este referido caixão, que aí colocado em campa vazia juntamente com uma modestíssima pedra mármore com o seu nome.

Tratei seguidamente da pensada mudança para o cemitério de Moço Morto (Municipal) com o falecido Presidente da Câmara, Álvaro Marques, que concordou. Houve demoras, mas dada a sua morte, tudo ficou a ficar perdido.

Ao presente, como os meus anos vão subindo, resolvi fazer uma petição ao actual Presidente e sua Câmara, por escrito e pessoalmente.

Não deu uma resposta, pronta, porq.[ue] disse o caso, seria tratado numa das sessões a realizar.

Perguntou-me, porém, se a família estaria de acordo, e respondi q.[ue] o seu único neto existente me tinha autorizado a tal trasladação, em virtude do caixão de chumbo estar perdido e ainda porque ele ficaria em jazigo de destaque.

E logicamente assim é por estar abandonado, a não ser por mim, q.[ue] no Setembro Fiéis Defuntos lhe mandei por flores.

E a sua transladação obedece ao intento de lhe dar um coral tendo um elemento ornamental económico, mas com aspecto de saliência, com o seu nome gravado.

Creio estar ainda de acordo comigo, pois estou trabalhando para melhor e para que ele fique com o destaque devido ao seu grande nome.

Assim, se estiver nesta concordância, peço-lhe me envie uma carta dando-me esta autorização.

Contudo, não peço uma, mas duas cartas para a primeira entregar na Câmara e ficar como documento legal na sua posse – outra para eu arquivar na minha documentação.

Poderiam dizer mais ou menos:

Exmo Sr.º Vasco César de Carvalho – Casa de Santa Maria – Vila Nova de Famalicão.

Respondendo à sua carta de 5 de Dezembro deste ano de 1960, a propósito da transladação dos restos mortais do cemitério da freguesia de Calendário, de meu avô o Barão da Trovisqueira para o municipal de Vila Nova de Famalicão, venho informá-lo que pode fazer esta transladação.

Sei, que eles, acolá, se encontram numa situação imprópria, e sempre foi desejo meu (da Baronesa da Trovisqueira ou da Família) como quiser escrever, que fosse trasladado para o cemitério de Vila Nova e como mais [...] para o seu nome de ilustre famalicense.

Quis em tempos, procurar saber onde ele se encontraria, mas não houve possibilidade de o saber, e assim lá continuou desconhecida a sua última jazida.

Havendo-se dado então o falecimento da minha avó, o esquecimento ficou completo.

A si estamos devendo pois estes cuidados, e como tal, o autorizamos à transladação e a tudo mais conveniente a fazer para que este assunto se resolva condignamente.

Sou etc...

Tendo papel timbrado, como tem, é nesse mesmo q.[ue] deve escrever estas duas cartas.

Queira desculpar a forma como vai redigida, mas que poderá atenuar como quiser, embora sempre de um modo q.[ue] a Câmara interprete como consentimento ao fim desejado.

Como disse e na melhor intenção q.[ue] faço estes pedidos por quanto não é mais do q.[ue] conseguir uma sepultura de acordo com o grande homem q.[ue] foi o Barão da Trovisqueira.

Será realmente bom q.[ue] leia o q.[ue] escrevi no meu livro a pág.as[páginas] 83 a 85, pois deste modo mais avaliará a razão porq.[ue] tenho trabalhado neste assunto.

Como não sei se a minha proposta pedida foi submetida hoje à sessão camarária, ou o será na próxima semana, rogo-lhe o favor de me responder na volta do correio.

Não repare na forma abreviada como escrevi.

Creia no apreço, do

Ver. [Venerador] e Am.º[Amigo] Agradecido
Vasco de Carvalho

XXXVII

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

[Ofício] n.º 6306, 1960 Dez. 9, [a] Exmo. Sr. Vasco de Carvalho, Casa de Santa Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado da Câmara Municipal. Texto dactilografado.

Reportando-me ao assunto constante da carta de V. Ex.^a com data de 29 do mês findo, cumpre-me comunicar que esta Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 5 do corrente mês, resolveu autorizar

a cedência gratuita de um terreno no cemitério municipal para repouso dos restos mortais do Barão da Trovisqueira.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex.^a, os meus cumprimentos.

A Bem da Nação
O Presidente da Câmara Municipal
(José Pinto de Oliveira)

XXXVIII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Casa de Santa Maria, V. N. de Famalicão, 1960 Dez. 13, [a] Exmo. Senhor Leopoldo da Cruz Trovisqueira, Lisboa. [1 fl., 2 p.].

Papel timbrado de Vasco de Carvalho. Texto manuscrito. Contém assinatura autógrafa de Vasco de Carvalho.

Com agrado, recebi a s.[ua] c.[arta] de 6 de Dezembro e juntamente a autorização para a Câmara, e devida cópia.

Não pude ainda ir falar com o Presidente, não obstante ter já em meu poder desta Câmara com a data de 9 do corrente concedendo um terreno gratuito no cemitério municipal para conservar os restos mortais do Barão da Trovisqueira.

Logo q.[ue] com aquele fale, terei de entender-me com a Junta da Freg.^a[uesia] de Calendário, com o Sub-Delegado de Saúde, etc....

Prestadas estas informações, mesmo q.[ue] seja renitente a pedidos, venho informar o seguinte:

Um grupo de famalicenses a trabalhar no Porto, resolveu prestar-me a homenagem de um banquete no nosso Restaurante “Pica-Pau”, no próximo Sábado dia 17 do corrente, pelas 20 horas – mas ao qual várias pessoas de cá já deram a inscrição. Dei a minha recusa no ano passado, pela segunda vez a meio do presente ano, mas agora, pela terceira, tive q.[ue] aceitar para não parecer snobismo.

Representa a homenagem pelos 18 anos em q.[ue] escrevi o primeiro livro, mas sobretudo pelos 13 volumes da História Local referentes a esta V. N. de Famalicão – acrescido pelo meu trabalho em vários campos.

E aqui está a m.[inha] franqueza e confiança, pois muito desejava q.[ue] enviasse um telegrama para aquele Restaurante, neste dia, como entendesse, pois gostaria fosse lido o seu nome, diante do Presidente da Câmara, q.[ue] lá vai.

Desculpe-me este pedido e obséquio, pois me custa, embora em confiança, ter de o fazer.

Com o meu abraço creia na estima

Do Respeitador e Agradecido,
Sub.[screvo]
Vasco de Carvalho

XXXIX

CARVALHO, Vasco de

[Carta], Calendário, 1961 Abr. 19, [a] Exmo. Senhor Alberto Correia, Presidente da Junta de Freguesia, Calendário. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa de Vasco de Carvalho.

Devidamente autorizado por essa Junta de Freguesia, e de acordo com a minha carta escrita e enviada a V. Ex.^a em 12 de Dezembro de 1955, venho informar que após intercalados espaços de tempo consegui poder fazer a mudança do caixão de chumbo contendo os restos mortais do ilustre famalicense Barão da Trovisqueira.

Pelo ofício-carta da Câmara Municipal de Vila Nova com o n.º 6306 de 9 de Dezembro de 1960, foi-me comunicado que ela na sua reunião ordinária de 5 de Dezembro resolveu autorizar a cedência gratuita de um terreno no cemitério municipal para repouso dos restos mortais do Barão da Trovisqueira.

Assim atendido o meu pedido feito e tendo autorização familiar do seu neto Senhor Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira a residir na Rua Açores, 47 – 2.º E., em Lisboa, após as consumições havidas, retirei ontem 3.ª feira, dia 18 do corrente pelas 16 horas do cemitério da freguesia, e da sua campa n.º 23 de Talhão n.º 5, este referido caixão de chumbo.

Colocado dentro de um caixão de madeira pintado de preto, e com testemunhas, fiz a sua trasladação em Jeep por mim acompanhado para o Cemitério Municipal de Vila Nova de Famalicão, ali ficando sepultando na campa vazia n.º 75 da 3.ª secção.

Mandei colocar à cabeceira um modesto pedestal de pedra e uma pedra mármore simples, ao alto, tendo pela frente pintada uma cruz e os dizeres – Barão da Trovisqueira.

Dando pois esta comunicação a essa Junta, quero lembrar que esta minha informação devia ficar transcrita no livro das actas das suas sessões, para legalmente tudo isto focar constando e para valer os devidos efeitos se algum dia se tornar necessário.

Muito agradecendo todas as atenções que me prestaram, subscrevo-me

De V. Ex.^a

At.º[ento] Venr.[erador] e Mt.º[Muito] Obg.º[rigado]

Vasco de Carvalho

XL

CARVALHO, Vasco de

[Carta], V. N. de Famalicão, 1961 Abr. 26¹⁸, [a] Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa de Vasco de Carvalho.

Recebi em 16 de Dezembro de 1960 o ofício-carta n.º 6306 com a data de 9 deste mês, assinado por V. Ex.^a, no qual me foi comunicado que a Câmara Municipal reportando-se à minha carta de 29 de Novembro,

¹⁸ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. "Falei hoje com o Presidente sr. eng. José Pinto de Oliveira, agradecendo ofício 9+2 em sua atenção. / conclui o propósito da Câmara escolhida no cem.[itério] municipal e referi as suas condições dadas pelo Sr. Rebelo secretário da Câmara e suas ordens / Sobre documento combinou-se na m.[inha] resposta pedir à Câmara escrevesse a Leopoldo Trovisqueira. / O secretário, não estava. / 25+4+61".

na sua reunião ordinária de 5 de Dezembro resolveu autorizar a cedência gratuita de um terreno no cemitério municipal, para repouso dos restos mortais do barão da Trovisqueira.

Muito me penhorou esta atenção a valer um preito de justiça prestada ao ilustre famalicense José Francisco da Cruz Trovisqueira, que no seu tempo, bem engrandeceu a nossa Terra – por sua vez um acto digno de louvor que altamente honrou V. Ex.^a e os Vereadores componentes da Edilidade Municipal.

Entretanto, quero vir informar que em face daquela cedência, retirei do cemitério paroquial da freguesia de Calendário, da campa n.º 23 – talhão n.º 5, o caixão de chumbo com estas referidas ossadas, que foi colocado dentro de um caixão de madeira, fazendo assim a sua trasladação para o cemitério municipal de Vila Nova para a sepultura n.º 75 na 3.ª secção, e o que se fez pelas 17 horas da 3.ª feira dia 18 de Abril do ano corrente.

Ali ficou com uma modesta pedra à cabeceira dizendo – Barão da Trovisqueira, na esperança que essa Câmara lhe mandará levantar uma memória mais condigna com a sua personalidade.

Para dar-se uma conjugação mais legal e eficiente, peço a V. Ex.^a o favor de dar conhecimento deste facto ao seu único neto o Sr. Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, residente em Lisboa (1) na Rua dos Açores, 47 – 2.º + E.

Venho ao mesmo tempo na condição de relebrado de filhos ilustres nossos esquecidos, confessar o meu reconhecimento por este obséquio, e a minha melhor gratidão pelo atendimento que foi prestado ao pedido por mim feito.

Subscrevo-me com respeito e muito Atentamente

De V. Ex.^a
Vasco de Carvalho

XLI

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

[Ofício] n.º 2312, V. N. de Famalicão, 1961 Maio 5, [a] Exmo Sr. Vasco César de Carvalho, Casa de Santa Maria, Vila Nova de Famalicão. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado da Câmara Municipal. Texto dactilografado.

Reportando-me ao assunto constante da carta de V. Ex.^a com data de 16 do mês findo, cumpre-me comunicar que a Câmara Municipal na sua reunião ordinária tomada em 1 de corrente mês, resolveu agradecer a V. Excia a atenção dispensada aos restos mortais do Barão da Trovisqueira a quem esta Câmara oportunamente resolverá sobre o levantamento duma memória condigna com a sua personalidade.

Informo ainda V. Ex.^a de que também foi deliberado dar conhecimento do facto ao neto do falecido.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os melhores cumprimentos.

A Bem da Nação
O Vice-Presidente da Câmara
Em Exercício
(José Pinto de Oliveira)

XLII

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

[Ofício] n.º 2313, V. N. de Famalicão, 1961 Maio 5, [a] Exmo. Sr. Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, Lisboa. 81 fl., 1 p.].

Papel timbrado da Câmara Municipal. Contém assinatura autógrafa de José Pinto de Oliveira, Vice-Presidente.

Cumpre-me comunicar a V. Ex.^a que os restos mortais do Barão da Trovisqueira foram transferidos do cemitério do Calendário para o cemitério municipal, tendo a Câmara resolvido dar conhecimento do facto a V. Ex.^a e oportunamente resolverá sobre o levantamento duma memória condigna com a personalidade do mesmo

Com os melhores cumprimentos

A Bem da Nação
O Vice-Presidente da Câmara
Em Exercício
José Pinto de Oliveira

XLIII

CARVALHO, Vasco de

[Carta], 1961 Maio 9, [a] Exmo. Senhor Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira, Lisboa. [2 fls., 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado do autor Contém assinatura autógrafa do autor.

Depois da nossa troca de correspondência de Dezembro de 1960, conservo em meu poder as suas duas cartas datadas do dia 6 deste mês e ano, uma como resposta e a outra valendo uma autorização para tratar dos restos mortais do Barão da Trovisqueira.

Entretanto, estou a comunicar que esta minha apaixonada causa teve finalmente o seu termo.

Assim e para que em sua mão fiquem as últimas provas documentais de como esta demorada causa se arrumou, envio as cópias do que escrevi e para se certificar como tudo decorreu, segue pois por esta carta registada as seguintes documentações:

Cópia da carta de 12+12+1955, dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia de Calendário.

Cópia da carta de 29+11+1960, que dirigi ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova.

Cópia da carta de 9+12+1960, que a Câmara me escreveu.

Cópia da carta de 19+4+1961, que escrevi ao Presidente da Junta de Freguesia de Calendário.

Cópia do apontamento que dei ao empregado da Câmara como Fiscal do Cemitério, para ficar escrito no livro das entradas deste cemitério municipal.

Cópia da carta de 26+4+1961, que escrevi ao Presidente da Câmara.

Cópia da carta de 5+5+1961, que recebi do Presidente da Câmara, como ultimação do caso resolvido.

Sendo a única pessoa existente como neto do ilustre Barão da Trovisqueira, e que comigo tratou e atendeu à finalidade da trasladação do caixão de chumbo com os seus restos mortais do cemitério da freguesia do calendário para o cemitério municipal de Vila Nova de Famalicão, entendi devia ficar na sua posse toda

esta documentação para a possibilidade de algum dia ser necessária a avaliação do acto que se realizou, e que por mim foi ultimado.

Demorou realmente a solução deste complicado passo, mas felizmente teve fim agradável.

Fiz boas despesas por tudo isto, com várias idas de automóvel à Câmara, aos cemitérios de Calendário e da Vila, com pagas a jornaleiros, coveiros, guardas, armador, caixão de madeira, com o Jeep que fez a condução¹⁹. E como eu queria que os restos mortais ficassem no arruado principal do cemitério de Vila Nova, próximo do jazigo de Adriano Pinto Basto, isto me deu consumições, porque o terreno preferido tinha sido vendido.

Fui pois ao cemitério da freguesia de Riba d'Ave, a 7 quilómetros, e constatei que o seu comprador o tinha feito em 1951, que havia falecido em 1953, e neste estava sepultado, com seus pais.

Dado este prazo de tempo até hoje, com o secretário da Câmara constatamos legalmente terem sido perdidos aqueles direitos, aproveitando assim o terreno que eu pretendia.

Mandam – se estes informes para que saiba que houve complicações e canseiras, mas que esta minha apaixonada causa que devia ter sido resolvida pelas Câmaras dessa época e nunca o foram, tiveram em mim um dedicado à memória da excepcional figura que foi o Barão da Trovisqueira.

Pedindo o obséquio de me enviar uma cópia da carta que a Câmara lhe enviou presentemente, por igual peço para me acusar a propósito do que hoje mando.

Creia entretanto no bom respeito do

De V. Ex.^a

Mt.^o[Muito] Atento e V.or[enerador] Agradecido

Vasco de Carvalho

.....

¹⁹ Apontamento manuscrito de Vasco de Carvalho. “Custo do Caixão de madeira / 1 Caixão para a urna / com as ossadas do barão / da Trovisqueira 95.00 / Paguei ao coveiro Armindo, do Calendário - esc.[udos] 40.00 / Paguei ao Coveiro Arnaldo, de Moço Morto, esc.[udos] - 50.00 / Paguei ao José Rodrigues fiscal de Moço Morto e empregado da Câmara, esc.[udos] - 40.00 / Paguei aos 3 jornaleiros que acompanharam e pegaram no caixão - esc.[udos] 15.00 / (Ganharam o dia na Reguladora) / Fiz uma viagem ao cemitério [...] em 14+4+61 / Fiz 4 ao Moço Morto / Fiz 4 à Câmara / Fiz 4 a S. Julião. / Coloquei á sua cabeceira uma pedra granito, com frisos, e sobre ela uam de mármore com uma cruz gravada e os dizeres - Barão da Trovisqueira, tudo pintado a preto. / Este material estava abandonado no cemitério de Calendário e que eu aproveitei para por na campa em que o caixão ficou. / Tudo se limpou, e foi para o cemitério de Moço Morto (foi o de chumbo dentro de um caixão de madeira de forro, que mandei fazer e pinte de preto / 18+4+961. / Coveiro do Cemitério de Vila Nova, / Arnaldo de Azevedo Marques, natural do Calendário, casado. / Armador / Rodrigo Fernandes da Silva, natural de Barcelinhos, Barcelos - casado. / Coveiro do cemitério de Calendário / Armindo Carneiro da Silva-Casado, natural de Calendário. / Chauffeur condutor no “Jeep” / Joaquim Gomes, natural de Cabeçudos, casado, jornaleiros da reguladora. / Manuel Gomes da Costa, natural de Jesufrei, casado. / António Joaquim Gomes da Cunha, natural de Iemenha, casado. / Abílio Carvalho Gomes, natural de Moura, Barcelos, residindo em Seguinde, Barcelos, solteiro. / Fiz ontem 3.^a feira dia 18 de Abril de 1961-pelaqs 16horas, a traslafdação do caixão de chumbo com o cadáver do Barão da Trovisqueira, da campa n.º 23 - talhão 5, do cemitério de Calendário - para o cemitério municipal de Moço Morto, paraa campa vazia - n.º 75 - 3.^a secção. / Foi dentro de um caixão de madeira de forro pintado de preto, no “Jeep” da reguladora, guiado pelo Joaquim Gomes. A companhia do meu carro... / Ilídio Vieira / Alvará de 22 de Novembro de 1951 Livro de Registo de Alvarás n.º 19 com: 2, 55 metros quadrados de superficie. Cuja cisa foi paga na Secção de Finanças a 9 de Abril de 1951 sob o n.º 265 / 4894. / Barão ficou na campa 75 - a da 3.^a Secção. / Encantado pelo empregado José Rodrigues Ferreira (fomos ao cemitério - fui à Câmara e também falei com o secretário senhor rebelo (a campa que era para Ilídio perdeu o direito - ele faleceu em 1953 - e comprou em 1951). Dei ao Rodrigues / 40.00 / em 14+4+61-6.^a feira”.

Vasco César de Carvalho (1888-1961)

Nasceu na freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, em 11 de Junho de 1881, e faleceu na mesma freguesia na sua Casa de Santa Maria, em 8 de Novembro de 1961. Era filho de Lino Gomes da Costa Carvalho (fundador da Fábrica de Relógios Boa Reguladora) e de Francisca Angélica de Carvalho. Era administrador da Boa Reguladora e foi sócio-fundador de algumas empresas têxteis. Foi condecorado em 1937 com o Grau Oficial da Ordem de Mérito Industrial, condecoração atribuída pela Chancelaria das Ordens Portuguesas.

Fundou, e fez parte, do Grupo dos 29 em 1906, o qual fez ressurgir as festas Antoninas de V. N. de Famalicão. Colaborou na imprensa famalicense (nomeadamente, “Jornal de Famalicão”, “Notícias de Famalicão” e “Estrela do Minho”, este último título com mais regularidade), assim como também na regional e nacional. Historiador autodidacta, estão aqui os famosos “Aspectos de Vila Nova”, obra constituída por onze volumes, nos quais aparece a História de V. N. de Fmalicão, a História das instituições, as biografias de ilustres famalicenses, etc. É nomeado Sócio-Correspondente do Instituto de Coimbra em 1947.



Dedicatória de Vasco de Carvalho a Leopoldo Trovisqueira no livro “Factos e Nomes”



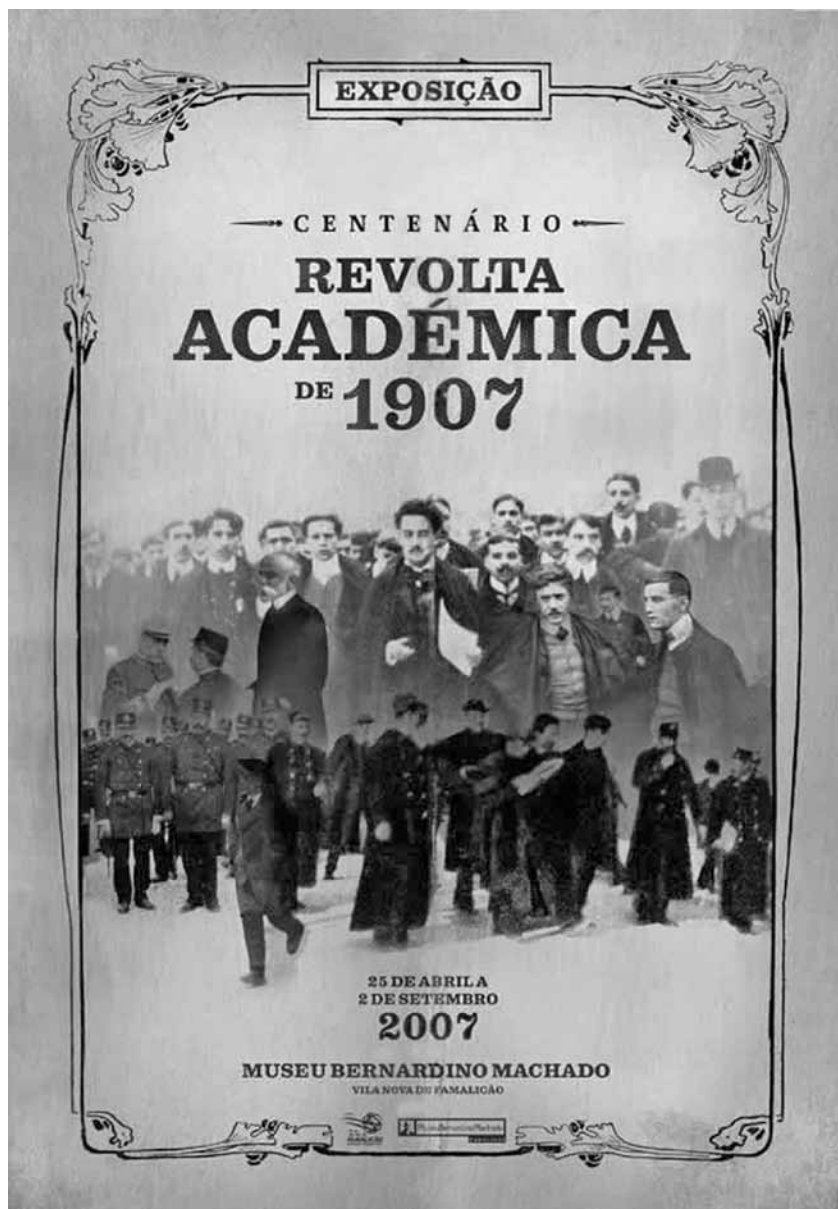
Leopoldo Álvaro da Cruz Trovisqueira (1899-1973)

Nasceu em Caminha em 12-8-1899, pelas 8:15 horas da tarde, sendo registado na freguesia de Sta. Maria da Vila de Caminha. (Ano de 1899, Regº nº35 a fls. 46 do Lº 8). Foi baptisado aos 27-8-1899, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assumpção da Vila de Caminha, arcebispo de Braga Primaz, pelo P.e Francisco Lourenço Cardoso (regº nº 35, a fls. 46 do Lº 8 do ano de 1899). Foi Padrinho o Avô materno, Joaquim Victor Cerqueira, representado por sua Mulher D. Maria de Sant’Ana Cerqueira e Madrinha a Viscondessa de Guilhomil. Casou, em 3 de Junho de 1931, com D. Brites Maria de Castro e Mello filha de D. João de Castro e Melo de Lima Vasconcelos Ataíde e Sousa (o escritor e poeta D. João de Castro) e de Dona Ana Luisa da Costa Pereira Coutinho de Vilhena. O casamento foi registado com o nº 167, a fls.167 do Lº74 do ano de 1931, na 2ª Conservatória de Lisboa. Foram testemunhas a mãe do contraente e a mãe da noiva. A cerimónia religiosa efectuou-se na Igreja de S. Jorge de Arroios, na mesma data. Foi funcionário público durante algum tempo e ingressou depois nos quadros da filial, em Lisboa, de uma empresa internacional. Era um bom fotógrafo-amador e foi Presidente do Foto-Club 6x6, em Lisboa. Alguns dos seus trabalhos foram premiados em exposições no país e no estrangeiro. Deixou igualmente caricaturas de seus amigos e de artistas de ópera, espectáculo de que foi assíduo frequentador na sua juventude. Dedicou-se também, desde os seus primórdios, à rádio-difusão sonora. Faleceu em Lisboa, em 25 -3 -1973. Está sepultado no jazigo da Família, no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa.

An abstract graphic design featuring various geometric shapes and lines in shades of gray. On the left side, there are several overlapping rectangular and triangular shapes, some with thin white lines. A prominent vertical line runs down the left side. In the lower right quadrant, there is a long, thin diagonal line and a curved, hook-like shape. The background is a light gray gradient.

**Museu
Bernardino Machado**

A revolta Académica de 1907
– comemorações de um centenário.



“Uma Universidade é um laboratório, uma oficina modelo, onde professores e discípulos, como verdadeiros operários e aprendizes, não têm por ocupação consumir ideias, mas produzi-las.”

Bernardino Machado



A revolta estudantil de 1907

*por Norberto Ferreira da Cunha**

A revolta estudantil de 1907 foi um dos acontecimentos sociais e políticos mais relevantes, ocorridos no ocaso da Monarquia. Suscitada pela reprovação nos actos de habilitação ao grau de Doutor em Direito, do licenciado José Eugénio Dias Ferreira (filho do famigerado ministro monárquico Dias Ferreira), que se realizaram nos dias 27 e 28 de Fevereiro, na Universidade de Coimbra, gerou, – devido à alegada parcialidade do júri e ao insólito da deliberação – um generalizado repúdio da Academia coimbrã, que se manifestou de vários modos, alguns – os imediatos – de forma desmedida, contra a deliberação tomada e, mais genericamente, contra o sistema de ensino vigente na Universidade (Direito quase incluía metade dos alunos matriculados!), onde não só continuava a imperar o mandarinato da cátedra e do seu arbítrio mas também o sistema de ensino (do ponto de vista pedagógico e científico) deixava muito a desejar (porque assente, sobretudo, no argumento da autoridade) e se mostrava, ostensivamente, de costas voltadas para a sociedade. A reacção estudantil, que passou por um boicote às aulas, levou ao encerramento da Universidade pelo Governo, em 2 de Março, depois de auscultado o Reitor. Coerentes com as razões da sua atitude contestatária, os estudantes dirigiram-se a Lisboa, a fim de apresentarem ao Governo e ao Presidente da Câmara dos Deputados, as suas reivindicações, como condição do regresso á normalidade escolar. O Governo, com o apoio do monarca, o rei D. Carlos, recusou, invocando não negociar num clima de desordem pública e paralisação escolar, que se alastrara já a outros estabelecimentos do ensino superior de Lisboa e Porto. Esta mesma razão – uma “questão de ordem pública” – foi, reiteradamente, invocada por diversos membros do

.....
* Professor Aposentado da Universidade do Minho.

Governo (entre os quais, e sobretudo, João Franco) para não ceder às exigências dos estudantes, acusando mesmo a greve de ter subjacente intenções políticas subversivas (leia-se “republicanas”). Para o Governo, portanto, a greve do ensino superior iniciada em Coimbra era uma questão de ordem pública (e, por isso, só pela força se resolveria) cuja finalidade era desestabilizar e subverter a ordem política vigente, ou seja, o regime monárquico. Não era essa a opinião dos republicanos – como António José de Almeida e Bernardino Machado, entre outros – que, embora repudiando o alegado envolvimento do Partido Republicano na greve, apoiava as suas reivindicações, porque as justificava a liberdade de pensamento, a moral e a renovação do ensino que tinha de fazer a instituição que era o alfofre das elites do país. Na greve, ficaram, pois, frente a frente e num painel que se alastrou a nível nacional, a propósito de um mero acto académico, o princípio da autoridade (Monarquia) e o princípio da liberdade (República). Apesar da intransigência do Governo, ostensivamente, alardeada pelo acórdão disciplinar “ignominioso” e “monstruoso” (como o adjectivaram vários jornais) de 1 de Abril, do Conselho de Decanos da Universidade, que condenou 17 estudantes como “agentes criminosos” e principais instigadores do movimento estudantil (votando sete deles à expulsão); apesar do Governo ter reaberto as portas da Universidade em 8 de Abril, ter enviado forças policiais para Coimbra e dado ordens aos Governadores civis desta cidade e, ainda, de Lisboa e Porto, para proibirem quaisquer reuniões estudantis na via pública ou em edifícios públicos, na convicção de que muitos alunos estavam dispostos a regressar à normalidade escolar, se esta não lhe fosse boicotada; teve, todavia, a desagradável surpresa não só da não comparência dos alunos de Coimbra às aulas como da generalização da greve aos restantes estabelecimentos de ensino superior do país. Confrontado e apertado pelas interpelações das Câmaras sobre a situação estudantil, encerra, antecipadamente, o Parlamento em 11 de Abril (três dias depois da generalização da greve) e no dia 15, do mesmo mês, manda encerrar todos os estabelecimentos do ensino superior. O franquismo, por via da greve académica, acelerava, assim, o seu trânsito da via liberal para a via ditatorial, precipitando a própria agonia do regime. Com a mudança de Reitor, em meados de Abril (passou a sê-lo o Par do Reino D. João de Alarcão, filiado no Partido Progressista) e com os exames cada vez mais próximos, algumas dezenas de Pais, em fins de Abril, com a cumplicidade (por inércia) da maior parte dos seus filhos e do Reitor, procuram desbloquear a situação. E em meados de Maio, uma Comissão de Pais consegue ser recebida pelo Rei D. Carlos (na presença de João Franco) ao qual pedem a “graça régia” para os alunos grevistas e a possibilidade de resgatarem o ano lectivo em vias de se perder. O rei acabou por ser sensível ao pedido feito (também ele e o seu Governo estavam num impasse) e acabou por amnistiá-los, reabrindo a Universidade, para efeito de matrículas, em 23 de Maio, recusando, contudo, a “graça régia”, 160 estudantes (doravante conhecidos por “intransigentes”). Contudo, em meados de Julho, o reitor, em nome da maioria dos alunos ex-grevistas, entretanto reintegrados, entregava ao Rei uma representação por eles assinada, no qual pediam o indulto para os 7 colegas expulsos e igualmente um acto de benevolência para com os chamados intransigentes, para que estes pudessem voltar à Universidade. O Rei cedeu. E em fins de Agosto era publicado o decreto que amnistiava e reintegrava todos os estudantes. Mas a monarquia apenas conseguiu uma vitória pírrica, pois virou contra si a opinião pública pelo seu ostensivo autoritarismo, converteu, em republicanos, estudantes que não o eram e distanciou não poucos monárquicos da “monarquia”, que consentira, através do Governo, uma tal actuação de “força” (infringindo ou sofismando o Direito) na questão académica.

A Greve académica de 1907 – Sua relação com a constituição da Família Machado Sá Marques

por Manuel Machado Sá Marques*

Recordando meus Pais a propósito da sessão comemorativa do centenário da greve académica de 1907 realizada no dia 2 de Março de 2007 no Museu Bernardino Machado.

Talvez porque nasci durante a primeira República, sempre dei, ao estudar a nossa História, uma atenção especial ao início do século vinte. Mas quando me debruçava sobre o período de transição da monarquia para a república era o ano de 1907 que me fascinava, pela intensidade e rapidez dos factos que surgiam, e pela presença marcante e a forte combatividade de Bernardino Machado nas fileiras democráticas. Como escreveu um dos seus bons biógrafos, António Ramos de Almeida, desde o momento da exoneração da cátedra em 1907, “o seu magistério estender-se-á, mais do que nunca, a toda a nação”.

Colhi dados referentes a esta época, juntei-os numa pasta que deixei, há tempos, no Museu.

No entanto também há uma explicação para este fascínio pela data! Mas de natureza sentimental, muito afectiva!

Foi a vinda de Bernardino Machado para Lisboa em Abril de 1907, que condicionou a constituição da família Machado Sá Marques!

Meu Pai, Alberto de Sá Marques de Figueiredo, natural de Barrelas (Vila Nova do Paiva), no distrito de Viseu, frequentou a Universidade de Coimbra de 1900 a 1905 e licenciou-se em Matemática e Filosofia, tendo sido discípulo de Bernardino Machado na cadeira de Antropologia. Durante o curso estabeleceu relações de amizade com António Luís



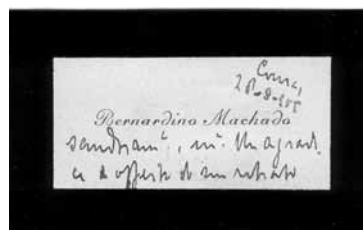
▲ Foto 1 Curso de Antropologia – Universidade de Coimbra – 1904/1905



▲ Foto 2 Alberto de Sá Marques de Figueiredo com dedicatória ao seu professor de Antropologia, Doutor Bernardino Machado



▲ Foto 3 Agradecimento de Bernardino Machado



* Médico. Neto de Bernardino Machado

Machado Guimarães, filho mais velho do seu professor, frequentando a Quinta dos Sardões, em Celas, onde vivia meu Avô. Em 1906 meu Pai vem para Lisboa, onde inicia a sua actividade pedagógica, como professor interino, no Liceu Central de S. Domingos. Mantém com António Machado correspondência afectuosa. Esta ligação, que vinha desde os bancos da Universidade, aumenta quando este seu amigo vem em 1907, após a sua licenciatura em Filosofia, para Lisboa, para professor do mesmo liceu.

A partir de Abril de 1907, depois de ter pedido a exoneração de Professor da Universidade de Coimbra, e até Agosto de 1908, Bernardino Machado passa a residir em casa de sua Sogra, a viúva de Miguel Dantas, na Travessa do Pinheiro, à Estrela. É aí que recebe no dia 28 de Julho milhares de cidadãos que o vem cumprimentar, assistindo-se a uma imponente homenagem. A manifestação que tinha sido organizada foi proibida pelo governo de João Franco, que mandou cercar as redondezas pelas forças da Guarda Municipal, da Polícia e do Exército...

Depois muda a sua residência para a Rua de S. Bernardo e para a casa de Santa Catarina na Cruz Quebrada, até se instalar num palacete na Avenida António Augusto de Aguiar em 1911.



▲ Foto 4 Minha Mãe com os Pais e irmãs Maria e Joaquina



▲ Foto 6 Bernardino Machado e Família em 1912



▲ Foto 5 Bernardino Machado com a Família em 1909 na residência em Lisboa – Rua de S. Bernardo

São estas as casas onde meu Pai estabelece maior intimidade com a família de Bernardino Machado e se criam os laços de afecto com sua filha Rita Olímpia. Em 1909 já existia o que chamamos “namoro” e em 1911 é concretizado “o pedido de casamento”, o qual se realiza em 22 de Janeiro de 1912, já em plena República.

É interessante revelar alguns aspectos sentimentais, em especial o sentimento religioso católico, na relação entre meus pais.



▲ Foto 7 Meu Pai em 1912 e a madrinha de meu Pai – Maria de Sá Marques de Figueiredo

Ambos tiveram educação religiosa católica. Meu Pai fez os seus primeiros estudos no Colégio da Lapa. Foram seus padrinhos o tio Padre José Sá Marques de Figueiredo, pároco em Vila Nova de Paiva e um notável pregador, e sua tia Maria de Sá, senhora muito devota, que foi a primeira professora primária naquela Vila, a célebre Barreiras.

Num texto editado por meu Pai em 1952, já durante a sua reforma, quando presidia à Associação de Luís Braille, e que se destinava a angariar fundos para a criação duma escola primária de adaptação profissional para cegos adultos, intitulado “Prosa Rimada”,

está escrito: “Ao autor deste folheto, que sabia ajudar à missa, foi distribuído o papel de “sacerdote”, para acompanhar o cortejo académico que, nos anais da “Lusa Atenas”, ficou designado por “Enterro do charuto”. Aceitou, mas com a condição de não levar insígnias – nem tonsura, nem sobrepelez improvisada com uma saia branca.”

Minha Mãe frequentou em Coimbra o Real Colégio Ursulino das Chagas, que então funcionava no Edifício da S. José dos Marianos, onde se ensinava “doutrina cristã e civilidade, bem como história geral e sagrada do Antigo e Novo Testamento”. Permitam-me que leia o que a seu respeito se refere no “Dicionário no Feminino”, que foi recentemente editado pelo Centro de Estudos sobre a Mulher.

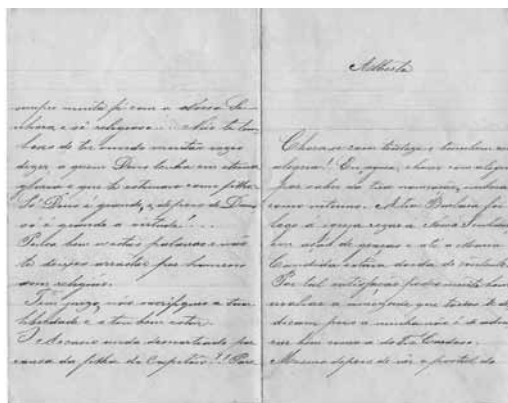


▲ Foto 8 Minha Mãe antes do casamento

“Rita Dantas Machado: - ...foi, entre 1909 e 1911, das principais activistas das associações femininas, tendo desempenhado cargos na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e na Associação de Propaganda Feminista. Logo na primeira assembleia-geral da Liga Republicana das Mulheres, realizada em Fevereiro de 1909, foi eleita Secretária da Direcção e, nos dois anos seguintes, ocupou o lugar de Tesoureira. Participou nas iniciativas políticas mais relevantes que contribuíram para a consolidação da organização, tendo secretariado reuniões em 1909 e 1910 e assinado diversos documentos, como a mensagem dirigida ao Congresso Republicano que decorreu em Setúbal, em Abril de 1909; a saudação endossada ao novo Directório do Partido Republicano Português; o reconhecimento a José Relvas, em Julho de 1910, pelos serviços prestados ao ideal republicano; ou a congratulação pela adesão de Miguel Bombarda ao PRP. Também integrou o primeiro núcleo de feministas que pugnaram pelo sufrágio feminino e pertenceu à comissão criada no seio da Liga em Dezembro de 1910 para se fazer a sua propaganda. Saudou o ministro da Finanças, José Relvas, por ter admitido mulheres nos empregos do Estado e, em Fevereiro de 1911, assinou a Representação entregue pela Comissão de Propaganda Feminista a Teófilo Braga, onde se reivindicava o voto para a mulher economicamente independente. Com posições próximas de Ana de Castro Osório, e na sequência de divergências no interior da Liga, demitiu-se, em Abril de 1911, do cargo de Tesoureira e integrou a equipa fundadora da Associação de Propaganda Feminista, sendo uma das suas vogais, juntamente com Irene Zuzarte. Em Julho de 1911, assinou a representação que a nova agremiação enviou à Assembleia Nacional Constituinte, pedindo que a lei do país contemplasse o voto restrito para a mulher. Depois de ter tido responsabilidades directivas, o nome de Rita Dantas Machado deixou de constar das iniciativas femininas a partir de 1912, provavelmente por se ter casado...”

Colocando-nos no ambiente político e sócio-cultural dos primeiros anos da República, podemos avaliar a repercussão, que naturalmente se fez sentir em vários sectores da nossa sociedade, do casamento religioso de meus pais na Igreja de S. Sebastião da Pedreira.

Da correspondência de meu Pai quero ler-lhes algumas passagens de cartas de sua madrinha e uma carta que lhe escreveu o seu colega do Colégio da Lapa, o Padre Abílio Vasco d’Almeida, pároco em S. João de Tarouca, notável investigador arqueólogo e colaborador de Leite de Vasconcelos.



▲ Foto 9 Uma das cartas da Madrinha de meu Pai

Da correspondência que recebeu da madrinha:

1906

Felicitando-o por ter sido nomeado professor, embora interino, diz:

“Deus te ajude e dê saúde. Tem sempre muita fé com Nossa Senhora e sê religioso...Não te lembras de ter ouvido muitas vezes dizer, a quem Deus tenha em eterna glória e que te estimava como filho: só Deus é grande, e, depois de Deus só é grande a virtude?...Pensa bem nestas palavras e não te deixes arrastar por homens sem religião. Tem juízo, não sacrifiques a tua liberdade e o teu bem-estar”.

1911

“Quando me participaste o teu casamento senti logo uma certa afeição pela tua futura Esposa, em vista da forma como me descreveste os seus nobres e elevados sentimentos, mas hoje duplicou essa afeição, acompanhada de muita amizade, por ver que foi ela quem tão espontaneamente resolveu que o enlace fosse também religiosamente... Não imaginas o quanto eu me incomodava se me pudessem dizer que tinhas sido o primeiro que, na família, tinha casado só civilmente. A nuvem desapareceu e por isso vou mudar de assunto...”

1912

“Crê que jamais esquecerei esta atenção, bem como o anuíres à cerimónia católica.

Não te importes de censuras sem fundamento, e senão vê como são destruídas na carta de Lisboa que remeto.....

Agora é que nós acabamos de conhecer os verdadeiros amigos e os fingidos.”

A carta do colega do Colégio da Lapa: -

Meu caro Alberto

Li nos jornais a notícia do teu casamento com a Ex. ma Senhora D. Rita Machado, filha do Sr. Dr. Bernardino Machado.

Apresso-me a dar-vos sinceros e cordiais parabéns, lembrando-te a ti que o teu antigo companheiro do colégio da Lapa ainda te não esqueceu e te deseja um futuro brilhante.

Olha meu caro Doutor: tu deves ser muito feliz, porque a felicidade que se não inventa, é quase sempre fruto de excelentes qualidades, e essas tem-las tu como poucos homens.

Sabe que pelas conclusões a que tenho chegado da leitura dos jornais, julgo que foi um erro político não ter sido eleito teu sogro para a Presidência da República. Muito ele teria feito em bem do País, com o seu fino tacto, neste turbilhão em que os homens tanto se esfacelam.

Foi a sua exclusão de tão alto cargo uma injustiça que o País, há-de reparar a seu tempo.

Pelo teu casamento, mais uma vez parabéns.

Crê-me teu

m.tº afeiçãoado e d. º
com m. ta consideração

S. João de Tarouca, 26 de Janeiro de 1912

Abade Vasco d'Almeida Moreira

Desejo também, a este propósito, recordar a conferência que aqui no Museu fez, em Novembro de 1998, o actual Bispo do Porto, Senhor D. Manuel Clemente. Duas passagens do seu texto.

“Bernardino Machado tinha simpatia pela moral evangélica e também pelo catolicismo familiar que fora o da sua infância; mas olhava-os como manifestações de uma religiosidade mais ampla, que evoluiria para formas cada vez mais humanizadas e secularizadas; dir-se-á mesmo religioso, mas desta religião nova da humanidade e da socialização fraterna; como grande parte dos liberais, não preza o que no catolicismo o que lhe parece ser resquício de outros tempos, em que se não considerava tanto a disponibilidade individual, como seria o caso da vida religiosa e os seus votos de castidade e obediência; também não admite o carácter colectivo do catolicismo, com a respectiva transnacional idade e vinculação ao centro romano. Mas, de um modo geral entende que serão o tempo e a propaganda a criar uma nova mentalidade, que ultrapassará sistematicamente todas e cada uma destas manifestações demasiado confessionais da religiosidade antiga.”

“O temperamento conciliador e o modo cortês coexistiam nele com o ideário liberal e positivo, emancipador e cientista. Entra assim na questão religiosa com intenção conciliadora, sem pôr em causa ou dúvida a visão evolutiva que lhe é própria, da crença para a ciência. As concessões são de ordem prática e não teórica. Enquanto pela educação e a mudança sócio-cultural não se acedesse a uma visão mais secularizada das coisas, admitia a sobrevivência privada e igualitária dos credos. Estava mesmo disposto a lembrar uma ou outra vez os préstimos do catolicismo na história nacional, bem como o valor moral do Evangelho. Mas reservava o campo público e as instituições estatais para a pedagogia exclusiva do ideário a que aderira, sem lugar para propagandas confessionais e alheias à puramente liberal e positiva, humanística e cívica, absolutamente secular.”

Quando da Greve Académica, termina a Carta aos Estudantes, que lhes escreve em 7 de Abril de 1909, desta forma:

“Mando-lhes essa cópia de parte duma carta que ontem recebi dum dos nossos bons párocos.

“Sr.... Pelo relato dos jornais é-me tão simpática a atitude de V. nos acontecimentos de Coimbra, que vendo-o... colocar-se na defesa dos bons princípios em benefício dos pequenos, os estudantes, não posso conter o meu aplauso sincero nem esconder a V. a melhor parte dos afectos do meu coração agradecido. Não tenho em Coimbra estudantes de família, tenho apenas dois filhos do meu amigo dr. F., que foram meus comensais. Interpretando, pois, os sentimentos desses dois amigos, venho por mim e por eles testemunhar a V. a minha admiração e o mais subido reconhecimento.

De V. O abade F. 3-4-907 “

Eis o que se ganha em defender uma causa justa. E, como vêem, meus amigos, nesta solidariedade eu é que sou já
Seu devedor muito obrigado,
Bernardino Machado”

Durante os seus Governos de Fevereiro a Dezembro de 1914, Bernardino Machado escolheu para governadores civis seus antigos discípulos na Universidade, todos republicanos, mas que não estavam filiados em partidos políticos. Para Viseu escolheu meu Pai, certamente pelos laços afectivos e saber que era um republicano católico.

Foi durante esta governação que se fez uma larga amnistia para os presos políticos e houve uma tendência para a concórdia. Como dizia Guerra Junqueiro, sentia-se a “bernardinização” da lei de separação da Igreja do Estado.

Em 31 de Maio de 1914 no encerramento das “Grandiosas Festas de Viseu”, expressão que servia de título à reportagem efectuada pelo jornal católico “Correio da Beira” das festas religiosas e literárias promovidas pelo Circulo de Estudos, realiza-se a sessão do Circulo Católico, com a presidência constituída por três bispos, D. António Barroso, bispo do Porto, pouco tempo antes amnistiado, D. António Alves Ferreira, bispo de Viseu e o Bispo de Siene. Ficou célebre a intervenção do quintanista de Direito da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, intitulada “A Democracia e a Igreja”.

Em 1919 Salazar edita “A minha resposta”, a sua defesa no processo de sindicância à Universidade de Coimbra. Do folheto quero ler-vos a seguinte passagem, esclarecedora do que foi o governo de Bernardino Machado em 1914, e reveladora da personagem do autor do texto.

“Vim para Coimbra em Outubro de 1910, recém proclamada a República portuguesa, e nunca mais voltei falar a Viseu até ao meu 5º ano de Direito. Neste ano fui fazer lá uma conferência sobre *A Democracia e a Igreja*. – Céus! Aqui está talvez o grande crime...

Estava no Governo o ministério Bernardino Machado, e era governador civil do distrito, o Dr. Sá Marques, genro daquele senhor, republicano democrático ou sem filiação partidária. O sr. Governador civil deu-nos o prazer de assistir à festa. Estava em frente de mim, numa galeria de honra, um pouco retirado, tendo gentilmente cedido o seu lugar a algumas senhoras. Ouviu toda a conferência – um trabalho muito longo – e não ouviu uma palavra que o fizesse arrepender de ter ido. Não estivemos certamente de acordo em todas as questões; as minhas ideias não eram porventura as suas

sobre vários problemas versados; mas S. Ex.ª reconheceu-me o direito, que se reconhece a todo o homem que trabalha e que é sincero, de apresentar lealmente a uma assembleia inteligente os resultados do seu estudo ou as dúvidas do seu espírito.

...O assunto da conferência tinha o seu interesse. Ao tempo impressionava-me muito a forma anti-religiosa – propriamente anticatólica – da realização democrática no mundo latino, contra aquela liberdade tão larga, tão magnânima, tão elevada, da Inglaterra, da Bélgica, dos estados Unidos da América. Não posso dar aqui sequer um resumo desse trabalho, nem vale a pena dissertar sobre os livros que mais ou menos o inspiraram. Basta dizer que se apoiava em três ideias fundamentais: a importância secundária das formas de governo; a democracia como um facto histórico, uma corrente insuperável, uma conquista legítima, perfeitamente conciliável com o catolicismo; a necessidade de influir sobre a democracia nos termos em que o programa foi apresentado pelo próprio TOQUEVILLE: “instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu governo às épocas e aos lugares”.

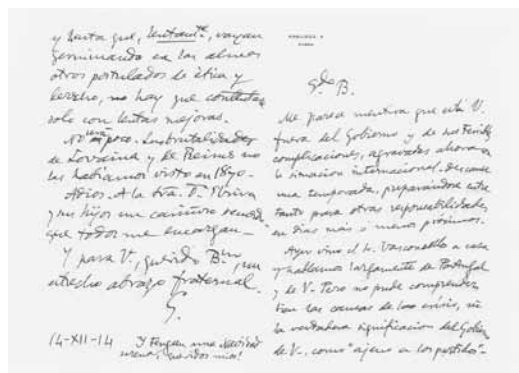
O ano de 1914 decorreu com o surgimento de factos importantes na evolução política portuguesa e mundial: é o ano do início da primeira grande guerra! Uma carta que Giner de los Rios escreveu a meu Avô, nesta altura, é tão interessante que não resisto a terminar estas minhas recordações sem a ler.

Obelisco, 8
Madrid

Q.do B.

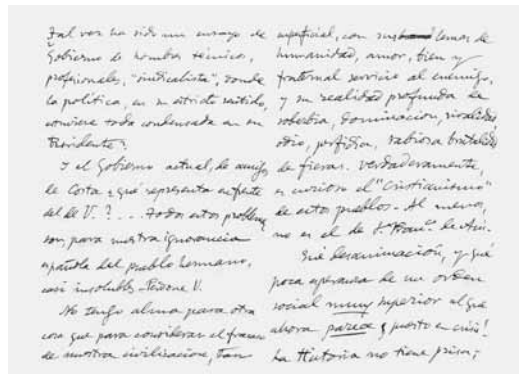
Me parece mentira que está V. fuera del gobierno y de sus terribles complicaciones, agravadas ahora con la situacin internacional. Descanse una temporada, preparándose entre tanto para otras responsabilidades en dias más o menos próximos.

Ayer vino el Sr Vasconcellos a casa y hablamos largamente de Portugal y de V. Pêro no pude comprender bien las causas de la crisis, nê la verdadera significacion del gobierno de V., como “ajeno a los partidos” – talvez há sido un ensayo de gobierno de hombres técnicos, profissionais, “sindicalista”, donde la política, en su estricto sentido, estuviese toda condensada en su Presidente?



Y el gobierno actual, de amigos de Costa, que representa en frente del de V.?... Todos estos problemas son, para nuestra ignorância española del pueblo hermano, casi insolubles-Perdone V.

No tengo alma para outra cosa que para considerar el fracaso de nuestra civilizacion, tan superficial, com sus lemas de humanidad, amor, bien y fraternal servicio al enemigo, y su realidad profunda de soberbia, dominacion, rivalidad, ódio, perfidia, rabiosa brutalidade de fieras. Verdaderamente, es curioso el “cristianismo” de estos pueblos. Al menos no es el de S. Franco de Assis.



Qué desanimacion, y qué poca esperanza de una orden social muy superior al que ahora parece q puesto em crisis! La Historia no tiene prisa; y hasta que, lentam.te, vayan germinando en las almas otros postulados de ética y derecho, hay que contentar solo com lentas mejoras.

No será poco. Sus brutalidades de Lovaina y de Reims no las habiamos visto en 1870.

Adios. A la Sra. D. Elzira y sus hijos un cariñoso recuerdo, que todos me encargan.

Y para V., querido B.no, un estrecho abrazo fraternal
14-XII-14

Y tengan una Navidad serena, queridos mios!

▲ Foto 10 Carta de Giner de los Rios



Documentos
Revolta Académica de 1907



▲ Estudantes dirigem-se em cortejo ao Parlamento para entrega das representações.

Representação dos estudantes dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino.

A Academia de Coimbra, reunida em sessão permanente, resolveu representar ao Governo:

Que julga de inadiável necessidade, para a solução do conflito existente entre o corpo docente e discente da Faculdade de Direito, a adopção das seguintes medidas imediatas, como garantia de que os seus direitos são respeitados:

1.º Que até ao fim do corrente ano lectivo os cursos da Faculdade de Direito sejam absolutamente livres, visto que os professores respectivos não podem julgar das lições dos alunos sem uma legítima suspeição de parcialidade.

2.º Que os júris dos exames da mesma Faculdade sejam constituídos, cada um, por dois membros da Faculdade e um presidente estranho, que pode ser recrutado entre o professorado das outras escolas superiores e os membros do Supremo Tribunal de Justiça e das relações, sendo ao presidente atribuído o voto de qualidade.

3.º Que, em virtude de na maior parte do ano o corpo discente da mesma Faculdade haver estado submetido ao regime actual, pois só restarão dois meses de curso livre, não sejam abolidos os pontos de exame.

4.º Que seja nomeada uma comissão de sindicância ao acto de conclusões magnas do candidato José Eugénio Ferreira, devendo ser ouvidos, não só os lentes e o candidato, mas também dois alunos do 3.º, 4.º e 5.º anos de Direito, eleitos pelos cursos respectivos, o decano da Faculdade de Teologia, o Reitor e quaisquer professores que assistissem ao acto.

5.º Que, não querendo o Governo conceder a sindicância, ou não apurando esta nada de definitivo, seja facultada ao candidato José Eugénio Ferreira a repetição do seu acto de conclusões magnas, com um júri composto de professores de outras escolas, altos magistrados e jurisconsultos, escolhidos pelo Governo.

6.º Que seja abolido pura e simplesmente o foro académico.

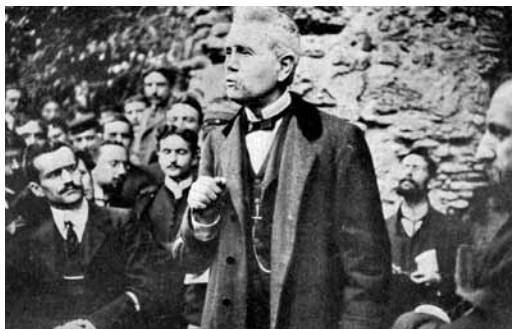
7.º Que, sendo o movimento académico uma natural expansão de aspirações há muito arreigadas nas gerações académicas, aspirações que os poderes constituídos têm iludido e represso sistematicamente, não se pode admitir que o professorado de Direito, para afogar as nossas vozes, se possa valer das costumadas formas de repressão expulsando por mais ou menos tempo um número maior ou menor de alunos, e por isso é necessário e é justo que não seja aplicado qualquer castigo a nenhum de nós, ficando entendido que tomamos por castigo o encerramento da Universidade. Coimbra, 2 de Março de 1907. – A Academia de Coimbra.

Momentos da Revolta Académica

4 Março. Lisboa – Ateneu Comercial



▲ Estudantes assistem à conferência de Teófilo Braga.



▲ Teófilo Braga no uso da palavra.

Abril – Coimbra



▲ Forças policiais asseguram a ordem a seguir à reabertura da Universidade a 8 de Abril.



▲ Dr. Caeiro Mata e Dr. Joaquim Pedro Martins, lentes da Faculdade de Direito, à saída da Porta Férrea da Universidade de Coimbra.



▲ Grupo de estudantes grevistas no pátio da Universidade.



▲ Estudantes absolvidos pelo Conselho de Decanos.



▲ Forças policiais a cavalo. Arcos do Jardim.

Abril – Lisboa



▲ Escola Politécnica guardada pela polícia.



▲ Estudantes do Liceu S. Domingos aderem à greve.



▲ Reunião de estudantes na Escola Médica.



▲ Estudantes da Escola Médica comentam os acontecimentos.



▲ Estudantes dirigem-se em cortejo ao Parlamento para entrega das representações.

Representação dos estudantes dirigida aos Deputados

Ex.^{mos} Srs. Deputados da Nação Portuguesa: Completando a representação apresentada ao Governo, e para a qual pede a atenção e a protecção do Parlamento, a Academia de Coimbra resolveu também representar ao Parlamento:

Que julga de inadiável necessidade, para a renovação intelectual e moral da Nação, no sentido de a integrar na civilização moderna, a remodelação, até os fundamentos, dos processos e programas de ensino seguidos na Faculdade de Direito.

É conhecida, senhores, aquela frase que, para vergonha nossa, define flagrantemente o primeiro estabelecimento de ensino do País: – «A universidade é uma fábrica de cretinos». Esta frase não é uma bafurada de retórica. É uma verdade.

Nós sentimos essa verdade intensamente, e nós queríamos reabilitar-nos, reabilitando uma instituição e uma Pátria. Não desprezeis, senhores, as nossas palavras que podem ser menos comedidas, que talvez destoem da serenidade e compostura que devíamos guardar perante vós, mas que são ditadas por um santo e imenso desejo de levarmos a bom termo esta bela missão. O que de baixeza e suplício mental representa uma formatura em Direito, sabem-no todos aqueles que alguma vez tiveram de se curvar perante o lente, perante a sebenta, perante a bola, se nos é permitido usar da tecnologia académica. E o que de ruinoso e deprimente tem sido para a Nação o ensino do Direito, sabemos-lo todos os que muito amamos a nossa terra, que, governada por bacharéis, tem sido simplesmente – dizemo-lo porque estamos convencidos de que precisa uma verdadeira vida nova – um borrão no Ocidente da Europa. Todos aqueles têm passado pelos Gerais sabem que os professores de Direito, ou porque realmente não são bons professores, ou porque o regime é passivo, ou porque estas duas coisas se conjugam, nem sabem ensinar nem se fazem amar.

O estudante tem um terror pânico do lente. Por seu lado o lente não se importa em nada com formar o carácter e desenvolver a inteligência do aluno. O aluno é chamado à lição, e se não decorou a sebenta, vai para o lugar a um aceno intimativo do lente e esse estudante fica sem apelação com o ano perdido porque uma lição má é reprovação certa.

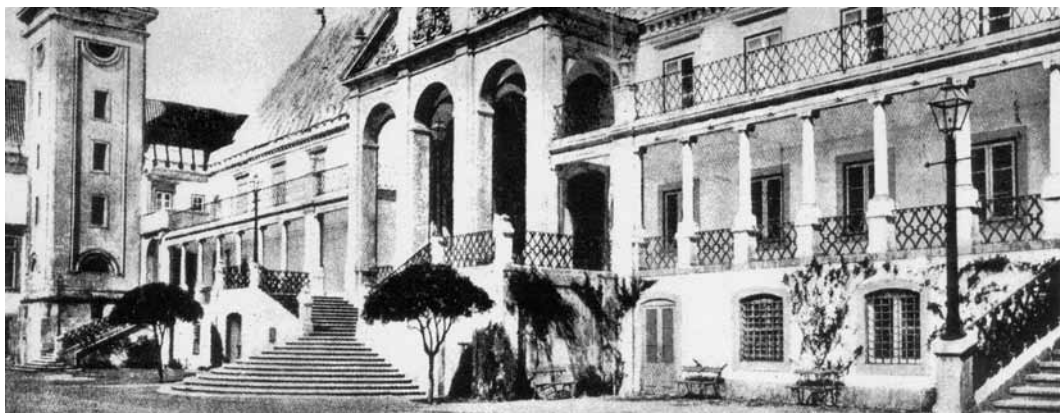
É exactamente assim, senhores, e nós estamos fartos de sujeições, de atribulações e sobressaltos. Nós não queremos benevolência. A benevolência, a empenhoca, só são compatíveis com os regimes tirânicos.

Um lente classificou, no discurso de abertura do ano lectivo corrente, o regime actual como de protecção e cábula. O que nós queremos é estudar com uma certa segurança de que o nosso estudo não seja prejudicado por uma má disposição do lente.

Um regime jurídico que oferece tal contingência – não pode nunca ser mais do que o arbítrio legalizado. E nada mais do que isto é o ensino do Direito da Universidade de Coimbra.

Talvez a concentração desse ensino na Universidade seja a causa da imobilização dos métodos e programas. Por isso mesmo a Academia entende que uma das bases para a modernização proposta é criar mais duas faculdades de Direito, uma em Lisboa, outra no Porto.

A Academia confia em que a sua causa será interpretada, não como uma rebeldia irreflectida, não como um pretexto de se furtar aos trabalhos escolares, mas como a aspiração legítima e nobre duma nova era de prosperidade, garantida por uma forte consciência dos direitos e deveres de cada um, e por uma forte confiança nos destinos da Pátria. – Coimbra, 2 de Março de 1907. A Academia de Coimbra.



Universidade quer dizer análise do Universo

Amigos: Desejando que o vosso conflito universitário se liquide em breve à boa paz, sem desonra nem para os estudantes, nem para os lentes, aconselho-vos a moderação, dentro da dignidade e da firmeza.

Eu não avalio, na origem, o vosso acto de revolta. Falta-me a competência. Mas, além da nobreza ardente que o distingue, um fervido anseio de libertação espiritual o desencadeou e o justifica.

Hoje os grandes institutos e universidades são consciências prodigiosas da natureza. Nos seus museus e laboratórios a natureza reflecte-se e confessa-se. Dando à vida um balanço contínuo, preparam a equação suprema do Universo. Descobrem e domesticam as energias, libertam as almas, humanizam o mundo. São focos sagrados de revelação e deslumbramento.

Pois a nossa triste Universidade, embora com homens de valor, julgada em globo, na sua organização, na sua estrutura e nas tendências, só realmente, queimando-a, nos daria luz. Não a queimem, nem a desfoquem, reformem-na. Coimbra, pela tradição, pela arte e pela paisagem, é o centro ideal, de evocadora beleza, onde os altos estudos devem harmonizar-se e reunir-se. A teologia para os seminários, a advocacia e a engenharia para Lisboa e Porto, e em Coimbra, na tranquilidade esplêndida, que induz à meditação e ao recolhimento, as ciências e as letras, diferenciadas e conjugadas num organismo vivo e superior. Universidade quer dizer análise do Universo.

Cordial amigo
Guerra Junqueiro

Porto, 15 Março 1907



Acórdão do Conselho de Decanos

Acórdão = Acordam em conferência do Conselho dos Decanos: – Visto estes autos etc., mostra-se que o processo seguiu seus termos regulares, e não há dúvida acerca da legitimidade das partes; – Que no dia 28 de Fevereiro último, em seguida ao julgamento do acto de conclusões magnas do licenciado José Eugénio Ferreira, teve lugar e começo, ainda dentro do edificio da Universidade, uma manifestação ruidosa de desagrado contra a reprovação deste candidato, feita por um grande número de estudantes, os quais levando à sua frente o reprovado lhe levantavam vivas soltando gritos subversivos e injuriosos para a Faculdade de Direito; – Que nesta atitude percorreram as principais ruas da cidade até à morada do dito José Eugénio Ferreira, havendo durante o trajecto discursos violentos e injuriosos para aquela Faculdade e em especial contra alguns dos seus professores, com incitamento à revolta, repetindo-se os mesmos discursos defronte da morada do referido licenciado, à sua chegada; – Que durante a noite do mesmo dia continuaram as correrias, manifestações ruidosas com gritos subversivos e insultos, chegando a haver violências e agressões por apedrejamento das habitações dos professores Doutores Alves Moreira e Álvaro Vilela, com a agravante de premeditação, visto estes factos se terem seguido imediatamente a deliberações tomadas em assembleia geral académica, como é público e notório; – Que em virtude das mesmas deliberações no dia seguinte primeiro de Março se repetiram as manifestações hostis nos Gerais da Universidade, à hora das primeiras aulas de Direito, e que consistiram em grande assuada, vivas a José Eugénio e morras à Faculdade de Direito com pateada, assobios, enorme arruído e recusa a entrar nas aulas; – Que estas manifestações chegaram a assumir a forma de tentativa de agressão pessoal contra o Doutor Caeiro da Mata, o qual correu o risco de ser precipitado pelas escadas dos Gerais na ocasião em que retirava da porta da sua aula; – Que a seguir a mesma turba de estudantes, com o intuito de promover a greve geral, que efectivamente se seguiu, invadiu

tumultuosamente diversas aulas doutras Faculdades que funcionavam naquele dia, obrigando professores e alunos a abandonar os trabalhos escolares; – Que ainda na manhã do mesmo dia primeiro de Março, quando o Dr. José Alberto dos Reis se dirigia para a sua aula, foi apupado por um grupo de desordeiros dentro do recinto do edifício universitário; – Que o mesmo professor, na ocasião em que transitava pela rua Ferreira Borges cerca das sete horas e meia da tarde, foi gravemente insultado e perseguido por um numeroso grupo de estudantes que o apuparam e lhe dirigiram os mais aviltantes insultos; – Que todos estes factos, além de serem qualificados como criminosos e puníveis pela lei comum, sob as incriminações de sedição, assuada, injúrias e violências contra funcionários públicos, é dano, nos termos dos art.^{os} 179º, 180º, 181º, 183º, 410º e 472º do Código Penal vigente, constituem graves infracções da disciplina académica puníveis pela legislação vigente, segundo o disposto nos art.^{os} 2.º e 3.º do Decreto Regulamentar de 25 de Novembro de 1839, confirmado pelo Decreto de 20 de Setembro de 1844, art.º 134.º; tudo sem prejuízo das penalidades de direito comum, que são da competência das justiças ordinárias; – Que não há dúvida sobre a existência dos factos referidos, constantes das participações entradas, constituindo as dos professores a f.º 7, 9, 10, 11 e 12 prova plena nos termos da prescrição décima do Edital da Reitoria de 1 de Outubro de 1899 aprovado pela Portaria de 7 do mesmo mês e ano; – Que com respeito aos agentes criminosos são indigitados na participação a f.º 2, dezassete alunos da Faculdade de Direito como autores que mais se salientaram e puderam ser reconhecidos na ocasião; – Que dentre estes se salientou como principal autor por instigação essencial e execução João Evangelista Campos Lima, aluno ordinário n.º 26 do quinto ano de Direito, porquanto iniciou os gritos de morras à Faculdade de Direito e à canalha aludindo aos respectivos professores, na ocasião em que terminou o julgamento do referido licenciado (testemunhas a f.º 38 v.º, 45 v.º e 53 v.º); proferiu um discurso violento com injúrias graves contra a mesma Faculdade e especialmente contra o Dr. Álvaro Vilela, seu mestre, verberando a reprovação do licenciado e incitando os companheiros à revolta, com escândalo público e máxima publicidade pois falou às turbas de uma janela na rua Ferreira Borges (depoimentos a f.º 26 e 43); compareceu nos Gerais na ocasião dos tumultos e desacatos apesar de não ter aulas a essa hora tomando parte activa e dirigente nos mesmos (testemunhas a f.º 25, 27, 32 v.º, 34, 37, 40 e 48 v.º); provocou a assuada contra o Dr. Alberto dos Reis quando este passava pelo pátio das Escolas para a sua aula (depoimentos a f.º 27 v.º e 37 v.º); recebeu parabéns pelo bom resultado do plano criminoso (citado depoimento da f.º 37). A sua qualidade de instigador e principal autor tornou-se notória dentro e fora da cidade, como consta de várias publicações em jornais juntos ao processo e dos depoimentos a folhas 31 v.º e 46. Prova-se que os arguidos Amílcar da Silva Ramada Curto, aluno ordinário n.º 12 do 2.º ano jurídico e Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior, aluno ordinário n.º 17 do 4.º ano jurídico, apareceram nos Gerais da Universidade por ocasião das manifestações hostis à Faculdade de Direito e aos respectivos professores que se apresentaram às primeiras horas apesar destes arguidos terem aula mais tarde; que tomaram parte activa e dirigente nos desacatos dos Gerais no referido dia um de Março último; receberam parabéns doutros desordeiros pelo bom resultado dos seus planos; pelo que são estes dois arguidos considerados também como autores principais por instigação e execução daqueles factos criminosos e graves infracções da disciplina académica (testemunhas a f.º 27 v.º, 37, 39 v.º, 40, 46 e 48); que estes acontecimentos foram o complemento dos factos e protestos havidos igualmente por parte destes arguidos no dia 28 de Fevereiro próximo findo (Diário de Notícias, Mundo e Século de um de Março último assim como o Primeiro de Janeiro de 2).

Prova-se que o arguido António Pinto Quartim, aluno ordinário n.º 27 do 1.º ano de Direito, tomou parte e se salientou nas manifestações, especialmente contra o Dr. Caeiro da Mata, saindo-lhe à frente e apontando para a porta de saída, gritando “fora! fora!” (depoimentos de f.º 27, 36 v.º, 39 v.º e 46).

Mostra-se ainda que o arguido Francisco Mendes Gonçalves de Freitas Preto, aluno ordinário n.º 36 do 3.º ano de Direito, tomou parte na manifestação de desagrado e nos insultos à Faculdade de Direito por

motivo da reprovação de José Eugénio Ferreira. No dia seguinte foi visto nos Gerais tomando parte nas manifestações de hostilidade contra os professores de Direito que se achavam no exercício das suas funções, de forma a ser o atguido considerado como um dos principais autores materiais dos desacatos referidos (depoimentos de f.º 34 v.º, 36 e 39 v.º).

Prova-se que [o] arguido José Rebelo de Pinho Ferreira Júnior, aluno voluntário das 10.ª, 11.ª, 12.ª e 15.ª cadeiras de Direito, se salientou especialmente nos desacatos e insultos que tiveram lugar nos Gerais, dirigidos ao Dr. Joaquim Pedro Martins, no exercício das suas funções do magistério; afirmou o seu desprezo pelos professores da Faculdade de Direito, proferindo termos baixos e indecentes que o decoro não permite serem aqui reproduzidos, o que tudo consta dos depoimentos a f.º 37, 45 v.º e 46. – Prova-se ainda que este arguido tomou parte importante nos acontecimentos do dia 28 de Fevereiro conforme consta dos jornais juntos ao processo; pelo que é considerado como um dos principais autores dos factos criminosos já referidos.

Prova-se que o arguido António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier, aluno voluntário das 8.ª, 12.ª, 13.ª, 14.ª e 15.ª cadeiras de Direito, tomou parte nos actos de hostilidade e insultos à Faculdade de Direito e em especial ao Dr. Pedro Martins, nos Gerais e por ocasião em que este professor se propunha a exercer as funções do seu cargo sendo também surpreendido a fazer arruído com fortes assobios para o que metia os dedos na boca, como é de uso em gente de baixa condição (depoimentos de f.º 36 v.º, 52 v.º).

Mostra-se outrossim que tendo sido entregue a estes arguidos a nota de culpa e intimados, na forma da lei, para produzirem a sua defesa todos a ofereceram por escrito com excepção do aluno António Pinto Quartim, ao qual por não poder verificar-se a sua intimação como ausente em parte incerta, foi nomeado defensor officioso nos termos do art.º 16 do Decreto Regulamentar de 25 de Novembro de 1839, como dos autos consta a f.º 88 e seg..

O que tudo visto e ponderado.

Considerando que são de suma gravidade os factos comprovados como atentatórios da liberdade, independência e dignidade do professorado;

Considerando que tais desacatos envolveram ainda ofensas graves e directas às pessoas de alguns professores, chegando a haver violências contra as suas casas de habitação com ânimo injurioso;

Considerando que tais actos de insubordinação e absoluta falta de respeito foram cometidos contra professores no exercício das funções do magistério de julgamento e por causa delas;

Considerando que é absolutamente destituída de fundamento, na hipótese dos autos a distinção entre a colectiva – faculdade – e cada um dos membros que a constituem – os professores –;

Considerando que o exercício das funções confiadas ao professorado se torna impossível sem o respeito e decoro que lhe são devidos;

Considerando que, ainda quando fossem verdadeiras e sinceras as supostas reclamações e protestos por ideias de novos aperfeiçoamentos no ensino, não são os meios violentos e criminosos os próprios para realizar o fim desejado;

Considerando que das provas dos autos se conclui serem principais autores por instigação essencial e execução directa dos factos incriminados os arguidos João Evangelista Campos Lima, Amílcar da Silva Ramada Curto e Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior, conforme a promoção do Ministério Público;

Considerando que se acha plenamente provado que os arguidos António Pinto Quartim, Francisco Mendes Gonçalves de Freitas Preto, José Rebelo de Pinho Ferreira Júnior e António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier, tomaram parte directa e muito saliente como autores por execução nos factos criminosos e infracções disciplinares de que são acusados na promoção do Ministério Público;

Considerando que com respeito aos restantes alunos indigitados nas participações de f.º 2 a 12, contra uns se não pôde produzir prova legal alguma, e contra outros foi ela deficiente, não se tendo mesmo con-

seguido verificar a identidade de um deles, ficando assim o tribunal impossibilitado de apurar as respectivas responsabilidade[s];

Considerando que não é atendível a matéria de defesa alegada e não provada pelos incriminados, porquanto se limitam, umas a negar os factos que lhe são imputados ou a sua criminalidade, e outros se queixam de faltas e irregularidades no processo em contrário à lei aplicável e ao que a dos autos consta; que alegam todos a solidariedade académica e a irresponsabilidade colectiva, umas vezes para assumirem todas as responsabilidades e outras contraditoriamente para se furtarem às consequências legais da responsabilidade individual, ainda quando esta está manifestamente provada. Sendo apenas de notar que um só dos arguidos alega por intermédio do seu defensor officioso atenuante de menoridade e pede benevolência atendendo a que influências estranhas à Academia suggestionaram tanto espíritos juvenis e inexperientes;

Considerando que os mencionados arguidos estão incursos nas penas disciplinares no art.º 2.º §.º 2.º e no art.º 3 §.º 2.º do Decreto de 25 de Novembro de 1839, corroborado pelo Decreto de 20 de Setembro de 1844, art. 134.º;

Considerando que os arguidos João Evangelista Campos Lima, Amílcar da Silva Ramada Curto e Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior, devem ser julgados como principais autores por instigação essencial e execução material dos factos que lhes são imputados;

Acordam os do Conselho em que seja aplicada a cada um destes arguidos a pena de exclusão da Universidade por dois anos lectivos, nos termos do art.º 2.º §.º 2.º e no art.º 3 §.º 2.º do Decreto de 25 de Novembro de 1839; e que aos arguidos António Pinto Quartim, Francisco Mendes Gonçalves de Freitas Preto, José Rebelo de Pinho Ferreira Júnior e António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier, em vista da menor gravidade relativa das suas incriminações, seja imposta a cada um deles, a pena de exclusão da Universidade pelo menos de um ano lectivo, tudo nos termos do citado Decreto; e os restantes indigitados neste processo fiquem isentos de culpa por falta ou deficiência de prova legal.

Em sessão do Conselho de Decanos de 1 de Abril de 1907. – E eu Manuel da Silva Gaio, Secretário o escrevi.

(aa) Dr. António dos Santos Viegas, Reitor – Dr. Luís Maria da Silva Ramos – Dr. José Pereira de Paiva Pita – Dr. Manuel da Costa Alemão – Dr. Luís da Costa Almeida – Dr. Júlio Augusto Henriques.

– Está conforme –

Secretaria da Universidade de Coimbra, em 1 de Abril de 1907.



Carta de Bernardino Machado aos estudantes

Estou sempre no meu posto, em defesa da Universidade, e tanto dos seus discípulos como dos seus mestres.

Quando o actual presidente do conselho, ministro do reino então como agora, preteriu os direitos do lente Alves Moreira, da Faculdade de Direito, fui eu que instei por que a Universidade, em claustro pleno, verberasse semelhante atentado, e só eu tirei dele mais tarde desforço por todo o corpo docente, opondo-lhe o meu protesto solene na sala dos capelos.

Assim tenho testemunhado em todos os lances a minha fiel camaradagem aos meus colegas. Uma ocasião, para defender dois deles aleivosamente acusados cheguei a arriscar a simpatia da população de Coimbra para comigo e a ver voltados contra mim mesmo 5 vários outros colegas. Mas defendi-os através de tudo e de todos até se provar por completo a sua inocência.

Na sessão de abertura das aulas em que, pela segunda vez, proferi a oração chamada de sapiência, as novas doutrinas que sustentei, foram oficialmente contestadas pelo vice-reitor. A sua apologizada ditadura irritou muita gente, sobretudo, é claro, no partido republicano. Pois escrevi aos jornalistas meus correligionários para que, combatendo-o, não confundissem com ele a Universidade, onde, dia a dia, apesar de todos os factos em contrário, a corrente liberal engrossa irresistivelmente.

Mas, se pugno pela justiça de todos, professores e alunos, e pela honra e decoro da Universidade, não há dúvida que aos estudantes devo uma defesa paternal, a que estou comprometido pela própria acção edu-

cativa que procuro sempre exercer sobre eles, aconselhando-os, ralhando-lhes, e, permitam-me eles dizê-lo, mesmo castigando-os.

Ainda agora, ao rebenhar deste conflito, àqueles com que pude falar, eu aconselhei a não deixarem nenhum dos seus companheiros desacatar nem a Universidade nem os seus mestres. Não há muito, os increpei por haverem dirigido ao reitor um requerimento cruel precisamente contra o lente vice-reitor que impugnara tão acerbamente a minha oração inaugural. E estou sempre a recomendar-lhes que se preservem as intemperanças de linguagem. Por causa de que referências inflamadas e irreverentes demais, imaginarão os monárquicos que eu, revolucionário, como eles apregoam, incitador de revoltas, como ontem me chamou o presidente do conselho, obstei a que fosse reproduzido na íntegra pela imprensa do meu partido um manifesto académico contra a expulsão parlamentar dos deputados republicanos?...

Por isso, se, como disse, tenho a obrigação, tenho também o direito e talvez a autoridade para intervir pelos estudantes junto dos professores e dos poderes públicos, quando eles são injustamente tratados.

Fi-lo, estando o processo do actual conflito universitário pendente do conselho de decanos, logo que os ofícios da reitoria a alguns estudantes me inspiraram receio de desmedidos rigores. Protestei contra a confusão da solidariedade de todos no movimento de reforma com a cumplicidade colectiva nos desmandos individuais dum ou doutro, pondo mesmo na balança o peso, embora diminuto, dos meus serviços. Infelizmente nada consegui: o conselho de decanos levou ao cabo o seu deplorável propósito, condenando sete cabeças à expulsão como cabeças de motim.

Sem desnaturar a questão, eu tenho portanto agora de reclamar do governo que a resolva.

Em 1902, fez a academia na sala dos capelos uma manifestação tumultuária de hostilidade ao bispo do Porto e aos membros do corpo docente que lhe eram mais adictos. Fechou-se a Universidade. E, ao apurarem-se as responsabilidades, todos os estudantes se declararam solidários na manifestação, não porque não venerassem naquele prelado o missionário Barroso, apóstolo da civilização e padre patriota, mas porque não podiam tolerar que se pretendesse, festejando-o então, consagrara na Universidade a reacção, de que ele acabava de ser o porta-estandarte, ao levar ao paço a mensagem dos bispos em favor das ordens religiosas. Como foi que, dessa vez, se castigaram os manifestantes? Publicando no decreto de reabertura das aulas uma admoestação a toda a academia.

No caso presente, os descatos, se os houve foram exclusivamente individuais; e não só a academia não foi solidária neles, mas repudiou-os formalmente em assembleia-geral, de modo que bem se pode dizer que os seus autores ficaram logo punidos. Apesar disso, inventaram-se instigadores desses excessos para se expulsarem da Universidade por um e dois anos. Não pode ser!

Não quero fazer desta questão uma questão política, muito menos no sentido irritante da palavra. O governo, proclamando que não se derrogará a sentença do conselho de decanos, é que a está fazendo, porque torna necessária para a solução dela a sua queda.

Não teime! Seja lógico consigo. Há pouco ainda a aconselhou ao poder moderador a comutação de pena de expulsão dum aluno, que o conselho de decanos condenara também por agravos aos seus lentes, em 8 dias de reclusão na cadeia académica. Mais obrigado está moralmente agora a submeter o processo à revisão do conselho superior de instrução pública: e, se não houver meio de anular a sentença, recomende igual comutação de pena. E, meus amigos, levem então a sua solidariedade ao ponto de pagarem uns pelos outros.

Liquidados sem rigores odientos os desmandos individuais dos estudantes, que resta para se restabelecer a normalidade das aulas e, com ela, as relações entre mestres e discípulos? Que vão trabalhar juntos, até na reforma do ensino e na disciplina, na própria Universidade. Nomeie ela para este fim uma comissão de lentes, com a cláusula de ouvirem um estudante delegado eleito pela academia em cada Faculdade. E assim tudo serenará, creio.

Senão, à violência legal do poder responde a academia com a resistência legal. Não vá ninguém às aulas. É o seu direito. O ensino superior não é, nem pode ser obrigatório. Refere o grande professor da faculdade de Direito, Coelho da Rocha, citando a crónica dos godos, que eles «tinham tal ciúme pela liberdade, que não aprovavam que se dessem mestres aos príncipes, com receio de que o medo e o respeito lhes fizessem perder a coragem». Penso também que, à custa da sua independência e dignidade, nenhum rapaz deve cursar uma aula. Ou ensino liberal do nosso tempo, ou antes nenhum. Se haviam só mais tarde de servir a nação, começarão desde já a prestar-lhe o seu contingente, trabalhando, dando lições com o que já sabem, e sobretudo sacrificando-se nobremente para fazer dela uma nação de homens livres.

E ânimo! Que hão-de vencer na sua generosa campanha. Os nossos adversários, alarmados gritam que a sua agitação pelas legítimas reivindicações é obra dum partido, dum homem. Como se enganam tão cegamente! É obra de forças bem mais potentes. É a sociedade portuguesa que avança. Contem, pois, com o seu firme apoio.

Mando-lhes essa cópia de parte duma carta que ontem recebi dos nossos bons párocos:

«Sr... Pelo relato dos jornais é-me simpática a atitude de V. nos acontecimentos de Coimbra, que, vendo-o colocar-se na defesa dos bons princípios em benefício dos estuantes, não posso conter o meu aplauso sincero nem esconder a V. a melhora parte dos afectos do meu coração agradecido. Não tenho em Coimbra estudantes de família, tenho apenas dois filhos do meu amigo Dr. F. que foram comensais. Interpretando, pois, os sentimentos desses dois amigos, venho por mim e por eles testemunhar a V. a minha admiração e o mais subido reconhecimento. De V. O Abade F. 3-4-907».

Eis o que se ganha em defender uma causa justa. E, como vêem, meus amigos, nesta nossa solidariedade eu é que sou já

Seu devedor muito obrigado

Bernardino Machado

Lisboa, 7-4-907

The image features a light gray background with a subtle gradient. On the left side, there are several dark gray and black geometric shapes, including rectangles and lines, some of which are partially overlapping. A prominent dark gray shape resembles a stylized letter 'S' or a curved line. In the center-right area, the text 'Arquivo histórico' is written in a bold, black, sans-serif font.

Arquivo histórico

Os Códigos de posturas municipais de Vila Nova de Famalicão no século XIX

por António Joaquim Pinto da Silva*

1. Apresentação

O primeiro Código de Posturas Municipais do concelho de Vila Nova de Famalicão, que será de 1836-1837, é pela primeira vez referido numa acta da Câmara Municipal de 4 de Outubro de 1838.

Consultadas as actas que possuímos, desde os finais de 1837, não aparece qualquer deliberação relativa a posturas, o que leva a crer que a aprovação tenha sido anterior.

Daí, na dúvida, atribuímos esse código aos anos de 1836-1837, embora as circunstâncias atribuídas da formação do concelho, nos levem a julgar mais provável este último ano.

Não existindo qualquer exemplar na Câmara Municipal, nem nas Bibliotecas Nacional e de Braga, é provável que só nalguma biblioteca particular se possa, um dia, conhecer esse primeiro código de posturas municipais do município famalicense.

Mesmo assim, fizemos um esforço para reconstituir esse primeiro código. Daí apresentarmos todas as referências surgidas nas actas da Câmara Municipal, entre 1837 e 1845 (único livro que ficou da época), às suas disposições.

Por outro lado, poder-se-á certamente pensar que o Código de 1853, tenha sido sobretudo uma revisão do velho código e que, por isso, muitos dos seus artigos tenham sido conservados.

O novo código, com o título 'Novo Código de Accordãos e Posturas de Polícia Municipal do Concelho de Villa Nova de Famalicão', Porto, Typographia de Braz Tisana, foi aprovado pela Câmara Municipal em sessão de 3 de Janeiro de 1853.

Deste sabemos que teve a intervenção do Delegado do Procurador Régio, Joaquim Augusto de Almeida Teixeira de Queirós, tio de Eça de Queirós, como se vê pela cópia de dois officios publicados junto a esta edição do código.

a) Illustríssimo Senhor

Tenho a honra de reinviar a Vossa Senhoria o incluso Código de Posturas Municipaes, competentemente reformado, segundo as notas por Vossa Senhoria a elle feitas, e em conformidade com as disposições do Código Penal, a fim de que Vossa Senhoria se sirva examina-lo, a fim de ser impresso depois de approved pelo Conselho de Districto.

Deos guarde a Vossa Senhoria

Famalicão, dezoito de Julho de mil oitocentos cincoenta e três.

Illustríssimo Senhor Doutor Delegado do Procurador Régio nesta Commarca

O Presidente, Lino José de Sousa Ferreira

b) Illustríssimo Senhor

Tenho a honra de participar a Vossa Senhoria, que me conformo com o incluso projecto de Posturas Municipaes, agora reformado a par das minhas reflexões quanto ao primeiro projecto.

Deos guarde a Vossa Senhoria

Famalicão, dezanove de Julho de mil oitocentos cincoenta e três

Illustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal deste Concelho

O Delegado do Procurador Régio, Joaquim Augusto de Almeida Teixeira de Queirós

* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

Exactamente vinte anos depois, a Câmara, em circunstâncias mais uma vez desconhecidas pela perda dos livros de acats, decidiu reformar o Código de 1853. E assim aparece o 'Código de Posturas Municipaes do Concelho de Villa Nova de Famalicão', Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873.

Para facilitar ao leitor interessado a comparação entre estes dois códigos, apresentamos a seguir a sua organização, reflectida nos respectivos capítulos e artigos.

1853 (260 artigos)

I – Moral Publica. (1-4)

II – Saude Publica. (5-19)

III – Do seguro e livre transito, limpeza das Ruas, e Praças d'esta Villa. (20-48)

IV – Das providencias contra os incendios na Villa e freguezias do Concelho. (49-60)

V – Da conservação das Ruas, Praças, e Passeios desta Villa, Estradas Caminhos, e Pontes do Concelho. (61-82)

VI – Da conservação e limpeza das Fontes, Tanques, Chafarizes, e quaesquer obras publicas na Villa e Concelho. (83-90)

VII – Do socêgo, commodidade, e descanso dos moradores da Villa. (91-92)

VIII – Dos atravessadores. (93-97)

IX – Dos pezos, e medidas, e dos seus aferimentos. (98-110)

X – Dos Moleiros. (111-117)

XI – Das Padeiras. (118-127)

XII – Das Doceiras. (128-132)

XIII – Dos Estalajadeiros. (133-137)

XIV – Dos Taberneiros. (138-141)

XV – Dos Carniceiros. (142-161)

XVI – Dos Peixeiros e Regateiras de Peixe. (162-167)

XVII – Dos Mercadores e Logistas. (168-170)

XVIII – Dos Mesteiraes. (171-177)

XIX – Da conservação dos Baldios, Arvoredos, e Logradouros communs. (178-191)

XX – Da cultura, guarda, e defesa dos Campos, Searas, Pomares, Hortas, Soutos, Oliveas, e Arvoredos particulares. (192-210)

XXI – Dos Gados, Bestas, Porcos, e Cães. (211-218)

XXII – Do curral da Parochia. (219-224)

XXIII – Dos Caminhos nos montados, e atravessadoiros, que devassam as Casas, e os Campos dos visinhos, com outras providencias. (225-230)

XXIV – Da Caça e Pesca. (231-242)

XXV – Dos Zeladores, e execução das Posturas. (243-251)

XXVI – Disposições geraes. (252-260)

1873 (170 artigos)

I – Açambarcadores (1-2)

II – Açougues (3-17)

III – Animaes (mortos) (18)

IV – Arvoredos (19-20)

V – Aves (21)

VI – Bacalhau (22)

VII – Caça e pesca (23-29)

VIII – Cães (30-33)

IX – Canos (34-36)

X – Carros (37)

XI – Casas de Comer (38-40)

XII – Cavalgadas (41-42)

XIII – Cavalleiros (43-44)

XIV – Chaminés (45)

XV – Cloacas (46)

XVI – Crivações (47)
XVII – Degraus (48)
XVIII – Desabamentos (49)
XIX – Ensambladores ou carpinteiros (50)
XX – Entulhos (51-52)
XXI – Estradas e caminhos (53-61)
XXII – Estrumes e estrumeiras (62-67)
XXIII – Ferreiros (68)
XXIV – Fogo (69-72)
XXV – Fontes (73-75)
XXVI – Gados (76-79)
XXVII – Incêndios (80-83)
XXVIII – Janellas (84)
XXIX – Leite (85)
XXX – Lenhas (86)
XXXI – Lojas (87-88)
XXXII – Manifestos (89)
XXXIII – Maninhos e baldios (90-95)
XXXIV – Matadouro (96-103)
XXXV – Mercados (104-109)
XXXVI – Meretrizes (110)
XXXVII – Moleiros (111-112)
XXXVIII – Moral publica (113)
XXXIX – Obras ou edificações (114-119)
XL – Pão e farinhas (120-128)
XLI – Pedradas (129)
XLII – Pedras (130)
XLIII – Pedreiras (131)
XLIV – Peixeiros e regateiras do peixe (132-136)
XLV – Pesos e medidas (137)
XLVI – Rios e ribeiros (138)
XLVII – Ruas e praças (139)
XLVIII – Saibreiras (140)
XLIX – Sementeiras (141-143)
L – Trens, carros e vehiculos (144-148)
LI – Trolhas, pedreiros e pintores (149)
LII – Zeladores (na villa) (150-152)
LIII – Zeladores de parochia, e execução das posturas (153-159)
LIV – Disposições geraes (160-170)

Nas Notas, publicadas em pé de página ao longo deste trabalho, poderá o leitor encontrar os paralelismos mais significativos entre os Códigos de 1853 e 1873.

Finalmente o Código de Posturas Municipais de 1873 é republicado em 1899, numa edição da Tipografia Minerva, com o acrescento de algumas posturas, entretanto feitas ou alteradas. Nas Notas, já referidas, fazem-se as respectivas observações.

Ao contrário da publicação de textos anteriores (nos dois últimos números deste Boletim Cultural) que versavam a história do urbanismo e da actividade da Câmara Municipal, agora, os textos remetem-nos para a história da constituição da sociedade portuguesa e famalicense no século XIX.

Procurando tudo prevenir e numa enorme diversidade de áreas (e aqui chamámos a atenção para a primeira definição dos limites da Vila, art. 259 do Código de 1853), estes Códigos de Posturas são, ao mesmo tempo, um espelho da realidade vivida e da que se procurava impor à sociedade que se pretendia regular.

Neste sentido, é um mergulho no quotidiano que, desta vez, propomos aos leitores.

2. O primeiro Código (1836-1837)

Sessão de 4 de Outubro de 1838

‘Foi deliberado que Em aditamento às Pusturas feitas por esta Câmara para o regímen do Seu Municipio, visto que naquellas se não estabeleceo pena às Juntas de Parochia, ou Autoridades Admenistrativas Enfrioeres por mais vezes que se lhe expeção ordens para a execução das ditas Pusturas já feitas com expecialidade a respeito do Paragrafo quinze do Capitulo primeiro das ditas Pusturas ou aCordans que tem ante si e sem nada cumprirem em menuscabo das mesmas ordens e mandados praticao actos contra as Leis, portanto deliverando esta Câmara sobre tão importante objecto Como dos primeiros deveres que hé obedecer e Comprir Sempre qualquer determinação Superior, e que sem pena não pode haver boua(?) exzecução da Lei, fundada no Artigo oitenta e dois Paragrafo vinte e sete do Código Ademenistrativo, que todos os Corpos Ademenistrativos inferiores e sugeitos às ordens desta Câmara não comprirem as ordens exzatamente qualquer ordem o[u] deleberação que lhe forão transmetidas sobre as Posturas internas deste Municipio pagarão para as despezas do Concelho Sinco mil reis por menbro pella primeira vés, e o dobro no Cazo de reecidencia’.

Actas, Livro 2, fls. 30-30v

Sessão de 6 de Dezembro de 1838

‘Foi prezente hum Mandado e fé, do offical desta Câmara em que mostrava Ser Ertimado António Jozé Correia da freguezia de Sam Jullião do Callendário para comparecer nesta Sessão, assim como para não Continuar Com a obra da Parede que anda fazendo no Lugar da Senrra, e pôr tudo no Seu antigo Estado, e por não Comparecer nem Sesar de fazer a mesma obra emvaraçando a Estrada que passa no mesmo lugar, Deliberou esta Câmara que em Vista de tudo isto, Se lhe aplicou a Condenação ou multa de quatro mil reis assim Como de Se lhe destruir a obra tudo na forma das Posturas deste Concelho declaradas no Paragrafo onze que dis as pessoas que Levantarem parede de Caza ou fizerem Cova para alicerce em Caminho Estrada ou Rua Cauzando prejuízo ao publico ainda que o terreno seja próprio Sem Licença da Câmara pagarão quatro mil reis para o Concelho e lhe Será destruída a obra’.

Actas, Livro 2, f. 38

Sessão de 3 de Junho de 1839

‘Deliverou esta Municipalidade que Se Copiace neste Libro das actas das Sessoens os dous artigos propostos pella Junta de Parochia da freguezia de Joanne para adeSeonar às mais pesturas desta Câmara que São as seguintes = primeiro, As Juntas Parochias ficão authorizadas para estabelcer nos Seus respec-tivos destritos huma Caza de Repezo, Comtendo os Padroens de todos os pezos e medidas do Concelho, e Comprehendendo no orçamento das despezas Parochiais o avono percizo para a criação e Conservação deste Estabelecimento, Segundo por este meio e Com entrebemção das Authoridades Parochiais respetivas, se tomará Conhecimento dos abuzos ou extroções praticados pellos molleiros que excederem a taxa de

Suas maquinas, ou transgredirem os Acórdãos e Se conhecerá dos tendeiros Carniceiros ou quaisquer outros vendedores públicos que falceficarem os pesos ou medidas nas suas Lojas, ou nas feiras, formandose auto Competente para Se proceder nos termos do artigo 83 do Código admenistrativo, e desta forma asentou esta Municipalidade que visto a informação do Veriador Fiscal, e a repostas do Subdelegado deste Julgado se Copiace estes dous artigos e se remetece às Juntas de Parochia Juizes Elleitos para lhe darão o devido Comprimento e exzecução, e para constar mandou a Câmara fazer este termo’.

Actas, Livro 2, fl. 58-58v

Sessão de 24 de Fevereiro de 1840

‘Acordou a Câmara aprovar os aCordaons apresentados pello Veriador Fiscal, e que Se mandacem Sanceonar à authorityde Competente, Visto esta Municipalidade os achar Conforme’.

Actas, Livro 2, fl. 75

Sessão de 14 de Dezembro de 1840

‘Determinando o Codigo de Posturas Municipais no Titulo dezacete Paragrafo primeiro que haverá dous Zeladores em Cada freguezia do Concelho que pello Paragrafo Segundo do mesmo Titulo pertencelhe fiscalizar a observância das ditas Posturas, acordou a Câmara nomiar para o Sobredito Cargo de Zeladores a Saber para a freguezia de (...)’.

Actas, Livro 2, fl. 91v

Sessão de 16 de Janeiro de 1843

‘Deliberou a Câmara que Se officiace ao Juis Elleito desta Villa afim de fazer cumprir as Posturas Municipais respectivamente à ordem, e Lucal dos vendelhoin, bem Como a toda a Linpeza no mercado desta Villa, aSim como do corte de Carnes frescas’.

Actas, Livro 2, fl. 149

Sessão de 2 de Maio de 1843

‘Acordou mais a Camara que Sendo nessecario providenciar que o Campeadouro ou Carreira da feira desta Villa fique desembaraçado para o transito Corrida das bestas, o que Se não pode conseguir Sem remover os boes que Costumão ocupar o Lugar ao Sul e norte da calçada que condus à Capella de Santo António, acordou a Câmara que nos três dias estabelecidos para a feira grande de Maio e Setembro os boes ou vaccas não passem a dita Calçada para o Lado do Sul, nem do Carvalho para o Lado do Cruzeiro que se acha em frente da mesma Calçada, Sob pena de pagar cada Junta de boes, ou vaccas duzentos e quarenta reis Como determina o Titulo 3º §§ 12 do Código de Posturas; os boes porem que não couberem no Sitio que lhe fica pormetido passarão para o Sul da feira aonde Se acha já deznado outro Lugar para elles’.

Actas, Livro 2, fl. 155v

Sessão de 14 de Agosto de 1843

‘Pello veriador Fiscal foi dito, que tendose nos Concelhos vezinhos estabelecido providentes posturas contra as cabras, os Seus Moradores para evitar as respetivas penas as tem passado para outros que apezar de terem iguais posturas, ellas comtudo não tem tido ahi uma fiel execução, Sendo esta a razão por que ellas actualmente tem Subido quaze ao numero de quatrocentas, Segundo é informado na freguezia do Salvador

de Joanne deste Concelho as quais fazem ahi os estragos que todos sabem privando os Moradores della Sempre laboriosos dos matos percizos para a cultura de Suas terras, e envolvendo-os em rixas e dezasegos Sempre prejudiciais que por esta cauza uma grande parte delles dirigirão hua bem fundada queixa a esta Câmara; e apezar de que ella providenciara mandando que o Zelador acusasse a transgressão da competente postura como fizera, comtudo o Juis Eleito tomando hum carácter impróprio do que a Lei lhe impõe, e esquecido de que há meios para ponilo no abuzo do poder absolvera os acuzados dando lhes dilação para cumprir com a justificação Recomendada no §§ 5 do Titulo 5º do Codigo das Posturas e que por forma alguma cabia nas Suas atribuições. Que no entertanto o mal continuava, e Com elle o abandono de huma postura tão providente, e que por isso elle Fiscal querendo cumprir com os Seus deveres, e dezejando que se mantivesse o respeito devido a esta Câmara, requeria que Se expedisse ordem ao Zelador João Denis para que este intime a João Pinto de Azevedo, e Jozé Pereira Simoens, a Thomas Rodrigues, a Maria de Azevedo, a José Bento Pereira, a Domingos dos Santos, a António de Faria, a António Pereira, e a Manuel Ribeiro Salgado, todos da mesma, e únicos que tem cabras, para que no Prazo de oito dias Se venhão abelitar nesta Câmara com o que Se recomenda no citado §§ e Titulo do Seu Código pena de Serem acuzados pella multa imposta à Sua transgressão, intimação esta que deverá fazer na presença de duas testemunhas e a enviará Logo a esta Câmara a ulteriores procedimentos’.

Actas, Livro 2, fls. 160v-161

Sessão de 30 de Outubro de 1843

‘Acordou a Câmara que Se expedice circulares aos Zeladores de Parochia do Concelho para que emediactamente notefique os vizinhos da Parochia afim de Se Comporem os Caminhos que Se achão entrazetaveis na Conformidade do que Se acha determinado no Titulo Sétimo do Código das Posturas na certeza de que a Câmara procedera a vistoria para conhecer se esta ordem foi exzatamente Comprida’.

Actas, Livro 2, fl. 165v

Sessão de 30 de Outubro de 1843

‘Acordou mais a Câmara que focem emtimados os Zeladores desta Villa a fim de que notefiquem todas as pessoas que tiverem estrumeiras no Campo da Feira a fim de a tirar emmediactamente e não o fazendo elles Zeladores acuzem as mencionadas pessoas perante o Juis Elleito Competente fazendo-se-lhe efectiva a multa estabelecida no paragrafo primeiro do Titulo Segundo do Código das Posturas’.

Actas, Livro 2, fl. 165v

Sessão de 16 de Abril de 1844

‘Constando a esta Câmara que Se anda construindo hua Barraca no Campo da Feira desta Villa Sem previa lincença desta Câmara, acordou que Se offeciace ao Juis Elleito a fim de a fazer demolir e reduzir o terreno ao Seu antigo estado multando o transgreçor ou transgreçores na Conformidade que determina o Código de Posturas Titulo 5º Paragrafo dezenove observando o que determina a novissima reforme nos artigos que dizem respeito a esta Cazo não ficando prejudicada com esta rezulução a medida que tem de Se tomar a respeito de todas as mais’.

Actas, Livro 2, fl. 172

Sessão de 5 de Fevereiro de 1845

'Acordou mais a Câmara que para poder conhecer da infração do Título 15 parágrafo Segundo do Código de Posturas que trata da Multa que devem pagar os cortadores dos aSougues que não pezem bem emcarrega para este fim de repezo ao afilador do Concelho Joaquim António da Silva para que a pessoa ou pessoas que quizerem Saber Se tem o pezo da Carne que pagarão possão hir verificallo ao dito repezo, e pagarem querendo por qualquer pezo que levarem Sinco reis Sendo este produto aplicado para ajuda da renda da Caza do mesmo emcarregado, devendo esta rezolução fazerse publicar por vando e Editais'.

Actas, Livro 2, fl. 188-188v

Sessão de 12 de Março de 1845

'Acordou a Câmara que Se fizece publico por vando o disposto no Título dezaceis parágrafo Segundo que dis respeito ao pezo que deve ter o pam Trigo exposto à venda Segundo o valor de Cada hua raza que correr no mercado'.

Actas, Livro 2, fl. 193

3. O Código de Posturas de 1853

NOVO CÓDIGO
DE
ACCORDÃOS E POSTURAS
DE
POLICIA MUNICIPAL
DO
CONCELHO DE VILLA NOVA DE FAMALICÃO

CAPITULO I

Moral Pública.

Artigo 1º

Nenhum Negociante de quaesquer fazendas, ou géneros, n'esta Villa e Concelho, poderá abrir a sua loja com o fim de vender ao público no Domingo, ou dia Santo de guarda: e aquelle que obrar o contrário, vendendo algum objecto da mesma loja, pagará a multa de 1\$500 reis.

§ unico. Ficam exceptuados os Negociantes com loja de peso, e géneros de consumo diário, e primeira necessidade, com tanto, que não vendam por grosso géneros, para serem revendidos.

Artigo 2º

Nenhum Artista, ou qualquer Official mechanico, poderá abrir loja, e nella trabalhar ao Domingo, ou dia Santo de guarda, com pena de pagar a multa de 500 reis.

Artigo 3º

Nenhum Lavrador, Carreteiro, ou qualquer outra pessoa, poderá andar com bois e carro, carregado, ou vasio pelas ruas d'esta Villa, estradas, ou caminhos do Concelho, nos Domingos, ou dias Sanctificados, com pena de pagar a multa de 300 reis.

§ único. Ficam exceptuados os carros seguintes:

1º De provada, e urgente necessidade particular;

2º De serviço público por mandado d'Authorityde;

3º Se o carro vier do Porto, ou d'outro ponto remoto, carregado com quaesquer géneros;

4º Recolhendo-se o carro vasio à casa própria, depois de haver feito alguma conducção para qualquer ponto afastado.

Artigo 4º

Toda a Regateira, ou qualquer outra mulher, que altercando publicamente, proferir em altas vozes palavras indecentes, que offendam a moral pública, pagará a multa de 300 reis.

§ único. Sendo homem o que proferir taes palavras, pagará o dobro desta multa.¹

CAPITULO II

Saúde Pública.

Artigo 5º

Ninguém poderá, sem prévia licença da Câmara, estabelecer dentro desta Villa fábricas de toda e qualquer manufactura, que produza mãos cheiros, e deixe o ar infeccionado com manifesto perigo da saúde dos moradores da mesma Villa, com pena de pagar a multa de 1\$500 reis, e ser-lhe mandada fechar tal fábrica.

Artigo 6º

Nenhum morador d'esta Villa poderá fazer estrumeiras no quintal de sua casa, na feira, ou em qualquer logar público da mesma Villa, se d'estas resultarem mãos cheiros, que incomodem os visinhos; nem tão pouco, dados os mesmos motivos, poderá demorar muito tempo os estrumes na cloaca, com pena de pagar a multa de 200 reis.²

Artigo 7º

Toda a pessoa, que nas ruas d'esta Villa, seus arrabaldes, e mesmo nas freguezias ruraes, lançar, ou deixar jazer besta, boi, porco, cão, gato, gallinha, ou outro qualquer animal morto, sem que promptamente, e muito bem o enterre fora da mesma Villa, pagará pela besta, boi, ou animal grande a multa de 1\$000 reis; pelo porco (sendo pequeno) cão, gato, gallinha, ou animaes de grandeza igual, a multa de 120 reis, sendo taes animais transportados e devidamente enterrados à custa de qualquer infractor da presente Postura, sobre a multa que lhe fica imposta.³

Artigo 8º

Toda a pessoa, que levar ao açougue boi, vitella, carneiro, ou qualquer outro animal doente, ou que tenha morrido sem o matarem: bem como a pessoa que levar ao mercado porcos, gallinhas, ou outros animaes nas mencionadas circumstancias, e os vender ao público em qualquer lugar que seja, tanto desta Villa, como do Concelho, pagará a multa de 2\$000 reis, sendo boi, vitella ou porco grande: – 400 reis sendo ovelha ou carneiro: – e 120 reis sendo animal d'aqui para baixo, – além de lhe ser tomado, e inutilisado qualquer animal nas referidas circumstâncias.

Artigo 9º

Nenhum Carniceiro, ou qualquer pessoa, poderá matar rez doente, nem cortar alguma que tenha morrido de per si, com pena de pagar a multa de 8\$000 reis sendo boi, ou vacca grande; 4\$000 reis sendo vitella; 2\$000 reis sendo porco grande; 1\$000 reis sendo porco pequeno; e 500 reis sendo carneiro, anho, ovelha ou cabrito, além de lhe serem tomadas e inutilisadas pela Authorityde competente quaesquer rezes nas referidas circumstâncias.

Artigo 10

Toda a Regateira, ou qualquer outra pessoa, que vender peixe corrupto, bem como a pessoa, que vender fructa verde, aziomada, ou amadurada por indústria, como melões, melancias, pêras, maçãs, ameixas, ou qualquer outra fructa, pagará a multa de 250 reis, e pela Authorityde competente lhe será tomado e inutilisado o peixe ou fructa, que vender nas referidas circumstancias.⁴

.....
¹ 1873, art. 113

² 1873, art. 64

³ 1873, art. 18

⁴ 1873, art. 106

Artigo 11

Toda a Padeira, Doceira, ou qualquer outra pessoa, que cozer, ou vender pão, ou doce ao público, sendo-lhe provado, que padece moléstia contagiosa, pagará uma multa de 2\$000 reis, e será prohibida de mais cozer e vender pão ou doce ao público, em quanto não mostrar certidão authentica do Facultativo, que prove estar completamente sã.⁵

Artigo 12

Toda a Padeira, Doceira, ou qualquer outra pessoa, que vender farinha corrupta, misturada ou adulterada com algum ingrediente nocivo à saúde, assim como a pessoa que vender pão, ou doce desta farinha, pagará a multa de 1\$000 reis, e lhe será tomada, e inutilisada pela Authoridade competente a farinha, pão ou doce, que se achar nas referidas circunstâncias.⁶

Artigo 13

As Doceiras, e Biscoiteiras, que fizerem doce, e biscoutos com manteiga derrancada, bem como aquellas, que lhes misturarem pó de pedra, ou qualquer outro ingrediente, pagará a multa de 500 reis.

Artigo 14

Toda a pessoa, que vender leite nesta Villa, deverá apresentar os vasos de lata sempre muito limpos, e lavados, e não poderá adulterar o leite, misturando-lhe água, ou outro qualquer ingrediente, e aquella pessoa que nos preditos vasos de lata não apresentar leite puro, e sem mistura alguma, pagará a multa de 250 reis.⁷

Artigo 15

Toda a pessoa que vender vinagre, que não seja puro, mas feito com drogas, incorrerá na multa de 500 reis.

Artigo 16

Todo o Taberneiro, ou qualquer outra pessoa, que vender vinho ao público, adulterado com baga, droga, ou ingrediente nocivo à saúde, pagará uma multa de 1\$000 reis, e pela competente Authoridade lhe será tomado e inutilisado todo o vinho, que se achar nas referidas circunstâncias.

Artigo 17

Nenhum Taberneiro poderá vender vinho misturado com água; vinho verde misturado; e finalmente vinho môtto sem estar devidamente cozido, com a pena de pagar a multa de 500 reis.

Artigo 18

Todo o Taberneiro, Estalajadeiro, Pasteleiro, dono de qualquer casa ou armazém, onde forem encontrados comestiveis, ou quaesquer géneros avariados, corruptos, e nocivos à saúde pública, pagará uma multa de 1\$000 reis até 10\$000 reis, segundo a quantidade de comestiveis e géneros que assim lhe forem encontrados, além de lhe serem tomados, e inutilisados pela Authoridade competente os comestiveis, e géneros avariados e corruptos.⁸

Artigo 19

Toda a pessoa que souber, ou presumir, se lhe damnou algum cão seu, o matará ou mandará matar promptamente; e pelo simples facto de ter sido mordido por algum outro cão damnado, o reterá sessenta dias preso com toda a segurança e cautela; e o que não der pleno cumprimento a esta Postura, pagará uma multa de 1\$000 reis, além de responder por todos os danos causados.⁹

.....
⁵ 1873, art. 120

⁶ 1873, art. 121

⁷ 1873, art. 85

⁸ 1873, art. 40

⁹ 1873, art. 31

CAPITULO III

Do seguro e livre trânsito, limpeza das Ruas, e Praças d'esta Villa.

Artigo 20

Ninguém terá nas janellas, varandas, ou telhados de suas casas, vasos, caixões, ou quaesquer objectos com perigo de se despenharem, e maltractarem quem transita pelas ruas, praças, e caminhos públicos; e só poderão ser collocados dentro de sacadas seguras, com a pena de 200 reis de multa, além da responsabilidade por qualquer damno que aconteça. Na mesma pena incorrem aquellas pessoas, que conservarem as beiradas de seu telhado mal seguras com perigo de se despenharem, e finalmente ameaçando ruína.¹⁰

Artigo 21

Ninguém poderá lançar de dia nas ruas e praças d'esta Villa quaesquer águas, quer sejam puras, quer impuras; e de noite não será permitido lançar quaesquer águas às ruas e praças desta mesma Villa, senão depois das dez horas no tempo de verão, e nove no tempo de inverno; e assim mesmo antes que taes águas se lancem, se dará a voz de *água vai*, repetida por três vezes, e com o espaço necessário para se desviarem as pessoas que transitarem; com pena de pagar uma multa de 200 reis, além de ficar responsável pelo prejuízo causado às pessoas que transitarem.¹¹

Artigo 22

Ninguém lançará nas ruas ou praças desta Villa, cascas de fructa, vidros, couros, cabellos, ou qualquer outro lixo, com pena de pagar a multa de 200 reis.

§ único. Exceptuam-se os lugares que para este fim forem designados pela Câmara.¹²

Artigo 23

Toda a pessoa, que com prévia licença da Câmara, e na forma do artigo 62, edificar casas ou as queira reparar, deverá ter os elementos da obra, pedras, ou quaesquer entulhos de tal maneira arrumados, que fique livre quanto seja possível o trânsito das ruas. Bem assim mandará pôr uma sebe, ou tapamento na abertura dos alicerces ou canos, e luz acceza durante as noites em que não houver luar; e a pessoa, que não der pleno cumprimento a esta Postura, pagará uma multa de 1\$000 reis até 3\$000 reis, segundo o gráo de culpa em que incorrer, além de ficar responsável por qualquer damno acontecido.¹³

Artigo 24

Ninguém poderá ter sobre as ruas ou lugares públicos d'esta Villa canos de barreiros, ou outros quaesquer despejos, com pena de 500 reis, e serem tirados à sua custa.

§ único. Serão com tudo permitidos taes canos, de forma que não offendam nem impeçam o trânsito público, ficando enterrados no chão, e sumindo-se por elles a immundicia.¹⁴

Artigo 25

Ninguém poderá conservar nas ruas, e praças d'esta Villa, estradas e caminhos públicos do Concelho, canhotos, traves, lenha, pedras, ou quaesquer outros objectos, que estorvem o trânsito, com pena de pagar a multa de 250 reis.

§ 1º Os canhotos ou lenha para queimar, quando dentro em casa não haja commodidade para serem recolhidos, poderão estar na rua com o melhor arranjo possível o tempo necessário para serem desfeitos, que todavia nunca excederá o prazo de três dias.

§ 2º Em todo o tempo que fiquem na rua, será seu dono obrigado a conservar uma luz durante a noite, para que não possa nelles esbarrar-se alguém, com pena de 250 reis salva a indemnisação do prejudicado.¹⁵

.....
¹⁰ 1873, art. 84, nº 1

¹¹ 1873, art. 139, nº 3

¹² 1873, art. 139, nº 1

¹³ 1873, art. 115

¹⁴ 1873, art. 36

¹⁵ 1873, art. 86

Artigo 26

É prohibido cavar, ou extrahir terra, salão, ou barro junto aos passeios, obras públicas, e aqueductos desta Villa, ou qualquer edificio do Concelho, com a pena de 500 reis, alem da indemnisação do prejuizo.¹⁶

Artigo 27

Toda a pessoa, que extrahir entulhos das suas obras, é obrigada a tirá-los dentro em oito dias, e só os poderá lançar no local, que pela Câmara lhe for designado, sendo conduzidos de forma, que não deturpem as ruas (isto se entende não destinando o dono da obra os mesmos entulhos para propriedade sua) e a pessoa que não der pleno cumprimento a esta Postura, pagará uma multa de 200 reis, e à sua custa lhe serão tirados os entulhos.¹⁷

Artigo 28

Ninguém poderá abrir cano, mina, poço, ou pedreira nas ruas e praças desta Villa, estradas ou caminhos públicos do Concelho, sem prévia licença da Câmara, com pena de 3\$000 reis, e ser tudo tapado à sua custa.

§ único. Obtida licença da Câmara, deverá estar a obra defendida com tapamento forte, e com luz, durante a noite, com pena de 1\$000 reis, além da indemnisação do prejudicado.¹⁸

Artigo 29

Nenhum ensamblador, carpinteiro, mestre ou official de qualquer officio, trabalhará na rua, ou n'esta collocará quaesquer obras feitas, com pena de pagar a multa de 200 reis.¹⁹

Artigo 30

Nenhuma pessoa poderá amassar barro à porta da rua ou praça d'esta Villa, nem bem assim o Ferreiro poderá lançar na mesma rua, ou praça as escumalhas do ferro, com pena de pagar a multa de 200 reis.²⁰

Artigo 31

Todo o Cidadão morador nesta Villa, é obrigado a limpar suas testadas, pelo menos de oito em oito dias nas ruas e praças públicas da mesma Villa, e aquelle que não der cumprimento a esta Postura, pagará uma multa de 100 reis, além de ser a respectiva testada limpa à sua custa.

Artigo 32

Nenhum Ferrador poderá deixar de noite nas ruas ou praças desta vila, banco de ferrar, nem bem assim poderá sangrar bestas nas mesmas ruas, e praças desta Villa, sem que immediatamente lave o local em que deu a sangria, de tal forma, que não reste vestígio algum de sangue. E aquelle Ferrador, que não der cumprimento a esta Postura, pagará uma multa de 200 reis.

Artigo 33

Ninguém poderá ter besta presa nas ruas ou praças desta Villa, onde atravessando-se, ou fazendo qualquer movimento, possa embaraçar o livre trânsito; e só poderá estar assim presa, estando junto a ella pessoa que a conserve sempre arrumada, e faça guardar a liberdade do mesmo trânsito, com a pena de 120 reis.

Artigo 34

Todo o Alquilador, ou qualquer pessoa, que tiver besta que dê couces, presa nas ruas, ou praças desta Villa, incorrerá na pena de 250 reis, alem da indemnisação do prejudicado.

Artigo 35

É prohibido geralmente em todos os dias da semana ter besta, ou carro e bois, sobre todo e qualquer passeio desta Villa; com pena de 120 reis.²¹

.....
¹⁶ 1873, art. 140

¹⁷ 1873, art. 116

¹⁸ 1873, art. 34

¹⁹ 1873, art. 50

²⁰ 1873, art. 68

²¹ 1873, art. 139, nº 8

Artigo 36

Toda a pessoa que for encontrada com bois ou vacas, touros, ou touras fora do local designado pela Câmara para feira de gado, pagará uma multa de 100 reis por cada cabeça, sendo boi, ou vacca, e 50 reis sendo touro, ou toura, e se recolherá aos limites da feira.²²

Artigo 37

Em todos os dias, que forem de mercado devem estar livres para o trânsito público os passeios desta Villa, que seguem até à Capella de Santo António, e os que existem nos arruamentos das barracas; toda a pessoa que for encontrada embaraçando os ditos passeios com gado, bestas, ou outra qualquer cousa, pagará uma multa de 120 reis, sendo obrigado a retirar qualquer objecto, que obstrua a passagem.²³

Artigo 38

Ninguém poderá ter fora de suas respectivas portas, fazendas, bancos, tableiros, mostrador, caixão, cartóla, ferro, anteparos, ou empanadas, bandeira, ou outro qualquer objecto, que possa impedir o trânsito público, com pena de 200 reis, e lhe serem tirados à sua custa os mesmos objectos.²⁴

Artigo 39

É prohibido galopar nas ruas e praças desta Villa, com pena de 200 reis além, da indemnisação de qualquer prejudicado. § único. Ficam exceptuadas as pessoas que em virtude do seu cargo o devam fazer.²⁵

Artigo 40

Todo o cão que se encontrar vagando pelas ruas e praças desta Villa sem colleira, e nesta o nome ou sobre-nome de seu dono, se entenderá abandonado, e a Câmara o poderá mandar matar.²⁶

Artigo 41

Toda a pessoa que deixar andar cão solto pelas ruas e praças desta Villa, sem o competente açâmo, se o mesmo cão incommodar as pessoas que transitarem a pé, ou a cavallo, ou seja ladrando, ou mordendo, pagará a multa de 500 reis, além de ficar responsável pelo damno causado.²⁷

Artigo 42

Fica prohibido prender aos cães vasos de folha, louça, ou qualquer outro objecto, que os faça correr pelas ruas; pena de 200 reis, além da indemnisação por qualquer damno causado.²⁸

Artigo 43

É prohibido conservar-se nas ruas, e praças desta Villa, sege, ou carruagem sem que o Bolieiro esteja montado ou à frente da parelha, com pena de 500 reis, além da indemnisação do prejudicado, pagos pelo Cocheiro, ou Bolieiro.²⁹

Artigo 44

É prohibido trazer pelas ruas e praças desta Villa, bestas soltas e sem guia, ou conductor, com pena de 120 reis, além da indemnisação do prejudicado.

.....
²² 1873, art. 107

²³ 1873, art. 108

²⁴ 1873, art. 87

²⁵ 1873, art. 43

²⁶ 1873, art. 32

²⁷ 1873, art. 30

²⁸ 1873, art. 33

²⁹ 1873, art. 139, nº 10

Artigo 45

É prohibido trazer pelas ruas e praças desta Villa, carro, ou bois em sôga, sem guia ou conductor, que não será menor de doze annos, com a pena de 120 reis, além de ficar responsável pelo damno causado.³⁰

Artigo 46

Nenhuma pessoa poderá deixar, que seus porcos andem soltos pelas ruas e praças desta Villa; sendo somente permittido o seu não demorado trânsito pelas mesmas ruas, e praças para fóra das barreiras, ou para qualquer outra parte onde seu dono os queira levar, sempre guiados por um pegureiro; sob pena de pagar a multa de 100 reis por cada um.³¹

Artigo 47

É prohibido matar ou chauscar porcos de dia nas ruas, e praças desta Villa, sob pena de pagarem a multa de 120 reis.³²

Artigo 48

É prohibido fazer estrumeiras nas ruas e praças desta Villa, e bem assim no local da Feira, nas estradas, caminhos, e lugares de trânsito público do Concelho, com a pena de 200 reis, e perdimento do estrume, que ficará para quem o tirar com mandado da Authoridade competente.

CAPITULO IV

Das providencias contra os incendios na Villa e freguezias do Concelho.

Artigo 49

Ninguem poderá vender polvora dentro na Villa, sem prévio conhecimento da Camara, que lhe designará o local para a venda; com pena de pagar a multa de 2\$000 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, e triplo pela terceira, sendo então autoada a pessoa que assim infringir esta Postura para não vender polvora.

§ unico. As mesmas penas, do mesmo modo são applicaveis aos Fogueteiros, ou qualquer outra pessoa que faça fogo artificial, e estabeleça nesta Villa a sua officina, sem que a Camara previamente lhe designe o conveniente local.³³

Artigo 50

É prohibido accender na Villa fogueiras sem guardar as devidas distancias dos edificios, que nunca serão menores de dez varas, com pena de 200 reis, além da indemnisação do prejudicado.³⁴

Artigo 51

É prohibido dar morteiros nas ruas e praças desta Villa, sem guardar pelo menos a distancia de doze varas dos edificios, com a pena de 200 reis de multa, além da indemnisação do prejudicado.³⁵

Artigo 52

É prohibido lançar ao ar foguetes, machinas, ou balões com fogo dentro, com pena de 1\$000 reis de multa.

§ unico. Não incorrem na presente multa aquelles que conseguirem licença da competente Authoridade para lançar ao ar semelhantes machinas, ou balões.³⁶

Artigo 53

Ninguém poderá fazer palheiro nesta Villa não tendo em sua casa loja separada, ou outro lugar em que possa sem perigo imminente d'incendio recolher a dita palha ou colmo, sob pena de pagar a multa de 1\$000 reis.³⁷

.....
³⁰ 1873, art. 37, nº 3 e 12

³¹ 1873, art. 139, nº 12

³² 1873, art. 139, nº 14

³³ 1873, art. 80

³⁴ 1873, art. 70

³⁵ 1873, art. 71

³⁶ 1873, art. 69 e 72

³⁷ 1873, art. 81

Artigo 54

Todos os moradores desta Villa deverão mandar alimpar as chaminés das suas casas para evitar os incendios; e provandose ter pegado o fogo na chaminé de qualquer casa por falta de limpeza da mesma, pagará o morador da dita casa, proprietário, ou inquilino, a multa de 1\$000 reis.³⁸

Artigo 55

O mordomo, ou pessoa encarregada de tocar para a Missa o sino da Igreja Parochial, é obrigado a tocar promptamente a fogo, quando este aconteça na sua freguezia, com pena de pagar a multa de 500 reis.³⁹

Artigo 56

Logo que haja fogo em qualquer casa, o Juiz Eleito, Regedor e Cabos de Policia da respectiva freguezia della, são obrigados a acudir promptamente, e alii dirigir os trabalhos para apagar o incendio, e salvar os objectos pertencentes à casa incendiada, com a pena de 1\$000 reis imposta ao Juiz Eleito, ou Regedor, e 500 reis a cada um dos Cabos de Policia.

Artigo 57

Todo o Cidadão qualquer que seja a sua qualidade, segundo o antigo e muito louvavel costume deverá acudir a apagar o fogo ateado em qualquer edificio. Os chefes de familia, que não acudirem ao incendio nos limites da sua freguezia, ou não mandarem uma pessoa com caneco ou cantaro, pagarão uma multa de 200 reis.

Artigo 58

Todo o Carpinteiro, Caiador, ou Pedreiro da freguezia que não acudir promptamente ao incendio: os Carpinteiros com serra e machado, os Caiadores e Pedreiros com escadas e ferros d'assento, pagarão uma multa de 200 reis.

Artigo 59

Se for necessario e urgente cortar algum edificio para salvar outros que pela sua proximidade, e direcção do fogo estejam ameaçados de perigo imminente o Juiz eleito, ou Regedor o mandará cortar com authorisação da Camara ou Administrador do Concelho.

§ unico. No caso de maior urgencia, e quando a Camara ou Administrador do Concelho, ainda não tenham comparecido, o Juiz eleito, ou Regedor poderão mandar cortar o edificio por sua propria authority.

Artigo 60

Todos os Chefes de familia que na falta de aguas, não puserem francos os poços que tenham em sua casa, ou quintal, para delles ser conduida a agoa necessaria para apagar os incendios, incorrerão na multa de 1\$000 reis, paga por cada Chefe, que não der cumprimento a esta Postura.

§ unico. Poderá com tudo cada hum dos Chefes de familia exigir uma guarda, que será collocada à porta de sua casa para evitar os furtos.⁴⁰

CAPITULO V

Da conservação das Ruas, Praças, e Passeios desta Villa, Estradas Caminhos, e Pontes do Concelho.

Artigo 61

Ninguem dentro da Villa, ou nas beiras das estradas publicas do Concelho, poderá edificar casas novas, ou reedificá-las, sem apresentar à Camara o risco do plano da obra para esta lhe conceder a necessaria licença, com a pena de pagar a multa de 5\$000 reis.

§ unico. Se a obra feita sem licença da Camara prejudicar o arruamento ou a estrada publica, será n'essa parte demolida pelos meios competentes à custa de seu dono, e além da pena imposta.⁴¹

.....
³⁸ 1873, art. 45

³⁹ 1873, art. 82

⁴⁰ 1873, art. 83

⁴¹ 1873, art. 114

Artigo 62

É prohibido collocar degraus exteriores às soleiras das portas, permitindo-se sómente os que forem absolutamente indispensaveis, sendo estes feitos e collocados na fôrma designada pela Camara, com pena de 500 reis e serem removidos à custa de seu dono.⁴²

Artigo 63

Ficam prohibidas as grades de ferro salientes, e arcadas nas janellas dos andares baixos; e só poderão ser permittidas nos andares que tenham pelo menos a altura de vinte palmos, com pena de 500 reis por cada janella, e serem as grades arrancadas à custa de seu dono.

Artigo 64

Ninguem poderá apanhar estrume nas ruas, praças, e feira desta Villa, ou estradas do Concelho com sachola, ou outro instrumento de ferro, que as estrague e damifique, com pena de 200 reis, além da responsabilidade do damno.

§ unico. Os estrumes poderão sómente ser apanhados com vassoura, ou rôdo de pau sem pont'aguda, de maneira, que não arruinem as calçadas da Villa e Concelho.⁴³

Artigo 65

Ninguem pelas ruas desta Villa, ou calçadas do Concelho poderá conduzir paus, ou canhotos de rastos, ou em zorras que não tenham rodas, ou que tendo-as, sejam tão baixas, que permitão que o pau ou canhoto rasteje pelas calçadas, com pena de 500 reis, além da indemnisação do prejuizo.⁴⁴

Artigo 66

O concerto das estradas reaes, e caminhos do uso publico feito com calçadas, pontes ecas, ou molhadas, parapeitos de pedra abrimentos de terra, mudança de leito, d'expropriações, e outras obras importantes, salvas as determinações da Lei, e contractos do Governo, pertencem à Camara Municipal, que ordena a obra, e paga a despeza. A composição porém das mesmas estradas e caminhos publicos, feitos unicamente com o serviço da enxada, e lançamento de cascalho, ou entulhos, pertence respectivamente a cada Parochia dentro dos limites della. O concerto, e composição dos caminhos da Parochia, ou chamados de visinhança, e dos pontelhões, que nelles houverem, pertencem aos mesmos Parochianos ou visinhos.

Artigo 67

Os caminhos de Parochia ou visinhança, serão compostos e reparados pelos Parochianos dentro dos limites da Parochia na primeira segunda feira de cada mez, e sendo dia Sancto, no immediato. A composição será dirigida e governada pelo Juiz Eleito, e Regedor de Parochia, os quaes distribuirão o serviço com igualdade, concorrendo para este uma pessoa maior de 18 annos de cada caza de familia, sem que lhe seja admittida escusa, ou privilegio algum, com pena de 200 reis a cada visinho, que não for ou mandar. Igualmente concorrerão por seu turno os Lavradores da freguezia com bois e carro, para conduzir pedra e cascalho, com pena de 480 reis imposta àquelle Lavrador que não comparecer com bois e carro, quando por turno lhe competir.

§ unico. A caza que não tiver senão mulheres, e menores de 18 annos é isenta do serviço das estradas e caminhos, assim como fica isenta a caza que só tiver mulheres e homens, que passem de 60 annos. Bem assim não serão obrigados a concorrer com bois e carro, aquelles Lavradores que os não tiverem.

Em todos estes cazos aqui expressados ficam exceptuadas as pessoas que, supposto comprehendidas nos mesmos casos, tem com tudo meios com que podem pagar.

Artigo 68

Toda a estrada, ou caminho publico de bois e carro, deve ter sufficiente largura para que um carro carregado possa passar ao lado d'outro. A estrada que não tem esta capacidade é apertada, e o seu apertamento por presumpção de direito, é uma usurpação do possuidor, ou possuidores dos predios confrontantes, e cumpre à Camara Municipal fazer alargar a mesma estrada para o livre transitio publico, sem prejuizo d'outras disposições legaes, que possam haver, para a maior uniforme largura das estradas do Reino.

§ unico. Verificando-se pela medição os Prazos dos terrenos limitrofes, ou por outro qualquer modo, que para o aperto existente na estrada não houve usurpação, então se fará a necessaria expropriação para o conveniente alargamento.

.....

⁴² 1873, art. 48

⁴³ 1873, art. 65

⁴⁴ 1873, art. 53

Artigo 69

Ninguém poderá fazer casa, parede, socalco, ou outra obra, que de qualquer modo estreite, ou aperte a estrada, ou caminho publico, com pena de 3\$000 reis, além de ser tudo restituído à sua custa ao antigo estado em que se achava.⁴⁵

Artigo 70

Ninguém poderá tirar terra, barro, saibro, ou salão nas estradas e caminhos, ou nelles de qualquer maneira cavar, excepto sendo para os aplanar, e compor, havendo neste caso o maior cuidado em não descalçar as paredes, pena de 500 reis além do prejuizo.

Artigo 71

Ninguém poderá lançar na estrada, ou caminho publico, ou nelle deixar canhotos, pedra, ou qualquer outro objecto, que obstrua, e embarace a passagem, com pena de 300 reis, além de lhe serem tirados à sua custa taes objectos.⁴⁶

Artigo 72

Nenhum Lavrador, Proprietario, Caseiro, ou qualquer outra pessoa, poderá lançar aguas ou fazer despejos de enxurros, das suas terras para as estradas e caminhos públicos, com pena de pagar a multa de 2\$000 reis.⁴⁷

Artigo 73

Aquelles que anteriormente a esta Postura tiverem lançado aguas para as estradas e caminhos públicos, por mais tempo que tenha decorrido (pois que nunca prescrevem semelhantes direitos) serão obrigados no prazo de 30 dias, contados da publicação de esta Postura, a restituir as mesmas estradas, e caminhos ao seu antigo estado, desviando as aguas, e enxurros, com pena de pagarem a multa de 2\$000 reis.⁴⁸

Artigo 74

Os que costumarem represar as aguas nas estradas, e caminhos, por mais antigo que seja este costume, serão dentro dos mesmos 30 dias, contados da publicação desta Postura, obrigados a formar presas dentro das suas propriedades, deixando as estradas livres e enxutas, com pena de pagarem a multa de 2\$000 reis.⁴⁹

Artigo 75

Os que costumarem fazer passar agoas pelas estradas para regarem seus campos, ou as quizerem fazer passar d'aqui em diante, o não poderão fazer sem que formem ao lado das mesmas estradas um aqueducto por onde a agoa se dirija, sendo este feito de forma que não cause obstaculo ou embaraço algum à passagem de bestas, bois e carro, com pena de pagarem a multa de 2\$000 reis.⁵⁰

Artigo 76

Os Cultivadores de predios inferiores às Estradas ou caminhos, são obrigados a abrir nas paredes de suas testadas, boeiro por onde as agoas tenham o escoamento necessario. O que devidamente não abrir taes boeiros nos locaes que pela Camara lhe forem apontados, e no praso, que pela mesma lhe for marcado, pagará uma multa de 1\$000 reis, e serão os boeiros abertos à sua custa.

§ unico. Se depois de abertos, os preditos boeiros apparecerem tapados, incorrerá na mesma pena, não se provando que acintosamente foram tapados por uma terceira pessoa, a quem em tal caso será imposta a multa de 2\$000 reis.⁵¹

.....
⁴⁵ 1873, art. 54

⁴⁶ 1873, art. 55

⁴⁷ 1873, art. 56

⁴⁸ 1873, art. 56, nº 1

⁴⁹ 1873, art. 56, nº 1

⁵⁰ 1873, art. 56, nº 1

⁵¹ 1873, art. 56 nº 2

Artigo 77

Os Cultivadores dos predios que ficarem superiores às estradas e caminhos públicos, são obrigados a abrir n'esses predios ao correr da estrada, e em distancia de dez palmos da mesma estrada, vallas, que dêem expedição, e prompto escoamento às agoas, que de Inverno alli se accumulam.

§ 1º Estas vallas serão abertas na primeira segunda-feira do mez de Novembro, sendo limpas, e reformadas nas primeiras segundas-feiras dos mezes de Dezembro, Janeiro, Fevereiro, e Março, ou nos dias seguintes sendo dias Santos, com pena de 1\$000 reis.

§ 2º No começo do mez de Abril, se a estação o permitir, poderão estas vallas serem intopidas.⁵²

Artigo 78

É prohibido ter aberto no monte, estradas, caminhos, ou proximo a estes, mina, poço, oculo, boqueirão, ou qualquer outra caverna, em que possa precipitar-se alguma pessoa, ou animal, sem que durante a obra esteja defendida com tapamento ou sebe forte, sendo depois de concluida a obra, tudo tapado com a maior segurança e commodidade do transito, com pena de 2\$000 reis, além da indemnisação do damno que causar, e tudo ser tapado à sua custa.⁵³

Artigo 79

Toda a pessoa, a quem se alagar alguma parede, socalco, ou terra sobre a estrada, ou caminho publico, é obrigada a reedificá-la immediatamente com a devida segurança, e a repôr a passagem franca e livre, com pena de 2\$000 reis, além de se fazer a obra à sua custa.⁵⁴

Artigo 80

O Cultivador de predio confrontante com a estrada ou caminho publico, é obrigado a aparar as silvas e ramos pendentes sobre a mesma estrada ou caminho, na primeira segunda-feira de cada mez, e sendo dia Santo, no immediato, com pena de 400 reis.⁵⁵

Artigo 81

O Juiz Eleito, e Regedor de Parochia são obrigados a conservar em bom estado os pontelhões ou passadiços que n'ella houverem de caminhos de Parochia, ou visinhança, mandando pôr guardas aos que dellas precisarem, com pena de 1\$000 reis. § unico. Isto não se entende com as pontes e pontelhões sobre estradas reaes.

Artigo 82

Se para o concerto dos caminhos de Parochia ou visinhança, for necessario lançar alguma finta ou derrama, O Juiz Eleito, Regedor, e Junta de Parochia, repugnando os parochianos contribuir espontaneamente, assim o representarão à Camara para esta providenciar.

CAPITULO VI

Da conservação e limpeza das Fontes, Tanques, Chafarizes, e quaesquer obras publicas na Villa e Concelho.

Artigo 83

Toda a pessoa que usurpar, ou por qualquer modo extraviar directa ou indirectamente agua dos aqueductos, tanques, e chafarizes públicos da Villa, pagará uma multa de 2\$000 reis até 20\$000 reis, conforme o gráu de malicia, e prejuizo que houver causado, sendo tudo restituído ao uso publico, e à custa do transgressor desta Postura.⁵⁶

.....
⁵² 1873, art. 56, nº 2

⁵³ 1873, art. 57

⁵⁴ 1873, art. 58

⁵⁵ 1873, art. 59

⁵⁶ 1873, art. 73

Artigo 84

É prohibido lavar nos tanques, e fontes publicas da Villa e Concelho, nos mesmos lugares onde se colhe a agua, ou para cima d'estes lugares, e nos canos da agua em todo e qualquer local, com pena de 600 reis, sendo de dia, e 1\$200 reis sendo de noite.⁵⁷

Artigo 85

Ninguem poderá lavar tripas, hortaliça, roupa, nem lançar qualquer objecto puro ou impuro, nos tanques, canos de agua, e fontes publicas desta Villa e Concelho, com pena de 600 reis.⁵⁸

Artigo 86

É prohibido amolar ferros nos bordos dos tanques e fontes publicas da Villa e Concelho, com pena de 300 reis.⁵⁹

Artigo 87

As pessoas que forem buscar agua às fontes publicas, colherão a mesma agua por ordem, e segundo a vez que lhe tocar pela primasia da chegada, pena de 120 reis imposta à pessoa que contestar, e alterar esta ordem.

§ unico. Exceptuam-se as pessoas, que vão encher pequenos pucaros ou copos d'agua, ou aquellas a quem por outras lhe é cedida a vez.

Artigo 88

Ninguem poderá abrir no seu predio, pôço, ou mina, que prejudique as aguas de qualquer fonte publica, com pena de 4\$000 reis, além da indemnisação.

Artigo 89

Ninguem poderá plantar arvores, que não fiquem em menor distancia de trinta palmos dos aqueductos que conduzem agua para esta Villa, com pena de 3\$000 reis, e ser a mesma arvore arrancada à sua custa.

§ unico. Aquellas arvores, que actualmente se acham plantadas em menor distancia dos trinta palmos, com quanto sejam antigas, serão assim mesmo arrancadas, logo que se conheça que as suas raizes prejudicam os aqueductos.

Artigo 90

É prohibido destruir, ou por qualquer modo damnificar as obras publicas, como tanques, fontes, chafarizes, passeios, piões, assentos, figuras, emblemas, ornatos, e quaesquer outras cousas pertencentes ao uso publico, com pena de 2\$000 reis, além da satisfacação do prejuizo, e de repor-se o objecto destruido no seu primeiro estado à custa do malfeitor.⁶⁰

CAPITULO VII

Do socêgo, commodidade, e descanso dos moradores da Villa.

Artigo 91

Todo o Carreteiro, pessoa, ou dono de qualquer carro, que cantar ou chiar depois que tenha entrado nas barreiras desta Villa, pagará uma multa de 120 reis, sendo de dia, e 240 reis sendo de noite.⁶¹

Artigo 92

Depois das oito horas, durante o Inverno, e das nove no tempo de Verão, não será permittido dentro da Villa aos Caldeireiros, Serralheiros, Ferreiros, Carpinteiros, Funileiros, Ferradores, ou outros quaesquer officiaes d'officios, trabalhar com martello, ou outro qualquer instrumento, que faça estrépito, e ruído, ou incommode os moradores da Villa, com pena de 200 reis.

.....
⁵⁷ 1873, art. 75, nº 1

⁵⁸ 1873, art. 74

⁵⁹ 1873, art. 75, nº 3

⁶⁰ 1873, art. 75, nº 5

⁶¹ 1873, art. 37, nº 4

§ unico. Ficam exceptuados os Ferreiros d'obra grossa, que poderão trabalhar até às 10 horas da noite; mas tanto estes como qualquer outros officiaes que trabalhem com martello, ou de qualquer modo façam estrondo, só poderão principiar a trabalhar depois das cinco horas da manhã no tempo de Verão, e das seis no tempo de Inverno, incorrendo na predicta multa de 200 reis, aquelles que praticarem o contrario. Ficam igualmente exceptuados os Ferradores para trabalharem, no caso de necessidade urgente, e provada.

CAPITULO VIII – Dos atravessadores.

Artigo 93

Toda a pessoa que for encontrada nos dias de mercado nesta Villa, até à hora do meio dia, atravessando trigo, milho, centeio, feijão, ou outro qualquer genero cereal, e bem assim aquella que exigir ou der bôrdo nas medidas de cereaes, será apprehendida, e pagará uma multa de 1\$200 reis, e mais 400 reis a cada um dos Officiaes de diligencias, ou Zelladores, que fizerem a apprehensão.⁶²

Artigo 94

Toda a pessoa, que antes do meio dia for encontrada a comprar quaesquer comestiveis, aves, fructa, castanha, mel, cêra, caça, hortaliça, leite, ovos, ou outros quaesquer géneros que venham ao mercado desta Villa, para os tornar a vender, ou for esperar as ditas cousas aos caminhos, e estradas da Villa, para o mesmo fim, pagará uma multa de 400 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, sendo então autoada para mais não vender.⁶³

Artigo 95

Toda a pessoa que em qualquer praça, ou mercado desta Villa atravessar até ao meio dia madeira, ou taboado de castanho, ou pinho, para tornar a vender, pagará a multa de 1\$200 reis.

Artigo 96

Toda e qualquer pessoa, que antes do meio dia for encontrada atravessando carros de lenha, molhos, ou canhotos, para tornar a vender, pagará uma multa de 500 reis.⁶⁴

Artigo 97

Toda e qualquer pessoa, que antes do meio dia comprar porcos nesta Villa, e respectiva feira, para na mesma tornar a vender, ou para levar para fora do Concelho, pagará uma multa de 600 reis.⁶⁵

CAPITULO IX

Dos pezos, e medidas, e dos seus aferimentos.

Artigo 98

Todas as pessoas que nos termos da Ordenação do Lº 1º Tit. 18 §§ 28, e 41 – são obrigadas a ir aferir, ajustar, e marcar a primeira vez quaesquer medidas, marcos, pezos, e balanças e o não fizerem pagarão uma multa de 400 reis.

Artigo 99

Ninguem poderá vender objecto algum por pezo ou medida que não seja aferida pelo aferidor do Concelho, com pena de pagar a multa de 300 reis.⁶⁶

.....
⁶² 1873, art. 1

⁶³ 1873, art. 2

⁶⁴ 1873, art. 2, nº 3

⁶⁵ 1873, art. 2, nº 1

⁶⁶ 1873, art. 137

Artigo 100

Ninguém poderá vender coisa alguma a pezo, se não em balanças aferidas pelo aferidor do Concelho, quer estas tenham bacias, quer tenham gancho, com pena de 300 reis de multa.

Artigo 101

Todas as pessoas que venderem por pezo ou medidas, são obrigadas a afia-las, ou aferi-las até ao fim do mez de Janeiro, e conferi-las até ao fim do mez de Julho nos termos da Ord. L.º 1º Tº 68 § 16, com pena de 300 reis de multa.

§ unico. Os Carniceiros, e Peixeiros são obrigados a aferir de dois em dois mezes debaixo da referida multa.

Artigo 102

Ninguém poderá ter pezos se não de uma onça – duas – quatro – oito – um arratel – dois – quatro – oito – e assim por diante na razão dupla, ficando expressamente prohibido quaesquer pezos intermédios, com pena de 1\$000 reis, paga por quem os tiver, e mais outra igual quantia paga pelo aferidor que os aferir.

Artigo 103

Toda a pessoa que vender por pezos ou medidas falsas, pagará uma multa de 5\$000 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, o triplo pela terceira, sendo então autoada para mais não vender, e as medidas e pezos tomadas e inutilizadas pela Authoridade competente.

Artigo 104

Todo o pezo que for achado aferido em poder de algum vendedor com argolas, arames, chapas, ou qualquer objecto pendente ou mesmo unido, mas que não forme uma só peça sólida, será inutilizado pela Authoridade competente, e pagará o vendedor que tal pezo tiver a multa de 300 reis.

§ 1º Na mesma pena incorre a pessoa, que vender por medida que seja de extensão, quer de capacidade, quando esta medida, ainda que aferida se ache com algum acrescentamento, emenda, sobreposto, ou ajuntamento que não forme uma só peça sólida.

§ 2º Na mesma pena incorre o aferidor, que taes pezos, ou medidas aferir.

Artigo 105

Todo o pezo, ou medida, que pôsto que aferido no mesmo anno se ache não chegar ao padrão do Concelho, será inutilizado pela Authoridade competente, e pagará o vendedor a quem tal pezo ou medida for encontrado, a multa de 1\$000 reis.

§ unico. Provando-se que o defeito procedeu do Aferidor, sobre este deverá recahir a multa.

Artigo 106

Todo o pezo, ou medida que posto que aferido no mesmo anno, se mostre que excede o padrão do Concelho, será reduzido à exactidão pelo Aferidor, e provando-se que o defeito, ou excesso do pezo, ou medida procedeu da incuria do Aferidor, incorrerá este na pena de 500 reis.

Artigo 107

Ninguém poderá ter senão um lote de pezos, e medidas. Exceptuam-se as lojas, que tiverem mais de uma balança, porque estas deverão ter tantos lotes de pezos, quantas forem as balanças que tiverem pendentes, e quanto às medidas, poderão ter tantos lotes quantos forem os generos, que tiverem a vender, tudo com pena de 500 reis, e serem aprehendidos os lotes de pezos, ou medidas que sobejarem nas expendidas circunstancias.

Artigo 108

O Aferidor do Concelho é obrigado a confrontar pelos padrões da Camara, regular, e aferir todos os pezos, e medidas de extensão, ou capacidade, que em qualquer tempo lhe forem para isso apresentados, com pena de pagar a multa de 2\$000 reis.

§ unico. Todos os pezos e medidas que o Aferidor é obrigado a confrontar, regular, e aferir, se entendem fóra das circunstancias marcadas no art. 104.

Artigo 109

O Aferidor é obrigado a aferir todo o peso ou medida que para este fim lhe fôr apresentado, levando por cada objecto o preço marcado na Tabella junta. – Terá um livro rubricado pelo Presidente da Camara, onde fará assento dos aferimentos com o nome e residencia das pessoas que vierem aferir, e dará às partes um conhecimento escripto de aferimento, sem que pela nota e conhecimento leve cousa alguma, com pena de 2\$000 reis.

Artigo 110

O Aferidor é obrigado a fazer pessoalmente e à sua custa todo o trabalho da confrontação, regulação, e aferimento, sem que por isto exija das partes mais emolumentos alguns, além dos que lhe pertencem pela Tabella dos aferimentos, com pena de 2\$000 reis.

Tabella dos preços, que o Aferidor do Concelho deve levar por cada objecto, que aferir ou conferir, quer seja novo ou velho.

LEVARÁ DE AFERIR:

	Rs.
Por uma raza	60
Por meia dita	60
Por uma quarta-feira	30
Por meia dita	30
Pela maquia	30
Pela meia dita	30
Por cada medida de líquidos de canada para baixo	20
Por cantaro de almude, meio almude, e quarteirão	30
Por cada vara ou covado	20
Por taboa de solla	20
Por cada peso de duas arrobas para cima	120
Por uma arroba	60
Por meia dita	30
Por peso de oito arrateis, de quatro, de dois	20
Por peso de um arratel até meia onça	10
Por balança ou ganchos	30
Por medida para Estalajadeiros	10
Por argola de palha ou herva	20
Por uma pipa	480
Por meia dita	240

DE CONFERIR:

Por cada peso ou medida, quer seja nova ou velha levará a metade do que fica taxado para afferir.

CAPITULO X

Dos Moleiros

Artigo 111

Os Moleiros são obrigados a não adulterar as farinhas, com pena de 1\$000 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, e triplo pela terceira, sendo então autoados para mais não molinharem.

Artigo 112

Os Moleiros não poderão tirar de cada alqueire que moerem mais, que uma maquia, que é a decima sexta parte do mesmo alqueire, com pena de 400 reis para o Concelho, e outra igual quantia para a parte lesada.⁶⁷

Artigo 113

Os Moleiros de moinhos negreiros são obrigados a pisa-los de dois em dois dias; os de moinhos alveiros são obrigados a pica-los por cada taleiga, que moerem, com pena de 200 reis.

.....
⁶⁷ 1873, art. 111

Artigo 114

Os Moleiros são obrigados a ter vassouras de palha, ou junco, e os seus termunhados sempre varridos, e limpos, com pena de 200 reis.

Artigo 115

Os Moleiros são obrigados a ter guarda-pó de panno d'estopa, para amparar as farinhas, e estas não se espojarem, com pena de 200 reis.

Artigo 116

Os Moleiros para maior limpeza das farinhas são obrigados a ter gato, e uma ratoeira sempre armada, com pena de 200 reis.

Artigo 117

Os Moleiros não poderão trazer no moinho gallinhas, porcos, cães, nem outro algum animal que possa comer, estragar, ou conspurcar o grão ou farinha, com pena de 200 reis.

CAPITULO XI

Das padeiras.

Artigo 118

As Padeiras são obrigadas a aferir os pesos, e balanças até ao fim do mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-los no mez de Julho, com pena de 300 reis de multa.

Artigo 119

Toda a Padeira que fizer, ou vender pão de farinha de trigo misturada com outra qualquer, pagará a multa de 1\$000 reis.⁶⁸

Artigo 120

Ninguem poderá fazer pão de trigo, ou meado se não de 20 reis, e 40, reis, pena de 400 reis de multa, além de ser apprehendido o mesmo pão, e repartido pelos presos, e quando por estes não possa ser todo consumido, será vendido, e o seu producto applicado para o hospital, ou Albergaria existente nesta Villa.

Artigo 121

As Padeiras são obrigadas a fazer bom pão, e com o peso marcado na tabella junta, dado a cada vintem, segundo a estiva Semanaria, que a Camara deverá fazer em cada sabbado.

§ unico. Esta Estiva depois de sobescripta pelo Escrivão, e assignada pelo presidente da Camara, será affixada na tarde d'esse dia em lugar patente ao publico, e que mais conveniente pareça.⁶⁹

Artigo 122

Toda a Padeira ou qualquer pessoa que fizer, ou vender pão sem o peso da Estiva, pagará pela primeira vez a multa de 500 reis, pela segunda o duplo, e pela terceira o triplo, sendo então autoada, para nunca mais fazer nem vender pão, e tomado ou apprehendido o que se lhe encontrar.

§ unico. O pão tomado será repartido na forma do disposto no artigo 120.

Artigo 123

O pão de milhão pode ser feito em broas grandes, mas o vendedor dará a cada vintem que cortar, o peso da Estiva Semanal, pena de 200 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, e o triplo pela terceira, sendo-lhe então tomado, e autoado para mais não vender.

§ unico. O pão assim tomado será repartido na forma do artigo 120.

.....
⁶⁸ 1873, art. 122

⁶⁹ 1873, art. 120

Artigo 124

Os Padeiros ou Padeiras são obrigados a ter sempre o pão com toda a limpeza, e aquelles a quem for encontrado o pão em panno çujo, ou coberta a massa com panno que tenha servido para lençol de cama, ou para alguma outra couza, pagará pela primeira vez 120 reis, pela segunda o duplo, e pela terceira o tripulo, sendo então autoados para mais não venderem.⁷⁰

Artigo 125

As Padeiras são obrigadas a pesar o pão à vista do comprador, para este verificar se tem o peso da Estiva, pena de 120 reis.

Artigo 126

As Padeiras são obrigadas a conservar-se no local, que pela Camara lhe for designado, pena de 200 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, e o triplo pela terceira: sendo então autoadas para mais não venderem.⁷¹

Artigo 127

Toda a Padeira que estiver vendendo pão, e quando chegar a Camara, Vereador Fiscal, Administrador, Juiz Eleito, ou qualquer Empregado na Fiscalisação esconder, o pão, ou fugir com elle, pagará a multa de 500 reis.⁷²

Tabella do peso que deve ter cada vintem de pão conforme os preços nella declarados

Trigo		Meado ou Terçado		Milhão	
Preços	Onç.	Preços	Onç.	Preços	Onç.
400	16	300	26 ?	200	51 1/2
420	15	320	25 ?	240	42 1/2
440	14 1/2	340	24	280	37
460	13 1/2	360	22 ?	300	34 1/2
480	13	380	21	340	29 1/2
500	12 1/2	400	20	400	25
530	12	420	19	440	23
550	11 1/2	440	18 ?	460	22
560	11	460	17 ?	480	21
600	10 1/2	480	16 ?	500	20
620	10	500	16	520	19
660	9 1/2	520	15 ?	560	18
690	9	550	14 ?	580	17 1/2
730	8 1/2	580	13 ?	600	17
770	8	600	13	640	15 1/2
820	7 1/2	640	12 ?	680	14
880	7	680	11 ?	730	13 1/2
940	6 1/2	720	11	760	13
1000	6	750	10 1/2	780	12 1/2
1100	5 1/2	780	10	840	11 1/2
1200	5	840	9 ?	880	11
1320	4 1/2	880	9	940	10 1/2
1420	4	900	8 ?	980	10
1540	3 1/2	960	8	1020	9 1/2
1750	3	1040	7 ?	1080	9
2060	2 1/2	1120	7	1160	8 1/2
2400	2	1180	6 ?	1200	8
3000	1 1/2	1240	6		
		1350	5 ?		
		1480	5		
		1530	4 ?		
		1820	4		
		1960	3 ?		

⁷⁰ 1873, art. 123

⁷¹ 1873, art. 124

⁷² 1873, art. 125

CAPITULO XII

Das Doceiras.

Artigo 128

As Doceiras são obrigadas a aferir os pesos e balanças no mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-los no mez de Julho; com pena de 300 reis.

Artigo 129

São obrigadas a conservar a situação e arruamento, que pela Camara lhes for designado; pena de 200 reis.

Artigo 130

São obrigadas a dar o peso exacto do doce vendido; pena de 400 reis.⁷³

Artigo 131

São obrigadas a ter o doce em toalhas lavadas, e que não tenham servido para outra cousa; pena de 200 reis.⁷⁴

Artigo 132

São obrigadas a ter as balanças suspensas em um gancho, e nunca na mão, a fim de ser verificada a exactidão do peso; com pena de 400 reis.⁷⁵

CAPITULO XIII

Dos Estalajadeiros.

Artigo 133

Os Estalajadeiros, ou quaesquer pessoas, que tiverem casa de pasto, ou hospedaria, são obrigados a ser limpos nas suas pessoas, casas, e utensilios, e no serviço dos hospedes, tendo tudo sempre aceiado, e decente; com pena de 1\$000 reis.⁷⁶

Artigo 134

São obrigados a aferir as medidas dos líquidos, bem como as de grão para as bestas, até o fim do mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-las no mez de Julho; com pena de 300 reis.

Artigo 135

São obrigados a cumprir o disposto nos artigos 11, 16, 17, e 18 com as penas alli estabelecidas.

Artigo 136

São obrigados a ter as manjedouras bem limpas, e sem buraco algum por onde possa cahir a ração dada às bestas; pena de 100 reis.

Artigo 137

Não consentirão em sua casa jogos prohibidos, com pena de 1\$000 reis, não havendo parte accusadora.

CAPITULO XIV

Dos Taberneiros.

Artigo 138

Os Taberneiros são obrigados a aferir os pesos, balanças e medidas até ao fim do mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-las no mez de Julho, com pena de 300 reis.

.....
⁷³ 1873, art. 126

⁷⁴ 1873, art. 127

⁷⁵ 1873, art. 128

⁷⁶ 1873, art. 38

Artigo 139

Os Taberneiros não poderão ter senão um lote de pesos e medidas, com pena de pagarem a multa de 1\$000 reis.

§ unico. Exceptuam-se quanto aos pesos o caso especificado no artigo 107; e quanto às medidas poderá ter mais lotes conforme os liquidos que vender além do vinho.

Artigo 140

Os Taberneiros são obrigados a ter sempre o funil com ralo para a boa limpeza do vinho; pena de 200 reis.

Artigo 141

A pipa em valor numerário é de 20 almudes; a pipa em quantidade, attendendo-se às quebras da medição, é de 21 almudes, e por esta quantia deve ser aferida.

CAPITULO XV

Dos Carniceiros.

Artigo 142

Os Carniceiros são obrigados a aferir os pesos e balanças nos mezes de Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro, e Novembro; com pena de 1\$000 reis.

Artigo 143

Os Carniceiros são obrigados a ter o peso de quatro onças para cima, com as restrições do artigo 102.

Artigo 144

Os Carniceiros não matarão vaccas, nem vitellas femeas, com pena de 4\$000 reis.

Artigo 145

Os Carniceiros não poderão matar rez senão no local designado pela Camara, de cuja designação obterão titulo por escripto, pena de 2\$000 reis.

§ unico. Exceptuam-se os casos de qualquer denuncia que possa obrigar a diferente pena.⁷⁷

Artigo 146

Os Carniceiros são obrigados a conservar sempre o matadouro muito limpo, e franqueado ao ar ambiente, para o que as grades e janellas estarão opportunamente abertas; com pena de 1\$000 reis.

Artigo 147

Os Carniceiros são obrigados a conservar os talhos, aonde se corta a carne sempre muito limpos, frescos, e bem lavados; pena de 1\$000 reis.⁷⁸

Artigo 148

Os Carniceiros não poderão correr, picar, espancar, nem pisar as rêz, que houverem de matar; pena de 1\$000 reis.⁷⁹

Artigo 149

Os Carniceiros são obrigados a sangrar immediatamente a rez, logo que ella cahir, tirando-lhe todo o sangue que for possível extrahir-lhe, e limpando-a muito bem de todos os debulhos; com pena de 2\$000 reis de multa.⁸⁰

.....
⁷⁷ 1873, art. 96

⁷⁸ 1873, art. 8

⁷⁹ 1873, art. 101, n° 4

⁸⁰ 1873, art. 102, n° 2

Artigo 150

Os Carniceiros são obrigados a conservar sempre as balanças bem limpas, e sem osso ou couso que possa aumentar o peso, com pena de 1\$000 reis.

Artigo 151

Os Carniceiros são obrigados a vender aos pobres carne até uma quarta; com pena de 500 reis.⁸¹

Artigo 152

Os Carniceiros são obrigados a dar ao publico o peso certo da carne: por cada onça que faltar no peso pagarão 100 reis, além da obrigação de inteirar o mesmo peso.

§ unico. A Camara para este fim determinará o competente repeso nos dias, que entender convenientes.

Artigo 153

Os Carniceiros, havendo carne de diferentes preços, são obrigados a separar cada uma das mesmas carnes, com pena de 1\$000.⁸²

Artigo 154

Os Carniceiros, que venderem a carne de preço menor, por preço maior; pagarão uma multa de 1\$000 reis.⁸³

Artigo 155

Os Carniceiros são obrigados a ter toda a carne patente ao publico: aquelle que occultar a de um preço, para obrigar o comprador a leva-la d'outro, pagará a multa de 1\$000 reis.⁸⁴

Artigo 156

Os Carniceiros não poderão introduzir no pezo junto com a carne, unhas, figado – boche, sangue, ou quaesquer outras entranhas, miudos, ou migalhas, que costumam andar sobre o talho; assim como canellas, ou osso de qualidade alguma, além de duas onças por arratel, com pena de 1\$000 reis.

§ unico. Exceptua-se o tempo de Quaresma em quanto a unhas, figado, e boche.⁸⁵

Artigo 157

Os Carniceiros são obrigados a mandar as tripas, e mais debulhos, que vão a lavar ou a vender, conduzidas sempre em cestos cobertos; pena de 300 reis.

§ unico. As tripas, ou quaesquer entranhas sómente poderão ser lavadas no local designado pela Camara, com a mesma pena imposta no presente artigo.

Artigo 158

Os Carniceiros são obrigados a não demorar maliciosamente os compradores, devendo aviar os primeiros que chegarem com pena de 200 reis.⁸⁶

Artigo 159

Todo o Cortador que pesar a carne, deixará estar livre as balanças, ou ganchos, para fazer o peso certo, sem as tocar com a mão, ou dedo, com a pena de 1\$000 reis.⁸⁷

.....
⁸¹ 1873, art. 11

⁸² 1873, art. 12

⁸³ 1873, art. 13

⁸⁴ 1873, art. 14

⁸⁵ 1873, art. 5

⁸⁶ 1873, art. 15

⁸⁷ 1873, art. 10

Artigo 160

O Cortador que não estiver sempre prompto no açougue publico para dar a carne ao Povo, no verão às seis horas da manhã, e no Inverno às sete, será multado em 1\$000 reis.⁸⁸

Artigo 161

Os Carniceiros, Marchantes, e Contractadores de carnes, ou quaesquer pessoas, que praticarem conloio soborno, monopólio, ou qualquer arranjo, a fim de fazerem augmentar o preço da carne, ou faze-la conservar em um preço, que nenhuma proporção tenha com o preço dos Gados, pagará uma multa de 20\$000 reis.⁸⁹

CAPITULO XVI

Dos Peixeiros e Regateiras de Peixe.

Artigo 162

Os Peixeiros e Regateiras de peixe são obrigados a aferir os pezos e balanças nos mezes de Janeiro, Maio, e Setembro, com pena de 200 reis.

Artigo 163

São igualmente obrigados a ter o peixe limpo de tripas, e de todos os debulhos sem que possam vender com elles peixe algum inteiro ou partido, pena de 200 reis.⁹⁰

Artigo 164

São tambem obrigados a ter o peixe sobre bancos, ou mezas, e nunca no chão, pena de 100 reis.⁹¹

Artigo 165

Todo o Peixeiro ou Regateira, que cortar ou vender peixe, depois que tenha aberto o preço ao mesmo peixe, não o poderá jámais augmentar durante aquelle dia, com pena de 500 reis.⁹²

Artigo 166

Todo o Peixeiro, ou Regateira de peixe, será obrigado, quando pelo comprador lhe for exigido, a vender peixe ao retalho, uma vez que este não seja inferior a um arratel, pena de 120 reis.⁹³

Artigo 167

Em quanto, que pela Camara não seja designado o local para a venda do peixe, continuará este a ser vendido nos lugares do costume, mas de forma, que nunca embarace o transito publico.⁹⁴

CAPITULO XVII

Dos Mercadores e Logistas.

Artigo 168

Os Mercadores, e quaesquer Logistas, que venderem fazendas brancas e de côr, são obrigados a aferir suas medidas no mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-las no mez de Julho, pena de 300 reis.

.....
⁸⁸ 1873, art. 16

⁸⁹ 1873, art. 17

⁹⁰ 1873, art. 132

⁹¹ 1873, art. 133

⁹² 1873, art. 134

⁹³ 1873, art. 135

⁹⁴ 1873, art. 136

Artigo 169

São obrigados a medir as fazendas por covado, ou vara, sobre o mostrador, e nunca na mão, com pena de 1\$200 reis.

Artigo 170

Aquelles, que venderem fazendas infestadas, são obrigados a medi-las pelo festo, pena de 1\$200 reis.

CAPITULO XVIII

Dos Mesteiraes.

Artigo 171

Os Mesteiraes são obrigados a aferir os pesos, medidas, e balanças, no mez de Janeiro de cada anno, e a conferi-los no mez de Julho, com pena de 300 reis.

Artigo 172

São obrigados a ter os funis com ralo, pena de 120 reis.

Artigo 173

São obrigados, além das medidas ordinarias, a ter para o azeite e graixa, as medidas miudas para vender aos pobres, pena de 120 reis.

Artigo 174

São obrigados a fechar as lojas no Inverno às 8 horas da noite, e no verão às 9; pena de 120 reis.

Artigo 175

Os que venderem vellas de cebo, são obrigados a fazer esta venda sempre por peso, e nunca por cambadas, ou numero de vellas; com pena de 500 reis.

§ unico. Na mesma pena incorrem os Fabricantes de vellas de cebo, que não derem o peso competente de um arratel a cada lote que das mesmas vellas fizerem para vender, e que não empregarem cebo branco, e bem preparado na factura das mesmas, e bem assim lhes não fizerem pavios de linho, ou algodão bem claro.

Artigo 176

Os que venderem cera falsificada com cebo, ou outro qualquer ingrediente, pagarão a multa de 1\$000 reis pela primeira vez, o duplo pela segunda, e o triplo pela terceira, sendo então autoados para mais não fabricarem, nem venderem cera.

Artigo 177

Aquelles que venderem cal, ou sal por outras medidas, que não sejam as de padrão destes generos, pagarão 1\$200 reis de multa.

CAPITULO XIX

Da conservação dos Baldios, Arvoredos, e Logradouros communs.

Artigo 178

Os Baldios públicos pertencem aos Povos para o seu Logradouro commum. A sua concessão, distribuição, defesa, e administração pertence à Camara Municipal, segundo as disposições de Direito em cada um dos casos occorrentes.

Artigo 179

Nos montados de extensão sobeja para adubos da agricultura, pasto, e criação de gados e rebanhos miudos, os terrenos excedentes pertencem ao Concelho, que os deve appropriar, convertendo-os na mais vantajosa produção de pinheiros, castanheiros, e outras arvores indigenas e uteis, fazendo-as guardar e defender na forma da Ord. L.º 1º tit. 66 § 26, cujo rendimento pertence ao Cofre do Concelho.

§ unico. A Camara, se convier, poderá pelo competente meio conceder à Junta de Parochia algum terreno desse baldio excedente à necessidade da cultura, e parte commum, com o positivo fim de crear a mesma Junta um rendimento para occorrer às suas despezas.

Artigo 180

Os Baldios publicos que tambem se chamam Maninhos, só a Camara os pode conceder por meio de aforamento solemne, praticado com Audiencia da Junta de Parochia, chamamento por editaes dos respectivos monteadores, e citação dos confrontantes, postos a lanços em praça publica com as formalidades do Alvará de 23 de Julho de 1766, e confirmação do Concelho de Districto. É nullo todo, e qualquer aforamento em que falte alguma das solemnidades aqui marcadas.

Artigo 181

Os Baldios públicos, que são logrados em commum pelos moradores d'alguma parochia, aldeia, ou lugar, querendo a maioria dos Parochianos moradores nessa aldeia ou lugar dividi-los entre si, verificada pessoal e indubitavelmente perante a Camara a vontade d'essa maioria, serão repartidos por Louvados em acto de Vistoria, precedendo citação dos confrontantes com a natureza dos prazos perpetuos, e arbitramento de foro feito pelos Louvados na forma do Alvará de 29 de Novembro de 1804 §10; devendo ser confirmado pelo Concelho de Districto.

Artigo 182

As Pessoas, que sem titulo algum tiverem posse immemorial, e exclusiva de terrenos, sortes, ou devesas marcadas, ou por qualquer modo divididas, tapadas, ou abertas, em montado roto, e baldio, são conservadas na sua posse, e tem direito de fazer delles reconhecimento à Camara com arbitramento de foro por Louvados, verificada essa posse com audiencia da Junta de Parochia, chamamento por Editaes dos monteadores, e citação pessoal dos confrontantes, não podendo a Camara concedê-los a qualquer outra pessoa, nem mesmo por aforamento, sem que o possuidor exclusivo seja por ordem della notificado pessoalmente, e com as solemnidades da Lei, para fazer o seu reconhecimento dentro de um anno, pena de ser o dito terreno aforado a quem maior lanço der, na conformidade da consulta e ordem de 14 de Fevereiro e 7 de Março de 1805.

Artigo 183

Ninguem poderá tapar com parede, sebe, ou vallo, terreno algum maninho, e baldio publico, nem bem assim alargar tapada que já tiver feito, sem legitimo titulo de aforamento, ou reconhecimento, pena de 5\$000 reis, e ser-lhe demolida à sua custa qualquer tapada ou alargamento, que assim tiver feito.⁹⁵

Artigo 184

O Juiz Eleito, e Regedor de Parochia são obrigados a dar por escripto à Camara, parte de todas as tomadias, e tapadas feitas nos montados baldios e maninhos, com declaração das que tem sido praticadas há mais, ou menos de um anno, a fim de que a Camara proceda como for de justiça, com pena de 2\$000 reis imposta ao Juiz Eleito, e Regedor.

§ unico. O Juiz Eleito, independente da parte, que houver de dar, deve em virtude de seu cargo, promover o cumprimento, e pena do artigo antecedente.⁹⁶

Artigo 185

Os intrusos possuidores de tomadias feitas em montado maninho, e baldio, há mais, ou menos d'anno, sem titulo legitimo, e sem posse immemorial exclusiva, que espontaneamente vierem denunciar-se à Camara ficam isentos da multa estabelecida no artigo 183, bem como de pagar commissos, perdas, e damnos causados, sem que comtudo d'esta sua posse viciosa posterior ao tapamento, lhes resulte direito algum para reconhecimento.

Artigo 186

É permittido a qualquer Pessoa plantar arvores em terrenos maninhos, e baldios, ficando-lhe o direito de colher o fructo dellas, sem que por isso possa chamar seu a esse terreno, porque o pasto, e o roço por baixo fica sendo, como d'antes, commum aos monteadores d'esse baldio; e aquelle, que sob pretexto de ser senhor das arvores, impedir o roço e pasto, pagará uma multa de 1\$000 reis.

.....
⁹⁵ 1873, art. 90

⁹⁶ 1873, art. 91

Artigo 187

Não pode consentir-se abertos nos baldios, e quaesquer terrenos de pasto commum, oculos de minas, poços, boqueirões, ou outro precepicio, em que possa cahir alguma pessoa ou animal. É obrigação do Juiz Eleito fazer tapar taes poços ou boqueirões, de forma, que remova a probabilidade de todo e qualquer perigo.

§ 1º Se o precepicio for aberto por alguma pessoa, pagará 2\$000 reis, e será tapado à sua custa.

§ 2º Se for aberto por inundação, enchurro, alagamento, ou outro qualquer motivo casual, será tapado pelos monteadores, que logram o pasto commum, pena de 500 reis a cada um, e ser tapado à sua custa.

§ 3º Quando for encontrado algum precepicio aberto no baldio, ou maninho, será imposta a responsabilidade ao Juiz Eleito, por não ter feito cumprir as disposições d'este artigo.⁹⁷

Artigo 188

É prohibido lançar fogo às mattas, ou arvoredos pertencentes ao baldio, sem licença da Câmara, a qual nunca a poderá conceder sem audiência da Junta de Parochia, e sempre no caso affirmativo encarregará a execução do incêndio ao Regedor, e Zeladores. Quem d'outra sorte puzer fogo, pagará 4\$000 reis de multa além do damno, que causar, excepto havendo parte accusadora.⁹⁸

Artigo 189

É prohibido roçar nos montes maninhos, no tempo da gomada, que é desde o 1º de Março até 15 de Agosto de cada anno; com pena de 1\$000 reis.⁹⁹

Artigo 190

Ninguem poderá roçar ou lançar gados a pastar nos maninhos e baldios que não pertençam ao Concelho, freguezia ou aldeia em que é morador, e em que não seja monteador; com pena de 300 reis.

§ unico. Fica salva qualquer antiga posse contraria a esta disposição.¹⁰⁰

Artigo 191

Ninguem poderá cortar, ou destruir qualquer arvore dos passeios desta Villa, estradas, e caminhos, públicos, com pena de 1\$000 reis por cada arvore que cortar, ou destruir, além da indemnisação.

CAPITULO XX

Da cultura, guarda, e defesa dos Campos, Searas, Pomares, Hortas, Soutos, Olivaeas, e Arvoredos particulares.

Artigo 192

Toda a pessoa, que em veiga com leiras abertas, semear cereaes no anno, em que segundo o costume tal semente não compete a essa terra, ao que vulgarmente se chama 'semear contra a colha' deverá tapar sobre si, e não poderá fazer encerrar no curral da Parochia os gados alhios, que em seus fructos achar, e se fizer mal aos ditos gados, pagará 300 reis, além da indemnisação.

Artigo 193

Toda a pessoa, que tiver caminho por campo de seus visinhos, semeará em tempo, que não faça prejuizo à sementeira do campo, por onde tem servidão, pena de 400 reis além da indemnisação.

Artigo 194

É prohibido cavar nas beiras dos campos, ou predios superiores d'outro dono, ou tirar-lhe pedra dos calços, e somente é permitido aprumar as silvas e arvoredos, que se estenderem sobre o predio inferior, estrada, ou caminho; com pena de 500 reis, não havendo parte accusadora.

.....
⁹⁷ 1873, art. 92

⁹⁸ 1873, art. 93

⁹⁹ 1873, art. 94

¹⁰⁰ 1873, art. 95

Artigo 195

É prohibido quebrar marcos ou balisas que dividem os terrenos, nos campos, montes, ou devesas, assim como arrancá-los ou cobri-los de terra, ou pedra; com pena de 2\$000 reis, não havendo parte accusadora.

§ unico. Se alguém por acaso quebrar algum marco, é obrigado a pôr logo outro à sua custa, cravando-o com assistencia, e approvação dos donos dos confrontantes, com pena de 1\$000 reis, não havendo parte accusadora.

Artigo 196

Toda a pessoa consorte, ou interessada nas cancellas, ou portelladas, que tapam campos, ou veigas communs, é obrigada a concorrer com a sua quota parte da despeza necessaria para o concerto das mesmas, logo que para isso seja avisada pelo Juiz Eleito; com pena de 500 reis.

Artigo 197

É prohibido deixar abertas ou mal tapadas as cancellas ou portellos, que tapam campo, ou veiga commum, com pena de 200 reis, além da indemnisação.

Artigo 198

Toda a Pessoa poderá tapar o seu campo, ou leira, ainda que esteja no meio de outros campos que costumem servir de pastos communs, mas tapando-o de parede, o fará pela linha dos marcos, com pena de 2\$000 reis, e ser a parede demolida à sua custa.

§ unico. Quando porém tape o campo com sebe de silvas, ou arbustos, é obrigado a deixar entre a linha dos marcos, e a plantação dois palmos e meio; pena de lhe ser arrancada a sebe à sua custa.

Artigo 199

Qualquer Pessoa poderá plantar na sua propriedade as arvores, que bem quizer, mas é obrigada a guardar a distancia de nove palmas da estrema do seu campo, quanto às arvores de grosso tronco, e a distancia de dois palmos e meio quanto às videiras, pecegueiros, ou arbustos de tronco delgado; com pena de 400 reis.

Artigo 200

No tempo da criação dos milhos, todos os moradores do Concelho são obrigados a ter os seus cães presos desde o 1º de Junho até 29 de Setembro; com pena de 300 reis por cada cão que se encontrar solto, alem da indemnisação de qualquer prejuizo causado.¹⁰¹

Artigo 201

No tempo das sementeiras ou colheitas, nenhuma pessoa poderá deixar soltas as gallinhas ou quaesquer outras aves domésticas, que possam causar damno nas mesmas sementeiras dos campos, ou quintaes, com pena de poderem ser mortas sobre os mesmos campos ou quintaes, onde forem encontradas, quem porém as matar não se poderá utilizar dellas, nem impedir, que seu dono as vá ou mande buscar ao sítio onde se acharem mortas.

§ unico. Não poderão comtudo taes aves serem mortas com veneno, ainda que se achem fazendo mal, com pena de 500 reis.¹⁰²

Artigo 202

Todo o Lavrador, Proprietário, ou Caseiro morador nas freguezias ruraes d'este Concelho, que fabricar de um carro, até quatro de milho de toda a especie, ou quaesquer outros Cereaes, é obrigado a apresentar até o fim do mez de Fevereiro de cada anno oito cabeças de pardaes, gaios, pegas, e d'outros pássaros de bico revolto, e damnhinhos, conhecidos vulgarmente pelo nome de verdilhães, e pimpalhões, dos quaes fará entrega ao respectivo Juiz Eleito, que lha passará o competente recibo. Aquelle porém, que fabricar de quatro carros de milho para cima na forma mencionada, será obrigado a apresentar doze cabeças das indicadas aves, com pena de pagarem uns e outros 40 reis por cada cabeça que deixarem de apresentar.

.....
¹⁰¹ 1873, art.141

¹⁰² 1873, art.142

§ unico. O Juiz Eleito irá remetendo à Camara as cabeças recebidas, e no 1º de Março formará uma relação tanto dos que satisfizeram, como dos que deixaram de satisfazer, a qual remetterá à Camara com a importancia das multas dos que não cumprirem.

Artigo 203

Se a Camara julgar necessario ordenar, que nas freguezias ruraes deste Concelho se faça montaria à raposa, ou outro qualquer animal bravo, e damninho, os moradores das freguezias, que foram avisados por ordem da mesma Camara, serão obrigados a concorrer à montaria determinada, com pena de 200 reis, imposta à pessoa que faltar no ponto, que pela Camara for designado.

§ unico. Esta obrigação comprehende uma pessoa de cada casa, excepto a que tiver só mulheres, e menores até 16 annos, ou homens que excedam a 60, com tudo estes serão obrigados a pagar a qualquer pessoa que os substitua, tendo para isso meios.¹⁰³

Artigo 204

Toda a pessoa que for achada nos campos a furtar espigas, uvas aboboras, feijões, ou outro qualquer objecto d'agricultura, pagará uma multa de 200 reis, não havendo parte accusadora.

Artigo 205

Toda a pessoa, que for encontrada em pomar, horta, nabal, ou jardim a furtar fructa, couves, nabos, flores, ou qualquer outro objecto, pagará a multa de 300 reis, não havendo parte accusadora.

Artigo 206

Toda a pessoa que for encontrada nas devêzas, soutos, e oliveas a apanhar landes, castanhas, azeitonas, ou a cortar lenha de carvalho, castanheiro, ou pinheiro, ou de qualquer outra qualidade que seja, pagará uma multa de 200 reis, a 1\$000 reis, conforme a quantidade dos objectos roubados.

§ unico. Na mesma pena incorrem as pessoas, que forem encontradas conduzindo a mesma lenha, ou aquellas a cuja porta for encontrada, lenha de arvores, que não tenham proprias, aonde bem a podessem cortar, não dando escusa legitima, e verdadeira que affaste a idéa de furto.

Artigo 207

Toda a pessoa que tirar casca às arvores alheias, qualquer que seja a sua qualidade, pagará uma multa de 200 reis até 2\$000 reis, segundo o damno que houver causado.

Artigo 208

Toda a pessoa que for encontrada a furtar matto, ou a conduzi-lo em feixes, ou lhe for achado à porta sem o ter seu, não dando escusa legitima, e verdadeira, que exima do furto, pagará uma multa de 200 reis até 1\$000 reis, alem da indemnisação.

Artigo 209

Toda a pessoa que roçar matto em sorte, ou terreno que não seja seu, pagará 1\$000 reis, e perderá o matto roçado, ou seu valor, que ficará para seu dono.

Artigo 210

Toda a pessoa que cortar, ou por alguma maneira fizer seccar arvores alheias, pagará 1\$000 reis de multa, além da indemnisação não havendo parte accusadora.

.....
¹⁰³ 1873, art. 143

CAPÍTULO XXI

Dos Gados, Bestas, Porcos, e Cães.

Artigo 211

Ninguém poderá trazer a pastar ovelhas, ou outros gados em terrenos abertos, sem que tenha sortes, ou seja monteador nesses mesmos montes, salvo havendo montes ou terrenos maninhos, com pena de pagar a multa de 100 reis por cada cabeça, que for encontrada a pastar.¹⁰⁴

Artigo 212

Ninguém poderá trazer a pastar boi, ou vaccas, bestas, porcos, ou ovelhas, sem que andem guardados por um Pastor, para que não commettam damno, ou passem para o pasto alheio; com a pena de 80 reis, por cada cabeça, e por cada vez que forem encontrados sem Pastor, podendo ser encerrados no Curral de Parochia.

Artigo 213

O dono do gado, bestas, porcos, ou ovelhas que forem encontrados a commetter damno, ou pastando em terreno alheio com Pastor, ou sem elle, pagará uma multa de 120 reis por cada cabeça, e por cada vez, que assim forem encontrados, além da indemnisação.¹⁰⁵

Artigo 214

Toda a pessoa que abrir, ou arrombar cancella, porta, parede, ou sebe de bouça, campo, deveza, ou matta de predio alheio, para metter dentro gado, bestas, porcos, ou ovelhas, ou dar occasião a que lá entrem, pagará uma multa de 1\$000 reis, além da indemnisação do damno que houver causado.

Artigo 215

O facto da achada dos animaes dentro dos prédios arrombados, ou abertos, é prova sufficiente para a imposição da pena do artigo antecedente ao dono desses animaes, verificando-se os seguintes quesitos: 1º que até àquell dia, ou noite, em que foram achados nos ditos predios estavam estes tapados; 2º não provando o dono dos animaes, que outra pessoa os mandára metter sem seu consentimento.

Artigo 216

Ficam prohibidas as cabras nos montes d'este Concelho, qualquer que seja a sua extensão, maninhos ou baldios, com Pastores, ou sem elles, e unicamente as poderá ter o Proprietario, ou pessoa que as conserve sempre em cortes fechadas, quinteiros murados, ou ainda nas suas proprias coutadas, porém de tal maneira peadas, que não possam saltar ao terreno alheio, monte maninho, ou baldio, e o dono de qualquer cabra, ou cabras, que appareçam pastando em terreno alheio, maninho, ou baldio, pagará por cada cabeça 120 reis, além da indemnisação.¹⁰⁶

Artigo 217

Toda a pessoa que tiver cão, que vá só matar as rezas ao monte, quer seja de noite, quer de dia, sem para isso ser instigado, o mandará matar, com pena de 1\$000 reis, além da indemnisação dos damnos que houver causado. Isto se entende, depois que seu dono for avisado das manhas do cão.

Artigo 218

Ninguém poderá lançar bestas para o monte, ou caminhos se não peadas, a fim de que não saltem aos campos, e predios dos vizinhos, com pena de 200 reis, além da indemnisação do damno.

.....
¹⁰⁴ 1873, art. 77

¹⁰⁵ 1873, art. 78

¹⁰⁶ 1873, art. 76

CAPITULO XXII

Do curral da Parochia.

Artigo 219

Haverá em cada freguezia rural deste Concelho um Curral de Parochia, para nelle se receberem, guardarem, e sustentarem os gados trazidos à coima. Dentro de três dias, contados da remessa official d'estas Posturas, cada Junta de Parochia rural com assistencia do Regedor, nomeará d'entre os homens bons da freguezia, um Lavrador de probidade e consciencia, para Curraleiro da Parochia: para este emprego, procurará quanto for possivel, Lavrador, que more em lugar commodo, e central, que tenha córte, ou quinteiros sufficientes para o alojamento dos gados em coima, e que tenha pensos necessarios para os sustentar.

§ unico. Desta nomeação se lavrará termo assignado pela Junta, e o nomeado será logo notificado pelo secretario para exercer o seu cargo, e este lhe entregará um exemplar das Posturas fornecido pela Camara. A Junta fará publico por Edital o nome, e morada do Curraleiro. O Regedor no praso de dois dias depois da nomeação participará à Camara a installação do Curral, nome, e morada do Curraleiro. A Junta, ou o Regedor que não cumprir as disposições deste artigo, pagará uma multa de 1\$000 reis.

Artigo 220

O Curraleiro é obrigado a receber, guardar, e sustentar com zelosa boa fé todos os animaes, que lhe forem levados, ouvida a declaração que lhe deve ser feita do motivo da Coima, para saber a pena em que incorre o seu dono.

§ unico. O Curraleiro perceberá 40 reis pela entrada no curral de cada manada de gado, bestas, porcos, ovelhas, ou cabras: os mesmos 40 reis perceberá se for uma só cabeça. Perceberá mais 20 reis por cada dia que os animaes, ou animal ahi se achar, além do dia da entrada. Perceberá mais o valor dos pensos, que na sua sustentação gastar.

Artigo 221

O dono dos animaes poderá resgatá-los no Curral, pagando a entrada, os dias, e seu sustento na fórmula do artigo antecedente, e pagando igualmente a quantia da Coima, ou deixando penhor, que chegue para ella. O Curraleiro que entregar os animaes sem receber a quantia da Coima, ou penhor d'ella, pagará a mesma Coima em duplo.

Artigo 222

Havendo passado tres dias sem que os donos dos animaes os venham resgatar, ou hajam reclamado perante o Juiz Eleito a injustiça do encerramento no curral, o Curraleiro dará parte ao Juiz Eleito para este proceder à arrematação do gado, e do seu producto, tiradas as despezas, e a Coima, se fará deposito para ser entregue a quem de direito pertencer.

Artigo 223

É prohibido ao dono dos animaes, e a qualquer outra pessoa, tira-los do poder de quem os leva para a Coima, pena de 1\$200 reis. A mesma pena pagará toda a pessoa que os tirar do Curral da Parochia sem consentimento do Curraleiro, na forma da Ord. L.º 5.º tit. 87 § 3.

§ 1º O Conductor dos animaes, que se vir embaraçado deve chamar – à voz d'El-Rei – pois que o seu serviço é praticado por virtude do Ministério Municipal; e em cumprimento da Lei; toda a injuria que se lhe fizer é impedimento de diligencia, e resistencia à Justiça publica. O Juiz Eleito, Regedor de Parochia, e Cabos de Policia são obrigados a auxiliar o cumprimento d'esta diligencia, prendendo em flagrante quem pretender impedi-la.

§ 2º No caso de impedimento, o Regedor de Parochia é obrigado a dar à Camara dentro de 24 horas parte circunstanciada e por escripto de todo o impedimento posto à conducção dos gados à Coima, ou da tirada d'elles do Curral da Parochia, com pena de 1\$000 reis.

Artigo 224

Toda a pessoa que levar, ou mandar animaes a encerrar no Curral de Parochia, e fóra dos casos estabelecidos pelas presentes Posturas, pagará 400 reis por cabeça, além da indemnisação.

CAPITULO XXIII

Dos Caminhos nos montados, e atravessadoiros, que devassam as Casas, e os Campos dos visinhos, com outras providencias.

Artigo 225

Ninguém poderá deixar e desprezar um caminho já feito, e seguido, para a seu arbitrio abrir outro nos montados, que produzirem matto de roço, sem licença do dono do terreno, e sendo baldio, ou maninho sem licença da Camara Municipal; com pena de 500 reis, além da indemnisação do prejuizo que causar.

Artigo 226

Ninguém poderá fazer carreiros pela propriedade d'alguma pessoa com o fim de incurrir a estrada, pena de 500 reis, além da indemnisação.

Artigo 227

Todo o Lavrador, Proprietario ou Caseiro, que pelo seu gado deixar espontar as vergontas, ou renovos das arvores fructíferas, e vides dos seus visinhos, pagará a multa de 200 reis, além de ficar responsavel pelo damno causado.

Artigo 228

As pessoas que tiverem densos pinhaes, bosques, ou quaesquer arvoredos juntos das estradas publicas, em lugar ermo, e deserto, são obrigados a desbastar taes arvoredos, de maneira, que na sua maior proximidade haja pelo menos a distancia de sete pés d'uma a outra arvore, com pena de 1\$200 reis.

Artigo 229

Todo o Lavrador, Jornaleiro, Mestre, ou Official d'officio, que abandonando o seu trabalho se occupar na caça, e no jogo com dissipação de sua fortuna, pagará uma multa de 2\$000 reis; na mesma pena incorrerá o dono do jogo, ou da casa onde elle estiver.

Artigo 230

Nenhuma pessoa poderá usar de pau com choupa, sob pena de lhe poder ser tirado por qualquer Cabo de Policia, Official de diligencias, ou Zelador da Camara, e pagar a multa de 300 reis.

CAPITULO XXIV

Da Caça e Pesca.

Artigo 231

Nenhuma pessoa poderá caçar nos tempos defezos, e por modo defezo; com pena de 2\$000 reis.

Artigo 232

São tempos defezos nesta Provincia do Minho para caçar perdizes, e codornizes, os mezes de Abril, Maio, Junho, Julho, e Agosto, e bem assim o tempo da neve em quanto esta cobrir a terra.¹⁰⁷

Artigo 233

É modo defezo de caçar as perdizes, e codornizes, em todo e qualquer tempo do anno, a armadilha de boiz, laço, fio d'arame, ou qualquer outra.¹⁰⁸

.....
¹⁰⁷ 1873, art. 23

¹⁰⁸ 1873, art. 24

Artigo 234

É prohibido tirar ou quebrar os ovos das perdizes, ou codornizes, pena de 2\$000 reis.

§ unico. Se forem tirados, ou quebrados por um menor de 14 annos, serão seus pães responsaveis, e lhe mandarão dar o castigo devido.¹⁰⁹

Artigo 235

Na mesma pena do artigo antecedente incorrem todos os que apanharem, ou matarem as perdizes, ou codornizes pequenas.

Artigo 236

São tempos defesos nesta Provincia do Minho para a caça dos coelhos, e lebres, os mezes de Março, Abril, e Maio, e bem assim o tempo da neve, quando esta cobrir a terra.¹¹⁰

Artigo 237

Toda a pessoa, que entrar em quinta, ou prédio murado com intento de caçar sem previa licença de seu dono, pagará por cada vez 2\$400 reis, além da indemnisação, se pelo dono da quinta lhe não fôr demandada e exigida a pena estabelecida na Lei do 1º de Julho de 1776 §§ 1º e 2º.

Artigo 238

A caça é permittida sómente às pessoas que tão nas circumstancias determinadas na 4ª Ordenança do Alv. Do 1º de Julho de 1776, e por isso toda aquella pessoa que fóra destas circumstancias caçar com espingarda, furão, redes, matilha de cães, ou outros quaesquer instrumentos de caça, ainda nos mezes não defesos e por modo não defeso; pagará uma multa de 2\$000 reis.

Artigo 239

Toda a pessoa que pescar nos tempos defesos e por modo defeso, pagará uma multa de 2\$000 reis.

Artigo 240

São tempos defesos para a pesca em rios e lagôas d'agoa doce os mezes de Março, Abril, e Maio: exceptua-se a pesca com cana e anzol.¹¹¹

Artigo 241

È modo defeso para a pesca, caçar com peixe em qualquer tempo do anno com rede de malha da que marca o padrão do Concelho, que é de uma polegada e um quarto, e bem assim com rede varredoura, lençoes, trasmalhos, ou galritos dobrados.¹¹²

Artigo 242

Toda a pessoa, que em qualquer tempo do anno, lançar nos rios, lagôas, ou regatos truvisco, barbasco, coza, cal, ou outro qualquer veneno, com que se mate o peixe: pagará a multa de 2\$400 reis.

CAPITULO XXV

Dos Zeladores, e execução das Posturas

Artigo 243

À Camara, ou Vereador Fiscal, e ao Administrador do Concelho por seus respectivos officiaes incumbe a inspecção, e fiscalisação das Posturas em todo o Concelho. Ao Juiz Eleito, e seu Escrivão, ao Regedor de Parochia e seu escrivão e Cabos de policia, pertence o cumprimento dellas em cada Parochia.

.....
¹⁰⁹ 1873, art. 24

¹¹⁰ 1873, art. 25

¹¹¹ 1873, art. 28

¹¹² 1873, art. 29

Artigo 244

Em cada uma das Parochias deste Concelho haverá dous Zeladores nomeados pela Camara, e tres na Villa.¹¹³

Artigo 245

É da obrigação dos Zeladores accusar as quoimas perante o respectivo Juiz eleito, promover e solicitar a condemnação dos infractores.¹¹⁴

Artigo 246

Os Zeladores são obrigados por dever de seu officio a accusar a quoima devida pela transgressão das Posturas. Aquelle que sendo avisado pela parte prejudicada, ou por qualquer pessoa para accusar uma quoima, o não fizer, incorrerá nas penas declaradas na respectiva postura, salvo contra elle o direito do queixoso.

§ unico. São obrigados do mesmo modo a conduzir na Villa ao Curral do concelho, e fora ao curral da Parochia os gados e quaesquer animaes que foram achados em contravenção às Posturas, debaixo da mesma pena.¹¹⁵

Artigo 247

Qualquer Zelador da Villa logo que accusar alguma transgressão e houver condemnação, é obrigado a participá-lo immediatamente à Camara; e quando assim o não faça, será condemnado no valor da postura correspondente.

Artigo 248

As multas impostas pelos Juizes Eleitos da Villa serão entregues ao Thesoureiro da Camara: As das freguezias ruraes serão entregues ao Thesoureiro da Junta de Parochia para este dar dellas conta, e fazer entrega em cada biennio, ou quando a Camara lhe determinar, ao Thesoureiro do Concelho.

§ unico. A Camara pode nomear um Thesoureiro especial para arrecadar.¹¹⁶

Artigo 249

Os Thesoueiros de Parochia terão um quaderno rubricado pelo Presidente da Camara em que irão lançando as penas que entrarem por verbas assignadas pelo Juiz Eleito e seu Escrivão, sendo escriptas as quantias por extenso, e puchadas à margem por algarismos. As contas lhe serão tomadas por este quaderno, e nas sommas com que entrar para o cofre do Concelho lhe serão abonados dous por cento em premio de cobrança.¹¹⁷

Artigo 250

O Juiz Eleito é a autoridade competente para conhecer e julgar das transgressões das Posturas, e condemnar os transgressores nas penas dellas, na forma do artigo 145 da Noviss. Ref. Judic.

Artigo 251

Apresentando-se um queixoso, Zelador, ou qualquer pessoa para isso authorisada, arguindo a infracção d'alguma postura, o juiz Eleito mandará pelo seu Escrivão lavar no livro competente o auto de accusação na forma dos artigos 236, e 241 da Noviss. Ref. Judic.¹¹⁸

CAPITULO XXVI

Disposições geraes.

Artigo 252

Se qualquer dos presentes Accordãos ou posturas contiver disposição e sancção sobre o objecto providenciado por Lei geral, sómente se poderá accusar a pena imposta por esta Lei geral e perante o Tribunal competente, e não a do Accordão, ou Postura.¹¹⁹

.....

¹¹³ 1873, art. 153

¹¹⁴ 1873, art. 154

¹¹⁵ 1873, art. 155

¹¹⁶ 1873, art. 156 e 157

¹¹⁷ 1873, art. 158

¹¹⁸ 1873, art. 159

¹¹⁹ 1873, art. 168

Artigo 253

Todas as penas impostas em todos, e cada um dos artigos destas posturas, se entendem duplicadas e triplicadas, conforme as reincidências, ainda que esta declaração não seja expressa em todos, e cada um dos artigos das mesmas Posturas – com tanto porém que não excedam a 20\$000 reis, porque esta quantia será sempre o maximo das penas.¹²⁰

Artigo 254

Toda a pena estabelecida nestas Posturas ou Accordão, duplicada ou triplicada, se entende ser para o Concelho, não havendo expressa applicação em contrario.

§ 1º A metade da pena singela, duplicada, ou triplicada, pertence ao denunciante, que tanto pôde ser o Zelador, como outra qualquer pessoa.

§ 2º Na concorrência do denunciante (que tambem pôde ser a parte offendida) e o Zelador, prefere sempre o denunciante que não é Zelador.¹²¹

Artigo 255

A parte prejudicada pôde accusar a coima, ou avisar o Zelador para que o faça; neste segundo caso a meação da pena fica pertencendo ao Zelador que accusa.¹²²

Artigo 256

A Junta de Parochia, Juiz Eleito, Regedor, e Cabos de Policia que não cumprirem, nem responderem a alguma ordem da Câmara em serviço público ou Municipal, pagarão pela primeira vez a multa de 1\$000 reis, além dos prejuizos causados pela omissão: e pela segunda serão autoados para serem punidos na forma determinada no artigo 364 do Noviss. Codigo Administrativo: Estes disposições tambem são applicaveis aos Zeladores da Camara nas diversas Parochias do Concelho.

Artigo 257

Se alguma pessoa condemnada em pena pecuniaria por effeito das presentes Posturas, for tão pobre que não tenha com que satisfaça a importancia da mesma pena, será competentemente autoada, e remetida a culpa ao poder Judiciário a fim de que seja convenientemente punida.¹²³

Artigo 258

Ficam sem effeito algum todas as Posturas anteriores, que se acham expressamente revogadas pelos presentes Accordãos: Ficam todavia em seu pleno vigor todas aquellas Posturas anteriores que nos presentes Accordãos se não acham claramente especificadas.¹²⁴

Artigo 259

Para a execução das Posturas que dizem respeito à Villa, são os limites desta fixados para o lado do Sul e local da Boa-vista a casa que alli edificou junto da nova estrada, Diogo José da Silva; para o lado do Poente até o local das almas da Segonha; para o lado do Norte, o local das Cruz velhas, e para o Nascente o local da Bandeira junto da nova estrada, comprehendendo em circunferencia todo o terreno que fica dentro desta linha, e bem assim são fixados os limites da Villa para o lado da Ponte de S. Thiago Dantas, até o Cruseiro collocado junto da estrada da dita freguezia no lugar da Feira.¹²⁵

.....
¹²⁰ 1873, art. 160

¹²¹ 1873, art. 161

¹²² 1873, art. 162

¹²³ 1873, art. 163

¹²⁴ 1873, art. 169

¹²⁵ Postura de 10 de Abril de 1880

Art. Único – Os limites d'esta villa, são fixados pelos pontos seguintes; pelo Poente, a estação do caminho de ferro do Minho, pelo Sul, a parte em que a estrada do Porto é atravessada pelo ribeiro da villa, pelo Nascente, o extremo do Campo da Feira, até intestar no campo dos herdeiros de Manoel José Ferreira d'Araújo, pelo Norte, até à capella de S. Vicente, comprehendendo em circunferencia todo o espaço que fica dentro d'estes pontos.

Artigo 260

Estes Accordãos, e Posturas logo que forem approvadas pelo Concelho de Districto, serão impressos e publicados, distribuindo-se gratuitamente um exemplar a cada Empregado publico deste Concelho, o qual o passará a seu successor, pois que pertence ao Empregado e não à pessoa. Serão além disto expostos à venda para mais se generalisar o seu conhecimento.¹²⁶

Villa-Nova de Famalicão, em Camara de 3 de Janeiro de 1853; e eu José Joaquim Ribeiro de Campos, escrivão, subscrevi.

Lino José de Sousa Ferreira
Presidente

António José Velloso Guimarães
Fiscal

António José da Costa
Manoel Carvalho Miranda
Narciso António Ferreira
José Lourenço da Silva Porto
João António Gomes

4. O Código de Posturas de 1873

CÓDIGO
DE
POSTURAS MUNICIPAES
DO
CONCELHO
DE
VILLA NOVA DE FAMALICÃO

CAPÍTULO I

Açambarcadores

Art. 1º

É prohibido aos regatões ou regateiras comprar por si, ou por interposta pessoa, nos mercados da villa e do concelho, ou nas estradas que a elles se dirigem, qualquer género alimentício, até à hora do meio dia, sob pena de 500 réis de multa.

§ único. Na mesma pena incorre qualquer outra pessoa, que, antes da hora designada, comprar, por atacado, dos dictos géneros.

Art. 2º

Também é prohibido comprar por junto, ou para revender, antes da hora designada no artigo antecedente, quer seja nos mercados, quer nas estradas ou caminhos:

1º Porcos de seba, sob multa de 1\$000 réis;

2º Lans, sob multa de 500 réis;

3º Molhos de lenha, canhotos ou achas, sob multa de 500 réis;

4º Em geral, qualquer género ou objecto de consumo, não declarado neste e no precedente artigo, sob multa de 500 réis.

.....
¹²⁶ 1873, art. 170

CAPÍTULO II

Açougues

Art. 3º

É proibido abrir novos açougues ou transferir os actuaes para local diverso d'aquelle em que se acham, depois da publicação do presente código, sem previa licença da Câmara Municipal, sob multa de 3\$000 réis.

§ único. Concedida a licença, observarão os fornecedores todas aquellas obrigações, que por este código lhes são impostas, para o que assignarão previamente o respectivo termo, importando a quebra d'este o incorrer em uma multa de 2\$000 réis, e ser-lhes cassada a licença.

Art. 4º

Aquelles açougues, que não se acharem nas devidas condições, quer por falta de dimensões convenientes, quer pela estreiteza do local, serão mandados fechar pelo Administrador do Concelho, não podendo continuar alli a venda de carnes verdes quinze dias depois de se verificar a intimação, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 5º

É expressamente prohibido a todo o fornecedor vender no seu talho tripas verdes ou seccas, meúdos de boi, ou de outra qualquer rez, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 6º

A Câmara designará o logar onde poderão ser vendidos os meúdos das rezes que forem abatidas. A exposição à venda, em logar diverso do designado, faz incorrer o infractor na multa de 1\$000 réis.

Art. 7º

É prohibido ao fornecedor ter a carne encostada à parede sem que inferiormente tenha collocado um panno lavado, ou oleado, ou taboa sempre limpa, de maneira que não appareçam nódoas de sangue; podendo comtudo serem estes objectos dispensados, quando as paredes do talho forem forradas de azulejo, sendo igualmente prohibido aos mesmos fornecedores ter a carne pendurada nas ombreiras das portas, de maneira que embarace o transitio publico, ou a entrada para os talhos, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 8º

Todo o carniceiro, que não fizer esfregar e limpar devidamente os açougues, incorrerá na pena de 1\$000 réis de multa; incorrendo igualmente na mesma pena todo o fornecedor que não cair o seu talho quatro vezes no anno – Natal, Paschoa, S. João e S. Miguel.

Art. 9º

Todo o contractador, que não tiver a carne coberta com um panno bem lavado nos mezes de Junho, Julho, Agosto e Setembro, pagará uma multa de 1\$000 réis.

Art. 10º

Todo o fornecedor, que não deixar a balança sempre livre para ser certo o peso da carne, e não tiver as conchas da mesma afastadas dez centímetros do pavimento do balcão, e equilibradas, ou defraudar o comprador, subtrahindo ao peso da carne, pagará uma multa de 2\$000 réis, alem da indemnisação.¹²⁷

.....
¹²⁷ Postura de 3 de Julho de 1891

Art. 1º – Os donos dos estabelecimentos, onde se vendem carnes verdes, são obrigados a terem, nos respectivos estabelecimentos e em logar conveniente para o publico, uma meza e n'ella uma balança com os competentes pezos, para que qualquer pessoa possa verificar a exactidão do pezo da carne comprada.

Art. 2º – O dono do estabelecimento, que não satisfizer ao disposto no artigo antecedente, incorre, pela primeira vez, na multa de 5\$000 réis, pela segunda, na de 10\$000 réis, e, pela terceira, na de 20\$000 réis.

Art. 11º

Os fornecedores são obrigados a vender aos pobres carne até ao peso de 125 grammas, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 12º

Os fornecedores são obrigados, havendo carne de diferentes preços, a separar cada uma das mesmas carnes, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 13º

Os fornecedores, que venderem a carne de preço menor pela do maior, pagarão a multa de 2\$000 réis.

Art. 14º

Os fornecedores são obrigados a ter toda a carne patente ao publico. Aquelle que occultar a de um preço para obrigar o comprador a leval-a d'outro, pagará a multa de 2\$000 réis.

Art. 15º

Os fornecedores são obrigados a não demorar maliciosamente os compradores, devendo aviar os primeiros que chegarem, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 16º

Os fornecedores que não estiverem sempre promptos no açougue publico para venderem a carne ao povo, no verão às 6 horas da manhã, e no Inverno às 7 horas, serão multados em 1\$000 réis.

Art. 17º

Os carnicheiros, marchantes, contractadores e fornecedores, ou quaesquer outras pessoas, que practicarem conluio, suborno, monopólio, ou qualquer arranjo a fim de fazerem augmentar o preço da carne, que nenhuma proporção tenha com o preço do gado, pagará a multa de 20\$000 réis.

CAPÍTULO III

Animaes (mortos)

Art. 18º

É prohibido lançar animaes mortos nos regatos ou ribeiros d'esta villa, nos tanques das fontes publicas, nas ruas, praças ou campos próximos. Por cada besta que deixar de ser enterrada em logares remotos d'esta villa, e profundamente, não tendo a cova pelo menos 1,50m de profundidade, pagará o infractor 2\$000 réis de multa; por cada gato ou animal pequeno, encontrado nas mesmas circumstancias, 500 réis; podendo as multas ser substituidas, aquella por quatro dias de prisão, e esta por vinte e quatro horas.

CAPÍTULO IV

Arvoredos

Art. 19º

É expressamente prohibido subir às arvores plantadas nos logares públicos, prender, pendurar ou encostar a ellas alguma cousa, ou colher-lhes os fructos ou folhas (excepto as das amoreiras com previa auctorisação da Câmara), sob pena de 500 réis de multa.

Art. 20º

Incorre na multa de 4\$000 réis todo aquelle que arrancar, quebrar, descascar ou de qualquer modo destruir as árvores ou os caixões de resguardo, alem da indemnisação do prejuizo a que deu causa.

CAPÍTULO V

Aves

Art. 21º

É proibida a divagação de aves pelas ruas, praças ou passeios da villa, de qualquer espécie que sejam, sob pena de ser imposta ao dono das aves a multa de 100 réis por cabeça.

CAPÍTULO VI

Bacalhau

Art. 22º

É expressamente proibido seccar bacalhau nas ruas, praças ou logares públicos, sob pena de 1\$000 réis de multa.

CAPÍTULO VII

Caça e pesca

Art. 23º

É tempo defezo, neste concelho, para caçar perdizes os mezes de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro, e bem assim o tempo do anno em que a superfície da terra estiver coberta de neve. Para a caça das codornizes é tempo defezo os mezes referidos, à excepção do de Setembro.¹²⁸

Art. 24º

É defezo o caçar as perdizes e codornizes, em qualquer tempo do anno, com a boiz, laço, fio de arame, ou qualquer outra armadilha, e bem assim com reclame e espera traiçoeira, e ainda quebrar-lhes os ovos, destruir-lhes os ninhos, ou apanhar-lhes a criação.

§ único. Nos tempos não defezos só é permitido caçar, com arma de fogo, as perdizes e codornizes àquellas pessoas, que estiverem munidas da competente licença para uso e porte d'armas.

Art. 25º

É tempo defezo, neste concelho, para a caça dos coelhos ou lebres, os mezes de Março, Abril, Maio e Junho, e bem assim o tempo do anno em que a superfície da terra estiver coberta de neve.

Art. 26º

É defezo caçar coelhos ou lebres, em qualquer tempo do anno, com rede, laço, ou fio de arame, à espera, ou qualquer outro modo traiçoeiro.

§ único. No tempo não defezo é permitido caçar coelhos ou lebres, com arma de fogo, tão somente às pessoas que estiverem munidas da licença mencionada no § único do artigo 24.¹²⁹

.....
¹²⁸ Postura de 22 de Setembro de 1887

Art. 1º – É tempo defezo n'este concelho, para caçar perdizes, coelhos ou lebres, o tempo do anno que decorre desde 1 de março até 15 de setembro; e bem assim aquelle em que a superfície da terra estiver coberta de neve.

Para a caça das codornizes, é tempo defezo o período referido, com excepção da primeira quinzena de setembro.

Art. 2º – Ficam revogadas as disposições contidas nos artigos 23 e 25 do código de posturas municipaes, e quaesquer outras em contrario, e substituídas pelas do art. 1º da presente postura.

¹²⁹ Postura de 15 de Março de 1899

Edital. A Câmara Municipal do concelho de Villa Nova de Famalicão faz publico que, por deliberação de 15 de março, do corrente anno, superiormente approvada, resolveu alterar e substituir os artigos 26º e 27º do Código de Posturas Municipaes, d'este concelho, pela forma seguinte:

Art. 26º – É defezo caçar coelhos ou lebres, em qualquer tempo do anno, com rede, laço ou fio de arame, à espera ou de qualquer outro meio traiçoeiro.

Art. 27º

O furão somente é permitido para deslocar o coelho; sendo proibido, porem, arredar as portas da toca, e isto mesmo só desde o 1º de Outubro até o ultimo dia do mez de Fevereiro.

Art. 28º

É tempo defezo para a pesca os mezes de Março, Abril e Maio, excepto com vara ou cana de anzol.

Art. 29º

É defezo o pescar peixe, alem do modo declarado no artigo 255 e seus §§ do Código Penal, com rede cuja malha for inferior a quatro centímetros, e de noute à luz ou lumieira.

CAPÍTULO VIII

Cães

Art. 30º

É prohibido ter cão ou cadella, galgo ou galga, quando qualquer d'estes animaes tiver a manha de morder surrateiramente e sem ladrar, ou atacar os demais animaes domésticos, excepto trazendo açamo, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 31º

Aquelle que tiver cão ou cadella, galgo ou galga, em que se manifestem symptomas de hydrophobia, ou que tenha sido mordido por outro hydrophobo, fal-o-há immediatamente matar, sob pena de 4\$000 réis de multa.

Art. 32º

Todo o cão ou cadella, galgo ou galga, que apparecer dentro da villa sem colleira, tendo na mesma ggravado ou por qualquer forma posto o nome d'aquelle a quem pertencer, será mandado matar pela Câmara.

Art. 33º

É prohibido prender aos cães ou cadellas, galgos ou galgas, vasos de folha, louça ou qualquer outro objecto, que os faça correr pelas ruas ou qualquer outro sitio publico, sob a multa de 1\$000 réis, alem da indemnisação por qualquer damno causado.

CAPÍTULO IX

Canos

Art. 34º

É expressamente prohibido abrir canos, minas, poços ou pedreiras nas ruas e praças d'esta villa, estradas ou caminhos públicos do concelho, sem previa licença da Câmara, a qual só poderá ser concedida depois que o impetrante tiver depositado no cofre municipal uma quantia equivalente ao estrago provável, que causar na rua, praça, estrada ou caminho, ou der fiança idónea em que se comprometta, por meio de termo, a repor tudo no estado em que se achara antes da feitura da obbra, sob pena de 5\$000 réis de multa.

§ único. No caso de ter feito o deposito não poderá este levantar-se do cofre municipal, senão depois que se tiver verificado que a rua, praça, estrada ou caminho não ficou damnificado com a obra particular.

.....
§ 1º É defezo também usar de furão na caça de coelhos.

§ 2º No tempo não defezo, é permitido caçar coelhos ou lebres, com arma de fogo, tão somente às pessoas que estiverem munidas da licença mencionada no § único do artigo 24º.

Art. 27º – Será punido com a multa de 1\$000 a 5\$000 réis o dono de cão ou cães de busca, ou de caça, que forem encontrados, sós, buscando ou caçando.

Art. 35º

Se o encanamento não poder terminar-se de sol a sol, será o dono da obra obrigado a collocar anteparos na extensão de toda a obra, para evitar que alguém seja prejudicado, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 36º

Ninguém poderá ter sobre as ruas ou logares públicos d'esta villa, canos de barreiros ou de quaesquer despejos, com pena de 2\$000 réis de multa, e serem retirados à sua custa.

§ único. Serão comtudo permitidos taes canos de forma que não impeçam o transito publico, ficando enterrados no chão e sumindo-se por elles a immundicie.

CAPÍTULO X

Carros

Art. 37º

É prohibido aos carreteiros ou carreiros o seguinte:

- 1º Calçar os carros com pedra, ou cousa que abandonem em seguida na estrada ou rua;
- 2º Fazer correr ou desgovernar o gado;
- 3º Trazer os carros antepostos e sem que os bois sejam guiados pela soga;
- 4º Trazer, dentro dos limites da villa, os carros a cantar ou a chiar;
- 5º Parar com o carro na rua ou caminho publico mais que o tempo necessário para carregar ou descarregar;
- 6º Obstruir a estrada, ou rua, parando junto de outro carro e na mesma linha, ou de forma que não deixe o transito livre, devendo formar cordão com outro carro parado;
- 7º Ter os carros parados sobre os passeios, ou conduzi-los por cima d'elles, ou pelas valletas ou guias;
- 8º Carregar os carros com pesos superiores às forças dos animaes;
- 9º Atravessar-os nas ruas para carregar ou descarregar;
- 10º Tractar o gado com crueldade;
- 11º Trazer o gado debaixo de trabalho, estando, ou muito magro, ou muito ferido;
- 12º Trazer menores de 14 annos guardando os bois;
- 13º Obstruir os passeios ou ruas com volumes que descarregarem, ou que se propozarem carregar;
- 14º Deixar de dar a direita aos carros de conducção puxados por cavallos, vehiculos ou trens, que encontrarem em direcção opposta.

§ único. A infracção de qualquer d'estas disposições será punida com 500 réis de multa.

CAPÍTULO XI

Casas de comer

Art. 38º

Todo o proprietário, administrador ou proposto de casas de comer, observará sempre e fará observar que nas mesmas haja a maior decência e limpeza, e bem assim obstará a que haja alterações, ou que se offenda a moral publica, sob pena de 500 a 2\$000 réis de multa.

Art. 39º

É igualmente prohibido, sob a pena estabelecida no artigo antecedente, cosinhar nas mesmas casas peixe, carne, ovos ou outros quaesquer comestíveis, junto às ombreiras das portas, e bem assim ter serviçaes com moléstias contagiosas.

Art. 40º

Todo o taberneiro, estalajadeiro, pasteleiro ou dono de qualquer casa ou estabelecimento, onde forem encontrados comestíveis ou quaesquer géneros avariados, corruptos e nocivos à saúde publica, pagará uma multa de 2\$000 réis até 10\$000 réis, segundo a quantidade de comestíveis e géneros que assim lhe foram encontrados, alem de lhe serem tomados e inutilisados, pela auctoridade competente, os comestíveis e géneros avariados e corruptos.

CAPÍTULO XII

Cavalgaduras

Art. 41º

O dono de qualquer animal, muar, asinino ou cavallar, em que se manifestem signaes de mormo ou laparões, será obrigado a isolal-o immediatamente dos outros animaes, e a mandal-o matar se os laparões não cederem logo ao tractamento; fazendo em seguida cair, por três vezes successivas, as mangedouras e paredes da cavallariça, onde esteve o animal atacado, sob pena de 5\$000 réis de multa.

Art. 42º

É expressamente prohibido limpar, curar, ferrar, ou sangrar alguma cavalgadura em rua, praça ou caminho publico, sob pena de 1\$000 réis de multa.

§ único. Aos ferradores é prohibido ter bancos de ferrar em ruas, praças ou caminhos públicos, sob a multa comminada neste artigo.

CAPÍTULO XIII

Cavalleiros

Art. 43º

É prohibido galopar pelas ruas e praças da villa, sob pena de 500 réis de multa, alem da reparação de prejuízo de terceiro.

Art. 44º

Incorrerá na multa de 500 réis quem prender qualquer cavalgadura a grades ou argolas nas ruas ou praças publicas, bem como a qualquer arvore, ou respectivo caixão de resguardo, mandada plantar pela Câmara, ou conserval-a sobre os passeios ou sítios de muito transitio.

CAPÍTULO XIV

Chaminés

Art. 45º

Todos os moradores d'esta villa são obrigados a terem limpas as chaminés de suas habitações, para que se não pegue fogo à ferrugem ou fuligem, sob pena de 2\$000 réis de multa.

CAPÍTULO XV

Cloacas

Art. 46º

É prohibido ter cloacas juncto às ruas, praças, terreiros ou caminhos publicos, sem que estejam hermeticamente fechadas, e de modo que não exhalem máos cheiros, sob pena de 2\$000 réis de multa, e serem mandadas demolir pela Câmara à custa do contraventor.

CAPÍTULO XVI

Crivações

Art. 47º

É prohibido crivar nas ruas ou praças publicas arroz, carvão, ou outro qualquer género, sob a pena de 500 réis de multa.

CAPÍTULO XVII

Degraus

Art. 48º

É prohibido collocar degraus exteriores às soleiras das portas, permitindo-se somente os que forem absolutamente indispensáveis, sendo estes feitos e collocados na forma designada pela Câmara, com pena de 1\$000 réis de multa, e serem removidos à custa de seu dono.

CAPÍTULO XVIII

Desabamentos

Art. 49º

O proprietário ou usufructuario de prédios rústicos ou urbanos, cujos muros, edificios ou terras desabarem por effeito de temporal, estado de ruína ou má construcção, é obrigado a remover os entulhos ou materiaes para dentro do seu prédio, ou sitio designado pela Câmara, no praso de cinco dias, sob pena de ser feito pelo Município à custa do proprietário ou usufructuario, e pagar, alem d'isso, uma multa de 5\$000 réis.

§ único. Se o desabamento for para as ruas, praças ou estradas municipaes, essa remoção será feita no praso de três dias, sob a mesma pena.

CAPÍTULO XIX

Ensambladores ou carpinteiros

Art. 50º

É prohibido aos ensambladores e a todos os operários de idênticos ou outros officios, por obras ou madeiras fora das ombreiras das portas, bem como trabalhar nas ruas ou passeios públicos, sob a multa de 500 réis.

CAPÍTULO XX

Entulhos

Art. 51º

É prohibido lançar entulho de qualquer espécie nas ruas e logares publicos, e fora do sitio designado pela Câmara, sob pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 52º

Os entulhos, provenientes de edificações, demolições, reconstrucções, concertos ou limpesas dos telhados não poderão accumular-se em frente da propriedade, d'onde provieram, mais de 48 horas, dentro de cujo praso serão removidos, sob pena de 1\$000 réis de multa, e serem levantados pelo Município à custa do proprietário.

§ único. Quando a obra tiver sido feita por empreitada, pesa toda a responsabilidade sobre o empreiteiro.

CAPÍTULO XXI

Estradas e caminhos

Art. 53º

Ninguem, pelas ruas d'esta villa, estradas ou caminhos do concelho, poderá conduzir paus ou canhotos de rastos, ou em zorras que não tenham rodas, ou que, tendo-as, sejam tão baixas que permittam que os paus ou canhotos rastejem por ellas, com pena de 1\$000 réis de multa, alem da indemnisação de qualquer prejuízo.

Art. 54º

Ninguem poderá fazer casa, paredes, socalco, ou outra qualquer obra, que de qualquer modo estreite ou aperte a estrada ou caminho publico, com pena de 5\$000 réis de multa, alem de ser tudo restituído ao antigo estado em que se achava, à custa do contraventor.

Art. 55º

Ninguém poderá lançar nas estradas ou caminhos do concelho ou nellas deixar canhotos, pedras ou qualquer outro objecto, que obstrua ou embarce a passagem, com pena de 1\$000 réis de multa, e serem retirados à custa do contraventor.

Art. 56º

Ninguém poderá lançar aguas ou fazer despejos de enxurros das suas terras para as estradas e caminhos, sob pena de 5\$000 réis de multa.

§ 1º Os que até aqui costumam fazel-o, ou de futuro assim o pretendam, são obrigados a dar-lhes desvio, e a fazer, para esse fim, os depósitos, regos ou aqueductos que a Câmara determinar.

§ 2º Os donos de prédios immediatos às estradas serão, para este fim, obrigados a darem rego ou passagem às dictas aguas, segundo se lhes determinar, pena de se fazerem à sua custa.

Art. 57º

É prohibido ter, sem licença da Câmara, aberto nos montes, estradas e caminhos, ou proximidades d'aquellas e d'estes, mina, poço, óculo, boqueirão ou qualquer outra caverna, sem que, durante a obra, esteja defendida com tapamento forte, sendo depois de concluída tudo tapado com a maior segurança, sob a pena de 5\$000 réis de multa, alem da indemnisação do damno que causar, e tudo será tapado à custa do contraventor.

Art. 58º

Toda a pessoa, a quem se alagar alguma parede, socalco ou terra sobre a estrada ou caminho, é obrigada a reedificá-la immediatamente, e a repor a passagem franca e livre, sob a pena de 4\$000 réis de multa.

Art. 59º

O cultivador de prédio confrontante com a estrada ou caminho publico é obrigado a aparar as silvas e quaesquer outros arbustos, que impeçam o transito publico, na primeira segunda-feira de cada mez, e, sendo dia sanctificado, no immediato que o não seja, sob a pena de 500 réis de multa.

Art. 60º

Toda a pessoa, que passar com carro por cima dos passeios, taludes e bermas das estradas geraes ou municipaes de novo construidas ou sensivelmente melhoradas, incorre na multa de 1\$000 réis.

§ único. Nenhum carro de bois poderá transitar por estas estradas, quando as chapas das rodas não tenham de largo sete centímetros; o contraventor incorre na multa de 1\$000 réis.

Art. 61º

Toda a pessoa, que não guardar devidamente o gado, inclusive o suino, de modo que nem destrua os gradeamentos feitos, ou que se houverem de fazer ao longo das estradas mencionadas no artigo antecedente, nem trepe pelas rampas ou taludes, ou coma as plantações, que se costumam fazer para conservação das mesmas, incorre na multa de 1\$000 réis.

CAPÍTULO XXII

Estrumes e estrumeiras

Art. 62º

É prohibido tirar os estrumes das cloacas antes das 11 horas da noute, e depois de nascer o sol, sob a pena de 2\$000 réis de multa.

§ único. Será comtudo permitido tirar os estrumes de cavalliça a qualquer hora, comtando que se não juncte a elles qualquer immundicie.¹³⁰

¹³⁰ Postura de 22 de Abril de 1896

Art. 62º – É prohibido tirar os estrumes das cloacas, cavalliças e d'outros quaesquer logares antes das 11 horas da noute e depois de nascer o sol, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Fica assim sem vigor o art. 62º e seu § único do código de posturas municipaes, e substituído por aquelle.

Art. 63º

O dono da testada d'onde tiver sahido qualquer estrume é obrigado a mandal-a lavar immediatamente, sob pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 64º

Nenhum morador d'esta villa poderá fazer estrumeiras em qualquer sitio publico; as que se fizerem em quintaes ou outro lugar particular só são permittidas, se d'ellas não resultarem máos cheiros, que incommodem os visinhos; nem tão pouco, dadas as mesmas circumstancias, poderá demorar por muito tempo os estrumes na cloaca, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 65º

Ninguem poderá apanhar estrume, ou lixo, nas ruas e praças d'esta villa, som sachola ou outro instrumento de ferro, que as estrague ou damnifique, com pena de 500 réis de multa, alem da responsabilidade do damno.

§ único. Os estrumes e lixos somente poderão ser apanhados com vassoura, ou rodo de páo sem ponta aguda, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 66º

É prohibido ourinar juncto dos templos, cruces, cruzeiros, fontes e edificios, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 67º

É prohibido conduzir, pelas ruas, praças ou outro qualquer sitio publico da villa, ourina ou outra qualquer immundicie mal cheirosa ou de fétida exhalação, em cântaros ou qualquer outra vasilha, a não ser desde as 11 horas da noute até ao nascer do sol, sob pena de 500 réis de multa.

CAPÍTULO XXIII

Ferreiros

Art. 68º

É prohibido aos ferreiros, serralheiros e a todos aquelles que trabalham em forjas, lançar as escumalhas das mesmas em outro lugar que não seja o designado pela Câmara, sob pena de 1\$000 réis de multa.

CAPÍTULO XXIV

Fogo

Art. 69º

É prohibido lançar fogo preso ou solto sem licença da auctoridade administrativa, sob pena de 2\$000 réis de multa.

Art. 70º

É prohibido accender fogueiras na vila, sem guardar as devidas distancias dos edificios, que não serão menores de 15 metros, com pena de 1\$000 réis de multa, além da indemnisação do prejudicado.

Art. 71º

É prohibido disparar morteiros nas ruas, praças e logares públicos, sem guardar pelo menos a distancia de 20 metros dos edificios, com pena de 1\$000 réis de multa, alem da indemnisação do prejudicado.

Art. 72º

É prohibido lançar ao ar machinas ou balões com fogo dentro, com pena de 2\$000 réis de multa.

§ único. Não incorrem nesta multa os que tiverem licença da auctoridade administrativa.

CAPÍTULO XXV

Fontes

Art. 73º

Toda a pessoa que usurpar, ou por qualquer modo extraviar directa ou indirectamente agua dos aqueductos, tanques e chafarizes públicos da villa, pagará uma multa de 10\$000 a 20\$000 réis, conforme o grau de malícia e prejuízo que houver causado, sendo tudo restituído ao uso publico, e à custa do contraventor.

Art. 74º

É prohibido sujar as aguas das fontes publicas, ou lançar dentro dos tanques qualquer immundicie, sob pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 75º

É igualmente prohibido, sob a pena comminada no artigo antecedente:

1º Lavar dentro ou ao pé dos tanques;

2º Tirar agua dos mesmos com celha, vasilha, cântaro ou outro qualquer vaso, que não esteja limpo e aceiado;

3º Amolar ferros nas bordas dos tanques;

4º Escamar ou abrir peixe sobre as bordas, ou laval-o dentro dos tanques;

5º Damnificar as bicas ou os tanques;

6º Tirar agua dos tanques, excepto na occasião de incêndio.

CAPÍTULO XXVI

Gados

Art. 76º

Ficam prohibidas as cabras nos montes d'este concelho, qualquer que seja a sua extensão, maninhos ou baldios, com pastores ou sem elles; e unicamente poderá ter o proprietário, ou pessoa que as conserve em cortes fechadas, quinteiros murados, ou ainda nas suas propriedades coutadas, porem de tal maneira peadas, que não possam saltar ao terreno alheio, monte maninho ou baldio; e o dono de qualquer cabra, ou cabras, que appareçam pastando em terreno alheio, maninho ou baldio, pagará por cada cabeça 200 réis de multa, alem da indemnisação.¹³¹

Art. 77º

São permittidas as ovelhas nos maninhos ou baldios, que forem logradouro commum do concelho, uma vez que sejam apastoradas; o contraventor incorre na multa de 200 réis por cabeça.¹³²

Art. 78º

Toda a pessoa, que soltar em montado, ou em qualuer outra propriedade ou seive, bestas muar ou cavallar despeada, e gado bovino ou suíno sem pastor, pagará a multa de 500 réis por cabeça.¹³³

.....
¹³¹ Postura de 22 de Fevereiro de 1877

Art. 76º – Fica prohibido o gado cabrum e lanígero nos montes d'este concelho, qualquer que seja a sua extensão, maninhos ou baldios, com pastores ou sem elles, e unicamente o poderá ter o proprietario, ou pessoa que o conserve em cortes fechadas, quinteiros murados ou ainda nas suas propriedades coutadas, porem de tal modo peado, que não possa saltar ao terreno alheio, monte maninho ou baldio; e o dono de qualquer d'aquelle gado, que appareça pastando em terreno alheio, maninho ou baldio, pagará, por cada cabeça 200 réis de multa, alem da indemnisação do prejuizo causado.

Com a postura de 12 de Abril de 1899 a multa foi elevada para 500 reis por cabeça.

¹³² Postura de 22 de Fevereiro de 1877

Art. 1º – É eliminado e declarado sem vigor o art. 77 do Código de Posturas Municipaes de 7 de junho de 1873.

¹³³ Postura de 12 de Abril de 1899

Art. 78º – Toda a pessoa que soltar em montado, ou em qualquer outra propriedade seive, bestas muares ou cavallares despeadas, e gado bovino ou suíno sem pastor, pagará a multa de 1\$000 réis por cabeça.

Art. 79º

Toda a pessoa que tiver gado bovino que escorne, é obrigada a trazel-o convenientemente guardado ou preso, com pena de 5\$000 réis de multa.

CAPÍTULO XXVII

Incêndios

Art. 80º

Ninguém poderá vender pólvora dentro da villa sem prévio conhecimento da Câmara, que lhe designará o local para a venda, com pena de pagar a multa de 10\$000 réis, e o duplo pela segunda vez; sendo então autoada a pessoa que assim infringir esta postura, para não mais vender pólvora.

§ único. As mesmas penas são applicaveis aos fogueteiros, ou a outra qualquer pessoa, que faça fogo artificial e estabeleça a sua officina nesta villa, sem que a Câmara previamente lhe designe o conveniente local.

Art. 81º

Ninguém poderá fazer palheiro nesta villa, não tendo em casa loja separada, ou outro local em que possa, sem perigo imminente de incêndio, recolher a palha ou colmo, sob pena de pagar a multa de 3\$000 réis.

Art. 82º

O mordomo, ou pessoa encarregada de tocar para a missa o sino da igreja parochial, é obrigado a tocar promptamente a fogo, quando este aconteça na sua freguezia, sob pena de pagar a multa de 1\$000 réis.

Art. 83º

Todos os chefes de família, que, na falta de agua, não pozerem francos os poços que tenham em suas propriedades, para d'elles ser conduzida a agua necessária para apagar o incêndio, incorrerão na multa de 2\$000 réis por cada chefe, que não der cumprimento ao disposto neste artigo.

§ único. Poderá, comtudo, cada um dos chefes de família exigir uma guarda, que será collocada à porta de sua casa, para evitar os furtos.

CAPÍTULO XXVIII

Janellas

Art. 84º

Nas varandas, muros ou telhados, é prohibido:

1º Ter alegretes, vasos ou algum outro objecto móvel sem uma guarda exterior, que obste a que possa cahir para a rua;

2º Segurar roupas, fazendas molhadas ou tingidas, pingando sobre a rua;

3º Sacudir os tapetes ou capachos depois das 7 horas da manhã;

4º Varrer cisco das salas para a rua;

5º Lançar agua das lavagens das salas à rua, sem ter collocado, nas extremidades lateraes do prédio, taboas ou barrotes, cujo comprimento não estorve o transitio;

6º Lançar para a rua pedras ou caliça proveniente da limpeza ou reparos de telhados, sem ter collocado as taboas ou barrotes mencionados no numero antecedente.

§ único. A infracção de qualquer d'estas disposições será punida com a multa de 500 réis; incorrendo em igual pena toda aquella que tiver, nas janellas do pavimento térreo, grades de ferro ou madeira, que não estejam niveladas com as respectivas ombreiras, ou tiver portas de pau, ou de grade, que abram para a rua, se 30 dias depois da publicação do presente Código não observarem o que se acha estatuído.

CAPÍTULO XXIX

Leite

Art. 85º

É prohibido vender leite adulterado por qualquer forma, ou deixar bebel-o pelas vasilhas ou medidas, sob pena de ser inutilizado, e 500 réis de multa.

CAPÍTULO XXX

Lenhas

Art. 86º

É prohibido conservar lenha ou canhotos nas ruas ou logares públicos d'esta villa, por mais tempo que o necessário para se descarregarem e recolherem, sob a pena de 1\$000 réis de multa.

§ 1º Incorre na mesma pena aquelle que rachar ou mandar rachar lenha ou canhotos nas ruas e logares públicos da villa.

§ A Câmara designará o local onde podem ser rachados ou desfeitos os canhotos ou lenha¹³⁴

CAPÍTULO XXXI

Lojas

Art. 87º

Nas lojas ou armazéns é prohibido:

1º Ter fora das ombreiras das portas, fazendas ou roupas para amostra ou vendagem, canastras, prateleiras, cestos, taboleiros ou outro qualquer objecto, sob pena de 1\$000 réis de multa;

2º Ter retábulos ou bandeiras inclinadas sobre as portas, sob pena de 500 réis de multa;

3º Terem os barbeiros os caixões de rebolos fora das portas, ou bacias penduradas nas ombreiras, sob a mesma pena do numero antecedente;

4º Occupar qualquer industrial os passeios, ou ter pendurado nas portas ou ombreiras d'estas, amostras ou qualquer objecto, que embarace o transito publico, sob a multa cominada no numero 1.

Art. 88º

É igualmente prohibido collocar sobre as portas das lojas, junto às janellas ou sacadas, sob a pena de 1\$500 réis de multa, e ser mandado apear, qualquer letreiro, taboleta ou retábulo, sem que para isso se esteja auctorizado pela Câmara.

CAPÍTULO XXXII

Manifestos

Art. 89º

Os vendedores de quaesquer géneros, artigo ou mercadorias, sobre que recahirem contribuições municipaes indirectas, não poderão expol-os à venda sem manifestarem previamente esses géneros ou mercadorias perante a Câmara Municipal, ou pessoa a quem ella delegar esses poderes, sob pena de pagarem uma multa de 10\$000 a 20\$000 réis, conforme o grau de malícia ou dolo, que se mostrar.¹³⁵

.....
¹³⁴ Deliberação de 18 de Abril de 1894

Na conformidade do paragrafo 2º do artigo 86 do Código de Posturas, resolveu a Câmara designar os seguintes lugares, onde podem ser desfeitos os canhotos ou lenha para o consumo dos habitantes da Vila: o largo na entrada do Campo da Feira, lado do Nascente, e o largo, no lugar do Barreiro, limites desta vila.

(Actas, Livro 22, fls. 69v-70)

¹³⁵ Postura de 27 de Julho de 1876

Art. 1º – A fiscalisação e arrecadação dos impostos indirectos municipaes, verificar-se-ha pelos respectivos manifestos, que as pessoas que venderem quaesquer géneros a elles sujeitos ficam obrigados a fazer na secretaria da Câmara.

CAPÍTULO XXXIII

Maninhos e baldios

Art. 90º

Ninguém poderá tapar com parede, sebe ou valo, terreno algum maninho ou baldio publico, nem alargar tapada que já tiver feito, sob a pena de pagar 5\$000 réis de multa, e ser-lhe demolida à sua custa qualquer tapada ou alargamento, que assim tiver feito.

§ único. Não ficam sujeitos à multa estabelecida neste artigo os indivíduos que vierem a possuir esses terrenos por virtude da desamortisação d'elles, na conformidade da legislação respectiva.

Art. 91º

Os zeladores de parochia são obrigados a dar parte à Câmara de todas as tomadias e tapadas feitas dentro dos limites da parochia, em contravenção do disposto no artigo antecedente, sob pena de pagar cada um a multa de 1\$000 réis.

Art. 92º

Não podem consentir-se abertos nos baldios e quaesquer terrenos de pasto communs, óculos de minas, poços, boqueirões ou outro precipício, em que possa cahir alguma pessoa ou animal. É obrigação dos zeladores darem parte ao respectivo regedor, para se acautelar de prompto algum imminente damno, e accusar a infracção.

§ 1º Se o precipício for aberto por alguma pessoa, pagará 2\$000 réis de multa, e será tapado à sua custa.

Art. 2º – Os manifestos serão feitos antes de introduzidos os géneros nas lojas, casas, vendas, talhos, mercados, arraiaes ou em qualquer outro sitio onde elles tenham de ser expostos à venda.

Art. 3º – As pessoas, que deixarem de fazer o competente manifesto, o não fizerem com a devida exactidão, ou na forma prescripta no artigo antecedente, pagarão a multa de 20\$000 reis, que pertencerá ao arrematante quando a arrecadação dos impostos seja feita por arrematação, ou à Câmara, quando feita directamente por ella.

Art. 4º — O manifesto é provisório ou definitivo. É provisório o que é feito com declaração de que o género ou géneros hão-de ser introduzidos em tal dia no respectivo estabelecimento, podendo ou não verificar-se a entrada d'esse género ou géneros; n'esse caso aquella pessoa, que assim tiver feito o manifesto, é obrigada a declarar na secretaria da Câmara, no dia marcado para a entrada do género ou géneros; se ella se verificou ou não, para se lançar o competente averbamento no respectivo livro. É manifesto definitivo o que é feito sem declaração.

§ único. As pessoas que deixarem de fazer a declaração respeitante aos manifestos provisórios, ficam obrigadas a pagar o respectivo impostos dos géneros assim vendidos.

Art. 5º – As pessoas que venderem géneros sujeitos ao imposto indirecto municipal, as quaes também tenham deposito para vender por grosso, são obrigadas a fazer o competente manifesto de todos os géneros em deposito, não para pagarem o imposto dos que forem vendidos por grosso, mas tão somente para a regularidade da fiscalisação; e no caso de que assim o não cumpram ficam sujeitos a pagar a multa comminada no artigo 3º

§ único. Para este manifesto haverá livro especial na secretaria da Câmara.

Art. 6º – Os proprietários e particulares, que expozerem à venda, em retalho, o vinho da sua lavra, são obrigados a manifestar antecipadamente todo o que tiverem para vender ou expor à venda, a fim de pagarem o imposto taxado para os vendeiros; os que deixarem por qualquer forma ou sob qualquer pretexto de fazer este manifesto, ficam sujeitos à pena comminada no artigo 3º.

Art. 7º – Fica por esta forma declarado e ampliado o artigo 89 do código de posturas municipaes d'este concelho, e revogadas as mais posturas em contrario.

Postura de 30 de Novembro de 1892

Art. 1º – Todos os indivíduos, que expozerem à venda quaesquer géneros sujeitos ao imposto indirecto municipal, são obrigados, quando fizerem o competente manifesto na secretaria municipal, a prestar fiança edonea ao pagamento do respectivo imposto.

Art. 2º – Não são obrigados a prestar a fiança exigida no artigo antecedente, os indivíduos, que pagarem o respectivo imposto no acto do manifesto.

Art. 3º – Aos indivíduos que não satisfizerem o disposto nos artigos primeiro ou segundo, será negado o manifesto; e se venderem os géneros não manifestados, por tal motivo, ficam sujeitos ao pagamento da respectiva multa.

§ 2º Se for aberto por inundação, enxurro, alagamento ou outro qualquer motivo casual, será tapado pelos monteadores, que logram o pasto commum, sob pena de 500 réis de multa a cada um, e ser tapado à custa d'elles.

§ 3º Quando for encontrado algum precipício aberto no baldio, será imposta a responsabilidade aos zeladores respectivos, por não terem feito cumprir as disposições d'este artigo.

Art. 93º

É prohibido lançar fogo às mattas ou arvoredos, pertencentes ao baldio, sem licença da Câmara, a qual nunca a poderá conceder sem audiência da respectiva junta de parochia; e sempre, no caso affirmativo, encarregará a execução do incêndio ao regedor e zeladores: quem d'outra sorte pozer fogo pagará 5\$000 de multa, alem do damno que causar.

Art. 94º

É prohibido roçar, nos montes maninhos, no tempo da – gomada – que é desde o 1º de Março até 15 de Agosto de cada anno, com pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 95º

Ninguem poderá roçar ou lançar gados a pastar nos maninhos e baldios, que não pertençam ao concelho, freguezia ou aldêa em que é morador, e em que não seja monteador, com pena de 500 réis de multa.

§ único. Fica salva qualquer antiga posse contraria a esta disposição.

CAPÍTULO XXXIV

Matadouro

Art. 96º

É prohibido matar fora do matadouro publico para expor à venda, sob pena de 20\$000 réis de multa por boi ou vacca, 10\$000 réis por vitello ou vitella, 5\$000 réis por cevado, 2\$000 réis por cada cabeça de gado lanígero e cabrum, alem das penas applicaveis ao descaminho dos direitos.

§ único. Não incorrem nesta multas:

1º As pessoas que matarem nos logares ruraes d'este concelho, tendo obtido para isso licença especial da Câmara;

2º Aquellas pessoas, que matarem alguma rez para consumo particular e exclusivo da sua casa.

Art. 97º

Nenhuma rez, que for destinada para consumo publico, poderá ser abatida sem que previamente seja inspeccionada por pessoa nomeada pela Câmara para tal fim.

Art. 98º

Os negociantes de carnes verdes são obrigados, para cumprimento do disposto no artigo antecedente, a fazer conduzir a rez, que houver de ser decepada, à presença do inspeccionador.

Art. 99º

O negociante de carnes verdes, que decepar, ou fizer decepar alguma rez, que não tenha sido inspeccionada, pagará a multa de 10\$000 réis; o que substituir ou fizer substituir uma rez inspeccionada por outra que o não fosse, pagará a multa de 15\$000 réis; e, finalmente, o que decepar ou fizer decepar uma rez que tiver sido rejeitada na inspecção, pagará a multa de 20\$000 réis.

Art. 100º

A Câmara nomeará todos os annos uma pessoa de toda a probidade e competência para inspeccionar as rezes, que poderá ser, querendo ella, um dos seus membros.

§ único. A câmara poderá fazer subsituir o inspeccionador, quando o julgue conveniente para a regularidade d'este serviço.

Art. 101º

É prohibido aos fornecedores:

1º Conservar dentro do matadouro, por mais de 24 horas, animaes destinados para consumo publico, sob pena de 1\$000 réis de multa;

2º Deixar de limpar as casas da matança, logo que esta termine, conduzindo as immundicies para fora do matadouro;

3º Abrir buracos nas paredes da casa da matança, ou por qualquer modo damnifical-as;

4º Levvar o gado a correr para o matadouro, picando-o, ferindo-o ou maltractando-o;

5º Conduzir, ou fazer conduzir cabeças, línguas, papadas e mais intestinos das rezes para fora do matadouro, sem que seja em canastra bem fechada, celha ou outro qualquer vaso, e sempre coberto com um panno branco ou oleado, de maneira que se não veja o que vai dentro;

6º Conduzir o sangue das rezes abatidas sem que os canecos ou balsas que o transportarem sejam cobertos com tampas de madeira da mesma cor.

§ único. A infracção de qualquer d'estas disposições importa ser comminada ao infractor a pena estabelecida no numero 1º, d'este artigo.

Art. 102º

Aos individuos encarregados de abater as rezes é prohibido:

1º Maltratar os animaes dando-lhes pancadas, tirando-lhes os olhos ou decepando-lh'os;

2º Deixar de sangrar bem as rezes, não lhes fazendo cizuras largas e profundas, e de sorte que o sangue corra livremente.

§ único. O contraventor de qualquer d'estas disposições incorrerá em uma multa de 4\$000 réis.

Art. 103º

Toda a pessoa que conduzir, do matadouro para os talhos, carne em carga, em carro, ou às costas de carrejões, sem a resguardar com cobertura limpa, incorre na multa de 1\$000 réis.

CAPÍTULO XXXV

Mercados

Art. 104º

Toda a pessoa que vender ou expozar à venda quaesquer géneros ou objectos fora das praças, arruamentos e logares designados pela Câmara, incorre na multa de 500 réis.

Art. 105º

Todo aquelle que assentar barraca, toldo, banco ou meza em qualquer praça ou logar publico da villa, sem que pela Câmara, ou por ordem d'ella, lhe tenha sido designado o local, ou fora do local por ella designado, pagará a multa de 1\$000 réis.

Art. 106º

Toda a regateira, ou qualquer outra pessoa, que vender qualquer género corrupto, fructa verde, aziumada ou amadurada por industria, pagará a multa de 500 réis, e pela auctoridade competente lhe será tomado e inutilisado qualquer d'esses objectos, que expozar à venda nas referidas circumstancias.

Art. 107º

Toda a pessoa que for encontrada com bois ou vaccas, touros, ou touras, porcos ou porcas, fora do local designado pela Câmara para feira de gado, pagará uma multa de 1\$000 réis por cabeça de boi ou vacca, 500 réis por cabeça de qualquer outra qualidade de gado.

Art. 108º

Em todos os dias que forem de mercado devem estar livres, para o transitio publico, os passeios d'esta villa; toda a pessoa que for encontrada embarçando os dictos passeios com gado, bestas ou outra qualquer cousa, pagará a multa de 500 réis.

Art. 109º

É permitido o uso de collocar, no campo da feira, d'esta villa, no local designado pela Câmara, barracas volantes, ou paus ao alto, para se exporem fazendas e outros géneros à venda, com as seguintes restricções:

1º Os indivíduos, que forem donos, ou collocarem barracas volantes, ou paus, no campo da feira, d'esta villa, para expor fazendas ou outros géneros à venda nos dias de mercado, são obrigados a collocar as mesmas barracas e paus nas terças-feiras à tarde, e a retirar-os do campo nas quintas-feiras immediatas até às 9 horas da manhã, isto nos mezes de novembro a março inclusive, e nos outros mezes do anno collocar-as e retirar-as do campo no mesmo dia, sob pena de pagar 2\$000 réis de multa todo aquelle que não der cumprimento a esta postura, tanto com relação às barracas como aos paus.

2º Ficam também sujeitos a pagar a multa de 500 réis os indivíduos que costumam collocar paus ao alto no mesmo campo, quando, depois de retirados, não taparem convenientemente os orificios onde os tinham introduzido.

CAPÍTULO XXXVI

Meretrizes

Art. 110º

Toda a meretriz que morar fora do arruamento respectivo, designado pela auctoridade competente, ou que divagar pelas ruas ou praças, com o fim de provocar à devassidão, incorrerá na pena de 24 horas de prisão, e 8 dias no caso de reincidência.

CAPÍTULO XXXVII

Moleiros

Art. 111º

Os moleiros não poderão tirar de cada decalitro que moerem mais que cinco decilitros, salva convenção em contrario, com pena de 500 réis de multa para o concelho, alem da indemnisação devida à parte lesada.

Art. 112º

Os moleiros são obrigados a ter a competente razoura, sob pena de 1\$000 réis de multa.

CAPÍTULO XXXVIII

Moral publica

Art. 113º

É prohibido, sob pena de 500 réis de multa ou 24 horas de prisão:

1º Proferir nas ruas, praças ou qualquer outro sitio publico (e ainda mesmo dentro de casa, uma vez que se ouça fora) palavras indecentes e deshonestas;

2º Practicar acções, ou fazer gestos indecentes ou deshonestos;

3º Escrever palavras, ou fazer pinturas deshonestas nos muros, paredes ou em qualquer outro sitio publico.

CAPÍTULO XXXIX

Obras ou edificações

Art. 114º

É prohibido edificar ou reedificar, no todo ou em parte, prédio, muro, ou parede, bem como abrir portas ou janellas para a rua, praça, ou caminho publico, sem previa licença da Câmara, sob a pena de 4\$000 réis de multa, e ser-lhe demolida a obra, para a qual não tiver obtido auctorisação.

Art. 115º

Ninguém poderá ocupar terreno publico, seja qual for o fim da occupação, sem previa licença da Câmara: todo aquelle que pretender occupar o mesmo terreno assim o requererá à Câmara, declarando o tempo por que o pretende occupar, pagando no acto os metros quadrados de terreno publico que pretender, à razão de 100 réis mensaes por metro, durante todo o tempo que tiver a rua, praça, travessa ou viella obstruída. A infracção d'esta disposição será punida com o triplo dos valores dos metros que occupar sem licença.

§ único. Se a occupação do terreno for dentro da villa ou suas immediações, será este resguardado por um tapamento, que terá de altura 1,50m em toda a extensão occupada, sob pena de 2\$000 réis.

Art. 116º

Independentemente do pagamento dos metros de terreno publico occupado pelo edificador, depositará este no cofre do município a quantia de 5\$000 réis, que serão dispendidos na remoção dos entulhos, quando, terminada a obra, não sejam removidos pelo dono do prédio, dentro do praso de três dias.

§ único. Se o dinheiro depositado para a remoção dos entulhos não for sufficiente, será o proprietário intimado para os remover no praso que lhe for marcado; sendo removidos pela Câmara à custa do proprietário, quando não cumpra, perdendo este para o cofre do concelho o dinheiro depositado.

Art. 117º

Se a licença que se pretender for para edificar ou reedificar completamente, dentro da villa, não poderá nunca ser concedida sem que:

1º O requerimento venha instruído com a planta, em duplicado, do edificio que se pretende levantar;

2º Sem que o edificador se comprometta, por meio de termo, a fazer a casa assilavada, e a observar as condições que lhe forem impostas pela Câmara;

3º A seguir o risco que a Câmara lhe approvar.

§ único. A infracção de qualquer d'estas disposições faz incorrer o infractor na multa de 10\$000 réis, e ser o prédio demolido pelo Município à custa do mesmo infractor.

Art. 118º

Todo aquelle que, durante a edificação ou depois de edificado um prédio, escrever, sujar ou por qualquer modo damnificar exteriormente os muros do prédio, ou suas dependências, será punido com 2\$000 réis de multa.

§ único. Se o infractor d'esta disposição for maior de 10 annos mas menor de 21, soffrerá a pena de 48 horas de prisão, que poderá ser remida pelos pães, tutores ou amos, com a quantia de 1\$000 réis.

Art. 119º

Todos os habitantes d'esta villa, são obrigados a caiar os seus prédios exteriormente, pelo menos de três em três annos, sob a pena de 1\$000 réis de multa, e ser este embellesamento mandado fazer pelo Município à custa do proprietário.

CAPÍTULO XL

Pão e farinhas

Art. 120º

Toda a padeira, doceira, ou qualquer outra pessoa, que cozer ou vender pão ou doce ao publico, sendo-lhe provado que padece moléstia contagiosa, pagará uma multa de 2\$000 réis, e será prohibida de mais cozer e vender pão ou doce ao publico, em quanto não mostrar certidão authentica de facultativo, que prove estar completamente sã.

Art. 121º

Toda a padeira, doceira ou qualquer outra pessoa, que vender farinha corrupta, misturada ou adulterada com algum ingrediente nocivo à saúde publica, assim como a pessoa que vender pão ou doce d'estas farinhas, pagará a multa de 2\$000 réis, e lhe será tomada e inutilisada pela auctoridade competente a farinha, pão ou doce, que se achar nas referidas circumstancias.

Art. 122º

Toda a pessoa que fizer ou vender pão de farinha de trigo em mau estado ou misturada com outra qualquer, pagará a multa de 1\$000 réis.

Art. 123º

Os padeiros ou padeiras são obrigados a ter sempre o pão com toda a limpeza: aquelles a quem for encontrado o pão em panno sujo, ou coberta a massa com panno que tenha servido para lençol da cama ou para outra cousa, pagará, pela primeira vez, 500 réis de multa, pela segunda 1\$000 réis, e pela terceira vez 2\$000 réis, sendo então autoados para mais não venderem pão.

Art. 124º

Os padeiros ou padeiras são obrigados a conservar-se no local, que pela Câmara lhe for designado, sob pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 125º

Todo o padeiro ou padeira, que estiver vendendo pão, e quando chegar a Câmara, vereador, fiscal, administrador do concelho, juiz eleito ou qualquer empregado na fiscalização, esconder o pão, ou fugir com elle, pagará a multa de 1\$000 réis.

Art. 126º

As doceiras são obrigadas a dar o peso exacto do doce que venderem, pena de 500 réis de multa.

Art. 127º

São obrigados a ter o doce em toalhas lavadas, e que não tenham servido para outra cousa, pena de 500 réis de multa.

Art. 128º

São obrigadas a ter as balanças suspensas em um gancho, e nunca na mão, a fim de ser verificada a exactidão do peso, sob pena de 500 réis de multa.

CAPÍTULO XLI

Pedradas

Art. 129º

É prohibido atirar pedras, ou atirar de funda, nesta villa e logares publicos do concelho, sob pena de 1\$000 réis de multa, alem da indemnisação do prejuizo: os menores, que o fizerem, serão punidos com 24 horas de prisão; podendo seus pães, ou aquellas pessoas de quem legitimamente dependerem, remir esta pena de prisão pela pecuniária de 500 réis.

CAPÍTULO XLII

Pedras

Art. 130º

É prohibido lançar pedras nas ruas, ou tel-as debaixo dos cestos, canastras ou taboleiros nas praças e sítios de vendagem, e sentar-se nas mesmas pedras não as arrumando em seguida, sob pena de 500 réis de multa.

CAPÍTULO XLIII

Pedreiras

Art. 131º

Os operários que trabalham em pedreiras deverão estar prevenidos com um caniço feito de vergas de carvalho, bem tecido e seguro, para cobrirem a pedreira antes de lhe lançarem o fogo, a fim de evitarem desgraças que possam dar-se com

as estilhas das pedras, tanto nos edificios como nos transeuntes; gritando, antes de chegada o lume ao rasilho, por três vezes successivas – fogo.

§ único. A contravenção do disposto neste artigo será punida com a multa de 2\$000 réis, que será imposta ao explorador ou empreiteiro, e independentemente de prejuízo de terceiro.

CAPÍTULO XLIV

Peixeiros e regateiras do peixe

Art. 132º

Os peixeiros e regateiras do peixe são obrigados a ter o peixe limpo de tripas e de todos os debulhos, sem que possam vender com elles peixe algum inteiro ou partido, pena de 500 réis de multa.

Art. 133º

São obrigados a ter o peixe sobre bancos ou mezas, e nunca no chão, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 134º

Todo o peixeiro, ou regateira de peixe, que cortar ou vender peixe, depois que tenha aberto o preço ao mesmo peixe, não o poderá jamais augmentar durante aquelle dia, com pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 135º

Todo o peixeiro, ou regateira de peixe, será obrigado, quando pelo comprador lhe for exigido, a vender peixe a retalho, uma vez que este não seja inferior a 500 grammas, sob pena de 500 réis de multa.

Art. 136º

Em quanto que pela Câmara não seja designado o local para a venda do peixe, continuará este a ser vendido nos logares do costume, mas de forma que não embarace o transitio publico.

CAPÍTULO XLV

Pesos e medidas

Art. 137º

O aferimento de pesos, medidas e balanças deverá ser feito dentro do período comprehendido entre o 1º de maio e 1º de julho de cada anno. Aquelle que vender por pesos, medidas ou balanças não aferidas, ou que não tenham os requisitos marcados nas leis, ou regulamentos do Governo, incorre na multa de 1\$000 réis, e na da inutilisação dos pesos, medidas e balanças, na conformidade da legislação respectiva.

CAPÍTULO XLVI

Rios e ribeiros

Art. 138º

O cultivador de prédios confinantes com os rios, ou ribeiros do concelho, é obrigado a aparar as silvas e quaesquer arbus-tos, que impeçam a livre corrente das aguas, na primeira segunda-feira de cada mez, e, sendo dia sanctificado, no immediato que o não seja, sob pena de 500 réis de multa.

CAPÍTULO XLVII

Ruas e praças

Art. 139º

Nas ruas, praças e logares públicos é prohibido o seguinte:

1º Lançar animaes, fructas podres, cascas de fructas e de ovos, aves mortas, e toda a qualidade de vegetaes, bem como cisco ou quaesquer immundicies, sob pena de 500 réis de multa.

2º Desfazer os letreiros das esquinas publicas ou pparticulares, sujar paredes e tirar pedras das mesmas ou muros, fazer pinturas ou escrever palavras obscenas, damnificar objectos públicos ou particulares, sob pena de 2\$000 réis de multa.

§ Exceptuam-se d'esta disposição as escoantes das aguas provenientes de lavagem de qualquer casa ou sala, com tanto que se tenha observado o que se acha disposto no artigo 84, nº 5.

4º Entupir as boccas de lobo, que dão passagem às aguas pluviaes, sob pena de 2\$000 réis de multa.

5º Estar sentado ou deitado sobre os passeios ou por elles conduzir volumes, carretos, canastras, ou mendigos aleijados, sob pena de 500 réis de multa; incorrendo na mesma pena todo aquelle que pousar carretos nos passeios.

6º Conduzir pelos passeios qualquer espécie de gado, ou carro com crianças, sob a pena do numero antecedente.

7º Atravessar cordas que embaracem o transito publico, sob pena de 500 réis de multa.

8º Ter sobre os mesmos passeios besta ou carro, ainda que seja para carga, sob pena de 500 réis de multa.

9º Pintar, lavar, ou concertar quaesquer vehiculos ou trens, ou conserval-os nas ruas depois de desengatados, sob pena de 1\$000 réis de multa.

10º Ter os trens ou carros parados na rua sem o cocheiro estar ou na almofada ou à frente da parelha, sob pena de 1\$000 réis de multa.

11º Torcer corda, retroz, ou qualquer fio, sob pena de 500 réis de multa.

12º Andarem porcos, sendo somente permitido o seu não demorado transito pelas ruas e praças para fora das barreiras, ou para qualquer outra parte onde o seu dono os queira levar, sempre guiados por um pegueiro, sob pena de pagar a multa de 500 réis por cada um dos referidos animaes.

13º Partir, dobrar e bater ferro, ou outro qualquer metal, sob a multa de 1\$000 réis, paga pelo dono do respectivo estabelecimento.

14º Matar ou chamuscar porcos, sob a multa de 1\$000 réis.

15º Espetar mastros, paus, arcos ou peças de fogo deificio, ou descalçar as ruas e praças para qualquer fim, sem previa licença da Câmara, sob a multa de 2\$000 réis.

CAPÍTULO XLVIII

Saibreiras

Art. 140º

É prohibido fazer escavações em qualquer lugar publico do Município para extrahir pedra, saibro ou terra, sob pena de 1\$000 réis de multa.

CAPÍTULO XLIX

Sementeiras

Art. 141º

No tempo da creação dos milhos todos os moradores do concelho são obrigados a ter os seus cães presos desde o 1º de junho até 29 de setembro, sob pena de 500 réis de multa por cada cão que se encontrar solto, alem da indemnisação de qualquer prejuízo causado.

Art. 142º

No tempo das sementeiras ou colheitas, nenhuma pessoa poderá deixar soltar as gallinhas, ou quaesquer outras aves domesticas, que possam causar damno nas sementeiras, com pena de poderem ser mortas sobre os campos ou quintaes, onde forem encontradas; quem porem as matar não se poderá utilizar d'ellas, nem impedir que seu dono as vá ou mande buscar ao sitio onde se acharem mortas.

§ único. Não poderão comtudo taes avaes ser mortas com veneno, ainda que se achem fazendo mal, com pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 143º

Se a Câmara julgar necessário ordenar que nas freguezias ruraes d'este concelho se faça montaria à raposa, ou a outro qualquer animal bravo e damninho, os moradores das freguezias, que forem avisados por ordem da Câmara, serão obrigados

a concorrer à montaria determinada, com pena de 500 réis de multa, imposta à pessoa que faltar no ponto designado pela Câmara.

§ único. Esta obrigação compreende uma pessoa de cada casa, excepto a que tiver só mulheres e menores até 16 annos, ou homens que excedam a 60; comtudo estes serão obrigados a pagar a qualquer pessoa, que os substitua, tendo para isso meios.

CAPÍTULO L

Trens, carros e vehiculos

Art. 144º

Todos os carros de praça pertencentes ao concelho devem ser matriculados e lotados pela Câmara Municipal, sob a pena de 3\$000 réis de multa.

Art. 145º

É prohibido aos cocheiros ou conductores de carros, sob a multa de 2\$000 réis:

1º Guiar os cavallos sem terem carta de habilitação, ou, tendo-a, deixarem de a apresentar à auctoridade ou passageiro que lh'a exigir;

2º Achar-se embriagado;

3º Tractar mal os passageiros;

4º Dormir na almofada, tendo as guias na mão;

5º Galopar com a parelha

6º Tractar cruelmente os animaes;

7º Abandonar as guias;

8º Ceder o governo a quem não esteja habilitado para o tomar;

9º Recusar receber qualquer pessoa decente, que pague a passagem estabelecida, havendo logar vago;

10º Tomar maior numero de passageiros do que comportar a lotação do carro;

11º Trazer alguém sobre o tijadilho;

12º Correr em competência com outros carros;

13º Apresentar-se indecentemente vestido;

14º Não dar a mão ao carro que encontrar na frente.

Art. 146º

Incorre na multa de 1\$000 réis todo o cocheiro ou conductor:

1º Que não trazer no carro duas luzes depois do sol posto;

2º Que trazer os carros, ou arreios dos animaes amarrados com cordas, atilhos ou barbantes, ppor mais de 24 horas, dentro de cujo praso deverá ser tudo reparado e composto;

3º Que deixar os carros, depois de desatreitados os cavallos e descarregadas as bagagens, nas ruas ou praças, e os não recolha logo nas respectivas cocheiras.

§ único. Os carros, vehiculos, ou trens de fora do concelho, e que não tiverem cocheiras próprias nesta villa, poderão estacionar no largo da Feira, em frente da capella de Santo António.

Art. 147º

É prohibido o emprego de cavalgadas doentes, maltractadas, feridas, manhosas ou mal ensinadas; seu dono, ou o proprietário do trem, que as empregar, será inhihbido de fazer serviço com ellas, e pagará a multa de 2\$000 réis.

§ único. É igualmente prohibido ensinar parelhas para tiro dentro de barreiras da villa, sob pena de 3\$000 réis de multa.

Art. 148º

É applicável aos trens particulares o disposto nos nº 4, 5, 6, 7, 12 e 14 do artigo 145, e nº 1 do artigo 146, com as penas alli estabelecidas.

CAPÍTULO LI

Trolhas, pedreiros e pintores

Art. 149º

É proibido trabalhar em telhados ou fronteiras de qualquer prédio, em forma que caia à rua cal, tinta ou qualquer objecto, que possa causar prejuízo, sem que antes se tenham posto guardas de barrotes nas duas extremidades da propriedade, para advertir as pessoas que passarem, sob pena de 2\$000 réis de multa, além do prejuizo de terceiro, que será pago pelo mestre da obra.

CAPÍTULO LII

Zeladores (na villa)

Art. 150º

Os zeladores municipaes trarão o uniforme que lhes for designado pela Câmara, e no bonnet as iniciaes – Z.M. – V.N.F. – e usarão de um terçado.

Art. 151º

Cumpre aos zeladores municipaes:

1º Trazer comsigo um exemplar das posturas municipaes;

Vigiar pelo seu exacto cumprimento;

3º Acompanhar à Câmara os transgressores das mesmas posturas, se estes quizerem pagar desde logo as respectivas multas;

4º Levantar auto pela transgressão das posturas, a fim de que as multas e penas sejam impostas pelo juiz competente;

5º Pedir e prestar auxilio a todas as auctoridades publicas e cidadãos nos objectos de serviço;

6º O que estiver de semana é obrigado a comparecer todos os dias na secretaria da Câmara, entre as 9 e horas da manhã.

Art. 152º

O zelador municipal que não for:

1º Prudente e respeitoso para com todos os cidadãos de qualquer classe ou categoria;

2º Que se não apresentar fardado no local onde o chamarem as suas obrigações;

3º Que não trazer o fardamento sempre aceiado, as botas limpas e o terçado lustroso;

4º Que não for sóbrio, e pelo contrario se entregar a bebidas espirituosas;

5º Que for negligente no cumprimento dos seus deveres, e deixar de accusar as transgressões, será:

Pela primeira vez, reprehendido em plena sessão camarária;

Pela segunda, suspenso de seus vencimentos por 30 dias, sem comtudo deixar de fazer o serviço ordinário;

E pela terceira, finalmente, despedido do serviço para nunca mais ser admittido a exercer qualquer cargo municipal.

§ único. No caso de se verificar a segunda parte designada no nº 5, pagará o zelador, independente das penas estabelecidas, o tresdobro da coima correspondente à infracção da postura que tiver deixado de accusar.

CAPÍTULO LIII

Zeladores de parochia, e execução das posturas

Art. 153º

Em cada uma das parochias ruraes d'este concelho haverá dois zeladores nomeados pela Câmara Municipal sobre proposta das respectivas juntas de parochia, as quaes, até ao dia 20 de janeiro de cada anno, enviarão à Câmara uma lista contendo seis nomes, para esta escolher dois d'entre elles.

Art. 154º

É da obrigação dos zeladores de parochia accusar os coimas perante o respectivo juiz eleito, e promover e sollicitar a condemnação dos infractores.

Art. 155º

Os zeladores são obrigados por dever de seu officio, a accusar a coima devida pela transgressão das posturas. Aquelle, que, sendo avisado pela parte prejudicada, ou por outra qualquer pessoa, para accusar uma coima, o não fizer, incorrerá nas penas declaradas na respectiva postura, salvo contra elle o direito do queixoso.

Art. 156º

Da importância das multas impostas pelo juiz eleito d'esta villa, passará o respectivo escrivão uma guia, que será presente na secretaria da Câmara, para, à vista d'ella, se processar o competente conhecimento de cobrança, e, em seguida, dar entrada no cofre municipal.

Art. 157º

As multas impostas pelos juizes eleitos das freguezias ruraes do concelho, serão entregues, mediante a competente guia, aos thesoureiros das respectivas juntas de parochia, que darão d'ellas conta trimensalmente à Câmara.

Art. 158º

Os thesoureiros das juntas de parochia terão um caderno, rubricado pelo presidente da Câmara, em que lançarão o quantitativo das multas que receberem pela guia a que se refere o artigo antecedente, sendo escriptas as quantias por extenso, e puchadas à margem por algarismo. As contas lhes serão tomadas por aquelle caderno, e, nas sommas com que entrarem para o cofre do concelho, lhes serão abonados dois por cento em premio da cobrança.

Art. 159º

Apresentando-se um queixoso, zelador ou qualquer pessoa para isso auctorizada, arguindo a infracção de alguma postura, o juiz eleito mandará pelo seu escrivão lavrar, no livro competente, o auto de accusação, na conformidade da lei.

CAPÍTULO LIV

Disposições geraes

Art. 160º

Toda a reincidência na infracção das presentes posturas, será considerada como circumstancia aggravante, para lhe ser applicada até ao máximo da pena, que nunca excederá a 20\$000 réis.

Art. 161º

Toda a pena estabelecida nestas posturas, duplicada ou triplicada, se entende ser para o concelho, não havendo expressa applicação em contrario.

§ 1º A metade da pena singela, duplicada ou triplicada, pertence ao denunciante, que tanto póde ser o zelador como outra qualquer pessoa.

§ 2º Na concorrência do denunciante, que também póde ser a parte offendida, prefere sempre o denunciante que não é zelador.

Art. 162º

A parte prejudicada póde accusar a coima, ou avisar o zelador para que o faça; neste segundo caso a meação da pena fica pertencendo ao zelador que a accusar.

Art. 163º

Se o infractor for filho familia, ou orphão debaixo do pátrio poder, ou de tutela, será reparado o damno, que causar na infracção das presentes posturas, por seu pae ou tutor, e, se for pobre, será punido com dias de prisão na razão de 500 réis por dia, não excedendo os marcados na lei.

Art. 164º

Os objectos encontrados em contravenção das presentes posturas, quando não appareça seu dono, serão apprehendidos, e quando dentro de 15 dias não apparecer o dono, serão vendidos em hasta publica, e, deduzidas todas as despesas e a multa, será o resto guardado como deposito até que seja entregue a quem pertencer.

Art. 165º

Aquelle que auxiliar ou proteger por qualquer forma as contravenções de que tracta este código de posturas, será punido com a mesma pena em que houver incorrido o contraventor.

Art. 166º

Aquelle que, por palavras, gestos ou por qualquer outra maneira, offender, maltractar ou injuriar os agentes de policia municipal, quando derem cumprimento ao disposto neste código, ou usar para com elles de qualquer meio de resistência, incorre na pena de 10\$000 réis de multa, ou 20 dias de prisão.

Art. 167º

A imposição das penas, de que tracta o presente código, não exime o transgressor das posturas municipaes de qualquer procedimento civil ou criminal, que a Câmara ou terceiras pessoas tenham direito a intentar contra elle, na conformidade do disposto nos Códigos Civil e Penal.

Art. 168º

Se qualquer dos presentes accordãos ou posturas contiver disposição e sancção sobre objectos providenciados por lei geral, somente se poderá accusar a pena imposta por essa lei geral, e não a do accordão ou postura.

Art. 169º

Ficam sem effeito algum todas as posturas anteriores, que se acham expressamente revogadas pelos presentes accordãos, mas em seu pleno vigor todas aquellas anteriores, que nos presentes accordãos se não acham claramente especificadas.

Art. 170º

Estes accordãos e posturas, logo que forem approvados pelo tribunal do Conselho de Districto, serão impressos e publicados, distribuindo-se gratuitamente um exemplar a cada empregado publico d'este concelho, o qual o passará a seu successor, pois que pertence ao empregado e não à pessoa. Serão alem d'isso expostos à venda, para mais se generalisar o seu conhecimento.

Approvado em sessão camarária de sete de junho de mil oitocentos e setenta e três. Eu Silvério Ferreira de Macedo, escrivão, o subscrevi.

O Presidente, Barão de Trovisqueira
Vice-Presidente, Barão de Joanne
José Lourenço da Silva Porto
José Elísio Gonçalves Cerejeira
Francisco de Araújo Teixeira Novaes

5. Posturas não integradas nos Códigos

a) Postura de 11 de Abril de 1853

Atendendo à irregularidade com que São expostos à venda no Mercado publico desta Villa diverços objetos e géneros obstruindo huns o transito publico, e outros amuntados e enaceiveis aos compradores deleveravão que de ora avante Se observase o Seguinte:

1º Que a exposição à venda de fazendas brancas capelistas e tendeiros Só Será permitida desde o principio do Cruzeiro de Santo António ao correr da nova Estrada excluindo o leito desta.

2º Às doseiras ser-lhe-á permitido o vender doce desde o cruzeiro de Santo António ao correr da calçada em frente do mesmo.

3º Os Chapeleiros Ser-lhe-á permitido vender as suas manufacturas desde a Esquina da Caza de António Martins Branco [edifício da antiga Ourivesaria Cunha] em direção à Esquina da Capela, e em Seu Seguimento os Sapateiros de obra feita.

4º Os ourives de ouro e prata Só lhes é permitido vender dentro do Adro da Capella de Santo António.

§ único. Os Comprehendidos nos artigos antecedentes Só poderão vender debaixo de Barracas ambulantes e nunca de Madeira.

5º A fruta e ortelices Só poderá Ser posta à venda pella parte de trás das barracas dos doceiros e tendeiros; os transgreçores da presente pustura Serão ponidos com a multa de Sinco mil reis metade para despezas do Concelho e metade para o denunciante e o dobro no cazo de reincidência.

Actas, Livro 4, fls. 21v-22

b) Postura de 19 de Setembro de 1853

1º – Qualquer permissão dada pella Câmara Municipal para Collocação de barracas fixas nos terrenos das Feiras e Mercados públicos não tem carácter de permanência, mas Só procede até ultima deliberação da Câmara que não fica responsável à indenização.

2º – Aquelle que na Feira ou qualquer mercado publico expozer à venda géneros ou mercadorias, ou animaes fora do Lucal que a Câmara para isso tiver deznado, Será multado em mil reis para o Concelho.

3º – Aquelle que obstruir o terreno em que se fazem as Feiras e Mercados públicos com quaisquer objetos que possão impedir o Libré uso para a exposição e venda de animaes e mercadorias nos Lucaes deznados Será multado em mil reis.

4º – Aquelle que nas respectivas Lucalidades que a Câmara deznou para os diferentes mercados exceder o que ella delibera Sobre a demenção e Construção de barracas fixas ou volantes Será igualmente multado em mil reis.

5º – Aquelle que fora dos dias de mercado nas Feiras desta Villa e Concelho conservar no terreno barraca mezas, bancos ou outros objetos volanntes Será multado em mil reis.

6º – Aquelle que tiver barraca fixa em terreno para o qual for transferido o mercado de diferentes objetos dos que athe ahi se expunhão é obrigado a demolir immediatamente essa barraca Sob pena de mil reis de multa, e Ser demolida na execução à custa de Seu proprietário.

Actas, Livro 4, fl. 33

c) Postura de 30 de Agosto de 1865 (Toque dos Sinos)

Artº 1º – Ficam prohibidos todos os dobres e corridas de sinos em todas a igrejas do concelho desde o toque de trindades até a manhã do dia seguinte, exceptuando:

§ 1º Quando de noute haja de administrar-se o Santíssimo Sacramento, por viático, aos enfermos, poder-se há dar o signal e repique do costume; e, do mesmo modo, quando de noute se manifeste algum incendio.

§ 2º Em a noute de Natal, na qual a horas adeantadas se celebrarem solemnemente os Divinos Officios correspondentes ao mysterio augusto do nascimento do Divino Redemptor, poderão continuar os toques de sinos na forma do costume com alguma modificação emquanto ao espaço de tempo.

Artº 2º – Os dobres ou signaes por occasião do finamento de qualquer pessoa adulta ficam limitados a dous, o primeiro para annuncio do fallecimento; e o segundo na occasião do préstito, ou na do officio de sepultura; não podendo nenhum d'estes dous dobres exceder a oito minutos.

Artº 3º – Nas exéquias ou officios anniversarios, que pelos herdeiros, parentes ou amigos dos finados forem mandados celebrar, poder-se-hão fazer dous signaes ou dobres fúnebres, o primeiro annunciando o funeral, e o segundo durante a missa ou responsorios finaes; mas nenhum d'estes dous dobres excederá os oito minutos estabelecidos no artigo antecedente.

Artº 4º – Nos officios fúnebres que as confrarias e irmandades fizeram celebrar por seus irmãos ou bemfeitores, poderão tão somente fazer-se os dous signaes indicados no artigo antecedente pela mesma occasião e tempo.

Artº 5º – Na véspera do dia em que a Santa Igreja celebra a geral commemoração de todos os fieis defuntos, poder-se-há dar em cada uma das igrejas dous dobres de sinos desde a hora de vésperas até ao occaso do sol, e, no dia seguinte, outros dous desde o toque da saudação angélica até ao fim dos officios fúnebres; e cada um d'estes dobres, e os do dia antecedente, poderão espaçar-se até dez minutos.

Artº 6º – Nos annuncios feitos a toque de sinos para a celebração das missas conventuaes, solemnidades clássicas, procissões solemnnes; principalmente n'aquellas em que é conduzido o Santíssimo Sacramento, exposto à veneração dos fieis, ou se expõe dentro dos templos, e de preces por causa publica, continuarão os toques e repiques do costume, e bem assim os signaes para a saudação angélica às horas convenientes, e à elevação da Sagrada Hóstia e Cálix, na celebração das missas conventuaes e solemnnes.

Artº 7º – Os repiques com os quaes se annunciam os baptismos e enterramento de innocentes poderão continuar na forma do costume, não excedendo o espaço de seis minutos e até ao toque de Trindades.

Artº 8º – Os annuncios ou toques de sinos para oração, novenas, terços, catecheses, jubileus e amis actos do culto religioso e publico, que houverem de ter logar nos templos, poderão continuar como se pratica, mas dentro do praso indicado no artigo antecedente.

Artº 9º – Nas procissões solemnnes, nas quaes o Santíssimo Sacramento for conduzido em triumpho, dar-se-há um repique em cada uma das egrejas, em cujas parochias passar a procissão durante o transito, dentro dos limites da freguezia; ou mesmo dobrar-se um sino, segundo o costume.

Artº 10º – Nas occasiões em que por causa publica haja de cantar-se o hymno Ambrosiano (*Te Deum*) com pompa e solemnidade, terá logar o toque do costume, e o mesmo poderá continuar-se nas procissões de penitencia publica.

§ unico. A transgressão das disposições, contidas nos artigos antecedentes serão punidas com a pena pecuniária de 2\$000 reis, observando-se na parte applicavel quanto ao modo e termos da sua imposição o disposto no capitulo 26 dos accordãos municipaes vigentes. E incorrerão na dita pena solidariamente as pessoas que tocarem os sinos e que ordenarem os toques d'elles em contravenção à presente postura.

d) Postura de 12 de Abril de 1899

Art. 1º É expressamente prohibido aos individuos montados em bicycletas percorrerem as ruas, largos e mais logares públicos da villa, em grande velocidade, ou em competência uns com outros, sob a pena de 1\$000 réis de multa.

Art. 2º Na mesma multa comminada no artigo antecedente, incorrem os individuos que, montados em bicycleta, caminham pelos passeios lateraes das ruas, largos e mais logares públicos da villa.

e) Postura de 24 de Maio de 1899


Art. 1º Os donos de terrenos no Campo Mouzinho de Albuquerque, d'esta villa, não poderão varrel-os, para a apanha do lixo, senão desde as quatro às 7 horas da manhã, nos mezes de outubro a março, e das duas às cinco da manhã, nos mezes de abril a setembro.

Art. 2º Varrido o lixo, os donos são obrigados a retiral-o do campo em acto continuo.

Art. 3º Os infraactores das disposições dos artigos 1º e 2º incorrem na multa de 2\$000 réis por cada infracção.

f) Postura sem data

Art. 1º – É prohibido sob a multa de 500 réis, proceder-se à castração d'animaes nos logares públicos d'esta villa e concelho.



**Centenário da morte
de Alberto Sampaio (1841-1908)**

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO
ALBERTO SAMPAIO
2008



1841/1908

GUIMARÃES - VILA NOVA DE FAMALICÃO



VILA NOVA DE
FAMALICÃO
MUNICIPAL

Câmara Municipal de **Guimarães**



museu de
**alberto
sampaio**



SPS
Serviço Público de Saúde

Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio (1841-1908)

Proposta

A 1 de Dezembro de 2008 fez 100 anos que o historiador Alberto Sampaio faleceu, na Casa Boamense, na freguesia de Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão, onde está sepultado.

Alberto Sampaio tem a vida espalhada entre Guimarães, onde nasceu, e Vila Nova de Famalicão, terra onde se iniciou nas primeiras letras, no então Real Colégio D. Fernando, em Landim.

É a estas origens que regressa, após a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra. Entre estas duas cidades reparte a sua actividade profissional, cívica e o seu labor científico. Em Guimarães envolve-se com Martins Sarmento e o seu irmão José Sampaio na fundação da Sociedade Martins Sarmento e, em 1884, organiza, naquela cidade, a Exposição Industrial. Em Boamense, na quinta que herda dos pais, recebe os amigos, entre os quais, Antero de Quental. Investiga e escreve artigos de história rural, que vai publicando em revistas conceituadas na época, postumamente reunidos por Luís Magalhães, na colectânea “Estudos Históricos e Económicos”. Tem tempo, ainda, para se dedicar ao cultivo da vinha, área onde realiza experiências inovadoras, que teoriza e onde obtém prémios em concursos internacionais de viticultura.

Alberto Sampaio é hoje considerado um dos historiadores mais originais da historiografia portuguesa, ocupando um lugar pioneiro nos estudos da história económica e social. Em todo o caso, a sua personalidade e obra são relativamente pouco conhecidas.

Tudo boas razões para se comemorar este aniversário, abrindo caminho para o aprofundamento do estudo e da divulgação do seu trabalho científico, tanto no domínio da História, como na Viticultura. Ora, Vila Nova de Famalicão tem acrescidos motivos para o fazer.

Acontece, que o nosso concelho ignorou, em 1941, a data do centenário do seu nascimento, do qual Guimarães soube tirar partido. Esta lacuna tem vindo a ser preenchida nos anos mais recentes, com variadas iniciativas, nomeadamente com a inscrição do seu nome na toponímia famalicense e ao Arquivo Histórico Municipal, já depois de ter sido adquirido pela autarquia o espólio à família.

Em todo o caso, Alberto Sampaio ultrapassou as fronteiras de qualquer município, projectando a sua figura na região que o viu nascer e ao todo nacional.

Nesse sentido, os Municípios de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento e o Museu Alberto Sampaio têm realizado nos últimos anos iniciativas conjuntas, do qual o Prémio de História Alberto Sampaio é o exemplo mais bem concebido e que terá no próximo ano a sua 6.ª edição.

A ideia da comemoração do centenário, que ocorreu em 2008, emerge deste trabalho de cooperação intermunicipal e deste sentimento de que Alberto Sampaio está acima das fronteiras.

Assim, aquelas entidades reuniram nos últimos meses e elaboraram o programa e respectivo orçamento, a Comissão de Honra e a Comissão Organizadora, que visa assinalar, de forma condigna, este centenário.

Em síntese, trata-se de um programa que se desenrola ao longo de um ano, entre 1 de Dezembro de 2007 e 1 de Dezembro de 2008, distribuído entre Vila Nova de Famalicão e Guimarães, envolvendo múltiplas instituições culturais dos dois municípios, às quais se associaram a Biblioteca Pública de Braga e o Centro de Estudos Lusíada da Universidade do Minho.

As comemorações iniciam-se em Guimarães, em Dezembro próximo, e o encerramento, um ano depois, em Vila Nova de Famalicão. As actividades são múltiplas e diversificadas, indo ao encontro de variados públicos, desde o escolar e académico ao público em geral. As actividades educativo-pedagógicas assumem um papel de importância nuclear, com destaque para o concurso “Alberto Sampaio: Artes e Letras” e a exposição itinerante “Os Frutos da Terra em Alberto Sampaio”, dirigidas às escolas do Ensino Básico e Secundário dos Municípios de Vila Nova de Famalicão e Guimarães.

Para o estudo dos trabalhos históricos e do vitivinicultor, programaram-se colóquios e conferências e seis exposições que fazem uma abodagem da sua plurifacetada personalidade. Na Quinta de Boamense terá lugar uma amostra vinícola. Um plano editorial sustentará a divulgação do pensamento do homenageado.

O Município de Vila Nova de Famalicão dá um forte contributo a esta programação. Cabe-lhe a direcção do programa educativo e pedagógico; apoiar os estudos da faceta do vitivinicultor e selar com letras de ouro o centenário, colocando a primeira pedra do edifício do Arquivo Histórico Municipal.

O montante orçamentado previsto para as comemorações é de 118.159,00 EUR, a dividir pelas quatro entidades organizadoras e pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), respectivamente: 31.992,25 EUR à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, e igual valor à Câmara Municipal de Guimarães; 33.110,00 EUR à Sociedade Martins Sarmento; 10.200,00 EUR ao Museu Alberto Sampaio; e 10.864,50 EUR* à RPM – Rede Portuguesa de Museus.

O montante da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão acrescerá a verba de *10.864,50 EUR, relativa a 50% de comparticipação do projecto educativo, apresentado sob o formato de candidatura, já aprovada, pela RPM.

Em face do exposto, **proponho que a Câmara Municipal delibere:**

- 1. Comemorar o Centenário da Morte de Alberto Sampaio;**
- 2. Integrar a Comissão Organizadora constituída pelas Câmaras Municipais de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães e pelas instituições Sociedade Martins Sarmento e Museu Alberto Sampaio;**
- 3. Autorizar a realização de despesas no montante de 42.856,75 EUR (31.992,25 EUR (CMVNF)+10.864,50 EUR (RPM)), de acordo com orçamento em anexo;**
- 4. A verba prevista no n.º 3 deverá ser prevista e cabimentada no Orçamento de 2008 e disponibilizada em função da concretização das iniciativas.**

Vila Nova de Famalicão, 18 de Outubro de 2007
O Vereador da Educação e Cultura,
(Leonel Agostinho Azevedo Rocha)

Alberto Sampaio: O Grande Historiador do Minho

por Armindo Costa¹

As Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio evocaram, estudaram e divulgaram a vida e a obra de um dos vultos mais brilhantes e singulares da historiografia portuguesa.

Durante um ano, juntámos os Municípios de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, mas também um vasto conjunto de instituições universitárias, unidades culturais e científicas, escolas, juntas de freguesia e associações, de todo o espaço geográfico do Entre Douro e Minho, justamente o território que Alberto Sampaio percorreu e estudou para escrever a grandiosa obra histórica que nos legou.

A cooperação inter-municipal e a dimensão regional do centenário da morte de Alberto Sampaio foram elementos inovadores nestas comemorações, como observou o senhor Presidente da República, Prof. Cavaco Silva.

Fazia todo o sentido que os Municípios de Famalicão e Guimarães se tivessem associado nesta homenagem a Alberto Sampaio, que repartiu a sua vida pelos dois municípios, sentindo-se “Cem por cento Minhoto”. Nasceu em Guimarães, mas aprendeu as primeiras letras no Real Colégio de D. Fernando, na freguesia de Landim. Trabalhou em Guimarães, desencadeando aí, com Martins Sarmiento, no final do século XIX, um dos maiores movimentos culturais na região. Porém, regressava sempre à casa-mãe de Boamense, em Cabeçudos, onde recebia os amigos, como Antero de Quental ou Camilo Castelo Branco, e onde encontrou o sossego para reflectir e escrever uma das obras históricas mais originais sobre os fundamentos da nacionalidade.

Depois de um ano repleto de iniciativas, fica claro o enorme sucesso destas comemorações. Um sucesso pela enorme participação popular, mas também, como não podia deixar de ser, de muitos intelectuais, que nos deram novos contributos para ficarmos a conhecer melhor a figura de Alberto Sampaio.

Estas comemorações foram também um sucesso mediático. Hoje, os meios culturais do País já associam a figura de Alberto Sampaio a Famalicão e a Guimarães, onde deixou um legado cívico, histórico e cultural que merece ser estudado e que merece ser apontado como um exemplo para todos.

A riqueza do programa comemorativo foi, no entanto, a força motriz destas comemorações. Conseguimos atrair e cativar múltiplos sectores e amplas camadas populacionais.

Durante um ano, organizaram-se exposições, promoveram-se conferências, colóquios, congressos e mesas redondas. Percorreram-se “Os Caminhos de Alberto Sampaio por Terras do Minho”, editaram-se obras, nomeadamente as “Cartas a Alberto Sampaio” e a obra do historiador, há muito esgotada, a qual ficará como um dos grandes contributos deste centenário para a divulgação e projecção dos seus estudos históricos.

Outras marcas para o futuro resultarão do interesse e participação nas comemorações de dezenas de milhares de crianças das escolas de todo o Minho. Paraphraseando um pensamento conhecido de Alberto Sampaio, esta é uma semente que germinará com vigor nas gerações futuras.

Agora, apresentamos publicamente o projecto de arquitectura das novas instalações do Arquivo Histórico Municipal de Vila Nova de Famalicão, que ostenta, muito justamente, o nome do historiador da Casa de Boamense. Esta é, sem dúvida, a melhor homenagem que o Município de Famalicão poderia prestar a quem dedicou os seus dias e a sua inteligência à investigação histórica.

.....
¹ Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Discurso de encerramento das Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio; S. Miguel de Seide, 2 de Dezembro de 2008

O Arquivo Histórico que vamos construir vai criar um pólo cultural de excelência na Rua Adriano Pinto Basto. Nesta rua do centro da cidade, teremos um pólo importante da nossa memória colectiva, que será formado pelo Museu Bernardino Machado e pelo Arquivo Municipal Alberto Sampaio.

Será um edifício amplo, apetrechado com as melhores condições técnicas e operacionais, permitindo que todos os investigadores tenham acesso a uma vasta gama de fundos documentais. Serão criadas condições para o desenvolvimento e o incentivo dos estudos históricos no nosso concelho.

O futuro Arquivo vai trazer uma maior dignidade aos serviços arquivísticos municipais, que actualmente funcionam nos Paços do Concelho, bem como à conservação dos documentos, e permitirá uma mais ampla recolha de fundos documentais, quer por incorporação ou compra, quer, principalmente, por doação.

Isto é, pensamos que o Arquivo Municipal não se pode limitar a ser um simples arquivo histórico da documentação produzida pela própria Autarquia. Arquivos de outras instituições do Município, de associações de vária natureza e arquivos pessoais devem integrar o Arquivo Alberto Sampaio, tornando-o num verdadeiro Arquivo Municipal.

Mas o arquivo não se pode limitar à documentação escrita. Nele, cabe também o Arquivo Fotográfico Municipal. É para alcançar estes fins que temos vindo a trabalhar.

Ainda recentemente, recebemos a doação do Arquivo Fotográfico da Quinta do Chouso, de Lemenhe, e adquirimos um acervo fotográfico de 1940, referente à Cidade de Vila Nova de Famalicão.

O projecto arquitectónico do futuro Arquivo Municipal está concebido para acolher, nas melhores condições técnicas, todas estes acervos documentais, sejam públicos e privados. Todos eles se juntarão ao espólio de Alberto Sampaio, que já integra o Arquivo Municipal.

Este é, sem dúvida, o melhor legado que poderíamos deixar às gerações futuras: encerrar as comemorações do centenário de Alberto Sampaio iniciando o processo de construção de um Arquivo Histórico consagrado à sua memória.

Encerramento das Comemorações do Centenário

Seide, 1 de Dezembro de 2008



▲ A mesa que presidiu à sessão de encerramento das Comemorações do Centenário da morte de Alberto Sampaio (da esq. para a direita): dr.ª Maria Augusta Sampaio Nóvoa, Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Arquitecto Armindo Costa e a vereadora da Câmara de Guimarães, dr.ª Francisca Abreu.

Alberto Sampaio, precursor da história do presente*

por José Amado Mendes**

Introdução

Até há cerca de três décadas, ao falar-se de história, imediatamente a relacionávamos com o passado e, de modo especial, com o passado remoto. Além de uma atracção quase irresistível, aliás muito comum, pelo chamado “mito das origens” – da civilização como dos sistemas políticos, da arte como da filosofia, da língua como da literatura, para dar apenas alguns exemplos –, havia-se generalizado a ideia de que só era possível a análise histórica de realidades ou eventos totalmente “fechados”, cujas consequências já se pudessem detectar.

Ora, como já foi sublinhado, «os sociólogos ligados a Durkheim, em particular Simiand, fizeram pesadas críticas a Seignobos e ao método de pesquisa por ele concebido para garantir a objectividade. Na sua visão, o recuo no tempo não garantia a objectividade da história, pois todo o historiador é tributário da sua época»¹. Também Benedetto Croce (1866-1952), numa passagem tantas vezes citada, afirmava que a única verdadeira história é a história contemporânea.

Entre outros argumentos invocados, destacavam-se: por um lado, a convicção de que a perspectiva histórica só se adquiria quando tivesse passado um lapso de tempo relativamente longo sobre a ocorrência dos eventos, sempre que possível superior a uma geração, a meio ou mesmo a um século. Por outro, a perspectiva de que apenas em relação a períodos mais recuados se poderia ter acesso a um número considerável de fontes – sobretudo documentação escrita, de preferência manuscrita e inédita –, sem a qual a pesquisa ficaria sempre incompleta.

Assim, não surpreende que, em cursos de licenciatura em História das nossas Faculdades de Letras, até aos inícios dos anos 1970, as matérias leccionadas, regra geral, não ultrapassassem o século XVII ou, quando muito, o XVIII.

Acrescente-se, todavia, que não se tratava de uma limitação exclusivamente portuguesa. Também em França – cuja escola dos *Annales* e a **nova história** que cultivou, desde final dos anos 1920, tanta influência exerceram na historiografia ocidental, nas quatro décadas subsequentes –, a Antiguidade, a Idade Média e a Idade Moderna constituíram, nesse período, o quadro cronológico privilegiado. A partir de finais dos anos de 1970, a situação começou a mudar, para o que muito contribuiu a fundação em Paris, no ano de 1978, do Instituto de História do Tempo Presente². Na Alemanha, esta modalidade historiográfica registou também certo desenvolvimento.

A propósito desta problemática, recorda Julio Aróstegui, professor catedrático da de História Contemporânea da Universidade Complutense de Madrid e autor da interessante obra, intitulada *La Historia vivida. Sobre la Historia del presente*:

«Não deixa de ser extremamente significativa a sentença atribuída a um intelectual e político francês, na qual se dirimia com decisão este imbróglio: “o passado à História, o presente à Política e o futuro a Deus”»³.

.....

* Conferência de Encerramento do Centenário da morte de Alberto Sampaio, Seide, 1 de Dezembro de 2008.

** Universidade de Coimbra.

¹ Marieta de Moraes Ferreira, «História, tempo presente e história oral», *Topoi* (Rio de Janeiro), Dezembro de 2002, p. 317 (Como nas restantes citações, a tradução e a actualização ortográfica são da minha responsabilidade).

² Julio Aróstegui, *La Historia vivida. Sobre la Historia del presente*, Madrid, Alianza Editorial, 2004, p. 23.

³ J. Aróstegui, *op. cit.*, p. 33.

Ora, nas últimas três décadas, a situação alterou-se, em sintonia com as rápidas transformações culturais e socioeconómicas registadas, sinais evidentes de uma considerável aceleração da história. Vejamos, a traços largos, o evoluir do processo.

1. História do presente

Sabemos hoje que a história – aliás, como a vida do próprio homem – é um contínuo temporal e que a divisão, em épocas ou períodos, se deveu à necessidade de sistematização e “arrumação”, para efeitos científicos e pedagógicos, e não à natureza ou às características do objecto. Daí a divisão tradicional da história – a qual data, apenas, do século XIX –, em Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Durante esta – ou, mais precisamente, nos dois séculos decorridos entre 1789 (Revolução Francesa) e 1989 (queda do Muro de Berlim) –, o mundo registou profundas transformações, cujos exemplos mais significativos são: a abolição do Antigo Regime, as revoluções liberais, republicanas e socialistas, as três revoluções industriais, a descolonização e a criação de instituições supranacionais, como a Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas, a Comunidade Europeia/União Europeia, a NATO e o Pacto de Varsóvia, entre muitas outras.

Em termos globais, alguns autores começaram a chamar a atenção para um novo mundo que se avizinhava, não faltando designações ou expressões para o classificar –em sintonia com as mudanças operadas –, embora nenhuma delas seja inteiramente satisfatória, pelo facto de cada uma, só por si, ser incapaz de contemplar toda a complexidade emergente. Assim, surgem expressões como:

- Fim da história (Fukuyama⁴);
- Choque de civilizações (Samuel Huntington⁵);
- Sociedade ou época pós-moderna ou pós-modernismo (Lyotard⁶);
- Sociedade pós-industrial, etc.

Assim, face à multiplicidade de alterações/revoluções em curso, os historiadores não poderiam continuar alheios ao contexto em que estão inseridos, reflectindo apenas sobre a história longínqua, permanecendo à margem da história do seu tempo. Caso o fizessem, deixariam a outros – sociólogos, economistas, jornalistas, politólogos e escritores – o exclusivo da tarefa de estudar e interpretar os eventos mais próximos, não tirando partido da sua formação de base e da experiência acumulada, com a investigação histórica relativa a outros períodos.

Começaram, então, a ser utilizadas novas expressões para designar a história do último meio século, já que, em geral, se aceitava que a História Contemporânea abrangia o período de 1789 até 1945, fim da II Guerra Mundial. Deste modo, a história posterior ao segundo conflito mundial ou, para outros autores, a dos anos posteriores a 1989, começou a ser designada por:

- História imediata;
- História recente;
- História actual;

⁴ Francis Fukuyama, *O fim da História e o último Homem* (trad. do inglês), Lisboa, Gradiva, 1992.

⁵ Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1966. Fiz uma revisão crítica a esta obra na Revista *Gestão e Desenvolvimento*, 5-6, 1996-1997, p. 318-322.

⁶ Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna* (trad. do francês), Lisboa, Gradiva, 1989.

- História coetânea ou coeva;
- História do tempo presente;
- **História do presente**⁷, expressão adoptada no presente texto.

Reflectindo acerca da relação da história com o passado, sublinha Hugo Fazio Vengoa:

«Com base nestes elementos [...], temos como propósito refutar a associação implícita entre a história e o passado. Sem pretender contradizer a relação que esta disciplina tem mantido e seguramente conservará com o estudo dos sucessos pretéritos, somos da opinião que a história, mais que com o passado, tem que ver com o estudo do “social” e das sociedades humanas no tempo e nas suas durações». E o autor acrescenta:

«Quando afirmamos que a história antes de mais se refere à dimensão *tempo*, com isso queremos significar que, na actualidade, esta disciplina se deve ocupar do estudo do social em todos os intervalos temporais que englobam o conceito de tempo, assim como nas compenetrações de mudança que se apresentam entre os seus distintos componentes»⁸.

1.1. Definição e características da história do presente

Qual, então, o significado de **história do presente**? Não há unanimidade acerca da definição. Por exemplo, Julio Aróstegui sublinha: «História do presente é a transposição, para o estudo historiográfico, da história vivida»⁹. Por seu lado, para Marcel Roncayolo, «a história do presente é “a história da geração a que pertencemos”»¹⁰. A experiência e sua historização são a substância da história do presente¹¹.

Porém, J. Aróstegui sublinha, citando R. Koselleck, que «a história do tempo presente é uma bela expressão mas um conceito difícil»¹². Como também lembram certos autores, trata-se de uma modalidade historiográfica ainda jovem, que apenas data de há cerca de três décadas, pelo que continua em busca da sua identidade e consolidação.

Além dos aspectos referidos – história vivida, transformada em historiografia, e história relativa à geração a que pertence o historiador –, outras características devem ser mencionadas: o importante papel desempenhado pela **memória** e o recurso a uma **maior diversidade de fontes**, hoje ao alcance do historiador. Como destaca Rui Bebiano:

«O manuscrito e o impresso permanecem, naturalmente, assim como o papel do inquérito oral, mas adiciona-se agora, para além da fotografia, do cinema e dos registos sonoros, já com alguma tradição, também o vídeo, o CD, o CD-ROM, o DVD, o DVD-ROM, a Internet. E mesmo dentro do impresso os tipos sucedem-se: o folheto, o cartaz, o postal ilustrado, a banda desenhada, o selo de correio, a capa de disco, a publicidade (esta também em som, em imagem ou tridimensional)»¹³.

Da história do presente fazem parte quatro elementos relevantes:

- testemunho;
- memória;

.....

⁷ J. Aróstegui, *op. cit.*, p. 29.

⁸ Hugo Fazio Vengoa, «La historia del tiempo presente y la modernidad mundo», *Historia Crítica* (Bogotá), n.º 34, Julho-Dezembro 2007, p. 189-190 (<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2487893>; accedido em 23-02-2008).

⁹ J. Aróstegui, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ *Idem*, p. 46-47.

¹¹ *Idem*, p. 144.

¹² *Idem*, p. 45.

¹³ Rui Bebiano, «Temas e problemas da história do presente», in José d’ Encarnação (coord.), *A História Tal Qual se Faz*, Coimbra, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 231.

- procura social;
- acontecimento¹⁴.

Outros traços distintivos desta modalidade de história são:

- a) unidade temporal entre sujeito e objecto;
- b) confluência do subjectivo e do objectivo¹⁵;
- c) ponto de encontro entre jornalismo, história e literatura¹⁶.

1. 2. Funções da história do presente

Segundo uma tendência recente, tenta-se averiguar para que serve o estudo e a investigação de certas matérias, outrora destinadas quase exclusivamente à valorização e ao enriquecimento cultural. Como exemplo, e a propósito do assunto em análise, fala-se hoje de *história aplicada* ou *história serviço*, usando a expressão de Jorge Borges de Macedo, chamada, nos Estados Unidos da América, *public history*.

Trata-se de uma história dirigida essencialmente ao grande público, veiculada pela comunicação social, por museus ou por instituições e entidades dedicadas à cultura, à formação e ao turismo cultural. É usada pela comunicação social, em comemorações, em programas de história ao vivo – ou reconstituição de certos acontecimentos –, como reforço da identidade e da memória, partindo da evocação e estudo de determinados eventos.

A história do presente vê assim alargado o seu campo de acção, ultrapassando o âmbito da investigação erudita e o ensino formal, para se inserir igualmente na educação não formal ou mesmo informal e, bem assim, em actividades relacionadas com o dia-a-dia da população em geral, incluindo os anónimos e os sem voz, aos quais também Alberto Sampaio dedicou especial atenção.

Alguns traços mais marcantes da evolução deste nosso mundo, no limiar do século XXI, por certo serão melhor compreendidos e interpretados se, na sua análise, for tida em conta a perspectiva da filosofia, teoria e metodologia históricas, isto é, se forem estudados também por historiadores, além de outros cientistas sociais. Entre muitos outros exemplos, apenas recorde:

- A passagem do mundo bipolar, liderado por duas superpotências (EUA e URSS), até 1989-91, para outro em que sobressai uma única potência, os Estados Unidos da América, embora em perda, perante a emergência de novas potências mundiais;
- A globalização – já na sua segunda fase, pois na primeira, registada nos séculos XV e XVI, Portugal foi pioneiro e esteve na liderança do processo –, que transformou o nosso planeta na chamada “aldeia global”. Em sentido inverso, tem vindo a constatar-se a importância crescente dos nacionalismos e dos regionalismos, com a valorização das particularidades e especificidades, tão apreciadas pelos adeptos do pós-modernismo;
- As assimetrias de desenvolvimento, a solidariedade social e a relevância da formação, com vista a um maior equilíbrio entre nações desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento; como perguntava o autor americano David Landes, em obra publicada há alguns anos: porque é que uns são tão ricos e outros tão pobres?¹⁷.

¹⁴ J. Aróstegui, *op. cit.*, p. 55-56.

¹⁵ *Idem*, p. 144.

¹⁶ H. F. Vengoa, *op. cit.*, p. 194.

¹⁷ David S. Landes, *A riqueza e a pobreza das nações. Porque algumas são tão ricas e outras tão pobres* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, Ed. Campus/Elsevier, 1998.

No que a Portugal diz respeito, a história do presente tem um vasto campo de acção, por exemplo, nas temáticas relacionadas com o 25 de Abril de 1974 e processo subsequente, adesão à Comunidade Económica Europeia – posteriormente União Europeia –, em 1986, processo de desenvolvimento económico e social, com os seus avanços e recuos, sucessos e fragilidades, questões relacionadas com a educação, formação e cultura, etc.

2. O presente na obra historiográfica de Alberto Sampaio

Têm sido devidamente destacados alguns dos aspectos mais inovadores da obra historiográfica de Alberto Sampaio, tais como:

- a) Foi o introdutor ou o “pai” da história económica em Portugal. Na sequência de A. H. de Oliveira Marques, vários outros autores o têm salientado, destacando o seu legado e que se pode detectar na obra de investigadores que lhe sucederam, desde João Lúcio de Azevedo a António Sérgio, de Virgínia Rau a Jorge Borges de Macedo, de Vitorino Magalhães Godinho ao geógrafo Orlando Ribeiro, entre outros.
- b) Recuperou para a historiografia portuguesa o tempo longo, mais tarde teorizado por Fernando Braudel, dimensão acerca da qual o autor de *As Povoas Marítimas* teve plena consciência. Assim, Alberto Sampaio, aos três séculos de História Medieval – que, até então, eram objecto de estudo – acrescentou o milénio precedente, pelo que afirmava ter ampliado a história das raízes da nacionalidade, que passaram a abranger *treze séculos*, estudadas minuciosamente pelo autor.
- c) Soube utilizar, com mestria, dois questionários – como salientou Jorge Borges de Macedo, há dezassete anos, quando comemorámos os 150 anos do seu nascimento –, um respeitante à realidade regional e outro à nacional, interlinguando-os devidamente¹⁸.
- d) Foi o primeiro historiador português que soube aproveitar, praticamente no imediato, o resultado das importantes pesquisas arqueológicas que o seu amigo e eminente investigador Martins Sarmiento ia efectuando.
- e) Além disso, foi ainda quem primeiro soube fundamentar e alicerçar a sua pesquisa histórica numa pluralidade de fontes, já que, além da documentação escrita, recorreu profusamente a testemunhos materiais, à toponímia, à geografia – física e humana –, à oralidade, à produção legislativa e às tradições.

Apesar do seu pioneirismo, nestes domínios, ter sido devidamente sublinhado por diversos autores, já a atenção que Sampaio dedicou à história do seu tempo – a que hoje chamamos **história do presente** – não tem merecido a devida atenção da parte dos estudiosos. Por se tratar de mais uma vertente inovadora da sua obra, pareceu-me oportuno realçá-la, no âmbito das comemorações do centenário da sua morte.

2.1. *Passado e presente inseparáveis*

Ao invés do que viria a tornar-se frequente nos primeiros três quartos do século XX – e que, ainda hoje, por vezes se verifica –, Alberto Sampaio não compartimentava o tempo, em passado, objecto adequado de análise histórica, e tempo próximo e presente, que ainda não poderiam ser investigados. Com efeito, ele

.....
¹⁸ Jorge Borges de Macedo, «Alberto Sampaio no pensamento histórico português», *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1995, p. 414.

demonstrava ter já nítida noção de que «o presente não é mais do que uma fina linha, de apenas um milésimo de segundo de longitude, entre o passado e o futuro»¹⁹.

Já na sua época, alguns autores começavam a refugiar-se na investigação histórica situada no tempo distante –, facto que viria, nas décadas seguintes, a ter grande aceitação –, mas nem sempre tinha sido assim. Como salienta Timothy Garton Ash, «desde a época de Tucídides até bem entrado o século XVIII, ter sido testemunho ocular dos factos descritos ou, melhor ainda, ter tido intervenção directa neles, considerava-se uma vantagem fundamental na hora de escrever a história. Considerava-se que a história contemporânea era a melhor»²⁰.

Do ponto de vista metodológico, Alberto Sampaio valorizava a experiência e a observação directa pelo historiador, como actualmente se preconiza. Quase no final do I capítulo de *As Villas do Norte de Portugal*, esclarece: «a investigação há-de, pois, proceder por zonas conhecidas do escritor»²¹. Este princípio foi um dos motivos que o levou a privilegiar, como área de investigação, o Noroeste do País.

Pronuncia-se sobre vários aspectos da história portuguesa, articulando, com naturalidade, tempo longo, médio e curto. Ao caracterizar os *habitantes do Minho* escreve, associando as origens remotas à realidade coeva: «Tenazes, trabalhadores, satisfazendo-se com qualquer lucro, extraordinariamente prolificos, poupados até à mesquinhez, questionadores por um nada, expansivos, falando alto em voz nasal, turbulentos, esquecendo-se largas horas na taberna ao mesmo tempo que podem viver com extrema sobriedade, ora rudemente grosseiros, ora afáveis e corteses, os homens do Minho exibem os vícios e boas qualidades dos dois sangues de que procedem [sarraceno, ao sul do Vouga, e hispano-suevo ou godo, a norte]»²².

Acerca das actividades quotidianas e do dia-a-dia dos habitantes minhotos destaca, por exemplo, as *múltiplas funções da água e a cozinha como lugar central da habitação*. Acerca do precioso líquido, frisa o historiador: «eis porque a água, apesar do clima chuvoso, representa um papel tão importante, determinando o valor das propriedades, conforme a quantidade dela. No Outono, Inverno e parte da Primavera, lima os prados, que produzem as forragens, sem as quais não se pode alimentar o gado e fabricar os estrumes de curral; de Verão, nutre os cereais, especialmente o milho, as hortaliças e os legumes; por fim, depois de fecundar os campos, mói os grãos, massa o linho e serve para outros usos industriais»²³.

O autor assistia e estava atento à industrialização em curso no Vale do Ave, processo em que a energia hidráulica desempenhava papel fundamental, quer como força motriz utilizada pelas fábricas – através do uso de rodas e turbinas hidráulicas –, quer como elemento crucial para a produção de electricidade, em pequenas centrais, na transição de Oitocentos para Novecentos.

Em suma, Alberto Sampaio já há mais de um século se apercebeu daquilo que investigações recentes têm vindo a comprovar – para o que eu já tive o ensejo de chamara a atenção, noutra lugar –, isto é, a existência de um modelo atípico de desenvolvimento industrial no Noroeste do País, no qual, mais que o vapor, foi a abundância de água que teve papel decisivo, na segunda metade de Oitocentos e inícios de Novecentos²⁴.

Acerca da cozinha, como ponto nevrálgico da habitação, notava o autor das *Povoaas Marítimas*:

.....

¹⁹ Timothy Garton Ash, *História del presente. Ensayos. Ensayos, retratos y crónicas de la Europa de los 90* (trad. do inglês), Barcelona, Tusquets Editores, 2000, p. 12.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Alberto Sampaio, *Obras*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2008, p. 98.

²² *Idem*, p. 83.

²³ *Idem*, p. 48.

²⁴ Já me referi ao assunto, de forma mais desenvolvida, noutra lugar (José Amado Mendes, «A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional», José Amado Mendes e Isabel Fernandes (coord.), *Património Industrial no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, p. 12-35.

«Aí, nessa cozinha térrea, sem chaminé, segundo o uso romano, passou-se, *como se passa ainda*²⁵ [mais uma vez, passado e presente surgem de mãos dadas], quase toda a vida do cultivador, de portas adentro; aí tem velado os serões das longas noites de Inverno, e descansando as horas da sesta na força do estio; aí dormiram as mulheres e as crianças enquanto não pôde construir o sobrado, pois aos adultos masculinos bastava um ninho de palha nas *barras*, sobrepostas aos estábulos»²⁶.

Mas Alberto Sampaio, longe de se preocupar apenas com a agricultura e a vida rural – à qual estava indissociavelmente ligado, como viticultor empenhado e inovador –, também reflectia sobre problemas mais amplos e muito pertinentes da vida nacional, chamando a atenção para políticas que considerava erradas, apontando caminhos a seguir.

2.2. Alberto Sampaio face às questões do seu tempo

Deste ponto de vista, o seu trabalho *Ontem e Hoje* constitui uma bela síntese – eivada de uma crítica perspicaz e inteligente – do percurso histórico do país, desde os tempos mais remotos até à data da sua finalização (está datado de *Guimarães – Janeiro de 1892*), no qual não se coíbe de criticar soluções políticas erradas, apresentando sugestões para a sua solução.

Analisemos alguns desses grandes temas que mereceram especial atenção do historiador. Reflectindo sobre aquilo que nós hoje classificaríamos como o atraso económico português, Alberto Sampaio critica as consequências das Descobertas e, sobretudo, das Conquistas, que considera desastrosas para o país, pelo facto de terem contribuído para a saída de um número considerável da população que, em vez de se dedicar aos sectores produtivos, se dirigia fundamentalmente à actividade comercial. António Sérgio, mais tarde, viria a criticar este procedimento, ao aludir à preferência dada à *política de transporte* em detrimento da *política de fixação*.

É curioso, porém, como o autor liga essa saída de gente, nos séculos XV e XVI, à emigração do seu tempo para o Brasil, que considerava igualmente negativa. Assim, diferentemente da historiografia de meados do século XX, que distinguia colonização de emigração – como fez, por exemplo, Joel Serrão²⁷ –, A. Sampaio encarava os dois fenómenos sob a mesma perspectiva, ou seja, a da fuga de recursos humanos, cuja falta teria repercussões negativas no desenvolvimento do país. A propósito afirmava:

«Embarcaram todos; e os clamores dos que viam nelas [nas maravilhosas empresas marítimas] um impulso ruinoso foram vozes perdidas; ninguém as escutou. A miragem das grandezas cegava os olhos à realidade»²⁸. E, um pouco mais adiante, acrescentava: «A aventura era o modo geral. Valia a pena labutar duramente na terra, ou transformar a matéria-prima em produtos fabris, quando era possível enriquecer numa viagem?»²⁹.

Reportando-se mais especificamente à emigração do seu tempo – essencialmente para o Brasil –, realça A. Sampaio:

«Quando aparecem estas situações de miséria e penúria, constantes na nossa história, a população resigna-se e sofre tudo; ou emigra, acostumada como está, à aventura [...]. Então a emigração é o único expediente para ela; silenciosa e resignadamente cada um vai partindo, sem talvez uma palavra de amargura»³⁰.

²⁵ Itálico meu.

²⁶ *Idem*, p. 156.

²⁷ Joel Serrão, «Emigração», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 20.

²⁸ Alberto Sampaio, *Hontem e Hoje*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1991, p. 22 (Texto datado, inicialmente, de Janeiro de 1892).

²⁹ *Idem*, p. 25.

³⁰ *Idem*, p. 35-36.

Alberto Sampaio revela-se ainda muito crítico em relação à falta de apoios que o poder central dava à província. Relativamente à pesca do bacalhau, sublinhava:

«Efectuado o descobrimento, quem quer que fosse o seu autor, começou logo a ser exercida a pescaria do bacalhau por armadores de todos os povos do norte, e destes somente, segundo parece, entre os quais se distinguem os de Aveiro e Viana. Os vexames fiscais foram-nos minando e, por fim, ocasionaram a sua ruína, a qual se não pode atribuir unicamente ao assoreamento das barras». E continua: «Não fique em silêncio que certos amadores de Viana, haverá quatro ou cinco anos [cerca de 1885, dado que o texto é de 1889], tentaram restaurar esta indústria e as suas antigas navegações para aqueles mares. Infelizmente, o inimigo – o fisco de Lisboa – estava alerta»³¹.

A dependência do estrangeiro, que levava à importação de diversos artigos, era igualmente motivo de crítica pelo historiador. Mais uma vez, a este respeito, ele “salta”, com desenvoltura e originalidade, do século XIII para os finais do século XIX, comparando atitudes diferenciadas. Com efeito, declara:

«Não sendo nossa intenção fazer um estudo especial do decreto [de 1253], é provável ter escapado a designação de algumas peles: as nomeadas, porém, exceptuando o luberno (arminho) e mais três eram de produção regional, hoje, pelo contrário, desaproveitam-se e importam-se todas do estrangeiro, incluindo as de coelho para feltro de chapéus, enquanto que então só vinham de fora as de grande luxo que faltavam cá: as regionais não só serviam para gente de menor categoria como também para exportar». E conclui: «*A Índia acostumou-nos a desprezar as migalhas que são riquezas*»³².

Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados, mas é tempo de concluir. Antes, porém, permita-se-me que invoque mais um, que se refere à relevância atribuída por Alberto Sampaio aos factores **educação e formação**, isto é, à qualificação dos recursos humanos.

2.3. Educação e formação, pilares do desenvolvimento

Após se ter referido à tentativa falhada de Pombal, às invasões napoleónicas e às lutas liberais, interroga:

«Poder-se-ia entrar definitivamente na vida moderna, sem se tratar a sério das duas questões fundamentais em que ela assenta – **o trabalho que cria as riquezas nas suas múltiplas manifestações, desde a lavoura até às indústrias artísticas, e o ensino que ilumina o espírito?** Se fosse possível a afirmativa, Portugal teria sido uma excepção singular em todo o mundo: mas não é, porque, pode afirmar-se sem erro, de não ter entrado ainda na vida das nações progressivas, cujas exterioridades tem somente imitado»³³.

Quanto às relações entre a agricultura e a indústria – temática que continuou a marcar presença na história económica do século XX –, é mais uma vez impressionante como o autor do *Norte marítimo* equaciona a temática, apresentando uma perspectiva ainda actualizada e à qual pouco foi acrescentado pela historiografia desde então. É disso esclarecedora a seguinte passagem:

«Se, na ordem cronológica das indústrias, a agrícola é a primeira que aparece como mãe de todas as outras, como a origem de toda a civilização, ficará, todavia, naquele estado rudimentar e primitivo enquanto não se desenvolver convenientemente em volta de si o trabalho fabril. Os grupos de população manufactureira, que se vão formando em derredor, abrem-lhe um mercado, activam-na e forçam-na a aumentar a produção.

.....
³¹ Alberto Sampaio, *Obras*, p. 286.

³² *Idem*, p. 391 (itálico meu).

³³ *Idem*, p. 308 (itálico e negrito meus).

Mais tarde, é ela quem lhe fornece a afeição aperfeiçoada, é ela, enfim, que, com o seu ensino, vai reagir sobre a outra, obrigando-a também pelo exemplo a melhorar os seus processos»³⁴.

Relativamente à educação e formação, a importância que Alberto Sampaio lhes concedia está bem patente no denodado empenho com que concretizou e transformou num êxito a Exposição Industrial de Guimarães, em 1884.

Esta iniciativa teve como motivação próxima o facto de a Cidade-Berço não ter sido contemplada com uma Escola Industrial ou de Desenho Industrial, como havia sucedido com outras, através do Decreto de 3 de Janeiro de 1884. Por este diploma legal foram criadas a Escola Industrial da Covilhã e mais oito Escolas de Desenho Industrial: três em Lisboa, três no Porto, uma nas Caldas da Rainha e outra em Coimbra³⁵.

As forças vivas vimaranenses não se resignaram nem esperaram pelo cumprimento de promessas vagas, constantes do citado decreto. Neste, ao aludir-se à criação da Escola Industrial da Covilhã, acrescentava-se que se criariam «sucessivamente escolas industriais nas demais terras do reino onde estejam estabelecidos, ou vierem de futuro a estabelecer-se, importantes centros de produção»³⁶.

O pressentimento da injustiça, ao deixar-se Guimarães e seu concelho privados de ensino industrial, está bem patente em escritos da época e consta do próprio Relatório da Exposição. Evocando-se os antecedentes do certame, cuja ideia inicial surgira dois anos antes (1882), sublinha-se: «mas, quando enfim a assembleia dos fabricantes, produtores e negociantes a votou em 21 de Fevereiro deste ano [1884], a Exposição impunha-se já necessariamente, como a única resposta à preterição que o poder central nos fizera, omitindo a criação de uma escola industrial na nossa cidade e ao silêncio com que respondeu às representações que a este respeito lhe foram dirigidas»³⁷.

Alberto Sampaio foi o principal organizador e dinamizador da Exposição, convicto que estava do papel que ela poderia desempenhar no desenvolvimento da indústria concelhia. Nos textos que lhe dedicou, teve o ensejo não apenas de justificar, amplamente, a necessidade e as vantagens da sua organização, como também de expor as suas concepções acerca do desenvolvimento industrial e do seu papel na história da Humanidade.

No seu conhecido estudo, intitulado «Resposta a uma pergunta: Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?»³⁸ (datado de Janeiro de 1884), o autor, além de justificar a necessidade de organizar a exposição, expõe alguns princípios muito pertinentes e inclusive ainda actuais, não obstante ter decorrido um século.

Em primeiro lugar, referindo-se ao desenvolvimento do País, desde os tempos medievais à Época Moderna, constata ter-se registado um desenvolvimento harmónico – do qual resultou o papel desempenhado por Portugal, com as navegações e descobrimentos geográficos –, que só foi quebrado devido ao movimento da “indústria moderna”, que não acompanhámos. Porém, para Alberto Sampaio, o desenvolvimento, inclusive industrial, é inerente à noção de *independência nacional*. A propósito escreve:

.....
³⁴ *Idem*, p. 402. Como sublinhou François Caron, embora reportando-se à França, «a subida das receitas agrícolas constituiu a principal força de expansão do mercado dos produtos industriais» (Pierre Léon, dir., *História Económica e Social do Mundo*, vol. 3, t. II: *Inércia e Revoluções. 1730-1840* (trad. do francês), Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 456).

³⁵ Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas Industriais e Comerciais criadas no Século XIX*. Sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XII, 1978, p. 94; Mário Alberto Nunes Costa, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 63.

³⁶ J. F. Gomes, *op. cit.*, p. 94.

³⁷ *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, apresentado pela Sub-Comissão incumbida de o formular*, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1184, p. 9 (Ed. em fac-símile, Guimarães, Muralha – Associação para a Defesa do Património, 1991); itálico meu.

³⁸ A. Sampaio, *Obras*, p. 395-405.

«Não é independente uma nação ou um povo só porque certas circunstâncias lhe permitem uma soberania especial representada por um governo [...]. Se viesse a perder a sua indústria, perdendo uma função das mais importantes, perderia também uma das principais expressões do seu génio e colocar-se-ia por esse facto moralmente, como estamos vendo, e economicamente, como veremos logo, numa posição inferior em respeito aos outros que continuam a possuir aquela faculdade moderna»³⁹.

Em sua opinião, não faltavam capacidades ao operário português, mas sim formação – ensino técnico geral – e ambiente moral propício, que lhe estimulasse as faculdades inventivas⁴⁰. Alude ao fugaz desenvolvimento industrial no final do século XVIII, o qual não persistiu após o desaparecimento do seu impulsor, o Marquês de Pombal, ainda que A. Sampaio não o mencione expressamente⁴¹.

Ciente do atraso do país face a outros mais industrializados, destaca: «Tendo a mecânica moderna, auxiliada por enormes capitais, revolucionado a indústria de todos os países civilizados do mundo, a nossa tem continuado a viver aqui humildemente com os seus velhos instrumentos de produção, procurando somente na habilidade manual a perfeição e barateza que aliás lhe devia ser dada economicamente por máquinas e ferramentas aperfeiçoadas»⁴².

Curiosamente, o autor das *Póvoas Marítimas* antecipou-se, relativamente a uma questão que viria a estar na ordem do dia, ao longo da primeira metade do século XX – se Portugal deveria ser, ou não, um país industrial⁴³. Acerca da matéria, destaca: «Assentou-se que o país não precisava de ser industrial, que lhe bastava a riqueza da sua produção agrícola, e talvez tão somente obtida com a sua agricultura primitiva. Abandonou-se todo o ensino tecnológico fabril, assim como se descurou a cultura popular e o poder central deixou de prestar toda a protecção e incentivo que, aliás, deveria prestar ao fabrico nacional»⁴⁴.

E prossegue: «Talvez não existisse uma única oficina, se a esta corrente o fundo da população não opusesse a resistência que oferecem à morte os organismos vivos. A massa geral da população conheceu instintivamente que, no dia em que se fechasse a última fábrica, teria de retroceder à barbárie dos tempos primitivos»⁴⁵. Afirmar ainda que o povo português possui, na verdade, «uma capacidade industrial; sobeja-lhe o amor ao trabalho, a reflexão, a tenacidade e o espírito de ordem; tem em si os elementos necessários para criar uma indústria nacional»⁴⁶. Tem, no entanto, «falta de direcção [ou seja, de competências, ao nível da gestão], de ensino e de uma opinião pública instruída que saiba discutir e resolver as questões que lhe estão intimamente ligadas e que imponha à administração»⁴⁷.

Alberto Sampaio reafirma a sua convicção no poder transformador da educação e do reforço da consciência cívica e do espírito de cooperação, como bem expressa:

.....
³⁹ *Idem*, p. 398.

⁴⁰ *Idem*, p. 399.

⁴¹ *Idem*, p. 400.

⁴² Alberto Sampaio, *A Indústria Vimaranesa. Folha Única. Publicação da Imprensa Vimaranesa (Comemorando a abertura da Exposição Industrial de Guimarães)*, Guimarães, 15 de Junho de 1884, p. 1 (itálico meu).

⁴³ Foram seus protagonistas, entre outros, Anselmo de Andrade, José Henrique de Azeredo Perdigão e José N. Ferreira Dias. Ver, sobre o assunto, José Amado Mendes, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs. XIX-XX)», *Revista de História das Ideias*, 18, 1996, p. 187-230.

⁴⁴ A. Sampaio, *Obras*, p. 401.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Idem*, p. 399.

⁴⁷ *Idem*, p. 401-402.

«Fazer pensar é tudo; e a agitação a única alavanca que pode deslocar esse mundo; pois que agir quer dizer – instruir, ensinar, convencer e acordar. Neste caso o homem chama-se “legião”: em vez de vontade de um só ou de poucos, há a vontade e o pensamento de todos»⁴⁸.

Conclusão

A terminar, e concluindo em breves palavras, gostaria de salientar: por um lado, que Alberto Sampaio era um observador atento à realidade do seu tempo ou, como hoje diríamos, um cultor, *avant la lettre*, da história do presente⁴⁹; por outro, a agilidade com que focava matérias, na diversidade temporal – temo longo, médio e breve –, revela que, na sua perspectiva, a questão da exigência de um lapso de tempo alargado, para se poder fazer história, ainda não se colocava, pois tanto falava dos celtas, suevos ou do Condado Portucalense, como da emigração para o Brasil ou da crise da construção naval do seu tempo. Tecia, habilmente, todas as componentes da realidade portuguesa.

Estamos, assim, perante um historiador completo e, em vários aspectos – incluindo o texto histórico –, actualizado, não obstante os progressos registados pela historiografia, ao longo da última centúria.

Bibliografia

- ARÓSTEGUI, Julio, *La Historia vivida. Sobre la Historia del presente*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.
- ASH, Timothy Garton, *Historia del presente. Ensayos. Ensayos, retratos y crónicas de la Europa de los 90* (trad. do inglês), Barcelona, Tusquets Editores, 2000.
- BEBIANO, Rui, «Temas e problemas da história do presente», in José d' Encarnação (coord.), *A História Tal Qual se Faz*, Coimbra, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 225-236.
- CARON, François, in LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, vol. 3, t. II: *Inércia e Revoluções. 1730-1840* (trad. do francês), Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.
- FAZIO VENGOA, Hugo, «La historia del tiempo presente y la modernidad mundo», *Historia Crítica* (Bogotá), n.º 34, Julho-Dezembro 2007, p. 189-190 (<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2487893>; acedido em 23-02-2008).
- FERREIRA, Marieta de Morais, «História, tempo presente e história oral», *Topoi* (Rio de Janeiro), Dezembro de 2002.
- FUKUYAMA, Francis, *O fim da História e o último Homem* (trad. do inglês), Lisboa, Gradiva, 1992.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Escolas Industriais e Comerciais criadas no Século XIX*. Sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XII, 1978, p. 79-151.
- HUNTINGTON, Samuel P., *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1966.
- LYOTARD, Jean-François, *A condição pós-moderna* (trad. do francês), Lisboa, Gradiva, 1989.
- LANDES, David S., *A riqueza e a pobreza das nações. Porque algumas são tão ricas e outras tão pobres* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, Ed. Campus/Elsevier, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Alberto Sampaio no pensamento histórico português», *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1995, p. 413-441.
- MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel (coord.), *Património Industrial no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002.
-

⁴⁸ *Idem*, p. 400.

⁴⁹ Perspectiva que partilhava com outros grandes vultos da “Geração de 70” entre os quais o seu amigo Antero (José Amado Mendes, «Antero de Quental e Alberto Sampaio: observadores atentos da História imediata», *Congresso Anteriano Internacional. Actas. 14-18 Outubro 1991*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 449-460.

- MENDES, José Amado, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs. XIX-XX)», *Revista de História das Ideias*, 18, 1996, p. 187-230.
- MENDES, José Amado «Antero de Quental e Alberto Sampaio: observadores atentos da História imediata», *Congresso Anteriano Internacional. Actas. 14-18 Outubro 1991*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 449-460.
- Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, apresentado pela Sub-Comissão incumbida de o formular*, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1884 (Ed. em fac-simile, Guimarães, Muralha – Associação para a Defesa do Património, 1991).
- SAMPAIO, Alberto, *Obras*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2008.
- SAMPAIO, Alberto, *Hontem e Hoje*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1991, p. 22 (Texto datado, inicialmente, de Janeiro de 1892).
- SAMPAIO, Alberto, *A Industria Vimaranesse. Folha Única. Publicação da Imprensa Vimaranesse (Comemorando a abertura da Exposição Industrial de Guimarães)*, Guimarães, 15 de Junho de 1884.
- SERRÃO, Joel, «Emigração», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 19-29.

Lavouras e lavradores (Norte de Portugal)

As Vilas do Norte de Portugal um resumo de Alberto Sampaio

por Emília Nóvoa Faria * e António Martins **

Nota Prévia

O Arquivo Municipal Alberto Sampaio, de Vila Nova de Famalicão, detém, desde Julho de 1994, um importante fundo documental doado pela família do seu patrono a esta instituição, com base no espólio do eminente historiador reunido à data na Quinta de Boamense, onde ele viveu, praticamente, desde os tempos de juventude até à data da sua morte, em 1 de Dezembro de 1908. Desse fundo destacam-se alguns manuscritos provenientes do círculo de amigos que com ele mais intimamente privaram e outros da sua própria autoria, entre os quais um resumo das *Vilas do Norte de Portugal*, obra cuja versão definitiva fora dada à estampa na Portugália, entre 1899 e 1903, sob a égide de Ricardo Severo e Rocha Peixoto¹. Dizemos versão definitiva, uma vez que variantes anteriores tinham já aparecido noutras revistas da época. Em 1892, a Revista de Portugal, dirigida por Eça de Queirós e Luís de Magalhães, publicou, em 2 números sucessivos², uma primeira versão intitulada *As villas no norte de Portugal: estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germânicos*, a que se seguiu, entre 1893 e 1897, nova publicação pela Revista de Guimarães³, simultaneamente com a edição de uma parte da obra, em 1894, na Revista de Ciências Naturaes e Sociaes⁴.

Sobre a origem deste resumo, longos anos esquecido entre os velhos papéis guardados nos baús de Boamense, é muito escassa a informação. Através de duas cartas de Alberto Sampaio dirigidas a Jaime de Magalhães Lima e a Luís de Magalhães, escritas no segundo semestre de 1906, sabe-se, pelo menos, que a sua redacção estaria em curso nessa altura. Na carta para Magalhães Lima, datada de 14 de Setembro, pode ler-se a certo passo: *Já li os primeiros capítulos do seu livro⁵, belamente escritos, e de igual modo sentidos e pensados. Agora vou fazer a leitura completa. Tenho andado até aqui um pouco atrapalhado com a conclusão do segundo capítulo das Póvoas, e um resumo das “Vilas” para satisfazer um pedido do Ricardo. Ficamos também a saber que o resumo das “Vilas” lhe foi solicitado por Ricardo Severo. Mais tarde, na carta dirigida a Luís de Magalhães, com data de 12 de Outubro, volta a referir: Eu tenho passado sempre bem: de resto entregue às congeminações do costume. Agora estou a fazer um resumo das “villas” para satisfazer os meus*

* Técnica Superior, Museu Bernardino Machado.

** Investigador.

¹ As «villas» do Norte de Portugal. “Portugalia”, Porto, 1, 1899-1903, pp. 97-128, 281-324, 417-422, 549-584, 757-806.

² As villas no Norte de Portugal: estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germânicos. “Revista de Portugal”, Porto, 4 (23), Abr. 1892, pp. 529-555; 4 (24), Maio 1892, pp. 741-775.

³ As villas no Norte de Portugal: estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germânicos. “Revista de Guimarães”, Guimarães, 10, 1893, pp. 161-176, pp. 209-221; 11, 1894, pp. 139-147; 12, 1895, pp. 5-10, pp. 65-90, pp. 155-173; 13, 1896, pp. 19-25; 14, 1897, pp. 161-186.

Durante o período desta publicação foram directores da revista Avelino da Silva Guimarães (1890-1893) e Domingos Leite de Castro (1894-1898). Note-se que no biénio 1896-1898 era Presidente da Sociedade Martins Sarmento um dos seus co-fundadores, José Sampaio, irmão de Alberto Sampaio.

⁴ As villas no Norte de Portugal: estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germânicos, “Revista de Ciências Naturaes e Sociaes”, Porto, 3, 1894, pp. 49-61.

A revista era dirigida, ao tempo, por Wenceslau de Lima, Ricardo Severo e Rocha Peixoto.

⁵ Jaime de Magalhães Lima – Apóstolos da terra, Coimbra: Tipografia França Amado, 1906.

colegas da “Portugália”. Estou com receio, bem fundado, que a coisa não saia bem. O pedido que os homens da Portugália fizeram a Alberto Sampaio, teria, talvez, como objectivo a divulgação, num formato certamente mais acessível, da obra que a revista tinha já publicado no seu todo, porventura demasiado extensa e erudita para atrair o leitor comum. No entanto, não seria, curiosamente, a Portugália o seu verdadeiro destinatário, como se pode ler numa carta de Rocha Peixoto para António Vicente Leal Sampaio, sobrinho do historiador⁶, datada de 12 de Dezembro de 1908, poucos dias depois da morte de Alberto Sampaio: *Entre os papéis legados deve existir um resumo das “Vilas” feito a meu pedido e do Ricardo, e destinado para um número duma revista de Lisboa, organizado todo pela redacção da Portugália. É muito interessante e convém não o perder de vista. Mas... de viva voz, na Póvoa, é que poderíamos largamente debater o caso.* Desconhecemos se o assunto foi, de facto, a debate, mas ou porque António Vicente não tenha conseguido localizar o manuscrito ou porque tenha optado pela sua não publicação, o resumo nunca chegou a ser dado à estampa. No entanto, toda a envolvente que o rodeou torna claro o evidente reconhecimento que as *Vilas* já tinham granjeado entre os contemporâneos de Alberto Sampaio, mormente nos meios intelectuais da capital.



▲ Da esq. para a dir.: Alberto Sampaio, Luís de Magalhães e Jaime de Magalhães Lima. Ago. 1905.

Quanto ao documento em si, intitulado pelo autor *lavouras e Lavradores (Norte de Portugal)*, trata-se de um conjunto de 14 folhas pautadas (20.7x13.4 cm) escritas a tinta preta na frente e verso, com anotações a lápis, contendo algumas delas colagens de recortes do mesmo papel com correcções de frases ou períodos, sobrepostas ao texto original. O manuscrito apresenta-se profusamente emendado com múltiplas rasuras de palavras e frases resultantes de revisões efectuadas sobre o próprio original, o que não surpreende atendendo à preocupação já manifesta na carta que Alberto Sampaio escreveu a Luís de Magalhães. Aliás, a

.....
⁶ António Vicente Leal Sampaio (1869-1953) natural de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo exercido a magistratura em diversas comarcas do norte do país. Em 1919, o seu envolvimento nos acontecimentos da Monarquia do Norte e o facto de ter aceite um cargo na Junta Governativa do Reino, valeram-lhe a exoneração de juiz da comarca da Póvoa de Varzim. Optou então pela advocacia até voltar a ser reintegrado na magistratura, por decreto de 30 de Novembro de 1926. Já próximo do final da sua carreira, foi nomeado Juiz Conselheiro do Tribunal de Justiça. Admirador incondicional do trabalho e das investigações históricas do seu tio Alberto Sampaio, colaborou com Luís de Magalhães na edição dos Estudos Históricos e Económicos pela Livraria Chardron, em 1923.

julgar por algumas características das próprias emendas, como se pode observar nas anotações que fazemos ao manuscrito, é possível que o autor ainda não tivesse fixado definitivamente o texto à data da sua morte. Hipótese tanto mais plausível quanto, apesar do manuscrito ter sido começado a redigir em 1906, ainda não estava entregue aos seus destinatários em 1908. Por isso, também sugerimos anteriormente que talvez a percepção desse facto tivesse inibido António Vicente, nessa altura, de dar o resumo para publicação, tal como Rocha Peixoto desejaria. Entendemos hoje, no entanto, que tanto a perspectiva temporal que nos separa dessa época, como o inquestionável valor do texto que Alberto Sampaio nos deixou neste resumo das Vilas, autorizam plenamente uma publicação que honra a memória do ilustre historiador, cujo 1.º Centenário da sua morte se comemora em 2008.

Lavouras e Lavradores
(Norte de Portugal)

O noroeste peninsular jazia imerso numa anti-
quada civilização, quando toda a Hispânia estava já
submetida ^{às armas} aos domínios de Roma. Foram as legiões
de Augusto que vieram sujeitá-lo em terríveis
campaças, das quais, por falta dum Políbio, fi-
com apenas um eco amotocido. Inevitável a sujei-
ção de não efectuar-se de pronto na região interior,
tê-lo-ia sido pelo menos aqui. Principia então pa-
ra os reinos e povos habitantes o alvorecer da his-
tória. ^{Do} Deste viver pre-romano, remontando tal-
vez ^{o tempo da} ~~esta~~ ^à ~~uma~~ ^{uma} ~~inimpração~~, ^{em} ~~restam-nos~~, ^{por} ~~posto~~ ^{por} ~~que~~ ^{poucas},
informações ^{de grande} ~~da~~ ^{valia}, pois foi em ~~uma~~ ^{uma} ~~sociedade~~ ^{sociedade} ~~que~~ ^{se} ~~desenvolveu~~ ^{desenvolveu} ~~a~~ ^a ~~noção~~ ^{noção} ~~de~~ ^{de} ~~uma~~ ^{uma} ~~civilização~~ ^{civilização} ~~por~~ ^{por} ~~parte~~ ^{parte} ~~dos~~ ^{dos} ~~romanos~~ ^{romanos}.
~~Para~~ ^{Para} ~~compreender~~ ^{compreender} ~~os~~ ^{os} ~~novos~~ ^{novos} ~~maiores~~ ^{maiores} ~~através~~ ^{através} ~~dos~~ ^{dos} ~~delegados~~ ^{delegados}.
muito ~~de~~ ^{de} ~~antes~~ ^{antes} ~~de~~ ^{de} ~~serem~~ ^{serem} ~~conhecidos~~ ^{conhecidos}. Se ^{de} ~~por~~ ^{por} ~~ventura~~ ^{ventura} ~~permanecerem~~ ^{permanecerem} ~~em~~ ^{em} ~~estado~~ ^{estado} ~~de~~ ^{de} ~~tribos~~ ^{tribos} ~~diversas~~ ^{diversas},
— se ~~então~~ ^{então} ~~em~~ ^{em} ~~pequenos~~ ^{pequenos} ~~povos~~ ^{povos} ~~autónomos~~ ^{autónomos} ~~ou~~ ^{ou} ~~ciota-~~ ^{ciota-}
~~des~~ ^{des}, ~~freqüentes~~ ^{freqüentes} ~~nas~~ ^{nas} ~~regiões~~ ^{regiões} ~~interiores~~ ^{interiores}.
~~onde~~ ^{onde} ~~se~~ ^{se} ~~desenvolveu~~ ^{desenvolveu} ~~a~~ ^a ~~fragmentação~~ ^{fragmentação}, ~~que~~ ^{que} ~~é~~ ^é ~~o~~ ^o ~~resultado~~ ^{resultado} —

▲ Fac-símile da 1.ª página do manuscrito de Alberto Sampaio.

Critérios de transcrição

Os critérios da transcrição do manuscrito “Lavouras e lavradores (Norte de Portugal)” foram os seguintes:

1. Actualizámos a ortografia.
2. A pontuação foi rigorosamente respeitada.
3. O texto transcrito segue a revisão efectuada pelo autor no próprio manuscrito. Nas notas finais dá-se conta dos casos em que Alberto Sampaio manteve ainda a versão original e os sinais separadores que utilizou nalgumas partes do texto.

7 Lavouras e lavradores (Norte de Portugal)

⁸O noroeste peninsular jazia imerso numa antiquada civilização, quando toda a Hispânia estava já submetida às armas de Roma. Foram as legiões de Augusto que vieram subjugar-lo em terríveis campanhas, das quais, por falta dum Políbio, ficou apenas um eco amortecido. Embora a sujeição se não efectuasse de pronto na região inteira, tê-lo-ia sido pelo menos aqui. Principia então para os rudes habitantes o alvorecer da história. Do⁹ viver pré-romano, remontando talvez ao tempo da imigração, por fortuna, restam-nos, posto que poucas, informações de grande valia, pois foi na velha sociedade que se enxertou a nova, introduzida pelos conquistadores.

Nesse momento os nossos maiores, atrasados dos italo-gregos¹⁰ muito[s] séculos, levavam uma existência bárbara, pela qual já tinham passado os outros. Se porventura pertenciam a uma estirpe comum, dividiam-se contudo em pequenos povos autónomos ou *cidades*, frequentes vezes guerreando-se mutuamente: tal era a fragmentação, que só o convento-jurídico ou chancelaria de Braga, uma das novas circunscrições do governo romano, continha vinte e quatro. Cada cidade era um estado minúsculo com o seu território próprio no qual vivia e donde tirava a alimentação: defendia-o dos adiantados ou poderosos uma *citânia*, colocada no sítio mais eminente, e revestida de grossas muralhas de granito: disposta tanto para a defesa, como para a residência, as ruínas, delas visíveis hoje nos cimos dos montes, são o testemunho irrefragável da vida antiga, vivida ali sem o mínimo conforto. Apoiadas nesta fortificação que podemos chamar central, outras diminutas, – *castros*, serviam de sentinelas ou aparavam o primeiro embate do inimigo. Assim, o país dir-se-ia coberto de fortalezas, destinadas a salvaguardar a independência de cada povo, ou de vários quando alguns estavam coligados.

As citânias ocupavam em geral largo espaço, apinhado de cabanas, redondas ou quadradas, dum único compartimento, com paredes de pedra talhada e de assento cuidadoso, não faltando às vezes ornamentos nas ombreiras das portas. Estas habitações vêem-se distribuídas em grupos, com um¹¹ pátio ladrilhado, sobre o qual dava o ingresso de todos. Parece suposição plausível, que desde a primitiva, habitara em cada um a família oriunda de cada magnate, com os seus clientes e servos: por baixo do ladrilho a picareta descobre solo virgem, e portanto desocupado no tempo das construções. O interior da casa das ruínas de Briteiros, cercado de bancos de pedra, figura-se-nos uma tosca sala de conselho, senado dos subchefes, presidido pelo superior – Camal (?) palavra que se lê numa inscrição de lá. Sendo assim, teremos uma aristocracia com clientes, e servos sem dúvida, pois os havia sempre neste período histórico, cativos nas guerras incessantes. Sirva de exemplo a evasão de Numância de Retógenes com cinco amigos e igual número de servos.

.....
⁷ Textos de Alberto Sampaio. Antes do título, o historiador anotou a lápis, como possível alternativa, “Antes e depois da História. Lavradores e Lavouras (Norte de Portugal)”.

⁸ Alberto Sampaio identificou, à margem do texto, algumas partes do resumo com a numeração romana que tinha usado nos capítulos de “As Vilas do Norte de Portugal” – estudo publicado como separata da revista “Portugália” em 1903 –, provavelmente para sua própria orientação. Todavia, esta preocupação é por vezes omissa ou substituída por um simples asterisco separador. O início do resumo foca o tema das cidades (Capítulo II das “Vilas”), sem qualquer referência à Introdução que antecede este capítulo na publicação da “Portugália”.

⁹ Por baixo da palavra *Do*, Alberto Sampaio manteve a palavra original *Desse*.

¹⁰ A frase original “*Nessa ocasião os nossos maiores, atrasados deles muito[s] séculos, viviam ainda barbaramente*”, depois das correcções introduzidas, deu lugar a “*Nesse momento os nossos maiores, atrasados dos italo-gregos muito[s] séculos, levavam uma existência bárbara, pela qual já tinham passado os outros*”.

¹¹ Por baixo da palavra *um*, Alberto Sampaio manteve no original a expressão *o seu*.

Além da citânia, quase capitólio ou acrópole, onde no caso de invasão se concentrava toda a colmeia, havia também dispersas pelo território cabanas de madeira, onde se alojariam os homens quando apascentavam os gados ou colhiam os frutos silvestres, dos quais se encontraram em Briteiros landes carbonizadas. O castanheiro, por isso que a árvore é indígena, dava um bom contingente nesta espécie de alimento. Que conheciam os cereais panificáveis é certo, mas a produção de modo nenhum podia ser abundante. Considere-se em primeiro lugar que a rudeza dos processos culturais não permitia colheitas fartas: depois a cultura limitava-se às planuras adjacentes às fortificações, por ser de defesa mais fácil, e nisto concorda a notícia que as tropas de Augusto marchavam através de selvas e não dum país cultivado: e nem as casas das citânias podiam encheirar provisões de qualquer abundância. O principal sustento havia de provir dos gados, da carne e lacticínios. O vinho, diz um autor, é raro, e em vez de azeite usam manteiga: nesta informação temos mais uma prova da limitação da cultura aos altos, sítios impróprios para as plantas que dão aqueles dois produtos. Com os cereais preparavam, todavia, bebidas fermentadas: uma destas, chamada – *celia*[m], fabricava-se em Numância com o malte do trigo.



▲ Inscrição latina gravada em pedra. Citânia de Briteiros. (Fot. Sarmento).

Pobre, altiva, sacrificando de bom grado a vida à liberdade e independência, vivendo no canto extremo da península duma civilização, há muito envelhecida – tal era a gente que os legados de Augusto com guerras trabalhosas, submeteram ao império de Roma.

¹²Não é provável que neste teor de vida os nossos antepassados conhecessem a propriedade rural: quando muito ela limitar-se-ia às casas citanienses; o resto do território estaria teoricamente em regime colectivo, aliás as legiões imperiais encontrariam o chão das cidades dividido em casais precisamente e não coberto de demarcadas matas embrenhadas. Assim já tinha sido no Lácio, e era na Gália, na ocasião da conquista. Nem a agricultura tão restrita exigia essa instituição. Ainda hoje no Gerês, com extensa produção de gados em pastagens comunais e a agrícola limitadíssima, temos um símile da vida pastoral antiga. As mesmas águas de rega, ainda hoje em muitos pontos, comuns no inverno, quando se empregam no fertilizar [de] prados, assinalam o colectivismo extinto. O que se pode supor com a maior probabilidade é que o solo das cidades estava usurpado pelos nobres; o chefe de cada grupo de habitações dominaria num retalho, que os seus homens exploravam em animais e frutos silvestres, exercendo aí, sobretudo perto das citânias, o

¹² A numeração III escrita à margem a lápis de cor azul, indica o início da apresentação do tema: A constituição da propriedade (Capítulo III das “Vilas”).

fraco cultivo dos cereais. Em seguida à vitória, Augusto lançou um imposto de quotidade sobre os detentores da terra, e deste modo legalizou a usurpação. O nobre foi logo reconhecido como possuidor, quase proprietário, e no seu retalho teve de colocar os clientes, consoante o estado de cada um. Aos livres (ingénuos) impôs-lhes uma pensão, correspondente ao tributo que pagava agora aos libertos, além dela alguns serviços pessoais com a dependência que lhe era privativa, e com os servos estabeleceu para si mesmo uma lavoura própria e a alguns concedeu casalejos¹³ que agricultavam mediante prestações, mas sem saírem da sua posição, e portanto na completa dependência do senhor. Os terrenos de mais difícil cultura deixou-os para uso comum dos lavradores. E assim se originaram as três classes populares rurais, que desde os romanos chegaram até à alta idade-média, modificando-se gradualmente, até que todas se fundiram numa só – a dos ingénuos. Mas enquanto se não operou a fusão, cada uma se diferenciava juridicamente da outra, e foram os parcelários servis, quem os empregados do fisco no fim do século III inscreveram no cadastro com a designação de *adscritos à gleba*. Por tal maneira os retalhos das cidades, antes explorados pelos magnates num regime mais ou menos colectivo, transformaram-se em “Vilas” à romana, construídas primeiro em possessões legais por virtude do imposto, e mais tarde em verdadeiras propriedades, com pleno domínio no tempo de Vespasiano que concedeu a toda a Hispânia o direito latino.¹⁴ Está claro que tamanha transformação não podia operar-se dum jacto: levou muitas gerações, durante as quais nobres e populares foram aprendendo, à sua custa, com os especuladores que vinham de Roma, o modo de ser da nova civilização, em todo o seu diversificado¹⁵ desenvolvimento.

¹⁶Por efeito da conquista romana, a cidade desagregou-se, ficando cada chefe com um pedaço. São estes fragmentos que nos atraem a atenção, porque neles se vai formar a sociedade romanizada. Muito embora os magnates continuem a residir nas citânias, por certo tempo, o povo dispersou-se pelo perímetro da cidade dividido em extensões diferenciadas. Nasce então uma nova terminologia e aparecem as demarcações. É força por isso considerar as vilas, tanto no seu contorno exterior, como na divisão interna.

A palavra “vila” principiou por designar a habitação do senhor, depois compreendeu tudo quanto se continha dentro da propriedade. De vila derivou-se “vilar” e “vílula”. Empregavam-se também no mesmo sentido “prédio” e “agro” mas o primeiro termo foi o mais usado e de acepção especializada. Cada unidade dessas era limitada com rigor por meio de marcos de formas e nomes variados: e com tal firmeza que resistiram até ao desconjuntar da alta idade-média, enquanto durou o sistema económico romano. Ainda em 983 possuímos tipicamente demarcada a *vila Moraria* (Moreira de Cónegos).

¹³ Por baixo da palavra *casalejos*, Alberto Sampaio manteve no original a palavra *parcelas*.

¹⁴ No texto do manuscrito, Alberto Sampaio anotou p. 81, correspondente ao número da página de “As Vilas do Norte de Portugal”, onde é abordado o assunto da propriedade do solo e da tributação durante o domínio romano na península: “Posto que o solo das províncias pertencesse em teoria ao estado romano, na prática ele abandonava-o aos vencidos, mediante um tributo – *vectigal* para quem o recebia, *stipendium* para quem o pagava; deste originou-se o imposto predial; os detentores da terra eram apenas possesores, somente com o *possessio* e o *usufructus*; pelo decurso porém dos anos adquiriram o *dominium*, se o não possuíam já desde o *census*, quando a latinidade se estendeu pelo mundo fora; à Hispânia concedeu-a o imperador Vespasiano, antes da generalização a todo o império no tempo de Caracala.” (Alberto Sampaio – *As “Vilas” do Norte de Portugal*. Separata da “Portugália”, Porto: Imprensa Moderna, 1903, p. 81).

¹⁵ Por baixo da palavra *diversificado*, Alberto Sampaio manteve, neste caso, como alternativas, as palavras *amplo* e *variado*.

¹⁶ A numeração IV escrita à margem a lápis de cor azul, indica o início da apresentação do tema: A terminologia e as demarcações (Capítulo IV das “Vilas”).

¹⁷Posto que as nossas vilas fossem fundadas durante o império, quando já dominava no mundo romano a grandíssima propriedade, aqui nem sempre predominou esse modelo. Este facto é mais uma prova que a divisão das cidades se fez sancionando-se a que já estava estabelecida, e não podia ser outra, senão a ocupação anterior pelos nobres: a lei fiscal em virtude do novo imposto, legalizou esse estado de coisas pré-existente, e por isso veio a aparecer uma grande variedade na extensão, nunca chegando todavia aos latifúndios que um cavaleiro não lograva circular num dia. A mais pequena seria igual ao ajelo¹⁸ de Horácio, talvez 50 hectares, e as maiores regulariam por 500 a 600. Estas antigas superfícies agrárias existem actualmente nas *freguesias rurais* ou em certos *lugares* delas, se pela pequenez tiveram de reunir entre si ou a uma grande; quando se partiram os laços jurídicos que as prendiam ao domínio dum só indivíduo e tiveram de partilhar-se.

¹⁹Demarcada a vila, o fundador impunha-lhe o seu nome, que se transmitia nas sucessões futuras. Serviam-se os romanos do apelido gentílico adjectivado com um sufixo. Igual costume passou da Itália para a Gália, diversificando apenas na terminação. Na Hispânia, onde como no último país, a gente se denominou à romana, devia ter acontecido o mesmo: dá-se porém o caso de serem muito raros tais nomes: os que se encontram vulgarmente são de procedência novigoda, ou como se disséssemos de raiz germânica. Houve no percurso do tempo uma notável mudança neste ponto: a ela nos referiremos adiante, quando chegarmos ao período histórico em que se realizou. Convém acentuar, que visto ter-se transformado a vila em freguesia é na denominação desta que temos a procurar a das outras. Além da nomenclatura pessoal, no período romano serviram para designar propriedades, diversos nomes derivados de plantas, animais, minerais, acrescentando os ditados pelo sentimento cristão. A denominação é um traço tão característico que não podia ser omitido numa exposição ainda a mais resumida²⁰.

²¹Consideremos agora a disposição interna das vilas romanas. No tempo da conquista, dividiam-se em duas secções: uma explorada directamente por conta do senhor com servos comandados por um feitor: a outra partilhava-se em subunidades, agricultadas por homens livres ou da classe serva, mediante o pagamento de certa renda com ou sem serviços pessoais. Na primeira havia as construções mais importantes – a *vila urbana*, residência do proprietário, e unidas a *rústica*, onde se alojavam os servos e os animais, a *fructaria* destinada a guardar os produtos agrícolas. No resto, havia espalhadas por todo o perímetro as casas dos lavradores prestamistas. Entre nós a residência dominical chamou-se palácio, paço, palavra de derivação latina. Este termo pela sua significação mostra a autoridade de que gozava o senhor em relação aos cultivadores, qualquer que fosse a sua condição. Na Itália e na Gália tais vivendas eram luxuosas; aqui pelas poucas explorações que se tem feito, parece que senão tanto o foram também.

À distância, ora isoladas ora agrupadas sobre si em lugares, viam-se as habitações dos lavradores a que chamaram *casa*, sem alteração da forma latina. No princípio fora uma pobre habitação pouco melhor, se o era, que a das citânias. Depois à medida que os homens aumentaram de cabedais tornou-se maior e

.....
¹⁷ A numeração VI escrita à margem a lápis, indica o início da apresentação do tema: A extensão (Capítulo VI das “Vilas”).

¹⁸ Alberto Sampaio aportuguesou a palavra latina “agellus” (campo de pequena dimensão), para evitar o uso do termo latino.

¹⁹ A numeração V escrita à margem a lápis, indica o início da apresentação do tema: A denominação (Capítulo V das “Vilas”).

²⁰ Neste ponto do manuscrito, Alberto Sampaio anotou a lápis *Permanência das Vilas*, título do Capítulo X das “Vilas”. Uma vez que não corresponde ao tema seguinte, esta anotação afigura-se-nos como um lembrete, para posterior desenvolvimento do assunto com que termina esta parte.

²¹ O texto que se segue remete para o tema: As construções e subunidades culturais (Capítulo VII das “Vilas”). Neste caso, Alberto Sampaio não usou qualquer sinal identificador do tema.

apropriada às necessidades da cultura: e por fim a própria palavra nobilitou-se, vindo a designar não só o geral das habitações mas ainda os edifícios destinados ao culto cristão: ao mosteiro de Guimarães chamava casa a linguagem em 983²². Na casa além dos agricultores propriamente ditos moravam os artesãos ligados à lavoura. As subunidades que estabeleceram o sistema parcelar denominam-se – *casais*, *quintanas* ou *quintas* e *vilares*. Todas estas denominações derivam-se de palavras latinas, e os terrenos por elas designados tinham a mesma natureza jurídica. O nome mais comum e popular, foi o primeiro, vindo por fim a designar o património duma família. Quando as vilas se desmembraram, essas fracções tornaram-se em prédios rústicos independentes. Ordinariamente eles agrupavam-se em *lugares* não armados, ao contrário dos *vigos*, palavra que se perdeu – foi substituída por *aldeia*, de origem árabe por isso de introdução posterior, forma de agrupamento muito rara. Embora as casas dos casais fossem no princípio as mais desconfortáveis, contudo o cultivador vivia independentemente e pelo andar do tempo a foi melhorando, anexando-lhe os compartimentos indispensáveis ao seu ofício.

²³Da exposição precedente vê-se que os magnates das citânias, em vez de estabelecerem uma grande cultura, parcelavam os terrenos que provavelmente usurpavam, em pequenas lavouras, pelas quais distribuíram os seus clientes: resta agora considerar a última divisão, necessária à cultura das plantas e a espécie destas. Note-se antes de tudo a existência de terrenos incultos, produzindo mato e ervas espontâneas para a pastagem dos gados e fabrico de estrumes. Eram as bouças: além destas havia os soutos, nos quais dominavam os carvalhos e os castanheiros. Todos eles não indicam retrocesso de cultura, pois prendiam-se ao sistema cultural que ainda hoje persiste.



▲ Casa do Conselho. Citânia de Briteiros.

Das glebas cultivadas, nomeiem-se junto das casas as *corrinhas*, e não longe o *quintal* ou a *horta*, nos vales fundos os *prados* e nas margens dos rios, as *várzeas*, e nos terrenos enxutos os *agros*, *agras*, *agrelas* e *agrelas*, repartidas em *leiras*. Por isso que as águas não estavam bem lagunadas era só nas últimas que

²² No texto do manuscrito, Alberto Sampaio anotou p. 66, correspondente ao número da página de “As Vilas do Norte de Portugal”, onde é abordado o assunto aqui referido.

²³ A numeração VIII escrita à margem a lápis, indica o início da apresentação do tema: As glebas e as plantas cultivadas (Capítulo VIII das “Vilas”).

cultivavam os cereais usados então, ficando os fundos húmidos para os prados. Dividiam-se os cereais em duas classes – de verão e de inverno. Pertencem à primeira o centeio, a cevada, a aveia e o trigo; à segunda – o milho-alvo e o painço; todos com cultivo sistemático entre os romanos. Foi igualmente no seu tempo que se substituíram as mós manuais, vulgares nas citânias, pelos moinhos de água, turbinas primitivas, e depois pelas azenhas, rodas hidráulicas. Quanto às leguminosas podemos ter como certa a cultura na mesma época das favas, ervilhas e lentilhas. O feijoeiro, supõe-se oriundo da América, e nesta hipótese não existiria então e será outra a planta designada pelo mesmo nome: em todo o caso convém observar que 38 anos apenas depois da arribagem de Colombo a Lisboa, já havia uma cultura extensa deste grão no termo de Lamego. O tremçoço parece ter sido desconhecido na nossa região até aos novogodos. O linho pelo contrário teve cultura muito extensa desde os romanos que o introduziram, assim como os processos e utensílios da sua preparação, excepto a “roca”, palavra de origem germânica. Se das plantas anuais passarmos às arbustivas, não podemos ter dúvida que datam dos romanos não só a gleba especial – “pomar”, como as fruteiras ainda hoje cultivadas, exceptuadas a laranjeira, limoeiro, tangerineira e nespereira japónica. De todas a mais popular foi a macieira, popularidade que ainda conserva. As maçãs serviam também para fazer uma bebida fermentada, cujo uso geral cedo se perdeu, porque não guardou uma denominação privativa, como em espanhol “cidro”, em francês “cidre” e em italiano “sidro”, todas do latim “sicera”. Ao castanheiro já nos referimos. Espontâneo no país foi muito explorado no tempo romano, tanto pela sua preciosa madeira, como pelos frutos, que eram, antes da moléstia que atacou a árvore, o pão diário dos lavradores durante 4 a 5 meses do ano. Dispensando qualquer cultura, não se plantavam nos pomares, mas nas terras de bravio, nas rechãs de melhor qualidade. Perdeu-se infelizmente a nomenclatura pré-romana, que a língua dos conquistadores absorveu. A oliveira, muito conhecida na península antes dos romanos, é de crer, nunca foi muito cultivada na região: a sua terminologia tem a singularidade de ser em parte latina, o nome da árvore, e em parte árabe – azeite e azeitona: talvez “óleo” se tornasse de significação genérica, e fosse posteriormente adoptado “azeite” no sentido especial, e ele ajudasse a sustentar o uso de “azeitona” em vez de “oliva”.

Depois que os citanienses vieram ocupar as terras dos vales e encostas abrigadas, nenhum arbusto teve mais extensão cultural que a vide. Até Probus (falecido em 282) havia uma certa limitação da viticultura nas províncias, para obstar à concorrência que esses vinhos podiam fazer aos italianos: foi este imperador que a permitiu na Gália, Hispânia e Britânia. Desafogada de peias fiscais, desenvolveu-se extensamente, e os indígenas puderam beber vinho em abundância. É latina a nomenclatura, quer em relação ao produto, quer aos utensílios, processos de cultura e fabrico. Devemos, todavia, notar que as vasilhas, se foram no princípio de barro como as romanas, dentro em pouco substituíram-nas as de madeira, usadas na Gália, não ficando na nossa língua popular nenhum vestígio das primeiras. A vide era cultivada em glebas especiais – “vinhas”, ora na forma alta, ora baixa. Talvez não na orla dos campos, onde haveria então filas de macieiras. A disposição actual apareceu muito posteriormente. Das ramadas não temos notícia senão do tempo dos suevos, sendo crível que elas já existissem antes, por serem uma forma usada entre os romanos para adorno dos jardins.

²⁴Da exposição precedente vê-se que foi sob o império dos Césares que os rudes habitantes das nossas cidades se fizeram agricultores, começando e concluindo a obra gigantesca da cultura do seu país bravio²⁵. Constituíram os magnates a nobreza ou classe dirigente, os pobres a legião dos arroteadores. Nas vilas rurais, núcleos do sistema agrícola-económico, fixou-se a variedade de produtos com cultivo próprio em lugar adequado: simultaneamente, elas tornaram-se o centro da vida moral do povo e guarda das tradições. Se o

²⁴ Situação idêntica à mencionada na nota 21. O texto seguinte remete para o tema: As classes (Capítulo IX das “Vilas”).

²⁵ Por baixo da palavra *bravio*, Alberto Sampaio manteve no original a palavra *selvático*.

senhor disciplinou os lavradores, acostumando-os a obedecerem, entre estes no decurso do tempo nasceram fundas relações que os conservarão unidos, quando ele desaparecer pela força dos acontecimentos. Desde Augusto, falecido em 14 a. de C., até à entrada das primeiras hostes germânicas na península em 409, decorrem perto de 4 séculos, durante os quais a população se romanizou, absorvendo por completo a civilização, que ainda permanece importada pelos conquistadores.

²⁶Dos primeiros três povos germânicos que entraram na Hispânia, em breve ficaram dominantes os suevos: embora a sua chegada determinasse fundas perturbações políticas, elas não foram tamanhas, como as exagera um escritor vernáculo contemporâneo, ou duradouras, nem produziram nenhuma alteração na organização social: ainda nas faixas da barbaria, esta gente depressa foi vencida pela civilização com que se defrontava. Pensou-se em certo tempo ter havido uma divisão de terras, opinião hoje abandonada: as demarcações das vilas não se alteraram, nem os agricultores foram expulsos delas. Houve certamente, violência como acontece sempre nas invasões com tropas indisciplinadas, e alguns senhores seriam despojados dos seus direitos dominicais; mas isto foi a excepção. Os recém-chegados tiveram de adaptar-se aos moldes existentes. Nas terras públicas os novos chefes encontravam as suficientes para si, sem necessidade de expropriações e do património particular contentaram-se com os impostos dos vencidos. O país estava coberto de lavouras, de vias de comunicação, policiado, com administração tão perfeita, como sabiam ordená-la os romanos. Populosas cidades eram as capitais dos convento-jurídicos, e numa delas, – em Braga, estabeleceram os reis suevos a sua residência e a corte. A estes sucederam, um meio século após, os visigodos. Homens da mesma raça e mesmos costumes, mas chegando num adiantado período de civilização, longe de procederem doutra maneira, eram eles a quem os hispanos por várias [vezes] tinham pedido protecção contra os seus irmãos germânicos. Governaram até Julho de 711, quando a grande batalha do Crissus ou Guadalete abriu as portas da península aos árabes. Durou, portanto, todo o período suevo-visigótico por três séculos. Houve alterações no regime político, mas não na sociedade, que ao cabo desse longo tempo se encontrou tão romanizada como tinha sido antes.

²⁷O abalo superficial produzido nesta região pela invasão dos muçulmanos, em virtude da doçura da sua política com os vencidos, estaria com certeza já dissipado, quando principiaram as campanhas gloriosas de Afonso I (739-757). Posto que em teoria as terras conquistadas pertencessem aos invasores, eles deixavam-nas em posse dos cristãos, mediante um imposto. A esta teoria ou ficção jurídica, que supunha toda [a] propriedade territorial, as vilas e os seus casais em poder dos islamitas, deram os reis asturianos estranha aplicação. Reconquistando um tracto de terreno, eles assenhorearam-se tanto da soberania como dos imóveis e valores mobiliários, entendendo que tudo tinha sido arrancado aos infiéis pelo direito da guerra. Não que se alterasse o regime agrário nem os cultivadores mudassem [de] situação. Isso seria da maior dificuldade em época regular e de todo o ponto impossível numa da máxima desordem. A mudança ocorreu unicamente no senhorio, quer relativo aos direitos dominicais quer às terras reservadas para o senhor e cultivadas por sua conta. Tanto aqueles, como estas, que se chamaram “reguengos”, isto é, ou fossem terras ou foros, que tudo o que não estava na posse dos cultivadores parcelários foi apreendido pelos reis, que o tomavam para si ou o dividiam com os seus homens de armas. Daí a origem dos bens da coroa. Foi o tempo das *presúrias* e dos *presores*, durante o qual os senhores legais desapareceram, sendo em parte substituídos pela coroa e em parte, mediante doação ou permissão dela, pelos novos chefes militares.

.....
²⁶ Um asterisco (*) delimita o tema anterior do seguinte: A permanência das vilas (Capítulo X das “Vilas”).

²⁷ Um asterisco (*) delimita o tema anterior do seguinte: Neo-visigodos: senhores e cultivadores (Capítulo XI das “Vilas”).

Deste modo quem mudou foi a classe dirigente, emergindo então das hostes, que expulsaram os inimigos, a aristocracia novigoda, que se foi seleccionando entre os mais bravos combatentes nos campos de tantíssimas batalhas. Durante longos tempos ela não teve outros apelidos senão os patronímicos, e só tomou os das terras mais tarde, quando pelas doações régias se tornou classe de proprietários nobilitados. Não se julgue contudo, que estes senhores novigodos tinham a riqueza e influência moral dos antecessores. Embora no primeiro momento de confusão resultante do levantamento em massa da população, eles imaginassem apreendido o senhorio de vilas inteiras, e lhes impusessem os seus nomes que o povo conservou, impressionado pelas vitórias fulgurantes: um Recaredus denominou a vila de Recarei, um Gesemundus a de Gemunde, um Fromaricus a de Fromariz, assim foram substituídos os nomes romanos pelos dos novos chefes militares. Mas logo que se restabeleceu a ordem, a coroa reivindicou os seus direitos, e os cavaleiros tiveram de satisfazer-se com fracções apenas das antigas vilas, distinguindo-se dos outros proprietários parcelares só pela preponderância e privilégios que adquiriram em virtude do ofício das armas.

²⁸A mudança e fragmentação do senhorio não afectou de modo nenhum o estado do povo. Os diplomas mediévicos mais antigos declaram que se paguem as prestações consuetudinárias em espécies e trabalho. As duas classes populares da primitiva – gente livre e serva, chegaram à época novigoda, reaparecendo ambas, cada uma na sua situação, após a tempestade violenta das guerras da restauração cristã. Só pelo correr do tempo e em virtude das circunstâncias supervenientes a servitude se foi mitigando, diminuindo depois sempre e sucessivamente. Mas no período em que nos achamos e sobretudo no princípio vemos os lavradores nas suas lavouras, como tinham sido antes, ou “herdadores” possuindo o seu casal com encargos dependentes da colocação originária, ou “reguengueiros” cultivando como simples arrendatários. Com a pertinácia tinham guardado as tradições resistindo às maiores intempéries: e agremiados em volta da sua pobre igreja rural conservaram as antigas demarcações das vilas, a não ser quando pela sua pequenez elas houveram de anexar-se, mas em geral em lugares, ainda hoje visíveis. Criação espontânea do povo, a freguesia resultou da sociedade que ele aí viveu largos tempos, governado por um homem – substituído na supremacia moral pelo abade que a todos chamava seus filhos “filigreses, fregueses”. Então na circunscrição do prédio, demarcado pelos romanos, nasceu esta espécie de comuna rural sem carta nem organização oficial, resultado unicamente da união das vontades e afinidades morais.

²⁹Ao fundar a monarquia a freguesia estava definitivamente constituída. Um dos personagens mais importantes era o abade, apresentado ora pelo povo, ora por ele junto com a coroa ou os cavaleiros nobres, ou só por aqueles e por estes, consoante tenham sido os fundadores da igreja. A coroa e os cavaleiros receberam esse direito por via da presúria, quando na primitiva o antigo senhor fizera a fundação, por si ou com os lavradores. “Abadava quem fundara”. Neste direito encontrou-se usurpações das classes superiores, pela importância sem dúvida da apresentação, enquanto que na outra propriedade são raríssimas. Ao lado do pároco estava em importância o juiz, cuja instituição remontava aos novigodos, e nascera no meio da desordem já referida. Provavelmente foram na origem de eleição popular, embora depois a coroa avocasse a nomeação. Tinham atribuições que interessavam sobremodo os habitantes da freguesia, pois compreendiam a maior parte dos pleitos, referentes à vida civil e rural. Resta nomear na plana superior os detentores duma parte do domínio – a coroa e os sucedâneos dela – cavaleiros nobres, mosteiros e dioceses: entre eles em

.....
²⁸ Situação idêntica à mencionada na nota 21. O texto seguinte remete para o tema: Transformação das vilas: a pequena propriedade (Capítulo XII das “Vilas”).

²⁹ Um asterisco (*) delimita o tema anterior do seguinte: A freguesia rural (Capítulo XIII das “Vilas”).

geral se dividiam tanto os direitos dominicais como as terras excluídas do sistema de parcelamento primitivo. A coroa era representada pelos juizes, pelos senhores das terras ou ricos-homens e mordomos.

Deste modo o senhor romano era representado no espiritual pelo abade, no secular pelo juiz, e no senhorio territorial por variadas entidades: neste ponto, pois, a única alteração do antigo foi a divisão dos poderes que se concentravam nas mãos de um único homem.

Na plana inferior estavam duas classes de populares – os “herdadores” que possuíam, e os simples arrendatários. Neste ponto, a grande alteração foi o desaparecimento da servitude, [da] qual havia apenas uns restos atenuados, tais como a “gaiosa” paga no casamento dos filhos, a “lutuosa” na morte do chefe da família e os serviços que haviam de prestar os “serviçais” de raça. Dos herdadores havia-os abastados e viviam em habitações iguais às dos nobres – casas; eram os que constituíam a cavalaria vilã, por terem meios de sustentar cavalo, e alguns tão importantes que gozavam do título de “Dom”. Os mais pobres habitavam em “pardieiros”. Os arrendatários cultivavam ora terras particulares, ora as da coroa, “reguengos” e por isso se chamavam “reguengueiros”. Falta enfim especificar os industriais que exerciam misteres fabris nos campos, e moravam em cabanas. Os mordomos que recebiam os foros devidos à coroa e as quotas da produção dos reguengos eram populares, sucessores dos vilicos romano-visigóticos. Às vezes dividiam-se em mordomos grandes e pequenos, e os reguengueiros faziam a partilha na sua presença e por isso se chamavam “mordomos das eiras”.

Nem a diversidade do senhorio nem as mil convulsões, que sucederam durante séculos, conseguiram quebrar o forte cimento da tradição: quanto à superfície a vila retrotraía-se a um retalho da cidade, e as lavouras provinham do sistema parcelar introduzido pelos romanos.

Das diversas denominações das subunidades das vilas que se tornaram em pequenos prédios independentes, “vilar” desapareceu cedo, e “quintana” perdeu-se depois do século XIII, restando “casal” e “quinta”, que ficaram até hoje. Entre os novigodos casal tinha a significação dum único prédio, enquanto que nas *Inquirições* designa ora um, ora muitos agrupados. No último caso, havia o “cabeça” ou “cabecel” que tomava conta dos encargos dos outros. O “encabeçamento” muito vulgar então e depois, acedia da capitação dos colonos, nos tempos romanos, sendo outro vestígio dela a solidariedade de alguns foros, principalmente pela morada. Os foros pagavam-se parcialmente, pelo ano adiante pelo S. Miguel, Entrudo, Páscoa, etc. repartindo-se os casais. As glebas, em [que] se repartiam os casais, eram as mesmas, já acima notadas.

Dos casais havia-os pertencentes a “herdadores”, que representavam os livres originários; outros tinham sido arrendados pelo senhor antigo a servos, libertos e a livres, e assim apreendidos pela coroa; eram os casais reguengos. Caracterizava a todos as casas de habitação³⁰ unicamente destinadas à cultura, chamadas “pardieiros” nas *Inquirições*. Nestas aparece-nos a “quintana” que tinha sido uma subunidade não diversa de qualquer outra residência rural com terrenos em sua dependência, habitada ora por populares abastados ora por nobres; diferenciando-se dos pardieiros, por não ser exclusiva de exploração agrícola. Os reguengos, ou bens da coroa, compreendiam toda a espécie de propriedade, e misturavam-se com as particulares, não se distinguindo por nenhuma característica singular; era rara a freguesia onde se não encontrassem, nas formas as mais variadas, incluindo árvores e parte delas. O que as distinguia era a sua multiplicidade e difusão. Presuriados nas campanhas da reconquista, continuaram no regime anterior, e nesse ficavam quando eram doados.

A distribuição agrária e a cultura eram idênticas em todas as terras ou fossem de nobres ou populares. O que distinguia aquelas destas eram os privilégios de que gozavam as primeiras quando o rei lhe concedia a

.....
³⁰ A frase original *Todos caracterizados pelas habitações* depois das correcções introduzidas, deu lugar a *Caracterizava a todos as casas de habitação*.

graça da Honra ou Couto; e também as havia populares honradas: em tal caso ficavam isentas dos encargos comuns. Estabeleciam-se por carta régia ou pela colocação de marcos, ou pelo levantamento do pendão real, ou por demarcação em presença dos representantes do rei. Juntamente com as legais começaram a despontar as Honras por mote próprio dos cavaleiros que nunca foram reconhecidos oficialmente. Tais privilégios eram do agrado dos lavradores e industriais que encontravam ali um refúgio às exigências fiscais. Vê-se pois que a vila romana se fragmentara em pequenos prédios, muitas vezes minúsculos, mas como a divisão se fez seguindo o parcelamento histórico, conservou-se o perímetro tradicional.

Pela uniformidade da terminologia dos diplomas novogodos sabemos que as habitações não se diferenciavam, qualquer que fosse a classe. Antes, entre os romanos a vivenda do senhor era designada por “palácio”: mas desde que todos os poderes e senhorio se concentrou na coroa, dispersando depois, esse termo ficou reservado unicamente para a vivenda do rei, embora passageira, e assim se lê nas *Inquirições*: desta maneira, do século VIII até XIII, as habitações são designadas por “casa” ou “casas”: e por isso na aparência, no conforto ou na riqueza não se estremavam as dos nobres, do tipo geral dos habitantes mais remediados, não se singularizando, a não ser vistas de perto pelo marco da Honra defronte do portal, ou pelo emblema do escudo toscamente riscado nele. O mesmo paço não se alteava em grandezas arquitectónicas: podia mesmo ser coberto de colmo. A distinção provinha-lhe do personagem que pousava ali, o rei ou seu delegado, o rico-homem.

O teor da vida de todos reduzia-se aos termos mais simples. O mobiliário limitava-se ao indispensável entre os ricos, e muito insignificante seria nos pardieiros e nas cabanas. A comida dos lavradores, exceptuados os lacticínios assaz difundidos então, aproximava-se muito à sua da actualidade, e essa seria a ordinária das classes superiores. Basta sabermos que os nobres frequentes vezes comiam com os lavradores e de boa mente lhes entregavam a criação dos filhos. Coisa impossível se entre as duas classes houvesse fundas diferenças de viver, como hoje. Idêntica era a educação e as aspirações: homens da mesma estirpe e companheiros de armas, ricos e pobres, o “apelido” de momento a momento, os levava ao campo de batalha, onde o valor nobilitava os fortes. Unidos pela raça e pela tradição formavam a sociedade, em cujo seio se gerou a nação portuguesa – formação mal esboçada no quadro singelo, a largos traços, indicando só os pontos culminantes, que tentei extrair de *As “Vilas” do Norte de Portugal*, em obediência a um desejo, muito do meu acatamento.

A tertúlia do Ave (Camilo, Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Bernardino Machado e amigos)

por Artur Sá da Costa*

Capricho de Deuses

Quis o capricho dos deuses, certificado pela história dos homens, cruzar em terras de Vila Nova de Famalicão, o destino das vidas de Camilo e Alberto Sampaio.

Em 1863, Camilo Castelo Branco instalou-se, com sua mulher Ana Plácido, na Casa Amarela de Seide, acabada de entrar na esfera jurídica do casal, por herança de Manuel Plácido (Castelo Branco), filho (à face da lei), de Manuel Pinheiro Alves, ex-marido, entretanto falecido, da (do) mulher (homem) fatal do (da) novelista.

Nesse mesmo ano, Alberto Sampaio, obtido que foi o bacharelato em direito, na Universidade de Coimbra, regressa a Boamense, à casa paterna, na freguesia de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão, onde o aguardava sua mãe.

Camilo, já era ao tempo, um homem famoso e um escritor consagrado – uma lenda viva! Todavia, será na Tebaida de S. Miguel de Seide, que escreverá mais de metade, da centena e meia de títulos (ou perto disso), entre os quais, as obras-primas, a *Brasileira de Prazins*, *Eusébio Macário*, ou *A Queda dum Anjo*, não deixando de referir *As Novelas do Minho* (cenário para o registo e a efabulação dos sítios e das gentes minhotas): escreve em Seide “a parte mais importante da sua obra” literária (CABRAL: 1989, 122).

Alberto Sampaio, à época era um jovem licenciado (22 anos) à procura de sentido para a vida. A experiência dos anos agitados, e intelectualmente enriquecedores, vividos em Coimbra, com os seus companheiros de geração, entre os quais, o confidente e amigo de uma vida, Antero de Quental, vão forçosamente pesar nessa decisão. Mas, sabe-se agora, o determinante para a escolha do percurso profissional terá sido a sua personalidade introvertida, propensa à reflexão, amante da natureza e da solidão.

Sampaio ainda tenta em Lisboa a sorte de advogado, mas depressa busca o sossego e o conforto da família. Não terá levado muito tempo a perceber, que a reflexão e a investigação eram a sua vocação, sendo a quinta e a Casa de Boamense o local ideal para montar o laboratório para as experiências agrícolas e vitivinícolas, e o templo de recolhimento e meditação, que lhe permitissem decifrar os enigmas da história dos povos, que habitaram o território e moldaram a propriedade e a cultura da região do Entre-Douro-e-Minho, que o viu nascer, e onde se forjaram os fundamentos da pré-nacionalidade portuguesa. Levará tempo a lá chegar. Mas, tinha consigo o que necessitava: paciência e persistência, servidas por uma fulgurante inteligência e curiosidade infinita. E acreditava, premonitoriamente, no pensamento que viria, anos mais tarde a escrever: “Sementes muito enterradas germinação, com vigor, se um acidente as trazer mais à superfície do terreno, de antemão preparado” (SAMPAIO: 1979, 9). Foi o que fez, investigando, experimentando. Sem pressa. E o acidente deu-se!

Casa de Boamense: a Casa-Mãe

A casa e quinta de Boamense pertencem à família Sampaio, pelo menos desde finais do século dezassete. Bernardino Sampaio Araújo, o pai de Alberto Sampaio, herdou-a de Manuel Sampaio (seu pai), que por sua vez,

* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

a deixou aos filhos Alberto Sampaio e José da Cunha Sampaio, mantendo-se ainda hoje nos seus descendentes. Boamense foi sempre, ao longo de sucessivas gerações, refúgio e sustento da família Sampaio: a Casa-Mãe. Foi aí que viveu e para lá voltou, Bernardino Sampaio Araújo, deputado e defensor, na primeira linha, da causa do liberalismo, após o exílio político (1828-1834) no Brasil. E quando casou, em 1849, com Emília Ermelinda Cardoso Teixeira e Cunha, escolheu-a para o casal viver. Não menos significativo é ter optado por realizar o casamento na Igreja de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão, sua terra natal, e não na Igreja de Senhora de Oliveira, em Guimarães, colada à casa (do tio cônego Cardoso Teixeira) onde residia a noiva. É em Boamense que, deste casamento, nasce (1841) o primogénito José da Cunha Sampaio. Alberto nascerá prematuramente, no mesmo ano do irmão, 7 meses depois, em Guimarães, em casa do tio-abade, por afinidade materna, já Sampaio Araújo largara a política e ocupava o cargo de Juiz na Comarca de Celorico de Basto, depois de ter iniciado a carreira de magistrado em Guimarães. É a Boamense que a família regressa, após o desfecho dramático e inesperado da morte de Sampaio Araújo, quatro meses após o nascimento do segundo filho. Boamense é o porto de abrigo, doravante capitaneado pela mãe Emília da Cunha Sampaio. E é dali, que Alberto e José Sampaio se deslocam para o Real Colégio D. Fernando em Landim, no concelho de V. N. de Famalicão, que frequentam entre os anos de 1852 e 1856, para aprender as primeiras letras, indo depois para Braga (pouco menos de 1 ano) fazer os estudos preparatórios, antes de ingressar no ano seguinte (1858) na Universidade de Coimbra.

De volta a Boamense o bacharel dá conta ao irmão José, retido em Coimbra a concluir o curso, do tédio dos dias que passa: “Assento-me ao sol, fumo cigarros e olho para as pontas dos sapatos, porque já nem sequer posso olhar para o Céu”. (Cf. FRASCO: 1992, 451). E envia-lhe conselhos em cartas afectuosas, como esta do ano seguinte (1864): “José, recolhe-te à tua brandura ordinária. Joga xadrez e nas horas vagas toca viola portuguesa – mas não te dêes aí ao ridículo de castigar ninguém ...” (Cf. FARIA: 2000, 179).

Todavia, não se deixa abater pelo ócio, olha para a vastidão imensa da quinta, lembra-se certamente do lavrador que foi seu pai, sente o apelo telúrico e lança-se no plantio de vinhas cujo processo revoluciona, selecciona castas e ensaia novos processos de vinificação. Encontra uma ocupação útil para os seus dias, e porventura, o lugar para a realização das primeiras experiências científicas, acompanhando de perto as colheitas das uvas e a sua fermentação nos lagares da quinta, donde colhe informações e conhecimentos para escrever e publicar em 1884, no primeiro número da *Revista de Guimarães*, o estudo *O Presente e o Futuro da Viticultura no Minho*, onde afirma: “Adoptada a cultura baixa e as castas finas, o Minho pode produzir excelentes vinhos que se aproximam de qualquer vinho francês de grande nomeada apresentando um carácter que faça lembrar o de Bordéus ou que esteja entre ele e o de Borgonha” (SAMPAIO: 1979a, 252).

Meu caro amigo
 Dê-me-me a pressa,
 mas não quero addição mais,
 e meu agradecimento pelas
 tuas notas que approvastes e
 das. Lygon a lei de banco
 protestante de. havia tod' um
 lado da questão que estava
 indiciada e de novo. O meu
 seu: elle escreveu eu v. Tuha
 trabalhado ultimamente e
 uma lei de agoa publica e
 a esse respeito era mister
 que me ajudasse. Dê-me-me
 quando pode vir por cá.

O crédito, a abstracção, no
 agoa, e as florestas são peço
 de um tod' indivisivel. Já
 tenho legislação de florestas, ha
 parabolica e apers a italiana.
 Com relação à peço e à ca
 ca se acaba: os de Talis e
 de França, as leis e regulamto
 com alguns tratada.
 Dê-me-me: e as notas que
 me promettem acerca da
 congregação das globas sepa.
 ludo de um mesmo prode?
 Eu conto com o seu auxilio.

li que é bondoso e por isso
 absoa. Infelizmente não ha
 muita gente de quem se
 possa absoar assim.
 Hoje são para Famalicão
 tuas coisas com grande sa
 das que aqui tenho ha mui
 to tempo. Estão li a tuas
 ordens.
 Meus reciba o meu mais
 sincero agradecimento e
 creia-me
 Am. ob.
 Oliveira Martins

Isto é, o bacharel em direito, converte a sua experiência de viticultor e de agrónomo em vinhos premiados em concursos nacionais e internacionais e, afirma, num sector em crise e em profunda transformação o espírito crítico e a vontade reformadora da sua geração.

Aí acolhe os amigos, como Antero, corria o ano de 1872: “... recordei-me com saudade das nossas plácidas noites literárias de Boamense, há 3 anos ...” (QUENTAL: 1985, 279). É também daí que sai o famoso clarete: “Mando-lhe hoje para Famalicão 4 garrafas – vazias! Não imagine que é para lhe dizer que todo o seu vinho foi bebido já. Não foi, mas pouco resta. Ele é tão bom! Não pense que isto é um *hint*, como dizem os ingleses: é um cumprimento.”¹

Antero, tal como Oliveira Martins, menciona-o em várias cartas: “Do teu vinho, que já tenho libado, dir-te-ei maravilhas”. “Já está despejado o pipo (...). O clarete é excelente, mas desta vez hei-de poupá-lo mais ...” (QUENTAL: 1985, 78). O curioso é que o esquema de distribuição e transporte era simples, servindo-se do caminho-de-ferro, a partir de 1875, entre Famalicão e o Porto, e para Vila do Conde desde 1881, ano da abertura da linha e quando Antero ali se fixa, e que tinha no Chefe da Estação de Vila Nova de Famalicão um cúmplice, que por certo bem conhecia o gerente da companhia de ferro da Póvoa de Varzim, o próprio Oliveira Martins, (*ibidem*). Anote-se, que a revolução nos transportes introduzida pelo caminho-de-ferro, facilitou imenso (como no resto do país, obviamente) a comunicação entre estes homens, os quais passaram a usá-lo para se deslocar e contactar: “Diz [Alberto] também em que comboio vens, para te ir esperar” (QUENTAL, 1989, 596). E não terá sido o azar de Camilo ao sofrer um descarrilamento, em 1878, numa das suas viagens de Famalicão para o Porto, que os fez arrepiar caminho. Alberto Sampaio ia encontrar-se com Antero a Vila do Conde, como se deslocava ao Porto, para falar com Oliveira Martins, ou fazer consultas na Biblioteca Pública. E a partir de 1884, data em que o comboio chegou a Guimarães, Martins Sarmento aproveita-o para as suas pesquisas: “Tinha combinado com o abade de Santo Tirso uma excursão arqueológica. Saímos na estação de Lousado...” (SARMENTO: 1999, 418).

É, ainda a Boamense, que lhe chegam convites para trabalhos intelectuais em parceria: “...convitava-o para me ajudar no Inquérito Agrícola aceitando a nomeação de vogal da Junta de Melhoramentos do Norte. Convidava-o. Convido-o, e tanto estou certo de que já indiquei o seu nome para se fazer a nomeação”². Até agora, é desta colaboração de que se tem falado. Todavia, ela vai muito para além desta participação. Numa das cartas para o “meu caro amigo”, Oliveira Martins agradece a Alberto Sampaio “as suas notas que aproveitei todas”, acrescentando: “Agora a lei do banco sustenta-se. Havia todo um lado da questão que estava indeciso e obscuro. O meu amigo iluminou-mo”. E anuncia-lhe que está a trabalhar “numa lei das águas públicas e a esse respeito era mister que me ajudasse. Diga-me quando pode vir por cá”, não terminando sem antes perguntar-lhe: “Diga-me: e as notas que me prometeu acerca da congregação das glebas separadas de um mesmo prédio? Eu conto com o seu auxílio”³. Esta carta espelha o rosto da Geração de 70, sublinhado por António José Saraiva, no seu notável estudo *A Tertúlia Ocidental* (1990): amigos leais, que trocavam entre si ideias e se auxiliavam, numa atitude sem paralelo na história cultural portuguesa. Oliveira Martins tem consciência disso e não resiste a dizer-lhe, “Sei que é bondoso e por isso abuso. Infelizmente não há muita gente de quem se possa abusar assim”⁴.

.....
¹ Carta de Oliveira Martins de 1884. Arquivo Histórico Alberto Sampaio, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

² Carta de Oliveira Martins [(s. d.)]. Arquivo Histórico Alberto Sampaio, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

³ Carta de Oliveira Martins [(s. d.)]. Arquivo Histórico Alberto Sampaio. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

⁴ Carta de Oliveira Martins. [(s. d.)]. Arquivo Histórico Alberto Sampaio. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

Meu querido amigo
 O Sr. de Lucena pede-me
 para lhe escrever convidando-o
 a colaborar a Revista que sob
 a sua direcção vão publicar
 em Paris os Livros do Porto
Luzes & Squalores (Charbon)
 Elle deseja muito que lhe de
 estudos sobre a economia social
 do Minho, e de resto que escreva
 outros trabalhos.
 Recorra-me a elle
 Sr. de Lucena
 Rua de Bery, 16
 Paris.
 e accerte com afeição abraço
 do seu
 amigo
 Alberto Sampaio

Meu querido amigo
 Os caros, os garafos com as
 acumuladas até, graças à sua inen-
 gável amabilidade. Digo inengata-
 vel por se trata de vinho.
 Ainda me vejo para Lavatona
 as 4 Casas com garafos — vinhos!
 Não me queira que é para lhe dizer que
 todo o meu vinho foi bebido por não
 foi, mas pouco resta. Não é ras sem!
 Não pense que está o meu vinho, o
 meu vinho o vinho é com campo
 acerto.
 Devo-lhe um abraço e adeus. Não
 de falar coisas grandes coisas, recom-
 mendo-me a seu irmão e irmão com
 um abraço
 P. Oliveira Sampaio
 14/10

Meu querido amigo
 Como está da sua saú-
 de? Espero que esteja bem e
 que não diga nada a respeito da
 minha última carta. Não
 sou-se?
 Considero-o para me ajudar
 no momento precisa accerta-
 de a publicação de algum do
 ponto de vista. Considero-o, considero-o,
 e tanto. Não está de que ac-
 ceta que se indigui o seu
 nome para se fazer a mesma
 coisa.
 Agora não pode deixar uma
 coisa social. Libens. Recorre
 lembramos a seu irmão e um
 abraço do seu
 amigo
 Alberto Sampaio
 23/10

E, bem mais importante, é em Boamense que Alberto Sampaio escreve a inovadora obra histórica, que o tornam famoso (ainda hoje) em todo o mundo, na historiografia e na cultura universal: as *Vilas do Norte de Portugal* e *As Póvoas Marítimas*, e fazem dele “o primeiro grande cultor da história económica do nosso país” (RAMOS: 1995, 303), “o criador da história económica portuguesa” (MARQUES: 1975, 45).

Bem perto dele, Camilo continua a escrever a sua “biblioteca”, e a granjear fama de primeiro profissional das letras da língua portuguesa, e de ser “nada menos que o Primeiro Romancista da Península” (CABRAL:1989,120). Mantém residência em Seide, onde recebe os amigos, sofre o infortúnio dos filhos, desespera perante as ameaças da doença, deambula numa inconstância e fuga permanente, mas regressa sempre ali, até à morte (1990).

Mais tarde, já o último quartel do século XIX ia adiantado, Sampaio é atraído pelo sucesso das investigações arqueológicas de Martins Sarmiento e aproxima-se de Guimarães.

Com a morte do seu amigo Martins Sarmiento (1833-1898) e do irmão, quatro meses depois, Alberto Sampaio recolhe-se em Boamense. Restam-lhe os amigos do Porto, onde se demora com regularidade. Morre (1908) no leito da Casa-Mãe, e no funeral para o cemitério de Cabeçudos, tem a acompanhá-lo os amigos de Famalicão, Guimarães e Porto.

Seide e Boamense, tão diferentes e tão próximas

Difilmente se encontram duas personalidades tão diferentes e tão antagónicas. Camilo, inconstante, excêntrico e imprevisível. Sampaio, tímido, introvertido, prudente. Camilo a escrever febrilmente e a publicar tudo o que a imaginação e a criatividade lhe consentiam. Ao invés, Alberto Sampaio, sem pressa, investiga e reflecte, dando à estampa artigos, que os amigos lhe pediam, que vai emendando e ampliando. É certo, que Camilo tinha vantagem (ainda por cima com grande sucesso) de ser um escritor romântico, o novelista que alimentava os sonhos das famílias portuguesas da burguesia da segunda metade de oitocentos. Já Alberto Sampaio ocupava-se (as suas breves incursões pela ficção foram ilusões juvenis) de história: de “uma história sem personagens, faltando-lhe o atractivo que nasce do drama das paixões e do jogo dos interesses”, como ele próprio reconhece, (SAMPAIO: 1979, 7). Para Camilo a fama (e o dinheiro) agradavam-lhe. Alberto Sampaio

vivia alheado destas questões. Não tinha profissão (trabalhou dois anos no banco de Guimarães), e recusou sempre ocupar cargos, como o de deputado, que lhe granjeassem visibilidade pública. Vivía dos rendimentos de proprietário rico. Camilo, foi o primeiro profissional das letras portuguesas e necessitava do rendimento do seu trabalho para sustento da família, que o obrigava a inventar expedientes para amealhar mais algum. A biblioteca pessoal era um dos seguros mais frequentes, que desbaratou, e quantas vezes ele ou Ana Plácido não se socorreram, em horas de aflição, dos amigos?, ou da venda de leiras de terra da quinta da casa?

Espantoso é estes dois homens escreverem as duas obras mais notáveis e brilhantes, em domínios e com metodologias tão diferentes – história e literatura – do percurso, já multi-secular, da vida do município de V. N. de Famalicão. E fazem-no quase em simultâneo e tão perto um do outro (a menos de uma légua de distância): em Seide e Boamense. E não deixa de ser interessante verificar, que pertencendo a gerações diferentes, em idade e cultura (Camilo era mais velho 16 anos, sendo amigo de António Feliciano de Castilho, ao lado de quem se colocou na polémica *Bom-Senso e Bom Gosto*, contra os jovens, da geração de Coimbra, liderados por Antero, onde se integravam Alberto Sampaio, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros), conviveram e cruzaram as vidas de afectos, entre-ajudaram-se, produziram trabalhos intelectuais conjuntos, e admiraram-se mutuamente.

Amores Fatais, Amizades Fraternas

Os amores proibidos para a época (em 1860, o adultério dava cadeia) puseram a justiça no encalço de Camilo e de Ana Plácido. Camilo converteu estes dias dramáticos de clausura, em algumas das páginas mais brilhantes da literatura portuguesa (*Memórias do Cárcere*, 1862). Um dos refúgios do romancista (antes de se entregar aos seus algozes), foi a casa de Francisco Martins Sarmiento. É o próprio Camilo a lembrá-lo: “Não vi onde encontrar a cabeça febril [na fuga desastuosa] e lembrou-me que tinha ali um conhecido, um poeta, um homem de existência amargurada. Procurei o conhecido, e achei um amigo, como usam raramente ser os irmãos, em Francisco Martins” (CASTELO BRANCO: 1986, 118). O relacionamento de ambos é anterior, quando “poetavam nos jornais portuenses de poesia (e noutros)”, segundo conta Alexandre Cabral (CABRAL: 1986, 117). Aliás, terá sido a crítica de Camilo ao primeiro (e único) livro de poesia de Sarmiento a levá-lo a arrepiar caminho. Mas, a amizade vai manter-se entre estes dois homens e aprofundar-se a ponto de se transformar em autêntica fraternidade e em recíproca admiração (CABRAL: 1986, 119). Camilo vai lembrar-se sempre do amigo que lhe franqueou as portas, mencionando-o em várias das suas obras (*Memórias do Cárcere*⁵, *No Bom*

.....

⁵ Pernoitei no ergástulo da Senhora Joanhina, e fui no dia seguinte para as Caldas das Taipas esperar que Francisco Martins me lá desse um leito em sua casa, e um talher à sua mesa. / Este remanso deu-me alma para ir de rosto contra os novos trabalhos. Francisco Martins consolava inadvertidamente, contando desgostos incomensuráveis da sua vida, tão em princípio ainda. Entrelinha praticando em coisas de literatura amena, que a tem copiosa e variada. O meu quarto estava abastecido de bons livros, em que prelevavam clássicos portugueses, e os mais laureados romances da época. Algumas horas do entardecer passámo-las no rio Ave, em um barquinho, revezando-nos na fadiga de remar, e cismando cada um nas suas saudades, ou nas suas esperanças, mas ambos tristes, quando o dizia o silêncio. Na vinda do rio, estanciávamos pela *Assembleia*, cujo director, o Senhor Matos, nos contava com veemências de espírito civilizador os seus projectos de dar um baile estrondoso, a despeito dos estorvos com que uma assembleia rival estava empecendo a tão digna manifestação da cultura da terra (CASTELO BRANCO: 2005:).

*Jesus do Monte*⁶, *Esboços e Apreciações Literárias*⁷, *Ecoss Humorísticos do Minho*⁸, dedicando-lhe dois títulos: *No Bom Jesus do Monte* e *O Regicida*. No primeiro faz acompanhá-lo de uma extensa carta, escrita após ter descido do Castelo de Vermoim e “sentado à mesa farta da hospitaleira casa que me agasalha”: “Afogado o espírito nos vapores duma digestão difícil, vim sentar-me a escrever-lhe esta carta, Francisco Martins, por debaixo do seu nome, que eu tinha posto na primeira página de um livro, oferecido à sua amizade”; e no último escreve: “A Francisco Martins Sarmento / oferece / o seu amigo mais devedor e agradecido”. São palavras doces próprias de uma alma sensível. Camilo jamais esquecerá o “leito” e o “talher”, que Martins Sarmento lhe ofereceu em dias incertos. A lembrança das aflições com ele vividas absorvem-lhe para sempre o espírito, como também não esquece o conforto e o prazer do convívio que ambos partilharam: “Algumas horas do entardecer passamo-las no Rio Ave, em um barquinho, revezando-nos na fadiga de remar...” (CASTELO BRANCO: 2004). Aquelas obras reflectem esses momentos: “A meia légua das Taipas, tem Francisco Martins uma quinta, chamada de Briteiros (...) Escolhi o quarto, cujas janelas faceavam com um recortado horizonte de arvoredos e a cumeeira chã dum serro onde se divisam as relíquias de antiga povoação, que lá dizem ter sido Citânia, cidade de fundação romana. Algumas horas ali passou comigo Francisco Martins; mas o máximo dos dias e das noites vivi diante de mim próprio, na soledade daquele quarto, ou em perigosas excursões à serra sobre um cavalo, que parecia vezado a passear sobre alcatifas” (CAMILO, 2005, 43).

.....
⁶ i) Se você, hoje, por volta de duas horas da tarde, subisse à espinha das serras que sobranceiam o seu majestoso palácio de verdura, e apontasse de lá o seu óculo para estas eminências do sul, via-me num cabeço de outeiro, que chamam aqui o Castelo de Vermoim. No penhasco mais a pico me assentei, olhando por essas pradarias fora, até onde a corda de serros me abalizava o horizonte, para além do qual se transmontava o meu espírito a visitar Francisco Martins entre os seus milhares de amigos – milhares de livros, quero dizer. / Eu bem sabia que você, dobrando a página da brochura, e acendendo o quinquasésimo cigarro, acolheria o hóspede desenfastiadamente, perguntando-lhe: / – Que faz no Castelo de Vermoim a matéria que te cá mandou, espírito? (CASTELO BRANCO: 1990)

ii) O Castelo, meu amigo, é um acervo de penedos onde nunca entrou broca, nem estanceou gente que não tivesse cabras a parcer pelas lombas da montanha. D. Vermui, se ali morou, vivia alapardado em lura que não lobriguei. Aqueles fidalgos godos trouxeram das Astúrias a costumeira de viverem subterrâneos: é possível que o progenitor dos Pereiras Forjazes por lá deixasse os seus valentes ossos empedrenidos nuns como fragmentos de rocha que por lá topei, com riso agravo dos meus pés. Louvores ao honrado varão que fez D. Fuas Pereira, o qual fez Dona Maior Pereira, a qual fez D. Rui Forjaz, o qual fez... todos fizeram o que puderam menos o Castelo (CASTELO BRANCO: 1990).

iii) Quando eu estava na casa de Francisco Martins, de Guimarães, em Briteiros, na raiz da serra da Citânia, ensaiando forças para as solidões do cárcere... (sempre que posso, trago estas recordações a molde: não vejo outro jeito de expiar a tolice, se não confessando-a e relembrando-a) (CASTELO BRANCO: 1990, 189).

iv) A saudade podia assim expressar-se, à pureza, com Francisco Martins, intérprete de todas as lágrimas derivadas de glândula nobre (CASTELO BRANCO: 1990, 190).

v) Você é um homem com a alma de um anjo; mas, nos lábios, tem um jeito de rir satânico. Tenho-lhe medo agora; e não lho tive naquela tarde, no Bom Jesus, quando sem pejo nem respeito de mim próprio chorei... (Castelo Branco: 1864, 192).

⁷ O Sr. Francisco Martins é poeta. O seu livro pertence todo ao coração. O estilo dele tem a encantadora desordem dos ímpetos que o fizeram sair, como pedaços de lava, que saltam da cratera, antes da inteira explosão. / Depois de lido, fica um desejo: não direi que é o do segundo volume, assim cortado da angústia, porque seria isso desejar cruelmente ao seu autor a causa dum grande sofrimento prolongado. O que eu de bom ânimo lhe desejo é que a sua alma receba uma nova semente de comoções, e lhe prospere colheita de frutos menos agros (CASTELO BRANCO: 1993a, 1080).

⁸ No Brasil deve saber-se que existe em Guimarães um homem, que, a expensas suas, trabalha há doze anos na exumação duma «cidade» céltica ou fenícia. É Francisco Martins de Moraes Sarmento, homem rico, um estudioso indefeso e arqueólogo irrealizável. Em Espanha, França, Inglaterra e Alemanha são conhecidos os seus trabalhos da Citânia e reproduzidos os exemplares das escavações, acompanhados da sua profunda crítica, muito assinalada pela modéstia com que o doutíssimo explorador se apresenta (CASTELO BRANCO: 1993b, 499).

E não deixa de ser comovedor acompanhá-lo na subida ao castelo de Vermoim, que a sua imaginação inventou, para se encontrar em espírito com o seu amigo: “No penhasco mais a pico me assentei, olhando por essas pradarias fora, até onde a corda dos serros me abalizava o horizonte, para além do qual se transmutava o meu espírito a visitar Francisco Martins entre os seus milhares de amigos – milhares de livros quero dizer” (CASTELO BRANCO: 1990, 681). A situação não era diferente com Martins Sarmento. Ele insistia com o amigo, quando as escavações na Citânia já iam adiantadas, para visitá-las. Camilo adiava, alegando doença. Sarmento não desarmava e, sempre amável, confessa-lhe: “Se você não se sente com forças de ir à Citânia, não venha cá (...). Enfim, é uma novidade que merecia um sacrifício”. E acenava-lhe: “com um burro tudo se arranja ...”. Por fim, ainda não vencido, atira-lhe, não disfarçando uma leve ironia, o desafio. “Não adoeça. Prometeu-me uma visita, há muito tempo. Se tem medo de subir o monte, arranjo-lhe um burro arqueológico, que o leva lá mansamente” (SARMENTO: 1990, 52).

Citânia de Briteiros Vs Castelo de Vermoim

Camilo poderia ter medo, como insinua Martins Sarmento, mas sobrava-lhe imaginação. Despreza o “burro arqueológico”, que o seu amigo lhe oferece, para subir a Citânia de Briteiros, mas pranta-se no cume do monte do concelho de Vila Nova de Famalicão, e desafia Martins Sarmento: “Se você, hoje, por volta das duas da tarde, subisse a espinha das serras que sobranceiam o seu majestoso palácio de verdura, e apontasse de lá o seu óculo para estas eminências do sul, via-me num cabeço de outeiro, que chamam aqui o Castelo de Vermoim” (CASTELO BRANCO: 1990, 681).

Palavras premonitórias estas. Quando Camilo as publica (1864) ainda Martins Sarmento se interroga sobre o que escondiam os montes sobranceiros à sua casa. Levará dez anos a aventurar-se a escavá-los. Por essa altura, Camilo já o havia informado que: “O Castelo [de Vermoim], meu amigo é um acervo de penedos onde nunca entrou broca, nem estanceou gente que não tivesse cabras a pascer pelas lombas da montanha. D. Vermui, se ali morou, vivia alapardado em lura que não lobriguei” (CASTELO BRANCO: 1990, 684). Quem lho diz é o ficcionista, a imaginar histórias de salteadores, de mouras encantadas e de tesouros escondidos, embora o negue: “Não foi bem por amor das moiras que eu fui ao castelo de Vermoim. Foi parte nisto o romancista Arnaldo Gama (...) Diz o romancista que dum alto de S. Miguel das Aves se avista o castelo de Vermoim, a torre de Numães, etc. Que castelo é este que tenho aqui tanto à mão? – perguntei eu ao corógrafo Carvalho (...)”. Não satisfeito com o relato do padre Carvalho “quis ver o castelo de D. Vermui Forjaz” (CASTELO BRANCO: 1990, 683).

Com efeito, ele discute com o amigo os clássicos e os resultados das escavações, mas estes sítios interessam-lhe pelo poder misterioso e encantatório que irradiam, servindo-lhe de pasto para as suas efabulações. É o que faz, por exemplo, na novela *A Morgada de Romariz* (2006, 185), quando a quadrilha de Luís Meirinho assalta o pedreiro Bento de Araújo, e este perante a ameaça de morte engana-os, afiançando-lhes que escondeu o dinheiro debaixo de uma fraga em Vermoim. E a imaginação, e o conhecimento real, que o novelista tinha do local, ditam-lhe as palavras: “A malta, precedida do velho, embrenhou-se nos montes, atravessou o outeiro que nos toca nas faldas da serra de Vermoim, e por S. Cosme do Vale trepou ao espinhaço de penhascos que lá chamam de o Castelo”. O espantoso é que, alguns anos depois (dezena e meia) Martins Sarmento sobe (sem o seu amigo) ao Castelo de Vermoim, montado num cavalo e verifica, que as civilizações, que descobriu em Briteiros, estavam, como ainda estão, adormecidas, aguardando que alguém as liberte do sono e, sobretudo do esquecimento: “Montamos a cavalo e subimos para o alto guiados pela mulher do ferrador (...) como nos tivessem falado numas “Caldas” (...) fomos vê-las. Ficam num grande

plano, a poente do “Castelo”. Debalde procurei vestígios de construções (...) um cantoneiro disse-nos depois que ali já tinha havido banhos. Parece mera tradição (...). Tornamos para o nosso castelo, mas por mais que me matei a procurar o plano de fortificação, não o entendia” (SARMENTO: 1999, 130). Camilo, quando por lá andou, teve a mesma sorte resignada. Já desesperado perguntou: “Que é do Castelo de Vermoim, rapaz?” para desabafar: “(...) Todos fizeram o que puderam, menos castelo”. O mais interessante (embora a descrição desta exploração feita por Sarmiento forneça dados importantes para o estudo e compreensão da ocupação humana do monte das Eiras e, em particular do Castelo de Vermoim) é o relato que o arqueólogo faz, já no final da visita. “Jantamos⁹ – era uma hora e meia. Descobria-se a excelente ribeira que de Ronfe se estende até Requião, compreendendo um sem número de freguesias. Via-se Seide, e a mulher mostrou-me a Casa de Camilo, o sítio do Paço de Ninães, não longe de Seide e na planície”. (SARMENTO: 1999, 132). Enternecedor!

A amizade era tão profunda e fraternal que mesmo a amena polémica, que travaram no *Novidades*, em 1887, à volta do tema *Estudos da Velha História Portuguesa*, converte-se em livro, escrito a duas mãos. Assim nasce o *Óbulo às Crianças*, reeditado em 2003, pela Casa Sarmiento, com o título *Estudos da Velha História Portuguesa*.

A leitura da correspondência trocada entre ambos expressa esta dimensão fraternal, de franco entendimento e colaboração de dois intelectuais, rara entre nós, dirá A. J. Saraiva.

Profissão, Advogado

Ao contrário do irmão Alberto e do amigo Antero, José Cunha Sampaio, não tem dúvidas e, logo que termina em 1865 a licenciatura, (interrompida por dois anos de suspensão, por pena aplicada pelo Conselho de Decanos, que inocentou aqueles dois), decide fazer carreira na advocacia e instalar-se na comarca de Guimarães, onde seu pai fora juiz de direito, escolhendo como patrono de estágio o conceituado escritório de Bento António de Oliveira Cardoso. Decorridos dois anos já exerce advocacia por conta própria. Sem as angústias existenciais daqueles, casa-se no ano imediato, com Maria José, filha de António Vicente Carvalho Leal e Sousa, senhor e dono do Mosteiro de Landim, sito em Vila Nova de Famalicão, (perto de Seide), grande amigo (para todas as ocasiões) de Camilo e de Ana Plácido, e onde o novelista tinha quarto reservado e se refugiava, amiudadas vezes, para se banquetear, colher inspiração e espalhar a imaginação no jardim e parque da quinta, além de passear os galgos do filho do Nuno, que em regra o acompanhavam.

As crónicas familiares (das Casa do Mosteiro de Landim e da Casa de Boamense) registam este regresso de José da Cunha Sampaio às origens: ao Colégio Correia de Abreu, também designado “Real Colégio D. Fernando”, mesmo ao pé do mosteiro, que José e Alberto Sampaio frequentaram no primeiro período de aprendizagem escolar entre os anos de 1852 e 1856; é o retorno aos amores de infância de José por Maria José Leal Sampaio, a filha de António Vicente, com quem casou, e que este tornaria sua única herdeira. Desta forma, José Sampaio junta as famílias de António Vicente com as de Sampaio Araújo e torna-se num dos maiores proprietários do concelho de Vila Nova de Famalicão. Até porque nunca fez partilhas com o irmão.

Os amores pueris de José por Maria José (os irmãos Sampaio entraram para o colégio de Landim com 11 anos, sendo que ela ainda era mais nova) quadram bem com a imaginação prodigiosa camiliana. Mas a história desta relação amorosa adquire contornos mais verosímeis se lhe adicionarmos o facto de José Sampaio ter, entretanto, voltado a Landim, quando já era estudante em Coimbra, para ser padrinho dos dois

⁹ Ninguém como Sarmiento conhecia as tradições e a mentalidade das populações da região. Daí mencionar “jantar”, usando a expressão popular camponesa, em contraponto ao almoço da burguesia.

filhos da hospedeira, que o acolheu e ao irmão, enquanto frequentaram o colégio D. Fernando. Obviamente, e tudo fica esclarecido, Maria José era a madrinha. Mais do que os registos e os nomes destes episódios, fala a tradição popular de St.ª Maria de Landim.

Camilo não desdenharia efabular o seu encontro com Alberto Sampaio, na Igreja do Mosteiro de Landim, no casamento de Maria José, filha do seu grande amigo António Vicente. A tradição familiar dá-o por adquirido, e nada nos indica que não possa ter sido assim.

Lavrador Ilustrado

O certo é que Camilo por essa altura (1868) já tinha descoberto Alberto Sampaio em Boamense. As suas casas não distavam mais de uma légua, e entre ambos, a avaliar pelas cartas que trocaram entre si, nasce uma grande estima e amizade, que frutifica em amparos e na colaboração em trabalhos de natureza intelectual. Num lote de 13, datadas de 1868 a 1888, endereçadas para Boamense “ao meu prezado amigo”, Alberto Sampaio, publicadas no ano do centenário de Camilo, em 1990 (CASTELO BRANCO; PLÁCIDO), fica-se a saber, pelas notas de Manuel Simões escritas no prefácio, que Camilo, “manhosamente, ocultou do público”, ter Alberto Sampaio traduzido três capítulos, entre outras ajudas, da obra *Formosa Lusitânia*, de Catarina Carlota Lady Jackson, publicada em 1877 por Camilo. A desculpa, enviada por carta de Seide para Boamense, é esfarrapada:

Como traduzi 24 capítulos e V. Ex.ª três, receio que algumas tolices dos meus possam atribuir-se aos seus; portanto, resolvi ocultar a colaboração, visto que V. Ex.ª não pode reclamar justiça da crítica, se ela vier (CASTELO BRANCO: 1990, 43).

Fica-se também a saber pelas missivas, que Alberto Sampaio responde às cartas que Camilo lhe envia, (onde param?), trocam livros e informações sobre o panorama literário. Numa delas Camilo manifesta a intenção de passar por Boamense – “Talvez venha por aí” (CASTELO BRANCO: 1990, 33). Em algumas o “mano” José é lembrado, e Ana Plácido pede-lhe ajuda para fazer testamento. A amizade entre ambos é profunda: uma das últimas transporta um apelo lancinante: “Peço-lhe o favor de mandar um criado ensinar onde se aluga um trem fechado (...) E dar ordem para que parta logo” (CASTELO BRANCO: 1990, 45). Isto é, os irmãos Sampaio prestavam apoio ao casal: José como advogado, Alberto nas aflições e dificuldades, além da colaboração em trabalhos de natureza intelectual. É suposto uni-los uma grande estima e admiração.

Ninguém melhor que Camilo definiu o perfil de Alberto Sampaio. Está estampado no *post-scriptum*, de uma carta de 1875, endereçada ao seu amigo António Feliciano de Castilho:

Recebi as 80 páginas da Glótica¹⁰. Emprestei-as a um judioso germanista, Alberto da Cunha Sampaio, que vive perto desta casa. Rapaz de 33 anos, que lê alemão, grego, inglês e latim correntemente. Escreveu há anos ótimos artigos à Montaigne num periódico de António Augusto. Depois deu-se todo à agricultura e fabrica champanhe. Pertenceu à seita do Antero ... e volta para a sua quinta de Boamense (CASTELO BRANCO: 1985, 110-111).

Dá para perceber que este retrato corresponde ao período anterior ao da consagração do historiador, a qual só acontecerá duas décadas depois. Martins Sarmiento ainda mal iniciara as escavações arqueológicas,

.....
¹⁰ Camilo faz referência ao livro de Manuel de Melo (1834-1883) *Da Glótica em Portugal*, filólogo português, emigrado no Brasil, recebido em Seide em 1883. Menciona-o em duas cartas enviadas ao seu amigo António Feliciano de Castilho. No fragmento que se transcreve, Camilo afirma que recebeu 80 páginas! Ora, trata-se de um equívoco, já que Alexandre Cabral salienta que o livro de Melo tem “algumas centenas de páginas”. O livro saiu em fascículos e Camilo só teve acesso a uma parte da respectiva obra (Cf CABRAL: 1985: 96-99).

que o tornariam famoso e Alberto Sampaio, andava absorvido na modernização dos processos de cultivo e produção agrícolas, nomeadamente do vinho verde, vinha de fugida a Guimarães e, como ele próprio vai mais tarde confidenciar, ainda não optara por viver com demora naquela cidade. Como diz Camilo “e volta para a sua quinta de Boamense”.

As palavras que definem a fase anterior às do historiador, estão há muito tempo escritas. Datam de 1923 e são do seu amigo Luís de Magalhães: “Por fim recolheu à sua casa do Minho, onde o chamavam interesses e cuidados agrícolas. Com a sua insaciada curiosidade, o seu feito estudioso e observador, o seu interesse por todos os problemas concretos – o trato da terra tornou-o um proprietário culto de uma ilustração rara. Este bacharel em direito, com gostos literários, fez-se a si próprio mais especialmente, um viticultor e enólogo distinto (MAGALHÃES: 1923, 10-11).

Bernardino Sampaio Araújo, Lavrador de Tamanco *(raízes famalicenses de Alberto Sampaio)*

José Sampaio, como se viu, tem uma personalidade oposta à do irmão Alberto e do amigo Antero. Não é por acaso que é ele quem sofre as sanções disciplinares do Decano da Universidade de Coimbra. É impulsivo, resoluto (como o pai) e não perde tempo como aqueles, a especular sobre os caminhos a tomar, quer no campo profissional, quer no plano amoroso e familiar (QUENTAL: 1985, 22-23).

A sua ida para Guimarães, logo após o termo da licenciatura em 1865, para a comarca, onde, cerca de 30 anos antes, seu pai Bernardino Sampaio Araújo (1793-1842), exerceu o cargo de juiz de direito, vai ser determinante para a sua pessoa, decisivo no percurso intelectual de seu irmão, e sobretudo, com consequências na vida cívica e cultural da cidade de Guimarães.

Até muito recentemente, a figura de Sampaio Araújo – o pai dos irmãos Sampaio –, foi ignorada. Ainda nos dias de hoje (é mais um exemplo), o *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenado por Maria Filomena Mónica, persiste em afirmar que se desconhecem as datas de nascimento e morte, daquele constituinte liberal, sendo incapaz de estabelecer a relação familiar dele com os seus descendentes (GONÇALVES: 2005, 205-206). Já o estudo de António Martins e Emília S. Nóvoa, *Bernardino Sampaio Araújo, um famalicense nas Hostes Liberais* (FARIA, 2006), traz novos elementos para a compreensão do percurso dos seus filhos e da sua relação íntima com a Casa de Boamense, onde mergulham as suas raízes paternas. Sampaio Araújo foi um deputado liberal, que amargou no exílio a coerência do ideário político e ideológico. Ele gostava de lembrar no parlamento a sua condição de “lavrador de tamanco”, que exercia na sua quinta de Boamense, ao tempo (século XVIII) já sua propriedade, que deixou por herança aos dois filhos. No mesmo sentido inovador e clarificador se situa o trabalho *Raízes Vimaranenses de Alberto Sampaio* (MORAES: 1995), revelando com detalhe o tronco materno do historiador. Estes dois estudos, desfazem muitos equívocos e sobretudo esclarecem muitos dos traços biográficos dos “Sampaio”. Mas, continuam na penumbra, e a ser ignorados.

O ano de 1838 é, neste contexto determinante, quando Sampaio Araújo se lança na carreira da magistratura, ao ser nomeado juiz na comarca de Guimarães, onde se manterá até 1841, ano em que é transferido para Celorico de Basto. Neste intervalo, o juiz Sampaio, que deixara para trás um brilhante percurso político, sobretudo parlamentar, apaixonou-se pela sobrinha do Cónego José de Abreu Cardoso Teixeira, a viver com o tio, na Rua da Rainha, na cidade de Guimarães. O casamento dá-se na terra do marido, em Cabeçudos, V. N. de Famalicão, no ano de 1840. Meses passados, nasce, em Boamense, o primogénito, José Sampaio, ainda o pai exercia a magistratura em Guimarães. Alberto Sampaio, nasce 7 meses após o irmão, na rua dos Mercadores / rua da Rainha, naquela cidade, casa do tio da mulher, o cónego Cardoso Teixeira, já o

pai fora transferido para a comarca de Celorico de Basto. Este nascimento prematuro, ocorrido fora da casa materna, ao arripio da tradição, marca a vida dos Sampaio, deslocando temporariamente o centro familiar para Guimarães. O curioso é que nada de substancial se altera, salvo o registo de nascimento e de baptizado de Alberto, atestados em Guimarães. A família, volvidos 4 meses, regressa a Boamense, para prosseguir o ciclo de aprendizagem e socialização dos filhos. E, pela vida fora, os irmãos Sampaio continuam a dirigir a quinta (aliás, com sucesso e, naturalmente, com proveito), e a habitar a Casa de Boamense. Há séculos que os “Sampaio” estão ligados a Boamense. Vivem aí ou passam lá temporadas e regressam sempre, mesmo quando a vida (o amor, o trabalho, a amizade, os deveres cívicos...) os afasta da terra e da casa dos seus antepassados. Foi assim, de geração em geração, até aos dias de hoje. O apego à terra, o culto familiar, o espírito de clã, junta-os na celebração de ritos familiares, em festas litúrgicas. Eram donos de mais propriedades, mas nenhuma outra teve este apelo telúrico.

Diga-se que, a falta de rigor e as confusões sobre a biografia de Alberto Sampaio vêm de longe, são frequentes e ninguém escapa a elas. A este propósito, o caso de António José Saraiva é paradigmático. Escreve ele:

Vindos de Guimarães eram os irmãos José e Alberto Sampaio – este último será o historiador notável e inovador de Vilas do Norte de Portugal e das Póvoas Marítimas (1990, 22).

A leitura da correspondência de Antero de Quental para Alberto Sampaio, publicada por Ana Maria Martins, cinco anos antes do livro de Saraiva, que ele leu, até porque o cita, devia pelo menos, deixar-lhe algumas dúvidas e muitas interrogações. Além das cartas já atrás mencionadas, como interpretar esta, datada de 1875: “Há quanto tempo não via letras tuas! Suponha-te sempre em Boamense, e foi com surpresa que recebi a notícia das mudanças que tem havido no teu viver. Mas o homem é sempre o mesmo, e é isso o essencial. Agricultor ou director de Companhias és sempre o suave filósofo que eu amo”(QUENTAL: 1985, 30).

Acontece que, como esclarece Ana M. Martins no seu trabalho, Alberto Sampaio fora convidado para Director de Agência Financeira do Rio de Janeiro, cargo que recusou, o que Antero desconhecia.

As mesmas interrogações, deveriam assaltar a própria Ana Maria Martins. Ela conta, que andou desesperadamente à procura das cartas de Antero para Alberto Sampaio. E num golpe de sorte chega a Boamense “nos arredores de Famalicão” (*sic*), e à família Sampaio da Nóvoa, que lhe colocam nas mãos a correspondência de Antero com Alberto Sampaio, “(...) de características que a tornam única no conjunto epistolográfico anteriorano” (MARTINS: 1992, 6). O que espanta, é nunca lhe ter ocorrido inquirir-se porque é que elas lá se encontravam! Não lhe teria dito o sobrinho-bisneto, o Dr. Alberto Sampaio da Nóvoa, que as facultou, que estavam no seu escritório de trabalho, em Boamense, onde sempre moraram?

Muitas outras questões se poderiam colocar, até porque como a investigadora reconhece “aqui e ali surgem factos em absoluto ignorados dos seus biógrafos”. O que nos deixa perplexos é verificar que, quem tanto tem estudado este assunto, continue a debitar acriticamente informações, que contradizem o que este conjunto epistolar revela. Por exemplo: “Uma vez terminado o curso, com o regresso a Guimarães...”. Mas para onde? Digam. E em que factos sustentam esta hipótese. Os factos supra relatados indicam o contrário, e muitos outros existem a sublinhar que voltou para junto da mãe, em Boamense. Aliás, Ana Maria Martins confessa a contradição, logo a seguir, quando afirma: “A consciência do proprietário, do terra-tenente, foi decisiva para Sampaio. Desde cedo a lavoura o interessou de tal modo que a ela se veio a dedicar em detrimento do seu curso de Direito” (MARTINS: 1992, 329).

Ora, se assim foi – e ninguém o desmente –, Alberto Faria Frasco, já esclareceu tudo, na conferência que fez em Boamense, no âmbito do ciclo *Pensar os Pensadores*, co-organizado pela Sociedade Martins Sarmento e o município de Vila Nova de Famalicão: “Datam de Novembro de 1867 as primeiras notas de

Alberto Sampaio sobre a vinha de Boamense”. E prossegue: “Desde 1871 até 1904 Alberto Sampaio anotou tudo quanto considerava de interesse para melhorar a cultura de vinha e o processo de vinificação” (FRASCO: 1992, 451).

Não nos deixa sossegados escutar intelectuais e verificar que não se dão conta das contradições em que tropeçam. Outro exemplo: Maria José Trindade, no prefácio que escreveu para a reedição dos *Estudos Históricos Económicos*, não se apercebe da incongruência, quando afirma que “Alberto Sampaio era natural de Guimarães, onde nasceu em 15 de Novembro de 1841. Uma terra e uma data; se mais nada soubéssemos, através da sua obra chegaríamos a saber que essa terra muito ele a amou e que passou a maior parte da sua vida vivendo muito de perto os trabalhos agrícolas que com tanta intimidade nos conta em *As Vilas do Norte de Portugal*” (1979, V). Exactamente, *vivendo muito de perto os trabalhos agrícolas*, em Boamense, acrescente-se. Ela própria, mais à frente, reconhece que o historiador Alberto Sampaio repartiu a vida entre Guimarães, Famalicão e Porto: “É de Guimarães, de Famalicão, em cujo concelho se situava a casa paterna de Boamense e do Porto que escreve aos amigos” (1979, VI). Aliás, é este o entendimento que o seu amigo Luís de Magalhães tem: “Em Guimarães, ou na sua casa paterna de Boamense, em Famalicão, passou, pode dizer-se, quase toda a sua vida. Os trabalhos agrícolas e as pesquisas históricas absorviam-no.” (1923). Falta acrescentar que o seu envolvimento com Guimarães, tem uma relação directa com as investigações de Martins Sarmiento, e só se dá, mais de vinte anos após a sua licenciatura, e já a morte da mãe (1789) tinha ocorrido. O próprio Alberto Sampaio o esclarece, quando nos fala de Martins Sarmiento: “A minha primeira recordação retratou-se aos catorze ou quinze anos (1854/1855) (...). Falamos pela derradeira vez em 27 de Maio de 1899 (...). Entre as duas datas decorre longo período, e neste há um intervalo durante o qual raras vezes nos encontramos. Eu vinha a Guimarães de fugida; e ele, a não ser no verão, quase nunca saía. Só mais tarde, quando vim viver nesta cidade com demora, é que se estreitaram as nossas relações”.

Porém, Alberto Sampaio será para sempre o “historiador vimaranense”, que as enciclopédias registam e os historiadores acriticamente utilizam como palavra-muleta.

Francisco Sande Lemos dá por arrumada a questão: “A biografia de Alberto Sampaio é conhecida”. Tem o cuidado de se descartar: “As diferentes etapas da sua vida foram recordadas por diversos autores, mais aptos e dotados do que nós para tal missão (LEMONS: 1992, 372), tais como Luís Magalhães, Magalhães Lima, Mário Cardoso, Maria José Trindade e Emília Nóvoa. Todavia, o arqueólogo da Universidade do Minho, não escutou o que Emília Nóvoa – a sobrinha tri-neta do historiador de Boamense, que mais tem (embora de forma desgarrada) aprofundado e aclarado algumas fases desconhecidas da vida do seu familiar – disse no colóquio “Pensar os Pensadores”, onde ele próprio também apresentou o trabalho citado. Afirmou Nóvoa: “Boamense, a casa paterna em Vila Nova de Famalicão foi lugar de eleição onde Alberto Sampaio permaneceu quase uma vida, entregue às reflexões e congeminações dos estudos e das grandes paixões que animaram o seu espírito – a agricultura e a história” (FARIA: 1992, 463). A conclusão, óbvia, parece-me, é oposta à de Sande Lemos. Falta escrever a biografia de Alberto Sampaio!

Juiz Seco, Fora de Lei

Guimarães vivia sufocada à tirania do juiz da comarca, um tal Seco, autocrata fora da lei, que aterrorizava a cidade e que ninguém ousava contestar. José Sampaio vai desafiar-lo. Corria o ano de 1872 quando estala um conflito judicial entre ambos, que depressa galga as paredes do tribunal e envolve a sociedade vimaranense, e alcança o país.

É neste entretanto que Martins Sarmento aparece ao lado de José Sampaio, tomando o partido da sua causa, e a da legalidade do Estado, que vincula todos, incluindo os próprios magistrados.

No jornal *Justiça de Guimarães*, que Martins Sarmento funda para o efeito, combate a tirania do juiz Seco. A resistência do magistrado dura poucos meses, acabando afastado do cargo pouco depois.

Mas, este escândalo, que abalou a cidade, aproxima duas almas gémeas, dois homens rectos, frontais. Este traço comum, lança as bases de uma amizade, que perdurará até ao fim das suas vidas. E tem repercussões directas no seu futuro e consequências na actividade cívica e cultural da cidade e do país, aproximando Alberto Sampaio de Martins Sarmento e da cidade de Guimarães.

O Arqueólogo de Briteiros em Famalicão

Martins Sarmento descobre-se arqueólogo afogando-se na leitura dos clássicos. E quando inicia escavações em Briteiros (1874), e posteriormente em Sabrosa (1877), enterra as dúvidas que o perseguem desde jovem, encontra-se consigo próprio, afastando de vez os fantasmas que o atormentavam. Os seus estudos e descobertas tornam-se conhecidos e atraem a atenção do mundo científico, mesmo além fronteiras. Em 1877 realiza-se a conferência sobre a Citânia, que junta os mais conceituados especialistas da época.

E quando os participantes do Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia, ocorrido em 1880 em Lisboa, decidem deslocar-se a Guimarães dá-se a sua entronização. Doravante, o mundo fica a conhecer a existência de uma civilização proto-histórica específica do Noroeste Peninsular.

Por toda a parte, se discute esta actividade científica, protagonizada por Sarmento. Os irmãos Sampaio, José, logo de início e, mais tarde, Alberto, participam e colaboram activamente na descoberta e na interpretação destas investigações arqueológicas. José Sampaio presta-lhe informações preciosas, de achados arqueológicos que detecta no Concelho de V. N. de Famalicão, designadamente, sobre os marcos miliários, que estavam implantados na freguesia de Cabeçudos (Cf. SÁ: 1996). Martins Sarmento desloca-se a Famalicão (1889) para ver a implantação e as inscrições daqueles marcos miliários, já depois de ter vindo (1880) observar o Castelo de Vermoim e o Monte das Eiras, deixando-nos o relato desta incursão no santuário arqueológico do território famalicense, como também da *Excursão a Boamense. Igreja de Requião; Pedra Leital; Marcos Miliários (S. Tiago de Antas; Igreja de Cabeçudos; Pereira; Souto de Santa Catarina)*. (SARMENTO: 1999, 127). Nesta excursão, são seus companheiros “os dois Sampaio e Leite de Castro”. Porém não tem a acompanhá-lo na subida ao Castelo de Vermoim o amigo Camilo. Monta um cavalo e socorre-se de populares da localidade, conhecedores e frequentadores do sítio. Ficaram os registos. Como se vê, Sarmento palmilhou o território famalicense, como de resto, todo o Minho e o Norte de Portugal. Além destas duas “excursões”, outras realizou, como a que fez a Lousado, no mesmo ano, à Ponte da Lagoncinha, para tentar descobrir a via romana (SARMENTO: 1999, 418), ou a que o levou ao castro e monte de St.^a Tecla (SARMENTO: 1999, 136-137). Delas dará notícia escrevendo alguns textos na *Nova Alvorada*. A efectuada a Boamense, tem a particularidade de o ter a acompanhar “os Sampaio” e o vimaranense Leite de Castro, evidenciando, por outro lado, o cuidado e o rigor que punha nas suas investigações, confirmando “in loco” as informações que lhe prestavam, mesmo vinda de amigos. Como ele anotou, nos seus *Apontamentos*, a propósito dos marcos de Cabeçudos: “A cópia que dou é de José Sampaio, que verifiquei. Apenas li à maior, na quarta linha, adiante de Divi EL, provavelmente Eli. Em vez do F simples da cópia do J. Sampaio, ELI. (SARMENTO: 1999, 127, 129-135, 420-423). Além das informações que recolhe e dos conhecimentos que elabora, o arqueólogo leva para Guimarães uma “pedra ornamentada”, que adquiriu, tendo-lhe José Sampaio oferecido uma ara votiva, que encontrou em

Perrelos (Delães), por onde Martins Sarmiento também andou, e de que deixou registo na revista famalicense *Nova Alvorada* (Cf. nr. 13). O museu Martins Sarmiento mantém à sua guarda aqueles objectos.

Desta cooperação e do convívio com os irmãos Sampaio emerge a amizade e a colaboração mútua em trabalhos científicos. Alberto Sampaio traduz para Martins Sarmiento textos em línguas estrangeiras, enquanto discutem o significado das investigações arqueológicas:

«... Esqueceu-me de lhe pedir bis de uma passagem do seu escrito acerca da minha opinião sobre os habitantes da Citânia e as civilizações que ali se encontram (...) a minha opinião é que as nossas Citânias foram construídas e habitadas até ao tempo dos romanos por uma santa gente que chegou ao ocidente da Europa uns 15 séculos antes da nossa era” (SARMENTO: 1998, 77).

Com Camilo, discute ideias sobre leituras de livros antigos, que trocam e tentam decifrar e compreender. Entretanto, Sarmiento vai informando o seu amigo da evolução do seu pensamento sobre a Citânia: “A grande antiguidade da Citânia parece-me incontestável» (SARMENTO: 1990, 43). Porém, quando as suas hipóteses já estavam confirmadas, o que ele pretendia era mesmo que Camilo a visitasse: “Eu conto ir para Briteiros (...). Se for para as Taipas, veremos se é capaz de ir ver as minhas velharias. Com um dia de sol encoberto e um qualquer burro, a coisa é, extremamente fácil ” (SARMENTO: 1990, 65). Todavia, Camilo não perdeu tempo e lavrou o seu juízo, em letra de forma, no primeiro de quatro artigos, publicados, no jornal *Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, republicadas em Portugal nas primeiras quinzenas de 1880, os quais deram posteriormente origem aos *Ecoss Humorísticos do Minho*: “No Brasil deve saber-se que existe em Guimarães um homem, que, a expensas suas, trabalha há doze anos na exumação duma “cidade” céltica ou fenícia. É Francisco Martins Sarmiento, homem rico, um estudioso indefeso e arqueólogo irrealizável. Em Espanha, França, Inglaterra e Alemanha são conhecidos os seus trabalhos da Citânia e reproduzidos os exemplares das escavações, acompanhados da sua profunda crítica, muito assinalada pela modéstia com que o doutíssimo explorador se apresenta” (1993, 11).

Sarmiento agradeceu em carta a Camilo e devolveu-lhe o elogio: “Diabo! Nós necessitamos dum azorrague de Juvenal, e ninguém como você para o manejar”. E deixa-lhe uma dica para a próxima crónica: “Recomendo-lhe a justiça, do nosso país e a cáfila dos parasitas que comem à farta na manjedoura do orçamento, mas principalmente a justiça”.

Como se vê, o novelista de Seide não mostrava grande vontade em ver as descobertas do seu amigo. Mas não lhe escapava o significado e importância que continham e expressavam ao mundo. E aproveita o convite do jornal brasileiro para difundir os créditos do seu amigo. Além do mais, Camilo já lá tinha estado, quando se refugiou na Casa de Briteiros. É ele, uma vez mais a recordá-lo: “Amanheci um dia entre as ruínas da presumida citânia (...) Como quer que seja, a Citânia faria derrear um antiquário, sem ele descobrir nas ruínas dela pretexto a narcotizar com um in-fólio a porção do género humano, que ainda crê nas vimalidades de antiquários, e decifrações arrevezado. De pedras, e quejandos desfastios de sábios em medalhas e cipós-agente mais estafadora do mundo” (CASTELO BRANCO: 2004, 43).

A Revista de Guimarães

A vida destes homens entrelaça-se, e tal como, os homens da *Tertúlia Ocidental*, potenciam a amizade em solidariedade e cooperação que “é rara em Portugal” (SARAIVA: 1990, 12).

Fundam a Sociedade Martins Sarmiento, que dirigem, (José Sampaio é o 1.º presidente e Alberto co-fundador), criam a *Revista de Guimarães*, que alimentam com os seus estudos, mas também, com colaborações exteriores, que atraem, projectando-a no mundo científico. De Famalicão, junta-se-lhes o etnólogo Abílio

Magalhães Brandão, que publica, entre 1889 e 1892, vários artigos sob o tema *Apontamentos folclóricos famalicenses*¹¹

Na hora das dificuldades são solidários. Martins Sarmento, como anotamos, não hesita e põe-se ao lado do advogado José Sampaio, quando este enfrenta o juiz Seco. Aquele, por seu turno, compreende a relevância das investigações arqueológicas de Sarmento e envia-lhe informações, que recolhe no concelho de Famalicão (Cf. FARIA: 1998, 189-194), oferecendo-lhe peças que encontra. Esta colaboração solidária evidencia-se no artigo que Sarmento escreve sobre os marcos miliários no concelho de Vila Nova de Famalicão: “Além dos padrões nomeados, posso dar notícia de mais três, descortinados pelo meu amigo doutor José Sampaio, e que fui examinar com ele” (1892). Tudo aponta que esta deslocação de Martins Sarmento a Cabeçudos seja a que o arqueólogo relata nos seus *Apontamentos de Arqueologia*: “Excursão a Boamense; Igreja de Requião Marcos Miliários (S. Tiago de Antas; Igreja de Cabeçudos; Pereira; Souto de Santa Catarina). Nesta excursão, são seus companheiros “os dois Sampaio e Leite de Castro” (SARMENTO: 1999, 420-423).

É neste contexto, que emerge a aproximação de Alberto Sampaio com Martins Sarmento e o envolvimento público com a cidade de Guimarães. Como observou Luís de Magalhães: “A obra de Alberto Sampaio é uma ponte entre as investigações arqueológicas de Martins Sarmento e a obra histórica de Herculano”. E acrescenta: “Amigo íntimo de Sarmento, vivendo com ele, em Guimarães, Alberto Sampaio seguiu de perto e com apaixonado interesse os seus trabalhos, que tantos subsídios elucidativos ofereciam às questões históricas em que o seu espírito andava empenhado”. E Luís de Magalhães vai mais longe: “E, sobre a base das descobertas do ilustre arqueólogo na parte relativa à proto-história e à etnografia, traçou, o seu primeiro livro, o magnífico estudo sobre “A Propriedade e a Cultura do Minho ...” (MAGALHÃES:1923, XXVI).

Mais recentemente foram lançados novos olhares e evidenciados outros contributos (inovadores e pioneiros a nível internacional) das investigações e do pensamento de Alberto Sampaio. As observações do arqueólogo Francisco Sande Lemos são a este nível de grande significado. Diz ele: “(...) Sampaio possuía um entendimento claro dum princípio essencial da arqueologia como disciplina científica. O chamado princípio da sobreposição das camadas (...). Enquanto o seu amigo Martins Sarmento definia uma estratégia cultural, a sobreposição de uma nova ordem (Império Romano) sobre o mundo autóctone dos castros, Alberto Sampaio lia na estrutura agrária de Entre-Douro-e-Minho, épocas diferentes”. E prossegue o arqueólogo da Universidade do Minho: “Entre todos os estudiosos da época apenas ele dispunha da formação necessária e suficiente para tal, pois combinava um leque de saberes distintos com um profundo conhecimento da paisagem rural”. Sande Lemos, na comunicação apresentada no ciclo “Pensar os Pensadores”, afirma que Alberto Sampaio: “Foi mais longe”, não se limitando a um mero reconhecimento da “profunda antiguidade do sistema agrário minhoto”: “Esboçou uma estratégia da paisagem que atravessa toda a sua obra, em especial as Vilas do Norte de Portugal”. (LEMOS: 1992, 102).

É na *Revista de Guimarães*, logo no primeiro número, que Alberto Sampaio publica o seu famoso artigo *Resposta a uma pergunta: convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?* Com ele desencadeará um movimento que levará à organização da I Exposição Industrial de Guimarães, que depressa se transforma num acontecimento de amplitude nacional, sendo ainda hoje um marco nos estudos da industrialização portuguesa. A sua colaboração vai manter-se, regularmente, ao longo de mais de década e meia, publicando aí os seus trabalhos sobre a vitivinicultura e economia rural no Minho, e o sempre lembrado estudo sobre a propriedade

.....
¹¹ Abílio Magalhães Brandão – “Apontamentos Folclóricos Famalicenses – I”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. VI (1889), pp. 182-207; “Apontamentos Folclóricos Famalicenses – II”. In *RG*. Vol. VII (1890), pp. 200-202; “Apontamentos Folclóricos Famalicenses – III”. In *RG*. Vol. VIII (1891), pp. 47-51; “Folclore”. In *RG*. Vol. VIII (1891), pp. 139-141; “Apontamentos Folclóricos Famalicenses – IV”. In *RG*. Vol. IX (1892), pp. 226-227.

e cultura do Minho, além de alguns capítulos das “Vilas do Norte de Portugal”. Os primeiros esboços, desta obra primacial do seu labor histórico, esses foram publicados na *Revista Portugal* dirigida por Eça.

Camilo na Casa dos Machados

Bernardino Machado (o Presidente da República, duas vezes eleito, e em ambos destituído por golpes ditatoriais), era mais novo que Alberto Sampaio (10 anos) e, naturalmente, pertencia a outra geração da de Camilo, mais velho 26 anos. Esta diferença geracional, não vai impedir a aproximação destes três vultos: os maiores de sempre da história de Vila Nova de Famalicão. No mínimo as superiores expressões humanas e intelectuais de oitocentos. E no caso de Bernardino Machado também do séc. XX¹². Vivem na mesma terra – a sua pátria comum, como diria Santos Simões – e nutrem entre si admiração e estima. Quando Bernardino Machado deixa, com 15 anos, Famalicão, para se matricular, na Faculdade de Matemática em Coimbra, corria o ano de 1866, já Alberto Sampaio de lá regressara três anos atrás, e Camilo era dono e senhor de Seide: “A grande individualidade de Camilo Castelo Branco, à parte toda a exegese crítica da sua obra, será para este canto do Minho o que foi Herculano para Vale dos Lobos, Flaubert, para Groisset, Victor Hugo para Jersey ou Guernesey” (VIEIRA: 1886/1887 – II, 81).

Podemos ser tentados a encontrar pontos comuns entre estas três personalidades, que certamente existem – iguais na grandeza, semelhantes nas vincadas singularidades, de figuras nacionais, que alcançam o topo nas suas carreiras profissionais, convertidos em modelos de referência do país, que influenciam, através do exemplo e do pensamento, ontem e hoje. Porém, somos forçados a admitir que na essência são figuras muito diferentes e distintas. Ora, um dos traços que caracteriza Bernardino Machado e o distancia daqueles dois conterrâneos e amigos é a maturidade precoce e a sua longevidade de ancião. Com 25 anos doutora-se em Filosofia, já depois de ser bacharel em Filosofia e Matemática, alcançando a cátedra aos 28 anos. Neste aspecto é igual a Camilo, o qual, como sabemos, cedo deu expressão aos seus talentos literários. Os de Bernardino Machado são outros: a par do sucesso de professor catedrático, alcança rapidamente notoriedade europeia na área da pedagogia e da educação, fazendo intervenções públicas, escrevendo livros, evidenciando um pensamento ousado e inovador, e, mais importante, aplicando as suas ideias pedagógicas, em reformas no sector educativo, nomeadamente, quando ocupa a pasta, em 1893, de Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Eis um aspecto do seu percurso profissional que também o separa daqueles.

Aqui, Bernardino corre sozinho, na cátedra e na carreira política, que cedo iniciou, candidatando-se a deputado, cargo que exerce com brilhantismo, antes de ser chamado ao Governo, ainda na monarquia. Porém, será na 1.ª República e durante a ditadura salazarista que mostrará a sua fibra de político de causas. É um dos grandes doutrinadores e propagandistas da República e, na hora de assumir o poder revela a faceta do estadista. Forçado ao exílio, prosseguirá o combate, pela liberdade e democracia até ao final da vida. E em plena guerra mundial (1940), quando Salazar decretou uma amnistia, proporcionando o regresso dos exilados políticos, entre os quais Bernardino Machado, o ditador, apesar da avançada idade do seu opositor, fixou-lhe residência no norte do país.

Quando chega a Coimbra, Bernardino já não encontra, logicamente, nenhuma das personagens da Geração de 70. Porém, a sementeira de ideias da revolta estudantil estava viva. Ele e os seus companheiros

.....
¹² O jornal “Opinião Pública” (Ano 9, n.º 399, 30 Dez. 1999, p.12, pp. 17-19) realizou na passagem do milénio o inquérito “Qual Foi a Figura Famalicense do Século?” com vista a eleger a personalidade famalicense do século XX. A maioria dos inquiridos escolheu Bernardino Machado.

rapidamente assenhoreiam-se dela e alimentam-na. Esta identificação de ideias e de aspirações vão aproximar Bernardino Machado dos intelectuais da geração de 70, nomeadamente, de Antero e de Teófilo Braga.

Os laços de ligação e de amizade, para além de uma mútua admiração, de Bernardino Machado com Camilo, têm certamente outra natureza e diferentes razões. Bernardino foi um aluno brilhante e um destacado lente na Universidade de Coimbra, e, a sua influência nesta fase final do século XIX, extravasa a cátedra, com o seu pensamento a projectar-se na sociedade, tanto no campo científico, como político. Camilo, muito cedo o admirou, ainda ele era estudante universitário. A amizade com o 1º Barão e a Baronesa de Joane, pais de Bernardino, certamente ajudaram. A correspondência conhecida entre as duas famílias prova-o. Encontram-se aqui, em terras de Vila Nova de Famalicão, em Coimbra, na Póvoa de Varzim, entre outras. Camilo procura Bernardino, ainda ele era estudante em Coimbra, em casa de seu pai, ao tempo já a viver, depois do regresso do Brasil, onde amealhou capital, na casa brasonada dos Machados, no centro de Vila Nova de Famalicão. Os relatos destes encontros foram registados pelo próprio Bernardino Machado, no jornal *O Século*, em 1925 (MARQUES: 1978, 8-13) e constam das *Memórias* de Bernardino Machado, escritas pelo seu filho António Machado (1945).

Encontrando-se, numas férias de verão, o grande romancista Camilo Castelo Branco, já então instalado na sua residência em Seide, referiu-lhe com juvenil ironia a monomania paterna e ambos riram do caso. Volvido algum tempo, estando deitado no seu quarto sentiu passos na escada e uma voz soturna chamando: “Cá vai mais um! ...”. Era Camilo a quem o Sr. Barão de Joane dirigira, também a pergunta sacramental: – já viu o Bernardino? Suba que ele há-de ter muito gosto em lhe falar” (MACHADO: 1945, 37).

Também não é menos famosa a carta de Ana Plácido, porta-voz do casal, à baronesa de Joane, a recusar (amavelmente) o apoio a Bernardino Machado, para a sua 1.ª eleição para deputado, pelo círculo de Vila Nova de Famalicão.

Ninguém melhor está habilitado para representar este concelho que seu filho, tanto pela sua inteligência como pela sua bondade mas no presente caso, as pessoas que como eu estavam pessoalmente dedicadas ao Cunha Monteiro (Cf. MARQUES: 1978, 48-49).

Bernardino não esconde a admiração que sente pelo escritor Camilo: “Camilo foi um dos meus grandes mestres”. No citado artigo, o ex-Presidente da República evoca a admiração da sua geração pelo romancista: “O nosso entusiasmo pelo genial romancista era tamanho que até o seu traje original imitávamos, capa à espanhola, botas altas a Frederico”. E lembra a felicidade das “horas deliciosas” em que privou com ele.

Um dos pontos de encontro era a Póvoa de Varzim, na época balnear, para onde as duas famílias iam passar férias. É numa destas temporadas estivais que ocorre o famoso episódio com o seu pai, que o próprio Bernardino Machado relata: “Na dúvida cumprimenta-se sempre”. Foi esta a resposta que o barão de Joane lhe deu, depois de Bernardino lhe ter relatado que “pareceu-me, há pouco, ver a Sr.ª D. Ana Plácido, mas na dúvida, não me atrevi a cumprimentar”. E Bernardino conclui, o seu artigo, não sem uma leve ironia, “Na dúvida...” (Cf. MARQUES: 1978, 8-13).

Já as relações de Bernardino com Alberto Sampaio, a avaliar pelas dedicatórias dos livros que Bernardino Machado enviou para Boamense, são mais cerimoniosas, embora de profunda admiração: “A Alberto Sampaio com muito apreço pelo seu talento tão forte como o carácter, off. Afectuosamente”¹³. Já nas *Notas d’um Pae*, também autografada, podemos ler o seguinte: “Ao Exm.º Sr. Alberto Sampaio / homenagem e lembrança muito afectuosa”¹⁴ (Cf. COSTA: 2002). Por aqui se evidencia uma relação de proximidade e de afectividade destes dois intelectuais, traduzindo uma admiração recíproca. Mas, certamente, o que os une é o mesmo ideário de

¹³ Bernardino Machado – *Affirmações Publicas: 1882-1886*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

¹⁴ Bernardino Machado – *Notas d’um pae*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897.

mudança e progresso, que Bernardino Machado, enquanto estudante em Coimbra perfilhou da Geração de 70, e que vai desenvolver para domínios, nomeadamente, do ensino, catapultando-os para a praxis governamental. Oliveira Marques capta esta interligação nos seguintes termos:

Aspirou o mesmo ar, ouviu as mesmas conversas, leu os mesmos livros, observou os mesmos costumes que os Eças, os Anteros, os Teófilos. Como eles formou o seu ideário que, com os deles, obedeceria a um denominador comum (1978, XV).

A Universidade que encontrou não era muito diferente da que foi contestada pelos jovens de 70. Os combates pela sua transformação prosseguem. E já no início do século XX – em 1907 – a Universidade e a cidade de Coimbra são palco da maior greve académica da sua história. Foi seguramente a mais longa e com maiores reflexos políticos, no curto e médio prazo. O apodrecimento do regime monárquico era cada vez mais notório, enquanto os ideais republicanos conquistavam as elites e entranhavam-se no povo. Bernardino Machado mostrará numa carta com a data de 1 de Abril, de que lado está, demitindo-se da cátedra e pondo-se ao lado da revolta estudantil: “Estou sempre no meu posto, em defesa da universidade, e tanto dos seus discípulos como dos seus mestres”(conforme se poderá ver neste mesmo *Boletim Cultural* na parte referente à revolta académica de 1907). E não esqueçamos: Bernardino Machado é, tal como o companheiro Teófilo Braga um dos grandes impulsionadores da propaganda republicana e membro do Governo Provisório da I República presidido por aquele, privou com Eça, Oliveira Martins e Antero, correspondendo-se com todos eles. Elucidativo a este propósito, é o testemunho sobre Antero, do filho de Bernardino, António Machado:

“Na biblioteca privativa de meu pai figurou durante muito tempo um exemplar dos “Sonetos” com uma dedicatória fraternal. Em Vila do Conde discorriam os dois, muito mais tarde, peripateticamente, pelos arredores, em constante permuta de ideias” (MACHADO: 1945, 28).

Um cenário – Vila do Conde entre 1881 e 1891 – que Alberto Sampaio e Antero também partilharam em convívio e fraterno diálogo: “Oxalá que o tempo tenha melhorado quando vieres, para podermos dar os nossos passeios filosóficos por esses campos e praias”.(carta de Antero de 1881 a Alberto Sampaio) (QUENTAL – II: 1989, 593).

Bernardino Machado, Sócio Honorário da Sociedade Martins Sarmento

Neste entrelaçar de caminhos é interessante saber que Bernardino Machado também vai cruzar a sua vida com a Sociedade Martins Sarmento, que bem conhece. Um desses momentos dá-se quando apresenta na Câmara dos Deputados, em 1883, um projecto de lei, com vista a conceder àquela instituição, promotora da instrução popular, no concelho de Guimarães: “... o edifício, a sua pequena cerca e mais pertenças, do convento das religiosas de Santa Rosa de Lima da cidade de Guimarães, para estabelecer nele a sua biblioteca popular e pública, e as suas escolas já fundadas, ou que de futuro venha a fundar” (MACHADO: 1898, 267-268). Bernardino Machado inicia a sua intervenção parlamentar fazendo um rasgado elogio à Sociedade:

“Entre as instituições de iniciativa particular que mais caracteristicamente revelam um novo e intenso movimento nacional tendente a melhorar a instrução pública, deve ser mencionada a Sociedade Martins Sarmento, promotora da instrução popular no concelho de Guimarães ...” (Cf. MARQUES: 1978, 51).

Outro ponto alto desta relação de proximidade com a Sociedade Martins Sarmento evidencia-se na comunicação intitulada *Nota Sobre as Sociedades Particulares em Portugal*, que Bernardino Machado apresentou em França, por ocasião do 1.º centenário da revolução francesa, no Congresso Internacional de Ensino Livre

em 1889, onde faz uma descrição detalhada da vida e das actividades da instituição vimaranense, prestando um rasgado elogio a Martins Sarmento:

Le distingue écrivain Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento, savant archéologue de Guimarães, où il découvrit les ruines du Sabrozo et de la Citanie, obtint du gouvernement français – après la visite à ces intéressantes stations archéologiques et leur rentrée chez eux dès membres du Congrès International d'Archéologie et d'Anthropologie, tenu à Lisbonne en 1888 – la croix de la Légion d'honneur, en témoignage dès éminents services rendus par lui à l'archéologie (MACHADO: 1896, 92).

Mais tarde, a Sociedade Martins Sarmento reconhecerá este gesto e fará Bernardino Machado seu sócio honorário.

Revista Nova Alvorada

É neste contexto que Seide, com Camilo, passou a ser um farol de cultura e um local de referência da literatura em Portugal. A pequena glorieta que Ana Plácido ergueu, a António Feliciano de Castilho e a Tomás Ribeiro, à entrada da sua Casa é um cântico à amizade. Todavia, ela expressa também a força atractiva que, desde meados de oitocentos, Camilo exercia no país ilustrado (e não só). De igual modo, as elites intelectuais famalicenses e a aristocracia local franqueavam-lhe as portas, não lhe regateando apoio e veneração. Os Pindelas de S. Tiago da Cruz (Bernardo e Vicente) eram seus amigos; José de Azevedo e Menezes, da Casa do Vinhal conheceu-o pessoalmente, sendo um dos impulsionadores, ao lado de Vicente Pindela e de Nuno Simões da compra e da reedificação da sua casa, após o incêndio em 1915. O anel de amizades estendia-se ao 1.º barão de Joane, pai de Bernardino Machado, que Camilo visitava (a ambos) na Casa dos Machados, no Campo da Feira, no centro da então vila. A revista *Nova Alvorada* (1891-1903), dirigida por Joaquim Sousa Fernandes (futuro presidente da 1.ª Câmara republicana), junta estes intelectuais, sem esquecer Júlio Brandão, Sebastião de Carvalho e Eduardo Carvalho, e, ao lado destes, os maiores intelectuais nacionais de então, tais como, Raúl Brandão, Trindade Coelho, Teófilo Braga, Rocha Peixoto, F. Gomes de Amorim, Joaquim de Araújo, Abel Botelho, e alguns internacionais, como Caldelas y Aguilera, Tommazzo Cannizzaro, Goran Bjorkman, etc.. (GONÇALVES: 1990/1991). Alguns dos seus números são consagrados a Camilo, Camões, Teófilo, onde a intelectualidade portuguesa participa. E divulgam-se textos ou cartas de vultos literários portugueses. Martins Sarmento publica o conhecido artigo sobre os marcos miliários no concelho de V. N. de Famalicão, entre outros textos, sobre questões arqueológicas, denotando um conhecimento aprofundado desta matéria no nosso concelho: “Como em todo o Minho, não faltam no concelho de Famalicão ruínas de povoações, que mais podem chamar-se pré-romanas, que romanas. Uma delas fica na freguesia de Delães, na coroa de um monte, onde se vê a capela de S. Miguel-o-Anjo, e é sobretudo notável por sabermos d'uma inscrição, encontrada nas suas proximidades, que foi o Deus principal dos seus habitantes” (SARMENTO: 1894)¹⁵.

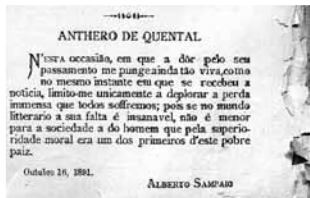


¹⁵ Francisco Martins Sarmento i) “A Propósito de Valadaiga”: In *Nova Alvorada*. V.N. de Famalicão, ano 5, nº 11 (Fev.1846), pp 84-85; ii) “O Deus Brigo: NA VNF, ano 4, nº2 (1 de Maio 1894), pp 117-118; iii) “Marcos Miliários no Concelho de V.N. de Famalicão: NA (1 Jan. 1892), pp 89-91; iv) [Cristovão Colombo]. NA, ano 2, nº 8 (12 Out. 1892), p. 23.



Alberto Sampaio, deixa também a sua marca nesta revista literária, que anima o panorama cultural de Famalicão, na viragem do século dezanove, acedendo a escrever um texto sobre Antero de Quental, num número especial de 20 páginas, com artigos inéditos, dedicado, justamente, à memória do seu amigo entretanto falecido:

Nesta ocasião, em que a dor pelo seu passamento me punge ainda tão viva, como, no mesmo instante em que se recebeu a notícia, limito-me unicamente a deplorar a perda imensa que todos sofremos; pois se no mundo literário a sua falta é insanável, não é menor para a sociedade, a do homem que pela superioridade moral era um dos primeiros d'este pobre país (SAMPAIO: 1891, 67) (itálico meu).



Neste número, a par de Teófilo Braga, Luís de Magalhães, Oliveira Martins, Gomes Leal, Sousa Viterbo e Guerra Junqueiro, colaboram outros famalicenses, entre os quais, Álvaro de Castelões, José de Azevedo e Menezes e Sousa Fernandes.

Até prova em contrário este é o único texto publicado por Alberto Sampaio, em revistas ou jornais famalicenses.

Os Anos Dourados de Vila Nova de Famalicão 1870/1930

Sendo terra e povoação antiga, que os vestígios, ainda hoje existentes, dos povos castrejos e da ocupação romana atestam, Vila Nova de Famalicão é um concelho moderno, criado em 1835, no âmbito das reformas administrativas liberais. Fruto da revolução liberal, é-o também da luta persistente, e da vontade afirmativa de autonomia das suas gentes, que exigiram, ao longo de mais de um século, a sua desanexação de Barcelos, imposta em 1410, (CAPELA: 1989; 2005). Em 28 de Setembro de 1835, na Casa do Paço, toma posse a Comissão Municipal presidida por Queiroz Moreira. Acompanham-no Domingos José de Carvalho, José Gomes de Matos, Francisco da Costa, Simão de Magalhães, José António Vidal e João de Faria de Guimaraes Freitas e Castro. Outros se recusam a fazê-lo, ficando a atitude dos que compareceram como o acto fundador do Concelho. Merecem o nosso reconhecimento e admiração. Os seus nomes estão, desde 2005, inscritos num painel nos jardins do Paços do Concelho. Quatro meses passados, realizam-se as primeiras eleições para a Câmara Municipal e Manuel Sotto-Mayor torna-se o primeiro presidente eleito do município de Vila Nova de Famalicão. A actual Casa da Cultura é arrendada pela Câmara Municipal e transforma-se nos primeiros Paços do Concelho.

Por carta de foral a rainha D. Maria II, concede em 1841 a Famalicão o título de "Vila". Sem dúvida que a Fundação do Concelho é um acto libertador, inscrevendo-se na corrente do pensamento liberal e democrático do Estado moderno. A própria rainha o reconhece quando esteve entre nós em 1852: "Folgo de ver os frutos da liberdade brutarem e reverdecem, dando brilho ao meu reinado constitucional" (Cf. SALGADO: 2005, 119).

Em todo o caso, Vila Nova de Famalicão tem as suas raízes mais profundas no cume do Castelo de Vermoim e de outros montes, como o das Eiras, que modelam a sua morfologia. Continuam expectantes a aguardar pela chegada do arqueólogo que os desnude e mostre ao mundo as camadas estratificadas das civilizações donde descendemos. Todavia, para a história nascemos em 1205, com o Foral de D. Sancho I, quando ordena a fixação no reguengo real de 40 casais, e cria a feira quinzenal. O seu crescimento demográfico e o seu desenvolvimento estão inexoravelmente ligados à política de povoamento e de fixação das pessoas protagonizadas pelo Rei D. Sancho I. A feira de Famalicão, uma das mais antigas do país, é um símbolo do empreendedorismo. Apesar das vicissitudes porque passou, Famalicão resistiu e sobreviveu. Após quatro séculos de subjugação político-administrativa, renasce com vitalidade cívica, força económica e capacidade política. Era inevitável que a reforma liberal lhe restituísse os seus pergaminhos e a recolocasse nos caminhos da liberdade e da independência. As suas gentes expressaram, ao longo de décadas de luta, a sua vontade autonomista, revoltando-se contra a vassalagem a Barcelos, tanto mais que tinha e podia exibir uma força económica e um desenvolvimento comercial que lhe permitiam percorrer o seu próprio caminho.

A partir de meados do século XIX, consolidada que estava a (re)fundação do concelho, Famalicão entra numa fase de grande desenvolvimento.

Desde logo, a nível de habitantes. Recenseados 27.700 no Censo de 1864 chegaríamos aos 43.561 do Censo de 1930 (29.483 em 1878, 31.689 em 1890, 33.978 em 1900, 37.753 em 1911 e 39.652 em 1920).

Ao mesmo tempo, as novas estradas que a partir da década de 1850 se foram construindo para o Porto, Braga, Guimarães, Barcelos, Póvoa de Varzim e Santo Tirso, viriam a tornar Vila Nova de Famalicão num cruzamento preferencial das comunicações de todo o Norte de Portugal.

Às novas estradas junta-se o caminho-de-ferro, inaugurando-se a nova estação da Linha do Minho em 1875.

Estas mudanças, sem dúvida estruturais, implicaram um progresso acelerado na urbanização da Vila que a fez quase duplicar entre 1850 e 1880, altura em que a Câmara Municipal aprovou uma postura definindo os limites urbanos, as 'barreiras', perfeitamente idênticos, com poucas alterações, às dos anos de 1970.

Surgem novos edifícios públicos, como o hospital S. João de Deus (1878) e os Paços do Concelho (1881), e erguem-se na nova estrada, na então Rua Formosa, "edifícios particulares luxuosos", com capitais vindos do Brasil, de que é exemplo emblemático o Palacete (1857), do "brasileiro" de torna viagem, Barão de Trovisqueira, hoje restaurado e transformado em Museu. Mercê desta influência, o concelho de V. N. Famalicão pode considerar-se, pelos finais do séc. XIX, como uma vila de "brasileiros". (ALVES: 2001). É neste Palacete – hospedaria obrigatória das visitas régias ao Minho –, que pernoitam em 1861 o Rei D. Pedro V e o Infante D. João e em 1863, o Rei D. Luís e a Rainha D. Maria Pia.



São abertas ou reconstruídas várias ruas: Alves Roçadas, Barão de Trovisqueira, Camilo Castelo Branco (o nome foi-lhe atribuído ainda o escritor era vivo, tal como com o barão de Trovisqueira).

Inaugura-se, em 1865, a iluminação pública a petróleo e, em 1909, a iluminação eléctrica. Acabava-se o domínio da noite natural e iniciava-se o reinado da *noite técnica*, para utilizar a terminologia de Joel Serrão.

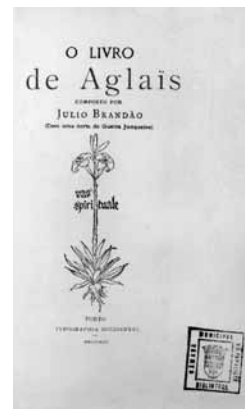
É também nessa época que começam a instalar-se na então vila e por todo o concelho fábricas e oficinas "que vão mudar a fisionomia da terra e torná-la, pouco a pouco, centro de uma grande zona comercial e industrial". São os casos da Boa Reguladora (1892), da Tipografia Minerva (1886), e das fábricas têxteis em

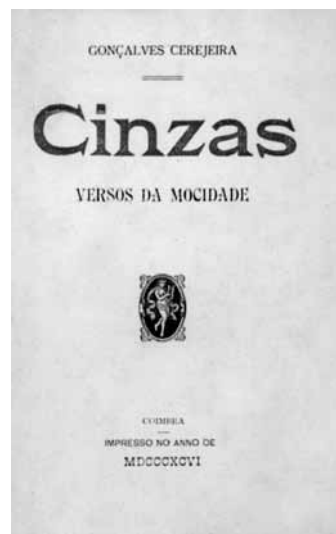
Riba D'Ave, a primeira das quais em 1883/85 do Barão de Trovisqueira, e a Sampaio Ferreira, fundada em 1896 por Narciso Ferreira, sob os escombros daquela e donde emerge, já com o seu filho Delfim Ferreira, nos inícios do século XX, um império industrial têxtil, mais tarde alargado ao sector hidro-eléctrico.



No fim do séc. XIX e princípios do actual, Famalicão teve, porventura, a par deste surto de desenvolvimento económico, urbanístico e de acessibilidades, o período áureo da sua vida intelectual e artística. Com a vinda em 1863 de Camilo Castelo Branco para Seide, onde escreve boa parte da sua obra, como *A Brasileira de Prazins*, gera-se em seu torno um centro de irradiação literária e cultural, florescendo no último quartel do séc. XIX, um punhado de escritores, poetas, jornalistas e pensadores que fundam jornais e revistas literárias (*Alvorada*, em 1885, e *Nova Alvorada*, em 1891), *O Soneto Neo-Latino* (de Júlio Brandão e Álvaro de Castelões em 1929), e editam livros que ainda hoje são marcos na história literária e cultural.

Justamente a imprensa é um dos melhores barómetros para aferir do empenhamento cívico e cultural de uma geração: *O Democrata* (1922), *Desafronta* (1913), *A Igualdade* (1885), *Estrela do Minho* (1895), *O Famelicense* (1894 e 1908), *Gazeta de Famalicão* (1884), *Luctador* (1900), *A Paz* (1910), *O Porvir* (1895), *O Regenerador* (1901) e *O Villanovense* (1881), são apenas alguns dos títulos que mostram o empenho daqueles famalicenses na sua contemporaneidade.





Júlio Brandão publica o seu primeiro livro de poemas *O Livro de Aglais* (1892), enquanto Bernardino Machado, licenciado em 1875 e doutorado no ano seguinte (1876), ensina em Coimbra, e aí produz e edita grande parte do seu pensamento pedagógico: *Afirmções públicas* (1888), *Notas dum Pae* (1896), *O Ensino* (1898) e *Ensino Profissional* (1899) e político (*Pela Liberdade*, 1901). Alberto Sampaio, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, regressa a casa de seus pais em Boamense, e vai dando à estampa a partir de 1884 em revistas (*Revista de Guimarães*¹⁶, *Revista de Portugal*¹⁷, *Portugália*¹⁸) as investigações históricas, realizadas no silêncio da sua casa de Boamense, que serão, após a morte (1908), reunidas nas *Vilas do Norte de Portugal* e *Póvoas Marítimas*, hoje obras de referência na historiografia portuguesa. A sua colaboração

.....

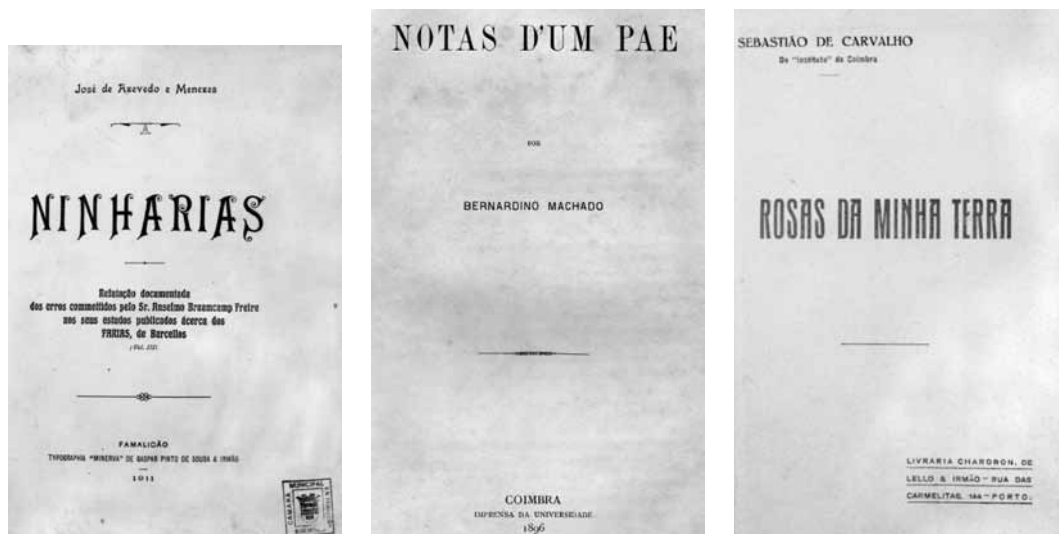
¹⁶ i) Colaboração de Alberto Sampaio – “Resposta a uma Pergunta: convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. I (Jan. 1884), pp. 25-34; “O Presente e o Futuro da Viticultura no Minho: estudo de economia rural – I”. In *RG*. Vol. I (Jan. 1884), pp. 195-203; “O Presente e o Futuro da Viticultura no Minho: estudo de economia rural – II”. In *RG*. Vol. II ((1885), pp. 20-35; “Estudos de Economia Rural do Minho – I”. In *RG*. Vol. III (1886), pp. 146-159; “Estudos de Economia Rural do Minho – III”. In *RG*. Vol. IV (1887), pp. 21-37; “Estudos de Economia Rural do Minho – IV”. In *RG*. Vol. IV (1887), pp. 77-106; “A Propriedade e a Cultura do Minho”. In *RG*. Vol. V (1888), pp. 49-70; “As Vilas do Norte de Portugal – I”. In *RG*. Vol. X (1893), pp. 160-176; “As Vilas do Norte de Portugal – II”. In *RG*. Vol. X (1893), pp. 209-221; “As Vilas do Norte de Portugal – III”. In *RG*. Vol. XI (1894), pp. 139-147; “As Vilas do Norte de Portugal – IV”. In *RG*. Vol. XI (1895), pp. 5-10; “As Vilas do Norte de Portugal – V”. In *RG*. Vol. XI (1895), pp. 65-90; “As Vilas do Norte de Portugal – VI”. In *RG*. Vol. XI (1895), pp. 155-173; “As Vilas do Norte de Portugal – VII”. In *RG*. Vol. XIII (1896), pp. 19-25; “As Vilas do Norte de Portugal – VIII”. In *RG*. Vol. XIV (1897), pp. 161-187; “Luís de Magalhães, *D. Sebastião*”. In *RG*. Vol. XV (1891), pp. 43-47; “João da Mota Prego, *Guia Prático para o Emprego dos Adubos em Portugal*”. In *RG*. Vol. XVI (1899), pp. 48-51;

ii) Textos sobre Alberto Sampaio publicados na *Revista de Guimarães*. Eduardo de Almeida – “Registo Bibliográfico”. In *RG*. Vol. XXXIV (1924), pp. 75-82; “Os Nossos Sócios Honorários: Alberto Sampaio, a propósito de um centenário”. In *RG*. Vol. LI, n.º 3 (Jul.-Set. 1941), pp. 185-196; “Cartas de Alberto Sampaio para Joaquim de Araújo, Martins Sarmiento, Oliveira Martins, Abade de Tagilde e Luís de Magalhães”. In *RG*. Vol. LI, n.º 3 (Jul.-Set. 1941), pp. 196-261; “Correspondência Inédita de Alberto Sampaio: Alberto Sampaio e Rocha Peixoto”. In *RG*. n.º 4 (Out.-Nov. 1941), pp. 265-292; T. Sousa Soares – “Alberto Sampaio: o homem e a obra”. In *RG*. Vol. LI, n.º 3 (Jul.-Set. 1941), pp. 250-281.

¹⁷ Alberto Sampaio – “O Norte Marítimo”. In *Revista de Portugal*. Porto, Vol. IV (1892), pp. 813-816; “As Vilas do Norte de Portugal”. In *RP*. Vol. IV (1892), pp. 529-555; 741-775; “Ontem e Hoje”. In *RP*. Vol. 4 (Jan. 1892), pp. 125-141.

¹⁸ Alberto Sampaio – “As Vilas do Norte de Portugal”. In *Portugália*. Porto, T. I/III (1899-1903), pp. 97, 281, 549, 757.

na *Revista de Guimarães*, propriedade da Sociedade Martins Sarmento, inicia-se logo no 1.º número. Outros famalicenses também aí publicam, como Abílio Magalhães Brandão. Por seu turno, a *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, fundada em 1889 (onde Eça queria a colaboração de Camilo...) juntou outro grupo de famalicenses (Alberto Sampaio, Júlio Brandão e Bernardo Pindela).



É também, por essa altura, que os poetas Manuel Dias Gonçalves e Sebastião de Carvalho editam, respectivamente, *Cinzas* (1896) e *Rosas da Minha Terra* (1915). Por seu lado, o Conde de Arroso, da Casa de Pindela, secretário particular do Rei D. Carlos, ligado aos *Vencidos da Vida*, publica *Azulejos* (1886), que Eça prefacia. Noutro plano destaca-se ainda a obra singular *Socialismo Libertário ou Anarquismo* (1896) do “anarquista famalicense” Manuel Silva Mendes, que acabou por emigrar para o Oriente (Macau), onde se celebrizará (foi Presidente do Real Senado), tal como já acontecera no século XVII com o jesuíta Tomás Pereira, que deixou Vale S. Martinho e torna-se íntimo do Imperador da China, conseguindo dele a promulgação da primeira lei de liberdade religiosa para todo o território chinês, protagonizando a celebração dum tratado fronteiriço sino-soviético, ainda hoje objecto de estudo.

Já neste século, José de Azevedo e Menezes, da Casa do Vinhal, publica *Ninharias* (1911), reunindo as suas reflexões dispersas por revistas e jornais, e o Senador Sousa Fernandes prossegue uma intensa actividade literária e de acção cultural, dinamizando, com aquele, o grupo camilianista, que adquiriu e reedificou em 1920 a Casa de Camilo, prestando-lhe uma homenagem póstuma. Aliás, J. Sousa Fernandes foi o primeiro Director do Museu de Seide.

Na forja, durante todos estes anos, labutou a “geração republicana”, sob a influência daquele Senador, que foi Vice-Presidente da Constituinte, e dirigiu o município após a revolução republicana, criando a Biblioteca Municipal, logo em 1913, depois de receber de forma pacífica o poder de Daniel Santos, o último Presidente da era monárquica.

Enquanto isto, Bernardino Machado ascende à cátedra em Coimbra. Revolucionaria o ensino de antropologia, introduzindo o seu estudo na Faculdade de Filosofia. E ao longo das duas últimas décadas, do século XIX, teoriza, publica e debate em conferências e congressos internacionais, o estado da pedagogia e da educação, elaborando uma reforma educativa em todos os níveis das escolas portuguesas. Uma vez nomeado ministro em 1873 aplica as suas ideias e promove uma reforma do ensino em Portugal.

Convertido à causa republicana (1903), faz parte do Governo Provisório da I República, e dois outros famalicenses, Daniel Rodrigues e Nuno Simões integram gabinetes ministeriais na 1.ª república. Bernardino Machado será ministro e embaixador antes de ocupar o cargo de Presidente da República duas vezes. Em plena ditadura militar (1929) dois intelectuais, os poetas Júlio Brandão e Álvaro de Castelões, editam *O Soneto Neo-Latino*, uma revista internacional singular, que reuniu ao longo de sete anos, os melhores poetas/sonetistas de todas as comunidades de língua latina. Foi isso que levou Xesús Alonso Montero a proclamar na Biblioteca Camilo Castelo Branco “Vila Nova do Soneto”¹⁹. Enquanto isso, os militares derrubam a 1.ª República e Bernardino Machado é forçado pela segunda vez ao exílio. Não se deixa abater e jamais se calará. Combaterá o ditador Salazar até aos seus últimos dias.

Da Casa de Camilo às de Briteiros, de Boamense e dos Machados

Na viragem do século, Bernardino Machado já era o centro e a referência do pensamento e da actividade política em V. N. de Famalicão, nomeadamente na área da pedagogia e da educação. A publicação, entre 1888/1899, de quatro obras emblemáticas *Afirmções Públicas* (1888), *Ensino* (1898), *Ensino Profissional* (1899) e *Notas Dum Pai*, (1896), colocam-no na vanguarda do pensamento pedagógico europeu. A observação é de Oliveira Marques: “Aos quarenta anos era considerado um dos maiores pedagogos portugueses, tanto dentro como fora das fronteiras do País” (MARQUES: 1978, XIX). Um dos pontos altos desta projecção continental dá-se em 1892, no congresso pedagógico Hispano-Português-Americano, onde foi nomeado vice-presidente, ao lado do espanhol D. Rafael de Labra, presidente do Instituto Livre de Ensino. Bernardino Machado, organizador da representação portuguesa profere a locução inaugural e final, destacando-se pelo seu pensamento inovador. À distância de um século, quando se aproxima a celebração do centenário da I República, emerge o estadista e o propagandista republicano. Porém, associado ao político, anda o cientista eminente, o filósofo e o pedagogo, cuja obra marcou a sua época, a qual permanece ainda hoje viva e actual. Em 1998, no colóquio *Bernardino Machado, o Cientista, o Político e o Pedagogo*, organizado pelo museu Bernardino Machado, vários especialistas evidenciaram esta multifacetada personalidade (MACHADO: 2001).

Em 1985, o embaixador e ex-ministro da educação José Augusto Seabra, na *Nota Introdutória* escrita para a reedição do *Ensino Profissional*, já havia chamado a atenção para “o importante papel que exerceu como pedagogo e homem extremamente empenhado nos problemas do ensino, no duplo aspecto de pensador e de executor” (SEABRA: 1985). É este o entendimento que Rogério Fernandes também perfilha: “Machado é, na minha opinião, o vulto da primeira república cujo pensamento educacional apresenta a mais segura estruturação”. Para Machado – prossegue Fernandes – “as questões educativas e culturais, (...) tiveram nele um político reflexivo, capaz de definir os problemas de reflectir sobre eles e de lhes procurar uma solução, na base da democracia e do humanismo” (FERNANDES: 2009).

Camilo já nos legara um dos maiores monumentos literários da Península Ibérica: “Amor de Perdição (...) parece-me a novela de paixão amorosa mais intensa e mais profunda que se escreveu na Península e um dos poucos livros representativos da nossa alma ibérica” (MIGUEL DE UNAMUNO: 1989, 10). Alberto Sampaio labutava na consolidação do seu edifício histórico, e Bernardino Machado trabalhava na construção de um dos mais poderosos, criativos e diversificados pensamentos da cultura portuguesa, nas áreas da matemática, da

¹⁹ Xesús Alonso Montero – “Estudio dunha revista poética singular, especialmente das colaboracións galegas: 1929-1933”. In *Anuário de Estudos Litterarios Galegos* (1995), pp. 11-37; tb. *O Soneto Neo-Latino*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1997; tb in *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 15 (1998), pp. 89-121.

antropologia, da pedagogia e da ciência política, com a particularidade, que o distingue de Camilo e Alberto Sampaio, de ser também um líder político e um governante. Já o demonstrara no regime monárquico à frente do ministério das Obras Públicas e do Comércio, e vincá-lo-á na 1.ª República, ora como Presidente do Governo, e embaixador, ora como Presidente da República. As suas *Obras* estão presentemente a ser editadas pelo Museu Bernardino Machado, sob a responsabilidade do Prof. Doutor Norberto Cunha, evidenciando a originalidade e a frescura do seu pensamento, em várias áreas do saber, atestando igualmente a actualidade, que nos deixa desarmados. Defendia ele há mais de um século: “A concepção reinante da educação humanista e a educação profissional, é profundamente viciosa (...) Nem a educação geral deve acabar nunca, nem é nunca cedo para principiar a profissional! Cultura e ofício são inseparáveis” (MACHADO: 1897, 533-534). Machado era um acérrimo defensor do ensino profissional: “A educação profissional” – proclamava num discurso parlamentar em 1884 – “responde a uma das mais instantes necessidades dos povos modernos”, para particularizar: “Eu desejava que os estudos profissionais principiassem na escola primária” (*idem*). Estas obras, além de nos mostrar a fecundidade e o vigor de um intelectual, que marcou o seu tempo, traçam-nos o perfil do cidadão e do estadista, que tinha a liberdade em toda a sua actividade como centro de gravidade. “A liberdade e a sociabilidade”, as duas grandes “forças” que dominam o mundo, segundo observa Norberto Cunha (CUNHA: 2001, 86).

O vértice do triângulo, quatro décadas atrás ocupado por Camilo, e, posteriormente – já bem dentro dos anos oitenta do século XIX –, assumido por Martins Sarmento, regressa na recta final de oitocentos a Famalicão, tendo Bernardino Machado como mentor. Alberto Sampaio permanece no seu posto – a fortaleza de Boamense, que nunca larga – salvo, quando Martins Sarmento desnuda ao mundo as civilizações antigas das citânias de Briteiros e do Noroeste Peninsular. A luz era tão intensa e o deslumbramento tão poderoso, que ninguém ficou indiferente. De todo o mundo vieram felicitá-lo. É a consagração de Martins Sarmento e o reconhecimento de Guimarães como uma das cidades da Europa, onde se desenvolvia um processo inovador no campo da Arqueologia.

Bernardino Machado, já então ministro do Governo Português, associa-se a este período áureo dos estudos arqueológicos e etnográficos em Portugal. Cria o Museu Etnográfico Português, e nomeia seu director José Leite de Vasconcelos (*Diário do Governo*, nº 289, 21 de Dezembro de 1893). O seu nome e o de Leite de Vasconcelos estão inscritos no pórtico da entrada do actual museu de arqueologia, no Mosteiro dos Jerónimos.

Pátria Acolhedora (Guimarães, Famalicão)

Alberto Sampaio, não obstante a sua personalidade introvertida, era um homem aberto ao mundo, viado, e solidário com os amigos. A todos atendia e a todos deu colaboração. Foi assim, como sabemos, com Camilo, Oliveira Martins e Martins Sarmento. Nunca deixou de atender aos directores das revistas importantes da época, como a dos seus amigos Eça ou Rocha Peixoto. Era assim com todos aqueles que o consultavam ou lhe pediam ajuda, a qual não regateava. Alguns governantes socorreram-se dele, como João Franco ou Luís de Magalhães. É caso para dizer que Alberto Sampaio foi um precursor, *avant la lettre*, das empresas de consultadoria, hoje muito em voga. Com uma pequena diferença, que o coloca nos antípodas destas: a sua colaboração era graciosa, fruto da amizade e da solidariedade, que se gerava entre estes homens. Se Boamense matava a *sede* dos amigos da geração de 70 com o *clarete*, e se todos ali se socorriam para colher conselho ou obter informação erudita, Alberto Sampaio também procurava a palavra e a informação junto dos amigos. No Porto, com Oliveira Martins, Luís de Magalhães e outros discutiam política e o futuro do país.

Com Antero, em Boamense, em Vila do Conde ou no Porto, ou por carta, trocaram ideias, aconselhavam-se, emprestavam livros e revistas, criticavam-se mutuamente e, pasme-se, corrigiam os seus textos. Antero fez isso a Alberto Sampaio e a Oliveira Martins (QUENTAL: 1989). Mas a colaboração era recíproca. Alberto Sampaio beneficiou das investigações de Martins Sarmiento, mas também de apoios de outros amigos. Rocha Peixoto está entre eles. Em duas cartas, que lhe endereçou e que se encontram no Arquivo Histórico de V. N. de Famalicão, presta-lhe informações por si recolhidas na Póvoa de Varzim: “E quanto à maneira como pronunciar A Ver-o-Mar é este e geral Abremar”²⁰. E noutra: “A oeste da capela de Santo André, à beira-mar, lugar de Abre-Mar, Igreja de Amorim e C.^a da Póvoa de Varzim, há uma pequena enseada junto da qual, segundo a tradição popular houve um pequeno porto. Chamava-se e ainda se chama ao lugar – Porto Carreiro ou Portocarreiro”²¹. Mas, acima desta colaboração e entreaajuda, sobreleva o convívio intelectual, a permuta de livros e de revistas, de afectos e de informações, a discussão e intercâmbio de ideias. E quem o faz são personalidades que impulsionaram e marcaram o pensamento nacional no último quartel do século XIX.

Real Biblioteca Pública Municipal
PORTO

Meu Ex.^o e illustre amigo:
 Incluo neste meu livro de boas
 lembranças informações do pequeno
 porto.
 E quanto à maneira como
 pronunciam A Ver-o-Mar é este e geral:
Abremar
 De V. Ex.^o: Administrador e c.º de V. N. de V.
 Rocha Peixoto

REAL BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
PORTO

Meu Ex.^o e querido amigo:
 Incluo neste meu livro de boas
 lembranças informações do pequeno
 porto e informações sempre
 recentes e verdadeiras que me
 dá a sua fortuna. Em resumo:
 A oeste da capela de Santo André, à beira-mar,
 lugar de Abre-mar e perto de Amorim e C.^a da
 Póvoa de Varzim, há uma pequena enseada junto
 do qual, segundo a tradição popular houve um
 pequeno porto. Chamava-se e ainda se chama ao
 lugar - Porto Carreiro ou Portocarreiro.

Chama-se ao lugar - Porto Carreiro ou Portocarreiro.
 De V. Ex.^o: Administrador e c.º de V. N. de V.
 Rocha Peixoto

Mas, é em Guimarães, na década de 80/90, que encontra ambiente favorável para se envolver activamente em vários projectos culturais e cívicos. E sobretudo, para testar e consolidar as suas investigações históricas. É por essa altura, que vai deixar, por temporadas mais demoradas, o seu retiro de Boamense, do qual nem o seu amigo confidente Antero foi capaz de o afastar (salvo, por pequenas temporadas passadas em Vila do Conde), e vai envolver-se nas investigações arqueológicas e em especulações teóricas com Martins Sarmiento. Por essa altura Guimarães e o seu arqueólogo ocupam por direito próprio o centro geométrico e cultural do final de oitocentos. A decadência de Camilo era notória: “Os últimos anos foram de frustração e de sofrimento” (CABRAL: 1989, 120), enquanto a Citânia percorria o mundo e suscitava discussão.

²⁰ Carta de Rocha Peixoto a Alberto Sampaio [(s. d.)]. Arquivo Histórico Alberto Sampaio. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.
²¹ Carta de Rocha Peixoto a Alberto Sampaio [(s. d.)]. Arquivo Histórico Alberto Sampaio. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

Neste contexto, as palavras de Alberto Sampaio adquirem sentido:

“Eu vinha a Guimarães de fugida, e ele, a não ser no Verão, quase nunca saía. Só mais tarde, quando vim viver nesta cidade com demora, é que se estreitaram as nossas relações” (Cf. SARMENTO: 1998, 10).

É por esta altura, que os seus estudos históricos ganham consistência. Recorde-se que os principais trabalhos de natureza histórica só são publicados no início dos anos noventa. A versão final de *As Vilas de Portugal* é de 1899/1903, enquanto as *Póvoas Marítimas* datam de 1905/1908. “O período áureo digamos assim, de A. Sampaio em termos de produção histórica resume-se aos últimos vinte anos da sua vida”. (AMARO: 1995, 328). O que é inquestionável é que estamos perante uma obra “bastante inovadora no seu tempo e ainda mantém, em muitos aspectos, uma flagrante actualidade (...) a modernidade da sua obra advém igualmente



do método utilizado, cujos pilares assentam fundamentalmente: no rigor e na prova documental, no recurso a diversos tipos de fontes (escritas, arqueológicas, toponímicas, etnológicas, etc), na prática da interdisciplinaridade, pois estava atento não só aos avanços da arqueologia (através de importante investigação efectuada pelo seu amigo Martins Sarmento), mas também aos da economia, da linguística, etc. (MENDES: 1995, 379). Já Luís de Magalhães tinha observado: “Entre a obra arqueológica de Martins Sarmento e a obra histórica de Herculano, a de Alberto Sampaio interpõe-se como um nexos, uma ligação que as conjuga” (MAGALHÃES: 1923). É a simbiose perfeita. É este também o ponto de vista de Victor de Sá, o qual vai mais longe e anota: “se a obra de Alberto Sampaio reflecte as influências historiográficas de Alexandre Herculano e as etnológicas de Martins Sarmento, por outro lado, emerge em consonância com as análises sociológicas de Antero e de Oliveira Martins” (SÁ: 1994).

São poucos os anos de trabalho conjunto destes homens. A morte abate-se bruscamente, logo em 1899, sobre Martins Sarmento. Três meses depois, será a vez de José Sampaio. Alberto Sampaio sai abalado, fixa-se em Boamense, mas sente necessidade do convívio dos amigos e desloca-se com regularidade ao Porto, para o círculo de amigos de que nunca se afastou. Jaime Magalhães Lima conta, que numa das conversas que teve em 1908, com Alberto Sampaio, que conheceu na casa de Oliveira Martins, anos atrás, este lhe falou das suas propriedades do Minho: “Visitava-as pouco. A casa estava deserta; não tinha família e não a tendo onde outrora a contava, aqueles lugares só lhe acordavam saudades e mágoas. Andavam entregues aos caseiros” (LIMA: 1924, 54).

António José Saraiva, apelidou a “Geração de 70” de “Tertúlia Ocidental”: “Chamamos a este grupo “tertúlia ocidental” onde a terra acaba e o mar começa”, no Ocidente da Península, ora em Coimbra, ora em Lisboa, ora no Porto...” (1990, 14). Somos tentados a pensar que esta geração (de Camilo, Martins Sarmento, José e Alberto Sampaio, Bernardino Machado) – afinal, também ela parte integrante do núcleo inicial da “Geração de Coimbra”, com os irmãos Sampaio, e mais tarde Bernardo Pindela, (o Conde de Arno, secretário particular do Rei D. Carlos, da casa de Pindela, com Eça e tantos outros, envolvidos no período final daquele movimento cultural e cívico, o dos “Vencidos da Vida”) –, encontrou-se e expressou o seu talento e afectividade, no Vale, que serve de leito ao rio Ave, que abraça e une as cidades de Guimarães e Vila Nova de Famalicão: “As duas terras que serviram de pátria acolhedora a tão excelsas figuras”, nas palavras certas e luminosas de Santos Simões (1998, 8). Deve ressaltar-se, em preito de homenagem e de respeito pela memória de Santos Simões, que ele estava a pensar apenas nos irmãos Sampaio e em Martins Sarmento. Atrevo-me a admitir que concordaria comigo, aceitando esta extensão do seu pensamento a Camilo e a Bernardino Machado.

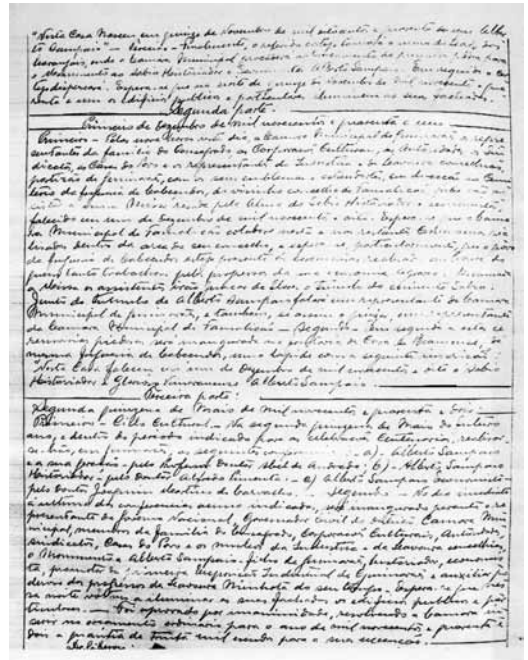
Tal como a “Geração de 70”, esta tertúlia do Ave, das décadas de 70/90, do século XIX, tem uma indiscutível qualidade intelectual e um sentido cívico elevado, relacionando-se e convivendo fraternalmente, mantendo uma cooperação intelectual exemplar.

É uma relação singular e incomum. São amigos para conviver, para confiar, como para discordar, entreajudando-se, partilhando sem egoísmos o saber para descobrir e compreender. E para sempre. E, estranhamente curioso, sem perda da sua individualidade, não disputam fronteiras físicas, nem esgrimem bairrismos serôdios. O seu horizonte é o país e o universo da humanidade. Une-os o desejo de os compreender, e descobrir as origens da terra que habitam, e encontrar caminhos que rompam com o atraso secular do seu país, em busca de um destino colectivo.

As palavras de Saraiva escritas para a Geração de 70, no livro já citado, guardadas as distâncias, ajustam-se:

Homens desta qualidade intelectual e afectiva (porque nunca se viu entre grandes homens uma amizade tão intensa) foram como carvões que mutuamente se aquecem e que produziram uma luz que alumiu o final do século (1990, 14).

O Primeiro Centenário de Alberto Sampaio – Uma oportunidade perdida



▲ Minuta da Acta da reunião da Câmara Municipal de Guimarães de 24/12/1941

Não foi por falta de aviso, ou por esquecimento, que o Centenário do Nascimento de Alberto Sampaio, nos idos de 1941, não foi evocado em Vila Nova de Famalicão.

José Casimiro da Silva, director do semanário *Estrela do Minho*, alertou a Câmara Municipal, ao tempo presidida por José Jácome, para “o primeiro centenário de Alberto Sampaio”, divulgando, na edição de 1 de Novembro de 1941, a parte do programa, que a Câmara de Guimarães aprovava na sessão de 24 de Setembro

O primeiro centenário de Alberto Sampaio

Guimarães vai comemorar condignamente no próximo dia 15 o primeiro centenário do nascimento de Alberto Sampaio, o grande historiador vimaranense, cujos restos repousam no cemitério da vizinha freguesia de Cabeçudos, no nosso concelho, desde o dia 1.º de Dezembro de 1908.

A Câmara daquela cidade aprovou um sugestivo programa de cujas linhas gerais a imprensa diária já se lêz eco.

Porque nos interessa particularmente e é tempo de cuidar dele para que resulte imponente, vamos transcrever a segunda parte do programa, para a qual nos permitimos chamar a atenção especial da nossa Câmara, pois estamos a um mês da data respectiva:

1.º de Dezembro de 1941: Pelas 9 horas deste dia, a Câmara Municipal de Guimarães, os representantes da família do Consagrado, as corporações culturais, as autoridades, os Sindicatos, as Casas do Povo e os representantes da Indústria e da Lavoura concelhias, partirão de Guimarães, com os seus emblemas e estandartes, em direcção ao cemitério da freguesia de Cabeçudos, do vizinho concelho de Famalicão, onde vão assistir a uma missa rezada pela alma do sábio Historiador e Economista, falecido em 1 de Dezembro de 1908.

Espera-se que a Câmara Municipal de Famalicão colabore nestas e nas restantes cerimónias realizadas dentro da área do seu concelho, e espera-se, particularmente, que o povo da freguesia de Cabeçudos esteja presente às cerimónias realizadas em honra de quem tanto trabalhou pelos progressos da sua economia agrária.

Terminada a missa, os assistentes irão juncar de flores o túmulo do eminente sábio.

Junto do túmulo de Alberto Sampaio falará um representante da Câmara Municipal de Guimarães, e também, se assim o quiser, um representante da Câmara Municipal de Famalicão.

Em seguida a estas cerimónias piedosas, será inaugurada na frontaria da Casa de Boamense, da mesma freguesia de Cabeçudos, uma lápide com a seguinte inscrição: «Nesta casa faleceu em 1 de Dezembro de 1908 o sábio historiador e glorioso vimaranense Alberto Sampaio».

desse ano, e que projectava realizar no concelho de Vila Nova de Famalicão, mais precisamente na Casa de Boamense, e na Igreja e cemitério da freguesia de Cabeçudos, em colaboração com a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão²².

Os dois outros momentos do programa ocorreram em Guimarães e tiveram grande sucesso popular, segundo rezam as crónicas jornalísticas da imprensa local e nacional. E ainda hoje projectam os seus efeitos na história e na cultura vimaranenses, e perduram no monumento, que Guimarães ergueu a Alberto Sampaio, no centro daquela cidade, e sobretudo, atestam o carinho e o bairrismo, como os vimaranenses se relacionam e identificam com esta figura. No fundo, limitaram-se a fazer aquilo que lhes era exigido, honrando um dos seus, consolidando a importância do registo da naturalidade, tenham ou não o valor circunstancial e aleatório que a imprevisibilidade lhes dá. Em todo o caso, será justo dizê-lo, os homenageadores conheciam o valor da obra histórica de Alberto Sampaio, e estavam-lhe reconhecidos pelos contributos que deu à sua terra natal e à historiografia portuguesa.

A cerimónia programada para Cabeçudos era simples: uma missa na Igreja Paroquial, coroa de flores na campa de Alberto Sampaio e uma lápide na Casa de Boamense.

Casimiro permitia-se, a um mês de distância, chamar a atenção da Câmara Municipal para este “sugestivo” programa, esperando que ela “colabore nestas e nas restantes cerimónias realizadas dentro da área do seu concelho” (1941, 3).

Nada disto aconteceu. Tem sido dito, que foram as restrições ditadas pelo clima de austeridade e as dificuldades financeiras emergentes da II Grande Guerra, que levaram ao cancelamento do programa comemorativo.

Sendo certo que os efeitos da guerra se abatiam sobre a vida do povo português, impondo-lhe restrições e dificuldades, não deixa de ser curioso verificar que das três partes em que se desdobrava o programa, só a que nos dizia directamente respeito não se concretizou. E não era seguramente a mais cara.

▲ Estrela do Minho
de 1/11/1941

²² Segunda Parte / Primeiro de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um. / Primeiro – pelas nove horas deste dia, a Câmara Municipal de Guimarães, os representantes da família do Consagrado, as Corporações Culturais, as autoridades, os Sindicatos, e as Casas do Povo do Concelho e os representantes da indústria e da Lavoura concelhias, partirão de Guimarães, com os seus emblemas e estandartes, em direcção ao Cemitério da freguesia de Cabeçudos, do vizinho concelho de Famalicão, onde vão assistir a uma Missa rezada pela alma do sábio Historiador e Economista, falecido em 1 de Dezembro de 1908. Espera-se que a Câmara Municipal de Famalicão colabore nesta e nas restantes cerimónias realizadas dentro da área do seu concelho, e espera-se, particularmente, que o povo da freguesia de Cabeçudos esteja presente às cerimónias realizadas em honra de quem tanto trabalhou pelos progressos da sua economia agrária. Terminada a Missa os assistentes irão juncar de flores o túmulo do eminente sábio. Junto do túmulo de Alberto Sampaio falará um representante da Câmara Municipal de Guimarães, e também, se assim o quiser, um representante da Câmara Municipal de Famalicão. / Segundo. Em seguida a estas cerimónias piedosas será inaugurada na frontaria da Casa de Boamense, da mesma freguesia de Cabeçudos, uma lápide com a seguinte inscrição: «Nesta Casa faleceu em 1 de Dezembro de 1908 o sábio historiador e glorioso vimaranense Alberto Sampaio.»

Transcrição da Acta da Sessão ordinária da Câmara Municipal de Guimarães, de 24 de Dezembro de 1941, sendo o Presidente da Câmara Dr. João Rocha dos Santos.

O Alerta do Estrela do Minho

Mas o *Estrela do Minho* não desistiu e consagrou a sua edição de 16 de Novembro desse ano, ao centenário de Alberto Sampaio. Aliás, já na edição anterior (9 de Novembro) tinha divulgado um artigo “Alberto Sampaio em Centenário”, assinado por Edmundo Correia Lopes, no qual se defende uma homenagem discreta, “que não admite estrondo para não ofender a modéstia da terra minhota”. E acrescentava: “As charangas não devem sair à rua, porque Alberto Sampaio foi um homem que não fez ruído nem gostou de procurar ruído” (1941).



▲ Estrela do Minho de 16/11/1941



▲ Estrela do Minho de 9/11/1941



▲ Diário do Minho de 15/11/1941



replicarão, sem a mínima advertência de que aquele já antes pensara coisa semelhante. O *Estrela* realçava a “obra vastíssima e notável sob o aspecto histórico, etnográfico e arqueológico”, descobrindo nela “uma profunda penetração crítica, uma vasta erudição e um extraordinário poder de análise”.

Com efeito, no dia seguinte à passagem do aniversário do centenário do nascimento (16 de Novembro de 1941) o *Estrela do Minho* consagra toda a 1.ª página a Alberto Sampaio, com fotografia do seu rosto bem ao centro, transcrevendo um pensamento do próprio historiador: “O império colonial não tendo por base o trabalho era uma fantasmagoria que a primeira inconstância de fortuna faria desaparecer tão depressa como nascera”. É uma frase significativa das reflexões do pensador, que viu na aventura colonial, e no despoivoamento e abandono do trabalho dos campos uma das causas da decadência de Portugal. Um tema recorrente da historiografia portuguesa (ao qual Alberto Sampaio vai voltar, entroncando com o pensamento da sua geração e, em particular, com as ideias de Antero exuberantemente expressa nas Conferências do Casino, que António Sérgio e outros intelectuais retomarão, e que sucessivas gerações de portugueses

esta grandiosidade, monumentalidade e assustadora das mais representativas individualidades do cidadão-bom da fundação da nacionalidade. Intelectual e não intelectual, político e não político, guerreiro e pacífico — qual toda a gente, ao fim — viveu haurido em idéias e sentimentos exultantes, entregando-se a proezas e memórias de Alberto Sampaio, a quem renderam, canções e embelezamentos, pouco a pouco, até ao seu nascimento.

Pelo espaço que tem o nome do sítio — em homenagem, declaramos muitos acaudalados — talvez contemos o nome de Sampaio, a parte e a sua corredoira, atrelado com pedras de flores, a natureza, indolentemente desfolhada por mãos de rapazes e de raparigas do doutorado. E no lugar da Colegiada — Inaugura e Santa Maria da Oliveira — onde o Senhor João António Ribeiro se achava, todos os acaudalados levantaram mãos em apoio, aplaudindo e sendo sacrificados ao nome pela alma de São venerando figura há muito desaparecida do mundo das vivas.

A família de Alberto Sampaio esteve largamente representada em todos os momentos de homenagem. Além dos nobres sr. conselheiro António Vicente Leal de Sampaio e Sr. Henriqueta Leal de Sampaio de Carreira, tivemos outras parentas, entre as quais se contou o Comandante Militar da Freguesia de Viana, sr. major Francisco Novas, sua esposa, D. Emilia, Ermelinda de Serqueira Leal de Sampaio da Nova e filha.

O descerroamento da placa na antiga Avenida 31 de Janeiro.

Às 23 horas e mais, a estalada da encenação de 21 de Janeiro, no Largo 2.º de Maio, efectuando o descerroamento da placa que tem o nome de Sampaio, a família de Alberto Sampaio, além de outros que não são de nome Sampaio, tiveram de fazer o cortejo de cortejo, com o acompanhamento de músicos e cantores da Câmara Municipal, e outros de

FAZ HOJE CEM ANOS
QUE NASCEU ALBERTO SAMPAIO
o grande historiador e investigador vimaranense



Alberto Sampaio

A Câmara Municipal de Guimarães presta hoje pública e solene homenagem a um dos mais ilustres filhos da nossa terra. — Alberto Sampaio — o autor de uma obra colossal, que não é a única do Norte de Portugal, e a «As Povoações Meridionais», faz hoje aniversário. — Este grande homem deverá deixar que as suas ideias e obras celebrem.

Alberto Sampaio foi um dos mais graves e laboriosos investigadores que houve em Portugal, no sentido mais de historiador que de escritor. A imprensa da sua obra produzida o mesmo trabalho colaborador sr. Dr. Alvaro Pimenta, na época de 1914, com o propósito de que transcrevesse estas páginas.

De Alberto Sampaio caberia algumas páginas substanciais e salientes. A pleiade catibrosa de um século, o sr. António Luís Sampaio já não tem todos os trabalhos de Alberto Sampaio, e em edição da Livraria Claretina, acaba de se oferecer ao público o volume português. São dois volumes que vão distribuídos para João de Castro. Depois de dois volumes de Herculano, porque os seus são mais numerosos. «As vilas do Norte de Por-

tugal», «As Povoações Meridionais» e a «Propriedade e cultura do Minho», são fundamentais. Quer dizer verdadeiramente valiosos é o primeiro volume dedicado «Estatística económica e social do antigo e do novo século», uma espécie de primeira edição da «Estatística» e cultura da Trás-os-Montes.

Deves artigos, de grande e sobre António de Gusmão, o grande conhecido do «la Memória», e o «Rio Minho», em que há o capítulo, a pag. 120, a data da morte do grande homem, que por grande historiador, tanto que, por grande historiador, vem dada como morto em 1760, quando há dez anos mais tarde.

Em Alberto Sampaio há duas particularidades que não podemos nem esquecer: o conteúdo e o investigador erudito, o analista paciente, o tradutor de fontes, o investigador e investigador — o interesse geral, histórico de saber. Este aspecto pessoal de Alberto Sampaio não se pode esquecer de Oliveira Martins. Quando Alberto Sampaio se esquece de interpretar, de escrever, não é, quando se esquece a sua personalidade característica, a sua erudição, sempre e sempre com consciência e uma erudição, por não vamos falar de um artigo só. Mas quando Alberto Sampaio fala no livro este texto, chamado «As povoações, as generalizações, a história, o conteúdo histórico, histórico — erudito

Faz hoje cem anos que nasceu Alberto Sampaio

(Continuação da 1.ª página)

cautelal, porque o seu pensamento traduz, reflecte as erradas concepções históricas do seu amigo Oliveira Martins. Falando deste poligloto, gabayibe Alberto Sampaio a *«esta espécie de criador, em a qual o historiador nunca passara de um erudito»*. (Vol. II, pag. 74).

Pois foi o que matou Oliveira Martins, foi a tal facilidade criadora. Sem ela, ele não teria «inventado» uma história de Portugal «ad usum» de todo o fiel inimigo do Passado, da Tradição — da Igreja e da Monarquia, as duas verdades eternas, e comira das quais Balzac escreveu, e todos os povos têm medrado. Sem essa tal facilidade criadora ele não teria feito a história de Portugal um inferno dançante ou goyescos, com alteadores, monstros, malicos, e tudo o mais que a sua fantasia desmonta, imagina. O historiador não inventa, não cria: o historiador estuda, analisa, inventiga, conta, e quando muito, comenta. Quando muito! O historiador faz o que Alberto Sampaio fez quando escreveu essas formosas páginas das «Vilas do Norte de Portugal», em que, se encontramos afirmações que a cultura histórica de hoje já não aceita, também encontramos sempre motivos para a nossa admiração, pela precisão rigorosa das suas delucções, pela seriedade inalterável do seu método, o pela positividade constante do seu critério.

Conclangas não teria escrito melhor essas páginas famosas, em que a erudição é abundante, e segura, por completo, o assunto.

Com razão João de Meira lhe chamou magistral, e essa monografia. E com não menor razão de Alberto Sampaio diz a senhora D. Carolina Michaelis, só o melhor comentar da história da vida agrícola no norte de Portugal!

O jornal famalicense transcreve ainda dois textos, um de Jaime Magalhães Lima e outro de Nuno Simões, os quais exaltam as virtudes de sua personalidade e as qualidades da sua obra histórica. E na página seis transcreve um pequeno extracto do prefácio de Luís Magalhães, escrito para a edição de 1923, dos *Estudos Históricos e Económicos*, que reúne, como é sabido, pela primeira vez, a obra do historiador de Boamense.

Pode assim concluir-se, que o Centenário do Nascimento de Alberto Sampaio, não foi ignorado em Famalicão, pelo menos pela imprensa local. Mas, que se saiba, ninguém mais se lembrou dele. E a Câmara Municipal falhou em toda a linha, mostrando-se impotente para mandar rezar uma missa, pôr uma coroa de flores no jazigo, mandar fazer uma placa e colocá-la no portão da Casa de Boamense. Anote-se, porém, que a grande censura que a Câmara de José Jácome merece, não é tanto por este alheamento e negligência, face ao programa de Guimarães, mas essencialmente pela

falta de visão que revela, ao deixar passar ao lado a evocação da memória deste insigne historiador, e de desperdiçar esta rara e irrepetível oportunidade de inscrever no espaço público do município famalicense, e na consciência dos famalicenses, a sua figura. As consequências nefastas desta omissão são incomensuráveis e irreparáveis, estando ainda hoje Famalicão a saldá-las.

Podemos ser injustos, mas há muito que concluímos, ter sido esta uma rara oportunidade, para reparar uma injustiça, e sobretudo para que o município de V. N. de Famalicão se identificasse com um dos maiores (mais lúcidos, mais eruditos e mais inovadores) historiadores portugueses, adoptando-o como um dos seus filhos. Tinha e tem tanta ou mais legitimidade, quanto todos os outros para o fazer. O que não lhe assiste é o direito de se alhear ou de abster-se de o dar a conhecer e honrar a sua memória.

O município de Guimarães em 1941, com as comemorações do centenário de nascimento, fez tudo isso. Consagrou-o na memória colectiva dos vimaranenses. A imprensa do concelho, regional e nacional (*A Voz*²³, *Diário do Minho*²⁴ e *O Comércio do Porto*²⁵) destacam estas celebrações, evidenciando a adesão popular e o empenhamento das entidades municipais.

▲ A Voz de 15/11/1941

A homenagem prestada por Guimarães à memória de Alberto Sampaio

«pela passagem do primeiro centenário do nascimento do insigne historiador característico do povo vimaranense e da cidade a quem tanto honra o prestígio»



▲ Comércio do Porto de 16/11/1941

Comemoração do primeiro centenário do nascimento do insigne historiador característico do povo vimaranense. A imprensa do concelho, regional e nacional (*A Voz*²³, *Diário do Minho*²⁴ e *O Comércio do Porto*²⁵) destacam estas celebrações, evidenciando a adesão popular e o empenhamento das entidades municipais.

²³ «Faz hoje cem anos que nasceu Alberto Sampaio o grande historiador e investigador vimaranense». In *A Voz*. Lisboa, Ano 15, n.º 5282 (15 Nov. 1941), pp. 1, 4.

²⁴ «Em Guimarães iniciam-se no próximo sábado as Comemorações do Centenário de Alberto Sampaio». In *Diário do Minho*. Braga (14 Nov. 1941); «Perfis... O Centenário do Nascimento de Alberto Sampaio». In *Diário do Minho*. Braga, Ano 23, n.º 6720 (15 Nov. 1941), pp. 1-2.

²⁵ «Celebrar-se-á amanhã o Primeiro Centenário de Alberto Sampaio. Guimarães vai prestar pública homenagem à memória do insigne historiador que era natural daquela cidade». In *O Comércio do Porto*. Porto (14 Nov. 1941), pp. 1-2; «A homenagem

Ora, Vila Nova de Famalicão, não só deixou passar o comboio da história, ignorando este ciclo da vida do “Herculano do Noroeste Português” (SÁ: 1994), como deixou cavar mais fundo o fosso entre os famalicenses e Alberto Sampaio, deitando a perder esta oportunidade de ouro, servida com altruísmo e generosidade por Guimarães, para evidenciar e valorizar a ligação de Alberto Sampaio ao seu concelho, expressa nas raízes familiares paternas, bem como na relação de vida e de trabalho que Alberto Sampaio estabeleceu com a casa e quinta de seus pais, na freguesia de Cabeçudos, Boamense, onde faleceu e em cuja paróquia se encontra sepultado.

Foi aí que reuniu a sua biblioteca, investigou e escreveu, meditou e recebeu os amigos; no carvalho da mata passeava e vigiava com espírito científico o cultivo dos campos e sobretudo da vinha. Antero passou ali dias e noites memoráveis, como nos recordam as cartas que trocaram entre si. Camilo tê-lo-á visitado. Pelo menos anunciou a sua ida. E cirandou por ali a recolher informações e a ouvir histórias que transcreveu ou recriou nas suas novelas: “Estes padrões, ou as colunas de pedra, significativas de conto, ainda agora se conservam em muitas quintas, especialmente na quinta de Pereira de Esmeriz [contígua a Cabeçudos], pertencente ao sr. António Pereira Coutinho, li: “Quem puser a mão nesta coluna não poderá ser preso” (CASTELO BRANCO: 1902). E do seu punho, no silêncio do seu gabinete de trabalho servido por um espírito altruísta e generoso, saíram colaborações com intelectuais e políticos seus amigos, exemplarmente traduzidas, na Lei do Fomento Rural, que Oliveira Martins levou ao parlamento; colaborações e apoios que deu Camilo, os quais Martins Sarmento também não dispensava, sem esquecer Luís de Magalhães e Rocha Peixoto.

Existe algo de Enigmático

Como se viu, alguns intelectuais famalicenses sabiam quem era Alberto Sampaio, liam-no, conheciam o valor dos seus estudos, embora se esquecessem dele. Porquê? Vasco de Carvalho, o historiador local que mais se interessou por escrever biografias de personalidades famalicenses, é a este propósito bem elucidativo. Ignora-o! (1959).

Aliás, Casimiro, no artigo que publicou sobre o Centenário de Alberto Sampaio, já deixava transparecer este espírito enigmático, contraditório, quando escreve “A sua superioridade fê-lo pouco conhecido do vulgo e no entanto esta figura de valor e de talento viveu aqui bem perto e morreu em terra famalicense, que guarda a relíquia dos seus restos: o cemitério”.

O mais estranho é observar que José Casimiro, (o mesmo que no seu jornal apelou à celebração do centenário do nascimento de Alberto Sampaio), em trabalhos de natureza histórico-turística ignora o seu nome (1952; 1960). Naqueles trabalhos fez listas das personalidades famalicenses mais relevantes, proclamando que: “Em todos os ramos do saber humano teve e tem Famalicão filhos ilustres: Poetas, Prosadores, Catedráticos, Economistas e Jornalistas” (SILVA: 1952, 12-13; 1960, 26).

Ora, Alberto Sampaio não cabe em nenhum daqueles ramos de saber, onde não deixa de incluir figuras que ninguém hoje sabe o que fizeram ou pensaram!

O enigma só existe, porque José Casimiro sabia quem era Alberto Sampaio, conhecia o que ele representava para Portugal, e até lera a sua obra. Além do mais, Alberto Sampaio não era nenhum revolucionário (assusta-se quando Antero, nm dos seus delírios, o convida para o acompanhar a assentar praça nos Zuavos

.....
prestada por Guimarães à memória de Alberto Sampaio pela passagem do primeiro centenário de nascimento do insigne historiador caracterizou-se pelo reconhecimento da cidade a quem tanto honrou e prestigiou”. In *O Comércio do Porto*. Porto (16 Nov. 1941),

Pontifícios em Roma, (MARTINS: 1985, 23), fugia da República e, sabemos das simpatias e, mesmo das cumplicidades e apoios que não negou a governos “musculados” liderados por amigos seus, como o de João Franco, do qual depressa se arrependeu.

Para Vasco de Carvalho a questão era mais simples. Tudo se resume ao Bilhete de Identidade. Nasce-se ou não Famalicense. Ponto Final.

Foi esta mentalidade arcaica e tacanha, que o levou a riscar todos os nomes das personalidades, que não nasceram no concelho e que Casimiro incluiu nos já citados trabalhos. Não cortou Alberto Sampaio porque Casimiro se esqueceu (?) dele, no fundo aceitando o preconceito do seu amigo. Vasco de Carvalho é peremptório: “Não são filhos de Famalicão...” A começar por Bernardino Machado: “Brasileiro do tempo da monarquia, nasceu no Rio de Janeiro”, anota e risca.

Entendamo-nos. Por que será que ninguém se atreve a escorraçar Camilo? Será porque, neste caso, prevalece (e bem) a adopção, a opção do próprio, e a sua ligação de vida e de trabalho à terra que escolheu viver? Então, neste caso, Bernardino Machado foi mais explícito e contundente: quando atingiu a maioridade, dirigiu-se à Câmara Municipal de V. N. de Famalicão e optou pela nacionalidade e terra do pai. De pouco lhe valeu. Foi marginalizado e banido. Não pelos seus concidadãos portugueses mas pela ditadura e seus carrascos.

E já agora, porque se ignora, como insistem os referidos intelectuais, Manuel da Silva Mendes, que nasceu em terras de Vila Nova? (será porque foi um anarquista eminente, republicano de esquerda, que escreveu essa obra singular *Socialismo Libertário ou Anarquismo* (1896), ainda hoje uma referência do pensamento socialista, forçado a emigrar para Macau, porque as suas ideias estavam avançadas no tempo?). Se assim foi, está tudo esclarecido. De todo o modo, persiste uma injustiça para com este nosso concidadão. Em 1992 Victor de Sá escreveu, nas *II Jornadas de História Local*, um breve perfil: *Um anarquista famalicense em 1896*, deste “singular famalicense, cá desconhecido” estudo posteriormente reproduzido na colectânea *Gentes da Terra* (VILA NOVA DE FAMALICÃO: 2006). Porém, este intelectual e professor permanece ignorado dos famalicenses. A lista é enorme e surpreendente. Bernardo Pinheiro Correia de Melo, o conde de Arnoso, secretário particular do Rei D. Carlos, amigo de Eça de Queiroz, que lhe prefaciou o livro *Azulejos*, membro do grupo dos “Vencidos da Vida”. Também não escapou a esta fúria inquisitorial. Ninguém desta geração fala dele, deixando passar os cinquenta anos da sua morte, sem um lamento. Apenas o *Notícias de Famalicão Literário*, de 12 de Maio de 1961, se lembrou, por ocasião deste aniversário, de reeditar o trabalho, *O Conde de Arnoso, Uma Grande Figura da Nossa Terra*, onde se traça o seu perfil biográfico – “nobre pelo seu sangue, nobre pelo seu carácter, nobre pelo talento” –, expressando o desejo de “obsequiar a memória do ilustre homem público”, a propósito do 50.º aniversário do seu falecimento na Casa de Pindela (21 de Maio de 1911), até porque os seus restos mortais repousam no cemitério paroquial de S. Tiago da Cruz deste concelho. Na nota editorial o *Notícias de Famalicão* referia a propósito que “a cidade de Guimarães, que viu nascer o nobre servidor de Suas Majestades D. Luís e D. Carlos, acaba de prestar-lhe solene homenagem com o levantamento duma estátua em praça pública”. Ou seja, uma vez mais a reboque de Guimarães, Famalicão tenta retocar a sua imagem num espelho desfocado. E fá-lo sem convicção, direi mesmo, a medo, quedando-se por apelos piedosos, como os que se fazem no final do citado artigo do *Notícias de Famalicão Literário*: “Bem merecia que o seu busto, numa praça ou jardim, rodeado de flores portuguesas, lembrasse aos vivos a lição daquela vida. E não ficaria mal o seu nome prestigioso nos cunhais duma rua da nossa vila.” A história repete-se. Uma vez mais, passadas várias décadas, o apelo foi escutado e materializou-se. A homenagem foi assumida sem receios ou freios preconceituosos. Além do busto plantado junto da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, o seu nome passou a integrar a toponímica do concelho, tendo a Câmara Municipal editado a conferência, que organizou, de Amadeu Carvalho Homem, *O Primeiro Conde de Arnoso*

e o seu *Tempo* (1998). Afinal, Bernardo Pindela segundo Veríssimo Serrão, é natural de V. N. de Famalicão (SERRÃO: 1997: 71), dado que aqueles intelectuais desconheciam. Mesmo assim é caso para duvidar se alterariam a sua posição. Até porque sabiam que viveu na casa de Pindela, encontrando-se sepultado no jazigo familiar em Cruz, S. Tiago.

Tenho para mim, que além do preconceito, existe ignorância, pois o padre jesuíta Tomás Pereira, nascido no século XVI em S. Martinho do Vale, nunca foi digno de entrar nas listas desta gente, apesar de hoje, a sua obra ímpar ser objecto de teses de doutoramento e de debates na China e um pouco por toda a Europa. Em 2000, a Câmara Municipal prestou-lhe homenagem, erguendo-lhe um busto na sua terra natal, e organizando a conferência *Tomás Pereira, Missionário e Artista na China, Dos Finais de Seiscentos* de Joel Canhão (2001), na qual se faz um retrato de uma personalidade invulgar, plurifacetada, que rasgou caminhos no Oriente, que conduziu à liberdade religiosa na China, e onde deixou marcas da sua inteligência e saber. E quando ocorre este ano o tricentenário da sua morte, anunciam-se (em Portugal, na Europa e na China) conferências e exposições sobre a sua actividade diplomática, e sobre os seus trabalhos matemáticos e obras musicais, que continuamos a desconhecer. Será no futuro, cada vez mais, uma figura de referência da missão portuguesa no Oriente e, em particular, um pioneiro das relações de aproximação e de intercâmbio cultural entre Portugal e a China.

Em suma: é preciso distinguir: a ignorância tolera-se, mas o preconceito agride e discrimina, sendo inaceitável, desprestigiando quem os pratica.

Em jeito de remate, diga-se que o ciclo *Gentes da Terra*, levado a cabo nas comemorações dos 800 Anos de Foral mostrou ser possível despir o preconceito e neutralizar a questão ideológica, olhando com objectividade e rigor para a obra e o exemplo das figuras que deixaram marcas indeléveis e imorredoiras. Que fizeram história (CÂMARA MUNICIPAL: 2006).

Nasce-se Quando...

Bernardino Machado deixou clara a questão (Carta a Bourbon e Menezes): “Formalmente eu sou brasileiro, como podia ser chinês, se tivesse nascido na China, o que quer dizer que não sou ... cumpro, desde que entrei na maioridade – e fiz declaração de que optava pela nacionalidade de meu pai – todos os meus deveres civis e militares do português”. E termina a carta (escrita a propósito da contestação dos seus adversários políticos à sua nacionalidade portuguesa): “E se sou português ou não pelos meus serviços e dedicação ao país, isso é outra coisa” (MACHADO: 2006, 19). Bernardino devolvia-lhes um critério de avaliação bem mais substancial, e longe da aleatoriedade do momento e do local de nascimento. Como observou outro famalicense, filho também de um “brasileiro torna-viagem”: “Eu nasci em Portugal por acaso, pois meus pais eram emigrantes que residiam no Brasil, e foi numa viagem deles aqui que eu nasci.” (FERREIRA: 2005, 30). No caso de Bernardino Machado a situação como sabemos é inversa. Foi seu pai o 1.º Barão de Joane, que lhe ensinou os primeiros passos da vida pública, conduzindo-o pelos corredores do município de V. N. de Famalicão, onde desempenhou funções de vice-presidente da Câmara Municipal. É famalicense por “sangue e coração”, na expressão dos seus companheiros de luta pela liberdade, quando pretenderam evocar o centenário do seu nascimento em 1951, expressando esse desejo²⁶ junto da Câmara de Álvaro Marques, que os ignorou. Mas

²⁶ Um grupo de 17 democratas enviaram uma carta ao Presidente da Câmara Municipal a propor uma homenagem a Bernardino Machado. Segue-se a transcrição do respectivo documento, com a data de 30 de Abril de 1951, redigida precisamente em Vila Nova de Famalicão. Encontra-se no Museu Bernardino Machado/Fundo Particular Bernardino Machado.

Os famalicenses, que tanto se orgulham do alto nível industrial do seu belo e próspero concelho, por certo não prezam menos os valores morais e espirituais do seu património colectivo. Nesta conformidade, os abaixo assinados dirigem-se à Vereação que V. Excia preside para lhe solicitarem a intervenção num assunto que em breves palavras se expõe e justifica. E move-os a

é famalicense por livre opção, terra onde viveu os anos da juventude, onde sempre voltou, e da qual nunca se esqueceu (Cf. COSTA: 2002, 36).

Como proclamou o imperador Adriano, “o verdadeiro lugar de nascimento é aquele em que, pela primeira vez, se lança um olhar sobre si mesmo: as minhas primeiras pátrias foram os livros.” (YOURCENAR: 1998, 34). Ora, Alberto Sampaio, como Bernardino Machado, aprenderam as primeiras letras em terras minhotas, o primeiro, no colégio D. Fernando, em Landim, e Bernardino Machado, no colégio Podestá no Porto, e ambos viveram os seus primeiros anos, os da juventude e da adolescência, em Famalicão; aqui conviveram com os seus amigos, habitaram as casas dos seus familiares, que herdaram e legaram aos seus descendentes. Em suma: formaram na nossa terra e no seio das suas famílias a sua personalidade, adoptando-a como sua. E a ela retornaram, sempre que podiam ou a saudade os obrigava. E quando a lei da morte se abateu sobre eles, foi seu regaço e repouso.

Um Longo e Estranho Silêncio

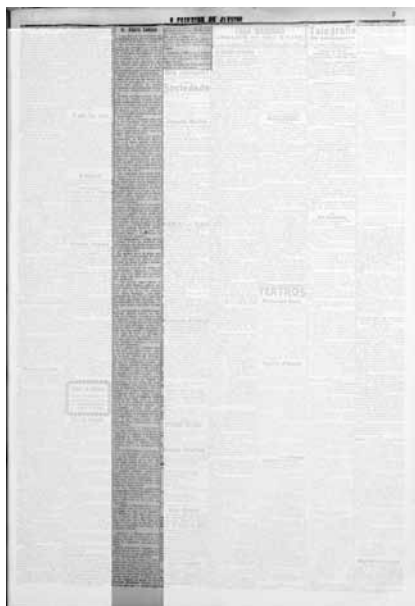
Não foi somente o centenário do nascimento que foi ignorado, esbanjando-se uma excelente oportunidade para pôr os famalicenses no caminho de Alberto Sampaio. O silêncio vai perpetuar-se durante 80 anos! As gerações seguintes e designadamente, as elites intelectuais e políticas famalicenses persistiram em ignorá-lo. O caso mais chocante de todos é, como já vimos, o da geração de Vasco de Carvalho/Benjamim Salgado, conservadora por formação, culta e bairrista. Eles, que cultivavam a investigação histórica e o jornalismo, não podiam deixar de o conhecer. E tinham a obrigação de o desenterrar do esquecimento! De igual modo, a geração de José de Azevedo e Menezes e Sousa Fernandes, que tiveram a lucidez de homenagear Camilo, adquirindo e reedificando a sua Casa de Seide, foi avara e ingrata para com Alberto Sampaio, perdendo a

.....
este passo um dever de consciência e consideração de elementar justiça como portugueses e munícipes que são. / Toda a gente sabe (sabe-o a Nação e os seus órgãos representativos, e não o ignora o próprio estrangeiro) que o saudoso estadista Dr. Bernardino Machado – nosso conterrâneo pelo sangue e pelo coração – foi um cidadão insigne pelo seu talento e virtudes e pelos altos serviços que prestou à Pátria, como professor, pedagogo, político hábil e benemérito, e inigualável representante de Portugal lá fora, em conjunturas delicadas e graves. Ele foi duas vezes Chefe de Estado e simbolizou a República com dignidade e brilho. / Era um Mestre de Moral Política e Civismo. Como homem público foi da intemerata escola dos estadistas que preconizam o sistema de governar o Povo no respeito das normas da Liberdade e da Democracia. Supérfluo seria acrescentar que Bernardino Machado, entre os seus concidadãos que o admiravam, sempre promoveu, dando o seu exemplo pessoal, o respeito mútuo, a tolerância, o pundonor e a cordealidade. / Apresentando este sumário “curriculum vitae” do grande português famalicense, pareceu-nos acertado e oportuno – agora que se completou o centenário do seu nascimento – sugerir à Exm.^a Câmara a prestação duma pequena e fácil homenagem à memória do extinto que, há precisamente 7 anos, repousa quase esquecido no silêncio sepulcral de Moço-Morto; e essa comemoração consistiria em dar a uma rua, praça ou idóneo logradouro público de Famalicão o nome do Dr. Bernardino Machado. / Com esta manifestação de respeito e gratidão honra-se e dignifica-se o Município e interpreta-se sem dúvida a vontade dos munícipes. / Sabemos que não basta este banal acto de reconhecimento já prodigalizado a personagens bem modestas para honrar assasmente o vulto histórico do antigo Presidente da República, cujo féretro permanecerá decerto no jazigo familiar até à sua transladação para o futuro Panteão Nacional. Mas os signatários ainda ambicionam fazer erigir em local urbano um monumento simples, coluna ou Hermes com o medalhão ou busto do Dr. Bernardino Machado e, na emergência própria, solicitarão a contribuição generosa do Município para a ideia se levar a efeito, se a Exm.^a Câmara não entender melhor avocar a iniciativa e a realização deste preito cívico. / Cumprindo esta missão, que certamente se identificará com os sentimentos e o espírito equitativo de V. Excia e dos Srs. Vereadores, deixamos confiadamente este memorial nas suas mãos diligentes. aa) Dr. Daniel Rodrigues, Joaquim Portela, Álvaro Simões, Dr. Lino Lima, José dos Santos Ferreira Reis, António Monteiro Torres, Dr. Augusto Cerejeira de faria, António Joaquim de Carvalho, José Pires de Melo, Dr. Álvaro Ribeiro Marinho, Manuel Ferreira da Cruz Loureiro, António José de Azevedo, Dr. Manuel Rodolfo Marinho Moreira, Filipe Machado, Dr. António Cleto Malvar, Fernando Cruz, Luís Pinto, Dr. António Pimenta Ferreira Lobo.

primeira oportunidade de trazer para o conhecimento da opinião pública a sua personalidade. Esta atitude passiva dos seus contemporâneos vai apagar a sua figura da memória das gerações seguintes, perdurando durante todo o período do Estado Novo. Estranho e persistente silêncio! E já depois do 25 de Abril foi necessário, como diria o próprio Alberto Sampaio, esperar que as condições fossem favoráveis para que as sementes desabrochassem. Uma excepção se destaca, que rema contra esta corrente silenciosa. Nuno Simões, o ex-ministro do Comércio e Comunicações, advogado/economista, que abriu banca em Lisboa, após o derrube pelos militares da 1.ª República e já depois de Salazar o ter afastado do cargo de secretário do Supremo Tribunal Administrativo, num artigo publicado no *Notícias de Guimarães*, o ex-ministro republicano socorre-se do pensamento de Alberto Sampaio (“o grande Alberto Sampaio, mestre da história social e de economia rural”, como o classifica), para sustentar a necessidade da industrialização do país e duma lavoura progressiva e próspera, para concluir: “agricultura e indústria são interdependentes” (SIMÕES: 1951). Nuno Simões já tinha escrito no *Estrela do Minho*, no número dedicado ao centenário do seu nascimento, um pequeno texto sobre Alberto Sampaio, onde elogia “o exemplo admirável da renúncia e da humildade com que abandonara os ambiciosos sonhos da renovação literária de Coimbra e os caminhos dos fáceis triunfos intelectuais que Lisboa a seguir lhe ofereceu, para, em Guimarães, ir colaborar de perto com Martins Sarmento” (SIMÕES: 1941, 1).

Não é fácil encontrar uma explicação para tão enigmático e injustificável esquecimento. Diga-se que nem todos se calam. Mas fora de portas. Luís de Magalhães, reúne e edita, em 1923 a sua obra, e Jaime Magalhães Lima profere em 1924, uma notável conferência na Sociedade Martins Sarmento intitulada *Alberto Sampaio e o Significado dos seus Estudos na Interpretação da História Nacional*. O mais estranho e enigmático é saber que os seus amigos das casas do Vinhal e de Pindela, correspondiam-se e consultavam-se. José Azevedo e Menezes, quando foi Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão (1896-1898), pediu conselho a Alberto Sampaio, sobre o seu plano geral de melhoramentos no concelho²⁷, que apresentou durante o seu mandato (confirmei isto ao ler uma carta de Alberto Sampaio, que se encontrava na casa do Vinhal, à qual tive acesso pela gentileza de Francisco Menezes, um dos seus actuais proprietários). E sabe-se que Alberto Sampaio correspondeu-se com Vicente Pindela, e seu irmão José era o jurista da família.

Daí ser mais difícil entender o silêncio dos seus amigos aristocratas e correligionários ideológicos, como estranho é o alheamento dos intelectuais reunidos à volta da revista *Nova Alvorada* (1891-1903), dirigida por Sousa Fernandes. Com excepção do pequeno texto escrito por Alberto Sampaio para o número consagrado à morte Antero de Quental²⁸, os estudos do historiador, publicados, ao longo de uma dúzia de anos pela *Revista*



▲ O Primeiro de Janeiro de 3/12/1908

²⁷ Cf. *Gazeta do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 14, n.º 20 (16 Maio 1896).

²⁸ Cf. *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 7 (1. Nov. 1891).

de Guimarães, pela *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz e pela *Ciências Naturais e Sociais*²⁹, de Ricardo Severo e Rocha Peixoto, são por aquela ignorados.

Sem dúvida, que Alberto Sampaio se escondia do mundo. Mas legou-nos a sua obra e o seu exemplo de vida, de trabalho, de seriedade e rigor intelectual, e de um comportamento cívico e ético modelares.

Os seus conterrâneos, designadamente a elite intelectual conhecia a profundidade dos seus estudos e o contributo inovador dos seus métodos de investigação e das temáticas abordadas, revelando uma ruptura conceptual com os padrões da historiografia tradicional.

A Morte de Alberto Sampaio e a Imprensa

Os jornais de Famalicão e Guimarães assinalaram a morte de Alberto Sampaio. Mas, o acontecimento não passou ao lado da imprensa nacional. *O Primeiro de Janeiro*³⁰ é o periódico que lhe dá maior atenção,

.....
²⁹ Alberto Sampaio – “As Vilas do Norte de Portugal”. In *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, Vol. III (1895), p. 49.

³⁰ Fomos ontem dolorosamente surpreendidos com a notícia inesperada da morte do dr. Alberto Sampaio. / Este homem verdadeiramente superior, que consagrou ao estudo da história do seu país anos de aturadas e pacientes investigações, e que tomou parte no movimento literário e científico da sua terra, de que foi uma das suas mais culminantes figuras, morre quase obscuro, e a sua obra é apenas conhecida de alguns raros espíritos que se interessam ainda pelos trabalhos do pensamento. / Depois de Gama Barros e de Herculano, ele foi um dos maiores historiadores portugueses. A sua obra, quase toda dispersa em revistas científicas e em publicações avulsas, é das mais extraordinárias e valiosas. / Durante um largo período da sua vida, o dr. Alberto Sampaio trabalhou constantemente, e morre aos 67 anos de idade, deixando incompletos os seus estudos de etnografia e de história, a que o seu talento, em plena actividade, podia ainda dar um extraordinário relevo. / O dr. Alberto Sampaio, que residia em Famalicão, onde acaba de falecer, era, como todos os estudiosos, concentrado e aparentemente tímido, aparecendo raras vezes nos lugares mais concorridos. / Foi, durante anos, um assíduo frequentador da Biblioteca Municipal; e, há meses, quando o ilustre arqueólogo, o sr. Joaquim de Vasconcelos, realizou uma série de conferências sobre história da arte nacional, na Escola de Belas-Artes, avistamos em algumas delas o perfil simpático e insinuantíssimo do eminente escritor. Nunca mais o tornamos a ver; e, agora, surpreende-nos subitamente, violentamente, a nova triste da sua morte. / Ela representa uma perda enorme para a historiografia portuguesa. / Trabalhadores da sua envergadura vão sendo raros, nestes tempos, em que com tanta facilidade se faz a consagração dos inúteis e se votam ao esquecimento os homens de verdadeiro valor intelectual e moral, porque Alberto Sampaio não era só um excepcional talento, era também um nobre carácter. / A sua superioridade no nosso meio literário assinalou-se, nos tempos distantes da «Questão Coimbrã», em que o grande morto, então um moço irrequieto, ao lado dos maiores talentos da sua geração, em que destacavam Antero de Quental, Ela de Queirós e Teófilo Braga, se manifestou também contra as pretensões injustificadas de Castilho, que desejava impor a infalibilidade do seu pontificado literário. / Foi companheiro e amigo do dr. Germano Vieira de Meireles, um belo espírito de jornalista que honrou por muito este jornal com a sua colaboração. / Fez também parte do grupo promotor das «Conferências do Casino», encerradas por abusiva determinação do Duque de Ávila e Bolama, então ministro do reino. / Tendo formado em direito na Universidade, regressou a Guimarães, sua terra natal, onde se entregou então com amor aos seus estudos predilectos. / Como possuía alguns meios de fortuna, pode adquirir valiosos materiais de q história, que, em breve, lhe criaram uma segura reputação, pela independência do seu critério e pela clara lição que deles derivava. Era extraordinária a sua capacidade crítica, bem como o seu poder de análise. / Os seus primeiros trabalhos apareceram, segundo cremos, na «Revista de Portugal», dirigida por Eça de Queirós, e em que colaboravam os maiores escritores do seu tempo. Um dos seus principais estudos históricos, sobre as origens das propriedades nas eras romana e visigótica – «As Vilas do Norte de Portugal», saiu efectivamente naquela revista, bem como na «Revista de Ciências Naturais e Sociais» e na «Revista de Guimarães. / Este trabalho foi refundido mais tarde pelo seu ilustre autor, vendo a luz da publicidade nos fascículos do primeiro volume da «Portugália», a benemérita revista científica de que foi colaborador assíduo. O dr. Alberto Sampaio publicou ainda na «Portugália» um estudo intitulado «Ontem e Hoje», comentário à situação económica do país, e em que demonstra que a crise de carácter económico que nos flagela se manifestou já nos inícios da nossa nacionalidade. Esse estudo é hoje de uma actualidade flagrante. Alberto Sampaio fez também importantes investigações sobre as origens

indo muito além da usual nota necrológica: “Depois de Gama Barros e de Herculano, ele foi um dos maiores historiadores portugueses. A sua obra, quase toda difusa em revistas científicas e em publicações avulsas, é das mais extraordinárias e valiosas”. O artigo do diário portuense prossegue informando que o dr. Alberto Sampaio residiu em Famalicão, “onde acaba de falecer”, e era “um assíduo frequentador da Biblioteca Municipal”. E depois de relembrar o seu envolvimento na “Questão Coimbrã”, ao lado dos maiores vultos da sua geração, o articulista afirma: “Fez também parte do Grupo promotor das Conferências do Casino”. E termina: “É simples a biografia deste grande espírito, mas



▲ Estrela do Minho de 6/12/1908



▲ O Regenerador de 5/12/1908

é notabilíssima a sua reputação de sábio e de trabalhador. Encheu os seus dias como poucos, e morre quase ignorado, com uma obra que raros lêem, mas que enche o seu nome de glória, exaltando-o à hierarquia dos homens de verdadeiro mérito”.

da população da costa portuguesa, desde Caminha até Vila Nova de Gaia, dando ao seu trabalho a denominação de «As Póvoas do Litoral». A «Portugália» inseriu dele três grandes capítulos, únicos que o admirável escritor, infelizmente, deixou, «A Propriedade e a Cultura do Minho», é um valioso estudo sobre economia rural, e uma das suas obras mais notáveis. / Não é menor o «Norte Marítimo», que constitui a introdução à origem das navegações portuguesas. / Quando se realizou a Exposição Industrial de Guimarães, Alberto Sampaio redigiu o relatório desse certame, que é um documento de valor. / Era verdadeiramente extraordinária a sua actividade intelectual; e não é, em rápidas e breves linhas, traçadas de fugida, que se pode dar uma larga notícia do que é a sua obra, tão vasta como valiosa. A «Revista da Sociedade Martins Sarmiento», também recolheu importantes produções suas; mas onde ele trabalhou, com mais assiduidade e com mais amor, foi na «Portugália», que perde, com a sua morte, um dos seus melhores colaboradores. / No «In Memoriam», publicação consagrada a Antero de Quental, escreveu Alberto Sampaio um esplêndido artigo, enaltecendo a superioridade intelectual do alto poeta dos «Sonetos». / É singela a biografia deste grande espírito, mas é nobilíssima a sua reputação de sábio e de trabalhador. Encheu os seus dias como poucos, e morre quase ignorado, com uma obra que raros lêem, mas que enche o seu nome de glória, exaltando-o à hierarquia dos homens de verdadeiro mérito.

Famalicão 1 – Recebo neste instante a má nova da morte do sr. dr. Alberto Sampaio, sucedida na sua aldeia de Cabeçudos, casa de Boamense. / Passei ultimamente naquela freguesia. Lá me deram a desagradável notícia de que era gravíssimo o estado do talentosíssimo filho dali. / Era, se não me engano, o único sobrevivente da gloriosa geração académica de Antero, João de Deus, seu irmão José da Cunha Sampaio, e do grande jornalista Meireles, que foi o primeiro e dos mais perfeitos articulistas deste jornal. O último pelo que diz respeito ao grupo de mais poderosas faculdades mentais deste curso, pois que, do mesmo tempo, outros por cá ficaram e com um ainda há pouco estive e até falando muito do extraordinário mérito daquele que agora desapareceu. / Aqui expresso ao sr. dr. António Vicente Leal Sampaio, sobrinho querido do falecido, a minha sincera mágoa.

Famalicão 2 – Realizam-se amanhã os funerais do sr. dr. Alberto Sampaio, cujo falecimento lhe comuniquei ontem. Fica sepultado em Cabeçudos, freguesia do seu nascimento. “Dr. Alberto Sampaio”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto, Ano 40, n.º 287 (3 Dez. 1908).

O artigo tem no final uma nota curiosa. Transcreve duas entradas: “Famalicão I – Recebo neste instante a má nova da morte do sr. dr. Alberto Sampaio, sucedida na aldeia de Cabeçudos, Casa de Boamense. Passei ultimamente naquela freguesia. Lá me deram a desagradável notícia de que era gravíssimo o estado do talentosíssimo filho dali...”; e “Famalicão II – Realiza-se amanhã os funerais do sr. dr. Alberto Sampaio, cujo falecimento lhes comuniquei ontem. Fica sepultado em Cabeçudos, freguesia do seu nascimento”.

Por seu turno, o *Diário de Notícias*, a 4 de Dezembro de 1908, dá a notícia na página 2, divulgando uma nota necrológica do correspondente de Guimarães. Limita-se a divulgar que faleceu na Casa de Cabeçudos, em Famalicão, o sr. dr. Alberto Sampaio, acrescentando que era “irmão do jurisconsulto notável que foi juiz em Esposende, dr. Leal Sampaio, que durante anos exerceu aqui o cargo de delegado do procurador régio”. Não deixa de ser estranho, embora, porventura revelador, esta necessidade de associar Alberto Sampaio aos seus familiares, para ajudar os vimaranenses a identificá-lo!



▲ O Comércio de Guimarães de 8/12/1908



▲ Independente de 6/12/1908



▲ O Regenerador de 9/12/1908

A sua morte foi considerada uma perda nacional. Em Vila Nova de Famalicão, *O Regenerador* dedica-lhe uma coluna, traçando-lhe o perfil de grande erudito: “Há homens que, por viverem tão alto, a tropeçar com as nuvens, passam despercebidos à maior parte dos contemporâneos”. O retrato do *Regenerador*³¹ não deixa margem para dúvidas: Alberto Sampaio era “pouco conhecido”, explicando que ele não procurava a popularidade e a fama da glória: “Não vivia do mundo, nem para o mundo. Vivia do espírito ...”. Mas o articulista deste jornal local profetizava: “A história se encarregará de o dizer provando-o”, já depois de afirmar: “Estes homens passam quase sempre das nebulosas obscuridades dum viver humilde para as fulgurações refulgentes da história”.

Cumprir-se-á a profecia? Uma coisa é certa, o contributo dado, pelo menos até há bem pouco tempo, pelos famalicenses, em nada ajudou para reverter a situação. Por seu lado, o *Estrela do Minho*³², dirigido

³¹ “Dr. Alberto Sampaio”. In *O Regenerador*. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 476 (5 Dez. 1908), p. 2.

³² Faleceu em Boamense, Cabeçudos, o dr. Alberto Sampaio, irmão do falecido jurisconsulto José da Cunha Sampaio e tio do nosso amigo dr. António Vicente Leal Sampaio, meritíssimo Juiz de Direito na Comarca de Esposende.

O dr. Alberto Sampaio, posto fosse pouco conhecido do vulgo, pois que só o é, geralmente, o ambicioso e nulo político nesta raquítica mentalidade portuguesa, era um escritor erudito que deixa um nome notável como historiador e etnógrafo. A sua obra dispersa em revistas científicas denota uma invulgar penetração crítica e poder de análise que o colocam a par das mais proeminentes publicistas que com profundo labor se entregaram a investigações históricas e estudo do povo português.

por Manuel Pinto de Sousa, notícia a morte, numa coluna na 1.ª página: “O dr. Alberto Sampaio, posto que fosse pouco conhecido do vulgo, [...] era um escritor erudito que deixa um nome notável como historiador e etnógrafo”. O jornal, dá ainda a conhecer que o funeral se realizava em Cabeçudos, da Casa de Boamense para o cemitério da freguesia, revelando o nome dos amigos que pegaram “às borlas do caixão”, entre a casa e o cemitério. Estamos perante um painel que junta as figuras ilustres de Famalicão e de Guimarães. O *Regenerador*, por seu turno, relata que o funeral teve grande acompanhamento de cavalheiros desta vila, Guimarães, Santo Tirso e Porto.

Além dos já citados Visconde de Pindela, e José de Azevedo e Menezes, associam-se António Cristino (proprietário, emigrante torna-viagem de Cabeçudos, amigo de Bernardino Machado), Álvaro Sampaio, Sebastião de Carvalho, Joaquim Malvar, Sousa Veloso e Jerónimo de Castro. De Guimarães pontificam o Abade de Tagilde e Joaquim Meira.

Estes relatos da imprensa famalicense, quando confrontados, com os que lhe dedicaram os jornais de Guimarães, não ficam em desvantagem. Pelo contrário, tanto o *Comércio de Guimarães*³³, como o *Regenerador*³⁴ e o *Independente*³⁵, remetem a notícia para as páginas interiores. E fazem-no sem grande alarde ou desenvolvimento.

O *Regenerador* limita-se mesmo a fazer uma pequena nota necrológica, enquanto os outros dois ficam-se por meia coluna de texto, num relato de circunstância.

A conclusão parece óbvia: Guimarães, passada que estava a época áurea das investigações arqueológicas de Martins Sarmento, e do movimento cultural desencadeado na cidade, que conduziu à criação da Sociedade Martins Sarmento, os vimaranenses esqueceram-se desta “alma mater” do seu apogeu cultural, expressa em diversificadas iniciativas, nomeadamente, através da primeira Exposição Industrial de Guimarães, que teve em Alberto Sampaio o seu inspirador e executor. Ter-se-á, todavia, que acrescentar, que esta situação de

.....
Basta lembrar o notabilíssimo trabalho «As Vilas do Norte de Portugal» referente às origens da propriedade nas eras romanas e visigóticas, «Os Povos do Litoral», investigação das origens da população da costa portuguesa, «O Norte Marítimo» introdução à origem e êxito das nossas navegações, para desde logo se avaliar de superior intelectualidades do dr. Alberto Sampaio e de saber que morreu um homem ilustre, de altíssimo valor e de real talento. Era um grande espírito, perspicaz e inconfundível. Pois apesar disso, era quase um desconhecido entre nós, apesar de viver bem perto.

O seu funeral realizou-se 5.ª Feira na freguesia de Cabeçudos com grande concorrência de povo e amigos da família do extinto.

Às borlas do caixão, de casa até à igreja, pegaram os seguintes senhores:

- 1.º turno: Visconde de Pindela, José de Azevedo e Menezes, dr. Sebastião de Carvalho e Abade de S. Cosme do Vale.
- 2.º turno: dr. Pedro Guimarães, António Cristino, dr. Álvaro Sampaio e António Joaquim de Sousa Veloso.
- 3.º turno: Abade de Tagilde, dr. Joaquim de Meira, Cónego Alberto de Vasconcelos e cónego dr. Moreira Júnior.
- 4.º turno: Álvaro Costa, Francisco Costa, Eduardo de Almeida e Jerónimo de Castro.
- 5.º turno: João Gualdino, como representante do dr. Avelino Germano, dr. António Leal, José Gonçalves e José Ramos.
- 6.º turno: João Gualdino, Álvaro Penaforte, Joaquim Malvar e Joaquim Mendes.

Da igreja, onde se celebrou o ofício de corpo presente, com assistência de muitos eclesiásticos, até ao jazigo:

- 1.º turno: dr. Joaquim de Malvar, dr. António Leal, Abade de Tagilde e cónego Moreira.
- 2.º turno: dr. Sebastião de Carvalho, dr. Álvaro Sampaio, António Cristino e Sousa Veloso.
- 3.º turno: Cónego Vasconcelos, dr. Pedro Guimarães, Francisco Barreira e Lino de Faria.

O dr. Alberto Sampaio deixou testamento cerrado no qual instituiu herdeiros os seus dois sobrinhos, dr. António V. Leal Sampaio e sua Exma. Irmã.

A toda a família enlutada e, em especial, ao nosso amigo dr. Sampaio, a expressão da nossa condolência. [Manuel Pinto de Sousa] – “Dr. Alberto Sampaio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 14, n.º 692 (6 Dez. 1908), p. 1.

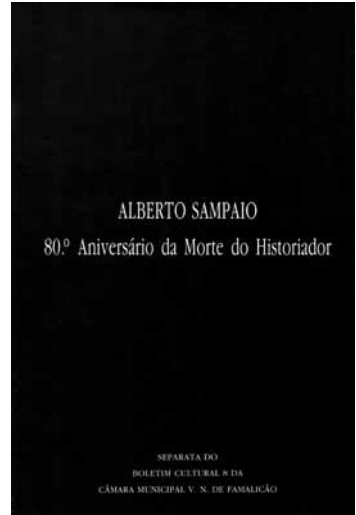
³³ “Dr. Alberto Sampaio”. In *O Comércio de Guimarães*. Guimarães, Ano 25, n.º 2315 (8 Dez. 1908), p. 3.

³⁴ “Necrologia. Dr. Alberto Sampaio”. In *O Regenerador*. Guimarães, Ano 1, n.º 2 (9 Dez. 1908), p. 3

³⁵ “Dr. Alberto Sampaio”. In *Independente*. Guimarães, Ano 8, n.º 365 (6 Dez. 1908), p. 3.

adormecimento, vai ser sacudida, com várias iniciativas posteriores, tanto da Sociedade Martins Sarmento, como do Museu Alberto Sampaio.

À Procura do Tempo Perdido

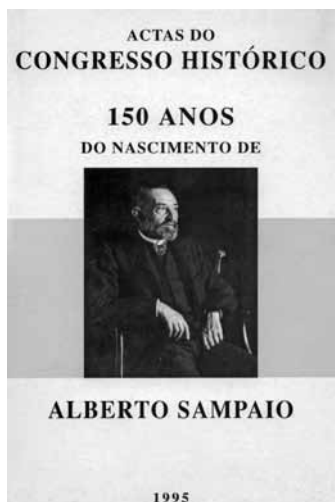
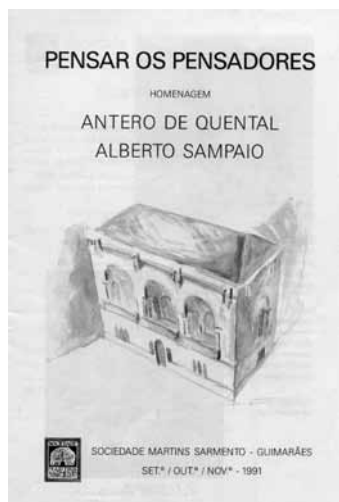


Há vinte anos, o município de Vila Nova de Famalicão iniciou a inversão deste ciclo negro, lançando um plano de múltiplas iniciativas, com vista a fazer ressurgir a figura de Alberto Sampaio, e a inscrevê-la no panteão das personalidades famalicenses.

A primeira oportunidade surgiu em 1988, por ocasião do 80.º aniversário da sua morte. De imediato organizou-se um programa comemorativo, associando-lhe a sua Família. No município da Póvoa de Varzim, batalhava ao tempo pelo mesmo desígnio, Manuel Lopes ao leme do Museu Municipal de Etnografia e História, o qual montou uma excelente exposição: *Alberto Sampaio – ou as seduções de Clio*³⁶, sobre a vida e obra do historiador das *Póvoas Marítimas*, que Famalicão acolheu no átrio dos Paços do Concelho. Logo aí, pela mão incansável e pela inteligência clarividente e culta de Manuel Lopes, ficou evidenciada a dimensão nacional da personalidade do historiador de Boamense, sedimentada na originalidade e profundidade dos seus estudos históricos, irradiando, simultaneamente, os seus laços, quer afectivos e, os interesses científicos, a toda a vasta região do Entre-Douro-e-Minho. De notar que Manuel Lopes, para organizar a exposição, recolheu materiais e apoios em várias instituições nacionais, como também, o que não deixa de ser significativo, nas câmaras municipais da Póvoa de Varzim, Guimarães e V. N. de Famalicão e, obviamente, na Casa de Boamense.

O objectivo central deste programa de reabilitação, englobou, entre outros pontos, algumas mais de carácter simbólico, como a deposição de uma coroa de flores na campa do cemitério de cabeçudos onde está sepultado, uma conferência do Prof. Doutor Carlos Reis sobre *Alberto Sampaio e a Geração de 70*, e tinha entre os seus objectivos redimir-nos do falhanço de 1941, nomeadamente, colocando a lápide, então projectada, no

³⁶ Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim: exposição – *Alberto Sampaio – ou as seduções de Clio: homenagem e evocação da vida e da obra de um historiador norteño* [material gráfico]. Póvoa de Vrazim: Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, 1988-1989.



portão de entrada da Casa de Boamense, inscrevendo no espaço público do concelho de Famalicão, pela 1.ª vez, o seu nome. Lá está, não o texto aprovado em 1941, pela Câmara de Guimarães (“Nesta casa faleceu em 1 de Dezembro de 1908 o sábio historiador e glorioso vimaranense Alberto Sampaio”), mas, um outro que traduz a essência da sua vida, afinal a de cada um de nós: “Nesta Casa viveu e trabalhou o Historiador Alberto Sampaio, 1841-1908”³⁷. A junta de Freguesia de Cabeçudos associou-se, atribuindo o seu nome a uma rua, junto à Casa que ele habitou.



³⁷ Sobre estas comemorações cf. *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 2.ª série, n.º 8 (1988).
 Alberto Sampaio – “Extractos da Obra”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 127; Armando Sousa – “Presidente da Junta de Freguesia de Cabeçudos. Descerramento da Placa da Rua “Dr. Alberto Sampaio” em Cabeçudos”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 130; Carlos Rodrigues Laca – “Alberto Sampaio e a “Geração de 70”: o “irmão” Antero”. In *BC*. n.º 8 (1988), pp. 135-138; Emília Nóvoa – “Alberto Sampaio: 8.º aniversário da morte do historiador”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 125; Júlio M. Fonte Sá – “Discursos Proferidos na Homenagem [a Alberto Sampaio]. Descerramento da Lápide na casa de Boamense”. In *BC*. n.º 8 (1988), pp. 129-130; Maria Augusta Sequeira Leal Sampaio Nóvoa Faria Frasco – “Discursos Proferidos na Homenagem. Descerramento da Lápide na casa de Boamense”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 129; “Discurso Almoço no Salão Paroquial de Cabeçudos”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 130; “Discurso na Sessão Solene – Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”. In *BC*. n.º 8 (1988), p. 130.

o município de V. N. de Famalicão colaborado, repartindo-se as sessões do Congresso Histórico que organizou, entre as duas cidades. Pela nossa parte, organizámos a exposição *A Biblioteca de Alberto Sampaio*⁴³, que revelou pela 1.ª vez, os livros que o historiador leu e consultou nas suas investigações⁴⁴, e editamos o livro

*Dispersos*⁴⁵, reunindo dois romances de Alberto Sampaio, saídos nos jornais, em tempo de juventude. Tive então oportunidade de aí escrever, numa pequena nota de abertura: “Reconhecemos que há muito a fazer para que Alberto Sampaio seja conhecido, compreendido e divulgado. Neste momento, o que podemos dizer é que vamos prosseguir. É o compromisso que assumimos. A injustiça que Famalicão cometeu só ficará reparada quando toda a sua obra estiver publicada, e o seu nome ocupar o lugar cimeiro reservado aos seus filhos mais ilustres...”

O momento decisivo da recuperação do tempo e da memória colectiva famalicense, bem como da reparação da injustiça para com Alberto Sampaio, deu-se quando o município de Vila Nova de Famalicão adquiriu aos seus descendentes o espólio do historiador. Depois de duas deliberações do executivo municipal (7/10/1991 e 16/5/94), celebrou-se a escritura pública em 8 de Junho de 1994⁴⁶. Foi uma batalha dura, difícil e longa. Valeu na altura a opinião do conceituado alfarrabista Manuel Ferreira:

Trata-se de um conjunto de valor material e apreço cultural consideráveis muito especialmente pela presença não só das cartas de Camilo, Oliveira Martins e Antero de Quental, mas sobretudo pela documentação existente sobre a quase desconhecida “Sociedade do Raio”, documentação abundante e única e que refuto de altíssima importância. Não deixo, no entanto, de assinalar o interesse de todo o conjunto como unidade e cuja dispersão constituiria perda irreparável para a cultura portuguesa (Manuel Ferreira, carta de 11.1.1994).

Esta é uma questão central, que mantém plena actualidade. Acresce, que perderia grande sentido dar o nome de Alberto Sampaio ao Arquivo Histórico Municipal caso se defraudassem as expectativas criadas em 1994. Tudo assentou nesse pressuposto: “Sem dúvida que a aquisição deste valioso espólio daquele que foi um dos mais originais e fecundos Historiadores Portugueses, que se encontra indissolúvelmente ligado a Famalicão, é duma extrema importância para a afirmação cultural do nosso concelho, principalmente para o enriquecimento e valorização do Arquivo Histórico Municipal”, escrevia-se na primeira informação do Departamento de Cultura, enviada ao executivo municipal. Para enfatizar: “É nestes momentos, com a aquisição das memórias vivas das pessoas ilustres da nossa terra, que se engrandece e valoriza as instituições culturais”. Aliás, na segunda informação remetida ao Executivo em 16/5/94, onde recaiu a deliberação por unanimidade de adquirir o espólio, dizia-se expressamente: “Mesmo a ideia do Sr. Presidente de atribuir o nome de Alberto Sampaio ao Arquivo só ganha sentido se a autarquia adquirir o seu espólio”.

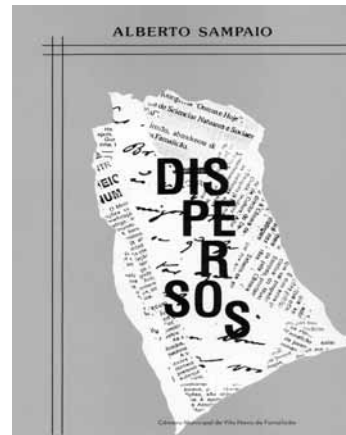
Aproveitando este momento marcante nos anais da história cultural do município, o Presidente da Câmara Municipal fez o anúncio público da atribuição do nome de Alberto Sampaio ao Arquivo Histórico do município,

.....
⁴³ Vila Nova de Famalicão. Câmara Municipal – *A Biblioteca Alberto Sampaio: exposição*. Org. Departamento da Educação e Cultura; texto Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.

⁴⁴ “A Biblioteca de Alberto Sampaio: introdução”. Texto Emília Nóvoa. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 15 (1998), pp. 183-183; “A Biblioteca de Alberto Sampaio”. Catalog. Amadeu Gonçalves. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 15 (1998), pp. 195-210.

⁴⁵ Alberto Sampaio – *Dispersos*. Introd., recolha textos Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.

⁴⁶ Cf. “O Historiador de Boamense”. In *Boletim Cultural*, V. N. de Famalicão, n.º 15 (1998).



entretanto transferido da Casa da Cultura, onde nasceu em 1983, para os Paços do concelho, indo ocupar o local deixado pela Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, a qual, por seu lado, conquistara novas instalações no Parque de Sinções. Entretanto, publica-se o n.º 3 da *Gazeta de Famalicão*, dedicado a Alberto Sampaio e ao Arquivo Histórico, onde Víctor de Sá escreve o interessante artigo “Orgulho por Alberto Sampaio”, reforçando-se a ideia da atribuição do nome de Alberto Sampaio ao Arquivo Histórico.

Prémio Alberto Sampaio

A criação do Prémio Alberto Sampaio, impulsionada logo a seguir, à evocação dos 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio, traduz à consagração do movimento cívico/cultural inter-municipal gerado em torno desta personalidade de espírito universalista, que modestamente se auto-definia “provinciano minhoto cem por cento”.

O Prémio nasce, envolvendo os municípios de Guimarães e Vila Nova de Famalicão e, obviamente, a Sociedade Martins Sarmento⁴⁷. Não poderia ser doutra forma.

Em 3/4/95 a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão deliberou criá-lo (v. Acta 7/95 de 3/4/95). Na proposta, quem nome do departamento de Educação e Cultura teve oportunidade de apresentar, lembra-se o trabalho conjunto do município de V. N. de Famalicão com a Sociedade Martins Sarmento, vinda do Centenário da Morte de Camilo, posteriormente sedimentado no ciclo *Pensar os Pensadores*, escrevendo-se: “O objectivo é juntar as terras e instituições por onde Alberto Sampaio repartiu a sua vida, e deixou marcas da sua actividade associando-as no apoio e estímulo à investigação histórica, onde ele se distinguiu e notabilizou”; para prosseguir: “Alberto Sampaio é um eminente historiador, que nasceu em Guimarães, e se encontra sepultado em Vila Nova de Famalicão. A sua vida passou-a entre os dois concelhos Minhotos: organizou a I Exposição Industrial de Guimarães, e foi sócio-fundador da Sociedade Martins Sarmento e destacado colaborador da Revista de Guimarães da mesma Sociedade. Na sua casa de Boamense, em Famalicão estudou e escreveu a obra que nos legou, encontrando-se o seu rico espólio no Arquivo Histórico de Famalicão”.

Como se vê a proposta enfatiza a vivência regional de Alberto Sampaio, e o seu espírito aberto e universal, que abraça todo o Vale do Ave e o Entre-Douro-e-Minho.

Posteriormente, o Executivo Municipal aprovou, em 25/9/95, o protocolo negociado com a Sociedade Martins Sarmento e o município de Guimarães, onde se definem as regras, as condições e os compromissos dos três parceiros. Santos Simões, o incansável Presidente da Sociedade Martins Sarmento deu contributos inestimáveis, ajudando a definir a natureza do prémio, circunscrevendo-o, como todos percebemos, à área da história económica e social. Nesse mesmo ano, lança-se a 1.ª edição, cabendo a Famalicão organizá-lo, o que sucede em 1997 (v. acta do júri). Seguem-se as edições (sempre bi-anuais) rotativamente organizadas, pela Câmara de Guimarães (1999), Sociedade Martins Sarmento (2001), regressando em 2004 a Famalicão e em 2006 à Câmara de Guimarães. No ano do centenário da morte, a responsabilidade da organização é da Sociedade Martins Sarmento. Acrescente-se, que o êxito do prémio pode medir-se, desde logo,



⁴⁷ “Prémio de História Alberto Sampaio. Regulamento. Os Premiados e as Obras Distinguidas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 18 (2001), pp. 217-219.

pela continuidade que tem mantido, como pelo número de concorrentes que, em todas as edições, participaram, ultrapassando, por vezes, as duas dezenas. Mas, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos apresentados a concurso. À primeira edição concorreram dezoito candidatos, vencendo o estudo *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval* (1458-1481), de Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte⁴⁸. Na 2.ª edição ganharam *ex-aequo* os trabalhos *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (1700-1900)* de Ana Sílvia Volgi Scott⁴⁹ e o de Maria da Conceição Falcão Ferreira *Guimarães: Duas Vilas, um só povo: estudo de história urbana (1258-1389)*⁵⁰. Já na 3.ª edição participaram 16 concorrentes vencendo o trabalho *Herança e Sucessão: leis, práticas e costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX)* de Margarida Durães⁵¹. A 4.ª edição retornou a Famalicão, tendo a maior participação de sempre, com 24 candidatos, sendo o prémio atribuído ao estudo *Abastecimento e Poder no salazarismo: O “Bacalhau Corporativo” (1934-1967)*, de Álvaro Francisco Rodrigues Garrido⁵². Na 5.ª edição, na segunda edição organizada pela Câmara de Guimarães, venceu o trabalho *A Indústria de Moagem de Cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)* de Ana Paula Soares Pires⁵³. Concorreram 10 trabalhos. Na última edição, até agora ocorrida, também a segunda organizada pela Sociedade Martins Sarmento, ganhou o trabalho de Maria João Vaz *A Criminalidade em*

*Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*⁵⁴. Participaram sete candidatos. A qualidade dos membros do júri – sempre os mesmos professores universitários, Norberto Ferreira da Cunha, da Universidade do Minho, José Amado Mendes, da Universidade de Coimbra, e José Tengarrinha, da Universidade de Lisboa –, dá-lhe rigor, seriedade e prestígio.

Centenário da Morte: Continuidade e Consagração

Aqui chegados, recuperado que está o espírito do tempo e percorrida a teia dos laços de colaboração e de afectividade que ligaram estes homens, o centenário da morte de Alberto Sampaio tem as linhas de acção definidas: valorizar, por um lado, o seu legado, estudando-o e divulgando-o e, por outro lado, prosseguir os trilhos do pensamento e da acção, que a sua geração criou. A forma de o concretizar tem forçosamente que se inspirar no espírito idealista e solidário que uniu e motivou estas personalidades. Para tanto, basta deitar mão da experiência do trabalho de cooperação inter-municipal e inter-institucional realizados na região nas duas últimas décadas,

⁴⁸ Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte – *Justiça e Criminalidade no Portugal medieval: 1459-1481*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 1999.

⁴⁹ Ana Sílvia Volgi Scott – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português: 1700-1900*. Guimarães: Universidade do Minho, 1999.

⁵⁰ Maria da Conceição Falcão Ferreira Guimarães – *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana: 1250-1389* [texto policopiado]. Braga: [s. n.], 1997. Tese de doutoramento História-Idade Média, Braga, Universidade do Minho, 1997.

⁵¹ Margarida Durães – *Herança e Sucessão [texto policopiado]: leis, práticas e costumes no termo de Braga: séculos XVIII-XIX*. Braga: [s. n.], 2000. Tese.

⁵² Álvaro Francisco Rodrigues Garrido – *Abastecimento e Poder no Salazarismo: o “Bacalhau Corporativo”*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

⁵³ Ana Paula Soares Pires – *A Indústria de Moagem de Cereais [texto policopiado]: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República: 1899- 1929*. Lisboa: [s. n.], 2004. tese de Mestrado, História dos Séculos XIX e XX, Secção do Século XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. orientação Fernando Rosas.

⁵⁴ Maria João Mendes Vaz – *A Criminalidade em Lisboa entre meados do Séculos XIX e o início do Século XX* [texto policopiado]. Lisboa: [s. n.], 2006. Tese de Doutoramento, História Moderna e Contemporânea (História Económica e Social), Departamento de História, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006.

agregando o maior número de entidades que nele se envolveram. Mas, tudo deve ser feito, harmonizando o rigor e seriedade intelectual com abertura de espírito e solidariedade. O ciclo *Pensar os Pensadores* e o *Congresso Histórico*, organizados na evocação dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio, deram importantes e inovadores contributos no aprofundamento do estudo da sua vida e obra. Santos Simões, no encerramento do ciclo *Pensar os Pensadores* fez a síntese: “Cremos que o conjunto de actividades diversificadas, levadas a cabo nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, romperam uma conhecida indiferença da população e dos “media” regionais (os nacionais ignoram a periferia ruralizante) alienados do fenómeno cultural. Ficaram porventura incrédulos e perplexos por nesta região ter tido lugar uma iniciativa aberta a toda a gente e não exclusivamente dirigida a elites. Mais com uma dimensão qualitativa e quantitativa única neste país que não querem que aprenda a ser português para poder ser conscientemente europeu”. Tudo aconselha que se prossiga este caminho. A experiência enriquecedora do Prémio Alberto Sampaio, também ele sedimentado no trabalho de cooperação inter-municipal, é outro aspecto a valorizar. Um dos pontos frágeis, sabemos todos, é a escassa divulgação da sua obra. É uma maldição que o persegue desde sempre, à qual muitos atribuem a escassa influência do seu pensamento e o apagamento como figura de projecção nacional, que ninguém discute. Reeditar os *Estudos Históricos e Económicos* é pois a primeira das prioridades. A inexistência de uma biografia rigorosa do historiador, que ponha termo às inverdades, repetidas sempre como sacrossantas, e que desnude alguns aspectos da sua vida, até hoje desconhecidos, é outro aspecto negativo, que deve ser contrariado e combatido. Todos os trabalhos que possam preencher esta lacuna devem ser incentivados e apoiados. A publicação de toda a correspondência que Alberto Sampaio recebeu e enviou é, neste contexto, outro ponto essencial, para se conhecer o seu percurso pessoal e profissional e o seu pensamento. Alguns autores têm chamado a atenção para a importância da correspondência destas figuras da geração de 70. Não é meramente circunstancial, pois alberga um intercâmbio e debate de ideias entre os intelectuais mais destacados de oitocentos. Mas, para tanto, é necessário estudá-la em profundidade, colmatando lacunas e estabelecendo conexões entre remetentes e destinatários e sobretudo, ligando-a à época e ao espírito do tempo que os habitou.

Depois, é necessário estudar a obra, descobrir a sua importância e actualidade, no âmbito da historiografia portuguesa e universal. E, sobretudo, aceitar o desafio de aprofundar o que foi por ele e pelos seus amigos e companheiros de jornada equacionado e questionado.

A questão é saber como dar resposta às hipóteses de trabalho problematizadas por estes sábios. Convidar os especialistas das mais diversas áreas, e debater o seu pensamento, os seus métodos de trabalho, é outra questão prioritária.

Sim, eles deixaram-nos revelações e ensinamentos, que perscrutaram as raízes mais fundas dos nossos antepassados, das nossas terras e civilizações. O que os movia era o espírito de descoberta solidária. Os nossos objectivos e princípios não podem deixar de ser os que foram por eles perfilhados e vivenciados.

Eles palmearam atalhos e subiram montes, decifrando enigmas, alguns dos quais permanecem nos dias de hoje. É tempo de nos aventurarmos a encontrar respostas, regressando aos mesmos locais, embora munidos de novas técnicas, mas transportando o mesmo idealismo e idêntica consciência da universalidade da condição humana.

A ocupação humana do noroeste peninsular desde os tempos imemoriais, permanece como um dos maiores desafios do presente. Este é um projecto que não conhece fronteiras. Nem épocas. As palavras de Camilo continuam a ecoar: “O Castelo, [de Vermoim], meu amigo, é um acervo de penedos onde nunca entrou broca, nem estanciou gente que não tivesse cabras a pascer pelas lombas da montanha”. O seu amigo Martins Sarmiento foi observá-lo, deixou os registos do que foi capaz de ver ou o tempo lhe permitiram captar. Porém, o seu destino era outro. Dedicou-se à “sua” Citânia e desvendou civilizações. É tempo de deitar mão dos seus “apontamentos” e subir ao cimo do(s) monte(s). É a hora de escalar o Castelo de Vermoim e todos

os outros montes e interrogarmo-nos, porque é que os abandonamos. O tempo é de saldar a dívida para com este visionário e pioneiro, prosseguindo o debate profícuo que travou com os amigos, nomeadamente, com Alberto Sampaio. Com uma pequena diferença, que é uma exigência: as investigações fazem-se no Castelo de Vermoim e monte das Eiras! Para os ligar, certamente à Citânia de Briteiros e a todas as outras citânias, afinal partes do mesmo todo, e com uma condição: todos une e a todos pertence.

A melhor celebração que lhes podemos fazer é desenvolver e fazer triunfar o espírito aberto e fraterno, unindo instituições, regiões, povos e nacionalidades, no estudo e valorização deste património universal.

Outro contributo, que pode emergir deste centenário é o incentivo ao desenvolvimento da ciência histórica. Faz todo o sentido lançar a 1.ª pedra do Arquivo Histórico do Município de Vila Nova de Famalicão, que ostenta o nome de Alberto Sampaio e fazer dele um laboratório de investigação e de estudo da história. A continuidade do Prémio Alberto Sampaio, centrado na história económico-social, é outra aposta segura, tanto no domínio do fomento do espírito supra-municipal, como no estímulo de apoio à investigação.

Neste âmbito, o Arquivo Histórico Alberto Sampaio tem um papel decisivo a desempenhar, porque é o detentor do espólio do historiador. Cabe-lhe, numa 1ª instância divulgá-lo e estimular o seu estudo. Depois, recolher e albergar fontes e documentos adormecidos noutras paragens, quer públicas, quer privadas, colmatando lacunas que as vicissitudes da história famalicense nos deixaram, na linha, aliás, do alargamento do domínio arquivístico, de que J. Amado Mendes fala (MENDES: 1992): “Aos arquivos privados e aos arquivos das empresas, domínio novo, de dimensões consideráveis, ao qual, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, se tem vindo a prestar cada vez mais atenção”. A noção de arquivo, segundo Pierre Josserand, citado por J.A. Mendes, “engloba hoje os papeis privados, as correspondências, as notas, os rascunhos” (MENDES: 1992, 351). Em suma, fazendo de Alberto Sampaio, do seu arquivo histórico, um centro de referência de estudo e de saber, que desperte a curiosidade intelectual e o interesse das gerações actuais, pela história da sua terra, o mesmo é dizer pela busca incessante, sempre inacabada, das raízes e do percurso da humanidade.

Apontado ao futuro fica-nos a inquietação do destino que está reservado à Casa de Boamense, propriedade dos seus descendentes. A transformação da memória-património colectivo, que hoje é, num espaço vivo, que narre a história das raízes da propriedade e da cultura minhota e das civilizações anteriores à nacionalidade portuguesa é um desafio irrecusável. Afinal, será a forma de plasmar as páginas das Vilas do Norte de Portugal e das Póvoas Marítimas, volvido um século sobre a sua criação, em novas e diferentes linguagens, nossas contemporâneas. No fundo será qualificar e revitalizar um património histórico universal, abrindo-o a novas ideias e projectos e às gerações futuras.

Bibliografia

ALVES, Jorge

(2001) – *Riba d’Ave na memória da Indústria Têxtil*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

AMARO, Antóno Rafael

(1995) – “O Ideário Político de Alberto Sampaio”. In *Actas do Congresso Histórico: 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, pp 325-337.

CABRAL, Alexandre

(1989) – *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho.

CANHÃO, Joel

(2001) – *Tomás Pereira. Missionário e Artista na China, dos Finais dos Seiscentos: nova abordagem à sua personalidade*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.

CAPELA, José Viriato

(1989) – “Vila Nova de Famalicão: a fundação de um município liberal”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 9, pp. 13-39.

- (2005) – “O Primeiro Município do Liberalismo: Famalicão em luta pela criação do Concelho”. In *História de Famalicão*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Edições Quasi.
- CARVALHO, Vasco de
(1959) – *Aspectos de Vila Nova: Biografias*. V. N. de Famalicão: Centro Gráfico.
- CASTELO BRANCO, Camilo
(1902) – *O Senhor do Paço de Ninães*. 3.ª ed. Popular. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
(1985) – *Correspondência de Camilo Castelo Branco – IV*. Introd., notas Alexandre Cabral. Lisboa: Livros Horizonte.
(1986) – *Correspondência de Camilo Castelo Branco – V*. Introd., notas Alexandre Cabral. Lisboa: Livros Horizonte.
(1990) – “No Bom Jesus do Monte”. In *Obras Completas – XI*. Dir. Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores.
(1993a) – *Ecos Humorísticos do Minho*. Porto. Editorial Labirinto.
(1993b) – “Esboços de Apreciações Literárias”. In *Obras Completas – XVI*. Dir. Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores.
(2004) – *Memórias do Cárcere*. Nota preliminar Ruben Andresen Leitão. Lisboa: Planeta DeAgostini, pp 43.
(2006) – “A Morgada de Romariz”. In *Novelas do Minho*. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo; SARMENTO, Francisco Martins
(2003) – *Estudos da Velha História Portuguesa*. Guimarães: Casa Sarmento.
- CASTELO BRANCO, Camilo; PLÁCIDO, Ana
(1990) – *Camilo em Landim*. Leitura, introd., notas Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Centro de Estudos.
- COSTA, Artur Sá da
(1988) – “Alberto Sampaio: 80.º Aniversário da Morte do Historiador”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, p. 123.
(2002) – “Círculo de Afectos e Amizades de Bernardino Machado”. In *Museu Bernardino Machado: exposição permanente*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado, pp. 36-37.
(2005) – “Nosso conterrâneo pelo sangue e pelo coração”. In *Bernardino Machado, afectos e cumplicidades*. V.N. de Famalicão: Câmara Municipal, museu Bernardino Machado, pp. 4-5
- CUNHA, Norberto Ferreira da
(2001) – “Bernardino Machado Perante o Liberalismo, o Socialismo e o Anarquismo”. In *Bernardino Machado: o Homem, o Cientista, o Político e o Pedagogo: actas do Colóquio dos Encontros de Outono*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, pp. 83-118.
- FARIA, Emília Nóvoa; MARTINS, A.
(1992) – “Alberto Sampaio e Martins Sarmento”. In *Revista de Guimarães*, nº 102, pp. 463.
(1998) – “A Biblioteca de Alberto Sampaio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, nº 15, pp. 189-194.
(2000) – “Um Olhar sobre José Sampaio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, nº 18, pp. 175-182.
(2006) – “Bernardino Sampaio Araújo, um Famalicense nas Hostes Liberais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 3.ª série, nº 2 (2006), pp. 65-93.
- FERNANDES, Rogério
(2009) – “Introdução”. In *Obras: Pedagogia – I-II*, Bernardino Machado. Pref. Norberto Ferreira da Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Húmus.
- FRASCO, Alberto Faria
(1992) – “Alberto Sampaio, Precursor dos Vinhos Verdes de Qualidade”. In *Revista de Guimarães*, nº 102, pp. 451-452
- FERREIRA, Arminda E. de
(2005) – *O Luso-Brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Edições Quasi.
- GONÇALVES, Amadeu
(1990/91) – “Nova Alvorada: o renascer cultural famalicense. Índice de Autores e Títulos da “Nova Alvorada”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, nº 10/11, pp. 173-211.
- GONÇALVES, Paula
(2005) – “Araújo, Bernardino Sampaio”. In *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: ICSUL, AR, pp. 205-206.

- HOMEM, Amadeu Carvalho
(1998) – *O Primeiro Conde de Amoso e Seu Tempo*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- LEMOS, Francisco Sande
(1992) – “Alberto Sampaio na Arqueologia do seu Tempo”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, nº 102, pp.371-386.
- LIMA, Jaime de Magalhães
(1924) – *Alberto Sampaio: o significado dos seus estudos na interpretação da História Nacional*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- LOPES, Edmundo Correia
(1941) – “Alberto Centenário em Centenário”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão (9 Nov. 1941), pp. 1-2.
- MACHADO, António
(1945) – *Memórias de Bernardino Machado*. Porto: Figueirinhas.
- MACHADO, Bernardino
(1896) – *Afirmações Públicas: 1888-1893 – II*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
(1897) – “Notas dum Pae”. In O Instituto. Coimbra, Vol. 44, n.º 8, pp. 533-534.
(2007) – *Obras: Ciência – I (1875-1907)*. Pref. Norberto Ferreira da Cunha; Introd. José Francisco Rodrigues, Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia. V. N. de Famalicão: Edições Húmus.
(2001) – “Bernardino Machado: o Homem, o Cientista, o Político e o Pedagogo”. In *Actas do colóquio de Encontros de Outono*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado.
- MAGALHÃES, Luís de
(1923) – “Prefácio”. In *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.
(1924) – *Alberto Sampaio*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; MARQUES, Fernando
(1975) – *Antologia da Historiografia Portuguesa – II*. Lisboa: [s. n.].
(1978) – *Bernardino Machado*. Lisboa: Montanha.
- MARTINS, Ana Maria Almeida
(1992) – “Antero de Quental e Alberto Sampaio: amizade na diferença”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, n.º 102, pp. 327-343.
- MENDES, José M. Amado
(1995) – “Alberto Sampaio e a História Económica”. In *Actas do Congresso Histórico: 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, pp. 365-379.
- Miguel de Unamuno
(1989) – *Por Terras de Portugal e da Espanha*. Trad. José Bento. Lisboa. Assírio & Alvim.
- MORAIS, Maria Adelaide Pereira de
(1995) – “Raízes Vimaraneses de Alberto Sampaio”. In *Actas do Congresso Histórico: 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, pp 39-50.
- QUENTAL, Antero de
(1985) – *Cartas Inéditas a Alberto Sampaio*. Transcrição, org., pref, notas Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Edições «O Jornal».
- QUENTAL, Antero de
(1989) – *Cartas: 1852-1881 – I, II* Org., introd., notas Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação.
- RAMOS, Luís António de Oliveira
(1995) – “Perspectivas sobre Alberto Sampaio”. In *Actas do Congresso Histórico: 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, pp. 301-307.
- SÁ, António Costa e
(1996) – “Por Terras de Vermoim: actual concelho famalicense”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 14, pp. 45-63.
- SÁ, Victor de
(1994) – “Orgulho por Alberto Sampaio”. In *Gazeta de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 3, p. 1.
(1994/1995) – “Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 13, pp. 141-144.

- (2006) – “Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes”. In *Gentes da Terra*. Apresent., coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi.
- SALGADO, P. Benjamim
 (2005) – *Vila Nova Entre Dois Forais: achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão*. 3.ª ed. Nota José Marques; Perfil biobibliográfico Aurélio Fernando. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi.
- SAMPAIO, Alberto
 (1891) – “Antero de Quental”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 7 (1 Nov.), p. 67.
 (1979a) – “As Póvoas Marítimas”. In *Estudos Históricos e Económicos*. Pref. Maria José Trindade. Lisboa: Editorial Vega.
 (1979b) – “As Vilas do Norte de Portugal”. In *Estudos Históricos e Económicos*. Lisboa: Editorial Vega.
- SARAIVA, José António
 (1990) – *A Tertúlia Ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva.
- SARMENTO, Francisco Martins
 (1892) – “Marcos Miliários de Vila Nova de Famalicão”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 9 (1 Jan.), pp. 89-91.
 (1894) – “O Deus Brigo”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 2 (1 Nov.), pp. 117-118, 185.
 (1990) – “Cartas Camilo Castelo Branco, Francisco Martins Sarmiento”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, n.º 100, pp. 35-81.
 (1998) – *Estudos Arqueológicos Entre-Douro e Minho nos Finais do Século XIX: correspondência entre Martins Sarmiento, José Sampaio e Alberto Sampaio*. Org., introd. e notas Emília Sampaio Nóvoa Faria. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
 (1999) – *Antígua: apontamentos de arqueologia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- SEABRA, José Augusto
 (1985) – “Nota Introdutória”. In *O Ensino Profissional*, Bernardino Machado. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- SERRÃO, Veríssimo
 (1997) – “Primeiro Conde de Arnosó”. In V. N. de Famalicão. Porto: Rui Guedes, p. 71.
- SILVA, José Casimiro da
 (1941) – “O Primeiro Centenário de Alberto Sampaio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão (1 Nov. 1941), p. 3.
 (1952) – “Breve Resenha Histórica”. In *Festas do Concelho de Famalicão*. Org. Abel Folhadela de Macedo. V. N. de Famalicão: Centro Gráfico, pp. 12-13.
 (1960) – *Elucidário Turístico do Concelho de V. N. de Famalicão e Roteiro do Minho*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, p. 26.
- SIMÕES, Nuno
 (1941) – “Alberto Sampaio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2400 (16 Nov. 1941), p. 1.
 (1951) – “Indústria e Agricultura: uma nota à margem de opiniões de Alberto Sampaio”. In *Notícias de Guimarães*. Guimarães, Ano 22, n.º 1199 (22 Jun.), p. 4.
- SIMÕES, Santos
 (1998) – “Nota Preambular”. In *Estudos Arqueológicos Entre-Douro-e-Minho nos Finais do Século XIX*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, p. 8.
- TRINDADE, Maria José
 (1979) – “Prefácio”. In *Estudos Históricos e Económicos – I*. Lisboa: Vega.
- VIEIRA, José Augusto
 (1887) – *O Minho Pitoresco – II*. Lisboa. Livraria António Maria Pereira.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado
 (2001) – *Bernardino Machado: o Homem, o Cientista, o Político e o Pedagogo: actas do colóquio dos Encontros de Outono 1998*. Apresent. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado.
 (2006) – *Gentes da Terra*. Apresent., coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi.
- YOURCENAR, Marguerite
 (1998) – *Memórias de Adriano*. 6.ª ed. Trad. Maria Lamas. Lisboa: Ulisseia.



Documentação

[8,18] = 11 B.Cs. = 10 volumes

por Artur Sá da Costa*

I

O *Boletim Cultural* (doravante *BC*) pode gabar-se (Andy Warhol anteviu-o) como qualquer criatura, de ter tido o seu momento de glória, escapando por instantes (menos de 1 minuto) ao anonimato do comum dos mortais. Tudo ocorre em 1995, quando o n.º 13, dá à estampa um lote de cartas, pertencentes ao espólio de Armando Bacelar, entretanto depositadas por aquele advogado e militante anti-fascista no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (doravante *BMCCB*). Acontece que, uma das missivas é da autoria de Álvaro Cunhal, ao tempo (1956) encarcerado na Penitenciária de Lisboa, e tem como destinatário o seu advogado, o citado Armando Bacelar, com escritório na comarca de V. N. de Famalicão. Três outras, assinadas por Mário Soares (1) e Salgado Zenha (2) – os dois líderes históricos do P. S., que a vida política pôs em contra-mão – têm como endereço um grupo de oposicionistas do Distrito de Braga à ditadura de Salazar, retratando uma polémica desencadeada em 1966, entre aqueles dois políticos e estes destacados antifascistas, canonizados com o cognome de “Democratas de Braga”, os quais não deixaram aqueles sem resposta. As cartas (7) já tinham sido exibidas na exposição “Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão, 1945-1973 – uma perspectiva”, organizada pela *BMCCB*: mas só quando publicadas, despertaram o interesse da RTP1, que as divulgou num dos seus telejornais. Sorte nossa. O mais curioso é que em 1992, quando foram expostas, tiveram a honra da visita do próprio Soares! Que as reconheceu e o deixaram enigmaticamente pensativo (emocionado?). Porém, longe do olhar mágico das câmaras e indiferentes à curiosidade dos jornalistas. Sinal dos tempos: já nem os Presidentes da República cativam as agendas dos chefes das redacções!



Todavia, este não é certamente o melhor dos critérios para avaliar o mérito de uma publicação, mesmo quando editada por uma autarquia da província do Minho, que se vê inesperadamente exposta na praça pública. Outros haverá, certamente mais credíveis, embora este acaso tenha projectado o *BC* nos *media* nacionais, facilitando uma aproximação aos seus conteúdos, mesmo a nível local.

II

Em 14 anos (entre 1998 e 2001) editaram-se 11 números (do 8 ao 18), em 10 volumes (um foi duplo), somando mais de 2000 páginas, duas centenas de artigos, assinados por cerca de quatro dezenas de autores, abraçando um vasto leque de assuntos, que cruzam a política, a história, a economia e o urbanismo, a literatura e a sociologia, a demografia, a toponímia, a religião, o património e a museologia, com o associativismo e o desporto, e um sem número de outros temas (v. gráfico à frente), todos sintonizados no objectivo comum de

* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

Director do Departamento de Educação e Cultura. Coordenador do Boletim Cultural.



descobrir, dar a conhecer e de proporcionar um debate sobre o município e a sociedade famalicense.

E se bem ajuízo, o que acaba de ser dito identifica o critério-mor (a existir) para a avaliação do mérito e da importância de uma publicação deste género, ou seja, ela vale pelo seu próprio conteúdo, pelos estudos que abriga, pelo conhecimento que produz, pela investigação que promove, pelo debate que estimula, e pela divulgação que faz do universo histórico-cultural do município de V. N. de Famalicão. A verdadeira dimensão do seu valor está dentro de si, podendo ser percorrido e avaliado com o precioso auxílio do índice temático e de autores que Amadeu Gonçalves organizou e que segue adiante.

Em todo o caso, creio bem, o interesse do *BC* está muito para além dos trabalhos publicados e da influência que possam ter exercido no desenvolvimento da investigação e no estudo e divulgação da história local.

Antes de mais, ele foi, ao longo dos anos, um ponto de encontro e convergência, de um plural e diversificado grupo de intelectuais, constituindo um foco de incentivo à investigação e ao estudo da realidade histórica e da contemporaneidade famalicense. E não apenas para os estudos divulgados no *BC*. Na verdade, se houve autores que publicaram aqui os seus primeiros trabalhos, e se outros os escreveram com o exclusivo objectivo de nele colaborarem, outros houve que editaram livros, cujos primeiros capítulos tiveram pré-publicação no *BC*, (por exemplo, a monografia de Aurélio Fernando Riba D'Ave, *em Terras de Entre Ambas as Aves*), sendo o inverso também verdadeiro, divulgando-se aqui partes significativas de monografias entretanto editadas (dois exemplos, *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe* e *Santa Maria de Oliveira*, de Maria do Rosário Bastos). Isto é, se o *BC* foi a mola impulsora de muitos estudos, em não menor número de casos, foi o seu catalizador, designadamente de conferências e colóquios que foram ocorrendo, bem como de trabalhos premiados em concursos, uns e outros emergentes da actividade cultural do município.

Assim sendo, desempenhou outros papéis, entre os quais o do elo de ligação entre investigadores e intelectuais e instituições culturais locais e regionais e, em não poucas vezes, de amplitude nacional, e o município. Como o foi dentro da própria autarquia, congregando técnicos e serviços excessivamente distantes, por força da "departamentalização" da Câmara Municipal, neutralizando mesmo uma certa tendência para a "federalização" dos serviços. Mas a todos unindo em torno da matriz enunciada no primeiro volume: "historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes", a linha mestra orientadora, sintetizada na expressão: "história do concelho de Vila Nova de Famalicão é um projecto em construção" (Editorial, nº8), que junta e todos motiva.



III

É irresistível, e de todo impossível, não contabilizar nos momentos altos desta 2.ª série a colaboração de dois presidentes da República: Mário Soares com dois textos e Jorge Sampaio com um artigo escrito propositadamente para o efeito.

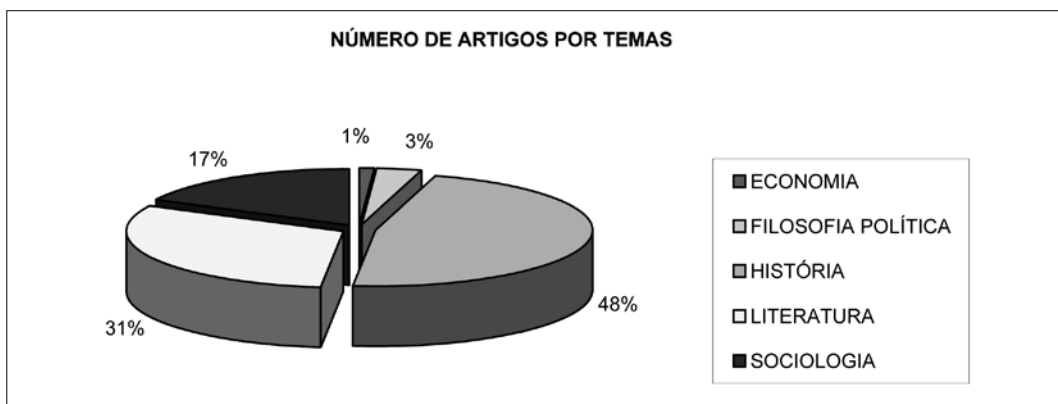
O n.º 16 regista este momento alto, que traz a Famalicão dois Presidentes da República. Mário Soares vem homenagear Nuno Simões (como já tinha feito anos atrás com Artur Cupertino de Miranda), concretizando a sua vontade de celebrar o centenário do seu nascimento, sentimento que transmitiu quando

esteve entre nós em 1991, por ocasião do encerramento do Centenário de Camilo, reafirmado na visita do ano seguinte para entregar o Prémio de Conto a Mário de Carvalho, de resto a primeira edição de uma parceria com a APE, que, desde então, ano a ano, criou uma notável galeria de escritores/contistas portugueses. Jorge Sampaio desloca-se para homenagear os amigos combatentes anti-fascistas Lino Lima e Armando Bacelar.

E a haver um título, esse é o da perseverança, só compreensível à luz de um projecto colectivo, situado algures, entre a curiosidade intelectual de conhecer e compreender a terra que se habita e o desejo cívico de contribuir para o seu desenvolvimento e projecção.

Todavia, insiste-se, o mais relevante, no ponto de vista das motivações e dos objectivos duma publicação deste género, encontra-se nos estudos sobre a história, a sociedade e a cultura do município de Vila Nova de Famalicão.

No horizonte deste olhar retrospectivo (neste momento apenas em formato papel) desvendam-se, numa visão transversal e multidisciplinar, páginas inovadoras da nossa história e do nosso património, aqui compreendidos na amplitude das concepções actuais da moderna historiografia contemporânea e do património cultural. Vejam-se, entre muitos outros, os trabalhos históricos pioneiros de J. Viriato Capela sobre a fundação em 1835 do município de V. N. de Famalicão, e o de Maria do Rosário Bastos, sobre as raízes do mosteiro de St.ª Maria de Oliveira; os estudos arqueológicos de A. Pereira Dinis (megalitismo) e Felisbela Oliveira (romanização); as visitas quinzentistas de S. Tiago de Antas, de Franquelim Neiva Soares, ou as investigações de A. Martins Vieira sobre património histórico/cultural. E os contributos para a história política, nomeadamente, das lutas da Oposição Democrática contra a ditadura do Estado Novo, os estudos sobre o operariado têxtil do Ave, de Augusto Castro Pereira, ou ainda os perfis biográficos de múltiplas personalidades famalicenses. Os contributos nestas áreas são incomensuráveis e, surpreendentemente, de proveniência alargada e altamente qualificada. Além dos já referidos textos dos dois últimos Presidentes da República, contabilizam-se os de Fernando Rosas, Raul Rego, Nuno Grande, Armando Bacelar, Victor Sá, Joaquim Santos Simões, José Manuel Mendes, Amadeu Carvalho Homem, Norberto F. Cunha, A. Pinto de Castro, Manuel Simões, António Cabral, João Amaral, Elzira Machado Rosa, António Barros Machado, e dos galegos Xesús Alonso Montero e Domingos Blanco, entre outros.



Já a natureza pluridisciplinar desta série sobressai por entre a convivência dos trabalhos de acentuado cariz historicista, como os acima assinalados, com outros de natureza mais cultural e sociológico, bem expresso no caderno temático dedicado ao planeamento urbanístico, onde se agigantam Nuno Portas e M. Fernandes de Sá; na separata sobre leitura pública, que junta M. Vilaverde Cabral, Lucas Pires e António Reis, ou no estudo da Prof^a Karin Wall sobre a evolução sócio-demográfica do concelho, bem como no de Jorge Alves sobre a cooperativa Eléctrica Vale D'Este. Nas suas páginas, cruzam-se a actualidade com a proto-história, convivendo lado a lado, o estudo academicamente canonizado, com o relato empírico duma experiência, ou a crónica duma vivência pessoal ou colectiva, e o ensaio e a investigação universitárias ao lado do depoimento do amador entusiasta, ou do auto-didacta, sem carta de alforria que não seja o estudo e a experiência da escola da vida. Mas nem só de ensaios históricos e crónicas vive o *BC*. Aventura-se por outros domínios, como o literário e o memorialismo, onde Armando Bacelar nos surpreende e presenteia com as páginas auto-biográficas da *Memória de Tempos Idos*, e se abrem as suas páginas aos poetas e ficcionistas contemporâneos famalicenses, a par dos estudos sobre os Cancioneiros do Norte de Portugal, do *Soneto Neo-Latino*, a revista que juntou os poetas/sonetistas do mundo latino, e que levou Xesús Alonso Montero a proclamar, quando esteve anos atrás entre nós: “Vila Nova do Soneto!”. Num ponto ninguém questiona (a importância e a utilidade) do *BC*, quando nos oferece vasta documentação, devidamente catalogada, de acervos depositados no fundo local da Biblioteca Municipal e no Arquivo Histórico Municipal, concretizando uma das suas linhas editoriais predominantes: entregar aos investigadores e a todos os interessados, massas documentais organizadas e materiais catalogados para os seus estudos.

Este ADN multidisciplinar, dá-lhe uma aparência frágil, mas enriquece-o, libertando-o do estigma de “revista especializada” e, sobretudo, da “guetização”, a que alguns tentam amarrar este género de publicações, destinada a uns poucos, dizem, e não a todos aqueles que se interessam pelo estudo, conhecimento e desenvolvimento histórico e cultural da sua terra.

IV

Este *flash-back* tem virtualidades inesgotáveis. Por exemplo, o de dar acesso e de permitir acompanhar e descobrir a actividade e as iniciativas (pelo menos as mais significativas) da política cultural do município, nas últimas duas décadas do século XX. Exercício interessante este, embora perigoso, o de percorrer e de perscrutar as páginas de uma publicação periódica, ela própria parte de um projecto cultural, apesar de produzida de forma autónoma, mas sem a preocupação de relatar o fervilhar das actividades culturais. De fora desta apreciação ficam necessariamente os trabalhos exteriores à actividade cultural do município. Desde muito cedo houve esta consciência, de que o *Boletim* andava de mãos dadas com a actividade cultural, mas sem restringir-se às actividades autárquicas.

Sem dúvida, muito do que se fez nestes 14 anos espelha-se nesta série, embora a prudência aconselhe a admitir que outro tanto terá ficado de fora. O mais razoável é identificar as linhas de acção mais marcantes, tendo presente que algumas iniciativas foram excluídas ou desvalorizadas, por força das circunstâncias e não por qualquer critério discricionário. Um exemplo, a Arte Jovem, um concurso anual voltado para as artes plásticas e visuais, que se realizou periodicamente durante vários anos e produziu bons catálogos, acabou por ficar fora dos seus planos editoriais. Esta observação é particularmente válida para o sector da animação sócio-cultural, designadamente para o das artes populares, nomeadamente das “Antoninas”, onde predominou um frenesim voluntarista (como no Folclore), em detrimento da consolidação de um projecto de investigação assente nas raízes e nas tradições centenárias destas festas e tradições, a única forma de lhe dar consistência e credibilidade. A escassez de trabalhos teóricos, ou de natureza sociológico sobre as festas, e em geral sobre

as artes do espectáculo, terá que ser aí procurada, nesta tendência que prevaleceu. A divulgação do cartaz da primeira de uma série de exposições de artes plásticas (ano de 1990) de Nadir Afonso, na Galeria Municipal na Casa da Cultura, organizada em parceria com a Quadrado Azul, tem o gesto simbólico de evidenciar a importância de um sector que ao tempo adquiriu grande expressão entre nós. Como se divulga o catálogo da exposição *Animarte*, de 1992, uma amostragem das múltiplas actividades culturais e artísticas, organizadas pelo município. Aí se espelha o fosso cavado entre a oferta cultural deste sector e a escassez da informação e da reflexão produzida. Lembre-se que ao tempo vivia-se com a ameaça que se consumou do desaparecimento do Cine-Teatro Augusto Correia, obrigando os promotores dos espectáculos a deitar mão de espaços não tradicionais para a sua organização. E não apenas de espectáculos, como das artes em geral.

Por exemplo, os Encontros de Música Tradição Europeia, organizados pela 1ª vez em 1990, tiveram lugar ao ar livre, nas praças e jardins da cidade, o que não foi de todo errado. A questão é outra, na medida em que uma cidade com escassos hábitos culturais, agrava as condições de risco para o enraizamento destes eventos, captando novos públicos.

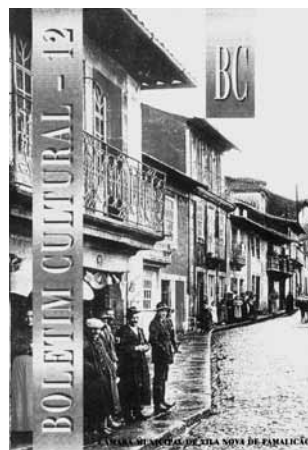
Outra área desfalcada é a do património cultural, pese embora os estudos de Martins Vieira. Acontece que os trabalhos preparatórios do P.D.M. nunca foram publicados. Parte deles integram a “Carta do Património”, daquele instrumento de planeamento e de ordenamento do território.

Tratamento diferente, e ao invés daquele sector, tiveram os Prémios Literários e Artísticos do município, os quais viram publicados a boa parte dos trabalhos premiados.

É bom notar também que, com o andar do tempo, alguns projectos autonomizaram-se, originando colecções de livros (*Cadernos Bernardino Machado*, *Estudos Camilianos*), e outras publicações periódicas (*Boletim Informativo do Museu da Indústria Têxtil*, *Arqueologia Industrial – revista*). A edição de *Actas* dos colóquios e congressos também encaminhou para monografias parte da produção teórica e científica da actividade municipal. Aí está registada. E se os últimos são os primeiros, não se poderá esquecer que a Casa de Camilo/ Centro de Estudos Camilianos tem desde sempre o seu plano editorial, nomeadamente, o *Boletim da Casa de Camilo* e a colecção *Estudos Camilianos*.

Em todo o caso, os grandes concorrentes do BC, se assim se pode dizer, terão sido os catálogos das exposições, organizadas ao longo dos anos. É aí que se encontra o maior repositório de documentação sobre a história e a cultura do município e da sociedade famalicense. E em distintas e diversificadas áreas e sectores. Lembrem-se os mais importantes: *Homenagem Nacional a Bernardino Machado*, 1983; *A Biblioteca de Alberto Sampaio*, 1991; *Sousa Fernandes*, 1988; *Daniel Rodrigues*, 1989; *A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão, 1945-1973, uma perspectiva*, 1992.; *Património Industrial do Vale do Ave*, 1992.; *Centenário de Nuno Simões: republicano no mundo Português*, 1994; *Bernardino Machado na Caricatura Política*, 1997; *Das Comissões Administrativas às Eleições Autárquicas de 1976, nos 25 anos do 25 de Abril*, 1999; *Armando Bacelar e Lino Lima: Testemunhos de Luta pela Liberdade*, 1996; *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses*, 1998; *Humberto Fonseca*, 1998; *Mostra Nacional de Bernardino Machado*, 1990; *Momentos de Resistência*, 2000; *Galeria dos Premiados*, 2000; *Museu Bernardino Machado – Exposição Permanente*, 2001; *Fotobiografia de Bernardino Machado*; *Fiar e Tecer: uma perspectiva histórica da Indústria Têxtil a partir do Vale do Ave*, 1998; *Reencontros: Barão de Trovisqueira*, 2001.

Concomitantemente com este exercício intelectual, outros podem ser explorados, como este: identificar as distintas e diversificadas funções culturais que o município de Vila Nova de Famalicão (e as autarquias em geral) assumiu neste período, e observar a importância que lhe foi atribuída, ou



como as foi adquirindo ao longo dos anos. Esta não foi uma questão que tivesse passado ao lado das nossas preocupações. No editorial do *Boletim* 12 ensaiamos um primeiro esboço, elencando os principais projectos/ funções desenvolvidos pelo município. Desde logo, uma chamada de atenção para o projecto de história local, peça essencial para uma terra que se compraz em desprezar a sua memória; depois, o enquadramento das actividades sócio-culturais, as quais compreendem, mais do que a realização de espectáculos e ou exposições, a implantação de condições que permitam aos munícipes e, em particular, aos jovens, o desenvolvimento das suas potencialidades artísticas e intelectuais e a concretização de projectos de investigação; a construção de uma rede de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, arquivos, auditórios, quer municipais, quer associativos); apoio ao associativismo local; preservação e valorização do património Histórico/Cultural. Tivemos oportunidade de voltar a este tema de grande relevância cultural e política, nomeadamente, no Seminário sobre municipalismo, organizado pela Sociedade Martins Sarmento, em 1992 (*Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993). Aqui e agora, temos uma ocasião de ouro para fazer um balanço da forma como este assunto foi encarado neste período da vida cultural do município. Mais ousado, e não menos aliciante, seria interrogarmo-nos, o contributo que terá sido dado aqui em Famalicão para o desenvolvimento e aprofundamento deste sector no plano regional e nacional. A resposta requer uma investigação mais alargada, que sai dos objectivos aqui perseguidos. Fica o repto.

Se me é permitido o alerta, sustentado na experiência de trabalho feito, este foi um caminho que se rasgou – à margem das promessas governamentais de descentralização – palmilhando trilhos não antes



percorridos, alicerçando a “praxis” num projecto que fez da cultura uma linha estratégica essencial para o desenvolvimento integral do município. E se me é possível antecipar, direi que se assistiu a um claro e progressivo reforço de intervenção do município neste sector, com reflexos óbvios no aumento do investimento financeiro nesta área. Uma orientação política assumida, bem entendido, não de forma cega e indiscriminada, mas orientada por uma linha estratégica previamente traçada e com prioridades estabelecidas. E que opta, desta forma consciente e aberta por um papel intervencionista do município na área da cultura. Acrescente-se, numa 1ª fase, o esforço que se concentra na criação de uma rede de equipamentos culturais, expressado desde logo nas novas instalações da Biblioteca Municipal, integrada nos padrões modernos da rede de leitura pública (livre acesso ao livro, empréstimo domiciliário, oferta ampla e diversificada de periódicos, áudio-visuais, fundos

documentais locais, novas tecnologias, atitude activa de captação de públicos, etc), e na implantação de unidades museológicas modernas, que fossem a um tempo, centros de investigação e referências identitárias do município: a indústria têxtil, com as suas marcas no território e em todos nós; Bernardino Machado, figura cimeira do republicanismo, com raízes paternas e o coração em Vila Nova de Famalicão, a que se juntaram, oriundos da sociedade civil, o Ferroviário de Lousado, o de Arte Sacra da Paróquia de V. N. de Famalicão, o da Guerra Colonial, impulsionado pela Associação de Deficientes das Forças Armadas e o da Cerâmica da Fundação Castro Alves, uma das marcas da pulsão visionária do seu patrono.

O Arquivo Histórico emerge desta carência crónica de equipamentos que o concelho padece. Um processo de construção e de consciencialização lenta mas determinada. A recolha de espólios “particulares e públicos” e, designadamente, do acervo documental de Alberto Sampaio, foram decisivos para se projectar a construção de novas instalações, as primeiras de raiz, em cerca de duzentos anos de autonomia municipal. Em todo o caso, esta linha de acção é deficitária na agenda do BC. Também aqui se optou por uma linha editorial própria (*Anais; Memórias de Vila Nova*) e catálogos de exposições (*Sousa Fernandes, 1988; Daniel Rodrigues, 1989; Humberto Fonseca, 1998*).

Mas as prioridades da política cultural não se restringem aos equipamentos. Fixam-se noutras áreas, que o conteúdo do BC melhor explicita, e que correm a par daquela. Como o projecto de história local, que se multiplica e desdobra por inúmeras iniciativas e se espraia anos a fio, tem, nas suas páginas, reflectindo a importância que lhe foi dada. As *Jornadas de História Local*, das quais são publicadas as respectivas *Actas*, espelham bem o peso que esta área assume na política actual municipal.

As homenagens às personalidades famalicenses, o estudo dos seus perfis, são um traço que atravessa toda esta série, constituindo uma boa parte deste projecto. Os primeiros números são a este propósito significativos, ao divulgar as que foram promovidas a Alberto Sampaio, Daniel Rodrigues e Sousa Fernandes (*Boletim* 8 e 9). Aliás, na continuidade da pioneira iniciativa neste domínio em 1983, onde Bernardino Machado é projectado a nível nacional, e se torna num dos mais fortes elementos de identidade local (v. *Boletim Cultural* n.º 5, da 1ª série).

Esta orientação de cavalgar os aniversários das personalidades para as conhecer e homenagear vai manter-se nos números seguintes.

Depois destas evocações, regressa-se a Alberto Sampaio, a propósito dos 150 anos do seu nascimento. Uma vez que a Câmara Municipal se associou, com o Museu Alberto Sampaio e com a Sociedade Martins Sarmento a este evento, publicaram-se alguns textos das conferências realizadas em Famalicão, integradas no programa daquele aniversário. Um sobre o envolvimento do Historiador de Boamense na produção e estudo da actividade vitivinícola, apresentado no ambiente rural da Casa de Boamense e integrado no ciclo “Pensar os Pensadores”, que partilhamos com a referida Sociedade vimaranense, ao tempo presidida por Joaquim Santos Simões. E ainda outros textos proferidos no âmbito do Congresso Histórico, organizado pelo Museu Alberto Sampaio, o qual se desdobrou por terras de Famalicão (Paços do Concelho, Fundação Cupertino de Miranda e Casa de Boamense). O conjunto dos textos estão reunidos, respectivamente, na *Revista de Guimarães*, vol. 102, e nas “*Actas*” do Congresso Histórico, Câmara Municipal de Guimarães, 1995.

As homenagens, note-se, não são manifestações saudosistas ou fenómenos de pendor revivalista. Pelo contrário, em todos estes casos o que emerge é a investigação, a recolha e organização de documentação, e o debate de ideias, além, obviamente, do preito de homenagem a estas figuras exemplares. A publicação no *Boletim* dos discursos e conferências produzidos nestas celebrações, não deixando de ser uma homenagem, significam, sobretudo, um contributo para se conhecer e estudar a vida e a obra dos nossos maiores. E, reconhece-se para a grande maioria de todos nós, é um mundo novo que se desvenda. O aviso mantém-se: só parte dos textos destas homenagens são albergadas pelo *Boletim*. Muitos outros encontram-se, como vimos, em catálogos ou mesmo em brochuras, como é o caso da conferência do Prof. Amadeu Carvalho Homem sobre o Conde de Arnoso, ou o ensaio biográfico sobre Manuel Faria (Colecção *Biografias*).

A evocação do republicano Daniel Rodrigues abriu mesmo caminho para a celebração de um protocolo de cedência do espólio daquela personalidade à Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, por parte dos seus familiares (v. *Boletim* 9), obtendo-se um apoio da Caixa Geral dos Depósitos para a edição das obras deste ex-Administrador daquela instituição financeira. A recolha destes espólios – as fontes históricas – é seguramente um dos resultados mais benéficos desta linha de acção, a qual, por sua vez, se insere no projecto mais vasto de história local. Porém, uma vez mais, ter-se-á que deitar mão de outras publicações se quisermos abraçar o universo dos acervos documentais recolhidos. Já foi referido a aquisição do espólio do historiador Alberto



Sampaio que se encontrava em Boamense (Cabeçudos) – a jóia do Arquivo Histórico –, mas, neste contexto, emergem como expoente máximo os acervos documentais epistolares e iconográficos doados pelos familiares de Bernardino Machado, a par de outros, como o acervo fotográfico de Humberto Fonseca e os da Oposição Democrática, os quais estão nos respectivos arquivos das instituições que os acolheram, respectivamente, Museu Bernardino Machado, Arquivo Histórico e BMCCB.

O andar do tempo trouxe novas secções do *Boletim*. Uma a que chamamos *Novos Autores*, que reúne um leque de estudos de diversa natureza, de artistas e intelectuais famalicenses. Uns são obras vencedoras dos Prémios Literários e Artísticos do Município lançados em 1988, donde emergem o ensaísta Sérgio Guimarães Sousa, o pintor Dias Machado e a escritora Alice Santos, além dos casos já referidos de J. Viriato Capela e Maria do Rosário Bastos. O balanço está feito na brochura *Galeria dos Premiados* (Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 2000). Alguns outros são textos inéditos de jovens escritores e poetas, que estavam em início de carreira de que Luísa Monteiro é exemplo impressionante. Este ciclo vai prosseguir com a rubrica *Os Nossos Escritores, Hoje*, onde se divulgam textos dos jovens poetas Jorge Reis-Sá e Luís Serguilha, bem como alguns contos e poesia de Armando Soares Coelho.

Eis um traço de carácter do *Boletim* que se vai manter no futuro. Abrir e acolher nas suas páginas os jovens que trilham os seus primeiros passos nas suas carreiras.

Mas não foram apenas as personalidades que prenderam a nossa atenção. De igual modo nos interessaram as instituições, como aconteceu no caso da *Nova Alvorada*, a revista literária que marcou Famalicão, no final do século dezanove. Aproveitamos o centenário da sua fundação, reproduzindo em fac-símile o seu primeiro número, além do catálogo dos autores e dos títulos publicados nos 10 anos da sua vida (1891-1903). A celebração do 75.º aniversário da BMCCB também não passou em claro. O colóquio sobre leitura pública trouxe a Famalicão figuras nacionais, entre as quais, o desafortunado Lucas Pires. Na altura, vivia-se o início do ciclo do lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública. O Município de Vila Nova de Famalicão entrou no pelotão da frente, candidatando-se logo no primeiro concurso à construção da nova biblioteca. O protocolo com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas está transcrito no BC 9, e com ele lançam-se os alicerces da rede de equipamentos culturais, que vai, como vimos, progressivamente estender-se aos museus, (M.I. T., Bernardino Machado, Centro de Estudos Camilianos, Soledade Malvar) e a outras instituições, caso da Casa das Artes e do Arquivo Histórico.

Neste número emergem já estas preocupações com a área museológica, que irão acentuar-se anos à frente. Editam-se três textos sobre este sector. Um reflectindo o avanço na criação do M.I. T. e dois outros sobre a Casa-Museu Camilo, onde se faz uma análise crítica do seu estado e se apresentam sugestões para o seu melhoramento. Hoje, pode verificar-se que não caíram em “saco roto”. São pequenos sinais do trabalho incomensurável que se vai realizar neste sector. Num dos últimos números (16), divulgam-se textos e documentos sobre o Museu Bernardino Machado, assim como um dos textos fundadores do Museu da Indústria Têxtil.

O que estes protocolos espelham, a par de outros como o celebrado com a Associação Portuguesa de Escritores (*doravante* APE), é uma outra dimensão do projecto cultural: uma faceta aberta, universal do projecto cultural. Muitas das acções municipais assentam em parcerias com instituições culturais, artísticas e científicas, regionais e nacionais, evidenciando uma compreensão da importância do trabalho colectivo, da sua natureza pluridisciplinar e inter-institucional. Afinal a sua verdadeira natureza.

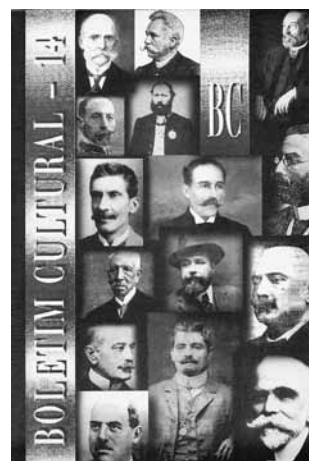
O n.º 11 tem a particularidade de nos fazer entrar, numa forma mais visível e sistematizada, num dos projectos mais importantes da política cultural municipal, orientado para o fomento da investigação histórica, do estudo das raízes e do percurso famalicense, e para a recolha e organização de documentação, bem como para o registo de testemunhos e de depoimentos de acontecimentos e vivências. Foi o que se procu-

rou com as *Jornadas de História Local*, iniciadas em 1989 e replicadas em 1992, aquelas voltadas para o Centro Histórico e para a necessidade de se pôr cobro a uma descaracterização da cidade, e estas últimas centradas no último século (1892-1992), as quais acabaram por focar o período das lutas políticas contra a ditadura de Salazar e Marcelo, com destaque para a “guerra colonial”. Duas exposições, uma sobre a “Oposição Democrática”, outra sobre a guerra colonial, durante as 2.^{as} *Jornadas*, e uma outra sobre a “Cidade” e sua (de Vila Nova de Famalicão) evolução/d Descaracterização, nas 1.^a jornadas, tiveram o condão de proporcionar reflexões sobre estes temas tão afastados das preocupações de então, dando ainda oportunidade para se reunir e organizar espólios documentais doados ao município, nomeadamente, dos oposicionistas ao Estado Novo de Famalicão. Eis um fundo documental de grande relevância para libertar a memória do esquecimento, que se encontra à consulta de todos, no Fundo Local da BMCCB.

O número 12 e o seguinte acabam por ser números temáticos, na medida em que reproduzem por assim dizer as “*Actas*” destas duas primeiras *Jornadas de História Local*.

Diga-se que este formato de “*Jornadas*” acabou por prosseguir sobre outras formas, quer como seminários (por exemplo, sobre “*Os Brasileiros*” de *Emigração*), ou com colóquios (por exemplo sobre Bernardino Machado), donde vão emergir no ano seguinte os *Encontros de Outono*, hoje uma das faces emblemáticas do Museu Bernardino Machado. Anote-se que, destas iniciativas, o *Boletim* apenas divulgou alguns textos do seminário sobre os “*Brasileiros*”, encaminhando o material das conferências para monografias, justamente, os dois primeiros volumes dos *Cadernos do Museu Bernardino Machado*.

O colóquio sobre cultura popular Minhoto/Galaico, organizado no âmbito de um Encontro sobre associativismo local, e de que se publicam alguns textos interessantes (um de Domingos Blanco sobre os cancioneiros do Norte de Portugal, outro de António Cabral sobre o nosso etnólogo Abílio Magalhães Brandão, e ainda um de Manuel Simões que reflecte sobre a cultura popular na obra de Camilo), revela outra dimensão da actividade cultural: um plano transfronteiriço, onde a escala municipal incorpora uma dimensão regional e internacional. Aliás, esta visão supra-municipal e inter-institucional está vertida num punhado (5) de protocolos, publicados no último volume, celebrados pelo Município com instituições culturais e educativas, dois dos quais com a Universidade do Minho, um com a APE, outro com a Sociedade Martins Sarmento, além do outorgado com a Escola Profissional de Arqueologia do Freixo. São instrumentos de trabalho, que potencializam as capacidades das partes contratantes, rasgando horizontes. E se revelam um espírito aberto, de cooperação, dão outra dimensão (porventura a sua real compreensão) à política cultural do município. Basta ver que o MIT emerge de um destes protocolos, como o Prémio de Conto, que a Câmara Municipal organiza anualmente desde 1991 com a APE, e que tem premiado todos os anos, desde 1992, os melhores contistas portugueses. Neste contexto, emerge o Prémio de História de Alberto Sampaio, um projecto inter-municipal, que junta Guimarães e Famalicão, provando que a cultura não tem fronteiras. Em todo o caso, sublinhe-se que o associativismo local, sendo uma das linhas de acção marcantes da política cultural, ficou secundarizado no *Boletim*. Não por falta de materiais escritos, que foram produzidos, sobretudo, no final da década de 80, com os Encontros de Associativismo, e no início da década de 90, através de dois Seminários





e exposições dedicados ao sector. Parte deste material está inédito, algum outro foi publicado no *Fórum das Associações*, um jornal sobre Associativismo criado expressamente para divulgar os temas deste sector. Curiosamente, no BC III série, saíram três trabalhos deste período.

Já o volume 15 reafirma, e bem, a carga genética do *Boletim*: a investigação histórica, entendida como pesquisa científica e de estudo da história cultural e literária, quer no domínio da escavação arqueológica, quer no plano da recolha, preservação e organização de documentação histórica, sem esquecer a componente (fundamental) da organização e disponibilização dos fundos documentais. Este número aborda todos estes campos, que integram o projecto de História Local.

É caso para reivindicar outro título: a internacionalização.

De facto, tanto se estuda a revista literária *Soneto Neo-Latino* dirigida por Júlio Brandão e Álvaro de Castelões, ou a figura do Conde de Arnos, como se faz uma abordagem da imprensa local, ou se publicam os resultados das escavações arqueológicas da necrópole de S. João de Perrelos em Delães. A par destas incursões, outras ocorrem, tanto no domínio das lutas operárias da têxtil, como na salvaguarda das fontes históricas, ao adquirir-se o espólio do historiador de Boamense. O estudo desta personalidade amplia-se com conhecimento da sua Biblioteca, exposta pela primeira vez (*Catálogo da Biblioteca de Alberto Sampaio*, 1995).

Dir-se-á com inteira justeza, é um número versátil, cumprindo um dos objectivos do seu estatuto, o da sua transversalidade: mergulha na arqueologia, emerge para a época medieval, para entrar, sem complexos, na contemporaneidade.

Eis porque se pode sintetizar, afirmando que se cumprem neste volume os objectivos essenciais do projecto de História Local: fomentar a investigação, recolher as fontes históricas, organizar os fundos documentais, difundir os estudos.

Já no número 16 arquivam-se textos e documentos, que revelam alguns dos caminhos percorridos, ou que anunciam a múltipla actividade cultural do município. À frente está, sem dúvida, o contrato de comodato da cedência ao município do espólio de Bernardino Machado pelos seus familiares.

Decorria o ano de 1995 e formalizam-se, finalmente, as primeiras doações, as quais já se encontravam há muito em depósito no município. A *Mostra Nacional* do espólio Bernardino Machado vai em frente e o Museu impõe-se. Pelo caminho ficam outros projectos, mas conquista-se a singularidade de um com dimensão nacional: o Museu Bernardino Machado.

É este acto fundador (outros existem antes e depois, mas este tem a destacá-lo o facto de ter convencido alguns cépticos da sua viabilidade) do Museu Bernardino Machado que o BC regista, como já o tinha feito com a aquisição do espólio de Alberto Sampaio. Dois momentos altos na história da cultura e da afirmação da identidade de Vila Nova de Famalicão.

Sente-se que o Museu consagrado à sua personalidade está em pleno movimento. Os estudos sobre a sua vida e obra e sobre a 1.ª República aprofundam-se. O aniversário dos 150 anos do seu nascimento é comemorado, reparando-se a injustiça do banimento pelas autoridades municipais e nacionais do centenário do seu nascimento em 1951.

VI

Acentue-se, no último número desta série, no qual se plasma a linha editorial traçada no início deste percurso, breve mas longo, sobretudo quando visto à luz do trabalho produzido, no domínio da investigação e estudos efectuados, do que se descobriu e ficou a conhecer da história do património, da arte, da cultura, da sociedade famalicense. É o retorno às origens, mas sobretudo a prova da fidelidade aos princípios.

Ora, a ser assim, é legítima uma conclusão: existe uma política cultural. É isso que espelham, disso dando conta, os 10 volumes do *BC*. Descobre-se nas suas páginas, as linhas de acção persistentes e continuadas, e um pensamento estratégico para a área da cultura. Vislumbram-se múltiplos caminhos/rios, ampliados/engrossados na sedimentação do tempo e nos entroncamentos/afluentes, que se cruzam e juntam no percurso vencido. E se no início se vacila e serpenteia, depressa o caudal se engrossa de actividades, sedentando públicos cada vez mais numerosos. Ainda não se chegou ao delta do estuário que se abre a todos e tudo alimenta. Mas já é possível encontrar portos de abrigo, e locais de embarque, para cada um viver a sua liberdade e descobrir o seu destino.

Dito isto, ainda existe, para quem ainda tem folgo, uma derradeira possibilidade para uma aproximação ao que será ou não mais significativo ou relevante, divulgado nesta dezena de volumes: deitando mão dos editoriais escritos para cada um dos números, aditados aqui com títulos, tendo em vista facilitar o estabelecimento de conexões entre os seus conteúdos, e permitir tirar proveito da visão de conjunto, de quem se encontra – só possível agora – no outro lado da margem.

Passagem de testemunho

“O aparecimento do **Boletim Cultural**, vai para 10 anos, representou uma lufada de ar renovado na vida cultural famalicense. À distância de uma década ganham maior relevância as palavras iniciais da sua apresentação: “Pela primeira vez na história do Município famalicense, surge uma publicação periódica de carácter cultural”. Desde então, apesar dos seus 7 números, cumpriu um importante papel: agitou ideias, estimulou a investigação histórica, divulgou documentos... Com esta gratificante particularidade: no bojo trazia o embrião da 3.ª série do *Boletim da Casa de Camilo*, também propriedade desta Autarquia, que regressaria em 1983, mantendo a partir daí uma regularidade que nos apraz sublinhar.

O mesmo não se poderá, infelizmente, dizer do *Boletim Cultural* que não se publica desde 1987. No entanto, ele hoje está de volta apenas com uma mudança no formato e na redacção, com o propósito firme de recuperar o atraso.

Para tanto, serão editados até final de 1991 mais dois números, escoando-se grande parte do material entretanto acumulado.

Neste intervalo impuseram-se outras prioridades. Foi preciso, nomeadamente, estruturar o Departamento de Cultura da Câmara criado em 1987. E deu-se preferência à edição de monografias. São os casos, entre outros, da “Monografia sobre Alberto Sampaio”, e do “Senador Sousa Fernandes”, e ainda do 1.º volume das obras de Daniel Rodrigues, e das “Imagens de Famalicão Antigo”.

O **Boletim Cultural** mantém os mesmos objectivos, que estão enunciados no 1.º número: “a necessidade imperiosa e inadiável de historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes, levando ao conhecimento de todos, dentro e fora dos seus limites geográficos, a sua realidade actual, as suas tradições e personalidade Cultural”.

Aqui fica o nosso compromisso e empenho, de fazermos sair com regularidade esta publicação periódica Municipal, ombreando desta forma com o *Boletim da Casa de Camilo*”.

Uma monografia para o concelho

“A história do Concelho de Vila Nova de Famalicão é um projecto em construção. Sente-se a falta dum estudo global que nos dê a conhecer as grandes linhas evolutivas do que foram oito séculos de vida comunitária. É preciso escrever uma Monografia do Concelho. Os valiosos contributos do Padre Benjamim Salgado e de Vasco de Carvalho, requerem continuação e aprofundamento. O “O Boletim Cultural” publicou até hoje vários trabalhos originais sobre a história concelhia famalicense, entre os quais se contam, a “Breve História da Formação do Município Famalicense em 1835” da Dr.^a Margarida Durães, a “Monografia de S. Pedro de Esmeriz” do Dr. Franquelim Neiva Soares, ou os trabalhos de investigação arqueológica do Dr. Francisco Queiroga. De igual modo arquivou nas suas páginas numerosos estudos de história local sobre os mais diversos temas, que se espriam da economia e demografia à sociologia, da literatura e arte ao património natural e cultural.

Um dia, com estes e outros contributos, nascerá a desejada “Monografia”. Até lá resta-nos continuar a colocar mais algumas “pedras” neste vasto e poliédrico edifício colectivo.

Hoje é a vez de Aurélio Fernando iniciar mais uma monografia: a da freguesia de Riba de Ave; e de Franquelim Neiva Soares acrescentar um novo capítulo ao estudo monográfico sobre S. Pedro de Esmeriz, enquanto que António Costa e Sá prossegue o seu trabalho sobre a freguesia de Cabeçudos e A. Martins Vieira relata-nos a sua peregrinação pelas “Alminhas” das freguesias do Concelho (115 ao todo, sem falar nos 42 oratórios, segundo as suas contas”).

Linhas de continuidade

“O “Boletim Cultural” decidiu publicar, neste número, as comunicações e as conclusões do III Encontro Municipal, ocorrido nos dias 25 e 26 de Outubro de 1986 na Fundação Cupertino de Miranda, não só pelo valor intrínseco daquelas, e pela importância que têm para o conhecimento e estudo do nosso concelho, mas ainda, porque o próprio “Boletim” – o seu nascimento e a sua vida – está intimamente ligado a esta iniciativa municipal, para lhes dar expressão, reproduzindo-o sob a forma de letra, enquanto que o número 6 divulgou os trabalhos do “II Encontro”, realizado em 1984.

Este III Encontro decorreu sob o signo do “Planeamento Municipal”: da sua necessidade e importância para o desenvolvimento harmonioso e integral das populações. Durante 2 dias técnicos desta área específica, dirigentes da Administração Pública (Central e Local), entre os quais se contam, os Presidentes da Câmara de vários Municípios com experiência reconhecida no campo do planeamento, vista, transmitindo a sua experiência com as populações e debaterem questões teóricas e práticas suscitadas pelo Planeamento Municipal. Em simultâneo 10 grupos de trabalho reflectiram sobre as principais carências do Concelho, apresentando no final as suas conclusões.

A leitura destas e das comunicações, à distância de 2 anos, torna-se um exercício interessante, que não pode deixar de nos surpreender. Se o caminho da maior parte das carências então detectadas e hierarquizadas, está por percorrer, a justeza e oportunidade daqueles pontos de vista mantém-se, com a curiosidade de nem sempre o sonho e a ousadia terem sido capazes de surpreender a realidade, como aconteceu, por exemplo, com a nova Biblioteca que já cresce a todo o vapor, e ninguém se atreveu a desejá-la.”

Alberto Sampaio, o historiador ignorado por sucessivas gerações de famalicenses

“Gerações inteiras de famalicenses ignoraram, inexplicavelmente, um dos seus filhos mais ilustres. Fica, na verdade, por explicar um enigmático e absurdo silêncio de décadas, em redor do historiador e pensador Alberto Sampaio. Não há memória da terra, que ele escolheu para viver, de o ter recordado após a sua morte ocorrida em 1908 na Casa de Boamense em Cabeçudos, freguesia onde se encontra sepultado. Algum sentido terá saber-se que foi naquela Casa, que tanto amava, que Alberto Sampaio viveu a maior parte da sua vida, e aí escreveu uma das obras mais ricas e originais da historiografia portuguesa.

De igual modo não pode ser esquecido que ele foi amigo e ombreou com os maiores vultos literários da sua geração. Não foi apenas amigo de Antero de Quental e de Martins Sarmiento, privou e trabalhou com Camilo Castelo Branco e Oliveira Martins.

Esquecer uma personalidade desta grandeza não é somente uma questão de injustiça ou ingratidão que se pratica, é acima de tudo um grave atentado à memória dum povo, e de menosprezo pelos valores patrimoniais e espirituais que alicerçam a sua história.

Felizmente que há erros que podem ser emendados, e danos que podem ser reparados.

Muito recentemente a Câmara Municipal despertou para esta grave injustiça, reconhecendo a necessidade de se corrigir esta situação.

No mínimo tratava-se de lembrar o seu nome gravando-o na galeria dos homens ilustres de Famalicão. Assim nasceu uma rua da cidade – 8 décadas após a sua morte! – com o seu nome.

Foi no entanto possível ir um pouco mais além. Um feliz entendimento entre a Família de Alberto Sampaio e a Câmara Municipal permitiu que o 80.º Aniversário da morte do escritor fosse comemorado em Dezembro de 1988, com um conjunto de iniciativas a que se associou a Junta de Freguesia de Cabeçudos e o Museu Etnográfico da Póvoa de Varzim.

As páginas que se seguem dão conta de algumas dessas realizações.”

Sousa Fernandes, a alma e o corpo republicanos as razões de uma homenagem

“Em Outubro de 1987 o responsável pelo Arquivo Histórico Municipal formulou uma proposta onde afirmava: “Comemoram-se, em 1988, os sessenta anos da morte do antigo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim José de Sousa Fernandes. Sendo uma personalidade de grande relevância na história política e cultural do município de Vila Nova de Famalicão, conviria comemorar condignamente tal data”.

Por seu termo o Director do Departamento da Cultura, Educação e Acção Social defendeu, em proposta que endereçou ao sr. Vereador da Cultura, que aquela proposta era “justa e oportuna não só pelos objectivos em si de querer homenagear uma das figuras ilustres da nossa terra, mas também pelo valioso contributo que poderá desencadear no estudo, conhecimento e divulgação da história do nosso município”.

Em 16 de Novembro de 1987 a Câmara Municipal deliberou por unanimidade comemorar o sexagésimo aniversário da morte do Senador Joaquim José de Sousa Fernandes promovendo um conjunto de realizações culturais ao longo de 1988.

Homenagear o Senador Sousa Fernandes é, antes de mais, um acto de inteira justiça para com uma das personalidades mais ricas e marcantes da história do nosso município. Acresce que a personalidade multifacetada (jornalista, escritor, político) do senador, a sua enorme e influente actividade local e nacional (fundador da revista “Nova Alvorada” e do jornal “O Porvir”, fundador da Biblioteca Municipal, Director da Casa de Camilo,

além de Presidente da Câmara em 1913, Deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e Vice-Presidente no Senado) fazem dele um ótimo motivo para o estudo e conhecimento da nossa história.

Razões suficientes para que nos debruçemos sobre a sua obra e a sua vida exemplar.”

A propaganda republicana

“Passa este ano o Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador Joaquim José de Sousa Fernandes (1849-1928). Entendeu a Câmara Municipal aproveitar esta ocasião para homenagear esta importante personalidade famalicense.

Será a maneira de se dar a conhecer a um maior número de pessoas a vida e a obra deste republicano ilustre.

Jornalista, escritor e político, Sousa Fernandes marcou de modo indelével a história cultural do município desde os anos de 1890 até à sua morte em Abril de 1928.

Director da “Nova Alvorada” e de “O Porvir”, Presidente da Câmara, fundador da Biblioteca Municipal, Director da Casa-Museu Camilo Castelo Branco, Deputado à Assembleia Constituinte de 1911, Senador da República, Sousa Fernandes bem merece a homenagem que a Câmara Municipal lhe presta no dia 9 de Julho, terceiro aniversário da Elevação de Vila Nova de Famalicão a Cidade.

Nesse dia, além da Inauguração de uma exposição bibliográfica e documental, foi apresentada uma Antologia de textos de e sobre Sousa Fernandes, organizada pelo Dr. António Joaquim Pinto da Silva, responsável pelo Arquivo Histórico Municipal. As comemorações tiveram o seu ponto alto numa Sessão Solene realizada no salão Nobre da Câmara Municipal.

Hoje apresentamos aqui um inédito do Senador sobre propaganda republicana no Brasil. Trata-se de um capítulo de um livro, incompleto, sobre a *História da República Brasileira* que Sousa Fernandes não chegou a publicar.

De lembrar que o Senador, como muitos outros portugueses, emigrou para o Brasil em 1862, com apenas 13 anos de idade. E foi no Brasil, principalmente depois da Proclamação da República que, pouco a pouco, Sousa Fernandes aderiria aos ideais republicanos.

O texto que aqui apresentamos, seria o capítulo VI da obra, intitulada *A Propaganda Republicana*.

Investigar o passado, construir o futuro

“Antes de mais queremos dizer-vos que, contra as aparências, estamos vivos, e reafirmar que se mantém firme o propósito de assegurarmos a periodicidade anual do Boletim Cultural (BC).

Mas, as nossas fidelidades, não se ficam por aqui. Estendem-se ao próprio conteúdo do Boletim.

Com efeito, o registo, neste número, de três estudos de investigação sobre a história de Vila Nova de Famalicão, a saber: *A Fundação de um Município Liberal*, de Viriato Capela; *Subsídios para a carta arqueológica do Concelho de V.N. de Famalicão – o megalismo*, de António Pereira Dinis, e de *Riba de Ave – o nome*, por Aurélio Fernando, reenviam-nos para o núcleo central de um dos objectivos mais queridos, desde sempre do BC: “historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes”.

Apraz-nos, particularmente, sublinhar que o primeiro daqueles trabalhos, é uma valiosa peça, sobretudo, pelo ineditismo e perspectiva inovadora que transporta para a edificação, lenta mas persistente, do percurso histórico do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Falar hoje do ressurgimento do Município de Famalicão, não é somente descobrir as ligações (íntimas), ou, acentuar a importância da revolução liberal na revitalização daquela instituição. É, acima de tudo, saber

que devemos a nossa emancipação concelhia aos esforços, e principalmente, à consciência autonomista dos famalicenses de então, ou mais concretamente, para citar o próprio autor do texto, Viriato Capela: “aos actos de completa rebeldia dos oficiais de Vila Nova para com a jurisdição da Câmara de Barcelos”.

Dentro da mesma linha de continuidade situa-se também a evocação de Daniel Rodrigues, que arquivamos no capítulo IV. Trata-se dum ciclo que começou com Bernardino Machado, prosseguiu com Sousa Fernandes e Alberto Sampaio, desenvolvendo-se mais recentemente (1989) por aquele político e escritor famalicense. Em breve, seguir-se-ão outras evocações, como o centenário de Nuno Simões em 1994, a do Conde de Arnos e de José Azevedo Menezes. Mais do que homenagear visa-se estudar e divulgar, por vezes, descobrir, e até desenterrar do esquecimento, vultos da nossa memória colectiva.

O destaque deste número do BC vai, todavia, para a Biblioteca Municipal, a quem dedicamos uma separata. Também aqui sintonizamos com nossas raízes e princípios, ou seja, estudando e divulgando a realidade presente.

Quando nos preparamos para inaugurar este equipamento cultural, a publicação daqueles textos sobre leitura pública evidenciam-nos, que o novo edifício da Biblioteca Camilo Castelo Branco, amplo e moderno, não corre o risco de se transformar em mais uma “obra de regime”, sem destino útil, ou sem sopro de vida que o justifique. Bem, pelo contrário, a longevidade da instituição, o trabalho realizado ao longo de décadas, nomeadamente, o dos últimos anos, o tipo de preocupações patente no conteúdo do caderno, são indicadores suficientes de que o novo espaço, ora conquistado, é uma emanação lógica duma política coerente, voltada para o livro e leitura pública, que desaguará, logo que possível, numa rede de bibliotecas em toda a área concelhia.

Por último, uma referência para o catálogo das publicações municipais. Fruto da organização e dinamização deste sector, visa-se, com a sua divulgação, facilitar o acesso às edições camarárias, em regra dispersas, e nem sempre disponíveis no mercado.”

Crónicas duma politica cultural múltipla e diversificada

“O número do “Boletim Cultural” que o leitor tem entre mãos mantém, na linha dos anteriores, o essencial do seu estatuto, pese embora boa parte do seu conteúdo ser dedicado ao estudo e divulgação da realidade sócio-cultural concelhia mais recente. Além dum capítulo de “Estudos”, aliás diversificados, sobre alguns dos actuais projectos culturais da nossa autarquia (museologia, história local), com destaque para o trabalho da Professora Karin Wall, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa: “Levantamento Sociológico do Concelho de V. N. de Famalicão”, consagra-se um outro aos “novos autores” famalicenses, dentro da linha de acção – há muito assumida pelo município – de apoio aos jovens criadores e à difusão das suas obras. Uma terceira parte intitulada “documentos” debruça-se sobre o centenário da “Nova Alvorada”, aquela que bem pode ser considerada a mais famosa e, certamente, influente revista cultural da história de Vila Nova de Famalicão, que contou com a colaboração do que de “melhor havia na intelectualidade portuguesa” (José Ricardo, in *Romanceiro do Povo Miúdo – memórias e confissões*), entre os quais se encontravam os famalicenses, Júlio Brandão, Sousa Fernandes e Sebastião de Carvalho.

Compreender-se-á que assim seja para quem tem procurado fazer do “BC” um espaço aberto e plural, tanto a nível das ideias e das correntes ideológicas, como no plano estético e na diversidade temática, sem cuidar excessivamente das questões teóricas e metodológicas. E, por certo, aceitar-se-á que uma revista deste tipo não tenha necessariamente que abordar, e registar, temas exclusivos, ou mesmo preferencialmente históricos, e, muito menos, que tenha de fazê-lo, obrigatoriamente, sobre os períodos mais remotos.

Diga-se que há um ponto comum em todos os números até aqui editados: cada um é diferente de todos os outros não, obviamente, na sua identidade específica, mas no conteúdo múltiplo e diversificado e, principalmente, na opção expressa, em cada um deles, por matérias diferentes e inovadoras.

O “Boletim” que defendemos anda de mãos dadas com o dia a dia cultural do município. Será, se se quiser, sempre e cada vez mais o suporte e veículo dessa actividade, também ela, necessariamente, multifacetada. Em todo o caso jamais poderá restringir-se às iniciativas autárquicas. Bem, pelo contrário, deve acolher, como tem sido regra, os trabalhos de todos aqueles que o procurem, estimulando a sua colaboração.

Não tendo a pretensão de fazer a crónica e, muito menos, o relato das actividades sócio-culturais camarárias, procura-se, número a número, realçar os projectos culturais implantados no terreno. Foi assim quando se divulgaram alguns trabalhos das investigações arqueológicas que, entre nós, se vêm fazendo, vai para uma década; um projecto que tendo começado pela cultura castreja prossegue alargando-se para outros períodos históricos. Como o foi, no âmbito dum projecto mais vasto de história local, com a publicação de algumas obras e estudos sobre reconhecidas personalidades da 1.^a República, como Bernardino Machado, Sousa Fernandes e Daniel Rodrigues, redescobrimo, entretanto, Alberto Sampaio, a quem regressamos neste volume – reconciliando, definitivamente, Famalicão com este seu filho ilustre –, com três textos apresentados nas comemorações dos 150 anos do nascimento do eminente historiador português. Neste domínio, o Centenário de nascimento de Nuno Simões encerrará um ciclo, abrindo-nos a porta para novos desafios, porventura, mais abrangentes.

Há uma coisa que este “Boletim” bem documenta. As nossas preocupações não se esgotam no campo da história, estendendo-se às múltiplas funções culturais, assumidas pelo Departamento de Educação e Cultura, como, por exemplo, ao fomento da criatividade artística e literária, que o já citado capítulo dos “novos autores” espelha, e à área da museografia, assinalada por três trabalhos, entre os quais avulta o da dr.^a Adília Alarcão, directora do Museu de Conímbriga, sobre a Casa de Camilo em véspera duma profunda intervenção de restauro e remodelação, alargando-se ainda a temas da actualidade, com o já referido estudo de Karin Wall sobre as “Estruturas Sociais, Demográfica e Económicas do Concelho de Vila Nova de Famalicão”, e um outro do engenheiro M. Arménio Almeida sobre “Infraestruturas de Saneamento Básico”, emergente dos trabalhos preparatórios do P. D. M., (Plano Director Municipal) do concelho. Estes últimos, a demonstrar a vocação do “BC” pela abertura à diversidade temática e às colaborações exteriores à Câmara Municipal, que outros textos arquivados em números anteriores, nomeadamente, as separatas sobre o “Planeamento Urbanístico” e “Leitura Pública” já indicavam. Todos estes projectos em curso, no Departamento de Cultura, designadamente, o de museografia, cujo desenvolvimento se prevê atingir grande expansão nos próximos anos, com a criação do Museu Municipal, no Palacete Barão da Trovisqueira, e com a consolidação do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, à procura de instalações definitivas. E todos ligados e unidos pela mesma ideia e preocupação: favorecer as condições para a criação e fomento cultural no concelho, tornando acessíveis à população os bens culturais.

Curiosamente, a animação cultural, uma das actividades municipais mais divulgadas e, que, porventura, maior impacto provoca, só muito escassamente tem tido acesso às páginas do “BC”. O mesmo se poderá dizer de outras frentes de trabalho neste momento prioritárias como a criação de equipamentos culturais, de que a nova Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, inaugurada em 1991, é o exemplo mais expressivo, mas não único; ou ainda a política de defesa e valorização do património cultural, consubstanciada num projecto mais global de “Memória e Identificação Colectiva”, onde o Arquivo Histórico Municipal, inaugurado em 1988, assume papel preponderante, e o “Centro Histórico” da cidade, definido em sede de P. D. M., se converte em seu símbolo.

Tudo casos a convidar-nos a pensar que a ideia de se fazer um Boletim Cultural sempre diferente permanece actual, e todos a evidenciar-nos que os nossos esforços, por maiores que sejam, ficam aquém do que é necessário e seria desejável.”

História local, projecto prioritário

“Entre os múltiplos e diversificados projectos que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão vem desenvolvendo nos últimos anos, no âmbito das suas funções culturais, conta-se um, menos conhecido sobre “História Local”. A ele se dedica este *Boletim Cultural* e o próximo, divulgando as **actas das 1.ªs e 2.ªs Jornadas de História Local** ocorridas no nosso concelho, respectivamente, em 1989 e 1992.

É para nós claro que não cabe ao município apenas realizar espectáculos, sejam ou não de folclore, nem tão só organizar exposições, de pintura ou outras. O que se visa nesta área da animação sócio-cultural, de forma persistente e programada, é promover e apoiar um conjunto de iniciativas e de actividades variadas e plurais que proporcionem e facilitem o convívio e o entretenimento da população, facultando-lhe o acesso a bens culturais, doutra maneira inacessíveis e impossíveis de concretizar e usufruir.

Mas, o que sobretudo nos move neste domínio é a implantação de condições que levem os munícipes e, em particular, os jovens à participação cívica e à criação artística e intelectual.

De igual modo, estamos com aqueles que vêm na existência de uma rede de equipamentos culturais – municipais e associativos – (bibliotecas, arquivos, museus, auditórios, etc.), um factor determinante do desenvolvimento e da democratização cultural das comunidades locais. Para aqui temos canalizado boa parte dos recursos disponíveis. E não apenas na construção dos edifícios, mas também no seu apetrechamento técnico e humano, dotando-o de gabinetes com pessoal especializado, que investiga, recolhe e organiza acervos documentais, fundos bibliográficos, e espólios museológicos.

Se a tudo isto juntarmos o fomento e apoio ao **associativismo local**, bem como a defesa, preservação e valorização do **património histórico-cultural**, sem esquecer a permanente atenção e valorização da **Casa de Camilo/Centro de Estudos Camilianos**, temos identificado o núcleo essencial das actividades culturais do município de Famalicão nos últimos anos.

Em todo o caso, o projecto de **História Local** assume em Vila Nova de Famalicão uma importância e prioridade só compreensíveis num contexto em que o desprezo pelo passado tem constituído “quase que um traço de carácter da população Famalicense”, para reproduzir o pensamento dos organizadores das 1.ªs Jornadas de História Local (ver pág. 11 deste *Boletim*).

Este projecto compreende um leque multifacetado de actividades que vão desde a criação do Arquivo Histórico Municipal (1983), sua abertura ao público (1988), recrutamento de pessoal técnico especializado, apoio e estímulo a projectos de investigação, edição de publicações, até à promoção de iniciativas, onde se incluem as referidas Jornadas. Tudo conducente ao mesmo objectivo: estudar, conhecer e divulgar a história de Vila Nova de Famalicão.

Até agora, como se deixou dito, já se realizaram duas “Jornadas”. A primeira foi dedicada à “História da Cidade”, enquanto a segunda teve por lema: “Vila Nova de Famalicão: 1892-1992 – Memórias de um século”.

Os textos aqui publicados, assim como os do próximo número do BC, são, por assim dizer, as actas destas “Jornadas”. Faltam, todavia, as comunicações orais, das quais apenas se reproduz o sumário, e cuja conclusão se aguarda. Não se publicam também os debates de que, aliás, não se fizeram registos, ou uma vez realizados se danificaram.

A leitura destes trabalhos permite-nos verificar que numa primeira fase concentramos a nossa atenção na **cidade** e, nomeadamente, no **Centro Histórico** de Vila Nova de Famalicão, lançando um alerta para o que se estava a passar, denunciando o alheamento e indiferentismo que a todos dominava e paralisava, e dava ênfase à progressiva descaracterização desta parte importante da nossa memória colectiva e do património cultural. Essencialmente o que procuramos foi incidir o nosso estudo e debate no núcleo histórico da cidade, identificando-o como uma unidade urbanística, histórica e cultural, à luz da qual tudo deveria girar. A sua posterior consagração e delimitação cartográfica como tal no Plano Director Municipal foi outra etapa essencial para a sua defesa e preservação, cujo valor e alcance ficam, todavia, dependentes da gestão urbanística e patrimonial que os responsáveis municipais façam no futuro. A este nível a investigação e *aposterior* edição do livro “Imagens de Famalicão Antigo” de A. J. Pinto da Silva têm o valor de um símbolo, representando, ao mesmo tempo, um prestimoso contributo, aliás pioneiro, para o conhecimento das suas raízes e da sua evolução histórica.

Com as segundas “**Jornadas**” ambicionamos estudar a história de um século! Facilmente se constata que apenas uma ínfima parte, como não poderia ser doutro modo, foi tocada, com predominância, para as lutas antifascistas em Famalicão durante o Estado Novo. Foi um apelo escutado, este. Outros se esperariam que acontecessem, designadamente, por aqueles que foram protagonistas e defensores de outros regimes e ideologias. Mas não só da área política, visto que procuramos obter depoimentos e registar testemunhos de todos os sectores da sociedade, e das mais diversas áreas de actividade. De resto com êxito, como se pode verificar, em algumas delas.

Foi, deste modo, possível recordar vivências, conhecer factos e escrever memórias, assim como recolher e acautelar da incúria e do abandono, uma vasta documentação, que aliás, já está tratada e organizada, e disponível para consulta no Fundo Local da Biblioteca Municipal (ver, na parte final do BC n.º13, o catálogo da “Oposição Democrática ao Estado Novo em V. N. de Famalicão”). Além do mais, assistiu-se a um estimulante debate de ideias, e à clarificação de posições entre os principais protagonistas ainda vivos daqueles acontecimentos. Obviamente, que muito mais haverá a fazer neste campo, e em outros, nos quais infelizmente não conseguimos ainda penetrar. Mas, com novas iniciativas do género ou similares o caminho ir-se-á construindo.

Poder-se-á, contudo, sempre dizer que com o trabalho já realizado conseguimos colocar nas mãos dos investigadores, e pôe ao serviço das escolas, alguns importantes instrumentos e materiais valiosos para o estudo da nossa história contemporânea.

E – para voltar às 1.ªs Jornadas – podemos, à distância de seis anos, afirmar que elas foram não apenas “um marco no conhecimento da História da Cidade de Vila Nova de Famalicão”, como era desejo dos seus organizadores, como delas emergiram, ainda no seu dizer: “um contributo decisivo para a maior consciencialização dos munícipes na sua defesa e preservação”.

Pelo menos uma certeza é legítima: deixou de valer a ignorância, ficando tudo dependente da nossa consciência e empenho”.

Oposição democrática

“As II.ªs Jornadas de História Local subordinadas ao tema “Vila Nova de Famalicão – 1892-1992: memórias de um século”, não tinham, à partida, qualquer pré-determinação de seleccionar as matérias a tratar, nem havia, por parte da organização, preferência por algum dos períodos cronológicos por si fixados, a saber: a) Os Últimos Anos da Monarquia e a 1.ª República; b) O Estado Novo; c) A Transição para a Democracia. De facto, o que se pretendia era apenas fazer uma abordagem global, sempre que possível aprofundada, dos

últimos cem anos da nossa história local, em torno daqueles quadros temporais. Comungamos o ensinamento, cada vez mais convincente, dos autores que perfilham a ideia de que não é necessário esperar pelo recuo do tempo para se fazer história. Pelo menos, e disso estamos seguros, ninguém nos perdoaria não saber aproveitar a oportunidade para recolher e preservar a documentação, assim como para registar depoimentos, conhecer factos e acontecimentos, ocorridos entre nós, neste século.

É óbvio, que tínhamos conhecimento do interesse e disponibilidade de alguns “oposicionistas” ao Estado Novo em conservar a documentação, e escrever as memórias das lutas antifascistas em que se tinham envolvido. Alguns deles já tinham mesmo concretizado doações dos seus acervos documentais à Câmara Municipal. Também não desconhecíamos a existência de alguns trabalhos, nomeadamente, o do professor Victor de Sá sobre Manuel da Silva Mendes, “Um Anarquista Famalicense”, até então ignorado (ver à frente), e da investigação do dr. José Manuel Lages sobre a guerra colonial. Sobretudo tínhamos adquirido, em contacto directo com os espólios doados pelo maestro Álvaro Salazar ao Arquivo Histórico Municipal, e pelo dr. Joaquim Loureiro à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, consciência da importância e do valor para a história contemporânea dos acervos documentais em posse dos principais protagonistas destas lutas pela liberdade e democracia destas lutas pela liberdade e democracia.

Em todo o caso, e apesar de termos assegurado a participação dos professores J. Viriato Capela e Norberto Cunha, e ainda do dr. A. J. Pinto da Silva no primeiro dos subtemas, é inegável que estas “Jornadas” foram dominadas pelo período dedicado ao Estado Novo e, em particular, pelas lutas antifascistas e pela guerra colonial. Para nossa surpresa e contentamento, logo que anunciamos a sua realização, obtivemos a adesão de muitos professores de história do concelho, recebemos o apoio da Universidade do Minho, de quem, aliás, sempre nos chegou estímulo, nomeadamente, da sua Escola de Estudos Sociais, e a participação, pronta e entusiástica, dos principais líderes da “Oposição Democrática” de Famalicão, designadamente, dos drs. Armando Bacelar (v. “Memória de Tempos Idos”), Lino Lima, Joaquim Loureiro (v. “Um Caso Sindical”) de Manuel Cunha (“Testemunho sobre as Lutas Contra o Fascismo na Zona Têxtil de Riba de Ave”), dos drs. Salvador Coutinho, Margarida Malvar, Macedo Varela, de José Reis, de João Ribeiro, e de muitos outros.

A tudo isto juntou-se a já habitual, amiga e sempre generosa presença do professor Fernando Rosas, cuja comunicação sobre “Estado Novo, Economia e a Sociedade na Zona Têxtil do Ave nos Anos Trinta e Quarenta”, empolgou a todos pelo brilhantismo, clareza e erudição.

Não se pense que o desafio lançado por estas “Jornadas” não despertou a curiosidade nem suscitou o interesse de outros sectores sociais, ou de áreas profissionais, políticas e ideológicas diversas daquelas. Pelo contrário. Chegaram-nos promessas de trabalho, nem sempre concretizadas, que se propunham relatar experiências pessoais, profissionais e políticas, ou que pretendiam descrever situações, e narrar episódios relevantes da vida de instituições, escolas e empresas que nasceram, prosperaram e, por vezes, morreram, ao longo das últimas décadas no nosso concelho.

Esta situação, altamente promissora, mas de difícil execução, colocou à organização o dilema de dilatar o tempo de duração das “Jornadas”, ou de seleccionar os trabalhos para discussão. A opção por esta última alternativa desmobilizou alguns dos participantes. Para mais, foi possível concretizar duas exposições anunciadas: “A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão, 1945/73 – Uma perspectiva”, e “Guerra Colonial, uma história por contar”, as quais de resto fizeram enorme sucesso.

Houve, contudo, o cuidado de assegurar a discussão de comunicações em cada um dos três subtemas, tendo, por exemplo, o professor Justino Pereira Magalhães apresentado um excelente trabalho sobre a formação da rede escolar no nosso concelho no último século, enquanto a dr.^a Alice Santos surpreendeu-nos com a descoberta de Teófilo Braga por terras de Famalicão. E, sublinhe-se, muitos houve que não deixaram de entregar os seus textos, que com muito prazer incluímos neste “BC”.

Hoje olhando para as “Actas” que aqui se publicam, fica-nos não tanto a sensação duma presença esmagadora dos textos da “Oposição Democrática”, mas antes a incomodidade da ausência de outros, encalhados na desculpa da falta de tempo, ou metidos na gaveta da inoportunidade ou da falta de coragem.

Seria da nossa parte leviandade indesculpável, pensar que umas “Jornadas” escrevem a história dum concelho, mesmo que seja a mais recente. Todos sabem que os nossos objectivos são outros, bem mais modestos e realistas. Apesar disso, ousamos pensar que através destas iniciativas, conjugadas com outras actividades afins, e no âmbito do projecto de “história local”, cujos contornos desenhamos antes (v. editorial deste *Boletim*) se pode ir abrindo caminho, lançando os alicerces, duma obra de gerações, sempre inacabada”.

Fundos de documentação e catálogos

“Era intenção nossa reunir num só volume as actas das 1.ªs e 2.ªs Jornadas de História Local, organizadas pela Câmara Municipal, respectivamente, em 1989 e 1992. A opção, assumida já em final de paginação, por uma edição separada em dois números do “Boletim Cultural”, de que este é o último, ressentido disso. Todavia, a extensão excessiva do texto, entretanto ampliado com o catálogo – concluído a tempo de aqui ser inserido – dos espólios da “Oposição Democrática de Vila Nova de Famalicão” doados à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, não nos deixava grande margem de manobra.

Deste modo, e depois do número duplo publicado em 1994, repete-se este ano a saída de dois “BC’s”, o que nos permitirá, a manter-se este ritmo, recuperar a periodicidade anual já no próximo ano.

Apenas mais duas notas.

A publicação de catálogos dos espólios em depósito, quer no **Fundo Local da Biblioteca Municipal**, quer no **Arquivo Histórico Municipal** é, na fase actual da actividade cultural do município uma das prioridades que vem merecendo a maior das nossas atenções. Neste “Boletim” divulga-se, como se disse, o **catálogo da “Oposição Democrática”**, após a organização, com parte deste material, de uma exposição de que à frente se dá o devido destaque. Fica assim disponibilizado um vasto e diversificado conjunto documental que, por certo, não deixará de influenciar e dinamizar o estudo da nossa história mais recente. Foi, aliás, este é o motivo que nos levou a publicar no “BC” anterior a **“Breve Notícia do Espólio Documental” de Vasco de Carvalho**, desde a sua doação em estado de hibernação, longe da curiosidade, e a suscitar mais veneração do que o interesse e estudo dos famalicenses. A sua catalogação, logo que finalizada, será certamente um instrumento útil no fomento da investigação histórica.

De resto, esta linha de acção já nos impulsionara a concluir o **catálogo da Biblioteca de Nuno Simões**, que terá, com o nosso pesar, de ser publicado em brochura autónoma dada a sua extensão. Curiosamente, estes dois casos – exemplos de generosidade – de fundos documentais e bibliográficos doados à Biblioteca Municipal, respectivamente, em 1961 e 1968, sempre estiveram, anos a fio, incompreensivelmente, encaixotados ou nas prateleiras, fora do alcance dos estudiosos, por falta de tratamento e organização!

Para breve – contamos fazê-lo no próximo **Boletim** – está também a divulgação do **Catálogo do Espólio de Alberto Sampaio**, que como é sabido, foi adquirido em 1994 pela Câmara Municipal. Mas, acentue-se outros acervos, que não necessariamente bibliográficos, foram ou estão em vias de ser incorporados no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, dando-se desta forma corpo ao projecto “Memórias de Vila Nova” que visa preservar as fontes e memórias históricas do nosso concelho, e simultaneamente, facultar à população os instrumentos-base para o conhecimento das suas raízes e da sua própria identidade.

A segunda e última anotação permitem-nos voltar às Jornadas de História Local.

Nas conclusões da 2.^a edição apontava-se para uma linha de acção que desenvolvesse os estudos da história local, sugerindo-se, entre outras iniciativas, as Comemorações em 1994 do centenário do Nascimento de Nuno Simões, uma Mostra Nacional do espólio de Bernardino Machado, e a constituição de fundos documentais especiais sobre a “Oposição Democrática” e “Guerra Colonial”. De todas estas propostas, apenas nos falta concretizar o fundo documental sobre a guerra colonial, e a depender mais da vontade e do interesse do dr. José Manuel Lages, a quem cabe o mérito desta pesquisa. Com o espólio de Bernardino Machado – oferecido formalmente pelos seus Familiares ao município em 25 de Abril de 1995 –, após o êxito da “Mostra Nacional” deste ano, vamos criar um Museu consagrado à sua figura, nele englobando um Arquivo e um Centro de Estudos, que nos permitirão, recriar, em torno da sua rica e plurifacetada personalidade, a história dos últimos 150 anos. A homenagem em 1994 a Nuno Simões, que a presença do dr. Mário Soares deu dignidade nacional, fechou o ciclo de estudos dos vultos republicanos em 1988 com o 60.^o aniversário da morte do Senador Sousa Fernandes, e com a evocação de Daniel Rodrigues em 1989.

Neste contexto merece ainda registo a homenagem que a Câmara Municipal promoveu em 1995 ao Conde de Arnoso, há muito aguardada e inexplicavelmente retardada, em tudo semelhante à de 1988 a Alberto Sampaio, que nos permitiram recuperar para a galeria das figuras ilustres famalicenses duas personalidades ímpares da intelectualidade portuguesa.

Mas deles e de outras iniciativas nesta área falaremos nos próximos números”.

A Galiza aqui tão perto

“Neste número do Boletim Cultural publica-se um trabalho do dr. Manuel Simões, recentemente falecido. Trata-se de um texto inédito que o ex-Director da Casa de Camilo, sempre generoso, apresentou no colóquio sobre “Cultura Popular Minhoto-Galaico”, organizado pela Câmara Municipal em 1993, no âmbito dum Encontro de Associações Locais do concelho de Vila Nova de Famalicão. É com muito orgulho, e com imensa comoção, que aqui divulgamos este artigo do saudoso amigo, e apaixonado camilianista, que nunca regateava disponibilidade para participar nos eventos para os quais era convidado. Este suculento e não “minguado” “aperitivo” como a sua modéstia o levou a apelidar transformou-se, para infelicidade de todos nós, numa singela homenagem póstuma à sua memória. Manuel Simões já não pode fazer a revisão das suas segundas provas como exigia sempre. Em todo o caso, ainda anotou e corrigiu o seu trabalho já depois de composto para as primeiras provas tipográficas. É este registo que aqui sentidamente divulgamos.

Mas o referido colóquio, que abre e preenche a primeira parte deste BC dá-nos ainda a conhecer, ou permite-nos redescobrir, pela mão de António Cabral, o etnógrafo famalicense Abílio Magalhães Brandão, que o escritor transmontano, também ele um consagrado etnógrafo, homenageia reconhecendo em Abílio Magalhães Brandão os “benefícios prestados à nossa cultura por todos os etnólogos que, como ele, sem alardes, ajudas oficiais ou a cobertura de meios académicos vão, paciente e generosamente, configurado a nossa memória colectiva”.

Um trabalho curioso e extremamente interessante, ainda emergente do citado colóquio, é-nos oferecido pelo escritor galego Domingos Blanco. Este investigador compara, num exercício minucioso, os Cancioneiros do Norte de Portugal – incluindo o de S. Simão de Novais – e o galego, concluindo entre outras coisas que “unhas setenta cantigas são basicamente iguais num outro cancionero”.

Sem dúvidas que é agradável ouvir Domingo Blanco afirmar: “A comunicacion – literária, humana – segue, pois firme entre Galicia e Portugal”. Referência ainda para os trabalhos de Amadeu Gonçalves, Carlos Sousa e Albino Baptista, este sobre o poeta Júlio Brandão.

Numa linha já conhecida, com pretensões a criar tradição, insiste-se na ideia de juntar temas diversos e autores de diferentes áreas e com formações desiguais. É um risco assumido, que mostra, entre outras coisas, que é possível compatibilizar conhecimento empírico, com o rigor científico dos académicos. Sem dúvida, que a investigação histórica predomina, mas acolhe-se também neste volume a sociologia e o urbanismo para na terceira e última parte assumir-se um traço, esse já característico do BC: o registo da homenagem a uma figura ilustre famalicense, no caso, a do compositor Manuel Faria.

O curioso é verificar que mesmo no domínio da história foi afastada a tentação do exclusivo pelas épocas antigas. Pelo contrário, os trabalhos que se publicam vêm até ao nosso século, com incursões interessantes no século dezoito e Idade Média.

Não se nega a qualidade científica do estudo de Ivone da Paz Soares sobre a “Morte e Vida nos Usos e Costumes do séc. XVIII”, que incluímos com muita satisfação neste volume. Além do mais, e isso já justificava a sua divulgação, este trabalho revela-nos, estudando-o, o “Livro de Usos e Costumes de S. Mamede de Ribeirão”. Mas também nunca esteve em causa a importância e a utilidade de trabalhos de jovens estudantes universitários ou recém-licenciados, como os que aqui são publicados. Acentue-se desde já a novidade e frescura que transportam, deixando antever potencialidades futuras a seguir com atenção. Enquanto o grupo de jovens do curso de sociologia das organizações da Universidade do Minho estuda a “Geografia Urbana da Cidade de V. N. de Famalicão”, o jovem licenciado Eduardo M. Santos Carneiro investiga para nos oferecer um interessante painel das “Actividades Sócio-Culturais, Comerciais e Personalidades de Vila Nova de Famalicão no Início do Século XX”. Aqui está um projecto a merecer aprofundamento e continuidade.

Para vincar a diversidade de matérias que este número divulga anote-se ainda o trabalho de Augusto Castro Pereira sobre “A Primeira Grande Greve nos Têxteis dos Vales do Ave e Vizela – Julho de 1910”, e o estudo de Joaquim Lima “Sinais Anti-Positivistas no Jornal Famalicense – O Defensor da Cruz”.

Nesta tentativa, porventura ingloria, de despertar a atenção dos leitores, para o mérito dos textos que integram este *Boletim Cultural*, seria imperdoável não referir as recolhas de trabalhos, já antes saídas na imprensa periódica local, de Maria de Fátima Castro sobre a “Arquitectura Religiosa do séc. XVIII no Concelho de V. N. de Famalicão”, e os de António Máximo, agora reunidos sob o título “Histórias do Caminho-de-Ferro”. Uma chamada ainda para o artigo de Costa e Sá “Por Terras de Vermoim”, no qual, este colaborador já nosso conhecido, faz um ponto de situação das **colegiadas** e dos **mosteiros** havidos na idade média no actual concelho de V. N. de Famalicão. O autor dedica-se ainda “As Terras Famalicenses na Vida e Obra de Camilo Castelo Branco”, para fechar com “A Dança dos Marcos em Terras Famalicenses”.

Em nota final poder-se-ia deixar a pergunta: terá ainda o **Boletim Cultural da Câmara Municipal** direito ao nome que ostenta? Para estimular a discussão adiantar-se-á que, sendo boa parte dos seus textos e respectivos autores exteriores à autarquia, resultando muitos daqueles de estudo e reflexões que lhe são alheios, não se terá ele transformado, por esse facto, num centro, simultaneamente, aglutinador dos estudos e investigações sobre e da realidade concelhia extravasando a Câmara que o gerou e lhe dá suporte? Se assim for esse será um título que não desprezamos. Mas o mérito, esse é todo dos seus autores e colaboradores”.

Espólio de Alberto Sampaio no arquivo histórico

“Prossequimos a caminhada com mais este número, também ele plural e diversificado, como se tornou regra e, sobretudo, recheado de temas novos e cativantes. Neste contexto, torna-se difícil e, porventura delicado, salientar qualquer um dos trabalhos. Em todo o caso e sem pretender hierarquizar somos tentados a chamar a vossa atenção para o estudo do professor Doutor Amadeu Carvalho Homem sobre “O Primeiro

Conde de Arnoso no seu Tempo”. Estamos perante uma investigação de grande qualidade científica, com a particularidade de nos fazer reviver, a nós famalicenses, o retrato a corpo inteiro desta grande figura da nossa terra, como a apelidou, em 1961, Benjamim Salgado. Nessa altura, quando Guimarães Ihe erigiu uma estátua, Benjamim reagiu e propôs a realização de uma homenagem. Tal ocorreu em 1995, por ocasião do 140.º aniversário, tendo então o Prof. Amadeu Carvalho Homem proferido uma conferência, que agora publicamos. Fez-se justiça. Como diz Carvalho Homem, Bernardo Correia de Melo, Primeiro Conde de Arnoso “vencido da vida”, foi sobretudo um vencedor da morte.

De igual modo, não podemos deixar claro o estudo do Professor Franquelim Neiva Soares sobre “A Reforma Católica no Concelho de Vila Nova de Famalicão – visitas quincentistas de S. Tiago de Antas”. Como ele próprio afirma “As visitas de S. Tiago de Antas dão uma radiografia bastante exacta não só do pulsar da vida na paróquia como ainda na arquidiocese”. São 40 visitas, entre as quais duas de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, à Paróquia de Antas ocorridas ao longo do século XVI que agora nos são oferecidas pelo labor e entusiasmo do padre Franquelim, a quem ficamos extremamente agradecidos. A importância desta sua investigação para o conhecimento da vida da igreja, bem como para a nossa história local são incomensuráveis.

Poder-se-ia agora, dentro desta linha de motivação dos leitores para os temas inseridos neste *Boletim*, falar de Alberto Sampaio, um caso já recorrente entre nós, e que neste número se desenvolve e consolida. Além do acto formal da entrega do seu espólio ao município, divulga-se o inventário da sua Biblioteca, ao qual Emília Sampaio Nóvoa Ihe dedica, uma vez mais, a sua afectividade e atenção. Não deixa de ser curioso e extremamente gratificante pudermos associar no mesmo volume os dois vultos famalicenses da “Geração de 70”. Doravante Famalicão não pode mais ignorá-los ficando a partir de agora disponíveis para as gerações actuais e futuras os materiais e instrumentos que lhes permitem ter um conhecimento cada vez mais aprofundado das suas ricas personalidades.

Não se pode afirmar que os temas literários não fazem parte da agenda do *Boletim Cultural*. Em volumes anteriores já abrimos as páginas a esta área. Mas bastava para o provar a inserção neste número dos dois ensaios do jovem Professor Sérgio Paulo Guimarães Sousa com os quais venceu, perante um júri qualificado, o Prémio Júlio Brandão de 1997.

Neste âmbito pareceu-nos ser de incluir também o estudo do professor galego Xesús Alonso Montero “O Soneto Neo-Latino – estúdio dunha revista poética singular”, que o próprio teve a gentileza de apresentar, na companhia do seu amigo Santos Simões na nossa Biblioteca.

Trata-se de uma revista publicada em Vila Nova de Famalicão entre 1929 e 1933, dirigida pelos poetas famalicenses Júlio Brandão e Álvaro de Castelões, dedicada à promoção do soneto, e onde colaboraram poetas de todo o mundo latino. Nunca será de mais divulgar esta experiência singular do mundo literário português.

Os estudos do Professor Augusto Castro Pereira “Reacções Operárias nos Concelhos de Famalicão e Santo Tirso (1900-1926)”, e da Dr.ª Felisbela Oliveira “Escavações em Perrelos (Campanha de 1995 e 1996)”, merecem um destaque especial. No primeiro caso porque somos presenteados com uma investigação pioneira e inovadora, que se vai aprofundando e nos desvenda aspectos da vida operária e sindical no início deste século, no Vale do Ave, ao arripio da história oficial. São contributos, a seguir com interesse, que em muito ajudarão a implantar e a consolidar o Museu da Indústria Têxtil que estamos a construir.

A investigação que o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, dirigido pela Dr.ª Felisbela Oliveira, vem realizando, no já designado Campo Arqueológico de S. João de Perrelos em Delães, abre um novo ciclo nas investigações arqueológicas no nosso concelho, as quais, como ela diz, “irão certamente confirmar que Perrelos, apesar de actualmente ser apenas um lugar, teve durante os períodos tardo-romano e medieval uma ocupação Humana importante”.

Por último, gostaríamos de sublinhar o trabalho do investigador Amadeu Gonçalves sobre “A Imprensa de Vila Nova de Famalicão Existente na Biblioteca”. É um inventário/roteiro das publicações periódicas depositadas no Fundo Local da Biblioteca Camilo Castelo Branco que, fora o mérito intrínseco, tem a marca duma directriz da política cultural que se vem desenvolvendo: facultar a todos os bens culturais, organizando-os para que sejam de fácil acessibilidade.

Eis um caminho que procuraremos no futuro ampliar”.

O historiador de boamense

“Em 1991 tivemos oportunidade de, em nome da Câmara Municipal, escrever no prefácio de DISPERSOS de Alberto Sampaio que “Há muito a fazer para que Alberto Sampaio seja conhecido, compreendido e divulgado”.

Na altura pretendia-se sobretudo enfatizar o compromisso do município em prosseguir o caminho iniciado em 1988, por ocasião do 80.º aniversário da sua morte, que nos permitisse a todos nós redescobrir Alberto Sampaio como figura de famalicense, que o é, reparando ao mesmo tempo a grande injustiça para com a sua memória e a sua ímpar personalidade de historiador erudito. Assim foi.

Consagramos o Arquivo Histórico a sua figura, nele incorporando o seu espólio, entretanto adquirido aos seus herdeiros. Com ele organizamos uma exposição, tendo-o posteriormente posto à disposição do público, já devidamente classificado. Este era, sem dúvida, um dos objectivos mais importantes e decisivos na estratégia de difusão e de promoção da sua obra e personalidade. Que já tem resultados positivos a avaliar pelo número de consultas efectuadas e pelas investigações realizadas ou em preparação. Neste contexto, criou-se o Prémio de História Alberto Sampaio, associando as Câmaras de Famalicão de Guimarães, além da Sociedade Martins Sarmento, às quais, como é sabido, Alberto Sampaio está profundamente ligado. A primeira edição do Prémio saldou-se por uma grande participação e teve em Luís Miguel Oliveira um digno vencedor com o excelente estudo sobre “A Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval”.

Mas, havia outro grande objectivo que há muito perseguíamos: dar a conhecer a Biblioteca – o templo da intimidade e da sabedoria – que Alberto Sampaio reuniu, leu e anotou na Casa de Boamense, onde ainda se encontra. Uma vez mais a generosidade da família do historiador abriu-nos as portas, sendo hoje possível colocar à vossa disposição mais este importante instrumento de estudo e de conhecimento da sua obra e personalidade. São segredos que se desvendam, itinerários do saber e de erudição que se percorrem, confirmando-se ou descobrindo-se amizades e afectividades. Como entre outras, as que juntaram Alberto Sampaio a Camilo, a Bernardino Machado ou ao Conde de Arnoso.

Poder-se-á dizer que a partir de agora as bases estão preparadas e as sementes lançadas. É tempo de os frutos amadurecerem. Como regularmente, acontecerá a acreditar nas palavras sábias de Alberto Sampaio: “Sementes muito enterradas germinarão com vigor, se um acidente as trazer mais à superfície do terreno, de antemão preparado”.

Mário Soares e Jorge Sampaio em Famalicão para homenagear amigos e companheiros de lutas políticas

“Abrimos este “Boletim” com dois trabalhos do Prémio de História Vasco de Carvalho, o primeiro dos quais vencedor do concurso de 1998, que retoma e aprofunda um aspecto importante, até agora desconhecido, da história de Vila Nova de Famalicão, que a Professora Maria do Rosário da Costa Bastos, nos desvendou em

1996, no livro “Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média”. Não deixa de ser curioso e agradável sublinhar que o prémio Vasco de Carvalho já nos tinha oferecido, justamente no ano do seu lançamento em 1988, um excelente estudo, sobre a formação do nosso concelho, também ele inovador, do Professor José Viriato Capela. Do mesmo modo, o trabalho da Professora Filipa Alexandra Sousa Lopes, que hoje publicamos, debruça-se sobre este período importante do nosso percurso colectivo, sendo igualmente um fruto deste Prémio. Vamos caminhando, porventura, mais lentamente do que desejaríamos, descobrindo e divulgando fases marcantes do nosso passado. Um dia destes, talvez ainda este milénio, descobriremos que afinal o concelho de Vila Nova de Famalicão tem a sua história e em livro!

No “Capítulo II” reunimos os textos mais significativos produzidos por ocasião das homenagens promovidas pela Câmara Municipal nos últimos anos, a quatro personalidades famalicenses. Duas delas – as prestadas a Nuno Simões e aos antifascistas Armando Bacelar e Lino Lima – trouxeram a Famalicão os Presidentes da República, Dr.ºs Mário Soares e Jorge Sampaio, como, aliás, já antes acontecera com a homenagem a Artur Cupertino de Miranda e no centenário do nascimento de Camilo.

Deles temos a honra e o prazer de publicar, a saudação, no caso do dr. Mário Soares, que proferiu na cerimónia de homenagem ao seu amigo Nuno Simões, e no caso específico do dr. Jorge Sampaio, um texto sobre Lino Lima, que teve a amabilidade de (re)escrever para este dossier. Para eles vão os nossos agradecimentos, acrescidos de desculpas ao dr. Mário Soares por fazermos a publicação do seu discurso sem uma revisão prévia, enquanto que nos penitenciamos perante o dr. Jorge Sampaio por não conseguirmos obter o registo do seu improvisado, quando entregou a Grã-Cruz do Infante D. Henrique a Armando Bacelar e a Lino Lima na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Acrescente-se que o centenário de Nuno Simões foi um ponto de partida para a organização e estudo do seu riquíssimo espólio e da sua Biblioteca. Nunca foi mais actual e oportuno, como bem observa o dr. Mário Soares, reflectir sobre a Lusofonia e construir a comunidade dos povos de língua portuguesa. Ora a obra de Nuno Simões, pioneira que foi do luso-brasileirismo, e das questões coloniais, pode-nos ajudar a reflectir e a concretizar, aquela “magnífica ideia”. Da homenagem ao padre Benjamim Salgado divulgamos aqui apenas uma pequena parte do que foi realizado pela comissão organizadora deste evento. Ficará para mais tarde o respectivo balanço.

Ao lado destes trabalhos emergentes destas homenagens, no fundo todos eles inéditos, e cujo interesse e qualidade só por si justificam a sua divulgação, dizia, que nos pareceu oportuno publicar de imediato, e não como naquele caso, juntá-los num dossier temático, alguns textos das Actas do Seminário “Os “Brasileiros” de Emigração”, que recentemente organizamos, sendo certo que se prevê para breve a sua edição em volume.

De resto, foram também estas as razões que nos convenceram a inserir neste volume alguns trabalhos, nomeadamente, a “Evocação” de Bernardino Machado, feita pelo seu neto António de Barros Machado, apresentadas no colóquio que a Câmara Municipal organizou sobre aquela multifacetada personalidade, justamente subordinada ao “O Homem, o Cientista, o Político, e o Pedagogo” que confluíram em Bernardino Machado.

Estas duas iniciativas, como se sabe, completam-se e estão associadas à instalação do Museu Bernardino Machado. Ao divulgarmos aqui estes textos damos tão só o nosso contributo para a promoção desta estrutura museológica que em breve será inaugurada.

Por último, refira-se que este *Boletim* ficará, sem dúvida, marcado pela qualidade dos textos nele reunidos assim como pela distinção e notoriedade das personalidades que os subscrevem. Mas ficará igualmente assinalado pelas mudanças gráficas e estéticas nele introduzidas, sinal de que não estamos acomodados, bem pelo contrário, contamos melhorar e inovar ainda mais os números que certamente se seguirão.

Nesta linha, aliás, situa-se o novo capítulo “Nossos Escritores, Hoje”, onde falamos do poeta e contista Armando Coelho, e do qual divulgamos dois inéditos. Outros no futuro se lhe seguirão.

História de Famalicão, novos contributos

“Este número do “Boletim Cultural” ficará indelevelmente marcado pelo estudo, aprofundado e rigoroso, do Professor Jorge Fernandes Alves, sobre a Cooperativa Eléctrica do Vale D’Este, criada em 1930, e que é considerada “a mais antiga cooperativa de distribuição eléctrica em todo o mundo”.

Tendo resistido a todo o tipo de turbulências, incluindo a nacionalização do sector eléctrico, após o 25 de Abril, ajudou como acrescenta Jorge Alves, a criar condições para as alterações que permitiriam às Cooperativas (apenas mais três do “boom” inicial) apresentaram-se de legítimo direito no campo da distribuição eléctrica, honrando a tradição que fez delas pioneiras deste serviço em muitos locais de Portugal (tal como noutros países). Mas este trabalho de Jorge Alves tem ainda o mérito de enquadrar este caso da Cooperativa do Vale D’Este, sediada na freguesia do Louro, e que continua a distribuir a energia eléctrica às populações ribeirinhas (de Famalicão e Barcelos) do rio Este; no plano geral da electrificação do nosso país, e em particular na distribuição eléctrica local, à qual as cooperativas deram um contributo inestimável.

Este capítulo do “Boletim Cultural” divulga ainda outros trabalhos de âmbito histórico, aliás, de dois colaboradores já nossos conhecidos: o publicista António Máximo e o dr. A. Martins Vieira.

A história de Famalicão, como sabemos, nunca será obra de um só homem. Mas, seguramente, poderá ser fruto do labor, do entusiasmo e da inteligência de muitos. De todos aqueles que estejam abertos ao estudo, à pesquisa e recolha, muitas vezes laboriosa, das fontes e dos factos, sem os quais não haverá memória colectiva que subsista. Um exemplo magnífico disso mesmo são os casos dos trabalhos destes dois estudiosos. António Máximo, com a sua persistência e meticulosidade oferece-nos hoje alguns aspectos interessantes e relevantes para a história de Vila Nova de Famalicão, como são os casos da biografia do Cardeal Cerejeira, da criação da Misericórdia de Famalicão e do Hospital de S. João de Deus. Por seu turno, A. Martins Vieira regressa aos seus temas preferidos, ou seja, à área do património cultural, e em especial, à da arte sacra, debruçando-se sobre as Paróquias de Antas e Abade de Vermoim. Um ponto merece destaque, Martins Vieira, não se limita a descrever e a divulgar o património cultural e artístico, nomeadamente das igrejas daquelas duas paróquias. Faz aquilo que há muito se impunha, e que a ciência histórica exigia. Em vez de reproduzir, de forma mecanicista e acrítica, o que vem sendo amiudadamente publicado, problematiza e faz a crítica das fontes históricas para questionar afinal se é legítimo defender ou não, como muito boa gente bem entendendo, se houve ou não um *Mosteiro* na Paróquia de Antas.

Diz ele “Há alguns testemunhos escritos que referem a existência, em São Tiago de um Mosteiro de Templários, outro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, de Mosteiro da Igreja de Santiago Dantas e ainda de Mosteiro sem qualquer designação. Porém, as afirmações carecem de ser fundamentadas e, até são uma sucessão de pastichos. Não há, pois, explicação documentada para as opiniões dos seus autores”. Para, mais à frente, perguntar: “Se não houve Mosteiro, no sentido verdadeiro do termo, porque lhe atribuíram tal denominação? A explicação deve encontrar-se na existência de uma colegiada”, conclui. A polémica está lançada, mas de forma séria e, sobretudo, bem documentada, a ponto de nos permitir, com razoável segurança, sustentar a opinião daquele historiador.

Como vem sendo regra o “BC” não restringe a sua atenção e os seus interesses aos temas de natureza histórica. Pelo contrário, procura sempre a pluralidade de pontos de vista e a diversidade de assuntos. Dentro dessa linha inserimos neste volume um capítulo consagrado à cidade, abordando-a de vários ângulos. O destaque vai naturalmente para o estudo da especialista Teresa Barata Salgueiro: “Ser Cidade: novos desafios e oportunidades”, um texto que é fruto duma conferência proferida por esta professora universitária, anos atrás, numa das cerimónias comemorativas do “Dia da Cidade”. Que mantém como todos nos damos conta, plena actualidade.

Ainda dentro da mesma perspectiva plurifacetada de temas, prosseguimos com o capítulo “Os Nossos Escritores, Hoje”, dedicado desta vez ao jovem poeta famalicense, Luís Serguilha. Com dois títulos já editados, que a crítica acolheu com entusiasmo, Serguilha, promete voltar em breve. O “BC” divulga-lhe, enquanto tal não ocorre, três poemas inéditos, acompanhados duma pequena biografia, e, tendo em vista uma melhor compreensão da sua obra, de alguns textos analíticos da sua escrita, entretanto aparecidos na imprensa.

Por último, aproveitamos a oportunidade, para publicar alguns textos sobre Bernardino Machado, nomeadamente um do Prof. Jorge Manuel Bastos da Silva sobre a participação daquela figura política na Assembleia Constituinte de 1911, divulgando ainda os discursos apresentados por altura da celebração das escrituras de doação (comodato) do espólio de Bernardino Machado que nos desvende um pouco os aspectos relacionados com aquele espólio que hoje está à guarda do Museu consagrado ao seu bisavô”.

Animarte Famalicão

“É para nós claro que não cabe ao município apenas realizar espectáculos, sejam ou não de folclore, nem tão só organizar exposições de pintura ou outras. O que se visa nesta área da animação sócio-cultural, de forma planeada e sistemática, é promover e apoiar um conjunto de iniciativas e de actividades variadas e plurais, que proporcionem e facilitem o convívio e o entretenimento da população, facultando-lhe o acesso a bens culturais, doutra maneira inacessíveis e impossíveis de concretizar e usufruir. Mas, o que sobretudo nos move neste domínio, é a implantação de condições que levem os municípios e, em particular, os jovens à participação cívica e à criação artística e intelectual.

Nem sempre terá sido assim. Ao longo dos últimos dez, quinze anos, é desde logo, visível uma linha crescente no número, na diversidade e na qualidade das iniciativas, umas promovidas, outras apoiadas, pela Câmara Municipal. Sem rupturas, alargam-se os domínios tradicionais da animação sócio-cultural, à luz dum inovador entendimento das funções do poder local, que se assume, cada vez mais, como agente activo de desenvolvimento, e de factor de democratização cultural. Exploram-se não apenas áreas novas de intervenção, mas cativam-se também outros públicos, nomeadamente, juvenis, alargando-se as iniciativas a espaços diversificados e não tradicionais.

Simultaneamente procura-se a convergência de duas linhas de acção que aparentemente se contradizem: dar força às expressões artísticas e culturais locais, e trazer a Famalicão novas modalidades de intervenção. E, com tudo isto, como não poderia deixar de ser, afectar para este sector recursos humanos especializados e meios organizacionais e financeiros.

A exposição ANIMARTE FAMALICÃO é a este propósito eloquente, não tanto pela quantidade de iniciativas que exhibe, levadas a cabo pela autarquia – trata-se apenas de uma pequena mostra – na última dezena e meia de anos, mas principalmente pela diversidade de gostos e correntes estéticas, assim como pela pluralidade de expressões artísticas que revela, e pelos públicos e camadas de população que envolve e dinamiza, mas ainda pelos locais utilizados, em boa parte os não tradicionais.

Um outro aspecto também posto em evidência nesta exposição – sem dúvida, a reflectir uma linha de acção preponderante nesta área de actividade – é a presença e participação dominante das escolas e das associações locais, com cujo apoio e colaboração são organizadas a maioria das iniciativas.

Por último, acentue-se que, além dum balanço global das actividades sócio-culturais desenvolvidas e apoiadas pela Câmara Municipal, pretende-se com esta iniciativa lançar um debate e fazer uma reflexão desta área de actividade municipal, cuja amplitude e importância nem sempre têm sido por todos reconhecida. A este nível a conferência programada para o dia da abertura desta exposição pelo Prof. Teixeira Lopes “Animação da Cidade”, poderá desde já ser um elemento dinamizador dum debate necessário que só agora começa”.

BC a revista dos munícipes

“Numa primeira análise poderá haver a tentação de identificar o plano editorial do **Boletim Cultural** com a política cultural municipal, retirando-lhe qualquer autonomia face a esta. A já longa e diversificada lista de colaboradores, e dos seus numerosos trabalhos publicados, que conosco vêm, ao longo dos anos, participando, de forma generosa e independente, sublinhe-se, só por si frustrará essa tentativa de colar esse rótulo ao “BC”. É essa pelo menos a orientação e a linha de acção que temos procurado desde sempre imprimir. Por isso podemos afirmar que nunca alguém foi excluído, nem vislumbramos quem possa lamentar-se de não ter visto o seu trabalho divulgado nestas páginas.

Em todo o caso, e tudo visto, sobretudo quando observados os temas e as áreas de estudo e investigação editadas ter-se-á que amenizar aquele juízo e aceitar que as grandes linhas da política cultural seguidas nos últimos anos entre nós estão aí reflectidas e, em boa medida, traduzidas nos seus vários números. Isso é bem visível, nomeadamente, no campo da investigação e da divulgação histórica e nas preocupações em torno da defesa e preservação do património cultural. Em suma: dir-se-á que o “BC”, não deixando de ser um veículo de divulgação das políticas culturais, tem servido também de alavanca na promoção da investigação e de incentivo de estudos autónomos e independentes.

O presente volume não foge à regra. Augusto Castro Pereira, prossegue e alarga os seus estudos sobre a industrialização no Vale do Ave, e, em particular, da têxtil, no concelho de Vila Nova de Famalicão, oferecendo-nos um interessante painel poliédrico da vida sócio-económica, cultural e social dos operários do último século, onde – é Augusto Castro a dizê-lo – a região do Ave registava já bastantes unidades de produção de formato moderno, instaladas ao longo dos rios, sobretudo o Ave onde a mão-de-obra feminina era maioritária e o trabalho infantil atingia números alarmantes.

É este um quadro humano nosso conhecido, afinal já de longa data, com raízes e hábitos muito fortes, tecido com muita exploração, mas onde o sofrimento se entrelaça com a esperança.

Por seu turno A. Martins Vieira é outro exemplo de persistência, no caso, na área do património histórico-cultural, oferecendo-nos as suas investigações sobre a Paróquia de Santo Adrião de V.N. de Famalicão e da Igreja românica de Arnoso Sta Eulália, adoptando, como sempre, um método rigoroso e uma postura ética profissional, ao confrontar-nos com os documentos, para só depois emitir a sua opinião, tendo o cuidado de não se aventurar em domínios onde os factos não o avalizam.

Esta área do património cultural é, como se sabe, uma daquelas que mais atenção nos tem merecido. Daí que nos seja particularmente grato divulgar um estudo, de Emília Nóvoa e Alexandre Martins sobre um achado, mais concretamente, “um vaso de barro com 1209 moedas romanas de liga e cobre”, na bouça dos Chãos, Vila Meã, na freguesia de Cabeçudos em 1938, o qual, tendo sido ao tempo objecto de um cuidadoso exame por parte de António Sottomayor, manteve-se inédito nos arquivos familiares dos Sampaio da Nóvoa até aos nossos dias. Ora é esse trabalho que aqui publicamos, acompanhado dum estudo interpretativo mais vasto sobre a presença romana no nosso concelho e, em particular, do traçado da via romana entre Peça Má e Cabeçudos e dos marcos miliários encontrados nesta freguesia.

É ainda pela mão e labor destes dois investigadores que nos reencontramos com uma das personalidades mais misteriosas da história famalicense. Irmão de Alberto Sampaio, amigo e companheiro de Antero de Quental e da Geração de 70, com quem ombreou os combates académicos e políticos da Coimbra e de Portugal de então, José Cunha Sampaio – é dele que falamos – nasceu (1841-1899) em Boamense na freguesia de Cabeçudos. Em todo o caso, a sua figura esfumou-se nos anais da nossa memória colectiva. Embora Emília Nóvoa e Alexandre Martins tentem compreender as razões deste apagamento, nada justifica que o ignoremos ou esqueçamos. É como eles dizem: “José da Cunha Sampaio é uma daquelas figuras cuja

excepcional estatura moral e intelectual dificilmente obtém o registo público que outras figuras de relevo...”, acrescentando: “Homem de acção, em tudo o que fez assume uma postura que roça o apostolado, indiferente a quaisquer ambições pessoais, age sempre em função de um sentimento ético ...”.

Dentro desta linha de trabalho, de descoberta, de estudo e de divulgação, das personalidades famalicenses mais marcantes, dos vários períodos históricos e das mais diversificadas áreas, o “BC” divulga neste número um trabalho de Amadeu Gonçalves sobre Vasco César de Carvalho. No seu jeito, generoso e esforçado, Amadeu Gonçalves relembra e homenageia o publicista e historiador Vasco de Carvalho, chamando a atenção para a lacuna ainda existente no estudo e divulgação da sua obra, nomeadamente, a de natureza histórica. Sem dúvida, oportuno este alerta, em face dos estudos que realizou e da documentação que reuniu sobre a memória histórica de Vila Nova de Famalicão, a qual, como se sabe encontra-se depositada no “Fundo Local Vasco de Carvalho” da Biblioteca Camilo Castelo Branco e acessível a todos os estudiosos. É um facto que escasseiam os trabalhos sobre os seus estudos históricos, embora, porventura, a maior justiça que lhe devamos é a reedição das suas obras, há muito esgotadas.

Uma personalidade que tem suscitado a atenção, não apenas dos famalicenses, mas dos meios científicos e universitários é Bernardino Machado. Alguns materiais que fomos reunindo sobre a sua figura, assim como sobre o republicanismo português impulsionaram-nos a dedicar-lhe um capítulo neste número. Um bom pretexto também para nos associarmos ao aniversário dos seus 150 anos de nascimento, que, como é sabido, foram comemorados este ano pelo Museu Bernardino Machado, aproveitando a ocasião para divulgamos alguns aspectos do programa realizado.

Neste dossier temático tem todo o cabimento inserir algumas investigações sobre as ideias republicanas, quer sobre as actividades de resistência de Bernardino Machado à ditadura de Salazar, ou ainda sobre o jornal “O Porvir”, o semanário republicano, criado em 1895, em V.N. de Famalicão.

Sobre o primeiro ponto o já nosso conhecido colaborador Jorge Manuel Bastos da Silva oferece-nos um apontamento sobre a controvérsia entre dois amigos – Bernardino Machado e Jaime Batalha Reis – quanto à avaliação que cada um fazia (no início dos anos 30) do regime salazarista emergente. São dois pontos de vista diferentes (opostos) de duas figuras distintas, que se confrontam na análise e avaliação da política financeira, nas realizações materiais visíveis e no conceito de ordem do regime salazarista – Jaime Batalha Reis, na sua já propecta idade retirado (e desiludido) da política activa (...) e Bernardino Machado, homiziado em terra estranha, atacado por explícita nostalgia, mas indefectivelmente esperançado num retorno à democracia parlamentar derrubada em 1926...

Quanto ao republicanismo editamos um artigo de Paulo Renato Bernardes Ferreira sobre o jornal “O Porvir”, “que é o órgão de propaganda da Comissão Municipal de V. N. de Famalicão” e ao qual está associada a personalidade do Senador Sousa Fernandes, que assumiu a Presidência da Câmara logo após o derrube da monarquia. O trabalho centra-se na análise, como explica o próprio autor, das ideias que o jornal defende e aquelas que tenta destruir.

Na rubrica já habitual, “Os Nossos Escritores, Hoje” falamos desta vez de Jorge Reis Sá, um jovem poeta, (e não só), divulgando-lhe alguns dos seus poemas. Desta forma vamos desenhando a galeria dos criadores que desabrocharam neste cruzamento de milénios.

Por último, e na também já regular secção de “Documentação” inserimos alguns das mais significativos protocolos que a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão celebrou, no âmbito do pelouro da cultura, com várias instituições regionais e nacionais, designadamente, com a Universidade do Minho e a Associação Portuguesa de Escritores, sem esquecer a Sociedade Martins Sarmiento e a Escola de Arqueologia do Freixo.

São documentos perdidos nas malhas da burocracia que aqui reunimos pelos quais, se bem analisados, passa uma boa dose da actividade cultural do município, com a particularidade de nos evidenciar um

elemento essencial dessa mesma política: a necessidade duma cooperação institucional, intermunicipal e inter-profissional, para sustentar e aprofundar uma política cultural, ultrapassando em muito as barreiras territoriais concelhias”.

Havia todas as razões para que os 150 anos do nascimento de Bernardino Machado, que ocorrem este ano, não fossem ignorados. Sobretudo pelos famalicenses.

Para quem, como é o caso deste vulto/estadista republicano, foi ao longo de décadas, ostracizado, perseguido e vilipendiado, mesmo após a sua morte em 1944, serão sempre escassos os esforços, não apenas para reparar a injustiça ou a ingratidão, a que tem direito, mas para reavaliarmos a imagem que temos da sua personalidade, recuperamos o seu pensamento, ainda hoje vivo e actual, bem como para conhecermos a sua actividade cívico/política e o seu magistério académico, absolutamente exemplares.

Além do mais, a linha estratégica definida pela Comissão Instaladora do Museu que a Câmara Municipal consagrou à sua figura, faz desta estrutura museológica um Centro de Estudos e de Documentação centrada na divulgação e na investigação históricas, tendo no seu patrono uma âncora e alavanca para alcançar aqueles objectivos. Os “Encontros do Outono”, cuja 4.ª Edição está programada para este ano, assim como os “Cadernos Museu Bernardino Machado”, dos quais acaba de ser lançada no mercado o 4.º volume, são provas cabais dessa estratégia, onde o debate e a investigação se encontram e entrelaçam. Dito doutro modo, o Museu Bernardino Machado, aliás sintonizado com as correntes museológicas modernas, não se resume, à exposição permanente, que está em preparação.

Pelo contrário, vai viver – já vive, dir-se-á melhor – das actividades de extensão educativa e pedagógicas, do incentivo e da dinamização ao estudo da história local, além, obviamente, da organização e catalogação informática, do rico e vasto espólio à guarda do Arquivo/Museu, outra importante componente. Ora este aniversário, encaixa-se perfeitamente neste plano de acção a vários anos concebido, e cuja execução vem sendo paulatinamente e persistentemente aplicado.

O programa elaborado para o efeito, de que esta “Fotobiografia” de Bernardino Machado, é uma das partes mais interessantes, até porque desvenda aspectos pessoais e familiares inéditos, não escapa, justamente, à fase de instalação em que se encontra o Museu. Aproveita-se mesmo deste acontecimento para divulgar e relançar as suas actividades actuais e futuras.

Acresce – e abra-se parêntesis para esclarecer que não nos preocupa aqui carrear razões justificativas para estas comemorações, na medida em que elas próprias se impõem por si, face à personalidade do Homenageado –, que o Centenário do Nascimento de Bernardino Machado, em 1951, foi ignorado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Teve que ser uma Comissão Promotora de 18 democratas famalicenses, à frente dos quais estavam Daniel Rodrigues, ex-Ministro das Finanças na 1ª República, e os anti-fascistas Lino Lima e Armando Bacelar, a organizá-las, o que fazem, no antigo Cinema Olímpia, com uma sessão pública, onde o conferencista António Ramos de Almeida depois de lembrar: “Quem for Português – cidadão e patriota – não pode em verdade e realidade deixar passar em branco a data que hoje comemoramos, até porque Bernardino Machado, durante os 39 anos da sua vida, tornou-se um Símbolo Vivo e Humano da Cidadania e de patriotismo, que transcendeu a sua própria morte”, para concluir, enfatizado: “Aqui reunidos, para comemorar o Centenário de Bernardino Machado, nesta progressiva vila minhota que ele sempre considerou como sua terra natal, nós estamos, portanto, a fazer História de Portugal, a escrever a verdadeira e autêntica história do Povo e da Pátria, que transcende as limitações, os subterfúgios, as manigâncias dos compêndios encomendados, para ser uma lição viva de civismo”. O recado, mesmo na linguagem codificada da época, estava dado.

Pretendia aquela Comissão ir mais além na homenagem ao “nosso conterrâneo pelo sangue e pelo coração”, como impressivamente o carismaram, tendo para o efeito sugerido à Câmara de então, presidida por Álvaro Marques, a atribuição do seu nome “um a rua, praça ou idónio logradouro público de Famalicão”.

Ambicionavam aqueles amigos e companheiros de Bernardino Machado “fazer erigir em local urbano um monumento simples, coluna ou bronze com um medalhão ou busto do Dr. Bernardino Machado”.

Ora tudo isto felizmente aconteceu. Mas, como se calcula, com outros autarcas, necessariamente de espírito tolerante e de mentalidade democrática. Isto é, teve que se aguardar que a liberdade e o poder local democrático triunfassem em Portugal.

A Homenagem que hoje lhe prestamos, assim como o Museu que ostenta o seu nome entroncam todos no mesmo desígnio, iniciado em 1983, ou seja, pôr termo aos tempos de ignomínia, de privação da liberdade, de segregação e de perseguição de pessoas, apenas porque ousam pensar diferente.

Esta sem dúvida a mais profunda e sentida homenagem que podemos prestar a quem, como Bernardino Machado, pautou sempre, seja na vida privada ou ao serviço do bem comum, quaisquer que fossem as funções e cargos exercidos, a sua consciência e acção pelos princípios da verdade, da coerência e da liberdade.

Índices *Boletim Cultural* (II série)

por Amadeu Gonçalves*

I – AUTORES

ALARCÃO, Adília M.

– “Casa-Museu de Camilo Castelo Branco: uma reflexão”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 107-108.

ALMEIDA, Manuel

– “Infraestruturas: um plano director”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 91-97.

ALONSO MONTERO, Xesús

– “O Soneto Neo-Latino”. n.º 15 (1998), pp. 87-121.

ALVES, Jorge Fernandes

– “Os “Brasileiros” da Emigração no Norte de Portugal”. n.º 16 (1999), pp. 149-158.

– “Os “Brasileiros” da Emigração: razões locais para um debate”. n.º 16 (1999), pp. 111-113.

– “Cooperativismo e Electrificação Rural: a Cooperativa Eléctrica do Vale D’Este”. n.º 17 (2000), pp. 11-81.

AMARAL, João

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Homenagem a um Cidadão de Carácter”. n.º 16 (1999), pp. 102-103.

AMARO, António Rafael

– “O Ideário Político de Alberto Sampaio”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 121-127.

ARAÚJO, Martins de

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992”. Resumo. A Veiga do Este, de Nine a Cavalões: aspectos geomorfológicos”. n.º 13 (1994-1995), pp. 197-199.

ASSIS, Júlia; MENDES, Alfredo

– “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumo. Evolução Demográfica da Freguesia de Joane”. n.º 12 (1994-1995), p. 83.

BACELAR, Armando

– “Conferências. Homenagem a Daniel Rodrigues. Perfil de Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), pp. 123-126.

– “Documentos. Carta, Lisboa, 1993 Maio 25, [a] Exmo Senhor Dr. Artur Sá da Costa”. n.º 10-11 (1990-1991), p. 171.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Memória de Tempos Idos. n.º 13 (1994-1995), pp. 147-164.

BAPTISTA, Albino

– “Júlio Brandão “À Cata do El Dorado”: uma análise circunstanciada e/ou um percurso”. n.º 14 (1996), pp. 35-41.

BASTOS, Maria do Rosário da Costa

– “Sixto da Cunha e a Comenda do Mosteiro de Santa Maria de Oliveira”. n.º 16 (1999), pp. 11-19.

BORGES, Liduíno

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Da Necessidade do Planeamento”. n.º 8 (1988), pp 83-85.

.....
* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

BRANDÃO, Júlio

– “Correspondência para o Senador Sousa Fernandes”. Org. António Joaquim Pinto da Silva. n.º 8 (1988), pp. 177-182.

BRYTON, M. Armanda

– “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. O papel dos Museus Locais como Instrumentos de Desenvolvimento”. n.º 12 (1994.1995), pp. 69-71.

CABRAL, António

– “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Abílio Brandão e as Tradições”. n.º 14 (1996), pp. 11-14.

CÂMARA MUNICIPAL. Arquivo Municipal Alberto Sampaio

– “A Biblioteca de Alberto Sampaio. Inventário”. Catalogação Amadeu Gonçalves. n.º 15 (1998), pp. 195-210.

– “Evocação de Daniel Rodrigues. Protocolo entre a Câmara Municipal e a Família de Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), p. 137.

– “Prémio de História Alberto Sampaio. Regulamento. Os Premiados e as Obras Distinguidas”. n.º 18 (2001), pp. 217-219.

CÂMARA MUNICIPAL. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

– “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Discurso do Presidente da Câmara Municipal na Sessão de Encerramento [Agostinho Fernandes]”. n.º 9 (1989), pp. 111-112.

– “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Introdução”. n.º 9 (1989), pp. 81-85.

– “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Minuta de Contrato-Programa para a Construção da Nova Biblioteca Municipal”. n.º 9 (1989), pp. 113-115.

CÂMARA MUNICIPAL. Casa-Museu Camilo Castelo Branco. Associação Portuguesa de Escritores

– “Grande Prémio do Conto “Camilo Castelo Branco” APE/C. M. de Vila Nova de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 203-204.

– “Grande Prémio do Conto “Camilo Castelo Branco”: os autores e os livros premiados”. n.º 18 (2001), pp. 208-210.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura

– “A Biblioteca de Alberto Sampaio. Inventário”. N.º 15 (1998), pp. 195-210.

– “[Discurso Presidente da Câmara Municipal Agostinho Fernandes]. Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima: uma justa homenagem”. n.º 16 (1999), p. 90.

– “Documentos. Catálogo das Publicações Municipais”. n.º 9 (1989), pp. 141-146.

– “documentos. Plano de Actividades de 1988 do departamento de Cultura, Educação e Acção social. N.º 8 (1988), pp. 199-200.

– “Homenagem ao P. Benjamim Salgado”. N.º 16 (1999), p. 86.

– “Exposição AnimArte Famalicão”. n.º 17 (2000), pp. 165-173.

– “Fita do Tempo. Noticiário Sócio-Cultural”. N.º 18 (1988), pp. 185-195.

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Descerramento do Busto de Nuno Simões”. n.º 16 (1999), p. 78.

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Nuno Simões: a lusitanidade de um famalicense [Discurso Presidente da Câmara Municipal Agostinho Fernandes]”. n.º 16 (1999), pp. 65-66.

– “Protocolo entre a Câmara Municipal e a Família de Daniel Rodrigues.” N.º 9 (1989), P. 137.

– “I^{as} Jornadas de História Local. 8 de Junho de 1989. Casa da Cultura. Evolução da Cidade”. n.º 12 (1994-1995), pp. 13-16.

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal na Sessão de Enceramento [Agostinho Fernandes]”. n.º 12 (1994-1995), pp. 17-19.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Recortes de Imprensa”. n.º 12 (1994-1995), pp. 83-85.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão: Memórias de Um Século 1892-1992. Discurso do Senhor Presidente da Câmara Municipal [Agostinho Fernandes]”. n.º 12 (1994-1995), pp. 95-99.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Desdobráveis-Participantes. Mesa-Redonda sobre a “Oposição Democrática” em Vila Nova de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 203-204.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Documentos da Oposição Democrática: Estado Novo em V. N. de Famalicão. Doações à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Catálogo dos Espólios de Joaquim Loureiro, Macedo Varela, Margarida Malvar, Artur Sá da Costa”. Coord. Geral Manuela Barreto Nunes; Catalogação Amadeu Gonçalves. n.º 13 (1994-1995), pp. 231-261.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Vila Nova de Famalicão – Memória de um Século 1892-1992. Exposições. Guerra Colonial: uma história por contar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 213-224.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Exposições. A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão 1945/73: uma perspectiva”. n.º 13 (1994-1995), pp. 207-212.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Revista de Imprensa”. n.º 13 (1994-1995), pp. 225-229.
- “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria. Programa de Comemorações”. n.º 14 (1996, p. 201).

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Sociedade Martins Sarmento

- “Protocolo de Cooperação entre a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 215-216.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Universidade do Minho

- “Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão e a Universidade do Minho para um Projecto de Reconstituição de Paróquias e História de População de V. N. de Famalicão. Um Projecto”. n.º 18 (2001), pp. 220-223.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento Municipal de Urbanismo e Habitação

- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Saudação de Abertura do Presidente da Câmara Municipal [Agostinho Fernandes]”. n.º 8 (1988), p. 82.
- III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Discurso na Sessão de Encerramento. Discurso do Senhor Presidente da Câmara Municipal [Agostinho Fernandes]”. n.º 8 (1988), pp. 112-114.
- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. O Presente e o Futuro no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. n.º 8 (1988), pp. 119-120.

CÂMARA MUNICIPAL. Gabinete Municipal de Arqueologia. Escola Profissional de Arqueologia

- “Protocolo de Cooperação entre a Escola Profissional de Arqueologia, Freixo, Marco de Canavezes e a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 211-214.

CÂMARA MUNICIPAL. Museu Municipal Bernardino Machado

- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Discurso [Agostinho Fernandes]”. n.º 18 (2001), pp. 147-149.

- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Programa”. n.º 18 (2001), p. 145.
- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Exposição”. n.º 18 (2001), p. 146.
- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Novas Doações ao Museu Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 158-159.
- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Prémio Nacional de Ensaio Bernardino Machado “Cidadania e Democracia”. n.º 18 (2001), pp. 160-161.
- “Colóquio: Bernardino Machado – O Homem, O Cientista, O Político e o Pedagogo. Discurso [Agostinho Fernandes]”. n.º 16 (1999), pp. 161-162.
- “Discurso Proferido na Cerimónia da Escritura da Doação do Espólio. Bernardino Machado: português e famalicense [Agostinho Fernandes]”. n.º 17 (2000), pp. 203-204.
- “Espólio de Bernardino Machado: contrato de comodato”. n.º 17 (2000), pp. 207-208.
- CAPELA, José Viriato
 - “Vila Nova de Famalicão: a fundação de um município liberal”. n.º 9 (1989), pp. 13-39.
- CARNEIRO, Eduardo Manuel Santos
 - “Actividades Sócio-Culturais, Comerciais e Personalidades de Vila Nova de Famalicão no Início do Século XX”. n.º 14 (1996), pp. 111-138.
- CARVALHO, Eduardo; CARVALHO, Sebastião; FERNANDES, Sousa
 - “Os Mistérios da Terra Negra”. Org. António Joaquim Pinto da Silva. n.º 8 (1988), pp. 161-175.
- CARVALHO, Joaquim Mendes de
 - “Homenagem ao Padre Benjamim Salgado. O Padre Benjamim Salgado”. n.º 16 (1999), pp. 84-85.
- CASTRO, Aníbal Pinto de
 - “Homenagem ao Padre Benjamim Salgado. Ao Padre Benjamim Salgado, Camilo Agradecido”. n.º 16 (1999), pp. 81-83.
- CASTRO, Maria de Fátima
 - “Arquitectura Religiosa do Século XVIII no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. n.º 14 (1996), pp. 103-110.
- COELHO, Armando Soares
 - “Os Bárbaros”. n.º 17 (2000), pp. 177-178.
 - “Os Bárbaros. O Caminho”. n.º 16 (1999), pp. 171-174.
- CONSELHO DE REDACÇÃO
 - “Artes & Letras”. n.º 8 (1988), p. 123.
 - “Carta Desportiva do Concelho”. n.º 8 (1988), pp. 201-205.
 - “Editorial”. N. 8 (1988), p. 11.
 - “Planeamento Urbanístico: Separata Pensar o Futuro a Partir do Presente”. n.º 8 (1988), p. 81.
 - “Plano de Actividades de 1988 do Departamento de Cultura, Educação e Acção Social”. n.º 8 (1988), pp. 199-200.
 - “IV Encontro de Associações Locais”. n.º 8 (1988), pp. 207-208.
 - “Sousa Fernandes: Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador. As Razões de uma Homenagem”. n.º 8 (1988), p. 153.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes
 - “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: propostas para um trabalho”. n.º 18 (2001), pp. 191-202.
- CORREIA, Artur
 - “II^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Externato Delfim Correia: historial”. n.º 13 (1994-1995), pp. 175-177.

COSTA, Artur Sá da

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima: uma vida pela liberdade”. n.º 16 (1999), pp. 104-106.
- Os “Brasileiros” no Museu Bernardino Machado”. n.º 16 (1999), pp. 114-116.
- “Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Apresentação”. n.º 18 (2001), pp. 137-138.
- “Editorial”. N. 9 (1989), p. 9.
- “Editorial”. N. 10/11 (1990/1991), pp. 9-11.
- “Editorial”. N. 12 (1994/1995), pp. 7-8.
- “Editorial”. N. 13 (1994/1995), pp. VII-VIII.
- “Editorial”. N. 14 (1996), pp. 7-8.
- “Editorial”. N. 15 (1998), p. 7-8.
- “Editorial”. N. 17 (2000), pp. 6-7.
- “Editorial”. N. 18 (2001), p. 7-9.
- “O Historiador de Boamense”. n.º 15 (1998), pp. 179-180.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século. Documentos da Oposição Democrática no Estado Novo em V. N. de Famalicão: doações à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco”. n.º 13 (1994-1995), pp. 231-261.
- II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Exposições: a Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão 1945/73: uma perspectiva”. n.º 13 (1994-1995), pp. 205-212.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Introdução”. n.º 12 (1994-1995), pp. 91-92.

COSTA, Artur Sá da; SILVA, António Joaquim Pinto da

- “I^{as} Jornadas de História Local. Toponímia na Cidade de Vila Nova de Famalicão: algumas notas”. n.º 12 (1994-1995), pp. 45-48.

COSTA, Manuel João Dias

- “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Os Amigos do Dr. Nuno Simões em Famalicão”. n.º 16 (1999), pp. 76-77.

COSTA, Suzana Faro

- “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um projecto de arqueologia industrial”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 99-102.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Os Museus Locais como Instrumento de Desenvolvimento”. n.º 12 (1994-1995), pp. 73-74.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Património Industrial do Vale do Ave: contributos para o seu estudo”. n.º 13 (1994-1995), p. 145.

CRUZ, Braga da

- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Intervenção do Presidente da Comissão de Coordenação de Região Norte. Breves Considerações sobre os Programas de Desenvolvimento Integrado”. n.º 8 (1988), pp. 87-89.

CUNHA, Manuel F.

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Lino Lima: símbolo do anti-fascismo de esquerda”. n.º 16 (1999), pp. 107-108.

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Testemunho Sobre as Lutas Contra o Fascismo na Zona Têxtil de Riba de Ave”. n.º 13 (1994-1995), pp. 167-174.
CUNHA, Norberto
- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Alocação”. n.º 18 (2001), pp. 151-153.
CUNHAL, Álvaro
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta. Lisboa, 1956 Jan. 4, [a] Exmo Senhor Dr. Armando Bacelar, Vila Nova de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 265-270.
DINIS, António Pereira
- “Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Famalicão: o megalitismo”. n.º 9 (1989), pp. 41-65.
DOMINGO BLANCO
- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Sobre a Tradição Comum do Cancioneiro Popular Moderno de Galícia e do Norte de Portugal”. n.º 14 (1996), pp. 17-28.
FARIA, Daniel José Ribeiro de
- “A Cidade, o Plano e os Grupos”. n.º 17 (2000), pp. 151-162.
FARIA, Francisco
- “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria. A Propósito do 75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria”. n.º 14 (1996), pp. 203-206
FERNANDES, Abílio Dias
- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Évora. A Experiência da Câmara Municipal de Évora na Área do Planeamento”. n.º 8 (1988), pp. 107-109.
FERNANDES, Sousa
- “Texto Inédito do Senador Sousa Fernandes”. n.º 8 (1988), pp. 151-159.
FERNANDO, Aurélio
- “Riba D’Ave: o nome”. n.º 9 (1989), pp. 71-78.
– “A Vila de Riba D’Ave: Entre-Ambas-As-Aves”. n.º 8 (1988), pp. 13-19.
– “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. A Vila de Riba D’Ave e seu Termo”. n.º 12 (1994-1995), pp. 49-50.
FERREIRA, Paulo Renato Bernardes
- “O Desejo d’O Porvir: um combate pela República”. n.º 18 (2001), pp. 115-132.
FIGUEIRAL, Isabel; QUEIROGA, Francisco
- “Datações de Carbono 14 para Castelo de Matos”. n.º 9 (1989), pp. 67-69.
FRASCO, Alberto Faria
- “Alberto Sampaio: precursor dos vinhos verdes de qualidade”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 115-120.
FRASCO, Maria Augusta Sequeira Leal Sampaio Nóvoa Faria
- “Discursos Proferidos na Homenagem. Descerramento da Lápide na Casa de Boamense”. n.º 8 (1988), p. 129.
– “Discurso Almoço no Salão Paroquial de Cabeçudos”. n.º 8 (1988), p. 130.
– “Discurso na Sessão Solene – Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”. n.º 8 (1988), p. 130.
– “Discurso Proferido na Assinatura de Aquisição do Espólio”. n.º 15 (1998), p. 181.
FREITAS, Camilo
- “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Esboço Biográfico”. n.º 16 (1999), pp. 69-75.

- “Geografia Urbana da Cidade de V. N. de Famalicão”. António Paixão... [et. al.]. n.º 14 (1996), pp. 139-155.
GONÇALVES, Amadeu
- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Regionalização Cultural: a poética de Vila Nova”. n.º 14 (1996), p. 33.
- “Fundo Local da Biblioteca Camilo Castelo Branco. A Imprensa em Vila Nova de Famalicão”. n.º 15 (1998), pp. 225-248.
- “A Homenagem que Falta [Vasco de Carvalho]”. n.º 18 (2001), pp. 167-174.
- “Júlio Brandão e a Crítica”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 139-146.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Leme: entre a Monarquia e a República, Jornal Literário e Político”. n.º 12 (1994-1995), pp. 105-107.
- “Nova Alvorada: o renascer cultural famalicense”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 173-211
GONÇALVES, Joaquim
- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Penar o Futuro a Partir do Presente. Discurso na Sessão de Encerramento. Bispo Auxiliar de Braga”. n.º 8 (1988), pp. 111-112.
GRANDE, Nuno Rodrigues
- “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Elogio de Nuno Simões”. n.º 16 (1999), pp. 67-68.
GUITART, Cecil
- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Cooperação entre Bibliotecas”. n.º 9 (1989), pp. 97-102.
HOMEM, Amadeu Carvalho
- “O Primeiro Conde de Arno e o seu Tempo”. n.º 15 (1998), pp. 71-84.
HOMEM, Paula Menino; SILVA, Luís Pinto da
- “A Conservação das Coleções da Casa-Museu Camilo Castelo Branco”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 103-106.
- “Homenagem ao Padre Benjamim Salgado. Descerramento do Busto de Benjamim Salgado”. n.º 16 (1999), p. 87.
LACA, Carlos Rodrigues
- “Alberto Sampaio e a “Geração de 70”: o “irmão” Antero”. n.º 8 (1988), pp. 135-138.
LAGES, José Manuel
- “Os Emigrantes de Vila Nova de Famalicão e o seu Papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo”. n.º 16 (1999), pp. 117-143.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Guerra Colonial: uma história por contar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 121-124.
LIBERATO, Nunes
- “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Discurso na Sessão de Encerramento. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território”. n.º 8 (1988), pp. 114-117.
LIMA, Joaquim
- “Sinais Antipositivistas no Jornal Famalicense “O Defensor da Cruz” (1864)”. n.º 14 (1996), pp. 157-163.
LIMA, Lino
- “Evocação de Daniel Rodrigues. Carta, 1989 Out. 25, [a] Exmo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”. n.º 9 (1989), p. 135.

LOPES, Filipa Alexandra Sousa

- “As Petições da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão ao Soberano Congresso da Nação: 1836-1841”. n.º 16 (1999), pp. 21-56.

LOUREIRO, Joaquim

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. A Glória de Vila Nova de Famalicão”. n.º 16 (1999), pp. 92-93.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Caso Sindical em V. N. de Famalicão no Tempo do Marcelismo”. n.º 13 (194-1995), pp. 133-140.

MACHADO, António de Barros

- “Colóquio: Bernardino Machado – O Homem, O Cientista, O Político e o Pedagogo. Evocação de Bernardino Machado”. n.º 16 (1999), pp. 163-168.
- “Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Memórias Autobiográficas da Infância e Juventude de Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 139-144.

MACHADO, Henrique P.; QUEIRÓS, Adolfo

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumos. A Pedra Leital de Requião”. n.º 12 (1994-1995), p. 80.

MAGALHÃES, Justino Pereira de

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Apontamento para a História da Instrução Pública no Concelho de Vila Nova de Famalicão: a formação da rede escolar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 179-188.

MARQUES, Victor

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. O Comboio em Terras de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 119-120.

MARTINS, Mário

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Resumo. O Estado Novo e as Condições Escolares em Vila Nova de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), p. 199.

MÁXIMO, António

- “D. Manuel Gonçalves Cerejeira e a sua Trajectória Vivencial”. n.º 17 (2000), pp. 83-96.
- “Histórias do Caminho de Ferro”. n.º 14 (1996), pp. 177-196.
- “A Misericórdia Vila Nova de Famalicão: um pouco da sua história”. n.º 17 (2000), pp. 97-103.
- “Pensamentos”. n.º 17 (2000), pp. 104-105.

MENDES, José Manuel

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Com Raízes no Futuro”. n.º 16 (1999), p. 94.

MONTEIRO, Luísa

- “Sombras”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 155-157.

MONTES, João Barroso da Cunha

- “O Conceito de Liberdade e Democracia em Bernardino Machado, a Teorização do Estado”. n.º 8 (1988), pp. 141-151.

MOREIRA, Armando Afonso

- “III Encontro Municipal. O Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. A Experiência de Vila Real”. n.º 8 (1988), pp. 101-106.

MOREIRA, Vasco

- “Críticas [Luís Serguilha, *O Outro*]”. n.º 17 (2000), pp. 189-190.

NÓVOA, Emília

- “Alberto Sampaio: 80.º Aniversário da Morte do Historiador”. n.º 8 (1988), p. 125.
- “Alberto Sampaio: uma vida, uma obra”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 109-113.
- “A Biblioteca de Alberto Sampaio: introdução”. n.º 15 (1998), pp. 189-194.
- “O Espólio de Alberto Sampaio: testemunho de uma vida”. n.º 15 (1998), pp. 183-185.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Cartas Inéditas de Camilo Castelo a Alberto Sampaio e a António Vicente de Carvalho Leal e Sousa”. n.º 12 (1994-1995), pp. 51-52.

NÓVOA, Emília; MARTINS, A. A.

- “Boamense na Via Romana de Cale a Bracara Augusta”. n.º 18 (2001), pp. 63-91.
- “Um Olhar Sobre José Sampaio”. n.º 18 (2001), pp. 175-182.

NUNES, Henrique Barreto

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. A Biblioteca e a Memória da Vida Local”. n.º 9 (1989), pp. 91-96.

OLIVEIRA, António Cândido

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumo. O Urbanismo é a Expressão de uma Cultura”. n.º 12 (1994-1995), p. 82.

OLIVEIRA, Felisbela

- “A Necrópole de S. João de Perrelos: a escavação de emergência – primeiros resultados”. n.º 15 (1998), pp. 213-221.

OLIVEIRA, Filipe

- “Narrativas de Famalicão: retrato da vida de um incendiário”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 159-161.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. A Imprensa Local Famalicense e a História”. n.º 13 (1994-1995), pp. 125-131.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Braga, 1966 Dez. 9, [a] Francisco Salgado Zenha”. n.º 13 (1994-1995), pp.275-276.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Braga, 1966 Dez. 17, [a] Mário Soares. n.º 13 (1994-1995), pp. 277-278.

PEREIRA, Augusto Castro

- “Operariado Famalicense no Quadro do Vale do Ave: dos escarradores ao parque das árvores frondosas”. n.º 18 (2001), pp. 13-32.
- “A Primeira Grande Greve nos Têxteis do Vale do Ave e Vizela: Julho de 1910”. n.º 14 (1996), pp. 165-175.
- “Reacções Operárias nos Concelhos de Famalicão e Santo Tirso: 1900-1926”. n.º 15 (1998), pp. 59-67.

PINTO, Manuel

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Notas sobre Fradelos”. n.º 12 (1994.1995), pp. 63-67.

PINTO, Marinho

- “Breve Apontamento sobre a Biografia do Prof. Marinho Pinto (Fradelos)”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 151-153.

PIRES, Francisco Lucas

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. A Democracia e a Leitura Pública”. n.º 9 (1989), pp. 107-110.

POLONAH, Luís

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Subsídios para o Estudo da Chamada “Medicina Popular”. n.º 12 (1994-1995), pp. 53-61.

PORTAS, Nuno; SÁ, M. Fernandes de

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. O Planeamento Urbanístico numa Área de Urbanização Difusa: o Médio Ave”. n.º 8 (1988), pp 91-94.

PORTILHEIRO, Joaquim

– “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Porquê Bibliotecas de Leitura Pública?”. n.º 9 (1989), pp. 87-89.

REGO, Raul

– “Conferências. Homenagem a Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), pp. 126-127.

REIS, A. do Carmo

– “II^{as} Jornadas de História Local – Vila Nova de Famalicão: Memórias de um Século 1892-1992. Regicídio e Implantação da República: uma leitura da imprensa em Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 101-103.

REIS, António

– “A Democracia e a Leitura Pública”. n.º 9 (1989), pp. 103-106.

REIS, José

– “Documentos. Carta, 1986 Out. 10”. n.º 10-11 (1990-1991), p. 170.

REITER, Ole

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. O Planeamento Municipal da Suécia”. n.º 8 (1988), pp. 95-99.

RIBEIRO, J. Cadima

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Antecedentes da Base Económico Regional: aplicação ao caso do Concelho de V. N. de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 165-166.

ROSA, Elzira Machado

– “Bernardino Machado: cientista, pedagogo e político: raízes minhotas e brasileiras”. n.º 16 (1999), pp. 144-148.

– “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. O Museu Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 155-157.

– “A Coleção de Bernardino Machado”. n.º 17 (2000), pp. 204-206.

ROSAS, Fernando

– “Conferências. homenagem a daniel rodrigues”. n.º 9 (1989), pp. 128-133.

– II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Resumo. Estado Novo, Economia e Sociedade na Zona Têxtil do Ave nos Anos Trinta e Quarenta”. n.º 13 (1994-1995), pp.199-200.

SÁ, António da Costa e

– “Entre Dois Tombos Paroquiais: limites”. n.º 8 (1988), pp. 57-75.

– “O Famelião: a lenda e a história ligadas ao conto”. N.º 10-11 (1990-1991), pp. 163-164.

– “Por Terras de Vermoim: actual concelho famalicense”. n.º 14 (1996), pp. 45-63.

SÁ, Jorge Reis

– “A Palavra no Cimo das Águas: O Cachecol nos Muros da Foz. Sabes, Pai. Escreves Onde te Perdes”. n.º 18 (2001), pp. 185.

SÁ, Júlio M. Fonte

– “Discursos Proferidos na Homenagem [a Alberto Sampaio]. Descerramento da Lápide na Casa de Boamense”. n.º 8 (1988), pp. 129-130.

SÁ, Victor

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima”. n.º 16 (1999), p. 95.

- “Evocação de Daniel Rodrigues. Carta, Rio de Mouro, 1989 Nov. 1, [a] Exmo Presidente da Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão”. n.º 9 (1989), p. 136.
 - “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes”. n.º 13 (1994-1995), pp. 141-144.
- SALGUEIRO, Teresa Barata
- “Ser Cidade: novos desafios e oportunidades”. n.º 17 (2000), pp. 143-150.
- SAMPAIO, Alberto
- “Extractos da Obra de Alberto Sampaio”. n.º 8 (1988), p. 127.
- SAMPAIO, Jorge
- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Discurso”. n.º 16 (1999), p. 89.
- SAMPAIO, Maria João
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Breve Notícia do Espólio Documental de Vasco de Carvalho Existente na Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 75-80.
- SANTOS, Alice
- “O Famelião”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 131-137.
 - “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Teófilo Braga: seu cativo e a Casa de Fumega (Joane e Airão). n.º 12 (1994-1995), pp. 111-118.
- SANTOS, Rui
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Alguns Dados Históricos dos Últimos Anos do Estado Novo!... Autores: Oposição Democrática Distrito de Braga”. n.º 13 (1994-1995), pp. 195-196.
- SERGUILHA, Luís
- “Poemas Inéditos. Mulher de Letras. Mulher Gaivota”. n.º 17 (2000), pp. 179-187.
- SERRA, Júlia
- “Impressões sobre *O Outro* de Luís Serguilha”. n.º 17 (2000), pp. 191-192.
- SILVA, António Joaquim Pinto da
- “Evocação de Daniel Rodrigues. Introdução”. n.º 9 (1989), pp. 119-121.
 - “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumos. Evolução da Cidade de V. N. de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), p. 82.
- SILVA, Avelino Guedes da
- “A História de Landim”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 147-150.
- SILVA, João Oliveira Carvalho da
- “Uma Poética da Orfandade: O Périplo do Cacho de Luís Serguilha”. n.º 17 (2000), pp. 193-194.
- SILVA, Jorge Manuel Bastos da
- “Bernardino Machado na Assembleia Nacional Constituinte de 1911”. n.º 17 (2000), pp. 197-202.
 - “Uma Controvérsia em Torno da Ascensão de Salazar – 1930-1933: Jaime Batalha Reis versus Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 95-109.
- SILVA, Manuel Carlos
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Portugal Agrário, Camponeses Minhotos e “Estado Novo”. n.º 13 (1994-1995), pp. 189-194.
- SILVA, Rodrigo
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumos. Heráldica de Domínio”. n.º 12 (1994-1995), p. 81.

SIMÕES, Joaquim Santos

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Apresentação do Livro de Lino Lima “Discursos e Debates na Assembleia da República”. n.º 16 (1999), pp. 96-101.

SIMÕES, Manuel

- “Camilo Castelo Branco”. n.º 18 (2001), p. 205.
- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. As Tradições Populares na Obra de Camilo”. n.º 14 (1996), pp. 15-16.
- “Discurso do Director da Casa de Camilo na Cerimónia de Entrega do Prémio a Maria Isabel Barreno”. n.º 18 (2001), pp. 206-207.

SOARES, Franquelim Neiva

- “Monografia de S. Pedro de Esmeriz”. n.º 8 (1988), pp. 45-55.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumo. A Reforma Católica no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), p.82.
- “A Reforma Católica no Concelho de V. N. de Famalicão: visitas quinzentistas de S. Tiago de Antas”. n.º 15 (1998), pp. 11-55.

SOARES, Ivone da Paz

- “Morte e Vida nos Usos e Costumes do Século XVIII”. n.º 14 (1996), pp. 65-102.

SOARES, Mário

- “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Lino Lima”. n.º 16 (1999), p. 91.
- “Nuno Simões: Centenário de Nascimento – Homenagem Nacional. Discurso”. n.º 16 (1999), pp. 61-64.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Nov. 6 [a Oposição Democrática, Braga]”. n.º 13 (1994-1995), p. 271.

SOUSA, Armando

- “Presidente da Junta de Freguesia de Cabeçudos. Descerramento da Placa da Rua “Dr. Alberto Sampaio” em Cabeçudos”. n.º 8 (1988), p. 130.

SOUSA, Carlos

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Etnografia de Joane”. n.º 14 (1996), pp. 29-31.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de

- “A Bivalência da Hermenêutica: da compreensão estética dos signos à procura do literário”. n.º 15 (1998), pp. 125-151.
- “Tópicos de Exercícios Crítico(-Literário)s em Crise”. n.º 15 (1998), pp. 153-175.
- “Tópicos Introdutórios à Leitura de O Passante (Armando Soares Coelho)”. n.º 16 (1999), pp. 175-182.

VASCONCELOS, Álvaro Manuel A. Rocha

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Famalicão na Viragem do Século: respigos da imprensa local”. n.º 12 (1994-1995), pp. 2944.

VAZ, Marta Duque

- “Abetum. Poesias”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 165-166.

VIEIRA, A. Martins

- “Alminhas” no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. n.º 8 (1988), pp. 21-43.
- “Igreja de Arnos (Santa Eulália)”. n.º 18 (2001), pp. 57-62.
- “Paróquia de Antas”. n.º 17 (2000), pp. 107-139.
- “Paróquia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 35-56.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Das Crendices no Concelho de V. N. de Famalicão: “rezas”. n.º 12 (1994-1995), pp. 23-27.

VILAR, Carlos / pseudónimo de Joaquim Alves

– “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria. Fazes Falta”. n.º 14 (1996), p. 206.

WALL, Karin

– “Levantamento Sociográfico do Concelho de V. N. de Famalicão”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 15-89.

– “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumo. Residência e Sucessão na Família Camponesa do Baixo Minho”. n.º 12 (1994-1995), pp. 83-85.

ZENHA, Francisco Salgado

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Nov. 21, [a] José Sampaio... [et. al.], Braga”. n.º 13 (1994-1995), pp. 272-274.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Dez. 17, [a] José Sampaio... [et. al.], Braga”. n.º 13 (1994-1995), pp. 279-280.

II – Temático

Economia

FRASCO, Alberto Faria

– “Alberto Sampaio: percursor dos vinhos verdes de qualidade”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 115-120.

RIBEIRO, J. Cadima

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Antecedentes da Base Económico Regional: aplicação no caso do concelho de V. N. de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 165-166.

Filosofia política

AMARO, António

– “O Ideário Político de Alberto Sampaio”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 121-127.

COSTA, Artur Sá da

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima: uma luta pela liberdade”. n.º 16 (1999), pp. 104-106.

FERNANDES, Sousa

– “Texto Inédito do Senador Sousa Fernandes”. n.º 8 (1988), pp. 155-159.

LIMA, Joaquim

– “Sinais Antipositivistas no Jornal Famalicense “O Defensor da Cruz” (1864)”. n.º 14 (1996), pp. 157-163.

MONTES, João Barroso da Cunha

– “O Conceito de Liberdade e de Democracia em Bernardino Machado, a Teorização do Estado”. n.º 8 (1988), pp. 141-151.

SILVA, Jorge Manuel Bastos da

– “Bernardino Machado na Assembleia Nacional Constituinte de 1911”. n.º 17 (2000), pp. 197-202.

História

– Antropologia

SOARES, Ivone da Paz

- “Morte e Vida nos Usos e Costumes do Século XVIII”. n.º 14 (1996), pp. 65-102.

Arqueologia

DINIS, António Pereira

- “Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Famalicão: o megalitismo”. n.º 9 (1989), pp. 41-65.

OLIVEIRA, Felisbela

- “A Necrópole de S. João de Perrelos: a escavação de emergência: primeiros resultados”. n.º 15 (1998), pp. 213-221.

FIGUEIRAL, Isabel; QUEIROGA, Francisco

- “Datações de Carbono 14 para Castelo de Matos”. n.º 9 (1989), pp. 67-69.

Arqueologia Industrial

CORDEIRO, José Manuel Lopes

- “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: propostas para um trabalho”. n.º 18 (2001), pp. 191-202.

COSTA, Suzana Faro da

- “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um projecto de arqueologia industrial”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 99-102.
- “Património Industrial do Vale do Ave: contributos para o seu estudo”. n.º 13 (1994-1995), p. 145.

Educação

CORREIA, Artur

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Externato Delfim Ferreira: historia”. n.º 13 (1994-1995), pp. 175-177.

MAGALHÃES, Justino Pereira de

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Apontamento para a História da Instrução Pública no Concelho de Vila Nova de Famalicão: a formação da rede escolar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 179-188.

Emigração

ALVES, Jorge Fernandes

- “Os “Brasileiros” da Emigração no Norte de Portugal”. n.º 16 (1999), pp. 149-158.
- Os “Brasileiros” da Emigração: razões locais para um debate”. n.º 16 (1999), pp. 111-113.

COSTA, Artur Sá da

- “Os “Brasileiros” no Museu Bernardino Machado”. n.º 16 (1999), pp. 114-116.

LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva

- “Os Emigrantes de Vila Nova de Famalicão e o seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo”. n.º 16 (1999), pp. 117-143.

Estado Novo

BACELAR, Armando

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Memória de Tempos Idos”. n.º 13 (1994-1995), pp. 147-164.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século. Documentos da Oposição Democrática. Desdobráveis-Participantes. Mesa-Redonda sobre a “Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 203-204.” – “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Documentos da Oposição Democrática: Estado Novo em V. N. de Famalicão. Doações à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Catálogo dos Espólios de Joaquim Loureiro, Macedo Varela, Margarida Malvar, Artur Sá da Costa”. Coord. Geral Manuela Barreto Nunes; catalogação Amadeu Gonçalves. n.º 13 (1994-1995), pp. 231-261.

– II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Exposições. Guerra Colonial: uma história por contar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 213-224.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Exposições. A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão 1945/73: uma perspectiva”. n.º 13 (1994-1995), pp. 207-212.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Resumos”. n.º 13 (1994-1995), pp. 197-200.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Revista de Imprensa”. n.º 13 (1994-1995), pp. 225-229.

CUNHA, M. F.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Testemunho sobre as Lutas Contra o Fascismo na Zona Têxtil de Riba d’Ave”. n.º 13 (1994-1995), pp. 167-174.

CUNHAL, Álvaro

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1956 Jan. 4, [a] Exmo Sr. Dr. Armando Bacelar, Vila Nova de Famalicão”. n.º 13 (1994-1995), pp. 265-270.

LAGES, José Manuel

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Guerra Colonial: uma história por contar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 121-124.

LOUREIRO, Joaquim

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Caso Sindical em V. N. de Famalicão no Tempo do Marcelismo”. N.º 13 (1994-1995), pp. 133-140.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Braga 1966 Dez. 9, [a] Francisco Salgado Zenha”. n.º 13 (1994-1995), pp. 275-276.

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Braga, 1966 Dez. 17, [a] Mário Soares”. n.º 13 (1994-1995), pp. 277-278.

SANTOS, Rui

– “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Alguns Dados Históricos dos Últimos Anos do Estado Novo!... Autores: Oposição Democrática Distrito de Braga”. n.º 13 (1994-1995), pp. 195-196.

SILVA, Manuel Carlos

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Portugal Agrário, Camponeses Minhotos e “Estado Novo”. n.º 13 (1994-1995), pp. 189-194.

SOARES, Mário

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Nov. 6 [a Oposição Democrática, Braga]”. n.º 13 (1994-1995), p. 271.

ZENHA, Francisco Salgado

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Nov. 21, [a José Sampaio... [et. al.], Braga]”. n.º 13 (1994-1995), pp.272-274.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Carta, Lisboa, 1966 Dez. 17, [a José Sampaio... [et. al.], Braga. n.º 13 (1994-1995), pp. 279-280.

Etnografia

CABRAL, António

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Abílio Brandão e as Tradições”. n.º 14 (1994-1995), pp. 11-14.

DOMINGO BLANCO

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Tradição Comum do Cancioneiro Popular Moderno de Galícia e do Norte de Portugal”. n.º 14 (1996), pp. 17-28.

GONÇALVES, Amadeu

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Regionalização Cultural: a poética de Vila Nova”. n.º 14 (1996), p. 33.

POLONAH, Luís

- “I^{as} Jornadas de História Local.. Evolução da Cidade. Subsídios para o Estudo da Chamada “Medicina Popular”. n.º 12 (1994-1995), pp. 53-61.

SIMÕES, Manuel

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. As Tradições Populares na Obra de Camilo”. n.º 14 (1996), pp.

SOUSA, Carlos

- “Colóquio Sobre a Cultura Popular Minhoto-Galaico. Etnografia de Joane”. n.º 14 (1996), pp. 29-31.

VIEIRA, A. Martins

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Das Crençices no Concelho de V. N. de Famalicão: “rezas”. n.º 12 (1994-1995), pp. 23-27.

História local

BASTOS, Maria do Rosário da Costa

- “Sixto da Cunha e a Comenda do Mosteiro de Santa Maria de Oliveira”. n.º 16 (1999), pp. 11-19.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura

- “A Biblioteca de Alberto Sampaio. Inventário.” Catalogação Amadeu Gonçalves. n.º 15 (1998), pp. 195-210.
- “I^{as} Jornadas de História Local (8 de Julho 1898). Evolução da Cidade. Introdução”. n.º 12 (1994-1995), pp. 11-16.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Resumos”. n.º 12 (1994-1995), pp. 81-83.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Agostinho Fernandes na Sessão de Encerramento”. n.º 12 (1994-1995), pp. 17-19.

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século. Discurso do Senhor Presidente da Câmara [Agostinho Fernandes]”. n.º 12 (1994-1995), pp. 95-99.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Informação e Documentação”. n.º 13 (1994-1995), pp. 201-204.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Resumos”. n.º 12 (1994-1995), pp. 197-200.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Revista de Imprensa”. n.º 13 (1994-1995), pp. 225-229.

CAPELA, José Viriato

- “Vila Nova de Famalicão: a fundação de um município liberal”. n.º 9 (1989), pp. 13-39.

COSTA, Artur Sá da

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Documentos da Oposição Democrática no Estado Novo em V. N. de Famalicão: doações à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco”. n.º 13 (1994-1995), pp. 231-261.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Exposições: a Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão 1945/73: uma perspectiva”. n.º 13 (1994-1995), pp. 205-212.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Introdução”. n.º 12 (1994-1995), pp. 89-92.

LAGES, José Manuel

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Guerra Colonial: uma história por contar”. n.º 13 (1994-1995), pp. 121-124.

LOPES, Filipa Alexandra Sousa

- “As Petições da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão ao Soberano Congresso da Nação: 1836-1841”. n.º 16 (1999), pp. 21-56.

OLIVEIRA, Filipe

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. A Imprensa Local Famalicense e a História”. n.º 13 (1994-1995), pp. 125-131.

REIS, A. do Carmo

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Regicídio e Implantação da República: uma leitura da imprensa em Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 101-103.

SÁ, António da Costa e

- “O Famelião: a lenda e a história ligadas ao conto”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 163-164.

SAMPAIO, Alberto

- “Extractos da Obra de Alberto Sampaio”. n.º 8 (1988), p. 127.

SILVA, Jorge Manuel Bastos da

- “Bernardino Machado na Assembleia Nacional Constituinte de 1911”. n.º 17 (2000), pp. 197-202.

SOARES, Franquelim Neiva

- “A Reforma Católica no Concelho de V. N. de Famalicão: visitas quinzentistas de S. Tiago de Antas”. n.º 15 (1998), pp. 11-55.

VASCONCELOS, Álvaro Manuel A. Rocha

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Famalicão na Viragem do Século: respigos da imprensa local”. n.º 12 (1994-1995), pp. 29-44.

Imprensa

GONÇALVES, Amadeu

- “Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. A Imprensa em Vila Nova de Famalicão”. n.º 15 (1998), pp. 225-248.
- “Nova Alvorada: o renascer cultural famalicense”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 173-211.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. O Leme: entre a Monarquia e a República, Jornal Literário e Político”. n.º 12 (1994-1995), pp. 105-107.

LIMA, Joaquim

- “Sinais Antipositivistas no Jornal Famalicense “O Defensor da Cruz” (1864)”. n.º 14 (1996), pp. 157-163.

OLIVEIRA, Filipe

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. A Imprensa Local Famalicense e a História”. n.º 13 (1994-1995), pp. 125-131.

REIS, A. do Carmo

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Regicídio e Implantação da República: uma leitura da imprensa de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 101-103.

Indústria

ALVES, Jorge Fernandes

- “Cooperativismo e Electrificação Rural: a Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este”. n.º 17 (2000), pp. 11-81.

PEREIRA, Augusto Castro

- “Operariado Famalicense no Quadro do Vale do Ave: dos escarradores ao parque das árvores frondosas”. n.º 18 (2001), pp. 13-32.
- “A Primeira Grande Greve nos Têxteis do Vale do Ave e Vizela: Julho de 1910”. n.º 14 (1996), pp. 165-175.
- “Reacções Operárias nos Concelhos de Famalicão e Santo Tirso: 1900-1926”. n.º 15 (1998), pp. 59-67.

Instituições

CÂMARA MUNICIPAL. Museu Municipal Bernardino Machado

- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. O Museu Bernardino Machado. [texto] Elzira Machado Rosa. n.º 18 (2001), pp. 155-157.
- “A Colecção de Bernardino Machado”. [texto] Elzira Machado Rosa. n.º 17 (2000), pp. 204-206

CORREIA, Artur

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Externato Delfim Ferreira: historial”. n.º 13 (1994-1995), pp. 175-177.

MÁXIMO, António

- “A Misericórdia Vila Nova de Famalicão: um pouco da sua história”. n.º 17 (2000), pp. 97-103.

Monografias

FERNANDO, Aurélio

- “Riba d’Ave: o nome”. n.º 9 (1989), pp. 71-78.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. A Vila de Riba d’Ave e seu Termo”. n.º 12 (1994-1995), pp. 49-50.
- “A Vila de Riba d’Ave: Entre-Ambas-As-Aves”. n.º 8 (1988), pp. 13-19.

PINTO, Manuel

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Notas sobre Fradelos”. n.º 12 (1994-1995), pp. 63-67.

SÁ, António da Costa e

- “Entre Dois Tombos Paroquiais: limites”. n.º 8 (1988), pp. 57-75.
- “O Famelião: a lenda e a história ligadas ao conto”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 163-164.
- “Por Terras de Vermoim: actual concelho famalicense”. n.º 14 (1996), pp. 45-63.

SILVA, Avelino Guedes da

- “A História de Landim”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 147-150.

SOARES, Franquelim Neiva

- “Monografia de S. Pedro de Esmeriz”. n.º 8 (1988), pp. 45-55.

Património Histórico-Religioso

CASTRO, Maria de Fátima

- “A Arquitectura Religiosa do Século XVIII no Concelho de V. N. de Famalicão”. n.º 14 (1996), pp. 103-110.

VIEIRA, A. Martins

- “Alminhas” no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. n.º 8 (1988), pp. 21-43.

Toponímia

COSTA, Artur Sá da; SILVA, António Joaquim Pinto da

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Toponímia na Cidade de Vila Nova de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 45-48.

Transportes

MARQUES, Victor

- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. O Comboio em Terras de Famalicão”. n.º 12 (1994-1995), pp. 119-120.

MÁXIMO, António

- “Histórias do Caminho de Ferro”. n.º 14 (1996), pp. 177-196.

Literatura

Biografias

AMARAL, João

- “Armando Bacelar e Lino Lima – Homenagem Nacional. Homenagem a um Cidadão de Carácter”. n.º 16 (1999), pp. 102-103.

BACELAR, Armando

- “Conferências. Homenagem a Daniel Rodrigues. Perfil de Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), pp. 123-126.
- “II^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Memórias de Tempos Idos”. n.º 13 (1994-1995), pp. 147-164.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura

- “Armando Bacelar e Lino Lima – Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima: uma justa homenagem [Discurso – Agostinho Fernandes]”. n.º 16 (1999), p. 90.

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Nuno Simões: a lusitanidade de um famalicense”. n.º 16 (1999), pp. 65-66.

CÂMARA MUNICIPAL. Museu Municipal Bernardino Machado

– “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Discurso [Agostinho Fernandes]”. n.º 18 (2001), pp. 147-149.

– “Colóquio: Bernardino Machado – O Homem, O Cientista, O Político e o Pedagogo. Discurso [Agostinho Fernandes]”. n.º 16 (1999), pp. 161-162.

– “Discurso Proferido na Cerimónia da Escritura da Doação do Espólio. Bernardino Machado: português e famalicense”. n.º 17 (2000), pp. 203-204.

CARVALHO, Joaquim Mendes de

– “Homenagem ao Padre Benjamim Salgado. O Padre Benjamim Salgado”. n.º 16 (1999), pp. 84-85.

CONSELHO DE REDAÇÃO

– “Sousa Fernandes: Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador. As Raízes de uma homenagem”. n.º 8 (1988), p. 153.

COSTA, Artur Sá da

– “O Historiador de Boamense”. n.º 15 (1998), pp. 179-180.

COSTA, Manuel João Dias

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Os Amigos do Dr. Nuno Simões em Famalicão”. n.º 16 (1999), pp. 76-77.

CUNHA, Manuel

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Lino Lima: símbolo do anti-fascismo de esquerda”. n.º 16 (1999), pp. 107-108.

FARIA, Francisco

– “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria. A Propósito do 75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria”. n.º 14 (1996), pp. 203-206.

FREITAS, Camilo

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Esboço Biográfico”. n.º 16 (1999), pp. 69-75.

GRANDE, Nuno Rodrigues

– “Nuno Simões: Centenário do Nascimento – Homenagem Nacional. Elogio de Nuno Simões”. n.º 16 (1999), pp. 67-68.

HOMEM, Amadeu Carvalho

– “O Primeiro Conde de Arnoso e o Seu Tempo”. n.º 15 (1998), pp. 71-84.

LOUREIRO, Joaquim

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. A Glória de Vila Nova de Famalicão”. n.º 16 (1999), pp. 92-93.

MACHADO, António de Barros

– “Colóquio: Bernardino Machado – O Homem, O Cientista, O Político e o Pedagogo. Evocação de Bernardino Machado”. n.º 16 (1999), pp. 163-168.

– “Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. Memórias Autobiográficas da Infância e Juventude de Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 139-144.

MÁXIMO, António

– “D. Manuel Gonçalves Cerejeira e a sua Trajectória Vivencial”. n.º 17 (2000), pp. 83-96.

MENDES, José Manuel

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Com Raízes no Futuro”. n.º 16 (1999), p. 94.

NÓVOA, Emília

– “Alberto Sampaio: 80.º Aniversário da Morte do Historiador”. n.º 8 (1988), p. 125.

– “Alberto Sampaio: uma vida, uma obra”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 109-113.

– “A Biblioteca de Alberto Sampaio: introdução”. n.º 15 (1998), pp. 189-194.

– “O Espólio de Alberto Sampaio: testemunho de uma vida”. n.º 15 (1998), pp. 183-185.

PINTO, Marinho

– “Breve Apontamento Sobre a Biografia do Prof. Marinho Pinto: Fradelos”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 151-153.

R GO, Raul

– “Conferências. Homenagem a Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), pp. 126-133.

ROSA, Elzira Machado

– “Bernardino Machado: cientista, pedagogo e político: raízes minhotas e brasileiras”. n.º 16 (1999), pp. 144-148.

SÁ, Víctor de

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Armando Bacelar e Lino Lima”. n.º 16 (1999), p. 95.

– “Evocação de Daniel Rodrigues. Carta, Rio de Mouro, 1989 Nov. 1, [a] Exmo Presidente da Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão”. n.º 9 (1989), p. 136.

– “I^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Um Anarquista Famalicense em 1896: Manuel da Silva Mendes”. n.º 13 (1994-1995), pp. 141-144.

SAMPAIO, Jorge

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional: Discurso”. n.º 16 (1999), p. 89.

SANTOS, Alice

– “I^{as} Jornadas de História Local. Vila Nova de Famalicão – Memórias de um Século 1892-1992. Teófilo Braga: seu cativo e a Casa da Fumega (Joane e Airão). n.º 12 (1994-1995), pp. 111-118.

SILVA, António Joaquim Pinto da

– “Evocação de Daniel Rodrigues. Introdução”. n.º 9 (1989), pp. 119-121.

SOARES, Mário

– “Armando Bacelar e Lino Lima: Homenagem Nacional. Lino Lima: discurso”. n.º 16 (1999), p. 91.

– “Nuno Simões: Centenário de Nascimento – Homenagem Nacional. Discurso”. n.º 16 (1999), pp. 61-64.

Camiliana

ALARCÃO, Adília M.

– “Casa-Museu de Camilo Castelo Branco: uma reflexão”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 107-108.

CASTRO, Aníbal Pinto de

– “Homenagem ao Padre Benjamim Salgado. Ao Padre Benjamim Salgado, Camilo Agradecido”. n.º 16 (1999), pp. 81-83.

HOMEM, Paula Menino; SILVA, Luís Pinto da

– “A Conservação das Coleções da Casa-Museu Camilo Castelo Branco: uma proposta”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 103-106.

NÓVOA, Emília

– “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Cartas Inéditas de Camilo Castelo Branco a Alberto Sampaio e a António Vicente de Carvalho Leal e Sousa”. n.º 12 (1994-1995), pp. 51-52.

SIMÕES, Manuel

- “Camilo Castelo Branco”. n.º 18 (2001), p. 205.
- “Colóquio Sobre Cultura Popular Minhoto-Galaico. As Tradições Populares na Obra de Camilo”. n.º 14 (1996), pp. 15-16.
- “Discurso do Director da Casa de Camilo na Cerimónia de Entrega do Prémio a Maria Isabel Barreno”. n.º 18 (2001), pp. 206-207.

Ensaio

ALONSO MONTERO, Xesús

- “O Soneto Neo-Latino”. n.º 15 (1998), pp. 87-121.

BAPTISTA, Albino

- “Júlio Brandão “À Cata do El Dorado”: uma análise circunstanciada e/ou um percurso”. n.º 14 (1996), pp. 35-41.

COSTA, Artur Sá da

- “O Historiador de Boamense”. n.º 15 (1998), pp. 179-180.

GONÇALVES, Amadeu

- “A Homenagem que Falta [Vasco de Carvalho]”. n.º 18 (2001), pp. 167-174.
- “Júlio Brandão e a Crítica”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 139-146.

HOMEM, Amadeu de Carvalho

- “O Primeiro Conde de Arnoso e o Seu Tempo”. n.º 15 (1998), pp. 71-84.

LACA, Carlos Rodrigues

- “Alberto Sampaio e a “Geração de 70”: o “irmão” Antero”. n.º 8 (1988), pp. 135-138.

MOREIRA, Vasco

- “Críticas [Luís Serguilha]”. n.º 17 (2000), pp. 189-190.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de

- “A Bivalência da Hermenêutica: da compreensão estética dos signos à procura do literário”. n.º 15 (1998), pp. 125-151.
- “Tópicos de Exercícios Crítico(-Literário)s em Crise”. n.º 15 (1998), pp. 153-175.
- “Tópicos Introdutórios à Leitura de O Passante (Armando Soares Coelho)”. n.º 16 (1999), pp. 175-182.

Memória

OLIVEIRA, Filipe

- “Narrativas de Famacão: retrato da vida de um incendiário”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 159-161.

NÓVOA, Emília

- “A Biblioteca de Alberto Sampaio: introdução”. n.º 15 (1998), pp. 189-194.
- “O Espólio de Alberto Sampaio: testemunho de uma vida”. n.º 15 (1998), pp. 183-185.

SERRA, Júlia

- “Impressões Sobre “O Outro” de Luís Serguilha”. n.º 17 (2000), pp. 179-187.

SILVA, João Oliveira Carvalho da

- “Uma Poética da Orfandade: O Périplo do Cacho de Luís Serguilha”. n.º 17 (2000), pp. 193-194.

Epistolografia

BACELAR, Armando

- “Documentos. Carta, Lisboa, 1993 Maio 25, [a] Exmo Senhor Dr. Artur Sá da Costa”. n.º 10-11 (1990-1991), p. 171.

BRANDÃO, Júlio

- “Correspondência para o Senador Sousa Fernandes”. Org. António Joaquim Pinto da Silva. n.º 8 (1988), pp. 177-182.

NÓVOA, Emília

- “1^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Cartas Inéditas de Camilo Castelo Branco a Alberto Sampaio e a António Vicente de Carvalho Leal e Sousa”. n.º 12 (1994-1995), pp. 51-52.

REIS, José

- “Documentos. Carta, 1986 Out. 10”. n.º 10-11 (1990-1991), p. 170.

Ficção

COELHO, Armando Soares

- “Os Bárbaros”. n.º 17 (2000), pp. 177-178.
- “Dois Contos. Os Bárbaros. O Caminho”. n.º 16 (1999), pp. 171.174.

CARVALHO, Eduardo; CARVALHO, Sebastião de; FERNANDES, Sousa

- “Os Mistérios da Terra Negra”. Org. António Joaquim Pinto da Silva. n.º 8 (1988), pp. 161-175.

MÁXIMO, António

- “Pensamentos”. n.º 17 (2000), pp. 109-139.

MONTEIRO, Luísa

- “Sombras”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 155-157.

Poesia

ALVES, Joaquim / com o pseudónimo Carlos Vilar

- “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria. Fazes Falta”. n.º 14 (1996), p. 206.

SÁ, Jorge Reis

- “A Palavra no Cimo das Águas. O Cachecol nos Muros da Foz. Sabes, Pai. Escreves Onde te Perdes”. N.º 18 (2001), pp. 185-188.

SERGUILHA, Luís

- “Poemas Inéditos. Mulher de Letras. Mulher Gaivota”. n.º 17 (2000), pp. 179-187.

VAZ, Marta Duque

- “Abetum. Poesias”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 165.166.

Teatro

SANTOS, Alice

- “O Famelião”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 131-137.

Sociologia

Associações

CONSELHO DE REDACÇÃO

- “IV Encontro de Associações Locais”. n.º 8 (1988), pp. 207-208.

Cultura

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura

- “Documentos. Catálogo das Publicações Municipais”. n.º 9 (1989), pp. 141-146.

- “Exposição: AnimArte Famalicão”. n.º 17 (2000), pp. 165-173.
 - “Fita do Tempo: noticiário sócio-cultural”. n.º 8 (1988), pp. 185-195.
 - “Protocolo entre a Câmara Municipal e a Família de Daniel Rodrigues”. n.º 9 (1989), p. 137.
 - “Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão e a Universidade do Minho para um Projecto de Reconstituição de Paróquias e História da População de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), p. 221.
 - “Protocolo de Cooperação entre a Sociedade Martins Sarmiento e a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 215-216.
 - “Protocolo com a Universidade do Minho sobre o Projecto do Museu da Indústria Têxtil”. n.º 18 (2001), pp. 201-202.
 - “Reconstituição de Paróquias e História da População de Vila Nova de Famalicão: um projecto”. n.º 18 (2001), pp. 221-223.
 - “75.º Aniversário do Nascimento de Manuel Faria: programa de comemorações”. n.º 14 (1996), p. 201.
 - “Sousa Fernandes: Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador”. N.º 8 (1988), p. 153.
- CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Arquivo Histórico Municipal Alberto Sampaio
- “Prémio de História Alberto Sampaio”. n.º 18 (2001), pp. 217-219.
- CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 9 (1989), pp. 81-85.
 - “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Discurso do Presidente da Câmara Municipal na Sessão de Encerramento”. n.º 9 (1989), pp. 11-12.
 - “Minuta do Contrato-Programa para a Construção da nova Biblioteca Municipal”. n.º 9 (1989), pp. 113-115.
- CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Casa-Museu Camilo Castelo Branco
- “Os Autores e os Livros Premiados [Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco]”. n.º 18 (2001), pp. 208-210.
 - “Grande Prémio do Conto “Camilo Castelo Branco” APE/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”. n.º 18 (2001), p. 203.
 - “Protocolo de Colaboração entre a Associação Portuguesa de Escritores e a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), p. 204.
- CÂMARA MUNICIPAL. Departamento de Educação e Cultura. Gabinete Municipal de Arqueologia
- “Protocolo de Cooperação entre a Escola Profissional de Arqueologia, Freixo, Marco de Canavezes e a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão”. n.º 18 (2001), pp. 211-214.
- CÂMARA MUNICIPAL. Museu Municipal Bernardino Machado
- “Espólio de Bernardino Machado: contrato de comodato”. n.º 17 (2000), pp. 207-208.
 - “Novas Doações de Espólio ao Museu Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 158-159.
 - “Prémio Nacional de Ensaio Bernardino Machado “Cidadania e Democracia”. n.º 18 (2001), pp. 160-161.
- CARNEIRO, Eduardo Manuel dos Santos
- “Actividades Sócio-Culturais, Comerciais e Personalidades de Vila Nova de Famalicão no Início do Século XX”. n.º 14 (1996), pp. 111-138.
- CONSELHO DE REDACÇÃO
- “Artes & Letras”. n.º 8 (1988), p. 123.
 - “Plano de Actividades de 1988 do Departamento de Cultura, Educação e Acção Social”. n.º 8 (1988), pp. 199-200.

Demografia

WALL, Karin

- “Levantamento Sociográfico do Concelho de V. N. de Famalicão”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 15-89.

Desporto

CONSELHO DE REDACÇÃO

- “Carta Desportiva do Concelho”. n.º 8 (1988), pp. 201-205.

Leitura Pública

GUITART, Cecil

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Cooperações entre Bibliotecas”. n.º 9 (1989), pp. 97-102.

NUNES, Henrique Barreto

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. A Biblioteca e a Memória da Vida Local”. n.º 9 (1989), pp. 91-96.

PORTILHEIRO, Joaquim

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. Porquê Bibliotecas de Leitura Pública?”. n.º 9 (1989), pp. 87-89.

REIS, António

- “Comemorações do 75.º Aniversário da Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão. A Democracia e a Leitura Pública”. n.º 9 (1989), pp. 103-106.

Museologia

ALARCÃO, Adília M.

- “Casa-Museu de Camilo Castelo Branco: uma reflexão”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 107-108.

BRYTON, M. Armanda

- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. O papel dos Museus Locais como Instrumentos de Desenvolvimento”. n.º 12 (1994-1995), pp. 69-71.

CORDEIRO, José Manuel Lopes

- “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: propostas para um trabalho”. n.º 18 (2001), pp. 191-202.

FARO, Suzana

- “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um projecto de arqueologia industrial”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 99-102.
- “I^{as} Jornadas de História Local. Evolução da Cidade. Os Museus Locais como Instrumento de Desenvolvimento”. n.º 12 (1994-1995), pp. 73-74.

HOMEM, Paula Menino; SILVA, Luís Pinto da

- “A Conservação das Coleções da Casa-Museu Camilo Castelo Branco”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 103-106.

ROSA, Elzira Machado

- “150 Anos do Nascimento de Bernardino Machado. O Museu Bernardino Machado”. n.º 18 (2001), pp. 155-157.
- “A Coleção de Bernardino Machado”. n.º 17 (2000), pp. 204-206.

Urbanismo

ALMEIDA, Manuel Arménio

– “Infraestruturas: um plano director”. n.º 10-11 (1990-1991), pp. 92-97.

BORGES, Liduíno

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Da Necessidade do Planeamento”. n.º 8 (1988), pp. 83-85.

CÂMARA MUNICIPAL. Departamento Municipal de Urbanismo e Habitação

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Discurso na Sessão de Encerramento. Discurso do Senhor Presidente da Câmara Municipal”. n.º 8 (1988), pp. 112-1114.

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Saudação de Abertura do Presidente da Câmara Municipal”. n.º 8 (1988), p. 82.

CONSELHO DE REDACÇÃO

– “Planeamento Urbanístico: separata Pensar o Futuro a Partir do Presente”. n.º 8 (1988), p. 81.

CRUZ, Braga da

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Intervenção do presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. Breves Considerações sobre os Programas de Desenvolvimento Integrado”. n.º 8 (1988), pp. 87-89.

FARIA, Daniel José Ribeiro de

– “A Cidade, o Plano, os Grupos”. n.º 17 (2000), pp. 151-162.

FERNANDES, Abílio Dias

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Évora. A Experiência da Câmara Municipal de Évora na Área do Planeamento”. n.º 8 (1988), pp. 107-109.

– “Geografia Urbana da Cidade de V. N. de Famalicão”. António Paixão... [et. al.]. n.º 14 (1996), pp. 139-155.

MOREIRA, Armando Afonso

– “II Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. A Experiência de Vila Real”. n.º 8 (1988), pp. 101-106.

PORTAS, Nuno; SÁ, M. Fernandes de

– “III Encontro Municipal. Planeamento urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. O Planeamento Urbanístico numa Área de Urbanização Difusa: o Médio Ave”. n.º 8 (1988), pp. 91-94.

REITER, Olé

– “III Encontro Municipal. Planeamento Urbanístico – Pensar o Futuro a Partir do Presente. O Planeamento Municipal da Suécia”. n.º 8 (1988), pp. 95-99.

SALGUEIRO, Teresa Barata

– “Ser Cidade: novos desafios e oportunidades”. n.º 17 (2000), pp. 143-150.

An abstract graphic design featuring various geometric shapes and lines in shades of gray. On the left side, there are several overlapping rectangular and triangular shapes, some with thin white lines. A prominent, thick, dark gray 'S' shape is located in the lower center. A long, thin, dark gray diagonal line extends from the middle right towards the bottom right. The background is a light gray gradient.

Livraria Municipal

I – Livro municipal, o mal-amado das políticas culturais*

por Artur Sá da Costa**

I

História exemplar

O relato de um pequeno episódio, passado no tempo da ditadura do Estado Novo, no já distante 1969, poderá ajudar a compreender a política editorial municipal e, em particular o facto de ela não ser tributária apenas de um projecto cultural liderado pelo poder autárquico, nem estar condicionada, tão só pela existência de centros de investigação de história ou de projectos de estudos locais, de índole diversa, dizia, esta pequena história, far-nos-á perceber, que uma política editorial municipal está sobretudo associada à autonomia do poder local, o que equivale a dizer, que ela só existe onde e quando o poder local democrático estiver plenamente consagrado.

Nesse ano, ocorria o primeiro centenário do nascimento do poeta famalicense Júlio Brandão, ligado ao grupo dos simbolistas, quando o director do jornal local “Estrela da Manhã”, José Casimiro da Silva se lembrou de assinalar a efeméride com a edição do romance inédito “À Cata do Eldorado”, daquele ficcionista famalicense. O manuscrito estava na posse das filhas do escritor, deixado em herança por morte do pai. Obtido o acordo dos familiares, José Casimiro, propôs à Câmara Municipal, que a edilidade adquirisse os direitos de autor e fizesse a sua edição. A apresentação pública do romance daria início às comemorações centenárias do nascimento de Júlio Brandão.

Até aqui nada de extraordinário. A proposta é virtuosa e parece interessante (desconheço os montantes das despesas envolvidas, mas para o caso são irrelevantes, como vamos ver). Acontece que, segundo conta o próprio José Casimiro – numa nota explicativa à edição, que ele próprio acabou por escrever – surgiram dúvidas quanto à legalidade na aquisição do texto original, e também sobre a sua edição: “Pelo facto de as suas figuras, descritivo e efabulação não terem relação alguma com o concelho e não poder por isso, ser considerada uma obra de exaltação das belezas naturais do concelho”.

O mais espantoso é que a Direcção-Geral da Administração Política e Civil, chamada a dirimir o conflito, deu razão às dúvidas do Presidente da Câmara, tendo o inédito voltado à posse de Casimiro. Persistente, José Casimiro não desistiu e editou, em parceria com as filhas do poeta, o livro.

É esta a história conhecida. Falta acrescentar, que já no final dos anos 80 do século passado, com a democracia consolidada, a Câmara Municipal adquiriu os mil exemplares, (a edição completa), todos empacotados, os quais se encontravam na tipografia do editor, o Centro Gráfico de Famalicão, ao tempo já gerido por seu filho Domingos José Casimiro da Silva.

História curiosa esta! E estranha, sem dúvida. Aliás, só compreensível se a situarmos no contexto concentracionário e claustrofóbico do salazarismo, com o seu braço tentacular, estendido às próprias autarquias locais, sem autonomia política, administrativa e financeira, onde os presidentes de Câmara representavam o papel de meros figurantes do poder central, que os nomeava.

* Comunicação apresentada no I Encontro Nacional sobre “O Livro Municipal”, Mafra, 2008.

** Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

Proibir uma Câmara Municipal de editar um livro! Intolerável num Estado de Direito Democrático. Ainda por cima do maior poeta da terra! Impensável nos dias de hoje. Porém, para vergonha nossa, com domicílio conhecido e assinatura reconhecida. Ficará nos anais da história, como uma página triste e indecorosa, que macula a cultura, a memória e a edilidade famalicenses.

As funções culturais do poder local democrático

Poder-se-ia – partindo deste singular episódio – percorrer vários caminhos de reflexão. Todavia, e para nos cingirmos ao tema do livro municipal, diria apenas, que ele antecipa uma conclusão, a de que, a política editorial municipal é uma conquista, para usar a retórica política, do poder local democrático, viabilizada pela revolução do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa. Dito de outro modo, sem autonomia municipal, não é possível, nem viável, a construção de um projecto cultural e, consequentemente, fica fora do alcance de qualquer autarca executar uma política editorial no âmbito das suas atribuições e competências.

Porém, sendo necessárias e imprescindíveis, a liberdade e o poder autárquico, não basta possuí-los. E se a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou o Poder Local Democrático e, posteriormente, várias leis foram-lhe atribuindo competências e meios financeiros, a verdade, é que os projectos culturais municipais no Portugal democrático demoraram anos a ganhar peso e espaço.

E, diga-se, esta dinâmica não foi um movimento espontâneo, e muito menos emergiu, ou se desenvolveu em simultâneo em todo o país. Foi preciso romper caminhos e antecipar soluções ao arripio das atribuições legalmente consagradas. Acima de tudo foi necessário assumir uma atitude de desafio e de disputa de um território tradicionalmente afecto ao Ministério da Cultura. A questão, mais do de ordem legal, tinha contornos práticos, a exigir o preenchimento de um vazio – uma terra-de-ninguém-, nascida da inércia e da ausência de políticas e actividades culturais. O tempo já era outro, e o pulsar da vida das autarquias reclamava condições de democratização dos bens culturais. A força centralizadora da Administração Central não abriu mão das suas competências e, sobretudo não libertou meios financeiros para o desenvolvimento de uma política cultural nas autarquias. Nestas circunstâncias, o poder local ficou perante o dilema: ou defendia os interesses dos seus municípios, proporcionando-lhes o acesso aos bens culturais, ou se submetia aos ditames castradores do Poder Central. Diria que, e restringindo-me à experiência do município de V.N. de Famalicão, foi necessário entrar bem na década de 80 do século XX, para se assistir à deslocação, de verbas financeiras significativas do orçamento municipal para o sector cultural e, consequentemente, ser viável planear e executar um programa específico para este sector. Basta referir que a criação do Departamento de Educação e Cultura, com dignidade institucional equivalente ao das Obras ou do Urbanismo e dos demais, só se verificou em 1986, após a promulgação da lei da autonomia da organização dos serviços municipais. É uma opção, plena de simbolismo, sem dúvida, mas com um sinal claro de uma orientação política com incidências, que se projectam em todos os níveis – e não apenas no plano organizacional – do edifício municipal, ou seja, com repercussões em todas as actividades e pelouros autárquicos. Dir-se-ia. Nada mais natural para quem pense ser o sector da cultura transversal a todos os domínios de actividade municipal, e possui uma relevância primordial na concretização de um projecto de desenvolvimento integrado e sustentável. Por o pelouro da cultura a disputar no mesmo plano dos outros, uma fatia do bolo orçamental é uma questão decisiva, que pode tudo inverter. E assim foi.

A então vila de Famalicão, vivia ao tempo, à sombra da Acácia do Jorge/Casa de Camilo, reconstruída, sob os escombros das cinzas de um incêndio, nos anos vinte do século XX, e apoiada no filantropismo, da Fundação Cupertino de Miranda, inaugurada em 1972. É bom não esquecer que estamos a falar de um

município esmagado, entre os centros urbanos do Porto e de Braga, e por onde não passou a história oficial, política e cultural do país, canonizada nos compêndios. Em geral, esquece-se que a centralidade castradora não se restringe à capital do reino, que se perpetuou na república. Ao longo do país foram-se construindo pequenas centralidades (por exemplo, as capitais de distrito, hoje anacrónicas), que engordaram à custa de terceiros, e hoje ainda contabilizam benefícios, sem qualquer justificação, a não ser a da rotina ou do título, na maior parte das vezes, de mera fachada. Porém, fonte de desigualdades e injustiças.

Isto equivale a confessar que, no plano cultural, o concelho de Vila Nova de Famalicão vivia, há trinta anos, no limiar do ano zero, onde tudo estava por fazer, sobretudo ao nível dos equipamentos culturais, ou seja, faltavam as “estruturas-base” de que fala José Mattoso, com reflexos directos na democratização do acesso à cultura e às artes por parte dos munícipes. O quadro era este: a biblioteca municipal habitava a cave dos Paços do concelho, não existia arquivo histórico, nem auditório municipal, muito menos galeria de arte. A rede de museus e bibliotecas, hoje existentes, foi construída na viragem do século vinte. Valeu que havia a consciência de que só uma intervenção política muito forte na área da cultura poderia inverter esta situação. Como se tinha a percepção de que este atraso crónico exigia um projecto cultural, coerente, alargado e continuado, que incorporasse políticas, no domínio da preservação e valorização do património histórico-cultural, nas áreas de animação sócio-cultural, voltadas para a promoção do livro e da leitura, no incentivo à criação literária e artística e com uma aposta sustentada na investigação da história local. A importância e a acuidade desta intervenção adquirem outra amplitude e urgência, quando se tem consciência que isto se passa num município deprimido, a braços com uma crise económica e social, resultante das inevitáveis mudanças no paradigma do modelo de desenvolvimento económico dominante, assente na monocultura da indústria têxtil. A conclusão é óbvia: pela frente agiganta-se um enorme desafio, não sendo menor a oportunidade: fazer do projecto cultural, não apenas uma alavanca do desenvolvimento local, mas, sobretudo, ser ele próprio parte integrante deste.

Projecto cultural vs política editorial

Foi de propósito que me alarguei. Será desta forma mais fácil evidenciar a relação directa existente entre o projecto cultural autárquico de Vila Nova de Famalicão, nas últimas duas décadas – na extensão e profundidade atrás referidos – e a política editorial municipal.

Não concebo, uma política editorial isolada e desgarrada dentro do município. Espero que me acompanhem. Entendo-o como emanação de um projecto cultural integrado, transversal a todos os sectores e pelouros municipais. O qual, como se adivinha, não cai do céu. Nem é inato. Como também não é uma inevitabilidade histórica. Exige, obviamente, vontade política, meios humanos e financeiros, e sobretudo um pensamento estratégico pensado, que lhe dê consistência e o torne viável. E, porventura, requer uma concepção doutrinária e uma visão ideológica específica, que “grosso modo” não dispensa a presença da esfera pública neste sector. Em todo o caso, um projecto cultural com este propósito e esta ambição exige meios financeiros e outros, sendo tributário de uma forte intervenção municipal na área da cultura.

E, insiste-se, alimenta-se de centros de investigação, do desenvolvimento de projectos culturais, nos mais diversos domínios, como o da história local e regional, da criação literária e artística, da preservação e valorização do património cultural. E, questão fulcral, na dimensão regional e mesmo nacional, que uma política cultural, digna desse nome, incorpora. A que anda ligado, o intercâmbio e a cooperação com as instituições e associações culturais (regionais e nacionais) e as universidades. A nossa experiência é a este nível rica e confere carácter determinante a alguns dos projectos concretizados. Poder-se-iam mencionar os protocolos com a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães que proporcionaram o

aparecimento do Prémio Alberto Sampaio (de amplitude inter-municipal, já com seis edições), ou o protocolo com a APE (Associação Portuguesa de Escritores), que originou o Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, que premeia desde 1992, com regularidade anual, os melhores escritores portugueses. A nível da Arqueologia vigora há anos um protocolo com a Escola de Arqueologia do Freixo (Marco de Canaveses) que possibilita a permuta dos seus alunos nas escavações anuais, organizadas pelo Gabinete de Arqueologia Municipal. Com a Universidade do Minho geraram-se vários acordos de colaboração, dos quais emergiram projectos de investigação, sobretudo, no campo da história local e regional. Acentue-se, que este intercâmbio, entre o município e as Universidades adquiriu natureza institucional, levando à celebração de protocolos, os quais geraram e potenciaram iniciativas em parceria, em diversos domínios, nas áreas da investigação histórica como se disse, mas também, na museologia ou na arqueologia. Dois exemplos atestam isto: o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave nasceu de um protocolo celebrado com a Universidade do Minho e a publicação de uma monumental História de Famalicão, foi fruto da colaboração com várias universidades, com particular destaque para aquela. A entrega da coordenação científica das instituições culturais, nomeadamente, dos museus a professores universitários com formação específica, é a resultante da percepção desta dimensão universal da cultura e, obviamente, da sua natureza inter-institucional e inter-disciplinar, para além de evidenciar a incorporação de um modelo de gestão específico.

Conforme já referi, o percurso do município de Vila Nova de Famalicão, imagino, não será diferente de muitos outros.

Este nexos de causalidade entre o projecto cultural (entendido nas várias dimensões enunciadas) e a política editorial, a funcionar em sistema de vasos – comunicantes, pode ser ilustrada e fundamentada na nossa experiência, da qual posso dar o meu testemunho, sedimentado em vinte anos de trabalho. Fá-lo-ei em breves traços, realçando os casos mais significativos e marcantes.

II

No período pós-revolução 25 de Abril, foi necessário entrar na década de oitenta para ver aparecer livros editados pelo município. Contam-se pelos dedos das mãos, os que a Câmara Municipal editou na primeira década. Acresce, que foram obras resultantes de investigação exterior à autarquia. Não é muito diferente do trabalho realizado antes da institucionalização da liberdade e da democracia no poder local. O gráfico nº 1, que quantifica e

Publicações municipais

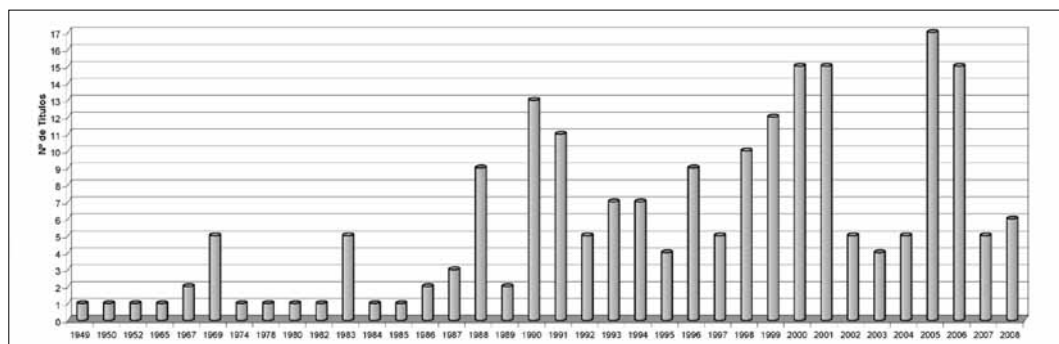


Gráfico nº 1 – Além da quantidade de publicações municipais, – compreendendo-se aqui, monografias, brochuras, catálogos -, este gráfico espelha também as variações anuais dos títulos produzidos pela Câmara Municipal, na segunda metade do século passado, e nos primeiros oito anos do século XXI. Em termos gerais, nota-se uma grande oscilação no número de obras editadas de ano para ano. Todavia, a partir de 1990 nunca se publicaram menos de quatro títulos num ano civil. São também bem visíveis três picos: dos anos 90 e 91 (Centenário Falecimento do Camilo), da década seguinte (2000, 2001) e dos anos 2005 e 2006 (Comemorações da Fundação do Município e dos 800 Anos de Foral).

ilustra o movimento editorial do município na segunda metade do século vinte (mais de duas centenas de títulos), evidencia, com total clareza isso mesmo. Com a excepção episódica do mandato da presidência de Benjamim Salgado (1966-1969)¹, durante o qual se publicaram meia dúzia de títulos, todos os outros presidentes (e alguns exerceram mais do que um mandato), ou nunca editaram livros (a grande maioria), ou quando o fizeram foi para divulgar relatórios de actividades ou programas de festas. Neste caso, situa-se a presidência de Álvaro Marques. Só, em 1983, quando a Câmara Municipal presta uma homenagem nacional a Bernardino Machado, resgatando a sua personalidade do ostracismo dos anos da ditadura, emergem as primeiras publicações, produzidas e editadas pelo município. Reeditam-se várias obras de Bernardino Machado, (*Ensino Profissional, Universidade e a Nação, Pela Liberdade*), promove-se um colóquio sobre a sua plurifacetada personalidade, e os textos deste debate vão alimentar o “Boletim Cultural”, entretanto criado (1980). Em todo o caso, não é irrelevante constatar que estamos maioritariamente perante reedições. Esta linha de acção, centrada no estudo da vida e obra de figuras históricas locais, prossegue nos anos seguintes e, com ela, abre-se um ciclo na política cultural e editorial. Em boa verdade, vai ser necessário aguardar pelos anos de 1988 para se notar um salto significativo (quer no plano quantitativo, quer na natureza dos conteúdos), no aumento editorial municipal. Pela primeira vez, surgem trabalhos originais resultantes de investigações, que progressivamente se foram instalando no terreno. Depois de Bernardino Machado, segue-se a redescoberta em 1988 de Sousa Fernandes, outro republicano, que foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara, após a revolução do 5 de Outubro, editando-se alguns títulos da sua vasta e diversificada produção literária e política; e no ano seguinte inicia-se a primeira colecção, com a edição das obras de Daniel Rodrigues, o republicano que foi ministro das finanças, antes de Salazar assumir a pasta. Este caso, serve para adiantar, desde já, que esta colecção foi patrocinada por um banco. São raros os casos de patrocínio empresarial, na nossa experiência editorial. Porém, revestem-se de uma importância e significado, a exigir reflexão. Anote-se que, não fora este mecenato e os planos editoriais dificilmente se teriam concretizado. Alguns mesmo ficariam pelo caminho. A par daquele projecto outros frutificam, designadamente um denominado “Projecto de História Local”, tributário de vários títulos e, sobretudo, factor de mobilização da investigação da história local, agregando escolas locais, universidades e intelectuais. A organização periódica a partir de 1989 de umas “Jornadas de História Local”, foi o veículo utilizado, gerando estudos inovadores de história local. O exemplo mais significativo traduz-se na publicação, do já clássico “Imagens de Famalicão Antigo” de A.J. Pinto da Silva, com enormes repercussões na sociedade famalicense, o qual, curiosamente, também foi igualmente patrocinado por outro banco. Neste caso, fomos mesmo confrontados com o dilema, ou se consegue patrocínio ou não há livro. Frutos directos destas políticas são o lançamento das colecções “Biografias” e “Autores Famalicenses”, que escoam parte desta investigação. Alguma outra alimentou o Boletim Cultural.

Neste contexto, merece referência específica a relação estabelecida, entre a construção de equipamentos culturais, acoplados de centros de investigação, como o Centro de Estudos Camilianos (CEC), a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e o seu Fundo Local, o Gabinete de Arqueologia e o seu plano de escavações nos castros do território municipal, o Museu da Indústria têxtil da Bacia do Ave e o projecto de estudo de arqueologia industrial da região, o Museu Bernardino Machado, e a ambição de conhecer o estadista famalicense, a par do estudo da 1ª República e das lutas pela liberdades públicas durante a ditadura do Estado Novo, e o aumento do número e da diversidade temática das edições municipais. Esta linha de acção

.....
¹ O Padre Benjamim Salgado foi um adepto fervoroso e dirigente do regime do Estado Novo, tendo sido também um homem de cultura. Não é caso único. Como sabemos, a história da cultura portuguesa (e universal), regista estes paradoxos. A sociedade famalicense tem adoptado uma posição de tolerância perante este e outros casos similares, valorizando o homem de cultura e ignorando o político, comprometido com a ditadura, onde ocupou cargos no partido único, escrevendo textos apologeticos da ditadura, nomeadamente, quando dirigiu o jornal bracarense “Correio do Minho”.

da política cultural, assumidamente prioritária, espelha de forma impressionante uma relação de causalidade, entre a criação de equipamentos culturais e o fomento da investigação local e, conseqüentemente do incentivo à acção editorial. Basta dizer, que o CEC lança a partir de 1988, a colecção “Estudos Camilianos”, hoje com sete títulos, o Gabinete de Arqueologia investiga a cultura castreja (desde 1982), promove colóquios e publica as “Actas” destes debates, tal como o Museu Bernardino Machado, ao iniciar em 1993, a Colecção “Cadernos Museu Bernardino Machado”, que já vão em 10 volumes, enquanto o MIT, publica o Boletim Informativo e a revista “Arqueologia Industrial” desde 1990, com 5 volumes editados. Por seu turno, a nova Biblioteca Municipal inaugurada em 1991, mais orientada para a promoção de colóquios e exposições, edita catálogos, onde organiza e divulga os fundos documentais à sua guarda. Merecem referência: “A oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão 1945-73 – uma perspectiva” de 1992; “Nuno Simões, um republicano no mundo português”, de 1994; “Armando Bacelar e Lino Lima – Testemunhos de luta pela Liberdade”, de 1996 e “Autores Famalicenses, uma aproximação” de 1998. Esta linha de acção não é exclusiva da Biblioteca Municipal. Também o Museu Bernardino Machado alimenta o seu plano editorial com a promoção de colóquios e exposições, donde emergem livros e catálogos. O exemplo mais conhecido é o dos “Encontros de Outono”, com periodicidade anual desde 1998. O mesmo se passa com o Centro de Estudos Camilianos, com a organização periódica de conferências em torno da obra camiliana.

Já agora, o Arquivo Histórico, criado em 1983, e aberto ao público em 1989, lança no ano seguinte duas colecções: “Memórias de Vila Nova” e “Anais”, disponibilizando alguns tesouros da história famalicense. O resultado de todo este trabalho espelha-se nos gráfico nº2 e no quadro das publicações municipais – distribuição por anos e temas, os quais nos dão a dimensão quantitativa e a diversidade temática dos títulos editados, bem como a natureza dos seus conteúdos.

Publicações Municipais – Distribuição por temas

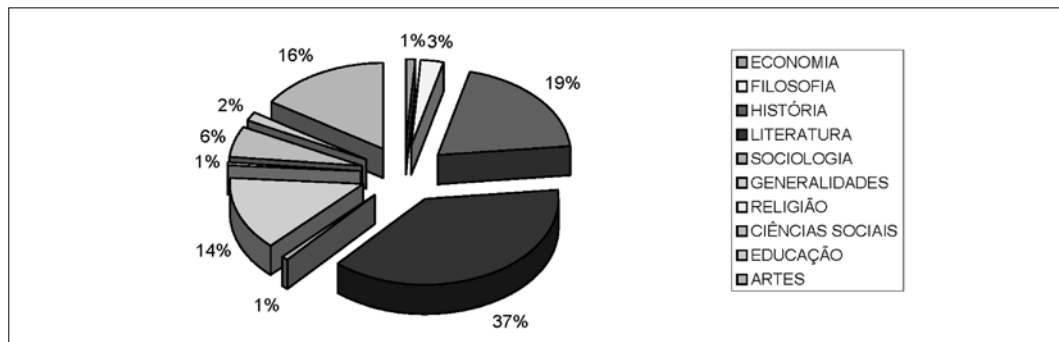


Gráfico nº 2 – Este gráfico, – o qual deve ser conjugado com o “quadro das publicações municipais”, e com o gráfico nº 1, em termos gerais é visível que ilustra a divisão temática, do universo dos títulos editados no período demarcado naquele gráfico. A literatura tem um claro predomínio (37%), seguido pela história e as artes. Diga-se que as classificações – todas elas – são perigosas, por que enganadoras, para leitor(es) desprevenido(s). O método aqui usado é a universal CDU, a qual merece que a interpretemos. Assim, se 108 títulos são de literatura (37%), não é menos verdade que 45 são biografias e 31 de conteúdo camiliano, aos quais se associam 10 ensaios, ou seja, a grande maioria destas obras tratam de assuntos não ficcionais, desfazendo, porventura, a primeira impressão de que uma boa parte dos títulos são do género literário. Pelo contrário, esta aproximação ao seu conteúdo permite-nos concluir, que a maioria aborda temas de história local, ora sob a forma biográfica, ora de ensaio. Esta tendência mais se acentua quando lhe adicionamos os 19% (55 títulos) consagrados especificamente à história.

Quadro das Publicações Municipais – Distribuição por temas

ECONOMIA	3	LITERATURA	108	GENERALIDADES	39
Têxtil	3	Biografias	45	Associações	2
FILOSOFIA	8	Ensaio	10	Bibliografias	11
Filosofia Política	7	Poesia	5	Cultura	3
Epistemologia	1	Camiliana	31	Imprensa	15
RELIGIÃO	2	Epistolografia	3	Instituições	2
Catolicismo	2	Memória	3	Leitura Pública	1
CIÊNCIAS SOCIAIS	16	Ficção	3	Museologia	5
Administração Municipal	7	Banda Desenhada	2	ARTES	45
Etnografia	6	Contos	1	Caricatura	3
Turismo	3	Discursos	4	Cinema	20
EDUCAÇÃO	5	Literatura Infantil	1	Fotografia	2
Pedagogia	2	HISTÓRIA	55	Pintura	20
Educação Feminina	1	Arqueologia	3		
Educação Profissional	2	Arqueologia Industrial	4		
		História Universal	5		
		História Local	37		
		Património	3		
		Toponímia	3		
		SOCIOLOGIA	3		
		Habitação	3		

TEMAS
 Sub-Temas

A conclusão parece óbvia: existe, – a par do efeito de casualidade entre os equipamentos culturais/centros de investigação e o movimento editorial –, uma relação directa consolidada, entre a promoção e a dinâmica das iniciativas culturais e a política editorial, a qual se evidencia, não só na temática, como, sobretudo, na quantidade de livros editados. Os gráficos referidos espelham de forma eloquente o que vem sendo afirmado. A sua leitura e interpretação pode ser extremamente esclarecedora. Vejamos alguns casos. Os anos de 1988, 1990 e 1991, são os primeiros a registar os maiores saltos de títulos publicados. Só no final do século (anos de 2000 e 2001) é que aqueles números são ultrapassados. A explicação é simples. No primeiro caso, nada mais lógico: em 1988 promoveram-se duas homenagens, a já referida ao Senador Sousa Fernandes e a comemoração do 80^a Aniversário de Alberto Sampaio, e no ano seguinte começaram as Jornadas de História Local, enquanto o Centro de Estudos Camilianos entra em velocidade de cruzeiro. Em 1990 e 1991 também se concentram várias iniciativas marcantes, entre as quais o já mencionado centenário da morte de Camilo, a homenagem a Daniel Rodrigues, além da inauguração da nova biblioteca municipal.

Acresce, que fica também evidenciado que nesta dinâmica, os centros de estudos e de investigação desempenham um papel fulcral, não só no movimento editorial, como também no incentivo à investigação, sua verdadeira razão de ser, criando bases de dados, organizando e catalogando informação, para afinal disponibilizá-la aos investigadores.

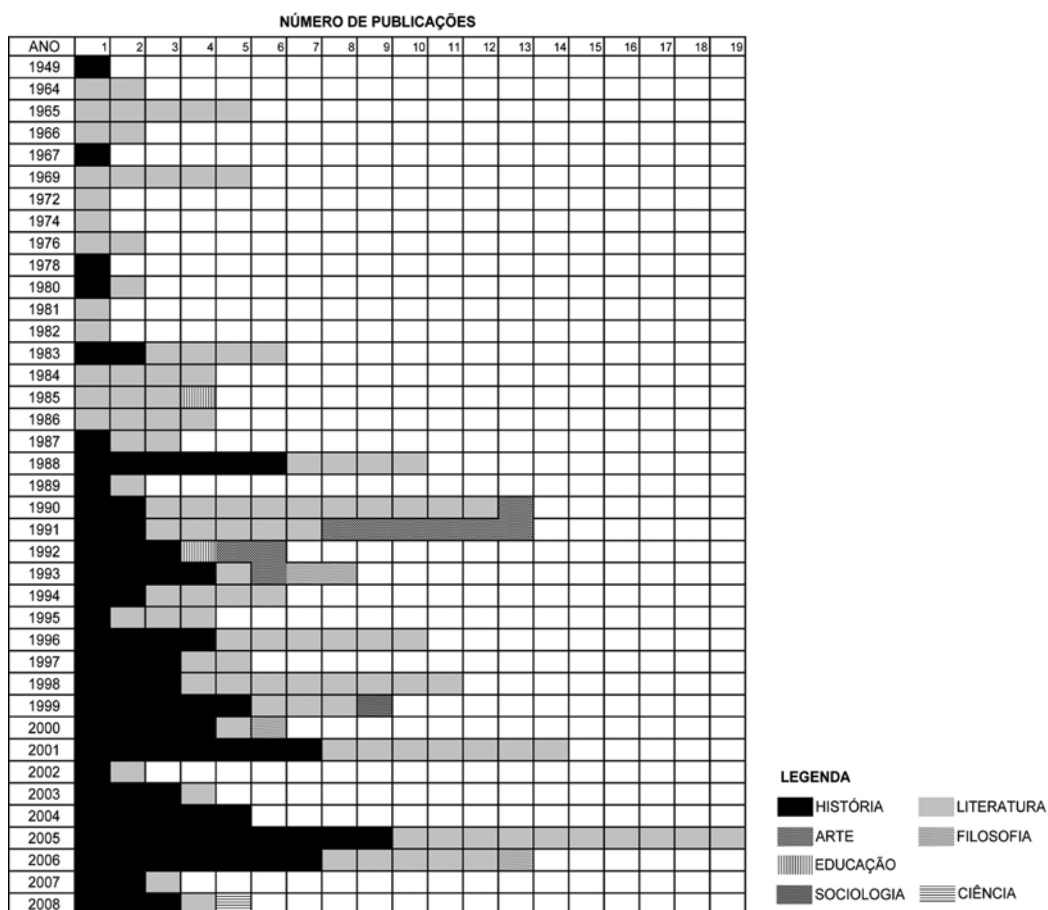
Muito provavelmente seremos tentados a admitir que o “score” editorial do final do milénio tem a alimentá-lo o anunciado (e consumado) fim de ciclo político no poder municipal. É certo que nenhuma política está imune às alternativas de poder, mas creio que estes momentos abrem mais oportunidades do que oportunismos. O ano de 2005 é a este propósito extremamente elucidativo. Além do mais, ostenta o título de campeão absoluto de livros editados (17), em mais de meio século de municipalismo. Acontece que, naquele ano celebraram-se os 800 anos da atribuição do Foral ao concelho, englobando o plano comemorativo um

vasto e diversificado programa, com destaque para a colecção “8 séculos”, onde se publicaram 13 títulos. Questão de oportunidade.

Deve acrescentar-se que este projecto cultural exige, naturalmente, instalações e apetrechamento técnico, bem como o recrutamento de pessoal especializado. Houve, como era inevitável, um reforço e uma aposta nesta área. Sem eles era de todo impossível concretizá-lo. Também seria difícil levá-lo à prática sem a recolha e tratamento de diversificados espólios documentais e fotográficos de personalidades locais, de empresas e de instituições, na sua esmagadora maioria cedidos gratuitamente à autarquia.

Por último, diga-se que se a política editorial é tributária do desenvolvimento do projecto cultural, este não deixa também de receber a sua contrapartida, beneficiando do impulso daquela, em particular da criação das “instituições da memória” de que fala Jacques Le Golf. Em boa verdade, cria-se um sistema de vasos comunicantes, que se alimentam mutuamente. Falta saber quem mais beneficia. O que é irrelevante. O importante é ter consciência que vivem para se encontrarem e frutificarem.

Quadro/síntese das Publicações Municipais – Distribuição por Anos e Temas



Boletins e periódicos

Até aqui esteve sob mira de análise o livro, numa tentativa de encontrar os movimentos e as dinâmicas, mais directas ou menos visíveis, que geraram ou impulsionaram o seu nascimento. Todavia, uma abordagem com estes objectivos esbarra necessariamente, com outro tipo de publicações, como as revistas, boletins e mesmo jornais, que foram surgindo neste período, os quais não deixam de estar associados às monografias, quanto mais não seja pela divulgação que fazem dos seus conteúdos, e pelo papel que desempenham na promoção e divulgação das actividades dos centros de investigação e das iniciativas culturais.

O município de Vila Nova de Famalicão publica desde os anos 60 do século XX o “Boletim da Casa de Camilo” especializado em temas camilianos, que tem mantido uma regularidade intermitente (v. gráfico 3). A par dele, o “Boletim Cultural”, mais recente, adquiriu a partir dos anos 80 do século passado, uma preponderância no panorama cultural famalicense, em face da dinâmica que conseguiu passar para os investigadores e intelectuais locais e da região, que cativou, e pela qualidade e heterogeneidade dos conteúdos divulgados. Já vai na terceira série, com 20 volumes editados. Por seu turno, a “Arqueologia Industrial”, tem tido um papel relevante na divulgação de estudos do sector. O mesmo se poderá dizer do Boletim Informativo deste Museu.

A edição de jornais (edições únicas, ou de periodicidade irregular, surgindo para assinalar efemérides, ou focando temas específicos, foram outros veículos utilizados no estudo e divulgação da historia e da cultura famalicenses. Uma vez mais, Camilo fez nascer dois dos referidos periódicos. O associativismo local, é a este nível, um caso singular, pois originou o aparecimento de um jornal “Fórum das Associações” dedicado ao sector. “A Gazeta de Famalicão” periódico monárquico oitocentista, serviu de inspiração utilizado para se publicarem quatro números temáticos (Dia da Cidade, Júlio Brandão, Arquivo Histórico, Alberto Sampaio).

Periódicos

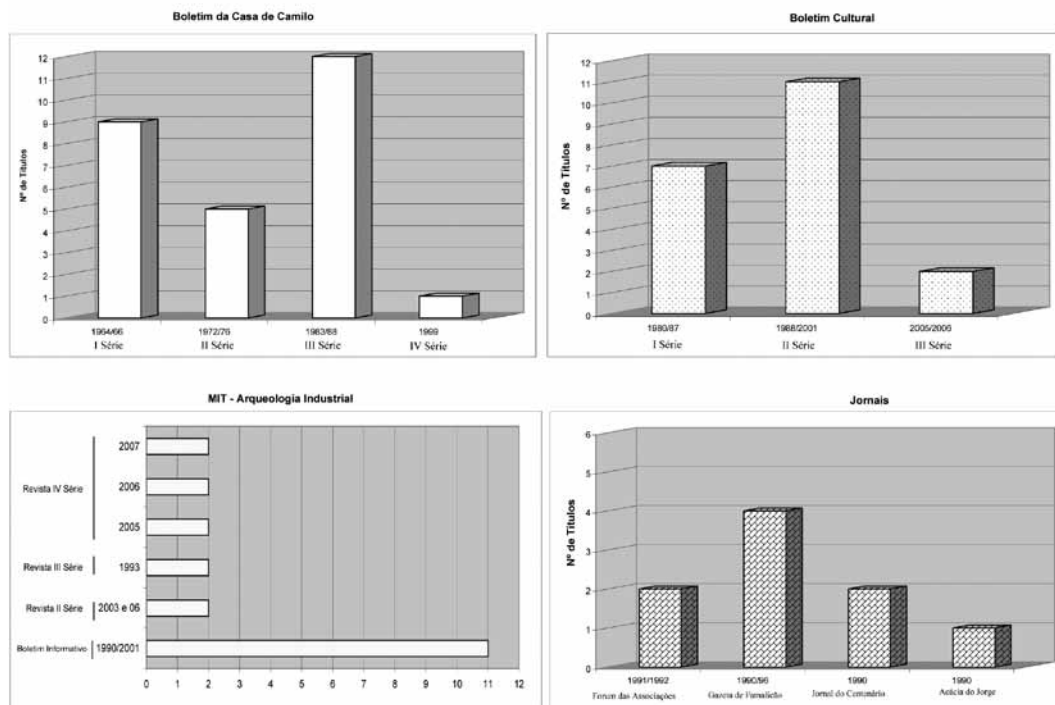


Gráfico nº 3 – O Boletim da Casa de Camilo tem uma longa história, que o mundo da cultura conhece e associa à Casa Museu Camilo. Começou nos anos sessenta com Alexandre Pinheiro Torres, prosseguiu com Benjamim Salgado (II série), Manuel Simões (III série), sendo hoje dirigido por Aníbal Pinto de Castro. Por seu turno, o Boletim Cultural nasceu em 1980 e vai com 20 volumes, distribuídos por três séries. A Arqueologia Industrial, apesar das intermitências, adquiriu nos últimos anos, nos meios da especialidade um estatuto de referência.

Do Livro à Livraria Municipal

Reservei para um último momento, umas breves notas, que reflectem a experiência adquirida, quanto aos aspectos organizativos, onde englobamos, a produção/ edição, gestão, promoção/venda, distribuição e marketing das publicações municipais.

Como em tudo, há sempre um começo, algures no tempo, indefinido, nebuloso, de contornos imperfeitos, dos quais só agora adquirimos consciência.

Ninguém se espanta se disser que arrancamos com edições isoladas, produzidas, “comercializadas” e distribuídas, de forma precária e voluntarista, pelo próprio município. Nessa época, não tem muito cabimento (daí as aspas na expressão comercializadas) falar em vendas. Oferecia-se mais o livro do que a promoção da sua venda, atribuindo-lhe um valor cultural e simbólico, que deixava para trás o seu valor comercial. Na verdade, editavam-se, como vimos, nestes primórdios (anos 80 do século passado), poucos títulos, sobretudo de acentuado pendor histórico, com a chancela exclusiva da autarquia (v. gráfico 1). Longe vinham ainda as parcerias com as editoras. E, mais distantes, estavam ainda as políticas de apoio e incentivo aos criadores (poetas, ficcionistas, investigadores). Como é óbvio, já existiam artistas e investigadores, mas eram recambiados para os editores, que, regra geral, os deixavam à deriva. A edição de autor impõe-se como solução única. E o apoio ou patrocínio da Câmara não estava à partida garantido. A existir, era acto isolado.

A gestão editorial era amadorística, e a distribuição restringia-se aos postos municipais. As receitas, embora escassas, eram saudadas como grandes troféus, sendo levadas às reuniões do executivo para conhecimento público, atestando uma nova orientação, onde se procurava introduzir no sector uma gestão profissionalizada, que evidenciasse a ideia, ao tempo controversa e controvertida, de que a cultura era um investimento e uma interessante fonte de receitas, e não um desperdício de dinheiros públicos! Cujos benefícios, aliás, se contabilizavam, muito para além, das verbas arrecadadas.

Tudo se altera, com a criação em 1986, do Depósito de Publicações, á boleia da institucionalização do Departamento de Educação e Cultura. É este o verdadeiro acto fundador da Livraria Municipal. E com ela o da gestão/distribuição /comercialização das publicações municipais. Os resultados tornam-se de imediato visíveis. No início da década de noventa fazem-se os primeiros registos de vendas. Assim em 1990, a venda de publicações municipais atinge o montante de esc: 1 875 733\$00; em 1991 esc: 1 770 158\$00; no ano de 1992, só no primeiro trimestre amealharam-se 275.181 esc.; em 1993 esc: 1 888 592\$00; em 1994 esc: 1 431 020\$00; em 1995 esc: 409 862\$00, a que acresce esc: 574 280\$00, obtidos pelo Centro de Estudos Camilianos, ano em que se fez a separação da gestão e venda das publicações camilianas das restantes edições. Um princípio, aliás, depois aplicado a todas unidades culturais, sem prejuízo da superintendência da Livraria Municipal, sob a alçada da direcção do departamento de Cultura.

Esta nova fase, na política de gestão e venda, levou pela primeira vez a colocar as publicações municipais, de forma selectiva, nas livrarias e quiosques existentes no concelho. Também se celebrou – uma novidade absoluta – pela primeira vez um contrato de distribuição com a Europress, Editores e Distribuidores. O contrato durou cerca de quatro anos, alcançando excelentes resultados, enquanto durou. Basta dizer, que no primeiro ano a Câmara Municipal arrecadou esc: 686 640\$00. O final não foi feliz, acabando em rotura com incobráveis à mistura. Em todo o caso, nunca levamos tão longe e a tantos lugares do país os nossos livros. As experiências mais recentes, nesta área de distribuição, embora com aspectos contratuais diferentes, não permitiram alcançar estas metas, tanto no capítulo das receitas, como na distribuição pelo mercado. Adianta, desde já, que, em grande parte, isso fica a dever-se às transformações recentes no mundo livreiro, dominado por grandes grupos económicos, vergados a lógicas editoriais de “best-sellers”, e subservientes

ao marketing, voltado para um consumismo massificado. Como sabemos, o desprezo que destilam, não se dirige exclusivamente ao livro municipal.

Em todo o caso, as receitas alcançadas, nos últimos anos, com a venda das publicações municipais não são despidiendas. Deixo dois exemplos. As obtidas na Casa de Camilo / Centro de Estudos, nos últimos seis anos: 3.026,56 euros em 2003; 872,31 em 2004; 8517.20 em 2005; 4524.55 em 2006; 6269.25 em 2007 e 6427.00 em 2008. E as cobradas no Museu Bernardino Machado, respeitantes aos mesmos anos, e pela mesma ordem: 729.21; 1062.73; 1207.00; 504.75; 852.40; e 537.30. Acrescente-se que estas unidades culturais são as que possuem planos editoriais mais fortes e consistentes.

Os resultados alcançados, tanto a nível de gestão, como no plano específico da distribuição e venda serviram de alento para se levar mais longe esta política, sendo que os maiores bloqueamentos se situavam a jusante da produção.

Com efeito, a distribuição e venda colocaram-nos problemas inultrapassáveis. Procuramos as Feiras do Livro (de Braga e mesmo as do Porto e Lisboa), além da promovida pela edilidade local. Foram excelentes montras de promoção, que continuamos a explorar, apesar dos custos exorbitantes no seu acesso. Editamos catálogos, além de outras formas de promoção, de que servem de exemplo, o dia do autor local e as sessões de apresentação de livros. Deve dizer-se que a oferta do livro, sempre foi para nós entendido, como um investimento, representando um valor superior à das vendas. Não é pacífico, como é sabido este entendimento. Este ponto dá mesmo uma boa discussão. A ele anda associado uma outra controvérsia. O do preço de venda do livro. A questão pode resumir-se assim: deve por regra o preço de venda visar o lucro, ou limitar-se a recuperar os custos de produção? Mais, em certos momentos (por ex: nas sessões de lançamento, ou na abertura das exposições, etc), não será boa política fazer descontos, e desta forma estimular o interesse do público e, a própria venda de livros e catálogos, em vez de os amontoar em depósitos?

Incentivos à edição

Mais difícil, (pelo menos, foi um processo de gestão mais demorado), foi resolver as políticas de apoio e incentivo aos autores e artistas locais e, em particular à investigação. Em contraponto a estas, os apoios às artes plásticas e do espectáculo viabilizaram-se mais depressa e, ganharam expressividade. A dado momento fixaram-se regras de apoio para as primeiras criações, independentemente da sua natureza ou género: a Câmara Municipal passou a prestar apoios, de diversa ordem, para a 1ª exposição, o 1º concerto, a edição do 1º CD ou do primeiro livro. O lançamento dos “Prémios Literários e Artísticos”, assim como o concurso anual “Arte Jovem”, foram alavancas para o aparecimento de novos criadores, e consequentemente para o lançamento de novas obras. Porém, de imediato instalou-se um contratempo. A edição dos livros premiados transformou-se num problema.

Publicações patrocinadas

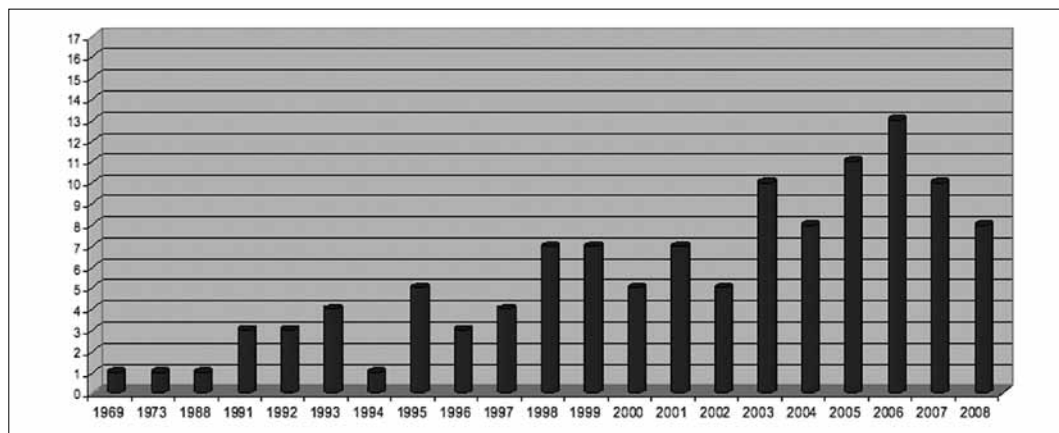


Gráfico nº 4 – Este gráfico traduz o número de livros adquiridos pelo município de V.N. de Famalicão, entre 1969 e 2008, reflectindo a variabilidade anual e, implicitamente o investimento efectuado, naquele período temporal, o qual atravessa o regime do Estado Novo e a Democracia e, dentro desta as alternâncias políticas, ocorridas no governo municipal, designadamente a operada em 2001.

A questão resolveu-se com a adopção, numa primeira fase de um plano auto-vinculativo por parte da autarquia, de um conjunto de regras, vertidas posteriormente, pelo executivo municipal em regulamento, que continua em vigor, designado “Plano de Apoio e de Incentivos à Actividade Editorial,” onde se definem os requisitos de candidatura dos autores e dos editores ao apoio à edição, privilegiando-se os naturais e ou residentes no concelho. Porém, não excluindo as editoras privadas. A única exigência (condição sine qua non) é editarem conteúdos sobre o concelho de V.N. de Famalicão, no entendimento amplo atrás expresso. José Casimiro da Silva, o protagonista da “ história exemplar” narrada no início do texto sentir-se-ia feliz. Teve razão antes do tempo. Nada nem ninguém poderia obstar a que o romance de Júlio Brandão fosse publicado. As vantagens desta solução são enormes. À frente de tudo o mais, inscreve-se na gestão municipal a transparência, e garante-se o tratamento de igualdade entre os municípios. No plano editorial, o êxito é retumbante, que, aliás, o catálogo das obras patrocinadas bem ilustra (v. gráfico nº4). Fica claro que, muitos autores conseguiram publicar os seus livros, nomeadamente, de poesia e de ficção (v. gráfico 5), áreas onde a autarquia sente algum desconforto em os acompanhar. Pelo que é legítima a pergunta: quantos editores se abalançariam a publicar estes autores locais, sem garantirem um suporte financeiro mínimo por parte do município?. Poderão objectar, desta forma, abre-se a porta à publicação do bom e do péssimo. Pela parte que me toca, prefiro ver o livro na montra ou na estante do que na gaveta do tempo que estrangula oportunidades e priva o julgamento público, e quem sabe, da aventura e do prazer da descoberta.

Temas dos Livros Patrocinados

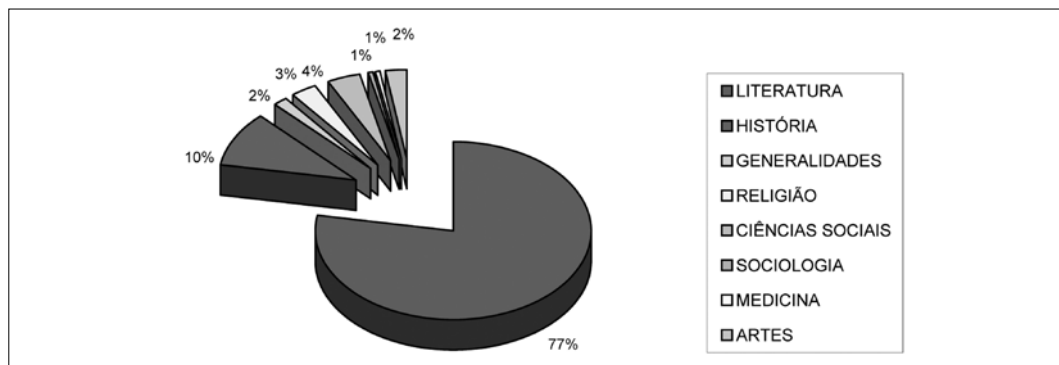


Gráfico nº 5 – A literatura também aqui predomina a par da história. Não é de estranhar, se pensarmos que quem busca apoio para a edição, regra geral, é o autor em início de carreira, que encontra na poesia ou na ficção os campos de eleição para afirmar a sua criatividade. Os 10% alcançados pela história, explicam-se pela atenção que se dá aos textos e aos autores que se dedicam ao estudo das raízes e do percurso da história de Famalicão

Quadro com temas

SOCIOLOGIA	1	LITERATURA	126	ARTES	4
Aborto	1	Biografias	7	Música	3
FILOSOFIA	8	Ensaio	9	Pintura	1
Filosofia Política	7	Poesia	31	HISTÓRIA	16
Epistemologia	1	Camiliana	24	Antropologia	1
RELIGIÃO	5	Epistolografia	2	Estado	1
Catolicismo	5	Memória	8	História Universal	2
CIÊNCIAS SOCIAIS	6	Crónica	14	História Local	12
Etnografia	3	Ficção	23	MEDICINA	1
Política	3	Contos	1	Oncologia	1
EDUCAÇÃO	5	Teatro	3		
Pedagogia	2	Literatura Infantil	4		
Educação Feminina	1	GENERALIDADES	3		
Educação Profissional	2	Cultura	1		
		Instituições	2		

TEMAS
 Sub-Temas

O grande salto estava prestes a chegar. Além das questões já referidas, tínhamos entre mãos, uma pressão crescente, de obras para editar, para as quais não encontrávamos saída. Diga-se entre parêntesis, que nunca excluímos, patrocínios para edições de qualidade, que chegavam ao departamento, pela mão dos próprios autores, ou das editoras. O exemplo mais expressivo é o livro do editor Rui Guedes “Vila Nova de Famalicão”, o qual integra uns apontamentos do conceituado historiador Veríssimo Serrão sobre a história do nosso concelho. Que fique claro, este estudo foi quem determinou o apoio do município. Também acolhemos, é outro exemplo, a proposta da “Figueirinhas” para a reedição das “*Memórias de Bernardino Machado*”, escrita pelo seu filho António Machado. Como apoiamos as editoras Anérgia Phrase Editores na publicação, respectivamente, de “Famalicão, Terras de Vila Nova” e “Vila Nova de Famalicão, os oitocentos Anos do Foral”. Em todo o caso, as parcerias com os editores, com todos, (sem exclusão), do concelho ou fora dele, foram a solução preferida. Regra geral, estamos a falar de co-edições, onde o município assume os encargos com

a produção da obra, incluindo os direitos de autor, até às chamadas artes finais, e o editor, completa o ciclo, editando-o e distribuindo-a pelo mercado. Uma parte da edição (200/300 títulos, com variáveis que passam pelo interesse municipal da obra e, eventualmente, pelo seu custo) fica de antemão assegurada pela Câmara Municipal. Foi deste modo que, com a Quasi Edições, publicamos em 2005, treze títulos, na colecção “8 Séculos”; onde sobressai a monumental História de Famalicão, com a Ausência Editores, estamos a publicar os “Cadernos Museu Bernardino Machado”, que já vai em dez títulos; com a Húmus Editora, iniciamos, no ano passado, a publicação das “Obras” de Bernardino Machado, um grande projecto editorial, que colocará à disposição do público, mais de uma dezena de títulos, reunindo pela 1ª vez a obra científica, pedagógica e política do ex-Presidente da República, que tem um museu consagrado à sua figura em V.N. de Famalicão. A par deste modelo, adoptamos outras modalidades de incentivo á actividade editorial, patrocinando a colecção camiliana, que a Caixotim Edições, tem no mercado e continuamos a adquirir, seja qual for a editora, os livros cujo conteúdo estabeleçam uma relação de afinidade com o nosso concelho. Ou então, cuja autoria seja de um famalicense (nascido, adoptado ou residente, é indiferente, o que prevalece é a sua ligação à terra). Nestas aquisições, estamos a disponibilizar, em cada ano, á volta de 30 000 Euros (v. gráfico 4).

A contrapartida que damos, nem sempre expressa nas fichas técnicas dos livros, é de adquirir um número variável de exemplares ao preço de custo. O editor faz a distribuição e fica com o direito de vender no mercado. Pela nossa parte, restringimos as vendas aos postos do município e abastecemos as redes de bibliotecas municipais e escolares. Acima de tudo, fomentamos a circulação do livro pelas associações locais e pelas instituições e entidades culturais, locais ou nacionais, promovendo a permuta e a oferta com todas elas.

Um caso singular emerge entre todos os demais: a celebração de um protocolo com a editora local “Do Impensável”, pertencente ao grupo Quasi Edições, que vigorou no primeiro mandato do poder social-democrata (2002/2005), o qual previa a aquisição anual de um número de títulos do catálogo da referida editora até ao tecto de 10.000 euros, tendo como contrapartida, o apoio à edição e promoção, por parte da referida empresa, dos autores locais e da actividade editorial. Durou o primeiro mandato, mas não levou muito tempo a perceber, que o protocolo tinha uma tendência unidireccional. Adquiriram-se religiosamente os títulos do catálogo, mas falhou redondamente o estímulo e o apoio à criação literária, artística e à investigação dos autores locais. Estes continuaram à procura de editor. Alguns deles conseguiram publicar: com a chancela de outras empresas.

O mal-amado

O livro é o mal-amado das políticas culturais municipais. O seu parente pobre. Pode-se sempre descobrir aspectos “heróicos” no trabalho realizado. Mas, por detrás estão sempre dificuldades e constrangimentos que já esquecemos: o livro para o qual não conseguimos a respectiva dotação orçamental, ou o patrocínio que foi recusado! E a mágoa de ver um bom livro ignorado pelo público, e pelos órgãos de comunicação social?

Ninguém se pode excluir desta atitude discriminatória, de indiferentismo e até de banimento. Nem os “media” escapam. Podem dar-lhe o seu momento de glória, mas, regra geral, atiram-no para o limbo do esquecimento. Não admira, existe uma atracção pelo artístico, pelo espectáculo, com os quais se estabelecem cumplicidades e tecem deslumbramentos, que nos deixam perplexos. De livros, lembram-se deles, quando lhes proporcionam “circo” e, logicamente, audiência.

O livro municipal sofre de um pecado original. Nasceu diferente, marcado pela singularidade da sua localidade, carregando a ousadia de o afirmar – um fardo para toda a vida! Paradoxo dos paradoxos, a sua mais valia, a sua identidade, a sua imagem de marca, que o torna único e imprescindível, é a sua maldição.

Todos o sabemos. Mas tudo fazemos para o ignorar. Nada nos desperta para lhe prestar atenção, tentar compreender a sua natureza, “psicanalisar” o seu drama.

Acontece isto com todos os responsáveis políticos e culturais, com os próprios municípios, com as regiões, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e o Ministério da Cultura. Nesta circunstância, muitas perguntas poderiam e deveriam ser colocadas. Fiquemo-nos pelas mais prementes e, de consumo imediato. Alguém se (ou todos juntos) atreve a realizar anualmente uma Feira do Livro Municipal. Por exemplo, em Lisboa e Porto, quem ou o que impede a sua realização, a par das tradicionais Feiras de Livro anuais?

Que se saiba nenhuma daquelas entidades lançou qualquer plano (é disso que estamos a falar) que resolva este isolamento e ajude a vencer as dificuldades de mobilidade e visibilidade do livro municipal.

As permutas de publicações que as instituições culturais municipais, por vezes, fazem entre si, são parte da solução, mas deixam o problema na esquina da indecisão. Colocam-no nas bibliotecas, nos museus, etc, mas escondem-no do mercado e do grande público. Apoucam-no e desvalorizam-no.

Os académicos, sobretudo, os historiadores tecem-lhe elogios e descobrem-lhe méritos. Sem ele afirmam, não se pode escrever a história do país! Imaginem a ignorância em que vivemos.

Com o ANMP não podemos contar. Os seus dirigentes escolheram o campo sindical e disputam verbas com o Governo, para fazer obra de betão e de asfalto. Esgotam aí toda a sua imensa capacidade. Nem lhes ocorre que poderiam ter uma Livraria/Biblioteca (nacional) de todas as publicações municipais! E afirmar neste campo a sua vitalidade e identidade.

No plano regional, seria legítimo contar com as Associações Inter-municipais e no caso da minha área, com a AMAVE (Associação Municipal do vale do Ave), que anda, entretida, anos a fio, com obras de saneamento e de despoluição das bacias dos rios, e assoberbada com as verbas do QREN, sua verdadeira razão de sobrevivência. Exigir-lhe que pense uma política de promoção do livro e da leitura e de incentivo à sua distribuição, (dos títulos editados pelos municípios seus parceiros, tão só), é forçar a sua natureza. Será demais pedir a criação de uma Livraria Inter-Municipal? O Vale do Ave, a Região do Minho, na poliédrica diversidade cultural e histórica ao alcance de uma estante! O mesmo se deverá dizer de um portal digital: uma biblioteca virtual ao alcance de um click!

Resta-nos a indignação, a persistência, para descobrir e rasgar caminhos, que permitam colocar o livro municipal – o tal de que o país necessita para se conhecer –, nas estantes dos livreiros, nas mãos do povo e, permitam-me a insistência, por que tarda demais, ao alcance de um sítio da internet.

II. Publicações Municipais. Publicações Patrocinadas

*catalogação de Amadeu Gonçalves**

A ACÁCIA DO JORGE. V. N. de Famalicão, 1991

- A Acácia do Jorge. Propr. Câmara Municipal, Comissão Municipal das Comemorações do Centenário de Falecimento de Camilo. V. N. de Famalicão. n.º único (Mar. 1991). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.

AFONSO, Maria José

- Monografia das Intervenções no Complexo Habitacional de Lousado: uma experiência na luta contra a exclusão social. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1999.

ALMEIDA, Ana de; ANDRADE, Sara

- História de Famalicão em Banda Desenhada. II. Sara Andrade. Dir. Armindo Costa; Coord. Leonel Rocha; Coord. Edit. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Penafiel: Editorial Novembro, 2008.

ALONSO MONTERO, Xesús

- Soneto Neo-Latino. [Introd. J. Santos Simões]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1996.

ARAÚJO, José Carlos Mendes

- São Tiago de Castelos: apontamentos para a sua História. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa).

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL. Vila Nova de Famalicão, 1993

- Arqueologia Industrial. Dir. José Lopes Cordeiro. 2.ª série, Vol. I, n.º 1-2 (1993). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 1993.

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL. Vila Nova de Famalicão, 2006

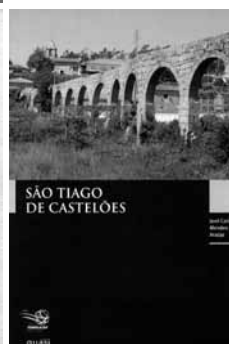
- Arqueologia Industrial. Dir. José Manuel Lopes Cordeiro. 4.ª série, Vol. II, n.º 1-2 (2006). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2006. Actas da I Conferência Internacional de Arquivos Empresariais.

ASSUNÇÃO, Tomás Lino de

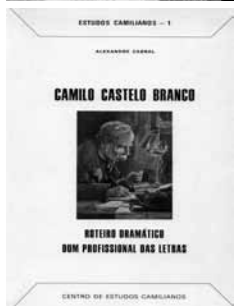
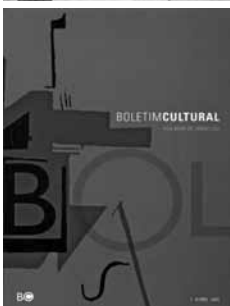
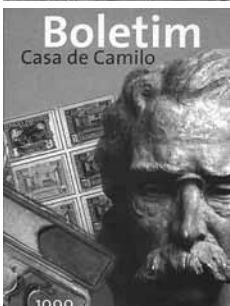
- Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos. Pref. Norberto Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2004. (Manuscritos do Fundo Particular Bernardino Machado; 1. Dir. Norberto Cunha)
Contém textos de Fernanda Ribeiro e Henrique Barreto Nunes.

BACELAR, Armando

- Memória dos Tempos Idos. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1996.
- Separata Boletim Cultural, n.º 13 (1994-1995)



* Câmara Municipal de V. N. de Famalicão



BASTOS, Maria do Rosário da Costa

- Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média. Pref. José Marques. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1996. (Cadernos do Vale do Ave; 2).

BOLETIM DA CASA DE CAMILO. S. Miguel de Ceide, 1964-1966.

- Boletim da Casa de Camilo. Dir. António Maria Pinheiro Torres. n.º 1 (Jan.-Mar. 1964)-n.º9 (Jan.-Jun.1966). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1964-1966.

BOLETIM DA CASA DE CAMILO. S. Miguel de Ceide, 1972-1976.

- Boletim da Casa de Camilo. Dir. Benjamim Salgado. 2.ª série, n.º 1 (Jan.-Fev.-Mar. 1972)-n.º 4-5 (Jul.-Dez. 1976). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1972-1976.

BOLETIM DA CASA DE CAMILO. S. Miguel de Ceide, 1983-1988.

- Boletim da Casa de Camilo. Dir. Manuel Simões. n.º 1 (Fev. 1983)-n.º 11-12 (Dez. 1988). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983-1988.

BOLETIM CASA DE CAMILO. S. Miguel de Ceide, 1999-

- Boletim Casa de Camilo. Dir. Aníbal Pinto de Castro. n.º 1, 4.ª série (1999)- . V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1999- .

BOLETIM CULTURAL. Vila Nova de Famalicão, 1980-1987.

- Boletim Cultural. Dir. Agostinho Fernandes. n.º 1 (Nov. 1980)-n.º 7 (Set. 1987). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1980-1987.

BOLETIM CULTURAL. Vila Nova de Famalicão, 1988-2001.

- Boletim Cultural. Dir. Agostinho Fernandes. 2.ª série, n.º 8 (1988)-n.º 18 (2001). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988-2001.

BOLETIM CULTURAL. Vila Nova de Famalicão, 2005-

- Boletim Cultural. Dir. Armindo Costa. 3.ª série, n.º 1 (2005)-. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005- .

CABRAL, Alexandre

- Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das letras. Pref. Manuel Simões. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1988. (Estudos Camilianos; 1).
- Contributos para a Biografia de Camilo. [Introd.] Aníbal Pinto de Castro. V. N. Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1997. (Estudos Camilianos; 6)

CANHÃO, Joel

- Tomás Pereira: missionário e artista na China dos finais de seiscentos: nova abordagem à sua personalidade. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2001. (Biografias; 3).

CARVALHO, Vasco César de

- Aspectos de Vila Nova: O Hospital de S. João de Deus; [Pref. José Alberto Peixoto]; [Introd.] Armindo Costa. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Hospital de S. João de Deus, 2006. (Figuras e Instituições Famalicenses; 3)

- Aspectos de Vila Nova: a justiça. Pref. Viriato Capela. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa)

CASTELO BRANCO, Camilo; PLÁCIDO, Ana

- Cartas Inéditas de Camilo e Ana Plácido para Alberto Sampaio e António Vicente de Carvalho Leal e Sousa. Leitura, Introd. e notas Emília Sampaio Nóvoa Faria; Nota Preambular Manuel Simões. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1990. (Estudos Camilianos; 2).

CASTRO, Aníbal Pinto de

- Ana Plácido: a mulher que se maravilhou a si própria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1995.
- Narrador, Tempo e Leitor na Novela Camiliana. 2.ª ed. rev. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1995. (Estudos Camilianos; 4). °

COLAÇO, Maria Rosa

- A Palavra Iluminada. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1994.

CONTOS DE D. SANCHO

- Contos de D. Sancho: antologia do concurso literário "D. Sancho I". Pref. Vasco Moreira; Introd. Ana Ribeiro, Jaime Moura, Rui Miranda. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2006. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa).

COSTA, Artur Sá da

- Centenárias Antoninas. V. N. de Famalicão: Comissão Organizadora das Festas Antoninas, 2002.

COSTA, Artur Sá da; SANTO, Manuela Espírito

- 1974: o ano em que nasceu Abril. [Introd.] Armando Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, [s. d.].

COUTINHO, Salvador

- Luciana, A Velha. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi, 2007.

COUTO, Maria da Conceição

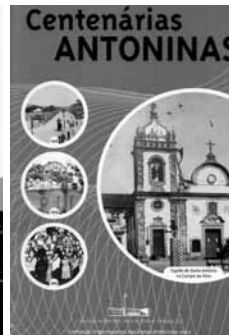
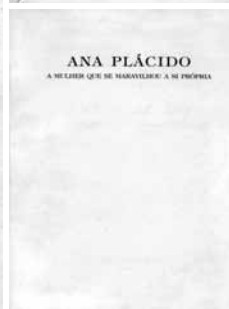
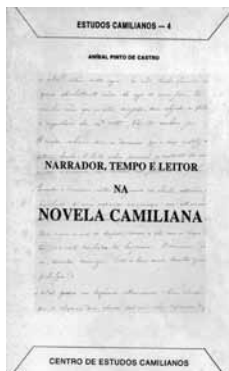
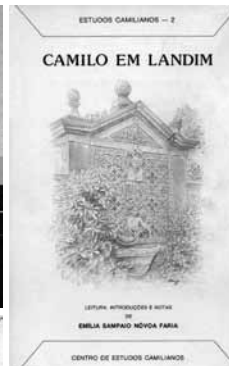
- Conhecer Bernardino Machado: uma história de muitas outras histórias. Coord. Serviços Educativos Museu Bernardino Machado. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001.

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

- Inter-Artes. Org. Comissão de Festas Antoninas, 1990 d. c. Galeria de Arte; Colab. Galeria Santa Joana. V. N. de Famalicão: Comissão de Festas Antoninas, 1993.

FAMILIÇÃO

- Famalição: 14 olhares. Apresent. Agostinho Fernandes; Org. Artur Sá da Costa, José Manuel Mendes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.





FARIA, Cristina

- Manuel Faria: vida e obra. Nota de abertura Francisco Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; 1998. (Biografias; 2).

FERNANDES, Agostinho

- Vila Nova de Famalicão: o seu passado e o seu futuro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1980.

FERNANDO, Aurélio

- ... De Bico Amarelo. V. N. de Famalicão: Casa da Cultura, 1986.
- Terra Nossa... Berço de Poetas. V. N. de Famalicão: [Câmara Municipal], 1969 (Centro Gráfico).

FERREIRA, Arminda Esmeralda de Araújo

- O Luso-Brasileirismo na Perspectiva de Nuno Simões: esboço de um estudo de natureza biográfica. Pref. Salvador Magalhães Mota. Vi. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa)

FESTAS DO CONCELHO DE FAMILIÇÃO DE 21 A 30 DE SETEMBRO DE 1952

- Festas do Concelho de Famalicão de 21 a 30 de Setembro de 1952: programa oficial e cartaz publicitário das actividades do concelho. [Org. Abel Folhadela de Macedo, José Casimiro da Silva]. V. N. de Famalicão: Centro Gráfico de Famalicão, 1952.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILIÇÃO "CINEMA E CULTURA", V. N. de Famalicão, 1.º, 1999

- Famafest '99. Coord. Lauro António; Apresent. Agostinho Fernandes, Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 1999.
- "Os Escritores Cineastas" = "Les Écrivains Cineastes". [Apresent. Lauro António]; Trad. Ermelinda Santos. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 1999.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILIÇÃO "CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 2.º, 2000

- Famafest '2000. Coord. Lauro António; Apresent. Agostinho Fernandes, Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000.
- Almada Negreiros no Famafest. [Textos] Lauro António... [et. al.]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000. Contém textos de Eduardo Lourenço, José Augusto França, Ramon Gomez de la Serra, Fernando Pessoa e do próprio (entrevistas) Almada Negreiros.
- Eurico Gonçalves. [Textos] Lauro António... [et. al.]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000. Contém textos de Eurico Gonçalves, Sílvia Tavares Chicó, Fernando Pernes, E. M. de Melo e Castro, Ernesto Sampaio, Rui Mário Gonçalves, Pedro Henriques, Dália d'Alte Rodrigues.
- Luís Buñuel. [Textos] Lauro António... [et. al.]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000. Contém textos de José María Martín Valenzuela, João Bernard da Costa, Fernando de Azevedo.
- Luísa Ferreira. [Textos] Lauro António, Eduardo Prado Coelho. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.

- Manuela Pinheiro. [Textos] Lauro António, Urbano Tavares Rodrigues. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000.
- Virgílio Teixeira. [Textos] Lauro António, Manuel Cintra Ferreira, Virgílio Teixeira; Filmografia Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2000.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 3.º, 2001

- Famafest `2001. Coord. Lauro António; Apresent. Agostinho Fernandes, Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2001.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 4.º, 2002

- Famafest `2002. Coord. Lauro António; Apresent. José Manuel Durão Barroso, Armindo Costa, Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Famafest, 2002.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 5.º, 2003

- Famafest `2003. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2003.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 6.º, 2004

- Famafest `2004. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2004.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 7.º, 2005

- Famafest `2005. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2005.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 8.º, 2006

- Famafest `2006. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2006.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 9.º, 2007

- Famafest `2007. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2007.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 10.º, 2008

- Famafest `2008. Apresent. Armindo Costa, Lauro António; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2008.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO DE FAMILICÃO
"CINEMA E LITERATURA", V. N. de Famalicão, 11.º, 2009

- Famafest `2009. Apresent. Armindo Costa, Lauro António.; Dir. Lauro António. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Famafest, 2009.





FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES. V. N. de Famalicão, 1991-1992.

- Fórum das Associações: jornal das associações locais de Vila Nova de Famalicão. Propr. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Departamento de Cultura e Educação; Dir. Francisco Carvalho; Coord. Artur Sá da Costa, Maria João Sampaio. n.º 1 (Set. 1991)-n.º 2 (Set. 1992). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal 1991-1992.

GAZETA DE FAMILIÇÃO. Vila Nova de Famalicão, 1990-1996

- Gazeta de Famalicão. Coord. Artur Sá da Costa. Ano 1, n.º 1 (1990)-Ano 4, n.º 4 (28 Jun. 1996). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990-1996.

GENTES DA TERRA.

- Gentes da Terra. Coord., apresent. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2006. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa)

HISTÓRIA DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

- História de Vila Nova de Famalicão. Coord. José Viriato Capela... [et. al.]; Introd. José Viriato Capela. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Edições Quasi, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa)

HOMEM, Amadeu Carvalho

- O Primeiro Conde de Arnoso e o seu Tempo. Coord. Departamento de Educação e Cultura. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998. (Biografias; 1).

JANTAR CAMILIANO

- _– Jantar Camiliano. Texto José Quitério. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Comissão Executiva do 1.º Centenário da Morte de Camilo Castelo Branco, 1990.

JORNAL DO CENTENÁRIO. Vila Nova de Famalicão, 1990.

- Jornal do Centenário: o mensário das comemorações do 1.º Centenário da Morte de Camilo Castelo Branco. Dir. Agostinho Fernandes. n.º 1 (Mar. 1990)-n.º 2 (Maio 1990). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

JÚLIO BRANDÃO E SEBASTIÃO DE CARVALHO

- Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1969.

LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva

- A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, sua influência no Vale do Este e o papel dos «Brasileiros». V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2004. (Figuras e Instituições Famalicenses; 2)
Mestrando em História da Colonização e Migrações: Portugal-Brasil. Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 1998.

LIMA, Lino

- Discursos e Debates na Assembleia da República. Pref. Álvaro Cunhal. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1996. (Biblioteca de Autores Famalicenses; 3).

LOPES, António da Costa

- *Famalicão e o Trovadorismo Medieval*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005.
- *Itinerário Trovadoresco de Famalicão*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2006.

LOPES, Filipa Sousa

- *Momentos da Oposição em Famalicão: dos finais da década de vinte aos anos cinquenta*. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, 2004. (Cadernos Museu Bernardino Machado; 4)

MACHADO, Bernardino

- *O Ensino Profissional*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1985. Reedição facsimilada.
- *Pela Liberdade*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983. Reedição facsimilada.
- *A Universidade e a Nação*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983. Reedição facsimilada.

MACHADO, João Afonso

- *Famalicão: uma vila que se inova*. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2006 (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa).

MALVAR, Maria Soledade

- *Um Rosarinho de Cantigas*. Pref. Armindo Costa; [Tx. Artur Sá da Costa]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, [2002].

MÁXIMO, António

- *Histórias do Caminho de Ferro*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1997. Separata *Boletim Cultural*, n.º 14 (1996)

MONTEIRO, Manuela

- *Histórias da Avó Manela*. II. Manuela Bacelar. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL. V. N. de Famalicão, 1997-2001

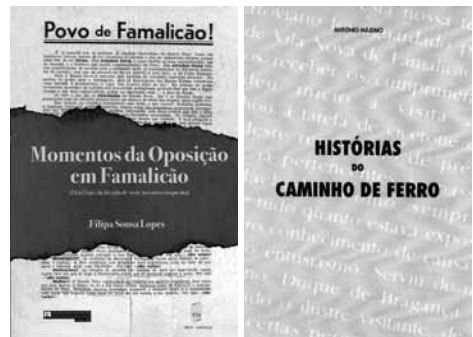
- *Museu da Indústria Têxtil*: boletim informativo do Núcleo Museológico de V. N. de Famalicão. Dir.ª Suzana Faro; Responsável do projecto do M. I. T. José Manuel Lopes Cordeiro; Propr. Câmara Municipal V. N. de Famalicão. n.º 1 (Abr. 1997)-n.º 11 (Jul. 2001). V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1997-2001.

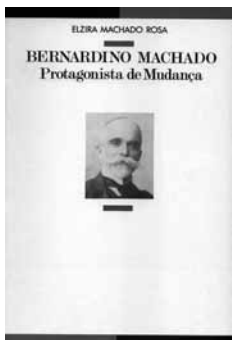
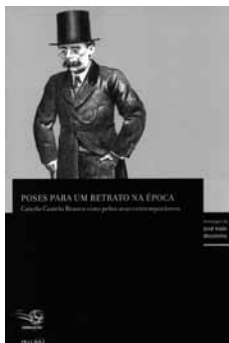
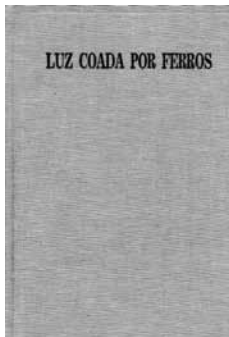
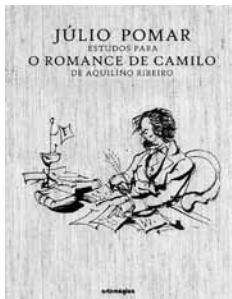
MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL. V. N. de Famalicão, 2003-

- *Museu da Indústria Têxtil*: boletim informativo. Dir. Lopes Cordeiro. 2.ª série, n.º 1 (Jan.-Jun. 2003)- . Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2003-

OLIVEIRA, Filipe

- *Ricardo Malheiro: um sibarita no cinema*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2001. (Biografias; 4)





PAIS, Gomes; PAIS, Ramiro

- Pacto. Introd. José António Souto Cabo. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa).

PAIVA, Odete

- S. Martinho de Ávidos: comunidade rural do Vale do Ave: demografia e sociedade. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, NEPS, 2001.

PEREIRA, Augusto Castro

- Contributo para a História dos Têxteis no vale do Ave: o caso da Fábrica do Caído: 1890-1990. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.

PLÁCIDO, Ana

- Herança de Lágrimas: romance original. Por Lopo de Souza. Guimarães: Redacção do Vimarenense, 1871. Edição facsimilada: Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Porto: Lello & Irmão, 1996.
- Luz Coada por Ferros: escriptos originaes. Por D. Anna Augusta Plácido; Introd. Julio Cesar Machado. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1863. Reedição facsimilada: V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Porto: Lello & Irmão, 1996.

POMAR, Júlio

- Estudos para o Romance de Camilo de Aquilino Ribeiro. Pref. João Bigotte Chorão. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos; Lisboa: Arte Mágica, Fundação Júlio Pomar, 2005.

POSES PARA UM RETRATO NA ÉPOCA

- Poses para um Retrato na Época: Camilo Castelo Branco visto pelos seus contemporâneos. Antologia org., anot., pref. José Viale Moutinho. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Edições Quasi, 2006. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa).

REGO, António da Silva

- História das Missões do Padroado Português do Oriente: 1500-1542 – I. Nota Prévia João Francisco Marques. Ed. facsimilada. Braga: Comissão Diocesana dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas, 1993.

REIS, A. do Carmo

- Diário do Tempo de Guerra: 1966-1970. V. N. de Famalicão: Museu da Guerra Colonial, 2001.

RODRIGUES, Daniel

- Correspondência para Sousa Fernandes. Leit., introd. e notas António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

ROSA, Elzira Machado

- Bernardino Machado: protagonista da mudança. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991. (Cadernos do Vale do Ave; 1)

- A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado: propostas a favor da igualdade e da Emancipação das Mulheres. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 1999. (Cadernos Museu Bernardino Machado; 2)

ROSALÍA DE CASTRO

- Follas Novas. Pref. Xesús Alonso Montero. [S. l.]: Fundación Rosalía de Castro; Porto: Edições Caixotim; [V. N. de Famalicão: Câmara Municipal], 2006.

SÁ, António da Costa e

- Entre Dois Tombos Paroquiais: limites. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988.
- Por Terras de Vermoim: actual concelho famalicense. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1997. Separata *Boletim Cultural*, n.º 14 (1996)
- S. Cristóvão de Cabeçudos: monografia: subsídios para uma monografia do concelho de V. N. de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1982.

SALGADO, P. Benjamim

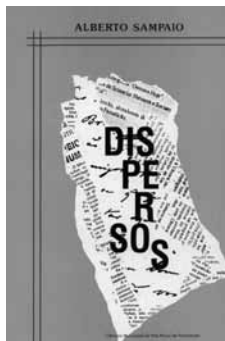
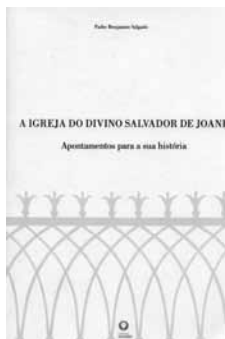
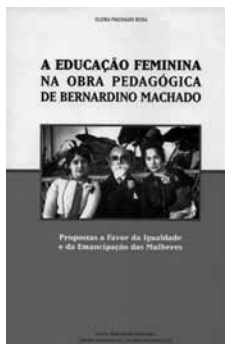
- Balanço dum mandato. V. N. de Famalicão: [Câmara Municipal], 1969 (Centro Gráfico).
- Discurso Por Ocasão da Visita do venerando Chefe do Estado às Fábricas "Riopele" em 17 de Outubro de 1965. V. N. de Famalicão: [Câmara Municipal], 1967 (Centro Gráfico).
- A Igreja do Divino Salvador de Joane. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1978.
- A Igreja do Divino Salvador de Joane. 2.ª ed. Pref. Armindo Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Penafiel: Editorial Novembro, 2008.
- Júlio Brandão e a sua Obra. V. N. de Famalicão: [Câmara Municipal], 1969 (Centro Gráfico).
- Mandar é Servir. V. N. de Famalicão: [Câmara Municipal], 1965 (Centro Gráfico).
- Vila Nova Entre Dois Forais: achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1967.
- Vila Nova Entre Dois Forais: achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão. 2.ª ed. Pref. Aurélio Fernando. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983.
- Vila Nova Entre Dois Forais. Nota José Marques; Perfil Bibliográfico Aurélio Fernando. 3.ª ed. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2003.

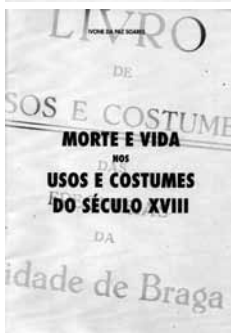
SAMPAIO, Alberto

- Alberto Sampaio. Explicação Agostinho Fernandes; Org. Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988.
- Dispersos. Recolha de textos, introd. Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.

SANTOS, Maria Eduarda Borges dos

- Do Diálogo ao Dialogismo na Obra de Camilo Castelo Branco. Pref. Aníbal Pinto de Castro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1999. (Estudos Camilianos; 7)





SARAU ROMÂNTICO.

- Sarau Romântico. Textos Manuel Ivo Cruz, Manuel Simões. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Comissão Executiva do 1.º Centenário da Morte de Camilo Castelo Branco, 1990.

II BIENAL DE FAMILIÇÃO.

- II Bienal de Famalicão: em torno de Camilo. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Fundação Cupertino de Miranda, 1997.

Exposição efectuada entre 1 de fevereiro a 11 de Maio de 1997 com os seguintes núcleos: Fundação Cupertino de Miranda, Casa-Museu de Camilo, Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Casa da Cultura de Vila Nova de Famalicão. Comissão Executiva constituída por Miguel von Hafe Pérez, Joaquim Lima, Artur Sá da Costa. Contém textos de Aníbal Pinto de Castro, José Manuel de Oliveira, José Cândido Martins, Miguel von Hafe Pérez.

SILVA, António Joaquim Pinto da

- Imagens de Famalicão Antigo. Pref. Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

SILVA, Maria Luísa Leite da

- Bibliografia Camiliana das Edições Ernesto Chardron a Lello & Irmão: originais. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

SIMÕES, Manuel

- Camilo, Poeta Romântico. [Lisboa: s. n.], 1990. Separata *Brotéria*.
- A Poesia Religiosa de Camilo. V. N. de Famalicão: Casa de Camilo, 1986. Separata *Boletim da Casa de Camilo*.

SIMÕES, Nuno

- O Dr. Sebastião. V. N. de Famalicão: [s. n.], 1969 (Centro Gráfico). Mensagem lida pelo vereador Dr. Abílio Dias Moreira na sessão comemorativa dos Centenários de Júlio Brandão e Sebastião de Carvalho, realizada no Salão Nobre dos Paços de Concelho em 29 de Setembro de 1969.

SOARES, Franquelim Neiva

- Monografia de S. Pedro de Esmeriz. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1987.
- A Reforma Católica no Concelho de Vila Nova de Famalicão: visitas quinientistas de S. Tiago d'Antas. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998. Separata *Boletim Cultural*, n.º 15 (1998)

SOARES, Ivone da Paz

- Morte e Vida nos Usos e Costumes do Século XVIII. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1997. Separata *Boletim Cultural*, n.º 14 (1996).

TROVISQUEIRA, Vicente José da Cruz

- Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviadas do Rio de Janeiro entre 1863 e 1869. Pref. Jorge Alves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001. (Cadernos Museu Bernardino Machado; 5)

VASCONCELOS, Álvaro Manuel da Rocha

- Livro do Externato Camilo Castelo Branco: V. N. de Famalicão 1941-1974. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2003. (Figuras e Instituições Famalicenses; 1)

VEREAÇÕES DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO.

- Vereações de Vila Nova de Famalicão: 1835-2005. Recolha, org., introd. António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2005. (Biblioteca Oito Séculos; Dir. Artur Sá da Costa)

VIEIRA, A. Martins

- “Alminhas” no Concelho de Vila Nova de Famalicão. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988.
- As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758

- Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758. Estudo introdutório, leitura e fixação do texto José Viriato Capela, António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2001.

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

- Actas [Texto Policopiado]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1989. Jornadas de História Local 8 Julho 1989 “Evolução da Cidade”

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

- Alberto Sampaio: 80.º aniversário da Morte do Historiador. [Textos de Emília Nóvoa ... [et. al.]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988. Separata *Boletim Cultural*, n.º 8 (1988).

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

- Anos de Gerência: 1945 a 1948. [Org. Abel Folhadela de Macedo]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1949 (imp. 1950).

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

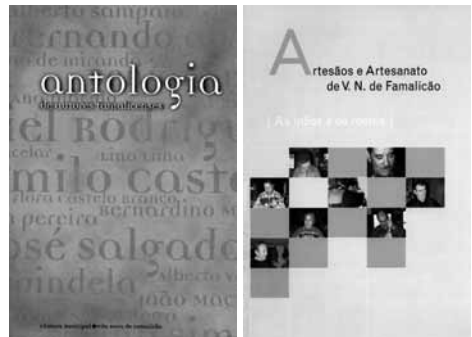
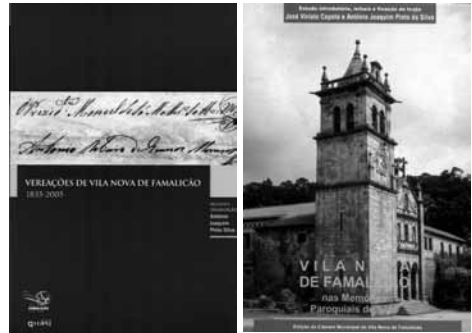
- Antologia de Autores Famalicenses. Apresent. Agostinho Fernandes; Introd. Comissão Organizadora. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998. (Biblioteca de Autores Famalicenses; 1). Comissão Organizadora: Agostinho Fernandes, Artur Sá da Costa, António Joaquim Pinto da Silva, Amadeu Gonçalves.

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

- Artesãos e Artesanato de V. N. de Famalicão: as mãos e os rostos. Coord., introd. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2001.

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO. Câmara Municipal

- Bernardino Machado: breves notas biográficas. Texto Comissão Organizadora. Porto: [s. n.], 1984.





- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal.
- Bernardino Machado na Imprensa Famicense 1884-1951: recolha das notícias mais significativas. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- A Biblioteca de Alberto Sampaio: exposição. Org. Departamento de Educação e Cultura; Texto Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Biografias Autores Famicenses. Apresent. Agostinho Fernandes; Org. Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1998.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Carta Escolar do Município de Vila Nova de Famalicão. [Introd.], recolha, tratamento de dados Mário da Costa Martins; [Pref.] Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1994.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Catálogo da Exposição: Associ'Arte: associações locais: parceiros para o desenvolvimento. Coord. Departamento de Educação e Cultura; [Introd.]. Artur Sá da Costa; Apresent. Maria João Sampaio. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1993.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Comemorações do 5 de Outubro: homenagem nacional a Bernardino Machado: catálogo da exposição. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1983.
Contém texto da Comissão Organizadora: Bernardino Machado: breves notas biográficas.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Encontro de "Paleoecologia e Arqueologia". V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998.
Actas do 1.º Encontro.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal.
- Famalicão Terra de Amigos=A Land of Friends. [Textos Artur Sá da Costa]; Trad. Júlia Macedo. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1994.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Foral de D. Sancho I [material gráfico]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Galeria dos Premiados. Coord., [introd.]. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2001.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
- Guia Concelhio de Formação Profissional. [Introd.] Armindo Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, [2006].

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Guia da Exposição Bibliográfica e Documental Joaquim José de Sousa Fernandes. Guia, planeamento e org. da exposição Departamento de Cultura, Educação e Acção Social, Arquivo, Biblioteca Municipal. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988.

Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador Sousa Fernandes

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal.

– O Historiador de Boamense. [Textos Artur Sá da Costa, Maria Augusta Sampaio Nóvoa, Maria Emília Sampaio Nóvoa Faria; Catalog. Amadeu Gonçalves]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998.

Separa *Boletim Cultural*, n.º 15 (1998).

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Homenagem aos Fundadores do Concelho de Vila Nova de Famalicão. [Introd.] Armindo Costa; Coord. Artur Sá da Costa, Luís Paulo Rodrigues. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– 1983-1993: dez anos que mudaram Famalicão. Introd. Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1993.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Mostra Nacional Bernardino Machado: catálogo. Coord. Artur Sá da Costa; Texto Elzira Machado Rosa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1995.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Um Olhar sobre o Folclore: o caso famalicense. Coord. Armindo Costa, Leonel Rocha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2006.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Paleoeecologia e Arqueologia – II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Arqueológicos Famalicenses, 1991.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

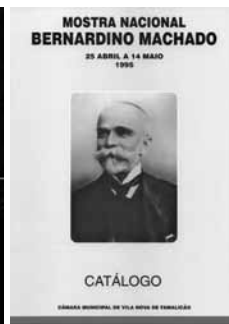
– Pequena História de Famalicão. Texto António Joaquim Pinto da Silva, Mário Martins; Des. Salgado Almeida. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998.

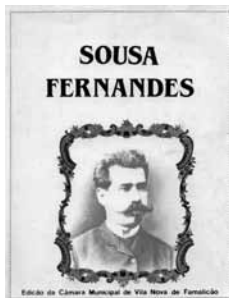
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Poder Local: das comissões administrativas às eleições autárquicas de 1976. Org. Artur Sá da Costa, António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. Comemorações dos 25 anos do 25 de Abril. Contém textos de Manuel e de Artur Sá da Costa.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

– Polis XXI: V. N. de Famalicão – 25 anos de progresso. Dir. Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.





VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Quinto Ano de Gerência: 1949. [Org. Abel Folhadela de Macedo].
V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1950 (imp. 1951).

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade de V. N. de Famalicão. Coord. geral Arq. Aníbal Caldas. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Sousa Fernandes: 1849-1928. Pref. Agostinho Fernandes; Apresent. António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1988.
Edição Comemorativa do Sexagésimo Aniversário da Morte do Senador.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Viagens pelo Património Cultural: projecto de educação patrimonial do município de Vila Nova de Famalicão. Coord. Leonel Rocha; Nelson Pereira. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2003.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Viagens pelo Património Cultural. Dir. Armindo Costa; Coord. Leonel Rocha, Artur Sá da Costa, Nelson Pereira. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2005.
Programa de Educação Patrimonial do Município de Vila Nova de Famalicão. Programa Operacional da Cultura.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal
– Viver Famalicão: guia do município 1992/1993. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1991.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Arquivo Histórico
– Anais – I [Texto Policopiado]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, [s. d.].

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Arquivo Histórico
– Memórias de Vila Nova – I, II [Texto Policopiado]. V. N. de Famalicão: Câmara de Famalicão, [s. d.]

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Arquivo Municipal
– Inventário do Arquivo Municipal [Texto Policopiado]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Arquivo Municipal, [s. d.].

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Fotografia
– Humberto Fonseca. Dir. António Joaquim Pinto da Silva; Textos Maria de Lourdes Brandão, Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Arquivo Municipal de Fotografia, 1998.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
– Uma Aproximação aos Autores Famalicenses: catálogo da exposição. Coord., investigação, textos Artur Sá da Costa... [et. al.]; Exposição e catalogação Amadeu Gonçalves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1998.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo

- Armando Bacelar e Lino Lima: testemunhos de luta pela liberdade: catálogo da exposição. Coord. Maria João Sampaio; textos Artur Sá da Costa, Luís Augusto Costa Dias, Maria João Sampaio; Pesquisa Amadeu Gonçalves, Maria João Sampaio; Catalogação Amadeu Gonçalves, Hilário Pimenta. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1996.
Contém textos de Raúl Castro, Santos Simões, Mário Soares, Victor de Sá, José Manuel Mendes, entre outros.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

- Catálogo da Biblioteca Embaixador Assis Chateaubriand. [Introd.] Nuno Simões. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1974.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

- Comemorações do Centenário do Nascimento de Nuno Simões 1894-1994: um republicano no mundo português. Coord. Artur Sá da Costa; Pesquisa e sel. Amadeu Gonçalves, Artur Sá da Costa, Manuela Barreto Nunes; Coord. técnica Manuela Barreto Nunes; Catalogação Amadeu Gonçalves, Paula Cristina Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1994.
Contém textos de Gilberto Freire, Jorge Amado, Erico Veríssimo, entre outros.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

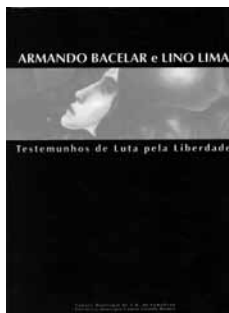
- A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão, 1974/75: uma perspectiva: catálogo. Coord. Geral Manuela Barreto Nunes; Sel. Das espécies Amadeu Gonçalves, Manuela Barreto Nunes; Catal. Amadeu Gonçalves, Glória Pimenta; Cronologia adap. Amadeu Gonçalves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1992.
Exposição no âmbito das II Jornadas de História Local. Contém textos e depoimentos de Artur Sá da Costa, Joaquim Loureiro, Margarida Malvar, M. F. Cunha, entre outros.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Bibliografia Camiliana de Alexandre Cabral. Org. Fernanda Damas Cabral. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1987.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Camilo Castelo Branco: jornalismo e literatura no séc. XIX. Nota Preliminar Manuel Simões. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1993. (Estudos Camilianos; 3)
Actas do Colóquio promovido pelo Centro de Estudos Camilianos em Vila Nova de Famalicão, de 13 a 15 de Outubro de 1988.





VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Casa de Camilo: Ceide – V. N. de Famalicão. [Introd.] Aníbal Pinto de Castro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1996.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Camilo: três épocas da vida: catálogo da exposição. Org. Casa Museu de Camilo; textos Manuel Simões, Agustina Bessa Luís. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Comissão Executiva das Comemorações do 1.º Centenário da Morte de Camilo Castelo Branco, 1990.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.

- Camilo em Vila Nova. Coord., sel. textos Aníbal Pinto de Castro, José Manuel Oliveira; Pref. João Bigotte Chorão. V. N. de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, 2006.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.

- Casa de Camilo Museu-Centro de Estudos. V. N. de Famalicão: Casa-Museu; Centro de Estudos Camilianos, 2005.
- Armindo Costa: A Casa de Camilo Para o Século XXI. Aníbal Pinto de Castro: *Um Novo Ciclo Nos Estudos Camilianos*.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Colóquio: Camilo Castelo Branco Jornalismo e Literatura no Séc. XIX [Texto Policopiado]. Introd. José Cardoso. V. N. de Famalicão: Casa-Museu de Camilo Castelo Branco; Centro de Estudos Camilianos, 1988.

Esta brochura informa a actividade de Camilo na imprensa periódica.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.

- Congresso Internacional de Estudos Camilianos 24-29 de Junho de 1991: actas. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Casa-Museu Camilo Castelo Branco, Centro de Estudos Camilianos, 1994.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.

- Estudos para o romanceiro de Aquilino Ribeiro. Júlio Pomar. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Casa-Museu; Centro de Estudos Camilianos, 2005.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Exposição: Camilo e S. Miguel de Ceide [Texto Policopiado]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1990.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Linha, Ponto & Vírgula. André Carrilho. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Casa-Museu; Centro de Estudos Camilianos, 2006.

- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.
- A Mulher na Vida e na Obra de Camilo. Apresent. Aníbal Pinto de Castro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 1997. (Estudos Camilianos; 5)
Actas do Colóquio promovido pelo C. E. C. em V. N. de Famalicão de 19 a 21 de Outubro de 1995, no âmbito das Comemorações do 1.º Centenário do Falecimento de Ana Plácido.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos

- Mulheres de Camilo: exposição. Texto Maria de Lourdes Ferraz. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Casa-Museu Camilo Castelo Branco; Centro de Estudos Camilianos, 1995.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu Camilo Castelo Branco. Centro de Estudos Camilianos.

- Passos de Camilo: 1825-1890. Sel. Textos Aníbal Pinto de Castro, José Manuel Oliveira. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Centro de Estudos Camilianos, 2001.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Casa-Museu Soledade Malvar

- Casa-Museu Soledad Malvar [material gráfico]. Pref. Armindo Costa; Perfil Biográfico Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Casa-Museu Soledad Malvar, 2002. [Desdobr.: II.].

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Comissão Municipal de Toponímia

- Roteiro Toponímico da Cidade de Vila Nova de Famalicão. Introd. Agostinho Fernandes; Breve História da Toponímia A Comissão Municipal de Toponímia. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Departamento de Cultura.

- Passeio ao Minho de Camilo. Texto Manuel Simões. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Divisão de Educação e Acção Social

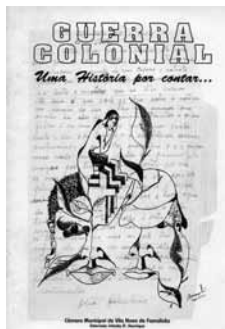
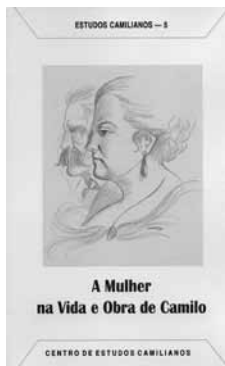
- Lendas, Tradições e Costumes da Minha Terra. Trabalho realizado por alunos das escolas do 1.º Ciclo de V. N. de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1994.

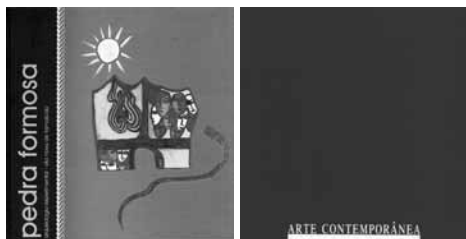
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Divisão de Habitação

- Política Social de Habitação: Mudar de Casa Mudar de Vida: Programa Municipal. [Introd.] Armindo Costa; Jorge Paulo Oliveira. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Divisão de Habitação, 2005.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Externato Infante D. Henrique

- Guerra Colonial: uma história por contar... Coord. José Manuel Lages. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1992.





VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

- Pedra Formosa: Arqueologia Experimental, Vila Nova de Famalicão. Coord., introd. Armando Coelho Ferreira da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia de V. N. de Famalicão; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2007.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Alice Monteiro. Texto A. F. S. Pinto. V. N. de Famalicão: Galeria Municipal, 1992.



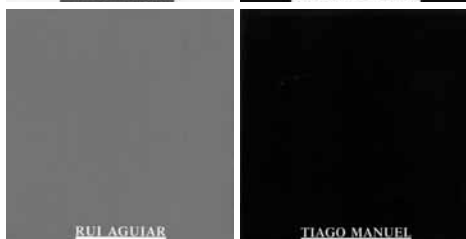
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Arte Contemporânea. Texto Galeria Quadrado Azul. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Emerenciano. Texto Emerenciano. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991.



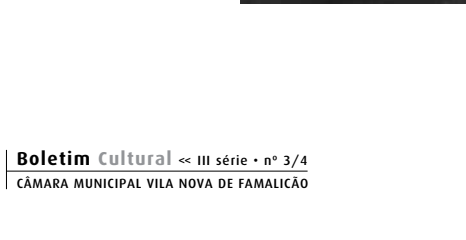
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Isabel Cabral / Rodrigo Cabral. Texto José Emílio-Nelson. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Matilde Marçal. Texto Rocha de Sousa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1992.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Nadir Afonso. Texto Nadir Afonso. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1990.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Rocha de Sousa. Texto Rocha de Sousa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

- Rui Aguiar. Texto Joaquim Matos Chaves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Galeria Municipal

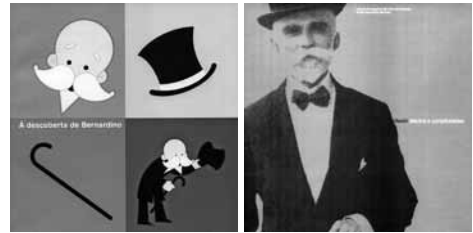
- Tiago Manuel. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Galeria Municipal; Galeria Quadrado Azul, 1991

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu de Arte Sacra

- Museu de Arte Sacra: Capela da Lapa. Textos António Martins Vieira. António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu de Arte Sacra, 1997.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- À Descoberta de Bernardino Machado. Coord. Paula Lamego; Textos Emília Nóvoa Sampaio; Il. Pedro Cores. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2005.



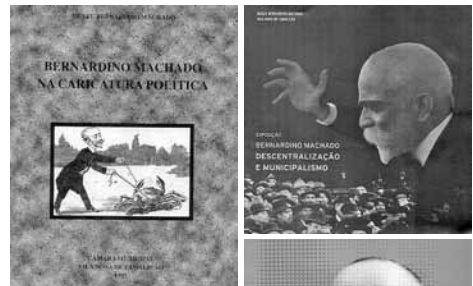
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Barão da Trovisqueira: reencontro. Coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001. Contém textos de Artur Sá da Costa, J. P. de Castro e Mello Trovisqueira, Jorge Fernandes Alves.



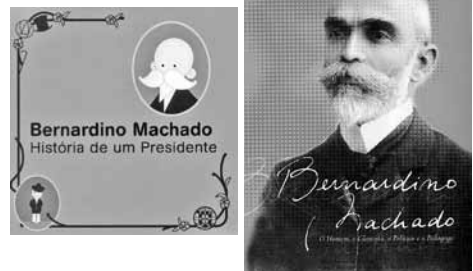
VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado: afectos e cumplicidades: catálogo. Consultor científico Norberto Cunha; Coord. técnica Paula Lamego; Pesquisa e sel. textos Emília Nóvoa, Paula Lamego, Susana Salazar. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2005.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado na Caricatura Política: catálogo. Coord. Comissão Instaladora do Museu; Dir. António Joaquim Pinto da Silva; Textos Osvaldo de Sousa, Susana Salazar; catalogação Susana Salazar. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 1997.



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado: descentralização e municipalismo: catálogo. Coord. científica Norberto Cunha; Coord. técnica Paula Lamego; Sel final de textos e imagens Emília Sampaio Nóvoa Faria. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2006.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado: história de um presidente. Coord. técnica Paula Lamego; Texto Emília Nóvoa Faria; Il. Pedro Cores. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2006. Projecto Educação Patrimonial "Viagens Pelo Património Cultural".

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado: o homem, o cientista, o político e o pedagogo. Apresent. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001. (Cadernos do Museu Bernardino Machado; 4)



VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Bernardino Machado e a 1.ª Grande Guerra. [Introd. Armindo Costa]; Pref., sel., notas e coord. Norberto Ferreira da Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado, 2008. (Documentos do Fundo Particular Bernardino Machado; 2)

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado.

- Ciência: 1875-1907. Bernardino Machado; Coord. Geral, pref. Norberto Ferreira da Cunha; Introd. José Francisco Rodrigues, Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado; Ribeirão: Edições Húmus, 2007. (Bernardino Machado: Obras; I)

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Os “Brasileiros” da Emigração. Coord., [introd.] Jorge Fernandes Alves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 1999. (Cadernos Museu Bernardino Machado; 1)

Seminário no Museu Bernardino Machado, 22 e 23 de Setembro de 1998.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado.

- Caricaturas Bernardino Machado: catálogo. Coord. Científica Norberto Cunha. [Introd.] João Medina. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2007.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado.

- Equipamentos Culturais: a prioridade de uma geração. Coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Europa: globalização e multiculturalismo. Coord. Norberto Cunha; Intervenção Armindo Costa, Norberto Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2006. (Cadernos Museu Bernardino Machado. Coord. Artur Sá da Costa; 8)

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- “Fotobiografia” de Bernardino Machado. Coord., introd. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2001.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- A Igreja e o Estado em Portugal: da 1.ª República ao limiar do século XXI. [Introd.] Armindo Costa; Intervenção Norberto Cunha. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2004. (Cadernos Museu Bernardino Machado; 7. Coord. Artur Sá da Costa)
- Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Momentos de Resistência. Coord., introd. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2000.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Pedagogia e Educação em Portugal: séculos XX e XXI. Coord. Científica Norberto Ferreira da Cunha. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado; V. N. de Gaia: 7 Dias 6 Noites, 2008. (Cadernos Museu Bernardino Machado. Coord. Artur Sá da Costa; 9). Actas dos Encontros de Outono 25 e 26 de Novembro de 2005.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu Bernardino Machado

- Vinte e Cinco Anos do 25 de Abril: da revolução ao 25 de Novembro: as mudanças. Pref. Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2000. (Cadernos do Museu Bernardino Machado. Coord. Artur Sá da Costa; 3). Actas do Colóquio dos Encontros de Outono 18/19 de Novembro de 1999.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal Museu Bernardino Machado

- Museu Bernardino Machado: exposição permanente. Coord. Filipe Jorge; Pref. Armindo Costa; Introd. Elzira Machado Rosa; Orientação e Investigação Histórica Elzira Machado Rosa, António Joaquim Pinto da Silva, Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado, 2002. Textos: Elzira Machado Rosa: Bernardino Machado; Artur Sá da Costa: Famalicão.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

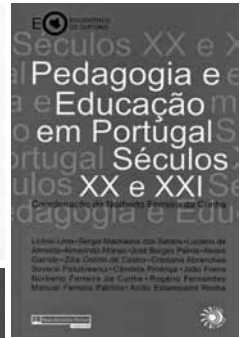
- Riba d'Ave na Memória da Indústria Algodoeira. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2001.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

- Fiar e Tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 1999.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

- A Indústria do Linho na Bacia do Ave: a Empresa Fabril do Norte e a Central de Maceração da Trofa (1943-1979). Pref. Armindo Costa; Tx. José Manuel Lopes Cordeiro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2008.





VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

- Património Industrial do Vale do Ave. Introd. Artur Sá da Costa; Texto José Manuel Lopes Cordeiro. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1992.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. – Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

- Rota do Património Industrial do Vale do Ave. Dir. Paula Peixoto Dourado. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2000.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Pelouro da Cultura e Turismo

- Vila Nova de Famalicão: roteiro turístico [material gráfico]. Textos Artur Sá da Costa; Org. Artur Sá da Costa, Paula Peliteiro; Fotogr. José Mário Brandão. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, [s. d.]. [Desdobr.: II.].

Publicações Patrocinadas

ABREU, Manuel Nunes de

- Bocados de Mim. Viana do Castelo: MNA, 2000.
- Carícias e Picadas. Vila Nova de Famalicão: MNA, 1997.
- Derradeiras Pedaladas. Viana do Castelo: MNA, 2008.
- Meta À Vista. Viana do Castelo: MNA, 2005.
- Meu Pôr-do-Sol. Viana do Castelo: MNA, 2001.
- Recta Final. Viana do Castelo: MNA, 2004.
- Voos Sem Asas: poesia. Viana do castelo: MNA, 1999.

ALVES, Abílio Ferreira

- História de Portugal: divertida e real. [V. N. de Famalicão]: AFA, 2006.

AMARAL, José Braga

- Azulejos do Minho. Braga: Arcada Nova, 1995.

ANAIS DO REAL COLÉGIO DE D. FERNANDO EM LANDIM

- Annaes do Real Collegio de D. Fernando em Landim. Introd. António Nóvoa. Landim: Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Landim, 2008.

ANTÓNIO, Lauro

- O Vestido Cor de Fogo segundo novela de José Régio. V. N. de Famalicão: Centro de Estudos de Escrita Audiovisual, 2001. (“Guiões”. Dir. Lauro António: 2).

ARAÚJO, Carmen

- Varinha de Condão: consulta psicológica a doentes oncológicos.: um percurso de estágio curricular. Porto: Edições Ecopy, 2008.

ARAÚJO, Henrique da Silva

- Nas Brumas da Utopia: romance. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

ARTUR CUPERTINO DE MIRANDA

- Artur Cupertino de Miranda: Homenagem Nacional. Coord. Mário da Costa Martins, Joaquim Gomes Lima. V. N. de Famalicão: Vila Nova, Cooperativa Cultural e Editorial CRL, 1988.





BENTE, Oliveira

- Ruivães na Obra de Camilo. [Porto]: OB, 1996.
- Voo de Pássaro: antologia poética. [s. l.] Publicações Pena Perfeita, 2005.

BRANDÃO, Júlio

- À Cata do Eldorado: romance. [Introd. José Casimiro da Silva]. Porto: [s. n., 1969] (Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico)

CABRAL, Salvador

- Aborto: a morte da liberdade. Braga: [s. n.], 1998.
- Angola: revolução para o terceiro mundo. Braga: [s. n.], 1999.
- Cristo de Língua Afiada. V. N. de Famalicão: Amores Perfeitos, 2001.
- Fátima: nunca mais ou nunca menos? Para melhor entender o fenómeno de Fátima e a beatificação dos pastorinhos e as visitas do Papa. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: [s. n.], 2000.
- Ide, Ensinai e Virai as Coisas do Aveso. Nine: Comunidade Paroquial de Nine, Amores Perfeitos, 2000.
- A Igreja é Política: que igreja? [V. N. de Famalicão: SC, 1997].
- A Missão... Nas Teias da PIDE: o livro da minha liberdade. Nine: Paróquia de Nine, 2005.
- Opção Radical Por Cristo. Braga: [s. n.], 1999.
- Regionalização e Solidariedade. Braga: [s. n.], 1998.

CAPELA, José Viriato

- O Minho e os seus Municípios. Braga: [s. n.], 1995.

CARNEIRO, Virgílio

- Gotas Dispersas. V. N. de Famalicão: VC, 2006.

CASTANHEIRA, Minês

- Plasticidades. Pref. Manuel António Pina. Vila Nova de Famalicão: Editorial Magnólia, 2005.

CARVALHO, Mário de

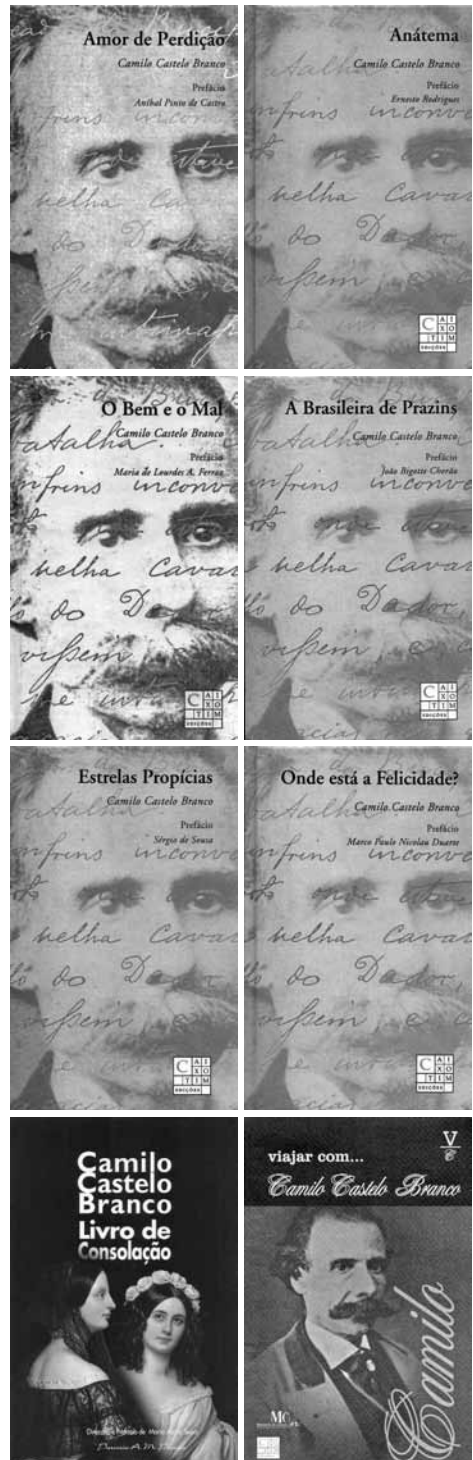
- Quatrocentos Mil Sestércios Seguidos de o Conde Jano. Lisboa: Caminho, 1991.

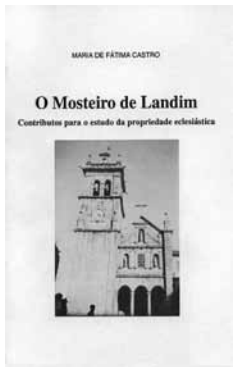
CASTELO BRANCO, Camilo

- Amor de Perdição: memórias duma família: romance. Pref., fixação texto Aníbal Pinto de Castro. Porto: Edições Caixotim, 2006. (Obras de Camilo Castelo Branco).
- Anátema. Pref., fixação texto Ernesto Rodrigues. Porto: Edições Caixotim, 2003. (Obras Camilo Castelo Branco).
- O Bem e o Mal. Pref., fixação texto Maria de Lourdes A. Ferraz. Porto: Edições Caixotim, 2003. (Obras Camilo Castelo Branco)
- A Brasileira de Prazins: cenas do Minho. Pref. João Bigotte Chorão. Porto: Edições Caixotim, 2001. (Obras Camilo Castelo Branco).
- A Bruxa do Monte Córdova: romance. Pref. Maria João Pais do Amaral. Porto: Edições Caixotim, 2007. (Obras Camilo Castelo Branco).
- Coração, Cabeça e Estômago. Pref. Eunice Cabral. Porto: Edições Caixotim, 2008. (Obras Camilo Castelo Branco).
- A Doida do Candal. Pref. Fixação texto Maria João Pais do Amaral. Porto: Edições Caixotim, 2003. (Obras Camilo Castelo Branco).
- Estrelas Propicias. Pref. Sérgio Sousa. Porto: Edições Caixotim, 2006. (Obras Camilo Castelo Branco)
- Eusébio Macário. A Corja. Pref., fixação texto J. Cândido Martins. Porto: Edições Caixotim, 2003. (Obras Camilo Castelo Branco).
- Livro de Consolação. Pref. Maria Alzira Seixo; Estabelecimento do texto Sérgio Guimarães de Sousa. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, 2006. (Camiliana; 2)
- Novelas do Minho. Pref., fixação texto J. Cândido Martins. Porto: Edições Caixotim, 2006. (Obras Camilo Castelo Branco).
- O Que Fazem Mulheres. Pref. Annabela Rita. Porto: Edições Caixotim, 2005. (Obras Camilo Castelo Branco).
- Onde Está a Felicidade? Pref., fixação texto Marco Paulo Nicolau Duarte. Porto: Edições Caixotim, 2003. (Obras Camilo Castelo Branco).
- A Queda dum Anjo: romance. Pref. Ernesto Rodrigues. Porto: Edições Caixotim, 2001. (Obras Camilo Castelo Branco).
- A Sereia: romance. Pref. Serafina Martins. Porto: Edições Caixotim, 2005. (Obras Camilo Castelo Branco).
- O Senhor do Paço de Ninães. Pref. Maria Isabel Rocheta. Porto: Edições Caixotim, 2007. (Obras Camilo Castelo Branco).
- Vinte Horas de Liteira. Pref. Annabela Rita. Porto: Edições Caixotim, 2002.

CASTRO, Aníbal Pinto de; OLIVEIRA, José Manuel

- Viajar com... Camilo Castelo Branco. Porto: Edições Caixotim; Delegação Regional da Cultura do Norte, 2005.





CASTRO, Maria de Fátima

- A Irmandade e Santa casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades: do século XVI a começos do século XX. [s. l.]: MFC, 1998.
- A Misericórdia de Braga: composição da irmandade, administração e recursos. Braga: Santa casa da Misericórdia, 2003.
- O Mosteiro de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica. V. N. de Famalicão: MFC, 1996.
- Santa Maria de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica. [s. l.]: MFC, 1995.

COELHO, Armando Soares

- De Zero a Vinte. V. N. de Famalicão: ASC, 1996.
- A Experiência. V. N. de Famalicão: ASC, 1998.
- A Outra. V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2004.
- O Passante: poesias. V. N. de Famalicão: ASC, 1995.

CORREIA, João de Araújo

- Camilo À Beira do Lima. Porto: [s. n.], 1973 (Tipografia Sequeira).

CORRESPONDÊNCIA

- Correspondência: cartas a Alberto Sampaio – I. Org., introd., notas Emília Nóvoa Faria, António Martins. Porto: Campo das Letras, 2008.

COSTA, Abel de Melo e

- Crónicas do Café do Júlio e Outras. Pról. Agostinho Fernandes. V. N. de Famalicão: Vieiras de Castro, 1992.

COSTA, Bernardete

- A Guardadora de Ausências. Pref. Urbano Tavares Rodrigues. Porto: Campo das Letras, 2000. (Campo de Estreia).
- Insubmissão dos Afectos. Porto: Campo das Letras, 2002. (Campo da Poesia; 16).
- Os Lugares do Tempo. Porto: Campo das Letras, 2001. (Instantes de Leitura; 16).

COSTA, Maria Antonieta Ferreira Gomes

- Paladares Minhotos nas Receitas de D. Antonieta. Porto: Campo das Letras, 2006. (Campo dos Sabores; 7).

COUTINHO, Salvador

- Um Pirlampo que Apaga a Escuridão. Porto: Papiro Editora, 2006
- Vem Dormir Comigo Até Ser Sol. Penafiel: Editorial Novembro, 2007.

CUNHA, Manuel

- Poder Local Democrático 20 anos: Riba d'Ave: uma contribuição para a História Local. Apresent. Joaquim Loureiro. Riba d'Ave: MC, 1997.

CUNHA, Secundino

- Casas de Escritores no Minho. Fotgrs. Sérgio Freitas. 2.ª ed. Guimarães: Opera Omnia, 2008.

- DIAS, Delfim
 – Um Caminho de Vidas Cruzadas. Trofa: [s. n.], 2001.
- ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO
 – Declaração Universal dos Direitos Humanos. Coord. Ana Granja... [et. al.]; Design Gráfico Cristina Abreu, Gabriela Couto; Il. Estudantes de Artes da Escola Secundária Camilo Castelo Branco. V. N. de Famalicão: Escola Secundária Camilo Castelo Branco, 1998.
- FARIA, Emília Nóvoa; MARTINS, António
 – Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória. Landim: EN; NA, 2002.
- FARIA, Manuel
 – 27 Responsórios da Semana Santa para coro a 4 v. i. Braga: Comissão Bracarense de Música Sacra, 1993.
- FERNANDO, Aurélio
 – 40 Anos de Poesia: 1951-1991. Pref. António José Barreiros. Trofa: Solivros de Portugal, 1992. 2 vols.
 – Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves: monográficos. Riba d'Ave: Biblioteca do Externato Delfim Ferreira, 1993. 2 vols.
 Vol. I: Das Origens à Industrialização.
 Vol. II: Da Industrialização à Criação dos Estudos Secundários.
- FONTE, Barroso da
 – O Pensamento e a Obra de Alberto Sampaio. Guimarães: BF, 1998.
- A GERAÇÃO DE 70
 – A Geração de 70: Alberto Sampaio e os «Outros». Org. Manuel Gama. Braga: Centro de Estudos Lusíadas Universidade do Minho, 2008.
- GOMES, Joaquim da Silva
 – Pinheiro Torres Ilustres. Pref. Roque Cabral. Braga: Casa do Professor, 2006.
- GONÇALVES, Amadeu
 – Literatura e Filosofia em Camilo: leituras errantes. Ribeirão: Gostar de Ler, 2006.
- GONÇALVES, Ricardo
 – Carneiros em Transumância: emigrantes clandestinos. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1991.
- GUERREIRO, Sónia
 – Asas ao Vento. [s. l.: s. n.], 1993 (Braga: Oficinas S. José).
- GUIMARÃES, Newton Sabbá; VALENTE, Maria Adelaide
 – Landim na Vida e na Obra de Camilo Castelo Branco seguido de Paisagens Rumorosas de Ouro Rubro e Azul. Braga: [s. n.], 2004.
- UMA HISTÓRIA PARTIDA
 – Uma História Partida. EB1 Luís de Camões (4.ºB)... [et. al.]. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal; Casa-Museu Camilo Castelo Branco, Centro de Estudos Camilianos, 2007.





LIMA, Joaquim
 – Princípios de Antropologia em Bernardino Machado. Porto: Campo das Letras, 2007.

MACHADO, António
 – Bernardino Machado: memórias. 2.^a ed. Porto; Lisboa: Figueirinhas, 2000.

MACHADO, João Afonso
 – Famalicão: recordações de uma Vila. Pref. Dir. Círculo de Cultura Famalicense. V. N. de Famalicão: Círculo de Cultura Famalicense, Cidade Hoje, 2004.
 – Foi Quase. [Pref. Rita Ferro]. Linda-a-Velha: DG Edições, 2006
 – Minhos, Diplomatas e Amigos: a correspondência (1886-1916) entre o 2.º Visconde de Pindela e António Feijó. Pref. J. Cândido Martins. Linda-a-Velha: DG Edições, 2007.

MAGALHÃES, Abel
 – A Preto e Prata. Guimarães: Edição Calidum, 2005.

MÃE, Valter Hugo
 – Os Filhos do Esfolador: teatro a partir de O Cego de Landim, de Camilo Castelo Branco. Maia: Cosmorama Edições, 2007.

MARTINS, Abel
 – Angola, Paz, só com Muxima. Santo Tirso: Ora & Labora, 1993.

MATOS, Sebastião
 – Os Expostos da Roda de Barcelos. Barcelos: Associação Cultural de Areias de Vilar, 1995.

MEIRELES, Maria José
 – A Lenda do Rio Ave. II. João Caetano. Porto: Campo das Letras, 2005. (O Sol e a Lua).

MONTEIRO, Manuela
 – A Flor da Alegria. II. Gabriela Sotto Mayor. Porto: Campo das Letras, 2006.
 – Mariana. [Pref. Vasco Moreira]. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 1999.
 – A Montanha da Lua. II. Inês de Oliveira. Porto: Campo das Letras, 2004.
 – Silêncio Inquieto. V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2004.

MONTEIRO, Hélder
 – Iluminatura das Almas. [V. N. de Famalicão]: HM, 2007.

NUNES, Germano de Oliveira
 – Paulo Marques: uma vida de roda no ar. Pref. José Merques. Penafiel: Editorial Novembro, 2007.

NUNES, Ilda
 – A Cor da Minha Alma. [s. l.: s. n.], 1997 (Ponte de Lima: Gráfica da Graciosa)

OITOCENTOS ANOS DE FORAL

- Oitocentos Anos de Foral. Coord. geral Jorge Bruno Coelho Mota. Porto: Phrase Editores, 2005.

OLIVEIRA, Custódio

- Bernardino Machado: um homem livre. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- O Cego da Igreja Velha. Porto: Dividendo Edições, 1999.

OLIVEIRA, José Marques de

- Obra Poética com Timor em Primeira Linha. Gomes. Lixa: A Gráfica da Lixa, 2003.

OLIVEIRA, Manuel

- Coisas do Coração: amores infelizes dum vimareanense. Vila Nova de Famalicão: Amores Perfeitos, 2002. (Literatura; 5)
- O Crime do Giestal: amor. Drama... e bom humor. Vila Nova de Famalicão: Amores Perfeitos, 2000. (Literatura; 1)
- Desfolhando Malmequeres: novelas para ler e meditar. Vila Nova de Famalicão: Amores Perfeitos,
- Trilho do Infortúnio: romance de amor com episódios da vida das mulheres de alterne. Pref. Aurélio Fernando. [S. l.]: MB Publicações, 1998.

PEREIRA, António

- Passagem Clandestina para França: 1964-2004. Braga: [s. n.], 2004.

PEREIRA, Augusto Castro

- O Anarquista do Ave. V. N. de Famalicão: ACP, 2002.
- Dicionário do Vale do Ave: sobre os concelhos de Famalicão, Guimarães, Santo Tirso, Trofa e Vizela. Santo Tirso: ACP, 2003.
- História da Indústria do Vale do Ave: 1890-2001. Santo Tirso: ACP, 2002.
- Três Tecelões e um Quarto. Santo Tirso: ACP, 2005.

PEREIRA, Fernando Sousa

- Caminhos de Suspiro. Porto: Papiro Editora, 2006.
- O Enigma d'O Livro do Desassossego. Lisboa: Coolbooks Editora, 2006.
- 7 Contos para 7 Paixões. Porto: Papiro Editora, 2007.

PEREIRA, Gaspar Martins

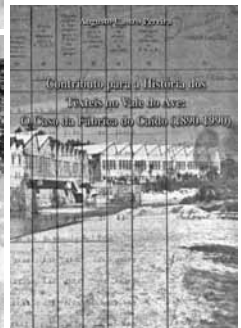
- No Porto Romântico, com Camilo: e itinerário camiliano na Foz do Douro de hoje. Pref. Aníbal Pinto de Castro. Porto: Casa Comum-Centro Cultural, O Progresso da Foz; V. N. de Famalicão: Casa-Museu Camilo Castelo Branco, 1997.

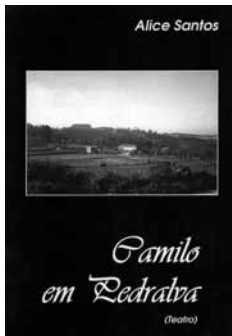
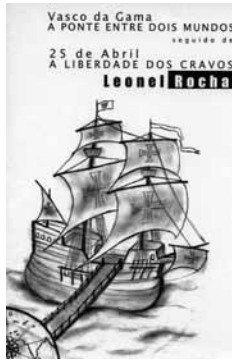
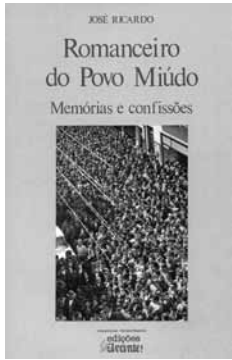
PINA, Manuel António

- O Tesouro. Porto: Associação Política Regional e de Intervenção Local, [s. d.].

A REVOLTA DE ONTEM NAS PALAVRAS DE HOJE

- A Revolta de Ontem nas Palavras de Hoje. Porto: Júlio Sereno Cabral, [s. d.].
- Discursos do 71.º Aniversário do 31 de Janeiro proferidos no jantar comemorativo efectuado no Porto, contendo textos dos famalicenses Armando Bacelar e Lino Lima.





RICARDO, José / Pseudónimo Lino Lima

- Romanceiro do Povo Miúdo. Lisboa: Editorial “Avante”, 1991.

ROCHA, Leonel

- Vasco da Gama: a ponte entre dois mundos seguido de 25 de Abril A Liberdade dos Cravos. Pref. Santos Oliveira. [V. N. de Famalicão]: LR, 2004.

SÁ, Domingos Guimarães

- À Demanda do Leitor. Braga: D. G. S., 1994.

SÁ, Jorge Reis

- À Memória das Pulgas. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 1999.
- Biologia do Homem. 2.ª ed. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2004.
- Dos Dias e dos seus Pecados: crónicas de e sobre Vila Nova de Famalicão – II. V. N. de Famalicão: JRS, 2003.
- Equilíbrios Pontuados: narrativas. V. N. de Famalicão: JRS, 2004.
- Eu Quero é que não me chateiem.: crónicas de e sobre Vila Nova de Famalicão. V. N. de Famalicão: JRS, 2001.
- A Palavra no cimo das Águas. Porto: Campo das Letras, 2001.
- Quase e Outros Poemas de Querença. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2000.
- Todos os Dias: romance. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

SÁ, Maria Carolina da Silva Cardoso e

- ?: Para Quê? Pref. Teresa Alves Isidorinho. [V. N. de Famalicão]: MCSCS, 2004.

SALGADO, Benjamim

- Música Litúrgica. V. N. de Famalicão: Fundação Cupertino de Miranda, 1993.
- Música Recreativa. V. N. de Famalicão: Fundação Cupertino de Miranda, 1993.

SAMPAIO, Alberto

- Obras. Org., nota prévia Sociedade Martins Sarmento; Introd. José Amado Mendes. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2008.
- O Presente e o Futuro da Viticultura no Minho. Introd. J. Santos Simões. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1991.

SANTOS, Alice

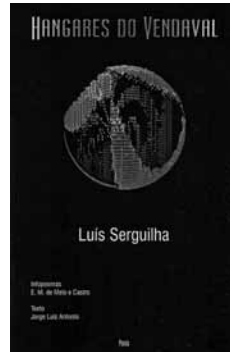
- Camilo em Pedralva: teatro. Trofa: Gráfica da Trofa, 1999.
- Contos. II. Teresa Rebelo da Silva, Zé João. V. N. de Famalicão: CNASTI, 1994.

SANTOS, Lino da Silva

- Memórias de um Ex-Combatente: Angola (1967-1969). Pref. Mendes Paulo. Ribeirão; Vila Nova de Famalicão: [s. n.], 2004.

SERGUILHA, Luís

- Embarcações. Pref. E. M. de Melo e Castro. V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2004.
- Entre Nós. V. N. de Famalicão: Edições Quasi, 2000.
- O Externo Tatuado da Visão. V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2002.
- Hangares do Vendaval. Évora: Intensidez, 2007.
- Lorosa'e Boca de Sândalo: poesia. Porto: Campo das Letras, 2001.
- O Outro. Braga: Editora Correia do Minho, 1999.
- O Périplo do Cacho. V. N. de Famalicão: LS, 1998.
- A Singradura do Capinador. Lisboa: Índícios de Oiro, 2005.



SILVA, Vicente José da

- A Guerra de 14: memórias de um combatente. [s. l.: s. n.], 1991 (Edições Boa Nova).

SILVA, Helena

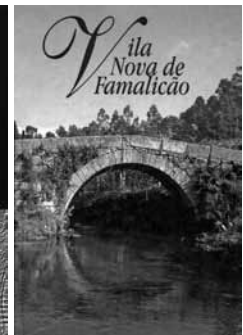
- Meu Menino Azul: querer é poder: a verdade escondida. V. N. de Famalicão: [s. n.], 2007.

SIMÕES, Santos

- Engrenagens do Ensino. Porto: SS, 1968.

TERRAS DE VILA NOVA

- Terras de Vila Nova: Famalicão. Coord. Paulino Gomes. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1996.



TERROSO, Artur

- Acordar de Estrelas. V. N. de Famalicão: Edição de Herdeiros de Artur Terroso, 1995.

VAZ, Marta Duque

- Aclive. V. N. de Famalicão: MDV, 1991.

VILA NOVA DE FAMALICÃO.

- Vila Nova de Famalicão. Dir. Rui Guedes; Textos e notas Veríssimo Serrão; Fotogra. António Homem Cardoso. [Porto]: Rui Guedes, 1997.

The background of the page is a light grey gradient. On the left side, there are several dark grey, abstract shapes that resemble architectural elements or stylized figures. These shapes include a vertical line, a horizontal line, a curved line, and a vertical line with a small hook at the top. The text "Informação cultural" is centered in the middle of the page.

Informação cultural

Informação Cultural

Seleccção e textos: *Luís Paulo Rodrigues e Isaura Costa*

Fotografias: *António Freitas*

LIVROS E INTERNET NA FREGUESIA DO LOURO

– A Freguesia do Louro já tem ao dispor da população um pólo da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, equipado com espaço Internet e uma área destinada a actividades de lazer, como a visualização de filmes, ou a leitura de histórias para crianças. A estrutura, localizada na renovada sede da Junta de Freguesia – que em tempos acolheu a extinta Casa do Povo – foi inaugurada pelo presidente da Câmara, Armindo Costa. A biblioteca do Louro é o oitavo pólo da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, no concelho, depois dos pólos de Amoso Santa Maria, Jesufrei, Joane, Lousado, Pousada de Saramagos, Riba de Ave e Ribeirão. A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em conjunto com os diversos pólos, conta actualmente com cerca de 15 mil associados. **[Março de 2006]**



ORIGINAIS DE CAMILO REGRESSAM A SEIDE – Um conjunto de 112 cartas originais manuscritas por Camilo Castelo Branco, no século XIX, na sua correspondência com o político Tomás Ribeiro, regressaram à casa-museu do autor do romance “Amor de Perdição”, em S. Miguel de Seide, passando a fazer parte do acervo camiliano. Este espólio, de grande valor cultural, nomeadamente para os camilianistas e estudiosos do século XIX, foi mantido até agora por descendentes de Tomás Ribeiro, a quem a Câmara Municipal de Famalicão o adquiriu, por 25 mil euros. **“Ao comprar estas cartas originais, a Câmara de Famalicão está a cumprir o desígnio da defesa e estudo da língua portuguesa, preservando, investigando e promovendo a obra camiliana”**, sublinhou o presidente da Câmara, Armindo Costa, na presença do director da Casa de Camilo, Aníbal Pinto de Castro, e de procuradores dos descendentes de Tomás Ribeiro. **[Setembro de 2006]**



HISTÓRIA DO HOSPITAL REEDITADA EM LIVRO – A Câmara Municipal de Famalicão e o Hospital S. João de Deus EPE reeditaram o livro “Aspectos de Vila Nova – O Hospital São João de Deus”. Trata-se da segunda edição de um livro do historiador famalicense Vasco de Carvalho, publicado em 1944, que relata as circunstâncias que rodearam a fundação do hospital, há 133 anos. A edição conta com o apoio da Câmara



Municipal e integra a colecção municipal “Figuras e Instituições Famalicenses”. **“Ao reeditarmos esta obra, em parceria com o Hospital S. João de Deus EPE, não só prestamos mais um acto de reconhecimento e justiça ao autor Vasco de Carvalho, como nos associamos a mais esta importante etapa da vida do Hospital”**, salientou o presidente do Município, Armindo Costa, referindo que **“o livro “Aspectos de Vila Nova – O Hospital de S. João de Deus” é essencial para quem quiser saber como nasceu e cresceu o Hospital da Misericórdia”**, hoje integrado no Centro Hospitalar do Médio Ave, na sequência da última reorganização dos serviços públicos de saúde promovida pelo Governo de José Sócrates. Ao apresentar a obra, o então presidente do Conselho de Administração do Hospital, José Alberto Peixoto, mostrou-se **“muito satisfeito e feliz pelo lançamento do livro”**, referindo que, **“ao contrário do que muitos possam pensar, um Hospital também trabalha e interessa-se pela Cultura”**. [Outubro de 2006]



LÍDIA JORGE ELOGIA POLÍTICA CULTURAL – “O concelho de Vila Nova de Famalicão constitui um exemplo para o País daquilo que é a dinamização cultural. Quando se fala na vivacidade de Vila Nova de Famalicão ressalta-se várias coisas e, uma delas é a capacidade de diversificar as actuações e as várias manifestações em função dos vários públicos.” Estas palavras, elogiosas para a política cultural da Câmara de Famalicão, foram proferidas pela escritora Lídia Jorge, na Feira do Livro e da Música 2006. Segundo Lídia Jorge, **“aquilo que se diz, e eu sou testemunha disso, é que em Vila Nova de Famalicão sabe-se distinguir aquilo que são as manifestações populares, para uma população mais numerosa,**



e aquelas manifestações que se dirigem para grupos minoritários, mas que são tão importantes pela qualidade e pela importância que têm como desencadeadoras de outras atitudes culturais”. Por isso, acrescentou a escritora, **“quero dar os parabéns, na pessoa do arquitecto Armindo Costa, à equipa municipal que tão bem orienta e dirige a política cultural da cidade de Famalicão”**. [Novembro de 2006]

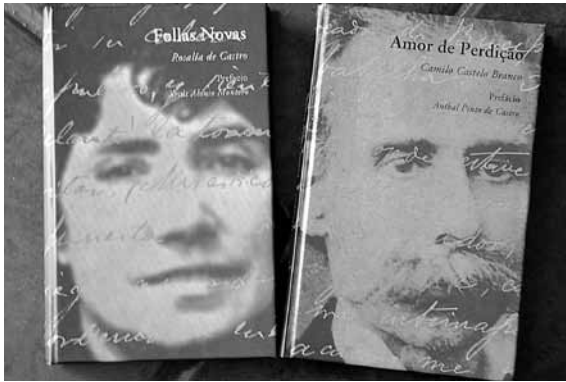
FAMALICÃO “NO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA” – Fernando Rosas, historiador e deputado do Bloco de Esquerda à Assembleia da República, foi outra figura nacional a elogiar a acção cultural do Município de Vila Nova de Famalicão. Convidado para falar durante os Encontros de Outono 2006, onde vários investigadores falaram do exílio e dos exilados políticos portugueses durante o Estado Novo, Fernando Rosas destacou o papel do Museu Bernardino Machado. **“A cidade de Vila Nova de Famalicão é actualmente o centro da cultura e investigação histórica do país. Os especialistas que queiram estudar, por exemplo, a Primeira República, não o podem fazer sem vir a Famalicão e ao Museu Bernardino Machado para consultar os documentos aqui existentes”**, disse, então, Fernando Rosas. [Novembro de 2006]



MÁRIO CLÁUDIO E A LIGAÇÃO A CAMILO – Na apresentação do seu romance “Camilo Broca”, no Centro de Estudos Camilianos, em Seide S. Miguel, o escritor Mário Cláudio lançou o mistério sobre se o protagonista da sua obra seria ou não Camilo Castelo Branco. Na altura, o presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE), José Manuel Mendes, que também marcou presença na apresentação da obra, alinhou no mesmo discurso e aguçou ainda mais a curiosidade do público presente referindo que a personagem principal do romance, “tanto pode ser Camilo Castelo Branco, como não”, atirando que “Camilo Castelo Branco é em si mesmo indesvendável”. No entanto, Mário Cláudio confessou a sua ligação a Camilo, explicando que, “desde criança, que visitava assiduamente a Casa-Museu em Seide S. Miguel”, ficando na altura “muito desiludido com o estado de degradação do edifício e dos objectos pertencentes ao escritor”, referindo que “o Centro de Estudos Camilianos é um espaço que dignifica Camilo”. Na ocasião, o presidente da Câmara, Armindo Costa, considerou Mário Cláudio “um amigo de Camilo e um amigo de Famalicão”, tanto mais que, em 1990, por proposta do Governo então liderado pelo prof. Cavaco Silva foi a personalidade escolhida para presidir à Comissão Nacional do Centenário da Morte de Camilo Castelo Branco. [Dezembro de 2006]



CAMILO E ROSALÍA DE CASTRO EM EDIÇÃO DE LUXO – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Junta da Galiza uniram-se no lançamento de uma edição de luxo que reúne duas das maiores obras literárias de dois grandes romancistas do século XIX: o português Camilo Castelo Branco e Rosalía de Castro, poeta galega contemporânea do escritor de Seide. Trata-se de uma edição única de grande valor literário, que junta o romance “Amor de Perdição”, de Camilo, com os poemas de “Follas Novas”, de Rosalía de Castro. A edição que foi financiada na totalidade pela Junta da Galiza que nela investiu 60 mil euros, implicou a reprodução de 1500 exemplares, 500 para a Junta da Galiza, outros tantos para a Fundação Rosalía de Castro e os restantes para a Casa-Museu de



Camilo Castelo Branco. O lançamento desta obra conjunta surgiu na sequência do protocolo de geminação cultural assinado, em 2005, entre a Câmara de Famalicão, através da Casa de Camilo, e da Fundação Rosalía de Castro, cuja casa-museu está localizada em Padrón, uma das cidades mais importantes do Caminho de Santiago. Rosalía de Castro foi contemporânea de Camilo, tendo vivido entre 1837 e 1885, enquanto o escritor português nasceu a 1825 e suicidou-se em 1890. **[Abril de 2007]**

IGREJA DO MOSTEIRO DE LANDIM RESTAURADA – As obras de restauro da Igreja do Mosteiro de Landim e de reabilitação do respectivo adro constituíram **“motivo de alegria e de grande consolação”** para o arcebispo primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, que participou na cerimónia de inauguração, ao lado do presidente da Câmara, Armindo Costa.



“Fizemos aqui o maior investimento de sempre na recuperação do património edificado do concelho, num total superior a 600 mil euros, o que revela uma aposta estratégica na preservação da memória e identidade de Vila Nova de Famalicão e do país”, afirmou o presidente do Município. **“Investir no património com qualidade, como se fez aqui em Landim, é assumir uma responsabilidade**

histórica”, frisou D. Jorge Ortiga, que também é presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, elogiando todos os organismos que permitiram **“dar vida nova a um espaço que, apesar de ter muitos anos, não envelheceu”**. A requalificação da Igreja do Mosteiro de Landim – um imóvel medieval classificado como de interesse público – e do adro envolvente implicou um investimento total de 602 mil euros, verba resultante de uma parceria liderada pela Câmara Municipal de Famalicão, que integrou o Ministério da Cultura (através da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte) e a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Landim, tendo cada um destes organismos participado com 70 mil euros, sendo a verba restante (392 mil euros) garantida por fundos comunitários. A Junta de Freguesia de Landim foi também parte activa no processo. **[Junho de 2007]**

TEATRO NARCISO FERREIRA VAI SER RECUPERADO – A Câmara Municipal vai investir cerca de um milhão de euros nas obras de recuperação do velho Teatro Narciso Ferreira, imóvel que foi construído na primeira metade do século XX por um dos pioneiros da indústria têxtil no Vale do Ave. A recuperação teatro surge na sequência da cedência do direito de superfície do imóvel ao Município, por parte da Fundação Narciso Ferreira, proprietária do espaço. Com esta obra, a Autarquia pretende criar uma nova centralidade cultural no concelho de Famalicão. Com uma sala que deverá ter uma capacidade para 250 lugares, o novo pólo cultural, cuja programação ficará a cargo do pelouro da Cultura, irá complementar o trabalho que tem sido realizado pela Casa das Artes. Para o presidente da Câmara, Armindo Costa, “com a reabilitação do Teatro Narciso Ferreira vamos beneficiar a população de Riba de Ave, criando uma nova centralidade cultural capaz de atrair mais público de freguesias e concelhos vizinhos”. Mas este novo investimento na cultura representa também uma aposta do município na recuperação do património arquitectónico. Raul Ferreira, presidente da Fundação Narciso Ferreira, mostra-se “especialmente satisfeito por ter sido iniciada uma nova fase num processo que há tantos anos esperava”. **[Julho de 2007]**



GONÇALO M. TAVARES VENCE PRÉMIO CAMILO – O escritor português Gonçalo M. Tavares entrou na restrita galeria dos vencedores do Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, ao ter sido galardoado com o troféu relativo a 2006, pela sua obra “Água, Cão, Cavalo, Cabeça”. “É uma honra receber o prémio com o nome de Camilo Castelo Branco”, afirmou o Gonçalo M. Tavares, que esteve no centro camiliano de S. Miguel de Seide, para receber o prémio da Associação Portuguesa de Escritores (APE), no valor pecuniário de cinco mil euros, verba que é patrocinada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. O escritor destacou o facto “muito agradável” de receber um prémio literário “fora de Lisboa”: “Houve uma força que me puxou para este local, uma força que foi dada pelas pessoas que estão atentas e cuidam da cultura”, observou. “O Prémio de Conto é uma grande homenagem a Camilo Castelo Branco, que nos deixou uma obra infindável, onde o Conto ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque. Com este galardão, pretendemos recordar Camilo e a sua obra, mas também estimular a criação literária contemporânea, proporcionando condições para que floresçam novos talentos”, afirmou o presidente da Câmara, Armindo Costa. **[Julho de 2007]**



FAMALICÃO EVOCOU JÚLIO BRANDÃO – A Biblioteca Municipal assinalou os 60 anos da morte de Júlio Brandão com uma exposição documental sobre o escritor – que tem uma estátua no Parque 1º de Maio e é patrono da Escola Básica do 2º e 3º Ciclos da cidade. Júlio Brandão nasceu em Famalicão, em 09-08-1869, e faleceu no Porto, em 1947. Foi professor, arqueólogo, director do Museu Municipal do Porto, e membro Academia Nacional de Belas Artes. Dirigiu a revista “Soneto Neo-Latino” (1929-1933), com sede em Famalicão, mostrando interesse cultural pela sua terra. [Outubro de 2007]



OBRAS COMPLETAS DE BERNARDINO MACHADO – O Museu Bernardino Machado está a publicar obras do antigo Presidente da República nas áreas científica, pedagógica e política. Até 2010, ano em que se comemora o centenário da República Portuguesa, a Câmara Municipal de Famalicão vai editar um conjunto de volumes onde estará reunido o pensamento do antigo Presidente Bernardino Machado. O objectivo é dar a conhecer a dimensão científica, pedagógica e política” do antigo Presidente de Portugal, que adoptou Famalicão como a sua terra, colocando as obras à disposição dos investigadores da I República, aumentando, deste modo, a informação que pode ser consultada no Centro de Documentação do museu. O primeiro volume das “Obras Completas de Bernardino Machado”, dedicado à Ciência, já foi apresentado. Seguem-se três volumes sobre a obra pedagógica e, provavelmente, quatro volumes sobre o pensamento político. “Bernardino Machado ocupa hoje um lugar central na vida cultural do Município de Famalicão”, diz o presidente do Município, Armindo Costa. Aliás, no Museu consagrado à figura de estadista, pedagogo e cientista de Bernardino, “encontra-se depositado o maior acervo documental sobre a I República”. O autarca adianta que “as Obras de Bernardino Machado, sob a direcção do professor Norberto Cunha, são uma das formas de Famalicão celebrar, em 2010, o Centenário da República Portuguesa”. [Outubro de 2007]



O primeiro volume das “Obras Completas de Bernardino Machado”, dedicado à Ciência, já foi apresentado. Seguem-se três volumes sobre a obra pedagógica e, provavelmente, quatro volumes sobre o pensamento político. “Bernardino Machado ocupa hoje um lugar central na vida cultural do Município de Famalicão”, diz o presidente do Município, Armindo Costa. Aliás, no Museu consagrado à figura de estadista, pedagogo e cientista de Bernardino, “encontra-se depositado o maior acervo documental sobre a I República”. O autarca adianta que “as Obras de Bernardino Machado, sob a direcção do professor Norberto Cunha, são uma das formas de Famalicão celebrar, em 2010, o Centenário da República Portuguesa”. [Outubro de 2007]

CARREIRA LITERÁRIA DE SALVADOR COUTINHO – A reedição de “Luciana, a Velha”, da obra de Salvador Coutinho, um advogado famalicense que acaba de celebrar 50 anos de carreira literária, é mais um título lançado pela Câmara Municipal de Famalicão, no âmbito da colecção municipal “Oito Séculos”. Como refere o presidente da Câmara, Armindo Costa, no texto de apresentação da obra, o cinquentenário da carreira literária de Salvador Coutinho “é um marco importante num extenso, rico e singular percurso no mundo da criação literária que começou em 1957, com o livro de



poemas “EU”, e se projectou pelos caminhos da prosa e da novela”. A Câmara Municipal associa-se a este momento alto de um dos seus escritores mais representativos reeditando “Luciana, a Velha”, um livro de contos editado em 1984. “A melhor forma que temos de lhe dar público reconhecimento da nossa estima e apreço, quer ao cidadão, quer ao escritor, é dar-lhe os parabéns e divulgar a sua obra”, afirma ainda Armindo Costa. Advogado de profissão e escritor nos tempos livres, Salvador Coutinho iniciou-se como poeta, publicando os seus primeiros versos em jornais, como “Estrela do Minho”; “Estrela da Manhã”; “Notícias de Famalicão” e “Democracia do Norte”. Editou o seu primeiro livro “EU” em 1957. [Outubro de 2007]

CAMILO CASTELO BRANCO EM DVD – João Bigotte Chorão, Mário Cláudio, Urbano Tavares Rodrigues, Carlos Magno, Gaspar Martins Pereira, António Pires Cabral e Eugénio Lisboa são algumas das figuras que participam no documentário “Camilo e Outras Vozes”, produzido por Carlos Brandão Lucas para a Câmara de Famalicão. Em 55 minutos, o documentário traça o percurso biográfico do romancista de Seide e analisa múltiplos aspectos da sua produção literária. A obra está disponível em DVD. Custa 10 euros. Pode ser adquirida na Casa de Camilo ou pela Internet, no sítio www.camilocastelobranco.org. [Novembro de 2007]



O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE PORTUGUESA – Zília Osório de Castro, directora da revista “As faces de Eva” e uma das principais impulsionadoras pela luta dos direitos da mulher em Portugal, afirmou que “o reduzido número de mulheres em cargos de chefia resulta, essencialmente, da falta de interesse da mulher e do excesso de interesse dos homens, por estes cargos”. Zília Osório de Castro falava durante os Encontros de Outono 2007, uma iniciativa promovida pelo Museu Bernardino Machado, que decorreu na Casa das Artes de Famalicão e versou sobre o tema “As Faces de Eva: Perspectivas sobre a Mulher Portuguesa (1908-2007)”. Os Encontros de Outono registaram a participação de prestigiados investigadores e historiadores dos movimentos feministas em Portugal. [Novembro de 2007]



CENTRO DE ESTUDOS DO SURREALISMO AVANÇA – O Centro de Estudos do Surrealismo, equipamento cultural que a Câmara Municipal de Famalicão vai construir em terrenos adjacentes ao futuro Parque da Cidade, terá uma sala de exposições com 350 metros de área e nove metros de pé direito, garantindo condições únicas no País para a exposição de obras de arte de grande dimensão. Esta é a grande novidade do projecto da equipa de arquitectos Duarte Nuno Simões e Nuno Simões, de Lisboa. A maquete do edifício foi apresentada na Fundação Cupertino de Miranda, no âmbito de uma homenagem a Mário Cesariny, por ocasião do primeiro aniversário do falecimento daquele que é considerado o maior nome do surrealismo português, cujo espólio está confiado ao centro de estudos de Famalicão. “O Centro de Estudos do Surrealismo será



uma obra marcante para a cidade, para a região e para a cultura portuguesa, que o Município de Famalicão se orgulha de lançar no terreno”, afirmou o Presidente da Câmara, Armindo Costa, adiantando que, “com a construção do Centro de Estudos do Surrealismo, onde vamos investir cerca de três milhões de euros, a Câmara de Famalicão assume o seu papel de agente defensor dos bens culturais e promotor da cultura, que investe na criação de infra-estruturas e na dinamização dos equipamentos culturais”.

Composto por três pisos, o centro de estudos, desenhado em forma de rectângulo recortado, irá receber 1900 obras surrealistas, sobretudo pinturas e desenhos. Integrará uma biblioteca especializada com cerca de 10 mil volumes, um auditório com 120 lugares e um espaço pedagógico. **[Novembro de 2007]**

ARQUEOLOGIA DE FIMALIÇÃO MOSTROU-SE AO MUNDO – Uma réplica exacta e em tamanho natural do



complexo de banhos e da sua magnífica Pedra Formosa, datados do primeiro milénio antes de Cristo e descobertos no Castro Alto das Eiras, na freguesia de Pousada de Saramagos, em 1880, pelo arqueólogo Martins Sarmento, esteve em exposição no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), no Mosteiro dos Jerónimos, entre Março e Dezembro de 2007. A exposição, intitulada “Pedra Formosa – Arqueologia Experimental de Vila Nova de Famalicão”, recebeu a visita de cerca de 100 mil

turistas de todo o mundo. De acordo com o director do MNA, Luís Raposo, esta “é uma mostra única e bastante arrojada, tendo em conta que é a primeira vez, que se avança com uma iniciativa desta envergadura”. Para o Presidente da Câmara, Armindo Costa, “o Município tem uma riqueza arqueológica indesmentível, que se destaca em todo o Noroeste Peninsular”. **[Dezembro de 2007]**

CASA DE CAMILO VAI TER QUINTA PEDAGÓGICA – A Casa-Museu de Camilo Castelo Branco será valo-



rizada por uma quinta pedagógica com uma extensão de cerca de 10 mil metros quadrados, no terreno que circunda a última residência do autor do romance “Amor de Perdição”. A quinta pedagógica – que visa recriar uma propriedade agrícola tipicamente minhota na casa onde viveu Camilo, que será colocada à disposição da população escolar e do turismo cultural –, e o plano de reabilitação urbana do centro da freguesia de Seide de S. Miguel são duas intervenções inseridas numa segunda fase do projecto de valorização da Casa-Museu de Camilo, que foi iniciado com a construção do Centro de Estudos Camilianos, projectado pelo arquitecto Siza Vieira. **[Dezembro de 2007]**

MUSEU FERROVIÁRIO DO MINHO EM MARCHA – A integração do Museu Ferroviário de Lousado na Rede

Portuguesa de Museus será um dos objectivos da Câmara de Famalicão, agora que a Autarquia assumiu a gestão do equipamento, mediante um protocolo assinado com a Fundação Museu Ferroviário Nacional, que também contempla a transferência para a alçada da Autarquia do Núcleo Museológico de Nine. A Câmara Municipal de Famalicão está, por isso, em condições de criar o futuro Museu Ferroviário do Minho, a funcionar em Lousado e Nine. “É um passo importante na estruturação e na organização da rede de museus que Famalicão possui e que quer valorizar e projectar no país e além-fronteiras”, declarou Armindo Costa, na cerimónia de assinatura do protocolo com a Fundação Museu Ferroviário Nacional. **[Fevereiro de 2008]**



PRADO COELHO DOA BIBLIOTECA E DÁ NOME A PRÉMIO LITERÁRIO – Um total de 10.635 exemplares

de livros e revistas do espólio particular do crítico e ensaísta Eduardo Prado Coelho estão agora disponíveis para consulta pública na Biblioteca Municipal de Camilo Castelo Branco, numa sala baptizada com seu nome. “É com muito orgulho que o Município de Famalicão imortaliza o génio de Prado Coelho, colocando os seus livros à disposição de todos”, afirma o presidente da Câmara, Armindo Costa, a propósito da Sala Eduardo Prado Coelho, preenchida por 8760 livros e 1875 revistas, que abarcam cerca de meia centena de temas, da filosofia à sociologia, do cinema à economia, do teatro à literatura. “Vamos fazer desta biblioteca uma alavanca de acção cultural, desde logo através da criação o Prémio Literário Eduardo Prado Coelho”, adianta Armindo Costa. O prémio, cujo regulamento está a ser ultimado, com a participação, entre outros, do escritor José Manuel Mendes, estará ao nível dos prémios literários mais importantes do País. “É esta dinâmica cultural” que justifica a doação do espólio de Eduardo Prado Coelho ao Município de Famalicão, como explicou Alexandra Prado Coelho, filha do doador, também conhecido pelas crónicas que escrevia no jornal “Público”. “O meu pai aprovaria a criação desta biblioteca em Famalicão, já que ele acompanhava, com atenção e interesse, a actividade cultural da Câmara Municipal”, reafirmou. **[Março de 2008]**



OS ESCRITORES SEGUNDO O CARTOONISTA ANTÓNIO – Conhecido do grande público através dos “cartoons” que desenha para o semanário “Expresso”, há mais de 20 anos, António Antunes escolheu o Centro de Estudos Camilianos, em S. Miguel de Seide, para mostrar mais de meia centena de caricaturas de escritores portugueses e estrangeiros, desenhadas e publicadas entre 1984 e 2006. Na exposição intitulada “Entrelinhas”, António quis revelar-nos “como a caricatura e a literatura se inter-relacionam”. Mostrando-se agradecido à Câmara Municipal de Famalicão e à Casa de Camilo, pelo acolhimento da sua mostra, António afirmou-se “muito contente” por estar na terra do autor de “Amor de Perdição”, onde nunca tinha estado. **[Março de 2008]**



“BOM TRABALHO CULTURAL”, SEGUNDO CARLOS DO CARMO – Carlos do Carmo enalteceu o “bom trabalho cultural” da Câmara de Famalicão, pelo que manifestou a sua “gratidão, como artista e cidadão”. Impossibilitado de estar no Famafest’ 2008, o fadista escreveu à organização do festival e expressou a sua “sincera gratidão” por ter sido distinguido com a Pena de Camilo – galardão com que o Famafest distinguiu também a fadista Mariza, cujo concerto fez esgotar a Casa das Artes, a actriz Adelaide João e o cineasta Fernando Lopes. **[Março de 2008]**

BERNARDINO MACHADO E A I GUERRA MUNDIAL – As diferentes tomadas de posição do antigo Presidente da República Bernardino Machado sobre a participação portuguesa na I Grande Guerra (1914-1918) surgem num livro editado pela Câmara Municipal de Famalicão. Em preparação está a saída do segundo volume, com documentação classificada como “confidencialíssima”, adiantou Norberto Cunha, director do Museu Bernardino Machado e coordenador da obra e selecção de textos. O primeiro volume de “Bernardino Machado e a I Guerra” reúne intervenções parlamentares, notas circunstanciais, entrevistas, artigos de opinião, e artigos de jornais estrangeiros sobre a participação lusa na guerra, fotos e a correspondência de Bernardino Machado, ou a ele endereçada, sobre a guerra. A decisão de Bernardino Machado de Portugal entrar na Guerra, tomada a 7 de Agosto de 1914, foi “considerada precipitada”, mas segundo Norberto Cunha, “deve-se ao facto de ter conhecimento do pacto secreto entre a Inglaterra e a Alemanha de partilha das então colónias portuguesas”. “O tratado entre Londres e Berlim remonta a 1893, foi revisto em 1898 e dois meses antes do início da guerra



voltou a ser revisto, com a Inglaterra a ceder território colonial português como forma de evitar a guerra”, explica Norberto Cunha, acrescentando que “a entrada de Portugal foi em defesa do Império Colonial”. O segundo volume, publicará a correspondência entre o embaixador de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, e o ministro da tutela, Pereira Andrade. Esta correspondência encontra-se no Museu Bernardino Machado, que reúne parte do espólio deixado pelo estadista. **[Abril de 2008]**

CASAS DE ESCRITORES NO MINHO –

“Uma viagem a profundos saberes, à descoberta de memórias de homens maiores e de segredos de casas que abrigaram História.” É com estas palavras que o jornalista do “Correio da Manhã” Secundino Cunha sintetiza o livro da sua autoria, sobre “Casas de Escritores no Minho”, apresentado no Centro de Estudos Camilianos, em Seide S. Miguel. Com este livro, o autor pretende “chamar a atenção para a vida e obra de 14 maiores escritores que viveram no Minho, aguçando a curiosidade dos leitores para uma visita por estes locais e para a leitura das suas obras”. Também o director da Casa-Museu de Camilo salientou a função de “roteiro cultural” de um livro “que concilia a imagem com textos muito bem escolhidos, sintéticos e claros”, desempenhando “um serviço pedagógico”. Para Anibal Pinto de Castro, esta obra contribui ainda para a divulgação da Casa-Museu de Camilo, “uma casa que venceu o prémio de melhor museu nacional”. **[Abril de 2008]**



CASA DE CAMILO, O MELHOR MUSEU PORTUGUÊS – A Casa-Museu de Camilo Castelo Branco foi distinguida com o Prémio Melhor Museu Português 2006 atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), que concedeu menções honrosas ao Museu do Caramulo e ao Laboratório Chimico, da Universidade de Coimbra. A Casa Museu de Camilo “destaca-se não só pelo projecto museológico, mas também pelo seu trabalho como centro de informação e investigação sobre o escritor”, justificou João Neto, presidente da APOM, uma organização criada em 1965, que reúne profissionais dos museus e outras entidades ligadas à museologia. A Casa de Camilo esteve também em destaque por ter sido seleccionada para o Prémio de Melhor Museu Europeu 2008, numa iniciativa promovida pelo Conselho da Europa. O museu consagrado Camilo, autor de “Amor de Perdição”, foi um dos 15 museus europeus finalistas, tendo participado no Fórum Europeu dos Museus, que decorreu em Dublin, na Irlanda, no mês de Maio. Para Armindo Costa, que representou o Município em Dublin, a nomeação foi “o reconhecimento do trabalho que a Autarquia tem vindo a efectuar, não só ao nível do investimento financeiro, mas principalmente a nível da oferta e diversidade cultural”. **[Maio de 2008]**



MAIS DE 30 MIL CRIANÇAS VISITARAM MUSEUS – Nos últimos cinco anos, a Câmara de Famalicão



levou um total de 31.653 crianças e jovens das escolas a visitar os museus do concelho, no âmbito do projecto educativo “Viagens pelo Património Cultural”, também conhecido como o projecto das “maletas pedagógicas”. O programa, que tem por objectivo dar a conhecer o património de Famalicão, completou, no ano lectivo 2007-2008, “cinco anos de sucesso e de inovação em Portugal ao nível da educação para o património”, como considerou Armindo Costa.

[Junho de 2008]

PINTO DE CASTRO DOA BIBLIOTECA CAMILIANA – O Centro de Estudos Camilianos de Famalicão vai aumentar de 10 mil para 30 mil o número de livros e documentos sobre a vida e a obra do escritor Camilo Castelo Branco existentes no seu acervo. Este aumento resultará de uma doação do director da Casa-Museu Camilo Castelo Branco, Aníbal Pinto de Castro, de 20 mil dos 60 mil volumes que fazem parte da sua biblioteca pessoal. Deste modo, o Centro de Estudos Camilianos ficará dotado de um espólio único sobre o escritor oitocentista. “É uma doação de enorme valor para o Município e para a cultura portuguesa. A partir de agora, Famalicão tem a maior e mais completa biblioteca camiliana, imprescindível para o estudo e investigação da literatura portuguesa do século XIX”, sublinha o Presidente da Câmara, Armindo Costa. Os livros doados pelo investigador referem-se em exclusivo à temática camiliana ou à literatura do século XIX. Pinto de Castro, um catedrático da Universidade de Coimbra, especialista em literatura portuguesa, que ocupa desde 1996, o cargo de director da Casa Museu de Camilo, em S. Miguel de Seide, disse que, ao todo, “são mais de 20 mil obras que dizem respeito a Camilo Castelo Branco e à sua obra, mas



também a toda a envolvente literária do século XIX”. Além da biblioteca de Aníbal Pinto de Castro, a Casa-Museu de Camilo já integrava as bibliotecas camilianas de Alexandre Cabral e Manuel Simões. Aníbal Pinto de Castro, que fez o anúncio desta doação no último Dia da Cidade, em 9 de Julho de 2008, foi homenageado pelo presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, com o título de Cidadão Honorário. Visivelmente emocionado com a distinção, o académico disse estar muito feliz e afirmou considerar-se já famalicense. **[Julho de 2008]**

CAVACO SILVA ELOGIA CASA DE CAMILO –

No âmbito da sua deslocação às Regiões do Vale do Ave, do Vale do Sousa e do Vale do Tâmega, o Presidente da República, Cavaco Silva, visitou o Centro de Estudos Camilianos, em São Miguel de Seide, onde realizou uma reunião de trabalho com representantes de associações empresariais da região. Ao percorrer as diversas valências do Centro de Estudos Camilianos, o Presidente da República inteirou-se dos diversos projectos didácticos, pedagógicos e científicos do complexo museológico de Seide, e felicitou o Presidente



da Câmara de Famalicão, Armindo Costa, pela excelência das instalações e qualidade da programação e expressou a sua “imensa satisfação pelo trabalho extraordinário de preservação do espólio de Camilo Castelo Branco que tem lugar em Vila Nova de Famalicão”. Por sua vez, Maria Cavaco Silva, que visitou os diferentes espaços do Museu de Camilo e do Centro de Estudos Camilianos, mostrou-se também muito agradada “com o estado de conservação da residência do escritor e a maneira tão cuidada como o acervo exposto se apresenta a quem a visita”, congratulando-se vivamente com “as condições criadas pelo Município de Vila Nova de Famalicão para a divulgação da vida e da obra de um dos mais importantes escritores da nossa Língua.” [Julho de 2008]

MUSEUS DE FAMILIÇÃO ORGANIZAM-SE EM REDE – Todos os espaços museológicos públicos e privados do concelho de Vila Nova de Famalicão vão integrar uma rede de Museus, que potenciará a coordenação de actividades e a articulação de horários e preços de ingresso entre si, explorando ao mesmo tempo a sua mais-valia turística e cultural.

Trata-se de uma rede com dez museus consolidados (4 municipais e 6 privados) e outros em fase de criação, nas áreas do Surrealismo e da Arqueologia, três destes espaços integram a Rede Portuguesa de Museus e os outros apresentaram candidatura, ou pensam fazê-lo.

A criação da Rede de Museus de Famalicão surge, assim, como um corpo único e dinâmico, do universo dos museus instalados, a funcionar de forma articulada, tirando partido das sinergias e complementaridades. Uma rede que saiba multiplicar todas as potencialidades dos museus famalicenses, explorando a sua mais-valia turística e cultural. Entre outros pontos, a rede irá permitir por exemplo a coordenação na promoção de actividades e uma política articulada de horários de funcionamento e de preços de ingresso.

Os museus que irão integrar a rede são os seguintes: Casa-Museu Camilo Castelo Branco; Museu Bernardino Machado; Museu dos Caminhos de Ferro, Museu da Indústria Têxtil, Museu da Fundação Cupertino de Miranda; Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves; Museu de Arte Sacra de S. Tiago de Antas; Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa; Museu do Automóvel Antigo; Casa-Museu Soledade Malvar; Museu da Guerra Colonial e Museu Cívico, Cultural e Religioso de Mouquim.



POETAS LUSÓFONOS PRESTAM TRIBUTO À “PORTUGUESIA” – A Casa de Camilo, em S. Miguel



de Seide viveu em Julho passado a festa da poesia lusófona, com o lançamento do projecto “Portuguesia: Minas entre os povos da mesma língua, antropologia de uma poética” da autoria do poeta brasileiro Wilmar Silva. Constituído por um livro e um DVD, o projecto reúne 100 poetas, do Brasil, de Portugal, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Entre os vários autores participantes destaque para o cabo-verdiano Arménio Vieira, vencedor do Prémio Camões.

Para além da projecção do DVD e da apresentação do livro de poemas, o programa de lança-

mento da obra incluiu ainda cinco mesas de debate, reunindo diversos poetas de língua portuguesa.

“Para Famalicão é um privilégio ser o parceiro em Portugal deste projecto inovador, que dá garantias de continuidade”, afirmou o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, a propósito.

Num ambiente descontraído, debateu-se a poesia, a língua portuguesa, as políticas culturais entre os povos de língua portuguesa, para além de reflexões sobre a arte poética em diálogo com a história da literatura e com as outras artes. Colocaram em debate os limites de aproximação entre cultura e educação, poesia e literatura, artes e políticas culturais, abrindo, assim, um espaço de liberdade para se pensar sobre a produção poética em todo o mundo português.

Para o ano, a Portuguesia volta a marcar encontro na Casa de Camilo tendo como inspirador o poeta/novelistas, de Seide, culto do português vernáculo. Esta segunda edição já trará a Seide poetas angolanos e moçambicanos, que se juntam aos portugueses, brasileiros, guineenses e cabo-verdiano.

A CELEBRAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e o Museu Bernardino Machado vão criar, até 2010, uma biblioteca e uma hemeroteca exclusivamente dedicadas à I República. Esta é uma de várias iniciativas inseridas no vasto programa das comemorações do Centenário da I República, que Famalicão está a assinalar, desde Janeiro último e até finais de 2010.

As comemorações evocam a memória de Bernardino Machado, um famalicense que foi por duas vezes Presidente da República. Neste âmbito o museu consagrado à figura de Bernardino Machado está a adquirir obras de referência sobre a I República, privilegiando as fontes primárias. **“A ideia é disponibilizar o fundo**

bibliográfico num espaço próprio no ano em que se assinalam os 100 anos da instauração da República”, como revelou o coordenador

científico do museu, Norberto Cunha na conferência de imprensa de apresentação das diversas iniciativas.

As comemorações irão estender-se até 2010, tendo como pontos altos também a organização de um congresso dedicado à “I República nos Municípios de Portugal”, em Outubro, e a promoção de um ciclo de conferências sobre “As grandes questões da I República”.



“A câmara de Famalicão é pioneira na forma de comemorar devidamente o centenário da I República, que Portugal celebra em 5 de Outubro de 2010”, adianta a propósito o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa.

Segundo o autarca, **“o envolvimento nestas comemorações, resulta do facto do município de Famalicão ser responsável pela gestão do Museu Bernardino Machado, que é a única instituição da Rede Portuguesa de Museus consagrada, em exclusivo, a um antigo presidente da República”.**

Às conferências e congressos, a autarquia junta a edição de publicações sobre a implantação da República e o “impacto” e “mudanças” que ela trouxe à vida dos portugueses, para além de exposições e diversas iniciativas vocacionadas para os estabelecimentos de ensino.

